JORNAL OFICIAL
Eletrônico dos Municípios do Estado de Mato Grosso

Índice

Associação Mato-Grossense dos Municípios - AMM-MT 5
Camara Municipal de Alto Garças 5
Camara Municipal de Araputanga 5
Camara Municipal de Cáceres 5
Camara Municipal de Dom Aquino 8
Câmara Municipal de Lambari D'Oeste 9
Camara Municipal de Paranatinga 14
Camara Municipal de Poconé 14
Camara Municipal de Porto Estrela 15
Camara Municipal de Salto do Céu 15
Camara Municipal de Santa Rita do Trivelato 17
Camara Municipal de União do Sul 17
Consórcio Intermunicipal Complexo Nascentes do Pantanal 17
Consórcio Intermunicipal Portal do Araguaia 19
Consórcio Intermunicipal de Saúde Vale do Rio Cuiabá 19
Consórcio Intermunicipal de Saúde da Região do Vale do Peixoto - CISVP 28
Consórcio Intermunicipal do Norte Araguaia 28
Fundo Municipal de Previdência Social – Previlandia 29
Prefeitura Municipal de Acorizal 29
Prefeitura Municipal de Água Boa 136
Prefeitura Municipal de Alto Boa Vista 138
Prefeitura Municipal de Alto Garças 139
Prefeitura Municipal de Alto Paraguai 147
Prefeitura Municipal de Alto Taquari 151
Prefeitura Municipal de Apiacás 152
Prefeitura Municipal de Araguaiana 153
Prefeitura Municipal de Araguainha 153
Prefeitura Municipal de Araputanga 154
Prefeitura Municipal de Arenápolis 155
Prefeitura Municipal de Barão de Melgaço 156
Prefeitura Municipal de Barra do Bugres 159
Prefeitura Municipal de Cáceres 159
Prefeitura Municipal de Campinápolis 162
Prefeitura Municipal de Campo Novo do Parecis 177
Prefeitura Municipal de Campo Verde 182
Prefeitura Municipal de Campos de Júlio 183
Prefeitura Municipal de Canabrava do Norte 183
Prefeitura Municipal de Canarana 188
Prefeitura Municipal de Carlinda 189
Prefeitura Municipal de Castanheira 202
Prefeitura Municipal de Chapada dos Guimarães 203
Prefeitura Municipal de Cláudia 204
Prefeitura Municipal de Cocalinho 209
Prefeitura Municipal de Colíder 209
Prefeitura Municipal de Colniza 210
Prefeitura Municipal de Comodoro 213
Prefeitura Municipal de Confresa 213
Prefeitura Municipal de Conquista D`Oeste 220
Prefeitura Municipal de Cotriguaçu 220
Prefeitura Municipal de Diamantino 222
Prefeitura Municipal de Dom Aquino 238
Prefeitura Municipal de Feliz Natal 238

Prefeitura Municipal de Gaúcha do Norte 240
Prefeitura Municipal de General Carneiro 253
Prefeitura Municipal de Indiavaí 255
Prefeitura Municipal de Itanhangá 256
Prefeitura Municipal de Itiquira 259
Prefeitura Municipal de Jaciara 261
Prefeitura Municipal de Jangada 262
Prefeitura Municipal de Jauru 262
Prefeitura Municipal de Juara 262
Prefeitura Municipal de Juína 263
Prefeitura Municipal de Juruena 263
Prefeitura Municipal de Juscimeira 264
Prefeitura Municipal de Lambari d´Oeste 264
Prefeitura Municipal de Marcelândia 270
Prefeitura Municipal de Matupá 270
Prefeitura Municipal de Mirassol d´Oeste 352
Prefeitura Municipal de Nobres 354
Prefeitura Municipal de Nossa Senhora do Livramento 358
Prefeitura Municipal de Nova Bandeirantes 411
Prefeitura Municipal de Nova Brasilândia 415
Prefeitura Municipal de Nova Guarita 416
Prefeitura Municipal de Nova Marilândia 416
Prefeitura Municipal de Nova Maringá 418
Prefeitura Municipal de Nova Monte Verde 421
Prefeitura Municipal de Nova Nazaré 424
Prefeitura Municipal de Nova Olímpia 425
Prefeitura Municipal de Nova Santa Helena 426
Prefeitura Municipal de Nova Ubiratã 430
Prefeitura Municipal de Nova Xavantina 439
Prefeitura Municipal de Novo Horizonte do Norte 439
Prefeitura Municipal de Novo Mundo 440
Prefeitura Municipal de Novo Santo Antônio 441
Prefeitura Municipal de Novo São Joaquim 442
Prefeitura Municipal de Paranatinga 442
Prefeitura Municipal de Pedra Preta 442
Prefeitura Municipal de Peixoto de Azevedo 444
Prefeitura Municipal de Poconé 444
Prefeitura Municipal de Pontal do Araguaia 447
Prefeitura Municipal de Ponte Branca 447
Prefeitura Municipal de Porto Alegre do Norte 448
Prefeitura Municipal de Porto Esperidião 449
Prefeitura Municipal de Porto Estrela 449
Prefeitura Municipal de Poxoréu 450
Prefeitura Municipal de Reserva do Cabaçal 450
Prefeitura Municipal de Ribeirão Cascalheira 462
Prefeitura Municipal de Rondonópolis 465
Prefeitura Municipal de Rosário Oeste 466
Prefeitura Municipal de Salto do Céu 471
Prefeitura Municipal de Santa Rita do Trivelato 474
Prefeitura Municipal de Santa Terezinha 477
Prefeitura Municipal de Santo Afonso 479
Prefeitura Municipal de Santo Antônio de Leverger 500
Prefeitura Municipal de Santo Antônio do Leste 500
Prefeitura Municipal de São Félix do Araguaia 503
Prefeitura Municipal de São José do Rio Claro 505
Prefeitura Municipal de São José do Xingu 506
Prefeitura Municipal de São José dos Quatro Marcos 506
Prefeitura Municipal de São Pedro da Cipa 507
Prefeitura Municipal de Serra Nova Dourada 507
Prefeitura Municipal de Tabaporã 508
Prefeitura Municipal de Tangará da Serra 509
Prefeitura Municipal de Terra Nova do Norte 511
Prefeitura Municipal de Torixoréu 511

Prefeitura Municipal de União do Sul 512
Prefeitura Municipal de Várzea Grande 513
Prefeitura Municipal de Vila Bela da Santíssima Trindade 521
Prefeitura Municipal de Vila Rica 524
União Dos Dirigentes Municipais De Educação De Mato Grosso - UNDIME 543

APRESENTAÇÃO

DIRETORIA DA AMM BIÊNIO 2021/2023

Presidente de Honra: José Eduardo Botelho

Presidente: Neurilan Fraga (PL) - Ex-prefeito de Nortelândia

Primeiro Vice-Presidente: Janailza Taveira Leite (Solidariedade) - prefeita de São Félix do Araguaia

Segundo Vice-Presidente: Marcelo de Aquino (PL) - prefeito de General Carneiro

Terceiro Vice-Presidente: Marilza Augusta de Oliveira (MDB)- prefeita de Nova Brasilândia

Quarto Vice-Presidente: Edu Laudi Pascoski (PL)- prefeito de Itanhangá

Quinto Vice-Presidente: Valdecio Luiz da Costa (PL)- prefeito de Dom Aquino

Secretário Geral: Daniel Rosa do Lago (PDT) - Prefeito de Porto Alegre do Norte

Primeiro Secretário: Leocir Hanel (PSDB) - prefeito de Nobres

Segundo Secretário: José Guedes de Souza (MDB) - prefeito de Rondolândia

Tesoureiro Geral: Silmar de Souza Gonçalves (DEM) - prefeito de Nossa Senhora do Livramento

Primeiro Tesoureiro: Alex Steves Berto (Solidariedade) - prefeito de Rosário Oeste

Segundo Tesoureiro: Altamir Kurten (PSDB) - prefeito de Cláudia

Conselho Fiscal:

1º Jacob Andre BringsKen (MDB) - prefeito de Vila Bela da Santíssima Trindade

2º Márcio Conceição Nunes de Aguiar (PSB) - prefeito de Cocalinho

3º Jadilson Alves de Souza (Republicanos) - prefeito de Curvelândia

Suplentes Fiscais:

1º Héctor Alvares Bezerra (PSL) - prefeito de Mirassol D'Oeste

2º Ederson Figueiredo (PP) - prefeito de Arenápolis

3º Julio Cesar dos Santos (MDB) - prefeito de Apiacás

Gerente de Comunicação
Malu Sousa

Responsável pelo Jornal Oficial AMM
Noides Cenio da Silva - (65) 2123-1270

(65) 9 9931-8446

Entre em Contato: jornaloficial@amm.org.br (65) - 2123 - 1270

O Diário Oficial dos Municípios do Estado do Mato Grosso
é uma solução voltada à modernização e transparência da gestão municipal

ASSOCIAÇÃO MATO-GROSSENSE DOS MUNICÍPIOS - AMM-MT

LICITAÇÃO
PREGÃO PRESENCIAL Nº 003/2021 SRP Nº 002/2021 MENOR PREÇO GLOBAL

ASSOCIAÇÃO MATO-GROSSENSE DOS MUNICÍPIOS (AMM)

PREGÃO PRESENCIAL Nº 003/2021 SRP Nº 002/2021

MENOR PREÇO GLOBAL

ASSOCIAÇÃO MATO-GROSSENSE DOS MUNICÍPIOS (AMM) com sede a Avenida Historiador Rubens de Mendonça, nº. 3920, Centro Administrativo, Cuiabá/MT, pelo seu pregoeiro, torna público para conhecimento de todos os interessados, que fará realizar licitação na modalidade de Pregão Presencial/Registro de Preços, do tipo menor preço Global, para "**CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NA PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE TRANSPORTE AÉREO HORA/VOO EM AVIÃO BIMOTOR COM CAPACIDADE DE NO MÍNIMO 04 (QUATRO) PASSAGEIROS MAIS O PILOTO**". Hora: às 10:00 horas (Horário Oficial de Mato Grosso), do dia 09 de Março de 2021, na sala de Licitações da Associação Mato-grossenses dos Municípios (AMM), A integra do Edital e esclarecimentos a respeito do presente certame poderá ser obtido no seguinte endereço: Associação Mato-grossenses dos Municípios (AMM), na Avenida Historiador Rubens de Mendonça, nº. 3920, Centro Administrativo, Cuiabá/MT ou pelo telefone (65)2123-1230 ou através do site: www.amm.org.br/portaltransparencia

Cuiabá/MT, 23 de fevereiro de 2021.

Fábio Albuquerque da Silva

Pregoeiro

CAMARA MUNICIPAL DE ALTO GARÇAS

PORTARIA Nº 012/2021

PORTARIA Nº 012/2021

A MESA DIRETORA DA CÂMARA MUNICIPAL DE ALTO GARÇAS, Estado de Mato Grosso, usando de suas atribuições que lhe são conferidas por Lei, estabelece medidas temporárias de prevenção ao contágio pelo no Coronavírus (COVID 19).

CONSIDERANDO, a obrigatoriedade de a Administração facilitar o acesso a informação aos cidadãos, (Lei Nacional n.º 12.527/2011) e (Lei Municipal n.º 1024/2015), por intermédio da ampla publicidade de seus atos.

CONSIDERANDO, os termos da Lei 13.979, de 6 de fevereiro de 2020, que "Dispõe sobre as medidas para enfrentamento da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do coronavírus responsável pelo surto de 2019".

CONSIDERANDO, a publicação da Lei Estadual n.º 11.110, de 22 de Abril de 2020, que "*Dispõe sobre a obrigatoriedade do uso de máscaras como medida não farmacológica para evitar a disseminação do novo coronavírus (covid-19) no âmbito do Estado de Mato Grosso e dá outras providências".*

RESOLVEM:

Art. 1º - Manter o atendimento externo do Poder Legislativo Municipal com funcionamento dos trabalhos externos e internos em horário reduzido das 12:00 às 17:00 horas, mantendo o funcionamento dos trabalhos na Câmara tanto para o expediente interno e externos, com atendimento presencial ao público das 12:00 às 17:00, após este horário o atendimentos será realizado somente pelo telefone (66) 3471-1101, (66) 99954-2016, 0800.647.1101 e pelo e-mail: cmaltogarcas@gmail.com, ou no e-mail da ouvidoria: ouvidoriacmag@gmail.com.

Art. 2º - Manter restrito o acesso interno à Câmara Municipal somente aos vereadores, servidores efetivos e comissionados, e pessoas previamente autorizadas, pelo presidente e/ou vice presidente da Câmara Municipal de Alto Garças-MT; **com o uso obrigatório de máscaras,** bem como, suspendendo a realização de quaisquer audiências públicas e congêneres no Plenário da Câmara Municipal de Alto Garças-MT, salvo se necessário para cumprir determinações do Tribunal de Contas-MT.

Art. 3º - Determinar que as Sessões Ordinárias/Extraordinárias da Câmara Municipal serão realizadas sem a presença de público, ou realizado por meios eletrônicos, cumprindo o princípio da publicidade.

Art. 4º - Determinar que quaisquer servidores ou vereadores com sintomas de gripes, resfriados, febres, sejam dispensados de comparecer a Câmara Municipal, sem prejuízos de seus salários.

Art. 5º - Facultar o comparecimento dos vereadores maiores de 60 anos, e portadores de doença crônicas, as Sessões Ordinárias, sem prejuízo de seus salários, no prazo previsto no artigo 1º desta Portaria; podendo participar das sessões, inclusive proferir seu voto por meios eletrônicos.

Art. 6º - Determinar que a Chefe de Departamento de Administração Orçamento e Finanças adote medidas de prevenção, disponibilizado antisséptico de mãos (álcool Gel), e condicionando a entrada na Câmara de pessoas, servidores e vereadores com a utilização de máscaras.

Art. 7º – Esta **PORTARIA** entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

Gabinete da Presidência, Edifício Sede do Poder Legislativo de Alto Garças –MT, em 22 de fevereiro de 2021.

WILSON PEREIRA DA SILVA

Presidente

FÁBIO ADRIANO AGULHÃO

Vice-Presidente

DELAYNNE CRISTINA L. A. COSTA

1º Secretária

LUIZ CARLOS BARBOSA DA SILVA

2ª Secretário

CAMARA MUNICIPAL DE ARAPUTANGA

CÂMARA MUNICIPAL DE ARAPUTANGA
PORTARIA Nº 03/2021/CMA.

Ronaldo De Jesus Santos, Presidente da Câmara Municipal de Araputanga, Estado de Mato Grosso, no uso de suas legais atribuições.

RESOLVE:

Conceder férias a Servidor GEVANILDO JOSÉ FERREIRA DE SOUZA, por 20 (vinte) dias a partir do dia 01/03/2021 a 20/03/2021, regulamentares correspondentes ao período aquisitivo de 2020/2021, sendo 10 dias indenizados.

Gabinete do Presidente da Câmara Municipal de Araputanga, Estado de Mato Grosso, aos 23 (vinte e três) dias do mês de fevereiro (02) do ano de dois mil e vinte um (2021).

Ronaldo De Jesus Santos

Presidente

CAMARA MUNICIPAL DE CÁCERES

CÂMARA MUNICIPAL DE CÁCERES
PORTARIA Nº 080/2021

"*Dispõe sobre o adiamento das férias ao servidor ULISSES ALVES SOUZA, e dá outras providências."*

O PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE CÁCERES, ESTADO DE MATO GROSSO, no uso de suas prerrogativas legais e de acordo como

Art. 69, §§1º, 2º, 3º e 4º e o Art. 73, §§1º e 2º, ambos da Lei Complementar nº 25 de 27 de novembro de 1997.

Considerando o que consta no Processo submetido ao Protocolo nº 0165, de 25 de janeiro de 2021, deste Poder Legislativo Municipal.

Considerando o que consta no Processo submetido ao Protocolo sob nº 0614, de 23 de fevereiro de 2021, desta Casa Legislativa Municipal.

R E S O L V E:

Art. 1º Conceder ao servidor **ULISSES ALVES SOUZA**, matrícula nº 541, ocupante do cargo de Contador da Câmara Municipal de Cáceres-MT, **a interrupção e o adiamento das férias,** previstas no Art. 1º, I, da Portaria nº 049/2021, para do dia 06 de abril de 2021, devendo retornar as suas atividades laborais no dia 16 de abril de 2021.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor a partir de sua publicação.

Registrada e Publicada, Cumpra-se.

Câmara Municipal de Cáceres-MT, 23 de fevereiro de 2021.

Domingos Oliveira dos Santos

Presidente da Câmara Municipal de Cáceres

CÂMARA MUNICIPAL DE CÁCERES
TERMO INDIVIDUAL DE POSSE EM CARGO EFETIVO

Perante o Excelentíssimo Senhor Vereador **Domingos Oliveira dos Santos**, Presidente da Câmara Municipal de Cáceres/MT, compareceu a Senhora RAQUEL SILVA OLIVEIRA DA COSTA**,** portadora da Cédula de Identidade, RG n° 18638732/ MT, CPF nº 031.639.751-27, nomeada pela **Portaria no 56, de 28 de janeiro de 2021**, publicada no Diário Oficial do Município – AMM no diário de nº **3.657**, de **29 de Janeiro de 2021**, tendo vigência a contar de **29 de Janeiro de 2021**, **para tomar posse no dia 22, do mês de fevereiro, do ano de 2021**, e assumir exercício no cargo de **Auxiliar de Serviços Gerais**, Enquadramento A1, com lotação na Câmara Municipal de Cáceres, tendo apresentado os documentos exigidos por lei e prestado o seguinte compromisso:

"*Prometo solenemente atender com eficiência e eficácia, bem como desenvolver com ética os deveres inerentes ao cargo para o qual fui nomeada na Câmara Municipal de Cáceres, envidando neste empenho quanto a mim couber, a bem do Município de Cáceres e de seus cidadãos. "*

Após lido e achado conforme, vai assinado por mim, JOELSON SANTANA RODRIGUES PEREIRA, que lavrei o presente termo, pelo empossado e pela autoridade competente.

Câmara Municipal de Cáceres/MT, 23 de fevereiro de 2021.

EMPOSSADO

DECLARAÇÃO

"Declaro, para os devidos fins e direitos, que estou ciente do termo de compromisso e posse, acima registrado.

Declaro, outrossim, para os devidos fins e direitos, sob pena da lei, que inexiste incompatibilidade legal e acúmulo de cargos públicos, para o exercício do cargo, conforme estabelece o art. 37, da Constituição Federal."

ASSINATURA DO SERVIDOR EMPOSSADO

_____

RAQUEL SILVA OLIVEIRA DA COSTA

AUTORIDADE COMPETENTE

_____

ASSINATURA DA AUTORIDADE COMPETENTE

DOMINGOS OLIVEIRA DOS SANTOS

PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE CÁCERES

ASSINATURA DO 1° SECRETÁRIO

_____

CELSO SILVA

VEREADOR

ASSINATURA DO RESPONSÁVEL PELAS INFORMAÇÕES DO TERMO

_____

JOELSON SANTANA RODRIGUES PEREIRA

DIRETOR DA SECRETARIA ADMINISTRATIVA

CÂMARA MUNICIPAL DE CÁCERES
PORTARIA Nº 079/2021

"*Dispõe sobre a nomeação de servidores para atuarem como Fiscal e Suplente de Contrato Administrativo e dá outras providências."*

O PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE CÁCERES, ESTADO DE MATO GROSSO, no uso de suas prerrogativas legais e regimentais.

Considerando o que consta no Processo submetido ao Protocolo sob nº 0605, de 22 de fevereiro de 2021, deste Poder Legislativo Municipal.

R E S O L V E:

Art. 1º Designar os servidores abaixo indicados para atuarem como Fiscal/Suplente dos Contratos abaixo, nos termos do Artigo 67 e §§ da Lei Federal nº 8.666/93, atribuindo-lhe os mais amplos poderes para o acompanhamento e fiscalização dos referidos instrumentos:

Convênio	Autarquia / CNPJ	OBJETO	FISCAL	SUPLENTE	INÍCIO TÉRMINO
001/ 2021	INSTITUTO MUNICIPAL DE PREVIDÊNCIA SOCIAL DOS SERVIDORES DE CÁCERES – PREVICÁCERES / 02.332.486/ 0001-90	Termo de Convênio visa a realização de Perícias Médicas, através do Instituto Municipal de Previdência Social dos Servidores de Cáceres – PreviCáceres, consistente na avaliação técnica realizada, privativamente, por Médicos Peritos ou Junta Médica formalmente designados e regularmente cadastrados junto ao PreviCáceres, com a finalidade de demonstrar a necessidade ou não, conforme a legislação vigente, do afastamento laboral do segurado, com a emissão de Laudo Médico conclusivo atestando o resultado da avaliação médica, além de outras atribuições relacionadas a avaliação da incapacidade laboral de servidores.	JOELSON SANTANA RODRIGUES PEREIRA	FERNANDA MIRAGE MANARA	21/02/ 2021 20/ 02/2022

Art. 2º Revogam-se as disposições em contrário.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor a partir de sua publicação.

Registrada e Publicada, Cumpra-se.

Câmara Municipal de Cáceres-MT, 23 de fevereiro de 2021.

Domingos Oliveira dos Santos

Presidente da Câmara Municipal de Cáceres

CÂMARA MUNICIPAL DE CÁCERES
PORTARIA Nº 077/2021

"*Dispõe sobre a nomeação da servidora POLIANI APARECIDA OTIL DA SILVA da função gratificada de Chefe do Departamento de Frotas e dá outras providências."*

O PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE CÁCERES, ESTADO DE MATO GROSSO, no uso de suas prerrogativas legais e regimentais e de acordo como Lei nº 2.766 de 24 de junho de 2019.

Considerando o que consta no referente Processo submetido ao Protocolo sob nº 0604, de 22 de fevereiro de 2021, deste Poder Legislativo Municipal.

R E S O L V E:

Art. 1º Nomear a Senhora **POLIANI APARECIDA OTIL DA SILVA**, matrícula 619, para exercer temporariamente o cargo em função gratificada de Chefe do Departamento de Frotas da Câmara Municipal de Cáceres-MT, durante os dias de 22 à 26 de fevereiro de 2021.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor a partir de sua publicação.

Registrada e Publicada, Cumpra-se.

Câmara Municipal de Cáceres-MT, 22 de fevereiro de 2021.

Domingos Oliveira dos Santos

Presidente da Câmara Municipal de Cáceres

CÂMARA MUNICIPAL DE CÁCERES
ATO DE HOMOLOGAÇÃO DE LICITAÇÃO

PROCESSO LICITATÓRIO N° 002/2021

PREGÃO ELETRÔNICO N° 002/2021

Referente ao **Pregão Eletrônico n° 002/2021,** que visa o Registro de Preços para futura e eventual aquisição de equipamentos e materiais de informática, assim como materiais de áudio/vídeo, para atender as necessidades da Câmara Municipal de Cáceres-MT.

Nos termos fixados no edital e seus anexos, mais especificamente no Anexo I – Termo de Referência, em conformidade com o parecer exarado pelo Assessor Jurídico desta Câmara Municipal, pelo Pregoeiro e Equipe de Apoio nomeados através da Portaria nº. 026/2021, FAÇO SABER que, nesta data fica "**HOMOLOGADO**" o processo licitatório modalidade Pregão Eletrônico n° **002/2021**, tendo como vencedoras do certame as empresas:

LICITAMAIS COMERCIO E SERVICOS EIRELI, inscrita no CNPJ n° 13. 201.732/0001-91;

MEM TECNOLOGIA EIRELI EPP, inscrita no CNPJ n° 21.962.518/ 0001-86;

MISTER MICRO PARANÁ LTDA ME, inscrita no CNPJ n° 01.518.425/ 0001-50.

Perfazendo um total de **R$ 12.180,06** (Doze mil cento e oitenta reais e seis centavos), para os itens 3, 5, 6, 7, 9, 13, 14, 15, 16, e 17, do Termo de Referência.

Cáceres - MT, 23 de fevereiro de 2021.

DOMINGOS OLIVEIRA DOS SANTOS

Presidente da Câmara Municipal de Cáceres

CÂMARA MUNICIPAL DE CÁCERES
EXTRATO DA ATA REGISTRO DE PREÇOS N° 003/2021

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 003/2021

Interessada: Câmara Municipal de Cáceres

Para atendimento do disposto no § 2º do artigo 15 da Lei Federal nº 8.666/93, a Câmara de Cáceres, através da Comissão Permanente de Pregão torna públicos os preços registrados na ata acima identificada, bem como, a respectiva empresa detentora, conforme segue:

Objeto: Registro de Preços para futura e eventual contratação da pessoa jurídica para fornecimento de link dedicado de internet via fibra ótica para uso da Câmara Municipal de Cáceres-MT.

Detentora: PEDROSA JUNIOR E SANTOS LTDA

CNPJ n° 25.452.912/0001-25.

Validade: 12 meses, a partir de 17 de fevereiro de 2021.

ESPECIFICAÇÕES, VALORES E QUANTITATIVOS

ITEM	DESCRIÇÃO/ ESPECIFICAÇÃO	Unidade de Medida	Qtd.	Valor Unitário	Valor Total Anual
1	SERVICO DE ACESSO E UTILIZACAO - ASSINATURA MENSAL DE SERVICO DE LINK DEDICADO A INTERNET, LINK DE FIBRA OPTICA, 70MBPS.	MÊS	12	R$ 2. 500,00	R$ 30. 000,00
VALOR TOTAL					R$ 30. 000,00
(Trinta mil reais)					

CONTRATANTE

CÂMARA MUNICIPAL DE CÁCERES-MT

Vereador Domingos Oliveira dos Santos

Presidente

CONTRATADA

PEDROSA JUNIOR E SANTOS LTDA

CNPJ n° 25.452.912/0001-25

Julio Pedrosa Junior

Representante Legal

CÂMARA MUNICIPAL DE CÁCERES
PORTARIA Nº 078/2021

"*Dispõe sobre a nomeação do servidor JULICLEI GOMES DE ALMEIDA responsável pelo Sistema GEO-OBRAS– TCE/MT e dá outras providências.*"

O PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE CÁCERES, ESTADO DE MATO GROSSO, no uso de suas prerrogativas legais e regimentais.

Considerando o que consta no referente Processo submetido ao Protocolo sob nº 0603, de 22 de fevereiro de 2021, deste Poder Legislativo Municipal.

R E S O L V E:

Art. 1º Nomear o Senhor **JULICLEI GOMES DE ALMEIDA**, portador da Cédula de Identidade, RG nº 1862240-2/SSP-MT e inscrito no Cadastro de Pessoas Físicas do Ministério da Fazenda – CPF/MF sob nº 028.718. 961-94, responsável pelo envio de informações e documentos relacionados a obras e serviços de engenharia desta Casa Legislativa ao Sistema GEO-OBRAS– TCE/MT.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor a partir de sua publicação.

Registrada e Publicada, Cumpra-se.

Câmara Municipal de Cáceres-MT, 23 de fevereiro de 2021.

Domingos Oliveira dos Santos

Presidente da Câmara Municipal de Cáceres

CAMARA MUNICIPAL DE DOM AQUINO

CAMARA MUNICIPAL
PORTARIA N.º 006/2021

Portaria n.º 006/2021 Dom Aquino/MT, em 22 de fevereiro de 2021.

MARIA DE SOUZA OLIVEIRA, Presidente da Câmara Municipal de Dom Aquino, Estado de Mato Grosso, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas por Lei:

RESOLVE:

Art. 1º - Enquadrar os servidores **JUCIMAR OLIVEIRA CAMPOS** e **LOURIVAL SOARES DE OLIVEIRA FILHO** do nível 07 para nível 08 – Técnico Legislativo, conforme o que dispõe a Lei n.º 1651/2020.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam as disposições em contrário.

Art. 4º - Publique-se, registre-se, intime-se e cumpra-se.

Gabinete da Presidência em 22 de fevereiro de 2.021.

MARIA DE SOUZA OLIVEIRA

Presidente

CONTAS ANUAIS - EXERCÍCIO 2020

LAMBARI DOESTE CAMARA MUNICIPAL

ANEXO 12 - BALANÇO ORÇAMENTÁRIO

Exercício de 2020 — DEZEMBRO(31/12/2020) —

ISOLADO:5 - LAMBARI DOESTE CAMARA MUNICIPAL

RECEITAS ORÇAMENTÁRIAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS (b)	SALDO c = (b-a)
RECEITAS CORRENTES(I)	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITAS DE CAPITAL (II)	0,00	0,00	0,00	0,00
SUBTOTAL DAS RECEITAS (III)=(I+II)	0,00	0,00	0,00	0,00
REFINANCIAMENTO (IV)	0,00	0,00	0,00	0,00
Operações de Crédito Internas	0,00	0,00	0,00	0,00
Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00
Contratual	0,00	0,00	0,00	0,00
Operações de Crédito Externas	0,00	0,00	0,00	0,00
Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00
Contratual	0,00	0,00	0,00	0,00
SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO (V) = (III+IV)	0,00	0,00	0,00	0,00
DÉFICIT (VI)			1.200.976,76	
TOTAL (VII) = (V+VI)	0,00	0,00	1.200.976,76	
SALDOS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	0,00	0,00	0,00	
(UTILIZADOS PARA CRÉDITO ADICIONAIS)		0,00	0,00	
Recursos Arrecadados em Exercícios Anteriores	0,00	0,00	0,00	
Superávit Financeiro		0,00	0,00	
Reabertura de Créditos Adicionais		0,00	0,00	

EDEMARCIO PEREIRA LOPES
PRESIDENTE
989.809.041-34

WILLIAN DE OLIVEIRA IAHN JUNIOR
VEREADOR
964.770.911-00

ALTAIDE RODRIGUES GONÇALVES
CONTADOR
708.182.826-49

LAMBARI DOESTE CAMARA MUNICIPAL

ANEXO 12 - BALANÇO ORÇAMENTÁRIO

Exercício de 2020 — DEZEMBRO(31/12/2020) —

DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS	DOTACAO INICIAL (d)	DOTAÇÃO ATUALIZADA (e)	DESPESAS EMPENHADAS (f)	DESPESAS LIQUIDADAS (g)	DESPESAS PAGAS (h)	SALDO DA DOTAÇÃO (i)=(e-f)
DESPESAS CORRENTES (VIII)	1.179.000,00	1.194.026,72	1.194.026,72	1.194.026,72	1.194.026,72	0,00
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	827.000,00	817.373,00	817.373,00	817.373,00	817.373,00	0,00
JUROS E ENCARGOS DA DíVIDA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	352.000,00	376.653,72	376.653,72	376.653,72	376.653,72	0,00
DESPESAS DE CAPITAL (IX)	21.000,00	6.950,04	6.950,04	6.950,04	6.950,04	0,00
INVESTIMENTOS	21.000,00	6.950,04	6.950,04	6.950,04	6.950,04	0,00
INVERSÕES FINANCEIRAS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RESERVA DE CONTINGÊNCIA(X)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SUBTOTAL DAS DESPESAS (XI)=(VIII+IV+X)	1.200.000,00	1.200.976,76	1.200.976,76	1.200.976,76	1.200.976,76	0,00
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA - REFINANCIAMENTO (XII)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida Interna	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DÍVIDA MOBILIÁRIA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
OUTRAS DÍVIDAS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida Externa	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DÍVIDA MOBILIÁRIA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
OUTRAS DÍVIDAS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO (XIII)=(XI+XII)	1.200.000,00	1.200.976,76	1.200.976,76	1.200.976,76	1.200.976,76	0,00
SUPERÁVIT (XIV)			0,00			
TOTAL (XV)=(XIII + XIV)	1.200.000,00	1.200.976,76	1.200.976,76	1.200.976,76	1.200.976,76	0,00
RESERVA DO RPPS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

QUADRO DA EXECUÇÃO DOS RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS

RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS	INSCRITOS		LIQUIDADOS	PAGOS	CANCELADOS	SALDO
	EM EXERCÍCIOS ANTERIORES (a)	EM 31 DE DEZEMBRO DO EXERCÍCIO ANT (b)	(c)	(d)	(e)	(f)=(a+b-d-e)
DESPESAS CORRENTES	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
JUROS E ENCARGOS DA DíVIDA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESAS DE CAPITAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
INVESTIMENTOS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
INVERSÕES FINANCEIRAS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

QUADRO DA EXECUÇÃO DOS RESTOS A PAGAR PROCESSADOS

RESTOS A PAGAR PROCESSADOS	INSCRITOS		PAGOS	CANCELADOS	SALDO
	EM EXERCÍCIOS ANTERIORES (a)	EM 31 DE DEZEMBRO DO EXERCÍCIO ANT (b)	(C)	(d)	(e)=(a+b-c-d)
DESPESAS CORRENTES	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
JUROS E ENCARGOS DA DíVIDA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESAS DE CAPITAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
INVESTIMENTOS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
INVERSÕES FINANCEIRAS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

EDEMARCIO PEREIRA LOPES
PRESIDENTE
989.809.041-34

WILLIAN DE OLIVEIRA IAHN JUNIOR
VEREADOR
964.770.911-00

ALTAIDE RODRIGUES GONÇALVES
CONTADOR
708.182.826-49

LAMBARI DOESTE CAMARA MUNICIPAL

ANEXO 13 - BALANÇO FINANCEIRO

Exercício de 2020 — Dezembro(31/12/2020) — 1 of 1

ISOLADO:5 - LAMBARI DOESTE CAMARA MUNICIPAL

INGRESSOS			
ESPECIFICAÇÃO	Nota	Exercício Atual	Exercício Anterior
RECEITA ORÇAMENTÁRIA		**0,00**	**0,00**
RECURSOS ORDINÁRIOS		0,00	0,00
TRANSFERENCIAS FINANCEIRAS RECEBIDAS		**1.200.976,76**	**1.104.000,00**
TRANSFERÊNCIAS RECEBIDAS PARA A EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA		1.200.976,76	1.104.000,00
REPASSE RECEBIDO - DUODÉCIMO		1.200.976,76	1.104.000,00
RECEBIMENTOS EXTRA-ORÇAMENTARIOS		**188.478,22**	**150.310,46**
DEPÓSITOS RESTITUÍVEIS E VALORES VINCULADOS		188.478,22	150.310,46
CONTRIBUIÇÃO AO RGPS (F)		15.549,48	15.816,00
IMPOSTO SOBRE A RENDA RETIDO NA FONTE - IRRF (F)		33.548,31	23.462,34
ISS (F)		2.876,03	2.268,33
PENSAO ALIMENTICIA (F)		16.600,80	6.746,40
RETENÇÕES - EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS (F)		78.539,92	71.850,97
RETENÇÕES - ENTIDADES REPRESENTATIVAS DE CLASSES (F)		2.436,33	2.061,10
RPPS - RETENÇÕES SOBRE VENCIMENTOS E VANTAGENS (F)		38.927,35	28.105,32
SALDOS DO EXERC. ANTERIOR		**0,00**	**0,00**
CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA		0,00	0,00
TOTAL		**1.389.454,98**	**1.254.310,46**

DISPÊNDIOS			
ESPECIFICAÇÃO	Nota	Exercício Atual	Exercício Anterior
DESPESA ORÇAMENTÁRIA		**1.200.976,76**	**1.012.702,24**
RECURSOS DO EXERCíCIO CORRENTE		1.200.976,76	1.012.702,24
GERAL		1.200.976,76	1.012.702,24
TRANSFERÊNCIAS FINANCEIRAS CONCEDIDAS		**0,00**	**91.297,76**
TRANSFERÊNCIAS CONCEDIDAS PARA A EXECUÇÃO ORCAMENTARIA		0,00	91.297,76
DEVOLUÇÃO DE TRANSFERÊNCIAS DE DUODÉCIMO RECEBIDAS		0,00	91.297,76
PAGAMENTOS EXTRA-ORÇAMENTARIOS		**188.478,22**	**150.310,46**
DEPÓSITOS RESTITUÍVEIS E VALORES VINCULADOS		188.478,22	150.310,46
CONTRIBUIÇÃO AO RGPS (F)		15.549,48	15.816,00
IMPOSTO SOBRE A RENDA RETIDO NA FONTE - IRRF (F)		33.548,31	23.462,34
ISS (F)		2.876,03	2.268,33
PENSAO ALIMENTICIA (F)		16.600,80	6.746,40
RETENÇÕES - EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS (F)		78.539,92	71.850,97
RETENÇÕES - ENTIDADES REPRESENTATIVAS DE CLASSES (F)		2.436,33	2.061,10
RPPS - RETENÇÕES SOBRE VENCIMENTOS E VANTAGENS (F)		38.927,35	28.105,32
SALDOS P/O EXERC. SEGUINTE		**0,00**	**0,00**
CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA		0,00	0,00
CONTA ÚNICA (F)		0,00	0,00
TOTAL		**1.389.454,98**	**1.254.310,46**

EDEMARCIO PEREIRA LOPES
PRESIDENTE
989.809.041-34

WILLIAN DE OLIVEIRA IAHN JUNIOR
VEREADOR
964.770.911-00

ALTAIDE RODRIGUES GONÇALVES
CONTADOR
708.182.826-49

LAMBARI DOESTE CAMARA MUNICIPAL

ANEXO 14 - BALANÇO PATRIMONIAL

Exercício de 2020 — Dezembro(31/12/2020) — 1 of 3

A) QUADRO PRINCIPAL

ISOLADO:5 - LAMBARI DOESTE CAMARA MUNICIPAL

ATIVO			
ESPECIFICAÇÃO	Nota	Exercício Atual	Exercício Anterior
ATIVO CIRCULANTE		**1.130,95**	**1.130,95**
VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS PAGAS ANTECIPADAMEN		**1.130,95**	**1.130,95**
ASSINATURAS E ANUIDADES A APROPRIAR		**1.130,95**	**1.130,95**
ASSINATURAS E ANUIDADES A APROPRIAR - CONSOLIDAÇÃO (P)	P	1.130,95	1.130,95
ATIVO NÃO CIRCULANTE		**266.469,55**	**267.300,64**
IMOBILIZADO		**266.469,55**	**267.300,64**
BENS MOVEIS		**147.366,80**	**140.416,76**
MÁQUINAS, APARELHOS, EQUIPAMENTOS E FERRAMENTAS (P)	P	24.679,10	24.109,10
MÓVEIS E UTENSÍLIOS (P)	P	95.756,19	94.336,19
VEÍCULOS (P)	P	19.297,35	19.297,35
DEMAIS BENS MÓVEIS	P	84,58	84,58
BENS DE INFORMÁTICA (P)	P	7.549,58	2.589,54
BENS IMÓVEIS		**143.721,40**	**143.721,40**
BENS DOMINICAIS (P)	P	143.721,40	143.721,40
(-) DEPRECIAÇÃO, EXAUSTÃO E AMORTIZAÇÃO ACUMULADAS		**-24.618,65**	**-16.837,52**
(-) DEPRECIAÇÃO ACUMULADA - BENS MÓVEIS (P)	P	-24.618,65	-16.837,52
TOTAL		**267.600,50**	**268.431,59**

PASSIVO			
ESPECIFICAÇÃO	Nota	Exercício Atual	Exercício Anterior
PASSIVO CIRCULANTE		**19.551,39**	**19.551,39**
OBRIGAÇÕES TRABALHISTAS, PREVIDENCIÁRIAS E ASSISTENCIAI		**19.551,39**	**19.551,39**
PESSOAL A PAGAR		**19.551,39**	**19.551,39**
PESSOAL A PAGAR	P	19.551,39	19.551,39
TOTAL PASSIVO		**19.551,39**	**19.551,39**

PATRIMÔNIO LÍQUIDO			
ESPECIFICAÇÃO	Nota	Exercício Atual	Exercício Anterior
PATRIMÔNIO LIQUIDO		**248.049,11**	**248.880,20**
RESULTADOS ACUMULADOS		**248.049,11**	**248.880,20**
SUPERÁVITS OU DÉFICITS ACUMULADOS		**248.049,11**	**248.880,20**
SUPERÁVITS OU DÉFICITS DO EXERCÍCIO	P	-831,09	0,00
SUPERAVITS OU DEFICITS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	P	248.880,20	248.880,20
TOTAL PATRIMÔNIO LÍQUIDO		**248.049,11**	**248.880,20**
TOTAL		**267.600,50**	**268.431,59**

LAMBARI DOESTE CAMARA MUNICIPAL

BALANÇO PATRIMONIAL

Exercício de 2020 — Dezembro(31/12/2020) — 2 of 3

B) QUADRO DOS ATIVOS E PASSIVOS FINANCEIROS E PERMANENTES

ATIVO FINANCEIRO	0,00	0,00	PASSIVO FINANCEIRO (0,00)+ Restos não Processado(0,00)	0,00	0,00
ATIVO PERMANENTE	267.600,50	268.431,59	PASSIVO PERMANENTE	19.551,39	19.551,39
			SALDO PATRIMONIAL	248.049,11	248.880,20

EDEMARCIO PEREIRA LOPES
PRESIDENTE
989.809.041-34

WILLIAN DE OLIVEIRA IAHN JUNIOR
VEREADOR
964.770.911-00

ALTAIDE RODRIGUES GONÇALVES
CONTADOR
708.182.826-49

LAMBARI DOESTE CAMARA MUNICIPAL

ANEXO 14 - BALANÇO PATRIMONIAL

Exercício de 2020 — Dezembro(31/12/2020) —

C) QUADRO DAS CONTAS DE COMPENSAÇÃO (CONTROLE)

ESPECIFICAÇÃO				ESPECIFICAÇÃO			
SALDOS DOS ATOS POTENCIAIS ATIVOS (Contas do Grupo 811xx)	Nota	Exercício Atual	Exercício Anterior	SALDOS DOS ATOS POTENCIAIS PASSIVOS (Contas do Grupo 812xx)	Nota	Exercício Atual	Exercício Anterior
				COMPENSAÇÕES		**64.800,01**	**73.100,00**
				EXECUÇÃO DE OBRIGAÇÕES CONVENIADAS E OUTROS INSTRUMENTOS CONGÊNERES		7.800,00	7.800,00
				EXECUÇÃO DE OBRIGAÇÕES CONTRATUAIS		57.000,01	65.300,00
				TOTAL		**64.800,01**	**73.100,00**

EDEMARCIO PEREIRA LOPES
PRESIDENTE
989.809.041-34

WILLIAN DE OLIVEIRA IAHN JUNIOR
VEREADOR
964.770.911-00

ALTAIDE RODRIGUES GONÇALVES
CONTADOR
708.182.826-49

LAMBARI DOESTE CAMARA MUNICIPAL

ANEXO 15 - VARIAÇÕES PATRIMONIAIS

Exercício de 2020 — Dezembro(31/12/2020) —

ISOLADO:5 - LAMBARI DOESTE CAMARA MUNICIPAL

VARIAÇÕES PATRIMONIAIS QUANTITATIVAS

VARIAÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS

ESPECIFICAÇÃO	Nota	Exercício Atual	Exercício Anterior
TRANSFERÊNCIAS E DELEGAÇÕES RECEBIDAS		**1.200.976,76**	**1.104.000,00**
TRANSFERÊNCIAS INTRAGOVERNAMENTAIS		1.200.976,76	1.104.000,00
TOTAL DAS VARIAÇÕES AUMENTATIVAS		**1.200.976,76**	**1.104.000,00**
RESULTADO PATRIMONIAL (DÉFICIT)		**831,09**	**15.128,57**
TOTAL		**1.201.807,85**	**1.119.128,57**

VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS

ESPECIFICAÇÃO	Nota	Exercício Atual	Exercício Anterior
PESSOAL E ENCARGOS		**830.173,00**	**697.733,81**
REMUNERAÇÃO A PESSOAL		702.529,84	604.525,28
ENCARGOS PATRONAIS		114.843,16	92.008,53
OUTRAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS - PESSOAL E ENCARGOS		12.800,00	1.200,00
USO DE BENS, SERVIÇOS E CONSUMO DE CAPITAL FIXO		**211.585,19**	**176.497,00**
USO DE MATERIAL DE CONSUMO		40.878,89	13.944,87
SERVIÇOS		162.925,17	156.356,05
DEPRECIAÇÃO, AMORTIZAÇÃO E EXAUSTÃO		7.781,13	6.196,08
VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS FINANCEIRAS		**1.649,66**	**0,00**
JUROS E ENCARGOS DE MORA		49,66	0,00
OUTRAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS - FINANCEIRAS		1.600,00	0,00
TRANSFERÊNCIAS E DELEGAÇÕES CONCEDIDAS		**0,00**	**91.297,76**
TRANSFERÊNCIAS INTRAGOVERNAMENTAIS		0,00	91.297,76
TRIBUTÁRIAS		**0,00**	**3.600,00**
CONTRIBUIÇÕES		0,00	3.600,00
OUTRAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS		**158.400,00**	**150.000,00**
DIVERSAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS		158.400,00	150.000,00
TOTAL DAS VARIAÇÕES DIMINUTIVAS		**1.201.807,85**	**1.119.128,57**
TOTAL		**1.201.807,85**	**1.119.128,57**

EDEMARCIO PEREIRA LOPES	WILLIAN DE OLIVEIRA IAHN JUNIOR	ALTAIDE RODRIGUES GONÇALVES
PRESIDENTE	VEREADOR	CONTADOR
989.809.041-34	964.770.911-00	708.182.826-49

LAMBARI DOESTE CAMARA MUNICIPAL

ANEXO 15 - VARIAÇÕES PATRIMONIAIS

Exercício de 2020 — Dezembro(31/12/2020) — 2 of 2

ISOLADO:5 - LAMBARI DOESTE CAMARA MUNICIPAL

VARIAÇÕES PATRIMONIAIS QUALITATIVAS
(DECORRENTES DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA)

ESPECIFICAÇÃO	Nota	Exercício Atual	Exercício Anterior
INCORPORAÇÃO DE ATIVO		**6.950,04**	**9.487,95**
INVESTIMENTOS		6.950,04	9.487,95

EDEMARCIO PEREIRA LOPES
PRESIDENTE
989.809.041-34

WILLIAN DE OLIVEIRA IAHN JUNIOR
VEREADOR
964.770.911-00

ALTAIDE RODRIGUES GONÇALVES
CONTADOR
708.182.826-49

CAMARA MUNICIPAL DE PARANATINGA

DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 05/2021

PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO Nº 05/2021.

DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 05/2021.

CONTRATADA:

PARENTES E FERNANDES DE SOUZA LTDA.

AVENIDA BANDEIRANTES, Nº 1736, BAIRRO – CENTRO.

PARANATINGA – MT CEP: 78870-000.

CNPJ: 11.954.125/0001-77.

FANTASIA – VIRTUAL CONNECT – INTERNET BANDA LARGA EPP.

DATAS:

DA JUSTIFICATIVA: 09/02/2021.

DA AUTORIZAÇÃO: 22/02/2021.

DA CONTRATAÇÃO: 26/02/2021.

VALOR DA CONTRATAÇÃO:

R$ 7.500,00 (SETE MIL E QUINHENTOS REAIS).

OBJETO DA CONTRATAÇÃO

O PRESENTE CONTRATO TEM POR **OBJETO**: **AQUISIÇÃO DE SERVIÇOS DE ACESSO E UTILIZAÇÃO DE INTERNET;** PARA ATENDER AS NECESSIDADES DO LEGISLATIVO MUNICIPAL DA PRESIDENCIA DURANTE A GESTÃO 2021/2022 DESTA CÂMARA MUNICIPAL DE PARANATINGA-MT.

CÓDIGO TCE - 317114-0

UNIDADE DE FORNECIMENTO - 1092

PARANATINGA – MT, 23 de Fevereiro De 2021.

_____

Cleiton Rodrigues da Silva.

Presidente da Câmara Municipal - Gestão 2021/2022.

CAMARA MUNICIPAL DE POCONÉ

CÂMARA MUNICIPAL
APOSTILAMENTO VASCONCELLOS

APOSTILA PARA COMPLEMENTAÇÃO DO CONTRATO N° 006/2018, PARA O EXERCICIO DE 2021.

Apostilamento para Complementação do Contrato n° 006/2018, tendo em vista o início de um novo ano contábil, e empenho proporcional.

OBJETO: Contratação de Empresa para Prestação de Serviços Advocatícios e Consultoria Jurídica para a Câmara Municipal de Poconé – MT.

CONTRATANTE: VASCONCELOS DE MORAES ADVOGADOS ASSOCIADOS CNPJ. N° 21.944.357/0001-06.

FUNDAMENTO LEGAL: Lei n° 8.666/93, artigo 65.

Poconé – MT, 14 de janeiro de 2021.

Márcio Fernandes Nunes Pereira

Presidente

CÂMARA MUNICIPAL
APOSTILAMENTO TITÂNIA

APOSTILA PARA COMPLEMENTAÇÃO DO CONTRATO N° 008/2019 PARA O EXERCICIO DE 2021.

Apostilamento para Complementação do Contrato n° 008/2019, tendo em vista o início de um novo ano contábil, e empenho proporcional.

OBJETO: Contratação de empresa para prestação de serviços de conexão à internet via fibra óptica de 10 Mega, para a Câmara Municipal de Poconé – MT.

CONTRATANTE: TITÂNIA COMERCIO E SERVIÇOS DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO LTDA CNPJ. N° 09.093.813/0001-48.

FUNDAMENTO LEGAL: Lei n° 8.666/93, artigo 65.

Poconé – MT, 20 de janeiro de 2021.

Márcio Fernandes Nunes Pereira

Presidente

CÂMARA MUNICIPAL
APOSTILAMENTO POLICON

APOSTILA PARA COMPLEMENTAÇÃO DO CONTRATO N° 007/2019 PARA O EXERCICIO DE 2021.

Apostilamento para Complementação do Contrato n° 007/2019, tendo em vista o início de um novo ano contábil, e empenho proporcional.

OBJETO: Contratação de Empresa Especializada na Prestação de Serviços de Informatização, por meio do aluguel de licenças de uso dos sistemas de apoio à gestão pública, nas áreas de: Planejamento, Contabilidade, Transparência Publica, Compras, Licitações e Contratos, Patrimônio, Almoxarifado/Estoque, Frotas, Sistema de Pregão, Folha de Pagamentos, Recursos Humanos, Holerite via web e Protocolo e Processo, incluindo os serviços de conversão de dados, treinamento operacional dos servidores e, de forma continuada, a manutenção e o suporte técnico.

CONTRATANTE: POLICON TECNOLOGIA E GESTÃO LTDA CNPJ. N° 33.929.416/0001-48.

FUNDAMENTO LEGAL: Lei n° 8.666/93, artigo 65.

Poconé – MT, 17 de janeiro de 2021.

Márcio Fernandes Nunes Pereira

Presidente

CAMARA MUNICIPAL DE PORTO ESTRELA

CAMARA MUNICIPAL DE PORTO ESTRELA/MT
PORTARIA Nº 029/2021 DECRETA LUTO OFICIAL PELO FALECIMENTO DO SR. MARCOS LOPES. E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

PORTARIA Nº 029/2021

Decreta luto oficial pelo falecimento do **Sr. Marcos Lopes.** e dá outras providências.

Daniel Santi da Silva, Presidente da Câmara Municipal de Porto Estrela, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas por lei.

CONSIDERANDO, o falecimento do **Sr Marcos Lopes**, 22 de Fevereiro de 2021**.**

DECRETA:

Art. **1º** Fica decretado, com profundo pesar, **LUTO OFICIAL,** em virtude do falecimento do Sr Marcos Lopes.

PARAGRAFO ÚNICO: retornando as atividades normais as 7:00 horas do dia 24 de Fevereiro (quarta-feira).

Art. 2°. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Publique-se,

Registre-se e

Cumpra-se.

Gabinete da Presidência, em 23 de Fevereiro de 2021.

Daniel Santi da Silva.

Presidente

CAMARA MUNICIPAL DE SALTO DO CÉU

CÂMARA MUNICIPAL DE SALTO DO CÉU - MT/DEPARTAMENTO DE CONTABILIDADE
RETIFICAÇÃO DE PUBLICAÇÃO

RETIFICAÇÃO DE PUBLICAÇÃO

Retifica-se a publicação da página 19 do dia 25 de Janeiro de 2021 • Jornal Oficial Eletrônico dos Municípios do Estado de Mato Grosso • ANO XVI | N° 3.653, referente a PORTARIA N.º 002 DE 04 DE JANEIRO DE 2021, da Câmara Municipal de Salto do Céu/MT.

ONDE SE LÊ: **"DESIGNA OS MEMBROS DA COMISSÃO DE LICITAÇÃO DO EXERCÍCIO DE 2020 DA CÂMARA MUNICIPAL DE SALTO DO CÉU – MT E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS."**

LEIA-SE: **"DESIGNA OS MEMBROS DA COMISSÃO DE LICITAÇÃO DO EXERCÍCIO DE 2021 DA CÂMARA MUNICIPAL DE SALTO DO CÉU – MT E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS."**.

CÂMARA MUNICIPAL DE SALTO DO CÉU - MT/DEPARTAMENTO DE CONTABILIDADE
PORTARIA

PORTARIA Nº 03, DE 04 DE JANEIRO DE 2020.

"Disciplina as consignações em folha de pagamento no âmbito da Câmara Municipal de Salto do Céu/MT, e dá outras providências."

A Excelentíssima Senhora CORINA BRUNO NUNES Presidente da Câmara Municipal de Salto do Céu, Estado de Mato Grosso, no uso das atribuições legais e

Considerando a necessidade de realizar a adequação das consignações em folha de pagamento;

Considerando a necessidade de uniformizar a disciplina e de buscar transparência no processo das consignações em folha de pagamento;

RESOLVE:

Art. 1º Esta Portaria dispõe sobre a gestão das consignações em folha de pagamento no âmbito do sistema de gestão de pessoas da Câmara Municipal de Salto do Céu, Estado de Mato Grosso.

Parágrafo único. Esta Portaria aplica-se:

I - aos Servidores públicos efetivos, ativo, do estabilizado constitucionalmente e comissionados da *Câmara Municipal de Salto do Céu, Estado de Mato Grosso*.

Art. 2º Para os fins desta Portaria, considera-se:

I - desconto - valor deduzido de remuneração, subsídio, provento ou salário, compulsoriamente, por determinação legal ou judicial;

I - consignante: Câmara Municipal de Salto do Céu Estado de Mato Grosso, que realizará o controle e averbações das consignações em favor da consignatária;

II - consignatária: pessoa jurídica de direito público ou privado destinatária dos créditos resultantes das consignações compulsórias ou facultativas, em decorrência de relação jurídica estabelecida com o consignado;

III - consignado: o servidor público efetivo, ativo e o estabilizado constitucionalmente e o comissionado, que autorize desconto de consignações em folha de pagamento;

IV - consignação compulsória: desconto efetuado no subsídio do servidor público efetivo, ativo e do estabilizado constitucionalmente, e comissionado, por imposição legal, judicial ou administrativa;

V - consignação facultativa: desconto efetuado no subsídio do servidor público efetivo, ativo e do estabilizado constitucionalmente e comissionado, por sua autorização prévia e formal e ciência da *Câmara Municipal de Salto do Céu, Estado de Mato Grosso*;

VI - margem consignável: valor máximo da soma mensal das consignações facultativas atribuído a cada consignado, calculada aplicando-se um percentual sobre a sua remuneração líquida;

VII - remuneração líquida: remuneração bruta subtraída das consignações compulsórias;

VIII - remuneração bruta: subsídio, provento ou pensão do servidor público efetivo, ativo e do estabilizado constitucionalmente, e comissionado, excluindo-se os pagamentos referentes às férias, gratificação natalina e outras vantagens de caráter extraordinário, eventual ou de ocupação transitória;

Art. 3º Somente incidirão descontos no subsídio do Servidor Público efetivo, ativo e do estabilizado constitucionalmente, e do comissionado, por imposição legal, judicial, administrativa ou ainda, por sua autorização prévia e formal.

Art. 4º São consignações compulsórias:

I - contribuição para o Plano de Seguridade Social do Servidor Público;

II - contribuição para a Previdência Social;

III - obrigações decorrentes de decisão judicial ou administrativa;

IV - imposto sobre renda e proventos de qualquer natureza;

V - reposição e indenização ao erário;

VI - mensalidades para os sindicatos e associações representativas de classe;

VII - outras obrigações decorrentes de imposição legal.

Art. 5º São consignações facultativas:

I - contribuição para serviço de saúde ou plano de saúde, prestado por meio de operadora ou entidade de previdência complementar ou disponibilizado por administradora de benefícios de saúde, previsto em instrumento firmado com a Câmara Municipal de Salto do Céu, Estado de Mato Grosso;

II - coparticipação para plano de saúde de entidade de previdência complementar ou de autogestão patrocinada, previsto em instrumento firmado com **Câmara Municipal de Salto do Céu, Estado de Mato Grosso**;

III - pensão alimentícia voluntária, consignada em favor de dependente indicado em assentamento funcional do consignado;

IV - prestação referente a empréstimos concedidos por cooperativas de crédito, bancos públicos ou privados, pessoas jurídicas de direito privado, especializadas em meios eletrônicos de pagamento ou serviços prestados pelas administradoras de cartões de crédito, constituídas, na forma da lei, com a finalidade de prestar serviços financeiros;

§ 1º As consignações somente poderão ser incluídas na folha de pagamento após a autorização expressa do consignado.

§ 2º A consignação mencionada no inciso IV:

I - Estará limitada a 120 (cento e vinte) parcelas;

II – terão as taxas de juros cobradas limitadas ao percentual estabelecido em acordo prévio firmado com a Câmara Municipal de Salto do Céu, Estado de Mato Grosso;

III – A soma mensal das consignações não excederá 30% (trinta por cento) do valor da remuneração bruta do subsídio, do salário, do provento do consignado, salvo:

a) as realizadas pelas entidades administradoras de cartão de crédito que poderão realizar consignações até o limite de 35% (trinta e cinco por cento).

Art. 6º A consignação em folha de pagamento não implica qualquer responsabilidade da Câmara Municipal de Salto do Céu, Estado de Mato Grosso por dívidas ou compromissos de natureza pecuniária assumidos pelo consignado junto ao consignatário ou por problemas na relação jurídica entre o consignado e o consignatário.

Parágrafo único: A Câmara Municipal de Salto do Céu, Estado de Mato Grosso em nenhuma hipótese será avalista ou fiadora dos empréstimos e obrigações contraídas pelo servidor público efetivo, ativo, e do estabilizado constitucionalmente, e comissionado.

Art. 7º A operacionalização das consignações no âmbito do sistema de gestão de pessoas da Câmara Municipal de Salto do Céu, Estado de Mato Grosso, será feita mediante recolhimento das consignações em folha de pagamento, devidas a cada entidade consignatária, mediante crédito em instituição bancária indicada pela entidade consignatária, de acordo com o calendário de pagamento estipulado pela Câmara Municipal de Salto do Céu, Estado de Mato Grosso.

Art. 8º A habilitação para a celebração de consignações dependerá de prévio credenciamento da Consignatária, a ser realizado pela **Câmara Municipal de Salto do Céu, Estado de Mato Grosso**.

§ 1º O credenciamento necessitará também de expressa autorização da Presidente da Câmara Municipal de Salto do Céu, Estado de Mato Grosso.

§ 2º O pedido de credenciamento com a Consignatária, deverá ser feito por meio de requerimento dirigido à Câmara Municipal de Salto do Céu, Estado de Mato Grosso

Art. 9º Após estar devidamente credenciada, a Consignatária deverá, obrigatoriamente, firmar:

I - convênio ou outro instrumento congênere com a Câmara Municipal de Salto do Céu, Estado de Mato Grosso;

Art. 10. O repasse das consignações será efetuado até vigésimo dia subsequente ao término do pagamento da respectiva folha.

Art. 11. Para os efeitos do disposto nesta Portaria, considera-se remuneração a soma dos vencimentos com os adicionais de caráter individual e demais vantagens, excluídos os de caráter indenizatório, quais sejam:

I - diárias;

II - ajuda de custo;

III - indenização de transporte a servidor que realizar despesas com a utilização de meio próprio de locomoção para execução de serviços externos, por força de atribuições próprias do cargo;

IV - salário-família;

V - gratificação natalina;

VI - auxílio-natalidade;

VII - auxílio-funeral;

VIII - adicional de férias;

IX - adicional pela prestação de serviço extraordinário;

X - adicional de insalubridade, de periculosidade ou de atividades penosas; e

XII - outro auxílio ou adicional de caráter indenizatório.

Parágrafo único. As consignações também poderão incidir sobre verbas rescisórias devidas pelo servidor, se assim previsto no contrato de empréstimo, de financiamento, de cartão de crédito ou de arrendamento mercantil.

Art. 12. Compete à Câmara Municipal de Salto do Céu, Estado de Mato Grosso:

I - estabelecer as condições e os procedimentos para:

a) o cadastramento de consignatários e a habilitação para o processamento de consignações;

b) o controle de margem consignável de consignados;

c) a recepção e o processamento das operações de consignação;

d) a desativação temporária e o descadastramento de consignatários; e

e) o registro e o processamento de reclamações de consignados, com a previsão da suspensão e da exclusão de consignação cuja regularidade da inclusão seja questionada;

II - receber e processar eventuais reclamações de consignatários e consignados, e sobre elas decidir, no caso de descumprimento de normas, de condições e de procedimentos previstos nesta Resolução; e

III - editar os atos complementares necessários à gestão de consignações.

Art. 13. Câmara Municipal de Salto do Céu, Estado de Mato Grosso ao suspeitar da existência de consignação processada em desacordo com as disposições desta Portaria, que possam violar as regas nela estabelecidas, suspenderá a consignação e realizará a abertura do procedimento administrativo de verificação de eventual irregularidade.

Art. 14. Em caso de constatação de irregularidades, as sanções a serem impostas às Consignatárias, que serão aplicadas isolada ou cumulativamente, de acordo com a gravidade do fato, são as seguintes:

I - advertência;

II - multa;

III - suspensão da Consignatária;

IV - descredenciamento da Consignatária.

Parágrafo único. Durante a fase do processo administrativo citado no artigo 13, será garantido o devido processo legal, com direito ao contraditório e ampla defesa.

Art. 15. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando as disposições em contrário.

Salto do Céu/MT, 04 de janeiro de 2020.

CORINA BRUNO NUNES

Presidente da Câmara Municipal

CAMARA MUNICIPAL DE SANTA RITA DO TRIVELATO

CAMARA MUNICIPAL
CONTAS ANUAIS DE GESTÃO 2020

EDITAL DE PUBLICAÇÃO Nº 001/2021

CONTAS ANUAIS DE GESTÃO 2020

A Câmara Municipal de Santa Rita do Trivelato-MT, situada na Avenida Flavio Luiz, 2060 - bairro centro, Santa Rita do Trivelato –MT, representada pelo Sr. Wanderson Pereira Dias, presidente da Câmara Municipal Exercício de 2019/2020, e em atendimento ao disposto no Artigo 31 Parágrafo 3º da Constituição Federal, e no Artigo 209 da Constituição do Estado de Mato Grosso torna público que as contas anuais de 2020 da Câmara Municipal de Santa Rita do Trivelato estarão a disposição dos munícipes na sede da Câmara para apreciação e exame dos interessados em horário normal de expediente, entre os dias 15/02 à 15/04/2021, no horário das 07:00 às 13:00 horas.

Santa Rita do Trivelato MT, 01 de Fevereiro de 2021.

WANDERSON PEREIRA DIAS

PRESIDENTE

CPF: 016.157.191.30

CAMARA MUNICIPAL DE UNIÃO DO SUL

CÂMARA MUNICIPAL
RATIFICAÇÃO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 01/2021

Interessada: CÂMARA MUNICIPAL DE UNIÃO DO SUL.

Proponente: ADRIANO FERNANDES ALVES

CNPJ: 15.349.314/0001-71

Endereço: Rua Maravilha, n° 153 – Centro – União do Sul/MT.

Objeto: Prestação de serviços de elaboração, execução, edição e divulgação de matérias legislativas e de utilidade pública através de mídias sociais, que abrange o Site Legislativo, Facebook, Twitter e outros.

VALOR TOTAL: R$ 12.000,00 (doze mil reais).

Motivo da Dispensa de Licitação: Dispensa de licitação embasada em cotação de preços, os quais encontram-se abaixo do valor limite de R$ 17. 600,00 (dezessete mil e seiscentos reais) estabelecido pelo Decreto Federal nº 9.412/2018 para dispensa de licitação, razão pela qual torna-se possível a aquisição direta deste tipo de serviços, mediante dispensa de licitação embasada no disposto no inciso II, do art. 24, da Lei nº 8.666 de 21/06/1993, atualizada pelo Decreto Federal nº 9.412 de 18/06/2018.

Razões da escolha da proponente: Por tratar-se de empresa proponente idônea, em dia com suas condições de habilitação perante a Administração Municipal, desta forma justifica-se a escolha da mesma.

Embasamento Legal: Inciso II, do art. 24, da Lei nº 8.666 de 21/06/1993, atualizada pelo Decreto Federal nº 9.412 de 18/06/2018.

Decisão: RATIFICO nos termos do artigo 26, da Lei nº 8.666/93 a Dispensa de Licitação nº 01/2021.

GABINETE DO PRESIDENTE, União do Sul/MT, 23 de fevereiro de 2021.

VANDERLEI ANTONIO DE MARCH

Presidente da Câmara de Vereadores

Gestão 2021/2022

CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL COMPLEXO NASCENTES DO PANTANAL

ATO DE PESSOAL 08/2021 - TERMO DE POSSE

Aos vinte e três (23) dia do mês de Fevereiro (02) do ano de dois mil e vinte e um (2021), na Secretaria Executiva do Consórcio Intermunicipal de Desenvolvimento Econômico, Social, Ambiental e Turístico do Complexo Nascentes do Pantanal, eu **GHEYSA MARIA BONFIM BORGATO,** presidente, no uso das atribuições a mim conferidas pelo Contrato Consórcio, **dou POSSE** a **Sr. Elivelton Teixeira de Atayde,** portador carteira de identidade RG. Nº 3102238-3 SESP/MT, do CPF: 082.678.381-39, nomeado para o **Emprego Público,** através da **PORTARIA Nº 09/2021 do dia 02 de Fevereiro de 2021**, no cargo de **OPERADOR DE MÁQUINAS II – ESCAVADEIRA HIDRÁULICA,** Conforme **Contrato Administrativo de Prestação de Serviço Temporário nº 07/2021,** assumindo, a mesmo compromisso de fielmente exercer e cumprir os deveres do CARGO e os constantes da legislação e resoluções pertinentes. A nomeada comprova neste ATO, através de inspeção médica estar apta, física e mentalmente para o exercício do cargo bem como DECLARA que não exerce outro CARGO, EMPREGO ou FUNÇÃO PÚBLICA, remunerada na Administração Direta ou Autarquia, Sociedade de Economia Mista, Fundação ou Empresa Pública.

São José dos Quatro Marcos - MT, em 23 de Fevereiro de 2021

GHEYSA MARIA BONFIM BORGATO

Presidente

De Acordo:

Elivelton Teixeira de Atayde

TESTEMUNHAS:

1ª DANILO RICARDO PIVETTA 2ª RICARDO SANTOS DELA CRUZ

ATO DE PESSOAL 09/2021 - TERMO DE POSSE

Ao vinte e três (23) dias do mês de Fevereiro (02) do ano de dois mil e um (2021), na Secretaria Executiva do Consórcio Intermunicipal de Desenvolvimento Econômico, Social, Ambiental e Turístico do Complexo Nascentes do Pantanal, eu **GHEYSA MARIA BONFIM BORGATO,** presidente, no uso das atribuições a mim conferidas pelo Contrato Consórcio, **dou POSSE** a **Sr. Adriano Rangel Ananias do Prado,** solteiro, portador carteira de identidade RG. Nº 215190-3 SEJUSP/MS, do CPF: 000.867.291-10, nomeado para o **Emprego Público,** através da **PORTARIA Nº 23/2021 do dia 22 de Fevereiro de 2021**, no cargo de **COZINHEIRO,** Conforme **Contrato Administrativo de Prestação de Serviço Temporário nº 08/2021,** assumindo, a mesmo compromisso de fielmente exercer e cumprir os deveres do CARGO e os constantes da legislação e resoluções pertinentes. A nomeada comprova neste ATO, através de inspeção médica estar apta, física e mentalmente para o exercício do cargo bem como DECLARA que não exerce outro CARGO, EMPREGO ou FUNÇÃO PÚBLICA, remunerada na Administração Direta ou Autarquia, Sociedade de Economia Mista, Fundação ou Empresa Pública.

São José dos Quatro Marcos - MT, em 23 de Fevereiro de 2021

GHEYSA MARIA BONFIM BORGATO

Presidente

De Acordo:

Adriano Rangel Ananias do Prado

TESTEMUNHAS:

1ª DANILO RICARDO PIVETTA 2ª RICARDO SANTOS DELA CRUZ

TERMO DE CESSÃO DE USO Nº. 02/CIDESAT/2021

Termo de Cessão de Uso de Bem Móvel, tem por partes o **CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO, SOCIAL, AMBIENTAL E TURÍSTICO DO COMPLEXO NASCENTES DO PANTANAL**, CNPJ/MF sob o nº. 08.979.143/0001-07, doravante denominada **CEDENTE**, em favor da **COOPNOROESTE - COOPERATIVA AGROPECUÁRIA DO OESTE DE MATO GROSSO LTDA. ,** inscrita no CNPJ/MF sob o nº 03.548.401/0001-79 doravante denominada **CESSIONÁRIA**.

Objeto: Cessão de Uso por tempo determinado, a título gratuito, pela CEDENTE ao CESSIONÀRIO, de tratores e equipamentos agrícolas, parte do Contrato de Repasse Nº 874383/2018/MAPA/CAIXA conforme a seguir:

EQUIPAMENTO	MARCA	MODELO	SERIE/CHASSI	ANO/MOD	COR	PATRIMÔNIO	CÓD
TRATOR 125CV NF 4.820	LS	LSH125M01	2494019657 9BLH12502LG000002	2020/2020	AZUL	000249	T1
TRATOR 125CV NF 4.821	LS	LSH125M01	2494019658 9BLH12502LG000003	2020/2020	AZUL	000250	T2
TRATOR 125CV NF 4.822	LS	LSH125M01	2494019659 9BLH12502LG000004	2020/2020	AZUL	000251	T3
COLHEDORA DE FORRAGEM NF 4.907	CREMASCO	950 CIII	SÉRIE: 5959	2020/2020	VERDE	000258	F1
COLHEDORA DE FORRAGEM NF 4.911	CREMASCO	950 CIII	SÉRIE: 6014	2020/2020	VERDE	000259	F2
COLHEDORA DE FORRAGEM NF 4.911	CREMASCO	950 CIII	SÉRIE: 6015	2020/2020	VERDE	000260	F3
COLHEDORA DE FORRAGEM NF 4.911	CREMASCO	950 CIII	SÉRIE: 6016	2020/2020	VERDE	000261	F4
COLHEDORA DE FORRAGEM NF 4.911	CREMASCO	950 CIII	SÉRIE: 6017	2020/2020	VERDE	000262	F5
COLHEDORA DE FORRAGEM NF 4.911	CREMASCO	950 CIII	SÉRIE: 6018	2020/2020	VERDE	000263	F6
COLHEDORA DE FORRAGEM NF 4.911	CREMASCO	950 CIII	SÉRIE: 6019	2020/2020	VERDE	000264	F7
COLHEDORA DE FORRAGEM NF 4.911	CREMASCO	950 CIII	SÉRIE: 6020	2020/2020	VERDE	000265	F8
COLHEDORA DE FORRAGEM NF 4.911	CREMASCO	950 CIII	SÉRIE: 6021	2020/2020	VERDE	000266	F9
COLHEDORA DE FORRAGEM NF 4.911	CREMASCO	950 CIII	SÉRIE: 6022	2020/2020	VERDE	000267	F10

VIGÊNCIA: cinco anos, até 11/02/2026

São José dos Quatro Marcos-MT, 12 de Fevereiro de 2021.

Assinam: GHEYSA MARIA BONFIM BORGATO – Presidente do Cidesat do Complexo Nascentes do Pantanal e MISAEL BARRETO – Presidente da Coopnoroeste.

EXTRATO DO CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇO TEMPORÁRIO Nº 08/2021/CIDESAT

Contratante: CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO, SOCIAL, AMBIENTAL E TURÍSTICO DO COMPLEXO NASCENTES DO PANTANAL, CNPJ: 08.979.143/0001-07 Contratada: ADRIANO RANGEL ANANIAS DO PRADO, brasileiro, Portador da Carteira de Identidade RG. Nº 215190-3 SEJUSP/MS, do CPF: 000.867.291-10, Objeto: COZINHEIRO.

São José dos Quatro Marcos-MT, 23 de Fevereiro de 2021.

GHEYSA MARIA BONFIM BORGATO – Presidente

TERMO DE CESSÃO DE USO Nº. 03/CIDESAT/2021

Termo de Cessão de Uso de Bem Móvel, tem por partes o **CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO, SOCIAL, AMBIENTAL E TURÍSTICO DO COMPLEXO NASCENTES DO PANTANAL**, CNPJ/MF sob o nº. 08.979.143/0001-07, doravante denominada **CEDENTE**, em favor do município de **CURVELÂNDIA**, CNPJ/MF sob o nº. 04.217.647/0001-20, doravante denominada **CESSIONÁRIA**.

Objeto: Cessão de Uso por tempo determinado, a título gratuito, pela CEDENTE ao CESSIONÀRIO, de um TRATOR DE ESTEIRAS MF 500 cedido ao Consórcio pelo IBAMA ao Consórcio.

VIGÊNCIA: entre os dias 23/02/2021 e 05/03/2021.

São José dos Quatro Marcos-MT, 23 de Fevereiro de 2021.

Assinam: GHEYSA MARIA BONFIM BORGATO – Presidente do Cidesat do Complexo Nascentes do Pantanal e JADILSON ALVES DE SOUZA – Prefeito de Curvelândia

EXTRATO DO CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇO TEMPORÁRIO Nº 07/2021/CIDESAT

Contratante: CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO, SOCIAL, AMBIENTAL E TURÍSTICO DO COMPLEXO NASCENTES DO PANTANAL, CNPJ: 08.979.143/0001-07 Contratada: ELIVELTON TEIXEIRA DE ATAYDE, brasileiro, Portador da Carteira de Identidade RG. Nº 3102238-3 SESP/MT, do CPF: 082.678.381-39, Objeto: OPERADOR DE ESCAVADEIRA HIDRAULICA.

São José dos Quatro Marcos-MT, 23 de Fevereiro de 2021.

GHEYSA MARIA BONFIM BORGATO – Presidente

AVISO DE PRORROGAÇÃO DE LICITAÇÃO

PREGÃO PRESENCIAL REGISTRO DE PREÇOS N.º 01/2021

O CIDESAT do Complexo Nascentes do Pantanal torna público que o Pregão Presencial Registro de Preços Nº 01/2021 objetivando Registro de Preços para futura e eventual contratação de empresa especializada na área de informática para fornecimento de LICENÇA de uso e PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE IMPLANTAÇÃO E CUSTOMIZAÇÃO DE APLICATIVO INTEGRADO AO SISTEMA DE GESTÃO PÚBLICA MUNICIPAL, doravante denominado APLICATIVO, para gestão de ouvidoria e de outros serviços públicos em atendimento aos municípios que compõem o **CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO, SOCIAL, AMBIENTAL E TURÍSTICO DO COMPLEXO NASCENTES DO PANTANAL.** Teve o Edital retificado e a sessão de Credenciamento e Disputa de Preços, prorrogada para o dia **08/03/2021** com início às 9:00 horas, na sede do Consórcio à Rua Marechal Dutra nº 248, Bairro Jd. Zeferino I, na cidade de São José dos Quatro Marcos-MT. Edital e seus anexos encontram-se disponíveis em www.nascentesdopantanal.org.br, Informações pelo e-mail: nascentesdopantanal@gmail.com ou fone 65 3251-1115. São José dos Quatro Marcos-MT, 23 de fevereiro de 2021.

DARIU ANTONIO CARNIEL -Pregoeiro

CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL PORTAL DO ARAGUAIA

CONTRATO 009/2021

CONTRATO 009/2021

CONTRATANTE: CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO SOCIAL E AMBIENTAL PORTAL DO ARAGUAIA.

CONTRATADO: MATRIX CONSTRUÇÕES E TERRAPLANAGEM

OBJETO: O OBJETO DO PRESENTE INSTRUMENTO É À CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA A EXECUÇÃO DA OBRA DE ADEQUAÇÃO E MANUTENÇÃO DE ESTRADAS VICINAIS NO MUNICÍPIO DE PONTAL DO ARAGUAIA - MT, PARA ATENDER AO CONVÊNIO Nº 882110/2018 DO MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO - MAPA, MEDIANTE O REGIME EMPREITADA POR PREÇO GLOBAL, CONFORME SEGUE: EXECUÇÃO DA OBRA DE ADEQUAÇÃO E MANUTENÇÃO DE ESTRADAS VICINAIS NO MUNICÍPIO DE PONTAL DO ARAGUAIA - MT, PARA ATENDER AO CONVÊNIO Nº 882110/2018 DO MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO – MAPA.

VALOR: R$ 690.484,88 (seiscentos e noventa mil quatrocentos e oitenta e quatro reais e oitenta e oito centavos)

DATA DA ASSINATURA: 18/02/2021

VIGENCIA: 18/07/2021

Adelcino Francisco Lopo

Presidente

CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE VALE DO RIO CUIABÁ

PORTARIA Nº 008/2021

DISPÕE SOBRE A DESIGNAÇÃO DO CONTROLADOR INTERNO PARA ATENDER O CONSORCIO INTERMUNICIPAL DE SAUDE VALE DO RIO CUIABÁ – MT, E DA OUTRAS PROVIDENCIAS.

A Presidente do Consórcio Intermunicipal de Saúde Vale do Rio Cuiabá, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais,

R E S O L V E:

Art. 1º - Designar o servidor Edinalvo Novais de Oliveira, brasileiro, portadora do CPF nº 781.570.721-15 e do RG nº 107.3762-6 SSP/MT, para exercer a função de Controlador Interno do **Consórcio Intermunicipal de Saúde Vale do Rio Cuiabá-MT, com sede em Cuiabá – MT.**

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor após a sua publicação, revogando as disposições em contrário.

Cuiabá/MT, 22 de Fevereiro de 2021.

MAURIZA AUGUSTA DE OLIVIERA

Presidente do CISVARC

Publique-se.

Cumpra-se.

RESOLUÇÃO Nº 003/2021

DISPÕE SOBRE CONCESSÃO DE DIÁRIAS PARA OS EMPREGADOS QUE OCUPAM CARGOS NO CONSORCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE DO VALE DO RIO CUIABÁ – CISVARC.

APresidente do **CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE VALE DO RIO CUIABÁ,** no uso de suas atribuições regimentais e legais, considerando o que dispõe o Estatuto e a deliberação da **ASSEMBLÉIA dos Prefeitos, em que aprovou em reunião realizada no dia 07 de Janeiro de 2021, R E S O L V E:**

DAS DIÁRIAS

Art.1º. Autorizar a concessão de Diárias aos ocupantes dos cargos: Presidente, Secretário Executivo e demais cargos do Consórcio Público Intermunicipal Vale do Rio Cuiabá que se deslocarem da sede, a serviço ou para comparecer a cursos que visam a sua capacitação profissional ou a eventos, com o objetivo de indenizar despesas de hospedagem, alimentação e locomoção urbana.

§1º. As diárias serão concedidas por dia de afastamento, ficando o empregado público obrigado de apresentar documentos comprobatórios dos gastos com alimentação e hospedagem.

§2º. É dever desses agentes observarem estritamente os princípios da economicidade, da impessoalidade, da moralidade, da eficiência e essencialmente da motivação dos gastos, que não outra, senão o interesse público.

Art. 2º. O pagamento de diárias não integra o salário/remuneração/subsídio do empregado, haja vista ser uma verba de caráter indenizatório.

Art. 3º. O valor da diária fica fixada da forma do anexo I desta Resolução, podendo ser devida a diária integralmente quando for indispensável a pernoite do servidor em outro município, tomando-se como início e fim da contagem dos dias, respectivamente, a hora de partida e de chegada à sede do CISVARC, totalizando 24 (vinte e quatro) horas.

§1º. Quando o afastamento for superior a 12 horas fara jus a diária integral.

§2º. Quando o afastamento for superior a 08 e inferior a 12 horas, observado a desnecessidade de pernoite do servidor, o mesmo fará jus a ½ metade do valor referente a diária correspondente.

Art. 4º. É competente para autorizar o pagamento de diárias o Presidente ou o ocupante do Cargo de Secretário Executivo, desde que haja o deslocamento, mediante solicitação no sistema informatizado utilizado pelo Consórcio e deverá ser autorizado pela autoridade competente, sendo a prestação de contas na forma do Anexo II.

§1º. Os valores das diárias e das ajudas de custo serão atualizados de acordo com o Índice Nacional de Preços ao Consumidor – INPC – sempre no mês de janeiro de cada ano.

§2º. Não haverá ressarcimento ao funcionário de despesa que excedeu o valor da diária de viagem, sendo que essa diferença deverá ser suportada pelo funcionário.

§3º. As diárias serão pagas em até 1 (um) dia útil antes da viagem.

§4º. Em caso de emergência, as diárias poderão ser processadas no decorrer ou após o deslocamento, mediante autorização do Presidente.

DA PRESTAÇÃO DE CONTAS

Art. 5º. Aquele que receber diária de viagem e não se ausentar do serviço, por qualquer motivo, ou caso retorne a sede em período inferior ao previsto, fica obrigado a restituir os valores recebidos em excesso, em prazo não superior a 05 dias após o retorno da viagem, sob pena de desconto integral imediato em folha de pagamento, sem prejuízo de outras sanções legais.

Parágrafo único. Conforme previsto no caput deste artigo, o servidor deverá depositar em conta específica do CISVARC o valor das diárias ou ajuda de custo recebida em excesso, entregando o comprovante ao setor financeiro.

Art. 6º. As diárias deverão ser solicitadas com antecedência mínima de 48 (quarenta e oito) horas da data prevista para a sua saída, através de formulário de solicitação e concessão de diárias (sistema informatizado), juntamente com o cronograma de curso/evento ou similar.

§1º. Após o devido preenchimento, o formulário de solicitação e concessão de diárias, juntamente com o cronograma de curso/evento ou similar deverá ser encaminhado a Secretaria Executiva para que este autorize a concessão da diária ou ajuda de custo.

§2º. Devidamente autorizado pelo Secretário Executivo, o requerente encaminhará o formulário do sistema informatizado e o cronograma do curso/evento ou similar para o Chefe do setor financeiro.

§3º. Em caso de viagem para participação em cursos, palestras, simpósios e similares que demandem despesa pública com inscrição ou matrícula, a liberação de recursos deverá ser requerida ao Secretário Executivo com antecedência mínima de 05 (cinco) dias úteis.

Art. 7º. É obrigatória a apresentação, em qualquer deslocamento que ensejar o pagamento de diárias de viagem:

I. de relatório circunstanciado do evento, curso ou similar, devidamente consistente;

II. de cópia de certificado, em caso de cursos de capacitação ou;

III. de quaisquer documentos hábeis a comprovar a efetividade do cumprimento do objetivo.

Art. 8.º - As diárias serão concedidas dentro dos limites dos créditos orçamentários próprios, mediante autorização do Presidente, ou a quem ele delegar esta competência.

Art. 9.º - As despesas relativas às diárias, sempre procedidas de empenho em dotação própria serão realizadas em processo especial, e pagos antecipadamente, exceto nas seguintes situações:

I – Pela inexistência de disponibilidade financeira ou urgência justificada da viagem. O valor poderá ser creditado em conta corrente do servidor mesmo após a viagem;

II – em casos excepcionais, devidamente justificados, quando serão processados no decorrer do afastamento, efetuando-se o crédito correspondente em conta bancária do Servidor;

Art. 10. Esta resolução entra em vigor na data de sua publicação, revogando as disposições em contrário.

Gabinete do Consórcio Intermunicipal de Saúde Vale do Rio Cuiabá, dezenove de Fevereiro de dois mil e vinte e um.

MAURIZA AUGUSTA DE OLIVEIRA

Presidente/CISVARC

Registre-se.

Publique-se.

ANEXO I

Valores de Diárias		
Horas	Fora do Estado	Dentro do Estado
Presidente/Vice Presidente	500,00	400,00
Secretário(a) Executivo(a)	400,00	300,00
Demais Servidores	400,00	250,00

ANEXO II

PRESTAÇÃO DE CONTAS	
EXERCICIO:	PERIODO:
SOLICITANTE:	
CARGO:	
OBJETIVO DO DESLOCAMENTO:	
ATIVIDADES REALIZADAS:	
COMPROVANTE EM ANEXO: ( ) CERTIFICADO ( ) DECLARAÇÃO ( ) NOTA FISCAL ( ) OUTROS	
DATA: / / ASSINATURA DO SERVIDOR	
De acordo. Encaminhe-se ao setor competente para a devida conferência e lançamento: SECRETARIA EXECUTIVA ASSINATURA	
A prestação de Contas: ( ) está de acordo ( ) não está de acordo Se estiver de acordo proceda-se ao seu lançamento, caso não, solicita-se ao servidor a devida devolução dos valores. Coordenação de Contabilidade Assinatura do Responsável	

RESOLUÇÃO Nº 001/2021

PRIMEIRA ALTERAÇÃO DO ESTATUTO DO CONSORCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE VALE DO RIO CUIABÁ – CISVARC/MT, E DA OUTRAS PROVIDENICAS**.**

APresidente do **CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE VALE DO RIO CUIABÁ,** no uso de suas atribuições regimentais e legais, considerando que dispõe o Estatuto e a deliberação da **ASSEMBLÉIA dos Prefeitos a PRIMEIRA alteração dos Estatuto em reunião realizada no dia 07 de Janeiro de 2021:**

Art. 13

(...)

§6º. A eleição para eleger a diretoria se dará na primeira quinzena de dezembro e a posse até o primeiro dia útil do mês de Janeiro do corrente subsequente.

§7º. A eleição para eleger a diretoria do último ano de mandato se dará na primeira quinzena de janeiro e a posse até o primeiro dia útil do mês de fevereiro.

Art. 27

(...)

§ 3º Os empregados ou terceiro que se afastar da sede do CISVARC, para realização de atividade em nome ou proveito desse, fará jus à percepção de diárias para cobrir despesas de hospedagem e alimentação no valor estabelecido em resolução específica do Conselho de Prefeito.**MAURIZA AUGUSTA DE OLIVEIRA**

Presidente/CISVARC

Registre-se.

Publique-se.

PRIMEIRA ALTERAÇÃO DO ESTATUTO DO CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE VALE DO RIO CUIABÁ, DELIBERADA E APROVADA CONFORME ASSEMBLEIA REALIZADA NO DIA 07 DE JANEIRO DE 2021. FORAM ALTERADO O ART. 13 E 27 QUE PASSA A VIGORAR COM A SEGUINTE REDAÇÃO:

Art. 13.

(...)

§6º A eleição para eleger a diretoria se dará na primeira quinzena de dezembro e a posse até o primeiro dia útil do mês de Janeiro.

§7º A eleição para eleger a diretoria do último ano de mandato se dará na primeira quinzena de janeiro e a posse até o primeiro dia útil do mês de fevereiro.

Art. 27

(...)

§ 3º Os empregados ou terceiro que se afastar da sede do CISVARC, para realização de atividade em nome ou proveito desse, fará jus à percepção de diárias para cobrir despesas de hospedagem e alimentação no valor estabelecido em resolução específica do Conselho de Prefeito.

Segue o ESTATUTO DO CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE VALE DO RIO CUIABÁ, consolidado.

ESTATUTO DO CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE VALE DO RIO CUIABÁ

DO CONSORCIO E DOS CONSORCIADOS

Pelo presente instrumento, os Municípios de Acorizal, Barão de Melgaço, Cáceres, Chapada dos Guimarães, Cuiabá, Jangada, Nobres, Nossa Senhora do Livramento, Nova Brasilândia, Planalto da Serra, Poconé, Rosário Oeste, Santo Antônio do Leverger e Várzea Grande, representados pelos prefeitos infra assinados, no uso de suas atribuições legais, respeitando os preceitos da Lei Federal 11.107, de 06 de abril de 2005, regulamentada pelo Decreto 6.017, de 17 de janeiro de 2007, resolvem constituir o Consórcio Intermunicipal de Saúde Vale do Rio Cuiabá, que será regido pelas seguintes normas:

CAPITULO I

DENOMINAÇÃO E PERSONALIDADE JURÍDICA

Art. 1º. O **Consórcio Intermunicipal de Saúde Vale do Rio Cuiabá –** denominado também da sigla **CISVARC.**

Art. 2º. O **CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE VALE DO RIO CUIABÁ** é constituído sob a forma Consórcio Público, com personalidade jurídica de direito privado, sem fins econômicos, nos termos da Lei Federal nº. 11.107/2005.

CAPÍTULO II

DA CONSTITUIÇÃO, SEDE, FORO, PRAZO E DURAÇÃO

Art. 3º. O Consórcio Intermunicipal de Saúde Vale do Rio Cuiabá tem sua sede e foro no Município de Cuiabá- MT.

§ 1º. O endereço da sede do Consórcio Intermunicipal de Saúde Vale do Rio Cuiabá, Rua Historiador Rubens de Mendonça, nº 3.920 - Bairro: Centro Político Administrativo. CEP: 78.049-938 - Cuiabá - MT

§ 2º. A sede do Consórcio Intermunicipal de Saúde Vale do Rio Cuiabá somente será transferida para qualquer dos municípios consorciados mediante aprovação da Assembleia Geral.

§ 3º. A mudança de endereço dentro do município sede do Consórcio Intermunicipal de Saúde Vale do Rio Cuiabá, não implicará em alteração estatutária a teor do parágrafo primeiro deste artigo, mas tão somente nos documentos e órgãos que exigem alteração.

Art. 4º. O **Consórcio Intermunicipal de Saúde Vale do Rio Cuiabá** é constituído por prazo indeterminado**,** com quanto possua no mínimo dois municípios consorciados, e pela base territorial dos participantes.

CAPÍTULO III

DOS OBJETIVOS E FINALIDADES DO CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE VALE DO RIO CUIABÁ

Art. 5º. São objetivos e finalidade, do **CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE VALE DO RIO CUIABÁ,** além dos já previstos no contrato público e consórcio:

I. prestar serviços médicos ambulatoriais e hospitalares especializados aos participantes consorciados, nos níveis de habilitação pelo Ministério da Saúde, coerente com os princípios SUS - Sistema Único de Saúde, de maneira eficiente, eficaz e igualitária, inclusive sob forma de pactuação no contrato de rateio e pagamento de preço público;

II. promover formas articuladas de planejamento e execução de ações e serviços de saúde, de acordo com os princípios do Sistema Único de Saúde;

III. Promover parceira, contratos de gestão e gestão associadas de serviços, com instituições públicas e privadas visando otimizar ou implementar projetos e demais ações especializadas em saúde;

IV. Planejar, adotar e executar programas e medidas destinadas à promoção e recuperação da saúde dos habitantes dos entes consorciados, em especial, apoiando projetos, programas ou campanhas das instituições públicas de saúde;

V. Criar instrumentos de controle, acompanhamento e avaliação dos serviços de saúde prestada à população regional;

VI. Representar o conjunto dos participantes consorciados que integram, em assuntos relativos ao consórcio perante órgãos públicos e privados;

VII. Manter ou implementar programas ou convênios federais ou estaduais em quaisquer dos níveis de atenção;

VIII. Viabilizar investimentos de maior complexidade que aumentem a resolutividade das ações e serviços de saúde na área de abrangência do Consórcio, priorizando, dentro do possível, a resolutividade instalada;

IX. Garantir o controle popular no setor da saúde da região, pela população dos municípios consorciados;

X. Racionalizar os investimentos de compras, bem como os de uso de serviços de saúde da região de abrangência do Consórcio;

XI. Planejar, adotar e executar programas e medidas destinadas a promover a saúde dos habitantes dos municípios consorciados e implantar serviços;

XII. Realizar a compra de medicamentos, insumos, equipamentos, materiais permanentes e materiais de consumo através de uma compra agregada com entrega programada, utilizando-se de processo licitatório;

XIII. Proporcionar suporte às administrações dos municípios consorciados em projetos de desenvolvimento regional e de implantação nas estruturas hospitalares;

XIV. Adquirir ou receber em doações bens que entender necessários ao seu pleno funcionamento;

XV. Fazer cessão de bens, mediante convênio ou contrato com os municípios consorciados ou entidades sem fins lucrativos;

XVI. Gerenciar e executar serviços de construção, conservação e manutenção de estruturas hospitalares;

XVII. Compartilhamento ou uso em comum de instrumentos e equipamentos, inclusive de gestão, de manutenção, de informática, de pessoal técnico e de procedimentos de licitação e de admissão de pessoal.

Parágrafo Único. Para a conservação de seus objetivos, observa-se a legislação pertinente, o **Consórcio Intermunicipal de Saúde Vale do Rio Cuiabá** poderá:

I. adquirir bens e insumos necessários ao desenvolvimento de suas atividades;

II. locar ou tomar por empréstimo ou por qualquer outra modalidade legal, imóveis para a implantação de programas ou projetos de seu interesse;

III. firmar, com instituições públicas ou privadas: convênios, contratos e acordos de quaisquer naturezas;

IV. receber auxilio, doação e cessão de uso, contribuição, subvenções de outras entidades e órgãos governamentais ou da iniciativa privada;

V. prestar a seus associados, serviços de quaisquer natureza, especialmente assistência técnica destinada a atividade de saúde, fornecendo inclusive recursos humanos e materiais;

VI. descentralizar determinada atividade ou serviço, desde que haja interesse de todos os participantes consorciados;

VII. executar programas federais e estaduais originários do Ministério da Saúde e Secretaria de Estado de Saúde, sempre que houver interesse regional.

CAPÍTULO IV

ORGANIZAÇÃO DA ESTRUTURA ADMINISTRATIVA

Art. 6º. A estrutura organizacional e administrativa do **Consórcio Intermunicipal de Saúde Vale do Rio Cuiabá** terá a seguinte estrutura, sem prejuízos das outras posteriormente definidas, conforme decisão de sua Assembleia Geral:

I. Da Assembleia Geral

II. Conselho de Prefeitos;

III. Da Diretoria;

IV. Conselho Fiscal;

V. Secretaria Executiva;

SEÇÃO I

DAS ASSEMBLÉIAS GERAIS E QUORUM DE INSTALAÇÃO E VOTAÇÃO

Art. 7º. As Assembleias Gerais, são instâncias máximas de deliberação do Consórcio, serão compostas por todos os consorciados, convocados pelo Presidente do Consórcio, e são ordinárias ou extraordinárias e se realizam:

I. Ordinárias: anualmente, com o objetivo de prestação de contas de exercício anterior, relatório de atividades do Consórcio e outros assuntos não privativos da Assembléia Extraordinária. Deverão ser convocadas com antecedência mínima de 15(quinze) dias e publicadas em jornal de circulação regional;

II. Extraordinárias: Para eleição de sua diretoria, para destituição de seus administradores, para ingresso de novos participantes do consórcio, para homologar a retirada e decidir pela exclusão de consorciado, deliberar e decidir sobre a instituição e modificação do quadro de pessoal do Consórcio, inclusive do Diretor Executivo e dos ocupantes dos cargos de chefia e assessoramento, para alteração do Estatuto Social e regimento interno, para mudança de sede do consórcio ou sempre que necessário, por convocação do Presidente do Consórcio ou por convocação de 1/3 (um terço) dos entes consorciados. Deverão ser convocados com antecedência mínima de 3 (três) dias úteis e publicada em jornal de circulação regional.

Art. 8º. Os integrantes do **Consórcio Intermunicipal de Saúde Vale do Rio Cuiabá,** terão direito a sua representatividade nas Assembléias Gerais, respeitando os critérios da população, cobertura de atenção básica e IDH do segmento da saúde, conforme proporcionalidade estabelecida no contrato de consórcio público.

Art. 9º. O quórum para deliberação e/ou votação das matérias de competência da Assembleia Geral, são as seguintes:

I. Extinção do Consórcio, alteração no Estatuto Social (protocolo de Integração) e Regimento Interno: 2/3 (dois terço) do total dos votos dos consorciados em pleno gozo dos direitos sociais;

II. Mudança da Sede do Consórcio para outro município consorciado: 2/3 (dois terço) do total de votos dos consorciados em pleno gozo dos seus direitos sociais.

§1º. Quando para deliberação for necessário quórum especializado, respeitando a proporcionalidade prevista no contrato de consórcio público, e na conformidade do dispositivo nesta seção, e, à hora marcada houver insuficiência de membros presentes, a Assembleia aguardará de no mínimo 30 e no máximo 60 minutos para deliberar em segunda convocação. Persistindo a falta de quórum de que trata este artigo, a Assembleia será encerrada e, desde logo, marcada nova data.

§2º. Para votação de matéria de quórum não especializado, a aprovação se dará pela maioria dos presentes na Assembleia e com direito a voto, respeitando a proporcionalidade prevista no contrato de consórcio público.

§3º. Cada ente consorciado (município) terá direito a apenas 01 (um) voto na Assembleia Geral, desde que esteja em dia com suas obrigações assumidas com o consórcio;

§4º. No caso de impedimento ou ausência do Chefe do Poder Executivo, este poderá ser representado na Assembleia Geral pelo seu substituto legal, comprovada esta condição nos termos das Leis Orgânicas Municipais de cada signatário.

§5º. Não será admitido o voto por procuração

§6º. O Presidente do Consórcio, salvo nas eleições, destituições e nas decisões que exijam quórum qualificado, votará apenas para desempatar.

§7º. Nas atas da Assembleia Geral serão registradas:

I. Por meio de lista de presença, todos os entes federados consorciados representados na Assembleia Geral, com indicação expressa do nome do representante;

II. De forma resumida, todas as intervenções orais e, como anexo, todos os documentos que tenham sido entregues ou apresentados na reunião da Assembleia Geral e,

III. As propostas votadas na Assembleia Geral e a proclamação dos resultados;

§ 8º. A ata será rubricada em todas as suas folhas, inclusive de anexos, por aquele que a lavrou, por quem presidiu e pelos representantes dos entes federados consorciados com direito a voto na Assembleia Geral;

§9º. A íntegra da ata da Assembleia Geral será, em até dez dias úteis, publicada no sítio que o Consórcio manterá na internet e seu extrato publicado no Órgão Oficial de publicação do Consórcio;

§10. O Consórcio deverá prestar contas dos recursos e bens de origem pública, e dar publicidade no encerramento do exercício fiscal, por meio de relatório de atividades e demonstrações financeiras que poderão ser fiscalizadas pelos órgãos de controle competente.

Art. 10. Havendo consenso entre os membros participantes, as deliberações poderão ser efetivadas através de aclamação.

SEÇÃO II

DO CONSELHO DE PREFEITOS

Art. 11. A assembleia geral será presidida pelo Presidente do Consórcio, composto pelos representantes legais dos entes consorciados, convocados nos termos deste estatuto e do regimento interno.

Art. 12. O Conselho de Prefeitos, reunir-se-á ordinariamente anualmente, na sede do Consórcio, ou, por consenso da maioria, em qualquer sede dos entes Consorciados, ou, extraordinariamente, sempre que haja matéria importante a ser deliberada, por convocação inicial do Presidente ou a pedido de pelo menos 1/5 (um quinto) dos seus membros, sempre com antecedência mínima de 03(três) dias úteis.

§ 1º. Compete ao Conselho de Prefeitos, deliberar, sobre:

a) Os assuntos gerais do Consórcio, quando assim lhe couberem, salvo as competências atribuídas à Diretoria; a execução dos contratos de programas, contratos de gestão, bem como a planilha de custo estabelecida pelo contrato de rateio; b) A prestar contas, até 30 de abril de cada ano, incluindo o relatório de gestão e o balanço de exercício anterior, tendo em consideração o Parecer do Conselho Fiscal; c) As quotas de contribuições, preços públicos e demais receitas ordinárias dos entes consorciados; d) Inclusão e exclusão de associados, nos casos previstos neste estatuto; e) A política patrimonial e financeira e os programas de investimentos do **Consórcio Intermunicipal de Saúde Vale do Rio Cuiabá;** f) Criar, alterar, extinguir, se necessário, câmaras técnicas ou grupos de trabalhos, e atribui-lhes funções especificas, composição e prazo de duração, atendendo as necessidades dos Consorciados.

SEÇÃO III

DA DIRETORIA

Art.13. A Diretoria será composta por um Presidente e um Vice-Presidente, que serão eleitos pela Assembleia Geral dentre seus membros, com mandato de 02(dois) anos e direito a reeleição, podendo a primeira diretoria definir o seu mandato por prazo inferior.

§ 1º. O Presidente, em seus impedimentos ou afastamento será substituído pelo Vice-Presidente. **§2º.** Caso haja desincompatibilização do Presidente do Consórcio com o cargo de Prefeito, haverá nova votação para nomeação de novo Presidente no prazo máximo de 60 (sessenta) dias. **§3º.** O Vice-Presidente substitui o Presidente em suas ausências e impedimentos, e se efetiva no cargo de Presidente, por resolução expressa da Assembleia dos Prefeitos, em caso de afastamento definitivo. **§ 4º.** O Vice-Presidente em suas ausências ou quaisquer impedimentos, será substituído por qualquer membro do Conselho de Prefeitos, por resolução expressa da Assembleia Geral dos Prefeitos. **§ 5º.** No caso de ocorrer impedimento do Presidente e do Vice-Presidente do Consórcio, a Diretoria será exercida conjuntamente pela Secretaria Executiva e pelos representantes do Conselho Fiscal, até que se faça nova eleição.

§6º. A eleição para eleger a diretoria se dará na primeira quinzena de dezembro e a posse até o primeiro dia útil do mês de Janeiro do corrente subsequente.

§7º. A eleição para eleger a diretoria do último ano de mandato se dará na primeira quinzena de janeiro e a posse até o primeiro dia útil do mês de fevereiro.

Art. 14. A Diretoria se reunirá a cada dois meses, em data previamente designada, com a participação da Secretaria Executiva, para tomar as deliberações técnicas e administrativas necessárias ao desenvolvimento das atividades do Consórcio ou para definir deliberações que deverão ser apreciadas pelo Conselho de Prefeitos.

Art. 15. Compete à Diretoria:

I. cumprir as determinações emanadas do Conselho de Prefeitos;

II. submeter ao Conselho de Prefeitos os documentos relativos à prestação de contas anual;

III. elaborar o orçamento anual e demais peças contábeis e financeiras, de acordo com a legislação pertinente;

IV. decidir sobre os empregos e funções do Consórcio e respectivas remunerações;

V. autorizar provimento dos cargos em comissão e função gratificadas;

VI. deliberar sobre as resoluções e demais atos normativos do Consórcio.

Art. 16. Compete ao Presidente do Consorcio exercer a direção superior das atividades do **Consórcio Intermunicipal de Saúde Vale do Rio Cuiabá,** entre as quais:

I. convocar, presidir as assembleias e reuniões e exercer o voto de qualidade;

II. dar posse aos membros do Conselho Fiscal;

III. representar o **Consórcio Intermunicipal de Saúde Vale do Rio Cuiabá,** ativa e passivamente, judicial ou extrajudicial podendo firmar contratos ou convênios, bem como constituir procuradores *"ad negocia "*e*" adjudica",* podendo esta competência ser delegada parcialmente ou totalmente a Secretaria Executiva;

IV. movimentar, juntamente com a Secretaria Executiva, contas bancárias e recursos do **Consórcio Intermunicipal de Saúde Vale do Rio Cuiabá,** podendo esta competência ser delegada total ou parcial;

V. autorizar a realização de concursos ou processos seletivos públicos para contratação de pessoal, de acordo com as resoluções estabelecidas.

VI. Homologar o resultado de concurso público para nomeação de pessoal técnico e administrativo do Consórcio;

VII. Nomear os ocupantes de Cargos em Provimento em comissão;

VIII. Nomear Secretária(o) Executiva(o);

IX. Regulamentar, caso necessário, o contrato de consórcio e este Estatuto, por meio de instrução normativa;

X. Zelar pelos interesses do Consórcio, exercendo todas as competências que lhe tenham sido outorgadas pela Assembleia Geral;

XI. Por razões de urgência ou para permitir celeridade na condução administrativa do Consórcio, desde que devidamente fundamentado, a Secretária(o) Executiva(o) poderá ser autorizado pela Assembleia Geral, a praticar atos ad referendum do Presidente.

§1º. As competências arroladas são meramente exemplificadas, não prejudicando que outras sejam reconhecidas neste Estatuto. §2º. A destituição do Presidente do Consórcio se dará em função da inoperância dos princípios Constitucionais e Infraconstitucionais que tratam da Administração Pública, bem como as Normas deste Protocolo, e se processará na forma regimental. Art. 17. Compete ao Vice-Presidente: **I.** Substituir o Presidente em seus impedimentos temporários e, no caso de renúncia, destituição, assumir a Presidência até o fim do mandato; **II.** Auxiliar o Presidente no desempenho de suas funções; **III.** Assinar, quando designado por instrumento público documentos que não sejam privativos do Presidente. **SEÇÃO IV DO CONSELHO FISCAL Art. 18.** O Conselho Fiscal será composto por três membros titulares e três membros suplentes, eleitos dente o Conselho de Prefeitos ou dentre os Secretários de Saúde dos entes que compõem o consórcio. **Art. 19.** A eleição do Conselho fiscal será realizada na mesma oportunidade da eleição da Diretoria, para mandato de 2(dois) anos, podendo a primeira composição definir seu mandato por prazo inferior.

Art. 20. Compete ao Conselho Fiscal:

I. fiscalizar permanentemente a contabilidade do Consórcio Intermunicipal de Saúde Vale do Rio Cuiabá;

II. acompanhar e fiscalizar sempre que considerar oportuno e conveniente quaisquer operação econômica e financeira da entidade;

III. exercer controle de gestão de finalidades do Consórcio Intermunicipal de Saúde Vale do Rio Cuiabá;

IV. emitir parecer sobre balanços e relatórios de contas em geral a serem submetidas ao Conselho de Prefeitos;

V. emitir parecer sobre propostas de alteração do presente Estatuto.

§1º. Os membros do Conselho Fiscal exercerão suas atribuições sem remuneração, ou qualquer tipo de ônus ao Consórcio.

VI. Apreciar o balanço, inventário, prestação de contas, relatório anual e respectivo demonstrativo de resultados do exercício findo, que acompanham o relatório da Diretoria Executiva, até o último dia útil do mês de fevereiro do exercício subsequente; V. Requisitar informações que considerar necessário;

VII. Representar à Presidência do Consórcio sobre as irregularidades encontradas;

VIII. Exercer outras atividades correlatas e,

Art. 21. Em sua composição, o Conselho Fiscal elegerá um Presidente e um Secretário e se reunirá, sempre que necessário e lavrará em ata os trabalhos, encaminhando cópias ao Conselho de Prefeitos e a Diretoria. **Art. 22.** O Conselho Fiscal, através de seu Presidente e por decisão da maioria absoluta de seus integrantes, poderá convocar a Diretoria, para as devidas providências, quando forem verificadas irregularidades na escrituração contábil, nos atos de gestão financeira ou patrimonial ou ainda, inobservância de normas legais, estatutárias ou regimentais. **SEÇÃO V DA SECRETARIA EXECUTIVA Art. 23.** A Secretaria Executiva é o órgão de execução de todas as atividades e técnicas do **Consórcio Intermunicipal de Saúde Vale do Rio Cuiabá,** sob responsabilidade do Secretário(a) Executivo(a), auxiliado em suas funções por um Assessor Jurídico, pelo Chefe da Central de Compras e Licitação, pelo Assessor Administrativo, um Assessor Financeiro e um Contador. **Art. 24.** O cargo da Secretaria Executiva é de provimento em comissão ou função gratificada.

Parágrafo Único. O Secretário-Executivo é um cargo de confiança do Presidente, cuja a escolha é realizada pelo presidente e sua exoneração se dará mediante homologação do conselho de prefeito por 2/3 (dois terço) do total dos votos dos consorciados em pleno gozo dos direitos sociais;

Art. 25. São Atribuições do Secretário-Executivo:

I. a promoção e execução das atividades técnicas e administrativas do consórcio;

II. gerenciar as receitas, movimentação financeira e patrimonial do Consórcio, escrituração contábil, bem como por outras providências necessárias ao desenvolvimento dos objetivos estatutários;

III. a promoção das atividades necessárias para manter a participação dos entes consorciados;

IV. a elaboração e cumprimento da programação físico-financeira das atividades do Consórcio;

V. a elaboração da estrutura administrativa de seus serviços, do quadro de pessoal e a respectiva remuneração, serem submetidos à aprovação da Diretoria;

VI. o fornecimento de informações, relatórios e demais documentos requisitados pelos Conselho de Prefeitos, Diretoria e Conselho Fiscal;

VII. a elaboração do manual de procedimentos e rotinas, resoluções, portarias e demais atos administrativos a serem submetidos à aprovação da Diretoria;

VIII. Nomear e exonerar, após a autorização da presidência do Consórcio, os servidores previamente aprovados em concurso público ou em processo seletivo simplificado no caso de contratação temporária;

IX. encaminhar à Diretoria as propostas para aprovação da execução dos contratos de programa, contratos de gestão, bem como a planilha de custos estabelecida pelo contrato de rateio;

X. a elaboração de proposta orçamentária anual e demais peças contábeis a serem submetidas à Assembleia Geral;

XI. a elaboração mensal de balancetes financeiros para ciência da Diretoria;

XII. a prestação de contas dos auxílios e subvenções concedidas ao Consórcio, para ser apresentada pela Diretoria ao órgão concessor;

XIII. zelar e fazer implementar as diretrizes e princípios do Sistema Único de Saúde;

XIV. assessorar a Diretoria no desenvolvimento de suas funções;

XV. autorizar a aquisição de bens e insumos e contratação de serviços necessários ao desenvolvimento dos objetivos do Consórcio;

XVI. assinar em conjunto com o Presidente ou membro da Diretoria designado pelo Presidente, ordens de pagamentos, transferências bancárias e quaisquer documentos relativos à movimentação financeira do Consórcio;

XVII. secretariar os trabalhos das reuniões da Diretoria, determinando a lavratura de atas e demais documentos a ele inerentes;

XVIII. diligenciar, permanentemente, sobre o andamento dos trabalhos e atividades atribuídas pela Diretoria e pela guarda dos documentos do consórcio.

XIX. Divulgar as deliberações da Assembleia Geral, na imprensa oficial e no portal de transparência do Consórcio. § 1º. No desempenho de suas funções, a Secretaria Executiva poderá contar com técnicos das respectivas áreas de interesse do Consórcio e/ou assessorias, os quais comporão o quadro efetivo ou de provimento em comissão ou terceirizado, conforme a conveniência, necessária ou exigência legal. **§ 2º.** Na falta, ausência ou impedimento por período superior a 05(cinco) dias, o Secretário Executivo será substituído pelo Assessor Administrativo ou Assessor Financeiro, desde que haja outorga de procuração do Presidente, e para o desempenho de todas as atividades do **Consórcio Intermunicipal de Saúde Vale do Rio Cuiabá,** pelo período de ausência do titular, com a incumbência de desenvolver todas as funções do cargo, inclusive autorização para pagamentos, empenho e quaisquer documentos de interesse do Consórcio. **§3º.** Assumir as funções do conselho no impedimento do Presidente e do Vice-Presidente do Consórcio, juntamente com os representantes do Conselho Fiscal. **§4º.** O detalhamento das funções da Secretaria Executiva será objeto do Regimento Interno do Consórcio. **§5º**. O número de empregados do consórcio será fixado em Regimento Interno, que disporá sobre a organização e o funcionamento do consórcio. **§6º**. Os servidores do consórcio poderão ser regidos pelas normas da consolidação das Leis Trabalhistas ou demais normas pertinentes.

Art. 26 São Atribuições da Diretoria Administrativo-Financeiro

I. Preparar a proposta de plano Plurianual de investimentos e do orçamento anual do Consórcio;

II. Praticar todos os atos necessários à execução do orçamento, em conjunto com o Diretor Executivo, dentre os quais:

a. Promover o lançamento das receitas, inclusive às de taxas, de tarifas e de outros preços públicos;

b. Emitir notas de empenho de despesas.

III. Exercer a gestão patrimonial, em conjunto com a Diretoria Executiva;

IV. Zelar por todos os documentos e informações produzidos pelo Consórcio, providenciando a sua adequada guarda e arquivo;

V. Praticar atos relativos à área de recursos humanos, administrativos de pessoal, cumprindo e se responsabilizando pelos preceitos de regime jurídico de direito público e da legislação trabalhista;

VI. Promover a publicação de atos e contratos do Consórcio, quando essa providência for prevista em Lei, no Contrato de Consórcio Público ou omissão dessa providência.

VII. Planejamento, coordenação, controle e a execução das atividades referentes à sua finalidade e objetivos, execução das rotinas financeiras e desempenho das suas ações.

SEÇÃO V DOS EMPREGOS EM COMISSÃO E ASSESSORAMENTO Art. 27. Nos empregos em comissão e os órgãos de assessoramento, o preenchimento dos cargos se dará por livre nomeação e exoneração, por critérios técnicos de competência, sendo estes profissionais de nível superior. §1º. As atribuições que integram as funções de Direção, bem como o exercício interino das funções, serão fixadas pelo regimento interno do Consórcio. §2º. A dispensa de empregados públicos dependerá de autorização da Diretoria Executiva e aprovado em Assembleia Geral. § 3º. Os empregados ou terceiro que se afastar da sede do CISVARC, para realização de atividade em nome ou proveito desse, fará jus à percepção de diárias para cobrir despesas de hospedagem e alimentação no valor estabelecido em resolução específica do Conselho de Prefeito. **SEÇÃO IV DAS CONTRATAÇÕES TEMPORÁRIAS Art. 28. As contratações temporárias serão executadas em conformidade com o Inciso IX do artigo 37 da Constituição Federal, atendendo as necessidades temporárias de excepcional interesse público, estabelecidas nas seguintes formas: I. Nos casos de vacância ocasionados por vagas ociosas, férias, licença remunerada de qualquer natureza, afastamento do trabalho por motivo de doença, morte, pedido de demissão ou demissão por justa causa, estipulado o limite máximo de 01 (um) ano; II. Para os empregos que não haja pessoas habilitadas e/ou concursadas; III. Poderá haver recontratação, por igual período, para os empregos em que não haja pessoas habilitadas e/ou concursadas; IV. Nos casos de aumento incomum de demanda dos serviços, devidamente justificado e por decisão da Assembleia Geral; V. Nos casos de calamidade Pública, Estado de Emergência e nas ocorrências de Epidemias, devidamente registradas e homologadas, conforme o evento; VI. Nos casos de iminente perigo de supressão dos serviços ocasionados por paralisação ou greve de empregados declarada ilegal; VII. Nos casos de execução de serviços por profissionais de notória especialização. Parágrafo Único - O Consórcio regulamentará por Resolução as Contratações previstas neste artigo. Art. 29. Somente admitir-se-á a contratação por tempo determinado para atender à necessidade temporária de excepcional interesse público na implantação do Consórcio Público e preenchimento de emprego público estabelecido em Assembleia, até a contratação por meio de Concurso Público no prazo permitido por Lei, conforme o disposto neste Estatuto. Parágrafo Único - A contratação por tempo determinado poderá abranger as categorias de profissionais necessárias para atender a finalidade do consórcio e será regulamentado no Regimento Interno do Consórcio.**

CAPÍTULO V

DAS FONTES DE RECURSOS E DO PATRIMÔNIO

Art. 30. As fontes de recursos para a manutenção do consórcio, compor-se-ão de: **I.** Receitas decorrentes da cobrança de preços públicos e demais custos de manutenção do **Consórcio Intermunicipal de Saúde Vale do Rio Cuiabá,** aprovadas pelo Conselho de Prefeitos, a partir do indicativo financeiro estabelecido pelo Contrato de Rateio, no inicio de cada exercício e pago até o dia dez de cada mês; **II.** Remuneração dos próprios serviços, assessorias e consultorias aos Consorciados; **III.** Receita financeira decorrente da execução de contrato de rateio de programa e gestão associada; **IV.** Auxílios, contribuições e subvenções concedidos por entidades públicas ou privadas; **V.** As rendas de seu patrimônio; **VI.** Saldo de exercício, doação, legados e produto de operação de crédito; **IX.** As rendas eventuais, inclusive as resultantes de depósitos e de aplicação financeiras e de capital.

Art. 31. O patrimônio do Consórcio Intermunicipal de Saúde Vale do Rio Cuiabá compor-se-á de:

I. Bens e direito que vier a adquirir a qualquer título;

II. Bens e direitos que lhe forem transferidos, por entidades públicas ou privadas;

III. Rendas de seus bens;

IV. Outras rendas eventuais;

CAPÍTULO VI DOS DIREITOS, DEVERES E RESPONSABILIDADES DOS ASSOCIADOS

Art. 32. São direito dos entes consorciados:

I. Participar da Assembleias Gerais, discutir, votar e ser votado;

II. Propor ao consórcio medidas que entenderem úteis às suas finalidades;

III. Usufruir dos programas, da assistência e dos benefícios prestados pelo consórcio;

IV. Estabelecer por lei própria as competências a serem transferidas ao consórcio, para realização de serviços objetos de gestão associada;

V. Exigir quando adimplente, o pleno cumprimento das cláusulas do Estatuto, do contrato de consórcio público e do Contrato de Rateio;

VI. Ter suas obrigações exigidas na mesma proporcionalidade estabelecida para a sua representatividade no consórcio.

Art. 33. São deveres dos entes consorciados:

I. Colaborar para a consecução dos fins e objetivos do consórcio;

II. Acatar as decisões do Conselho de Prefeitos e Diretoria, bem com as determinações técnicas e administrativas;

III. Efetuar, tempestivamente, o pagamento dos encargos e outros débitos para com o consórcio;

IV. Aceitar e desempenhar com diligência os encargos que lhe competirem por eleição ou designação estatutária;

V. Comunicar à Diretoria qualquer irregularidade de que lhe tiver conhecimento e sugerir a adoção de medidas que forem de interesse relevante a administração social;

VI. Fornecer, quando solicitado, informações sobre assuntos de interesse à organização e ao aperfeiçoamento dos serviços associativos;

VII. Submeter-se as obrigações e prazos pactuados em contratos de programa, rateio e de gestão associada, bem como aos critérios técnicos para cálculo do valor dos custos e de outros preços públicos, seus reajustes e revisões;

VIII. Comparecer às reuniões e eleger os membros da Diretoria;

IX. Cumprir os protocolos e diretrizes estabelecidas para utilização dos serviços médicos próprios ou de terceiros conveniados com o **Consórcio Intermunicipal de Saúde Vale do Rio Cuiabá;**

X. Observar as disposições estatutárias, do contrato de consórcio público e do contrato de rateio.

Art. 34. Os entes consorciados respondem solidariamente pelas atribuições contraídas pelo consórcio, expressa ou tacitamente, em nome deste.

Parágrafo Único. Além das obrigações institucionais, os entes consorciados abrigam-se ao pagamento de custo dos serviços, aquisição de equipamentos e sua manutenção, taxas, preços públicos ou quaisquer outros compromissos por eles próprios assumidos, inerentes à execução de sua finalidade social.

Art. 35. Os membros da Diretoria do **Consórcio Intermunicipal de Saúde Vale do Rio Cuiabá,** não responderão pessoalmente pelas obrigações contraídas com a ciência e em nome do consórcio, mas assumirão a responsabilidade pelos atos praticados de forma contrária à Lei e às disposições contidas no presente Estatuto.

CAPÍTULO VII

DO USO E SUSPENSÃO DOS SERVIÇOS

Art. 36. Terão acesso ao uso dos serviços prestados do **Consórcio Intermunicipal de Saúde Vale do Rio Cuiabá** os entes consorciados adimplentes com os valores devidos. **Art. 37.** Respeitadas as respectivas legislações dos entes consorciados, cada membro associado pode colocar à disposição do consórcio bens do próprio patrimônio e os serviços de sua própria administração para uso comum, de acordo com a regulamentação que for ajustada com os associados, respondendo o **Consórcio Intermunicipal de Saúde Vale do Rio Cuiabá** pela manutenção e conservação dos referidos bens. **Art. 38.** Os entes associados que não fizerem seus repasses das taxas ou pagamento dos serviços/produtos até o dia 10 (dez) de cada mês, terão os serviços do consórcio suspensos até a sua regularização. **§ 1º**. O consorciado deverá efetuar o pagamento da taxa administrativa até o dia 10 (dez) de cada mês, o atraso será cobrado multa de 10% (dez por cento) **§ 2º.**Do ato de suspensão do consorciado caberá recurso ao Conselho de Prefeitos, depois de pedido de reconsideração interposta à Diretoria, no prazo máximo de 15(quinze) dias contados da ciência dos respectivos atos, após regular notificação expressa do interessado. **§ 3º.** Os participantes consorciados em débito com o consórcio, não poderá votar ou ser votado nas Assembleias Gerais.

CAPÍTULO VIII

DO CONTRATO DE RATEIO

Art. 39. Os entes consorciados somente entregarão recursos financeiros ao consórcio público mediante contrato de rateio. **§ 1º.** O contrato de rateio deve ser formalizado em cada exercício financeiro, com observância da legislação orçamentária que suportem o pagamento das obrigações contratadas. **§ 2º.** Constitui ato de improbidade administrativa, nos termos do dispositivo no art.10 inciso XV, da Lei nº 8.249, de junho de 1992, celebrar contrato de rateio sem suficiente e prévia dotação orçamentária ou sem observar as formalidades previstas em Lei. **§ 3º.** As cláusulas do contrato de rateio não poderão conter disposição tendente a afastar ou dificultar a fiscalização exercida pelos órgãos de controle interno e externo ou pela sociedade cível de qualquer dos entes consorciados. **§ 4º.** Os entes consorciados, isolados ou em conjunto, bem como o consórcio público, são partes legitimas para exigir o cumprimento das obrigações previstas no contrato de rateio. **Art. 40.** Havendo restrição na realização de despesas, de empenhos ou de movimentação financeira, ou qualquer outra derivada das normas de direito financeiro, o ente consorciado, mediante notificação escrita, deverá informá-la ao consórcio público, apontado as medidas que tomou para regularizar a situação, de modo a garantir a contribuição prevista no contrato de rateio. **Parágrafo Único:** a eventual impossibilidade de o ente consorciado cumprir obrigação orçamentária e financeira estabelecida em contrato de rateio abriga o Consórcio a adotar medidas para adaptar a execução orçamentária e financeira aos novos limites. **Art. 41.** É vedado a aplicação dos recursos entregues por meio de contrato de rateio, inclusive aos oriundos de transferências ou operações de crédito, para o atendimento de despesas classificadas como genéricas. **§ 1º.** Entende-se por despesas genéricas aquelas em que a execução orçamentária se faz com modalidade de aplicação indefinida. **§ 2º.** Não se considera como genérica as despesas de administração e planejamento, desde que previamente classificadas por meio de aplicação das normas de contabilidade pública. **Art. 42.** O prazo de vigência do contrato de rateio não será superior ao de vigência das dotações que suportam, com exceção dos que tenham por objeto exclusivamente projetos consistentes em programas e ações contemplados em plano plurianual. **Art. 43. O CISVARC, poderá realizar licitação cujo edital preveja contratos a serem celebrados pela administração direta e indireta dos municípios consorciados, nos termos do §1º, do artigo 112 da Lei nº 8666, de 21 de junho de 1993. CAPÍTULO X DA RETIADA, EXCLUSÃO E CASOS DE EXTINÇÃO Art. 44.** O ente consorciado poderá se retirar, a qualquer momento, do consórcio, desde que denuncie sua participação com prazo nunca inferior 90(noventa) dias, cuidando o conselho dos Prefeitos de acertarem os termos das redistribuições dos custos dos planos, programas ou projetos de que participa o ente retirante. **Parágrafo Único.** A retirada do consorciado não prejudicará as obrigações já constituídas, inclusive os contratos de programas, cuja extinção dependerá de prévio pagamento das indenizações eventualmente devidas. **Art. 45.** Será excluído do quadro social do **Consórcio Intermunicipal de Saúde Vale do Rio Cuiabá,** após prévia suspensão, por decisão de 2/3 (dois terços) dos membros do Conselho de Prefeitos, ouvida a Diretoria, respeitada proporcionalidade estabelecida no contrato de consórcio público, sempre por justa causa fundamentada, quando o ente consorciado: **I.** deixar de cumprir os deveres associativos descritos neste Estatuto ou agir contrariamente aos princípios éticos e deontológicos pelo **Consórcio Intermunicipal de Saúde Vale do Rio Cuiabá. II.** deixar de consignar, em sua lei orçamentária ou em crédito adicional, as obrigações suficientes par suportar as despesas assumidas por meio de contrato de rateio. **III.** deixar de pagar os valores devidos ao **Consórcio Intermunicipal de Saúde Vale do Rio Cuiabá** pelo prazo de 180 (cento e oitenta) dias, sem prejuízo da responsabilização por perda e danos, através de ação própria;

IV. deixar de fornecer informações, oficialmente requeridas pela Diretoria ou impedir diligências necessárias à avaliação, aprimoramento da gestão, controle interno e verificação operacional do resultado dos programas e projetos desenvolvidos pelo **Consórcio Intermunicipal de Saúde Vale do Rio Cuiabá.**

CAPÍTULO XI

DO INGRESSO DE NOVOS PARTICIPANTES, DA ALTERAÇÃO E DA EXTINÇÃO DO CONTRATO DE CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL

Art. 46. Para ingressar no Consórcio, o município deve apresentar pedido formal assinado pelo seu Prefeito, possuir lei Autorizativa e dotação orçamentária específica ou créditos adicionais suficientes, obrigando-se ao pagamento do valor correspondente à sua participação inicial e demais despesas assumidas por adesão ao contrato de rateio.

§1º. A qualquer momento e aprovação da Assembleia Geral dos Prefeitos, é facultado o ingresso de novos participantes no consórcio público, atendidas as condições do caput deste artigo, através de termo aditivo ao contrato de consórcio público. **Art. 47.** A alteração ou extinção do contrato de consórcio público dependerá de instrumento aprovado pela Assembleia Geral, ratificado mediante lei por todos os entes consorciados. **§ 1º.** Em caso de extinção: **I.** os bens, direitos e encargos e obrigações decorrentes da gestão associada de serviços públicos custeados por tarifas ou outras espécie de preços públicos serão atribuídos aos titulares dos respectivos serviços;

II. até que haja decisão que indique os responsáveis por cada obrigação, os entes consorciados responderão solidariamente pela obrigações remanescentes, garantindo o direito de regresso em face dos entes beneficiados ou dos que deram causa à obrigação.

§ 2º. Com extinção o pessoal cedido ao consórcio público retornará aos seus órgãos de origem, e os empregados públicos serão automaticamente rescindidos os seus contratos de trabalho com o consórcio.

Art. 48. Os entes consorciados poderão ceder servidores ao consórcio, na forma e condições da legislação de cada um.

§ 1º. Os servidores cedidos permanecerão no seu regime originários, somente lhes sendo concedidos adicionais ou gratificações nos termos e valores previstos no contrato de consórcio público.

§ 2º. O pagamento de adicionais ou gratificações na forma prevista no §1º deste artigo não configura vinculo novo de serviço cedido, inclusive para apuração de responsabilidade trabalhista ou previdenciária.

§ 3º. Na hipótese do ente consorciado assumir o ônus de cessão do servidor, tais pagamentos poderão ser contabilizados como crédito hábeis para operar compensação com obrigações previstas no contrato de rateio.

Art. 49. Os servidores públicos dos entes consorciados poderão ser requisitados com ou sem ônus para o consórcio e, poderão, em razão da necessidade justificada, assumir funções gratificadas remuneradas no consórcio, desde que o ato não se caracterize acumulação de cargos públicos.

Parágrafo Único. O servidor requisitado e cedido sem ônus para o consórcio continuará submetido ao regime jurídico do cedente.

CAPÍTULO XIII DAS DISPOSIÇÕES GERIAS E TRANSITÓRIAS

Art. 50. Este Estatuto será levado a registro no Cartório de Registro de Títulos e Documentos, de conformidade com a Lei Civil.

Art. 51. O **Consórcio Intermunicipal de Saúde Vale do Rio Cuiabá** deverá observar no desenvolvimento de suas atividades a legislação Federal, Estadual e dos Municípios que o integram, adequando-se quando necessário, de forma a evitar conflitos de Leis.

Art. 52. A Secretaria Executiva do **Consórcio Intermunicipal de Saúde Vale do Rio Cuiabá** em prazo a ser fixado pela Diretoria, deverá providenciar o regimento interno respeitando o Estatuto Social.

Art. 53. A Diretoria e Secretaria Executiva adotarão as providências necessárias para a celebração dos contratos de que dispõem este Estatuto.

Art. 54. Os Diretores, Conselheiros, Instituidores ou benfeitores, não perceberão qualquer tipo de remuneração e nem usufruirão de vantagens ou benefícios a qualquer título.

Art. 55. A Secretaria Executiva, no início da vigência deste Estatuto providenciará junto aos órgãos competentes o seu registro, bem como perante a Receita Federal e outros órgãos em que sejam necessárias, considerando-se a forma de associação e personalidade jurídica.

Art. 56. O Conselho de Saúde, formados pela representação das Secretarias de Saúde dos entes consorciados é órgão técnico consultivo com relação aos serviços prestados pelo **Consórcio Intermunicipal de Saúde Vale do Rio Cuiabá,** podendo participar de reuniões que tratem de assuntos de interesse dos consorciados, com direito à voz e sugestão, podendo:

I. Estabelecer e sugerir ao Presidente, as diretrizes que poderão ser observadas na elaboração de plano de atividades e plano de trabalho do consórcio.

II. Propor critérios para programação e execução financeira e orçamentária do consórcio acompanhando a movimentação e destinação dos recursos;

III. Avaliar e fiscalizar os serviços prestados a população;

IV. Solicitar a Diretoria, inclusão de assuntos em pauta de reuniões;

V. Escutar e propor formas de melhorar o funcionamento do consórcio, quanto à prestação de serviços e execução de ações de saúde.

Art. 57. Os casos omissos do presente Estatuto serão decididos pelo Presidente do Consórcio, com necessária ratificação da Assembleia Geral.

Art. 58. Os entes consorciados elegem o Foro de Cuiabá-MT, para dirimir eventuais dúvidas que porventura surja referente ao Estatuto Social do **Consórcio Intermunicipal de Saúde Vale do Rio Cuiabá.**

Art. 59. Este estatuto entrará em vigor na data de sua assinatura, devendo ser publicado na Imprensa Oficial dos demais entes consorciados.

Cuiabá 07 de Janeiro de 2021.

MAURIZA AUGUSTA DE OLIVEIRA

Presidente/CISVARC

MARIA NILDECI B. RIBEIRO

Advogada OAB/MT nº 18390

RESOLUÇÃO Nº 002/2021

DISPÕE SOBRE A CRIAÇÃO E ORGANIZAÇÃO DO CONTROLE INTERNO DO CONSORCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE DO VALE DO RIO CUIABÁ – CISVARC.

APresidente do **CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE VALE DO RIO CUIABÁ,** no uso de suas atribuições regimentais e legais, considerando o que dispõe o Estatuto e o Regimento Interno em seu art. 15**,** com o objetivo de assegurar a fiscalização contábil, financeira, orçamentária e patrimonial, quanto à legalidade, legitimidade e economicidade, na gestão dos recursos e bens públicos e, na avaliação dos resultados obtidos pela administração, nos temos do artigo 52 da Constituição Estadual, a Instrução Normativa nº 14/2007 do Tribunal de Contas de Mato Grosso, Lei Complementar nº 101, de 04 de maio de 2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal – incisos I a IV do art. 59), nos dispositivos das Leis Orgânicas dos Municípios Consorciados, e, em obediência ao princípio da simetria constitucional, nos arts. 31, 70 e 74 da Constituição Federal.

RESOLVE:

CAPÍTULO I

DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

Art. 1º. Esta Resolução cria e organiza o Órgão de Controle Interno do Consórcio Intermunicipal de Saúde Vale do Rio Cuiabá – CISVARC, encarregado das atividades de fiscalização contábil, financeira, orçamentária, operacional e patrimonial, em cumprimento aos princípios constitucionais da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência.

Art. 2º. Para os fins desta resolução, considera-se:

a) Controle Interno: O conjunto de recursos, métodos e processos adotados pela administração pública, com a finalidade de comprovar fatos, impedir erros, fraudes e a ineficiência;

b) Auditoria: exame minucioso dos atos administrativos e fatos contábeis, de acordo com as normas e procedimentos de auditoria, com a finalidade de identificar se as operações foram realizadas de maneira apropriada e registradas de acordo com as orientações e normas legais.

CAPÍTULO II

DO ÓRGÃO DE CONTROLE INTERNO E SUA FINALIDADE

Art. 3º. O Órgão de Controle Interno tem por finalidade:

a) verificar a regularidade da programação orçamentária e financeira, avaliando o cumprimento das metas previstas nas leis orçamentárias, no mínimo uma vez por ano;

b) comprovar a legalidade e avaliar os resultados, quanto à eficácia, eficiência, economicidade e efetividade da gestão orçamentária, financeira e patrimonial;

c) examinar a escrituração contábil e a documentação a ela correspondente;

d) examinar as fases de execução da despesa, inclusive verificando a regularidade das licitações e contratos, sob os aspectos da legalidade, legitimidade, economicidade e razoabilidade;

e) exercer o controle sobre os créditos adicionais bem como a conta de restos a pagar e as despesas de exercícios anteriores;

f) acompanhar a contabilização dos recursos provenientes de celebração de convênios e dos contratos de rateio;

g) realizar o controle dos limites e das condições para a inscrição de restos a pagar, processados ou não;

h) realizar o controle da destinação de recursos obtidos com a alienação de ativos, de acordo com as restrições impostas pela Lei Complementar nº 101/2000;

i) controlar o alcance do atingimento das metas fiscais dos resultados primário e nominal;

j) acompanhar, para fins de posterior registro, os atos de admissão de pessoal, a qualquer título, excetuadas as nomeações para cargo de provimento em comissão e designações para função gratificada;

k) verificar os atos de aposentadoria para posterior registro no Tribunal de Contas;

l) apoiar o controle externo no exercício de sua missão institucional;

m) elaborar plano de auditoria para cada exercício financeiro e sua execução;

n) normatizar as rotinas administrativas e processos que integram o sistema de informações do Órgão de Controle Interno;

o) remeter ao Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso relatórios contendo eventuais irregularidades, ilegalidades ou desvio de recursos públicos;

p) encaminhar ao Presidente e à Diretoria Executiva, semestralmente, relatório detalhado contendo as atividades desenvolvidas e as recomendações decorrentes das fiscalizações e auditorias realizadas pelo Órgão de Controle Interno;

q) acompanhar e auditar a aplicação da lei de acesso as informações e o sistema de ouvidoria do CISVARC;

r) realizar outras atividades de manutenção, controle e aperfeiçoamento dos processos e procedimentos desenvolvidos pelo CISVARC.

CAPÍTULO III

DO ÓRGÃO DE CONTROLE INTERNO

Art. 4º. O Órgão de Controle Interno será coordenado pelo ocupante de emprego público de Controlador Interno, o qual se manifestará através de relatórios, auditorias, inspeções, pareceres e outros pronunciamentos voltados a identificar e sanar possíveis irregularidades.

Parágrafo Primeiro – Na ausência de servidor nomeado pelo consórcio, o controle interno poderá ser exercido pelo controlador do município do presidente em exercício;

Art. 5º. O responsável pelo Órgão de Controle Interno do CISVARC, no exercício de suas atividades, tem as seguintes prerrogativas e competências:

a) de atuar com autonomia e independência funcional;

b) livre acesso a documentos, informações e banco de dados indispensáveis ao exercício das funções e finalidades do controle interno;

c) o dever de relatar ao Presidente do CISVARC as eventuais ações e omissões causadas por empregados públicos ou por terceiros que impeçam a atuação do responsável pelo Controle Interno;

d) de prestar assessoramento preventivo aos dirigentes e empregados vinculados ao CISVARC.

CAPÍTULO IV

DA FISCALIZAÇÃO E SUA ABRANGÊNCIA

Art. 6º. A fiscalização contábil, financeira, orçamentária, operacional e patrimonial do Consórcio Intermunicipal de Saúde Vale do Rio Cuiabá – CISVARC será exercida pelo Órgão de Controle Interno, de forma prévia, concomitante e posterior aos atos administrativos, em atenção aos princípios constitucionais da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência.

Art. 7º. Estão sujeitos à fiscalização e às auditorias do Órgão de Controle Interno do CISVARC os dirigentes do consórcio, o responsável pela diretoria executiva, os empregados públicos efetivos e qualquer pessoa física ou jurídica que, em nome do CISVARC, tenha assumido obrigações de natureza pecuniária ou contratual.

CAPÍTULO V

DA APURAÇÃO DE IRREGULARIDADES E RESPONSABILIDADES

Art. 8º. As irregularidades de atos administrativos constatadas pelo Órgão de Controle Interno deverão ser comunicadas ao Presidente do CISVARC e também ao agente que deu causa para que adotem e informem, no prazo assinalado, as providências necessárias ao exato cumprimento da lei.

Art. 9º. O desatendimento das condições previstas no artigo anterior, autoriza o Controle Interno a comunicar os fatos considerados irregulares ao Tribunal de Contas, sob pena de responsabilização solidária.

CAPÍTULO X

DAS DISPOSIÇÕES GERAIS E FINAIS

Art. 10. As despesas decorrentes da implantação da presente Resolução correrão à conta do orçamento do CISVARC.

Art. 11. Esta resolução entra em vigor na data de sua publicação, revogando as disposições em contrário.

Consórcio Intermunicipal de Saúde Vale do Rio Cuiabá, aos oito de fevereiro de dois mil e vinte um.

MAURIZA AUGUSTA DE OLIVEIRA

Presidente CISVARC

Registre-se.

Publique-se.

CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE DA REGIÃO DO VALE DO PEIXOTO - CISVP

EXTRATO DE CONTRATO RH Nº 059/2021

EXTRATO DE CONTRATO RH Nº 059/2021

CONTRATANTE: CONSORCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE DA REGIÃO DO VALE DO PEIXOTO

CONTRATADO: LUCIA PINTO SOUSA

OBJETO: Contratação de prestação de serviços por tempo determinado através do processo seletivo simplificado nº 001/2020, na função de ENFERMEIRA.

VIGÊNCIA: 18/02/2021 a 18/06/2021.

VALOR: R$ 9.714,28

DOTAÇÃO: 01.001.10.302.0002.2005-3190.04.00 – Código Reduzido: “042”

EXTRATO DE CONTRATO RH Nº 058/2021

EXTRATO DE CONTRATO RH Nº 058/2021

CONTRATANTE: CONSORCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE DA REGIÃO DO VALE DO PEIXOTO

CONTRATADO: JOÃO JORGE MARTINS NASCIMENTO

OBJETO: Contratação de prestação de serviços por tempo determinado através do processo seletivo simplificado nº 001/2020, na função de ASSISTENTE ADMINISTRATIVO.

VIGÊNCIA: 01/02/2021 a 31/01/2022.

VALOR: R$ 18.000,00

DOTAÇÃO: 01.001.10.302.0002.2003-3190.04.00 – Código Reduzido: “024”

CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DO NORTE ARAGUAIA

EXTRATO PUBLICAÇÃO DO CONTRATO N°.005/2021

CONTRATADO: TIAGO DA SILVA MACHADO , **inscrito no CPF sob o nº.** 026.244.501-81.

OBJETO: O presente contrato visa a Futura e Eventual Contratação de empresa para Prestação de Serviços de Assessoria Jurídica em Porto Alegre do Norte-MT, para atender as necessidades do Consórcio Intermunicipal de Desenvolvimento Econômico, Social e Ambiental "Norte Araguaia". **VALOR GLOBAL:** R$ 15.000,00 (quinze mil reais). **DATA:** 15/01/2021. **VIGÊNCIA:** 16/07/2021.

DANIEL ROSA DO LAGO

Presidente

FUNDO MUNICIPAL DE PREVIDÊNCIA SOCIAL – PREVILANDIA

EXTRATO DO PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO 001/2020 - FUNDO MUNICIPAL DE PREVIDÊNCIA SOCIAL DE MARCELÂNDIA-MT

CONTRATANTE: **FUNDO MUNICIPAL DE PREVIDÊNCIA SOCIAL DE MARCELÂNDIA-MT**

CONTRATADA: ***P.H. DA C. FERREIRA ASSESSORIA PÚBLICA***

OBJETO: Pelo presente Termo Aditivo, as partes supra identificadas, de comum acordo, resolvem aditar o valor mencionado na Clausula Segunda, prorrogar o prazo de vigência mencionado na Cláusula Quarta do Contrato Administrativo de Prestação de Serviços nº 001/2020.

VALOR: R$ 16.800,00

VIGÊNCIA: 01/03/2021 a 28/02/2022

PREFEITURA MUNICIPAL DE ACORIZAL

PREFEITURA MUNICIPAL DE ACORIZAL RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA DEMONSTRATIVO DA RECEITA CORRENTE LÍQUIDA ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL SET/2019 A AGO/2020

PREFEITURA MUNICIPAL DE ACORIZAL

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

DEMONSTRATIVO DA RECEITA CORRENTE LÍQUIDA

ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

SET/2019 A AGO/2020

RREO – ANEXO 3 (LRF, Art. 53, inciso I) R$ 1

EVOLUÇÃO DA RECEITA REALIZADA NOS ÚLTIMOS 12 MESES TOTAL PREVISÃO

ESPECIFICAÇÃO (ÚLTIMOSATUALIZADA

SET/2019 OUT/2019 NOV/2019 DEZ/2019 JAN/2020 FEV/2020 MAR/2020 ABR/2020 MAI/2020 JUN/2020 JUL/2020 AGO/2020 12 MESES)

RECEITAS CORRENTES (I) 1.258.145,32 1.490.315,66 1.624.909,78 3.348.541,83 1.501.729,82 1.641.876,77 1.567.822,47 1.404.453,58 1.332.303,30 1.775.519,90 2.565.686,09 1.760.292,03 21.271.596,55 22.176.642,99

Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria 116.975,23 179.168,26 130.249,38 154.393,10 166.328,16 50.221,16 89.466,35 45.266,72 64.749,79 59.003,56 58.450,20 64.755,00 1.179.026,91 1.719.000,00

IPTU 8.780,85 2.662,33 1.084,44 1.550,87 1.182,29 614,42 282,40 142,39 0,00 0,00 373,78 4.181,24 20.855,01 60.000,00

ISS 89.438,90 168.857,04 94.893,48 53.116,62 152.889,83 43.170,24 55.833,37 41.508,63 49.863,18 43.454,90 52.545,20 57.339,10 902.910,49 1.031.000,00

ITBI 15.700,00 4.100,00 30.790,26 4.267,00 5.659,62 978,46 31.709,64 1.510,00 13.621,32 14.816,65 4.498,60 2.760,00 130.411,55 50.000,00

IRRF 0,00 0,00 0,00 94.971,57 0,00 0,00 0,00 0,00 0,00 0,00 0,00 0,00 94.971,57 460.000,00

Outros Impostos, Taxas e Contribuições de 3.055,48 3.548,89 3.481,20 487,04 6.596,42 5.458,04 1.640,94 2.105,70 1.265,29 732,01 1.032,62 474,66 29.878,29 118.000,00

Melhoria

Contribuições 0,00 3,28 307,93 313.859,14 0,00 0,00 0,00 0,00 2.423,42 0,00 0,00 74,85 316.668,62 827.300,00

Receita Patrimonial 3.123,92 2.728,10 7.274,83 27.475,10 8.434,71 1.520,96 1.301,48 568,70 602,18 610,36 -6.473,01 339,44 47.506,77 36.100,00

Rendimentos de Aplicação Financeira 3.123,92 2.728,10 7.274,83 27.475,10 8.434,71 1.520,96 1.301,48 568,70 602,18 610,36 -6.473,01 339,44 47.506,77 36.100,00

Outras Receitas Patrimoniais 0,00 0,00 0,00 0,00 0,00 0,00 0,00 0,00 0,00 0,00 0,00 0,00 0,00 0,00

Receita Agropecuária 0,00 0,00 0,00 0,00 0,00 0,00 0,00 0,00 0,00 0,00 0,00 0,00 0,00 0,00

Receita Industrial 0,00 0,00 0,00 0,00 0,00 0,00 0,00 0,00 0,00 0,00 0,00 0,00 0,00 0,00

Receita de Serviços 10.478,78 10.261,45 3.867,92 4.616,35 8.550,32 9.509,37 11.287,07 5.661,38 3.509,66 4.868,42 24.326,83 11.025,41 107.962,96 150.000,00

Transferências Correntes 1.127.567,39 1.298.154,57 1.483.209,72 2.848.198,14 1.318.416,63 1.580.625,28 1.465.767,57 1.352.956,78 1.261.018,25 1.711.037,56 2.489.382,07 1.684.097,33 19.620.431,29 19.408.210,47

Cota Parte do FPM 485.330,02 446.809,32 606.384,17 1.033.784,91 606.292,89 876.066,17 512.260,15 543.720,44 525.337,03 427.652,52 737.229,24 468.305,77 7.269.172,63 8.630.000,00

Cota Parte do ICMS 261.480,05 386.102,69 320.776,23 497.452,01 332.775,50 302.924,08 452.336,42 285.145,63 267.292,54 339.417,77 360.917,74 343.017,96 4.149.638,62 4.000.000,00

Cota Parte do IPVA 18.750,91 9.838,55 4.122,68 4.877,80 27.155,15 14.855,97 21.390,84 13.393,36 14.694,74 22.497,19 16.081,93 9.440,91 177.100,03 220.000,00

Cota Parte do ITR 2.926,81 26.416,66 2.409,39 5.873,13 3.926,63 591,79 2.133,78 119,80 1.871,29 191,08 516,84 1.004,88 47.982,08 120.000,00

Transferências da LC 87/1996 0,00 0,00 0,00 0,00 0,00 0,00 0,00 0,00 0,00 0,00 0,00 0,00 0,00 20.000,00

Transferências da LC 61/1989 0,00 0,00 0,00 0,00 0,00 0,00 0,00 0,00 0,00 0,00 0,00 0,00 0,00 20.000,00

Transferencias do FUNDEB 135.621,44 188.725,95 163.990,75 240.324,85 168.908,85 176.593,06 205.791,87 139.736,66 137.597,98 157.947,92 163.070,66 156.963,39 2.035.273,38 2.000.000,00

Outras Transferências Correntes 223.458,16 240.261,40 385.526,50 1.065.885,44 179.357,61 209.594,21 271.854,51 370.840,89 314.224,67 763.331,08 1.211.565,66 705.364,42 5.941.264,55 4.398.210,47

Outras Receitas Correntes 0,00 0,00 0,00 0,00 0,00 0,00 0,00 0,00 0,00 0,00 0,00 0,00 0,00 36.032,52

DEDUÇÕES (II) 153.697,46 173.833,34 186.738,39 560.420,90 193.875,46 238.318,44 197.183,23 159.809,49 161.554,52 157.666,57 162.893,91 163.985,33 2.509.977,04 3.223.400,00

Contribuição do Servidor para o Plano de 0,00 0,00 0,00 313.848,92 0,00 0,00 0,00 0,00 0,00 0,00 0,00 0,00 0,00 313.848,92 747.300,00

Previdência

Compensação Financeira entre Regimes de 0,00 0,00 0,00 0,00 0,00 0,00 0,00 0,00 0,00 0,00 0,00 0,00 0,00 100,00

Dedução de Receita para Formação do FundebPrevidência 153.697,46 173.833,34 186.738,39 246.571,98 193.875,46 238.318,44 197.183,23 159.809,49 161.554,52 157.666,57 162.893,91 163.985,33 2.196.128,12 2.476.000,00

RECEITA CORRENTE LÍQUIDA (I)-(II) 1.104.447,86 1.316.482,32 1.438. 171,39 2.788.120,93 1.307.854,36 1.403.558,33 1.370.639,24 1.244. 644,09 1.170.748,78 1.617.853,33 2.402.792,18 1.596.306,70 18.761. 619,51 18.953.242,99

(-) Transferências obrigatórias da União 0,00 0,00 0,00 0,00 0,00 0,00 0,00 0,00 0,00 0,00 0,00 0,00 0,00 0,00 0,00 0,00

relativas às emendas individuais (art. 166-A, § 1º,

da CF) (IV)

RECEITA CORRENTE LÍQUIDA AJUSTADA 1.104.447,86 1.316.482,32 1.438.171,39 2.788.120,93 1.307.854,36 1.403.558,33 1.370.639,24 1. 244.644,09 1.170.748,78 1.617.853,33 2.402.792,18 1.596.306,70 18.761. 619,51 18.953.242,99

PARA PARA CÁLCULO DOS LIMITES DE

(-) Transferências obrigatórias da UniãoENDIVIDAMENTO (V) = (III - IV) 0,00 0,00 0,00 0,00 0,00 0,00 0,00 0,00 0,00 0,00 0,00 0,00 0,00 0,00 0,00

relativas às emendas de bancada (art. 166, § 16,

da CF) (VI)

RECEITA CORRENTE LÍQUIDA AJUSTADA 1.104.447,86 1.316.482,32 1.438.171,39 2.788.120,93 1.307.854,36 1.403.558,33 1.370.639,24 1. 244.644,09 1.170.748,78 1.617.853,33 2.402.792,18 1.596.306,70 18.761. 619,51 18.953.242,99

PARA CÁLCULO DOS LIMITES DA DESPESA

COM PESSOAL (VII) = (V - VI)

PREFEITURA MUNICIPAL DE ACORIZAL DEMONSTRATIVOS DAS RECEITAS E DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS DO REGIME PRÓPRIO DOS SERVIDORES PÚBLICOS PERIODO: JANEIRO A AGOSTO 2020/ BIMESTRE JULHO - AGOSTO

PREFEITURA MUNICIPAL DE ACORIZAL

DEMONSTRATIVOS DAS RECEITAS E DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS

DO REGIME PRÓPRIO DOS SERVIDORES PÚBLICOS

1 de 4 PERIODO: Janeiro a Agosto 2020/BIMESTRE Julho - Agosto

RREO – ANEXO 4 (LRF, art. 53, inciso II) R$ 1

PLANO PREVIDENCIÁRIO

RECEITAS REALIZADAS

PREVISÃO PREVISÃO

RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS

INICIAL ATUALIZADA Jan a Ago 2020 Jan a Ago 2019

RECEITAS CORRENTES (I) 0,00 0,00 0,00 0,00

Receita de Contribuições dos Segurados 0,00 0,00 0,00 0,00

Civil 0,00 0,00 0,00 0,00

Ativo 0,00 0,00 0,00 0,00

Inativo 0,00 0,00 0,00 0,00

Pensionista 0,00 0,00 0,00 0,00

Militar 0,00 0,00 0,00 0,00

Ativo 0,00 0,00 0,00 0,00

Inativo 0,00 0,00 0,00 0,00

Pensionista 0,00 0,00 0,00 0,00

Receita de Contribuições Patronais 0,00 0,00 0,00 0,00

Civil 0,00 0,00 0,00 0,00

Ativo 0,00 0,00 0,00 0,00

Inativo 0,00 0,00 0,00 0,00

Pensionista 0,00 0,00 0,00 0,00

Militar 0,00 0,00 0,00 0,00

Ativo 0,00 0,00 0,00 0,00

Inativo 0,00 0,00 0,00 0,00

Pensionista 0,00 0,00 0,00 0,00

Receita Patrimonial 0,00 0,00 0,00 0,00

Receitas Imobiliárias 0,00 0,00 0,00 0,00

Receitas de Valores Mobiliários 0,00 0,00 0,00 0,00

Outras Receitas Patrimoniais 0,00 0,00 0,00 0,00

Receita de Serviços 0,00 0,00 0,00 0,00

Outras Receitas Correntes 0,00 0,00 0,00 0,00

Compensação Previdenciária do RGPS para o RPPS 0,00 0,00 0,00 0,00

Aportes Periódicos para Amortização de Déficit Atuarial do RPPS (II) 0,00 0,00 0,00 0,00

Demais Receitas Correntes 0,00 0,00 0,00 0,00

RECEITAS DE CAPITAL (III) 0,00 0,00 0,00 0,00

Alienação de Bens, Direitos e Ativos 0,00 0,00 0,00 0,00

Amortização de Empréstimos 0,00 0,00 0,00 0,00

Outras Receitas de Capital 0,00 0,00 0,00 0,00

TOTAL DAS RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS RPPS - (IV) = (I + III - II) 0,00 0,00 0,00 0,00

FONTE: SCPI - Contabilidade [9.25.25.509], PREFEITURA MUNICIPAL DE ACORIZAL, Data/hora da emissão: 23/fev/2021 11h e 23m" Portaria Nº 91 de 2020 - Mapeamento Atualizado 02/2020

PREFEITURA MUNICIPAL DE ACORIZAL

DEMONSTRATIVOS DAS RECEITAS E DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS

DO REGIME PRÓPRIO DOS SERVIDORES PÚBLICOS

2 de 4 PERIODO: Janeiro a Agosto 2020/BIMESTRE Julho - Agosto

RREO – ANEXO 4 (LRF, art. 53, inciso II) R$ 1

DOTAÇÃO DOTAÇÃO DESPESAS EMPENHADAS DESPESAS LIQUIDADAS INSCRITAS EM RESTOS A

DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS INICIAL ATUALIZADA PAGAR NÃO PROCESSADOS

Jan a Ago 2020 Jan a Ago 2019 Jan a Ago 2020 Jan a Ago 2019 Em 2020 Em 2019

Benefícios - Civil 0,00 0,00 0,00 0,00 0,00 0,00 0,00 0,00

Aposentadorias 0,00 0,00 0,00 0,00 0,00 0,00 0,00 0,00

Pensões 0,00 0,00 0,00 0,00 0,00 0,00 0,00 0,00

Outros Benefícios Previdenciários 0,00 0,00 0,00 0,00 0,00 0,00 0,00 0,00

Benefícios - Militar 0,00 0,00 0,00 0,00 0,00 0,00 0,00 0,00

Reformas 0,00 0,00 0,00 0,00 0,00 0,00 0,00 0,00

Pensões 0,00 0,00 0,00 0,00 0,00 0,00 0,00 0,00

Outros Benefícios Previdenciários 0,00 0,00 0,00 0,00 0,00 0,00 0,00 0,00

Outras Despesas Previdenciárias 0,00 0,00 0,00 0,00 0,00 0,00 0,00 0,00

Compensação Previdenciária do RPPS para o RGPS 0,00 0,00 0,00 0,00 0,00 0,00 0,00 0,00

Demais Despesas Previdenciárias 0,00 0,00 0,00 0,00 0,00 0,00 0,00 0,00

TOTAL DAS DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS RPPS (V) 0,00 0,00 0,00 0,00 0,00 0,00 0,00 0,00

RESULTADO PREVIDENCIÁRIO (VI) = (IV - V) 0,00 0,00 0,00 0,00 0,00 0,00

RECURSOS RPPS ARRECADADOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES PREVISÃO ORÇAMENTÁRIA

VALOR 550.000,00

RESERVA ORÇAMENTÁRIA DO RPPS PREVISÃO ORÇAMENTÁRIA

VALOR 0,00

APORTES DE RECURSOS PARA O PLANO PREVIDENCIÁRIO

APORTES REALIZADOS

DO RPPS

Plano de Amortização - Contribuição Patronal Suplementar 0,00

Plano de Amortização - Aporte Periódico de Valores Predefinidos 0,00

Outros Aportes para o RPPS 0,00

Recursos para Cobertura de Déficit Financeiro 0,00

PERÍODO DE REFERÊNCIA

BENS E DIREITOS DO RPPS

Em 2020 Em 2019

Caixa e Equivalentes de Caixa 0,00 839.404,69

Investimentos e Aplicações 0,00 -76.562,03

Outros Bens e Direitos 0,00 0,00

PLANO FINANCEIRO

PREVISÃO PREVISÃO RECEITAS REALIZADAS

RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS

INICIAL ATUALIZADA Jan a Ago 2020 Jan a Ago 2019

RECEITAS CORRENTES (VII) 0,00 0,00 0,00 0,00

FONTE: SCPI - Contabilidade [9.25.25.509], PREFEITURA MUNICIPAL DE ACORIZAL, Data/hora da emissão: 23/fev/2021 11h e 23m" Portaria Nº 91 de 2020 - Mapeamento Atualizado 02/2020

PREFEITURA MUNICIPAL DE ACORIZAL

DEMONSTRATIVOS DAS RECEITAS E DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS

DO REGIME PRÓPRIO DOS SERVIDORES PÚBLICOS

3 de 4 PERIODO: Janeiro a Agosto 2020/BIMESTRE Julho - Agosto

RREO – ANEXO 4 (LRF, art. 53, inciso II) R$ 1

Receita de Contribuições dos Segurados 0,00 0,00 0,00 0,00

Civil 0,00 0,00 0,00 0,00

Ativo 0,00 0,00 0,00 0,00

Inativo 0,00 0,00 0,00 0,00

Pensionista 0,00 0,00 0,00 0,00

Militar 0,00 0,00 0,00 0,00

Ativo 0,00 0,00 0,00 0,00

Inativo 0,00 0,00 0,00 0,00

Pensionista 0,00 0,00 0,00 0,00

Receita de Contribuições Patronais 0,00 0,00 0,00 0,00

Civil 0,00 0,00 0,00 0,00

Ativo 0,00 0,00 0,00 0,00

Inativo 0,00 0,00 0,00 0,00

Pensionista 0,00 0,00 0,00 0,00

Militar 0,00 0,00 0,00 0,00

Ativo 0,00 0,00 0,00 0,00

Inativo 0,00 0,00 0,00 0,00

Pensionista 0,00 0,00 0,00 0,00

Receita Patrimonial 0,00 0,00 0,00 0,00

Receitas Imobiliárias 0,00 0,00 0,00 0,00

Receitas de Valores Mobiliários 0,00 0,00 0,00 0,00

Outras Receitas Patrimoniais 0,00 0,00 0,00 0,00

Receita de Serviços 0,00 0,00 0,00 0,00

Outras Receitas Correntes 0,00 0,00 0,00 0,00

Compensação Previdenciária do RGPS para o RPPS 0,00 0,00 0,00 0,00

Demais Receitas Correntes 0,00 0,00 0,00 0,00

RECEITAS DE CAPITAL (VIII) 0,00 0,00 0,00 0,00

Alienação de Bens, Direitos e Ativos 0,00 0,00 0,00 0,00

Amortização de Empréstimos 0,00 0,00 0,00 0,00

Outras Receitas de Capital 0,00 0,00 0,00 0,00

TOTAL DAS RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS RPPS - (IX) = (VII + VIII) 0,00 0,00 0,00 0,00

DOTAÇÃO DOTAÇÃO DESPESAS EMPENHADAS DESPESAS LIQUIDADAS INSCRITAS EM RESTOS A

DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS INICIAL ATUALIZADA PAGAR NÃO PROCESSADOS

Jan a Ago 2020 Jan a Ago 2019 Jan a Ago 2020 Jan a Ago 2019 Em 2020 Em 2019

Benefícios - Civil 0,00 0,00 0,00 0,00 0,00 0,00 0,00 0,00

Aposentadorias 0,00 0,00 0,00 0,00 0,00 0,00 0,00 0,00

Pensões 0,00 0,00 0,00 0,00 0,00 0,00 0,00 0,00

Outros Benefícios Previdenciários 0,00 0,00 0,00 0,00 0,00 0,00 0,00 0,00

Benefícios - Militar 0,00 0,00 0,00 0,00 0,00 0,00 0,00 0,00

Reformas 0,00 0,00 0,00 0,00 0,00 0,00 0,00 0,00

Pensões 0,00 0,00 0,00 0,00 0,00 0,00 0,00 0,00

Outros Benefícios Previdenciários 0,00 0,00 0,00 0,00 0,00 0,00 0,00 0,00

Outras Despesas Previdenciárias 0,00 0,00 0,00 0,00 0,00 0,00 0,00 0,00

FONTE: SCPI - Contabilidade [9.25.25.509], PREFEITURA MUNICIPAL DE ACORIZAL, Data/hora da emissão: 23/fev/2021 11h e 23m" Portaria Nº 91 de 2020 - Mapeamento Atualizado 02/2020

PREFEITURA MUNICIPAL DE ACORIZAL

DEMONSTRATIVOS DAS RECEITAS E DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS

DO REGIME PRÓPRIO DOS SERVIDORES PÚBLICOS

4 de 4 PERIODO: Janeiro a Agosto 2020/BIMESTRE Julho - Agosto

RREO – ANEXO 4 (LRF, art. 53, inciso II) R$ 1

Compensação Previdenciária do RPPS para o RGPS 0,00 0,00 0,00 0,00 0,00 0,00 0,00 0,00

Demais Despesas Previdenciárias 0,00 0,00 0,00 0,00 0,00 0,00 0,00 0,00

TOTAL DAS DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS RPPS (X) 0,00 0,00 0,00 0,00 0,00 0,00 0,00 0,00

RESULTADO PREVIDENCIÁRIO (XI) = (IX - X) 0,00 0,00 0,00 0,00 0,00 0,00

APORTES DE RECURSOS PARA O PLANO FINANCEIRO

APORTES REALIZADOS

DO RPPS

Recursos para Cobertura de Insuficiências Financeiras 0,00

Recursos para Formação de Reserva 0,00

PREVISÃO PREVISÃO RECEITAS REALIZADAS

RECEITAS DA ADMINISTRAÇÃO - RPPS

INICIAL ATUALIZADA Jan a Ago 2020 Jan a Ago 2019

RECEITAS CORRENTES 0,00 0,00 0,00 0,00

TOTAL DAS RECEITAS DA ADMINISTRAÇÃO RPPS - (XII) 0,00 0,00 0,00 0,00

DOTAÇÃO DOTAÇÃO DESPESAS EMPENHADAS DESPESAS LIQUIDADAS INSCRITAS EM RESTOS A

DESPESAS DA ADMINISTRAÇÃO - RPPS INICIAL ATUALIZADA PAGAR NÃO PROCESSADOS

Jan a Ago 2020 Jan a Ago 2019 Jan a Ago 2020 Jan a Ago 2019 Em 2020 Em 2019

DESPESAS CORRENTES (XIII) 0,00 0,00 0,00 0,00 0,00 0,00 0,00 0,00

DESPESAS DE CAPITAL (XIV) 0,00 0,00 0,00 0,00 0,00 0,00 0,00 0,00

TOTAL DAS DESPESAS DA ADMINISTRAÇÃO RPPS (XV) = (XIII + XIV) 0,00 0,00 0,00 0,00 0,00 0,00 0,00 0,00

RESULTADO DA ADMINISTRAÇÃO RPPS (XVI) = (XII – XV) 0,00 0,00 0,00 0,00 0,00 0,00

Nota: Durante o exercício, somente as despesas liquidadas são consideradas executadas. No encerramento do exercício, as despesas não liquidadas inscritas em restos a pagar processados são também consideradas executadas.

Dessa forma, para maior transparência, as despesas executadas estão segregadas em:

. a) Despesas liquidadas, consideradas aquelas em que houve a entrega do material ou serviço, nos termos do art. 63 da Lei 4.320/64;

. b) Despesas empenhadas mas não liquidadas, inscritas em Restos a Pagar processados, consideradas liquidadas no encerramento do exercício, por força do art.35, inciso II da Lei 4.320/64.

FONTE: SCPI - Contabilidade [9.25.25.509], PREFEITURA MUNICIPAL DE ACORIZAL, Data/hora da emissão: 23/fev/2021 11h e 23m" Portaria Nº 91 de 2020 - Mapeamento Atualizado 02/2020

PREFEITURA MUNICIPAL DE ACORIZAL RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA DEMONSTRATIVO DOS RESULTADOS PRIMÁRIO E NOMINAL ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL PERIODO: JANEIRO A AGOSTO 2020

PREFEITURA MUNICIPAL DE ACORIZAL

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

DEMONSTRATIVO DOS RESULTADOS PRIMÁRIO E NOMINAL

ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

PERIODO: Janeiro a Agosto 2020/BIMESTRE Julho - Agosto

Página 1 de 3

RREO - ANEXO 6 (LRF, art 53, inciso III) R$ 1

PREVISÃO RECEITAS REALIZADAS (a)

RECEITAS PRIMÁRIAS

ATUALIZADA Jan a Ago/2020

RECEITAS CORRENTES (I) 19.700.642,99 12.114.397,01

Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria 1.719.000,00 598.240,94

IPTU 60.000,00 6.776,52

ISS 1.031.000,00 496.604,45

ITBI 50.000,00 75.554,29

IRRF Outros Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria 118.000,00460.000,00 19.305,680,00

Contribuições 827.300,00 2.498,27

Receita Patrimonial 36.100,00 6.904,82

Aplicações Financeiras (II) 36.100,00 6.904,82

Outras Receitas Patrimoniais 0,00 0,00

Transferências Correntes 16.932.210,47 11.428.014,52

Cota Parte do FPM Cota Parte do ICMS 3.200.000,007.030.000,00 2.149.834,723.825.542,67

Cota Parte do IPVA 176.000,00 111.608,72

Cota Parte do ITR 96.000,00 8.284,97

Transferências da LC 87/1996 16.000,00 0,00

Transferências da LC 61/1989 16.000,00 0,00

Transferencias do FUNDEB 2.000.000,00 1.306.610,39

Outras Transferências Correntes Demais Receitas Correntes 4.398.210,47186.032,52 4.026.133,0578.738,46

Outras Receitas Financeiras (III) 0,00 0,00

Receitas Correntes Restantes 186.032,52 78.738,46

RECEITAS PRIMÁRIAS CORRENTES (IV) = I - II - III 19.664.542,99 12.107.492,19

RECEITAS DE CAPITAL (V) 250.000,00 0,00

Operações de Crédito (VI) 0,00 0,00

Amortização de Empréstimos (VII) Alienação de Bens 0,000,00 0,000,00

Receitas de Alienação de Investimentos Temporários (VIII) 0,00 0,00

Receitas de Alienação de Investimentos Permanentes (IX) 0,00 0,00

Outras Alienações de Bens 0,00 0,00

Transferências de Capital 250.000,00 0,00

Convênios 250.000,00 0,00

Outras Transferências de Capital Outras Receitas de Capital 0,000,00 0,000,00

Outras Receitas de Capital Não Primárias (X) 0,00 0,00

Outras Receitas de Capital Primárias 0,00 0,00

RECEITAS PRIMÁRIAS DE CAPITAL (XI)=(V-VI-VII-VIII-IX-X) 250.000,00 0,00

RECEITA PRIMÁRIA TOTAL(XII)=(IV+XI) 19.914.542,99 12.107.492,19

FONTE: SCPI - Contabilidade [9.25.25.509], PREFEITURA MUNICIPAL DE ACORIZAL, Data/hora da emissão: 23/fev/2021 11h e 23m" Portaria Nº 91 de 2020 - Mapeamento Atualizado 02/2020

PREFEITURA MUNICIPAL DE ACORIZAL

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

DEMONSTRATIVO DOS RESULTADOS PRIMÁRIO E NOMINAL

ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

PERIODO: Janeiro a Agosto 2020/BIMESTRE Julho - Agosto

Página 2 de 3

RREO - ANEXO 6 (LRF, art 53, inciso III) R$ 1

DOTAÇÃO DESPESAS DESPESAS DESPESAS RESTOS A PAGAR RESTOS A PAGAR

DESPESAS PRIMÁRIAS ATUALIZADA EMPENHADAS LIQUIDADAS PAGAS (a) PROCESSADOS NÃO PROCESSADOS

PAGOS (b) LIQUIDADOS PAGOS (c)

DESPESAS CORRENTES (XIII) 17.772.513,68 11.803.237,78 10.148.777,55 9.062.217,02 685.888,71 0,00 0,00

Pessoal e Encargos Sociais 6.550.105,96 4.072.657,05 4.019.350,55 3.506.794,48 423.120,17 0,00 0,00

Juros e Encargos da Dívida (XIV) 0,00 0,00 0,00 0,00 0,00 0,00 0,00

Outras Despesas Correntes 11.222.407,72 7.730.580,73 6.129.427,00 5.555.422,54 262.768,54 0,00 0,00

DESPESAS PRIMÁRIAS CORRENTES (XV) = (XIII-XIV) 17.772.513,68 11.803.237,78 10.148.777,55 9.062.217,02 685.888,71 0,00 0,00

DESPESAS DE CAPITAL (XVI) 2.059.564,80 881.120,34 424.993,66 406.993,66 4.353,60 144.469,61 144.469,61

Investimentos 1.685.618,04 507.173,58 281.715,78 263.715,78 4.353,60 144.469,61 144.469,61

Inversões Financeiras 0,00 0,00 0,00 0,00 0,00 0,00 0,00

Concessão de Empréstimos e Financiamentos (XVII) 0,00 0,00 0,00 0,00 0,00 0,00 0,00

Aquisição de Título de Capital já Integralizado(XVIII) 0,00 0,00 0,00 0,00 0,00 0,00 0,00

Aquisição de Título de Crédito(XIX) 0,00 0,00 0,00 0,00 0,00 0,00 0,00

Demais Inversões Financeiras 0,00 0,00 0,00 0,00 0,00 0,00 0,00

Amortização da Dívida (XX) 373.946,76 373.946,76 143.277,88 143.277,88 0,00 0,00 0,00

DESPESAS PRIMÁRIAS DE CAPITAL (XXI)=(XVI-XVII-XVIII-XIX-XX) 1.685.618,04 507.173,58 281.715,78 263.715,78 4.353,60 144.469,61 144.469,61

RESERVA DE CONTINGÊNCIA (XXII) 636.182,64 0,00 0,00 0,00 0,00 0,00 0,00

DESPESA PRIMÁRIA TOTAL (XXIII)=(XV+XXI+XXII) 20.094.314,36 12.310.411,36 10.430.493,33 9.325.932,80 690.242,31 144.469,61 144.469,61

RESULTADO PRIMÁRIO - Acima da Linha (XXIV)=(XIIa - (XXIIIa + XXIIIb + XXIIIc)) 1.946.847,47

META FISCAL PARA O RESULTADO PRIMÁRIO VALOR CORRENTE

Meta fixada no Anexo de Metas Fiscais da LDO para o exercício de referência -75.890,97

Jan a Ago/2020

JUROS NOMINAIS

VALOR INCORRIDO

JUROS E ENCARGOS ATIVOS (XXV) 0,00

JUROS E ENCARGOS PASSIVOS (XXVI) 0,00

RESULTADO NOMINAL - Acima da Linha (XXVII) = XXIV + (XXV - XXVI) 1.946.847,47

META FISCAL PARA O RESULTADO NOMINAL VALOR CORRENTE

Meta fixada no Anexo de Metas Fiscais da LDO para o exercício de referência 0,00

FONTE: SCPI - Contabilidade [9.25.25.509], PREFEITURA MUNICIPAL DE ACORIZAL, Data/hora da emissão: 23/fev/2021 11h e 23m" Portaria Nº 91 de 2020 - Mapeamento Atualizado 02/2020

PREFEITURA MUNICIPAL DE ACORIZAL

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

DEMONSTRATIVO DOS RESULTADOS PRIMÁRIO E NOMINAL

ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

PERIODO: Janeiro a Agosto 2020/BIMESTRE Julho - Agosto

Página 3 de 3

RREO - ANEXO 6 (LRF, art 53, inciso III) R$ 1

ABAIXO DA LINHA

CÁLCULO DO RESULTADO NOMINAL SALDO

Em 31/Dez/2019 (a) Jan a Ago/2020 (b)

DÍVIDA CONSOLIDADA (XXVIII) 0,00 0,00

DEDUÇÕES (XXIX) 0,00 0,00

Disponibilidade de Caixa 0,00 0,00

Disponibilidade de Caixa Bruta 0,00 0,00

(-)Restos a Pagar Processados (XXX) 1.323.264,33 633.022,02

Demais Haveres Financeiros 0,00 0,00

DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA (XXXI) = (XXVIII - XXIX) 0,00 0,00

RESULTADO NOMINAL - Abaixo da Linha (XXXII) = (XXXIa - XXXIb) 0,00

AJUSTE METODOLÓGICO Jan a Ago/2020

VARIAÇÃO DO SALDO RPP = (XXXIII) = (XXXa - XXXb) 690.242,31

RECEITA DE ALIENAÇÃO DE INVESTIMENTOS PERMANENTESS (IX) 0,00

PASSIVOS RECONHECIDOS NA DC (XXXIV) 0,00

VARIAÇÃO CAMBIAL (XXXV) 0,00

PAGAMENTO DE PRECATÓRIOS INTEGRANTES DA DC (XXXVI) 0,00

AJUSTES RELATIVOS AO RPPS (XXXVII) 0,00

OUTROS AJUSTES (XXXVIII) 0,00

RESULTADO NOMINAL AJUSTADO - Abaixo da Linha (XXXIX) = (XXXII - XXXIII - IX + XXXIV + XXXV - XXXVI + XXXVII + XXXVIII) -690.242,31

RESULTADO PRIMÁRIO - Abaixo da Linha (XL) = XXXIX - (XXV - XXVI) -690.242,31

INFORMAÇÕES ADICIONAIS PREVISÃO ORÇAMENTÁRIA

SALDO DE EXERCÍCIOS ANTERIORES 362.600,09

Recursos Arrecadados em Exercícios Anteriores - RPPS 0,00

Superávit Financeiro Utilizado para Abertura e Reabertura de Créditos Adicionais 362.600,09

RESERVA ORÇAMENTÁRIA DO RPPS 0,00

FONTE: SCPI - Contabilidade [9.25.25.509], PREFEITURA MUNICIPAL DE ACORIZAL, Data/hora da emissão: 23/fev/2021 11h e 23m" Portaria Nº 91 de 2020 - Mapeamento Atualizado 02/2020

PREFEITURA MUNICIPAL DE ACORIZAL RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA DEMONSTRATIVO DOS RESTOS A PAGAR POR PODER E ORGÃO 1 DE 1 ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL PERIODO: JANEIRO A

PREFEITURA MUNICIPAL DE ACORIZAL

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

DEMONSTRATIVO DOS RESTOS A PAGAR POR PODER E ORGÃO

1 de 1 ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

PERIODO: Janeiro a Agosto 2020/BIMESTRE Julho - Agosto

RREO – Anexo 7 (LRF, art. 53, inciso V) R$ 1

RESTOS A PAGAR PROCESSADOS E NÃO PROCESSADOS

LIQUIDADOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS

Saldo

Inscritos Inscritos Total

PODER / ORGÃO

Exercicios Em 31 de Pagos Cancelados Saldo Exercicios Em 31 de Liquidados Pagos Cancelados Saldo

Anteriores Dezembro 2019 AnterioresDezembro 2019

(a) (b) (c) (d) e = (a+b) - (c+d (f) (g) (h) (i) (j) k = (f+g) - (i+j) L = (e + k)

RESTOS A PAGAR (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIOS) (I) 556.156,51 840.612,28 690.242,31 0,00 706.526,48 34.206,45 186.553,46 144.469,61 144.469,61 0,00 76.290,30 782.816,78

02 PODER EXECUTIVO 556.156,51 840.612,28 690.242,31 0,00 706.526,48 34.206,45 186.553,46 144.469,61 144.469,61 0,00 76.290,30 782.816,78

0202 GABINETE DO PREFEITO 37.997,91 41.677,32 41.289,80 0,00 38.385,43 2.662,61 0,00 0,00 0,00 0,00 2.662,61 41.048,04

0203 SECRETARIA MUNICIPAL DE FINANÇAS ADMIN. E PLANEJAME 63.212,84 129.204,83 110.298,43 0,00 82.119,24 21.009,10 0,00 0,00 0,00 0,00 21.009,10 103.128,34

0204 SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, CULTURA, DESPORT 122.679,79 320.112,47 302.733,97 0,00 140.058,29 4.097,12 5.800,00 0,00 0,00 0,00 9.897,12 149.955,41

0205 SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE 126.595,73 161.727,23 135.718,13 0,00 152.604,83 2.045,15 173.925,61 144.469,61 144.469,61 0,00 31.501,15 184.105,98

0206 SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL 51.644,92 20.930,91 19.554,82 0,00 53.021,01 2.340,97 0,00 0,00 0,00 0,00 2.340,97 55.361,98

0207 SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS, TRANSP. E SERVIÇOS URB 109.779,23 70.080,85 76.756,67 0,00 103.103,41 545,00 0,00 0,00 0,00 0,00 545,00 103.648,41

0208 SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE 7.120,14 8.029,87 0,00 0,00 15.150,01 190,01 0,00 0,00 0,00 0,00 190,01 15.340,02

0209 SECRETARIA MUNICIPAL DE TURISMO 22.754,37 2.000,00 0,00 0,00 24.754,37 250,00 0,00 0,00 0,00 0,00 250,00 25.004,37

0210 SECRETARIA MUNICIPAL DE AGUA E ESGOTO 8.171,82 26.316,98 3.890,49 0,00 30.598,31 1.066,49 0,00 0,00 0,00 0,00 1.066,49 31.664,80

0211 SECRETARIA MUNICIPAL DE CONTROLE INTERNO 6.198,75 0,00 0,00 0,00 6.198,75 0,00 0,00 0,00 0,00 0,00 0,00 6.198,75

0212 FUNDO MUNICIPAL DE PREVIDENCIA MUNICIPAL - PREVI ACO 1,01 60.531,82 0,00 0,00 60.532,83 0,00 6.827,85 0,00 0,00 0,00 6.827,85 67.360,68

RESTOS A PAGAR (INTRA-ORÇAMENTÁRIOS) (II) 7.891,18 59.952,80 59.635,47 0,00 8.208,51 0,16 0,00 0,00 0,00 0,00 0,16 8.208,67

02 PODER EXECUTIVO 7.891,18 59.952,80 59.635,47 0,00 8.208,51 0,16 0,00 0,00 0,00 0,00 0,16 8.208,67

TOTAL (III) = (I + II) 564.047,69 900.565,08 749.877,78 0,00 714.734,99 34.206,61 186.553,46 144.469,61 144.469,61 0,00 76.290,46 791.025,45

FONTE: SCPI - Contabilidade [9.25.25.509], PREFEITURA MUNICIPAL DE ACORIZAL, Data/hora da emissão: 23/fev/2021 11h e 23m" Portaria Nº 91 de 2020 - Mapeamento Atualizado 02/202

PREFEITURA MUNICIPAL DE ACORIZAL RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO - MDE - MUNICÍPIOS ORÇAMENTO FISCAL E

PREFEITURA MUNICIPAL DE ACORIZAL

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO - MDE - MUNICÍPIOS

ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

PERIODO: Janeiro a Agosto 2020/BIMESTRE Julho - Agosto

Página 1 de 4

RREO – Anexo 8 (LDB, Art. 72) R$ 1

RECEITAS DO ENSINO

PREVISÃO PREVISÃO RECEITAS REALIZADAS

RECEITA RESULTANTE DE IMPOSTOS (caput do art. 212 da Constituição)

INICIAL ATUALIZADA (a) JAN A AGO (c) =(b/a)x100 (%)

1- RECEITA DE IMPOSTOS 1.601.000,00 1.601.000,00 578.935,26 36,16

1.1- Receita Resultante do Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana – IPTU 60.000,00 60.000,00 6.776,52 11,29

1.1.1- IPTU 30.000,00 30.000,00 5.118,61 17,06

1.1.2- Multas, Juros de Mora, Dívida Ativa e Outros Encargos do IPTU 30.000,00 30.000,00 1.657,91 5,53

1.2- Receita Resultante do Imposto sobre Transmissão Inter Vivos – ITBI 50.000,00 50.000,00 75.554,29 151,11

1.2.1- ITBI 50.000,00 50.000,00 75.554,29 151,11

1.2.2- Multas, Juros de Mora, Dívida Ativa e Outros Encargos do ITBI 0,00 0,00 0,00 0,00

1.3- Receita Resultante do Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza – ISS 1.031.000,00 1.031.000,00 496.604,45 48,17

1.3.1- ISS 1.020.000,00 1.020.000,00 496.604,45 48,69

1.3.2- Multas, Juros de Mora, Dívida Ativa e Outros Encargos do ISS 11.000,00 11.000,00 0,00 0,00

1.4- Receita Resultante do Imposto de Renda Retido na Fonte – IRRF 460.000,00 460.000,00 0,00 0,00

2- RECEITA DE TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS 13.010.000,00 13.010.000,00 7.530.558,03 57,88

2.1- Cota-Parte FPM 8.630.000,00 8.630.000,00 4.696.864,21 54,42

2.1.1- Parcela referente à CF, art. 159, I, alínea b 8.000.000,00 8.000.000,00 4.655.272,10 58,19

2.1.2- Parcela referente à CF, art. 159, I, alínea d 320.000,00 320.000,00 0,00 0,00

2.1.3- Parcela referente à CF, art. 159, I, alínea e 310.000,00 310.000,00 41.592,11 13,42

2.2- Cota-Parte ICMS 4.000.000,00 4.000.000,00 2.683.827,64 67,10

2.3- ICMS-Desoneração – L.C. nº 87/1996 20.000,00 20.000,00 0,00 0,00

2.4- Cota-Parte IPI-Exportação 20.000,00 20.000,00 0,00 0,00

2.5- Cota-Parte ITR 120.000,00 120.000,00 10.356,09 8,63

2.6- Cota-Parte IPVA 220.000,00 220.000,00 139.510,09 63,41

2.7- Cota-Parte IOF-Ouro 0,00 0,00 0,00 0,00

3- TOTAL DA RECEITA DE IMPOSTOS (1 + 2) 14.611.000,00 14.611.000,00 8.109.493,29 55,50

PREVISÃO PREVISÃO RECEITAS REALIZADAS

RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO

INICIAL ATUALIZADA (a) JAN A AGO (c) =(b/a)x100 (%)

4- RECEITA DA APLICAÇÃO FINANCEIRA DE OUTROS RECURSOS DE IMPOSTOS VINCULADOS AO ENSINO 0,00 0,00 0,00 0,00

5- RECEITA DE TRANSFERÊNCIAS DO FNDE 12.000,00 12.000,00 136,47 1,14

5.1- Transferências do Salário-Educação 0,00 0,00 0,00 0,00

5.2- Transferências Diretas - PDDE 0,00 0,00 0,00 0,00

5.3- Transferências Diretas - PNAE 0,00 0,00 0,00 0,00

5.5- Outras Transferências do FNDE 5.4 - Transferências Diretas - PNATE 10.000,00 0,00 10.000,00 0,00 0,000,00 0,000,00

5.6- Aplicação Financeira dos Recursos do FNDE 2.000,00 2.000,00 136,47 6,82

6- RECEITA DE TRANSFERÊNCIAS DE CONVÊNIOS 0,00 0,00 0,00 0,00

6.1- Transferências de Convênios 0,00 0,00 0,00 0,00

6.2- Aplicação Financeira dos Recursos de Convênios 0,00 0,00 0,00 0,00

7- RECEITA DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO 0,00 0,00 0,00 0,00

8- OUTRAS RECEITAS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO9- TOTAL DAS RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO (4 + 5 + 6 + 7 + 8) 262.000,00250.000,00 262.000,00250.000,00 120.938,18120.801,71 46,1648,32

PREFEITURA MUNICIPAL DE ACORIZAL

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO - MDE - MUNICÍPIOS

ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

PERIODO: Janeiro a Agosto 2020/BIMESTRE Julho - Agosto

Página 2 de 4

RREO – Anexo 8 (LDB, Art. 72) R$ 1

FUNDEB

PREVISÃO PREVISÃO RECEITAS REALIZADAS

RECEITAS DO FUNDEB

INICIAL ATUALIZADA (a) JAN A AGO(b) (c) =(b/a)x100 (%)

10- RECEITAS DESTINADAS AO FUNDEB 2.476.000,00 2.476.000,00 1.435.286,95 57,97

10.1- Cota-Parte FPM Destinada ao FUNDEB – (20% de 2.1.1) 1.600.000,00 1.600.000,00 871.321,54 54,46

10.2- Cota-Parte ICMS Destinada ao FUNDEB – (20% de 2.2) 800.000,00 800.000,00 533.992,92 66,75

10.3- ICMS-Desoneração Destinada ao FUNDEB – (20% de 2.3) 4.000,00 4.000,00 0,00 0,00

10.4- Cota-Parte IPI-Exportação Destinada ao FUNDEB – (20% de 2.4) 4.000,00 4.000,00 0,00 0,00

10.5- Cota-Parte ITR Destinados ao FUNDEB – (20% de 2.5) 10.6- Cota-Parte IPVA Destinada ao FUNDEB – (20% de 2.6) 44.000,0024.000,00 24.000,0044.000,00 27.901,372.071,12 63,418,63

11- RECEITAS RECEBIDAS DO FUNDEB 2.009.000,00 2.009.000,00 1.306.889,13 65,05

11.1- Transferências de Recursos do FUNDEB 2.000.000,00 2.000.000,00 1.306.610,39 65,33

11.2- Complementação da União ao FUNDEB 0,00 0,00 0,00 0,00

11.3- Receita de Aplicação Financeira dos Recursos do FUNDEB 9.000,00 9.000,00 278,74 3,10

12- RESULTADO LÍQUIDO DAS TRANSFERÊNCIAS DO FUNDEB (11.1 – 10) -476.000,00 -476.000,00 -128.676,56 27,03

DESPESAS EMPENHADAS DESPESAS LIQUIDADAS INSCRITAS EM

DOTAÇÃO DOTAÇÃO

DESPESAS DO FUNDEB RESTOS A PAGAR

INICIAL ATUALIZADA JAN A AGO % JAN A AGO %NÃO PROCESSADOS

(d) (e) (f)=(e/d)x100 (g) (h)=(g/d)x100 (i)

13- PAGAMENTO DOS PROFISSIONAIS DO MAGISTÉRIO 1.694.700,00 1.136.884,75 626.488,85 55,11 626.488,85 55,11 0,00

13.1- Com Educação Infantil 694.700,00 176.884,75 14.709,69 8,32 14.709,69 8,32 0,00

13.2- Com Ensino Fundamental 1.000.000,00 960.000,00 611.779,16 63,73 611.779,16 63,73 0,00

14- OUTRAS DESPESAS 314.300,00 661.322,00 637.653,73 96,42 637.653,73 96,42 0,00

14.1- Com Educação Infantil 62.200,00 351.320,00 347.119,65 98,80 347.119,65 98,80 0,00

14.2- Com Ensino Fundamental 252.100,00 310.002,00 290.534,08 93,72 290.534,08 93,72 0,00

15- TOTAL DAS DESPESAS DO FUNDEB (13 + 14) 2.009.000,00 1.798.206,75 1.264.142,58 70,30 1.264.142,58 70,30 0,00

DEDUÇÕES PARA FINS DE LIMITE DO FUNDEB Valor

16- RESTOS A PAGAR INSCRITOS NO EXERCÍCIO SEM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS DO FUNDEB 0,00

16.1 - FUNDEB 60% 0,00

16.2 - FUNDEB 40% 0,00

17- DESPESAS CUSTEADAS COM O SUPERÁVIT FINANCEIRO, DO EXERCÍCIO ANTERIOR, DO FUNDEB 0,00

17.1 - FUNDEB 60% 0,00

17.2 - FUNDEB 40%18- TOTAL DAS DEDUÇÕES CONSIDERADAS PARA FINS DE LIMITE DO FUNDEB (16 + 17) 0,000,00

INDICADORES DO FUNDEB Valor

19 - TOTAL DAS DESPESAS DO FUNDEB PARA FINS DE LIMITE (15 - 18) 1.264.142,58

19.1 - Mínimo de 60% do FUNDEB na Remuneração do Magistério1 (13 - (16.1 + 17.1)) / (11) x 100) % 47,94

19.2 - Máximo de 40% em Despesa com MDE, que não Remuneração do Magistério (14 - (16.2 + 17.2)) / (11) x 100) % 48,79

19.3 - Máximo de 5% não Aplicado no Exercício (100 - (19.1 +19.2)) % 3,27

CONTROLE DA UTILIZAÇÃO DE RECURSOS NO EXERCÍCIO SUBSEQÜENTE Valor

20 – RECURSOS RECEBIDOS DO FUNDEB EM 2019 QUE NÃO FORAM UTILIZADOS -58.831,54

21 – DESPESAS CUSTEADAS COM O SALDO DO ITEM 20 ATÉ O 1º TRIMESTRE DE 2020 0,00

PREFEITURA MUNICIPAL DE ACORIZAL

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO - MDE - MUNICÍPIOS

ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

PERIODO: Janeiro a Agosto 2020/BIMESTRE Julho - Agosto

Página 3 de 4

RREO – Anexo 8 (LDB, Art. 72) R$ 1

DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO – MDE - CUSTEADAS COM A RECEITA RESULTANTE DE IMPOSTOS E RECURSOS DO FUNDEB

DESPESAS EMPENHADAS DESPESAS LIQUIDADAS INSCRITAS EM

DOTAÇÃO DOTAÇÃO

DESPESAS COM AÇÕES TÍPICAS DE MDE RESTOS A PAGAR

INICIAL ATUALIZADA JAN A AGO % JAN A AGO %NÃO PROCESSADOS

(d) (e) (f)=(e/d)x100 (g) (h)=(g/d)x100 (i)

22- EDUCAÇÃO INFANTIL 933.000,00 629.304,75 372.273,41 59,16 361.829,34 57,50 0,00

22.1 - Creche 208.300,00 437.420,00 350.048,92 80,03 347.119,65 79,36 0,00

22.1.1- Despesas Custeadas com Recursos do FUNDEB 62.200,00 351.320,00 347.119,65 98,80 347.119,65 98,80 0,00

22.1.2- Despesas Custeadas com Outros Recursos de Impostos 146.100,00 86.100,00 2.929,27 3,40 0,00 0,00 0,00

22.2 - Pré-escola 724.700,00 191.884,75 22.224,49 11,58 14.709,69 7,67 0,00

22.2.1- Despesas Custeadas com Recursos do FUNDEB 694.700,00 176.884,75 14.709,69 8,32 14.709,69 8,32 0,00

22.2.2- Despesas Custeadas com Outros Recursos de Impostos 30.000,00 15.000,00 7.514,80 50,10 0,00 0,00 0,00

23- ENSINO FUNDAMENTAL 2.973.445,24 2.802.394,25 1.978.358,35 70,60 1.824.392,48 65,10 0,00

23.1- Despesas Custeadas com Recursos do FUNDEB 1.252.100,00 1.270.002,00 902.313,24 71,05 902.313,24 71,05 0,00

23.2- Despesas Custeadas com Outros Recursos de Impostos 1.721.345,24 1.532.392,25 1.076.045,11 70,22 922.079,24 60,17 0,00

24- ENSINO MÉDIO 0,00 0,00 0,00 0,00 0,00 0,00 0,00

25- ENSINO SUPERIOR 10.000,00 10.000,00 0,00 0,00 0,00 0,00 0,00

26- ENSINO PROFISSIONAL NÃO INTEGRADO AO ENSINO REGULAR 0,00 0,00 0,00 0,00 0,00 0,00 0,00

27- OUTRAS 0,00 0,00 0,00 0,00 0,00 0,00 0,00

28- TOTAL DAS DESPESAS COM AÇÕES TÍPICAS DE MDE (22 + 23 + 24 + 25 + 26 + 27) 3.916.445,24 3.441.699,00 2.350.631,76 68,30 2.186.221,82 63,52 0,00

DEDUÇÕES CONSIDERADAS PARA FINS DE LIMITE CONSTITUCIONAL Valor

29- RESULTADO LÍQUIDO DAS TRANSFERÊNCIAS DO FUNDEB = (12) -128.676,56

30- DESPESAS CUSTEADAS COM A COMPLEMENTAÇÃO DO FUNDEB NO EXERCÍCIO 0,00

31- DESPESAS CUSTEADAS COM O SUPERÁVIT FINANCEIRO, DO EXERCÍCIO ANTERIOR, DO FUNDEB 0,00

32- DESPESAS CUSTEADAS COM O SUPERÁVIT FINANCEIRO, DO EXERCÍCIO ANTERIOR, DE OUTROS RECURSOS DE IMPOSTOS 0,00

33- RESTOS A PAGAR INSCRITOS NO EXERCÍCIO SEM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS DE IMPOSTOS VINCULADOS AO ENSINO 0,00

35- TOTAL DAS DEDUÇÕES CONSIDERADAS PARA FINS DE LIMITE CONSTITUCIONAL (29 + 30 + 31 + 32 + 33 + 34)34- CANCELAMENTO, NO EXERCÍCIO, DE RESTOS A PAGAR INSCRITOS COM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS DE IMPOSTOS VINCULADOS AO ENSINO = (44 j) -128.676,560,00

36- TOTAL DAS DESPESAS PARA FINS DE LIMITE ((22 + 23) – (35)) 2.314.898,38

37- PERCENTUAL DE APLICAÇÃO EM MDE SOBRE A RECEITA LÍQUIDA DE IMPOSTOS ((36) / (3) x 100) % 6 - LIMITE CONSTITUCIONAL 25% 28,55

OUTRAS INFORMAÇÕES PARA CONTROLE

DESPESAS EMPENHADAS DESPESAS LIQUIDADAS INSCRITAS EM

OUTRAS DESPESAS CUSTEADAS COM RECEITAS ADICIONAIS PARA DOTAÇÃO DOTAÇÃO RESTOS A PAGAR

FINANCIAMENTO DO ENSINO INICIAL ATUALIZADA JAN A AGO % JAN A AGO %NÃO PROCESSADOS

(d) (e) (f)=(e/d)x100 (g) (h)=(g/d)x100 (i)

38- DESPESAS CUSTEADAS COM A APLICAÇÃO FINANCEIRA DE OUTROS RECURSOS DE IMPOSTOS 0,00 0,00 0,00 0,00 0,00 0,00 0,00

VINCULADOS AO ENSINO

39- DESPESAS CUSTEADAS COM A CONTRIBUIÇÃO SOCIAL DO SALÁRIO-EDUCAÇÃO 0,00 0,00 0,00 0,00 0,00 0,00 0,00

40- DESPESAS CUSTEADAS COM OPERAÇÕES DE CRÉDITO 0,00 0,00 0,00 0,00 0,00 0,00 0,00

41- DESPESAS CUSTEADAS COM OUTRAS RECEITAS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO 558.354,76 281.354,76 167.115,70 59,40 141.706,20 50,37 0,00

42- TOTAL DAS DESPESAS CUSTEADAS COM RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DO 558.354,76 281.354,76 167.115,70 59,40 141.706,20 50,37 0,00

ENSINO (38+ 39 + 40 + 41))

43- TOTAL GERAL DAS DESPESAS COM EDUCAÇÃO (28 + 42) 4.474.800,00 3.723.053,76 2.517.747,46 67,63 2.327.928,02 62,53 0,00

PREFEITURA MUNICIPAL DE ACORIZAL

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO - MDE - MUNICÍPIOS

ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

PERIODO: Janeiro a Agosto 2020/BIMESTRE Julho - Agosto

Página 4 de 4

RREO – Anexo 8 (LDB, Art. 72) R$ 1

RESTOS A PAGAR INSCRITOS COM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA

SALDO ATÉ O BIMESTRE CANCELADO EM '2020' (j)

DE RECURSOS DE IMPOSTOS VINCULADOS AO ENSINO

44- RESTOS A PAGAR DE DESPESAS COM MDE 32.605,47 0,00

44.1 - Executadas com Recursos de Impostos Vinculados ao Ensino 19.693,60 0,00

44.2 - Executadas com Recursos do FUNDEB 12.911,87 0,00

CONTROLE DA DISPONIBILIDADE FINANCEIRA FUNDEB SALÁRIO EDUCAÇÃO

45- DISPONIBILIDADE FINANCEIRA EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019 102.029,67 15.391,06

46- (+) INGRESSO DE RECURSOS ATÉ O BIMESTRE (Orçamentário) 1. 306.610,39 85.835,24

47- (-) PAGAMENTOS EFETUADOS ATÉ O BIMESTRE 1.126.649,81 0,00

47.1 (-) Orçamento do Exercício 978.700,47 0,00

47.2 (-) Restos a Pagar 147.949,34 0,00

48- (+) RECEITA DE APLICAÇÃO FINANCEIRA DOS RECURSOS ATÉ O BIMESTRE49- (=) DISPONIBILIDADE FINANCEIRA ATÉ O BIMESTRE 282.268,99278,74 101.226,300,00

50- (+) AJUSTES 0,00 0,00

50.1 (+) Retenções 0,00 0,00

50.2 (-) Valores a recuperar 0,00 0,00

50.3 (+) Outros valores extraorçamentários 0,00 0,00

50.4 (+) Conciliação Bancária 0,00 0,00

51- (=) SALDO FINANCEIRO CONCILIADO 282.268,99 101.226,30

1) Limites mínimos anuais a serem cumpridos no encerramento do exercício.

2) Art. 21, § 2º, Lei 11.494/2007: “Até 5% dos recursos recebidos à conta dos Fundos, inclusive relativos à complementação da União recebidos nos termos do §1º do art. 6º desta Lei, poderão ser utilizados no 1º trimestre do exercício

imediatamente subseqüente, mediante abertura de crédito adicional.”

3) Caput do artigo 212 da CF/1988

4) Os valores referentes à parcela dos Restos a Pagar inscritos sem disponibilidade financeira vinculada à educação deverão ser informados somente no RREO do último bimestre do exercício.

5) Limites mínimos anuais a serem cumpridos no encerramento do exercício, no âmbito de atuação prioritária, conforme LDB, art. 11, V.

6) Nos cinco primeiros bimestres do exercício o acompanhamento poderá ser feito com base na despesa empenhada ou na despesa

7) Essa coluna poderá ser apresentada somente no último bimestre

PREFEITURA MUNICIPAL DE ACORIZAL RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS OP. CRÉDITO E DESPESA DE CAPITAL ORÇAMENTOS FISCAIS E DA SEGURIDADE SOCIAL PERIODO: JANE

PREFEITURA MUNICIPAL DE ACORIZAL

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS OP. CRÉDITO E DESPESA DE CAPITAL

ORÇAMENTOS FISCAIS E DA SEGURIDADE SOCIAL

PERIODO: Janeiro a Agosto 2020/BIMESTRE Julho - Agosto

RREO – ANEXO 9 (LRF, art.53, § 1º, inciso I) R$ 1

PREVISÃO RECEITAS REALIZADAS SALDO NÃO

RECEITAS ATUALIZADA JAN A AGO REALIZADO

(a) (b) (c) = (a-b)

RECEITAS DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO (I) 0,00 0,00 0,00

DOTAÇÃO DESPESAS EMPENHADAS SALDO NÃO

ATUALIZADA JAN A AGO EXECUTADO

DESPESAS

(d) (e) (f) = (d-e)

DESPESAS DE CAPITAL 2.059.564,80 881.120,34 1.178.444,46

Investimentos 1.685.618,04 507.173,58 1.178.444,46

Inversões Financeiras 0,00 0,00 0,00

Amortização da Dívida 373.946,76 373.946,76 0,00

(-) Incentivos Fiscais a Contribuinte 0,00 0,00 0,00

(-) Incentivos Fiscais a Contribuinte por Instituições Financeiras 0,00 0,00 0,00

DESPESA DE CAPITAL LÍQUIDA (II) 2.059.564,80 881.120,34 1.178. 444,46

RESULTADO PARA APURAÇÃO DA REGRA DE OURO (III) = (II – I) 2. 059.564,80 881.120,34 1.178.444,46

<(d - a)> <(e - b)> <(f - c)>

Notas:

1 < Operações de Crédito descritas na CF, art. 167, inciso III>

2 Durante o exercício, somente as despesas liquidadas são consideradas executadas. No encerramento do exercício, as despesas não liquidadas inscritas em restos a pagar não processados são também

consideradas executadas. Dessa forma, para maior transparência, as despesas executadas estão segregadas em:

a) Despesas liquidadas, consideradas aquelas em que houve a entrega do material ou serviço, nos termos do art. 63 da Lei 4.320/64;

b) Despesas empenhadas, mas não liquidadas, inscritas em Restos a Pagar não processados, consideradas liquidadas no encerramento do exercício, por força do art.35, inciso II da Lei 4.320/64.

FONTE: SCPI - Contabilidade [9.25.25.509], PREFEITURA MUNICIPAL DE ACORIZAL, Data/hora da emissão: 23/fev/2021 11h e 23m" Portaria Nº 91 de 2020 - Mapeamento Atualizado 02/2020

PREFEITURA MUNICIPAL DE ACORIZAL RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA DEMONSTRATIVO DA RECEITA DE IMPOSTOS E DAS DESPESAS PRÓPRIAS COM SAÚDE ORÇAMENTOS FISCAIS E DA SEGURIDADE SOCIAL PERI

PREFEITURA MUNICIPAL DE ACORIZAL

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

DEMONSTRATIVO DA RECEITA DE IMPOSTOS E DAS DESPESAS PRÓPRIAS COM SAÚDE

ORÇAMENTOS FISCAIS E DA SEGURIDADE SOCIAL

PERIODO: Janeiro a Agosto 2020/BIMESTRE Julho - Agosto

RREO – ANEXO XII (LC n° 141/2012 art.35) R$ 1

PREVISÃO PREVISÃO RECEITAS REALIZADAS

RECEITAS RESULTANTES DE IMPOSTOS E TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS

INICIAL ATUALIZADA (a) Até o Bimestre (b) (%) (b/a)x100

RECEITA DE IMPOSTOS (I) 1.601.000,00 1.601.000,00 578.935,26 36,16

Receita Resultante do Imposto Predial e Territorial Urbano - IPTU 60. 000,00 60.000,00 6.776,52 11,29

IPTU 30.000,00 30.000,00 5.118,61 17,06

Multas, Juros de Mora, Divida Ativa e Outros Encargos do IPTU 30.000,00 30.000,00 1.657,91 5,53

Receita Resultante do Imposto sobre Transmissão Inter Vivos - ITBI 50.000,00 50.000,00 75.554,29 151,11

ITBI 50.000,00 50.000,00 75.554,29 151,11

Multas, Juros de Mora, Dívida Ativa e Outros Encargos do ITBI 0,00 0,00 0,00 0,00

Receita Resultante do Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza - ISS 1.031.000,00 1.031.000,00 496.604,45 48,17

ISS 1.020.000,00 1.020.000,00 496.604,45 48,69

Multas, Juros de Mora, Dívida Ativa e Outros Encargos do ISS 11.000,00 11.000,00 0,00 0,00

Receita Resultante do Imposto sobre a Renda e Proventos de Qualquer Natureza Retido na Fonte – IRRF 460.000,00 460.000,00 0,00 0,00

RECEITA DE TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS (II) 12.380.000,00 12.380.000,00 7.488.965,92 60,49

Cota-Parte FPM 8.000.000,00 8.000.000,00 4.655.272,10 58,19

Cota-Parte ITR 120.000,00 120.000,00 10.356,09 8,63

Cota-Parte IPVA 220.000,00 220.000,00 139.510,09 63,41

Cota-Parte ICMS 4.000.000,00 4.000.000,00 2.683.827,64 67,10

Cota-Parte IPI-Exportação 20.000,00 20.000,00 0,00 0,00

Compensações Financeiras Provenientes de Impostos e Transferências Constitucionais 20.000,00 20.000,00 0,00 0,00

Desoneração ICMS - LC 87/1996 20.000,00 20.000,00 0,00 0,00

Outras 0,00 0,00 0,00 0,00

TOTAL DAS RECEITAS RESULTANTES DE IMPOSTOS E TRANFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS - (III) = (I) + (II) 13.981.000,00 13.981.000,00 8.067.901,18 57,71

PREFEITURA MUNICIPAL DE ACORIZAL

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

DEMONSTRATIVO DA RECEITA DE IMPOSTOS E DAS DESPESAS PRÓPRIAS COM SAÚDE

ORÇAMENTOS FISCAIS E DA SEGURIDADE SOCIAL

PERIODO: Janeiro a Agosto 2020/BIMESTRE Julho - Agosto

RREO – ANEXO XII (LC n° 141/2012 art.35) R$ 1

DOTAÇÃO DOTAÇÃO DESPESAS EMPENHADAS DESPESAS LIQUIDADAS DESPESAS PAGAS INSCRITOS EM

DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE (ASPS) INICIAL ATUALIZADA ATÉ BIMESTRE % ATÉ BIMESTRE % ATÉ BIMESTRE % NÃO PROCESSADOSRESTOS A PAGAR

POR SUBFUNÇÃO E CATEGORIA ECONÔMICA (c) (d) (d/c) x 100 (e) (e/c) x 100 (f) (f/c) x 100 (g)

ATENÇÃO BÁSICA (IV) 1.869.024,12 3.370.398,77 2.885.503,06 85,61 2.599.567,92 77,13 2.201.212,54 65,31 0,00

Despesas Correntes 1.809.024,12 3.313.398,77 2.868.508,06 86,57 2.599.567,92 78,46 2.201.212,54 66,43 0,00

Despesas de Capital 60.000,00 57.000,00 16.995,00 29,82 0,00 0,00 0,00 0,00 0,00

ASSISTÊNCIA HOSPITALAR E AMBULATORIAL (V) 170.000,00 147.500,00 44.200,00 29,97 9.401,96 6,37 9.401,96 6,37 0,00

Despesas Correntes 120.000,00 97.500,00 44.200,00 45,33 9.401,96 9,64 9.401,96 9,64 0,00

Despesas de Capital 50.000,00 50.000,00 0,00 0,00 0,00 0,00 0,00 0,00 0,00

SUPORTE PROFILÁTICO E TERAPÊUTICO (VI) 0,00 0,00 0,00 0,00 0,00 0,00 0,00 0,00 0,00

Despesas Correntes 0,00 0,00 0,00 0,00 0,00 0,00 0,00 0,00 0,00

Despesas de Capital 0,00 0,00 0,00 0,00 0,00 0,00 0,00 0,00 0,00

VIGILÂNCIA SANITÁRIA (VII) 52.634,20 76.634,20 67.485,56 88,06 67.485,56 88,06 67.485,56 88,06 0,00

Despesas Correntes 52.634,20 76.634,20 67.485,56 88,06 67.485,56 88,06 67.485,56 88,06 0,00

Despesas de Capital 0,00 0,00 0,00 0,00 0,00 0,00 0,00 0,00 0,00

VIGILÂNCIA EPIDEMIOLÓGICA (VIII) 42.100,00 22.100,00 14.909,00 67,46 7.674,00 34,72 7.674,00 34,72 0,00

Despesas Correntes 42.100,00 22.100,00 14.909,00 67,46 7.674,00 34,72 7.674,00 34,72 0,00

Despesas de Capital 0,00 0,00 0,00 0,00 0,00 0,00 0,00 0,00 0,00

ALIMENTAÇÃO E NUTRIÇÃO (IX) 0,00 0,00 0,00 0,00 0,00 0,00 0,00 0,00 0,00

Despesas Correntes 0,00 0,00 0,00 0,00 0,00 0,00 0,00 0,00 0,00

Despesas de Capital 0,00 0,00 0,00 0,00 0,00 0,00 0,00 0,00 0,00

OUTRAS SUBFUNÇÕES (X) 10.000,00 10.000,00 0,00 0,00 0,00 0,00 0,00 0,00 0,00

Despesas Correntes 7.000,00 7.000,00 0,00 0,00 0,00 0,00 0,00 0,00 0,00

Despesas de Capital 3.000,00 3.000,00 0,00 0,00 0,00 0,00 0,00 0,00 0,00

TOTAL (XI) = (IV + V + VI + VII + VIII + IX + X) 2.143.758,32 3.626.632,97 3.012.097,62 83,05 2.684.129,44 74,01 2.285.774,06 63,03 0,00

PREFEITURA MUNICIPAL DE ACORIZAL

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

DEMONSTRATIVO DA RECEITA DE IMPOSTOS E DAS DESPESAS PRÓPRIAS COM SAÚDE

ORÇAMENTOS FISCAIS E DA SEGURIDADE SOCIAL

PERIODO: Janeiro a Agosto 2020/BIMESTRE Julho - Agosto

RREO – ANEXO XII (LC n° 141/2012 art.35) R$ 1

APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE MÍNIMO PARA APLICAÇÃO EM ASPS Despesas Empenhadas Despesas Liquidadas Despesas Pagas

(d) (e) (f)

Total das Despesas com ASPS (XII) = (XI) 3.012.097,62 2.684.129,44 2.285.774,06

(-) Restos a Pagar Não Processados Inscritos Indevidamente no Exercício sem Disponibilidade Financeira (XIII) 0,00 0,00 0,00

(-) Despesas Custeadas com Recursos Vinculados à Parcela do Percentual Mínimo que não foi Aplicada em ASPS em Exercícios Anteriores (XIV) 0,00 0,00 0,00

(-) Despesas Custeadas com Disponibilidade de Caixa Vinculada aos Restos a Pagar Cancelados (XV) 0,00 0,00 0,00

(=) VALOR APLICADO EM ASPS (XVI) = (XII - XIII - XIV - XV) 3.012.097,62 2.684.129,44 2.285.774,06

Despesa Mínima a ser Aplicada em ASPS (XVII) = (III) x 15% (LC 141/2012) 0,00 1.210.185,18 0,00

Despesa Mínima a ser Aplicada em ASPS (XVII) = (III) x % (Lei Orgânica Municipal) 0,00 0,00 0,00

Diferença entre o Valor Aplicado e a Despesa Mínima a ser Aplicada (XVIII) = (XVI (d ou e) - XVII) 0,00 1.473.944,26 0,00

Limite não Cumprido (XIX) = (XVIII) (Quando valor for inferior a zero) 0,00 0,00 0,00

PERCENTUAL DA RECEITA DE IMPOSTOS E TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS APLICADO EM ASPS (XVI / III)*100 (mínimo de 15% conforme LC n° 141/2012 ou % 0,00 33,27 0,00

da Lei Orgânica Municipal)

LIMITE NÃO CUMPRIDO

Despesas Custeadas no Exercício de

CONTROLE DO VALOR REFERENTE AO PERCENTUAL MÍNIMO Saldo Inicial Referência Saldo Final

NÃO CUMPRIDO EM EXERCÍCIOS ANTERIORES PARA FINS DE APLICAÇÃO (no Exercicio atual) (não aplicado)

(h) Empenhadas Liquidadas Pagas (l) = (h - (i ou j))

DOS RECURSOS VINCULADOS CONFOME ARTIGOS 25 E 26 DA LC 141/2012 (i) (j) (k)

Diferença de limite não cumprido em 2020 (saldo final = XIXd) 0,00 0,00 0,00 0,00 0,00

Diferença de limite não cumprido em 2019 (saldo inicial igual ao saldo final do demonstrativo do exercício anterior) 0,00 0,00 0,00 0,00 0,00

Diferença de limite não cumprido em Exercícios Anteriores (saldo inicial igual ao saldo final do demonstrativo do exercício anterior) 0,00 0,00 0,00 0,00 0,00

TOTAL DA DIFERENÇA DE LIMITE NÃO CUMPRIDO EM EXERCÍCIOS ANTERIORES (XX) 0,00 0,00 0,00 0,00 0,00

TOTAL DOS RESTOS A PAGAR CANCELADOS OU PRESCRITOS ATÉ O FINAL DO EXERCÍCIO ATUAL QUE AFETARAM O 0,00

CUMPRIMENTO DO LIMITE (XXI) (soma dos saldos negativos da coluna "v")

TOTAL DOS RESTOS A PAGAR CANCELADOS OU PRESCRITOS ATÉ O FINAL DO EXERCÍCIO ANTERIOR QUE AFETARAM O 0,00

CUMPRIMENTO DO LIMITE (XXII) (valor informado no demonstrativo do exercício anterior)

TOTAL DOS RESTOS A PAGAR CANCELADOS OU PRESCRITOS NO EXERCÍCIO ATUAL QUE AFETARAM O CUMPRIMENTO DO LIMITE 0,00

(XXIII) = (XXI - XXII) (Artigo 24 § 1º e 2º da LC 141/2012)

PREFEITURA MUNICIPAL DE ACORIZAL

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

DEMONSTRATIVO DA RECEITA DE IMPOSTOS E DAS DESPESAS PRÓPRIAS COM SAÚDE

ORÇAMENTOS FISCAIS E DA SEGURIDADE SOCIAL

PERIODO: Janeiro a Agosto 2020/BIMESTRE Julho - Agosto

RREO – ANEXO XII (LC n° 141/2012 art.35) R$ 1

RESTOS A PAGAR CANCELADOS OU PRESCRITOS

Saldo Inicial Despesas Custeadas no Exercício de Saldo Final

CONTROLE DE RESTOS A PAGAR CANCELADOS OU PRESCRITOS Referência

CONSIDERADOS PARA FINS DE APLICAÇÃO DA DISPONIBILIDADE DE CAIXA (no Exercicio atual) (não aplicado)

(w) Empenhadas Liquidadas Pagas (aa) = (w - (x ou y))

CONFORME ARTIGO 24§ 1º e 2º DA LC 141/2012 (x) (y) (z)

Restos a pagar cancelados ou prescritos em 2020 a serem compensados (XXIV) (saldo inicial = XXIII) 0,00 0,00 0,00 0,00 0,00

Restos a pagar cancelados ou prescritos em 2019 a serem compensados (XXV) (saldo inicial igual ao saldo final do 0,00 0,00 0,00 0,00 0,00

demonstrativo do exercício anterior)

Restos a pagar cancelados ou prescritos em exercícios anteriores a serem compensados (XXVI) (saldo inicial igual ao saldo 0,00 0,00 0,00 0,00 0,00

final do demonstrativo do exercício anterior)

TOTAL DE RESTOS A PAGAR CANCELADOS OU PRESCRITOS A COMPENSAR (XXVII) 0,00 0,00 0,00 0,00 0,00

PREVISÃO PREVISÃO RECEITAS REALIZADAS

RECEITAS ADICIONAIS PARA O FINANCIAMENTO DA SAÚDE NÃO COMPUTADAS NO CÁLCULO DO MÍNIMO

INICIAL ATUALIZADA (a) Até o Bimestre (b) (%) (b/a)x100

RECEITAS DE TRANSFERÊNCIAS PARA A SAÚDE (XXVIII) 1.727.799,04 2.179.542,03 1.473.218,58 67,59

Proveniente da União 1.507.799,04 1.959.542,03 1.350.596,54 68,92

Proveniente dos Estados 220.000,00 220.000,00 122.622,04 55,74

Proveniente de outros Municípios 0,00 0,00 0,00 0,00

RECEITA DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO INTERNAS E EXTERNAS VINCULADAS A SAÚDE (XXIX) 0,00 0,00 0,00 0,00

OUTRAS RECEITAS (XXX) 20.000,00 20.000,00 42.227,69 211,14

TOTAL DE RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DA SAÚDE (XXXI) = (XXVIII + XXIX + XXX) 1.747.799,04 2.199.542,03 1.515.446,27 68,90

PREFEITURA MUNICIPAL DE ACORIZAL

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

DEMONSTRATIVO DA RECEITA DE IMPOSTOS E DAS DESPESAS PRÓPRIAS COM SAÚDE

ORÇAMENTOS FISCAIS E DA SEGURIDADE SOCIAL

PERIODO: Janeiro a Agosto 2020/BIMESTRE Julho - Agosto

RREO – ANEXO XII (LC n° 141/2012 art.35) R$ 1

DOTAÇÃO DOTAÇÃO DESPESAS EMPENHADAS DESPESAS LIQUIDADAS DESPESAS PAGAS INSCRITOS EM

DESPESAS COM SAUDE POR SUBFUNÇÕES E CATEGORIA ECONÔMICA INICIAL ATUALIZADA ATÉ BIMESTRE % ATÉ BIMESTRE % ATÉ BIMESTRE % NÃO PROCESSADOSRESTOS A PAGAR

NÃO COMPUTADAS NO CÁLCULO DO MÍNIMO (c) (d) (d/c) x 100 (e) (e/c) x 100 (f) (f/c) x 100 (g)

ATENÇÃO BÁSICA (XXXII) 1.373.275,88 618.637,87 133.687,08 21,61 89.361,42 14,44 86.941,42 14,05 0,00

Despesas Correntes 1.273.275,88 518.637,87 89.361,42 17,23 89.361,42 17,23 86.941,42 16,76 0,00

Despesas de Capital 100.000,00 100.000,00 44.325,66 44,33 0,00 0,00 0,00 0,00 0,00

ASSISTÊNCIA HOSPITALAR E AMBULATORIAL (XXXIII) 246.086,84 162.388,98 66.187,92 40,76 8.468,77 5,22 8.468,77 5,22 0,00

Despesas Correntes 181.086,84 147.388,98 66.187,92 44,91 8.468,77 5,75 8.468,77 5,75 0,00

Despesas de Capital 65.000,00 15.000,00 0,00 0,00 0,00 0,00 0,00 0,00 0,00

SUPORTE PROFILÁTICO E TERAPÊUTICO (XXXIV) 0,00 0,00 0,00 0,00 0,00 0,00 0,00 0,00 0,00

Despesas Correntes 0,00 0,00 0,00 0,00 0,00 0,00 0,00 0,00 0,00

Despesas de Capital 0,00 0,00 0,00 0,00 0,00 0,00 0,00 0,00 0,00

VIGILÂNCIA SANITÁRIA (XXXV) 47.365,80 97.365,80 82.842,88 85,08 82.842,88 85,08 82.842,88 85,08 0,00

Despesas Correntes 47.365,80 97.365,80 82.842,88 85,08 82.842,88 85,08 82.842,88 85,08 0,00

Despesas de Capital 0,00 0,00 0,00 0,00 0,00 0,00 0,00 0,00 0,00

VIGILÂNCIA EPIDEMIOLÓGICA (XXXVI) 61.070,52 61.070,52 0,00 0,00 0,00 0,00 0,00 0,00 0,00

Despesas Correntes 61.070,52 61.070,52 0,00 0,00 0,00 0,00 0,00 0,00 0,00

Despesas de Capital 0,00 0,00 0,00 0,00 0,00 0,00 0,00 0,00 0,00

ALIMENTAÇÃO E NUTRIÇÃO (XXXVII) 0,00 0,00 0,00 0,00 0,00 0,00 0,00 0,00 0,00

Despesas Correntes 0,00 0,00 0,00 0,00 0,00 0,00 0,00 0,00 0,00

Despesas de Capital 0,00 0,00 0,00 0,00 0,00 0,00 0,00 0,00 0,00

OUTRAS SUBFUNÇÕES (XXXVIII) 0,00 451.742,99 100.756,40 22,30 67.312,70 14,90 57.512,70 12,73 0,00

Despesas Correntes 0,00 401.742,99 100.756,40 25,08 67.312,70 16,76 57.512,70 14,32 0,00

Despesas de Capital 0,00 50.000,00 0,00 0,00 0,00 0,00 0,00 0,00 0,00

TOTAL DAS DESPESAS NÃO COMPUTADAS NO CÁLCULO DO MÍNIMO (XXXIX) = 1.727.799,04 1.391.206,16 383.474,28 27,56 247.985,77 17,83 235.765,77 16,95 0,00

(XXXII + XXXIII + XXXIV + XXXV + XXXVI + XXXVII + XXXVIII)

PREFEITURA MUNICIPAL DE ACORIZAL

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

DEMONSTRATIVO DA RECEITA DE IMPOSTOS E DAS DESPESAS PRÓPRIAS COM SAÚDE

ORÇAMENTOS FISCAIS E DA SEGURIDADE SOCIAL

PERIODO: Janeiro a Agosto 2020/BIMESTRE Julho - Agosto

RREO – ANEXO XII (LC n° 141/2012 art.35) R$ 1

DOTAÇÃO DOTAÇÃO DESPESAS EMPENHADAS DESPESAS LIQUIDADAS DESPESAS PAGAS INSCRITOS EM

DESPESAS TOTAIS COM SAÚDE EXECUTADAS COM COM RECURSOS PRÓPRIOS INICIAL ATUALIZADA ATÉ BIMESTRE % ATÉ BIMESTRE % ATÉ BIMESTRE % NÃO PROCESSADOSRESTOS A PAGAR

E COM RECURSOS TRANSFERIDOS DE OUTROS ENTES (c) (d) (d/c) x 100 (e) (e/c) x 100 (f) (f/c) x 100 (g)

ATENÇÃO BÁSICA (XL) = (IV + XXXII) 3.242.300,00 3.989.036,64 3.019.190,14 75,69 2.688.929,34 67,41 2.288.153,96 57,36 0,00

ASSISTÊNCIA HOSPITALAR E AMBULATORIAL (XLI) = (V + XXXIII) 416.086,84 309.888,98 110.387,92 35,62 17.870,73 5,77 17.870,73 5,77 0,00

SUPORTE PROFILÁTICO E TERAPÊUTICO (XLII) = (VI + XXXIV) 0,00 0,00 0,00 0,00 0,00 0,00 0,00 0,00 0,00

VIGILÂNCIA SANITÁRIA (XLIII) = (VII + XXXV) 100.000,00 174.000,00 150.328,44 86,40 150.328,44 86,40 150.328,44 86,40 0,00

VIGILÂNCIA EPIDEMIOLÓGICA (XLIV) = (VIII + XXXVI) 103.170,52 83.170,52 14.909,00 17,93 7.674,00 9,23 7.674,00 9,23 0,00

ALIMENTAÇÃO E NUTRIÇÃO (XLV) = (XIX + XXXVII) 0,00 0,00 0,00 0,00 0,00 0,00 0,00 0,00 0,00

OUTRAS SUBFUNÇÕES (XLVI) = (X + XXXVIII) 10.000,00 461.742,99 100.756,40 21,82 67.312,70 14,58 57.512,70 12,46 0,00

TOTAL DAS DESPESAS COM SAÚDE (XLVII) = (XI + XXXIX) 3.871.557,36 5.017.839,13 3.395.571,90 67,67 2.932.115,21 58,43 2.521.539,83 50,25 0,00

(-) Despesas executadas com recursos provenientes das transferências de recursos de 1.727.799,04 1.391.206,16 383.474,28 27,56 247.985,77 17,83 235.765,77 16,95 0,00

outros entes)

TOTAL DAS DESPESAS EXECUTADAS COM RECURSOS PRÓPRIOS (XLVIII) 2.143.758,32 3.626.632,97 3.012.097,62 83,05 2.684.129,44 74,01 2.285.774,06 63,03 0,00

1) Essa linha apresentará valor somente no Relatório Resumido da Execução Orçamentária do último bimestre do exercício.

2) O valor apresentado na intercessão com a coluna "i" ou com a coluna "h+i"(último bimestre) deverá ser o mesmo apresentado no "total j".

3) O valor apresentado na intercessão com a coluna "i" ou com a coluna "h+i"(último bimestre) deverá ser o mesmo apresentado no "total k".

4) Limite anual mínimo a ser cumprido no encerramento do exercício. Deverá ser informado o limite estabelecido na Lei Orgânica do Município quando o percentual nela estabelecido for superior ao fixado na LC nº 141/2012

5) Durante o exercício esse valor servirá para o monitoramento previsto no art. 23 da LC 141/2012

6) No último bimestre, será utilizada a fórmula [VI(h+i) - (15 x IIIb)/100].

7) Essa coluna poderá ser apresentada somente no último bimestre

PREFEITURA MUNICIPAL DE ACORIZAL RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO DAS DESPESAS POR FUNÇÃO E SUBFUNÇÃO ORÇAMENTOS FISCAIS E DA SEGURIDADE SOCIAL PERIODO: JANEIR

PREFEITURA MUNICIPAL DE ACORIZAL

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO DAS DESPESAS POR FUNÇÃO E SUBFUNÇÃO

ORÇAMENTOS FISCAIS E DA SEGURIDADE SOCIAL

PERIODO: Janeiro a Agosto 2020/BIMESTRE Julho - Agosto

RREO – Anexo 2 (LRF, Art. 52, inciso II, alínea “c”) R$ 1

DOTAÇÃO DOTAÇÃO DESPESAS EMPENHADAS SALDO DESPESAS LIQUIDADAS SALDO INSCRITAS EM

INICIAL ATUALIZADA RESTOS A

FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO BIMESTRE JAN A AGO % BIMESTRE JAN A AGO % PAGAR NÃO

PROCESSADOS

(a) (b) (b/total b) (c) = (a-b) (d) (d/total d) (e) = (a-d) (f)

DESPESAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I) 19.785.900,00 20.468.261,12 2.819.007,00 12.684.358,12 96,00 7.783.903,00 2.761.488,40 10.573.771,21 95,24 9.894.489,91 0,00

Legislativa 875.000,00 875.000,00 0,00 0,00 0,00 875.000,00 0,00 0,00 0,00 875.000,00 0,00

Ação Legislativa 875.000,00 875.000,00 0,00 0,00 0,00 875.000,00 0,00 0,00 0,00 875.000,00 0,00

Administração 2.159.500,00 3.520.889,21 550.133,51 2.975.233,90 22,52 545.655,31 626.377,51 2.309.906,98 20,81 1.210.982,23 0,00

Defesa do Interesse Público no Processo Judiciário 77.000,00 236.000,00 198.000,00 231.000,00 1,75 5.000,00 56.000,00 78.000,00 0,70 158.000,00 0,00

Administração Geral 2.040.500,00 3.246.909,21 347.253,51 2.733.620,56 20,69 513.288,65 565.497,51 2.221.293,64 20,01 1.025.615,57 0,00

Normatização e Fiscalização 42.000,00 37.980,00 4.880,00 10.613,34 0,08 27.366,66 4.880,00 10.613,34 0,10 27.366,66 0,00

Assistência Social 950.800,00 1.095.246,86 148.785,74 608.397,02 4,60 486.849,84 126.614,58 558.653,63 5,03 536.593,23 0,00

Assistência ao Idoso 428.000,00 580.499,00 108.796,99 483.150,69 3,66 97.348,31 107.983,87 458.604,30 4,13 121.894,70 0,00

Assistência à Criança e ao Adolescente 103.100,00 143.100,00 0,00 32.136,84 0,24 110.963,16 0,00 32.136,84 0,29 110.963,16 0,00

Assistência Comunitária 419.700,00 371.647,86 39.988,75 93.109,49 0,70 278.538,37 18.630,71 67.912,49 0,61 303.735,37 0,00

Previdência Social 841.000,00 841.000,00 0,00 0,00 0,00 841.000,00 0,00 0,00 0,00 841.000,00 0,00

Previdência do Regime Estatutário 841.000,00 841.000,00 0,00 0,00 0,00 841.000,00 0,00 0,00 0,00 841.000,00 0,00

Saúde 3.821.557,36 4.875.991,23 833.513,51 3.263.724,07 24,70 1.612.267,16 719.317,36 2.800.267,38 25,22 2.075.723,85 0,00

Administração Geral 10.000,00 461.742,99 97.471,10 100.756,40 0,76 360.986,59 64.027,40 67.312,70 0,61 394.430,29 0,00

Atenção Básica 3.195.300,00 3.850.188,74 721.133,41 2.887.342,31 21,85 962.846,43 594.602,17 2.557.081,51 23,03 1.293.107,23 0,00

Assistência Hospitalar e Ambulatorial 416.086,84 309.888,98 0,00 110.387,92 0,84 199.501,06 2.885,69 17.870,73 0,16 292.018,25 0,00

Vigilância Sanitária 100.000,00 174.000,00 0,00 150.328,44 1,14 23.671,56 50.128,10 150.328,44 1,35 23.671,56 0,00

Vigilância Epidemiológica 100.170,52 80.170,52 14.909,00 14.909,00 0,11 65.261,52 7.674,00 7.674,00 0,07 72.496,52 0,00

Educação 4.469.800,00 3.543.320,70 415.883,10 2.345.482,25 17,75 1.197.838,45 521.962,63 2.139.638,06 19,27 1.403.682,64 0,00

Administração Geral 15.000,00 8.000,00 0,00 0,00 0,00 8.000,00 0,00 0,00 0,00 8.000,00 0,00

Ensino Fundamental 3.550.800,00 2.973.062,95 341.770,75 2.023.391,90 15,31 949.671,05 447.850,28 1.827.991,78 16,46 1.145.071,17 0,00

Ensino Superior 10.000,00 10.000,00 0,00 0,00 0,00 10.000,00 0,00 0,00 0,00 10.000,00 0,00

Educação Infantil 894.000,00 552.257,75 74.112,35 322.090,35 2,44 230.167,40 74.112,35 311.646,28 2,81 240.611,47 0,00

Cultura 60.100,00 39.100,00 0,00 5.000,00 0,04 34.100,00 1.369,36 4.876,59 0,04 34.223,41 0,00

Difusão Cultural 60.100,00 39.100,00 0,00 5.000,00 0,04 34.100,00 1.369,36 4.876,59 0,04 34.223,41 0,00

Urbanismo 2.247.100,00 2.029.100,00 386.153,52 1.139.220,59 8,62 889.879,41 255.369,52 933.362,13 8,41 1.095.737,87 0,00

Administração Geral 1.293.100,00 1.408.100,00 328.153,52 1.052.171,25 7,96 355.928,75 247.369,52 896.312,79 8,07 511.787,21 0,00

Administração Financeira 10.000,00 10.000,00 0,00 0,00 0,00 10.000,00 0,00 0,00 0,00 10.000,00 0,00

Infra-Estrutura Urbana 704.000,00 450.000,00 0,00 25.000,00 0,19 425.000,00 0,00 25.000,00 0,23 425.000,00 0,00

Serviços Urbanos 240.000,00 161.000,00 58.000,00 62.049,34 0,47 98.950,66 8.000,00 12.049,34 0,11 148.950,66 0,00

Habitação 10.000,00 10.000,00 0,00 0,00 0,00 10.000,00 0,00 0,00 0,00 10.000,00 0,00

Habitação Urbana 10.000,00 10.000,00 0,00 0,00 0,00 10.000,00 0,00 0,00 0,00 10.000,00 0,00

Saneamento 925.000,00 1.152.000,00 171.011,97 1.076.018,85 8,14 75.981,15 236.902,69 973.406,31 8,77 178.593,69 0,00

Administração Geral 810.000,00 1.148.000,00 171.011,97 1.076.018,85 8,14 71.981,15 236.902,69 973.406,31 8,77 174.593,69 0,00

Saneamento Básico Urbano 115.000,00 4.000,00 0,00 0,00 0,00 4.000,00 0,00 0,00 0,00 4.000,00 0,00

FONTE: SCPI - Contabilidade [9.25.25.509], PREFEITURA MUNICIPAL DE ACORIZAL, Data/hora da emissão: 23/fev/2021 11h e 23m" Portaria Nº 91 de 2020 - Mapeamento Atualizado 02/2020

PREFEITURA MUNICIPAL DE ACORIZAL

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO DAS DESPESAS POR FUNÇÃO E SUBFUNÇÃO

ORÇAMENTOS FISCAIS E DA SEGURIDADE SOCIAL

PERIODO: Janeiro a Agosto 2020/BIMESTRE Julho - Agosto

RREO – Anexo 2 (LRF, Art. 52, inciso II, alínea “c”) R$ 1

DOTAÇÃO DOTAÇÃO DESPESAS EMPENHADAS SALDO DESPESAS LIQUIDADAS SALDO INSCRITAS EM

INICIAL ATUALIZADA RESTOS A

FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO BIMESTRE JAN A AGO % BIMESTRE JAN A AGO % PAGAR NÃO

PROCESSADOS

(a) (b) (b/total b) (c) = (a-b) (d) (d/total d) (e) = (a-d) (f)

Gestão Ambiental 282.500,00 0,00 0,00 0,00 0,00 0,00 0,00 0,00 0,00 0,00 0,00

Preservação e Conservação Ambiental 20.000,00 0,00 0,00 0,00 0,00 0,00 0,00 0,00 0,00 0,00 0,00

Extensão Rural 262.500,00 0,00 0,00 0,00 0,00 0,00 0,00 0,00 0,00 0,00 0,00

Agricultura 299.500,00 115.604,00 14.595,66 65.212,92 0,49 50.391,08 14.595,66 65.212,92 0,59 50.391,08 0,00

Administração Geral 194.500,00 100.104,00 14.595,66 65.212,92 0,49 34.891,08 14.595,66 65.212,92 0,59 34.891,08 0,00

Promoção da Produção Vegetal 75.000,00 10.500,00 0,00 0,00 0,00 10.500,00 0,00 0,00 0,00 10.500,00 0,00

Abastecimento 30.000,00 5.000,00 0,00 0,00 0,00 5.000,00 0,00 0,00 0,00 5.000,00 0,00

Comércio e Serviços 415.100,00 89.100,00 4.880,00 19.520,00 0,15 69.580,00 4.880,00 19.520,00 0,18 69.580,00 0,00

Administração Geral 7.000,00 7.000,00 0,00 0,00 0,00 7.000,00 0,00 0,00 0,00 7.000,00 0,00

Turismo 408.100,00 82.100,00 4.880,00 19.520,00 0,15 62.580,00 4.880,00 19.520,00 0,18 62.580,00 0,00

Transporte 1.000.000,00 920.000,00 283.583,69 510.394,31 3,86 409.605,69 179.176,90 400.760,82 3,61 519.239,18 0,00

Administração Geral 10.000,00 100.000,00 50.000,00 50.000,00 0,38 50.000,00 0,00 0,00 0,00 100.000,00 0,00

Transporte Rodoviário 990.000,00 820.000,00 233.583,69 460.394,31 3,48 359.605,69 179.176,90 400.760,82 3,61 419.239,18 0,00

Desporto e Lazer 87.100,00 126.843,00 10.466,30 82.270,73 0,62 44.572,27 10.466,30 82.270,73 0,74 44.572,27 0,00

Desporto Comunitário 87.100,00 126.843,00 10.466,30 82.270,73 0,62 44.572,27 10.466,30 82.270,73 0,74 44.572,27 0,00

Encargos Especiais 705.660,00 598.883,48 0,00 593.883,48 4,49 5. 000,00 64.455,89 285.895,66 2,58 312.987,82 0,00

Serviço da Dívida Interna 380.000,00 373.946,76 0,00 373.946,76 2,83 0,00 21.941,58 143.277,88 1,29 230.668,88 0,00

Outros Encargos Especiais 325.660,00 224.936,72 0,00 219.936,72 1,66 5.000,00 42.514,31 142.617,78 1,28 82.318,94 0,00

Reserva de Contingência 636.182,64 636.182,64 0,00 0,00 0,00 636. 182,64 0,00 0,00 0,00 636.182,64 0,00

Reserva de Contingência 636.182,64 636.182,64 0,00 0,00 0,00 636. 182,64 0,00 0,00 0,00 636.182,64 0,00

DESPESAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (II) 530.100,00 662.081,96 120. 923,70 528.573,56 4,00 133.508,40 120.923,70 528.573,56 4,76 133. 508,40 0,00

Legislativa 15.000,00 15.000,00 0,00 0,00 0,00 15.000,00 0,00 0,00 0,00 15.000,00 0,00

Ação Legislativa 15.000,00 15.000,00 0,00 0,00 0,00 15.000,00 0,00 0,00 0,00 0,00 15.000,00 0,00

Administração 71.000,00 71.000,00 17.882,74 61.147,08 0,46 9.852,92 17.882,74 61.147,08 0,55 9.852,92 0,00

Administração Geral 68.000,00 68.000,00 17.882,74 60.780,42 0,46 7. 219,58 17.882,74 60.780,42 0,55 7.219,58 0,00

Normatização e Fiscalização 3.000,00 3.000,00 0,00 366,66 0,00 2.633,34 0,00 366,66 0,00 2.633,34 0,00

Assistência Social 31.100,00 31.330,00 3.782,60 14.247,72 0,11 17. 082,28 3.782,60 14.247,72 0,13 17.082,28 0,00

Assistência ao Idoso 30.000,00 30.000,00 3.782,60 14.247,72 0,11 15. 752,28 3.782,60 14.247,72 0,13 15.752,28 0,00

Assistência à Criança e ao Adolescente 1.000,00 1.000,00 0,00 0,00 0,00 1.000,00 0,00 0,00 0,00 1.000,00 0,00

Assistência Comunitária 100,00 330,00 0,00 0,00 0,00 330,00 0,00 0,00 0,00 330,00 0,00

Saúde 50.000,00 141.847,90 27.123,51 131.847,83 1,00 10.000,07 27. 123,51 131.847,83 1,19 10.000,07 0,00

Atenção Básica 47.000,00 138.847,90 27.123,51 131.847,83 1,00 7. 000,07 27.123,51 131.847,83 1,19 7.000,07 0,00

Vigilância Epidemiológica 3.000,00 3.000,00 0,00 0,00 0,00 3.000,00 0,00 0,00 0,00 3.000,00 0,00

Educação 275.000,00 309.733,06 52.140,27 242.490,51 1,84 67.242,55 52.140,27 242.490,51 2,18 67.242,55 0,00

Ensino Fundamental 220.000,00 216.686,06 40.015,34 192.307,45 1,46 24.378,61 40.015,34 192.307,45 1,73 24.378,61 0,00

Educação Infantil 55.000,00 93.047,00 12.124,93 50.183,06 0,38 42. 863,94 12.124,93 50.183,06 0,45 42.863,94 0,00

Cultura 1.000,00 1.000,00 0,00 0,00 0,00 1.000,00 0,00 0,00 0,00 1.000,00 0,00

Difusão Cultural 1.000,00 1.000,00 0,00 0,00 0,00 1.000,00 0,00 0,00 0,00 1.000,00 0,00

FONTE: SCPI - Contabilidade [9.25.25.509], PREFEITURA MUNICIPAL DE ACORIZAL, Data/hora da emissão: 23/fev/2021 11h e 23m" Portaria Nº 91 de 2020 - Mapeamento Atualizado 02/2020

PREFEITURA MUNICIPAL DE ACORIZAL

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO DAS DESPESAS POR FUNÇÃO E SUBFUNÇÃO

ORÇAMENTOS FISCAIS E DA SEGURIDADE SOCIAL

PERIODO: Janeiro a Agosto 2020/BIMESTRE Julho - Agosto

RREO – Anexo 2 (LRF, Art. 52, inciso II, alínea “c”) R$ 1

DOTAÇÃO DOTAÇÃO DESPESAS EMPENHADAS SALDO DESPESAS LIQUIDADAS SALDO INSCRITAS EM

INICIAL ATUALIZADA RESTOS A

FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO BIMESTRE JAN A AGO % BIMESTRE JAN A AGO % PAGAR NÃO

PROCESSADOS

(a) (b) (b/total b) (c) = (a-b) (d) (d/total d) (e) = (a-d) (f)

Urbanismo 50.000,00 50.000,00 10.768,44 41.846,86 0,32 8.153,14 10. 768,44 41.846,86 0,38 8.153,14 0,00

Administração Geral 50.000,00 50.000,00 10.768,44 41.846,86 0,32 8. 153,14 10.768,44 41.846,86 0,38 8.153,14 0,00

Saneamento 25.000,00 25.000,00 5.556,72 22.936,29 0,17 2.063,71 5. 556,72 22.936,29 0,21 2.063,71 0,00

Administração Geral 25.000,00 25.000,00 5.556,72 22.936,29 0,17 2. 063,71 5.556,72 22.936,29 0,21 2.063,71 0,00

Agricultura 8.000,00 8.000,00 1.650,70 6.887,03 0,05 1.112,97 1.650,70 6. 887,03 0,06 1.112,97 0,00

Administração Geral 8.000,00 8.000,00 1.650,70 6.887,03 0,05 1.112,97 1.650,70 6.887,03 0,06 1.112,97 0,00

Comércio e Serviços 2.000,00 2.000,00 0,00 0,00 0,00 2.000,00 0,00 0,00 0,00 2.000,00 0,00

Turismo 2.000,00 2.000,00 0,00 0,00 0,00 2.000,00 0,00 0,00 0,00 2. 000,00 0,00

Desporto e Lazer 2.000,00 7.171,00 2.018,72 7.170,24 0,05 0,76 2.018,72 7.170,24 0,06 0,76 0,00

Desporto Comunitário 2.000,00 7.171,00 2.018,72 7.170,24 0,05 0,76 2. 018,72 7.170,24 0,06 0,76 0,00

TOTAL (III) = (I + II) 20.316.000,00 21.130.343,08 2.939.930,70 13.212. 931,68 100,00 7.917.411,40 2.882.412,10 11.102.344,77 100,00 10.027. 998,31 0,00

Nota: Durante o exercício, somente as despesas liquidadas são consideradas executadas. No encerramento do exercício, as despesas não liquidadas inscritas em restos a pagar processados são também consideradas executadas.

Dessa forma, para maior transparência, as despesas executadas estão segregadas em:

. a) Despesas liquidadas, consideradas aquelas em que houve a entrega do material ou serviço, nos termos do art. 63 da Lei 4.320/64;

. b) Despesas empenhadas mas não liquidadas, inscritas em Restos a Pagar processados, consideradas liquidadas no encerramento do exercício, por força do art.35, inciso II da Lei 4.320/64.

FONTE: SCPI - Contabilidade [9.25.25.509], PREFEITURA MUNICIPAL DE ACORIZAL, Data/hora da emissão: 23/fev/2021 11h e 23m" Portaria Nº 91 de 2020 - Mapeamento Atualizado 02/2020

PREFEITURA MUNICIPAL DE ACORIZAL RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA DEMONSTRATIVO DA RECEITA CORRENTE LÍQUIDA ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL AGO/2019 A JUL/2020

PREFEITURA MUNICIPAL DE ACORIZAL

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

DEMONSTRATIVO DA RECEITA CORRENTE LÍQUIDA

ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

AGO/2019 A JUL/2020

RREO – ANEXO 3 (LRF, Art. 53, inciso I) R$ 1

EVOLUÇÃO DA RECEITA REALIZADA NOS ÚLTIMOS 12 MESES TOTAL PREVISÃO

ESPECIFICAÇÃO (ÚLTIMOSATUALIZADA

AGO/2019 SET/2019 OUT/2019 NOV/2019 DEZ/2019 JAN/2020 FEV/2020 MAR/2020 ABR/2020 MAI/2020 JUN/2020 JUL/2020 12 MESES)

RECEITAS CORRENTES (I) 1.383.220,58 1.258.145,32 1.490.315,66 1.624.909,78 3.348.541,83 1.501.729,82 1.641.876,77 1.567.822,47 1.404.453,58 1.332.303,30 1.775.519,90 2.565.686,09 20.894.525,10 22.176.642,99

Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria 108.744,50 116.975,23 179.168,26 130.249,38 154.393,10 166.328,16 50.221,16 89.466,35 45.266,72 64.749,79 59.003,56 58.450,20 1.223.016,41 1.719.000,00

IPTU 13.352,93 8.780,85 2.662,33 1.084,44 1.550,87 1.182,29 614,42 282,40 142,39 0,00 0,00 373,78 30.026,70 60.000,00

ISS 81.387,49 89.438,90 168.857,04 94.893,48 53.116,62 152.889,83 43.170,24 55.833,37 41.508,63 49.863,18 43.454,90 52.545,20 926.958,88 1.031.000,00

ITBI 7.660,00 15.700,00 4.100,00 30.790,26 4.267,00 5.659,62 978,46 31.709,64 1.510,00 13.621,32 14.816,65 4.498,60 135.311,55 50.000,00

IRRF 0,00 0,00 0,00 0,00 94.971,57 0,00 0,00 0,00 0,00 0,00 0,00 0,00 94.971,57 460.000,00

Outros Impostos, Taxas e Contribuições de 6.344,08 3.055,48 3.548,89 3.481,20 487,04 6.596,42 5.458,04 1.640,94 2.105,70 1.265,29 732,01 1.032,62 35.747,71 118.000,00

Melhoria

Contribuições 3.991,19 0,00 3,28 307,93 313.859,14 0,00 0,00 0,00 0,00 2.423,42 0,00 0,00 320.584,96 827.300,00

Receita Patrimonial 3.005,62 3.123,92 2.728,10 7.274,83 27.475,10 8.434,71 1.520,96 1.301,48 568,70 602,18 610,36 -6.473,01 50.172,95 36.100,00

Rendimentos de Aplicação Financeira 3.005,62 3.123,92 2.728,10 7.274,83 27.475,10 8.434,71 1.520,96 1.301,48 568,70 602,18 610,36 -6.473,01 50.172,95 36.100,00

Outras Receitas Patrimoniais 0,00 0,00 0,00 0,00 0,00 0,00 0,00 0,00 0,00 0,00 0,00 0,00 0,00 0,00

Receita Agropecuária 0,00 0,00 0,00 0,00 0,00 0,00 0,00 0,00 0,00 0,00 0,00 0,00 0,00 0,00

Receita Industrial 0,00 0,00 0,00 0,00 0,00 0,00 0,00 0,00 0,00 0,00 0,00 0,00 0,00 0,00

Receita de Serviços 9.246,26 10.478,78 10.261,45 3.867,92 4.616,35 8.550,32 9.509,37 11.287,07 5.661,38 3.509,66 4.868,42 24.326,83 106.183,81 150.000,00

Transferências Correntes 1.258.233,01 1.127.567,39 1.298.154,57 1.483.209,72 2.848.198,14 1.318.416,63 1.580.625,28 1.465.767,57 1.352.956,78 1.261.018,25 1.711.037,56 2.489.382,07 19.194.566,97 19.408.210,47

Cota Parte do FPM 545.224,28 485.330,02 446.809,32 606.384,17 1.033.784,91 606.292,89 876.066,17 512.260,15 543.720,44 525.337,03 427.652,52 737.229,24 7.346.091,14 8.630.000,00

Cota Parte do ICMS 297.846,97 261.480,05 386.102,69 320.776,23 497.452,01 332.775,50 302.924,08 452.336,42 285.145,63 267.292,54 339.417,77 360.917,74 4.104.467,63 4.000.000,00

Cota Parte do IPVA 9.304,60 18.750,91 9.838,55 4.122,68 4.877,80 27.155,15 14.855,97 21.390,84 13.393,36 14.694,74 22.497,19 16.081,93 176.963,72 220.000,00

Cota Parte do ITR 168,26 2.926,81 26.416,66 2.409,39 5.873,13 3.926,63 591,79 2.133,78 119,80 1.871,29 191,08 516,84 47.145,46 120.000,00

Transferências da LC 87/1996 0,00 0,00 0,00 0,00 0,00 0,00 0,00 0,00 0,00 0,00 0,00 0,00 0,00 20.000,00

Transferências da LC 61/1989 0,00 0,00 0,00 0,00 0,00 0,00 0,00 0,00 0,00 0,00 0,00 0,00 0,00 20.000,00

Transferencias do FUNDEB 151.768,33 135.621,44 188.725,95 163.990,75 240.324,85 168.908,85 176.593,06 205.791,87 139.736,66 137.597,98 157.947,92 163.070,66 2.030.078,32 2.000.000,00

Outras Transferências Correntes 253.920,57 223.458,16 240.261,40 385.526,50 1.065.885,44 179.357,61 209.594,21 271.854,51 370.840,89 314.224,67 763.331,08 1.211.565,66 5.489.820,70 4.398.210,47

Outras Receitas Correntes 0,00 0,00 0,00 0,00 0,00 0,00 0,00 0,00 0,00 0,00 0,00 0,00 0,00 36.032,52

DEDUÇÕES (II) 170.508,76 153.697,46 173.833,34 186.738,39 560.420,90 193.875,46 238.318,44 197.183,23 159.809,49 161.554,52 157.666,57 162.893,91 2.516.500,47 3.223.400,00

Contribuição do Servidor para o Plano de 0,00 0,00 0,00 0,00 313.848,92 0,00 0,00 0,00 0,00 0,00 0,00 0,00 0,00 313.848,92 747.300,00

Previdência

Compensação Financeira entre Regimes de 0,00 0,00 0,00 0,00 0,00 0,00 0,00 0,00 0,00 0,00 0,00 0,00 0,00 100,00

Dedução de Receita para Formação do FundebPrevidência 170.508,76 153.697,46 173.833,34 186.738,39 246.571,98 193.875,46 238.318,44 197.183,23 159.809,49 161.554,52 157.666,57 162.893,91 2.202.651,55 2.476.000,00

RECEITA CORRENTE LÍQUIDA (I)-(II) 1.212.711,82 1.104.447,86 1.316.482,32 1.438.171,39 2.788.120,93 1.307.854,36 1.403.558,33 1.370.639,24 1.244.644,09 1.170.748,78 1.617.853,33 2.402.792,18 18.378.024,63 18.953.242,99

(-) Transferências obrigatórias da União 0,00 0,00 0,00 0,00 0,00 0,00 0,00 0,00 0,00 0,00 0,00 0,00 0,00 0,00

relativas às emendas individuais (art. 166-A, § 1º,

da CF) (IV)

RECEITA CORRENTE LÍQUIDA AJUSTADA 1.212.711,82 1.104.447,86 1.316.482,32 1.438.171,39 2.788.120,93 1.307.854,36 1.403.558,33 1.370.639,24 1.244.644,09 1.170.748,78 1.617.853,33 2.402.792,18 18.378.024,63 18.953.242,99

PARA PARA CÁLCULO DOS LIMITES DE

(-) Transferências obrigatórias da UniãoENDIVIDAMENTO (V) = (III - IV) 0,00 0,00 0,00 0,00 0,00 0,00 0,00 0,00 0,00 0,00 0,00 0,00 0,00 0,00

relativas às emendas de bancada (art. 166, § 16,

da CF) (VI)

RECEITA CORRENTE LÍQUIDA AJUSTADA 1.212.711,82 1.104.447,86 1.316.482,32 1.438.171,39 2.788.120,93 1.307.854,36 1.403.558,33 1.370.639,24 1.244.644,09 1.170.748,78 1.617.853,33 2.402.792,18 18.378.024,63 18.953.242,99

PARA CÁLCULO DOS LIMITES DA DESPESA

COM PESSOAL (VII) = (V - VI)

PREFEITURA MUNICIPAL DE ACORIZAL RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA DEMONSTRATIVO SIMPLIFICADO DO RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL 1

PREFEITURA MUNICIPAL DE ACORIZAL

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

DEMONSTRATIVO SIMPLIFICADO DO RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

1 de 2 PERIODO: Janeiro a Agosto 2020/BIMESTRE Julho - Agosto

LRF, Art. 48 – Anexo 14 R$ 1

BALANÇO ORÇAMENTÁRIO Até o Bimestre

RECEITAS -

Previsão Inicial 19.766.000,00 -

Previsão Atualizada 20.217.742,99 -

Receitas Realizadas 12.114.397,01 -

Déficit Orçamentário 0,00 -

Saldos de Exercícios Anteriores (Utilizados para Créditos Adicionais) 362. 600,09 -

BALANÇO ORÇAMENTÁRIO - DESPESAS Até o Bimestre

DESPESAS -

Dotação Inicial 20.316.000,00 -

Créditos Adicionais 814.343,08 -

Dotação Atualizada 21.130.343,08 -

Despesas Empenhadas 13.208.877,69 -

Despesas Liquidadas 11.098.290,78 -

Despesas Pagas 9.578.566,82 -

Superávit Orçamentário 1.016.106,23 -

DESPESAS POR FUNÇÃO / SUBFUNÇÃO Até o Bimestre

Despesas Empenhadas 13.212.931,68 -

Despesas Liquidadas 11.102.344,77 -

RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL Até o Bimestre

Receita Corrente Líquida 18.761.619,51 -

Receita Corrente Líquida Ajustada para Cálculo dos Limites de Endividamento 18.761.619,51 -

Receita Corrente Líquida Ajustada para Cálculo dos Limites da Despesa com Pessoal 18.761.619,51 -

RECEITAS/DESPESAS DOS REGIMES DE PREVIDÊNCIA Até o Bimestre

Regime Próprio de Previdência dos Servidores - PLANO PREVIDENCIÁRIO -

Receitas Previdenciárias Realizadas 0,00 -

Despesas Previdenciárias Empenhadas 0,00 -

Despesas Previdenciárias Liquidadas 0,00 -

Resultado Previdenciário 0,00 -

Regime Próprio de Previdência dos Servidores - PLANO FINANCEIRO -

Receitas Previdenciárias Realizadas 0,00 -

Despesas Previdenciárias Empenhadas 0,00 -

Despesas Previdenciárias Liquidadas 0,00 -

Resultado Previdenciário 0,00 -

Meta Fixada no Resultado % em Relação

Anexo de Metas Apurado até à Meta

RESULTADO NOMINAL E PRIMÁRIO Fiscais da LDO o Bimestre

(a) (b) (b/a)

Resultado Nominal - Acima da Linha 0,00 1.946.847,47 0,00

Resultado Primário - Acima da Linha -75.890,97 1.946.847,47 -2.565,32

Inscrição Cancelamento Pagamento Saldo

MOVIMENTAÇÃO DOS RESTOS A PAGAR Até o Bimestre Até o Bimestre a Pagar

RESTOS A PAGAR PROCESSADOS 1.464.612,77 0,00 749.877,78 714. 734,99

Poder Executivo 1.464.612,77 0,00 749.877,78 714.734,99

Poder Legislativo 0,00 0,00 0,00 0,00

Poder Judiciário 0,00 0,00 0,00 0,00

Ministério Público 0,00 0,00 0,00 0,00

Defensoria Pública 0,00 0,00 0,00 0,00

RESTOS A PAGAR NÃO-PROCESSADOS 220.760,07 0,00 144.469,61 76.290,46

Poder Executivo 220.760,07 0,00 144.469,61 76.290,46

Poder Legislativo 0,00 0,00 0,00 0,00

Poder Judiciário 0,00 0,00 0,00 0,00

Ministério Público 0,00 0,00 0,00 0,00

Defensoria Pública 0,00 0,00 0,00 0,00

TOTAL 1.685.372,84 0,00 894.347,39 791.025,45

PREFEITURA MUNICIPAL DE ACORIZAL

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

DEMONSTRATIVO SIMPLIFICADO DO RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

2 de 2 PERIODO: Janeiro a Agosto 2020/BIMESTRE Julho - Agosto

LRF, Art. 48 – Anexo 14 R$ 1

Valor Apurado Limites Constitucionais Anuais

DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO - MDE até o Bimestre % Mínimo a Aplicar % Aplicado até o Bimestre

Mínimo Anual de 25% das Receitas de Impostos na Manutenção e Desenvolvimento do Ensino 2.314.898,38 25,00 28,55

Mínimo Anual de 60% do FUNDEB na Remuneração do Magistério com Ensino Fundamental e Médio 0,00 0,00 0,00

Mínimo Anual de 60% do FUNDEB na Remuneração do Magistério com Educação Infantil e Ensino Fundamen 626.488,85 60,00 47,94

Complementação da União ao FUNDEB 0,00 0,00 0,00

RECEITAS DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO E DESPESAS DE CAPITAL Valor Apurado até o Bimestre Saldo Não Realizado

Receita de Operação de Crédito 0,00 0,00

Despesa de Capital Líquida 881.120,34 1.178.444,46

RECEITA DA ALIENAÇÃO DE ATIVOS E APLICAÇÃO DOS RECURSOS Valor apurado até o Bimestre Saldo a Realizar

Receita de Capital Resultante da Alienação de Ativos 0,00 0,00

Aplicação dos Recursos da Alienação de Ativos 0,00 0,00

Valor Apurado Limite Constitucional Anual

DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE até o Bimestre % Mínimo a Aplicar % Aplicado até o Bimestre

no Exercício

Despesas com Ações e Serviços Públicos de Saúde executadas com recursos de impostos 2.684.129,44 15,00 33,27

DESPESAS DE CARÁTER CONTINUADO DERIVADAS DE PPP Valor Apurado no Exercício Corrente

Total das Despesas Consideradas para o Limite / RCL (%) 0,00

PREFEITURA MUNICIPAL DE ACORIZAL RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA DEMONSTRATIVO DA RECEITA CORRENTE LÍQUIDA ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL NOV/2019 A OUT/2020

PREFEITURA MUNICIPAL DE ACORIZAL

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

DEMONSTRATIVO DA RECEITA CORRENTE LÍQUIDA

ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

NOV/2019 A OUT/2020

RREO – ANEXO 3 (LRF, Art. 53, inciso I) R$ 1

EVOLUÇÃO DA RECEITA REALIZADA NOS ÚLTIMOS 12 MESES TOTAL PREVISÃO

ESPECIFICAÇÃO (ÚLTIMOSATUALIZADA

NOV/2019 DEZ/2019 JAN/2020 FEV/2020 MAR/2020 ABR/2020 MAI/2020 JUN/2020 JUL/2020 AGO/2020 SET/2020 OUT/2020 12 MESES)

RECEITAS CORRENTES (I) 1.624.909,78 3.348.541,83 1.501.729,82 1.641.876,77 1.567.822,47 1.404.453,58 1.332.303,30 1.775.519,90 2.565.686,09 1.760.292,03 2.226.412,61 1.744.846,79 22.494.394,97 22.176.642,99

Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria 130.249,38 154.393,10 166.328,16 50.221,16 89.466,35 45.266,72 64.749,79 59.003,56 58.450,20 64.755,00 360.461,64 141.805,81 1.385.150,87 1.719.000,00

IPTU 1.084,44 1.550,87 1.182,29 614,42 282,40 142,39 0,00 0,00 373,78 4.181,24 1.058,33 971,74 11.441,90 60.000,00

ISS 94.893,48 53.116,62 152.889,83 43.170,24 55.833,37 41.508,63 49.863,18 43.454,90 52.545,20 57.339,10 355.414,08 130.969,61 1.130.998,24 1.031.000,00

IRRF 0,00 94.971,57 0,00 0,00 0,00 0,00 0,00 0,00 0,00 0,00 0,00 0,00 94.971,57 460.000,00

ITBI 30.790,26 4.267,00 5.659,62 978,46 31.709,64 1.510,00 13.621,32 14.816,65 4.498,60 2.760,00 3.240,00 9.256,00 123.107,55 50.000,00

Outros Impostos, Taxas e Contribuições de 3.481,20 487,04 6.596,42 5.458,04 1.640,94 2.105,70 1.265,29 732,01 1.032,62 474,66 749,23 608,46 24.631,61 118.000,00

Melhoria

Contribuições 307,93 313.859,14 0,00 0,00 0,00 0,00 2.423,42 0,00 0,00 74,85 1.585,38 28.554,43 346.805,15 827.300,00

Receita Patrimonial 7.274,83 27.475,10 8.434,71 1.520,96 1.301,48 568,70 602,18 610,36 -6.473,01 339,44 235,34 6.258,33 48.148,42 36.100,00

Rendimentos de Aplicação Financeira 7.274,83 27.475,10 8.434,71 1.520,96 1.301,48 568,70 602,18 610,36 -6.473,01 339,44 235,34 6.258,33 48.148,42 36.100,00

Outras Receitas Patrimoniais 0,00 0,00 0,00 0,00 0,00 0,00 0,00 0,00 0,00 0,00 0,00 0,00 0,00 0,00

Receita Agropecuária 0,00 0,00 0,00 0,00 0,00 0,00 0,00 0,00 0,00 0,00 0,00 0,00 0,00 0,00

Receita Industrial 0,00 0,00 0,00 0,00 0,00 0,00 0,00 0,00 0,00 0,00 0,00 0,00 0,00 0,00

Receita de Serviços 3.867,92 4.616,35 8.550,32 9.509,37 11.287,07 5.661,38 3.509,66 4.868,42 24.326,83 11.025,41 11.049,91 10.609,34 108.881,98 150.000,00

Transferências Correntes 1.483.209,72 2.848.198,14 1.318.416,63 1.580.625,28 1.465.767,57 1.352.956,78 1.261.018,25 1.711.037,56 2.489.382,07 1.684.097,33 1.853.080,34 1.557.618,88 20.605.408,55 19.408.210,47

Cota Parte do FPM 606.384,17 1.033.784,91 606.292,89 876.066,17 512.260,15 543.720,44 525.337,03 427.652,52 737.229,24 468.305,77 377.224,42 507.591,79 7.221.849,50 8.630.000,00

Cota Parte do ICMS 320.776,23 497.452,01 332.775,50 302.924,08 452.336,42 285.145,63 267.292,54 339.417,77 360.917,74 343.017,96 485.963,28 437.385,24 4.425.404,40 4.000.000,00

Cota Parte do IPVA 4.122,68 4.877,80 27.155,15 14.855,97 21.390,84 13.393,36 14.694,74 22.497,19 16.081,93 9.440,91 12.681,02 12.813,60 174.005,19 220.000,00

Cota Parte do ITR 2.409,39 5.873,13 3.926,63 591,79 2.133,78 119,80 1.871,29 191,08 516,84 1.004,88 4.419,78 31.430,84 54.489,23 120.000,00

Transferências da LC 87/1996 0,00 0,00 0,00 0,00 0,00 0,00 0,00 0,00 0,00 0,00 0,00 0,00 0,00 20.000,00

Transferências da LC 61/1989 0,00 0,00 0,00 0,00 0,00 0,00 0,00 0,00 0,00 0,00 0,00 0,00 0,00 20.000,00

Transferencias do FUNDEB 163.990,75 240.324,85 168.908,85 176.593,06 205.791,87 139.736,66 137.597,98 157.947,92 163.070,66 156.963,39 202.852,14 208.501,25 2.122.279,38 2.000.000,00

Outras Transferências Correntes 385.526,50 1.065.885,44 179.357,61 209.594,21 271.854,51 370.840,89 314.224,67 763.331,08 1.211.565,66 705.364,42 769.939,70 359.896,16 6.607.380,85 4.398.210,47

Outras Receitas Correntes 0,00 0,00 0,00 0,00 0,00 0,00 0,00 0,00 0,00 0,00 0,00 0,00 0,00 36.032,52

DEDUÇÕES (II) 186.738,39 560.420,90 193.875,46 238.318,44 197.183,23 159.809,49 161.554,52 157.666,57 162.893,91 163.985,33 175.630,85 197.272,49 2.555.349,58 3.223.400,00

Contribuição do Servidor para o Plano de 0,00 313.848,92 0,00 0,00 0,00 0,00 0,00 0,00 0,00 0,00 0,00 0,00 0,00 313.848,92 747.300,00

Previdência

Compensação Financeira entre Regimes de 0,00 0,00 0,00 0,00 0,00 0,00 0,00 0,00 0,00 0,00 0,00 0,00 0,00 100,00

Dedução de Receita para Formação do FundebPrevidência 186.738,39 246.571,98 193.875,46 238.318,44 197.183,23 159.809,49 161.554,52 157.666,57 162.893,91 163.985,33 175.630,85 197.272,49 2.241.500,66 2.476.000,00

RECEITA CORRENTE LÍQUIDA (I)-(II) 1.438.171,39 2.788.120,93 1.307.854,36 1.403.558,33 1.370.639,24 1.244.644,09 1.170.748,78 1.617.853,33 2.402.792,18 1.596.306,70 2.050.781,76 1.547.574,30 19.939.045,39 18.953.242,99

(-) Transferências obrigatórias da União 0,00 0,00 0,00 0,00 0,00 0,00 0,00 0,00 0,00 0,00 0,00 0,00 0,00 0,00

relativas às emendas individuais (art. 166-A, § 1º,

da CF) (IV)

RECEITA CORRENTE LÍQUIDA AJUSTADA 1.438.171,39 2.788.120,93 1.307.854,36 1.403.558,33 1.370.639,24 1.244.644,09 1.170.748,78 1.617.853,33 2.402.792,18 1.596.306,70 2.050.781,76 1.547.574,30 19.939.045,39 18.953.242,99

PARA PARA CÁLCULO DOS LIMITES DE

(-) Transferências obrigatórias da UniãoENDIVIDAMENTO (V) = (III - IV) 0,00 0,00 0,00 0,00 0,00 0,00 0,00 0,00 0,00 0,00 0,00 0,00 0,00 0,00

relativas às emendas de bancada (art. 166, § 16,

da CF) (VI)

RECEITA CORRENTE LÍQUIDA AJUSTADA 1.438.171,39 2.788.120,93 1.307.854,36 1.403.558,33 1.370.639,24 1.244.644,09 1.170.748,78 1.617.853,33 2.402.792,18 1.596.306,70 2.050.781,76 1.547.574,30 19.939.045,39 18.953.242,99

PARA CÁLCULO DOS LIMITES DA DESPESA

COM PESSOAL (VII) = (V - VI)

PREFEITURA MUNICIPAL DE ACORIZAL DEMONSTRATIVOS DAS RECEITAS E DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS DO REGIME PRÓPRIO DOS SERVIDORES PÚBLICOS 1 DE 4 PERIODO: JANEIRO A OUTUBRO 2020/BIMESTRE SETEMBRO - OUTU

PREFEITURA MUNICIPAL DE ACORIZAL

DEMONSTRATIVOS DAS RECEITAS E DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS

DO REGIME PRÓPRIO DOS SERVIDORES PÚBLICOS

1 de 4 PERIODO: Janeiro a Outubro 2020/BIMESTRE Setembro - Outubro

RREO – ANEXO 4 (LRF, art. 53, inciso II) R$ 1

PLANO PREVIDENCIÁRIO

RECEITAS REALIZADAS

PREVISÃO PREVISÃO

RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS

INICIAL ATUALIZADA Jan a Out 2020 Jan a Out 2019

RECEITAS CORRENTES (I) 0,00 0,00 0,00 0,00

Receita de Contribuições dos Segurados 0,00 0,00 0,00 0,00

Civil 0,00 0,00 0,00 0,00

Ativo 0,00 0,00 0,00 0,00

Inativo 0,00 0,00 0,00 0,00

Pensionista 0,00 0,00 0,00 0,00

Militar 0,00 0,00 0,00 0,00

Ativo 0,00 0,00 0,00 0,00

Inativo 0,00 0,00 0,00 0,00

Pensionista 0,00 0,00 0,00 0,00

Receita de Contribuições Patronais 0,00 0,00 0,00 0,00

Civil 0,00 0,00 0,00 0,00

Ativo 0,00 0,00 0,00 0,00

Inativo 0,00 0,00 0,00 0,00

Pensionista 0,00 0,00 0,00 0,00

Militar 0,00 0,00 0,00 0,00

Ativo 0,00 0,00 0,00 0,00

Inativo 0,00 0,00 0,00 0,00

Pensionista 0,00 0,00 0,00 0,00

Receita Patrimonial 0,00 0,00 0,00 0,00

Receitas Imobiliárias 0,00 0,00 0,00 0,00

Receitas de Valores Mobiliários 0,00 0,00 0,00 0,00

Outras Receitas Patrimoniais 0,00 0,00 0,00 0,00

Receita de Serviços 0,00 0,00 0,00 0,00

Outras Receitas Correntes 0,00 0,00 0,00 0,00

Compensação Previdenciária do RGPS para o RPPS 0,00 0,00 0,00 0,00

Aportes Periódicos para Amortização de Déficit Atuarial do RPPS (II) 0,00 0,00 0,00 0,00

Demais Receitas Correntes 0,00 0,00 0,00 0,00

RECEITAS DE CAPITAL (III) 0,00 0,00 0,00 0,00

Alienação de Bens, Direitos e Ativos 0,00 0,00 0,00 0,00

Amortização de Empréstimos 0,00 0,00 0,00 0,00

Outras Receitas de Capital 0,00 0,00 0,00 0,00

TOTAL DAS RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS RPPS - (IV) = (I + III - II) 0,00 0,00 0,00 0,00

FONTE: SCPI - Contabilidade [9.25.25.509], PREFEITURA MUNICIPAL DE ACORIZAL, Data/hora da emissão: 23/fev/2021 11h e 23m" Portaria Nº 91 de 2020 - Mapeamento Atualizado 02/2020

PREFEITURA MUNICIPAL DE ACORIZAL

DEMONSTRATIVOS DAS RECEITAS E DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS

DO REGIME PRÓPRIO DOS SERVIDORES PÚBLICOS

2 de 4 PERIODO: Janeiro a Outubro 2020/BIMESTRE Setembro - Outubro

RREO – ANEXO 4 (LRF, art. 53, inciso II) R$ 1

DOTAÇÃO DOTAÇÃO DESPESAS EMPENHADAS DESPESAS LIQUIDADAS INSCRITAS EM RESTOS A

DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS INICIAL ATUALIZADA PAGAR NÃO PROCESSADOS

Jan a Out 2020 Jan a Out 2019 Jan a Out 2020 Jan a Out 2019 Em 2020 Em 2019

Benefícios - Civil 0,00 0,00 0,00 0,00 0,00 0,00 0,00 0,00

Aposentadorias 0,00 0,00 0,00 0,00 0,00 0,00 0,00 0,00

Pensões 0,00 0,00 0,00 0,00 0,00 0,00 0,00 0,00

Outros Benefícios Previdenciários 0,00 0,00 0,00 0,00 0,00 0,00 0,00 0,00

Benefícios - Militar 0,00 0,00 0,00 0,00 0,00 0,00 0,00 0,00

Reformas 0,00 0,00 0,00 0,00 0,00 0,00 0,00 0,00

Pensões 0,00 0,00 0,00 0,00 0,00 0,00 0,00 0,00

Outros Benefícios Previdenciários 0,00 0,00 0,00 0,00 0,00 0,00 0,00 0,00

Outras Despesas Previdenciárias 0,00 0,00 0,00 0,00 0,00 0,00 0,00 0,00

Compensação Previdenciária do RPPS para o RGPS 0,00 0,00 0,00 0,00 0,00 0,00 0,00 0,00

Demais Despesas Previdenciárias 0,00 0,00 0,00 0,00 0,00 0,00 0,00 0,00

TOTAL DAS DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS RPPS (V) 0,00 0,00 0,00 0,00 0,00 0,00 0,00 0,00

RESULTADO PREVIDENCIÁRIO (VI) = (IV - V) 0,00 0,00 0,00 0,00 0,00 0,00

RECURSOS RPPS ARRECADADOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES PREVISÃO ORÇAMENTÁRIA

VALOR 550.000,00

RESERVA ORÇAMENTÁRIA DO RPPS PREVISÃO ORÇAMENTÁRIA

VALOR 0,00

APORTES DE RECURSOS PARA O PLANO PREVIDENCIÁRIO

APORTES REALIZADOS

DO RPPS

Plano de Amortização - Contribuição Patronal Suplementar 0,00

Plano de Amortização - Aporte Periódico de Valores Predefinidos 0,00

Outros Aportes para o RPPS 0,00

Recursos para Cobertura de Déficit Financeiro 0,00

PERÍODO DE REFERÊNCIA

BENS E DIREITOS DO RPPS

Em 2020 Em 2019

Caixa e Equivalentes de Caixa 0,00 839.404,69

Investimentos e Aplicações 0,00 -76.562,03

Outros Bens e Direitos 0,00 0,00

PLANO FINANCEIRO

PREVISÃO PREVISÃO RECEITAS REALIZADAS

RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS

INICIAL ATUALIZADA Jan a Out 2020 Jan a Out 2019

RECEITAS CORRENTES (VII) 0,00 0,00 0,00 0,00

FONTE: SCPI - Contabilidade [9.25.25.509], PREFEITURA MUNICIPAL DE ACORIZAL, Data/hora da emissão: 23/fev/2021 11h e 23m" Portaria Nº 91 de 2020 - Mapeamento Atualizado 02/2020

PREFEITURA MUNICIPAL DE ACORIZAL

DEMONSTRATIVOS DAS RECEITAS E DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS

DO REGIME PRÓPRIO DOS SERVIDORES PÚBLICOS

3 de 4 PERIODO: Janeiro a Outubro 2020/BIMESTRE Setembro - Outubro

RREO – ANEXO 4 (LRF, art. 53, inciso II) R$ 1

Receita de Contribuições dos Segurados 0,00 0,00 0,00 0,00

Civil 0,00 0,00 0,00 0,00

Ativo 0,00 0,00 0,00 0,00

Inativo 0,00 0,00 0,00 0,00

Pensionista 0,00 0,00 0,00 0,00

Militar 0,00 0,00 0,00 0,00

Ativo 0,00 0,00 0,00 0,00

Inativo 0,00 0,00 0,00 0,00

Pensionista 0,00 0,00 0,00 0,00

Receita de Contribuições Patronais 0,00 0,00 0,00 0,00

Civil 0,00 0,00 0,00 0,00

Ativo 0,00 0,00 0,00 0,00

Inativo 0,00 0,00 0,00 0,00

Pensionista 0,00 0,00 0,00 0,00

Militar 0,00 0,00 0,00 0,00

Ativo 0,00 0,00 0,00 0,00

Inativo 0,00 0,00 0,00 0,00

Pensionista 0,00 0,00 0,00 0,00

Receita Patrimonial 0,00 0,00 0,00 0,00

Receitas Imobiliárias 0,00 0,00 0,00 0,00

Receitas de Valores Mobiliários 0,00 0,00 0,00 0,00

Outras Receitas Patrimoniais 0,00 0,00 0,00 0,00

Receita de Serviços 0,00 0,00 0,00 0,00

Outras Receitas Correntes 0,00 0,00 0,00 0,00

Compensação Previdenciária do RGPS para o RPPS 0,00 0,00 0,00 0,00

Demais Receitas Correntes 0,00 0,00 0,00 0,00

RECEITAS DE CAPITAL (VIII) 0,00 0,00 0,00 0,00

Alienação de Bens, Direitos e Ativos 0,00 0,00 0,00 0,00

Amortização de Empréstimos 0,00 0,00 0,00 0,00

Outras Receitas de Capital 0,00 0,00 0,00 0,00

TOTAL DAS RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS RPPS - (IX) = (VII + VIII) 0,00 0,00 0,00 0,00

DOTAÇÃO DOTAÇÃO DESPESAS EMPENHADAS DESPESAS LIQUIDADAS INSCRITAS EM RESTOS A

DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS INICIAL ATUALIZADA PAGAR NÃO PROCESSADOS

Jan a Out 2020 Jan a Out 2019 Jan a Out 2020 Jan a Out 2019 Em 2020 Em 2019

Benefícios - Civil 0,00 0,00 0,00 0,00 0,00 0,00 0,00 0,00

Aposentadorias 0,00 0,00 0,00 0,00 0,00 0,00 0,00 0,00

Pensões 0,00 0,00 0,00 0,00 0,00 0,00 0,00 0,00

Outros Benefícios Previdenciários 0,00 0,00 0,00 0,00 0,00 0,00 0,00 0,00

Benefícios - Militar 0,00 0,00 0,00 0,00 0,00 0,00 0,00 0,00

Reformas 0,00 0,00 0,00 0,00 0,00 0,00 0,00 0,00

Pensões 0,00 0,00 0,00 0,00 0,00 0,00 0,00 0,00

Outros Benefícios Previdenciários 0,00 0,00 0,00 0,00 0,00 0,00 0,00 0,00

Outras Despesas Previdenciárias 0,00 0,00 0,00 0,00 0,00 0,00 0,00 0,00

FONTE: SCPI - Contabilidade [9.25.25.509], PREFEITURA MUNICIPAL DE ACORIZAL, Data/hora da emissão: 23/fev/2021 11h e 23m" Portaria Nº 91 de 2020 - Mapeamento Atualizado 02/2020

PREFEITURA MUNICIPAL DE ACORIZAL

DEMONSTRATIVOS DAS RECEITAS E DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS

DO REGIME PRÓPRIO DOS SERVIDORES PÚBLICOS

4 de 4 PERIODO: Janeiro a Outubro 2020/BIMESTRE Setembro - Outubro

RREO – ANEXO 4 (LRF, art. 53, inciso II) R$ 1

Compensação Previdenciária do RPPS para o RGPS 0,00 0,00 0,00 0,00 0,00 0,00 0,00 0,00

Demais Despesas Previdenciárias 0,00 0,00 0,00 0,00 0,00 0,00 0,00 0,00

TOTAL DAS DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS RPPS (X) 0,00 0,00 0,00 0,00 0,00 0,00 0,00 0,00

RESULTADO PREVIDENCIÁRIO (XI) = (IX - X) 0,00 0,00 0,00 0,00 0,00 0,00

APORTES DE RECURSOS PARA O PLANO FINANCEIRO

APORTES REALIZADOS

DO RPPS

Recursos para Cobertura de Insuficiências Financeiras 0,00

Recursos para Formação de Reserva 0,00

PREVISÃO PREVISÃO RECEITAS REALIZADAS

RECEITAS DA ADMINISTRAÇÃO - RPPS

INICIAL ATUALIZADA Jan a Out 2020 Jan a Out 2019

RECEITAS CORRENTES 0,00 0,00 0,00 0,00

TOTAL DAS RECEITAS DA ADMINISTRAÇÃO RPPS - (XII) 0,00 0,00 0,00 0,00

DOTAÇÃO DOTAÇÃO DESPESAS EMPENHADAS DESPESAS LIQUIDADAS INSCRITAS EM RESTOS A

DESPESAS DA ADMINISTRAÇÃO - RPPS INICIAL ATUALIZADA PAGAR NÃO PROCESSADOS

Jan a Out 2020 Jan a Out 2019 Jan a Out 2020 Jan a Out 2019 Em 2020 Em 2019

DESPESAS CORRENTES (XIII) 0,00 0,00 0,00 0,00 0,00 0,00 0,00 0,00

DESPESAS DE CAPITAL (XIV) 0,00 0,00 0,00 0,00 0,00 0,00 0,00 0,00

TOTAL DAS DESPESAS DA ADMINISTRAÇÃO RPPS (XV) = (XIII + XIV) 0,00 0,00 0,00 0,00 0,00 0,00 0,00 0,00

RESULTADO DA ADMINISTRAÇÃO RPPS (XVI) = (XII – XV) 0,00 0,00 0,00 0,00 0,00 0,00

Nota: Durante o exercício, somente as despesas liquidadas são consideradas executadas. No encerramento do exercício, as despesas não liquidadas inscritas em restos a pagar processados são também consideradas executadas.

Dessa forma, para maior transparência, as despesas executadas estão segregadas em:

. a) Despesas liquidadas, consideradas aquelas em que houve a entrega do material ou serviço, nos termos do art. 63 da Lei 4.320/64;

. b) Despesas empenhadas mas não liquidadas, inscritas em Restos a Pagar processados, consideradas liquidadas no encerramento do exercício, por força do art.35, inciso II da Lei 4.320/64.

FONTE: SCPI - Contabilidade [9.25.25.509], PREFEITURA MUNICIPAL DE ACORIZAL, Data/hora da emissão: 23/fev/2021 11h e 23m" Portaria Nº 91 de 2020 - Mapeamento Atualizado 02/2020

PREFEITURA MUNICIPAL DE ACORIZAL RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA DEMONSTRATIVO DOS RESULTADOS PRIMÁRIO E NOMINAL ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL PERIODO: JANEIRO A OUTUBRO 202

PREFEITURA MUNICIPAL DE ACORIZAL

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

DEMONSTRATIVO DOS RESULTADOS PRIMÁRIO E NOMINAL

ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

PERIODO: Janeiro a Outubro 2020/BIMESTRE Setembro - Outubro

Página 1 de 3

RREO - ANEXO 6 (LRF, art 53, inciso III) R$ 1

PREVISÃO RECEITAS REALIZADAS (a)

RECEITAS PRIMÁRIAS

ATUALIZADA Jan a Out/2020

RECEITAS CORRENTES (I) 19.700.642,99 15.712.753,07

Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria 1.719.000,00 1.100.508,39

IPTU 60.000,00 8.806,59

ISS 1.031.000,00 982.988,14

ITBI 50.000,00 88.050,29

IRRF Outros Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria 118.000,00460.000,00 20.663,370,00

Contribuições 827.300,00 32.638,08

Receita Patrimonial 36.100,00 13.398,49

Aplicações Financeiras (II) 36.100,00 13.398,49

Outras Receitas Patrimoniais 0,00 0,00

Transferências Correntes 16.932.210,47 14.465.810,40

Cota Parte do FPM Cota Parte do ICMS 3.200.000,007.030.000,00 2.889.511,934.533.395,69

Cota Parte do IPVA 176.000,00 132.004,59

Cota Parte do ITR 96.000,00 36.965,50

Transferências da LC 87/1996 16.000,00 0,00

Transferências da LC 61/1989 16.000,00 0,00

Transferencias do FUNDEB 2.000.000,00 1.717.963,78

Outras Transferências Correntes Demais Receitas Correntes 4.398.210,47186.032,52 5.155.968,91100.397,71

Outras Receitas Financeiras (III) 0,00 0,00

Receitas Correntes Restantes 186.032,52 100.397,71

RECEITAS PRIMÁRIAS CORRENTES (IV) = I - II - III 19.664.542,99 15.699.354,58

RECEITAS DE CAPITAL (V) 250.000,00 0,00

Operações de Crédito (VI) 0,00 0,00

Amortização de Empréstimos (VII) Alienação de Bens 0,000,00 0,000,00

Receitas de Alienação de Investimentos Temporários (VIII) 0,00 0,00

Receitas de Alienação de Investimentos Permanentes (IX) 0,00 0,00

Outras Alienações de Bens 0,00 0,00

Transferências de Capital 250.000,00 0,00

Convênios 250.000,00 0,00

Outras Transferências de Capital Outras Receitas de Capital 0,000,00 0,000,00

Outras Receitas de Capital Não Primárias (X) 0,00 0,00

Outras Receitas de Capital Primárias 0,00 0,00

RECEITAS PRIMÁRIAS DE CAPITAL (XI)=(V-VI-VII-VIII-IX-X) 250.000,00 0,00

RECEITA PRIMÁRIA TOTAL(XII)=(IV+XI) 19.914.542,99 15.699.354,58

FONTE: SCPI - Contabilidade [9.25.25.509], PREFEITURA MUNICIPAL DE ACORIZAL, Data/hora da emissão: 23/fev/2021 11h e 23m" Portaria Nº 91 de 2020 - Mapeamento Atualizado 02/2020

PREFEITURA MUNICIPAL DE ACORIZAL

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

DEMONSTRATIVO DOS RESULTADOS PRIMÁRIO E NOMINAL

ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

PERIODO: Janeiro a Outubro 2020/BIMESTRE Setembro - Outubro

Página 2 de 3

RREO - ANEXO 6 (LRF, art 53, inciso III) R$ 1

DOTAÇÃO DESPESAS DESPESAS DESPESAS RESTOS A PAGAR RESTOS A PAGAR

DESPESAS PRIMÁRIAS ATUALIZADA EMPENHADAS LIQUIDADAS PAGAS (a) PROCESSADOS NÃO PROCESSADOS

PAGOS (b) LIQUIDADOS PAGOS (c)

DESPESAS CORRENTES (XIII) 18.043.260,34 14.401.880,13 13.043.936,95 12.656.124,84 685.888,71 0,00 0,00

Pessoal e Encargos Sociais 6.700.437,50 5.058.184,17 5.015.841,30 4.971.029,29 423.120,17 0,00 0,00

Juros e Encargos da Dívida (XIV) 0,00 0,00 0,00 0,00 0,00 0,00 0,00

Outras Despesas Correntes 11.342.822,84 9.343.695,96 8.028.095,65 7.685.095,55 262.768,54 0,00 0,00

DESPESAS PRIMÁRIAS CORRENTES (XV) = (XIII-XIV) 18.043.260,34 14.401.880,13 13.043.936,95 12.656.124,84 685.888,71 0,00 0,00

DESPESAS DE CAPITAL (XVI) 1.765.679,56 1.052.703,62 666.518,26 648.518,26 4.353,60 144.469,61 144.469,61

Investimentos 1.391.732,80 678.756,86 475.070,99 457.070,99 4.353,60 144.469,61 144.469,61

Inversões Financeiras 0,00 0,00 0,00 0,00 0,00 0,00 0,00

Concessão de Empréstimos e Financiamentos (XVII) 0,00 0,00 0,00 0,00 0,00 0,00 0,00

Aquisição de Título de Capital já Integralizado(XVIII) 0,00 0,00 0,00 0,00 0,00 0,00 0,00

Aquisição de Título de Crédito(XIX) 0,00 0,00 0,00 0,00 0,00 0,00 0,00

Demais Inversões Financeiras 0,00 0,00 0,00 0,00 0,00 0,00 0,00

Amortização da Dívida (XX) 373.946,76 373.946,76 191.447,27 191.447,27 0,00 0,00 0,00

DESPESAS PRIMÁRIAS DE CAPITAL (XXI)=(XVI-XVII-XVIII-XIX-XX) 1.391.732,80 678.756,86 475.070,99 457.070,99 4.353,60 144.469,61 144.469,61

RESERVA DE CONTINGÊNCIA (XXII) 636.182,64 0,00 0,00 0,00 0,00 0,00 0,00

DESPESA PRIMÁRIA TOTAL (XXIII)=(XV+XXI+XXII) 20.071.175,78 15.080.636,99 13.519.007,94 13.113.195,83 690.242,31 144.469,61 144.469,61

RESULTADO PRIMÁRIO - Acima da Linha (XXIV)=(XIIa - (XXIIIa + XXIIIb + XXIIIc)) 1.751.446,83

META FISCAL PARA O RESULTADO PRIMÁRIO VALOR CORRENTE

Meta fixada no Anexo de Metas Fiscais da LDO para o exercício de referência -75.890,97

Jan a Out/2020

JUROS NOMINAIS

VALOR INCORRIDO

JUROS E ENCARGOS ATIVOS (XXV) 0,00

JUROS E ENCARGOS PASSIVOS (XXVI) 0,00

RESULTADO NOMINAL - Acima da Linha (XXVII) = XXIV + (XXV - XXVI) 1.751.446,83

META FISCAL PARA O RESULTADO NOMINAL VALOR CORRENTE

Meta fixada no Anexo de Metas Fiscais da LDO para o exercício de referência 0,00

FONTE: SCPI - Contabilidade [9.25.25.509], PREFEITURA MUNICIPAL DE ACORIZAL, Data/hora da emissão: 23/fev/2021 11h e 23m" Portaria Nº 91 de 2020 - Mapeamento Atualizado 02/2020

PREFEITURA MUNICIPAL DE ACORIZAL

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

DEMONSTRATIVO DOS RESULTADOS PRIMÁRIO E NOMINAL

ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

PERIODO: Janeiro a Outubro 2020/BIMESTRE Setembro - Outubro

Página 3 de 3

RREO - ANEXO 6 (LRF, art 53, inciso III) R$ 1

ABAIXO DA LINHA

CÁLCULO DO RESULTADO NOMINAL SALDO

Em 31/Dez/2019 (a) Jan a Out/2020 (b)

DÍVIDA CONSOLIDADA (XXVIII) 0,00 0,00

DEDUÇÕES (XXIX) 0,00 0,00

Disponibilidade de Caixa 0,00 0,00

Disponibilidade de Caixa Bruta 0,00 0,00

(-)Restos a Pagar Processados (XXX) 1.323.264,33 633.022,02

Demais Haveres Financeiros 0,00 0,00

DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA (XXXI) = (XXVIII - XXIX) 0,00 0,00

RESULTADO NOMINAL - Abaixo da Linha (XXXII) = (XXXIa - XXXIb) 0,00

AJUSTE METODOLÓGICO Jan a Out/2020

VARIAÇÃO DO SALDO RPP = (XXXIII) = (XXXa - XXXb) 690.242,31

RECEITA DE ALIENAÇÃO DE INVESTIMENTOS PERMANENTESS (IX) 0,00

PASSIVOS RECONHECIDOS NA DC (XXXIV) 0,00

VARIAÇÃO CAMBIAL (XXXV) 0,00

PAGAMENTO DE PRECATÓRIOS INTEGRANTES DA DC (XXXVI) 0,00

AJUSTES RELATIVOS AO RPPS (XXXVII) 0,00

OUTROS AJUSTES (XXXVIII) 0,00

RESULTADO NOMINAL AJUSTADO - Abaixo da Linha (XXXIX) = (XXXII - XXXIII - IX + XXXIV + XXXV - XXXVI + XXXVII + XXXVIII) -690.242,31

RESULTADO PRIMÁRIO - Abaixo da Linha (XL) = XXXIX - (XXV - XXVI) -690.242,31

INFORMAÇÕES ADICIONAIS PREVISÃO ORÇAMENTÁRIA

SALDO DE EXERCÍCIOS ANTERIORES 362.600,09

Recursos Arrecadados em Exercícios Anteriores - RPPS 0,00

Superávit Financeiro Utilizado para Abertura e Reabertura de Créditos Adicionais 362.600,09

RESERVA ORÇAMENTÁRIA DO RPPS 0,00

FONTE: SCPI - Contabilidade [9.25.25.509], PREFEITURA MUNICIPAL DE ACORIZAL, Data/hora da emissão: 23/fev/2021 11h e 23m" Portaria Nº 91 de 2020 - Mapeamento Atualiza

---

PREFEITURA MUNICIPAL DE ACORIZAL RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA DEMONSTRATIVO DA RECEITA DE IMPOSTOS E DAS DESPESAS PRÓPRIAS COM SAÚDE ORÇAMENTOS FISCAIS E DA SEGURIDADE SOCIAL PERI

PREFEITURA MUNICIPAL DE ACORIZAL

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

DEMONSTRATIVO DA RECEITA DE IMPOSTOS E DAS DESPESAS PRÓPRIAS COM SAÚDE

ORÇAMENTOS FISCAIS E DA SEGURIDADE SOCIAL

PERIODO: Janeiro a Outubro 2020/BIMESTRE Setembro - Outubro

RREO – ANEXO XII (LC n° 141/2012 art.35) R$ 1

PREVISÃO PREVISÃO RECEITAS REALIZADAS

RECEITAS RESULTANTES DE IMPOSTOS E TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS

INICIAL ATUALIZADA (a) Até o Bimestre (b) (%) (b/a)x100

RECEITA DE IMPOSTOS (I) 1.601.000,00 1.601.000,00 1.079.845,02 67,45

Receita Resultante do Imposto Predial e Territorial Urbano - IPTU 60.000,00 60.000,00 8.806,59 14,68

IPTU 30.000,00 30.000,00 6.909,04 23,03

Multas, Juros de Mora, Divida Ativa e Outros Encargos do IPTU 30.000,00 30.000,00 1.897,55 6,33

Receita Resultante do Imposto sobre Transmissão Inter Vivos - ITBI 50.000,00 50.000,00 88.050,29 176,10

ITBI 50.000,00 50.000,00 88.050,29 176,10

Multas, Juros de Mora, Dívida Ativa e Outros Encargos do ITBI 0,00 0,00 0,00 0,00

Receita Resultante do Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza - ISS 1.031.000,00 1.031.000,00 982.988,14 95,34

ISS 1.020.000,00 1.020.000,00 982.988,14 96,37

Multas, Juros de Mora, Dívida Ativa e Outros Encargos do ISS 11.000,00 11.000,00 0,00 0,00

Receita Resultante do Imposto sobre a Renda e Proventos de Qualquer Natureza Retido na Fonte – IRRF 460.000,00 460.000,00 0,00 0,00

RECEITA DE TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS (II) 12.380.000,00 12.380.000,00 9.358.475,89 75,59

Cota-Parte FPM 8.000.000,00 8.000.000,00 5.540.088,31 69,25

Cota-Parte ITR 120.000,00 120.000,00 46.206,71 38,51

Cota-Parte IPVA 220.000,00 220.000,00 165.004,71 75,00

Cota-Parte ICMS 4.000.000,00 4.000.000,00 3.607.176,16 90,18

Cota-Parte IPI-Exportação 20.000,00 20.000,00 0,00 0,00

Compensações Financeiras Provenientes de Impostos e Transferências Constitucionais 20.000,00 20.000,00 0,00 0,00

Desoneração ICMS - LC 87/1996 20.000,00 20.000,00 0,00 0,00

Outras 0,00 0,00 0,00 0,00

TOTAL DAS RECEITAS RESULTANTES DE IMPOSTOS E TRANFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS - (III) = (I) + (II) 13.981.000,00 13.981.000,00 10.438.320,91 74,66

PREFEITURA MUNICIPAL DE ACORIZAL

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

DEMONSTRATIVO DA RECEITA DE IMPOSTOS E DAS DESPESAS PRÓPRIAS COM SAÚDE

ORÇAMENTOS FISCAIS E DA SEGURIDADE SOCIAL

PERIODO: Janeiro a Outubro 2020/BIMESTRE Setembro - Outubro

RREO – ANEXO XII (LC n° 141/2012 art.35) R$ 1

DOTAÇÃO DOTAÇÃO DESPESAS EMPENHADAS DESPESAS LIQUIDADAS DESPESAS PAGAS INSCRITOS EM

DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE (ASPS) INICIAL ATUALIZADA ATÉ BIMESTRE % ATÉ BIMESTRE % ATÉ BIMESTRE % NÃO PROCESSADOSRESTOS A PAGAR

POR SUBFUNÇÃO E CATEGORIA ECONÔMICA (c) (d) (d/c) x 100 (e) (e/c) x 100 (f) (f/c) x 100 (g)

ATENÇÃO BÁSICA (IV) 1.869.024,12 3.675.424,20 3.459.961,05 94,14 3.219.474,97 87,59 2.982.133,25 81,14 0,00

Despesas Correntes 1.809.024,12 3.608.424,20 3.419.886,15 94,78 3.207.895,07 88,90 2.970.553,35 82,32 0,00

Despesas de Capital 60.000,00 67.000,00 40.074,90 59,81 11.579,90 17,28 11.579,90 17,28 0,00

ASSISTÊNCIA HOSPITALAR E AMBULATORIAL (V) 170.000,00 44.200,00 44.200,00 100,00 11.195,26 25,33 10.338,77 23,39 0,00

Despesas Correntes 120.000,00 44.200,00 44.200,00 100,00 11.195,26 25,33 10.338,77 23,39 0,00

Despesas de Capital 50.000,00 0,00 0,00 0,00 0,00 0,00 0,00 0,00 0,00

SUPORTE PROFILÁTICO E TERAPÊUTICO (VI) 0,00 0,00 0,00 0,00 0,00 0,00 0,00 0,00 0,00

Despesas Correntes 0,00 0,00 0,00 0,00 0,00 0,00 0,00 0,00 0,00

Despesas de Capital 0,00 0,00 0,00 0,00 0,00 0,00 0,00 0,00 0,00

VIGILÂNCIA SANITÁRIA (VII) 52.634,20 76.634,20 67.485,56 88,06 67.485,56 88,06 67.485,56 88,06 0,00

Despesas Correntes 52.634,20 76.634,20 67.485,56 88,06 67.485,56 88,06 67.485,56 88,06 0,00

Despesas de Capital 0,00 0,00 0,00 0,00 0,00 0,00 0,00 0,00 0,00

VIGILÂNCIA EPIDEMIOLÓGICA (VIII) 42.100,00 15.000,00 14.909,00 99,39 7.674,00 51,16 7.674,00 51,16 0,00

Despesas Correntes 42.100,00 15.000,00 14.909,00 99,39 7.674,00 51,16 7.674,00 51,16 0,00

Despesas de Capital 0,00 0,00 0,00 0,00 0,00 0,00 0,00 0,00 0,00

ALIMENTAÇÃO E NUTRIÇÃO (IX) 0,00 0,00 0,00 0,00 0,00 0,00 0,00 0,00 0,00

Despesas Correntes 0,00 0,00 0,00 0,00 0,00 0,00 0,00 0,00 0,00

Despesas de Capital 0,00 0,00 0,00 0,00 0,00 0,00 0,00 0,00 0,00

OUTRAS SUBFUNÇÕES (X) 10.000,00 99,76 0,00 0,00 0,00 0,00 0,00 0,00 0,00

Despesas Correntes 7.000,00 99,76 0,00 0,00 0,00 0,00 0,00 0,00 0,00

Despesas de Capital 3.000,00 0,00 0,00 0,00 0,00 0,00 0,00 0,00 0,00

TOTAL (XI) = (IV + V + VI + VII + VIII + IX + X) 2.143.758,32 3.811.358,16 3.586.555,61 94,10 3.305.829,79 86,74 3.067.631,58 80,49 0,00

PREFEITURA MUNICIPAL DE ACORIZAL

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

DEMONSTRATIVO DA RECEITA DE IMPOSTOS E DAS DESPESAS PRÓPRIAS COM SAÚDE

ORÇAMENTOS FISCAIS E DA SEGURIDADE SOCIAL

PERIODO: Janeiro a Outubro 2020/BIMESTRE Setembro - Outubro

RREO – ANEXO XII (LC n° 141/2012 art.35) R$ 1

APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE MÍNIMO PARA APLICAÇÃO EM ASPS Despesas Empenhadas Despesas Liquidadas Despesas Pagas

(d) (e) (f)

Total das Despesas com ASPS (XII) = (XI) 3.586.555,61 3.305.829,79 3.067.631,58

(-) Restos a Pagar Não Processados Inscritos Indevidamente no Exercício sem Disponibilidade Financeira (XIII) 0,00 0,00 0,00

(-) Despesas Custeadas com Recursos Vinculados à Parcela do Percentual Mínimo que não foi Aplicada em ASPS em Exercícios Anteriores (XIV) 0,00 0,00 0,00

(-) Despesas Custeadas com Disponibilidade de Caixa Vinculada aos Restos a Pagar Cancelados (XV) 0,00 0,00 0,00

(=) VALOR APLICADO EM ASPS (XVI) = (XII - XIII - XIV - XV) 3.586.555,61 3.305.829,79 3.067.631,58

Despesa Mínima a ser Aplicada em ASPS (XVII) = (III) x 15% (LC 141/2012) 0,00 1.565.748,14 0,00

Despesa Mínima a ser Aplicada em ASPS (XVII) = (III) x % (Lei Orgânica Municipal) 0,00 0,00 0,00

Diferença entre o Valor Aplicado e a Despesa Mínima a ser Aplicada (XVII) = (XVI (d ou e) - XVII) 0,00 1.740.081,65 0,00

Limite não Cumprido (XIX) = (XVIII) (Quando valor for inferior a zero) 0,00 0,00 0,00

PERCENTUAL DA RECEITA DE IMPOSTOS E TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS APLICADO EM ASPS (XVI / III)*100 (mínimo de 15% conforme LC n° 141/2012 ou % 0,00 31,67 0,00

da Lei Orgânica Municipal)

LIMITE NÃO CUMPRIDO

Despesas Custeadas no Exercício de

CONTROLE DO VALOR REFERENTE AO PERCENTUAL MÍNIMO Saldo Inicial Referência Saldo Final

NÃO CUMPRIDO EM EXERCÍCIOS ANTERIORES PARA FINS DE APLICAÇÃO (no Exercicio atual) (não aplicado)

(h) Empenhadas Liquidadas Pagas (l) = (h - (i ou j))

DOS RECURSOS VINCULADOS CONFOME ARTIGOS 25 E 26 DA LC 141/2012 (i) (j) (k)

Diferença de limite não cumprido em 2020 (saldo final = XIXd) 0,00 0,00 0,00 0,00 0,00

Diferença de limite não cumprido em 2019 (saldo inicial igual ao saldo final do demonstrativo do exercício anterior) 0,00 0,00 0,00 0,00 0,00

Diferença de limite não cumprido em Exercícios Anteriores (saldo inicial igual ao saldo final do demonstrativo do exercício anterior) 0,00 0,00 0,00 0,00 0,00

TOTAL DA DIFERENÇA DE LIMITE NÃO CUMPRIDO EM EXERCÍCIOS ANTERIORES (XX) 0,00 0,00 0,00 0,00 0,00

EXECUÇÃO DE RESTOS A PAGAR

Valor Mínimo para Valor aplicado emValor aplicado alémTotal inscrito em RPNP Inscritos Valor inscrito em RP Total de RPTotal de RP a pagar Total de RPDiferença entre o valor aplicado

EXERCÍCIO DO EMPENHO aplicação em ASPS ASPS no exercício do limite mínimoRP no exercício Indevidamente no considerado no pagos (t) cancelados ou além do limite e o total de RP

(m) (n) (o) = (n - m), (p) no Exercício sem Limite (s) prescritos cancelados

se < 0, Disponibilidade (r) = (p - (o + q)) (u) (v) = ((o + q) - u))

então (o) = 0 Financeira se < 0,

q = (XIVd) então (r) = (0)

Empenhos de 2020 0,00 0,00 0,00 0,00 0,00 0,00 0,00 0,00 0,00 0,00

Empenhos de 2019 0,00 0,00 0,00 0,00 0,00 0,00 0,00 0,00 0,00 0,00

Empenhos de 2018 0,00 0,00 0,00 0,00 0,00 0,00 0,00 0,00 0,00 0,00

Empenhos de 2017 0,00 0,00 0,00 0,00 0,00 0,00 0,00 0,00 0,00 0,00

Empenhos de 2016 e anteriores 0,00 0,00 0,00 0,00 0,00 0,00 0,00 0,00 0,00 0,00

PREFEITURA MUNICIPAL DE ACORIZAL

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

DEMONSTRATIVO DA RECEITA DE IMPOSTOS E DAS DESPESAS PRÓPRIAS COM SAÚDE

ORÇAMENTOS FISCAIS E DA SEGURIDADE SOCIAL

PERIODO: Janeiro a Outubro 2020/BIMESTRE Setembro - Outubro

RREO – ANEXO XII (LC n° 141/2012 art.35) R$ 1

TOTAL DOS RESTOS A PAGAR CANCELADOS OU PRESCRITOS ATÉ O FINAL DO EXERCÍCIO ATUAL QUE AFETARAM O 0,00

CUMPRIMENTO DO LIMITE (XXI) (soma dos saldos negativos da coluna "v")

TOTAL DOS RESTOS A PAGAR CANCELADOS OU PRESCRITOS ATÉ O FINAL DO EXERCÍCIO ANTERIOR QUE AFETARAM O 0,00

CUMPRIMENTO DO LIMITE (XXII) (valor informado no demonstrativo do exercício anterior)

TOTAL DOS RESTOS A PAGAR CANCELADOS OU PRESCRITOS NO EXERCÍCIO ATUAL QUE AFETARAM O CUMPRIMENTO DO LIMITE 0,00

(XXIII) = (XXI - XXII) (Artigo 24 § 1º e 2º da LC 141/2012)

RESTOS A PAGAR CANCELADOS OU PRESCRITOS

Saldo Inicial Despesas Custeadas no Exercício de Saldo Final

CONTROLE DE RESTOS A PAGAR CANCELADOS OU PRESCRITOS Referência

CONSIDERADOS PARA FINS DE APLICAÇÃO DA DISPONIBILIDADE DE CAIXA (no Exercicio atual) (não aplicado)

(w) Empenhadas Liquidadas Pagas (aa) = (w - (x ou y))

CONFORME ARTIGO 24§ 1º e 2º DA LC 141/2012 (x) (y) (z)

Restos a pagar cancelados ou prescritos em 2020 a serem compensados (XXIV) (saldo inicial = XXIII) 0,00 0,00 0,00 0,00 0,00

Restos a pagar cancelados ou prescritos em 2019 a serem compensados (XXV) (saldo inicial igual ao saldo final do 0,00 0,00 0,00 0,00 0,00

demonstrativo do exercício anterior)

Restos a pagar cancelados ou prescritos em exercícios anteriores a serem compensados (XXVI) (saldo inicial igual ao saldo 0,00 0,00 0,00 0,00 0,00

final do demonstrativo do exercício anterior)

TOTAL DE RESTOS A PAGAR CANCELADOS OU PRESCRITOS A COMPENSAR (XXVII) 0,00 0,00 0,00 0,00 0,00

PREVISÃO PREVISÃO RECEITAS REALIZADAS

RECEITAS ADICIONAIS PARA O FINANCIAMENTO DA SAÚDE NÃO COMPUTADAS NO CÁLCULO DO MÍNIMO

INICIAL ATUALIZADA (a) Até o Bimestre (b) (%) (b/a)x100

RECEITAS DE TRANSFERÊNCIAS PARA A SAÚDE (XXVIII) 1.727.799,04 2.179.542,03 1.797.307,44 82,46

Proveniente da União 1.507.799,04 1.959.542,03 1.625.097,96 82,93

Proveniente dos Estados 220.000,00 220.000,00 172.209,48 78,28

Proveniente de outros Municípios 0,00 0,00 0,00 0,00

RECEITA DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO INTERNAS E EXTERNAS VINCULADAS A SAÚDE (XXIX) 0,00 0,00 0,00 0,00

OUTRAS RECEITAS (XXX) 20.000,00 20.000,00 62.033,14 310,17

TOTAL DE RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DA SAÚDE (XXXI) = (XXVIII + XXIX + XXX) 1.747.799,04 2.199.542,03 1.859.340,58 84,53

PREFEITURA MUNICIPAL DE ACORIZAL

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

DEMONSTRATIVO DA RECEITA DE IMPOSTOS E DAS DESPESAS PRÓPRIAS COM SAÚDE

ORÇAMENTOS FISCAIS E DA SEGURIDADE SOCIAL

PERIODO: Janeiro a Outubro 2020/BIMESTRE Setembro - Outubro

RREO – ANEXO XII (LC n° 141/2012 art.35) R$ 1

DOTAÇÃO DOTAÇÃO DESPESAS EMPENHADAS DESPESAS LIQUIDADAS DESPESAS PAGAS INSCRITOS EM

DESPESAS COM SAUDE POR SUBFUNÇÕES E CATEGORIA ECONÔMICA INICIAL ATUALIZADA ATÉ BIMESTRE % ATÉ BIMESTRE % ATÉ BIMESTRE % NÃO PROCESSADOSRESTOS A PAGAR

NÃO COMPUTADAS NO CÁLCULO DO MÍNIMO (c) (d) (d/c) x 100 (e) (e/c) x 100 (f) (f/c) x 100 (g)

ATENÇÃO BÁSICA (XXXII) 1.373.275,88 312.373,48 185.272,27 59,31 138.137,59 44,22 133.030,86 42,59 0,00

Despesas Correntes 1.273.275,88 233.723,72 140.946,61 60,30 138.137,59 59,10 133.030,86 56,92 0,00

Despesas de Capital 100.000,00 78.649,76 44.325,66 56,36 0,00 0,00 0,00 0,00 0,00

ASSISTÊNCIA HOSPITALAR E AMBULATORIAL (XXXIII) 246.086,84 93.380,45 66.187,92 70,88 8.468,77 9,07 8.468,77 9,07 0,00

Despesas Correntes 181.086,84 93.380,45 66.187,92 70,88 8.468,77 9,07 8.468,77 9,07 0,00

Despesas de Capital 65.000,00 0,00 0,00 0,00 0,00 0,00 0,00 0,00 0,00

SUPORTE PROFILÁTICO E TERAPÊUTICO (XXXIV) 0,00 0,00 0,00 0,00 0,00 0,00 0,00 0,00 0,00

Despesas Correntes 0,00 0,00 0,00 0,00 0,00 0,00 0,00 0,00 0,00

Despesas de Capital 0,00 0,00 0,00 0,00 0,00 0,00 0,00 0,00 0,00

VIGILÂNCIA SANITÁRIA (XXXV) 47.365,80 97.365,80 82.842,88 85,08 82.842,88 85,08 82.842,88 85,08 0,00

Despesas Correntes 47.365,80 97.365,80 82.842,88 85,08 82.842,88 85,08 82.842,88 85,08 0,00

Despesas de Capital 0,00 0,00 0,00 0,00 0,00 0,00 0,00 0,00 0,00

VIGILÂNCIA EPIDEMIOLÓGICA (XXXVI) 61.070,52 0,00 0,00 0,00 0,00 0,00 0,00 0,00 0,00

Despesas Correntes 61.070,52 0,00 0,00 0,00 0,00 0,00 0,00 0,00 0,00

Despesas de Capital 0,00 0,00 0,00 0,00 0,00 0,00 0,00 0,00 0,00

ALIMENTAÇÃO E NUTRIÇÃO (XXXVII) 0,00 0,00 0,00 0,00 0,00 0,00 0,00 0,00 0,00

Despesas Correntes 0,00 0,00 0,00 0,00 0,00 0,00 0,00 0,00 0,00

Despesas de Capital 0,00 0,00 0,00 0,00 0,00 0,00 0,00 0,00 0,00

OUTRAS SUBFUNÇÕES (XXXVIII) 0,00 501.742,99 138.310,93 27,57 84.632,70 16,87 80.122,70 15,97 0,00

Despesas Correntes 0,00 451.742,99 138.310,93 30,62 84.632,70 18,73 80.122,70 17,74 0,00

Despesas de Capital 0,00 50.000,00 0,00 0,00 0,00 0,00 0,00 0,00 0,00

TOTAL DAS DESPESAS NÃO COMPUTADAS NO CÁLCULO DO MÍNIMO (XXXIX) = 1.727.799,04 1.004.862,72 472.614,00 47,03 314.081,94 31,26 304.465,21 30,30 0,00

(XXXII + XXXIII + XXXIV + XXXV + XXXVI + XXXVII + XXXVIII)

PREFEITURA MUNICIPAL DE ACORIZAL

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

DEMONSTRATIVO DA RECEITA DE IMPOSTOS E DAS DESPESAS PRÓPRIAS COM SAÚDE

ORÇAMENTOS FISCAIS E DA SEGURIDADE SOCIAL

PERIODO: Janeiro a Outubro 2020/BIMESTRE Setembro - Outubro

RREO – ANEXO XII (LC n° 141/2012 art.35) R$ 1

DOTAÇÃO DOTAÇÃO DESPESAS EMPENHADAS DESPESAS LIQUIDADAS DESPESAS PAGAS INSCRITOS EM

DESPESAS TOTAIS COM SAÚDE EXECUTADAS COM COM RECURSOS PRÓPRIOS INICIAL ATUALIZADA ATÉ BIMESTRE % ATÉ BIMESTRE % ATÉ BIMESTRE % NÃO PROCESSADOSRESTOS A PAGAR

E COM RECURSOS TRANSFERIDOS DE OUTROS ENTES (c) (d) (d/c) x 100 (e) (e/c) x 100 (f) (f/c) x 100 (g)

ATENÇÃO BÁSICA (XL) = (IV + XXXII) 3.242.300,00 3.987.797,68 3.645.233,32 91,41 3.357.612,56 84,20 3.115.164,11 78,12 0,00

ASSISTÊNCIA HOSPITALAR E AMBULATORIAL (XLI) = (V + XXXIII) 416.086,84 137.580,45 110.387,92 80,24 19.664,03 14,29 18.807,54 13,67 0,00

SUPORTE PROFILÁTICO E TERAPÊUTICO (XLII) = (VI + XXXIV) 0,00 0,00 0,00 0,00 0,00 0,00 0,00 0,00 0,00

VIGILÂNCIA SANITÁRIA (XLIII) = (VII + XXXV) 100.000,00 174.000,00 150.328,44 86,40 150.328,44 86,40 150.328,44 86,40 0,00

VIGILÂNCIA EPIDEMIOLÓGICA (XLIV) = (VIII + XXXVI) 103.170,52 15.000,00 14.909,00 99,39 7.674,00 51,16 7.674,00 51,16 0,00

ALIMENTAÇÃO E NUTRIÇÃO (XLV) = (XIX + XXXVII) 0,00 0,00 0,00 0,00 0,00 0,00 0,00 0,00 0,00

OUTRAS SUBFUNÇÕES (XLVI) = (X + XXXVIII) 10.000,00 501.842,75 138.310,93 27,56 84.632,70 16,86 80.122,70 15,97 0,00

TOTAL DAS DESPESAS COM SAÚDE (XLVII) = (XI + XXXIX) 3.871.557,36 4.816.220,88 4.059.169,61 84,28 3.619.911,73 75,16 3.372.096,79 70,02 0,00

(-) Despesas executadas com recursos provenientes das transferências de recursos de 1.727.799,04 1.004.862,72 472.614,00 47,03 314.081,94 31,26 304.465,21 30,30 0,00

outros entes)

TOTAL DAS DESPESAS EXECUTADAS COM RECURSOS PRÓPRIOS (XLVIII) 2.143.758,32 3.811.358,16 3.586.555,61 94,10 3.305.829,79 86,74 3.067.631,58 80,49 0,00

1) Essa linha apresentará valor somente no Relatório Resumido da Execução Orçamentária do último bimestre do exercício.

2) O valor apresentado na intercessão com a coluna "i" ou com a coluna "h+i"(último bimestre) deverá ser o mesmo apresentado no "total j".

3) O valor apresentado na intercessão com a coluna "i" ou com a coluna "h+i"(último bimestre) deverá ser o mesmo apresentado no "total k".

4) Limite anual mínimo a ser cumprido no encerramento do exercício. Deverá ser informado o limite estabelecido na Lei Orgânica do Município quando o percentual nela estabelecido for superior ao fixado na LC nº 141/2012

5) Durante o exercício esse valor servirá para o monitoramento previsto no art. 23 da LC 141/2012

6) No último bimestre, será utilizada a fórmula [VI(h+i) - (15 x IIIb)/100].

7) Essa coluna poderá ser apresentada somente no último bimestre

---

PREFEITURA MUNICIPAL DE ACORIZAL RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA DEMONSTRATIVO SIMPLIFICADO DO RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL 1

PREFEITURA MUNICIPAL DE ACORIZAL

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

DEMONSTRATIVO SIMPLIFICADO DO RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

1 de 2 PERIODO: Janeiro a Outubro 2020/BIMESTRE Setembro - Outubro

LRF, Art. 48 – Anexo 14 R$ 1

BALANÇO ORÇAMENTÁRIO Até o Bimestre

RECEITAS -

Previsão Inicial 19.766.000,00 -

Previsão Atualizada 20.217.742,99 -

Receitas Realizadas 15.712.753,07 -

Déficit Orçamentário 0,00 -

Saldos de Exercícios Anteriores (Utilizados para Créditos Adicionais) 362.600,09 -

BALANÇO ORÇAMENTÁRIO - DESPESAS Até o Bimestre

DESPESAS -

Dotação Inicial 20.316.000,00 -

Créditos Adicionais 814.343,08 -

Dotação Atualizada 21.130.343,08 -

Despesas Empenhadas 16.096.423,86 -

Despesas Liquidadas 14.352.295,32 -

Despesas Pagas 13.413.999,24 -

Superávit Orçamentário 1.360.457,75 -

DESPESAS POR FUNÇÃO / SUBFUNÇÃO Até o Bimestre

Despesas Empenhadas 16.100.477,85 -

Despesas Liquidadas 14.356.349,31 -

RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL Até o Bimestre

Receita Corrente Líquida 19.939.045,39 -

Receita Corrente Líquida Ajustada para Cálculo dos Limites de Endividamento 19.939.045,39 -

Receita Corrente Líquida Ajustada para Cálculo dos Limites da Despesa com Pessoal 19.939.045,39 -

RECEITAS/DESPESAS DOS REGIMES DE PREVIDÊNCIA Até o Bimestre

Regime Próprio de Previdência dos Servidores - PLANO PREVIDENCIÁRIO -

Receitas Previdenciárias Realizadas 0,00 -

Despesas Previdenciárias Empenhadas 0,00 -

Despesas Previdenciárias Liquidadas 0,00 -

Resultado Previdenciário 0,00 -

Regime Próprio de Previdência dos Servidores - PLANO FINANCEIRO -

Receitas Previdenciárias Realizadas 0,00 -

Despesas Previdenciárias Empenhadas 0,00 -

Despesas Previdenciárias Liquidadas 0,00 -

Resultado Previdenciário 0,00 -

Meta Fixada no Resultado % em Relação

Anexo de Metas Apurado até à Meta

RESULTADO NOMINAL E PRIMÁRIO Fiscais da LDO o Bimestre

(a) (b) (b/a)

Resultado Nominal - Acima da Linha 0,00 1.751.446,83 0,00

Resultado Primário - Acima da Linha -75.890,97 1.751.446,83 -2.307,85

Inscrição Cancelamento Pagamento Saldo

MOVIMENTAÇÃO DOS RESTOS A PAGAR Até o Bimestre Até o Bimestre a Pagar

RESTOS A PAGAR PROCESSADOS 1.464.612,77 0,00 749.877,78 714.734,99

Poder Executivo 1.464.612,77 0,00 749.877,78 714.734,99

Poder Legislativo 0,00 0,00 0,00 0,00

Poder Judiciário 0,00 0,00 0,00 0,00

Ministério Público 0,00 0,00 0,00 0,00

Defensoria Pública 0,00 0,00 0,00 0,00

RESTOS A PAGAR NÃO-PROCESSADOS 220.760,07 0,00 144.469,61 76.290,46

Poder Executivo 220.760,07 0,00 144.469,61 76.290,46

Poder Legislativo 0,00 0,00 0,00 0,00

Poder Judiciário 0,00 0,00 0,00 0,00

Ministério Público 0,00 0,00 0,00 0,00

Defensoria Pública 0,00 0,00 0,00 0,00

TOTAL 1.685.372,84 0,00 894.347,39 791.025,45

PREFEITURA MUNICIPAL DE ACORIZAL

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

DEMONSTRATIVO SIMPLIFICADO DO RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

2 de 2 PERIODO: Janeiro a Outubro 2020/BIMESTRE Setembro - Outubro

LRF, Art. 48 – Anexo 14 R$ 1

Valor Apurado Limites Constitucionais Anuais

DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO - MDE até o Bimestre % Mínimo a Aplicar % Aplicado até o Bimestre

Mínimo Anual de 25% das Receitas de Impostos na Manutenção e Desenvolvimento do Ensino 2.748.316,09 25,00 26,22

Mínimo Anual de 60% do FUNDEB na Remuneração do Magistério com Ensino Fundamental e Médio 0,00 0,00 0,00

Mínimo Anual de 60% do FUNDEB na Remuneração do Magistério com Educação Infantil e Ensino Fundamen 778.451,85 60,00 45,30

Complementação da União ao FUNDEB 0,00 0,00 0,00

RECEITAS DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO E DESPESAS DE CAPITAL Valor Apurado até o Bimestre Saldo Não Realizado

Receita de Operação de Crédito 0,00 0,00

Despesa de Capital Líquida 1.052.703,62 712.975,94

RECEITA DA ALIENAÇÃO DE ATIVOS E APLICAÇÃO DOS RECURSOS Valor apurado até o Bimestre Saldo a Realizar

Receita de Capital Resultante da Alienação de Ativos 0,00 0,00

Aplicação dos Recursos da Alienação de Ativos 0,00 0,00

Valor Apurado Limite Constitucional Anual

DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE até o Bimestre % Mínimo a Aplicar % Aplicado até o Bimestre

no Exercício

Despesas com Ações e Serviços Públicos de Saúde executadas com recursos de impostos 3.305.829,79 15,00 31,67

DESPESAS DE CARÁTER CONTINUADO DERIVADAS DE PPP Valor Apurado no Exercício Corrente

Total das Despesas Consideradas para o Limite / RCL (%) 0,00

PREFEITURA MUNICIPAL DE ACORIZAL RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA BALANÇO ORÇAMENTÁRIO ORÇAMENTOS FISCAIS E DA SEGURIDADE SOCIAL 1 DE 6 PERIODO: JANEIRO A OUTUBRO 2020/BIMESTRE SE

PREFEITURA MUNICIPAL DE ACORIZAL

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

BALANÇO ORÇAMENTÁRIO

ORÇAMENTOS FISCAIS E DA SEGURIDADE SOCIAL

1 de 6 PERIODO: Janeiro a Outubro 2020/BIMESTRE Setembro - Outubro

RREO – ANEXO 1 (LRF, Art. 52, inciso I, alíneas “a” e “b” do inciso II e § 1º) R$ 1

PREVISÃO PREVISÃO RECEITAS REALIZADAS SALDO

RECEITAS INICIAL ATUALIZADA BIMESTRE % JAN A OUT % A REALIZAR

(a) (b) (b/a) (c) (c/a) (a-c)

RECEITAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I) 19.498.900,00 19.950.642,99 3.598.356,06 18,04 15.712.753,07 78,76 4.237.889,92

RECEITAS CORRENTES 19.248.900,00 19.700.642,99 3.598.356,06 18,27 15.712.753,07 79,76 3.987.889,92

IMPOSTOS, TAXAS E CONTRIBUIÇÕES DE 1.719.000,00 1.719.000,00 502.267,45 29,22 1.100.508,39 64,02 618.491,61

MELHORIA

Impostos 1.601.000,00 1.601.000,00 500.920,60 31,29 1.080.626,56 67,50 520.373,44

Taxas 118.000,00 118.000,00 1.346,85 1,14 19.881,83 16,85 98.118,17

Contribuição de Melhoria 0,00 0,00 0,00 0,00 0,00 0,00 0,00

CONTRIBUIÇÕES 827.300,00 827.300,00 30.139,81 3,64 32.638,08 3,95 794.661,92

Contribuições Sociais 747.300,00 747.300,00 0,00 0,00 0,00 0,00 747.300,00

Contribuições Econômicas 0,00 0,00 0,00 0,00 0,00 0,00 0,00

Contribuições para Entidades Privadas de Serviço 0,00 0,00 0,00 0,00 0,00 0,00 0,00

Social e de Formação Profissional

Contribuição para o Custeio do Serviço de Iluminação 80.000,00 80.000,00 30.139,81 37,67 32.638,08 40,80 47.361,92

Pública

RECEITA PATRIMONIAL 36.100,00 36.100,00 6.493,67 17,99 13.398,49 37,11 22.701,51

Exploração do Patrimônio Imobiliário do Estado 0,00 0,00 0,00 0,00 0,00 0,00 0,00

Valores Mobiliários 36.100,00 36.100,00 6.493,67 17,99 13.398,49 37,11 22.701,51

Delegação de Serviços Públicos Mediante Concessão, 0,00 0,00 0,00 0,00 0,00 0,00 0,00

Permissão, Autorização ou Licença

Exploração de Recursos Naturais 0,00 0,00 0,00 0,00 0,00 0,00 0,00

Exploração do Patrimônio Intangível 0,00 0,00 0,00 0,00 0,00 0,00 0,00

Cessão de Direitos 0,00 0,00 0,00 0,00 0,00 0,00 0,00

Demais Receitas Patrimoniais 0,00 0,00 0,00 0,00 0,00 0,00 0,00

RECEITA AGROPECUÁRIA 0,00 0,00 0,00 0,00 0,00 0,00 0,00

RECEITA INDUSTRIAL 0,00 0,00 0,00 0,00 0,00 0,00 0,00

RECEITA DE SERVIÇOS 150.000,00 150.000,00 21.659,25 14,44 100.397,71 66,93 49.602,29

Serviços Administrativos e Comerciais Gerais 150.000,00 150.000,00 21.659,25 14,44 100.397,71 66,93 49.602,29

Serviços e Atividades Referentes à Navegação e ao 0,00 0,00 0,00 0,00 0,00 0,00 0,00

Transporte

Serviços e Atividades referentes à Saúde 0,00 0,00 0,00 0,00 0,00 0,00 0,00

Serviços e Atividades Financeiras 0,00 0,00 0,00 0,00 0,00 0,00 0,00

Outros Serviços 0,00 0,00 0,00 0,00 0,00 0,00 0,00

TRANSFERÊNCIAS CORRENTES 16.480.467,48 16.932.210,47 3.037.795,88 17,94 14.465.810,40 85,43 2.466.400,07

Transferências da União e de suas Entidades 9.582.467,48 10.034.210,47 1.656.105,50 16,50 8.665.349,72 86,36 1.368.860,75

Transferências dos Estados e do Distrito Federal e de 4.898.000,00 4.898.000,00 970.336,99 19,81 4.082.496,90 83,35 815.503,10

suas Entidades

Transferências dos Municípios e de suas Entidades 0,00 0,00 0,00 0,00 0,00 0,00 0,00

Transferências de Instituições Privadas 0,00 0,00 0,00 0,00 0,00 0,00 0,00

Transferências de Outras Instituições Públicas 2.000.000,00 2.000.000,00 411.353,39 20,57 1.717.963,78 85,90 282.036,22

Transferências do Exterior 0,00 0,00 0,00 0,00 0,00 0,00 0,00

Transferências de Pessoas Físicas 0,00 0,00 0,00 0,00 0,00 0,00 0,00

Transferências Provenientes de Depósitos Não 0,00 0,00 0,00 0,00 0,00 0,00 0,00

Identificados

OUTRAS RECEITAS CORRENTES 36.032,52 36.032,52 0,00 0,00 0,00 0,00 36.032,52

Multas Administrativas, Contratuais e Judiciais 6.000,00 6.000,00 0,00 0,00 0,00 0,00 6.000,00

Indenizações, Restituições e Ressarcimentos 2.200,00 2.200,00 0,00 0,00 0,00 0,00 2.200,00

Bens, Direitos e Valores Incorporados ao Patrimônio 0,00 0,00 0,00 0,00 0,00 0,00 0,00

Público

Demais Receitas Correntes 27.832,52 27.832,52 0,00 0,00 0,00 0,00 27.832,52

RECEITAS DE CAPITAL 250.000,00 250.000,00 0,00 0,00 0,00 0,00 250.000,00

OPERAÇÕES DE CRÉDITO 0,00 0,00 0,00 0,00 0,00 0,00 0,00

Operações de Crédito - Mercado Interno 0,00 0,00 0,00 0,00 0,00 0,00 0,00

Operações de Crédito - Mercado Externo 0,00 0,00 0,00 0,00 0,00 0,00 0,00

ALIENAÇÃO DE BENS 0,00 0,00 0,00 0,00 0,00 0,00 0,00

Alienação de Bens Móveis 0,00 0,00 0,00 0,00 0,00 0,00 0,00

Alienação de Bens Imóveis 0,00 0,00 0,00 0,00 0,00 0,00 0,00

Alienação de Bens Intangíveis 0,00 0,00 0,00 0,00 0,00 0,00 0,00

AMORTIZAÇÕES DE EMPRÉSTIMOS 0,00 0,00 0,00 0,00 0,00 0,00 0,00

TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL 250.000,00 250.000,00 0,00 0,00 0,00 0,00 250.000,00

Transferências da União e de suas Entidades 250.000,00 250.000,00 0,00 0,00 0,00 0,00 250.000,00

Transferências dos Estados e do Distrito Federal e de 0,00 0,00 0,00 0,00 0,00 0,00 0,00

suas Entidades

Transferências dos Municípios e de suas Entidades 0,00 0,00 0,00 0,00 0,00 0,00 0,00

Transferências de Instituições Privadas 0,00 0,00 0,00 0,00 0,00 0,00 0,00

Transferências de Outras Instituições Públicas 0,00 0,00 0,00 0,00 0,00 0,00 0,00

Transferências do Exterior 0,00 0,00 0,00 0,00 0,00 0,00 0,00

Transferências de Pessoas Físicas 0,00 0,00 0,00 0,00 0,00 0,00 0,00

Transferências Provenientes de Depósitos Não 0,00 0,00 0,00 0,00 0,00 0,00 0,00

Identificados

OUTRAS RECEITAS DE CAPITAL 0,00 0,00 0,00 0,00 0,00 0,00 0,00

Integralização do Capital Social 0,00 0,00 0,00 0,00 0,00 0,00 0,00

Remuneração das Disponibilidades do Tesouro 0,00 0,00 0,00 0,00 0,00 0,00 0,00

PREFEITURA MUNICIPAL DE ACORIZAL

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

BALANÇO ORÇAMENTÁRIO

ORÇAMENTOS FISCAIS E DA SEGURIDADE SOCIAL

2 de 6 PERIODO: Janeiro a Outubro 2020/BIMESTRE Setembro - Outubro

RREO – ANEXO 1 (LRF, Art. 52, inciso I, alíneas “a” e “b” do inciso II e § 1º) R$ 1

PREVISÃO PREVISÃO RECEITAS REALIZADAS SALDO

RECEITAS INICIAL ATUALIZADA BIMESTRE % JAN A OUT % A REALIZAR

(a) (b) (b/a) (c) (c/a) (a-c)

Resgate de Títulos do Tesouro 0,00 0,00 0,00 0,00 0,00 0,00 0,00

Demais Receitas de Capital 0,00 0,00 0,00 0,00 0,00 0,00 0,00

RECEITAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (II) 267.100,00 267.100,00 0,00 0,00 0,00 0,00 267.100,00

SUBTOTAL DAS RECEITAS (III) = (I + II) 19.766.000,00 20.217.742,99 3.598.356,06 17,80 15.712.753,07 77,72 4.504.989,92

OPERAÇÕES DE CRÉDITO / REFINANCIAMENTO (IV) 0,00 0,00 0,00 0,00 0,00 0,00 0,00

Operações de Crédito - Mercado Interno 0,00 0,00 0,00 0,00 0,00 0,00 0,00

Mobiliária 0,00 0,00 0,00 0,00 0,00 0,00 0,00

Contratual 0,00 0,00 0,00 0,00 0,00 0,00 0,00

Operações de Crédito - Mercado Externo 0,00 0,00 0,00 0,00 0,00 0,00 0,00

Mobiliária 0,00 0,00 0,00 0,00 0,00 0,00 0,00

Contratual 0,00 0,00 0,00 0,00 0,00 0,00 0,00

TOTAL DAS RECEITAS (V) = (III + IV) 19.766.000,00 20.217.742,99 3.598.356,06 17,80 15.712.753,07 77,72 4.504.989,92

DÉFICIT (VI) 0,00

TOTAL COM DÉFICIT (VII) = (V + VI) 19.766.000,00 20.217.742,99 3.598.356,06 17,80 15.712.753,07 77,72 4.504.989,92

SALDOS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES 550.000,00 912.600,09 362.600,09

Recursos Arrecadados em Exercícios Anteriores - RPPS 550.000,00 550.000,00

Superávit Financeiro Utilizado para Créditos Adicionais 362.600,09 362.600,09

PREFEITURA MUNICIPAL DE ACORIZAL

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

BALANÇO ORÇAMENTÁRIO

3 de 6 ORÇAMENTOS FISCAIS E DA SEGURIDADE SOCIAL

PERIODO: Janeiro a Outubro 2020/BIMESTRE Setembro - Outubro

RREO – ANEXO 1 (LRF, Art. 52, inciso I, alíneas “a” e “b” do inciso II e § 1º) R$ 1

DOTACAO DOTAÇÃO DESPESAS EMPENHADAS SALDO DESPESAS LIQUIDADAS SALDO DESPESAS INSCRITAS EM

INICIAL ATUALIZADA PAGAS ATÉ RESTOS A

DESPESAS BIMESTRE JAN A OUT BIMESTRE JAN A OUT O BIMESTRE PAGAR NÃO

PROCESSADOS²

(d) (e) (f) (g) = (e-f) (h) (i) = (e-h) (j) (k)

DESPESAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (VIII) 19.785.900,00 20.445.122,54 2.770.225,63 15.452.075,29 4.993.047,25 3.136.684,00 13.707.946,75 6.737.175,79 13.304.643,10 0,00

DESPESAS CORRENTES 16.298.317,36 18.043.260,34 2.598.642,35 14.399.371,67 3.643.888,67 2.895.159,40 13.041.428,49 5.001.831,85 12.656.124,84 0,00

PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS 6.998.270,52 6.700.437,50 985.527,12 5.055.675,71 1.644.761,79 996.490,75 5.013.332,84 1.687.104,66 4.971.029,29 0,00

JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA 120.000,00 0,00 0,00 0,00 0,00 0,00 0,00 0,00 0,00 0,00

OUTRAS DESPESAS CORRENTES 9.180.046,84 11.342.822,84 1.613.115,23 9.343.695,96 1.999.126,88 1.898.668,65 8.028.095,65 3.314.727,19 7.685.095,55 0,00

DESPESAS DE CAPITAL 2.851.400,00 1.765.679,56 171.583,28 1.052.703,62 712.975,94 241.524,60 666.518,26 1.099.161,30 648.518,26 0,00

INVESTIMENTOS 2.471.400,00 1.391.732,80 171.583,28 678.756,86 712.975,94 193.355,21 475.070,99 916.661,81 457.070,99 0,00

INVERSÕES FINANCEIRAS 0,00 0,00 0,00 0,00 0,00 0,00 0,00 0,00 0,00 0,00

AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA 380.000,00 373.946,76 0,00 373.946,76 0,00 48.169,39 191.447,27 182.499,49 191.447,27 0,00

RESERVA DE CONTINGÊNCIA 636.182,64 636.182,64 636.182,64 636.182,64

DESPESAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (IX) 530.100,00 685.220,54 117.320,54 644.348,57 40.871,97 117.320,54 644.348,57 40.871,97 109.356,14 0,00

SUBTOTAL DAS DESPESAS (X) = (VIII + IX) 20.316.000,00 21.130.343,08 2.887.546,17 16.096.423,86 5.033.919,22 3.254.004,54 14.352.295,32 6.778.047,76 13.413.999,24 0,00

AMORTIZAÇÃO DA DÍV. / REFINANCIAMENTO (XI) 0,00 0,00 0,00 0,00 0,00 0,00 0,00 0,00 0,00 0,00

Amortização da Dívida Interna 0,00 0,00 0,00 0,00 0,00 0,00 0,00 0,00 0,00 0,00

Dívida Mobiliária 0,00 0,00 0,00 0,00 0,00 0,00 0,00 0,00 0,00 0,00

Dívida Contratual 0,00 0,00 0,00 0,00 0,00 0,00 0,00 0,00 0,00 0,00

Amortização da Dívida Externa 0,00 0,00 0,00 0,00 0,00 0,00 0,00 0,00 0,00 0,00

Dívida Mobiliária 0,00 0,00 0,00 0,00 0,00 0,00 0,00 0,00 0,00 0,00

Dívida Contratual 0,00 0,00 0,00 0,00 0,00 0,00 0,00 0,00 0,00 0,00

TOTAL DAS DESPESAS (XII) = (X + XI) 20.316.000,00 21.130.343,08 2.887.546,17 16.096.423,86 5.033.919,22 3.254.004,54 14.352.295,32 6.778.047,76 13.413.999,24 0,00

SUPERÁVIT (XIII) 0,00 1.360.457,75 2.298.753,83

TOTAL COM SUPERÁVIT (XIV) = (XII + XIII) 20.316.000,00 21.130. 343,08 2.887.546,17 16.096.423,86 3.254.004,54 15.712.753,07 15.712. 753,07 0,00

RESERVA DO RPPS 0,00 0,00 0,00 0,00

PREFEITURA MUNICIPAL DE ACORIZAL

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

BALANÇO ORÇAMENTÁRIO

ORÇAMENTOS FISCAIS E DA SEGURIDADE SOCIAL

4 de 6 PERIODO: Janeiro a Outubro 2020/BIMESTRE Setembro - Outubro

RREO – ANEXO 1 (LRF, Art. 52, inciso I, alíneas “a” e “b” do inciso II e § 1º) R$ 1

PREVISÃO PREVISÃO RECEITAS REALIZADAS SALDO

RECEITAS INTRA-ORÇAMENTÁRIAS INICIAL ATUALIZADA BIMESTRE % JAN A OUT % A REALIZAR

(a) (b) (b/a) (c) (c/a) (a-c)

RECEITAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (II) 267.100,00 267.100,00 0,00 0,00 0,00 0,00 267.100,00

RECEITAS CORRENTES 267.100,00 267.100,00 0,00 0,00 0,00 0,00 267. 100,00

IMPOSTOS, TAXAS E CONTRIBUIÇÕES DE 0,00 0,00 0,00 0,00 0,00 0,00 0,00

MELHORIA

Impostos 0,00 0,00 0,00 0,00 0,00 0,00 0,00

Taxas 0,00 0,00 0,00 0,00 0,00 0,00 0,00

Contribuição de Melhoria 0,00 0,00 0,00 0,00 0,00 0,00 0,00

CONTRIBUIÇÕES 267.100,00 267.100,00 0,00 0,00 0,00 0,00 267.100,00

Contribuições Sociais 267.100,00 267.100,00 0,00 0,00 0,00 0,00 267. 100,00

Contribuições Econômicas 0,00 0,00 0,00 0,00 0,00 0,00 0,00

Contribuições para Entidades Privadas de Serviço 0,00 0,00 0,00 0,00 0,00 0,00 0,00

Social e de Formação Profissional

Contribuição para o Custeio do Serviço de Iluminação 0,00 0,00 0,00 0,00 0,00 0,00 0,00

Pública

RECEITA PATRIMONIAL 0,00 0,00 0,00 0,00 0,00 0,00 0,00

Exploração do Patrimônio Imobiliário do Estado 0,00 0,00 0,00 0,00 0,00 0,00 0,00

Valores Mobiliários 0,00 0,00 0,00 0,00 0,00 0,00 0,00

Delegação de Serviços Públicos Mediante Concessão, 0,00 0,00 0,00 0,00 0,00 0,00 0,00

Permissão, Autorização ou Licença

Exploração de Recursos Naturais 0,00 0,00 0,00 0,00 0,00 0,00 0,00

Exploração do Patrimônio Intangível 0,00 0,00 0,00 0,00 0,00 0,00 0,00

Cessão de Direitos 0,00 0,00 0,00 0,00 0,00 0,00 0,00

Demais Receitas Patrimoniais 0,00 0,00 0,00 0,00 0,00 0,00 0,00

RECEITA AGROPECUÁRIA 0,00 0,00 0,00 0,00 0,00 0,00 0,00

RECEITA INDUSTRIAL 0,00 0,00 0,00 0,00 0,00 0,00 0,00

RECEITA DE SERVIÇOS 0,00 0,00 0,00 0,00 0,00 0,00 0,00

Serviços Administrativos e Comerciais Gerais 0,00 0,00 0,00 0,00 0,00 0,00 0,00

Serviços e Atividades Referentes à Navegação e ao 0,00 0,00 0,00 0,00 0,00 0,00 0,00

Transporte

Serviços e Atividades referentes à Saúde 0,00 0,00 0,00 0,00 0,00 0,00 0,00

Serviços e Atividades Financeiras 0,00 0,00 0,00 0,00 0,00 0,00 0,00

Outros Serviços 0,00 0,00 0,00 0,00 0,00 0,00 0,00

TRANSFERÊNCIAS CORRENTES 0,00 0,00 0,00 0,00 0,00 0,00 0,00

Transferências da União e de suas Entidades 0,00 0,00 0,00 0,00 0,00 0,00 0,00

Transferências dos Estados e do Distrito Federal e de 0,00 0,00 0,00 0,00 0,00 0,00 0,00

suas Entidades

Transferências dos Municípios e de suas Entidades 0,00 0,00 0,00 0,00 0,00 0,00 0,00

Transferências de Instituições Privadas 0,00 0,00 0,00 0,00 0,00 0,00 0,00

Transferências de Outras Instituições Públicas 0,00 0,00 0,00 0,00 0,00 0,00 0,00

Transferências do Exterior 0,00 0,00 0,00 0,00 0,00 0,00 0,00

Transferências de Pessoas Físicas 0,00 0,00 0,00 0,00 0,00 0,00 0,00

Transferências Provenientes de Depósitos Não 0,00 0,00 0,00 0,00 0,00 0,00 0,00

Identificados

OUTRAS RECEITAS CORRENTES 0,00 0,00 0,00 0,00 0,00 0,00 0,00

Multas Administrativas, Contratuais e Judiciais 0,00 0,00 0,00 0,00 0,00 0,00 0,00

Indenizações, Restituições e Ressarcimentos 0,00 0,00 0,00 0,00 0,00 0,00 0,00

Bens, Direitos e Valores Incorporados ao Patrimônio 0,00 0,00 0,00 0,00 0,00 0,00 0,00

Público

Demais Receitas Correntes 0,00 0,00 0,00 0,00 0,00 0,00 0,00

RECEITAS DE CAPITAL 0,00 0,00 0,00 0,00 0,00 0,00 0,00

OPERAÇÕES DE CRÉDITO 0,00 0,00 0,00 0,00 0,00 0,00 0,00

Operações de Crédito - Mercado Interno 0,00 0,00 0,00 0,00 0,00 0,00 0,00

Operações de Crédito - Mercado Externo 0,00 0,00 0,00 0,00 0,00 0,00 0,00

ALIENAÇÃO DE BENS 0,00 0,00 0,00 0,00 0,00 0,00 0,00

Alienação de Bens Móveis 0,00 0,00 0,00 0,00 0,00 0,00 0,00

Alienação de Bens Imóveis 0,00 0,00 0,00 0,00 0,00 0,00 0,00

Alienação de Bens Intangíveis 0,00 0,00 0,00 0,00 0,00 0,00 0,00

AMORTIZAÇÕES DE EMPRÉSTIMOS 0,00 0,00 0,00 0,00 0,00 0,00 0,00

TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL 0,00 0,00 0,00 0,00 0,00 0,00 0,00

Transferências da União e de suas Entidades 0,00 0,00 0,00 0,00 0,00 0,00 0,00

Transferências dos Estados e do Distrito Federal e de 0,00 0,00 0,00 0,00 0,00 0,00 0,00

suas Entidades

Transferências dos Municípios e de suas Entidades 0,00 0,00 0,00 0,00 0,00 0,00 0,00

Transferências de Instituições Privadas 0,00 0,00 0,00 0,00 0,00 0,00 0,00

Transferências de Outras Instituições Públicas 0,00 0,00 0,00 0,00 0,00 0,00 0,00

Transferências do Exterior 0,00 0,00 0,00 0,00 0,00 0,00 0,00

Transferências de Pessoas Físicas 0,00 0,00 0,00 0,00 0,00 0,00 0,00

Transferências Provenientes de Depósitos Não 0,00 0,00 0,00 0,00 0,00 0,00 0,00

Identificados

OUTRAS RECEITAS DE CAPITAL 0,00 0,00 0,00 0,00 0,00 0,00 0,00

Integralização do Capital Social 0,00 0,00 0,00 0,00 0,00 0,00 0,00

Remuneração das Disponibilidades do Tesouro 0,00 0,00 0,00 0,00 0,00 0,00 0,00

Resgate de Títulos do Tesouro 0,00 0,00 0,00 0,00 0,00 0,00 0,00

Demais Receitas de Capital 0,00 0,00 0,00 0,00 0,00 0,00 0,00

PREFEITURA MUNICIPAL DE ACORIZAL

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

BALANÇO ORÇAMENTÁRIO

ORÇAMENTOS FISCAIS E DA SEGURIDADE SOCIAL

5 de 6 PERIODO: Janeiro a Outubro 2020/BIMESTRE Setembro - Outubro

RREO – ANEXO 1 (LRF, Art. 52, inciso I, alíneas “a” e “b” do inciso II e § 1º) R$ 1

PREVISÃO PREVISÃO RECEITAS REALIZADAS SALDO

RECEITAS INTRA-ORÇAMENTÁRIAS INICIAL ATUALIZADA BIMESTRE % JAN A OUT % A REALIZAR

(a) (b)(b/a) (c) (c/a) (a-c)

PREFEITURA MUNICIPAL DE ACORIZAL

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

BALANÇO ORÇAMENTÁRIO

ORÇAMENTOS FISCAIS E DA SEGURIDADE SOCIAL

6 de 6 PERIODO: Janeiro a Outubro 2020/BIMESTRE Setembro - Outubro

RREO – ANEXO 1 (LRF, Art. 52, inciso I, alíneas “a” e “b” do inciso II e § 1º) R$ Milhares

DOTACAO DOTAÇÃO DESPESAS EMPENHADAS SALDO DESPESAS LIQUIDADAS SALDO DESPESAS INSCRITAS EM

INICIAL ATUALIZADA PAGAS ATÉ RESTOS A

DESPESAS INTRA-ORÇAMENTÁRIAS BIMESTRE JAN A OUT BIMESTRE JAN A OUT O BIMESTRE PAGAR NÃO

PROCESSADOS²

(d) (e) (f) (g) = (e-f) (h) (i) = (e-h) (j) (k)

DESPESAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (IX) 530.100,00 685.220,54 117.320,54 644.348,57 40.871,97 117.320,54 644.348,57 40.871,97 109.356,14 0,00

DESPESAS CORRENTES 530.100,00 685.220,54 117.320,54 644.348,57 40.871,97 117.320,54 644.348,57 40.871,97 109.356,14 0,00

PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS 530.100,00 685.220,54 117.320,54 644.348,57 40.871,97 117.320,54 644.348,57 40.871,97 109.356,14 0,00

JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA 0,00 0,00 0,00 0,00 0,00 0,00 0,00 0,00 0,00 0,00 0,00

OUTRAS DESPESAS CORRENTES 0,00 0,00 0,00 0,00 0,00 0,00 0,00 0,00 0,00 0,00 0,00

DESPESAS DE CAPITAL 0,00 0,00 0,00 0,00 0,00 0,00 0,00 0,00 0,00 0,00

INVESTIMENTOS 0,00 0,00 0,00 0,00 0,00 0,00 0,00 0,00 0,00 0,00

INVERSÕES FINANCEIRAS 0,00 0,00 0,00 0,00 0,00 0,00 0,00 0,00 0,00 0,00

AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA 0,00 0,00 0,00 0,00 0,00 0,00 0,00 0,00 0,00

PREFEITURA MUNICIPAL DE ACORIZAL RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO DAS DESPESAS POR FUNÇÃO E SUBFUNÇÃO ORÇAMENTOS FISCAIS E DA SEGURIDADE SOCIAL PERIODO: JANEIR

PREFEITURA MUNICIPAL DE ACORIZAL

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO DAS DESPESAS POR FUNÇÃO E SUBFUNÇÃO

ORÇAMENTOS FISCAIS E DA SEGURIDADE SOCIAL

PERIODO: Janeiro a Outubro 2020/BIMESTRE Setembro - Outubro

RREO – Anexo 2 (LRF, Art. 52, inciso II, alínea “c”) R$ 1

DOTAÇÃO DOTAÇÃO DESPESAS EMPENHADAS SALDO DESPESAS LIQUIDADAS SALDO INSCRITAS EM

INICIAL ATUALIZADA RESTOS A

FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO BIMESTRE JAN A OUT % BIMESTRE JAN A OUT % PAGAR NÃO

PROCESSADOS

(a) (b) (b/total b) (c) = (a-b) (d) (d/total d) (e) = (a-d) (f)

DESPESAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I) 19.785.900,00 20.445.122,54 2.770.225,63 15.454.583,75 95,99 4.990.538,79 3.136.684,00 13.710.455,21 95,50 6.734.667,33 0,00

Legislativa 875.000,00 921.387,10 0,00 0,00 0,00 921.387,10 0,00 0,00 0,00 921.387,10 0,00

Ação Legislativa 875.000,00 921.387,10 0,00 0,00 0,00 921.387,10 0,00 0,00 0,00 921.387,10 0,00

Administração 2.159.500,00 3.698.201,09 363.643,49 3.338.877,39 20,74 359.323,70 504.165,91 2.814.072,89 19,60 884.128,20 0,00

Defesa do Interesse Público no Processo Judiciário 77.000,00 231.000,00 0,00 231.000,00 1,43 0,00 30.000,00 108.000,00 0,75 123.000,00 0,00

Administração Geral 2.040.500,00 3.433.075,99 358.763,49 3.092.384,05 19,21 340.691,94 469.285,91 2.690.579,55 18,74 742.496,44 0,00

Normatização e Fiscalização 42.000,00 34.125,10 4.880,00 15.493,34 0,10 18.631,76 4.880,00 15.493,34 0,11 18.631,76 0,00

Assistência Social 950.800,00 999.489,00 135.824,34 744.221,36 4,62 255.267,64 123.307,55 681.961,18 4,75 317.527,82 0,00

Assistência ao Idoso 428.000,00 581.589,00 64.857,37 548.008,06 3,40 33.580,94 77.984,50 536.588,80 3,74 45.000,20 0,00

Assistência à Criança e ao Adolescente 103.100,00 118.100,00 4.650,00 36.786,84 0,23 81.313,16 1.650,00 33.786,84 0,24 84.313,16 0,00

Assistência Comunitária 419.700,00 299.800,00 66.316,97 159.426,46 0,99 140.373,54 43.673,05 111.585,54 0,78 188.214,46 0,00

Previdência Social 841.000,00 841.000,00 0,00 0,00 0,00 841.000,00 0,00 0,00 0,00 841.000,00 0,00

Previdência do Regime Estatutário 841.000,00 841.000,00 0,00 0,00 0,00 841.000,00 0,00 0,00 0,00 841.000,00 0,00

Saúde 3.821.557,36 4.658.636,12 637.861,67 3.901.585,74 24,23 757.050,38 662.060,48 3.462.327,86 24,12 1.196.308,26 0,00

Administração Geral 10.000,00 501.842,75 37.554,53 138.310,93 0,86 363.531,82 17.320,00 84.632,70 0,59 417.210,05 0,00

Atenção Básica 3.195.300,00 3.830.212,92 600.307,14 3.487.649,45 21,66 342.563,47 642.947,18 3.200.028,69 22,29 630.184,23 0,00

Assistência Hospitalar e Ambulatorial 416.086,84 137.580,45 0,00 110. 387,92 0,69 27.192,53 1.793,30 19.664,03 0,14 117.916,42 0,00

Vigilância Sanitária 100.000,00 174.000,00 0,00 150.328,44 0,93 23. 671,56 0,00 150.328,44 1,05 23.671,56 0,00

Vigilância Epidemiológica 100.170,52 15.000,00 0,00 14.909,00 0,09 91,00 0,00 7.674,00 0,05 7.326,00 0,00

Educação 4.469.800,00 3.280.769,85 531.962,28 2.877.444,53 17,87 403. 325,32 550.857,43 2.690.495,49 18,74 590.274,36 0,00

Administração Geral 15.000,00 7.000,00 0,00 0,00 0,00 7.000,00 0,00 0,00 0,00 0,00 7.000,00 0,00

Ensino Fundamental 3.550.800,00 2.847.850,88 458.995,85 2.482.387,75 15,42 365.463,13 477.891,00 2.305.882,78 16,06 541.968,10 0,00

Ensino Superior 10.000,00 20.000,00 0,00 0,00 0,00 20.000,00 0,00 0,00 0,00 0,00 20.000,00 0,00

Educação Infantil 894.000,00 405.918,97 72.966,43 395.056,78 2,45 10. 862,19 72.966,43 384.612,71 2,68 21.306,26 0,00

Cultura 60.100,00 5.100,00 0,00 5.000,00 0,03 100,00 114,95 4.991,54 0,03 108,46 0,00

Difusão Cultural 60.100,00 5.100,00 0,00 5.000,00 0,03 100,00 114,95 4. 991,54 0,03 108,46 0,00

Urbanismo 2.247.100,00 2.049.093,86 413.363,45 1.552.584,04 9,64 496. 509,82 449.752,45 1.383.114,58 9,63 665.979,28 0,00

Administração Geral 1.293.100,00 1.619.446,00 311.851,07 1.364.022,32 8,47 255.423,68 348.240,07 1.244.552,86 8,67 374.893,14 0,00

Administração Financeira 10.000,00 4.000,00 0,00 0,00 0,00 4.000,00 0,00 0,00 0,00 4.000,00 0,00

Infra-Estrutura Urbana 704.000,00 275.117,86 91.583,38 116.583,38 0,72 158.534,48 91.583,38 116.583,38 0,81 158.534,48 0,00

Serviços Urbanos 240.000,00 150.530,00 9.929,00 71.978,34 0,45 78. 551,66 9.929,00 21.978,34 0,15 128.551,66 0,00

Habitação 10.000,00 0,00 0,00 0,00 0,00 0,00 0,00 0,00 0,00 0,00 0,00

Habitação Urbana 10.000,00 0,00 0,00 0,00 0,00 0,00 0,00 0,00 0,00 0,00 0,00

Saneamento 925.000,00 1.271.430,40 176.417,53 1.252.436,38 7,78 18. 994,02 222.065,96 1.195.472,27 8,33 75.958,13 0,00

Administração Geral 810.000,00 1.271.430,40 176.417,53 1.252.436,38 7,78 18.994,02 222.065,96 1.195.472,27 8,33 75.958,13 0,00

Saneamento Básico Urbano 115.000,00 0,00 0,00 0,00 0,00 0,00 0,00 0,00 0,00 0,00 0,00

FONTE: SCPI - Contabilidade [9.25.25.509], PREFEITURA MUNICIPAL DE ACORIZAL, Data/hora da emissão: 23/fev/2021 11h e 23m" Portaria Nº 91 de 2020 - Mapeamento Atualizado 02/2020

PREFEITURA MUNICIPAL DE ACORIZAL

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO DAS DESPESAS POR FUNÇÃO E SUBFUNÇÃO

ORÇAMENTOS FISCAIS E DA SEGURIDADE SOCIAL

PERIODO: Janeiro a Outubro 2020/BIMESTRE Setembro - Outubro

RREO – Anexo 2 (LRF, Art. 52, inciso II, alínea “c”) R$ 1

DOTAÇÃO DOTAÇÃO DESPESAS EMPENHADAS SALDO DESPESAS LIQUIDADAS SALDO INSCRITAS EM

INICIAL ATUALIZADA RESTOS A

FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO BIMESTRE JAN A OUT % BIMESTRE JAN A OUT % PAGAR NÃO

PROCESSADOS

(a) (b) (b/total b) (c) = (a-b) (d) (d/total d) (e) = (a-d) (f)

Gestão Ambiental 282.500,00 0,00 0,00 0,00 0,00 0,00 0,00 0,00 0,00 0,00 0,00

Preservação e Conservação Ambiental 20.000,00 0,00 0,00 0,00 0,00 0,00 0,00 0,00 0,00 0,00 0,00

Extensão Rural 262.500,00 0,00 0,00 0,00 0,00 0,00 0,00 0,00 0,00 0,00 0,00

Agricultura 299.500,00 86.739,00 18.825,66 84.038,58 0,52 2.700,42 16. 425,66 81.638,58 0,57 5.100,42 0,00

Administração Geral 194.500,00 86.739,00 18.825,66 84.038,58 0,52 2. 700,42 16.425,66 81.638,58 0,57 5.100,42 0,00

Promoção da Produção Vegetal 75.000,00 0,00 0,00 0,00 0,00 0,00 0,00 0,00 0,00 0,00 0,00

Abastecimento 30.000,00 0,00 0,00 0,00 0,00 0,00 0,00 0,00 0,00 0,00 0,00

Comércio e Serviços 415.100,00 55.000,00 7.320,00 26.840,00 0,17 28. 160,00 7.320,00 26.840,00 0,19 28.160,00 0,00

Administração Geral 7.000,00 0,00 0,00 0,00 0,00 0,00 0,00 0,00 0,00 0,00 0,00

Turismo 408.100,00 55.000,00 7.320,00 26.840,00 0,17 28.160,00 7. 320,00 26.840,00 0,19 28.160,00 0,00

Transporte 1.000.000,00 1.255.000,00 474.540,91 984.935,22 6,12 270. 064,78 511.945,74 912.706,56 6,36 342.293,44 0,00

Administração Geral 10.000,00 100.000,00 0,00 50.000,00 0,31 50.000,00 0,00 0,00 0,00 100.000,00 0,00

Transporte Rodoviário 990.000,00 1.155.000,00 474.540,91 934.935,22 5,81 220.064,78 511.945,74 912.706,56 6,36 242.293,44 0,00

Desporto e Lazer 87.100,00 93.210,00 10.466,30 92.737,03 0,58 472,97 10.466,30 92.737,03 0,65 472,97 0,00

Desporto Comunitário 87.100,00 93.210,00 10.466,30 92.737,03 0,58 472,97 10.466,30 92.737,03 0,65 472,97 0,00

Encargos Especiais 705.660,00 593.883,48 0,00 593.883,48 3,69 0,00 78. 201,57 364.097,23 2,54 229.786,25 0,00

Serviço da Dívida Interna 380.000,00 373.946,76 0,00 373.946,76 2,32 0,00 48.169,39 191.447,27 1,33 182.499,49 0,00

Outros Encargos Especiais 325.660,00 219.936,72 0,00 219.936,72 1,37 0,00 30.032,18 172.649,96 1,20 47.286,76 0,00

Reserva de Contingência 636.182,64 636.182,64 0,00 0,00 0,00 636. 182,64 0,00 0,00 0,00 636.182,64 0,00

Reserva de Contingência 636.182,64 636.182,64 0,00 0,00 0,00 636. 182,64 0,00 0,00 0,00 636.182,64 0,00

DESPESAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (II) 530.100,00 685.220,54 117. 320,54 645.894,10 4,01 39.326,44 117.320,54 645.894,10 4,50 39.326,44 0,00

Legislativa 15.000,00 15.000,00 0,00 0,00 0,00 15.000,00 0,00 0,00 0,00 15.000,00 0,00

Ação Legislativa 15.000,00 15.000,00 0,00 0,00 0,00 15.000,00 0,00 0,00 0,00 0,00 15.000,00 0,00

Administração 71.000,00 84.212,00 16.922,13 78.069,21 0,48 6.142,79 16.922,13 78.069,21 0,54 6.142,79 0,00

Administração Geral 68.000,00 81.212,00 16.922,13 77.702,55 0,48 3.509,45 16.922,13 77.702,55 0,54 3.509,45 0,00

Normatização e Fiscalização 3.000,00 3.000,00 0,00 366,66 0,00 2.633,34 0,00 366,66 0,00 2.633,34 0,00

Assistência Social 31.100,00 30.000,00 3.369,76 17.617,48 0,11 12.382,52 3.369,76 17.617,48 0,12 12.382,52 0,00

Assistência ao Idoso 30.000,00 30.000,00 3.369,76 17.617,48 0,11 12.382,52 3.369,76 17.617,48 0,12 12.382,52 0,00

Assistência à Criança e ao Adolescente 1.000,00 0,00 0,00 0,00 0,00 0,00 0,00 0,00 0,00 0,00 0,00

Assistência Comunitária 100,00 0,00 0,00 0,00 0,00 0,00 0,00 0,00 0,00 0,00 0,00

Saúde 50.000,00 157.584,76 25.736,04 157.583,87 0,98 0,89 25.736,04 157.583,87 1,10 0,89 0,00

Atenção Básica 47.000,00 157.584,76 25.736,04 157.583,87 0,98 0,89 25.736,04 157.583,87 1,10 0,89 0,00

Vigilância Epidemiológica 3.000,00 0,00 0,00 0,00 0,00 0,00 0,00 0,00 0,00 0,00 0,00

Educação 275.000,00 298.461,78 49.875,22 292.365,73 1,82 6.096,05 49.875,22 292.365,73 2,04 6.096,05 0,00

Ensino Fundamental 220.000,00 234.432,06 37.670,75 229.978,20 1,43 4.453,86 37.670,75 229.978,20 1,60 4.453,86 0,00

Educação Infantil 55.000,00 64.029,72 12.204,47 62.387,53 0,39 1.642,19 12.204,47 62.387,53 0,43 1.642,19 0,00

Cultura 1.000,00 0,00 0,00 0,00 0,00 0,00 0,00 0,00 0,00 0,00 0,00

Difusão Cultural 1.000,00 0,00 0,00 0,00 0,00 0,00 0,00 0,00 0,00 0,00 0,00

FONTE: SCPI - Contabilidade [9.25.25.509], PREFEITURA MUNICIPAL DE ACORIZAL, Data/hora da emissão: 23/fev/2021 11h e 23m" Portaria Nº 91 de 2020 - Mapeamento Atualizado 02/2020

PREFEITURA MUNICIPAL DE ACORIZAL

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO DAS DESPESAS POR FUNÇÃO E SUBFUNÇÃO

ORÇAMENTOS FISCAIS E DA SEGURIDADE SOCIAL

PERIODO: Janeiro a Outubro 2020/BIMESTRE Setembro - Outubro

RREO – Anexo 2 (LRF, Art. 52, inciso II, alínea “c”) R$ 1

DOTAÇÃO DOTAÇÃO DESPESAS EMPENHADAS SALDO DESPESAS LIQUIDADAS SALDO INSCRITAS EM

INICIAL ATUALIZADA RESTOS A

FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO BIMESTRE JAN A OUT % BIMESTRE JAN A OUT % PAGAR NÃO

PROCESSADOS

(a) (b) (b/total b) (c) = (a-b) (d) (d/total d) (e) = (a-d) (f)

Urbanismo 50.000,00 54.125,00 12.277,52 54.124,38 0,34 0,62 12.277,52 54.124,38 0,38 0,62 0,00

Administração Geral 50.000,00 54.125,00 12.277,52 54.124,38 0,34 0,62 12.277,52 54.124,38 0,38 0,62 0,00

Saneamento 25.000,00 28.110,00 5.470,45 28.406,74 0,18 -296,74 5.470,45 28.406,74 0,20 -296,74 0,00

Administração Geral 25.000,00 28.110,00 5.470,45 28.406,74 0,18 -296,74 5.470,45 28.406,74 0,20 -296,74 0,00

Agricultura 8.000,00 8.538,00 1.650,70 8.537,73 0,05 0,27 1.650,70 8.537,73 0,06 0,27 0,00

Administração Geral 8.000,00 8.538,00 1.650,70 8.537,73 0,05 0,27 1.650,70 8.537,73 0,06 0,27 0,00

Comércio e Serviços 2.000,00 0,00 0,00 0,00 0,00 0,00 0,00 0,00 0,00 0,00 0,00

Turismo 2.000,00 0,00 0,00 0,00 0,00 0,00 0,00 0,00 0,00 0,00 0,00

Desporto e Lazer 2.000,00 9.189,00 2.018,72 9.188,96 0,06 0,04 2.018,72 9.188,96 0,06 0,04 0,00

Desporto Comunitário 2.000,00 9.189,00 2.018,72 9.188,96 0,06 0,04 2.018,72 9.188,96 0,06 0,04 0,00

TOTAL (III) = (I + II) 20.316.000,00 21.130.343,08 2.887.546,17 16.100.477,85 100,00 5.029.865,23 3.254.004,54 14.356.349,31 100,00 6.773.993,77 0,00

Nota: Durante o exercício, somente as despesas liquidadas são consideradas executadas. No encerramento do exercício, as despesas não liquidadas inscritas em restos a pagar processados são também consideradas executadas.

Dessa forma, para maior transparência, as despesas executadas estão segregadas em:

. a) Despesas liquidadas, consideradas aquelas em que houve a entrega do material ou serviço, nos termos do art. 63 da Lei 4.320/64;

. b) Despesas empenhadas mas não liquidadas, inscritas em Restos a Pagar processados, consideradas liquidadas no encerramento do exercício, por força do art.35, inciso II da Lei 4.320/64.

FONTE: SCPI - Contabilidade [9.25.25.509], PREFEITURA MUNICIPAL DE ACORIZAL, Data/hora da emissão: 23/fev/2021 11h e 23m" Portaria Nº 91 de 2020 - Mapeamento Atualizado 02/2020

PREFEITURA MUNICIPAL DE ACORIZAL RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA DEMONSTRATIVO DA RECEITA CORRENTE LÍQUIDA ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL OUT/2019 A SET/2020

PREFEITURA MUNICIPAL DE ACORIZAL

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

DEMONSTRATIVO DA RECEITA CORRENTE LÍQUIDA

ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

OUT/2019 A SET/2020

RREO – ANEXO 3 (LRF, Art. 53, inciso I) R$ 1

EVOLUÇÃO DA RECEITA REALIZADA NOS ÚLTIMOS 12 MESES TOTAL PREVISÃO

ESPECIFICAÇÃO (ÚLTIMOSATUALIZADA

OUT/2019 NOV/2019 DEZ/2020 JAN/2020 FEV/2020 MAR/2020 ABR/2020 MAI/2020 JUN/2020 JUL/2020 AGO/2020 SET/2020 12 MESES)

RECEITAS CORRENTES (I) 1.490.315,66 1.624.909,78 3.348.541,83 1.501.729,82 1.641.876,77 1.567.822,47 1.404.453,58 1.332.303,30 1.775.519,90 2.565.686,09 1.760.292,03 2.226.412,61 22.239.863,84 22.176.642,99

Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria 179.168,26 130.249,38 154.393,10 166.328,16 50.221,16 89.466,35 45.266,72 64.749,79 59.003,56 58.450,20 64.755,00 360.461,64 1.422.513,32 1.719.000,00

IPTU 2.662,33 1.084,44 1.550,87 1.182,29 614,42 282,40 142,39 0,00 0,00 373,78 4.181,24 1.058,33 13.132,49 60.000,00

ISS 168.857,04 94.893,48 53.116,62 152.889,83 43.170,24 55.833,37 41.508,63 49.863,18 43.454,90 52.545,20 57.339,10 355.414,08 1.168.885,67 1.031.000,00

ITBI 4.100,00 30.790,26 4.267,00 5.659,62 978,46 31.709,64 1.510,00 13. 621,32 14.816,65 4.498,60 2.760,00 3.240,00 117.951,55 50.000,00

IRRF 0,00 0,00 94.971,57 0,00 0,00 0,00 0,00 0,00 0,00 0,00 0,00 0,00 94. 971,57 460.000,00

Outros Impostos, Taxas e Contribuições de 3.548,89 3.481,20 487,04 6.596,42 5.458,04 1.640,94 2.105,70 1.265,29 732,01 1.032,62 474,66 749,23 27.572,04 118.000,00

Melhoria

Contribuições 3,28 307,93 313.859,14 0,00 0,00 0,00 0,00 2.423,42 0,00 0,00 74,85 1.585,38 318.254,00 827.300,00

Receita Patrimonial 2.728,10 7.274,83 27.475,10 8.434,71 1.520,96 1. 301,48 568,70 602,18 610,36 -6.473,01 339,44 235,34 44.618,19 36. 100,00

Rendimentos de Aplicação Financeira 2.728,10 7.274,83 27.475,10 8. 434,71 1.520,96 1.301,48 568,70 602,18 610,36 -6.473,01 339,44 235,34 44.618,19 36.100,00

Outras Receitas Patrimoniais 0,00 0,00 0,00 0,00 0,00 0,00 0,00 0,00 0,00 0,00 0,00 0,00 0,00 0,00

Receita Agropecuária 0,00 0,00 0,00 0,00 0,00 0,00 0,00 0,00 0,00 0,00 0,00 0,00 0,00 0,00

Receita Industrial 0,00 0,00 0,00 0,00 0,00 0,00 0,00 0,00 0,00 0,00 0,00 0,00 0,00 0,00

Receita de Serviços 10.261,45 3.867,92 4.616,35 8.550,32 9.509,37 11. 287,07 5.661,38 3.509,66 4.868,42 24.326,83 11.025,41 11.049,91 108. 534,09 150.000,00

Transferências Correntes 1.298.154,57 1.483.209,72 2.848.198,14 1.318. 416,63 1.580.625,28 1.465.767,57 1.352.956,78 1.261.018,25 1.711. 037,56 2.489.382,07 1.684.097,33 1.853.080,34 20.345.944,24 19.408. 210,47

Cota Parte do FPM 446.809,32 606.384,17 1.033.784,91 606.292,89 876. 066,17 512.260,15 543.720,44 525.337,03 427.652,52 737.229,24 468. 305,77 377.224,42 7.161.067,03 8.630.000,00

Cota Parte do ICMS 386.102,69 320.776,23 497.452,01 332.775,50 302. 924,08 452.336,42 285.145,63 267.292,54 339.417,77 360.917,74 343. 017,96 485.963,28 4.374.121,85 4.000.000,00

Cota Parte do IPVA 9.838,55 4.122,68 4.877,80 27.155,15 14.855,97 21. 390,84 13.393,36 14.694,74 22.497,19 16.081,93 9.440,91 12.681,02 171. 030,14 220.000,00

Cota Parte do ITR 26.416,66 2.409,39 5.873,13 3.926,63 591,79 2.133,78 119,80 1.871,29 191,08 516,84 1.004,88 4.419,78 49.475,05 120.000,00

Transferências da LC 87/1996 0,00 0,00 0,00 0,00 0,00 0,00 0,00 0,00 0,00 0,00 0,00 0,00 0,00 20.000,00

Transferências da LC 61/1989 0,00 0,00 0,00 0,00 0,00 0,00 0,00 0,00 0,00 0,00 0,00 0,00 0,00 20.000,00

Transferencias do FUNDEB 188.725,95 163.990,75 240.324,85 168. 908,85 176.593,06 205.791,87 139.736,66 137.597,98 157.947,92 163. 070,66 156.963,39 202.852,14 2.102.504,08 2.000.000,00

Outras Transferências Correntes 240.261,40 385.526,50 1.065.885,44 179.357,61 209.594,21 271.854,51 370.840,89 314.224,67 763.331,08 1. 211.565,66 705.364,42 769.939,70 6.487.746,09 4.398.210,47

Outras Receitas Correntes 0,00 0,00 0,00 0,00 0,00 0,00 0,00 0,00 0,00 0,00 0,00 0,00 0,00 36.032,52

DEDUÇÕES (II) 173.833,34 186.738,39 560.420,90 193.875,46 238. 318,44 197.183,23 159.809,49 161.554,52 157.666,57 162.893,91 163. 985,33 175.630,85 2.531.910,43 3.223.400,00

Contribuição do Servidor para o Plano de 0,00 0,00 313.848,92 0,00 0,00 0,00 0,00 0,00 0,00 0,00 0,00 0,00 0,00 313.848,92 747.300,00

Previdência

Compensação Financeira entre Regimes de 0,00 0,00 0,00 0,00 0,00 0,00 0,00 0,00 0,00 0,00 0,00 0,00 0,00 100,00

Dedução de Receita para Formação do FundebPrevidência 173.833,34 186.738,39 246.571,98 193.875,46 238.318,44 197.183,23 159.809,49 161.554,52 157.666,57 162.893,91 163.985,33 175.630,85 2.218.061,51 2.476.000,00

RECEITA CORRENTE LÍQUIDA (I)-(II) 1.316.482,32 1.438.171,39 2.788. 120,93 1.307.854,36 1.403.558,33 1.370.639,24 1.244.644,09 1.170. 748,78 1.617.853,33 2.402.792,18 1.596.306,70 2.050.781,76 19.707. 953,41 18.953.242,99

(-) Transferências obrigatórias da União 0,00 0,00 0,00 0,00 0,00 0,00 0,00 0,00 0,00 0,00 0,00 0,00 0,00 0,00

relativas às emendas individuais (art. 166-A, § 1º,

da CF) (IV)

RECEITA CORRENTE LÍQUIDA AJUSTADA 1.316.482,32 1.438.171,39 2.788.120,93 1.307.854,36 1.403.558,33 1.370.639,24 1.244.644,09 1. 170.748,78 1.617.853,33 2.402.792,18 1.596.306,70 2.050.781,76 19.707. 953,41 18.953.242,99

PARA PARA CÁLCULO DOS LIMITES DE

(-) Transferências obrigatórias da UniãoENDIVIDAMENTO (V) = (III - IV) 0,00 0,00 0,00 0,00 0,00 0,00 0,00 0,00 0,00 0,00 0,00 0,00 0,00 0,00

relativas às emendas de bancada (art. 166, § 16,

da CF) (VI)

RECEITA CORRENTE LÍQUIDA AJUSTADA 1.316.482,32 1.438.171,39 2.788.120,93 1.307.854,36 1.403.558,33 1.370.639,24 1.244.644,09 1. 170.748,78 1.617.853,33 2.402.792,18 1.596.306,70 2.050.781,76 19.707. 953,41 18.953.242,99

PARA CÁLCULO DOS LIMITES DA DESPESA

COM PESSOAL (VII) = (V - VI)

PREFEITURA MUNICIPAL DE ACORIZAL RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA DEMONSTRATIVO DOS RESTOS A PAGAR POR PODER E ORGÃO 1 DE 1 ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL PERIODO: JANEIRO A

PREFEITURA MUNICIPAL DE ACORIZAL

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

DEMONSTRATIVO DOS RESTOS A PAGAR POR PODER E ORGÃO

1 de 1 ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

PERIODO: Janeiro a Outubro 2020/BIMESTRE Setembro - Outubro

RREO – Anexo 7 (LRF, art. 53, inciso V) R$ 1

RESTOS A PAGAR PROCESSADOS E NÃO PROCESSADOS

LIQUIDADOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS

Saldo

Inscritos Inscritos Total

PODER / ORGÃO

Exercicios Em 31 de Pagos Cancelados Saldo Exercicios Em 31 de Liquidados Pagos Cancelados Saldo

Anteriores Dezembro 2019 AnterioresDezembro 2019

(a) (b) (c) (d) e = (a+b) - (c+d (f) (g) (h) (i) (j) k = (f+g) - (i+j) L = (e + k)

RESTOS A PAGAR (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIOS) (I) 556.156,51 840.612,28 690.242,31 0,00 706.526,48 34.206,45 186.553,46 144.469,61 144.469,61 0,00 76.290,30 782.816,78

02 PODER EXECUTIVO 556.156,51 840.612,28 690.242,31 0,00 706.526,48 34.206,45 186.553,46 144.469,61 144.469,61 0,00 76.290,30 782.816,78

0202 GABINETE DO PREFEITO 37.997,91 41.677,32 41.289,80 0,00 38.385,43 2.662,61 0,00 0,00 0,00 0,00 2.662,61 41.048,04

0203 SECRETARIA MUNICIPAL DE FINANÇAS ADMIN. E PLANEJAME 63.212,84 129.204,83 110.298,43 0,00 82.119,24 21.009,10 0,00 0,00 0,00 0,00 21.009,10 103.128,34

0204 SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, CULTURA, DESPORT 122.679,79 320.112,47 302.733,97 0,00 140.058,29 4.097,12 5.800,00 0,00 0,00 0,00 9.897,12 149.955,41

0205 SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE 126.595,73 161.727,23 135.718,13 0,00 152.604,83 2.045,15 173.925,61 144.469,61 144.469,61 0,00 31.501,15 184.105,98

0206 SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL 51.644,92 20.930,91 19.554,82 0,00 53.021,01 2.340,97 0,00 0,00 0,00 0,00 2.340,97 55.361,98

0207 SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS, TRANSP. E SERVIÇOS URB 109.779,23 70.080,85 76.756,67 0,00 103.103,41 545,00 0,00 0,00 0,00 0,00 545,00 103.648,41

0208 SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE 7.120,14 8.029,87 0,00 0,00 15.150,01 190,01 0,00 0,00 0,00 0,00 190,01 15.340,02

0209 SECRETARIA MUNICIPAL DE TURISMO 22.754,37 2.000,00 0,00 0,00 24.754,37 250,00 0,00 0,00 0,00 0,00 250,00 25.004,37

0210 SECRETARIA MUNICIPAL DE AGUA E ESGOTO 8.171,82 26.316,98 3.890,49 0,00 30.598,31 1.066,49 0,00 0,00 0,00 0,00 1.066,49 31.664,80

0211 SECRETARIA MUNICIPAL DE CONTROLE INTERNO 6.198,75 0,00 0,00 0,00 6.198,75 0,00 0,00 0,00 0,00 0,00 0,00 6.198,75

0212 FUNDO MUNICIPAL DE PREVIDENCIA MUNICIPAL - PREVI ACO 1,01 60.531,82 0,00 0,00 60.532,83 0,00 6.827,85 0,00 0,00 0,00 6.827,85 67.360,68

RESTOS A PAGAR (INTRA-ORÇAMENTÁRIOS) (II) 7.891,18 59.952,80 59.635,47 0,00 8.208,51 0,16 0,00 0,00 0,00 0,00 0,16 8.208,67

02 PODER EXECUTIVO 7.891,18 59.952,80 59.635,47 0,00 8.208,51 0,16 0,00 0,00 0,00 0,00 0,16 8.208,67

TOTAL (III) = (I + II) 564.047,69 900.565,08 749.877,78 0,00 714.734,99 34.206,61 186.553,46 144.469,61 144.469,61 0,00 76.290,46 791.025,45

FONTE: SCPI - Contabilidade [9.25.25.509], PREFEITURA MUNICIPAL DE ACORIZAL, Data/hora da emissão: 23/fev/2021 11h e 23m" Portaria Nº 91 de 2020 - Mapeamento Atualizado 02/2020

PREFEITURA MUNICIPAL DE ACORIZAL RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO - MDE - MUNICÍPIOS ORÇAMENTO FISCAL E

PREFEITURA MUNICIPAL DE ACORIZAL

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO - MDE - MUNICÍPIOS

ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

PERIODO: Janeiro a Outubro 2020/BIMESTRE Setembro - Outubro

Página 1 de 4

RREO – Anexo 8 (LDB, Art. 72) R$ 1

RECEITAS DO ENSINO

PREVISÃO PREVISÃO RECEITAS REALIZADAS

RECEITA RESULTANTE DE IMPOSTOS (caput do art. 212 da Constituição)

INICIAL ATUALIZADA (a) JAN A OUT (c) =(b/a)x100 (%)

1- RECEITA DE IMPOSTOS 1.601.000,00 1.601.000,00 1.079.845,02 67,45

1.1- Receita Resultante do Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana – IPTU 60.000,00 60.000,00 8.806,59 14,68

1.1.1- IPTU 30.000,00 30.000,00 6.909,04 23,03

1.1.2- Multas, Juros de Mora, Dívida Ativa e Outros Encargos do IPTU 30.000,00 30.000,00 1.897,55 6,33

1.2- Receita Resultante do Imposto sobre Transmissão Inter Vivos – ITBI 50.000,00 50.000,00 88.050,29 176,10

1.2.1- ITBI 50.000,00 50.000,00 88.050,29 176,10

1.2.2- Multas, Juros de Mora, Dívida Ativa e Outros Encargos do ITBI 0,00 0,00 0,00 0,00

1.3- Receita Resultante do Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza – ISS 1.031.000,00 1.031.000,00 982.988,14 95,34

1.3.1- ISS 1.020.000,00 1.020.000,00 982.988,14 96,37

1.3.2- Multas, Juros de Mora, Dívida Ativa e Outros Encargos do ISS 11.000,00 11.000,00 0,00 0,00

1.4- Receita Resultante do Imposto de Renda Retido na Fonte – IRRF 460.000,00 460.000,00 0,00 0,00

2- RECEITA DE TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS 13.010.000,00 13.010.000,00 9.400.068,00 72,25

2.1- Cota-Parte FPM 8.630.000,00 8.630.000,00 5.581.680,42 64,68

2.1.1- Parcela referente à CF, art. 159, I, alínea b 8.000.000,00 8.000.000,00 5.540.088,31 69,25

2.1.2- Parcela referente à CF, art. 159, I, alínea d 320.000,00 320.000,00 0,00 0,00

2.1.3- Parcela referente à CF, art. 159, I, alínea e 310.000,00 310.000,00 41.592,11 13,42

2.2- Cota-Parte ICMS 4.000.000,00 4.000.000,00 3.607.176,16 90,18

2.3- ICMS-Desoneração – L.C. nº 87/1996 20.000,00 20.000,00 0,00 0,00

2.4- Cota-Parte IPI-Exportação 20.000,00 20.000,00 0,00 0,00

2.5- Cota-Parte ITR 120.000,00 120.000,00 46.206,71 38,51

2.6- Cota-Parte IPVA 220.000,00 220.000,00 165.004,71 75,00

2.7- Cota-Parte IOF-Ouro 0,00 0,00 0,00 0,00

3- TOTAL DA RECEITA DE IMPOSTOS (1 + 2) 14.611.000,00 14.611.000,00 10.479.913,02 71,73

PREVISÃO PREVISÃO RECEITAS REALIZADAS

RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO

INICIAL ATUALIZADA (a) JAN A OUT (c) =(b/a)x100 (%)

4- RECEITA DA APLICAÇÃO FINANCEIRA DE OUTROS RECURSOS DE IMPOSTOS VINCULADOS AO ENSINO 0,00 0,00 0,00 0,00

5- RECEITA DE TRANSFERÊNCIAS DO FNDE 12.000,00 12.000,00 141,44 1,18

5.1- Transferências do Salário-Educação 0,00 0,00 0,00 0,00

5.2- Transferências Diretas - PDDE 0,00 0,00 0,00 0,00

5.3- Transferências Diretas - PNAE 0,00 0,00 0,00 0,00

5.5- Outras Transferências do FNDE 5.4 - Transferências Diretas - PNATE 10.000,00 0,00 10.000,00 0,00 0,000,00 0,000,00

5.6- Aplicação Financeira dos Recursos do FNDE 2.000,00 2.000,00 141,44 7,07

6- RECEITA DE TRANSFERÊNCIAS DE CONVÊNIOS 0,00 0,00 0,00 0,00

6.1- Transferências de Convênios 0,00 0,00 0,00 0,00

6.2- Aplicação Financeira dos Recursos de Convênios 0,00 0,00 0,00 0,00

7- RECEITA DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO 0,00 0,00 0,00 0,00

8- OUTRAS RECEITAS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO9- TOTAL DAS RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO (4 + 5 + 6 + 7 + 8) 262.000,00250.000,00 262.000,00250.000,00 120. 944,98120.803,54 46,1648,32

PREFEITURA MUNICIPAL DE ACORIZAL

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO - MDE - MUNICÍPIOS

ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

PERIODO: Janeiro a Outubro 2020/BIMESTRE Setembro - Outubro

Página 2 de 4

RREO – Anexo 8 (LDB, Art. 72) R$ 1

FUNDEB

PREVISÃO PREVISÃO RECEITAS REALIZADAS

RECEITAS DO FUNDEB

INICIAL ATUALIZADA (a) JAN A OUT(b) (c) =(b/a)x100 (%)

10- RECEITAS DESTINADAS AO FUNDEB 2.476.000,00 2.476.000,00 1. 808.190,29 73,03

10.1- Cota-Parte FPM Destinada ao FUNDEB – (20% de 2.1.1) 1.600. 000,00 1.600.000,00 1.048.284,73 65,52

10.2- Cota-Parte ICMS Destinada ao FUNDEB – (20% de 2.2) 800.000,00 800.000,00 717.664,23 89,71

10.3- ICMS-Desoneração Destinada ao FUNDEB – (20% de 2.3) 4.000,00 4.000,00 0,00 0,00

10.4- Cota-Parte IPI-Exportação Destinada ao FUNDEB – (20% de 2.4) 4. 000,00 4.000,00 0,00 0,00

10.5- Cota-Parte ITR Destinados ao FUNDEB – (20% de 2.5) 10.6- Cota-Parte IPVA Destinada ao FUNDEB – (20% de 2.6) 44.000,0024.000,00 24. 000,0044.000,00 33.000,129.241,21 75,0038,51

11- RECEITAS RECEBIDAS DO FUNDEB 2.009.000,00 2.009.000,00 1. 718.261,32 85,53

11.1- Transferências de Recursos do FUNDEB 2.000.000,00 2.000.000,00 1.717.963,78 85,90

11.2- Complementação da União ao FUNDEB 0,00 0,00 0,00 0,00

11.3- Receita de Aplicação Financeira dos Recursos do FUNDEB 9.000,00 9.000,00 297,54 3,31

12- RESULTADO LÍQUIDO DAS TRANSFERÊNCIAS DO FUNDEB (11.1 – 10) -476.000,00 -476.000,00 -90.226,51 18,96

DESPESAS EMPENHADAS DESPESAS LIQUIDADAS INSCRITAS EM

DOTAÇÃO DOTAÇÃO

DESPESAS DO FUNDEB RESTOS A PAGAR

INICIAL ATUALIZADA JAN A OUT % JAN A OUT %NÃO PROCESSADOS

(d) (e) (f)=(e/d)x100 (g) (h)=(g/d)x100 (i)

13- PAGAMENTO DOS PROFISSIONAIS DO MAGISTÉRIO 1.694.700,00 938.071,62 778.451,85 82,98 778.451,85 82,98 0,00

13.1- Com Educação Infantil 694.700,00 26.012,62 14.709,69 56,55 14. 709,69 56,55 0,00

13.2- Com Ensino Fundamental 1.000.000,00 912.059,00 763.742,16 83,74 763.742,16 83,74 0,00

14- OUTRAS DESPESAS 314.300,00 797.343,00 795.935,60 99,82 795. 935,60 99,82 0,00

14.1- Com Educação Infantil 62.200,00 433.492,00 432.290,55 99,72 432. 290,55 99,72 0,00

14.2- Com Ensino Fundamental 252.100,00 363.851,00 363.645,05 99,94 363.645,05 99,94 0,00

15- TOTAL DAS DESPESAS DO FUNDEB (13 + 14) 2.009.000,00 1.735. 414,62 1.574.387,45 90,72 1.574.387,45 90,72 0,00

DEDUÇÕES PARA FINS DE LIMITE DO FUNDEB Valor

16- RESTOS A PAGAR INSCRITOS NO EXERCÍCIO SEM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS DO FUNDEB 0,00

16.1 - FUNDEB 60% 0,00

16.2 - FUNDEB 40% 0,00

17- DESPESAS CUSTEADAS COM O SUPERÁVIT FINANCEIRO, DO EXERCÍCIO ANTERIOR, DO FUNDEB 0,00

17.1 - FUNDEB 60% 0,00

17.2 - FUNDEB 40%18- TOTAL DAS DEDUÇÕES CONSIDERADAS PARA FINS DE LIMITE DO FUNDEB (16 + 17) 0,000,00

INDICADORES DO FUNDEB Valor

19 - TOTAL DAS DESPESAS DO FUNDEB PARA FINS DE LIMITE (15 - 18) 1.574.387,45

19.1 - Mínimo de 60% do FUNDEB na Remuneração do Magistério1 (13 - (16.1 + 17.1)) / (11) x 100) % 45,30

19.2 - Máximo de 40% em Despesa com MDE, que não Remuneração do Magistério (14 - (16.2 + 17.2)) / (11) x 100) % 46,32

19.3 - Máximo de 5% não Aplicado no Exercício (100 - (19.1 +19.2)) % 8,38

CONTROLE DA UTILIZAÇÃO DE RECURSOS NO EXERCÍCIO SUBSEQÜENTE Valor

20 – RECURSOS RECEBIDOS DO FUNDEB EM 2019 QUE NÃO FORAM UTILIZADOS -58.831,54

21 – DESPESAS CUSTEADAS COM O SALDO DO ITEM 20 ATÉ O 1º TRIMESTRE DE 2020 0,00

PREFEITURA MUNICIPAL DE ACORIZAL

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO - MDE - MUNICÍPIOS

ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

PERIODO: Janeiro a Outubro 2020/BIMESTRE Setembro - Outubro

Página 3 de 4

RREO – Anexo 8 (LDB, Art. 72) R$ 1

DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO – MDE - CUSTEADAS COM A RECEITA RESULTANTE DE IMPOSTOS E RECURSOS DO FUNDEB

DESPESAS EMPENHADAS DESPESAS LIQUIDADAS INSCRITAS EM

DOTAÇÃO DOTAÇÃO

DESPESAS COM AÇÕES TÍPICAS DE MDE RESTOS A PAGAR

INICIAL ATUALIZADA JAN A OUT % JAN A OUT %NÃO PROCESSADOS

(d) (e) (f)=(e/d)x100 (g) (h)=(g/d)x100 (i)

22- EDUCAÇÃO INFANTIL 933.000,00 474.948,69 457.444,31 96,31 447.000,24 94,12 0,00

22.1 - Creche 208.300,00 441.421,27 435.219,82 98,60 432.290,55 97,93 0,00

22.1.1- Despesas Custeadas com Recursos do FUNDEB 62.200,00 433.492,00 432.290,55 99,72 432.290,55 99,72 0,00

22.1.2- Despesas Custeadas com Outros Recursos de Impostos 146.100,00 7.929,27 2.929,27 36,94 0,00 0,00 0,00

22.2 - Pré-escola 724.700,00 33.527,42 22.224,49 66,29 14.709,69 43,87 0,00

22.2.1- Despesas Custeadas com Recursos do FUNDEB 694.700,00 26.012,62 14.709,69 56,55 14.709,69 56,55 0,00

22.2.2- Despesas Custeadas com Outros Recursos de Impostos 30.000,00 7.514,80 7.514,80 100,00 0,00 0,00 0,00

23- ENSINO FUNDAMENTAL 2.973.445,24 2.644.876,18 2.313.506,23 87,47 2.211.089,34 83,60 0,00

23.1- Despesas Custeadas com Recursos do FUNDEB 1.252.100,00 1.275.910,00 1.127.387,21 88,36 1.127.387,21 88,36 0,00

23.2- Despesas Custeadas com Outros Recursos de Impostos 1.721.345,24 1.368.966,18 1.186.119,02 86,64 1.083.702,13 79,16 0,00

24- ENSINO MÉDIO 0,00 0,00 0,00 0,00 0,00 0,00 0,00

25- ENSINO SUPERIOR 10.000,00 20.000,00 0,00 0,00 0,00 0,00 0,00

26- ENSINO PROFISSIONAL NÃO INTEGRADO AO ENSINO REGULAR 0,00 0,00 0,00 0,00 0,00 0,00 0,00

27- OUTRAS 0,00 0,00 0,00 0,00 0,00 0,00 0,00

28- TOTAL DAS DESPESAS COM AÇÕES TÍPICAS DE MDE (22 + 23 + 24 + 25 + 26 + 27) 3.916.445,24 3.139.824,87 2.770.950,54 88,25 2.658.089,58 84,66 0,00

DEDUÇÕES CONSIDERADAS PARA FINS DE LIMITE CONSTITUCIONAL Valor

29- RESULTADO LÍQUIDO DAS TRANSFERÊNCIAS DO FUNDEB = (12) -90.226,51

30- DESPESAS CUSTEADAS COM A COMPLEMENTAÇÃO DO FUNDEB NO EXERCÍCIO 0,00

31- DESPESAS CUSTEADAS COM O SUPERÁVIT FINANCEIRO, DO EXERCÍCIO ANTERIOR, DO FUNDEB 0,00

32- DESPESAS CUSTEADAS COM O SUPERÁVIT FINANCEIRO, DO EXERCÍCIO ANTERIOR, DE OUTROS RECURSOS DE IMPOSTOS 0,00

33- RESTOS A PAGAR INSCRITOS NO EXERCÍCIO SEM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS DE IMPOSTOS VINCULADOS AO ENSINO 0,00

35- TOTAL DAS DEDUÇÕES CONSIDERADAS PARA FINS DE LIMITE CONSTITUCIONAL (29 + 30 + 31 + 32 + 33 + 34)34- CANCELAMENTO, NO EXERCÍCIO, DE RESTOS A PAGAR INSCRITOS COM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS DE IMPOSTOS VINCULADOS AO ENSINO = (44 j) -90.226,510,00

36- TOTAL DAS DESPESAS PARA FINS DE LIMITE ((22 + 23) – (35)) 2.748.316,09

37- PERCENTUAL DE APLICAÇÃO EM MDE SOBRE A RECEITA LÍQUIDA DE IMPOSTOS ((36) / (3) x 100) % 6 - LIMITE CONSTITUCIONAL 25% 26,22

OUTRAS INFORMAÇÕES PARA CONTROLE

DESPESAS EMPENHADAS DESPESAS LIQUIDADAS INSCRITAS EM

OUTRAS DESPESAS CUSTEADAS COM RECEITAS ADICIONAIS PARA DOTAÇÃO DOTAÇÃO RESTOS A PAGAR

FINANCIAMENTO DO ENSINO INICIAL ATUALIZADA JAN A OUT % JAN A OUT %NÃO PROCESSADOS

(d) (e) (f)=(e/d)x100 (g) (h)=(g/d)x100 (i)

38- DESPESAS CUSTEADAS COM A APLICAÇÃO FINANCEIRA DE OUTROS RECURSOS DE IMPOSTOS 0,00 0,00 0,00 0,00 0,00 0,00 0,00

VINCULADOS AO ENSINO

39- DESPESAS CUSTEADAS COM A CONTRIBUIÇÃO SOCIAL DO SALÁRIO-EDUCAÇÃO 0,00 0,00 0,00 0,00 0,00 0,00 0,00

40- DESPESAS CUSTEADAS COM OPERAÇÕES DE CRÉDITO 0,00 0,00 0,00 0,00 0,00 0,00 0,00

41- DESPESAS CUSTEADAS COM OUTRAS RECEITAS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO 558.354,76 299.906,76 259.401,35 86,49 236.673,27 78,92 0,00

42- TOTAL DAS DESPESAS CUSTEADAS COM RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DO 558.354,76 299.906,76 259.401,35 86,49 236.673,27 78,92 0,00

ENSINO (38+ 39 + 40 + 41))

43- TOTAL GERAL DAS DESPESAS COM EDUCAÇÃO (28 + 42) 4.474.800,00 3.439.731,63 3.030.351,89 88,10 2.894.762,85 84,16 0,00

PREFEITURA MUNICIPAL DE ACORIZAL

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO - MDE - MUNICÍPIOS

ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

PERIODO: Janeiro a Outubro 2020/BIMESTRE Setembro - Outubro

Página 4 de 4

RREO – Anexo 8 (LDB, Art. 72) R$ 1

RESTOS A PAGAR INSCRITOS COM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA

SALDO ATÉ O BIMESTRE CANCELADO EM '2020' (j)

DE RECURSOS DE IMPOSTOS VINCULADOS AO ENSINO

44- RESTOS A PAGAR DE DESPESAS COM MDE 32.605,47 0,00

44.1 - Executadas com Recursos de Impostos Vinculados ao Ensino 19.693,60 0,00

44.2 - Executadas com Recursos do FUNDEB 12.911,87 0,00

CONTROLE DA DISPONIBILIDADE FINANCEIRA FUNDEB SALÁRIO EDUCAÇÃO

45- DISPONIBILIDADE FINANCEIRA EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019 102.029,67 15.391,06

46- (+) INGRESSO DE RECURSOS ATÉ O BIMESTRE (Orçamentário) 1.717.963,78 104.166,76

47- (-) PAGAMENTOS EFETUADOS ATÉ O BIMESTRE 1.525.364,04 39.169,47

47.1 (-) Orçamento do Exercício 1.377.414,70 39.169,47

47.2 (-) Restos a Pagar 147.949,34 0,00

48- (+) RECEITA DE APLICAÇÃO FINANCEIRA DOS RECURSOS ATÉ O BIMESTRE49- (=) DISPONIBILIDADE FINANCEIRA ATÉ O BIMESTRE 294.926,95297,54 80.388,350,00

50- (+) AJUSTES 0,00 0,00

50.1 (+) Retenções 0,00 0,00

50.2 (-) Valores a recuperar 0,00 0,00

50.3 (+) Outros valores extraorçamentários 0,00 0,00

50.4 (+) Conciliação Bancária 0,00 0,00

51- (=) SALDO FINANCEIRO CONCILIADO 294.926,95 80.388,35

1) Limites mínimos anuais a serem cumpridos no encerramento do exercício.

2) Art. 21, § 2º, Lei 11.494/2007: “Até 5% dos recursos recebidos à conta dos Fundos, inclusive relativos à complementação da União recebidos nos termos do §1º do art. 6º desta Lei, poderão ser utilizados no 1º trimestre do exercício

imediatamente subseqüente, mediante abertura de crédito adicional.”

3) Caput do artigo 212 da CF/1988

4) Os valores referentes à parcela dos Restos a Pagar inscritos sem disponibilidade financeira vinculada à educação deverão ser informados somente no RREO do último bimestre do exercício.

5) Limites mínimos anuais a serem cumpridos no encerramento do exercício, no âmbito de atuação prioritária, conforme LDB, art. 11, V.

6) Nos cinco primeiros bimestres do exercício o acompanhamento poderá ser feito com base na despesa empenhada ou na despesa

7) Essa coluna poderá ser apresentada somente no último bimestre

PREFEITURA MUNICIPAL DE ACORIZAL RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS OP. CRÉDITO E DESPESA DE CAPITAL ORÇAMENTOS FISCAIS E DA SEGURIDADE SOCIAL PERIODO: JANE

PREFEITURA MUNICIPAL DE ACORIZAL

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS OP. CRÉDITO E DESPESA DE CAPITAL

ORÇAMENTOS FISCAIS E DA SEGURIDADE SOCIAL

PERIODO: Janeiro a Outubro 2020/BIMESTRE Setembro - Outubro

RREO – ANEXO 9 (LRF, art.53, § 1º, inciso I) R$ 1

PREVISÃO RECEITAS REALIZADAS SALDO NÃO

RECEITAS ATUALIZADA JAN A OUT REALIZADO

(a) (b) (c) = (a-b)

RECEITAS DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO (I) 0,00 0,00 0,00

DOTAÇÃO DESPESAS EMPENHADAS SALDO NÃO

ATUALIZADA JAN A OUT EXECUTADO

DESPESAS

(d) (e) (f) = (d-e)

DESPESAS DE CAPITAL 1.765.679,56 1.052.703,62 712.975,94

Investimentos 1.391.732,80 678.756,86 712.975,94

Inversões Financeiras 0,00 0,00 0,00

Amortização da Dívida 373.946,76 373.946,76 0,00

(-) Incentivos Fiscais a Contribuinte 0,00 0,00 0,00

(-) Incentivos Fiscais a Contribuinte por Instituições Financeiras 0,00 0,00 0,00

DESPESA DE CAPITAL LÍQUIDA (II) 1.765.679,56 1.052.703,62 712.975,94

RESULTADO PARA APURAÇÃO DA REGRA DE OURO (III) = (II – I) 1.765.679,56 1.052.703,62 712.975,94

<(d - a)> <(e - b)> <(f - c)>

Notas:

1 < Operações de Crédito descritas na CF, art. 167, inciso III>

2 Durante o exercício, somente as despesas liquidadas são consideradas executadas. No encerramento do exercício, as despesas não liquidadas inscritas em restos a pagar não processados são também

consideradas executadas. Dessa forma, para maior transparência, as despesas executadas estão segregadas em:

a) Despesas liquidadas, consideradas aquelas em que houve a entrega do material ou serviço, nos termos do art. 63 da Lei 4.320/64;

b) Despesas empenhadas, mas não liquidadas, inscritas em Restos a Pagar não processados, consideradas liquidadas no encerramento do exercício, por força do art.35, inciso II da Lei 4.320/64.

FONTE: SCPI - Contabilidade [9.25.25.509], PREFEITURA MUNICIPAL DE ACORIZAL, Data/hora da emissão: 23/fev/2021 11h e 23m" Portaria Nº 91 de 2020 - Mapeamento Atualizado 02/2020

RESOLUÇÃO Nº 02/2021/CMAS

Conselho Municipal de Assistência Social do Município de Acorizal-MT

RESOLUÇÃO Nº 02/2021/CMAS

Dispõe sob a **Aprovação da Prestação de conta do Demonstrativo C0-Financiamento Governo Federal Sistema Único da Assistência Social ano de 2019.**

O Conselho Municipal de Assistência Social – CMAS de Acorizal-MT, no uso de suas atribuições legais concedidas pela Lei Municipal de nº 8.742 de 07 de Dezembro de 1993 – Lei Orgânica da Assistência Social (LOAS) – tendo em vista a Lei Municipal Nº 421/1996 através da Reunião Ordinária realizada no dia 15 de Fevereiro de 2021 conforme a Ata nº 02/2021.

Resolve:

Art.1º- Aprovação da Prestação de contas do Demonstrativo do Co- Financiamento do Governo Federal Sistema Único da Assistência Social ano de 2019.

Art.2º. Está Resolução Entra em vigor na data de sua publicação.

Acorizal-MT, 15 de Fevereiro de 2021

_____

Cristiane Figueiredo da Silva

Presidente Conselho Municipal de Assistência Social

RESOLUÇÃO Nº 03/2021/CMAS

Conselho Municipal de Assistência Social do Município de Acorizal-MT

RESOLUÇÃO Nº 03/2021/CMAS

Dispõe sob a **Aprovação da Reprogramação de Saldo do Recurso do SUAS.**

O Conselho Municipal de Assistência Social – CMAS de Acorizal-MT, no uso de suas atribuições legais concedidas pela Lei Municipal de nº 8.742 de 07 de Dezembro de 1993 – Lei Orgânica da Assistência Social (LOAS) – tendo em vista a Lei Municipal Nº 421/1996 através da Reunião Ordinária realizada no dia 15 de Fevereiro de 2021 conforme a Ata nº 02/2021.

Resolve:

Art.1º- Aprovação da Reprogramação de Saldo do Recurso federais do SUAS, referentes aos Recursos da Assistência Social do ano 2020 conforme abaixo mencionado, os saldos em conta na data 31/12/2020 das contas.

N	Descrição	Valor Reprogramado
01	Criança Feliz	R$ 38.099,22
02	IGD Bolsa Família	R$ 35.441,73
03	IGD SUAS	R$ 176.12,00
04	Proteção Social Básica	R$ 7.265,05
05	BPC Escola	R$ 298,00
06	COVID	R$ 380,00

Art.2º. Está Resolução Entra em vigor na data de sua publicação.

Acorizal-MT, 15 de Fevereiro de 2021

_____

Cristiane Figueiredo da Silva

Presidente Conselho Municipal, de Assistência Social

PREFEITURA MUNICIPAL DE ACORIZAL RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA BALANÇO ORÇAMENTÁRIO ORÇAMENTOS FISCAIS E DA SEGURIDADE SOCIAL -PERIODO: JANEIRO A FEVEREIRO 2020/BIMESTRE JANEIRO

PREFEITURA MUNICIPAL DE ACORIZAL

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

BALANÇO ORÇAMENTÁRIO

ORÇAMENTOS FISCAIS E DA SEGURIDADE SOCIAL

1 of 6 PERIODO: Janeiro a Fevereiro 2020/BIMESTRE Janeiro - Fevereiro

RREO – ANEXO 1 (LRF, Art. 52, inciso I, alíneas “a” e “b” do inciso II e § 1º) R$ 1

RECEITAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS BIMESTRE % JAN A FEV		%		SALDO A REALIZAR
		(a)	(b)	(b/a)	(c)	(c/a)	(a-c)
RECEITAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I)	19.498.900,00	19.498.900,00	2.711.412,69	13,91	2.711.412,69	13,91	16.787.487,31
RECEITAS CORRENTES	19.248.900,00	19.248.900,00	2.711.412,69	14,09	2.711.412,69	14,09	16.537.487,31
IMPOSTOS, TAXAS E CONTRIBUIÇÕES DE MELHORIA	1.719.000,00	1.719.000,00	216.549,32	12,60	216.549,32	12,60	1.502.450,68
Impostos	1.601.000,00	1.601.000,00	205.047,43	12,81	205.047,43	12,81	1.395.952,57
Taxas	118.000,00	118.000,00	11.501,89	9,75	11.501,89	9,75	106.498,11
Contribuição de Melhoria	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
CONTRIBUIÇÕES	827.300,00	827.300,00	0,00	0,00	0,00	0,00	827.300,00
Contribuições Sociais	747.300,00	747.300,00	0,00	0,00	0,00	0,00	747.300,00
Contribuições Econômicas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Contribuições para Entidades Privadas de Serviço Social e de Formação Profissional	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Contribuição para o Custeio do Serviço de Iluminação Pública	80.000,00	80.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	80.000,00
RECEITA PATRIMONIAL	36.100,00	36.100,00	9.955,67	27,58	9.955,67	27,58	26.144,33
Exploração do Patrimônio Imobiliário do Estado	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Valores Mobiliários	36.100,00	36.100,00	9.955,67	27,58	9.955,67	27,58	26.144,33
Delegação de Serviços Públicos Mediante Concessão, Permissão, Autorização ou Licença	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Exploração de Recursos Naturais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Exploração do Patrimônio Intangível	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Cessão de Direitos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Receitas Patrimoniais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITA AGROPECUÁRIA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITA INDUSTRIAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITA DE SERVIÇOS	150.000,00	150.000,00	18.059,69	12,04	18.059,69	12,04	131.940,31
Serviços Administrativos e Comerciais Gerais	150.000,00	150.000,00	18.059,69	12,04	18.059,69	12,04	131.940,31
Serviços e Atividades Referentes à Navegação e ao Transporte	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Serviços e Atividades referentes à Saúde	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Serviços e Atividades Financeiras	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros Serviços	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	16.480.467,48	16.480.467,48	2.466.848,01	14,97	2.466.848,01	14,97	14.013.619,47
Transferências da União e de suas Entidades	9.582.467,48	9.582.467,48	1.429.045,44	14,91	1.429.045,44	14,91	8.153.422,04
Transferências dos Estados e do Distrito Federal e de suas Entidades	4.898.000,00	4.898.000,00	692.300,66	14,13	692.300,66	14,13	4.205.699,34
Transferências dos Municípios e de suas Entidades	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências de Instituições Privadas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências de Outras Instituições Públicas	2.000.000,00	2.000.000,00	345.501,91	17,28	345.501,91	17,28	1.654.498,09
Transferências do Exterior	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências de Pessoas Físicas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências Provenientes de Depósitos Não Identificados	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	36.032,52	36.032,52	0,00	0,00	0,00	0,00	36.032,52
Multas Administrativas, Contratuais e Judiciais	6.000,00	6.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	6.000,00
Indenizações, Restituições e Ressarcimentos	2.200,00	2.200,00	0,00	0,00	0,00	0,00	2.200,00
Bens, Direitos e Valores Incorporados ao Patrimônio Público	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

Demais Receitas Correntes	27.832,52	27.832,52	0,00	0,00	0,00	0,00	27.832,52
RECEITAS DE CAPITAL	250.000,00	250.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	250.000,00
OPERAÇÕES DE CRÉDITO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Operações de Crédito - Mercado Interno	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Operações de Crédito - Mercado Externo	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
ALIENAÇÃO DE BENS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Alienação de Bens Móveis	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Alienação de Bens Imóveis	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Alienação de Bens Intangíveis	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
AMORTIZAÇÕES DE EMPRÉSTIMOS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL	250.000,00	250.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	250.000,00
Transferências da União e de suas Entidades	250.000,00	250.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	250.000,00
Transferências dos Estados e do Distrito Federal e de suas Entidades	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências dos Municípios e de suas Entidades	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências de Instituições Privadas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências de Outras Instituições Públicas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências do Exterior	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências de Pessoas Físicas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências Provenientes de Depósitos Não Identificados	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
OUTRAS RECEITAS DE CAPITAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Integralização do Capital Social	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Remuneração das Disponibilidades do Tesouro	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Resgate de Títulos do Tesouro	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Receitas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (II)	267.100,00	267.100,00	0,00	0,00	0,00	0,00	267.100,00
SUBTOTAL DAS RECEITAS (III) = (I + II)	19.766.000,00	19.766.000,00	2.711.412,69	13,72	2.711.412,69	13,72	17.054.587,31
OPERAÇÕES DE CRÉDITO / REFINANCIAMENTO (IV)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Operações de Crédito - Mercado Interno	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

PREFEITURA MUNICIPAL DE ACORIZAL

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

BALANÇO ORÇAMENTÁRIO

ORÇAMENTOS FISCAIS E DA SEGURIDADE SOCIAL

2 of 6 PERIODO: Janeiro a Fevereiro 2020/BIMESTRE Janeiro - Fevereiro

RREO – ANEXO 1 (LRF, Art. 52, inciso I, alíneas “a” e “b” do inciso II e § 1º) R$ 1

RECEITAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS				SALDO A REALIZAR
			BIMESTRE	% JAN A FEV		%	
		(a)	(b)	(b/a)	(c)	(c/a)	(a-c)
Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Contratual	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Operações de Crédito - Mercado Externo	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Contratual	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS RECEITAS (V) = (III + IV)	19.766.000,00	19.766.000,00	2.711.412,69	13,72	2.711.412,69	13,72	17.054.587,31
DÉFICIT (VI)					425.512,95		
TOTAL COM DÉFICIT (VII) = (V + VI)	19.766.000,00	19.766.000,00	2.711.412,69	13,72	3.136.925,64	15,87	17.054.587,31
SALDOS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	550.000,00	550.000,00			0,00		
Recursos Arrecadados em Exercícios Anteriores - RPPS	550.000,00	550.000,00					
Superávit Financeiro Utilizado para Créditos Adicionais		0,00			0,00		

PREFEITURA MUNICIPAL DE ACORIZAL

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

BALANÇO ORÇAMENTÁRIO

3 of 6	ORÇAMENTOS FISCAIS E DA SEGURIDADE SOCIAL PERÍODO: Janeiro a Fevereiro 2020/BIMESTRE Janeiro - Fevereiro	
RREO – ANEXO 1 (LRF, Art. 52, inciso I, alíneas “a” e “b” do inciso II e § 1º)		R$ 1

DESPESAS	DOTACAO INICIAL (d)	DOTAÇÃO ATUALIZADA (e)	DESPESAS EMPENHADAS		SALDO (g) = (e-f)	DESPESAS LIQUIDADAS		SALDO (i) = (e-h)	DESPESAS PAGAS ATÉ O BIMESTRE (j)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS² (k)
			BIMESTRE	JAN A FEV (f)		BIMESTRE	JAN A FEV (h)			

DESPESAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (VIII)	19.785.900,00	19.750.567,60	5.464.767,95	5.464.767,95	14.285.799,65	2.970.388,95	2.970.388,95	16.780.178,65	2.113.603,65	0,00
DESPESAS CORRENTES	16.298.317,36	17.107.132,01	4.764.323,51	4.764.323,51	12.342.808,50	2.915.487,71	2.915.487,71	14.191.644,30	2.058.702,41	0,00
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	6.998.270,52	7.066.624,52	1.118.741,92	1.118.741,92	5.947.882,60	1.029.309,67	1.029.309,67	6.037.314,85	516.193,64	0,00
JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA	120.000,00	56.313,60	0,00	0,00	56.313,60	0,00	0,00	56.313,60	0,00	0,00
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	9.180.046,84	9.984.193,89	3.645.581,59	3.645.581,59	6.338.612,30	1.886.178,04	1.886.178,04	8.098.015,85	1.542.508,77	0,00
DESPESAS DE CAPITAL	2.851.400,00	2.007.252,95	700.444,44	700.444,44	1.306.808,51	54.901,24	54.901,24	1.952.351,71	54.901,24	0,00
INVESTIMENTOS	2.471.400,00	1.627.252,95	326.497,68	326.497,68	1.300.755,27	0,00	0,00	1.627.252,95	0,00	0,00
INVERSÕES FINANCEIRAS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA	380.000,00	380.000,00	373.946,76	373.946,76	6.053,24	54.901,24	54.901,24	325.098,76	54.901,24	0,00
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	636.182,64	636.182,64			636.182,64			636.182,64		
DESPESAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (IX)	530.100,00	565.432,40	166.536,69	166.536,69	398.895,71	166.536,69	166.536,69	398.895,71	109.356,14	0,00
SUBTOTAL DAS DESPESAS (X) = (VIII + IX)	20.316.000,00	20.316.000,00	5.631.304,64	5.631.304,64	14.684.695,36	3.136.925,64	3.136.925,64	17.179.074,36	2.222.959,79	0,00
AMORTIZAÇÃO DA DÍV. / REFI-NANCIAMENTO (XI)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida Interna	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Dívida Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Dívida Contratual	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida Externa	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Dívida Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Dívida Contratual	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS DESPESAS (XII) = (X + XI)	20.316.000,00	20.316.000,00	5.631.304,64	5.631.304,64	14.684.695,36	3.136.925,64	3.136.925,64	17.179.074,36	2.222.959,79	0,00
SUPERÁVIT (XIII)				0,00			0,00		0,00	
TOTAL COM SUPERÁVIT (XIV) = (XII + XIII)	20.316.000,00	20.316.000,00	5.631.304,64	5.631.304,64		3.136.925,64	3.136.925,64		2.222.959,79	0,00
RESERVA DO RPPS	0,00	0,00			0,00			0,00		

PREFEITURA MUNICIPAL DE ACORIZAL

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

BALANÇO ORÇAMENTÁRIO

ORÇAMENTOS FISCAIS E DA SEGURIDADE SOCIAL

4 of 6 PERIODO: Janeiro a Fevereiro 2020/BIMESTRE Janeiro - Fevereiro

RREO – ANEXO 1 (LRF, Art. 52, inciso I, alíneas “a” e “b” do inciso II e § 1º) R$ 1

RECEITAS INTRA-ORÇAMENTÁRIAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS				SALDO A REALIZAR
			BIMESTRE	%	JAN A FEV	%	
		(a)	(b)	(b/a)	(c)	(c/a)	(a-c)

RECEITAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (II) 267.100,00 267.100,00 0,00 0,00 0,00 0,00 267.100,00

RECEITAS CORRENTES 267.100,00 267.100,00 0,00 0,00 0,00 0,00 267.100,00

IMPOSTOS, TAXAS E CONTRIBUIÇÕES DE 0,00 0,00 0,00 0,00 0,00 0,00 0,00

MELHORIA

Impostos 0,00 0,00 0,00 0,00 0,00 0,00 0,00

Taxas 0,00 0,00 0,00 0,00 0,00 0,00 0,00

Contribuição de Melhoria 0,00 0,00 0,00 0,00 0,00 0,00 0,00

CONTRIBUIÇÕES 267.100,00 267.100,00 0,00 0,00 0,00 0,00 267.100,00

Contribuições Sociais 267.100,00 267.100,00 0,00 0,00 0,00 0,00 267.100,00

Contribuições Econômicas 0,00 0,00 0,00 0,00 0,00 0,00 0,00

Contribuições para Entidades Privadas de Serviço Social 0,00 0,00 0,00 0,00 0,00 0,00 0,00

e de Formação Profissional

Contribuição para o Custeio do Serviço de Iluminação 0,00 0,00 0,00 0,00 0,00 0,00 0,00

Pública

RECEITA PATRIMONIAL 0,00 0,00 0,00 0,00 0,00 0,00 0,00
Exploração do Patrimônio Imobiliário do Estado 0,00 0,00 0,00 0,00 0,00 0,00 0,00
Valores Mobiliários 0,00 0,00 0,00 0,00 0,00 0,00 0,00
Delegação de Serviços Públicos Mediante Concessão, 0,00 0,00 0,00 0,00 0,00 0,00 0,00
Permissão, Autorização ou Licença
Exploração de Recursos Naturais 0,00 0,00 0,00 0,00 0,00 0,00 0,00
Exploração do Patrimônio Intangível 0,00 0,00 0,00 0,00 0,00 0,00 0,00
Cessão de Direitos 0,00 0,00 0,00 0,00 0,00 0,00 0,00
Demais Receitas Patrimoniais 0,00 0,00 0,00 0,00 0,00 0,00 0,00
RECEITA AGROPECUÁRIA 0,00 0,00 0,00 0,00 0,00 0,00 0,00
RECEITA INDUSTRIAL 0,00 0,00 0,00 0,00 0,00 0,00 0,00
RECEITA DE SERVIÇOS 0,00 0,00 0,00 0,00 0,00 0,00 0,00
Serviços Administrativos e Comerciais Gerais 0,00 0,00 0,00 0,00 0,00 0,00 0,00
Serviços e Atividades Referentes à Navegação e ao 0,00 0,00 0,00 0,00 0,00 0,00 0,00
Transporte
Serviços e Atividades referentes à Saúde 0,00 0,00 0,00 0,00 0,00 0,00 0,00
Serviços e Atividades Financeiras 0,00 0,00 0,00 0,00 0,00 0,00 0,00
Outros Serviços 0,00 0,00 0,00 0,00 0,00 0,00 0,00
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES 0,00 0,00 0,00 0,00 0,00 0,00 0,00
Transferências da União e de suas Entidades 0,00 0,00 0,00 0,00 0,00 0,00 0,00
Transferências dos Estados e do Distrito Federal e de 0,00 0,00 0,00 0,00 0,00 0,00 0,00
suas Entidades
Transferências dos Municípios e de suas Entidades 0,00 0,00 0,00 0,00 0,00 0,00 0,00
Transferências de Instituições Privadas 0,00 0,00 0,00 0,00 0,00 0,00 0,00
Transferências de Outras Instituições Públicas 0,00 0,00 0,00 0,00 0,00 0,00 0,00
Transferências do Exterior 0,00 0,00 0,00 0,00 0,00 0,00 0,00
Transferências de Pessoas Físicas 0,00 0,00 0,00 0,00 0,00 0,00 0,00
Transferências Provenientes de Depósitos Não 0,00 0,00 0,00 0,00 0,00 0,00 0,00
Identificados
OUTRAS RECEITAS CORRENTES 0,00 0,00 0,00 0,00 0,00 0,00 0,00
Multas Administrativas, Contratuais e Judiciais 0,00 0,00 0,00 0,00 0,00 0,00 0,00
Indenizações, Restituições e Ressarcimentos 0,00 0,00 0,00 0,00 0,00 0,00 0,00
Bens, Direitos e Valores Incorporados ao Patrimônio 0,00 0,00 0,00 0,00 0,00 0,00 0,00
Público
Demais Receitas Correntes 0,00 0,00 0,00 0,00 0,00 0,00 0,00
RECEITAS DE CAPITAL 0,00 0,00 0,00 0,00 0,00 0,00 0,00
OPERAÇÕES DE CRÉDITO 0,00 0,00 0,00 0,00 0,00 0,00 0,00
Operações de Crédito - Mercado Interno 0,00 0,00 0,00 0,00 0,00 0,00 0,00
Operações de Crédito - Mercado Externo 0,00 0,00 0,00 0,00 0,00 0,00 0,00
ALIENAÇÃO DE BENS 0,00 0,00 0,00 0,00 0,00 0,00 0,00
Alienação de Bens Móveis 0,00 0,00 0,00 0,00 0,00 0,00 0,00
Alienação de Bens Imóveis 0,00 0,00 0,00 0,00 0,00 0,00 0,00
Alienação de Bens Intangíveis 0,00 0,00 0,00 0,00 0,00 0,00 0,00
AMORTIZAÇÕES DE EMPRÉSTIMOS 0,00 0,00 0,00 0,00 0,00 0,00 0,00
TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL 0,00 0,00 0,00 0,00 0,00 0,00 0,00
Transferências da União e de suas Entidades 0,00 0,00 0,00 0,00 0,00 0,00 0,00
Transferências dos Estados e do Distrito Federal e de 0,00 0,00 0,00 0,00 0,00 0,00 0,00
suas Entidades

Transferências dos Municípios e de suas Entidades 0,00 0,00 0,00 0,00 0,00 0,00 0,00

Transferências de Instituições Privadas 0,00 0,00 0,00 0,00 0,00 0,00 0,00

Transferências de Outras Instituições Públicas 0,00 0,00 0,00 0,00 0,00 0,00 0,00

Transferências do Exterior 0,00 0,00 0,00 0,00 0,00 0,00 0,00

Transferências de Pessoas Físicas 0,00 0,00 0,00 0,00 0,00 0,00 0,00

Transferências Provenientes de Depósitos Não 0,00 0,00 0,00 0,00 0,00 0,00 0,00
Identificados

OUTRAS RECEITAS DE CAPITAL 0,00 0,00 0,00 0,00 0,00 0,00 0,00

Integralização do Capital Social 0,00 0,00 0,00 0,00 0,00 0,00 0,00

Remuneração das Disponibilidades do Tesouro 0,00 0,00 0,00 0,00 0,00 0,00 0,00

Resgate de Títulos do Tesouro 0,00 0,00 0,00 0,00 0,00 0,00 0,00

Demais Receitas de Capital 0,00 0,00 0,00 0,00 0,00 0,00 0,00

PREFEITURA MUNICIPAL DE ACORIZAL

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

BALANÇO ORÇAMENTÁRIO

ORÇAMENTOS FISCAIS E DA SEGURIDADE SOCIAL

5 of 6 PERIODO: Janeiro a Fevereiro 2020/BIMESTRE Janeiro - Fevereiro

RREO – ANEXO 1 (LRF, Art. 52, inciso I, alíneas “a” e “b” do inciso II e § 1º) R$ 1

RECEITAS INTRA-ORÇAMENTÁRIAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS				SALDO A REALIZAR
			BIMESTRE	%	JAN A FEV	%	
		(a)	(b)	(b/a)	(c)	(c/a)	(a-c)

6 of 6

RREO – ANEXO 1 (LRF, Art. 52, inciso I, alíneas “a” e “b” do inciso II e § 1º)

PREFEITURA MUNICIPAL DE ACORIZAL

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

BALANÇO ORÇAMENTÁRIO

ORÇAMENTOS FISCAIS E DA SEGURIDADE SOCIAL

PERIODO: Janeiro a Fevereiro 2020/BIMESTRE Janeiro - Fevereiro

DESPESAS INTRA-ORÇAMENTÁRIAS	DOTACAO INICIAL (d)	DOTAÇÃO ATUALIZADA (e)	DESPESAS EMPE-NHADAS		SALDO (g) = (e-f)	DESPESAS LIQUI-DADAS		SALDO (i) = (e-h)	DESPESAS PAGAS ATÉ O BIMES-TRE (j)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS² (k)	
			BIMESTRE	JAN A FEV (f)		BIMESTRE	JAN A FEV (h)				
DESPESAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (IX)	530.100,00	565.432,40	166.536,69	166.536,69		398.895,71	166.536,69	166.536,69	398.895,71	109.356,14	0,00
DESPESAS CORRENTES	530.100,00	565.432,40	166.536,69	166.536,69		398.895,71	166.536,69	166.536,69	398.895,71	109.356,14	0,00
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	530.100,00	565.432,40	166.536,69	166.536,69		398.895,71	166.536,69	166.536,69	398.895,71	109.356,14	0,00
JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA	0,00	0,00	0,00	0,00		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	0,00	0,00	0,00	0,00		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESAS DE CAPITAL	0,00	0,00	0,00	0,00		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
INVESTIMENTOS	0,00	0,00	0,00	0,00		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
INVERSÕES FINANCEIRAS	0,00	0,00	0,00	0,00		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA	0,00	0,00	0,00	0,00		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

R$ Milhares

PREFEITURA MUNICIPAL DE ACORIZAL RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO DAS DESPESAS POR FUNÇÃO E SUBFUNÇÃO ORÇAMENTOS FISCAIS E DA SEGURIDADE SOCIAL PERIODO: JANEIRO A

PREFEITURA MUNICIPAL DE ACORIZAL

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO DAS DESPESAS POR FUNÇÃO E SUBFUNÇÃO

ORÇAMENTOS FISCAIS E DA SEGURIDADE SOCIAL

PERIODO: Janeiro a Fevereiro 2020/BIMESTRE Janeiro - Fevereiro

RREO – Anexo 2 (LRF, Art. 52, inciso II, alínea “c”) R$ 1

FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (a)	DESPESAS EMPENHADAS			SALDO (c) = (a-b)	DESPESAS LIQUIDADAS			SALDO (e) = (a-d)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (f)
			BIMESTRE	JAN A FEV (b)	% (b/total b)		BIMESTRE	JAN A FEV (d)	% (d/total d)		
DESPESAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I)	19.785.900,00	19.750.567,60	5.465.304,77	5.465.304,77	97,04	14.285.262,83	2.970.925,77	2.970.925,77	94,69	16.779.641,83	0,00
Legislativa	875.000,00	875.000,00	0,00	0,00	0,00	875.000,00	0,00	0,00	0,00	875.000,00	0,00
Ação Legislativa	875.000,00	875.000,00	0,00	0,00	0,00	875.000,00	0,00	0,00	0,00	875.000,00	0,00
Administração	2.159.500,00	2.754.500,00	1.632.340,63	1.632.340,63	28,98	1.122.159,37	809.090,46	809.090,46	25,79	1.945.409,54	0,00
Defesa do Interesse Público no Processo Judiciário	77.000,00	77.000,00	33.000,00	33.000,00	0,59	44.000,00	0,00	0,00	0,00	77.000,00	0,00
Administração Geral	2.040.500,00	2.635.500,00	1.599.340,63	1.599.340,63	28,40	1.036.159,37	809.090,46	809.090,46	25,79	1.826.409,54	0,00
Normatização e Fiscalização	42.000,00	42.000,00	0,00	0,00	0,00	42.000,00	0,00	0,00	0,00	42.000,00	0,00
Assistência Social	950.800,00	952.800,00	210.026,99	210.026,99	3,73	742.773,01	153.344,67	153.344,67	4,89	799.455,33	0,00
Assistência ao Idoso	428.000,00	428.000,00	160.826,54	160.826,54	2,86	267.173,46	131.269,71	131.269,71	4,18	296.730,29	0,00
Assistência à Criança e ao Adolescente	103.100,00	143.100,00	22.074,96	22.074,96	0,39	121.025,04	22.074,96	22.074,96	0,70	121.025,04	0,00
Assistência Comunitária	419.700,00	381.700,00	27.125,49	27.125,49	0,48	354.574,51	0,00	0,00	0,00	381.700,00	0,00
Previdência Social	841.000,00	841.000,00	0,00	0,00	0,00	841.000,00	0,00	0,00	0,00	841.000,00	0,00
Previdência do Regime Estatutário	841.000,00	841.000,00	0,00	0,00	0,00	841.000,00	0,00	0,00	0,00	841.000,00	0,00
Saúde	3.821.557,36	4.045.704,41	963.617,85	963.617,85	17,11	3.082.086,56	753.008,87	753.008,87	24,00	3.292.695,54	0,00
Administração Geral	10.000,00	10.000,00	0,00	0,00	0,00	10.000,00	0,00	0,00	0,00	10.000,00	0,00
Atenção Básica	3.195.300,00	3.559.447,05	955.319,43	955.319,43	16,96	2.604.127,62	745.740,10	745.740,10	23,77	2.813.706,95	0,00
Assistência Hospitalar e Ambulatorial	416.086,84	256.086,84	8.298,42	8.298,42	0,15	247.788,42	7.268,77	7.268,77	0,23	248.818,07	0,00
Vigilância Sanitária	100.000,00	120.000,00	0,00	0,00	0,00	120.000,00	0,00	0,00	0,00	120.000,00	0,00
Vigilância Epidemiológica	100.170,52	100.170,52	0,00	0,00	0,00	100.170,52	0,00	0,00	0,00	100.170,52	0,00
Educação	4.469.800,00	4.622.006,95	1.114.891,90	1.114.891,90	19,80	3.507.115,05	603.836,66	603.836,66	19,25	4.018.170,29	0,00
Administração Geral	15.000,00	8.000,00	0,00	0,00	0,00	8.000,00	0,00	0,00	0,00	8.000,00	0,00
Ensino Fundamental	3.550.800,00	3.681.652,95	1.019.997,62	1.019.997,62	18,11	2.661.655,33	519.386,45	519.386,45	16,55	3.162.266,50	0,00
Ensino Superior	10.000,00	10.000,00	0,00	0,00	0,00	10.000,00	0,00	0,00	0,00	10.000,00	0,00
Educação Infantil	894.000,00	922.354,00	94.894,28	94.894,28	1,68	827.459,72	84.450,21	84.450,21	2,69	837.903,79	0,00
Cultura	60.100,00	60.100,00	5.000,00	5.000,00	0,09	55.100,00	1.026,46	1.026,46	0,03	59.073,54	0,00
Difusão Cultural	60.100,00	60.100,00	5.000,00	5.000,00	0,09	55.100,00	1.026,46	1.026,46	0,03	59.073,54	0,00
Urbanismo	2.247.100,00	1.697.100,00	227.167,57	227.167,57	4,03	1.469.932,43	176.973,31	176.973,31	5,64	1.520.126,69	0,00
Administração Geral	1.293.100,00	793.100,00	227.018,23	227.018,23	4,03	566.081,77	176.823,97	176.823,97	5,64	616.276,03	0,00
Administração Financeira	10.000,00	10.000,00	0,00	0,00	0,00	10.000,00	0,00	0,00	0,00	10.000,00	0,00
Infra-Estrutura Urbana	704.000,00	654.000,00	0,00	0,00	0,00	654.000,00	0,00	0,00	0,00	654.000,00	0,00
Serviços Urbanos	240.000,00	240.000,00	149,34	149,34	0,00	239.850,66	149,34	149,34	0,00	239.850,66	0,00
Habitação	10.000,00	10.000,00	0,00	0,00	0,00	10.000,00	0,00	0,00	0,00	10.000,00	0,00
Habitação Urbana	10.000,00	10.000,00	0,00	0,00	0,00	10.000,00	0,00	0,00	0,00	10.000,00	0,00
Saneamento	925.000,00	965.000,00	605.870,86	605.870,86	10,76	359.129,14	297.719,10	297.719,10	9,49	667.280,90	0,00
Administração Geral	810.000,00	850.000,00	605.870,86	605.870,86	10,76	244.129,14	297.719,10	297.719,10	9,49	552.280,90	0,00
Saneamento Básico Urbano	115.000,00	115.000,00	0,00	0,00	0,00	115.000,00	0,00	0,00	0,00	115.000,00	0,00

RREO – Anexo 2 (LRF, Art. 52, inciso II, alínea “c”) R$ 1

FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (a)	DESPESAS EMPENHADAS			SALDO (c) = (a-b)	DESPESAS LIQUIDADAS			SALDO (e) = (a-d)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS
			BIMESTRE	JAN A FEV	%		BIMESTRE	JAN A FEV	%		

				(b)	(b/total b)			(d)	(d/total d)		(f)
Gestão Ambiental	282.500,00	32.500,00	0,00	0,00	0,00	32.500,00	0,00	0,00	0,00	32.500,00	0,00
Preservação e Conservação Ambiental	20.000,00	20.000,00	0,00	0,00	0,00	20.000,00	0,00	0,00	0,00	20.000,00	0,00
Extensão Rural	262.500,00	12.500,00	0,00	0,00	0,00	12.500,00	0,00	0,00	0,00	12.500,00	0,00
Agricultura	299.500,00	179.500,00	17.467,74	17.467,74	0,31	162.032,26	17.467,74	17.467,74	0,56	162.032,26	0,00
Administração Geral	194.500,00	154.500,00	17.467,74	17.467,74	0,31	137.032,26	17.467,74	17.467,74	0,56	137.032,26	0,00
Promoção da Produção Vegetal	75.000,00	20.000,00	0,00	0,00	0,00	20.000,00	0,00	0,00	0,00	20.000,00	0,00
Abastecimento	30.000,00	5.000,00	0,00	0,00	0,00	5.000,00	0,00	0,00	0,00	5.000,00	0,00
Comércio e Serviços	415.100,00	320.100,00	4.880,00	4.880,00	0,09	315.220,00	4.880,00	4.880,00	0,16	315.220,00	0,00
Administração Geral	7.000,00	7.000,00	0,00	0,00	0,00	7.000,00	0,00	0,00	0,00	7.000,00	0,00
Turismo	408.100,00	313.100,00	4.880,00	4.880,00	0,09	308.220,00	4.880,00	4.880,00	0,16	308.220,00	0,00
Transporte	1.000.000,00	1.000.000,00	81.563,45	81.563,45	1,45	918.436,55	37.231,20	37.231,20	1,19	962.768,80	0,00
Administração Geral	10.000,00	10.000,00	0,00	0,00	0,00	10.000,00	0,00	0,00	0,00	10.000,00	0,00
Transporte Rodoviário	990.000,00	990.000,00	81.563,45	81.563,45	1,45	908.436,55	37.231,20	37.231,20	1,19	952.768,80	0,00
Desporto e Lazer	87.100,00	87.100,00	8.594,30	8.594,30	0,15	78.505,70	8.594,30	8.594,30	0,27	78.505,70	0,00
Desporto Comunitário	87.100,00	87.100,00	8.594,30	8.594,30	0,15	78.505,70	8.594,30	8.594,30	0,27	78.505,70	0,00
Encargos Especiais	705.660,00	671.973,60	593.883,48	593.883,48	10,55	78.090,12	107.753,00	107.753,00	3,43	564.220,60	0,00
Serviço da Dívida Interna	380.000,00	380.000,00	373.946,76	373.946,76	6,64	6.053,24	54.901,24	54.901,24	1,75	325.098,76	0,00
Outros Encargos Especiais	325.660,00	291.973,60	219.936,72	219.936,72	3,91	72.036,88	52.851,76	52.851,76	1,68	239.121,84	0,00
Reserva de Contingência	636.182,64	636.182,64	0,00	0,00	0,00	636.182,64	0,00	0,00	0,00	636.182,64	0,00
Reserva de Contingência	636.182,64	636.182,64	0,00	0,00	0,00	636.182,64	0,00	0,00	0,00	636.182,64	0,00
DESPESAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (II)	530.100,00	565.432,40	166.536,69	166.536,69	2,96	398.895,71	166.536,69	166.536,69	5,31	398.895,71	0,00
Legislativa	15.000,00	15.000,00	0,00	0,00	0,00	15.000,00	0,00	0,00	0,00	15.000,00	0,00
Ação Legislativa	15.000,00	15.000,00	0,00	0,00	0,00	15.000,00	0,00	0,00	0,00	15.000,00	0,00
Administração	71.000,00	71.000,00	15.005,44	15.005,44	0,27	55.994,56	15.005,44	15.005,44	0,48	55.994,56	0,00
Administração Geral	68.000,00	68.000,00	15.005,44	15.005,44	0,27	52.994,56	15.005,44	15.005,44	0,48	52.994,56	0,00
Normatização e Fiscalização	3.000,00	3.000,00	0,00	0,00	0,00	3.000,00	0,00	0,00	0,00	3.000,00	0,00
Assistência Social	31.100,00	31.100,00	2.884,74	2.884,74	0,05	28.215,26	2.884,74	2.884,74	0,09	28.215,26	0,00
Assistência ao Idoso	30.000,00	30.000,00	2.884,74	2.884,74	0,05	27.115,26	2.884,74	2.884,74	0,09	27.115,26	0,00
Assistência à Criança e ao Adolescente	1.000,00	1.000,00	0,00	0,00	0,00	1.000,00	0,00	0,00	0,00	1.000,00	0,00
Assistência Comunitária	100,00	100,00	0,00	0,00	0,00	100,00	0,00	0,00	0,00	100,00	0,00
Saúde	50.000,00	69.215,40	46.526,99	46.526,99	0,83	22.688,41	46.526,99	46.526,99	1,48	22.688,41	0,00
Atenção Básica	47.000,00	66.215,40	46.526,99	46.526,99	0,83	19.688,41	46.526,99	46.526,99	1,48	19.688,41	0,00
Vigilância Epidemiológica	3.000,00	3.000,00	0,00	0,00	0,00	3.000,00	0,00	0,00	0,00	3.000,00	0,00
Educação	275.000,00	291.117,00	83.841,85	83.841,85	1,49	207.275,15	83.841,85	83.841,85	2,67	207.275,15	0,00
Ensino Fundamental	220.000,00	220.000,00	70.849,64	70.849,64	1,26	149.150,36	70.849,64	70.849,64	2,26	149.150,36	0,00
Educação Infantil	55.000,00	71.117,00	12.992,21	12.992,21	0,23	58.124,79	12.992,21	12.992,21	0,41	58.124,79	0,00
Cultura	1.000,00	1.000,00	0,00	0,00	0,00	1.000,00	0,00	0,00	0,00	1.000,00	0,00
Difusão Cultural	1.000,00	1.000,00	0,00	0,00	0,00	1.000,00	0,00	0,00	0,00	1.000,00	0,00

RREO – Anexo 2 (LRF, Art. 52, inciso II, alínea “c”) R$ 1

FUNÇÃO/SUB-FUNÇÃO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (a)	DESPESAS EMPENHADAS			SALDO (c) = (a-b)	DESPESAS LIQUIDADAS			SALDO (e) = (a-d)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (f)
			BIMESTRE	JAN A FEV (b)	% (b/total b)		BIMESTRE	JAN A FEV (d)	% (d/total d)		
Urbanismo	50.000,00	50.000,00	10.531,37	10.531,37	0,19	39.468,63	10.531,37	10.531,37	0,34	39.468,63	0,00

Administração Geral	50.000,00	50.000,00	10.531,37	10.531,37	0,19	39.468,63	10.531,37	10.531,37	0,34	39.468,63	0,00
Saneamento	25.000,00	25.000,00	5.142,40	5.142,40	0,09	19.857,60	5.142,40	5.142,40	0,16	19.857,60	0,00
Administração Geral	25.000,00	25.000,00	5.142,40	5.142,40	0,09	19.857,60	5.142,40	5.142,40	0,16	19.857,60	0,00
Agricultura	8.000,00	8.000,00	1.641,18	1.641,18	0,03	6.358,82	1.641,18	1.641,18	0,05	6.358,82	0,00
Administração Geral	8.000,00	8.000,00	1.641,18	1.641,18	0,03	6.358,82	1.641,18	1.641,18	0,05	6.358,82	0,00
Comércio e Serviços	2.000,00	2.000,00	0,00	0,00	0,00	2.000,00	0,00	0,00	0,00	2.000,00	0,00
Turismo	2.000,00	2.000,00	0,00	0,00	0,00	2.000,00	0,00	0,00	0,00	2.000,00	0,00
Desporto e Lazer	2.000,00	2.000,00	962,72	962,72	0,02	1.037,28	962,72	962,72	0,03	1.037,28	0,00
Desporto Comunitário	2.000,00	2.000,00	962,72	962,72	0,02	1.037,28	962,72	962,72	0,03	1.037,28	0,00
TOTAL (III) = (I + II)	20.316.000,00	20.316.000,00	5.631.841,46	5.631.841,46	100,00	14.684.158,54	3.137.462,46	3.137.462,46	100,00	17.178.537,54	0,00

Nota: Durante o exercício, somente as despesas liquidadas são consideradas executadas. No encerramento do exercício, as despesas não liquidadas inscritas em restos a pagar processados são também consideradas executadas. Dessa forma, para maior transparência, as despesas executadas estão segregadas em:

. a) Despesas liquidadas, consideradas aquelas em que houve a entrega do material ou serviço, nos termos do art. 63 da Lei 4.320/64;

. b) Despesas empenhadas mas não liquidadas, inscritas em Restos a Pagar processados, consideradas liquidadas no encerramento do exercício, por força do art.35, inciso II da Lei 4.320/64.

PREFEITURA MUNICIPAL DE ACORIZAL RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA DEMONSTRATIVO DA RECEITA CORRENTE LÍQUIDA ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL MAR/2019 A FEV/2020

PREFEITURA MUNICIPAL DE ACORIZAL

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

DEMONSTRATIVO DA RECEITA CORRENTE LÍQUIDA

ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

MAR/2019 A FEV/2020

RREO – ANEXO 3 (LRF, Art. 53, inciso I) R$ 1

ESPECIFICAÇÃO				EVOLUÇÃO DA RECEITA REALIZADA NOS ÚLTIMOS 12 MESES									TOTAL (ÚLTIMOS 12 MESES)	PREVISÃO ATUALIZADA
	MAR/2019	ABR/2019	MAI/2019	JUN/2019	JUL/2019	AGO/2019	SET/2019	OUT/2019	NOV/2019	DEZ/2019	JAN/2020	FEV/2020		
RECEITAS CORRENTES (I) Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria IPTU ISS ITBI IRRF Outros Impostos, Taxas e Contribuições de	1.336.136,89 109.761,41 1.118,31 90.113,67 12.677,00 0,00 5.852,43	1.758.617,24 457.156,80 8.349,19 257.457,42 2.219,00 177.665,56 11.465,63	1.477.178,16 109.460,06 4.931,80 79.543,35 8.824,47 13.765,14 2.395,30	1.313.614,78 2.196.894,65 1.383.220,58 1.258.145,32 1.490.315,66 1.624.909,78 85.283,62 102.685,32 108.744,50 116.975,23 179.168,26 130.249,38 7.096,64 2.199,55 13.352,93 8.780,85 2.662,33 1.084,44 73.057,24 88.280,76 81.387,49 89.438,90 168.857,04 94.893,48 3.200,00 7.297,04 7.660,00 15.700,00 4.100,00 30.790,26 0,00 0,00 0,00 0,00 0,00 0,00 1.929,74 4.907,97 6.344,08 3.055,48 3.548,89 3.481,20						3.348.541,83 154.393,10 1.550,87 53.116,62 4.267,00 94.971,57 487,04	1.501.729,82 166.328,16 1.182,29 152.889,83 5.659,62 0,00 6.596,42	1.641.876,77 50.221,16 614,42 43.170,24 978,46 0,00 5.458,04	20.331.181,48 1.770.427,00 52.923,62 1.272.206,04 103.372,85 286.402,27 55.522,22	21.724.900,00 1.719.000,00 60.000,00 1.031.000,00 50.000,00 460.000,00 118.000,00
Melhoria Contribuições Receita Patrimonial Rendimentos de Aplicação Financeira Outras Receitas Patrimoniais Receita Agropecuária Receita Industrial Receita de Serviços Transferências Correntes Cota Parte do FPM Cota Parte do ICMS Cota Parte do IPVA Cota Parte do ITR Transferências da LC 87/1996 Transferências da LC 61/1989 Transferencias do FUNDEB Outras Transferências Correntes Outras Receitas Correntes DEDUÇÕES (II) Contribuição do Servidor para o Plano de	0,00 2.441,01 2.441,01 0,00 0,00 7.512,10 1.216.422,37 553.852,26 258.809,46 30.621,25 987,64 0,00 0,00 144.512,63 227.639,13 0,00 168.854,05 0,00	0,00 2.851,58 2.851,58 0,00 0,00 11.130,46 1.287.478,40 540.343,84 268.517,59 29.437,84 15.249,23 0,00 0,00 156.357,00 277.572,90 0,00 170.709,65 0,00	30.189,64 2.189,44 2.189,44 0,00 0,00 9.902,41 1.325.436,61 693.437,17 271.033,56 29.071,95 453,77 0,00 0,00 159.464,39 171.975,77 0,00 198.799,21 0,00	865,96 41,86 3.991,19 0,00 3,28 307,93 2.805,77 2.228,65 3.005,62 3.123,92 2.728,10 7.274,83 2.805,77 2.228,65 3.005,62 3.123,92 2.728,10 7.274,83 0,00 0,00 0,00 0,00 0,00 0,00 0,00 0,00 0,00 0,00 0,00 0,00 0,00 0,00 0,00 0,00 0,00 0,00 8.272,51 10.870,10 9.246,26 10.478,78 10.261,45 3.867,92 1.216.386,92 2.081.068,72 1.258.233,01 1.127.567,39 1.298.154,57 1.483.209,72 546.218,93 746.952,35 545.224,28 485.330,02 446.809,32 606.384,17 230.348,58 343.355,53 297.846,97 261.480,05 386.102,69 320.776,23 27.150,17 20.494,22 9.304,60 18.750,91 9.838,55 4.122,68 1.824,98 867,87 168,26 2.926,81 26.416,66 2.409,39 0,00 0,00 0,00 0,00 0,00 0,00 0,00 0,00 0,00 0,00 0,00 0,00 133.069,95 166.585,20 151.768,33 135.621,44 188.725,95 163.990,75 277.774,31 802.813,55 253.920,57 223.458,16 240.261,40 385.526,50 0,00 0,00 0,00 0,00 0,00 0,00 161.108,48 162.792,63 170.508,76 153.697,46 173.833,34 186.738,39 0,00 0,00 0,00 0,00 0,00 0,00						313.859,14 27.475,10 27.475,10 0,00 0,00 4.616,35 2.848.198,14 1.033.784,91 497.452,01 4.877,80 5.873,13 0,00 0,00 240.324,85 1.065.885,44 0,00 560.420,90 313.848,92	0,00 8.434,718. 434,71 0,00 0,00 8.550,32 1.318.416,63 606.292,89 332.775,50 27.155,15 3.926,63 0,00 0,00 168.908,85 179.357,61 0,00 193.875,46 0,00	0,00 1.520,961. 520,96 0,00 0,00 9.509,37 1.580.625,28 876.066,17 302.924,08 14.855,97 591,79 0,00 0,00 176.593,06 209.594,21 0,00 238.318,44 0,00	349.259,00 66.079,69 66.079,69 0,00 0,00 0,00 104.218,03 18.041.197,76 7.680.696,31 3.771.422,25 225.681,09 61.696,16 0,00 0,00 1.985.922,40 4.315.779,55 0,00 2.539.656,77 313.848,92	827.300,00 36.100,00 36.100,00 0,00 0,00 0,00 150.000,00 18.956.467,48 8.630.000,00 4.000.000,00 220.000,00 120.000,00 20.000,00 20.000,00 2.000.000,00 3.946.467,48 36.032,52 3.223.400,00 747.300,00

Previdência Compensação Financeira entre Regimes de	0,00	0,00	0,00	0,00 0,00 0,00 0,00 0,00 0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	100,00
Previdência Dedução de Receita para Formação do Fundeb	168.854,05	170.709,65	198.799,21	161.108,48 162.792,63 170.508,76 153.697,46 173.833,34 186.738,39	246.571,98	193.875,46	238.318,44	2.225.807,85	2.476.000,00
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA (I)-(II)	1.167.282,84	1.587.907,59	1.278.378,95	1.152.506,30 2.034.102,02 1.212.711,82 1.104.447,86 1.316.482,32 1.438.171,39	2.788.120,93	1.307.854,36	1.403.558,33	17.791.524,71	18.501.500,00
(-) Transferências obrigatórias da União relativas às emendas individuais (art. 166-A, § 1º, da CF) (IV)	0,00	0,00	0,00	0,00 0,00 0,00 0,00 0,00 0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA AJUSTADA PARA PARA CÁLCULO DOS LIMITES DE ENDIVIDAMENTO (V) = (III - IV)	1.167.282,84	1.587.907,59	1.278.378,95	1.152.506,30 2.034.102,02 1.212.711,82 1.104.447,86 1.316.482,32 1.438.171,39	2.788.120,93	1.307.854,36	1.403.558,33	17.791.524,71	18.501.500,00
(-) Transferências obrigatórias da União relativas às emendas de bancada (art. 166, § 16, da CF) (VI)	0,00	0,00	0,00	0,00 0,00 0,00 0,00 0,00 0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA AJUSTADA PARA CÁLCULO DOS LIMITES DA DESPESA COM PESSOAL (VII) = (V - VI)	1.167.282,84	1.587.907,59	1.278.378,95	1.152.506,30 2.034.102,02 1.212.711,82 1.104.447,86 1.316.482,32 1.438.171,39	2.788.120,93	1.307.854,36	1.403.558,33	17.791.524,71	18.501.500,00

PREFEITURA MUNICIPAL DE ACORIZAL DEMONSTRATIVOS DAS RECEITAS E DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS DO REGIME PRÓPRIO DOS SERVIDORES PÚBLICOS - PERIODO: JANEIRO A FEVEREIRO 2020/BIMESTRE JANEIRO - FEVEREIRO

PREFEITURA MUNICIPAL DE ACORIZAL

DEMONSTRATIVOS DAS RECEITAS E DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS

DO REGIME PRÓPRIO DOS SERVIDORES PÚBLICOS

1 of 4 PERIODO: Janeiro a Fevereiro 2020/BIMESTRE Janeiro - Fevereiro

	PLANO PREVIDENCIÁRIO				
RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS		PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS	
				Jan a Fev 2020	Jan a Fev 2019

Ativo 0,00 0,00 0,00 0,00 Inativo 0,00 0,00 0,00 0,00 Pensionista 0,00 0,00 0,00 0,00

Receita Patrimonial 0,00 0,00 0,00 0,00 Receitas Imobiliárias 0,00 0,00 0,00 0,00

Receitas de Valores Mobiliários 0,00 0,00 0,00 0,00 Outras Receitas Patrimoniais 0,00 0,00 0,00 0,00 Receita de Serviços 0,00 0,00 0,00 0,00 Outras Receitas Correntes 0,00 0,00 0,00 0,00

Compensação Previdenciária do RGPS para o RPPS 0,00 0,00 0,00 0,00

Aportes Periódicos para Amortização de Déficit Atuarial do RPPS (II) 0,00 0,00 0,00 0,00

Demais Receitas Correntes 0,00 0,00 0,00 0,00 RECEITAS DE CAPITAL (III) 0,00 0,00 0,00 0,00

Alienação de Bens, Direitos e Ativos 0,00 0,00 0,00 0,00 Amortização de Empréstimos 0,00 0,00 0,00 0,00 Outras Receitas de Capital 0,00 0,00 0,00 0,00

TOTAL DAS RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS RPPS - (IV) = (I + III - II) 0,00 0,00 0,00 0,00

Benefícios - Civil	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Aposentadorias	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Pensões	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros Benefícios Previdenciários	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Benefícios - Militar	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Reformas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Pensões	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros Benefícios Previdenciários	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Despesas Previdenciárias	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Compensação Previdenciária do RPPS para o RGPS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Despesas Previdenciárias	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS RPPS (V)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RESULTADO PREVIDENCIÁRIO (VI) = (IV - V)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00			

	RECURSOS RPPS ARRECADADOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES					PREVISÃO ORÇAMENTÁRIA	
VALOR							550.000,00
	RESERVA ORÇAMENTÁRIA DO RPPS					PREVISÃO ORÇAMENTÁRIA	
VALOR							0,00

APORTES DE RECURSOS PARA O PLANO PREVIDENCIÁRIO DO RPPS	APORTES REALIZADOS

Plano de Amortização - Contribuição Patronal Suplementar 0,00 Plano de Amortização - Aporte Periódico de Valores Predefinidos 0,00

DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS		INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS	
			Jan a Fev 2020	Jan a Fev 2019	Jan a Fev 2020	Jan a Fev 2019	Em 2020	Em 2019

Outros Aportes para o RPPS 0,00

Recursos para Cobertura de Déficit Financeiro				0,00	
	BENS E DIREITOS DO RPPS			PERÍODO DE REFERÊNCIA	
				Em 2020	Em 2019
Caixa e Equivalentes de Caixa				0,00	839.404,69
Investimentos e Aplicações				0,00	-76.562,03
Outros Bens e Direitos				0,00	0,00
	PLANO FINANCEIRO				
RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS		PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS	
				Jan a Fev 2020	Jan a Fev 2019

RECEITAS CORRENTES (VII) 0,00 0,00 0,00 0,00

Receita de Contribuições dos Segurados	0,00	0,00	0,00	0,00
Civil	0,00	0,00	0,00	0,00
Ativo	0,00	0,00	0,00	0,00
Inativo	0,00	0,00	0,00	0,00
Pensionista	0,00	0,00	0,00	0,00
Militar	0,00	0,00	0,00	0,00
Ativo	0,00	0,00	0,00	0,00
Inativo	0,00	0,00	0,00	0,00
Pensionista	0,00	0,00	0,00	0,00
Receita de Contribuições Patronais	0,00	0,00	0,00	0,00
Civil	0,00	0,00	0,00	0,00
Ativo	0,00	0,00	0,00	0,00
Inativo	0,00	0,00	0,00	0,00
Pensionista	0,00	0,00	0,00	0,00
Militar	0,00	0,00	0,00	0,00
Ativo	0,00	0,00	0,00	0,00
Inativo	0,00	0,00	0,00	0,00
Pensionista	0,00	0,00	0,00	0,00
Receita Patrimonial	0,00	0,00	0,00	0,00
Receitas Imobiliárias	0,00	0,00	0,00	0,00
Receitas de Valores Mobiliários	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas Patrimoniais	0,00	0,00	0,00	0,00
Receita de Serviços	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00
Compensação Previdenciária do RGPS para o RPPS	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Receitas Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITAS DE CAPITAL (VIII)	0,00	0,00	0,00	0,00
Alienação de Bens, Direitos e Ativos	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização de Empréstimos	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS RPPS - (IX) = (VII + VIII)	0,00	0,00	0,00	0,00

DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS		DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS		INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS	
				Jan a Fev 2020	Jan a Fev 2019	Jan a Fev 2020	Jan a Fev 2019	Em 2020	Em 2019
	Benefícios - Civil	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	Aposentadorias	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	Pensões	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	Outros Benefícios Previdenciários	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	Benefícios - Militar	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	Reformas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	Pensões	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	Outros Benefícios Previdenciários	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	Outras Despesas Previdenciárias	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

APORTES DE RECURSOS PARA O PLANO FINANCEIRO DO RPPS	APORTES REALIZADOS

Recursos para Cobertura de Insuficiências Financeiras 0,00

Recursos para Formação de Reserva 0,00

RECEITAS DA ADMINISTRAÇÃO - RPPS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS	
			Jan a Fev 2020	Jan a Fev 2019

RECEITAS CORRENTES 0,00 0,00 0,00 0,00

Compensação Previdenciária do RPPS para o RGPS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Despesas Previdenciárias	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS RPPS (X)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RESULTADO PREVIDENCIÁRIO (XI) = (IX - X)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00		

TOTAL DAS RECEITAS DA ADMINISTRAÇÃO RPPS - (XII) 0,00 0,00 0,00 0,00

DESPESAS DA ADMINISTRAÇÃO - RPPS	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS		INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS	
			Jan a Fev 2020	Jan a Fev 2019	Jan a Fev 2020	Jan a Fev 2019	Em 2020	Em 2019
DESPESAS CORRENTES (XIII)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESAS DE CAPITAL (XIV)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS DESPESAS DA ADMINISTRAÇÃO RPPS (XV) = (XIII + XIV)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RESULTADO DA ADMINISTRAÇÃO RPPS (XVI) = (XII – XV)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00		

Nota: Durante o exercício, somente as despesas liquidadas são consideradas executadas. No encerramento do exercício, as despesas não liquidadas inscritas em restos a pagar processados são também consideradas executadas. Dessa forma, para maior transparência, as despesas executadas estão segregadas em:

. a) Despesas liquidadas, consideradas aquelas em que houve a entrega do material ou serviço, nos termos do art. 63 da Lei 4.320/64;

. b) Despesas empenhadas mas não liquidadas, inscritas em Restos a Pagar processados, consideradas liquidadas no encerramento do exercício, por força do art.35, inciso II da Lei 4.320/64.

PREFEITURA MUNICIPAL DE ACORIZAL RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA DEMONSTRATIVO DOS RESTOS A PAGAR POR PODER E ORGÃO - ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL PERIODO: JANEIRO A FEVERE

PREFEITURA MUNICIPAL DE ACORIZAL

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

DEMONSTRATIVO DOS RESTOS A PAGAR POR PODER E ORGÃO

1 of 1 ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

PERIODO: Janeiro a Fevereiro 2020/BIMESTRE Janeiro - Fevereiro

RREO – Anexo 7 (LRF, art. 53, inciso V) R$ 1

	PODER / ORGÃO	RESTOS A PAGAR PROCESSADOS E NÃO PROCESSADOS LIQUIDADOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES					RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS					Saldo Total L = (e + k)
		Inscritos		Pagos (c)	Cancelados (d)	Saldo e = (a+b) - (c+d)	Inscritos		Liquidados (h)	Pagos (i)	Cancelados (j)	Saldo k = (f+g) - (i+j)
		Exercicios Anteriores (a)	Em 31 de Dezembro 2019 (b)				Exercicios Anteriores (f)	Em 31 de Dezembro 2019 (g)				
	RESTOS A PAGAR (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIOS) (I)	556.156,51	840.612,28	643.550,18	0,00	753.218,61	34.206,45	186.553,46	98.805,00	0,00	0,00	220.759,91	973.978,52
02	PODER EXECUTIVO	556.156,51	840.612,28	643.550,18	0,00	753.218,61	34.206,45	186.553,46	98.805,00	0,00	0,00	220.759,91	973.978,52
0202	GABINETE DO PREFEITO	37.997,91	41.677,32	41.289,80	0,00	38.385,43	2.662,61	0,00	0,00	0,00	0,00	2.662,61	41.048,04
0203	SECRETARIA MUNICIPAL DE FINANÇAS ADMIN. E PLANEJAMEN	63.212,84	129.204,83	106.639,11	0,00	85.778,56	21.009,10	0,00	0,00	0,00	0,00	21.009,10	106.787,66
0204	SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, CULTURA, DESPORTO	122.679,79	320.112,47	276.491,42	0,00	166.300,84	4.097,12	5.800,00	0,00	0,00	0,00	9.897,12	176.197,96
0205	SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE	126.595,73	161.727,23	133.718,13	0,00	154.604,83	2.045,15	173.925,61	98.805,00	0,00	0,00	175.970,76	330.575,59
0206	SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL	51.644,92	20.930,91	19.554,82	0,00	53.021,01	2.340,97	0,00	0,00	0,00	0,00	2.340,97	55.361,98
0207	SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS, TRANSP. E SERVIÇOS URB	109.779,23	70.080,85	61.966,41	0,00	117.893,67	545,00	0,00	0,00	0,00	0,00	545,00	118.438,67
0208	SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICUL-	7.120,14	8.029,87	0,00	0,00	15.150,01	190,01	0,00	0,00	0,00	0,00	190,01	15.340,02

	TURA E MEIO AMBIENTE												
0209	SECRETARIA MUNICIPAL DE TURISMO	22.754,37	2.000,00	0,00	0,00	24.754,37	250,00	0,00	0,00	0,00	0,00	250,00	25.004,37
0210	SECRETARIA MUNICIPAL DE AGUA E ESGOTO	8.171,82	26.316,98	3.890,49	0,00	30.598,31	1.066,49	0,00	0,00	0,00	0,00	1.066,49	31.664,80
0211	SECRETARIA MUNICIPAL DE CONTROLE INTERNO	6.198,75	0,00	0,00	0,00	6.198,75	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	6.198,75
0212	FUNDO MUNICIPAL DE PREVIDENCIA MUNICIPAL - PREVIACOR	1,01	60.531,82	0,00	0,00	60.532,83	0,00	6.827,85	0,00	0,00	0,00	6.827,85	67.360,68

	RESTOS A PAGAR (INTRA-ORÇAMENTARIOS) (II)	7.891,18	59.952,80	59.635,47	0,00	8.208,51	0,16	0,00	0,00	0,00	0,00	0,16	8.208,6
02	PODER EXECUTIVO	7.891,18	59.952,80	59.635,47	0,00	8.208,51	0,16	0,00	0,00	0,00	0,00	0,16	8.208,6
	TOTAL (III) = (I + II)	564.047,69	900.565,08	703.185,65	0,00	761.427,12	34.206,61	186.553,46	98.805,00	0,00	0,00	220.760,07	982.187,1

7

7

9

FONTE: SCPI - Contabilidade [9.25.25.488], PREFEITURA MUNICIPAL DE ACORIZAL, Data/hora da emissão: 11/jan/2021 13h e 18m" Portaria Nº 91 de 2020

PREFEITURA MUNICIPAL DE ACORIZAL RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA DEMONSTRATIVO DOS RESTOS A PAGAR POR PODER E ORGÃO - ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL PERIODO: JANEIRO A FEVERE

PREFEITURA MUNICIPAL DE ACORIZAL

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

DEMONSTRATIVO DOS RESTOS A PAGAR POR PODER E ORGÃO

1 of 1 ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

PERIODO: Janeiro a Fevereiro 2020/BIMESTRE Janeiro - Fevereiro

RREO – Anexo 7 (LRF, art. 53, inciso V) R$ 1

	PODER / ORGÃO	RESTOS A PAGAR PROCESSADOS E NÃO PROCESSADOS LIQUIDADOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES					RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS					Saldo Total L = (e + k)
		Inscritos		Pagos (c)	Cancelados (d)	Saldo e = (a+b) - (c+d)	Inscritos		Liquidados (h)	Pagos (i)	Cancelados (j)	Saldo k = (f+g) - (i+j)
		Exercicios Anteriores (a)	Em 31 de Dezembro 2019 (b)				Exercicios Anteriores (f)	Em 31 de Dezembro 2019 (g)				
	RESTOS A PAGAR (EXCETO INTRA-ORÇAMENTARIOS) (I)	556.156,51	840.612,28	643.550,18	0,00	753.218,61	34.206,45	186.553,46	98.805,00	0,00	0,00	220.759,91	973.978,52
02	PODER EXECUTIVO	556.156,51	840.612,28	643.550,18	0,00	753.218,61	34.206,45	186.553,46	98.805,00	0,00	0,00	220.759,91	973.978,52
0202	GABINETE DO PREFEITO	37.997,91	41.677,32	41.289,80	0,00	38.385,43	2.662,61	0,00	0,00	0,00	0,00	2.662,61	41.048,04
0203	SECRETARIA MUNICIPAL DE FINANÇAS ADMIN. E PLANEJAMEN	63.212,84	129.204,83	106.639,11	0,00	85.778,56	21.009,10	0,00	0,00	0,00	0,00	21.009,10	106.787,66
0204	SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, CULTURA, DESPORTO	122.679,79	320.112,47	276.491,42	0,00	166.300,84	4.097,12	5.800,00	0,00	0,00	0,00	9.897,12	176.197,96
0205	SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE	126.595,73	161.727,23	133.718,13	0,00	154.604,83	2.045,15	173.925,61	98.805,00	0,00	0,00	175.970,76	330.575,59
0206	SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL	51.644,92	20.930,91	19.554,82	0,00	53.021,01	2.340,97	0,00	0,00	0,00	0,00	2.340,97	55.361,98
0207	SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS, TRANSP. E SERVIÇOS URB	109.779,23	70.080,85	61.966,41	0,00	117.893,67	545,00	0,00	0,00	0,00	0,00	545,00	118.438,67
0208	SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE	7.120,14	8.029,87	0,00	0,00	15.150,01	190,01	0,00	0,00	0,00	0,00	190,01	15.340,02
0209	SECRETARIA MUNICIPAL DE TURISMO	22.754,37	2.000,00	0,00	0,00	24.754,37	250,00	0,00	0,00	0,00	0,00	250,00	25.004,37

0210	SECRETARIA MUNICIPAL DE AGUA E ESGOTO	8.171,82	26.316,98	3.890,49	0,00	30.598,31	1.066,49	0,00	0,00	0,00	0,00	1.066,49	31.664,80
0211	SECRETARIA MUNICIPAL DE CONTROLE INTERNO	6.198,75	0,00	0,00	0,00	6.198,75	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	6.198,75
0212	FUNDO MUNICIPAL DE PREVIDENCIA MUNICIPAL - PREVIACOR	1,01	60.531,82	0,00	0,00	60.532,83	0,00	6.827,85	0,00	0,00	0,00	6.827,85	67.360,68

	RESTOS A PAGAR (INTRA-ORÇAMENTÁRIOS) (II)	7.891,18	59.952,80	59.635,47	0,00	8.208,51	0,16	0,00	0,00	0,00	0,00	0,16	8.208,6
02	PODER EXECUTIVO	7.891,18	59.952,80	59.635,47	0,00	8.208,51	0,16	0,00	0,00	0,00	0,00	0,16	8.208,6
	TOTAL (III) = (I + II)	564.047,69	900.565,08	703.185,65	0,00	761.427,12	34.206,61	186.553,46	98.805,00	0,00	0,00	220.760,07	982.187,1

7

7

9

FONTE: SCPI - Contabilidade [9.25.25.488], PREFEITURA MUNICIPAL DE ACORIZAL, Data/hora da emissão: 11/jan/2021 13h e 18m" Portaria Nº 91 de 2020 - Mapeamento Atualizado 02/

PREFEITURA MUNICIPAL DE ACORIZAL RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO - MDE - MUNICÍPIOS ORÇAMENTO FISCAL E DA S

PREFEITURA MUNICIPAL DE ACORIZAL

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO - MDE - MUNICÍPIOS ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

PERIODO: Janeiro a Fevereiro 2020/BIMESTRE Janeiro - Fevereiro

RREO – Anexo 8 (LDB, Art. 72)

RECEITAS DO ENSINO					
RECEITA RESULTANTE DE IMPOSTOS (caput do art. 212 da Constituição)		PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS JAN A FEV	(c) =(b/a)x100 (%)
	1- RECEITA DE IMPOSTOS	1.601.000,00	1.601.000,00	204.494,86	12,77
	1.1- Receita Resultante do Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana – IPTU	60.000,00	60.000,00	1.796,71	2,99
	1.1.1- IPTU	30.000,00	30.000,00	482,40	1,61
	1.1.2- Multas, Juros de Mora, Dívida Ativa e Outros Encargos do IPTU	30.000,00	30.000,00	1.314,31	4,38
	1.2- Receita Resultante do Imposto sobre Transmissão Inter Vivos – ITBI	50.000,00	50.000,00	6.638,08	13,28
	1.2.1- ITBI	50.000,00	50.000,00	6.638,08	13,28
	1.2.2- Multas, Juros de Mora, Dívida Ativa e Outros Encargos do ITBI	0,00	0,00	0,00	0,00
	1.3- Receita Resultante do Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza – ISS	1.031.000,00	1.031.000,00	196.060,07	19,02
	1.3.1- ISS	1.020.000,00	1.020.000,00	196.060,07	19,22
	1.3.2- Multas, Juros de Mora, Dívida Ativa e Outros Encargos do ISS	11.000,00	11.000,00	0,00	0,00
	1.4- Receita Resultante do Imposto de Renda Retido na Fonte – IRRF	460.000,00	460.000,00	0,00	0,00
	2- RECEITA DE TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS	13.010.000,00	13.010.000,00	2.164.588,18	16,64
	2.1- Cota-Parte FPM	8.630.000,00	8.630.000,00	1.482.359,06	17,18
	2.1.1- Parcela referente à CF, art. 159, I, alínea b	8.000.000,00	8.000.000,00	1.482.359,06	18,53
	2.1.2- Parcela referente à CF, art. 159, I, alínea d	320.000,00	320.000,00	0,00	0,00
	2.1.3- Parcela referente à CF, art. 159, I, alínea e	310.000,00	310.000,00	0,00	0,00
	2.2- Cota-Parte ICMS	4.000.000,00	4.000.000,00	635.699,58	15,89
	2.3- ICMS-Desoneração – L.C. nº 87/1996	20.000,00	20.000,00	0,00	0,00
	2.4- Cota-Parte IPI-Exportação	20.000,00	20.000,00	0,00	0,00
	2.5- Cota-Parte ITR	120.000,00	120.000,00	4.518,42	3,77
	2.6- Cota-Parte IPVA	220.000,00	220.000,00	42.011,12	19,10
	2.7- Cota-Parte IOF-Ouro	0,00	0,00	0,00	0,00
	3- TOTAL DA RECEITA DE IMPOSTOS (1 + 2)	14.611.000,00	14.611.000,00	2.369.083,04	16,21

RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS JAN A FEV	(c) =(b/a)x100 (%)
4- RECEITA DA APLICAÇÃO FINANCEIRA DE OUTROS RECURSOS DE IMPOSTOS VINCULADOS AO ENSINO	0,00	0,00	0,00	0,00
5- RECEITA DE TRANSFERÊNCIAS DO FNDE	12.000,00	12.000,00	68,89	0,57
5.1- Transferências do Salário-Educação	0,00	0,00	0,00	0,00
5.2- Transferências Diretas - PDDE	0,00	0,00	0,00	0,00
5.3- Transferências Diretas - PNAE	0,00	0,00	0,00	0,00
5.4 - Transferências Diretas - PNATE	0,00	0,00	0,00	0,00
5.5- Outras Transferências do FNDE	10.000,00	10.000,00	0,00	0,00
5.6- Aplicação Financeira dos Recursos do FNDE	2.000,00	2.000,00	68,89	3,44
6- RECEITA DE TRANSFERÊNCIAS DE CONVÊNIOS	0,00	0,00	0,00	0,00
6.1- Transferências de Convênios	0,00	0,00	0,00	0,00
6.2- Aplicação Financeira dos Recursos de Convênios	0,00	0,00	0,00	0,00
7- RECEITA DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO	0,00	0,00	0,00	0,00
8- OUTRAS RECEITAS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO	250.000,00	250.000,00	110,59	0,04
9- TOTAL DAS RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO (4 + 5 + 6 + 7 + 8)	262.000,00	262.000,00	179,48	0,07

RREO – Anexo 8 (LDB, Art. 72)

RECEITAS DO FUNDEB	FUNDEB PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS JAN A FEV (b)	(c) =(b/a)x100 (%)
10- RECEITAS DESTINADAS AO FUNDEB	2.476.000,00	2.476.000,00	432.193,90	17,46
10.1- Cota-Parte FPM Destinada ao FUNDEB – (20% de 2. 1.1)	1.600.000,00	1.600.000,00	296.471,75	18,53
10.2- Cota-Parte ICMS Destinada ao FUNDEB – (20% de 2. 2)	800.000,00	800.000,00	126.416,42	15,80
10.3- ICMS-Desoneração Destinada ao FUNDEB – (20% de 2.3)	4.000,00	4.000,00	0,00	0,00
10.4- Cota-Parte IPI-Exportação Destinada ao FUNDEB – (20% de 2.4)	4.000,00	4.000,00	0,00	0,00
10.5- Cota-Parte ITR Destinados ao FUNDEB – (20% de 2. 5)	24.000,00	24.000,00	903,66	3,77
10.6- Cota-Parte IPVA Destinada ao FUNDEB – (20% de 2. 6)	44.000,00	44.000,00	8.402,07	19,10
11- RECEITAS RECEBIDAS DO FUNDEB	2.009.000,00	2.009.000,00	345.580,85	17,20
11.1- Transferências de Recursos do FUNDEB	2.000.000,00	2.000.000,00	345.501,91	17,28
11.2- Complementação da União ao FUNDEB	0,00	0,00	0,00	0,00
11.3- Receita de Aplicação Financeira dos Recursos do FUNDEB	9.000,00	9.000,00	78,94	0,88
12- RESULTADO LÍQUIDO DAS TRANSFERÊNCIAS DO FUNDEB (11.1 – 10)	-476.000,00	-476.000,00	-86.691,99	18,21

DESPESAS DO FUNDEB	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (d)	DESPESAS EMPENHADAS JAN A FEV (e)	% (f)=(e/d)x100	DESPESAS LIQUIDADAS JAN A FEV (g)	% (h)=(g/d)x100	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (i)
13- PAGAMENTO DOS PROFISSIONAIS DO MAGISTÉRIO 1.694.700,00	1.694.700,00	172.808,24	10,20	172.808,24	10,20	0,00	
13.1- Com Educação Infantil 694.700,00	694.700,00	9.472,15	1,36	9.472,15	1,36	0,00	
13.2- Com Ensino Fundamental 1.000.000,00	1.000.000,00	163.336,09	16,33	163.336,09	16,33	0,00	
14- OUTRAS DESPESAS 314.300,00	358.771,00	165.621,09	46,16	165.621,09	46,16	0,00	
14.1- Com Educação Infantil 62.200,00	106.671,00	87.970,27	82,47	87.970,27	82,47	0,00	
14.2- Com Ensino Fundamental 252.100,00	252.100,00	77.650,82	30,80	77.650,82	30,80	0,00	
15- TOTAL DAS DESPESAS DO FUNDEB (13 + 14) 2.009.000,00	2.053.471,00	338.429,33	16,48	338.429,33	16,48	0,00	
DEDUÇÕES PARA FINS DE LIMITE DO FUNDEB					Valor		
16- RESTOS A PAGAR INSCRITOS NO EXERCÍCIO SEM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS DO FUNDEB						0,00	
16.1 - FUNDEB 60%						0,00	
16.2 - FUNDEB 40%						0,00	
17- DESPESAS CUSTEADAS COM O SUPERÁVIT FINANCEIRO, DO EXERCÍCIO ANTERIOR, DO FUNDEB						0,00	
17.1 - FUNDEB 60%						0,00	
17.2 - FUNDEB 40%						0,00	
18- TOTAL DAS DEDUÇÕES CONSIDERADAS PARA FINS DE LIMITE DO FUNDEB (16 + 17)						0,00	
INDICADORES DO FUNDEB					Valor		
19 - TOTAL DAS DESPESAS DO FUNDEB PARA FINS DE LIMITE (15 - 18)						338.429,33	
19.1 - Mínimo de 60% do FUNDEB na Remuneração do Magistério1 (13 - (16.1 + 17.1)) / (11) x 100) %						50,01	
19.2 - Máximo de 40% em Despesa com MDE, que não Remuneração do Magistério (14 - (16.2 + 17.2)) / (11) x 100) %						47,93	

19.3 - Máximo de 5% não Aplicado no Exercício (100 - (19.1 +19.2)) %						2,06		
CONTROLE DA UTILIZAÇÃO DE RECURSOS NO EXERCÍCIO SUBSEQÜENTE						Valor		

20 – RECURSOS RECEBIDOS DO FUNDEB EM 2019 QUE NÃO FORAM UTILIZADOS -58.831,54

21 – DESPESAS CUSTEADAS COM O SALDO DO ITEM 20 ATÉ O 1º TRIMESTRE DE 2020 0,00 RREO – Anexo 8 (LDB, Art. 72)

DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO – MDE - CUSTEADAS COM A RECEITA RESULTANTE DE IMPOSTOS E RECURSOS DO FUNDEB									
DESPESAS COM AÇÕES TÍPICAS DE MDE	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (d)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS		INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (i)		
			JAN A FEV (e)	% (f)=(e/d)x100	JAN A FEV (g)	% (h)=(g/d)x100			
22- EDUCAÇÃO INFANTIL	933.000,00	977.471,00	107.886,49	11,04	97.442,42	9,97	0,00		
22.1 - Creche	208.300,00	252.771,00	90.899,54	35,96	87.970,27	34,80	0,00		
22.1.1- Despesas Custeadas com Recursos do FUNDEB	62.200,00	106.671,00	87.970,27	82,47	87.970,27	82,47	0,00		
22.1.2- Despesas Custeadas com Outros Recursos de Impostos	146.100,00	146.100,00	2.929,27	2,00	0,00	0,00	0,00		
22.2 - Pré-escola	724.700,00	724.700,00	16.986,95	2,34	9.472,15	1,31	0,00		
22.2.1- Despesas Custeadas com Recursos do FUNDEB	694.700,00	694.700,00	9.472,15	1,36	9.472,15	1,36	0,00		
22.2.2- Despesas Custeadas com Outros Recursos de Impostos	30.000,00	30.000,00	7.514,80	25,05	0,00	0,00	0,00		
23- ENSINO FUNDAMENTAL	2.973.445,24	3.147.298,19	931.162,80	29,59	561.658,25	17,85	0,00		
23.1- Despesas Custeadas com Recursos do FUNDEB	1.252.100,00	1.252.100,00	240.986,91	19,25	240.986,91	19,25	0,00		
23.2- Despesas Custeadas com Outros Recursos de Impostos	1.721.345,24	1.895.198,19	690.175,89	36,42	320.671,34	16,92	0,00		
24- ENSINO MÉDIO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00		
25- ENSINO SUPERIOR	10.000,00	10.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00		
26- ENSINO PROFISSIONAL NÃO INTEGRADO AO ENSINO REGULAR	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00		
27- OUTRAS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00		
28- TOTAL DAS DESPESAS COM AÇÕES TÍPICAS DE MDE (22 + 23 + 24 + 25 + 26 + 27)	3.916.445,24	4.134.769,19	1.039.049,29	25,13	659.100,67	15,94	0,00		

DEDUÇÕES CONSIDERADAS PARA FINS DE LIMITE CONSTITUCIONAL	Valor
29- RESULTADO LÍQUIDO DAS TRANSFERÊNCIAS DO FUNDEB = (12)	-86.691,99
30- DESPESAS CUSTEADAS COM A COMPLEMENTAÇÃO DO FUNDEB NO EXERCÍCIO	0,00
31- DESPESAS CUSTEADAS COM O SUPERÁVIT FINANCEIRO, DO EXERCÍCIO ANTERIOR, DO FUNDEB	0,00
32- DESPESAS CUSTEADAS COM O SUPERÁVIT FINANCEIRO, DO EXERCÍCIO ANTERIOR, DE OUTROS RECURSOS DE IMPOSTOS	0,00
33- RESTOS A PAGAR INSCRITOS NO EXERCÍCIO SEM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS DE IMPOSTOS VINCULADOS AO ENSINO	0,00
34- CANCELAMENTO, NO EXERCÍCIO, DE RESTOS A PAGAR INSCRITOS COM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS DE IMPOSTOS VINCULADOS AO ENSINO = (44 j)	0,00
35- TOTAL DAS DEDUÇÕES CONSIDERADAS PARA FINS DE LIMITE CONSTITUCIONAL (29 + 30 + 31 + 32 + 33 + 34)	-86.691,99
36- TOTAL DAS DESPESAS PARA FINS DE LIMITE ((22 + 23) – (35))	745.792,66
37- PERCENTUAL DE APLICAÇÃO EM MDE SOBRE A RECEITA LÍQUIDA DE IMPOSTOS ((36) / (3) x 100) % 6 - LIMITE CONSTITUCIONAL 25%	31,48

OUTRAS INFORMAÇÕES PARA CONTROLE									
OUTRAS DESPESAS CUSTEADAS COM RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (d)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS		INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (i)		
			JAN A FEV (e)	% (f)=(e/d)x100	JAN A FEV (g)	% (h)=(g/d)x100			
38- DESPESAS CUSTEADAS COM A APLICAÇÃO FINANCEIRA DE OUTROS RECURSOS DE IMPOSTOS VINCULADOS AO ENSINO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00		
39- DESPESAS CUSTEADAS COM A CONTRIBUIÇÃO SOCIAL DO SALÁRIO-EDUCAÇÃO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00		
40- DESPESAS CUSTEADAS COM OPERAÇÕES DE CRÉDITO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00		
41- DESPESAS CUSTEADAS COM OUTRAS RECEITAS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO	558.354,76	508.354,76	110.405,02	21,72	22.093,80	4,35	0,00		
42- TOTAL DAS DESPESAS CUSTEADAS COM RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO (38+ 39 + 40 + 41))	558.354,76	508.354,76	110.405,02	21,72	22.093,80	4,35	0,00		
43- TOTAL GERAL DAS DESPESAS COM EDUCAÇÃO (28 + 42)	4.474.800,00	4.643.123,95	1.149.454,31	24,76	681.194,47	14,67	0,00		

RREO – Anexo 8 (LDB, Art. 72)

RESTOS A PAGAR INSCRITOS COM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS DE IMPOSTOS VINCULADOS AO ENSINO	SALDO ATÉ O BIMESTRE	CANCELADO EM '2020' (j)

44- RESTOS A PAGAR DE DESPESAS COM MDE 41.148,02 0,00

44.1 - Executadas com Recursos de Impostos Vinculados ao Ensino 28.236,15 0,00

44.2 - Executadas com Recursos do FUNDEB 12.911,87 0,00

CONTROLE DA DISPONIBILIDADE FINANCEIRA	FUNDEB		SALÁRIO EDUCAÇÃO
45- DISPONIBILIDADE FINANCEIRA EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019		102.029,67	15.391,06
46- (+) INGRESSO DE RECURSOS ATÉ O BIMESTRE (Orçamentário)		345.501,91	36.458,83
47- (-) PAGAMENTOS EFETUADOS ATÉ O BIMESTRE		310.797,80	0,00
47.1 (-) Orçamento do Exercício		162.848,46	0,00
47.2 (-) Restos a Pagar		147.949,34	0,00
48- (+) RECEITA DE APLICAÇÃO FINANCEIRA DOS RECURSOS ATÉ O BIMESTRE		78,94	0,00
49- (=) DISPONIBILIDADE FINANCEIRA ATÉ O BIMESTRE		136.812,72	51.849,89
50- (+) AJUSTES		0,00	0,00
50.1 (+) Retenções		0,00	0,00
50.2 (-) Valores a recuperar		0,00	0,00
50.3 (+) Outros valores extraorçamentários		0,00	0,00
50.4 (+) Conciliação Bancária		0,00	0,00
51- (=) SALDO FINANCEIRO CONCILIADO		136.812,72	51.849,89

1) Limites mínimos anuais a serem cumpridos no encerramento do exercício.

2) Art. 21, § 2º, Lei 11.494/2007: “Até 5% dos recursos recebidos à conta dos Fundos, inclusive relativos à complementação da União recebidos nos termos do §1º do art. 6º desta Lei, poderão ser utilizados no 1º trimestre do exercício imediatamente subseqüente, mediante abertura de crédito adicional.”

3) Caput do artigo 212 da CF/1988

4) Os valores referentes à parcela dos Restos a Pagar inscritos sem disponibilidade financeira vinculada à educação deverão ser informados somente no RREO do último bimestre do exercício.

5) Limites mínimos anuais a serem cumpridos no encerramento do exercício, no âmbito de atuação prioritária, conforme LDB, art. 11, V.6) Nos cinco primeiros bimestres do exercício o acompanhamento poderá ser feito com base na despesa empenhada ou na despesa 7) Essa coluna poderá ser apresentada somente no último bimestre

PREFEITURA MUNICIPAL DE ACORIZAL RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS OP. CRÉDITO E DESPESA DE CAPITAL ORÇAMENTOS FISCAIS E DA SEGURIDADE SOCIAL PERIODO: JANEIRO A FE

PREFEITURA MUNICIPAL DE ACORIZAL

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS OP. CRÉDITO E DESPESA DE CAPITAL

ORÇAMENTOS FISCAIS E DA SEGURIDADE SOCIAL

PERIODO: Janeiro a Fevereiro 2020/BIMESTRE Janeiro - Fevereiro

RREO – ANEXO 9 (LRF, art.53, § 1º, inciso I) R$ 1

RECEITAS	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS JAN A FEV (b)		SALDO NÃO REALIZADO (c) = (a-b)
RECEITAS DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO (I)	0,00		0,00	0,00
DESPESAS	DOTAÇÃO ATUALIZADA (d)	DESPESAS EMPENHADAS JAN A FEV (e)		SALDO NÃO EXECUTADO (f) = (d-e)
DESPESAS DE CAPITAL	2.007.252,95		700.444,44	1.306.808,51
Investimentos	1.627.252,95		326.497,68	1.300.755,27
Inversões Financeiras	0,00		0,00	0,00
Amortização da Dívida	380.000,00		373.946,76	6.053,24
(-) Incentivos Fiscais a Contribuinte	0,00		0,00	0,00
(-) Incentivos Fiscais a Contribuinte	0,00		0,00	0,00
por Instituições Financeiras				
DESPESA DE CAPITAL LIQUIDA (II)	2.007.252,95		700.444,44	1.306.808,51
RESULTADO PARA APURAÇÃO DA REGRA DE OURO (III) = (II – I)	2.007.252,95	700.444,44		1.306.808,51
	<(d - a)>	<(e - b)>		<(f - c)>

Notas:

1 < Operações de Crédito descritas na CF, art. 167, inciso III>

2

Durante o exercício, somente as despesas liquidadas são consideradas executadas. No encerramento do exercício, as despesas não liquidadas inscritas em restos a pagar não processados são também consideradasexecutadas. Dessa forma, para maior transparência, as despesas executadas estão segregadas em:

a) Despesas liquidadas, consideradas aquelas em que houve a entrega do material ou serviço, nos termos do art. 63 da Lei 4.320/64;

b) Despesas empenhadas, mas não liquidadas, inscritas em Restos a Pagar não processados, consideradas liquidadas no encerramento do exercício, por força do art.35, inciso II da Lei 4.320/64.

FONTE: SCPI - Contabilidade [9.25.25.488], PREFEITURA MUNICIPAL DE ACORIZAL, Data/hora da emissão: 11/jan/2021 13h e 18m"Portaria Nº 91 de 2020 - Mapeamento Atualizado 02/2020

PREFEITURA MUNICIPAL DE ACORIZAL RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA DEMONSTRATIVO DA RECEITA DE IMPOSTOS E DAS DESPESAS PRÓPRIAS COM SAÚDE ORÇAMENTOS FISCAIS E DA SEGURIDADE SOCIAL PERIODO: J

PREFEITURA MUNICIPAL DE ACORIZAL

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

DEMONSTRATIVO DA RECEITA DE IMPOSTOS E DAS DESPESAS PRÓPRIAS COM SAÚDE

ORÇAMENTOS FISCAIS E DA SEGURIDADE SOCIAL

PERIODO: Janeiro a Fevereiro 2020/BIMESTRE Janeiro - Fevereiro

RREO – ANEXO XII (LC n° 141/2012 art.35) R$ 1

RECEITAS RESULTANTES DE IMPOSTOS E TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS		
			Até o Bimestre (b)	(%) (b/a)x100	
RECEITA DE IMPOSTOS (I)	1.601.000,00	1.601.000,00	204.494,86		12,77
Receita Resultante do Imposto Predial e Territorial Urbano - IPTU	60.000,00	60.000,00	1.796,71		2,99
IPTU	30.000,00	30.000,00	482,40		1,61
Multas, Juros de Mora, Divida Ativa e Outros Encargos do IPTU	30.000,00	30.000,00	1.314,31		4,38
Receita Resultante do Imposto sobre Transmissão Inter Vivos - ITBI	50.000,00	50.000,00	6.638,08		13,28
ITBI	50.000,00	50.000,00	6.638,08		13,28
Multas, Juros de Mora, Dívida Ativa e Outros Encargos do ITBI	0,00	0,00	0,00		0,00
Receita Resultante do Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza - ISS	1.031.000,00	1.031.000,00	196.060,07		19,02
ISS	1.020.000,00	1.020.000,00	196.060,07		19,22
Multas, Juros de Mora, Dívida Ativa e Outros Encargos do ISS	11.000,00	11.000,00	0,00		0,00
Receita Resultante do Imposto sobre a Renda e Proventos de Qualquer Natureza Retido na Fonte – IRRF	460.000,00	460.000,00	0,00		0,00
RECEITA DE TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS (II)	12.380.000,00	12.380.000,00	2.164.588,18		17,48
Cota-Parte FPM	8.000.000,00	8.000.000,00	1.482.359,06		18,53
Cota-Parte ITR	120.000,00	120.000,00	4.518,42		3,77
Cota-Parte IPVA	220.000,00	220.000,00	42.011,12		19,10
Cota-Parte ICMS	4.000.000,00	4.000.000,00	635.699,58		15,89
Cota-Parte IPI-Exportação	20.000,00	20.000,00	0,00		0,00
Compensações Financeiras Provenientes de Impostos e Transferências Constitucionais	20.000,00	20.000,00	0,00		0,00
Desoneração ICMS - LC 87/1996	20.000,00	20.000,00	0,00		0,00
Outras	0,00	0,00	0,00		0,00
TOTAL DAS RECEITAS RESULTANTES DE IMPOSTOS E TRANFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS - (III) = (I) + (II)	13.981.000,00	13.981.000,00	2.369.083,04		16,95

APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE MÍNIMO PARA APLICAÇÃO EM ASPS	Despesas Empenhadas	Despesas Liquidadas	Despesas Pagas
	(d)	(e)	(f)
Total das Despesas com ASPS (XII) = (XI)	885.535,24	704.605,67	498.163,55
(-) Restos a Pagar Não Processados Inscritos Indevidamente no Exercício sem Disponibilidade Financeira (XIII)	0,00	0,00	0,00
(-) Despesas Custeadas com Recursos Vinculados à Parcela do Percentual Mínimo que não foi Aplicada em ASPS em Exercícios Anteriores (XIV)	0,00	0,00	0,00
(-) Despesas Custeadas com Disponibilidade de Caixa Vinculada aos Restos a Pagar Cancelados (XV)	0,00	0,00	0,00
(=) VALOR APLICADO EM ASPS (XVI) = (XII - XIII - XIV - XV)	885.535,24	704.605,67	498.163,55
Despesa Mínima a ser Aplicada em ASPS (XVII) = (III) x 15% (LC 141/2012)	0,00	355.362,46	0,00
Despesa Mínima a ser Aplicada em ASPS (XVII) = (III) x % (Lei Orgânica Municipal)	0,00	0,00	0,00
Diferença entre o Valor Aplicado e a Despesa Mínima a ser Aplicada (XVIII) = (XVI (d ou e) - XVII)	0,00	349.243,21	0,00
Limite não Cumprido (XIX) = (XVIII) (Quando valor for inferior a zero)	0,00	0,00	0,00
PERCENTUAL DA RECEITA DE IMPOSTOS E TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS APLICADO EM ASPS (XVI / III)*100 (mínimo de 15% conforme LC n° 141/2012 ou % da Lei Orgânica Municipal)	0,00	29,74	0,00

RREO – ANEXO XII (LC n° 141/2012 art.35) R$ 1

DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAUDE (ASPS) POR SUBFUNÇÃO E CATEGORIA ECONÔMICA	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (c)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS		DESPESAS PAGAS		INSCRITOS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (g)
			ATÉ BIMESTRE (d)	% (d/c) x 100	ATÉ BIMESTRE (e)	% (e/c) x 100	ATÉ BIMESTRE (f)	% (f/c) x 100	
ATENÇÃO BÁSICA (IV)	1.869.024,12	2.265.239,52	885.535,24	39,09	704.605,67	31,11	498.163,55	21,99	0,00
Despesas Correntes	1.809.024,12	2.188.239,52	868.540,24	39,69	704.605,67	32,20	498.163,55	22,77	0,00
Despesas de Capital	60.000,00	77.000,00	16.995,00	22,07	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
ASSISTÊNCIA HOSPITALAR E AMBULATORIAL (V)	170.000,00	140.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas Correntes	120.000,00	90.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas de Capital	50.000,00	50.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SUPORTE PROFILÁTICO E TERAPÊUTICO (VI)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
VIGILÂNCIA SANITÁRIA (VII)	52.634,20	52.634,20	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

Despesas Correntes	52.634,20	52.634,20	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
VIGILÂNCIA EPIDEMIOLÓGICA (VIII)	42.100,00	42.100,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas Correntes	42.100,00	42.100,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
ALIMENTAÇÃO E NUTRIÇÃO (IX)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
OUTRAS SUBFUNÇÕES (X)	10.000,00	10.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas Correntes	7.000,00	7.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas de Capital	3.000,00	3.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL (XI) = (IV + V + VI + VII + VIII + IX + X)	2.143.758,32	2.509.973,72	885.535,24	35,28	704.605,67	28,07	498.163,55	19,85	0,00

RECEITAS ADICIONAIS PARA O FINANCIAMENTO DA SAÚDE NÃO COMPUTADAS NO CÁLCULO DO MÍNIMO	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS		
			Até o Bimestre (b)	(%) (b/a)x100	
RECEITAS DE TRANSFERÊNCIAS PARA A SAÚDE (XXVIII)	1.727.799,04	1.727.799,04	184.943,36		10,70
Proveniente da União	1.507.799,04	1.507.799,04	167.475,64		11,11
Proveniente dos Estados	220.000,00	220.000,00	17.467,72		7,94
Proveniente de outros Municípios	0,00	0,00	0,00		0,00
RECEITA DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO INTERNAS E EXTERNAS VINCULADAS A SAÚDE (XXIX)	0,00	0,00	0,00		0,00
OUTRAS RECEITAS (XXX)	20.000,00	20.000,00	6.416,83		32,08
TOTAL DE RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DA SAÚDE (XXXI) = (XXVIII + XXIX + XXX)	1.747.799,04	1.747.799,04	191.360,19		10,95

RREO – ANEXO XII (LC n° 141/2012 art.35) R$ 1

CONTROLE DO VALOR REFERENTE AO PERCENTUAL MÍNIMO NÃO CUMPRIDO EM EXERCÍCIOS ANTERIORES PARA FINS DE APLICAÇÃO DOS RECURSOS VINCULADOS CONFOME ARTIGOS 25 E 26 DA LC 141/2012	Saldo Inicial (no Exercicio atual) (h)	LIMITE NÃO CUMPRIDO Despesas Custeadas no Exercício de Referência				Saldo Final (não aplicado) (l) = (h - (i ou j))
		Empenhadas (i)	Liquidadas (j)	Pagas (k)		
Diferença de limite não cumprido em 2020 (saldo final = XIXd)	0,00	0,00	0,00		0,00	0,00
Diferença de limite não cumprido em 2019 (saldo inicial igual ao saldo final do demonstrativo do exercício anterior)	0,00	0,00	0,00		0,00	0,00
Diferença de limite não cumprido em Exercícios Anteriores (saldo inicial igual ao saldo final do demonstrativo do exercício anterior)	0,00	0,00	0,00		0,00	0,00
TOTAL DA DIFERENÇA DE LIMITE NÃO CUMPRIDO EM EXERCÍCIOS ANTERIORES (XX)	0,00	0,00	0,00		0,00	0,00

TOTAL DOS RESTOS A PAGAR CANCELADOS OU PRESCRITOS ATÉ O FINAL DO EXERCÍCIO ATUAL QUE AFETARAM O CUMPRIMENTO DO LIMITE (XXI) (soma dos saldos negativos da coluna "v")	0,00
TOTAL DOS RESTOS A PAGAR CANCELADOS OU PRESCRITOS ATÉ O FINAL DO EXERCÍCIO ANTERIOR QUE AFETARAM O CUMPRIMENTO DO LIMITE (XXII) (valor informado no demonstrativo do exercício anterior)	0,00
TOTAL DOS RESTOS A PAGAR CANCELADOS OU PRESCRITOS NO EXERCÍCIO ATUAL QUE AFETARAM O CUMPRIMENTO DO LIMITE (XXIII) = (XXI - XXII) (Artigo 24 § 1º e 2º da LC 141/2012)	0,00

CONTROLE DE RESTOS A PAGAR CANCELADOS OU PRESCRITOS CONSIDERADOS PARA FINS DE APLICAÇÃO DA DISPONIBILIDADE DE CAIXA CONFORME ARTIGO 24§ 1º e 2º DA LC 141/2012	Saldo Inicial (no Exercicio atual) (w)	RESTOS A PAGAR CANCELADOS OU PRESCRITOS Despesas Custeadas no Exercício de Referência				Saldo Final (não aplicado) (aa) = (w - (x ou y))
		Empenhadas (x)	Liquidadas (y)	Pagas (z)		
Restos a pagar cancelados ou prescritos em 2020 a serem compensados (XXIV) (saldo inicial = XXIII)	0,00	0,00	0,00		0,00	0,00
Restos a pagar cancelados ou prescritos em 2019 a serem compensados (XXV) (saldo inicial igual ao saldo final do demonstrativo do exercício anterior)	0,00	0,00	0,00		0,00	0,00
Restos a pagar cancelados ou prescritos em exercícios anteriores a serem compensados (XXVI) (saldo inicial igual ao saldo final do demonstrativo do exercício anterior)	0,00	0,00	0,00		0,00	0,00
TOTAL DE RESTOS A PAGAR CANCELADOS OU PRESCRITOS A COMPENSAR (XXVII)	0,00	0,00	0,00		0,00	0,00

RREO – ANEXO XII (LC n° 141/2012 art.35) R$ 1

DESPESAS COM SAUDE POR SUBFUNÇÕES E CATEGORIA ECONÔMICA NÃO COMPUTADAS NO CÁLCULO DO MÍNIMO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (c)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS		DESPESAS PAGAS		INSCRITOS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (g)
			ATÉ BIMESTRE (d)	% (d/c) x 100	ATÉ BIMESTRE (e)	% (e/c) x 100	ATÉ BIMESTRE (f)	% (f/c) x 100	
ATENÇÃO BÁSICA (XXXII)	1.373.275,88	1.360.422,93	116.311,18	8,55	87.661,42	6,44	85.241,42	6,27	0,00
Despesas Correntes	1.273.275,88	1.260.422,93	87.661,42	6,95	87.661,42	6,95	85.241,42	6,76	0,00
Despesas de Capital	100.000,00	100.000,00	28.649,76	28,65	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

ASSISTÊNCIA HOSPITALAR E AMBULATORIAL (XXXIII)	246.086,84	116.086,84	8.298,42	7,15	7.268,77	6,26	7.268,77	6,26	0,00
Despesas Correntes	181.086,84	101.086,84	8.298,42	8,21	7.268,77	7,19	7.268,77	7,19	0,00
Despesas de Capital	65.000,00	15.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SUPORTE PROFILÁTICO E TERAPÊUTICO (XXXIV)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
VIGILÂNCIA SANITÁRIA (XXXV)	47.365,80	67.365,80	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas Correntes	47.365,80	67.365,80	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
VIGILÂNCIA EPIDEMIOLÓGICA (XXXVI)	61.070,52	61.070,52	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas Correntes	61.070,52	61.070,52	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
ALIMENTAÇÃO E NUTRIÇÃO (XXXVII)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
OUTRAS SUBFUNÇÕES (XXXVIII)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS DESPESAS NÃO COMPUTADAS NO CÁLCULO DO MÍNIMO (XXXIX) = (XXXII + XXXIII + XXXIV + XXXV + XXXVI + XXXVII + XXXVIII)	1.727.799,04	1.604.946,09	124.609,60	7,76	94.930,19	5,91	92.510,19	5,76	0,00

RREO – ANEXO XII (LC n° 141/2012 art.35) R$ 1

DESPESAS TOTAIS COM SAÚDE EXECUTADAS COM COM RECURSOS PRÓPRIOS E COM RECURSOS TRANSFERIDOS DE OUTROS ENTES	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (c)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS		DESPESAS PAGAS		INSCRITOS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (g)
			ATÉ BIMESTRE (d)	% (d/c) x 100	ATÉ BIMESTRE (e)	% (e/c) x 100	ATÉ BIMESTRE (f)	% (f/c) x 100	
ATENÇÃO BÁSICA (XL) = (IV + XXXII)	3.242.300,00	3.625.662,45	1.001.846,42	27,63	792.267,09	21,85	583.404,97	16,09	0,00
ASSISTÊNCIA HOSPITALAR E AMBULATORIAL (XLI) = (V + XXXIII)	416.086,84	256.086,84	8.298,42	3,24	7.268,77	2,84	7.268,77	2,84	0,00
SUPORTE PROFILÁTICO E TERAPÊUTICO (XLII) = (VI + XXXIV)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
VIGILÂNCIA SANITÁRIA (XLIII) = (VII + XXXV)	100.000,00	120.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
VIGILÂNCIA EPIDEMIOLÓGICA (XLIV) = (VIII + XXXVI)	103.170,52	103.170,52	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
ALIMENTAÇÃO E NUTRIÇÃO (XLV) = (XIX + XXXVII)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
OUTRAS SUBFUNÇÕES (XLVI) = (X + XXXVIII)	10.000,00	10.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS DESPESAS COM SAÚDE (XLVII) = (XI + XXXIX)	3.871.557,36	4.114.919,81	1.010.144,84	24,55	799.535,86	19,43	590.673,74	14,35	0,00
(-) Despesas executadas com recursos provenientes das transferências de recursos de outros entes)	1.727.799,04	1.604.946,09	124.609,60	7,76	94.930,19	5,91	92.510,19	5,76	0,00
TOTAL DAS DESPESAS EXECUTADAS COM RECURSOS PRÓPRIOS (XLVIII)	2.143.758,32	2.509.973,72	885.535,24	35,28	704.605,67	28,07	498.163,55	19,85	0,00

1) Essa linha apresentará valor somente no Relatório Resumido da Execução Orçamentária do último bimestre do exercício.

2) O valor apresentado na intercessão com a coluna "i" ou com a coluna "h+i"(último bimestre) deverá ser o mesmo apresentado no "total j".

3) O valor apresentado na intercessão com a coluna "i" ou com a coluna "h+i"(último bimestre) deverá ser o mesmo apresentado no "total k".

4) Limite anual mínimo a ser cumprido no encerramento do exercício. Deverá ser informado o limite estabelecido na Lei Orgânica do Município quando o percentual nela estabelecido for superior ao fixado na LC nº 141/2012

5) Durante o exercício esse valor servirá para o monitoramento previsto no art. 23 da LC 141/2012 6) No último bimestre, será utilizada a fórmula [VI(h+i) - (15 x IIIb)/100]. 7) Essa coluna poderá ser apresentada somente no último bimestre

PREFEITURA MUNICIPAL DE ACORIZAL RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA DEMONSTRATIVO SIMPLIFICADO DO RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL 1 OF 2 PE

PREFEITURA MUNICIPAL DE ACORIZAL

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

DEMONSTRATIVO SIMPLIFICADO DO RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

1 of 2 PERIODO: Janeiro a Fevereiro 2020/BIMESTRE Janeiro - Fevereiro

RESULTADO NOMINAL E PRIMÁRIO	Meta Fixada no Anexo de Metas Fiscais da LDO (a)	Resultado Apurado até o Bimestre (b)	% em Relação à Meta (b/a)

RECEITAS/DESPESAS DOS REGIMES DE PREVIDÊNCIA		Até o Bimestre		
Resultado Nominal - Acima da Linha		0,00	-795,57	0,00
Resultado Primário - Acima da Linha		-75.890,97	-795,57	1,05
MOVIMENTAÇÃO DOS RESTOS A PAGAR	Inscrição	Cancelamento Até o Bimestre	Pagamento Até o Bimestre	Saldo a Pagar
RESTOS A PAGAR PROCESSADOS	1.464.612,77	0,00	703.185,65	761.427,12
Poder Executivo	1.464.612,77	0,00	703.185,65	761.427,12
Poder Legislativo	0,00	0,00	0,00	0,00
Poder Judiciário	0,00	0,00	0,00	0,00
Ministério Público	0,00	0,00	0,00	0,00
Defensoria Pública	0,00	0,00	0,00	0,00
RESTOS A PAGAR NÃO-PROCESSADOS	220.760,07	0,00	0,00	220.760,07
Poder Executivo	220.760,07	0,00	0,00	220.760,07
Poder Legislativo	0,00	0,00	0,00	0,00
Poder Judiciário	0,00	0,00	0,00	0,00
Ministério Público	0,00	0,00	0,00	0,00
Defensoria Pública	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL	1.685.372,84	0,00	703.185,65	982.187,19

Regime Próprio de Previdência dos Servidores - PLANO PREVIDENCIÁRIO	-
Receitas Previdenciárias Realizadas	0,00 -
Despesas Previdenciárias Empenhadas	0,00 -
Despesas Previdenciárias Liquidadas	0,00 -
Resultado Previdenciário	0,00 -
Regime Próprio de Previdência dos Servidores - PLANO FINANCEIRO	-
Receitas Previdenciárias Realizadas	0,00 -
Despesas Previdenciárias Empenhadas	0,00 -
Despesas Previdenciárias Liquidadas	0,00 -
Resultado Previdenciário	0,00 -

LRF, Art. 48 – Anexo 14 R$ 1

BALANÇO ORÇAMENTÁRIO	Até o Bimestre
RECEITAS	-
Previsão Inicial	19.766.000,00 -
Previsão Atualizada	19.766.000,00 -
Receitas Realizadas	2.711.412,69 -
Déficit Orçamentário	425.512,95 -
Saldos de Exercícios Anteriores (Utilizados para Créditos Adicionais)	0,00 -

BALANÇO ORÇAMENTÁRIO - DESPESAS	Até o Bimestre
DESPESAS	-
Dotação Inicial	20.316.000,00 -
Créditos Adicionais	0,00 -
Dotação Atualizada	20.316.000,00 -
Despesas Empenhadas	5.631.304,64 -
Despesas Liquidadas	3.136.925,64 -
Despesas Pagas	2.222.959,79 -
Superávit Orçamentário	0,00 -

DESPESAS POR FUNÇÃO / SUBFUNÇÃO	Até o Bimestre

Despesas Empenhadas 5.631.841,46 -

Despesas Liquidadas 3.137.462,46 -

RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL	Até o Bimestre

Receita Corrente Líquida 17.791.524,71 -

Receita Corrente Líquida Ajustada para Cálculo dos Limites de Endividamento 17.791.524,71 -

Receita Corrente Líquida Ajustada para Cálculo dos Limites da Despesa com Pessoal 17.791.524,71 -

PREFEITURA MUNICIPAL DE ACORIZAL

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

DEMONSTRATIVO SIMPLIFICADO DO RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

2 of 2 PERIODO: Janeiro a Fevereiro 2020/BIMESTRE Janeiro - Fevereiro

LRF, Art. 48 – Anexo 14 R$ 1

DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO - MDE	Valor Apurado até o Bimestre	Limites Constitucionais Anuais
		% Mínimo a Aplicar no Exercício
		% Aplicado até o Bimestre

Mínimo Anual de 25% das Receitas de Impostos na Manutenção e Desenvolvimento do Ensino	745.792,66	25,00	31,48
Mínimo Anual de 60% do FUNDEB na Remuneração do Magistério com Ensino Fundamental e Médio	0,00	0,00	0,00
Mínimo Anual de 60% do FUNDEB na Remuneração do Magistério com Educação Infantil e Ensino Fundament	172.808,24	60,00	50,01
Complementação da União ao FUNDEB	0,00	0,00	0,00

RECEITAS DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO E DESPESAS DE CAPITAL	Valor Apurado até o Bimestre	Saldo Não Realizado
Receita de Operação de Crédito	0,00	0,00
Despesa de Capital Líquida	700.444,44	1.306.808,51

RECEITA DA ALIENAÇÃO DE ATIVOS E APLICAÇÃO DOS RECURSOS	Valor apurado até o Bimestre	Saldo a Realizar
Receita de Capital Resultante da Alienação de Ativos	0,00	0,00
Aplicação dos Recursos da Alienação de Ativos	0,00	0,00

DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE	Valor Apurado até o Bimestre	Limite Constitucional Anual % Mínimo a Aplicar no % Aplicado até o Bimestre Exercício	
Despesas com Ações e Serviços Públicos de Saúde executadas com recursos de impostos	704.605,67	15,00	29,74

DESPESAS DE CARÁTER CONTINUADO DERIVADAS DE PPP		Valor Apurado no Exercício Corrente	
Total das Despesas Consideradas para o Limite / RCL (%)			0,00

PREFEITURA MUNICIPAL DE ACORIZAL RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA DEMONSTRATIVO DA RECEITA CORRENTE LÍQUIDA ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL FEV/2019 A JAN/2020

PREFEITURA MUNICIPAL DE ACORIZAL

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

DEMONSTRATIVO DA RECEITA CORRENTE LÍQUIDA

ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

FEV/2019 A JAN/2020

RREO – ANEXO 3 (LRF, Art. 53, inciso I) R$ 1

ESPECIFICAÇÃO	EVOLUÇÃO DA RECEITA REALIZADA NOS ÚLTIMOS 12 MESES												TOTAL (ÚLTIMOS 12 MESES)	PREVISÃO ATUALIZADA
	FEV/2019	MAR/2019	ABR/2019	MAI/2019	JUN/2019	JUL/2019	AGO/2019	SET/2019	OUT/2019	NOV/2019	DEZ/2019	JAN/2020		
RECEITAS CORRENTES (I) Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria IPTU ISS ITBI IRRF Outros Impostos, Taxas e Contribuições de	1.508.020,0899. 880,882. 530,2291. 143,982. 200,000,00 4.006,68	1.336.136,89109. 761,411. 118,3190. 113,6712. 677,000,00 5.852,43	1.758.617,24457. 156,808. 349,19257. 457,422. 219,00177. 665,5611. 465,63	1.477.178,16 1.313.614,78 2.196.894,65 1.383.220,58 1.258.145,32 1.490.315,66 109.460,06 85.283,62 102.685,32 108.744,50 116. 975,23 179.168,26 4.931,80 7.096,64 2.199,55 13. 352,93 8.780,85 2.662,33 79.543,35 73.057,24 88. 280,76 81.387,49 89.438,90 168.857,04 8.824,47 3. 200,00 7.297,04 7.660,00 15.700,00 4.100,00 13.765,14 0,00 0,00 0,00 0,00 0,00 2.395,30 1.929,74 4.907,97 6.344,08 3.055,48 3.548,89								1.624.909,78 130. 249,381. 084,4494. 893,4830. 790,260,00 3. 481,20	3.348.541,83 154. 393,101. 550,8753. 116,624. 267,0094. 971,576. 487,04	1.501.729,82 166. 328,161. 182,29152. 889,835. 659,620,00 6. 596,42	20.197.324,79 1.820.086,72 54.839,42 1.320.179,78 104.594,39 286.402,27 54.070,86	21.724.900,00 1.719.000,00 60.000,00 1.031.000,00 50.000,00 460.000,00 118.000,00
Melhoria Contribuições Receita Patrimonial Rendimentos de Aplicação Financeira Outras Receitas Patrimoniais Receita Agropecuária Receita Industrial Receita de Serviços Transferências Correntes Cota Parte do FPM Cota Parte do ICMS Cota Parte do IPVA Cota Parte do ITR Transferências da LC 87/1996 Transferências da LC 61/1989 Transferencias do FUNDEB Outras Transferências Correntes Outras Receitas Correntes DEDUÇÕES (II) Contribuição do Servidor para o Plano de	0,002. 830,722. 830,720,00 0,000,00 9. 393,671. 395. 914,81739. 709,34274. 174,9420. 515,621. 317,690,00 0,00 161. 963,81198. 233,410,00 207. 143,430,00	0,002. 441,012. 441,010,00 0,000,00 7. 512,101. 216. 422,37553. 852,26258. 809,4630. 621,25987,640,00 0,00 144. 512,63227. 639,130,00 168. 854,050,00	0,002. 851,582. 851,580,00 0,000,00 11. 130,461. 287. 478,40540. 343,84268. 517,5929. 437,8415. 249,230,00 0,00 156. 357,00277. 572,900,00 170. 709,650,00	30.189,64 865,96 41,86 3.991,19 0,00 3,28 2.189,44 2.805,77 2.228,65 3.005,62 3.123,92 2.728,10 2.189,44 2.805,77 2.228,65 3.005,62 3.123,92 2.728,10 0,00 0,00 0,00 0,00 0,00 0,00 0,00 0,00 0,00 0,00 0,00 0,00 0,00 0,00 0,00 0,00 0,00 0,00 9.902,41 8.272,51 10.870,10 9.246,26 10.478,78 10. 261,45 1.325.436,61 1.216.386,92 2.081.068,72 1.258.233,01 1.127.567,39 1.298.154,57 693.437,17 546.218,93 746. 952,35 545.224,28 485.330,02 446.809,32 271.033,56 230.348,58 343.355,53 297.846,97 261. 480,05 386.102,69 29.071,95 27.150,17 20.494,22 9.304,60 18.750,91 9. 838,55 453,77 1.824,98 867,87 168,26 2.926,81 26.416,66 0,00 0,00 0,00 0,00 0,00 0,00 0,00 0,00 0,00 0,00 0,00 0,00 159.464,39 133.069,95 166.585,20 151.768,33 135. 621,44 188.725,95 171.975,77 277.774,31 802.813,55 253.920,57 223. 458,16 240.261,40 0,00 0,00 0,00 0,00 0,00 0,00 198.799,21 161.108,48 162.792,63 170.508,76 153. 697,46 173.833,34 0,00 0,00 0,00 0,00 0,00 0,00								307,937. 274,837. 274,830,00 0,00 0,00 3. 867,921. 483. 209,72606. 384,17320. 776,234. 122,682. 409,390,00 0,00 163. 990,75385. 526,500,00 186. 738,390,00	313.859,1427. 475,1027. 475,100,00 0,00 0,00 4. 616,352. 848. 198,141. 033. 784,91497. 452,014. 877,805. 873,130,00 0,00 240. 324,851. 065. 885,440,00 560. 420,90313. 848,92	0,008. 434,718. 434,710,00 0,00 0,00 8. 550,321. 318. 416,63606. 292,89332. 775,5027. 155,153. 926,630,00 0,00 168. 908,85179. 357,610,00 193. 875,460,00	349.259,00 67.389,45 67.389,45 0,00 0,00 0,00 104.102,33 17.856.487,29 7.544.339,48 3.742.673,11 231.340,74 62.422,06 0,00 0,00 1.971.293,15 4.304.418,75 0,00 2.508.481,76	827.300,00 36.100,00 36.100,00 0,00 0,00 0,00 150.000,00 18.956.467,48 8.630.000,00 4.000.000,00 220.000,00 120.000,00 20.000,00 20.000,00 2.000.000,00 3.946.467,48 36.032,52 3.223.400,00 747.300,00

								313.848,92	
Previdência Compensação Financeira entre Regimes de	0,00	0,00	0,00	0,00 0,00 0,00 0,00 0,00 0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	100,00
Previdência Dedução de Receita para Formação do Fundeb	207.143,43	168.854,05	170.709,65	198.799,21 161.108,48 162.792,63 170.508,76 153.697,46 173.833,34	186.738,39	246.571,98	193.875,46	2.194.632,84	2.476.000,00
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA (I)-(II)	1.300.876,65	1.167.282,84	1.587.907,59	1.278.378,95 1.152.506,30 2.034.102,02 1.212.711,82 1.104.447,86 1.316.482,32	1.438.171,39	2.788.120,93	1.307.854,36	17.688.843,03	18.501.500,00
(-) Transferências obrigatórias da União relativas às emendas individuais (art. 166-A, § 1º, da CF) (IV)	0,00	0,00	0,00	0,00 0,00 0,00 0,00 0,00 0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA AJUSTADA PARA PARA CÁLCULO DOS LIMITES DE ENDIVIDAMENTO (V) = (III - IV)	1.300.876,65	1.167.282,84	1.587.907,59	1.278.378,95 1.152.506,30 2.034.102,02 1.212.711,82 1.104.447,86 1.316.482,32	1.438.171,39	2.788.120,93	1.307.854,36	17.688.843,03	18.501.500,00
(-) Transferências obrigatórias da União relativas às emendas de bancada (art. 166, § 16, da CF) (VI)	0,00	0,00	0,00	0,00 0,00 0,00 0,00 0,00 0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA AJUSTADA PARA CÁLCULO DOS LIMITES DA DESPESA COM PESSOAL (VII) = (V - VI)	1.300.876,65	1.167.282,84	1.587.907,59	1.278.378,95 1.152.506,30 2.034.102,02 1.212.711,82 1.104.447,86 1.316.482,32	1.438.171,39	2.788.120,93	1.307.854,36	17.688.843,03	18.501.500,00

PREFEITURA MUNICIPAL DE ACORIZAL RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA BALANÇO ORÇAMENTÁRIO ORÇAMENTOS FISCAIS E DA SEGURIDADE SOCIAL PERIODO: JANEIRO A ABRIL 2020/BIMESTRE MARÇO - ABRIL

PREFEITURA MUNICIPAL DE ACORIZAL RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA BALANÇO ORÇAMENTÁRIO ORÇAMENTOS FISCAIS E DA SEGURIDADE SOCIAL PERIODO: Janeiro a Abril 2020/BIMESTRE Março - Abril

RECEITAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS				SALDO A REALIZAR
			BIMESTRE %		JAN A ABR %		
		(a)	(b)	(b/a)	(c)	(c/a)	(a-c)
RECEITAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I)	19.498.900,00	19.498.900,00	2.615.283,33	13,41	5.326.696,02	27,32	14.172.203,98
RECEITAS CORRENTES	19.248.900,00	19.248.900,00	2.615.283,33	13,59	5.326.696,02	27,67	13.922.203,98
IMPOSTOS, TAXAS E CONTRIBUIÇÕES DE	1.719.000,00	1.719.000,00	134.733,07	7,84	351.282,39	20,44	1.367.717,61
MELHORIA							
Impostos	1.601.000,00	1.601.000,00	131.095,71	8,19	336.143,14	21,00	1.264.856,86
Taxas	118.000,00	118.000,00	3.637,36	3,08	15.139,25	12,83	102.860,75
Contribuição de Melhoria	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
CONTRIBUIÇÕES	827.300,00	827.300,00	0,00	0,00	0,00	0,00	827.300,00
Contribuições Sociais	747.300,00	747.300,00	0,00	0,00	0,00	0,00	747.300,00
Contribuições Econômicas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Contribuições para Entidades Privadas de Serviço Social	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
e de Formação Profissional							
Contribuição para o Custeio do Serviço de Iluminação	80.000,00	80.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	80.000,00
Pública							
RECEITA PATRIMONIAL	36.100,00	36.100,00	1.870,18	5,18	11.825,85	32,76	24.274,15
Exploração do Patrimônio Imobiliário do Estado	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Valores Mobiliários	36.100,00	36.100,00	1.870,18	5,18	11.825,85	32,76	24.274,15
Delegação de Serviços Públicos Mediante Concessão,	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Permissão, Autorização ou Licença							
Exploração de Recursos Naturais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Exploração do Patrimônio Intangível	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Cessão de Direitos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Receitas Patrimoniais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITA AGROPECUÁRIA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITA INDUSTRIAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITA DE SERVIÇOS	150.000,00	150.000,00	16.948,45	11,30	35.008,14	23,34	114.991,86
Serviços Administrativos e Comerciais Gerais	150.000,00	150.000,00	16.948,45	11,30	35.008,14	23,34	114.991,86
Serviços e Atividades Referentes à Navegação e ao	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transporte							
Serviços e Atividades referentes à Saúde	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Serviços e Atividades Financeiras	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros Serviços	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	16.480.467,48	16.480.467,48	2.461.731,63	14,94	4.928.579,64	29,91	11.551.887,84
Transferências da União e de suas Entidades	9.582.467,48	9.582.467,48	1.228.219,36	12,82	2.657.264,80	27,73	6.925.202,68
Transferências dos Estados e do Distrito Federal e de	4.898.000,00	4.898.000,00	887.983,74	18,13	1.580.284,40	32,26	3.317.715,60
suas Entidades							
Transferências dos Municípios e de suas Entidades	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências de Instituições Privadas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências de Outras Instituições Públicas	2.000.000,00	2.000.000,00	345.528,53	17,28	691.030,44	34,55	1.308.969,56
Transferências do Exterior	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências de Pessoas Físicas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências Provenientes de Depósitos Não	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Identificados							
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	36.032,52	36.032,52	0,00	0,00	0,00	0,00	36.032,52
Multas Administrativas, Contratuais e Judiciais	6.000,00	6.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	6.000,00
Indenizações, Restituições e Ressarcimentos	2.200,00	2.200,00	0,00	0,00	0,00	0,00	2.200,00
Bens, Direitos e Valores Incorporados ao Patrimônio	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Público							
Demais Receitas Correntes	27.832,52	27.832,52	0,00	0,00	0,00	0,00	27.832,52
RECEITAS DE CAPITAL	250.000,00	250.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	250.000,00
OPERAÇÕES DE CRÉDITO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Operações de Crédito - Mercado Interno	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Operações de Crédito - Mercado Externo	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
ALIENAÇÃO DE BENS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Alienação de Bens Móveis	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Alienação de Bens Imóveis	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Alienação de Bens Intangíveis	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
AMORTIZAÇÕES DE EMPRÉSTIMOS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL	250.000,00	250.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	250.000,00
Transferências da União e de suas Entidades	250.000,00	250.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	250.000,00
Transferências dos Estados e do Distrito Federal e de	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
suas Entidades							
Transferências dos Municípios e de suas Entidades	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências de Instituições Privadas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências de Outras Instituições Públicas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências do Exterior	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências de Pessoas Físicas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências Provenientes de Depósitos Não	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Identificados							
OUTRAS RECEITAS DE CAPITAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Integralização do Capital Social	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Remuneração das Disponibilidades do Tesouro	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Resgate de Títulos do Tesouro	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Receitas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (II)	267.100,00	267.100,00	0,00	0,00	0,00	0,00	267.100,00
SUBTOTAL DAS RECEITAS (III) = (I + II)	19.766.000,00	19.766.000,00	2.615.283,33	13,23	5.326.696,02	26,95	14.439.303,98
OPERAÇÕES DE CRÉDITO / REFINANCIAMENTO (IV)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Operações de Crédito - Mercado Interno	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

RECEITAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS BIMESTRE % JAN A ABR %				SALDO A REALIZAR
		(a)	(b)	(b/a)	(c)	(c/a)	(a-c)
Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Contratual	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Operações de Crédito - Mercado Externo	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Contratual	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS RECEITAS (V) = (III + IV)	19.766.000,00	19.766.000,00	2.615.283,33	13,23	5.326.696,02	26,95	14.439.303,98
DÉFICIT (VI)					527.342,66		
TOTAL COM DÉFICIT (VII) = (V + VI)	19.766.000,00	19.766.000,00	2.615.283,33	13,23	5.854.038,68	29,62	14.439.303,98
SALDOS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	550.000,00	912.600,09			362.600,09		
Recursos Arrecadados em Exercícios Anteriores - RPPS	550.000,00	550.000,00					
Superávit Financeiro Utilizado para Créditos Adicionais		362.600,09			362.600,09		

3 of 6

RREO – ANEXO 1 (LRF, Art. 52, inciso I, alíneas “a” e “b” do inciso II e § 1º)

PREFEITURA MUNICIPAL DE ACORIZAL

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

BALANÇO ORÇAMENTÁRIO

ORÇAMENTOS FISCAIS E DA SEGURIDADE SOCIAL

PERIODO: Janeiro a Abril 2020/BIMESTRE Março - Abril

R$ 1

DESPESAS	DOTACAO INICIAL (d)	DOTAÇÃO ATUALIZADA (e)	DESPESAS EMPENHADAS		SALDO (g) = (e-f)	DESPESAS LIQUIDADAS		SALDO (i) = (e-h)	DESPESAS PAGAS ATÉ O BIMESTRE (j)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS² (k)
			BIMESTRE	JAN A ABR (f)		BIMESTRE	JAN A ABR (h)			
DESPESAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (VIII)	19.785.900,00	20.095.532,69	2.354.883,79	7.819.651,74	12.275.880,95	2.601.530,16	5.571.919,11	14.523.613,58	4.556.867,12	0,00
DESPESAS CORRENTES	16.298.317,36	17.323.732,01	2.289.883,79	7.054.207,30	10.269.524,71	2.431.791,43	5.347.279,14	11.976.452,87	4.342.227,15	0,00
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	6.998.270,52	6.849.724,52	975.023,25	2.093.765,17	4.755.959,35	981.263,25	2.010.572,92	4.839.151,60	1.541.361,73	0,00
JUROS E ENCARGOS DA DIVIDA	120.000,00	56.313,60	0,00	0,00	56.313,60	0,00	0,00	56.313,60	0,00	0,00
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	9.180.046,84	10.417.693,89	1.314.860,54	4.960.442,13	5.457.251,76	1.450.528,18	3.336.706,22	7.080.987,67	2.800.865,42	0,00
DESPESAS DE CAPITAL	2.851.400,00	2.135.618,04	65.000,00	765.444,44	1.370.173,60	169.738,73	224.639,97	1.910.978,07	214.639,97	0,00
INVESTIMENTOS	2.471.400,00	1.755.618,04	65.000,00	391.497,68	1.364.120,36	124.794,95	124.794,95	1.630.823,09	114.794,95	0,00
INVERSÕES FINANCEIRAS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA	380.000,00	380.000,00	0,00	373.946,76	6.053,24	44.943,78	99.845,02	280.154,98	99.845,02	0,00
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	636.182,64	636.182,64			636.182,64			636.182,64		
DESPESAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (IX)	530.100,00	583.067,40	115.582,88	282.119,57	300.947,83	115.582,88	282.119,57	300.947,83	109.356,14	0,00
SUBTOTAL DAS DESPESAS (X) = (VIII + IX)	20.316.000,00	20.678.600,09	2.470.466,67	8.101.771,31	12.576.828,78	2.717.113,04	5.854.038,68	14.824.561,41	4.666.223,26	0,00
AMORTIZAÇÃO DA DIV. / REFINANCIAMENTO (XI)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida Interna	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Dívida Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Dívida Contratual	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida Externa	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Dívida Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Dívida Contratual	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS DESPESAS (XII) = (X + XI)	20.316.000,00	20.678.600,09	2.470.466,67	8.101.771,31	12.576.828,78	2.717.113,04	5.854.038,68	14.824.561,41	4.666.223,26	0,00
SUPERÁVIT (XIII)				0,00			0,00		0,00	
TOTAL COM SUPERÁVIT (XIV) = (XII + XIII)	20.316.000,00	20.678.600,09	2.470.466,67	8.101.771,31		2.717.113,04	5.854.038,68		4.666.223,26	0,00
RESERVA DO RPPS	0,00	0,00			0,00			0,00		

RECEITAS INTRA-ORÇAMENTÁRIAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS				SALDO A REALIZAR
			BIMESTRE	%	JAN A ABR	%	
		(a)	(b)	(b/a)	(c)	(c/a)	(a-c)
RECEITAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (II)	267.100,00	267.100,00	0,00	0,00	0,00	0,00	267.100,00
RECEITAS CORRENTES	267.100,00	267.100,00	0,00	0,00	0,00	0,00	267.100,00
IMPOSTOS, TAXAS E CONTRIBUIÇÕES DE	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
MELHORIA							
Impostos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Taxas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Contribuição de Melhoria	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
CONTRIBUIÇÕES	267.100,00	267.100,00	0,00	0,00	0,00	0,00	267.100,00
Contribuições Sociais	267.100,00	267.100,00	0,00	0,00	0,00	0,00	267.100,00
Contribuições Econômicas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Contribuições para Entidades Privadas de Serviço Social	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
e de Formação Profissional							
Contribuição para o Custeio do Serviço de Iluminação	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Pública							
RECEITA PATRIMONIAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Exploração do Patrimônio Imobiliário do Estado	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Valores Mobiliários	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Delegação de Serviços Públicos Mediante Concessão,	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Permissão, Autorização ou Licença							
Exploração de Recursos Naturais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Exploração do Patrimônio Intangível	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Cessão de Direitos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Receitas Patrimoniais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

RECEITA AGROPECUÁRIA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITA INDUSTRIAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITA DE SERVIÇOS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Serviços Administrativos e Comerciais Gerais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Serviços e Atividades Referentes à Navegação e ao	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transporte							
Serviços e Atividades referentes à Saúde	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Serviços e Atividades Financeiras	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros Serviços	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências da União e de suas Entidades	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências dos Estados e do Distrito Federal e de	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
suas Entidades							
Transferências dos Municípios e de suas Entidades	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências de Instituições Privadas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências de Outras Instituições Públicas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências do Exterior	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências de Pessoas Físicas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências Provenientes de Depósitos Não	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Identificados							
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Multas Administrativas, Contratuais e Judiciais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Indenizações, Restituições e Ressarcimentos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Bens, Direitos e Valores Incorporados ao Patrimônio	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Público							
Demais Receitas Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITAS DE CAPITAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
OPERAÇÕES DE CRÉDITO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Operações de Crédito - Mercado Interno	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Operações de Crédito - Mercado Externo	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
ALIENAÇÃO DE BENS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Alienação de Bens Móveis	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Alienação de Bens Imóveis	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Alienação de Bens Intangíveis	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
AMORTIZAÇÕES DE EMPRÉSTIMOS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências da União e de suas Entidades	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências dos Estados e do Distrito Federal e de	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
suas Entidades							
Transferências dos Municípios e de suas Entidades	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências de Instituições Privadas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências de Outras Instituições Públicas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências do Exterior	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências de Pessoas Físicas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências Provenientes de Depósitos Não	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Identificados							
OUTRAS RECEITAS DE CAPITAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Integralização do Capital Social	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Remuneração das Disponibilidades do Tesouro	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Resgate de Títulos do Tesouro	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Receitas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

RECEITAS INTRA-ORÇAMENTÁRIAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS				SALDO A REALIZAR
			BIMESTRE	%	JAN A ABR	%	
		(a)	(b)	(b/a)	(c)	(c/a)	(a-c)

6 of 6

PREFEITURA MUNICIPAL DE ACORIZAL

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

BALANÇO ORÇAMENTÁRIO

ORÇAMENTOS FISCAIS E DA SEGURIDADE SOCIAL

PERIODO: Janeiro a Abril 2020/BIMESTRE Março - Abril

RREO – ANEXO 1 (LRF, Art. 52, inciso I, alíneas “a” e “b” do inciso II e § 1º) R$ Milhares

DESPESAS INTRA-ORÇAMENTÁRIAS	DOTACAO INICIAL (d)	DOTAÇÃO ATUALIZADA (e)	DESPESAS EMPENHADAS		SALDO (g) = (e-f)	DESPESAS LIQUIDADAS		SALDO (i) = (e-h)	DESPESAS PAGAS ATÉ O BIMESTRE (j)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS² (k)
			BIMESTRE	JAN A ABR (f)		BIMESTRE	JAN A ABR (h)			
DESPESAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (IX)	530.100,00	583.067,40	115.582,88	282.119,57	300.947,83	115.582,88	282.119,57	300.947,83	109.356,14	0,00

DESPESAS CORRENTES	530.100,00	583.067,40	115.582,88	282.119,57	300.947,83	115.582,88	282.119,57	300.947,83	109.356,14	0,00
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	530.100,00	583.067,40	115.582,88	282.119,57	300.947,83	115.582,88	282.119,57	300.947,83	109.356,14	0,00
JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESAS DE CAPITAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
INVESTIMENTOS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
INVERSÕES FINANCEIRAS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

PREFEITURA MUNICIPAL DE ACORIZAL RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO DAS DESPESAS POR FUNÇÃO E SUBFUNÇÃO ORÇAMENTOS FISCAIS E DA SEGURIDADE SOCIAL PERIODO: JANEIRO A

PREFEITURA MUNICIPAL DE ACORIZAL

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO DAS DESPESAS POR FUNÇÃO E SUBFUNÇÃO

ORÇAMENTOS FISCAIS E DA SEGURIDADE SOCIAL

PERIODO: Janeiro a Abril 2020/BIMESTRE Março - Abril

FUNÇÃO/ SUBFUNÇÃO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (a)	DESPESAS EMPENHADAS			SALDO (c) = (a-b)	DESPESAS LIQUIDADAS			SALDO (e) = (a-d)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (f)	
			BIMESTRE	JAN A ABR (b)	% (b/total b)		BIMESTRE	JAN A ABR (d)	% (d/total d)			
DESPESAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I)	19.785.900,00	20.095.532,69	2.356.219,79	7.821.524,56	96,52	12.274.008,13	2.602.866,16	5.573.791,93	95,18	14.521.740,76	0,00	
Legislativa	875.000,00	875.000,00	0,00	0,00	0,00	875.000,00	0,00	0,00	0,00	875.000,00	0,00	
Ação Legislativa	875.000,00	875.000,00	0,00	0,00	0,00	875.000,00	0,00	0,00	0,00	875.000,00	0,00	
Administração	2.159.500,00	3.124.100,09	387.120,37	2.019.461,00	24,92	1.104.639,09	445.225,49	1.254.315,95	21,42	1.869.784,14	0,00	
Defesa do Interesse Público no Processo Judiciário	77.000,00	77.000,00	0,00	33.000,00	0,41	44.000,00	0,00	0,00	0,00	77.000,00	0,00	
Administração Geral	2.040.500,00	3.005.100,09	387.120,37	1.986.461,00	24,51	1.018.639,09	445.225,49	1.254.315,95	21,42	1.750.784,14	0,00	
Normatização e Fiscalização	42.000,00	42.000,00	0,00	0,00	0,00	42.000,00	0,00	0,00	0,00	42.000,00	0,00	
Assistência	950.800,00	1.097.800,00	183.736,22	393.763,21	4,86	704.036,79	160.512,87	313.857,54	5,36	783.942,46	0,00	

Social											
Assistência ao Idoso	428.000,00	508.000,00	151.869,30	312.695,84	3,86	195.304,16	124.004,28	255.273,99	4,36	252.726,01	0,00
Assistência à Criança e ao Adolescente	103.100,00	143.100,00	5.871,67	27.946,63	0,34	115.153,37	5.871,67	27.946,63	0,48	115.153,37	0,00
Assistência Comunitária	419.700,00	446.700,00	25.995,25	53.120,74	0,66	393.579,26	30.636,92	30.636,92	0,52	416.063,08	0,00
Previdência Social	841.000,00	841.000,00	0,00	0,00	0,00	841.000,00	0,00	0,00	0,00	841.000,00	0,00
Previdência do Regime Estatutário	841.000,00	841.000,00	0,00	0,00	0,00	841.000,00	0,00	0,00	0,00	841.000,00	0,00
Saúde	3.821.557,36	3.988.904,41	758.830,70	1.722.448,55	21,26	2.266.455,86	731.195,75	1.484.204,62	25,35	2.504.699,79	0,00
Administração Geral	10.000,00	10.000,00	0,00	0,00	0,00	10.000,00	0,00	0,00	0,00	10.000,00	0,00
Atenção Básica	3.195.300,00	3.452.647,05	635.281,34	1.590.600,77	19,63	1.862.046,28	683.536,83	1.429.276,93	24,41	2.023.370,12	0,00
Assistência Hospitalar e Ambulatorial	416.086,84	256.086,84	27.900,00	36.198,42	0,45	219.888,42	2.137,66	9.406,43	0,16	246.680,41	0,00
Vigilância Sanitária	100.000,00	170.000,00	95.649,36	95.649,36	1,18	74.350,64	45.521,26	45.521,26	0,78	124.478,74	0,00
Vigilância Epidemiológica	100.170,52	100.170,52	0,00	0,00	0,00	100.170,52	0,00	0,00	0,00	100.170,52	0,00
Educação	4.469.800,00	4.651.171,95	427.484,18	1.542.376,08	19,03	3.108.795,87	568.169,23	1.172.005,89	20,01	3.479.166,06	0,00
Administração Geral	15.000,00	8.000,00	0,00	0,00	0,00	8.000,00	0,00	0,00	0,00	8.000,00	0,00
Ensino Fundamental	3.550.800,00	3.683.017,95	354.693,74	1.374.691,36	16,96	2.308.326,59	495.378,79	1.014.765,24	17,33	2.668.252,71	0,00

Ensino Superior	10.000,00	10.000,00	0,00	0,00	0,00	10.000,00	0,00	0,00	0,00	10.000,00	0,00
Educação Infantil	894.000,00	950.154,00	72.790,44	167.684,72	2,07	782.469,28	72.790,44	157.240,65	2,69	792.913,35	0,00
Cultura	60.100,00	60.100,00	0,00	5.000,00	0,06	55.100,00	1.177,41	2.203,87	0,04	57.896,13	0,00
Difusão Cultural	60.100,00	60.100,00	0,00	5.000,00	0,06	55.100,00	1.177,41	2.203,87	0,04	57.896,13	0,00
Urbanismo	2.247.100,00	1.833.100,00	330.960,32	558.127,89	6,89	1.274.972,11	301.786,89	478.760,20	8,18	1.354.339,80	0,00
Administração Geral	1.293.100,00	1.013.100,00	305.960,32	532.978,55	6,58	480.121,45	276.786,89	453.610,86	7,75	559.489,14	0,00
Administração Financeira	10.000,00	10.000,00	0,00	0,00	0,00	10.000,00	0,00	0,00	0,00	10.000,00	0,00
Infra-Estrutura Urbana	704.000,00	599.000,00	25.000,00	25.000,00	0,31	574.000,00	25.000,00	25.000,00	0,43	574.000,00	0,00
Serviços Urbanos	240.000,00	211.000,00	0,00	149,34	0,00	210.850,66	0,00	149,34	0,00	210.850,66	0,00
Habitação	10.000,00	10.000,00	0,00	0,00	0,00	10.000,00	0,00	0,00	0,00	10.000,00	0,00
Habitação Urbana	10.000,00	10.000,00	0,00	0,00	0,00	10.000,00	0,00	0,00	0,00	10.000,00	0,00
Saneamento	925.000,00	1.005.000,00	173.483,44	779.354,30	9,62	225.645,70	231.497,66	529.216,76	9,04	475.783,24	0,00
Administração Geral	810.000,00	980.000,00	173.483,44	779.354,30	9,62	200.645,70	231.497,66	529.216,76	9,04	450.783,24	0,00
Saneamento Básico Urbano	115.000,00	25.000,00	0,00	0,00	0,00	25.000,00	0,00	0,00	0,00	25.000,00	0,00

FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (a)	DESPESAS EMPENHADAS			SALDO (c) = (a-b)	DESPESAS LIQUIDADAS			SALDO (e) = (a-d)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (f)
			BIMESTRE	JAN A ABR (b)	% (b/total b)		BIMESTRE	JAN A ABR (d)	% (d/ total d)		
Gestão Ambiental	282.500,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Preservação e Conservação Ambiental	20.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Extensão Rural	262.500,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Agricultura	299.500,00	120.000,00	16.824,93	34.292,67	0,42	85.707,33	16.824,93	34.292,67	0,59	85.707,33	0,00
Administração Geral	194.500,00	104.500,00	16.824,93	34.292,67	0,42	70.207,33	16.824,93	34.292,67	0,59	70.207,33	0,00
Promoção da Produção Vegetal	75.000,00	10.500,00	0,00	0,00	0,00	10.500,00	0,00	0,00	0,00	10.500,00	0,00
Abastecimento	30.000,00	5.000,00	0,00	0,00	0,00	5.000,00	0,00	0,00	0,00	5.000,00	0,00
Comércio e Serviços	415.100,00	184.100,00	4.880,00	9.760,00	0,12	174.340,00	4.880,00	9.760,00	0,17	174.340,00	0,00

Administração Geral	7.000,00	7.000,00	0,00	0,00	0,00	7.000,00	0,00	0,00	0,00	7.000,00	0,00
Turismo	408.100,00	177.100,00	4.880,00	9.760,00	0,12	167.340,00	4.880,00	9.760,00	0,17	167.340,00	0,00
Transporte	1.000.000,00	870.000,00	21.055,80	102.619,25	1,27	767.380,75	59.826,95	97.058,15	1,66	772.941,85	0,00
Administração Geral	10.000,00	10.000,00	0,00	0,00	0,00	10.000,00	0,00	0,00	0,00	10.000,00	0,00
Transporte Rodoviário	990.000,00	860.000,00	21.055,80	102.619,25	1,27	757.380,75	59.826,95	97.058,15	1,66	762.941,85	0,00
Desporto e Lazer	87.100,00	127.100,00	51.843,83	60.438,13	0,75	66.661,87	11.843,83	20.438,13	0,35	106.661,87	0,00
Desporto Comunitário	87.100,00	127.100,00	51.843,83	60.438,13	0,75	66.661,87	11.843,83	20.438,13	0,35	106.661,87	0,00
Encargos Especiais	705.660,00	671.973,60	0,00	593.883,48	7,33	78.090,12	69.925,15	177.678,15	3,03	494.295,45	0,00
Serviço da Dívida Interna	380.000,00	380.000,00	0,00	373.946,76	4,61	6.053,24	44.943,78	99.845,02	1,71	280.154,98	0,00
Outros Encargos Especiais	325.660,00	291.973,60	0,00	219.936,72	2,71	72.036,88	24.981,37	77.833,13	1,33	214.140,47	0,00
Reserva de Contingência	636.182,64	636.182,64	0,00	0,00	0,00	636.182,64	0,00	0,00	0,00	636.182,64	0,00
Reserva de Contingência	636.182,64	636.182,64	0,00	0,00	0,00	636.182,64	0,00	0,00	0,00	636.182,64	0,00
DESPESAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (II)	530.100,00	583.067,40	115.582,88	282.119,57	3,48	300.947,83	115.582,88	282.119,57	4,82	300.947,83	0,00
Legislativa	15.000,00	15.000,00	0,00	0,00	0,00	15.000,00	0,00	0,00	0,00	15.000,00	0,00
Ação Legislativa	15.000,00	15.000,00	0,00	0,00	0,00	15.000,00	0,00	0,00	0,00	15.000,00	0,00
Administração	71.000,00	71.000,00	12.890,38	27.895,82	0,34	43.104,18	12.890,38	27.895,82	0,48	43.104,18	0,00
Administração Geral	68.000,00	68.000,00	12.890,38	27.895,82	0,34	40.104,18	12.890,38	27.895,82	0,48	40.104,18	0,00
Normatização e Fiscalização	3.000,00	3.000,00	0,00	0,00	0,00	3.000,00	0,00	0,00	0,00	3.000,00	0,00
Assistência Social	31.100,00	31.100,00	3.427,14	6.311,88	0,08	24.788,12	3.427,14	6.311,88	0,11	24.788,12	0,00
Assistência ao Idoso	30.000,00	30.000,00	3.427,14	6.311,88	0,08	23.688,12	3.427,14	6.311,88	0,11	23.688,12	0,00
Assistência à Criança e ao Adolescente	1.000,00	1.000,00	0,00	0,00	0,00	1.000,00	0,00	0,00	0,00	1.000,00	0,00
Assistência Comunitária	100,00	100,00	0,00	0,00	0,00	100,00	0,00	0,00	0,00	100,00	0,00
Saúde	50.000,00	85.850,40	29.321,15	75.848,14	0,94	10.002,26	29.321,15	75.848,14	1,30	10.002,26	0,00
Atenção Básica	47.000,00	82.850,40	29.321,15	75.848,14	0,94	7.002,26	29.321,15	75.848,14	1,30	7.002,26	0,00
Vigilância Epidemiológica	3.000,00	3.000,00	0,00	0,00	0,00	3.000,00	0,00	0,00	0,00	3.000,00	0,00
Educação	275.000,00	291.117,00	51.345,64	135.187,49	1,67	155.929,51	51.345,64	135.187,49	2,31	155.929,51	0,00
Ensino Fundamental	220.000,00	220.000,00	39.729,04	110.578,68	1,36	109.421,32	39.729,04	110.578,68	1,89	109.421,32	0,00
Educação Infantil	55.000,00	71.117,00	11.616,60	24.608,81	0,30	46.508,19	11.616,60	24.608,81	0,42	46.508,19	0,00
Cultura	1.000,00	1.000,00	0,00	0,00	0,00	1.000,00	0,00	0,00	0,00	1.000,00	0,00
Difusão Cultural	1.000,00	1.000,00	0,00	0,00	0,00	1.000,00	0,00	0,00	0,00	1.000,00	0,00

FUNÇÃO/ SUBFUNÇÃO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (a)	DESPESAS EMPENHADAS			SALDO (c) = (a-b)	DESPESAS LIQUIDADAS			SALDO (e) = (a-d)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (f)
			BIMESTRE	JAN A ABR (b)	% (b/total b)		BIMESTRE	JAN A ABR (d)	% (d/total d)		
Urbanismo	50.000,00	50.000,00	9.799,51	20.330,88	0,25	29.669,12	9.799,51	20.330,88	0,35	29.669,12	0,00
Administração Geral	50.000,00	50.000,00	9.799,51	20.330,88	0,25	29.669,12	9.799,51	20.330,88	0,35	29.669,12	0,00
Saneamento	25.000,00	25.000,00	5.176,28	10.318,68	0,13	14.681,32	5.176,28	10.318,68	0,18	14.681,32	0,00
Administração Geral	25.000,00	25.000,00	5.176,28	10.318,68	0,13	14.681,32	5.176,28	10.318,68	0,18	14.681,32	0,00
Agricultura	8.000,00	8.000,00	1.650,70	3.291,88	0,04	4.708,12	1.650,70	3.291,88	0,06	4.708,12	0,00
Administração Geral	8.000,00	8.000,00	1.650,70	3.291,88	0,04	4.708,12	1.650,70	3.291,88	0,06	4.708,12	0,00
Comércio e Serviços	2.000,00	2.000,00	0,00	0,00	0,00	2.000,00	0,00	0,00	0,00	2.000,00	0,00
Turismo	2.000,00	2.000,00	0,00	0,00	0,00	2.000,00	0,00	0,00	0,00	2.000,00	0,00
Desporto e Lazer	2.000,00	3.000,00	1.972,08	2.934,80	0,04	65,20	1.972,08	2.934,80	0,05	65,20	0,00
Desporto Comunitário	2.000,00	3.000,00	1.972,08	2.934,80	0,04	65,20	1.972,08	2.934,80	0,05	65,20	0,00

TOTAL (III) = (I + II)	20.316.000,00	20.678.600,09	2.471.802,67	8.103.644,13	100,00	12.574.955,96	2.718.449,04	5.855.911,50	100,00	14.822.688,59	0,00

Nota: Durante o exercício, somente as despesas liquidadas são consideradas executadas. No encerramento do exercício, as despesas não liquidadas inscritas em restos a pagar processados são também consideradas executadas. Dessa forma, para maior transparência, as despesas executadas estão segregadas em:

. a) Despesas liquidadas, consideradas aquelas em que houve a entrega do material ou serviço, nos termos do art. 63 da Lei 4.320/64;

. b) Despesas empenhadas mas não liquidadas, inscritas em Restos a Pagar processados, consideradas liquidadas no encerramento do exercício, por força do art.35, inciso II da Lei 4.320/64.

PREFEITURA MUNICIPAL DE ACORIZAL RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA DEMONSTRATIVO DA RECEITA CORRENTE LÍQUIDA ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL MAI/2019 A ABR/2020

PREFEITURA MUNICIPAL DE ACORIZAL

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA **DEMONSTRATIVO DA RECEITA CORRENTE LÍQUIDA** ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL MAI/2019 A ABR/2020

RREO – ANEXO 3 (LRF, Art. 53, inciso I)

R$ 1

ESPECIFICAÇÃO	EVOLUÇÃO DA RECEITA REALIZADA NOS ÚLTIMOS 12 MESES												TOTAL (ÚLTIMOS 12 MESES)	PREVISÃO ATUALIZADA
	MAI/2019	JUN/2019	JUL/2019	AGO/2019	SET/2019	OUT/2019	NOV/2019	DEZ/2019	JAN/2020	FEV/2020	MAR/2020	ABR/2020		
RECEITAS CORRENTES (I)	1.477.178,16	1.313.614,78	2.196.894,65	1.383.220,58	1.258.145,32	1.490.315,66	1.624.909,78	3.348.541,83	1.501.729,82	1.641.876,77	1.567.822,47	1.404.453,58	20.208.703,40	21.724.900,00
Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria	109.460,06	85.283,62	102.685,32	108.744,50	116.975,23	179.168,26	130.249,38	154.393,10	166.328,16	50.221,16	89.466,35	45.266,72	1.338.241,86	1.719.000,00
IPTU	4.931,80	7.096,64	2.199,55	13.352,93	8.780,85	2.662,33	1.084,44	1.550,87	1.182,29	614,42	282,40	142,39	43.880,91	60.000,00
ISS	79.543,35	73.057,24	88.280,76	81.387,49	89.438,90	168.857,04	94.893,48	53.116,62	152.889,83	43.170,24	55.833,37	41.508,63	1.021.976,95	1.031.000,00
ITBI	8.824,47	3.200,00	7.297,04	7.660,00	15.700,00	4.100,00	30.790,26	4.267,00	5.659,62	978,46	31.709,64	1.510,00	121.696,49	50.000,00
IRRF	13.765,14	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	94.971,57	0,00	0,00	0,00	0,00	108.736,71	460.000,00
Outros Impostos, Taxas e Contribuições de	2.395,30	1.929,74	4.907,97	6.344,08	3.055,48	3.548,89	3.481,20	487,04	6.596,42	5.458,04	1.640,94	2.105,70	41.950,80	118.000,00
Melhoria														
Contribuições	30.189,64	865,96	41,86	3.991,19	0,00	3,28	307,93	313.859,14	0,00	0,00	0,00	0,00	349.259,00	827.300,00
Receita Patrimonial	2.189,44	2.805,77	2.228,65	3.005,62	3.123,92	2.728,10	7.274,83	27.475,10	8.434,71	1.520,96	1.301,48	568,70	62.657,28	36.100,00
Rendimentos de Aplicação Financeira	2.189,44	2.805,77	2.228,65	3.005,62	3.123,92	2.728,10	7.274,83	27.475,10	8.434,71	1.520,96	1.301,48	568,70	62.657,28	36.100,00
Outras Receitas Patrimoniais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Receita Agropecuária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Receita Industrial	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Receita de Serviços	9.902,41	8.272,51	10.870,10	9.246,26	10.478,78	10.261,45	3.867,92	4.616,35	8.550,32	9.509,37	11.287,07	5.661,38	102.523,92	150.000,00
Transferências Correntes	1.325.436,61	1.216.386,92	2.081.068,72	1.258.233,01	1.127.567,39	1.298.154,57	1.483.209,72	2.848.198,14	1.318.416,63	1.580.625,28	1.465.767,57	1.352.956,78	18.356.021,34	18.956.467,48
Cota Parte do FPM	693.437,17	546.218,93	746.952,35	545.224,28	485.330,02	446.809,32	606.384,17	1.033.784,91	606.292,89	876.066,17	512.260,15	543.720,44	7.642.480,80	8.630.000,00
Cota Parte do ICMS	271.033,56	230.348,58	343.355,53	297.846,97	261.480,05	386.102,69	320.776,23	497.452,01	332.775,50	302.924,08	452.336,42	285.145,63	3.981.577,25	4.000.000,00
Cota Parte do IPVA	29.071,95	27.150,17	20.494,22	9.304,60	18.750,91	9.838,55	4.122,68	4.877,80	27.155,15	14.855,97	21.390,84	13.393,36	200.406,20	220.000,00
Cota Parte do ITR	453,77	1.824,98	867,87	168,26	2.926,81	26.416,66	2.409,39	5.873,13	3.926,63	591,79	2.133,78	119,80	47.712,87	120.000,00
Transferências da LC 87/1996	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	20.000,00
Transferências da LC 61/1989	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	20.000,00
Transferencias do FUNDEB	159.464,39	133.069,95	166.585,20	151.768,33	135.621,44	188.725,95	163.990,75	240.324,85	168.908,85	176.593,06	205.791,87	139.736,66	2.030.581,30	2.000.000,00
Outras Transferências Correntes	171.975,77	277.774,31	802.813,55	253.920,57	223.458,16	240.261,40	385.526,50	1.065.885,44	179.357,61	209.594,21	271.854,51	370.840,89	4.453.262,92	3.946.467,48
Outras Receitas Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	36.032,52
DEDUÇÕES (II)	198.799,21	161.108,48	162.792,63	170.508,76	153.697,46	173.833,34	186.738,39	560.420,90	193.875,46	238.318,44	197.183,23	159.809,49	2.557.085,79	3.223.400,00
Contribuição do Servidor para o Plano de	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	313.848,92	0,00	0,00	0,00	0,00	313.848,92	747.300,00
Previdência														
Compensação Financeira entre Regimes de	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	100,00
Previdência														

Dedução de Receita para Formação do Fundeb	198.799,21	161.108,48	162.792,63	170.508,76	153.697,46	173.833,34	186.738,39	246.571,98	193.875,46	238.318,44	197.183,23	159.809,49	2.243.236,87	2.476.000,00

RECEITA CORRENTE LÍQUIDA (I)-(II)

1.278.378,95

1.152.506,30 2.034.102,02

1.212.711,82

1.104.447,86

1.316.482,32

1.438.171,39

2.788.120,93

1.307.854,36

1.403.558,33

1.370.639,24

1.244.644,09 17.651.617,61 18.501.500,00

(-) Transferências obrigatórias da União relativas às emendas individuais (art. 166-A, § 1º, da CF) (IV)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA AJUSTADA PARA PARA CÁLCULO DOS LIMITES DE ENDIVIDAMENTO (V) = (III - IV)	1.278.378,95	1.152.506,30	2.034.102,02	1.212.711,82	1.104.447,86	1.316.482,32	1.438.171,39	2.788.120,93	1.307.854,36	1.403.558,33	1.370.639,24	1.244.644,09	17.651.617,61	18.501.500,00
(-) Transferências obrigatórias da União relativas às emendas de bancada (art. 166, § 16, da CF) (VI)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA AJUSTADA PARA CÁLCULO DOS LIMITES DA DESPESA COM PESSOAL (VII) = (V - VI)	1.278.378,95	1.152.506,30	2.034.102,02	1.212.711,82	1.104.447,86	1.316.482,32	1.438.171,39	2.788.120,93	1.307.854,36	1.403.558,33	1.370.639,24	1.244.644,09	17.651.617,61	18.501.500,00

PREFEITURA MUNICIPAL DE ACORIZAL DEMONSTRATIVOS DAS RECEITAS E DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS DO REGIME PRÓPRIO DOS SERVIDORES PÚBLICOS PERIODO: JANEIRO A ABRIL 2020/BIMESTRE MARÇO - ABRIL

PREFEITURA MUNICIPAL DE ACORIZAL

DEMONSTRATIVOS DAS RECEITAS E DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS

DO REGIME PRÓPRIO DOS SERVIDORES PÚBLICOS

PERIODO: Janeiro a Abril 2020/BIMESTRE Março - Abril

PLANO PREVIDENCIÁRIO				
RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS	
			Jan a Abr 2020	Jan a Abr 2019
RECEITAS CORRENTES (I)			0,00	0,00
Receita de Contribuições dos Segurados			0,00	0,00
Civil			0,00	0,00
Ativo			0,00	0,00
Inativo			0,00	0,00
Pensionista			0,00	0,00
Militar			0,00	0,00
Ativo			0,00	0,00
Inativo			0,00	0,00
Pensionista			0,00	0,00
Receita de Contribuições Patronais			0,00	0,00
Civil			0,00	0,00
Ativo			0,00	0,00
Inativo			0,00	0,00
Pensionista			0,00	0,00
Militar			0,00	0,00
Ativo			0,00	0,00
Inativo			0,00	0,00
Pensionista			0,00	0,00
Receita Patrimonial			0,00	0,00
Receitas Imobiliárias			0,00	0,00
Receitas de Valores Mobiliários			0,00	0,00
Outras Receitas Patrimoniais			0,00	0,00
Receita de Serviços			0,00	0,00
Outras Receitas Correntes			0,00	0,00
Compensação Previdenciária do RGPS para o RPPS			0,00	0,00
Aportes Periódicos para Amortização de Déficit Atuarial do RPPS (II)			0,00	0,00

Demais Receitas Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITAS DE CAPITAL (III)	0,00	0,00	0,00	0,00
Alienação de Bens, Direitos e Ativos	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização de Empréstimos	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS RPPS - (IV) = (I + III - II)	0,00	0,00	0,00	0,00

DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS		INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS	
			Jan a Abr 2020	Jan a Abr 2019	Jan a Abr 2020	Jan a Abr 2019	Em 2020	Em 2019
Benefícios - Civil	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Aposentadorias	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Pensões	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros Benefícios Previdenciários	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Benefícios - Militar	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Reformas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Pensões	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros Benefícios Previdenciários	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Despesas Previdenciárias	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Compensação Previdenciária do RPPS para o RGPS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Despesas Previdenciárias	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS RPPS (V)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RESULTADO PREVIDENCIÁRIO (VI) = (IV - V)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00		

	RECURSOS RPPS ARRECADADOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES	PREVISÃO ORÇAMENTÁRIA	
VALOR			550.000,00
	RESERVA ORÇAMENTÁRIA DO RPPS	PREVISÃO ORÇAMENTÁRIA	
VALOR			0,00

Plano de Amortização - Contribuição Patronal Suplementar 0,00

Plano de Amortização - Aporte Periódico de Valores Predefinidos 0,00

Outros Aportes para o RPPS 0,00

Recursos para Cobertura de Déficit Financeiro 0,00

BENS E DIREITOS DO RPPS	PERÍODO DE REFERÊNCIA	
	Em 2020	Em 2019
Caixa e Equivalentes de Caixa	0,00	839.404,69
Investimentos e Aplicações	0,00	-76.562,03
Outros Bens e Direitos	0,00	0,00

PLANO FINANCEIRO				
RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS	
			Jan a Abr 2020	Jan a Abr 2019

RECEITAS CORRENTES (VII)

0,00

0,00

0,00

0,00

Receita de Contribuições dos Segurados	0,00	0,00	0,00	0,00
Civil	0,00	0,00	0,00	0,00
Ativo	0,00	0,00	0,00	0,00
Inativo	0,00	0,00	0,00	0,00
Pensionista	0,00	0,00	0,00	0,00
Militar	0,00	0,00	0,00	0,00
Ativo	0,00	0,00	0,00	0,00
Inativo	0,00	0,00	0,00	0,00
Pensionista	0,00	0,00	0,00	0,00
Receita de Contribuições Patronais	0,00	0,00	0,00	0,00
Civil	0,00	0,00	0,00	0,00
Ativo	0,00	0,00	0,00	0,00
Inativo	0,00	0,00	0,00	0,00
Pensionista	0,00	0,00	0,00	0,00
Militar	0,00	0,00	0,00	0,00
Ativo	0,00	0,00	0,00	0,00
Inativo	0,00	0,00	0,00	0,00
Pensionista	0,00	0,00	0,00	0,00
Receita Patrimonial	0,00	0,00	0,00	0,00

Receitas Imobiliárias	0,00	0,00	0,00	0,00
Receitas de Valores Mobiliários	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas Patrimoniais	0,00	0,00	0,00	0,00
Receita de Serviços	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00
Compensação Previdenciária do RGPS para o RPPS	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Receitas Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITAS DE CAPITAL (VIII)	0,00	0,00	0,00	0,00
Alienação de Bens, Direitos e Ativos	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização de Empréstimos	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS RPPS - (IX) = (VII + VIII)	0,00	0,00	0,00	0,00

DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS		INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS	
			Jan a Abr 2020	Jan a Abr 2019	Jan a Abr 2020	Jan a Abr 2019	Em 2020	Em 2019
Benefícios - Civil	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Aposentadorias	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Pensões	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros Benefícios Previdenciários	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Benefícios - Militar	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Reformas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Pensões	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros Benefícios Previdenciários	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Despesas Previdenciárias	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

Compensação Previdenciária do RPPS para o RGPS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Despesas Previdenciárias	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS RPPS (X)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RESULTADO PREVIDENCIÁRIO (XI) = (IX - X)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00		
APORTES DE RECURSOS PARA O PLANO FINANCEIRO DO RPPS					APORTES REALIZADOS			

Recursos para Cobertura de Insuficiências Financeiras 0,00

Recursos para Formação de Reserva 0,00

RECEITAS DA ADMINISTRAÇÃO - RPPS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS	
			Jan a Abr 2020	Jan a Abr 2019
RECEITAS CORRENTES	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS RECEITAS DA ADMINISTRAÇÃO RPPS - (XII)	0,00	0,00	0,00	0,00

DESPESAS DA ADMINISTRAÇÃO - RPPS	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS		INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS	
			Jan a Abr 2020	Jan a Abr 2019	Jan a Abr 2020	Jan a Abr 2019	Em 2020	Em 2019
DESPESAS CORRENTES (XIII)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESAS DE CAPITAL (XIV)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS DESPESAS DA ADMINISTRAÇÃO RPPS (XV) = (XIII + XIV)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RESULTADO DA ADMINISTRAÇÃO RPPS (XVI) = (XII – XV)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00		

Nota: Durante o exercício, somente as despesas liquidadas são consideradas executadas. No encerramento do exercício, as despesas não liquidadas inscritas em restos a pagar processados são também consideradas executadas. Dessa forma, para maior transparência, as despesas executadas estão segregadas em:

. a) Despesas liquidadas, consideradas aquelas em que houve a entrega do material ou serviço, nos termos do art. 63 da Lei 4.320/64;

. b) Despesas empenhadas mas não liquidadas, inscritas em Restos a Pagar processados, consideradas liquidadas no encerramento do exercício, por força do art.35, inciso II da Lei 4.320/64.

PREFEITURA MUNICIPAL DE ACORIZAL RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA DEMONSTRATIVO DOS RESULTADOS PRIMÁRIO E NOMINAL ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL PERIODO: JANEIRO A ABRIL 2020/BIMES

PREFEITURA MUNICIPAL DE ACORIZAL

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA **DEMONSTRATIVO DOS RESULTADOS PRIMÁRIO E NOMINAL** ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

PERIODO: Janeiro a Abril 2020/BIMESTRE Março - Abril

RECEITAS PRIMÁRIAS	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS (a)
		Jan a Abr/2020
RECEITAS CORRENTES (I)	19.248.900,00	5.326.696,02
Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria	1.719.000,00	351.282,39
IPTU	60.000,00	2.221,50
ISS	1.031.000,00	293.402,07
ITBI	50.000,00	39.857,72
IRRF	460.000,00	0,00
Outros Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria	118.000,00	15.801,10
Contribuições	827.300,00	0,00
Receita Patrimonial	36.100,00	11.825,85
Aplicações Financeiras (II)	36.100,00	11.825,85
Outras Receitas Patrimoniais	0,00	0,00
Transferências Correntes	16.480.467,48	4.928.579,64

Cota Parte do FPM	7.030.000,00	2.038.990,26
Cota Parte do ICMS	3.200.000,00	1.100.057,52
Cota Parte do IPVA	176.000,00	61.436,55
Cota Parte do ITR	96.000,00	5.417,65
Transferências da LC 87/1996	16.000,00	0,00
Transferências da LC 61/1989	16.000,00	0,00
Transferencias do FUNDEB	2.000.000,00	691.030,44
Outras Transferências Correntes	3.946.467,48	1.031.647,22
Demais Receitas Correntes	186.032,52	35.008,14
Outras Receitas Financeiras (III)	0,00	0,00
Receitas Correntes Restantes	186.032,52	35.008,14
RECEITAS PRIMÁRIAS CORRENTES (IV) = I - II - III	19.212.800,00	5.314.870,17
RECEITAS DE CAPITAL (V)	250.000,00	0,00
Operações de Crédito (VI)	0,00	0,00
Amortização de Empréstimos (VII)	0,00	0,00
Alienação de Bens	0,00	0,00
Receitas de Alienação de Investimentos Temporários (VIII)	0,00	0,00
Receitas de Alienação de Investimentos Permanentes (IX)	0,00	0,00
Outras Alienações de Bens	0,00	0,00
Transferências de Capital	250.000,00	0,00
Convênios	250.000,00	0,00
Outras Transferências de Capital	0,00	0,00
Outras Receitas de Capital	0,00	0,00
Outras Receitas de Capital Não Primárias (X)	0,00	0,00
Outras Receitas de Capital Primárias	0,00	0,00
RECEITAS PRIMÁRIAS DE CAPITAL (XI)=(V-VI-VII-VIII-IX-X)	250.000,00	0,00
RECEITA PRIMÁRIA TOTAL(XII)=(IV+XI)	19.462.800,00	5.314.870,17

DESPESAS CORRENTES (XIII) 17.323.732,01 7.056.080,12 5.349.151,96

Pessoal e Encargos Sociais 6.849.724,52 2.095.637,99 2.012.445,74

Juros e Encargos da Dívida (XIV) 56.313,60 0,00 0,00

Outras Despesas Correntes 10.417.693,89 4.960.442,13 3.336.706,22

DESPESAS PRIMÁRIAS CORRENTES (XV) = (XIII-XIV) 17.267.418,41 7.056.080,12 5.349.151,96

DESPESAS DE CAPITAL (XVI) 2.135.618,04 765.444,44 224.639,97

Investimentos 1.755.618,04 391.497,68 124.794,95

Inversões Financeiras 0,00 0,00 0,00

Concessão de Empréstimos e Financiamentos (XVII) 0,00 0,00 0,00

Aquisição de Título de Capital já Integralizado(XVIII) 0,00 0,00 0,00

Aquisição de Título de Crédito(XIX) 0,00 0,00 0,00

Demais Inversões Financeiras 0,00 0,00 0,00

Amortização da Dívida (XX) 380.000,00 373.946,76 99.845,02

DESPESAS PRIMÁRIAS DE CAPITAL (XXI)=(XVI-XVII-XVIII-XIX-XX) 1.755.618,04 391.497,68 124.794,95

RESERVA DE CONTINGÊNCIA (XXII) 636.182,64 0,00 0,00

DESPESA PRIMÁRIA TOTAL (XXIII)=(XV+XXI+XXII) 19.659.219,09 7.447.577,80 5.473.946,91

4.342.227,15

1.541.361,73

0,00

2.800.865,42

4.342.227,15

214.639,97

114.794,95

0,00

0,00

0,00

0,00

0,00

99.845,02

114.794,95

0,00

4.457.022,10

653.331,24 0,00 0,00

423.120,17 0,00 0,00

0,00 0,00 0,00

230.211,07 0,00 0,00

653.331,24 0,00 0,00

4.353,60 144.469,61 58.469,61

4.353,60 144.469,61 58.469,61

0,00 0,00 0,00

0,00 0,00 0,00

0,00 0,00 0,00

0,00 0,00 0,00

0,00 0,00 0,00

0,00 0,00 0,00

4.353,60 144.469,61 58.469,61

0,00 0,00 0,00

657.684,84 144.469,61 58.469,61

RESULTADO PRIMÁRIO - Acima da Linha (XXIV)=(XIIa - (XXIIIa + XXIIIb + XXIIIc)) 141.693,62

Meta fixada no Anexo de Metas Fiscais da LDO para o exercício de referência -75.890,97

JUROS NOMINAIS	Jan a Abr/2020
	VALOR INCORRIDO
JUROS E ENCARGOS ATIVOS (XXV)	0,00
JUROS E ENCARGOS PASSIVOS (XXVI)	0,00
RESULTADO NOMINAL - Acima da Linha (XXVII) = XXIV + (XXV - XXVI)	141.693,62
META FISCAL PARA O RESULTADO NOMINAL	VALOR CORRENTE
Meta fixada no Anexo de Metas Fiscais da LDO para o exercício de referência	0,00

ABAIXO DA LINHA		
CÁLCULO DO RESULTADO NOMINAL	SALDO	
	Em 31/Dez/2019 (a)	Jan a Abr/2020 (b)
DÍVIDA CONSOLIDADA (XXVIII)	0,00	0,00
DEDUÇÕES (XXIX)	0,00	0,00
Disponibilidade de Caixa	0,00	0,00
Disponibilidade de Caixa Bruta	0,00	0,00
(-)Restos a Pagar Processados (XXX)	1.323.264,33	751.579,49
Demais Haveres Financeiros	0,00	0,00
DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA (XXXI) = (XXVIII - XXIX)	0,00	0,00
RESULTADO NOMINAL - Abaixo da Linha (XXXII) = (XXXIa - XXXIb)		0,00

AJUSTE METODOLÓGICO	Jan a Abr/2020
VARIAÇÃO DO SALDO RPP = (XXXIII) = (XXXa - XXXb)	571.684,84
RECEITA DE ALIENAÇÃO DE INVESTIMENTOS PERMANENTESS (IX)	0,00

PASSIVOS RECONHECIDOS NA DC (XXXIV)	0,00
VARIAÇÃO CAMBIAL (XXXV)	0,00
PAGAMENTO DE PRECATÓRIOS INTEGRANTES DA DC (XXXVI)	0,00
AJUSTES RELATIVOS AO RPPS (XXXVII)	0,00
OUTROS AJUSTES (XXXVIII)	0,00
RESULTADO NOMINAL AJUSTADO - Abaixo da Linha (XXXIX) = (XXXII - XXXIII - IX + XXXIV + XXXV - XXXVI + XXXVII + XXXVIII)	-571.684,84
RESULTADO PRIMÁRIO - Abaixo da Linha (XL) = XXXIX - (XXV - XXVI)	-571.684,84

SALDO DE EXERCÍCIOS ANTERIORES 362.600,09

Recursos Arrecadados em Exercícios Anteriores - RPPS 0,00

Superávit Financeiro Utilizado para Abertura e Reabertura de Créditos Adicionais 362.600,09

RESERVA ORÇAMENTÁRIA DO RPPS 0,00

PREFEITURA MUNICIPAL DE ACORIZAL RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA DEMONSTRATIVO DOS RESTOS A PAGAR POR PODER E ORGÃO ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL PERIODO: JANEIRO A ABRIL 2020/BI

PREFEITURA MUNICIPAL DE ACORIZAL

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

DEMONSTRATIVO DOS RESTOS A PAGAR POR PODER E ORGÃO

ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

PERIODO: Janeiro a Abril 2020/BIMESTRE Março - Abril

RREO – Anexo 7 (LRF, art. 53, inciso V)

R$ 1

PODER / ORGÃO		RESTOS A PAGAR PROCESSADOS E NÃO PROCESSADOS LIQUIDADOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES					RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS						Saldo Total L = (e + k)
		Inscritos		Pagos (c)	Cancelados (d)	Saldo e = (a+b) - (c+d)	Inscritos		Liquidados (h)	Pagos (i)	Cancelados (j)	Saldo k = (f+g) - (i+j)	
		Exercicios Anteriores (a)	Em 31 de Dezembro 2019 (b)				Exercicios Anteriores (f)	Em 31 de Dezembro 2019 (g)					
	RESTOS A PAGAR (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIOS) (I)	556.156,51	840.612,28	657.684,84	0,00	739.083,95	34.206,45	186.553,46	144.469,61	58.469,61	0,00	162.290,30	901.374,25
02	PODER EXECUTIVO	556.156,51	840.612,28	657.684,84	0,00	739.083,95	34.206,45	186.553,46	144.469,61	58.469,61	0,00	162.290,30	901.374,25
0202	GABINETE DO PREFEITO	37.997,91	41.677,32	41.289,80	0,00	38.385,43	2.662,61	0,00	0,00	0,00	0,00	2.662,61	41.048,04
0203	SECRETARIA MUNICIPAL DE FINANÇAS ADMIN. E PLANEJAME	63.212,84	129.204,83	106.639,11	0,00	85.778,56	21.009,10	0,00	0,00	0,00	0,00	21.009,10	106.787,66
0204	SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, CULTURA, DESPORT	122.679,79	320.112,47	278.491,42	0,00	164.300,84	4.097,12	5.800,00	0,00	0,00	0,00	9.897,12	174.197,96
0205	SECRETARIA MUNICIPAL DE SAUDE	126.595,73	161.727,23	135.718,13	0,00	152.604,83	2.045,15	173.925,61	144.469,61	58.469,61	0,00	117.501,15	270.105,98
0206	SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL	51.644,92	20.930,91	19.554,82	0,00	53.021,01	2.340,97	0,00	0,00	0,00	0,00	2.340,97	55.361,98
0207	SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS, TRANSP. E SERVIÇOS URB	109.779,23	70.080,85	72.101,07	0,00	107.759,01	545,00	0,00	0,00	0,00	0,00	545,00	108.304,01
0208	SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE	7.120,14	8.029,87	0,00	0,00	15.150,01	190,01	0,00	0,00	0,00	0,00	190,01	15.340,02
0209	SECRETARIA MUNICIPAL DE TURISMO	22.754,37	2.000,00	0,00	0,00	24.754,37	250,00	0,00	0,00	0,00	0,00	250,00	25.004,37
0210	SECRETARIA MUNICIPAL DE AGUA E ESGOTO	8.171,82	26.316,98	3.890,49	0,00	30.598,31	1.066,49	0,00	0,00	0,00	0,00	1.066,49	31.664,80
0211	SECRETARIA MUNICIPAL DE CONTROLE INTERNO	6.198,75	0,00	0,00	0,00	6.198,75	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	6.198,75
0212	FUNDO MUNICIPAL DE PREVIDENCIA MUNICIPAL - PREVI ACO	1,01	60.531,82	0,00	0,00	60.532,83	0,00	6.827,85	0,00	0,00	0,00	6.827,85	67.360,68
	RESTOS A PAGAR (INTRA-ORÇAMENTÁRIOS) (II)	7.891,18	59.952,80	59.635,47	0,00	8.208,51	0,16	0,00	0,00	0,00	0,00	0,16	8.208,67
02	PODER EXECUTIVO	7.891,18	59.952,80	59.635,47	0,00	8.208,51	0,16	0,00	0,00	0,00	0,00	0,16	8.208,67
	TOTAL (III) = (I + II)	564.047,69	900.565,08	717.320,31	0,00	747.292,46	34.206,61	186.553,46	144.469,61	58.469,61	0,00	162.290,46	909.582,92

FONTE: SCPI - Contabilidade [9.25.25.488], PREFEITURA MUNICIPAL DE ACORIZAL, Data/hora da emissão: 11/jan/2021 13h e 45m" Portaria Nº 91 de 2020 - Mapeamento Atualizado 02/2020

PREFEITURA MUNICIPAL DE ACORIZAL RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO - MDE - MUNICÍPIOS ORÇAMENTO FISCAL E DA S

PREFEITURA MUNICIPAL DE ACORIZAL

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO - MDE - MUNICÍPIOS

ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

PERIODO: Janeiro a Abril 2020/BIMESTRE Março - Abril

RECEITAS DO ENSINO				
RECEITA RESULTANTE DE IMPOSTOS (caput do art. 212 da Constituição)	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS	
			JAN A ABR	(c) =(b/a)x100 (%)
1- RECEITA DE IMPOSTOS	1.601.000,00	1.601.000,00	335.481,29	20,95
1.1- Receita Resultante do Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana – IPTU	60.000,00	60.000,00	2.221,50	3,70
1.1.1- IPTU	30.000,00	30.000,00	714,46	2,38
1.1.2- Multas, Juros de Mora, Dívida Ativa e Outros Encargos do IPTU	30.000,00	30.000,00	1.507,04	5,02
1.2- Receita Resultante do Imposto sobre Transmissão Inter Vivos – ITBI	50.000,00	50.000,00	39.857,72	79,72
1.2.1- ITBI	50.000,00	50.000,00	39.857,72	79,72
1.2.2- Multas, Juros de Mora, Dívida Ativa e Outros Encargos do ITBI	0,00	0,00	0,00	0,00
1.3- Receita Resultante do Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza – ISS	1.031.000,00	1.031.000,00	293.402,07	28,46
1.3.1- ISS	1.020.000,00	1.020.000,00	293.402,07	28,76
1.3.2- Multas, Juros de Mora, Dívida Ativa e Outros Encargos do ISS	11.000,00	11.000,00	0,00	0,00
1.4- Receita Resultante do Imposto de Renda Retido na Fonte – IRRF	460.000,00	460.000,00	0,00	0,00
2- RECEITA DE TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS	13.010.000,00	13.010.000,00	3.995.088,60	30,71
2.1- Cota-Parte FPM	8.630.000,00	8.630.000,00	2.538.339,65	29,41
2.1.1- Parcela referente à CF, art. 159, I, alínea b	8.000.000,00	8.000.000,00	2.496.747,54	31,21
2.1.2- Parcela referente à CF, art. 159, I, alínea d	320.000,00	320.000,00	0,00	0,00
2.1.3- Parcela referente à CF, art. 159, I, alínea e	310.000,00	310.000,00	41.592,11	13,42
2.2- Cota-Parte ICMS	4.000.000,00	4.000.000,00	1.373.181,63	34,33
2.3- ICMS-Desoneração – L.C. nº 87/1996	20.000,00	20.000,00	0,00	0,00
2.4- Cota-Parte IPI-Exportação	20.000,00	20.000,00	0,00	0,00
2.5- Cota-Parte ITR	120.000,00	120.000,00	6.772,00	5,64
2.6- Cota-Parte IPVA	220.000,00	220.000,00	76.795,32	34,91
2.7- Cota-Parte IOF-Ouro	0,00	0,00	0,00	0,00
3- TOTAL DA RECEITA DE IMPOSTOS (1 + 2)	14.611.000,00	14.611.000,00	4.330.569,89	29,64

RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS	
			JAN A ABR	(c) =(b/a)x100 (%)
4- RECEITA DA APLICAÇÃO FINANCEIRA DE OUTROS RECURSOS DE IMPOSTOS VINCULADOS AO ENSINO	0,00	0,00	0,00	0,00
5- RECEITA DE TRANSFERÊNCIAS DO FNDE	12.000,00	12.000,00	93,98	0,78
5.1- Transferências do Salário-Educação	0,00	0,00	0,00	0,00
5.2- Transferências Diretas - PDDE	0,00	0,00	0,00	0,00
5.3- Transferências Diretas - PNAE	0,00	0,00	0,00	0,00
5.4 - Transferências Diretas - PNATE	0,00	0,00	0,00	0,00
5.5- Outras Transferências do FNDE	10.000,00	10.000,00	0,00	0,00
5.6- Aplicação Financeira dos Recursos do FNDE	2.000,00	2.000,00	93,98	4,70
6- RECEITA DE TRANSFERÊNCIAS DE CONVÊNIOS	0,00	0,00	0,00	0,00
6.1- Transferências de Convênios	0,00	0,00	0,00	0,00
6.2- Aplicação Financeira dos Recursos de Convênios	0,00	0,00	0,00	0,00
7- RECEITA DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO	0,00	0,00	0,00	0,00
8- OUTRAS RECEITAS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO	250.000,00	250.000,00	32.128,75	12,85
9- TOTAL DAS RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO (4 + 5 + 6 + 7 + 8)	262.000,00	262.000,00	32.222,73	12,30

	FUNDEB				
	RECEITAS DO FUNDEB	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS	
				JAN A ABR (b)	(c) =(b/a)x100 (%)
	10- RECEITAS DESTINADAS AO FUNDEB	2.476.000,00	2.476.000,00	789.186,62	31,87
	10.1- Cota-Parte FPM Destinada ao FUNDEB – (20% de 2.1.1)	1.600.000,00	1.600.000,00	499.349,39	31,21
	10.2- Cota-Parte ICMS Destinada ao FUNDEB – (20% de 2.2)	800.000,00	800.000,00	273.124,11	34,14
	10.3- ICMS-Desoneração Destinada ao FUNDEB – (20% de 2.3)	4.000,00	4.000,00	0,00	0,00

	10.4- Cota-Parte IPI-Exportação Destinada ao FUNDEB – (20% de 2.4)	4.000,00	4.000,00	0,00	0,00
	10.5- Cota-Parte ITR Destinados ao FUNDEB – (20% de 2.5)	24.000,00	24.000,00	1.354,35	5,64
	10.6- Cota-Parte IPVA Destinada ao FUNDEB – (20% de 2.6)	44.000,00	44.000,00	15.358,77	34,91
	11- RECEITAS RECEBIDAS DO FUNDEB	2.009.000,00	2.009.000,00	691.206,52	34,41
	11.1- Transferências de Recursos do FUNDEB	2.000.000,00	2.000.000,00	691.030,44	34,55
	11.2- Complementação da União ao FUNDEB	0,00	0,00	0,00	0,00
	11.3- Receita de Aplicação Financeira dos Recursos do FUNDEB	9.000,00	9.000,00	176,08	1,96
	12- RESULTADO LÍQUIDO DAS TRANSFERÊNCIAS DO FUNDEB (11.1 – 10)	-476.000,00	-476.000,00	-98.156,18	20,62

DESPESAS DO FUNDEB	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (d)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS		INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (i)
			JAN A ABR (e)	% (f)=(e/d)x100	JAN A ABR (g)	% (h)=(g/d)x100	
13- PAGAMENTO DOS PROFISSIONAIS DO MAGISTÉRIO	1.694.700,00	1.694.700,00	317.845,35	18,76	317.845,35	18,76	0,00
13.1- Com Educação Infantil	694.700,00	694.700,00	9.472,15	1,36	9.472,15	1,36	0,00
13.2- Com Ensino Fundamental	1.000.000,00	1.000.000,00	308.373,20	30,84	308.373,20	30,84	0,00
14- OUTRAS DESPESAS	314.300,00	431.571,00	327.757,22	75,95	327.757,22	75,95	0,00
14.1- Com Educação Infantil	62.200,00	179.471,00	172.377,31	96,05	172.377,31	96,05	0,00
14.2- Com Ensino Fundamental	252.100,00	252.100,00	155.379,91	61,63	155.379,91	61,63	0,00
15- TOTAL DAS DESPESAS DO FUNDEB (13 + 14)	2.009.000,00	2.126.271,00	645.602,57	30,36	645.602,57	30,36	0,00

16- RESTOS A PAGAR INSCRITOS NO EXERCÍCIO SEM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS DO FUNDEB 0,00

16.1 - FUNDEB 60% 0,00

16.2 - FUNDEB 40% 0,00

17- DESPESAS CUSTEADAS COM O SUPERÁVIT FINANCEIRO, DO EXERCÍCIO ANTERIOR, DO FUNDEB 0,00

17.1 - FUNDEB 60% 0,00

17.2 - FUNDEB 40% 0,00

18- TOTAL DAS DEDUÇÕES CONSIDERADAS PARA FINS DE LIMITE DO FUNDEB (16 + 17) 0,00 19 - TOTAL DAS DESPESAS DO FUNDEB PARA FINS DE LIMITE (15 - 18) 645.602,57 19.1 - Mínimo de 60% do FUNDEB na Remuneração do Magistério1 (13 - (16.1 + 17.1)) / (11) x 100) % 45,98 19.2 - Máximo de 40% em Despesa com MDE, que não Remuneração do Magistério (14 - (16.2 + 17.2)) / (11) x 100) % 47,42 19.3 - Máximo de 5% não Aplicado no Exercício (100 - (19.1 +19.2)) % 6,60 20 – RECURSOS RECEBIDOS DO FUNDEB EM 2019 QUE NÃO FORAM UTILIZADOS -58.831,54 21 – DESPESAS CUSTEADAS COM O SALDO DO ITEM 20 ATÉ O 1º TRIMESTRE DE 2020 0,00

DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO – MDE - CUSTEADAS COM A RECEITA RESULTANTE DE IMPOSTOS E RECURSOS DO FUNDEB							
DESPESAS COM AÇÕES TÍPICAS DE MDE	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (d)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS		INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (i)
			JAN A ABR (e)	% (f)=(e/d)x100	JAN A ABR (g)	% (h)=(g/d)x100	
22- EDUCAÇÃO INFANTIL	933.000,00	1.005.271,00	192.293,53	19,13	181.849,46	18,09	0,00
22.1 - Creche	208.300,00	295.571,00	175.306,58	59,31	172.377,31	58,32	0,00
22.1.1- Despesas Custeadas com Recursos do FUNDEB	62.200,00	179.471,00	172.377,31	96,05	172.377,31	96,05	0,00
22.1.2- Despesas Custeadas com Outros Recursos de Impostos	146.100,00	116.100,00	2.929,27	2,52	0,00	0,00	0,00
22.2 - Pré-escola	724.700,00	709.700,00	16.986,95	2,39	9.472,15	1,33	0,00
22.2.1- Despesas Custeadas com Recursos do FUNDEB	694.700,00	694.700,00	9.472,15	1,36	9.472,15	1,36	0,00
22.2.2- Despesas Custeadas com Outros Recursos de Impostos	30.000,00	15.000,00	7.514,80	50,10	0,00	0,00	0,00
23- ENSINO FUNDAMENTAL	2.973.445,24	3.148.663,19	1.293.513,63	41,08	1.019.207,31	32,37	0,00
23.1- Despesas Custeadas com Recursos do FUNDEB	1.252.100,00	1.252.100,00	463.753,11	37,04	463.753,11	37,04	0,00
23.2- Despesas Custeadas com Outros Recursos de Impostos	1.721.345,24	1.896.563,19	829.760,52	43,75	555.454,20	29,29	0,00
24- ENSINO MÉDIO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
25- ENSINO SUPERIOR	10.000,00	10.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
26- ENSINO PROFISSIONAL NÃO INTEGRADO AO ENSINO REGULAR	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
27- OUTRAS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
28- TOTAL DAS DESPESAS COM AÇÕES TÍPICAS DE MDE (22 + 23 + 24 + 25 + 26 + 27)	3.916.445,24	4.163.934,19	1.485.807,16	35,68	1.201.056,77	28,84	0,00

29- RESULTADO LÍQUIDO DAS TRANSFERÊNCIAS DO FUNDEB = (12) 30- DESPESAS CUSTEADAS COM A COMPLEMENTAÇÃO DO FUNDEB NO EXERCÍCIO 31- DESPESAS CUSTEADAS COM O SUPERÁVIT FINANCEIRO, DO EXERCÍCIO ANTERIOR, DO FUNDEB 32- DESPESAS CUS-

TEADAS COM O SUPERÁVIT FINANCEIRO, DO EXERCÍCIO ANTERIOR, DE OUTROS RECURSOS DE IMPOSTOS 33- RESTOS A PAGAR INSCRITOS NO EXERCÍCIO SEM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS DE IMPOSTOS VINCULADOS AO ENSINO 34- CANCELAMENTO, NO EXERCÍCIO, DE RESTOS A PAGAR INSCRITOS COM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS DE IMPOSTOS VINCULADOS AO ENSINO = (44 j) 35- TOTAL DAS DEDUÇÕES CONSIDERADAS PARA FINS DE LIMITE CONSTITUCIONAL (29 + 30 + 31 + 32 + 33 + 34) 36- TOTAL DAS DESPESAS PARA FINS DE LIMITE ((22 + 23) – (35)) 37- PERCENTUAL DE APLICAÇÃO EM MDE SOBRE A RECEITA LÍQUIDA DE IMPOSTOS ((36) / (3) x 100) % 6 - LIMITE CONSTITUCIONAL 25%

-98.156,18

0,00

0,00

0,00

0,00

0,00

-98.156,18

1.299.212,95

30,00

OUTRAS INFORMAÇÕES PARA CONTROLE							
OUTRAS DESPESAS CUSTEADAS COM RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (d)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS		INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (i)
			JAN A ABR (e)	% (f)=(e/d)x100	JAN A ABR (g)	% (h)=(g/d)x100	
38- DESPESAS CUSTEADAS COM A APLICAÇÃO FINANCEIRA DE OUTROS RECURSOS DE IMPOSTOS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
VINCULADOS AO ENSINO							
39- DESPESAS CUSTEADAS COM A CONTRIBUIÇÃO SOCIAL DO SALÁRIO-EDUCAÇÃO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
40- DESPESAS CUSTEADAS COM OPERAÇÕES DE CRÉDITO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
41- DESPESAS CUSTEADAS COM OUTRAS RECEITAS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO	558.354,76	508.354,76	140.128,59	27,57	97.304,19	19,14	0,00
42- TOTAL DAS DESPESAS CUSTEADAS COM RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DO	558.354,76	508.354,76	140.128,59	27,57	97.304,19	19,14	0,00
ENSINO (38+ 39 + 40 + 41))							
43- TOTAL GERAL DAS DESPESAS COM EDUCAÇÃO (28 + 42)	4.474.800,00	4.672.288,95	1.625.935,75	34,80	1.298.360,96	27,79	0,00

RESTOS A PAGAR INSCRITOS COM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS DE IMPOSTOS VINCULADOS AO ENSINO	SALDO ATÉ O BIMESTRE	CANCELADO EM '2020' (j)
44- RESTOS A PAGAR DE DESPESAS COM MDE	39.148,02	0,00
44.1 - Executadas com Recursos de Impostos Vinculados ao Ensino	26.236,15	0,00
44.2 - Executadas com Recursos do FUNDEB	12.911,87	0,00

CONTROLE DA DISPONIBILIDADE	FINANCEIRA	FUNDEB	SALÁRIO EDUCAÇÃO
45- DISPONIBILIDADE FINANCEIRA EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019	102.029,67		15.391,06
46- (+) INGRESSO DE RECURSOS ATÉ O BIMESTRE (Orçamentário)	691.030,44		52.819,09
47- (-) PAGAMENTOS EFETUADOS ATÉ O BIMESTRE	602.441,42		0,00
47.1 (-) Orçamento do Exercício	454.492,08		0,00
47.2 (-) Restos a Pagar	147.949,34		0,00
48- (+) RECEITA DE APLICAÇÃO FINANCEIRA DOS RECURSOS ATÉ O BIMESTRE	176,08		0,00
49- (=) DISPONIBILIDADE FINANCEIRA ATÉ O BIMESTRE	190.794,77		68.210,15
50- (+) AJUSTES	0,00		0,00
50.1 (+) Retenções	0,00		0,00
50.2 (-) Valores a recuperar	0,00		0,00
50.3 (+) Outros valores extraorçamentários	0,00		0,00
50.4 (+) Conciliação Bancária	0,00		0,00
51- (=) SALDO FINANCEIRO CONCILIADO	190.794,77		68.210,15

1) Limites mínimos anuais a serem cumpridos no encerramento do exercício. 2) Art. 21, § 2º, Lei 11.494/2007: “Até 5% dos recursos recebidos à conta dos Fundos, inclusive relativos à complementação da União recebidos nos termos do §1º do art. 6º desta Lei, poderão ser utilizados no 1º trimestre do exercício imediatamente subseqüente, mediante abertura de crédito adicional.” 3) Caput do artigo 212 da CF/1988 4) Os valores referentes à parcela dos Restos a Pagar inscritos sem disponibilidade financeira vinculada à educação deverão ser informados somente no RREO do último bimestre do exercício. 5) Limites mínimos anuais a serem cumpridos no encerramento do exercício, no âmbito de atuação prioritária, conforme LDB, art. 11, V. 6) Nos cinco primeiros bimestres do exercício o acompanhamento poderá ser feito com base na despesa empenhada ou na despesa 7) Essa coluna poderá ser apresentada somente no último bimestre

PREFEITURA MUNICIPAL DE ACORIZAL RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS OP. CRÉDITO E DESPESA DE CAPITAL ORÇAMENTOS FISCAIS E DA SEGURIDADE SOCIAL PERIODO: JANEIRO A A

PREFEITURA MUNICIPAL DE ACORIZAL

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA **DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS OP. CRÉDITO E DESPESA DE CAPITAL** ORÇAMENTOS FISCAIS E DA SEGURIDADE SOCIAL

PERIODO: Janeiro a Abril 2020/BIMESTRE Março - Abril

RREO – ANEXO 9 (LRF, art.53, § 1º, inciso I)

R$ 1

RECEITAS	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS JAN A ABR (b)	SALDO NÃO REALIZADO (c) = (a-b)
RECEITAS DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO (I)	0,00	0,00	0,00

DESPESAS	DOTAÇÃO ATUALIZADA (d)	DESPESAS EMPENHADAS JAN A ABR (e)	SALDO NÃO EXECUTADO (f) = (d-e)
DESPESAS DE CAPITAL	2.135.618,04	765.444,44	1.370.173,60
Investimentos	1.755.618,04	391.497,68	1.364.120,36
Inversões Financeiras	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida	380.000,00	373.946,76	6.053,24
(-) Incentivos Fiscais a Contribuinte	0,00	0,00	0,00
(-) Incentivos Fiscais a Contribuinte por Instituições Financeiras	0,00	0,00	0,00
DESPESA DE CAPITAL LÍQUIDA (II)	2.135.618,04	765.444,44	1.370.173,60

RESULTADO PARA APURAÇÃO DA REGRA DE OURO (III) = (II – I)	2.135.618,04 <(d - a)>	765.444,44 <(e - b)>	1.370.173,60 <(f - c)>

Notas:

1 < Operações de Crédito descritas na CF, art. 167, inciso III> 2 Durante o exercício, somente as despesas liquidadas são consideradas executadas. No encerramento do exercício, as despesas não liquidadas inscritas em restos a pagar não processados são também consideradas executadas. Dessa forma, para maior transparência, as despesas executadas estão segregadas em: a) Despesas liquidadas, consideradas aquelas em que houve a entrega do material ou serviço, nos termos do art. 63 da Lei 4.320/64; b) Despesas empenhadas, mas não liquidadas, inscritas em Restos a Pagar não processados, consideradas liquidadas no encerramento do exercício, por força do art.35, inciso II da Lei 4.320/64.

FONTE: SCPI - Contabilidade [9.25.25.488], PREFEITURA MUNICIPAL DE ACORIZAL, Data/hora da emissão: 11/jan/2021 13h e 45mP"ortaria Nº 91 de 2020 - Mapeamento Atualizado 02/2020

PREFEITURA MUNICIPAL DE ACORIZAL RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA DEMONSTRATIVO DA RECEITA DE IMPOSTOS E DAS DESPESAS PRÓPRIAS COM SAÚDE ORÇAMENTOS FISCAIS E DA SEGURIDADE SOCIAL PERIODO: J

PREFEITURA MUNICIPAL DE ACORIZAL

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

DEMONSTRATIVO DA RECEITA DE IMPOSTOS E DAS DESPESAS PRÓPRIAS COM SAÚDE

ORÇAMENTOS FISCAIS E DA SEGURIDADE SOCIAL

PERIODO: Janeiro a Abril 2020/BIMESTRE Março - Abril

RREO – ANEXO XII (LC n° 141/2012 art.35)

R$ 1

RECEITAS RESULTANTES DE IMPOSTOS E TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS	
			Até o Bimestre (b)	(%) (b/a)x100
RECEITA DE IMPOSTOS (I) Receita Resultante do Imposto Predial e Territorial Urbano - IPTU IPTU Multas, Juros de Mora, Dívida Ativa e Outros Encargos do IPTU Receita Resultante do Imposto sobre Transmissão Inter Vivos - ITBI ITBI Multas, Juros de Mora, Dívida Ativa e Outros Encargos do ITBI Receita Resultante do Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza - ISS ISS Multas, Juros de Mora, Dívida Ativa e Outros Encargos do ISS Receita Resultante do Imposto sobre a Renda e Proventos de Qualquer Natureza Retido na Fonte – IRRF RECEITA DE TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS (II) Cota-Parte FPM Cota-Parte ITR Cota-Parte IPVA Cota-Parte ICMS Cota-Parte IPI-Exportação Compensações Financeiras Provenientes de Impostos e Transferências Constitucionais Desoneração ICMS - LC 87/1996 Outras	1.601.000,00 60.000,00 30.000,00 30.000,00 50.000,00 50.000,00 0,00 1.031.000,00 1.020.000,00 11.000,00 460.000,00 12.380.000,00 8.000.000,00 120.000,00 220.000,00 4.000.000,00 20.000,00 20.000,00 20.000,00 0,00	1.601.000,00 60.000,00 30.000,00 30.000,00 50.000,00 50.000,00 0,00 1.031.000,00 1.020.000,00 11.000,00 460.000,00 12.380.000,00 8.000.000,00 120.000,00 220.000,00 4.000.000,00 20.000,00 20.000,00 20.000,00 0,00	335.481,29 2.221,50 714,46 1.507,04 39.857,72 39.857,72 0,00 293.402,07 293.402,07 0,00 0,00 3.953.496,49 2.496.747,54 6.772,00 76.795,32 1.373.181,63 0,00 0,00 0,00 0,00	20,95 3,70 2,38 5,02 79,72 79,72 0,00 28,46 28,76 0,00 0,00 31,93 31,21 5,64 34,91 34,33 0,00 0,00 0,00 0,00
TOTAL DAS RECEITAS RESULTANTES DE IMPOSTOS E TRANFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS - (III) = (I) + (II)	13.981.000,00	13.981.000,00	4.288.977,78	30,68

RREO – ANEXO XII (LC n° 141/2012 art.35)

R$ 1

DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE (ASPS) POR SUBFUNÇÃO E CATEGORIA ECONÔMICA	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (c)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS		DESPESAS PAGAS		INSCRITOS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (g)
			ATÉ BIMESTRE (d)	% (d/c) x 100	ATÉ BIMESTRE (e)	% (e/c) x 100	ATÉ BIMESTRE (f)	% (f/c) x 100	
ATENÇÃO BÁSICA (IV)	1.869.024,12	2.560.074,52	1.548.737,73	60,50	1.416.063,65	55,31	1.063.826,96	41,55	0,00
Despesas Correntes	1.809.024,12	2.483.074,52	1.531.742,73	61,69	1.416.063,65	57,03	1.063.826,96	42,84	0,00
Despesas de Capital	60.000,00	77.000,00	16.995,00	22,07	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
ASSISTÊNCIA HOSPITALAR E AMBULATORIAL (V)	170.000,00	140.000,00	26.700,00	19,07	937,66	0,67	937,66	0,67	0,00
Despesas Correntes	120.000,00	90.000,00	26.700,00	29,67	937,66	1,04	937,66	1,04	0,00
Despesas de Capital	50.000,00	50.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SUPORTE PROFILÁTICO E TERAPÊUTICO (VI)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
VIGILÂNCIA SANITÁRIA (VII)	52.634,20	72.634,20	67.485,56	92,91	17.357,46	23,90	2.739,00	3,77	0,00
Despesas Correntes	52.634,20	72.634,20	67.485,56	92,91	17.357,46	23,90	2.739,00	3,77	0,00
Despesas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
VIGILÂNCIA EPIDEMIOLÓGICA (VIII)	42.100,00	42.100,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas Correntes	42.100,00	42.100,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
ALIMENTAÇÃO E NUTRIÇÃO (IX)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
OUTRAS SUBFUNÇÕES (X)	10.000,00	10.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas Correntes	7.000,00	7.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas de Capital	3.000,00	3.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL (XI) = (IV + V + VI + VII + VIII + IX + X)	2.143.758,32	2.824.808,72	1.642.923,29	58,16	1.434.358,77	50,78	1.067.503,62	37,79	0,00

APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE MÍNIMO PARA APLICAÇÃO EM ASPS	Despesas Empenhadas (d)	Despesas Liquidadas (e)	Despesas Pagas (f)
Total das Despesas com ASPS (XII) = (XI)	1.642.923,29	1.434.358,77	1.067.503,62
(-) Restos a Pagar Não Processados Inscritos Indevidamente no Exercício sem Disponibilidade Financeira (XIII)	0,00	0,00	0,00
(-) Despesas Custeadas com Recursos Vinculados à Parcela do Percentual Mínimo que não foi Aplicada em ASPS em Exercícios Anteriores (XIV)	0,00	0,00	0,00
(-) Despesas Custeadas com Disponibilidade de Caixa Vinculada aos Restos a Pagar Cancelados (XV)	0,00	0,00	0,00
(=) VALOR APLICADO EM ASPS (XVI) = (XII - XIII - XIV - XV)	1.642.923,29	1.434.358,77	1.067.503,62
Despesa Mínima a ser Aplicada em ASPS (XVII) = (III) x 15% (LC 141/2012)	0,00	643.346,67	0,00
Despesa Mínima a ser Aplicada em ASPS (XVII) = (III) x % (Lei Orgânica Municipal)	0,00	0,00	0,00
Diferença entre o Valor Aplicado e a Despesa Mínima a ser Aplicada (XVIII) = (XVI (d ou e) - XVII)	0,00	791.012,10	0,00
Limite não Cumprido (XIX) = (XVIII) (Quando valor for inferior a zero)	0,00	0,00	0,00
PERCENTUAL DA RECEITA DE IMPOSTOS E TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS APLICADO EM ASPS (XVI / III)*100 (mínimo de 15% conforme LC n° 141/2012 ou % da Lei Orgânica Municipal)	0,00	33,44	0,00

RREO – ANEXO XII (LC n° 141/2012 art.35)

R$ 1

CONTROLE DO VALOR REFERENTE AO PERCENTUAL MÍNIMO NÃO CUMPRIDO EM EXERCÍCIOS ANTERIORES PARA FINS DE APLICAÇÃO DOS RECURSOS VINCULADOS CONFOME ARTIGOS 25 E 26 DA LC 141/2012	LIMITE NÃO CUMPRIDO				
	Saldo Inicial (no Exercicio atual) (h)	Despesas Custeadas no Exercício de Referência			Saldo Final (não aplicado) (l) = (h - (i ou j))
		Empenhadas (i)	Liquidadas (j)	Pagas (k)	
Diferença de limite não cumprido em 2020 (saldo final = XIXd)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Diferença de limite não cumprido em 2019 (saldo inicial igual ao saldo final do demonstrativo do exercício anterior)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Diferença de limite não cumprido em Exercícios Anteriores (saldo inicial igual ao saldo final do demonstrativo do exercício anterior)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL DA DIFERENÇA DE LIMITE NÃO CUMPRIDO EM EXERCÍCIOS ANTERIORES (XX)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

TOTAL DOS RESTOS A PAGAR CANCELADOS OU PRESCRITOS ATÉ O FINAL DO EXERCÍCIO ATUAL QUE AFETARAM O	0,00
CUMPRIMENTO DO LIMITE (XXI) (soma dos saldos negativos da coluna "v")	
TOTAL DOS RESTOS A PAGAR CANCELADOS OU PRESCRITOS ATÉ O FINAL DO EXERCÍCIO ANTERIOR QUE AFETARAM O	0,00
CUMPRIMENTO DO LIMITE (XXII) (valor informado no demonstrativo do exercício anterior)	
TOTAL DOS RESTOS A PAGAR CANCELADOS OU PRESCRITOS NO EXERCÍCIO ATUAL QUE AFETARAM O CUMPRIMENTO DO	0,00
LIMITE (XXIII) = (XXI - XXII) (Artigo 24 § 1º e 2º da LC 141/2012)	

CONTROLE DE RESTOS A PAGAR CANCELADOS OU PRESCRITOS CONSIDERADOS PARA FINS DE APLICAÇÃO DA DISPONIBILIDADE DE CAIXA CONFORME ARTIGO 24§ 1º e 2º DA LC 141/2012	RESTOS A PAGAR CANCELADOS OU PRESCRITOS		
	Saldo Inicial	Despesas Custeadas no Exercício de Referência	Saldo Final

	(no Exercicio atual) (w)	Empenhadas (x)	Liquidadas (y)	Pagas (z)	(não aplicado) (aa) = (w - (x ou y))
Restos a pagar cancelados ou prescritos em 2020 a serem compensados (XXIV) (saldo inicial = XXIII)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Restos a pagar cancelados ou prescritos em 2019 a serem compensados (XXV) (saldo inicial igual ao saldo final do demonstrativo do exercício anterior)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Restos a pagar cancelados ou prescritos em exercícios anteriores a serem compensados (XXVI) (saldo inicial igual ao saldo final do demonstrativo do exercício anterior)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL DE RESTOS A PAGAR CANCELADOS OU PRESCRITOS A COMPENSAR (XXVII)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

RECEITAS ADICIONAIS PARA O FINANCIAMENTO DA SAÚDE NÃO COMPUTADAS NO CÁLCULO DO MÍNIMO	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS	
			Até o Bimestre (b)	(%) (b/a)x100
RECEITAS DE TRANSFERÊNCIAS PARA A SAÚDE (XXVIII)	1.727.799,04	1.727.799,04	535.816,10	31,01
Proveniente da União	1.507.799,04	1.507.799,04	482.097,22	31,97
Proveniente dos Estados	220.000,00	220.000,00	53.718,88	24,42
Proveniente de outros Municípios	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITA DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO INTERNAS E EXTERNAS VINCULADAS A SAÚDE (XXIX)	0,00	0,00	0,00	0,00
OUTRAS RECEITAS (XXX)	20.000,00	20.000,00	6.693,58	33,47
TOTAL DE RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DA SAÚDE (XXXI) = (XXVIII + XXIX + XXX)	1.747.799,04	1.747.799,04	542.509,68	31,04

RREO – ANEXO XII (LC n° 141/2012 art.35)

R$ 1

DESPESAS COM SAUDE POR SUBFUNÇÕES E CATEGORIA ECONÔMICA NÃO COMPUTADAS NO CÁLCULO DO MÍNIMO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (c)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS		DESPESAS PAGAS		INSCRITOS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (g)
			ATÉ BIMESTRE (d)	% (d/c) x 100	ATÉ BIMESTRE (e)	% (e/c) x 100	ATÉ BIMESTRE (f)	% (f/c) x 100	
ATENÇÃO BÁSICA (XXXII)	1.373.275,88	975.422,93	117.711,18	12,07	89.061,42	9,13	86.641,42	8,88	0,00
Despesas Correntes	1.273.275,88	875.422,93	89.061,42	10,17	89.061,42	10,17	86.641,42	9,90	0,00
Despesas de Capital	100.000,00	100.000,00	28.649,76	28,65	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
ASSISTÊNCIA HOSPITALAR E AMBULATORIAL (XXXIII)	246.086,84	116.086,84	9.498,42	8,18	8.468,77	7,30	8.468,77	7,30	0,00
Despesas Correntes	181.086,84	101.086,84	9.498,42	9,40	8.468,77	8,38	8.468,77	8,38	0,00
Despesas de Capital	65.000,00	15.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SUPORTE PROFILÁTICO E TERAPÊUTICO (XXXIV)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
VIGILÂNCIA SANITÁRIA (XXXV)	47.365,80	97.365,80	28.163,80	28,93	28.163,80	28,93	28.163,80	28,93	0,00
Despesas Correntes	47.365,80	97.365,80	28.163,80	28,93	28.163,80	28,93	28.163,80	28,93	0,00
Despesas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
VIGILÂNCIA EPIDEMIOLÓGICA (XXXVI)	61.070,52	61.070,52	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas Correntes	61.070,52	61.070,52	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
ALIMENTAÇÃO E NUTRIÇÃO (XXXVII)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
OUTRAS SUBFUNÇÕES (XXXVIII)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS DESPESAS NÃO COMPUTADAS NO CÁLCULO DO MÍNIMO (XXXIX) = (XXXII + XXXIII + XXXIV + XXXV + XXXVI + XXXVII + XXXVIII)	1.727.799,04	1.249.946,09	155.373,40	12,43	125.693,99	10,06	123.273,99	9,86	0,00

RREO – ANEXO XII (LC n° 141/2012 art.35)

R$ 1

DESPESAS TOTAIS COM SAÚDE EXECUTADAS COM COM RECURSOS PRÓPRIOS E COM RECURSOS TRANSFERIDOS DE OUTROS ENTES	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (c)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS		DESPESAS	PAGAS	INSCRITOS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (g)
			ATÉ BIMESTRE (d)	% (d/c) x 100	ATÉ BIMESTRE (e)	% (e/c) x 100	ATÉ BIMESTRE (f)	% (f/c) x 100	
ATENÇÃO BÁSICA (XL) = (IV + XXXII)	3.242.300,00	3.535.497,45	1.666.448,91	47,13	1.505.125,07	42,57	1.150.468,38	32,54	0,00
ASSISTÊNCIA HOSPITALAR E AMBULATORIAL (XLI) = (V + XXXIII)	416.086,84	256.086,84	36.198,42	14,14	9.406,43	3,67	9.406,43	3,67	0,00
SUPORTE PROFILÁTICO E TERAPÊUTICO (XLII) = (VI + XXXIV)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

VIGILÂNCIA SANITÁRIA (XLIII) = (VII + XXXV)	100.000,00	170.000,00	95.649,36	56,26	45.521,26	26,78	30.902,80	18,18	0,00
VIGILÂNCIA EPIDEMIOLÓGICA (XLIV) = (VIII + XXXVI)	103.170,52	103.170,52	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
ALIMENTAÇÃO E NUTRIÇÃO (XLV) = (XIX + XXXVII)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
OUTRAS SUBFUNÇÕES (XLVI) = (X + XXXVII)	10.000,00	10.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS DESPESAS COM SAÚDE (XLVII) = (XI + XXXIX)	3.871.557,36	4.074.754,81	1.798.296,69	44,13	1.560.052,76	38,29	1.190.777,61	29,22	0,00
(-) Despesas executadas com recursos provenientes das transferências de recursos de outros entes)	1.727.799,04	1.249.946,09	155.373,40	12,43	125.693,99	10,06	123.273,99	9,86	0,00
TOTAL DAS DESPESAS EXECUTADAS COM RECURSOS PRÓPRIOS (XLVIII)	2.143.758,32	2.824.808,72	1.642.923,29	58,16	1.434.358,77	50,78	1.067.503,62	37,79	0,00

1) Essa linha apresentará valor somente no Relatório Resumido da Execução Orçamentária do último bimestre do exercício. 2) O valor apresentado na intercessão com a coluna "i" ou com a coluna "h+i"(último bimestre) deverá ser o mesmo apresentado no "total j". 3) O valor apresentado na intercessão com a coluna "i" ou com a coluna "h+i"(último bimestre) deverá ser o mesmo apresentado no "total k". 4) Limite anual mínimo a ser cumprido no encerramento do exercício. Deverá ser informado o limite estabelecido na Lei Orgânica do Município quando o percentual nela estabelecido for superior ao fixado na LC nº 141/2012 5) Durante o exercício esse valor servirá para o monitoramento previsto no art. 23 da LC 141/2012 6) No último bimestre, será utilizada a fórmula [VI(h+i) - (15 x IIIb)/100]. 7) Essa coluna poderá ser apresentada somente no último bimestre

PREFEITURA MUNICIPAL DE ACORIZAL RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA DEMONSTRATIVO SIMPLIFICADO DO RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL PERIODO:

PREFEITURA MUNICIPAL DE ACORIZAL RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA DEMONSTRATIVO SIMPLIFICADO DO RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL PERIODO: Janeiro a Abril 2020/ BIMESTRE Março - Abril

BALANÇO ORÇAMENTÁRIO	Até o Bimestre
RECEITAS	
Previsão Inicial	19.766.000,00
Previsão Atualizada	19.766.000,00
Receitas Realizadas	5.326.696,02
Déficit Orçamentário	527.342,66
Saldos de Exercícios Anteriores (Utilizados para Créditos Adicionais)	362.600,09
BALANÇO ORÇAMENTÁRIO - DESPESAS	Até o Bimestre
DESPESAS Dotação Inicial	20.316.000,00
Créditos Adicionais	362.600,09
Dotação Atualizada	20.678.600,09
Despesas Empenhadas	8.101.771,31
Despesas Liquidadas	5.854.038,68
Despesas Pagas	4.666.223,26
Superávit Orçamentário	0,00
DESPESAS POR FUNÇÃO / SUBFUNÇÃO	Até o Bimestre
Despesas Empenhadas	8.103.644,13
Despesas Liquidadas	5.855.911,50
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL	Até o Bimestre
Receita Corrente Líquida	17.651.617,61
Receita Corrente Líquida Ajustada para Cálculo dos Limites de Endividamento	17.651.617,61
Receita Corrente Líquida Ajustada para Cálculo dos Limites da Despesa com Pessoal	17.651.617,61
RECEITAS/DESPESAS DOS REGIMES DE PREVIDÊNCIA	Até o Bimestre
Regime Próprio de Previdência dos Servidores - PLANO PREVIDENCIÁRIO Receitas Previdenciárias Realizadas	0,00
Despesas Previdenciárias Empenhadas	0,00
Despesas Previdenciárias Liquidadas	0,00
Resultado Previdenciário Regime Próprio de Previdência dos Servidores - PLANO FINANCEIRO Receitas Previdenciárias Realizadas	0,00 0,00
Despesas Previdenciárias Empenhadas	0,00
Despesas Previdenciárias Liquidadas	0,00
Resultado Previdenciário	0,00



Meta Fixada no Resultado % em Relação Anexo de Metas Apurado até à Meta RESULTADO NOMINAL E PRIMÁRIO Fiscais da LDO o Bimestre (a) (b) (b/a)				
Resultado Nominal - Acima da Linha		0,00	141.693,62	0,00
Resultado Primário - Acima da Linha		-75.890,97	141.693,62	-186,71

	Inscrição	Cancelamento	Pagamento	Saldo
MOVIMENTAÇÃO DOS RESTOS A PAGAR		Até o Bimestre	Até o Bimestre	a Pagar
RESTOS A PAGAR PROCESSADOS	1.464.612,77	0,00	717.320,31	747.292,46
Poder Executivo	1.464.612,77	0,00	717.320,31	747.292,46
Poder Legislativo	0,00	0,00	0,00	0,00
Poder Judiciário	0,00	0,00	0,00	0,00
Ministério Público	0,00	0,00	0,00	0,00
Defensoria Pública	0,00	0,00	0,00	0,00
RESTOS A PAGAR NÃO-PROCESSADOS	220.760,07	0,00	58.469,61	162.290,46
Poder Executivo	220.760,07	0,00	58.469,61	162.290,46
Poder Legislativo	0,00	0,00	0,00	0,00
Poder Judiciário	0,00	0,00	0,00	0,00
Ministério Público	0,00	0,00	0,00	0,00
Defensoria Pública	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL	1.685.372,84	0,00	775.789,92	909.582,92

Valor Apurado DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO - MDE até o Bimestre	Limites Constitucionais Anuais
	% Mínimo a Aplicar no % Aplicado até o Bimestre Exercício

Mínimo Anual de 25% das Receitas de Impostos na Manutenção e Desenvolvimento do Ensino	1.299.212,95	25,00	30,00
Mínimo Anual de 60% do FUNDEB na Remuneração do Magistério com Ensino Fundamental e Médio	0,00	0,00	0,00
Mínimo Anual de 60% do FUNDEB na Remuneração do Magistério com Educação Infantil e Ensino Fundamen	317.845,35	60,00	45,98
Complementação da União ao FUNDEB	0,00	0,00	0,00

RECEITAS DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO E DESPESAS DE CAPITAL Valor Apurado até o Bimestre Saldo Não Realizado		
Receita de Operação de Crédito	0,00	0,00
Despesa de Capital Líquida	765.444,44	1.370.173,60

RECEITA DA ALIENAÇÃO DE ATIVOS E APLICAÇÃO DOS RECURSOS Valor apurado até o Bimestre Saldo a Realizar		
Receita de Capital Resultante da Alienação de Ativos	0,00	0,00
Aplicação dos Recursos da Alienação de Ativos	0,00	0,00

Valor Apurado DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE até o Bimestre	Limite Constitucional Anual
	% Mínimo a Aplicar no % Aplicado até o Bimestre Exercício

Despesas com Ações e Serviços Públicos de Saúde executadas com recursos de impostos 1.434.358,77

15,00

33,44

Total das Despesas Consideradas para o Limite / RCL (%) 0,00

PREFEITURA MUNICIPAL DE ACORIZAL RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA DEMONSTRATIVO DA RECEITA CORRENTE LÍQUIDA ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL ABR/2019 A MAR/2020

PREFEITURA MUNICIPAL DE ACORIZAL

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA **DEMONSTRATIVO DA RECEITA CORRENTE LÍQUIDA** ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL ABR/2019 A MAR/2020

RREO – ANEXO 3 (LRF, Art. 53, inciso I)

R$ 1

ESPECIFICAÇÃO	EVOLUÇÃO DA RECEITA REALIZADA NOS ÚLTIMOS 12 MESES												TOTAL (ÚLTIMOS 12 MESES)	PREVISÃO ATUALIZADA
	ABR/2019	MAI/2019	JUN/2019	JUL/2019	AGO/2019	SET/2019	OUT/2019	NOV/2019	DEZ/2019	JAN/2020	FEV/2020	MAR/2020		
RECEITAS CORRENTES (I)	1.758.617,24	1.477.178,16	1.313.614,78	2.196.894,65	1.383.220,58	1.258.145,32	1.490.315,66	1.624.909,78	3.348.541,83	1.501.729,82	1.641.876,77	1.567.822,47	20.562.867,06	21.724.900,00
Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria	457.156,80	109.460,06	85.283,62	102.685,32	108.744,50	116.975,23	179.168,26	130.249,38	154.393,10	166.328,16	50.221,16	89.466,35	1.750.131,94	1.719.000,00
IPTU	8.349,19	4.931,80	7.096,64	2.199,55	13.352,93	8.780,85	2.662,33	1.084,44	1.550,87	1.182,29	614,42	282,40	52.087,71	60.000,00
ISS	257.457,42	79.543,35	73.057,24	88.280,76	81.387,49	89.438,90	168.857,04	94.893,48	53.116,62	152.889,83	43.170,24	55.833,37	1.237.925,74	1.031.000,00
ITBI	2.219,00	8.824,47	3.200,00	7.297,04	7.660,00	15.700,00	4.100,00	30.790,26	4.267,00	5.659,62	978,46	31.709,64	122.405,49	50.000,00
IRRF	177.665,56	13.765,14	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	94.971,57	0,00	0,00	0,00	286.402,27	460.000,00
Outros Impostos, Taxas e Contribuições de	11.465,63	2.395,30	1.929,74	4.907,97	6.344,08	3.055,48	3.548,89	3.481,20	487,04	6.596,42	5.458,04	1.640,94	51.310,73	118.000,00
Melhoria														
Contribuições	0,00	30.189,64	865,96	41,86	3.991,19	0,00	3,28	307,93	313.859,14	0,00	0,00	0,00	349.259,00	827.300,00
Receita Patrimonial	2.851,58	2.189,44	2.805,77	2.228,65	3.005,62	3.123,92	2.728,10	7.274,83	27.475,10	8.434,71	1.520,96	1.301,48	64.940,16	36.100,00
Rendimentos de Aplicação Financeira	2.851,58	2.189,44	2.805,77	2.228,65	3.005,62	3.123,92	2.728,10	7.274,83	27.475,10	8.434,71	1.520,96	1.301,48	64.940,16	36.100,00
Outras Receitas Patrimoniais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Receita Agropecuária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Receita Industrial	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Receita de Serviços	11.130,46	9.902,41	8.272,51	10.870,10	9.246,26	10.478,78	10.261,45	3.867,92	4.616,35	8.550,32	9.509,37	11.287,07	107.993,00	150.000,00
Transferências Correntes	1.287.478,40	1.325.436,61	1.216.386,92	2.081.068,72	1.258.233,01	1.127.567,39	1.298.154,57	1.483.209,72	2.848.198,14	1.318.416,63	1.580.625,28	1.465.767,57	18.290.542,96	18.956.467,48
Cota Parte do FPM	540.343,84	693.437,17	546.218,93	746.952,35	545.224,28	485.330,02	446.809,32	606.384,17	1.033.784,91	606.292,89	876.066,17	512.260,15	7.639.104,20	8.630.000,00
Cota Parte do ICMS	268.517,59	271.033,56	230.348,58	343.355,53	297.846,97	261.480,05	386.102,69	320.776,23	497.452,01	332.775,50	302.924,08	452.336,42	3.964.949,21	4.000.000,00
Cota Parte do IPVA	29.437,84	29.071,95	27.150,17	20.494,22	9.304,60	18.750,91	9.838,55	4.122,68	4.877,80	27.155,15	14.855,97	21.390,84	216.450,68	220.000,00
Cota Parte do ITR	15.249,23	453,77	1.824,98	867,87	168,26	2.926,81	26.416,66	2.409,39	5.873,13	3.926,63	591,79	2.133,78	62.842,30	120.000,00
Transferências da LC 87/1996	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	20.000,00
Transferências da LC 61/1989	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	20.000,00
Transferencias do FUNDEB	156.357,00	159.464,39	133.069,95	166.585,20	151.768,33	135.621,44	188.725,95	163.990,75	240.324,85	168.908,85	176.593,06	205.791,87	2.047.201,64	2.000.000,00
Outras Transferências Correntes	277.572,90	171.975,77	277.774,31	802.813,55	253.920,57	223.458,16	240.261,40	385.526,50	1.065.885,44	179.357,61	209.594,21	271.854,51	4.359.994,93	3.946.467,48
Outras Receitas Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	36.032,52
DEDUÇÕES (II)	170.709,65	198.799,21	161.108,48	162.792,63	170.508,76	153.697,46	173.833,34	186.738,39	560.420,90	193.875,46	238.318,44	197.183,23	2.567.985,95	3.223.400,00
Contribuição do Servidor para o Plano de	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	313.848,92	0,00	0,00	0,00	313.848,92	747.300,00
Previdência														
Compensação Financeira entre Regimes de	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	100,00
Previdência														
Dedução de Receita para Formação do Fundeb	170.709,65	198.799,21	161.108,48	162.792,63	170.508,76	153.697,46	173.833,34	186.738,39	246.571,98	193.875,46	238.318,44	197.183,23	2.254.137,03	2.476.000,00

RECEITA CORRENTE LÍQUIDA (I)-(II)

1.587.907,59

1.278.378,95 1.152.506,30

2.034.102,02

1.212.711,82

1.104.447,86

1.316.482,32

1.438.171,39

2.788.120,93

1.307.854,36

1.403.558,33

1.370.639,24 17.994.881,11 18.501.500,00

(-) Transferências obrigatórias da União relativas às emendas individuais (art. 166-A, § 1º, da CF) (IV)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

RECEITA CORRENTE LÍQUIDA AJUSTADA PARA PARA CÁLCULO DOS LIMITES DE ENDIVIDAMENTO (V) = (III - IV)	1.587.907,59	1.278.378,95	1.152.506,30	2.034.102,02	1.212.711,82	1.104.447,86	1.316.482,32	1.438.171,39	2.788.120,93	1.307.854,36	1.403.558,33	1.370.639,24	17.994.881,11	18.501.500,00
(-) Transferências obrigatórias da União relativas às emendas de bancada (art. 166, § 16, da CF) (VI)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA AJUSTADA PARA CÁLCULO DOS LIMITES DA DESPESA COM PESSOAL (VII) = (V - VI)	1.587.907,59	1.278.378,95	1.152.506,30	2.034.102,02	1.212.711,82	1.104.447,86	1.316.482,32	1.438.171,39	2.788.120,93	1.307.854,36	1.403.558,33	1.370.639,24	17.994.881,11	18.501.500,00

PREFEITURA MUNICIPAL DE ACORIZAL RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA BALANÇO ORÇAMENTÁRIO ORÇAMENTOS FISCAIS E DA SEGURIDADE SOCIAL PERIODO:

PREFEITURA MUNICIPAL DE ACORIZAL RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA BALANÇO ORÇAMENTÁRIO ORÇAMENTOS FISCAIS E DA SEGURIDADE SOCIAL PERIODO: Janeiro a Junho 2020/BIMESTRE Maio - Junho

RECEITAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS				SALDO A REALIZAR
			BIMESTRE % JAN A JUN %				
		(a)	(b)	(b/a)	(c)	(c/a)	(a-c)
RECEITAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I)	19.498.900,00	19.520.293,99	2.788.602,11	14,29	8.115.298,13	41,57	11.404.995,86
RECEITAS CORRENTES	19.248.900,00	19.270.293,99	2.788.602,11	14,47	8.115.298,13	42,11	11.154.995,86
IMPOSTOS, TAXAS E CONTRIBUIÇÕES DE	1.719.000,00	1.719.000,00	123.753,35	7,20	475.035,74	27,63	1.243.964,26
MELHORIA							
Impostos	1.601.000,00	1.601.000,00	121.856,77	7,61	457.999,91	28,61	1.143.000,09
Taxas	118.000,00	118.000,00	1.896,58	1,61	17.035,83	14,44	100.964,17
Contribuição de Melhoria	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
CONTRIBUIÇÕES	827.300,00	827.300,00	2.423,42	0,29	2.423,42	0,29	824.876,58
Contribuições Sociais	747.300,00	747.300,00	0,00	0,00	0,00	0,00	747.300,00
Contribuições Econômicas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Contribuições para Entidades Privadas de Serviço Social	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
e de Formação Profissional							
Contribuição para o Custeio do Serviço de Iluminação	80.000,00	80.000,00	2.423,42	3,03	2.423,42	3,03	77.576,58
Pública							
RECEITA PATRIMONIAL	36.100,00	36.100,00	1.212,54	3,36	13.038,39	36,12	23.061,61
Exploração do Patrimônio Imobiliário do Estado	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Valores Mobiliários	36.100,00	36.100,00	1.212,54	3,36	13.038,39	36,12	23.061,61
Delegação de Serviços Públicos Mediante Concessão,	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Permissão, Autorização ou Licença							
Exploração de Recursos Naturais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Exploração do Patrimônio Intangível	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Cessão de Direitos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Receitas Patrimoniais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITA AGROPECUÁRIA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITA INDUSTRIAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITA DE SERVIÇOS	150.000,00	150.000,00	8.378,08	5,59	43.386,22	28,92	106.613,78
Serviços Administrativos e Comerciais Gerais	150.000,00	150.000,00	8.378,08	5,59	43.386,22	28,92	106.613,78
Serviços e Atividades Referentes à Navegação e ao	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transporte							
Serviços e Atividades referentes à Saúde	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Serviços e Atividades Financeiras	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros Serviços	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	16.480.467,48	16.501.861,47	2.652.834,72	16,08	7.581.414,36	45,94	8.920.447,11
Transferências da União e de suas Entidades	9.582.467,48	9.603.861,47	1.663.197,97	17,32	4.320.462,77	44,99	5.283.398,70
Transferências dos Estados e do Distrito Federal e de	4.898.000,00	4.898.000,00	694.090,85	14,17	2.274.375,25	46,43	2.623.624,75
suas Entidades							
Transferências dos Municípios e de suas Entidades	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências de Instituições Privadas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências de Outras Instituições Públicas	2.000.000,00	2.000.000,00	295.545,90	14,78	986.576,34	49,33	1.013.423,66
Transferências do Exterior	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências de Pessoas Físicas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências Provenientes de Depósitos Não	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Identificados							
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	36.032,52	36.032,52	0,00	0,00	0,00	0,00	36.032,52
Multas Administrativas, Contratuais e Judiciais	6.000,00	6.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	6.000,00
Indenizações, Restituições e Ressarcimentos	2.200,00	2.200,00	0,00	0,00	0,00	0,00	2.200,00
Bens, Direitos e Valores Incorporados ao Patrimônio	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Público							
Demais Receitas Correntes	27.832,52	27.832,52	0,00	0,00	0,00	0,00	27.832,52
RECEITAS DE CAPITAL	250.000,00	250.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	250.000,00
OPERAÇÕES DE CRÉDITO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

Operações de Crédito - Mercado Interno	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Operações de Crédito - Mercado Externo	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
ALIENAÇÃO DE BENS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Alienação de Bens Móveis	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Alienação de Bens Imóveis	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Alienação de Bens Intangíveis	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
AMORTIZAÇÕES DE EMPRÉSTIMOS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL	250.000,00	250.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	250.000,00
Transferências da União e de suas Entidades	250.000,00	250.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	250.000,00
Transferências dos Estados e do Distrito Federal e de	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
suas Entidades							
Transferências dos Municípios e de suas Entidades	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências de Instituições Privadas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências de Outras Instituições Públicas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências do Exterior	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências de Pessoas Físicas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências Provenientes de Depósitos Não	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Identificados							
OUTRAS RECEITAS DE CAPITAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Integralização do Capital Social	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Remuneração das Disponibilidades do Tesouro	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Resgate de Títulos do Tesouro	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Receitas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (II)	267.100,00	267.100,00	0,00	0,00	0,00	0,00	267.100,00
SUBTOTAL DAS RECEITAS (III) = (I + II)	19.766.000,00	19.787.393,99	2.788.602,11	14,09	8.115.298,13	41,01	11.672.095,86
OPERAÇÕES DE CRÉDITO / REFINANCIAMENTO (IV)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Operações de Crédito - Mercado Interno	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

RECEITAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS				SALDO A REALIZAR
			BIMESTRE	%	JAN A JUN	%	
		(a)	(b)	(b/a)	(c)	(c/a)	(a-c)
Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Contratual	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Operações de Crédito - Mercado Externo	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Contratual	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS RECEITAS (V) = (III + IV)	19.766.000,00	19.787.393,99	2.788.602,11	14,09	8.115.298,13	41,01	11.672.095,86
DÉFICIT (VI)					100.580,55		
TOTAL COM DÉFICIT (VII) = (V + VI)	19.766.000,00	19.787.393,99	2.788.602,11	14,09	8.215.878,68	41,52	11.672.095,86
SALDOS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	550.000,00	912.600,09			362.600,09		
Recursos Arrecadados em Exercícios Anteriores - RPPS	550.000,00	550.000,00					
Superávit Financeiro Utilizado para Créditos Adicionais		362.600,09			362.600,09		

RREO – ANEXO 1 (LRF, Art. 52, inciso I, alíneas “a” e “b” do inciso II e § 1º)

PREFEITURA MUNICIPAL DE ACORIZAL

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

BALANÇO ORÇAMENTÁRIO

ORÇAMENTOS FISCAIS E DA SEGURIDADE SOCIAL

PERIODO: Janeiro a Junho 2020/BIMESTRE Maio - Junho

R$ 1

DESPESAS	DOTACAO INICIAL (d)	DOTAÇÃO ATUALIZADA (e)	DESPESAS EMPENHADAS		SALDO (g) = (e-f)	DESPESAS LIQUIDADAS		SALDO (i) = (e-h)	DESPESAS PAGAS ATÉ O BIMESTRE (j)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS² (k)
			BIMESTRE	JAN A JUN (f)		BIMESTRE	JAN A JUN (h)			
DESPESAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (VIII)	19.785.900,00	20.068.766,68	2.043.190,92	9.862.842,66	10.205.924,02	2.237.855,24	7.809.774,35	12.258.992,33	6.872.972,33	0,00
DESPESAS CORRENTES	16.298.317,36	17.372.966,00	2.043.190,92	9.097.398,22	8.275.567,78	2.143.113,96	7.490.393,10	9.882.572,90	6.581.591,08	0,00
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	6.998.270,52	6.764.960,52	980.640,66	3.074.405,83	3.690.554,69	993.812,96	3.004.385,88	3.760.574,64	2.498.402,39	0,00
JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA	120.000,00	56.313,60	0,00	0,00	56.313,60	0,00	0,00	56.313,60	0,00	0,00
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	9.180.046,84	10.551.691,88	1.062.550,26	6.022.992,39	4.528.699,49	1.149.301,00	4.486.007,22	6.065.684,66	4.083.188,69	0,00

DESPESAS DE CAPITAL	2.851.400,00	2.059.618,04	0,00	765.444,44	1.294.173,60	94.741,28	319.381,25	1.740.236,79	291.381,25	0,00
INVESTIMENTOS	2.471.400,00	1.679.618,04	0,00	391.497,68	1.288.120,36	73.250,00	198.044,95	1.481.573,09	170.044,95	0,00
INVERSÕES FINANCEIRAS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA	380.000,00	380.000,00	0,00	373.946,76	6.053,24	21.491,28	121.336,30	258.663,70	121.336,30	0,00
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	636.182,64	636.182,64			636.182,64			636.182,64		
DESPESAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (IX)	530.100,00	631.227,40	123.984,76	406.104,33	225.123,07	123.984,76	406.104,33	225.123,07	109.356,14	0,00
SUBTOTAL DAS DESPESAS (X) = (VIII + IX)	20.316.000,00	20.699.994,08	2.167.175,68	10.268.946,99	10.431.047,09	2.361.840,00	8.215.878,68	12.484.115,40	6.982.328,47	0,00
AMORTIZAÇÃO DA DÍV. / REFINANCIAMENTO (XI)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida Interna	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Dívida Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Dívida Contratual	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida Externa	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Dívida Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Dívida Contratual	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS DESPESAS (XII) = (X + XI)	20.316.000,00	20.699.994,08	2.167.175,68	10.268.946,99	10.431.047,09	2.361.840,00	8.215.878,68	12.484.115,40	6.982.328,47	0,00
SUPERÁVIT (XIII)				0,00			0,00		0,00	
TOTAL COM SUPERÁVIT (XIV) = (XII + XIII)	20.316.000,00	20.699.994,08	2.167.175,68	10.268.946,99		2.361.840,00	8.215.878,68		6.982.328,47	0,00
RESERVA DO RPPS	0,00	0,00			0,00			0,00		

RECEITAS INTRA-ORÇAMENTÁRIAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS				SALDO A REALIZAR
			BIMESTRE	%	JAN A JUN	%	
		(a)	(b)	(b/a)	(c)	(c/a)	(a-c)
RECEITAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (II)	267.100,00	267.100,00	0,00	0,00	0,00	0,00	267.100,00
RECEITAS CORRENTES	267.100,00	267.100,00	0,00	0,00	0,00	0,00	267.100,00
IMPOSTOS, TAXAS E CONTRIBUIÇÕES DE	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
MELHORIA							
Impostos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Taxas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Contribuição de Melhoria	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
CONTRIBUIÇÕES	267.100,00	267.100,00	0,00	0,00	0,00	0,00	267.100,00
Contribuições Sociais	267.100,00	267.100,00	0,00	0,00	0,00	0,00	267.100,00
Contribuições Econômicas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Contribuições para Entidades Privadas de Serviço Social	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
e de Formação Profissional							
Contribuição para o Custeio do Serviço de Iluminação	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Pública							
RECEITA PATRIMONIAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Exploração do Patrimônio Imobiliário do Estado	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Valores Mobiliários	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Delegação de Serviços Públicos Mediante Concessão,	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Permissão, Autorização ou Licença							
Exploração de Recursos Naturais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Exploração do Patrimônio Intangível	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Cessão de Direitos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Receitas Patrimoniais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITA AGROPECUÁRIA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITA INDUSTRIAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITA DE SERVIÇOS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Serviços Administrativos e Comerciais Gerais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Serviços e Atividades Referentes à Navegação e ao	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transporte							
Serviços e Atividades referentes à Saúde	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Serviços e Atividades Financeiras	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros Serviços	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências da União e de suas Entidades	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências dos Estados e do Distrito Federal e de	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
suas Entidades							
Transferências dos Municípios e de suas Entidades	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências de Instituições Privadas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências de Outras Instituições Públicas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências do Exterior	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

Transferências de Pessoas Físicas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências Provenientes de Depósitos Não Identificados	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Multas Administrativas, Contratuais e Judiciais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Indenizações, Restituições e Ressarcimentos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Bens, Direitos e Valores Incorporados ao Patrimônio Público	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Receitas Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITAS DE CAPITAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
OPERAÇÕES DE CRÉDITO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Operações de Crédito - Mercado Interno	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Operações de Crédito - Mercado Externo	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
ALIENAÇÃO DE BENS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Alienação de Bens Móveis	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Alienação de Bens Imóveis	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Alienação de Bens Intangíveis	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
AMORTIZAÇÕES DE EMPRÉSTIMOS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências da União e de suas Entidades	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências dos Estados e do Distrito Federal e de suas Entidades	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências dos Municípios e de suas Entidades	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências de Instituições Privadas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências de Outras Instituições Públicas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências do Exterior	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências de Pessoas Físicas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências Provenientes de Depósitos Não Identificados	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
OUTRAS RECEITAS DE CAPITAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Integralização do Capital Social	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Remuneração das Disponibilidades do Tesouro	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Resgate de Títulos do Tesouro	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Receitas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

RECEITAS INTRA-ORÇAMENTÁRIAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS BIMESTRE % JAN A JUN %				SALDO A REALIZAR
		(a)	(b)	(b/a)	(c)	(c/a)	(a-c)

PREFEITURA MUNICIPAL DE ACORIZAL

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

BALANÇO ORÇAMENTÁRIO

ORÇAMENTOS FISCAIS E DA SEGURIDADE SOCIAL

PERIODO: Janeiro a Junho 2020/BIMESTRE Maio - Junho

RREO – ANEXO 1 (LRF, Art. 52, inciso I, alíneas “a” e “b” do inciso II e § 1º) R$ Milhares

DESPESAS INTRA-ORÇAMENTÁRIAS	DOTACAO INICIAL (d)	DOTAÇÃO ATUALIZADA (e)	DESPESAS EMPENHADAS		SALDO (g) = (e-f)	DESPESAS LIQUIDADAS		SALDO (i) = (e-h)	DESPESAS PAGAS ATÉ O BIMESTRE (j)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS² (k)
			BIMESTRE	JAN A JUN (f)		BIMESTRE	JAN A JUN (h)			
DESPESAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (IX)	530.100,00	631.227,40	123.984,76	406.104,33	225.123,07	123.984,76	406.104,33	225.123,07	109.356,14	0,00
DESPESAS CORRENTES	530.100,00	631.227,40	123.984,76	406.104,33	225.123,07	123.984,76	406.104,33	225.123,07	109.356,14	0,00
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	530.100,00	631.227,40	123.984,76	406.104,33	225.123,07	123.984,76	406.104,33	225.123,07	109.356,14	0,00
JUROS E ENCARGOS DA DIVIDA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESAS DE CAPITAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
INVESTIMENTOS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
INVERSÕES FINANCEIRAS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
AMORTIZAÇÃO DA DIVIDA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

PREFEITURA MUNICIPAL DE ACORIZAL RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO DAS DESPESAS POR FUNÇÃO E SUBFUNÇÃO ORÇAMENTOS FISCAIS E DA SEGURIDADE SOCIAL PERIODO: JANEIRO A

PREFEITURA MUNICIPAL DE ACORIZAL

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO DAS DESPESAS POR FUNÇÃO E SUBFUNÇÃO

ORÇAMENTOS FISCAIS E DA SEGURIDADE SOCIAL

PERIODO: Janeiro a Junho 2020/BIMESTRE Maio - Junho

FUNÇÃO/ SUBFUNÇÃO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (a)	DESPESAS EMPENHADAS			SALDO (c) = (a-b)	DESPESAS LIQUIDADAS			SALDO (e) = (a-d)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (f)	
			BIMESTRE	JAN A JUN (b)	% (b/total b)		BIMESTRE	JAN A JUN (d)	% (d/total d)			
DESPESAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I)	19.785.900,00	20.068.766,68	2.043.826,56	9.865.351,12	96,03	10.203.415,56	2.238.490,88	7.812.282,81	95,04	12.256.483,87	0,00	
Legislativa	875.000,00	875.000,00	0,00	0,00	0,00	875.000,00	0,00	0,00	0,00	875.000,00	0,00	
Ação Legislativa	875.000,00	875.000,00	0,00	0,00	0,00	875.000,00	0,00	0,00	0,00	875.000,00	0,00	
Administração	2.159.500,00	3.273.445,09	405.639,39	2.425.100,39	23,61	848.344,70	429.213,52	1.683.529,47	20,48	1.589.915,62	0,00	
Defesa do Interesse Público no Processo Judiciário	77.000,00	77.000,00	0,00	33.000,00	0,32	44.000,00	22.000,00	22.000,00	0,27	55.000,00	0,00	
Administração Geral	2.040.500,00	3.159.345,09	399.906,05	2.386.367,05	23,23	772.978,04	401.480,18	1.655.796,13	20,14	1.503.548,96	0,00	
Normatização e Fiscalização	42.000,00	37.100,00	5.733,34	5.733,34	0,06	31.366,66	5.733,34	5.733,34	0,07	31.366,66	0,00	
Assistência Social	950.800,00	1.154.457,86	65.848,07	459.611,28	4,47	694.846,58	118.181,51	432.039,05	5,26	722.418,81	0,00	
Assistência ao Idoso	428.000,00	581.710,00	61.657,86	374.353,70	3,64	207.356,30	95.346,44	350.620,43	4,27	231.089,57	0,00	
Assistência à Criança e ao Adolescente	103.100,00	143.100,00	4.190,21	32.136,84	0,31	110.963,16	4.190,21	32.136,84	0,39	110.963,16	0,00	

Assistência Comunitária	419.700,00	429.647,86	0,00	53.120,74	0,52	376.527,12	18.644,86	49.281,78	0,60	380.366,08	0,00
Previdência Social	841.000,00	841.000,00	0,00	0,00	0,00	841.000,00	0,00	0,00	0,00	841.000,00	0,00
Previdência do Regime Estatutário	841.000,00	841.000,00	0,00	0,00	0,00	841.000,00	0,00	0,00	0,00	841.000,00	0,00
Saúde	3.821.557,36	4.115.479,54	707.762,01	2.430.210,56	23,66	1.685.268,98	596.745,40	2.080.950,02	25,32	2.034.529,52	0,00
Administração Geral	10.000,00	31.393,99	3.285,30	3.285,30	0,03	28.108,69	3.285,30	3.285,30	0,04	28.108,69	0,00
Atenção Básica	3.195.300,00	3.534.026,05	575.608,13	2.166.208,90	21,09	1.367.817,15	533.202,41	1.962.479,34	23,87	1.571.546,71	0,00
Assistência Hospitalar e Ambulatorial	416.086,84	309.888,98	74.189,50	110.387,92	1,07	199.501,06	5.578,61	14.985,04	0,18	294.903,94	0,00
Vigilância Sanitária	100.000,00	170.000,00	54.679,08	150.328,44	1,46	19.671,56	54.679,08	100.200,34	1,22	69.799,66	0,00
Vigilância Epidemiológica	100.170,52	70.170,52	0,00	0,00	0,00	70.170,52	0,00	0,00	0,00	70.170,52	0,00
Educação	4.469.800,00	4.231.944,95	387.223,07	1.929.599,15	18,78	2.302.345,80	445.669,54	1.617.675,43	19,68	2.614.269,52	0,00
Administração Geral	15.000,00	8.000,00	0,00	0,00	0,00	8.000,00	0,00	0,00	0,00	8.000,00	0,00
Ensino Fundamental	3.550.800,00	3.378.975,95	306.929,79	1.681.621,15	16,37	1.697.354,80	365.376,26	1.380.141,50	16,79	1.998.834,45	0,00
Ensino Superior	10.000,00	10.000,00	0,00	0,00	0,00	10.000,00	0,00	0,00	0,00	10.000,00	0,00
Educação Infantil	894.000,00	834.969,00	80.293,28	247.978,00	2,41	586.991,00	80.293,28	237.533,93	2,89	597.435,07	0,00
Cultura	60.100,00	60.100,00	0,00	5.000,00	0,05	55.100,00	1.303,36	3.507,23	0,04	56.592,77	0,00
Difusão Cultural	60.100,00	60.100,00	0,00	5.000,00	0,05	55.100,00	1.303,36	3.507,23	0,04	56.592,77	0,00
Urbanismo	2.247.100,00	1.993.100,00	194.939,18	753.067,07	7,33	1.240.032,93	199.232,41	677.992,61	8,25	1.315.107,39	0,00

Administração Geral	1.293.100,00	1.208.100,00	191.039,18	724.017,73	7,05	484.082,27	195.332,41	648.943,27	7,89	559.156,73	0,00
Administração Financeira	10.000,00	10.000,00	0,00	0,00	0,00	10.000,00	0,00	0,00	0,00	10.000,00	0,00
Infra-Estrutura Urbana	704.000,00	564.000,00	0,00	25.000,00	0,24	539.000,00	0,00	25.000,00	0,30	539.000,00	0,00
Serviços Urbanos	240.000,00	211.000,00	3.900,00	4.049,34	0,04	206.950,66	3.900,00	4.049,34	0,05	206.950,66	0,00
Habitação	10.000,00	10.000,00	0,00	0,00	0,00	10.000,00	0,00	0,00	0,00	10.000,00	0,00
Habitação Urbana	10.000,00	10.000,00	0,00	0,00	0,00	10.000,00	0,00	0,00	0,00	10.000,00	0,00
Saneamento	925.000,00	1.043.000,00	125.652,58	905.006,88	8,81	137.993,12	207.286,86	736.503,62	8,96	306.496,38	0,00
Administração Geral	810.000,00	1.039.000,00	125.652,58	905.006,88	8,81	133.993,12	207.286,86	736.503,62	8,96	302.496,38	0,00
Saneamento Básico Urbano	115.000,00	4.000,00	0,00	0,00	0,00	4.000,00	0,00	0,00	0,00	4.000,00	0,00

FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (a)	DESPESAS EMPENHADAS			SALDO (c) = (a-b)	DESPESAS LIQUIDADAS			SALDO (e) = (a-d)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (f)
			BIMESTRE	JAN A JUN (b)	% (b/total b)		BIMESTRE	JAN A JUN (d)	% (d/total d)		
Gestão Ambiental	282.500,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Preservação e Conservação Ambiental	20.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Extensão Rural	262.500,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Agricultura	299.500,00	125.604,00	16.324,59	50.617,26	0,49	74.986,74	16.324,59	50.617,26	0,62	74.986,74	0,00
Administração Geral	194.500,00	110.104,00	16.324,59	50.617,26	0,49	59.486,74	16.324,59	50.617,26	0,62	59.486,74	0,00
Promoção da Produção Vegetal	75.000,00	10.500,00	0,00	0,00	0,00	10.500,00	0,00	0,00	0,00	10.500,00	0,00
Abastecimento	30.000,00	5.000,00	0,00	0,00	0,00	5.000,00	0,00	0,00	0,00	5.000,00	0,00
Comércio e Serviços	415.100,00	119.100,00	4.880,00	14.640,00	0,14	104.460,00	4.880,00	14.640,00	0,18	104.460,00	0,00
Administração Geral	7.000,00	7.000,00	0,00	0,00	0,00	7.000,00	0,00	0,00	0,00	7.000,00	0,00
Turismo	408.100,00	112.100,00	4.880,00	14.640,00	0,14	97.460,00	4.880,00	14.640,00	0,18	97.460,00	0,00
Transporte	1.000.000,00	780.000,00	124.191,37	226.810,62	2,21	553.189,38	124.525,77	221.583,92	2,70	558.416,08	0,00
Administração Geral	10.000,00	10.000,00	0,00	0,00	0,00	10.000,00	0,00	0,00	0,00	10.000,00	0,00
Transporte Rodoviário	990.000,00	770.000,00	124.191,37	226.810,62	2,21	543.189,38	124.525,77	221.583,92	2,70	548.416,08	0,00
Desporto e Lazer	87.100,00	138.379,00	11.366,30	71.804,43	0,70	66.574,57	51.366,30	71.804,43	0,87	66.574,57	0,00
Desporto Comunitário	87.100,00	138.379,00	11.366,30	71.804,43	0,70	66.574,57	51.366,30	71.804,43	0,87	66.574,57	0,00
Encargos Especiais	705.660,00	671.973,60	0,00	593.883,48	5,78	78.090,12	43.761,62	221.439,77	2,69	450.533,83	0,00
Serviço da Dívida Interna	380.000,00	380.000,00	0,00	373.946,76	3,64	6.053,24	21.491,28	121.336,30	1,48	258.663,70	0,00

Outros Encargos Especiais	325.660,00	291.973,60	0,00	219.936,72	2,14	72.036,88	22.270,34	100.103,47	1,22	191.870,13	0,00
Reserva de Contingência	636.182,64	636.182,64	0,00	0,00	0,00	636.182,64	0,00	0,00	0,00	636.182,64	0,00
Reserva de Contingência	636.182,64	636.182,64	0,00	0,00	0,00	636.182,64	0,00	0,00	0,00	636.182,64	0,00
DESPESAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (II)	530.100,00	631.227,40	125.530,29	407.649,86	3,97	223.577,54	125.530,29	407.649,86	4,96	223.577,54	0,00
Legislativa	15.000,00	15.000,00	0,00	0,00	0,00	15.000,00	0,00	0,00	0,00	15.000,00	0,00
Ação Legislativa	15.000,00	15.000,00	0,00	0,00	0,00	15.000,00	0,00	0,00	0,00	15.000,00	0,00
Administração	71.000,00	71.000,00	15.368,52	43.264,34	0,42	27.735,66	15.368,52	43.264,34	0,53	27.735,66	0,00
Administração Geral	68.000,00	68.000,00	15.001,86	42.897,68	0,42	25.102,32	15.001,86	42.897,68	0,52	25.102,32	0,00
Normatização e Fiscalização	3.000,00	3.000,00	366,66	366,66	0,00	2.633,34	366,66	366,66	0,00	2.633,34	0,00
Assistência Social	31.100,00	31.330,00	4.153,24	10.465,12	0,10	20.864,88	4.153,24	10.465,12	0,13	20.864,88	0,00
Assistência ao Idoso	30.000,00	30.000,00	4.153,24	10.465,12	0,10	19.534,88	4.153,24	10.465,12	0,13	19.534,88	0,00
Assistência à Criança e ao Adolescente	1.000,00	1.000,00	0,00	0,00	0,00	1.000,00	0,00	0,00	0,00	1.000,00	0,00
Assistência Comunitária	100,00	330,00	0,00	0,00	0,00	330,00	0,00	0,00	0,00	330,00	0,00
Saúde	50.000,00	114.725,40	28.876,18	104.724,32	1,02	10.001,08	28.876,18	104.724,32	1,27	10.001,08	0,00
Atenção Básica	47.000,00	111.725,40	28.876,18	104.724,32	1,02	7.001,08	28.876,18	104.724,32	1,27	7.001,08	0,00
Vigilância Epidemiológica	3.000,00	3.000,00	0,00	0,00	0,00	3.000,00	0,00	0,00	0,00	3.000,00	0,00
Educação	275.000,00	308.017,00	55.162,75	190.350,24	1,85	117.666,76	55.162,75	190.350,24	2,32	117.666,76	0,00
Ensino Fundamental	220.000,00	227.094,00	41.713,43	152.292,11	1,48	74.801,89	41.713,43	152.292,11	1,85	74.801,89	0,00
Educação Infantil	55.000,00	80.923,00	13.449,32	38.058,13	0,37	42.864,87	13.449,32	38.058,13	0,46	42.864,87	0,00
Cultura	1.000,00	1.000,00	0,00	0,00	0,00	1.000,00	0,00	0,00	0,00	1.000,00	0,00
Difusão Cultural	1.000,00	1.000,00	0,00	0,00	0,00	1.000,00	0,00	0,00	0,00	1.000,00	0,00

FUNÇÃO/ SUBFUNÇÃO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (a)	DESPESAS EMPENHADAS			SALDO (c) = (a-b)	DESPESAS LIQUIDADAS			SALDO (e) = (a-d)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (f)	
			BIMESTRE	JAN A JUN (b)	% (b/total b)		BIMESTRE	JAN A JUN (d)	% (d/total d)			
Urbanismo	50.000,00	50.000,00	10.747,54	31.078,42	0,30	18.921,58	10.747,54	31.078,42	0,38	18.921,58	0,00	
Administração Geral	50.000,00	50.000,00	10.747,54	31.078,42	0,30	18.921,58	10.747,54	31.078,42	0,38	18.921,58	0,00	
Saneamento	25.000,00	25.000,00	7.060,89	17.379,57	0,17	7.620,43	7.060,89	17.379,57	0,21	7.620,43	0,00	
Administração Geral	25.000,00	25.000,00	7.060,89	17.379,57	0,17	7.620,43	7.060,89	17.379,57	0,21	7.620,43	0,00	
Agricultura	8.000,00	8.000,00	1.944,45	5.236,33	0,05	2.763,67	1.944,45	5.236,33	0,06	2.763,67	0,00	
Administração Geral	8.000,00	8.000,00	1.944,45	5.236,33	0,05	2.763,67	1.944,45	5.236,33	0,06	2.763,67	0,00	
Comércio e Serviços	2.000,00	2.000,00	0,00	0,00	0,00	2.000,00	0,00	0,00	0,00	2.000,00	0,00	
Turismo	2.000,00	2.000,00	0,00	0,00	0,00	2.000,00	0,00	0,00	0,00	2.000,00	0,00	

Desporto e Lazer	2.000,00	5.155,00	2.216,72	5.151,52	0,05	3,48	2.216,72	5.151,52	0,06	3,48	0,00
Desporto Comunitário	2.000,00	5.155,00	2.216,72	5.151,52	0,05	3,48	2.216,72	5.151,52	0,06	3,48	0,00
TOTAL (III) = (I + II)	20.316.000,00	20.699.994,08	2.169.356,85	10.273.000,98	100,00	10.426.993,10	2.364.021,17	8.219.932,67	100,00	12.480.061,41	0,00

Nota: Durante o exercício, somente as despesas liquidadas são consideradas executadas. No encerramento do exercício, as despesas não liquidadas inscritas em restos a pagar processados são também consideradas executadas. Dessa forma, para maior transparência, as despesas executadas estão segregadas em:

. a) Despesas liquidadas, consideradas aquelas em que houve a entrega do material ou serviço, nos termos do art. 63 da Lei 4.320/64;

. b) Despesas empenhadas mas não liquidadas, inscritas em Restos a Pagar processados, consideradas liquidadas no encerramento do exercício, por força do art.35, inciso II da Lei 4.320/64.

PREFEITURA MUNICIPAL DE ACORIZAL RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA DEMONSTRATIVO DA RECEITA CORRENTE LÍQUIDA ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL JUL/2019 A JUN/2020

PREFEITURA MUNICIPAL DE ACORIZAL

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

DEMONSTRATIVO DA RECEITA CORRENTE LÍQUIDA

ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

JUL/2019 A JUN/2020

RREO – ANEXO 3 (LRF, Art. 53, inciso I) R$ 1

EVOLUÇÃO DA RECEITA REALIZADA NOS ÚLTIMOS 12 MESES TOTAL PREVISÃO

ESPECIFICAÇÃO (ÚLTIMOSATUALIZADA

JUL/2019 AGO/2019 SET/2019 OUT/2019 NOV/2019 DEZ/2019 JAN/2020 FEV/2020 MAR/2020 ABR/2020 MAI/2020 JUN/2020 12 MESES)

RECEITAS CORRENTES (I) 2.196.894,65 1.383.220,58 1.258.145,32 1.490.315,66 1.624.909,78 3.348.541,83 1.501.729,82 1.641.876,77 1.567.822,47 1.404.453,58 1.332.303,30 1.775.519,90 20.525.733,66 21.746.293,99

Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria 102.685,32 108.744,50 116.975,23 179.168,26 130.249,38 154.393,10 166.328,16 50.221,16 89.466,35 45.266,72 64.749,79 59.003,56 1.267.251,53 1.719.000,00

IPTU 2.199,55 13.352,93 8.780,85 2.662,33 1.084,44 1.550,87 1.182,29 614,42 282,40 142,39 0,00 0,00 31.852,47 60.000,00

ISS 88.280,76 81.387,49 89.438,90 168.857,04 94.893,48 53.116,62 152.889,83 43.170,24 55.833,37 41.508,63 49.863,18 43.454,90 962.694,44 1.031.000,00

ITBI 7.297,04 7.660,00 15.700,00 4.100,00 30.790,26 4.267,00 5.659,62 978,46 31.709,64 1.510,00 13.621,32 14.816,65 138.109,99 50.000,00

IRRF 0,00 0,00 0,00 0,00 0,00 94.971,57 0,00 0,00 0,00 0,00 0,00 0,00 94.971,57 460.000,00

Outros Impostos, Taxas e Contribuições de 4.907,97 6.344,08 3.055,48 3.548,89 3.481,20 487,04 6.596,42 5.458,04 1.640,94 2.105,70 1.265,29 732,01 39.623,06 118.000,00

Melhoria

Contribuições 41,86 3.991,19 0,00 3,28 307,93 313.859,14 0,00 0,00 0,00 0,00 2.423,42 0,00 320.626,82 827.300,00

Receita Patrimonial 2.228,65 3.005,62 3.123,92 2.728,10 7.274,83 27.475,10 8.434,71 1.520,96 1.301,48 568,70 602,18 610,36 58.874,61 36.100,00

Rendimentos de Aplicação Financeira 2.228,65 3.005,62 3.123,92 2.728,10 7.274,83 27.475,10 8.434,71 1.520,96 1.301,48 568,70 602,18 610,36 58.874,61 36.100,00

Outras Receitas Patrimoniais 0,00 0,00 0,00 0,00 0,00 0,00 0,00 0,00 0,00 0,00 0,00 0,00 0,00 0,00

Receita Agropecuária 0,00 0,00 0,00 0,00 0,00 0,00 0,00 0,00 0,00 0,00 0,00 0,00 0,00 0,00

Receita Industrial 0,00 0,00 0,00 0,00 0,00 0,00 0,00 0,00 0,00 0,00 0,00 0,00 0,00 0,00

Receita de Serviços 10.870,10 9.246,26 10.478,78 10.261,45 3.867,92 4.616,35 8.550,32 9.509,37 11.287,07 5.661,38 3.509,66 4.868,42 92.727,08 150.000,00

Transferências Correntes 2.081.068,72 1.258.233,01 1.127.567,39 1.298.154,57 1.483.209,72 2.848.198,14 1.318.416,63 1.580.625,28 1.465.767,57 1.352.956,78 1.261.018,25 1.711.037,56 18.786.253,62 18.977.861,47

Cota Parte do FPM 746.952,35 545.224,28 485.330,02 446.809,32 606.384,17 1.033.784,91 606.292,89 876.066,17 512.260,15 543.720,44 525.337,03 427.652,52 7.355.814,25 8.630.000,00

Cota Parte do ICMS 343.355,53 297.846,97 261.480,05 386.102,69 320.776,23 497.452,01 332.775,50 302.924,08 452.336,42 285.145,63 267.292,54 339.417,77 4.086.905,42 4.000.000,00

Cota Parte do IPVA 20.494,22 9.304,60 18.750,91 9.838,55 4.122,68 4.877,80 27.155,15 14.855,97 21.390,84 13.393,36 14.694,74 22.497,19 181.376,01 220.000,00

Cota Parte do ITR 867,87 168,26 2.926,81 26.416,66 2.409,39 5.873,13 3.926,63 591,79 2.133,78 119,80 1.871,29 191,08 47.496,49 120.000,00

Transferências da LC 87/1996 0,00 0,00 0,00 0,00 0,00 0,00 0,00 0,00 0,00 0,00 0,00 0,00 0,00 20.000,00

Transferências da LC 61/1989 0,00 0,00 0,00 0,00 0,00 0,00 0,00 0,00 0,00 0,00 0,00 0,00 0,00 20.000,00

Transferencias do FUNDEB 166.585,20 151.768,33 135.621,44 188.725,95 163.990,75 240.324,85 168.908,85 176.593,06 205.791,87 139.736,66 137.597,98 157.947,92 2.033.592,86 2.000.000,00

Outras Transferências Correntes 802.813,55 253.920,57 223.458,16 240.261,40 385.526,50 1.065.885,44 179.357,61 209.594,21 271.854,51 370.840,89 314.224,67 763.331,08 5.081.068,59 3.967.861,47

Outras Receitas Correntes 0,00 0,00 0,00 0,00 0,00 0,00 0,00 0,00 0,00 0,00 0,00 0,00 0,00 0,00 36.032,52

DEDUÇÕES (II) 162.792,63 170.508,76 153.697,46 173.833,34 186.738,39 560.420,90 193.875,46 238.318,44 197.183,23 159.809,49 161.554,52 157.666,57 2.516.399,19 3.223.400,00

Contribuição do Servidor para o Plano de 0,00 0,00 0,00 0,00 0,00 313.848,92 0,00 0,00 0,00 0,00 0,00 0,00 313.848,92 747.300,00

Previdência

Compensação Financeira entre Regimes de 0,00 0,00 0,00 0,00 0,00 0,00 0,00 0,00 0,00 0,00 0,00 0,00 0,00 100,00

Dedução de Receita para Formação do FundebPrevidência 162.792,63 170.508,76 153.697,46 173.833,34 186.738,39 246.571,98 193.875,46 238.318,44 197.183,23 159.809,49 161.554,52 157.666,57 2.202.550,27 2.476.000,00

RECEITA CORRENTE LÍQUIDA (I)-(II) 2.034.102,02 1.212.711,82 1.104.447,86 1.316.482,32 1.438.171,39 2.788.120,93 1.307.854,36 1.403.558,33 1.370.639,24 1.244.644,09 1.170.748,78 1.617.853,33 18.009.334,47 18.522.893,99

(-) Transferências obrigatórias da União 0,00 0,00 0,00 0,00 0,00 0,00 0,00 0,00 0,00 0,00 0,00 0,00 0,00 0,00

relativas às emendas individuais (art. 166-A, § 1º,

da CF) (IV)

RECEITA CORRENTE LÍQUIDA AJUSTADA 2.034.102,02 1.212.711,82 1.104.447,86 1.316.482,32 1.438.171,39 2.788.120,93 1.307.854,36 1.403.558,33 1.370.639,24 1.244.644,09 1.170.748,78 1.617.853,33 18.009.334,47 18.522.893,99

PARA PARA CÁLCULO DOS LIMITES DE

(-) Transferências obrigatórias da UniãoENDIVIDAMENTO (V) = (III - IV) 0,00 0,00 0,00 0,00 0,00 0,00 0,00 0,00 0,00 0,00 0,00 0,00 0,00 0,00

relativas às emendas de bancada (art. 166, § 16,

da CF) (VI)

RECEITA CORRENTE LÍQUIDA AJUSTADA 2.034.102,02 1.212.711,82 1.104.447,86 1.316.482,32 1.438.171,39 2.788.120,93 1.307.854,36 1.403.558,33 1.370.639,24 1.244.644,09 1.170.748,78 1.617.853,33 18.009.334,47 18.522.893,99

PARA CÁLCULO DOS LIMITES DA DESPESA

COM PESSOAL (VII) = (V - VI)

PREFEITURA MUNICIPAL DE ACORIZAL DEMONSTRATIVOS DAS RECEITAS E DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS DO REGIME PRÓPRIO DOS SERVIDORES PÚBLICOS PERIODO: JANEIRO A JUNHO 2020/BIMESTRE MAIO - JUNHO

PREFEITURA MUNICIPAL DE ACORIZAL

DEMONSTRATIVOS DAS RECEITAS E DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS

DO REGIME PRÓPRIO DOS SERVIDORES PÚBLICOS

PERIODO: Janeiro a Junho 2020/BIMESTRE Maio - Junho

PLANO PREVIDENCIÁRIO				
RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS	
			Jan a Jun 2020	Jan a Jun 2019
RECEITAS CORRENTES (I)	0,00	0,00	0,00	0,00
Receita de Contribuições dos Segurados	0,00	0,00	0,00	0,00
Civil	0,00	0,00	0,00	0,00
Ativo	0,00	0,00	0,00	0,00
Inativo	0,00	0,00	0,00	0,00
Pensionista	0,00	0,00	0,00	0,00
Militar	0,00	0,00	0,00	0,00
Ativo	0,00	0,00	0,00	0,00
Inativo	0,00	0,00	0,00	0,00
Pensionista	0,00	0,00	0,00	0,00
Receita de Contribuições Patronais	0,00	0,00	0,00	0,00
Civil	0,00	0,00	0,00	0,00
Ativo	0,00	0,00	0,00	0,00
Inativo	0,00	0,00	0,00	0,00
Pensionista	0,00	0,00	0,00	0,00
Militar	0,00	0,00	0,00	0,00
Ativo	0,00	0,00	0,00	0,00
Inativo	0,00	0,00	0,00	0,00
Pensionista	0,00	0,00	0,00	0,00
Receita Patrimonial	0,00	0,00	0,00	0,00
Receitas Imobiliárias	0,00	0,00	0,00	0,00
Receitas de Valores Mobiliários	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas Patrimoniais	0,00	0,00	0,00	0,00
Receita de Serviços	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00
Compensação Previdenciária do RGPS para o RPPS	0,00	0,00	0,00	0,00
Aportes Periódicos para Amortização de Déficit Atuarial do RPPS (II)	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Receitas Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITAS DE CAPITAL (III)	0,00	0,00	0,00	0,00
Alienação de Bens, Direitos e Ativos	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização de Empréstimos	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS RPPS - (IV) = (I + III - II)	0,00	0,00	0,00	0,00

DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS		INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS	
			Jan a Jun 2020	Jan a Jun 2019	Jan a Jun 2020	Jan a Jun 2019	Em 2020	Em 2019
Benefícios - Civil	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Aposentadorias	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Pensões	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros Benefícios Previdenciários	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Benefícios - Militar	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Reformas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Pensões	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros Benefícios Previdenciários	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Despesas Previdenciárias	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Compensação Previdenciária do RPPS para o RGPS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Despesas Previdenciárias	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS RPPS (V)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RESULTADO PREVIDENCIÁRIO (VI) = (IV - V)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00		

	RECURSOS RPPS ARRECADADOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES	PREVISÃO ORÇAMENTÁRIA	
VALOR			550.000,00
	RESERVA ORÇAMENTÁRIA DO RPPS	PREVISÃO ORÇAMENTÁRIA	
VALOR			0,00

Plano de Amortização - Contribuição Patronal Suplementar 0,00

Plano de Amortização - Aporte Periódico de Valores Predefinidos 0,00

Outros Aportes para o RPPS 0,00

Recursos para Cobertura de Déficit Financeiro 0,00

BENS E DIREITOS DO RPPS	PERÍODO DE REFERÊNCIA	
	Em 2020	Em 2019
Caixa e Equivalentes de Caixa	0,00	839.404,69
Investimentos e Aplicações	0,00	-76.562,03
Outros Bens e Direitos	0,00	0,00

PLANO FINANCEIRO				
RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS	
			Jan a Jun 2020	Jan a Jun 2019

RECEITAS CORRENTES (VII)

0,00

0,00

0,00

0,00

Receita de Contribuições dos Segurados	0,00	0,00	0,00	0,00
Civil	0,00	0,00	0,00	0,00
Ativo	0,00	0,00	0,00	0,00
Inativo	0,00	0,00	0,00	0,00
Pensionista	0,00	0,00	0,00	0,00
Militar	0,00	0,00	0,00	0,00
Ativo	0,00	0,00	0,00	0,00
Inativo	0,00	0,00	0,00	0,00
Pensionista	0,00	0,00	0,00	0,00
Receita de Contribuições Patronais	0,00	0,00	0,00	0,00
Civil	0,00	0,00	0,00	0,00
Ativo	0,00	0,00	0,00	0,00
Inativo	0,00	0,00	0,00	0,00
Pensionista	0,00	0,00	0,00	0,00
Militar	0,00	0,00	0,00	0,00
Ativo	0,00	0,00	0,00	0,00
Inativo	0,00	0,00	0,00	0,00
Pensionista	0,00	0,00	0,00	0,00
Receita Patrimonial	0,00	0,00	0,00	0,00
Receitas Imobiliárias	0,00	0,00	0,00	0,00
Receitas de Valores Mobiliários	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas Patrimoniais	0,00	0,00	0,00	0,00
Receita de Serviços	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00
Compensação Previdenciária do RGPS para o RPPS	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Receitas Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00

RECEITAS DE CAPITAL (VIII)	0,00	0,00	0,00	0,00
Alienação de Bens, Direitos e Ativos	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização de Empréstimos	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS RPPS - (IX) = (VII + VIII)	0,00	0,00	0,00	0,00

DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS		INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS	
			Jan a Jun 2020	Jan a Jun 2019	Jan a Jun 2020	Jan a Jun 2019	Em 2020	Em 2019
Benefícios - Civil	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Aposentadorias	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Pensões	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros Benefícios Previdenciários	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Benefícios - Militar	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Reformas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Pensões	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros Benefícios Previdenciários	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Despesas Previdenciárias	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

Compensação Previdenciária do RPPS para o RGPS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Despesas Previdenciárias	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS RPPS (X)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RESULTADO PREVIDENCIÁRIO (XI) = (IX - X)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00		
APORTES DE RECURSOS PARA O PLANO FINANCEIRO DO RPPS					APORTES REALIZADOS			

Recursos para Cobertura de Insuficiências Financeiras 0,00

Recursos para Formação de Reserva 0,00

RECEITAS DA ADMINISTRAÇÃO - RPPS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS	
			Jan a Jun 2020	Jan a Jun 2019
RECEITAS CORRENTES	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS RECEITAS DA ADMINISTRAÇÃO RPPS - (XII)	0,00	0,00	0,00	0,00

DESPESAS DA ADMINISTRAÇÃO - RPPS	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS		INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS	
			Jan a Jun 2020	Jan a Jun 2019	Jan a Jun 2020	Jan a Jun 2019	Em 2020	Em 2019
DESPESAS CORRENTES (XIII)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESAS DE CAPITAL (XIV)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS DESPESAS DA ADMINISTRAÇÃO RPPS (XV) = (XIII + XIV)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RESULTADO DA ADMINISTRAÇÃO RPPS (XVI) = (XII – XV)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00		

Nota: Durante o exercício, somente as despesas liquidadas são consideradas executadas. No encerramento do exercício, as despesas não liquidadas inscritas em restos a pagar processados são também consideradas executadas. Dessa forma, para maior transparência, as despesas executadas estão segregadas em:

. a) Despesas liquidadas, consideradas aquelas em que houve a entrega do material ou serviço, nos termos do art. 63 da Lei 4.320/64;

. b) Despesas empenhadas mas não liquidadas, inscritas em Restos a Pagar processados, consideradas liquidadas no encerramento do exercício, por força do art.35, inciso II da Lei 4.320/64.

PREFEITURA MUNICIPAL DE ACORIZAL RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA DEMONSTRATIVO DOS RESULTADOS PRIMÁRIO E NOMINAL ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL PERIODO: JANEIRO A JUNHO 2020/BIMES

PREFEITURA MUNICIPAL DE ACORIZAL

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA **DEMONSTRATIVO DOS RESULTADOS PRIMÁRIO E NOMINAL** ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

PERIODO: Janeiro a Junho 2020/BIMESTRE Maio - Junho

RECEITAS PRIMÁRIAS	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS (a)
		Jan a Jun/2020
RECEITAS CORRENTES (I)	19.270.293,99	8.115.298,13
Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria	1.719.000,00	475.035,74
IPTU	60.000,00	2.221,50
ISS	1.031.000,00	386.720,15
ITBI	50.000,00	68.295,69
IRRF	460.000,00	0,00
Outros Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria	118.000,00	17.798,40
Contribuições	827.300,00	2.423,42
Receita Patrimonial	36.100,00	13.038,39
Aplicações Financeiras (II)	36.100,00	13.038,39
Outras Receitas Patrimoniais	0,00	0,00
Transferências Correntes	16.501.861,47	7.581.414,36
Cota Parte do FPM	7.030.000,00	2.801.381,95
Cota Parte do ICMS	3.200.000,00	1.585.995,25
Cota Parte do IPVA	176.000,00	91.190,28
Cota Parte do ITR	96.000,00	7.067,57
Transferências da LC 87/1996	16.000,00	0,00
Transferências da LC 61/1989	16.000,00	0,00
Transferencias do FUNDEB	2.000.000,00	986.576,34
Outras Transferências Correntes	3.967.861,47	2.109.202,97
Demais Receitas Correntes	186.032,52	43.386,22
Outras Receitas Financeiras (III)	0,00	0,00
Receitas Correntes Restantes	186.032,52	43.386,22
RECEITAS PRIMÁRIAS CORRENTES (IV) = I - II - III	19.234.193,99	8.102.259,74

RECEITAS DE CAPITAL (V)	250.000,00	0,00
Operações de Crédito (VI)	0,00	0,00
Amortização de Empréstimos (VII)	0,00	0,00
Alienação de Bens	0,00	0,00
Receitas de Alienação de Investimentos Temporários (VIII)	0,00	0,00
Receitas de Alienação de Investimentos Permanentes (IX)	0,00	0,00
Outras Alienações de Bens	0,00	0,00
Transferências de Capital	250.000,00	0,00
Convênios	250.000,00	0,00
Outras Transferências de Capital	0,00	0,00
Outras Receitas de Capital	0,00	0,00
Outras Receitas de Capital Não Primárias (X)	0,00	0,00
Outras Receitas de Capital Primárias	0,00	0,00
RECEITAS PRIMÁRIAS DE CAPITAL (XI)=(V-VI-VII-VIII-IX-X)	250.000,00	0,00
RECEITA PRIMÁRIA TOTAL(XII)=(IV+XI)	19.484.193,99	8.102.259,74

DESPESAS CORRENTES (XIII) 17.372.966,00 9.099.906,68 7.492.901,56

Pessoal e Encargos Sociais 6.764.960,52 3.076.914,29 3.006.894,34

Juros e Encargos da Dívida (XIV) 56.313,60 0,00 0,00

Outras Despesas Correntes 10.551.691,88 6.022.992,39 4.486.007,22

DESPESAS PRIMÁRIAS CORRENTES (XV) = (XIII-XIV) 17.316.652,40 9.099.906,68 7.492.901,56

DESPESAS DE CAPITAL (XVI) 2.059.618,04 765.444,44 319.381,25

Investimentos 1.679.618,04 391.497,68 198.044,95

Inversões Financeiras 0,00 0,00 0,00

Concessão de Empréstimos e Financiamentos (XVII) 0,00 0,00 0,00

Aquisição de Título de Capital já Integralizado(XVIII) 0,00 0,00 0,00

Aquisição de Título de Crédito(XIX) 0,00 0,00 0,00

Demais Inversões Financeiras 0,00 0,00 0,00

Amortização da Dívida (XX) 380.000,00 373.946,76 121.336,30

DESPESAS PRIMÁRIAS DE CAPITAL (XXI)=(XVI-XVII-XVIII-XIX-XX) 1.679.618,04 391.497,68 198.044,95

RESERVA DE CONTINGÊNCIA (XXII) 636.182,64 0,00 0,00

DESPESA PRIMÁRIA TOTAL (XXIII)=(XV+XXI+XXII) 19.632.453,08 9.491.404,36 7.690.946,51

6.581.591,08

2.498.402,39

0,00

4.083.188,69

6.581.591,08

291.381,25

170.044,95

0,00

0,00

0,00

0,00

0,00

121.336,30

170.044,95

0,00

6.751.636,03

664.364,84 0,00 0,00

423.120,17 0,00 0,00

0,00 0,00 0,00

241.244,67 0,00 0,00

664.364,84 0,00 0,00

4.353,60 144.469,61 58.469,61

4.353,60 144.469,61 58.469,61

0,00 0,00 0,00

0,00 0,00 0,00

0,00 0,00 0,00

0,00 0,00 0,00

0,00 0,00 0,00

0,00 0,00 0,00

4.353,60 144.469,61 58.469,61

0,00 0,00 0,00

668.718,44 144.469,61 58.469,61

RESULTADO PRIMÁRIO - Acima da Linha (XXIV)=(XIIa - (XXIIIa + XXIIIb + XXIIIc)) 623.435,66

Meta fixada no Anexo de Metas Fiscais da LDO para o exercício de referência -75.890,97

JUROS NOMINAIS	Jan a Jun/2020
	VALOR INCORRIDO
JUROS E ENCARGOS ATIVOS (XXV)	0,00
JUROS E ENCARGOS PASSIVOS (XXVI)	0,00
RESULTADO NOMINAL - Acima da Linha (XXVII) = XXIV + (XXV - XXVI)	623.435,66
META FISCAL PARA O RESULTADO NOMINAL	VALOR CORRENTE
Meta fixada no Anexo de Metas Fiscais da LDO para o exercício de referência	0,00

ABAIXO DA LINHA		
CÁLCULO DO RESULTADO NOMINAL	SALDO	
	Em 31/Dez/2019 (a)	Jan a Jun/2020 (b)
DÍVIDA CONSOLIDADA (XXVIII)	0,00	0,00
DEDUÇÕES (XXIX)	0,00	0,00
Disponibilidade de Caixa	0,00	0,00
Disponibilidade de Caixa Bruta	0,00	0,00
(-)Restos a Pagar Processados (XXX)	1.323.264,33	740.545,89
Demais Haveres Financeiros	0,00	0,00
DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA (XXXI) = (XXVIII - XXIX)	0,00	0,00
RESULTADO NOMINAL - Abaixo da Linha (XXXII) = (XXXIa - XXXIb)		0,00

AJUSTE METODOLÓGICO	Jan a Jun/2020
VARIAÇÃO DO SALDO RPP = (XXXIII) = (XXXa - XXXb)	582.718,44
RECEITA DE ALIENAÇÃO DE INVESTIMENTOS PERMANENTESS (IX)	0,00
PASSIVOS RECONHECIDOS NA DC (XXXIV)	0,00
VARIAÇÃO CAMBIAL (XXXV)	0,00
PAGAMENTO DE PRECATÓRIOS INTEGRANTES DA DC (XXXVI)	0,00
AJUSTES RELATIVOS AO RPPS (XXXVII)	0,00
OUTROS AJUSTES (XXXVIII)	0,00
RESULTADO NOMINAL AJUSTADO - Abaixo da Linha (XXXIX) = (XXXII - XXXIII - IX + XXXIV + XXXV - XXXVI + XXXVII + XXXVIII)	-582.718,44
RESULTADO PRIMÁRIO - Abaixo da Linha (XL) = XXXIX - (XXV - XXVI)	-582.718,44

SALDO DE EXERCÍCIOS ANTERIORES 362.600,09

Recursos Arrecadados em Exercícios Anteriores - RPPS 0,00

Superávit Financeiro Utilizado para Abertura e Reabertura de Créditos Adicionais 362.600,09

RESERVA ORÇAMENTÁRIA DO RPPS 0,00

PREFEITURA MUNICIPAL DE ACORIZAL RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA DEMONSTRATIVO DOS RESTOS A PAGAR POR PODER E ORGÃO ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL PERIODO: JANEIRO A JUNHO 2020/BI

PREFEITURA MUNICIPAL DE ACORIZAL

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

DEMONSTRATIVO DOS RESTOS A PAGAR POR PODER E ORGÃO

ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

PERIODO: Janeiro a Junho 2020/BIMESTRE Maio - Junho

RREO – Anexo 7 (LRF, art. 53, inciso V)

R$ 1

PODER / ORGÃO		RESTOS A PAGAR PROCESSADOS E NÃO PROCESSADOS LIQUIDADOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES					RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS							Saldo Total L = (e + k)
		Inscritos		Pagos (c)	Cancelados (d)	Saldo e = (a+b) - (c+d)	Inscritos		Liquidados (h)	Pagos (i)	Cancelados (j)	Saldo k = (f+g) - (i+j)		
		Exercicios Anteriores (a)	Em 31 de Dezembro 2019 (b)				Exercicios Anteriores (f)	Em 31 de Dezembro 2019 (g)						
	RESTOS A PAGAR (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIOS) (I)	556.156,51	840.612,28	668.718,44	0,00	728.050,35	34.206,45	186.553,46	144.469,61	58.469,61	0,00	162.290,30	890.340,65
02	PODER EXECUTIVO	556.156,51	840.612,28	668.718,44	0,00	728.050,35	34.206,45	186.553,46	144.469,61	58.469,61	0,00	162.290,30	890.340,65
0202	GABINETE DO PREFEITO	37.997,91	41.677,32	41.289,80	0,00	38.385,43	2.662,61	0,00	0,00	0,00	0,00	2.662,61	41.048,04
0203	SECRETARIA MUNICIPAL DE FINANCAS ADMIN. E PLANEJAME	63.212,84	129.204,83	106.639,11	0,00	85.778,56	21.009,10	0,00	0,00	0,00	0,00	21.009,10	106.787,66
0204	SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, CULTURA, DESPORT	122.679,79	320.112,47	286.191,42	0,00	156.600,84	4.097,12	5.800,00	0,00	0,00	0,00	9.897,12	166.497,96
0205	SECRETARIA MUNICIPAL DE SAUDE	126.595,73	161.727,23	135.718,13	0,00	152.604,83	2.045,15	173.925,61	144.469,61	58.469,61	0,00	117.501,15	270.105,98
0206	SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL	51.644,92	20.930,91	19.554,82	0,00	53.021,01	2.340,97	0,00	0,00	0,00	0,00	2.340,97	55.361,98
0207	SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS, TRANSP. E SERVIÇOS URB	109.779,23	70.080,85	75.434,67	0,00	104.425,41	545,00	0,00	0,00	0,00	0,00	545,00	104.970,41
0208	SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE	7.120,14	8.029,87	0,00	0,00	15.150,01	190,01	0,00	0,00	0,00	0,00	190,01	15.340,02
0209	SECRETARIA MUNICIPAL DE TURISMO	22.754,37	2.000,00	0,00	0,00	24.754,37	250,00	0,00	0,00	0,00	0,00	250,00	25.004,37
0210	SECRETARIA MUNICIPAL DE AGUA E ESGOTO	8.171,82	26.316,98	3.890,49	0,00	30.598,31	1.066,49	0,00	0,00	0,00	0,00	1.066,49	31.664,80
0211	SECRETARIA MUNICIPAL DE CONTROLE INTERNO	6.198,75	0,00	0,00	0,00	6.198,75	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	6.198,75
0212	FUNDO MUNICIPAL DE PREVIDENCIA MUNICIPAL - PREVI ACO	1,01	60.531,82	0,00	0,00	60.532,83	0,00	6.827,85	0,00	0,00	0,00	6.827,85	67.360,68
	RESTOS A PAGAR (INTRA-ORÇAMENTÁRIOS) (II)	7.891,18	59.952,80	59.635,47	0,00	8.208,51	0,16	0,00	0,00	0,00	0,00	0,16	8.208,67
02	PODER EXECUTIVO	7.891,18	59.952,80	59.635,47	0,00	8.208,51	0,16	0,00	0,00	0,00	0,00	0,16	8.208,67
	TOTAL (III) = (I + II)	564.047,69	900.565,08	728.353,91	0,00	736.258,86	34.206,61	186.553,46	144.469,61	58.469,61	0,00	162.290,46	898.549,32

FONTE: SCPI - Contabilidade [9.25.25.488], PREFEITURA MUNICIPAL DE ACORIZAL, Data/hora da emissão: 11/jan/2021 13h e 45m" Portaria Nº 91 de 2020 - Mapeamento Atualiza

PREFEITURA MUNICIPAL DE ACORIZAL RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO - MDE - MUNICÍPIOS ORÇAMENTO FISCAL E DA S

PREFEITURA MUNICIPAL DE ACORIZAL

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO - MDE - MUNICÍPIOS

ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

PERIODO: Janeiro a Junho 2020/BIMESTRE Maio - Junho

RECEITAS DO ENSINO				
RECEITA RESULTANTE DE IMPOSTOS (caput do art. 212 da Constituição)	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS	
			JAN A JUN	(c) =(b/a)x100 (%)
1- RECEITA DE IMPOSTOS	1.601.000,00	1.601.000,00	457.237,34	28,56
1.1- Receita Resultante do Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana – IPTU	60.000,00	60.000,00	2.221,50	3,70
1.1.1- IPTU	30.000,00	30.000,00	714,46	2,38
1.1.2- Multas, Juros de Mora, Dívida Ativa e Outros Encargos do IPTU	30.000,00	30.000,00	1.507,04	5,02
1.2- Receita Resultante do Imposto sobre Transmissão Inter Vivos – ITBI	50.000,00	50.000,00	68.295,69	136,59
1.2.1- ITBI	50.000,00	50.000,00	68.295,69	136,59
1.2.2- Multas, Juros de Mora, Dívida Ativa e Outros Encargos do ITBI	0,00	0,00	0,00	0,00
1.3- Receita Resultante do Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza – ISS	1.031.000,00	1.031.000,00	386.720,15	37,51
1.3.1- ISS	1.020.000,00	1.020.000,00	386.720,15	37,91
1.3.2- Multas, Juros de Mora, Dívida Ativa e Outros Encargos do ISS	11.000,00	11.000,00	0,00	0,00
1.4- Receita Resultante do Imposto de Renda Retido na Fonte – IRRF	460.000,00	460.000,00	0,00	0,00
2- RECEITA DE TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS	13.010.000,00	13.010.000,00	5.594.042,76	43,00
2.1- Cota-Parte FPM	8.630.000,00	8.630.000,00	3.491.329,20	40,46
2.1.1- Parcela referente à CF, art. 159, I, alínea b	8.000.000,00	8.000.000,00	3.449.737,09	43,12
2.1.2- Parcela referente à CF, art. 159, I, alínea d	320.000,00	320.000,00	0,00	0,00
2.1.3- Parcela referente à CF, art. 159, I, alínea e	310.000,00	310.000,00	41.592,11	13,42
2.2- Cota-Parte ICMS	4.000.000,00	4.000.000,00	1.979.891,94	49,50
2.3- ICMS-Desoneração – L.C. nº 87/1996	20.000,00	20.000,00	0,00	0,00
2.4- Cota-Parte IPI-Exportação	20.000,00	20.000,00	0,00	0,00
2.5- Cota-Parte ITR	120.000,00	120.000,00	8.834,37	7,36
2.6- Cota-Parte IPVA	220.000,00	220.000,00	113.987,25	51,81
2.7- Cota-Parte IOF-Ouro	0,00	0,00	0,00	0,00
3- TOTAL DA RECEITA DE IMPOSTOS (1 + 2)	14.611.000,00	14.611.000,00	6.051.280,10	41,42

RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS	
			JAN A JUN	(c) =(b/a)x100 (%)
4- RECEITA DA APLICAÇÃO FINANCEIRA DE OUTROS RECURSOS DE IMPOSTOS VINCULADOS AO ENSINO	0,00	0,00	0,00	0,00
5- RECEITA DE TRANSFERÊNCIAS DO FNDE	12.000,00	12.000,00	118,95	0,99
5.1- Transferências do Salário-Educação	0,00	0,00	0,00	0,00
5.2- Transferências Diretas - PDDE	0,00	0,00	0,00	0,00
5.3- Transferências Diretas - PNAE	0,00	0,00	0,00	0,00
5.4 - Transferências Diretas - PNATE	0,00	0,00	0,00	0,00
5.5- Outras Transferências do FNDE	10.000,00	10.000,00	0,00	0,00
5.6- Aplicação Financeira dos Recursos do FNDE	2.000,00	2.000,00	118,95	5,95
6- RECEITA DE TRANSFERÊNCIAS DE CONVÊNIOS	0,00	0,00	0,00	0,00
6.1- Transferências de Convênios	0,00	0,00	0,00	0,00
6.2- Aplicação Financeira dos Recursos de Convênios	0,00	0,00	0,00	0,00
7- RECEITA DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO	0,00	0,00	0,00	0,00
8- OUTRAS RECEITAS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO	250.000,00	250.000,00	64.139,89	25,66
9- TOTAL DAS RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO (4 + 5 + 6 + 7 + 8)	262.000,00	262.000,00	64.258,84	24,53

	FUNDEB				
	RECEITAS DO FUNDEB	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS	
				JAN A JUN (b)	(c) =(b/a)x100 (%)
	10- RECEITAS DESTINADAS AO FUNDEB	2.476.000,00	2.476.000,00	1.108.407,71	44,77
	10.1- Cota-Parte FPM Destinada ao FUNDEB – (20% de 2.1.1)	1.600.000,00	1.600.000,00	689.947,25	43,12
	10.2- Cota-Parte ICMS Destinada ao FUNDEB – (20% de 2.2)	800.000,00	800.000,00	393.896,69	49,24
	10.3- ICMS-Desoneração Destinada ao FUNDEB – (20% de 2.3)	4.000,00	4.000,00	0,00	0,00
	10.4- Cota-Parte IPI-Exportação Destinada ao FUNDEB – (20% de 2.4)	4.000,00	4.000,00	0,00	0,00
	10.5- Cota-Parte ITR Destinados ao FUNDEB – (20% de 2.5)	24.000,00	24.000,00	1.766,80	7,36
	10.6- Cota-Parte IPVA Destinada ao FUNDEB – (20% de 2.6)	44.000,00	44.000,00	22.796,97	51,81
	11- RECEITAS RECEBIDAS DO FUNDEB	2.009.000,00	2.009.000,00	986.820,02	49,12
	11.1- Transferências de Recursos do FUNDEB	2.000.000,00	2.000.000,00	986.576,34	49,33
	11.2- Complementação da União ao FUNDEB	0,00	0,00	0,00	0,00

	11.3- Receita de Aplicação Financeira dos Recursos do FUNDEB	9.000,00	9.000,00	243,68	2,71
	12- RESULTADO LÍQUIDO DAS TRANSFERÊNCIAS DO FUNDEB (11.1 – 10)	-476.000,00	-476.000,00	-121.831,37	25,59

DESPESAS DO FUNDEB	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (d)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS		INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (i)
			JAN A JUN (e)	% (f)=(e/d)x100	JAN A JUN (g)	% (h)=(g/d)x100	
13- PAGAMENTO DOS PROFISSIONAIS DO MAGISTÉRIO	1.694.700,00	1.503.708,00	480.097,70	31,93	480.097,70	31,93	0,00
13.1- Com Educação Infantil	694.700,00	503.708,00	14.709,69	2,92	14.709,69	2,92	0,00
13.2- Com Ensino Fundamental	1.000.000,00	1.000.000,00	465.388,01	46,54	465.388,01	46,54	0,00
14- OUTRAS DESPESAS	314.300,00	518.999,00	486.218,63	93,68	486.218,63	93,68	0,00
14.1- Com Educação Infantil	62.200,00	265.084,00	260.882,37	98,41	260.882,37	98,41	0,00
14.2- Com Ensino Fundamental	252.100,00	253.915,00	225.336,26	88,74	225.336,26	88,74	0,00
15- TOTAL DAS DESPESAS DO FUNDEB (13 + 14)	2.009.000,00	2.022.707,00	966.316,33	47,77	966.316,33	47,77	0,00

16- RESTOS A PAGAR INSCRITOS NO EXERCÍCIO SEM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS DO FUNDEB 0,00

16.1 - FUNDEB 60% 0,00

16.2 - FUNDEB 40% 0,00

17- DESPESAS CUSTEADAS COM O SUPERÁVIT FINANCEIRO, DO EXERCÍCIO ANTERIOR, DO FUNDEB 0,00

17.1 - FUNDEB 60% 0,00

17.2 - FUNDEB 40% 0,00

18- TOTAL DAS DEDUÇÕES CONSIDERADAS PARA FINS DE LIMITE DO FUNDEB (16 + 17) 0,00 19 - TOTAL DAS DESPESAS DO FUNDEB PARA FINS DE LIMITE (15 - 18) 966.316,33 19.1 - Mínimo de 60% do FUNDEB na Remuneração do Magistério1 (13 - (16.1 + 17.1)) / (11) x 100) % 48,65 19.2 - Máximo de 40% em Despesa com MDE, que não Remuneração do Magistério (14 - (16.2 + 17.2)) / (11) x 100) % 49,27 19.3 - Máximo de 5% não Aplicado no Exercício (100 - (19.1 +19.2)) % 2,08 20 – RECURSOS RECEBIDOS DO FUNDEB EM 2019 QUE NÃO FORAM UTILIZADOS -58.831,54 21 – DESPESAS CUSTEADAS COM O SALDO DO ITEM 20 ATÉ O 1º TRIMESTRE DE 2020 0,00

DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO – MDE - CUSTEADAS COM A RECEITA RESULTANTE DE IMPOSTOS E RECURSOS DO FUNDEB							
DESPESAS COM AÇÕES TÍPICAS DE MDE	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (d)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS		INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (i)
			JAN A JUN (e)	% (f)=(e/d)x100	JAN A JUN (g)	% (h)=(g/d)x100	
22- EDUCAÇÃO INFANTIL	933.000,00	899.892,00	286.036,13	31,79	275.592,06	30,63	0,00
22.1 - Creche	208.300,00	381.184,00	263.811,64	69,21	260.882,37	68,44	0,00
22.1.1- Despesas Custeadas com Recursos do FUNDEB	62.200,00	265.084,00	260.882,37	98,41	260.882,37	98,41	0,00
22.1.2- Despesas Custeadas com Outros Recursos de Impostos	146.100,00	116.100,00	2.929,27	2,52	0,00	0,00	0,00
22.2 - Pré-escola	724.700,00	518.708,00	22.224,49	4,28	14.709,69	2,84	0,00
22.2.1- Despesas Custeadas com Recursos do FUNDEB	694.700,00	503.708,00	14.709,69	2,92	14.709,69	2,92	0,00
22.2.2- Despesas Custeadas com Outros Recursos de Impostos	30.000,00	15.000,00	7.514,80	50,10	0,00	0,00	0,00
23- ENSINO FUNDAMENTAL	2.973.445,24	3.049.715,19	1.622.340,12	53,20	1.393.365,06	45,69	0,00
23.1- Despesas Custeadas com Recursos do FUNDEB	1.252.100,00	1.253.915,00	690.724,27	55,09	690.724,27	55,09	0,00
23.2- Despesas Custeadas com Outros Recursos de Impostos	1.721.345,24	1.795.800,19	931.615,85	51,88	702.640,79	39,13	0,00
24- ENSINO MÉDIO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
25- ENSINO SUPERIOR	10.000,00	10.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
26- ENSINO PROFISSIONAL NÃO INTEGRADO AO ENSINO REGULAR	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
27- OUTRAS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
28- TOTAL DAS DESPESAS COM AÇÕES TÍPICAS DE MDE (22 + 23 + 24 + 25 + 26 + 27)	3.916.445,24	3.959.607,19	1.908.376,25	48,20	1.668.957,12	42,15	0,00

29- RESULTADO LÍQUIDO DAS TRANSFERÊNCIAS DO FUNDEB = (12) 30- DESPESAS CUSTEADAS COM A COMPLEMENTAÇÃO DO FUNDEB NO EXERCÍCIO 31- DESPESAS CUSTEADAS COM O SUPERÁVIT FINANCEIRO, DO EXERCÍCIO ANTERIOR, DO FUNDEB 32- DESPESAS CUSTEADAS COM O SUPERÁVIT FINANCEIRO, DO EXERCÍCIO ANTERIOR, DE OUTROS RECURSOS DE IMPOSTOS 33- RESTOS A PAGAR INSCRITOS NO EXERCÍCIO SEM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS DE IMPOSTOS VINCULADOS AO ENSINO 34- CANCELAMENTO, NO EXERCÍCIO, DE RESTOS A PAGAR INSCRITOS COM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS DE IMPOSTOS VINCULADOS AO ENSINO = (44 j) 35- TOTAL DAS DEDUÇÕES CONSIDERADAS PARA FINS DE LIMITE CONSTITUCIONAL (29 + 30 + 31 + 32 + 33 + 34) 36- TOTAL DAS DESPESAS PARA FINS DE LIMITE ((22 + 23) – (35)) 37- PERCENTUAL DE APLICAÇÃO EM MDE SOBRE A RECEITA LÍQUIDA DE IMPOSTOS ((36) / (3) x 100) % 6 - LIMITE CONSTITUCIONAL 25%

-121.831,37

0,00

0,00

0,00

0,00

0,00

-121.831,37

1.790.788,49

29,59

OUTRAS INFORMAÇÕES PARA CONTROLE							
OUTRAS DESPESAS CUSTEADAS COM RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (d)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS		INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (i)
			JAN A JUN (e)	% (f)=(e/d)x100	JAN A JUN (g)	% (h)=(g/d)x100	
38- DESPESAS CUSTEADAS COM A APLICAÇÃO FINANCEIRA DE OUTROS RECURSOS DE IMPOSTOS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
VINCULADOS AO ENSINO							
39- DESPESAS CUSTEADAS COM A CONTRIBUIÇÃO SOCIAL DO SALÁRIO-EDUCAÇÃO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
40- DESPESAS CUSTEADAS COM OPERAÇÕES DE CRÉDITO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
41- DESPESAS CUSTEADAS COM OUTRAS RECEITAS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO	558.354,76	390.354,76	155.265,97	39,78	112.656,77	28,86	0,00
42- TOTAL DAS DESPESAS CUSTEADAS COM RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DO	558.354,76	390.354,76	155.265,97	39,78	112.656,77	28,86	0,00
ENSINO (38+ 39 + 40 + 41))							
43- TOTAL GERAL DAS DESPESAS COM EDUCAÇÃO (28 + 42)	4.474.800,00	4.349.961,95	2.063.642,22	47,44	1.781.613,89	40,96	0,00

RESTOS A PAGAR INSCRITOS COM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS DE IMPOSTOS VINCULADOS AO ENSINO	SALDO ATÉ O BIMESTRE	CANCELADO EM '2020' (j)
44- RESTOS A PAGAR DE DESPESAS COM MDE	39.148,02	0,00
44.1 - Executadas com Recursos de Impostos Vinculados ao Ensino	26.236,15	0,00
44.2 - Executadas com Recursos do FUNDEB	12.911,87	0,00

CONTROLE DA DISPONIBILIDADE	FINANCEIRA	FUNDEB	SALÁRIO EDUCAÇÃO
45- DISPONIBILIDADE FINANCEIRA EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019	102.029,67		15.391,06
46- (+) INGRESSO DE RECURSOS ATÉ O BIMESTRE (Orçamentário)	986.576,34		68.759,08
47- (-) PAGAMENTOS EFETUADOS ATÉ O BIMESTRE	867.603,52		0,00
47.1 (-) Orçamento do Exercício	719.654,18		0,00
47.2 (-) Restos a Pagar	147.949,34		0,00
48- (+) RECEITA DE APLICAÇÃO FINANCEIRA DOS RECURSOS ATÉ O BIMESTRE	243,68		0,00
49- (=) DISPONIBILIDADE FINANCEIRA ATÉ O BIMESTRE	221.246,17		84.150,14
50- (+) AJUSTES	0,00		0,00
50.1 (+) Retenções	0,00		0,00
50.2 (-) Valores a recuperar	0,00		0,00
50.3 (+) Outros valores extraorçamentários	0,00		0,00
50.4 (+) Conciliação Bancária	0,00		0,00
51- (=) SALDO FINANCEIRO CONCILIADO	221.246,17		84.150,14

1) Limites mínimos anuais a serem cumpridos no encerramento do exercício. 2) Art. 21, § 2º, Lei 11.494/2007: “Até 5% dos recursos recebidos à conta dos Fundos, inclusive relativos à complementação da União recebidos nos termos do §1º do art. 6º desta Lei, poderão ser utilizados no 1º trimestre do exercício imediatamente subseqüente, mediante abertura de crédito adicional.” 3) Caput do artigo 212 da CF/1988 4) Os valores referentes à parcela dos Restos a Pagar inscritos sem disponibilidade financeira vinculada à educação deverão ser informados somente no RREO do último bimestre do exercício. 5) Limites mínimos anuais a serem cumpridos no encerramento do exercício, no âmbito de atuação prioritária, conforme LDB, art. 11, V. 6) Nos cinco primeiros bimestres do exercício o acompanhamento poderá ser feito com base na despesa empenhada ou na despesa 7) Essa coluna poderá ser apresentada somente no último bimestre

PREFEITURA MUNICIPAL DE ACORIZAL RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS OP. CRÉDITO E DESPESA DE CAPITAL ORÇAMENTOS FISCAIS E DA SEGURIDADE SOCIAL PERIODO: JANEIRO A J

PREFEITURA MUNICIPAL DE ACORIZAL

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA **DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS OP. CRÉDITO E DESPESA DE CAPITAL** ORÇAMENTOS FISCAIS E DA SEGURIDADE SOCIAL

PERIODO: Janeiro a Junho 2020/BIMESTRE Maio - Junho

RREO – ANEXO 9 (LRF, art.53, § 1º, inciso I)

R$ 1

RECEITAS	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS JAN A JUN (b)	SALDO NÃO REALIZADO (c) = (a-b)
RECEITAS DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO (I)	0,00	0,00	0,00

DESPESAS	DOTAÇÃO ATUALIZADA (d)	DESPESAS EMPENHADAS JAN A JUN (e)	SALDO NÃO EXECUTADO (f) = (d-e)
DESPESAS DE CAPITAL	2.059.618,04	765.444,44	1.294.173,60
Investimentos	1.679.618,04	391.497,68	1.288.120,36
Inversões Financeiras	0,00	0,00	0,00

Amortização da Dívida	380.000,00	373.946,76	6.053,24
(-) Incentivos Fiscais a Contribuinte	0,00	0,00	0,00
(-) Incentivos Fiscais a Contribuinte por Instituições Financeiras	0,00	0,00	0,00
DESPESA DE CAPITAL LÍQUIDA (II)	2.059.618,04	765.444,44	1.294.173,60

RESULTADO PARA APURAÇÃO DA REGRA DE OURO (III) = (II – I)	2.059.618,04 <(d - a)>	765.444,44 <(e - b)>	1.294.173,60 <(f - c)>

Notas:

1 < Operações de Crédito descritas na CF, art. 167, inciso III> 2 Durante o exercício, somente as despesas liquidadas são consideradas executadas. No encerramento do exercício, as despesas não liquidadas inscritas em restos a pagar não processados são também consideradas executadas. Dessa forma, para maior transparência, as despesas executadas estão segregadas em: a) Despesas liquidadas, consideradas aquelas em que houve a entrega do material ou serviço, nos termos do art. 63 da Lei 4.320/64; b) Despesas empenhadas, mas não liquidadas, inscritas em Restos a Pagar não processados, consideradas liquidadas no encerramento do exercício, por força do art.35, inciso II da Lei 4.320/64.

FONTE: SCPI - Contabilidade [9.25.25.488], PREFEITURA MUNICIPAL DE ACORIZAL, Data/hora da emissão: 11/jan/2021 13h e 45mP"ortaria Nº 91 de 2020 - Mapeamento Atualizado 02/2020

PREFEITURA MUNICIPAL DE ACORIZAL ORÇAMENTOS FISCAIS E DA SEGURIDADE SOCIAL RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA DEMONSTRATIVO DA RECEITA DE ALIENAÇÃO DE ATIVOS E APLICAÇÕES DE RECURSOS PERIODO:

PREFEITURA MUNICIPAL DE ACORIZAL

ORÇAMENTOS FISCAIS E DA SEGURIDADE SOCIAL

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

DEMONSTRATIVO DA RECEITA DE ALIENAÇÃO DE ATIVOS E APLICAÇÕES DE RECURSOS

PERIODO: Janeiro a Agosto

RREO – ANEXO 11(LRF, art. 53, § 1º, inciso III)

R$ 1

PREVISÃO RECEITAS ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS (b)	SALDO A REALIZAR (a-b)	
RECEITAS DE ALIENAÇÃO DE ATIVOS (I)	0,00	0,00	0,00
Receita de Alienação de Bens Móveis	0,00	0,00	0,00
Receita de Alienação de Bens Imóveis	0,00	0,00	0,00
Receita de Alienação de Bens Intangíveis	0,00	0,00	0,00
Receita de Rendimentos de Aplicações Financeiras	0,00	0,00	0,00

DOTAÇÃO DESPESAS ATUALIZADA (d)		DESPESAS EMPENHADAS	DESPESAS LIQUIDADAS	DESPESAS PAGAS (e)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS	PAGAMENTOS DE RESTOS A PAGAR (f)	SALDO A PAGAR (g)=(d-e)
APLICAÇÃO DOS RECURSOS DA ALIENAÇÃO DE ATIVOS (II)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Investimentos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Inversões Financeiras	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas Correntes dos Regimes de Previdência	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Regime Próprio dos Servidores Públicos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

VALOR (III)

0,00

0,00

0,00

Nota: Durante o exercício, somente as despesas liquidadas são consideradas executadas. No encerramento do exercício, as despesas não liquidadas inscritas em restos a pagar não processados são também consideradas executadas. Dessa forma, para maior transparência, as despesas executadas estão segregadas em:

. a) Despesas liquidadas, consideradas aquelas em que houve a entrega do material ou serviço, nos termos do art. 63 da Lei 4.320/64;

. b) Despesas empenhadas mas não liquidadas, inscritas em Restos a Pagar não processados, consideradas liquidadas no encerramento do exercício, por força do art.35, inciso II da Lei 4.320/64.

FONTE: SCPI - Contabilidade [9.25.25.488], PREFEITURA MUNICIPAL DE ACORIZAL, Data/hora da emissão: 11/jan/2021 13h e 45m" Portaria Nº 91 de 2020 - Mapeamento Atualizado 02/202

PREFEITURA MUNICIPAL DE ACORIZAL RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA DEMONSTRATIVO SIMPLIFICADO DO

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL 1

PREFEITURA MUNICIPAL DE ACORIZAL

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

DEMONSTRATIVO SIMPLIFICADO DO RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

1 de 2 PERIODO: Janeiro a Junho 2020/BIMESTRE Maio - Junho

LRF, Art. 48 – Anexo 14 R$ 1

BALANÇO ORÇAMENTÁRIO Até o Bimestre

RECEITAS -

Previsão Inicial 19.766.000,00 -

Previsão Atualizada 19.787.393,99 -

Receitas Realizadas 8.115.298,13 -

Déficit Orçamentário 100.580,55 -

Saldos de Exercícios Anteriores (Utilizados para Créditos Adicionais) 362. 600,09 -

BALANÇO ORÇAMENTÁRIO - DESPESAS Até o Bimestre

DESPESAS -

Dotação Inicial 20.316.000,00 -

Créditos Adicionais 383.994,08 -

Dotação Atualizada 20.699.994,08 -

Despesas Empenhadas 10.268.946,99 -

Despesas Liquidadas 8.215.878,68 -

Despesas Pagas 6.982.328,47 -

Superávit Orçamentário 0,00 -

DESPESAS POR FUNÇÃO / SUBFUNÇÃO Até o Bimestre

Despesas Empenhadas 10.273.000,98 -

Despesas Liquidadas 8.219.932,67 -

RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL Até o Bimestre

Receita Corrente Líquida 18.009.334,47 -

Receita Corrente Líquida Ajustada para Cálculo dos Limites de Endividamento 18.009.334,47 -

Receita Corrente Líquida Ajustada para Cálculo dos Limites da Despesa com Pessoal 18.009.334,47 -

RECEITAS/DESPESAS DOS REGIMES DE PREVIDÊNCIA Até o Bimestre

Regime Próprio de Previdência dos Servidores - PLANO PREVIDENCIÁRIO -

Receitas Previdenciárias Realizadas 0,00 -

Despesas Previdenciárias Empenhadas 0,00 -

Despesas Previdenciárias Liquidadas 0,00 -

Resultado Previdenciário 0,00 -

Regime Próprio de Previdência dos Servidores - PLANO FINANCEIRO -

Receitas Previdenciárias Realizadas 0,00 -

Despesas Previdenciárias Empenhadas 0,00 -

Despesas Previdenciárias Liquidadas 0,00 -

Resultado Previdenciário 0,00 -

Meta Fixada no Resultado % em Relação

Anexo de Metas Apurado até à Meta

RESULTADO NOMINAL E PRIMÁRIO Fiscais da LDO o Bimestre

(a) (b) (b/a)

Resultado Nominal - Acima da Linha 0,00 623.435,66 0,00

Resultado Primário - Acima da Linha -75.890,97 623.435,66 -821,49

Inscrição Cancelamento Pagamento Saldo

MOVIMENTAÇÃO DOS RESTOS A PAGAR Até o Bimestre Até o Bimestre a Pagar

RESTOS A PAGAR PROCESSADOS 1.464.612,77 0,00 728.353,91 736. 258,86

Poder Executivo 1.464.612,77 0,00 728.353,91 736.258,86

Poder Legislativo 0,00 0,00 0,00 0,00

Poder Judiciário 0,00 0,00 0,00 0,00

Ministério Público 0,00 0,00 0,00 0,00

Defensoria Pública 0,00 0,00 0,00 0,00

RESTOS A PAGAR NÃO-PROCESSADOS 220.760,07 0,00 58.469,61 162.290,46

Poder Executivo 220.760,07 0,00 58.469,61 162.290,46

Poder Legislativo 0,00 0,00 0,00 0,00

Poder Judiciário 0,00 0,00 0,00 0,00

Ministério Público 0,00 0,00 0,00 0,00

Defensoria Pública 0,00 0,00 0,00 0,00

TOTAL 1.685.372,84 0,00 786.823,52 898.549,32

PREFEITURA MUNICIPAL DE ACORIZAL

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

DEMONSTRATIVO SIMPLIFICADO DO RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

2 de 2 PERIODO: Janeiro a Junho 2020/BIMESTRE Maio - Junho

LRF, Art. 48 – Anexo 14 R$ 1

Valor Apurado Limites Constitucionais Anuais

DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO - MDE até o Bimestre % Mínimo a Aplicar % Aplicado até o Bimestre

Mínimo Anual de 25% das Receitas de Impostos na Manutenção e Desenvolvimento do Ensino 1.790.788,49 25,00 29,59

Mínimo Anual de 60% do FUNDEB na Remuneração do Magistério com Ensino Fundamental e Médio 0,00 0,00 0,00

Mínimo Anual de 60% do FUNDEB na Remuneração do Magistério com Educação Infantil e Ensino Fundamen 480.097,70 60,00 48,65

Complementação da União ao FUNDEB 0,00 0,00 0,00

RECEITAS DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO E DESPESAS DE CAPITAL Valor Apurado até o Bimestre Saldo Não Realizado

Receita de Operação de Crédito 0,00 0,00

Despesa de Capital Líquida 765.444,44 1.294.173,60

RECEITA DA ALIENAÇÃO DE ATIVOS E APLICAÇÃO DOS RECURSOS Valor apurado até o Bimestre Saldo a Realizar

Receita de Capital Resultante da Alienação de Ativos 0,00 0,00

Aplicação dos Recursos da Alienação de Ativos 0,00 0,00

Valor Apurado Limite Constitucional Anual

DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE até o Bimestre % Mínimo a Aplicar % Aplicado até o Bimestre

no Exercício

Despesas com Ações e Serviços Públicos de Saúde executadas com recursos de impostos 2.001.715,97 15,00 33,31

DESPESAS DE CARÁTER CONTINUADO DERIVADAS DE PPP Valor Apurado no Exercício Corrente

Total das Despesas Consideradas para o Limite / RCL (%) 0,00

PREFEITURA MUNICIPAL DE ACORIZAL RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA DEMONSTRATIVO DA RECEITA CORRENTE LÍQUIDA ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL JUL/2019 A JUN/2020

PREFEITURA MUNICIPAL DE ACORIZAL

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA **DEMONSTRATIVO DA RECEITA CORRENTE LÍQUIDA** ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL JUL/2019 A JUN/2020

RREO – ANEXO 3 (LRF, Art. 53, inciso I)

R$ 1

ESPECIFICAÇÃO	EVOLUÇÃO DA RECEITA REALIZADA NOS ÚLTIMOS 12 MESES												TOTAL (ÚLTIMOS 12 MESES)	PREVISÃO ATUALIZADA
	JUL/ 2019	AGO/ 2019	SET/ 2019	OUT/ 2019	NOV/ 2019	DEZ/ 2019	JAN/ 2020	FEV/ 2020	MAR/ 2020	ABR/ 2020	MAI/ 2020	JUN/ 2020		
RECEITAS CORRENTES (I)	2.196. 894,65	1.383. 220,58	1.258. 145,32	1.490. 315,66	1.624. 909,78	3.348. 541,83	1.501. 729,82	1.641. 876,77	1.567. 822,47	1.404. 453,58	1.332. 303,30	1.775. 519,90	20.525.733,66	21.746. 293,99
Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria	102. 685,32	108. 744,50	116. 975,23	179. 168,26	130. 249,38	154. 393,10	166. 328,16	50. 221,16	89. 466,35	45. 266,72	64. 749,79	59. 003,56	1.267.251,53	1.719.000,00
IPTU	2. 199,55	13. 352,93	8. 780,85	2. 662,33	1. 084,44	1. 550,87	1. 182,29	614,42	282,40	142,39	0,00	0,00	31.852,47	60.000,00
ISS	88. 280,76	81. 387,49	89. 438,90	168. 857,04	94. 893,48	53. 116,62	152. 889,83	43. 170,24	55. 833,37	41. 508,63	49. 863,18	43. 454,90	962.694,44	1.031.000,00
ITBI	7. 297,04	7. 660,00	15. 700,00	4. 100,00	30. 790,26	4. 267,00	5. 659,62	978,46	31. 709,64	1. 510,00	13. 621,32	14. 816,65	138.109,99	50.000,00
IRRF	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	94. 971,57	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	94.971,57	460.000,00
Outros Impostos, Taxas e Contribuições de	4. 907,97	6. 344,08	3. 055,48	3. 548,89	3. 481,20	487,04	6. 596,42	5. 458,04	1. 640,94	2. 105,70	1. 265,29	732,01	39.623,06	118.000,00
Melhoria														
Contribuições	41,86	3. 991,19	0,00	3,28	307,93	313. 859,14	0,00	0,00	0,00	0,00	2. 423,42	0,00	320.626,82	827.300,00
Receita Patrimonial	2. 228,65	3. 005,62	3. 123,92	2. 728,10	7. 274,83	27. 475,10	8. 434,71	1. 520,96	1. 301,48	568,70	602,18	610,36	58.874,61	36.100,00
Rendimentos de Aplicação Financeira	2. 228,65	3. 005,62	3. 123,92	2. 728,10	7. 274,83	27. 475,10	8. 434,71	1. 520,96	1. 301,48	568,70	602,18	610,36	58.874,61	36.100,00
Outras Receitas Patrimoniais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Receita Agropecuária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Receita Industrial	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Receita de Serviços	10. 870,10	9. 246,26	10. 478,78	10. 261,45	3. 867,92	4. 616,35	8. 550,32	9. 509,37	11. 287,07	5. 661,38	3. 509,66	4. 868,42	92.727,08	150.000,00
Transferências Correntes	2.081. 068,72	1.258. 233,01	1.127. 567,39	1.298. 154,57	1.483. 209,72	2.848. 198,14	1.318. 416,63	1.580. 625,28	1.465. 767,57	1.352. 956,78	1.261. 018,25	1.711. 037,56	18.786.253,62	18.977. 861,47
Cota Parte do FPM	746. 952,35	545. 224,28	485. 330,02	446. 809,32	606. 384,17	1.033. 784,91	606. 292,89	876. 066,17	512. 260,15	543. 720,44	525. 337,03	427. 652,52	7.355.814,25	8.630.000,00
Cota Parte do ICMS	343. 355,53	297. 846,97	261. 480,05	386. 102,69	320. 776,23	497. 452,01	332. 775,50	302. 924,08	452. 336,42	285. 145,63	267. 292,54	339. 417,77	4.086.905,42	4.000.000,00
Cota Parte do IPVA	20. 494,22	9. 304,60	18. 750,91	9. 838,55	4. 122,68	4. 877,80	27. 155,15	14. 855,97	21. 390,84	13. 393,36	14. 694,74	22. 497,19	181.376,01	220.000,00
Cota Parte do ITR	867,87	168,26	2. 926,81	26. 416,66	2. 409,39	5. 873,13	3. 926,63	591,79	2. 133,78	119,80	1. 871,29	191,08	47.496,49	120.000,00
Transferências da LC 87/ 1996	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	20.000,00
Transferências da LC 61/ 1989	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	20.000,00
Transferencias do FUNDEB	166. 585,20	151. 768,33	135. 621,44	188. 725,95	163. 990,75	240. 324,85	168. 908,85	176. 593,06	205. 791,87	139. 736,66	137. 597,98	157. 947,92	2.033.592,86	2.000.000,00
Outras Transferências Correntes	802. 813,55	253. 920,57	223. 458,16	240. 261,40	385. 526,50	1.065. 885,44	179. 357,61	209. 594,21	271. 854,51	370. 840,89	314. 224,67	763. 331,08	5.081.068,59	3.967.861,47
Outras Receitas Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	36.032,52
DEDUÇÕES (II)	162. 792,63	170. 508,76	153. 697,46	173. 833,34	186. 738,39	560. 420,90	193. 875,46	238. 318,44	197. 183,23	159. 809,49	161. 554,52	157. 666,57	2.516.399,19	3.223.400,00
Contribuição do Servidor para o Plano de	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	313. 848,92	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	313.848,92	747.300,00
Previdência														
Compensação Financeira entre Regimes de	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	100,00
Previdência														
Dedução de Receita para Formação do Fundeb	162. 792,63	170. 508,76	153. 697,46	173. 833,34	186. 738,39	246. 571,98	193. 875,46	238. 318,44	197. 183,23	159. 809,49	161. 554,52	157. 666,57	2.202.550,27	2.476.000,00

RECEITA CORRENTE LÍQUIDA (I)-(II)

2.034.102,02

1.212.711,82 1.104.447,86

1.316.482,32

1.438.171,39

2.788.120,93

1.307.854,36

1.403.558,33

1.370.639,24

1.244.644,09

1.170.748,78

1.617.853,33 18.009.334,47 18.522.893,99

(-) Transferências obrigatórias da União relativas às emendas individuais (art. 166-A, § 1º, da CF) (IV)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA AJUSTADA PARA PARA CÁLCULO DOS LIMITES DE ENDIVIDAMENTO (V) = (III - IV)	2.034.102,02	1.212.711,82	1.104.447,86	1.316.482,32	1.438.171,39	2.788.120,93	1.307.854,36	1.403.558,33	1.370.639,24	1.244.644,09	1.170.748,78	1.617.853,33	18.009.334,47	18.522.893,99
(-) Transferências obrigatórias da União relativas às emendas de bancada (art. 166, § 16, da CF) (VI)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA AJUSTADA PARA CÁLCULO DOS LIMITES DA DESPESA COM PESSOAL (VII) = (V - VI)	2.034.102,02	1.212.711,82	1.104.447,86	1.316.482,32	1.438.171,39	2.788.120,93	1.307.854,36	1.403.558,33	1.370.639,24	1.244.644,09	1.170.748,78	1.617.853,33	18.009.334,47	18.522.893,99

PREFEITURA MUNICIPAL DE ACORIZAL RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA BALANÇO ORÇAMENTÁRIO ORÇAMENTOS FISCAIS E DA SEGURIDADE SOCIAL - PERIODO: JANEIRO A AGOSTO 2020/BIMESTRE JUL

PREFEITURA MUNICIPAL DE ACORIZAL

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

BALANÇO ORÇAMENTÁRIO

ORÇAMENTOS FISCAIS E DA SEGURIDADE SOCIAL

1 de 6 PERIODO: Janeiro a Agosto 2020/BIMESTRE Julho - Agosto

RREO – ANEXO 1 (LRF, Art. 52, inciso I, alíneas “a” e “b” do inciso II e § 1º) R$ 1

PREVISÃO PREVISÃO RECEITAS REALIZADAS SALDO

RECEITAS INICIAL ATUALIZADA BIMESTRE % JAN A AGO % A REALIZAR

(a) (b) (b/a) (c) (c/a) (a-c)

RECEITAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I) 19.498.900,00 19.950.642,99 3.999.098,88 20,04 12.114.397,01 60,72 7.836.245,98

RECEITAS CORRENTES 19.248.900,00 19.700.642,99 3.999.098,88 20,30 12.114.397,01 61,49 7.586.245,98

IMPOSTOS, TAXAS E CONTRIBUIÇÕES DE 1.719.000,00 1.719.000,00 123.205,20 7,17 598.240,94 34,80 1.120.759,06

MELHORIA

Impostos 1.601.000,00 1.601.000,00 121.706,05 7,60 579.705,96 36,21 1.021.294,04

Taxas 118.000,00 118.000,00 1.499,15 1,27 18.534,98 15,71 99.465,02

Contribuição de Melhoria 0,00 0,00 0,00 0,00 0,00 0,00 0,00

CONTRIBUIÇÕES 827.300,00 827.300,00 74,85 0,01 2.498,27 0,30 824.801,73

Contribuições Sociais 747.300,00 747.300,00 0,00 0,00 0,00 0,00 747.300,00

Contribuições Econômicas 0,00 0,00 0,00 0,00 0,00 0,00 0,00

Contribuições para Entidades Privadas de Serviço 0,00 0,00 0,00 0,00 0,00 0,00 0,00

Social e de Formação Profissional

Contribuição para o Custeio do Serviço de Iluminação 80.000,00 80.000,00 74,85 0,09 2.498,27 3,12 77.501,73

Pública

RECEITA PATRIMONIAL 36.100,00 36.100,00 -6.133,57 -16,99 6.904,82 19,13 29.195,18

Exploração do Patrimônio Imobiliário do Estado 0,00 0,00 0,00 0,00 0,00 0,00 0,00

Valores Mobiliários 36.100,00 36.100,00 -6.133,57 -16,99 6.904,82 19,13 29.195,18

Delegação de Serviços Públicos Mediante Concessão, 0,00 0,00 0,00 0,00 0,00 0,00 0,00

Permissão, Autorização ou Licença

Exploração de Recursos Naturais 0,00 0,00 0,00 0,00 0,00 0,00 0,00

Exploração do Patrimônio Intangível 0,00 0,00 0,00 0,00 0,00 0,00 0,00

Cessão de Direitos 0,00 0,00 0,00 0,00 0,00 0,00 0,00

Demais Receitas Patrimoniais 0,00 0,00 0,00 0,00 0,00 0,00 0,00

RECEITA AGROPECUÁRIA 0,00 0,00 0,00 0,00 0,00 0,00 0,00

RECEITA INDUSTRIAL 0,00 0,00 0,00 0,00 0,00 0,00 0,00

RECEITA DE SERVIÇOS 150.000,00 150.000,00 35.352,24 23,57 78.738,46 52,49 71.261,54

Serviços Administrativos e Comerciais Gerais 150.000,00 150.000,00 35.352,24 23,57 78.738,46 52,49 71.261,54

Serviços e Atividades Referentes à Navegação e ao 0,00 0,00 0,00 0,00 0,00 0,00 0,00

Transporte

Serviços e Atividades referentes à Saúde 0,00 0,00 0,00 0,00 0,00 0,00 0,00

Serviços e Atividades Financeiras 0,00 0,00 0,00 0,00 0,00 0,00 0,00

Outros Serviços 0,00 0,00 0,00 0,00 0,00 0,00 0,00

TRANSFERÊNCIAS CORRENTES 16.480.467,48 16.932.210,47 3.846.600,16 22,72 11.428.014,52 67,49 5.504.195,95

Transferências da União e de suas Entidades 9.582.467,48 10.034.210,47 2.688.781,45 26,80 7.009.244,22 69,85 3.024.966,25

Transferências dos Estados e do Distrito Federal e de 4.898.000,00 4.898.000,00 837.784,66 17,10 3.112.159,91 63,54 1.785.840,09

suas Entidades

Transferências dos Municípios e de suas Entidades 0,00 0,00 0,00 0,00 0,00 0,00 0,00

Transferências de Instituições Privadas 0,00 0,00 0,00 0,00 0,00 0,00 0,00

Transferências de Outras Instituições Públicas 2.000.000,00 2.000.000,00 320.034,05 16,00 1.306.610,39 65,33 693.389,61

Transferências do Exterior 0,00 0,00 0,00 0,00 0,00 0,00 0,00

Transferências de Pessoas Físicas 0,00 0,00 0,00 0,00 0,00 0,00 0,00

Transferências Provenientes de Depósitos Não 0,00 0,00 0,00 0,00 0,00 0,00 0,00

Identificados

OUTRAS RECEITAS CORRENTES 36.032,52 36.032,52 0,00 0,00 0,00 0,00 36.032,52

Multas Administrativas, Contratuais e Judiciais 6.000,00 6.000,00 0,00 0,00 0,00 0,00 6.000,00

Indenizações, Restituições e Ressarcimentos 2.200,00 2.200,00 0,00 0,00 0,00 0,00 2.200,00

Bens, Direitos e Valores Incorporados ao Patrimônio 0,00 0,00 0,00 0,00 0,00 0,00 0,00

Público

Demais Receitas Correntes 27.832,52 27.832,52 0,00 0,00 0,00 0,00 27.832,52

RECEITAS DE CAPITAL 250.000,00 250.000,00 0,00 0,00 0,00 0,00 250.000,00

OPERAÇÕES DE CRÉDITO 0,00 0,00 0,00 0,00 0,00 0,00 0,00

Operações de Crédito - Mercado Interno 0,00 0,00 0,00 0,00 0,00 0,00 0,00

Operações de Crédito - Mercado Externo 0,00 0,00 0,00 0,00 0,00 0,00 0,00

ALIENAÇÃO DE BENS 0,00 0,00 0,00 0,00 0,00 0,00 0,00

Alienação de Bens Móveis 0,00 0,00 0,00 0,00 0,00 0,00 0,00

Alienação de Bens Imóveis 0,00 0,00 0,00 0,00 0,00 0,00 0,00

Alienação de Bens Intangíveis 0,00 0,00 0,00 0,00 0,00 0,00 0,00

AMORTIZAÇÕES DE EMPRÉSTIMOS 0,00 0,00 0,00 0,00 0,00 0,00 0,00

TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL 250.000,00 250.000,00 0,00 0,00 0,00 0,00 250.000,00

Transferências da União e de suas Entidades 250.000,00 250.000,00 0,00 0,00 0,00 0,00 250.000,00

Transferências dos Estados e do Distrito Federal e de 0,00 0,00 0,00 0,00 0,00 0,00 0,00

suas Entidades

Transferências dos Municípios e de suas Entidades 0,00 0,00 0,00 0,00 0,00 0,00 0,00

Transferências de Instituições Privadas 0,00 0,00 0,00 0,00 0,00 0,00 0,00

Transferências de Outras Instituições Públicas 0,00 0,00 0,00 0,00 0,00 0,00 0,00

Transferências do Exterior 0,00 0,00 0,00 0,00 0,00 0,00 0,00

Transferências de Pessoas Físicas 0,00 0,00 0,00 0,00 0,00 0,00 0,00

Transferências Provenientes de Depósitos Não 0,00 0,00 0,00 0,00 0,00 0,00 0,00

Identificados

OUTRAS RECEITAS DE CAPITAL 0,00 0,00 0,00 0,00 0,00 0,00 0,00

Integralização do Capital Social 0,00 0,00 0,00 0,00 0,00 0,00 0,00

Remuneração das Disponibilidades do Tesouro 0,00 0,00 0,00 0,00 0,00 0,00 0,00

PREFEITURA MUNICIPAL DE ACORIZAL

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

BALANÇO ORÇAMENTÁRIO

ORÇAMENTOS FISCAIS E DA SEGURIDADE SOCIAL

2 de 6 PERIODO: Janeiro a Agosto 2020/BIMESTRE Julho - Agosto

RREO – ANEXO 1 (LRF, Art. 52, inciso I, alíneas “a” e “b” do inciso II e § 1º) R$ 1

PREVISÃO PREVISÃO RECEITAS REALIZADAS SALDO

RECEITAS INICIAL ATUALIZADA BIMESTRE % JAN A AGO % A REALIZAR

(a) (b) (b/a) (c) (c/a) (a-c)

Resgate de Títulos do Tesouro 0,00 0,00 0,00 0,00 0,00 0,00 0,00

Demais Receitas de Capital 0,00 0,00 0,00 0,00 0,00 0,00 0,00

RECEITAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (II) 267.100,00 267.100,00 0,00 0,00 0,00 0,00 267.100,00

SUBTOTAL DAS RECEITAS (III) = (I + II) 19.766.000,00 20.217.742,99 3.999.098,88 19,78 12.114.397,01 59,92 8.103.345,98

OPERAÇÕES DE CRÉDITO / REFINANCIAMENTO (IV) 0,00 0,00 0,00 0,00 0,00 0,00 0,00

Operações de Crédito - Mercado Interno 0,00 0,00 0,00 0,00 0,00 0,00 0,00

Mobiliária 0,00 0,00 0,00 0,00 0,00 0,00 0,00

Contratual 0,00 0,00 0,00 0,00 0,00 0,00 0,00

Operações de Crédito - Mercado Externo 0,00 0,00 0,00 0,00 0,00 0,00 0,00

Mobiliária 0,00 0,00 0,00 0,00 0,00 0,00 0,00

Contratual 0,00 0,00 0,00 0,00 0,00 0,00 0,00

TOTAL DAS RECEITAS (V) = (III + IV) 19.766.000,00 20.217.742,99 3.999.098,88 19,78 12.114.397,01 59,92 8.103.345,98

DÉFICIT (VI) 0,00

TOTAL COM DÉFICIT (VII) = (V + VI) 19.766.000,00 20.217.742,99 3.999.098,88 19,78 12.114.397,01 59,92 8.103.345,98

SALDOS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES 550.000,00 912.600,09 362.600,09

Recursos Arrecadados em Exercícios Anteriores - RPPS 550.000,00 550.000,00

Superávit Financeiro Utilizado para Créditos Adicionais 362.600,09 362.600,09

PREFEITURA MUNICIPAL DE ACORIZAL

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

BALANÇO ORÇAMENTÁRIO

3 de 6 ORÇAMENTOS FISCAIS E DA SEGURIDADE SOCIAL

PERIODO: Janeiro a Agosto 2020/BIMESTRE Julho - Agosto

RREO – ANEXO 1 (LRF, Art. 52, inciso I, alíneas “a” e “b” do inciso II e § 1º) R$ 1

DOTACAO DOTAÇÃO DESPESAS EMPENHADAS SALDO DESPESAS LIQUIDADAS SALDO DESPESAS INSCRITAS EM

INICIAL ATUALIZADA PAGAS ATÉ RESTOS A

DESPESAS BIMESTRE JAN A AGO BIMESTRE JAN A AGO O BIMESTRE PAGAR NÃO

PROCESSADOS²

(d) (e) (f) (g) = (e-f) (h) (i) = (e-h) (j) (k)

DESPESAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (VIII) 19.785.900,00 20.468.261,12 2.819.007,00 12.681.849,66 7.786.411,46 2.761.488,40 10.571.262,75 9.896.998,37 9.469.210,68 0,00

DESPESAS CORRENTES 16.298.317,36 17.772.513,68 2.703.331,10 11.800.729,32 5.971.784,36 2.655.875,99 10.146.269,09 7.626.244,59 9.062.217,02 0,00

PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS 6.998.270,52 6.550.105,96 995.742,76 4.070.148,59 2.479.957,37 1.012.456,21 4.016.842,09 2.533.263,87 3.506.794,48 0,00

JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA 120.000,00 0,00 0,00 0,00 0,00 0,00 0,00 0,00 0,00 0,00

OUTRAS DESPESAS CORRENTES 9.180.046,84 11.222.407,72 1.707.588,34 7.730.580,73 3.491.826,99 1.643.419,78 6.129.427,00 5.092.980,72 5.555.422,54 0,00

DESPESAS DE CAPITAL 2.851.400,00 2.059.564,80 115.675,90 881.120,34 1.178.444,46 105.612,41 424.993,66 1.634.571,14 406.993,66 0,00

INVESTIMENTOS 2.471.400,00 1.685.618,04 115.675,90 507.173,58 1.178.444,46 83.670,83 281.715,78 1.403.902,26 263.715,78 0,00

INVERSÕES FINANCEIRAS 0,00 0,00 0,00 0,00 0,00 0,00 0,00 0,00 0,00 0,00

AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA 380.000,00 373.946,76 0,00 373.946,76 0,00 21.941,58 143.277,88 230.668,88 143.277,88 0,00

RESERVA DE CONTINGÊNCIA 636.182,64 636.182,64 636.182,64 636.182,64

DESPESAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (IX) 530.100,00 662.081,96 120.923,70 527.028,03 135.053,93 120.923,70 527.028,03 135.053,93 109.356,14 0,00

SUBTOTAL DAS DESPESAS (X) = (VIII + IX) 20.316.000,00 21.130.343,08 2.939.930,70 13.208.877,69 7.921.465,39 2.882.412,10 11.098.290,78 10.032.052,30 9.578.566,82 0,00

AMORTIZAÇÃO DA DÍV. / REFINANCIAMENTO (XI) 0,00 0,00 0,00 0,00 0,00 0,00 0,00 0,00 0,00 0,00

Amortização da Dívida Interna 0,00 0,00 0,00 0,00 0,00 0,00 0,00 0,00 0,00 0,00

Dívida Mobiliária 0,00 0,00 0,00 0,00 0,00 0,00 0,00 0,00 0,00 0,00

Dívida Contratual 0,00 0,00 0,00 0,00 0,00 0,00 0,00 0,00 0,00 0,00

Amortização da Dívida Externa 0,00 0,00 0,00 0,00 0,00 0,00 0,00 0,00 0,00 0,00

Dívida Mobiliária 0,00 0,00 0,00 0,00 0,00 0,00 0,00 0,00 0,00 0,00

Dívida Contratual 0,00 0,00 0,00 0,00 0,00 0,00 0,00 0,00 0,00 0,00

TOTAL DAS DESPESAS (XII) = (X + XI) 20.316.000,00 21.130.343,08 2.939.930,70 13.208.877,69 7.921.465,39 2.882.412,10 11.098.290,78 10.032.052,30 9.578.566,82 0,00

SUPERÁVIT (XIII) 0,00 1.016.106,23 2.535.830,19

TOTAL COM SUPERÁVIT (XIV) = (XII + XIII) 20.316.000,00 21.130.343,08 2.939.930,70 13.208.877,69 2.882.412,10 12.114.397,01 12.114.397,01 0,00

RESERVA DO RPPS 0,00 0,00 0,00 0,00

PREFEITURA MUNICIPAL DE ACORIZAL

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

BALANÇO ORÇAMENTÁRIO

ORÇAMENTOS FISCAIS E DA SEGURIDADE SOCIAL

4 de 6 PERIODO: Janeiro a Agosto 2020/BIMESTRE Julho - Agosto

RREO – ANEXO 1 (LRF, Art. 52, inciso I, alíneas “a” e “b” do inciso II e § 1º) R$ 1

PREVISÃO PREVISÃO RECEITAS REALIZADAS SALDO

RECEITAS INTRA-ORÇAMENTÁRIAS INICIAL ATUALIZADA BIMESTRE % JAN A AGO % A REALIZAR

(a) (b) (b/a) (c) (c/a) (a-c)

RECEITAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (II) 267.100,00 267.100,00 0,00 0,00 0,00 0,00 267.100,00

RECEITAS CORRENTES 267.100,00 267.100,00 0,00 0,00 0,00 0,00 267.100,00

IMPOSTOS, TAXAS E CONTRIBUIÇÕES DE 0,00 0,00 0,00 0,00 0,00 0,00 0,00

MELHORIA

Impostos 0,00 0,00 0,00 0,00 0,00 0,00 0,00

Taxas 0,00 0,00 0,00 0,00 0,00 0,00 0,00

Contribuição de Melhoria 0,00 0,00 0,00 0,00 0,00 0,00 0,00

CONTRIBUIÇÕES 267.100,00 267.100,00 0,00 0,00 0,00 0,00 267.100,00

Contribuições Sociais 267.100,00 267.100,00 0,00 0,00 0,00 0,00 267.100,00

Contribuições Econômicas 0,00 0,00 0,00 0,00 0,00 0,00 0,00

Contribuições para Entidades Privadas de Serviço 0,00 0,00 0,00 0,00 0,00 0,00 0,00

Social e de Formação Profissional

Contribuição para o Custeio do Serviço de Iluminação 0,00 0,00 0,00 0,00 0,00 0,00 0,00

Pública

RECEITA PATRIMONIAL 0,00 0,00 0,00 0,00 0,00 0,00 0,00

Exploração do Patrimônio Imobiliário do Estado 0,00 0,00 0,00 0,00 0,00 0,00 0,00

Valores Mobiliários 0,00 0,00 0,00 0,00 0,00 0,00 0,00

Delegação de Serviços Públicos Mediante Concessão, 0,00 0,00 0,00 0,00 0,00 0,00 0,00

Permissão, Autorização ou Licença

Exploração de Recursos Naturais 0,00 0,00 0,00 0,00 0,00 0,00 0,00

Exploração do Patrimônio Intangível 0,00 0,00 0,00 0,00 0,00 0,00 0,00

Cessão de Direitos 0,00 0,00 0,00 0,00 0,00 0,00 0,00

Demais Receitas Patrimoniais 0,00 0,00 0,00 0,00 0,00 0,00 0,00

RECEITA AGROPECUÁRIA 0,00 0,00 0,00 0,00 0,00 0,00 0,00

RECEITA INDUSTRIAL 0,00 0,00 0,00 0,00 0,00 0,00 0,00

RECEITA DE SERVIÇOS 0,00 0,00 0,00 0,00 0,00 0,00 0,00

Serviços Administrativos e Comerciais Gerais 0,00 0,00 0,00 0,00 0,00 0,00 0,00

Serviços e Atividades Referentes à Navegação e ao 0,00 0,00 0,00 0,00 0,00 0,00 0,00

Transporte

Serviços e Atividades referentes à Saúde 0,00 0,00 0,00 0,00 0,00 0,00 0,00

Serviços e Atividades Financeiras 0,00 0,00 0,00 0,00 0,00 0,00 0,00

Outros Serviços 0,00 0,00 0,00 0,00 0,00 0,00 0,00

TRANSFERÊNCIAS CORRENTES 0,00 0,00 0,00 0,00 0,00 0,00 0,00

Transferências da União e de suas Entidades 0,00 0,00 0,00 0,00 0,00 0,00 0,00

Transferências dos Estados e do Distrito Federal e de 0,00 0,00 0,00 0,00 0,00 0,00 0,00

suas Entidades

Transferências dos Municípios e de suas Entidades 0,00 0,00 0,00 0,00 0,00 0,00 0,00

Transferências de Instituições Privadas 0,00 0,00 0,00 0,00 0,00 0,00 0,00

Transferências de Outras Instituições Públicas 0,00 0,00 0,00 0,00 0,00 0,00 0,00

Transferências do Exterior 0,00 0,00 0,00 0,00 0,00 0,00 0,00

Transferências de Pessoas Físicas 0,00 0,00 0,00 0,00 0,00 0,00 0,00

Transferências Provenientes de Depósitos Não 0,00 0,00 0,00 0,00 0,00 0,00 0,00

Identificados

OUTRAS RECEITAS CORRENTES 0,00 0,00 0,00 0,00 0,00 0,00 0,00

Multas Administrativas, Contratuais e Judiciais 0,00 0,00 0,00 0,00 0,00 0,00 0,00

Indenizações, Restituições e Ressarcimentos 0,00 0,00 0,00 0,00 0,00 0,00 0,00

Bens, Direitos e Valores Incorporados ao Patrimônio 0,00 0,00 0,00 0,00 0,00 0,00 0,00

Público

Demais Receitas Correntes 0,00 0,00 0,00 0,00 0,00 0,00 0,00

RECEITAS DE CAPITAL 0,00 0,00 0,00 0,00 0,00 0,00 0,00

OPERAÇÕES DE CRÉDITO 0,00 0,00 0,00 0,00 0,00 0,00 0,00

Operações de Crédito - Mercado Interno 0,00 0,00 0,00 0,00 0,00 0,00 0,00

Operações de Crédito - Mercado Externo 0,00 0,00 0,00 0,00 0,00 0,00 0,00

ALIENAÇÃO DE BENS 0,00 0,00 0,00 0,00 0,00 0,00 0,00

Alienação de Bens Móveis 0,00 0,00 0,00 0,00 0,00 0,00 0,00

Alienação de Bens Imóveis 0,00 0,00 0,00 0,00 0,00 0,00 0,00

Alienação de Bens Intangíveis 0,00 0,00 0,00 0,00 0,00 0,00 0,00

AMORTIZAÇÕES DE EMPRÉSTIMOS 0,00 0,00 0,00 0,00 0,00 0,00 0,00

TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL 0,00 0,00 0,00 0,00 0,00 0,00 0,00

Transferências da União e de suas Entidades 0,00 0,00 0,00 0,00 0,00 0,00 0,00

Transferências dos Estados e do Distrito Federal e de 0,00 0,00 0,00 0,00 0,00 0,00 0,00

suas Entidades

Transferências dos Municípios e de suas Entidades 0,00 0,00 0,00 0,00 0,00 0,00 0,00

Transferências de Instituições Privadas 0,00 0,00 0,00 0,00 0,00 0,00 0,00

Transferências de Outras Instituições Públicas 0,00 0,00 0,00 0,00 0,00 0,00 0,00

Transferências do Exterior 0,00 0,00 0,00 0,00 0,00 0,00 0,00

Transferências de Pessoas Físicas 0,00 0,00 0,00 0,00 0,00 0,00 0,00

Transferências Provenientes de Depósitos Não 0,00 0,00 0,00 0,00 0,00 0,00 0,00

Identificados

OUTRAS RECEITAS DE CAPITAL 0,00 0,00 0,00 0,00 0,00 0,00 0,00

Integralização do Capital Social 0,00 0,00 0,00 0,00 0,00 0,00 0,00

Remuneração das Disponibilidades do Tesouro 0,00 0,00 0,00 0,00 0,00 0,00 0,00

Resgate de Títulos do Tesouro 0,00 0,00 0,00 0,00 0,00 0,00 0,00

Demais Receitas de Capital 0,00 0,00 0,00 0,00 0,00 0,00 0,00

PREFEITURA MUNICIPAL DE ACORIZAL

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

BALANÇO ORÇAMENTÁRIO

ORÇAMENTOS FISCAIS E DA SEGURIDADE SOCIAL

5 de 6 PERIODO: Janeiro a Agosto 2020/BIMESTRE Julho - Agosto

RREO – ANEXO 1 (LRF, Art. 52, inciso I, alíneas “a” e “b” do inciso II e § 1º) R$ 1

PREVISÃO PREVISÃO RECEITAS REALIZADAS SALDO

RECEITAS INTRA-ORÇAMENTÁRIAS INICIAL ATUALIZADA BIMESTRE % JAN A AGO % A REALIZAR

(a) (b)(b/a) (c) (c/a) (a-c)

PREFEITURA MUNICIPAL DE ACORIZAL

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

BALANÇO ORÇAMENTÁRIO

ORÇAMENTOS FISCAIS E DA SEGURIDADE SOCIAL

6 de 6 PERIODO: Janeiro a Agosto 2020/BIMESTRE Julho - Agosto

RREO – ANEXO 1 (LRF, Art. 52, inciso I, alíneas “a” e “b” do inciso II e § 1º) R$ Milhares

DOTACAO DOTAÇÃO DESPESAS EMPENHADAS SALDO DESPESAS LIQUIDADAS SALDO DESPESAS INSCRITAS EM

INICIAL ATUALIZADA PAGAS ATÉ RESTOS A

DESPESAS INTRA-ORÇAMENTÁRIAS BIMESTRE JAN A AGO BIMESTRE JAN A AGO O BIMESTRE PAGAR NÃO

PROCESSADOS²

(d) (e) (f) (g) = (e-f) (h) (i) = (e-h) (j) (k)

DESPESAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (IX) 530.100,00 662.081,96 120.923,70 527.028,03 135.053,93 120.923,70 527.028,03 135.053,93 109.356,14 0,00

DESPESAS CORRENTES 530.100,00 662.081,96 120.923,70 527.028,03 135.053,93 120.923,70 527.028,03 135.053,93 109.356,14 0,00

PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS 530.100,00 662.081,96 120.923,70 527.028,03 135.053,93 120.923,70 527.028,03 135.053,93 109.356,14 0,00

JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA 0,00 0,00 0,00 0,00 0,00 0,00 0,00 0,00 0,00 0,00

OUTRAS DESPESAS CORRENTES 0,00 0,00 0,00 0,00 0,00 0,00 0,00 0,00 0,00 0,00

DESPESAS DE CAPITAL 0,00 0,00 0,00 0,00 0,00 0,00 0,00 0,00 0,00 0,00

INVESTIMENTOS 0,00 0,00 0,00 0,00 0,00 0,00 0,00 0,00 0,00 0,00

INVERSÕES FINANCEIRAS 0,00 0,00 0,00 0,00 0,00 0,00 0,00 0,00 0,00 0,00

AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA 0,00 0,00 0,00 0,00 0,00 0,00 0,00 0,00 0,00 0,00**PREFEITURA MUNICIPAL DE ACORIZAL**

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

BALANÇO ORÇAMENTÁRIO

ORÇAMENTOS FISCAIS E DA SEGURIDADE SOCIAL

1 de 6 PERIODO: Janeiro a Agosto 2020/BIMESTRE Julho - Agosto

RREO – ANEXO 1 (LRF, Art. 52, inciso I, alíneas “a” e “b” do inciso II e § 1º) R$ 1

PREVISÃO PREVISÃO RECEITAS REALIZADAS SALDO

RECEITAS INICIAL ATUALIZADA BIMESTRE % JAN A AGO % A REALIZAR

(a) (b) (b/a) (c) (c/a) (a-c)

RECEITAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I) 19.498.900,00 19.950.642,99 3.999.098,88 20,04 12.114.397,01 60,72 7.836.245,98

RECEITAS CORRENTES 19.248.900,00 19.700.642,99 3.999.098,88 20,30 12.114.397,01 61,49 7.586.245,98

IMPOSTOS, TAXAS E CONTRIBUIÇÕES DE 1.719.000,00 1.719.000,00 123.205,20 7,17 598.240,94 34,80 1.120.759,06

MELHORIA

Impostos 1.601.000,00 1.601.000,00 121.706,05 7,60 579.705,96 36,21 1.021.294,04

Taxas 118.000,00 118.000,00 1.499,15 1,27 18.534,98 15,71 99.465,02

Contribuição de Melhoria 0,00 0,00 0,00 0,00 0,00 0,00 0,00

CONTRIBUIÇÕES 827.300,00 827.300,00 74,85 0,01 2.498,27 0,30 824.801,73

Contribuições Sociais 747.300,00 747.300,00 0,00 0,00 0,00 0,00 747.300,00

Contribuições Econômicas 0,00 0,00 0,00 0,00 0,00 0,00 0,00

Contribuições para Entidades Privadas de Serviço 0,00 0,00 0,00 0,00 0,00 0,00 0,00

Social e de Formação Profissional

Contribuição para o Custeio do Serviço de Iluminação 80.000,00 80.000,00 74,85 0,09 2.498,27 3,12 77.501,73

Pública

RECEITA PATRIMONIAL 36.100,00 36.100,00 -6.133,57 -16,99 6.904,82 19,13 29.195,18

Exploração do Patrimônio Imobiliário do Estado 0,00 0,00 0,00 0,00 0,00 0,00 0,00

Valores Mobiliários 36.100,00 36.100,00 -6.133,57 -16,99 6.904,82 19,13 29.195,18

Delegação de Serviços Públicos Mediante Concessão, 0,00 0,00 0,00 0,00 0,00 0,00 0,00

Permissão, Autorização ou Licença

Exploração de Recursos Naturais 0,00 0,00 0,00 0,00 0,00 0,00 0,00

Exploração do Patrimônio Intangível 0,00 0,00 0,00 0,00 0,00 0,00 0,00

Cessão de Direitos 0,00 0,00 0,00 0,00 0,00 0,00 0,00

Demais Receitas Patrimoniais 0,00 0,00 0,00 0,00 0,00 0,00 0,00

RECEITA AGROPECUÁRIA 0,00 0,00 0,00 0,00 0,00 0,00 0,00

RECEITA INDUSTRIAL 0,00 0,00 0,00 0,00 0,00 0,00 0,00

RECEITA DE SERVIÇOS 150.000,00 150.000,00 35.352,24 23,57 78.738,46 52,49 71.261,54

Serviços Administrativos e Comerciais Gerais 150.000,00 150.000,00 35.352,24 23,57 78.738,46 52,49 71.261,54

Serviços e Atividades Referentes à Navegação e ao 0,00 0,00 0,00 0,00 0,00 0,00 0,00

Transporte

Serviços e Atividades referentes à Saúde 0,00 0,00 0,00 0,00 0,00 0,00 0,00

Serviços e Atividades Financeiras 0,00 0,00 0,00 0,00 0,00 0,00 0,00

Outros Serviços 0,00 0,00 0,00 0,00 0,00 0,00 0,00

TRANSFERÊNCIAS CORRENTES 16.480.467,48 16.932.210,47 3.846.600,16 22,72 11.428.014,52 67,49 5.504.195,95

Transferências da União e de suas Entidades 9.582.467,48 10.034.210,47 2.688.781,45 26,80 7.009.244,22 69,85 3.024.966,25

Transferências dos Estados e do Distrito Federal e de 4.898.000,00 4.898.000,00 837.784,66 17,10 3.112.159,91 63,54 1.785.840,09

suas Entidades

Transferências dos Municípios e de suas Entidades 0,00 0,00 0,00 0,00 0,00 0,00 0,00

Transferências de Instituições Privadas 0,00 0,00 0,00 0,00 0,00 0,00 0,00

Transferências de Outras Instituições Públicas 2.000.000,00 2.000.000,00 320.034,05 16,00 1.306.610,39 65,33 693.389,61

Transferências do Exterior 0,00 0,00 0,00 0,00 0,00 0,00 0,00

Transferências de Pessoas Físicas 0,00 0,00 0,00 0,00 0,00 0,00 0,00

Transferências Provenientes de Depósitos Não 0,00 0,00 0,00 0,00 0,00 0,00 0,00

Identificados

OUTRAS RECEITAS CORRENTES 36.032,52 36.032,52 0,00 0,00 0,00 0,00 36.032,52

Multas Administrativas, Contratuais e Judiciais 6.000,00 6.000,00 0,00 0,00 0,00 0,00 6.000,00

Indenizações, Restituições e Ressarcimentos 2.200,00 2.200,00 0,00 0,00 0,00 0,00 2.200,00

Bens, Direitos e Valores Incorporados ao Patrimônio 0,00 0,00 0,00 0,00 0,00 0,00 0,00

Público

Demais Receitas Correntes 27.832,52 27.832,52 0,00 0,00 0,00 0,00 27.832,52

RECEITAS DE CAPITAL 250.000,00 250.000,00 0,00 0,00 0,00 0,00 250.000,00

OPERAÇÕES DE CRÉDITO 0,00 0,00 0,00 0,00 0,00 0,00 0,00

Operações de Crédito - Mercado Interno 0,00 0,00 0,00 0,00 0,00 0,00 0,00

Operações de Crédito - Mercado Externo 0,00 0,00 0,00 0,00 0,00 0,00 0,00

ALIENAÇÃO DE BENS 0,00 0,00 0,00 0,00 0,00 0,00 0,00

Alienação de Bens Móveis 0,00 0,00 0,00 0,00 0,00 0,00 0,00

Alienação de Bens Imóveis 0,00 0,00 0,00 0,00 0,00 0,00 0,00

Alienação de Bens Intangíveis 0,00 0,00 0,00 0,00 0,00 0,00 0,00

AMORTIZAÇÕES DE EMPRÉSTIMOS 0,00 0,00 0,00 0,00 0,00 0,00 0,00

TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL 250.000,00 250.000,00 0,00 0,00 0,00 0,00 250.000,00

Transferências da União e de suas Entidades 250.000,00 250.000,00 0,00 0,00 0,00 0,00 250.000,00

Transferências dos Estados e do Distrito Federal e de 0,00 0,00 0,00 0,00 0,00 0,00 0,00

suas Entidades

Transferências dos Municípios e de suas Entidades 0,00 0,00 0,00 0,00 0,00 0,00 0,00

Transferências de Instituições Privadas 0,00 0,00 0,00 0,00 0,00 0,00 0,00

Transferências de Outras Instituições Públicas 0,00 0,00 0,00 0,00 0,00 0,00 0,00

Transferências do Exterior 0,00 0,00 0,00 0,00 0,00 0,00 0,00

Transferências de Pessoas Físicas 0,00 0,00 0,00 0,00 0,00 0,00 0,00

Transferências Provenientes de Depósitos Não 0,00 0,00 0,00 0,00 0,00 0,00 0,00

Identificados

OUTRAS RECEITAS DE CAPITAL 0,00 0,00 0,00 0,00 0,00 0,00 0,00

Integralização do Capital Social 0,00 0,00 0,00 0,00 0,00 0,00 0,00

Remuneração das Disponibilidades do Tesouro 0,00 0,00 0,00 0,00 0,00 0,00 0,00

PREFEITURA MUNICIPAL DE ACORIZAL

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

BALANÇO ORÇAMENTÁRIO

ORÇAMENTOS FISCAIS E DA SEGURIDADE SOCIAL

2 de 6 PERIODO: Janeiro a Agosto 2020/BIMESTRE Julho - Agosto

RREO – ANEXO 1 (LRF, Art. 52, inciso I, alíneas “a” e “b” do inciso II e § 1º) R$ 1

PREVISÃO PREVISÃO RECEITAS REALIZADAS SALDO

RECEITAS INICIAL ATUALIZADA BIMESTRE % JAN A AGO % A REALIZAR

(a) (b) (b/a) (c) (c/a) (a-c)

Resgate de Títulos do Tesouro 0,00 0,00 0,00 0,00 0,00 0,00 0,00

Demais Receitas de Capital 0,00 0,00 0,00 0,00 0,00 0,00 0,00

RECEITAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (II) 267.100,00 267.100,00 0,00 0,00 0,00 0,00 267.100,00

SUBTOTAL DAS RECEITAS (III) = (I + II) 19.766.000,00 20.217.742,99 3.999.098,88 19,78 12.114.397,01 59,92 8.103.345,98

OPERAÇÕES DE CRÉDITO / REFINANCIAMENTO (IV) 0,00 0,00 0,00 0,00 0,00 0,00 0,00

Operações de Crédito - Mercado Interno 0,00 0,00 0,00 0,00 0,00 0,00 0,00

Mobiliária 0,00 0,00 0,00 0,00 0,00 0,00 0,00

Contratual 0,00 0,00 0,00 0,00 0,00 0,00 0,00

Operações de Crédito - Mercado Externo 0,00 0,00 0,00 0,00 0,00 0,00 0,00

Mobiliária 0,00 0,00 0,00 0,00 0,00 0,00 0,00

Contratual 0,00 0,00 0,00 0,00 0,00 0,00 0,00

TOTAL DAS RECEITAS (V) = (III + IV) 19.766.000,00 20.217.742,99 3.999.098,88 19,78 12.114.397,01 59,92 8.103.345,98

DÉFICIT (VI) 0,00

TOTAL COM DÉFICIT (VII) = (V + VI) 19.766.000,00 20.217.742,99 3.999.098,88 19,78 12.114.397,01 59,92 8.103.345,98

SALDOS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES 550.000,00 912.600,09 362.600,09

Recursos Arrecadados em Exercícios Anteriores - RPPS 550.000,00 550.000,00

Superávit Financeiro Utilizado para Créditos Adicionais 362.600,09 362.600,09

PREFEITURA MUNICIPAL DE ACORIZAL

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

BALANÇO ORÇAMENTÁRIO

3 de 6 ORÇAMENTOS FISCAIS E DA SEGURIDADE SOCIAL

PERIODO: Janeiro a Agosto 2020/BIMESTRE Julho - Agosto

RREO – ANEXO 1 (LRF, Art. 52, inciso I, alíneas “a” e “b” do inciso II e § 1º) R$ 1

DOTACAO DOTAÇÃO DESPESAS EMPENHADAS SALDO DESPESAS LIQUIDADAS SALDO DESPESAS INSCRITAS EM

INICIAL ATUALIZADA PAGAS ATÉ RESTOS A

DESPESAS BIMESTRE JAN A AGO BIMESTRE JAN A AGO O BIMESTRE PAGAR NÃO

PROCESSADOS²

(d) (e) (f) (g) = (e-f) (h) (i) = (e-h) (j) (k)

DESPESAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (VIII) 19.785.900,00 20.468.261,12 2.819.007,00 12.681.849,66 7.786.411,46 2.761.488,40 10.571.262,75 9.896.998,37 9.469.210,68 0,00

DESPESAS CORRENTES 16.298.317,36 17.772.513,68 2.703.331,10 11.800.729,32 5.971.784,36 2.655.875,99 10.146.269,09 7.626.244,59 9.062.217,02 0,00

PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS 6.998.270,52 6.550.105,96 995.742,76 4.070.148,59 2.479.957,37 1.012.456,21 4.016.842,09 2.533.263,87 3.506.794,48 0,00

JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA 120.000,00 0,00 0,00 0,00 0,00 0,00 0,00 0,00 0,00 0,00

OUTRAS DESPESAS CORRENTES 9.180.046,84 11.222.407,72 1.707.588,34 7.730.580,73 3.491.826,99 1.643.419,78 6.129.427,00 5.092.980,72 5.555.422,54 0,00

DESPESAS DE CAPITAL 2.851.400,00 2.059.564,80 115.675,90 881.120,34 1.178.444,46 105.612,41 424.993,66 1.634.571,14 406.993,66 0,00

INVESTIMENTOS 2.471.400,00 1.685.618,04 115.675,90 507.173,58 1.178.444,46 83.670,83 281.715,78 1.403.902,26 263.715,78 0,00

INVERSÕES FINANCEIRAS 0,00 0,00 0,00 0,00 0,00 0,00 0,00 0,00 0,00 0,00

AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA 380.000,00 373.946,76 0,00 373.946,76 0,00 21.941,58 143.277,88 230.668,88 143.277,88 0,00

RESERVA DE CONTINGÊNCIA 636.182,64 636.182,64 636.182,64 636.182,64

DESPESAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (IX) 530.100,00 662.081,96 120.923,70 527.028,03 135.053,93 120.923,70 527.028,03 135.053,93 109.356,14 0,00

SUBTOTAL DAS DESPESAS (X) = (VIII + IX) 20.316.000,00 21.130.343,08 2.939.930,70 13.208.877,69 7.921.465,39 2.882.412,10 11.098.290,78 10.032.052,30 9.578.566,82 0,00

AMORTIZAÇÃO DA DÍV. / REFINANCIAMENTO (XI) 0,00 0,00 0,00 0,00 0,00 0,00 0,00 0,00 0,00 0,00

Amortização da Dívida Interna 0,00 0,00 0,00 0,00 0,00 0,00 0,00 0,00 0,00 0,00

Dívida Mobiliária 0,00 0,00 0,00 0,00 0,00 0,00 0,00 0,00 0,00 0,00

Dívida Contratual 0,00 0,00 0,00 0,00 0,00 0,00 0,00 0,00 0,00 0,00

Amortização da Dívida Externa 0,00 0,00 0,00 0,00 0,00 0,00 0,00 0,00 0,00 0,00

Dívida Mobiliária 0,00 0,00 0,00 0,00 0,00 0,00 0,00 0,00 0,00 0,00

Dívida Contratual 0,00 0,00 0,00 0,00 0,00 0,00 0,00 0,00 0,00 0,00

TOTAL DAS DESPESAS (XII) = (X + XI) 20.316.000,00 21.130.343,08 2.939.930,70 13.208.877,69 7.921.465,39 2.882.412,10 11.098.290,78 10.032.052,30 9.578.566,82 0,00

SUPERÁVIT (XIII) 0,00 1.016.106,23 2.535.830,19

TOTAL COM SUPERÁVIT (XIV) = (XII + XIII) 20.316.000,00 21.130.343,08 2.939.930,70 13.208.877,69 2.882.412,10 12.114.397,01 12.114.397,01 0,00

RESERVA DO RPPS 0,00 0,00 0,00 0,00

PREFEITURA MUNICIPAL DE ACORIZAL

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

BALANÇO ORÇAMENTÁRIO

ORÇAMENTOS FISCAIS E DA SEGURIDADE SOCIAL

4 de 6 PERIODO: Janeiro a Agosto 2020/BIMESTRE Julho - Agosto

RREO – ANEXO 1 (LRF, Art. 52, inciso I, alíneas “a” e “b” do inciso II e § 1º) R$ 1

PREVISÃO PREVISÃO RECEITAS REALIZADAS SALDO

RECEITAS INTRA-ORÇAMENTÁRIAS INICIAL ATUALIZADA BIMESTRE % JAN A AGO % A REALIZAR

(a) (b) (b/a) (c) (c/a) (a-c)

RECEITAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (II) 267.100,00 267.100,00 0,00 0,00 0,00 0,00 0,00 267.100,00

RECEITAS CORRENTES 267.100,00 267.100,00 0,00 0,00 0,00 0,00 267.100,00

IMPOSTOS, TAXAS E CONTRIBUIÇÕES DE 0,00 0,00 0,00 0,00 0,00 0,00 0,00 0,00

MELHORIA

Impostos 0,00 0,00 0,00 0,00 0,00 0,00 0,00

Taxas 0,00 0,00 0,00 0,00 0,00 0,00 0,00

Contribuição de Melhoria 0,00 0,00 0,00 0,00 0,00 0,00 0,00

CONTRIBUIÇÕES 267.100,00 267.100,00 0,00 0,00 0,00 0,00 267.100,00

Contribuições Sociais 267.100,00 267.100,00 0,00 0,00 0,00 0,00 267.100,00

Contribuições Econômicas 0,00 0,00 0,00 0,00 0,00 0,00 0,00

Contribuições para Entidades Privadas de Serviço 0,00 0,00 0,00 0,00 0,00 0,00 0,00

Social e de Formação Profissional

Contribuição para o Custeio do Serviço de Iluminação 0,00 0,00 0,00 0,00 0,00 0,00 0,00

Pública

RECEITA PATRIMONIAL 0,00 0,00 0,00 0,00 0,00 0,00 0,00

Exploração do Patrimônio Imobiliário do Estado 0,00 0,00 0,00 0,00 0,00 0,00 0,00

Valores Mobiliários 0,00 0,00 0,00 0,00 0,00 0,00 0,00

Delegação de Serviços Públicos Mediante Concessão, 0,00 0,00 0,00 0,00 0,00 0,00 0,00

Permissão, Autorização ou Licença

Exploração de Recursos Naturais 0,00 0,00 0,00 0,00 0,00 0,00 0,00

Exploração do Patrimônio Intangível 0,00 0,00 0,00 0,00 0,00 0,00 0,00

Cessão de Direitos 0,00 0,00 0,00 0,00 0,00 0,00 0,00

Demais Receitas Patrimoniais 0,00 0,00 0,00 0,00 0,00 0,00 0,00

RECEITA AGROPECUÁRIA 0,00 0,00 0,00 0,00 0,00 0,00 0,00

RECEITA INDUSTRIAL 0,00 0,00 0,00 0,00 0,00 0,00 0,00

RECEITA DE SERVIÇOS 0,00 0,00 0,00 0,00 0,00 0,00 0,00

Serviços Administrativos e Comerciais Gerais 0,00 0,00 0,00 0,00 0,00 0,00 0,00

Serviços e Atividades Referentes à Navegação e ao 0,00 0,00 0,00 0,00 0,00 0,00 0,00

Transporte

Serviços e Atividades referentes à Saúde 0,00 0,00 0,00 0,00 0,00 0,00 0,00

Serviços e Atividades Financeiras 0,00 0,00 0,00 0,00 0,00 0,00 0,00

Outros Serviços 0,00 0,00 0,00 0,00 0,00 0,00 0,00

TRANSFERÊNCIAS CORRENTES 0,00 0,00 0,00 0,00 0,00 0,00 0,00

Transferências da União e de suas Entidades 0,00 0,00 0,00 0,00 0,00 0,00 0,00

Transferências dos Estados e do Distrito Federal e de 0,00 0,00 0,00 0,00 0,00 0,00 0,00

suas Entidades

Transferências dos Municípios e de suas Entidades 0,00 0,00 0,00 0,00 0,00 0,00 0,00

Transferências de Instituições Privadas 0,00 0,00 0,00 0,00 0,00 0,00 0,00

Transferências de Outras Instituições Públicas 0,00 0,00 0,00 0,00 0,00 0,00 0,00

Transferências do Exterior 0,00 0,00 0,00 0,00 0,00 0,00 0,00

Transferências de Pessoas Físicas 0,00 0,00 0,00 0,00 0,00 0,00 0,00

Transferências Provenientes de Depósitos Não 0,00 0,00 0,00 0,00 0,00 0,00 0,00

Identificados

OUTRAS RECEITAS CORRENTES 0,00 0,00 0,00 0,00 0,00 0,00 0,00

Multas Administrativas, Contratuais e Judiciais 0,00 0,00 0,00 0,00 0,00 0,00 0,00

Indenizações, Restituições e Ressarcimentos 0,00 0,00 0,00 0,00 0,00 0,00 0,00

Bens, Direitos e Valores Incorporados ao Patrimônio 0,00 0,00 0,00 0,00 0,00 0,00 0,00

Público

Demais Receitas Correntes 0,00 0,00 0,00 0,00 0,00 0,00 0,00

RECEITAS DE CAPITAL 0,00 0,00 0,00 0,00 0,00 0,00 0,00

OPERAÇÕES DE CRÉDITO 0,00 0,00 0,00 0,00 0,00 0,00 0,00

Operações de Crédito - Mercado Interno 0,00 0,00 0,00 0,00 0,00 0,00 0,00

Operações de Crédito - Mercado Externo 0,00 0,00 0,00 0,00 0,00 0,00 0,00

ALIENAÇÃO DE BENS 0,00 0,00 0,00 0,00 0,00 0,00 0,00

Alienação de Bens Móveis 0,00 0,00 0,00 0,00 0,00 0,00 0,00

Alienação de Bens Imóveis 0,00 0,00 0,00 0,00 0,00 0,00 0,00

Alienação de Bens Intangíveis 0,00 0,00 0,00 0,00 0,00 0,00 0,00

AMORTIZAÇÕES DE EMPRÉSTIMOS 0,00 0,00 0,00 0,00 0,00 0,00 0,00

TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL 0,00 0,00 0,00 0,00 0,00 0,00 0,00

Transferências da União e de suas Entidades 0,00 0,00 0,00 0,00 0,00 0,00 0,00

Transferências dos Estados e do Distrito Federal e de 0,00 0,00 0,00 0,00 0,00 0,00 0,00

suas Entidades

Transferências dos Municípios e de suas Entidades 0,00 0,00 0,00 0,00 0,00 0,00 0,00

Transferências de Instituições Privadas 0,00 0,00 0,00 0,00 0,00 0,00 0,00

Transferências de Outras Instituições Públicas 0,00 0,00 0,00 0,00 0,00 0,00 0,00

Transferências do Exterior 0,00 0,00 0,00 0,00 0,00 0,00 0,00

Transferências de Pessoas Físicas 0,00 0,00 0,00 0,00 0,00 0,00 0,00

Transferências Provenientes de Depósitos Não 0,00 0,00 0,00 0,00 0,00 0,00 0,00

Identificados

OUTRAS RECEITAS DE CAPITAL 0,00 0,00 0,00 0,00 0,00 0,00 0,00

Integralização do Capital Social 0,00 0,00 0,00 0,00 0,00 0,00 0,00

Remuneração das Disponibilidades do Tesouro 0,00 0,00 0,00 0,00 0,00 0,00 0,00

Resgate de Títulos do Tesouro 0,00 0,00 0,00 0,00 0,00 0,00 0,00

Demais Receitas de Capital 0,00 0,00 0,00 0,00 0,00 0,00 0,00

PREFEITURA MUNICIPAL DE ACORIZAL

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

BALANÇO ORÇAMENTÁRIO

ORÇAMENTOS FISCAIS E DA SEGURIDADE SOCIAL

5 de 6 PERIODO: Janeiro a Agosto 2020/BIMESTRE Julho - Agosto

RREO – ANEXO 1 (LRF, Art. 52, inciso I, alíneas “a” e “b” do inciso II e § 1º) R$ 1

PREVISÃO PREVISÃO RECEITAS REALIZADAS SALDO

RECEITAS INTRA-ORÇAMENTÁRIAS INICIAL ATUALIZADA BIMESTRE % JAN A AGO % A REALIZAR

(a) (b)(b/a) (c) (c/a) (a-c)

PREFEITURA MUNICIPAL DE ACORIZAL

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

BALANÇO ORÇAMENTÁRIO

ORÇAMENTOS FISCAIS E DA SEGURIDADE SOCIAL

6 de 6 PERIODO: Janeiro a Agosto 2020/BIMESTRE Julho - Agosto

RREO – ANEXO 1 (LRF, Art. 52, inciso I, alíneas “a” e “b” do inciso II e § 1º) R$ Milhares

DOTACAO DOTAÇÃO DESPESAS EMPENHADAS SALDO DESPESAS LIQUIDADAS SALDO DESPESAS INSCRITAS EM

INICIAL ATUALIZADA PAGAS ATÉ RESTOS A

DESPESAS INTRA-ORÇAMENTÁRIAS BIMESTRE JAN A AGO BIMESTRE JAN A AGO O BIMESTRE PAGAR NÃO

PROCESSADOS²

(d) (e) (f) (g) = (e-f) (h) (i) = (e-h) (j) (k)

DESPESAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (IX) 530.100,00 662.081,96 120.923,70 527.028,03 135.053,93 120.923,70 527.028,03 135.053,93 109.356,14 0,00

DESPESAS CORRENTES 530.100,00 662.081,96 120.923,70 527.028,03 135.053,93 120.923,70 527.028,03 135.053,93 109.356,14 0,00

PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS 530.100,00 662.081,96 120.923,70 527.028,03 135.053,93 120.923,70 527.028,03 135.053,93 109.356,14 0,00

JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA 0,00 0,00 0,00 0,00 0,00 0,00 0,00 0,00 0,00 0,00

OUTRAS DESPESAS CORRENTES 0,00 0,00 0,00 0,00 0,00 0,00 0,00 0,00 0,00 0,00

DESPESAS DE CAPITAL 0,00 0,00 0,00 0,00 0,00 0,00 0,00 0,00 0,00 0,00

INVESTIMENTOS 0,00 0,00 0,00 0,00 0,00 0,00 0,00 0,00 0,00 0,00

INVERSÕES FINANCEIRAS 0,00 0,00 0,00 0,00 0,00 0,00 0,00 0,00 0,00 0,00

AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA 0,00 0,00 0,00 0,00 0,00 0,00 0,00 0,00 0,00 0,00

PREFEITURA MUNICIPAL DE ÁGUA BOA

ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA MUNICIPAL Nº 256, DE 23 DE FEVEREIRO DE 2021.

“DISPÕE SOBRE A NOMEAÇÃO DE SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ESPORTE, CULTURA, LAZER E EVENTOS, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”.

DR. MARIANO KOLANKIEWICZ FILHO, Prefeito do Município de Água Boa, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais, considerando o que lhe faculta o Artigo 79, Parágrafo Único, da Lei Orgânica do Município, no exercício de seu cargo, e:

CONSIDERANDO a Lei Complementar nº 120/2017, de 09/10/2017, que dispõe sobre a Estrutura Administrativa Organizacional do Poder Executivo Municipal de Água Boa-MT e dá outras providencias e Lei Complementar nº 152/2021;

CONSIDERANDO o disposto no art. 37, Parágrafo Único da LC nº 120/2017;

R E S O L V E:

Art. 1º – NOMEAR o Sr. **ERIK RODRIGO JESUS DA SILVA**, portador do RG nº 1067440-3 SSP/MT, devidamente inscrito no CPF sob nº 806.860101-59, para o cargo de Provimento em Comissão de **SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ESPORTE, CULTURA, LAZER E EVENTOS**, símbolo CC-1, a partir da presente data.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor com data de sua publicação, revogando efeitos contrários.

REGISTRA-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE ÁGUA BOA, AOS 23 DE FEVEREIRO DE 2021.

DR. MARIANO KOLANKIEWICZ FILHO

Prefeito Municipal

Publicado e dado ciência nesta data.

Secretaria Municipal de Administração de Água Boa, em 23 de fevereiro de 2021.

SEBASTIÃO ANTONIO LOPES

Secretário Municipal de Administração

LICITAÇÕES E CONTRATOS
EXTRATO CONTRATO 012/2021

PROCESSO ADMINISTRATIVO: 146/2020

PREGÃO ELETRÔNICO Nº. 022/2020

ÓRGÃO GERENCIADOR: PREFEITURA MUNICIPAL DE ÁGUA BOA MT.

FORNECEDOR REGISTRADO: ITEC INFORMÁTICA E TECNOLOGIA LTDA

OBJETO: Contrato tem por objeto a contratação de empresas para fornecimentos de equipamentos de informática para a Prefeitura de Água Boa-MT.

COD	NOME	UND	MARCA	QTD	VLR. UNT	TOTAL
28317	NOBREAK 700 VA BIVOLT	UND	NEW SAVE 700VA	21	408,84	8.585,64

Valor Total R$ 8.585,64 (Oito mil e quinhentos e oitenta e cinco reais e sessenta e quatro centavos).

DATA: 22 de fevereiro de 2021.

VIGÊNCIA DO CONTRATO: 31/12/2021

Mariano Kolankiewicz Filho

PREFEITO MUNICIPAL

CONVOCAÇÃO: FICA A EMPRESA CONVOCADA A ASSINAR O CONTRATO DENTRO DO PRAZO PREVISTO NO EDITAL.

LICITAÇÕES E CONTRATOS
COVID-19: EXTRATO CONTRATO 013/2021

PROCESSO ADMINISTRATIVO: 140/2020

PREGÃO ELETRÔNICO Nº. 020/2020

ÓRGÃO GERENCIADOR: PREFEITURA MUNICIPAL DE ÁGUA BOA MT.

FORNECEDOR REGISTRADO: RINALDI E COGO LTDA ME

OBJETO: Aquisição de EPI'S, para fins de enfrentamento da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do novo coronavírus, causador da COVID-19.

COD	NOME	UND	MARCA	QTD	VLR. UNT	TOTAL
6230	LUVA DESCARTÁVEL PARA PROCEDIMENTO COM PÓ, PEQUENA, CAIXA C/100	CX 100 UND	TALGE	542	40,50	21.951,00
6231	LUVA DESCARTÁVEL PARA PROCEDIMENTO COM PÓ, MEDIA, CAIXA C/100	CX 100 UND	TALGE	421	40,50	17.050,50
6232	LUVA DESCARTÁVEL PARA PROCEDIMENTO COM PÓ, GRANDE, CAIXA C/100	CX 100 UND	TALGE	140	40,50	5.670,00
25041	LUVA DESCARTÁVEL PARA PROCEDIMENTO COM PÓ, EXTRA PEQUENA, CAIXA C/100	CX 100 UND	TALGE	430	40,50	17.415,00

Valor Total R$ 62.086,50 (Sessenta e dois mil e oitenta e seis reais e cinquenta centavos).

DATA: 23 de fevereiro de 2021.

VIGÊNCIA DO CONTRATO: 31/12/2021

Mariano Kolankiewicz Filho

PREFEITO MUNICIPAL

CONVOCAÇÃO: FICA A EMPRESA CONVOCADA A ASSINAR O CONTRATO DENTRO DO PRAZO PREVISTO NO EDITAL.

GEOOBRAS
2º NOTIFICAÇÃO AO CONTRATO 031/2016

NOTIFICANTE: Prefeitura Municipal de Água Boa-MT

NOTIFICADO: WELLINGTON SIMÕES E CIA LTDA ME

MOTIVO: Notificar a empresa para apresentar os projetos aprovados pelo órgão responsável (Energisa), dos postos de transformações das E.M. Agrovila Central e Apóstolo Paulo.

PROCESSO: 059/2016

LICITAÇÃO: DL 009/2016

CONTRATO: 031/2016

PRAZO: 5 dias uteis após o recebimento.

Data: 23 de fevereiro de 2021

Mariano Kolankiewicz Filho

Prefeito Municipal

PLANEJAMENTO E FINANCAS
ESULTADO DE LICITAÇÃO MODALIDADE PREGÃO PRESENCIAL 006/2021

RESULTADO DE LICITAÇÃO

MODALIDADE PREGÃO PRESENCIAL 006/2021

O Pregoeiro da Prefeitura Municipal de Água Boa, Estado de Mato Grosso, designado pelo Decreto 3.535/2021; torna público o resultado da sessão que se realizou na data de 23/02/2021, licitação na modalidade de Pregão Presencial nº 006/2021, que teve como vencedora a empresa: FERNANDO DIDOMENICO - COMÉRCIO, CNPJ: 08.385.840/0001-21.

Água Boa - MT, 23 de fevereiro de 2021.

Marcos da Silva

Pregoeiro

AVISO DE LICITAÇÃO

PREGÃO PRESENCIAL PARA REGISTRO DE PREÇO Nº. 015/2021

A Prefeitura Municipal de Água Boa, estado de Mato Grosso, através do seu Pregoeiro Oficial, nomeado pelo Decreto nº 3.535/2021 comunica aos interessados que está aberta licitação na modalidade de Pregão Presencial, que será regida pela n°. Lei 10.520 de 17 de julho e 2.002, com aplicação subsidiária da Lei nº. 8.666/93, e suas alterações posteriores e demais disposições aplicáveis.

MODALIDADE: Pregão Presencial para Registro de Preço nº. 015/2021.

OBJETO: Futura e Eventual Contratação de Empresa para fornecimento de peças e para prestação de serviços de manutenção mecânica em motocicletas da Prefeitura de Água Boa-MT.

REALIZAÇÃO: 09/03/2021.

INICIO RECEBIMENTOS DOS ENVELOPES: 08h00min.

INICIO DO CERTAME: 08h30min.

HORÁRIO DE BRASÍLIA.

O Edital contendo as instruções estará à disposição dos interessados na sede da Prefeitura Municipal de Água Boa MT, no horário das 07h30min às 11h30min e das 13h30min às 17h30min, no site da prefeitura, www.aguaboa.mt.gov.br e pelo e-mail: pregao@aguaboa.mt.gov.br.

Água Boa - MT, 23 de fevereiro de 2021.

Ivania Cezira Volpi Pregoeira Substituta

GEOOBRAS
TERMO ADITIVO Nº. 004/2021 AO CONTRATO Nº. 197/2020.

TERMO ADITIVO Nº. 004/2021 ao Contrato n°. 197/2020 que entre si celebram o **MUNICÍPIO DE ÁGUA BOA/PREFEITURA MUNICIPAL** – Estado de Mato Grosso, e a empresa **RENOVA ENGENHARIA E CONSULTORIA EIRELI**, devidamente já qualificadas no Contrato Originário.

PROCESSO: 138/2020

LICITAÇÃO: TP 019/2020

ÓRGÃO GERENCIADOR: PREFEITURA MUNICIPAL DE ÁGUA BOA MT

OBJETO: Prorrogação de Prazo da Execução da Obra e Prorrogação de Vigência de Contrato.

VIGÊNCIA DE EXECUÇÃO: 21/03/2021

VIGÊNCIA CONTRATUAL: 17/04/2021

DATA: 19/02/2021

Mariano Kolankiewicz Filho

Prefeito Municipal

CONTABILIDADE
ATA DE AUDIÊNCIA PUBLICA SOBRE CUMPRIMENTO DAS METAS FISCAIS DO 3º QUADRIMESTRE DE 2020.

ATA DE AUDIÊNCIA PÚBLICA SOBRE O CUMPRIMENTO DAS METAS FISCAIS DO 3º QUADRIMESTRE DE 2020
Data: 18 de fevereiro de 2021 Horário: 09h30m Local: Na sede da Prefeitura Municipal de Água Boa-MT

Aos dezoito dias do mês de fevereiro de dois mil e vinte e um, a partir das nove horas e trinta minutos (horário local), no canal do YouTube oficial da Prefeitura Municipal do Município de Água Boa, Estado de Mato Grosso, atendendo ao Art. 9º, §4, da Lei de Responsabilidade Fiscal, estabelecida no edital de Audiência Pública, publicado do Diário Oficial da AMM (Associação Mato-grossense dos Municípios), também publicado no Portal de Serviços do Tribunal de Contas do Estado de Mato, sob a coordenação do Secretário Municipal de Finanças e apresentação da Contadora Municipal Rayça Alves de Carvalho, foi iniciada a Audiência Pública, na qual agradeceu todos os espectadores, ressaltando a importância da sociedade participar deste processo de transparência pública, em seguida passou a discorrer sobre a importância de existir equilíbrio entre a receita e a despesa. Os dados foram demonstrados, avaliados e divulgados de acordo com as premissas estabelecidas no parágrafo 4º, do Art. 9º, da Lei de Responsabilidade Fiscal. Primeiramente foi demonstrado o conceito formal como um todo dos itens e valores avaliados durante a audiência. Desta forma foi esclarecido aos espectadores os detalhes da receita líquida arrecadada até o quadrimestre que corresponde ao montante de cento e vinte e seis milhões seiscentos e dez mil trezentos e setenta e três reais e um centavo. E a despesa liquidada realizada até quadrimestre foi de cento e seis milhões, quatrocentos e cinquenta e dois mil, seiscentos e quarenta e nove reais e cinquenta e oito centavos, detalhando, também, a execução de cada secretaria municipal. Estas informações demonstram superávit de vinte milhões, cento e cinquenta e sete mil, setecentos e vinte e três reais e quarenta e três centavos. No que se refere à Secretaria Municipal de Educação, ensino básico, em acordo com o Art. 212 da Constituição Federal, no quadrimestre em questão verificou-se que se atingiu o percentual de 27,22% dos 25% estabelecidos em Lei. Com referência às despesas da Secretaria Municipal de Saúde, que deve ser aplicado no mínimo 15%, previsto em Lei, o resultado atingido foi de 17,62%. Logo após, foi exposto a dívida fundada do município até o quadrimestre e em seguida a despesa com pessoal consolidada, atingindo um percentual 41,06% demonstrando assim que não excede o limite de alerta de 48,60% estipulado no inciso II do § 1º do At. 59 da LRF. Sendo assim, constatado que foi explanado o planejado que atendeu o disposto na Lei de Responsabilidade Fiscal, a contadora municipal da Prefeitura de Água Boa-MT, agradeceu a presença de todos e encerrou a audiência pública. Posteriormente mandou lavrar a presente Ata que depois de lida e apresentada em conformidade com o material apresentado, foi lavrada e encaminhada para a devida publicação.

PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTO BOA VISTA

ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO
EDITAL DE PUBLICAÇÃO Nº 005/2021

ALTO BOA VISTA – MT, 15 de fevereiro de 2021.

O Prefeito Municipal de ALTO BOA VISTA – MT, em cumprimento ao que determina a Constituição Federal em seu artigo 162, Constituição Estadual e Lei Orgânica Municipal, coloca a disposição da Comunidade de Alto Boa Vista-MT, a prestação de contas da movimentação Orçamentária e Financeira relativa ao exercício financeiro do ano de 2020.

A documentação que compõe o Balanço encontra-se nas dependências da Prefeitura Municipal, a disposição de qualquer contribuinte para analise e questionamento, pelo período de 60 (sessenta dias), a partir de 15/02/2021.

Para fins de direito e conhecimento publico, expediu-se o presente Edital.

Registre-se

Publique-se

JOSÉ PEREIRA MARANHÃO

PREFEITO MUNICIPAL

PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTO GARÇAS

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA N° 155 DE 22 DE FEVEREIRO DE 2021.

"Remove o(a) servidor(a) público(a) que menciona, para o órgão que especifica, e dá outras providências."

O PREFEITO MUNICIPAL DE ALTO GARÇAS, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais exaradas na Lei Orgânica do Município e demais normas correlatas.

R E S O L V E:

Art. 1º - Remover e ceder o(a) servidor(a) público(a) municipal **GABRIELLA GERMANA COUTO SILVA**, posta a disposição na Secretaria Municipal de Administração, para desempenhar serviços administrativos na Delegacia de Polícia Civil deste município em conformidade ao Termo de Cooperação Técnica 001/2007, aditivado sob prorrogação de prazo, **sem prejuízo de sua função ou direitos funcionais, legalmente** adquiridos.

Parágrafo Único - Determinar à Gerência de Recursos Humanos da Secretaria de Administração que proceda as anotações e providências cabíveis de que trata o *caput* deste artigo, na forma da legislação vigente que disciplina a matéria.

Art. 2° - Esta Portaria produzirá seus efeitos legais a partir da data de sua publicação.

PUBLIQUE-SE, REGISTRE-SE, CUMPRA-SE.

Gabinete do Prefeito, Edifício Sede do Poder Executivo, em Alto Garças – MT, em 22 de Fevereiro de 2021.

CLAUDINEI SINGOLANO

Prefeito Municipal de Alto Garças – MT

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA N° 152 DE 19 DE FEVEREIRO DE 2021.

"Remove o(a) servidor(a) público(a) que menciona, da Função de Suplente de Fiscal de Contrato e Suplente de Responsável pela Liquidação para o órgão que especifica, e dá outras providências."

O PREFEITO MUNICIPAL DE ALTO GARÇAS, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais exaradas na Lei Orgânica do Município e demais normas correlatas.

R E S O L V E:

Art. 1º - Remover e lotar o(a) servidor(a) público(a) municipal **GABRIELLA GERMANA COUTO SILVA**, da Função de Suplente de Fiscal de Contrato e Suplente de Responsável pela Liquidação**,** sem prejuízo de sua função ou direitos funcionais, legalmente adquiridos.

Art. 2° - Esta Portaria produzirá seus efeitos legais na data de 11 de Fevereiro de 2021.

PUBLIQUE-SE, REGISTRE-SE, CUMPRA-SE.

Gabinete do Prefeito, Edifício Sede do Poder Executivo, em Alto Garças – MT, em 19 de Fevereiro de 2021.

CLAUDINEI SINGOLANO

Prefeito Municipal de Alto Garças – MT

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
DECRETO N° 011 DE 23 DE FEVEREIRO DE 2021.

"Retifica e altera a redação do Artigo 1º do Decreto Municipal nº 010, de 22 de fevereiro de 2021"

O PREFEITO MUNICIPAL DE ALTO GARÇAS–MT, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais que lhe confere a Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

Art. 1º: FICA AGLUTINADO ao artigo 1º do Decreto Municipal nº 020/2021, no que concerne ao valor do incentivo financeiro municipal de R$ 1.550,00 (um mil, quinhentos e cinquenta reais), os AGENTES DE CONTROLE DE ENDEMIAS do município de Alto Garças, igualmente a cada mês do ano de 2021, retroagindo ao mês de janeiro do corrente ano.

Art. 2º Este decreto entrará em vigor na data da sua publicação.

PUBLIQUE-SE! REGISTRE-SE! CUMPRA-SE.

Gabinete do Prefeito, Edifício Sede do Poder Executivo, em Alto Garças-MT, em 23 de fevereiro de 2021.

CLAUDINEI SINGOLANO

Prefeito Municipal de Alto Garças-MT

PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTO GARÇAS - SECRETATIRA DE ADMINISTRAÇÃO
COVID-19: ATA DE REG. DE PREÇOS Nº 4/21

ESTADO DO MATO GROSSO
PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTO GARCAS

Processo Nº.: 13/2021
PREGÃO ELETRÔNICO Nº. 4/2021

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº. 4/2021

No dia 12 do mês de Fevereiro do ano de 2021, compareceram, de um lado a(o) PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTO GARCAS , Estado de MATO GROSSO, pessoa jurídica de direito público, inscrita no CNPJ sob o nº. 03.133.097/0001-07, com sede administrativa localizada na RUA DOM AQUINO 346, bairro CENTRO, CEP nº. 78770-000, nesta cidade de Alto Garças/MT, representado pelo(a) PREFEITO MUNICIPAL, o Sr(a). CLAUDINEI SINGOLANO, inscrito no CPF sob o nº. 051.358.398-01, doravante denominada ADMINISTRAÇÃO, e as empresas abaixo qualificadas, doravante denominadas DETENTORAS DA ATA, que firmam a presente ATA DE REGISTRO DE PREÇOS de acordo com o resultado do julgamento da licitação na modalidade PREGÃO ELETRÔNICO nº. 4/2021, Processo Licitatório nº. 13/2021, que selecionou a proposta mais vantajosa para a Administração Pública, objetivando o(a) REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE INSUMOS E EQUIPAMENTOS PARA ATENDER O MUNICÍPIO DE ALTO GARÇAS-MT NO ENFRENTAMENTO DA PANDEMIA DO NOVO CORONAVÍRUS COVID-19, de acordo com o Termo de Referência e demais condições estabelecidas no Edital e seus anexos. Em conformidade com as especificações constantes no Edital.

Abaixo segue os licitantes que participaram da licitação e que tiveram itens vencedores:

Código	Nome da Empresa	Itens
4331	EASY SOLUCOES DIAGNOSTICAS LTDA	
4267	FLASH PRESTACAO DE SERVICOS EIRELI	
4165	I N BEZERRA PAULINO EIRELI	
4332	INGALAB EQUIPAMENTOS PARA LABORATORIOS LTDA	
4334	LUNALAB PRODUTOS LABORATORIAIS E HOSPITALARES EIRE	
4337	MF MEDICAL - EIRELI	
4336	MMH MED COMERCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA	
4015	TOP NORTE COMERCIO DE MATERIAL MEDICO HOSPITALAR E	2
4333	VIDA BIOTECNOLOGIA LTDA	
4335	W.N. DIAGNOSTICA EIRELI	
4330	WAMA PRODUTOS PARA LABORATORIO LTDA	1

As empresas DETENTORAS DA ATA dos itens, resolvem firmar a presente ATA DE REGISTRO DE PREÇOS de acordo com o resultado da licitação decorrente do processo e licitação acima especificados, regido pela Lei Federal nº. 10.520/02, subsidiariamente pela Lei de Licitações nº. 8.666/93, bem como pelo Decreto Municipal nº. 10 (Registro de Preços) e, pelas condições do edital, termos da proposta, mediante as cláusulas e condições a seguir estabelecidas:

Empresas	CNPJ / CPF	Nome do Representante	CPF
EASY SOLUCOES DIAGNOSTICAS LTDA	19.993.061/0001-25		. . -
FLASH PRESTACAO DE SERVICOS EIRELI	19.458.719/0002-80		. . -
I N BEZERRA PAULINO EIRELI	23.994.837/0001-07		. . -
INGALAB EQUIPAMENTOS PARA LABORATORIOS LTDA	13.415.600/0001-62		. . -
LUNALAB PRODUTOS LABORATORIAIS E HOSPITALARES EI	37.497.084/0001-20		. . -
MF MEDICAL - EIRELI	13.520.397/0001-94		. . -
MMH MED COMERCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA	21.484.336/0001-47		. . -
TOP NORTE COMERCIO DE MATERIAL MEDICO HOSPITALAI	22.862.531/0001-26		. . -
VIDA BIOTECNOLOGIA LTDA	11.308.834/0001-85		. . -
W.N. DIAGNOSTICA EIRELI	09.100.467/0001-88		. . -
WAMA PRODUTOS PARA LABORATORIO LTDA	66.000.787/0001-08		. . -

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

1.1. O presente termo tem por objetivo e finalidade de constituir o sistema Registro de Preços para seleção da proposta mais vantajosa para a Administração Pública, objetivando:
REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE INSUMOS E EQUIPAMENTOS PARA ATENDER O MUNICÍPIO DE ALTO GARÇAS-MT NO ENFRENTAMENTO DA PANDEMIA DO NOVO CORONAVÍRUS COVID-19, de acordo com o Termo de Referência e demais condições estabelecidas no Edital e seus anexos.
Tudo em conformidade com as especificações constantes no Edital, nas condições definidas na ato convocatório, seus anexos, propostas de preços e demais documentos e Atas do Processo e Licitação acima descritos, os quais integram este instrumento independente de transcrição, pelo prazo de validade do presente Registro de Preços.

1.2. A existência de preços registrados não obriga a Administração a firmar contratações com os respectivos fornecedores ou a contratar a totalidade dos bens registrados, sendo-lhe facultada a utilização de outros meios permitidos pela legislação relativa às licitações, sem cabimento de recurso, sendo assegurado ao beneficiário do registro de preços preferência em igualdade de condições.

CLÁUSULA SEGUNDA - DO PREÇO

2.1. O preço unitário para fornecimento do objeto de registro será o de MENOR PREÇO POR ITEM, inscrito na Ata do Processo e Licitação descritos acima e de acordo com a ordem de classificação das respectivas propostas que integram este instrumento, independente de transcrição, pelo prazo de validade do registro, conforme segue:

Fornecedor: 4015 - TOP NORTE COMERCIO DE MATERIAL MEDICO HOSPITALAR E

Item	Especificação	Unid	Marca	Quantidade	Preço Unitário	Preço Total
2	SERINGA DESCARTAVEL - EM PLASTICO, ATOXICO,APIROGENICO EM PLASTICO,ATOXICO,APIROGENIO INTEGRO E TRANSPARENTE, APRESENTANDO RIGIDEZ E RESISTENCIA MECANICA NA SUA UTILIZACAO, EMBOLO DE BORRACHA ATOXICA NA PONTA, BICO ENROSCAVEL, ESTERIL, SILICONIZADA, COM CAPACIDADE DE 3 ML, COM AGULHA 0,60 X 25 MM, EMBALAGEM CONTENDO DADOS DE IDENTIFICACAO, PROCEDENCIA, VALIDADE, LOTE E REGISTRO NO MS. CAIXA C/ 100 UNIDADES	CX	SR SR	100,000	75,3333	7.533,33

Fornecedor: 4330 - WAMA PRODUTOS PARA LABORATORIO LTDA

Item	Especificação	Unid	Marca	Quantidade	Preço Unitário	Preço Total
1	TESTE - RAPIDO PARA DETECCAO DO VIRUS COVID-19 (CORONAVIRUS) IGG E IGM	KIT	WAMA TESTE	250,000	195,0000	48.750,00

2.2. Os preços registrados serão fixos e irreajustáveis durante a vigência da Ata de Registro de Preço.

2.2.1. Na hipótese de alteração de preços de mercado, para mais ou para menos devidamente comprovadas, estes poderão ser revistos, visando ao restabelecimento da relação inicialmente pactuada, em decorrência de situações previstas na aliena “d” do inciso II do caput e do §5° do art. 65 da Lei nº 8.666, de 1993.

2.2.2. Para efeitos de revisão de preços ou do pedido de cancelamento do registro de que trata a cláusula sexta, a comprovação deverá ser feita por meio de documentação comprobatória da elevação dos preços inicialmente pactuados, mediante juntada da planilha de custos, lista de preços de fabricantes, notas fiscais de aquisição, de transporte, encargos e outros, alusivos à data da apresentação da proposta e do momento do pleito, sob pena de indeferimento do pedido.

2.2.3. A revisão será precedida de pesquisa prévia no mercado, banco de dados, índices ou tabelas oficiais e ou outros meios disponíveis para levantamento das condições de mercado, envolvendo todos os elementos materiais para fins de fixação de preço máximo a ser pago pela administração.

2.2.4. O órgão gerenciador deverá decidir sobre a revisão dos preços no prazo máximo de 07 (sete) dias úteis, salvo por motivo de força maior, devidamente justificado no processo.

2.2.5. No reconhecimento do desequilíbrio econômico financeiro do preço inicialmente estabelecido, o órgão gerenciador, se julgar conveniente, poderá optar pelo cancelamento do preço, liberando os fornecedores do compromisso assumido, sem aplicação de penalidades ou determinar a negociação.

2.2.6. No ato da negociação de preservação do equilíbrio econômico financeiro do contrato será dada preferência ao fornecedor de primeiro menor preço e, sucessivamente, aos demais classificados, respeitada a ordem de classificação.

2.3. Na ocorrência do preço registrado tornar-se superior ao preço praticado no mercado, caberá ao órgão gerenciador da Ata promover as necessárias negociações junto aos fornecedores, mediante as providências seguintes:

a) convocar o fornecedor primeiro classificado, visando estabelecer a negociação para redução de preços originalmente registrados e sua adequação ao praticado no mercado;

b) frustrada a negociação, o fornecedor será liberado do compromisso assumido; e

c) convocar os demais fornecedores registrados, na ordem de classificação, visando igual oportunidade de negociação.

2.4. Quando o preço registrado torna-se inferior aos preços praticados no mercado e o fornecedor não puder cumprir o compromisso inicialmente assumido poderá mediante requerimento devidamente instruído, pedir revisão dos preços ou o cancelamento do preço registrado, comprovadas as situações elencadas na alínea “d” do inciso II do caput ou do §5° do art. 65 da Lei n° 8.666, de 1993, caso em que o órgão gerenciador poderá:

a) estabelecer negociação com os classificados visando à manutenção dos preços inicialmente registrados:

b) permitir a apresentação de novos preços, observado o limite máximo estabelecido pela administração, quando da impossibilidade de manutenção do preço na forma referida na alínea anterior, observada as seguintes condições:

b1) as propostas com os novos valores deverão constar de envelope lacrado, a ser entregue em data, local e horário, previamente, designados pelo órgão gerenciador;

b2) o novo preço ofertado deverá manter equivalência entre o preço originalmente constante da proposta e o preço de mercado vigente à época da licitação, sendo registrado o de menor valor.

2.4.1. A fixação do novo preço pactuado deverá ser consignada em apostila à Ata de Registro de Preços, com as justificativas cabíveis, observada a anuência das partes.

2.4.2. Não havendo êxito nas negociações, de que trata este subitem e o anterior estes serão formalmente desonerados do compromisso de fornecimento em relação ao item ou lote pelo órgão gerenciador, com conseqüente cancelamento dos seus preços registrados, sem aplicação das penalidades.

CLÁUSULA TERCEIRA - DO PRAZO DE VALIDADE DO REGISTRO DE PREÇOS

3.1. O prazo de validade da Ata de Registro de Preços será de 12 (doze) meses a contar da data da assinatura da ata, computadas neste prazo, as eventuais prorrogações.

3.2. Os preços decorrentes do Sistema de Registro de Preços terão sua vigência conforme as disposições contidas nos instrumentos convocatórios e respectivos contratos, obedecida o disposto no art. 57 da Lei nº 8.666/1993.

3.3. É admitida a prorrogação da vigência da Ata, nos termos do art. 57, §4°, da Lei n° 8.666/1993, quando a proposta continuar se mostrando mais vantajosa, satisfeitos os demais requisitos deste Decreto.

CLÁUSULA QUARTA - DOS USUÁRIOS DO REGISTRO DE PREÇOS

4.1. A Ata de Registro de Preços será utilizada pelos órgãos ou entidades da Administração Municipal relacionadas no objeto deste Edital;

4.2. Os órgãos e entidades participantes da Ata de Registro de Preços deverão apresentar suas solicitações de aquisição ou contratação ao órgão gerenciador, que formalizará por intermédio de instrumental contratual ou emissão de nota de empenho de despesa ou autorização de compra ou outro instrumento equivalente, na forma estabelecida no §4° do art. 62 da Lei nº 8.666/1993, e procederá diretamente a solicitação com o fornecedor, com os preços registrados, obedecida a ordem de classificação.

4.3. Os quantitativos dos contratos de fornecimento serão sempre fixos e os preços a serem pagos serão aqueles registrados em ata.

4.4. Aplicam-se aos contratos de fornecimento as disposições pertinentes da Lei Federal n.º 8.666, de 21 de junho de 1993, suas alterações posteriores e demais normas cabíveis.

4.5. Os órgãos e entidades participantes da Ata de Registro de Preços manterão o órgão gerenciador informado a respeito dos processos de aquisições por meio de registro de preços, devendo encaminhar cópia dos comprovantes das aquisições, para a anexação ao respectivo processo de registro.

4.6. A Ata de Registro de Preços, durante sua vigência, poderá ser utilizada por qualquer órgão ou entidade da Administração que não tenha participado do certame licitatório, sendo que serão denominadas "Órgão não-participante ou carona".

CLÁUSULA QUINTA - DOS DIREITOS E OBRIGAÇÕES DAS PARTES

5.1. Compete ao Órgão Gestor:

5.1.1. A Administração e os atos de controle da Ata de Registro de Preços decorrente da presente licitação será do Núcleo de Compras e Licitação, denominado como órgão gerenciador do Sistema de Registro de Preços, nos termos do inciso III do art. 4° do Decreto Municipal n° 010/2013;

5.1.2. O órgão gerenciador acompanhará, periodicamente, os preços praticados no mercado para os materiais registrados, para fins de controle e fixado do valor máximo a ser pago pela Administração.

5.1.2.1. O órgão gerenciador sempre que os órgãos e entidades usuários da ata de registro de preços necessitarem da entrega dos materiais, indicará os fornecedores e seus respectivos saldos, visando subsidiar os pedidos de materiais, respeitada a ordem de registro e os quantitativos a serem fornecidos.

5.1.3.. Optar pela contratação ou não dos bens ou serviços decorrentes do Sistema Registro de Preços ou das quantidades estimadas, ficando-lhe facultada a utilização de outros meios para aquisição de item, respeitada a legislação relativa às licitações, sendo assegurado ao beneficiário do Registro de Preços preferência em igualdade de condições, sem que caiba recurso ou indenização;

5.1.4. Dilatar o prazo de vigência do registro de preços “de oficio” através de apostilamento, com a publicação na imprensa oficial do município, observado o prazo legalmente permitido, quando os preços apresentarem mais vantajosos para a Administração e/ou existirem demandas para atendimento dos órgãos usuários.

5.1.5. Decidir sobre a revisão ou cancelamento dos preços registrados no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, salvo motivo de força maior devidamente justificado no processo;

5.1.6. Emitir a autorização de compra;

5.1.7. Dar preferência de contratação com o detentor do registro de preços ou conceder igualdade de condições, no caso de contrações por outros meios permitidos pela legislação;

5.2. Compete aos órgãos ou entidades usuárias:

5.2.1. Proporcionar ao detentor da ata todas as condições para o cumprimento de suas obrigações e entrega dos materiais dentro das normas estabelecidas no edital;

5.2.2. Proceder à fiscalização da contratação, mediante controle do cumprimento de todas as obrigações relativas ao fornecimento, inclusive encaminhando ao órgão gerenciador qualquer irregularidade verificada;

5.2.3. Rejeitar, no todo ou em parte, os produtos entregues em desacordo com as obrigações assumidas pelo detentor da ata.

5.3. Compete ao Compromitente Detentor da Ata:

5.3.1. Entregar os produtos nas condições estabelecidas no edital e seus anexos e atender todos os pedidos de contratação durante o período de duração do registro de Preços, independente da quantidade do pedido ou de valor mínimo, de acordo com a sua capacidade de fornecimento fixada na proposta de preço de sua titularidade, observando as quantidades, prazos e locais estabelecidos pelo Órgão Usuário da Ata de Registro de Preços;

5.3.2. Aceitar nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários até 25% (vinte e cinco por cento), em função do direito de acréscimo tratado no § 1º do art. 65, da Lei n. 8.666/93 e alterações, sob pena das sanções cabíveis e facultativas nas demais situações;

5.3.3. Manter, durante a vigência do registro de preços, a compatibilidade de todas as obrigações assumidas e as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;

5.3.4. Substituir os produtos recusados pelo órgão ou entidade usuária, sem qualquer ônus para a Administração, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas, independentemente da aplicação das penalidades cabíveis;

5.3.5. Ter revisado ou cancelado o registro de seus preços, quando presentes os pressupostos previstos na cláusula segunda desta Ata;

5.3.6. Atender a demanda dos órgãos ou entidade usuários, durante a fase da negociação de revisão de preços de que trata a cláusula segunda desta Ata, com os preços inicialmente registrados, garantida a compensação dos valores dos produtos já entregues, caso do reconhecimento pela Administração do rompimento do equilíbrio originalmente estipulado;

5.3.7. Vincular-se ao preço máximo (novo preço) definido pela Administração, resultante do ato de revisão;

5.3.8. Ter direito de preferência ou, igualdade de condições caso a Administração optar pela contratação dos bens ou serviços objeto de registro por outros meios facultados na legislação relativa às licitações.

5.3.9. Responsabilizar-se pelos danos causados diretamente à Administração ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo até a entrega do objeto de registro de preços.

5.3.10. Receber os pagamentos respectivos nas condições pactuadas no edital e na cláusula oitava desta Ata de Registro de Preços.

CLÁUSULA SEXTA - DO CANCELAMENTO DOS PREÇOS REGISTRADOS

6.1. A Ata de Registro de Preços será cancelada, automaticamente, por decurso de prazo de vigência ou quando não restarem fornecedores registrados e, por iniciativa do órgão gerenciador da Ata de Registro de Preços quando:

6.1.1. Pela ADMINISTRAÇÃO, quando:

a) o detentor da ata descumprir as condições da Ata de Registro de Preços a que estiver vinculado;

b) o detentor não retirar nota de empenho ou instrumento equivalente no prazo estabelecido, sem justificativa aceitável;

c) em qualquer hipótese de inexecução total ou parcial do contrato de fornecimento;

d) não aceitar reduzir o seu preço registrado, na hipótese desta apresentar superior ao praticado no mercado;

e) estiver impedido para licitar ou contratar temporariamente com a administração ou for declarado inidôneo para licitar ou contratar com a administração pública, no termos da Lei Federal n° 10.520, de 17 de fevereiro de 2002;

f) por razões de interesse público devidamente fundamentadas.

6.1.2. Pela DETENTORA da ata quando, mediante solicitação por escrito, comprovar estar impossibilitada de executar o contrato de acordo com a ata de registro de preços, decorrente de caso fortuito ou de força maior.

6.2. Nas hipóteses previstas no subitem 6.1., a comunicação do cancelamento de preço registrado será publicada na imprensa oficial juntando-se o comprovante ao expediente que deu origem ao registro.

6.3. O cancelamento do registro, assegurados o contraditório e a ampla defesa, será formalizado por despacho da autoridade competente.

6.4. A solicitação da detentora da ata para cancelamento do registro do preço deverá ser protocolada no protocolo geral da ADMINISTRAÇÃO, facultada a esta a aplicação das sanções administrativas previstas no edital, se não aceitar as razões do pedido, sendo assegurado ao fornecedor o contraditório e a ampla defesa.

6.5. Cancelada a ata em relação a uma detentora, o Órgão Gerenciador poderá emitir ordem de fornecimento àquela com classificação imediatamente subsequente.

CLÁUSULA SETIMA - DO FORNECIMENTO, LOCAL E PRAZO DE ENTREGA

7.1. A Ata de Registro de Preços será utilizada para aquisição do respectivo objeto, pelos órgãos e entidades da Administração Municipal.

7.2. Cada fornecimento deverá ser efetuado mediante solicitação por escrito, formalizado pelo órgão ou entidade participante ao órgão gerenciador, dela devendo constar: a data, o valor unitário do fornecimento, a quantidade pretendida, o local para a entrega, o prazo, o carimbo e a assinatura do responsável.

7.3. O órgão gerenciador formalizará por intermédio de instrumental contratual ou autorização de compra ou outro instrumento equivalente, na forma estabelecida no §4° do art. 62 da Lei nº 8.666, de 1993, acompanhada a respectiva nota de empenho, contendo o número de referência da Ata de Registro de Preços e procederá diretamente a solicitação com o fornecedor, com os preços registrados, obedecida a ordem de classificação.

7.4. Caso a fornecedora classificada não puder fornecer os produtos solicitados, ou o quantitativo total requisitado ou parte dele, deverá comunicar o fato ao Departamento de Compras – órgão gerenciador, por escrito, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas, a contar do recebimento da Ordem de Fornecimento.

7.5. A(s) fornecedora(s) classificada(s) ficará(ão) obrigada(s) a atender as ordens de fornecimento efetuadas dentro do prazo de validade do registro, mesmo se a entrega dos materiais ocorrer em data posterior ao seu vencimento.

7.5.1. O local de entrega dos materiais será estabelecido em cada Ordem de Fornecimento, podendo ser na sede da unidade requisitante, ou em local em que esta indicar.

7.5.2. O prazo de entrega será conforme solicitação do órgão ou entidade requisitante, não podendo ultrapassar o prazo estabelecido no termo de referência do edital da data de recebimento da nota de empenho ou instrumento equivalente.

7.5.3. Se a Detentora da ata não puder fornecer o quantitativo total requisitado, ou parte dele, deverá comunicar o fato à administração, por escrito, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, a contar do recebimento da ordem de fornecimento.

7.5.4. Serão aplicadas as sanções previstas na Lei Federal n.º 8.666, de 21 de junho de 1993 e suas alterações posteriores, além das determinações deste edital, se a detentora da ata não atender as ordens de fornecimento.

7.6. A segunda fornecedora classificada só poderá fornecer à Administração, quando estiver esgotada a capacidade de fornecimento da primeira, e assim sucessivamente, de acordo com o consumo anual previsto para cada item da licitação, ou quando da primeira classificada tiver seu registro junto a Ata cancelado.

7.7. As despesas relativas à entrega dos materiais correrão por conta exclusiva da fornecedora detentora da Ata.

7.8. A Detentora da Ata obriga-se a fornecer os materiais, descritos na presente Ata, novos e de primeiro uso, em conformidade com as especificações descritas na proposta de Preços, sendo de sua inteira responsabilidade a substituição, caso não esteja em conformidade com as referidas especificações.

7.8.1. Serão recusados os materiais imprestáveis ou defeituosos, que não atendam as especificações constantes no edital e/ou que não estejam adequados para o uso.

7.8.2. Os materiais deverão ser entregues embalados de forma a não serem danificados durante as operações de transporte e descarga no local da entrega.

7.9. Independente de aceitação, a contratada garantirá a qualidade e segurança dos materiais licitados contra defeitos de fabricação, pelo prazo mínimo de 06 (seis) meses a partir da data da entrega, conforme manual da fabricante, salvo o uso indevido, acidente e desgaste natural.

7.10. Todas as despesas relativas à entrega e transporte dos materiais, bem como todos os impostos, taxas e demais despesas decorrente da presente Ata, correrão por conta exclusiva da contratada.

CLÁUSULA OITAVA - DO PAGAMENTO

8.1. O pagamento, decorrente do fornecimento do objeto desta licitação, será efetuado mediante crédito em conta bancária, em até 30 (trinta) dias, contados do recebimento definitivo dos materiais, após a apresentação da respectiva Nota Fiscal, devidamente atestada pelo setor competente, conforme dispõe o art. 40, inciso XIV, alínea “a”, da Lei n° 8.666/93 e alterações.

8.2. Os pagamentos somente serão efetuados após a comprovação, pela(s) fornecedora(s), de que se encontra regular com suas obrigações para com o sistema de seguridade social, mediante a apresentação das Certidões Negativas de Débito com o INSS e com o FGTS.

8.3. Ocorrendo erro no documento da cobrança, este será devolvido e o pagamento será sustado para que o fornecedor tome as medidas necessárias, passando o prazo para o pagamento a ser contado a partir da data da reapresentação do mesmo.

8.4. Caso se constate erro ou irregularidade na Nota Fiscal, o órgão, a seu critério, poderá devolvê-la, para as devidas correções.

8.5. Na hipótese de devolução, a Nota Fiscal será considerada como não apresentada, para fins de atendimento das condições contratuais.

8.6. Na pendência de liquidação da obrigação financeira em virtude de penalidade ou inadimplência contratual o valor será descontado da fatura ou créditos existentes em favor da fornecedora.

8.7. A Administração efetuará retenção, na fonte dos tributos e contribuições sobre todos os pagamentos devidos à fornecedora classificada.

CLÁUSULA NONA - DOS ACRÉSCIMOS E SUPRESSÕES

9.1. É vedado efetuar acréscimos nos quantitativos fixados pela ata de registro de preços, inclusive o acréscimo de que trata o § 1º do art. 65 da Lei nº 8.666, de 1993.

9.2. A supressão dos produtos registrados na Ata de Registro de Preços poderá ser total ou parcial, a critério do órgão gerenciador, considerando-se o disposto no § 4.º do artigo 15 da Lei n. 8.666/93 e alterações.

CLÁUSULA DÉCIMA - DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

10.1. As despesas decorrentes da contratação dos objetos da presente Ata de Registro de Preços correrão a cargo dos Órgãos ou Entidades Usuários da Ata, cujos Programas de Trabalho e Elementos de Despesas constarão nas respectivas notas de empenho, contrato ou documento equivalente, observada as condições estabelecidas no edital e ao que dispõe o artigo 62, da Lei n. 8.666/93 e alterações.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DAS PENALIDADES E DAS MULTAS

11.1. Caberá ao Órgão Gerenciador, a seu juízo, após a notificação por escrito de irregularidade pela unidade requisitante, aplicar ao detentor da ata, garantidos o contraditório e a ampla defesa, as seguintes sanções administrativas:

11.1.1. pelo descumprimento total da obrigação assumida, caracterizado pela recusa do fornecedor em assinar o contrato, aceitar ou retirar a nota de empenho ou documento equivalente no prazo estabelecido, ressalvados os casos previstos em lei, devidamente informados e aceitos:

a) multa de dez por cento sobre o valor constante da nota de empenho ou contrato;

b) cancelamento do preço registrado;

c) suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a administração no prazo de até cinco anos.

11.1.1.1 As sanções previstas neste subitem poderão ser aplicadas cumulativamente.

11.1.2. por atraso injustificado no cumprimento de contrato de fornecimento:

a) multa de 0,5% (meio por cento), por dia útil de atraso, sobre o valor da prestação em atraso até o décimo dia;

b) rescisão unilateral do contrato após o décimo dia de atraso.

11.1.3. por inexecução total ou execução irregular do contrato de fornecimento ou de prestação de serviço:

a) advertência, por escrito, nas falta leves;

b) multa de 10% (dez por cento) sobre o valor correspondente à parte não cumprida ou da totalidade do fornecimento ou serviço não executado pelo fornecedor;

c) suspensão temporária de participar de licitação e impedimento de contratar com a administração pública estadual por prazo não superior a 2 (dois) anos.

d) declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a administração pública municipal, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.

11.1.3.1. A penalidade prevista na alínea "b" do subitem 11.1.3. poderá ser aplicada de forma isolada ou cumulativamente com as sanções previstas nas alíneas "a", "c" e "d", sem prejuízo da rescisão unilateral do instrumento de ajuste por qualquer das hipóteses prescritas nos artigos 77 a 80 da Lei nº 8.666, de 1993.

11.1.3.2. Ensejará ainda motivo de aplicação de penalidade de suspensão temporária de participação em licitação ou impedimento de contratar com a administração de até cinco anos e descredenciamento do Registro Cadastral da ADMINISTRAÇÃO, o licitante que apresentar documentação falsa, não mantiver a proposta e cometer fraude fiscal, sem prejuízo das demais cominações legais, nos termos da Lei n° 10.520, de 2002.

11.1.3.3. O fornecedor que não recolher as multas previstas neste artigo, no prazo estabelecido, ensejará também a aplicação da pena de suspensão temporária de participação em licitação ou impedimento de contratar com a administração, enquanto não adimplida a obrigação.

11.1.3.4. A aplicação das penalidades previstas nas alíneas "c" e "d" do subitem 11.1.3, será de competência exclusiva do prefeito municipal, facultada a ampla defesa, na forma e no prazo estipulado no parágrafo seguinte, podendo a reabilitação ser concedida mediante ressarcimento dos prejuízos causados e após decorrido o prazo de sanção mínima de dois anos.

11.2. Fica garantido ao fornecedor o direito prévio da citação e de ampla defesa, no respectivo processo, no prazo de cinco dias úteis, contado da notificação.

11.3. As penalidades aplicadas serão obrigatoriamente anotadas no registro cadastral dos fornecedores mantido pela Administração.

11.4. As importâncias relativas às multas deverão ser recolhidas à conta do Tesouro do Município.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DA EFICÁCIA

12.1. O presente Termo de Registro de Preços somente terá eficácia após a publicação do respectivo extrato na imprensa oficial do município.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DO FORO

13.1. Fica eleito o Foro da Comarca de Alto Garças para dirimir quaisquer dúvidas ou questões oriundas do presente instrumento.

E, por estarem as partes justas e compromissadas, assinam o presente Termo em duas vias, de igual teor, na presença das testemunhas abaixo assinadas.

Alto Garças,12 de Fevereiro de 2021.

CLAUDINEI SINGOLANO
PREFEITO MUNICIPAL

Empresas Participantes:

EASY SOLUCOES DIAGNOSTICAS LTDA	CNPJ: 19.993.061/0001-25	
FLASH PRESTACAO DE SERVICOS EIRELI	CNPJ: 19.458.719/0002-80	
I N BEZERRA PAULINO EIRELI	CNPJ: 23.994.837/0001-07	
INGALAB EQUIPAMENTOS PARA LABORATORIOS LTDA	CNPJ: 13.415.600/0001-62	
LUNALAB PRODUTOS LABORATORIAIS E HOSPITALARES EIR	CNPJ: 37.497.084/0001-20	
MF MEDICAL - EIRELI	CNPJ: 13.520.397/0001-94	
MMH MED COMERCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA	CNPJ: 21.484.336/0001-47	
TOP NORTE COMERCIO DE MATERIAL MEDICO HOSPITALAR	CNPJ: 22.862.531/0001-26	
VIDA BIOTECNOLOGIA LTDA	CNPJ: 11.308.834/0001-85	
W.N. DIAGNOSTICA EIRELI	CNPJ: 09.100.467/0001-88	
WAMA PRODUTOS PARA LABORATORIO LTDA	CNPJ: 66.000.787/0001-08	

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA N° 158 DE 23 DE FEVEREIRO DE 2021.

"Remove o servidor(a) público(a) que menciona, para o órgão que especifica, e dá outras providências."

O PREFEITO MUNICIPAL DE ALTO GARÇAS, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais exaradas na Lei Orgânica do Município e demais normas correlatas.

R E S O L V E:

Art. 1º - Remover e lotar o servidor(a) público(a) municipal **EVALDO CORREA RODRIGUES**, lotado(a) na **Secretaria Municipal de Educação para a Secretaria Municipal de Infraestrutura e Obras sem prejuízo de sua função ou direitos funcionais, legalmente** adquiridos.

Parágrafo Único - Determinar à Gerência de Recursos Humanos da Secretaria de Administração que proceda as anotações e providências cabíveis de que trata o *caput* deste artigo, na forma da legislação vigente que disciplina a matéria.

Art. 2° - Esta Portaria produzirá seus efeitos legais na data de 01 de Fevereiro de 2021.

PUBLIQUE-SE, REGISTRE-SE, CUMPRA-SE.

Gabinete do Prefeito, Edifício Sede do Poder Executivo, em Alto Garças – MT, em 23 de Fevereiro de 2021.

CLAUDINEI SINGOLANO

Prefeito Municipal de Alto Garças – MT

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA N° 159 DE 23 DE FEVEREIRO DE 2021.

Institui a verba de locomoção, para o servidor que trabalha como motorista do caminhão de recolhimento de lixo urbano, lotados na Secretaria Municipal de Infraestrutura e Obras e dá outras providências.

O Prefeito Municipal de Alto Garças, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais exaradas no art. 71, inciso VI e X da Lei Orgânica do Município, nos termos das Leis nº 870, de 10 de Outubro de 2011 e nº 940 de 10 de setembro de 2013.

CONSIDERANDO a Lei Municipal 940/2013;

CONSIDERANDO o Comunicado Interno nº 015/2021/SIOP/JRDP da Secretaria Municipal de Infraestrutura e Obras;

R E S O L V E:

Art. 1º - Conceder a verba de locomoção ao servidor municipal, abaixo relacionado em decorrência do exercício da função, como motorista do caminhão de recolhimento de lixo urbano;

1 – EVALDO CORREA RODRIGUES; CPF: 201.796.851-04

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de 01 de Fevereiro de 2021, revogadas as disposições em contrário.

PUBLIQUE-SE, REGISTRE-SE, CUMPRA-SE.

Gabinete do Prefeito, Edifício Sede do Poder Executivo, em Alto Garças-MT, em 23 de Fevereiro de 2021.

CLAUDINEI SINGOLANO

Prefeito Municipal de Alto Garças-MT

PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTO GARÇAS - SECRETATIRA DE ADMINISTRAÇÃO
COVID-19: AVISO DE RESULTADO - PE N. 04/2021

A PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTO GARÇAS, 051/2021, de 05/01/2021, torna público, para conhecimento dos interessados, o resultado final obtido do processo supracitado, cujo objeto é: **REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE INSUMOS E EQUIPAMENTOS PARA ATENDER O MUNICÍPIO DE ALTO GARÇAS-MT NO ENFRENTAMENTO DA PANDEMIA DO NOVO CORONAVÍRUS COVID-19**, de acordo com Termo de Referência e demais condições estabelecidas no Edital e seus anexos, sagrando-se vencedor(a) a(s) empresa(s) para os item(ns)/lote(s) a seguir: ITEM 2 - TOP NORTE COMERCIO DE MATERIAL MEDICO HOSPITALAR E, inscrita no CNPJ sob o n° 22.862.531/0001-26, com o valor total de R$ 7.533,33 (sete mil e quinhentos e trinta e três reais e trinta e três centavos), ITEM 1 - WAMA PRODUTOS PARA LABORATORIO LTDA - ME, inscrita no CNPJ sob o n° 66.000.787/0001-08, com o valor total de R$ 48.750,00 (quarenta e oito mil e setecentos e cinquenta reais). Não havendo interposição de recurso, os objetos da licitação ficam adjudicados à classificada conforme acima mencionado. Informações mais detalhadas com a equipe de apoio e pregoeiro pelo fone/fax (66) 3471-2450, e-mail: licitacaoag2021-2024@outlook.com. Alto Garças - MT, 16 de fevereiro de 2021. Alessandra da Silva Dias - Pregoeira Oficial.

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA N° 156 DE 23 DE FEVEREIRO DE 2021.

Nomeia SÔNIA SIQUEIRA VICHIETI, para o exercício do cargo de provimento de Supervisor(a) de Cultura, lotado(a) na Secretaria Municipal de Esportes. Lazer, Cultura e Turismo, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE ALTO GARÇAS–MT, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais que lhes são conferidas por Lei no art. 71, inciso I da Lei Orgânica do Município, combinado com a Lei Municipal nº 873 de 24 de Outubro de 2011 e a Lei Municipal nº 874, de 08 de Novembro de 2011.

R E S O L V E:

Art. 1° - Nomear **SÔNIA SIQUEIRA VICHIETI** inscrita no CPF/MF sob n° 014.381.708-66, para o cargo de provimento de **Supervisor(a) de Cultura,** lotado(a) na Secretaria Municipal de Esporte, Lazer, Cultura e Turismo, e dá outras providências.

Parágrafo Único - Determinar à Gerência de Recursos Humanos da Secretaria de Administração a proceder às providências cabíveis de que trata o caput deste artigo, na forma da legislação vigente que disciplina a matéria.

Art. 2° - Esta Portaria produzirá seus efeitos legais a partir da data de 01 de Fevereiro de 2021.

PUBLIQUE-SE, REGISTRE-SE, CUMPRA-SE.

Gabinete do Prefeito, Edifício Sede do Poder Executivo, em Alto Garças-MT, em 23 de Fevereiro de 2021.

CLAUDINEI SINGOLANO

Prefeito Municipal de Alto Garças-MT

PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTO PARAGUAI

JURIDICO
TERMO DE RESCISÃO CONTRATO N.º 057/2021

TERMO DE RESCISÃO CONTRATO N.º 057/2021

Por este instrumento particular de Contrato por PRAZO CERTO E DETERMINADO que entre si fazeram o Município de Alto Paraguai - MT, com sede administrativa nesta cidade, sita à Avenida Presidente Médice, n.º 470, Bairro Bela Vista inscrito no CNPJ/MF n° 03.648.532/0001-28, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, Sr. **ADAIR JOSE ALVES MOREIRA**, brasileiro, casado, Advogado, portadora da Carteira de Identidade RG sob n.º 09287868 SSP/MT, e inscrita no CPF sob n.º 604.418.441-20, que doravante denominada, simplesmente de **CONTRATANTE** e de outro lado o (a) Sr (a) . **WILLIANA GOMES DE CAMPOS,** brasileira, portadora do RG sob o n.º 000832608 SSP/MT e inscrita no CPF sob o n.º 858.990.382-68, residente e domiciliado na ESTRADA P.A NOVA ESPERANÇA, 36 LPT PA NOVA ESPERANÇA - CAPÃO VERDE, ALTO PARAGUAI/MT, CEP: 78.410-000 , a seguir denominada **CONTRATADO (A),** ajustam o presente **TERMO DE RESCISÃO** , segundo as cláusulas e condições seguintes:

CLÀUSULA PRIMEIRA DO OBJETO DA RESCISÃO.

1.1. Constitui objeto deste termo a rescisão do Contrato n° 057/2021, que tem por objeto a prestação de serviços profissionais na função de **RECEPCIONISTA JUNTO A ZONA RURAL DO MUNICIPIO DE ALTO PARAGUAI;**

CLÁUSULA 2ª. DO DISTRATO.

Por força da presente rescisão, as partes dão por terminado o Contrato de n.º 057/2021, nada mais tendo a reclamar uma da outra, a qualquer titulo e em qualquer época, relativamente às obrigações assumidas no ajuste ora rescindidas.

CLAUSULA 3ª. DO FORO

Para dirimir as questões oriundas do presente instrumento, é competente o foro da Comarca de Diamantino/MT.

CLAUSULA 4ª. DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

E por estarem de acordo com todas as condições e termos aqui explicitados, assinam as partes o presente instrumento em 02 (duas) vias de igual teor e forma, juntamente com 02 (duas) testemunhas, que será devidamente publicado.

Prefeitura Municipal de Alto Paraguai-MT, 18 de fevereiro de 2021.

ADAIR JOSÉ ALVES MOREIRA	WILLIANA GOMES DE CAMPOS
Prefeito Municipal	Contratada

_____

_____

KAROLINE FERREIRA DE CAMPOS KAUANY BARBARA N. PEREIRA

1ª. Testemunha 2ª. Testemunha

CPF: 034.092.391-11 CPF: 036.226.031.19

JURIDICO
CONTRATO ADMINISTRATIVO DE PRAZO DETERMINADO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS PESSOA FÍSICA N° 077/2021

CONTRATO ADMINISTRATIVO DE PRAZO DETERMINADO DE

PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS PESSOA FÍSICA N° 077/2021

Por este instrumento particular de Contrato por PRAZO CERTO E DETERMINADO que entre si fazem de um lado o Município de Alto Paraguai - MT, com sede administrativa nesta cidade, sita à Avenida Presidente Médice, n.º 470, Bairro Bela Vista inscrito no CNPJ/MF n° 03.648.532/0001-28, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, Sr. **Adair José Alves Moreira**, brasileiro, casado, Advogado, portadora da Carteira de Identidade RG sob n.º 09287868 SSP/MT, e inscrita no CPF sob n.º 604.418.441-20, que doravante denominada, simplesmente de **CONTRATANTE** e de outro lado o Sr.**ELIANDRO DIVINO CORREA,** portador (a) do RG nº **1349407-4** CPF/CNPJ de n. **009.988.791.69**, residente e domiciliado (a) na Rua Se, denominação, Zona Rural – Capão Verde em **Alto Paraguai - MT, CEP 78410-000**, a seguir denominada **CONTRATADA**, ajustam o presente contrato de prestação de serviços segundo as cláusulas e condições seguintes:

1. CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO.

1.1 – O objetivo da presente contratação por excepcional interesse público é a prestação de serviços profissionais na função de **VIGIA,** o qual contém **PARECERES FAVORÁVEIS** do Controle Interno, Recursos Humanos, Ordenador de Despesa e Assessoria Jurídica, embasadas nas Leis Municipais correlatas e Lei 8666/93.

2. CLÁUSULA SEGUNDA - JORNADA DE TRABALHO.

2.1 – Jornada de trabalho durante a vigência do contrato é de 40 (quarenta) horas semanais;

2.2 Os serviços deverão ser prestados nos dias e horários estabelecidos pelo SECRETÁRIA **MUNICÍPAL DE AGRICULTURA,** o qual é o responsável pela efetiva prestação dos serviços que serão executados pela **CONTRATADO.**

2.3 – De comum acordo entre as partes poderão ser alterados o local e o horário definido no presente CONTRATO, podendo inclusive ser alterado o valor contratual ora pactuado, devendo ser realizados os termos aditivos/alterações.

3. – CLÁUSULA TERCEIRA - DO VALOR DA REMUNERAÇÃO.

3.1 – A **CONTRATANTE** pagará a **CONTRATADO** pela retribuição dos seus serviços prestados, a importância no valor mensal de **R$ 1.100,00 (Hum Mil Cem Reais**), **acrescidos de 30% de adicional de periculosidade,** sendo o pagamento realizado em conta bancária da **CONTRATADA,** coincidente com o pagamento mensal efetuado aos demais servidores municipais, em conformidade com informação dos dias trabalhados que serão informados pela **SECRETÁRIA MUNICÍPAL DE AGRICULTURA, junto ao DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS** devendo ser descontados os dias não trabalhados, sem as devidas justificativas legais.

3.2 – Serão descontados no pagamento da **CONTRATADO** os dias ausentes em suas funções sem a devida justificativa ou atestado, assim como não cumprimento da carga horária integral de 40(quarenta) horas semanais.

4. –CLÁUSULA QUARTA - DOS DESCONTOS SOBRE A REMUNERAÇÃO.

4.1 – A **CONTRATANTE** deverá efetuar sobre a remuneração da **CONTRATADO** todos os descontos previstos em Lei a favor da Previdência Social e do Imposto de Renda Retido na Fonte, quando este superar o limite de isenção, como também as faltas que porventura ocorrerem durante a vigência do contrato.

5. CLÁUSULA QUINTA - DO PRAZO.

5.1. **–** O prazo do presente contrato terá validade a partir da data de **01/02/2021** e término de pleno direito em **31/03/2021,** ocasião em que cessam automaticamente os poderes conferidos pela **CONTRATANTE** ao **CONTRATADO.**

5.2. O presente contrato poderá ser **RESCINDINDO** antes do término do prazo, por descumprimento pela **CONTRATADO** de qualquer cláusula contratual prevista no presente instrumento, assim como por razões de interesse público, desde que devidamente motivado.

5.3 – Poderá ainda ser rescindido unilateralmente o presente contrato, sem direitos a **CONTRATADA**, quando a prestação dos serviços for insatisfatória, com atrasos, devendo ser cumpridas as determinações legais inclusive constante no **ESTATUTO DOS SERVIDORES PÚBLICOS DO MUNICÍPIO DE ALTO PARAGUAI – MT.**

5.5 – O presente contrato poderá ser rescindido antes do término do prazo contratual, se houver a realização de **CONCURSO PÚBLICO** para preenchimento da vaga.

5.4 – PODERÁ o presente contrato ser ADITIVO desde que devidamente justificado e autorizado pela PREFEITO MUNICIPAL.

6.- CLÁUSULA SEXTA - DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA.

6.1 – As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta dos recursos orçamentários consignados no Orçamento Anual do Município do exercício de 2021na seguinte rubrica: **09.001.20.122.0003.2069. 319004000000/100-FONTE 421.**

7. CLÁUSULA SÉTIMA - DAS GARANTIAS.

7.1. – Dispensado o oferecimento de garantia para execução dos serviços, por não constituir quaisquer dos princípios estabelecidos em lei.

8. – CLÁUSULA OITAVA - DOS DIREITOS, DAS RESPONSABILIDADES DAS PARTES E DAS PENALIDADES CABÍVEIS.

8.1. – O presente contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas, respondendo cada uma pelas conseqüências de sua inexecução total ou parcial.

8.2. – A **CONTRATANTE** nomeia como fiscal do presente contrato, a **SECRETARIA MUNICÍPAL DE AGRICULTURA,** para fiscalizar o contrato entabulado entre as partes.

8.3 – A **CONTRATADA** na execução do contrato, sem prejuízo às responsabilidades contratuais legais, não poderá sub-contratar ou ceder a terceiros os seus serviços ora contratados.

8.4 – Em conseqüência do presente contrato são obrigações da **CONTRATADO:**

a) Comparecer assiduamente ao local instituído para exercício das atividades;

b) Trajar adequadamente a prestação dos serviços;

c) Realizar os trabalhos de acordo com as necessidades da **CONTRATANTE**;

d) Cumprir a carga horária estabelecida.

8.5 - O não cumprimento das obrigações contratuais das alienas da clausula 8.4, implicará na suspensão do pagamento até sua correspondente regularização.

8.6 – **A CONTRATANTE** fica no direito que lhe confere modificar o presente contrato, unilateralmente, para melhor adequação às finalidades de interesse público; rescindir o presente contrato, unilateralmente, nos casos previstos neste instrumento e nos casos previstos no inciso I, do artigo 79, da Lei Federal n.º 8666/93; fiscalizar a execução do contrato; e, aplicar sanções motivadas pela inexecução total ou parcial do ajuste; e ainda, nos casos de serviços essenciais, ocuparem, provisoriamente, bens móveis, imóveis, pessoal e serviços vinculados ao objeto do presente contrato, na hipótese de acautelar apuração administrativa de faltas contratuais pelo contrato, bem como na hipótese de rescisão do presente contrato administrativo.

8.7 - Fica vedada a antecipação de pagamentos, com relação ao cronograma financeiro fixado neste contrato, sem a correspondente contraprestação de fornecimento de serviços.

8.8 – O **CONTRATADO** é responsável por todos os prejuízos oriundos da execução dos serviços, ou que deles venha, direta ou indiretamente, a provocar ou causar a **CONTRATANTE** ou a TERCEIROS.

8.9 – O **CONTRATADO** tem direito a gratificação natalina e férias proporcionais, que serão pagas no final do contrato.

8.10 - O presente contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas, respondendo cada uma pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

9. – CLÁUSULA NONA - DA MULTA.

9.1. – Fica fixado o valor da multa correspondente a 10% (dez por cento), sobre o valor total deste CONTRATO, em prejuízo da parte que infringir qualquer das cláusulas ou condições do presente CONTRATO.

9.2 - O **CONTRATADO** fica desde já obrigado ao exercício da função pública, nos limites e obrigações igualmente impostos aos servidores efetivos por força do Estatuto do Servidor, sem que com isso adquira direito igual aos benefícios individuais previstos naquele texto legal, com exceção a aqueles inerentes ao exercício de determinada função.

As sanções administrativas e a tutela judicial aplicam-se a ambas as partes pactuadas neste contrato, conforme disposto em lei.

10.- CLÁUSULA DÉCIMA - DOS CASOS DE RESCISÃO.

10.1 - São casos de rescisão contratual o não cumprimento de cláusulas contratuais, especificações, serviços e o cumprimento irregular de cláusulas instituídas neste contrato, especificações, projetos, serviços ou prazos; a paralisação do serviço ou fornecimento, sem justa causa e prévia comunicação a **CONTRATANTE;** o cometimento reiterado de faltas na execução deste contrato, além de outros legalmente estabelecidos.

10.2 - Qualquer das partes contratantes poderá solicitar a rescisão contratual, com prévia comunicação de 03 (três) dias antecedentes ao último.

10.3 - O presente contrato extinguir-se-á, sem direito a indenizações, pelo término do prazo contratual e por iniciativa de ambas as partes;

10.4. – Este contrato poderá ser rescindido ainda nos casos previstos nos artigos 78 e 79 da Lei 8666/93, ficando reconhecidos os direitos da administração para caso de rescisão administrativa.

10.5 – A execução dos serviços, não se concebendo em nenhuma hipótese, sejam estes transferidos a terceiros, pena de caracterização de desistência, determinante de imediata RESCISÃO CONTRATUAL.

11. – CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA- DA LEGISLAÇÃO APLICÁVEL A EXECUÇÃO DESTE CONTRATO E ESPECIALMENTE AOS CASOS OMISSOS.

11.1 - Fica o presente contrato vinculado a Lei Orgânica Municipal e às Leis Municipais que lhe são correlatas, e ainda, aos preceitos legais instituídos pelo Direito Público quanto aos contratos administrativos e às disposições constitucionais pertinentes e aos princípios da teoria geral dos contratos.

11.2 - A contratação dos serviços pessoais de que trata o presente instrumento, se dará por tempo determinado, para atender necessidades urgentes e indispensáveis aos serviços da Administração Pública Municipal, conforme autoriza a Constituição Federal, inciso IX, Art. 37.

11.3 – Qualquer **ALTERAÇÃO CONTRATUAL** será realizada por meio de **TERMO ADITIVO,** devidamente assinado pelas partes contratantes.

11.4 - Aos casos omissos, as dúvidas e as questões incidentes serão resolvidas pela autoridade superior que represente a **CONTRATANTE,** e na impossibilidade desta, a competência será do Poder Judiciário da Comarca da **CONTRATANTE.**

12 – CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DO FISCAL DE EXECUÇÃO DO PRESENTE CONTRATO.

12.1 – O presente contrato terá seu OBJETO DE EXECUÇÃO fiscalizado pela **SECRETÁRIA MUNICÍPAL DE AGRICULTURA**.

12.2 – O (A) fiscal do presente CONTRATO tem por obrigação exigir o fiel cumprimento e a qualidade nos serviços prestados pela **CONTRATADO;**

12.3 - É obrigação do (a) FISCAL DE CONTRATO, anotar em registro próprio todas as ocorrências, a fim de demonstrar a execução da fiscalização do contrato. Na ocorrência de falhas na execução, deve notificar o responsável indicado pela **CONTRATADO** para a regularização, estabelecendo prazo para solução, e deve cientificar o gestor do cumprimento ou não da notificação apresentada, para que o gestor tome as devidas providências.

13. – CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA- DO FORO.

13.1 – Para fins e efeitos da Legislação Trabalhista, o presente Instrumento constitui Contrato de Trabalho, **RENUNCIANDO** o **CONTRATADO**, por este ato, a qualquer reclamação trabalhista dele decorrente.

14. – CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - DO FORO.

14.1 – Fica eleito o foro da Comarca do Município de Diamantino– MT, para dirimir quaisquer dúvidas ou divergências oriundas da execução do presente contrato.

E por estarem de pleno acordo com inteiro teor das cláusulas, firmam o presente contrato de trabalho em duas vias de igual teor que serão assinadas por pelas partes.

Prefeitura Municipal de Alto Paraguai-MT, 22 de fevereiro, com efeitos retroativos a 01/04/2021.

ADAIR JOSÉ ALVES MOREIRA	ELIANDRO DIVINO CORREA
Prefeito Municipal	Contratada

KAROLINE FERREIRA DE CAMPOS KAUANY BARBARA N. PEREIRA

1ª. Testemunha 2ª. Testemunha

CPF: 034.092.391-11 CPF: 036.226.031.19

LICITAÇÃO
LICITACAO

AVISO DE RESULTADO DE LICITAÇÃO

PREGÃO PRESENCIAL N. 005/2021

O Município de Alto Paraguai - MT, por meio do Pregoeiro Oficial nomeado pela **Portaria n. 029/2021**, torna público, **REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE TONERS ORIGINAIS PARA ATENDER AS DEMANDAS DAS SECRETARIAS MUNICIPAL DE ALTO PARAGUAI-MT**,onde se sagrou vencedora a Empresa;

ü **MARCOS S BIUDES MSB RECARGAS E INFORMATICA**, inscrita sobCNPJ: 08.257.279/0001-03nos ITENS: 14,32,33.

ü **PV PEREIRA ROSSDEUTSCHER ME,CNPJ:10.426.697/0001-10** nos ITENS:
01,02,03,04,05,06,07,08,09,10,11,12,13,15,16,17,18,19,20,21,22,23,24,25,26,27,28,29,30,31,36,37,38.

ü **F L AGUIAR-ME, CNPJ: 13.498.158/0001-85** nos ITENS: 34,35.

Alto Paraguai - MT, 23 de Fevereiro de 2021.

YHURI RAYAN ARRUDA DE ALMEIDA

Pregoeiro Oficial

JURIDICO
TERMO DE RESCISÃO CONTRATO N.º 041/2021

TERMO DE RESCISÃO CONTRATO N.º 041/2021

Por este instrumento particular de Contrato por PRAZO CERTO E DETERMINADO que entre si fazeram o Município de Alto Paraguai - MT, com sede administrativa nesta cidade, sita à Avenida Presidente Médice, n.º 470, Bairro Bela Vista inscrito no CNPJ/MF n° 03.648.532/0001-28, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, Sr. **ADAIR JOSE ALVES MOREIRA**, brasileiro, casado, Advogado, portadora da Carteira de Identidade RG sob n.º 09287868 SSP/MT, e inscrita no CPF sob n.º 604.418.441-20, que doravante denominada, simplesmente de **CONTRATANTE** e de outro lado o Sr. **WILLIAM SOUZA BATISTA**, portadora do RG sob o n.° 1622787-5 SSP/MT e inscrito no CPF sob o n.° 016.200.171-13, residente e domiciliado na AVENIDA PRINCIPAL, CAPAO VERDE, s/n, Bairro Centro, Alto Paraguai/MT, CEP: 78.4100-00,, a seguir denominada **CONTRATADO (A)**, ajustam o presente TERMO DE RESCISÃO , segundo as cláusulas e condições seguintes:

CLÀUSULA PRIMEIRA DO OBJETO DA RESCISÃO.

1.1. Constitui objeto deste termo a rescisão do Contrato n° 41/2021, que tem por objeto a prestação de serviços profissionais na função de **MOTORISTA - AMBULANCIA – JUNTO A ZONA RURAL DO MUNICIPIO DE ALTO PARAGUAI;**

CLÁUSULA 2ª. DO DISTRATO.

Por força da presente rescisão, as partes dão por terminado o Contrato de n.º 041/2021, nada mais tendo a reclamar uma da outra, a qualquer titulo e em qualquer época, relativamente às obrigações assumidas no ajuste ora rescindidas.

CLAUSULA 3ª. DO FORO

Para dirimir as questões oriundas do presente instrumento, é competente o foro da Comarca de Diamantino/MT.

CLAUSULA 4ª. DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

E por estarem de acordo com todas as condições e termos aqui explicitados, assinam as partes o presente instrumento em 02 (duas) vias de igual teor e forma, juntamente com 02 (duas) testemunhas, que será devidamente publicado.

Prefeitura Municipal de Alto Paraguai-MT, 04 de fevereiro de 2021.

ADAIR JOSÉ ALVES MOREIRA	WILLIAM SOUZA BATISTA
Prefeito Municipal	Contratado

_____

_____

KAROLINE FERREIRA DE CAMPOS KAUANY BARBARA N. PEREIRA

1ª. Testemunha 2ª. Testemunha

CPF: 034.092.391-11 CPF: 036.226.031.19

JURIDICO
TERMO DE RESCISÃO CONTRATO N.º 006/2021

TERMO DE RESCISÃO CONTRATO N.º 006/2021

Por este instrumento particular de Contrato por PRAZO CERTO E DETERMINADO que entre si fazeram o Município de Alto Paraguai - MT, com sede administrativa nesta cidade, sita à Avenida Presidente Médice, n.º 470, Bairro Bela Vista inscrito no CNPJ/MF n° 03.648.532/0001-28, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, Sr. **ADAIR JOSE ALVES MOREIRA**, brasileiro, casado, Advogado, portadora da Carteira de Identidade RG sob n.º 09287868 SSP/MT, e inscrita no CPF sob n.º 604.418.441-20, que doravante denominada, simplesmente de **CONTRATANTE** e de outro lado o Sr. **LUIS CARLOS COSTA FILHO,** brasileiro, portador (a) do RG nº **427059** SSP/MT e CPF n. **346.760.821-34**, residente e domiciliado no **Rua Fernando Correia da Costa, Bairro Jardim Planalto em Alto Paraguai – MT,** ajustam o presente TERMO DE RESCISÃO , segundo as cláusulas e condições seguintes:

CLÀUSULA PRIMEIRA DO OBJETO DA RESCISÃO.

1.1. Constitui objeto deste termo a rescisão do Contrato n° 006/2021, que tem por objeto a prestação de serviços profissionais na função de **MECANICO , JUNTO AO MUNICIPIO DE ALTO PARAGUAI;**

CLÁUSULA 2ª. DO DISTRATO.

Por força da presente rescisão, as partes dão por terminado o Contrato de n.º 006/2021, nada mais tendo a reclamar uma da outra, a qualquer titulo e em qualquer época, relativamente às obrigações assumidas no ajuste ora rescindidas.

CLAUSULA 3ª. DO FORO

Para dirimir as questões oriundas do presente instrumento, é competente o foro da Comarca de Diamantino/MT.

CLAUSULA 4ª. DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

E por estarem de acordo com todas as condições e termos aqui explicitados, assinam as partes o presente instrumento em 02 (duas) vias de igual teor e forma, juntamente com 02 (duas) testemunhas, que será devidamente publicado.

Prefeitura Municipal de Alto Paraguai-MT, 09 de fevereiro de 2021.

ADAIR JOSÉ ALVES MOREIRA	LUIZ CARLOS COSTA FILHO
Prefeito Municipal	Contratado

_____

_____

KAROLINE FERREIRA DE CAMPOS KAUANY BARBARA N. PEREIRA

1ª. Testemunha 2ª. Testemunha

CPF: 034.092.391-11 CPF: 036.226.031.19

JURIDICO
TERMO DE RESCISÃO CONTRATO N.º 031/2021

TERMO DE RESCISÃO CONTRATO N.º 031/2021

Por este instrumento particular de Contrato por PRAZO CERTO E DETERMINADO que entre si fazeram o Município de Alto Paraguai - MT, com se-

de administrativa nesta cidade, sita à Avenida Presidente Médice, n.º 470, Bairro Bela Vista inscrito no CNPJ/MF n° 03.648.532/0001-28, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, Sr. **ADAIR JOSE ALVES MOREIRA**, brasileiro, casado, Advogado, portadora da Carteira de Identidade RG sob n.º 09287868 SSP/MT, e inscrita no CPF sob n.º 604.418.441-20, que doravante denominada, simplesmente de **CONTRATANTE** e de outro lado a Sra. **JANAINA DORA SILVA**, brasileira, **Auxiliar de Serviços Gerais**, portadora do RG sob o n.º **2321281-0 SSP/MT** e inscrita no CPF sob o n.º **062.826.071-75**, residente e domiciliado à Rua Major Aureliano Barros, nº125, Centro, Alto Paraguai/MT, CEP: 78.410.00**,** ajustam o presente TERMO DE RESCISÃO , segundo as cláusulas e condições seguintes:

CLÀUSULA PRIMEIRA DO OBJETO DA RESCISÃO.

1.1. Constitui objeto deste termo a rescisão do Contrato n° 031/2021, que tem por objeto a prestação de serviços profissionais na função de **AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS , JUNTO AO MUNICIPIO DE ALTO PARAGUAI;**

CLÁUSULA 2ª. DO DISTRATO.

Por força da presente rescisão, as partes dão por terminado o Contrato de n.º 031/2021, nada mais tendo a reclamar uma da outra, a qualquer titulo e em qualquer época, relativamente às obrigações assumidas no ajuste ora rescindidas.

CLAUSULA 3ª. DO FORO

Para dirimir as questões oriundas do presente instrumento, é competente o foro da Comarca de Diamantino/MT.

CLAUSULA 4ª. DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

E por estarem de acordo com todas as condições e termos aqui explicitados, assinam as partes o presente instrumento em 02 (duas) vias de igual teor e forma, juntamente com 02 (duas) testemunhas, que será devidamente publicado.

Prefeitura Municipal de Alto Paraguai-MT, 05 de fevereiro de 2021.

ADAIR JOSÉ ALVES MOREIRA	JANAINA DORA DA SILVA
Prefeito Municipal	Contratada

_____

_____

KAROLINE FERREIRA DE CAMPOS KAUANY BARBARA N. PEREIRA

1ª. Testemunha 2ª. Testemunha

CPF: 034.092.391-11 CPF: 036.226.031.19

JURIDICO
TERMO DE RESCISÃO CONTRATO N.º 049/2021

TERMO DE RESCISÃO CONTRATO N.º 049/2021

Por este instrumento particular de Contrato por PRAZO CERTO E DETERMINADO que entre si fazeram o Município de Alto Paraguai - MT, com sede administrativa nesta cidade, sita à Avenida Presidente Médice, n.º 470, Bairro Bela Vista inscrito no CNPJ/MF n° 03.648.532/0001-28, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, Sr. **ADAIR JOSE ALVES MOREIRA**, brasileiro, casado, Advogado, portadora da Carteira de Identidade RG sob n.º 09287868 SSP/MT, e inscrita no CPF sob n.º 604.418.441-20, que doravante denominada, simplesmente de **CONTRATANTE** e de outro lado o (a) Sr (a) . **SILVANO DE ALMEIDA LARA,** brasileiro, portador (a) do RG nº **18905439** SSP/MT e CPF: N°.**019.030.271-28,** residente e domiciliado na **RUA ZACARIAS DE JESUS, S/N, CENTRO EM ALTO PARAGUAI - MT,** ajustam o presente **TERMO DE RESCISÃO** , segundo as cláusulas e condições seguintes:

CLÀUSULA PRIMEIRA DO OBJETO DA RESCISÃO.

1.1. Constitui objeto deste termo a rescisão do Contrato n° 049/2021, que tem por objeto a prestação de serviços profissionais na função de **MOTORISTA , JUNTO AO MUNICIPIO DE ALTO PARAGUAI;**

CLÁUSULA 2ª. DO DISTRATO.

Por força da presente rescisão, as partes dão por terminado o Contrato de n.º 049/2021, nada mais tendo a reclamar uma da outra, a qualquer titulo e em qualquer época, relativamente às obrigações assumidas no ajuste ora rescindidas.

CLAUSULA 3ª. DO FORO

Para dirimir as questões oriundas do presente instrumento, é competente o foro da Comarca de Diamantino/MT.

CLAUSULA 4ª. DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

E por estarem de acordo com todas as condições e termos aqui explicitados, assinam as partes o presente instrumento em 02 (duas) vias de igual teor e forma, juntamente com 02 (duas) testemunhas, que será devidamente publicado.

Prefeitura Municipal de Alto Paraguai-MT, 05 de fevereiro de 2021.

ADAIR JOSÉ ALVES MOREIRA	SILVANO DE ALMEIRA LARA
Prefeito Municipal	Contratado

_____

_____

KAROLINE FERREIRA DE CAMPOS KAUANY BARBARA N. PEREIRA

1ª. Testemunha 2ª. Testemunha

CPF: 034.092.391-11 CPF: 036.226.031.19

PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTO TAQUARI

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 007/2021

RATIFICAÇÃO DE JUSTIFICATIVA

A Prefeita Municipal, Srª. Marilda Garofolo Sperandio, tendo em vista a justificativa apresentada pela Assessoria Jurídica do Município, sobre a contratação direta, fulcrada no inciso II, art. 24 da Lei 8.666/93, com a empresa: **MOVEIS E ESTOFADOS P. O. MIRASSOL EIRELI - EPP,** CNPJ: 01.752.780/0001-99, no valor total de **R$ 17.200,00** (dezessete mil e duzentos reais), para **AQUISIÇÃO DE MÓVEIS PARA ATENDER AS NECESSIDADES DO GABINETE**, até que se conclua o novo processo licitatório, já encontra em fase interna. Diante do fato, resolve, RATIFICAR a justificativa apresentada, e ordenar sua publicação em cumprimento ao disposto no art. 26 da Lei 8.666/83, que rege as compras públicas.

Alto Taquari – MT, 23 de Fevereiro de 2021.

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
AVISO DE RESULTADO - PREGÃO ELETRÔNICO Nº002/2021

A Prefeitura Municipal de Alto Taquari, através de sua Pregoeira e equipe de apoio no uso de suas atribuições legais, torna público aos interessados que o PREGÃO ELETRÔNICO N° 002/2021, cujo certame se deu início às 08h32min (MT), do dia 22/02/2021, sagrou-se vencedor o preponente: **BGM SERVIÇOS E CONSTRUÇÃO EIRELI, CNPJ: 29.218.936/0001-75**, com o valor de R$: 1.168.000,00 (Um milhão, cento e sessenta e oito mil reais)**.** A licitação foi realizada pela modalidade Pregão Eletrônico, com certame homologado em 23 de Fevereiro de 2021.

Alto Taquari – MT, 23 de fevereiro 2021.

RENATA FERMINO DE OLIVEIRA

Pregoeira

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
COVID-19: DISPENSA DE LICITAÇÃO 005/2021 - REVOGAÇÃO

Considerando que houve equívoco quanto a dotação orçamentária a ser utilizada e a dispensa deveria ser eletrônica. Resolvo **REVOGAR a DISPENSA DE LICITAÇÃO 005/2021**, que tem por **OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA O FORNECIMENTO DE KITS PARA TESTE RÁPIDO DO COVID-19**, nos termos do art. 49 da Lei nº 8.666/93, vez que o fato é superveniente. Abre-se o prazo de 05(cinco) dias úteis com base no Art. 109 ins. I, al. c) e § 1º da referida Lei, para manifestação de recurso oportunizando o Contraditório e Ampla Defesa, prazo este contados a partir desta publicação. Alto Taquari - MT, 22 de Fevereiro de 2021 - Marilda Garofolo Sperandio - Prefeita Municipal.

PREFEITURA MUNICIPAL DE APIACÁS

PREFEITURA MUNICIPAL
RESULTADO DE LICITAÇÃO

PREGÃO ELETRONICO Nº 004/2021, PROCESSO LICITATÓRIO Nº 012/2021,

OBJETO – AQUISIÇÃO DE ESCAVADEIRA HIDRÁULICA NOVA ZERO HORAS E ZERO KM. MINIMO 06 CILINDROS, POTENCIA LIQUIDA MINIMA 138 HP, PESO OPERACIONAL MINIMO 22.000KG. CONVENIO COM O MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO REGIONAL - SUPERINTENDENCIA DO DESENVOLVIMENTO DA AMAZONIA, (SUDAM). CONVENIO N° 890487/2019.

RESULTADO- LICITAÇÃO DECLARADA DESERTA PELO MOTIVO DE NÃO ACUDIREM INTERESSADOS AO CERTAME.

DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS
DECRETO Nº. 070/2021

SÚMULA: DESIGNA MEMBROS PARA COMPOREM A COMISSÃO ORGANIZADORA DO PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO Nº. 001/2021 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

JULIO CESAR DOS SANTOS, Prefeito Municipal de Apiacás, Estado de Mato Grosso, usando das atribuições que lhe são conferidas por Lei...

DECRETA

Artigo 1º - Fica constituída a Comissão Organizadora do Processo Seletivo Simplificado nº. 001/2021, para contratação dos Cargos constantes do referido Edital, composta dos seguintes membros:

PRESIDENTE: **Fábio Germano**

SECRETÁRIO: **Nágila Brandão de Castro**

MEMBRO: **Priscila de Oliveira Combinato**

Artigo 2º - Compete ao Presidente desta comissão solicitar junto ao Executivo Municipal todos os recursos materiais, humanos e financeiros à realização do Processo Seletivo Simplificado nº. 001/2021, bem como se encarregar da organização.

Artigo 3º - A Comissão Organizadora contará com assessoria técnica de servidores do município que serão requisitados para este fim, que ficarão subordinados a presente Comissão, para elaboração dos editais e demais documentos necessários para a abertura e realização do Processo Seletivo Simplificado.

Artigo 4º - Ficam dispensados os membros da presente Comissão de suas atividades funcionais apenas nos horários de trabalho inerentes a esta Comissão.

Artigo 5º - Ao Secretário Municipal, cabe prestar aos membros desta Comissão, todas as informações ao cumprimento deste Decreto.

Artigo 6º - Os casos omissos serão resolvidos pela Comissão.

Artigo 7º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação ou afixação.

Artigo 8º - Revogam-se as disposições em contrário.

Publique-se,

Registre-se,

Cumpra-se.

Apiacás - MT., 23 de Fevereiro de 2021.

JULIO CESAR DOS SANTOS

PREFEITO MUNICIPAL

PREFEITURA MUNICIPAL
AVISO DE ABERTURA DE LICITAÇÃO

A Prefeitura Municipal de Apiacás, estado de Mato Grosso, comunica que realizará Licitação Modalidade PREGÃO PRESENCIAL 011/2021, na data de 10/03/2021 as 08:00 (oito) horas (horário de Mato Grosso). Objeto; REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO DE PATRULHA AGRICOLA MECANIZADA CONVENIO 0493/2020/SEAF, o edital contendo as instruções estará à disposição dos interessados na sala de licitações, Avenida Brasil nº 1059, Paço Municipal, Apiacás - MT, Telefone 66-3593-2227, email licitação@apiacas.mt.gov.br site www.apiacas.mt.gov.br

PREFEITURA MUNICIPAL /ADMINISTRAÇÃO
DECRETO Nº 069/2021

SÚMULA: Regulamenta a Lei Municipal nº 1.193/2021 e suplementa orçamentariamente pelo Superávit Financeiro apurado no balanço patrimonial do exercício anterior, para aquisição de caminhão prensa para coleta de resíduos, e dá outras providências.

JÚLIO CESAR DOS SANTOS, Prefeito Municipal de Apiacás, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais e ainda com fulcro na Lei Orgânica do Município,

DECRETA:

Art. 1º. Fica suplementado no Orçamento em curso LOA/2021, aprovado pela Lei nº 1.181/2020, bem como, incluído na LDO/2021, sancionada pela Lei Municipal nº 1.169/2020, ainda, incluído no PPA 2021, sancionado pela Lei nº 1.183/2020, o valor de R$ 450.000,00 (quatrocentos e cinquenta mil reais), por Superávit Financeiro apurado no Balanço Patrimonial do exercício anterior.

Art. 2º. O crédito adicional ora suplementado, atende às prerrogativas do disposto no artigo 43, parágrafo 1º, Inciso I, da Lei Federal nº 4.320/64, na seguinte funcional programática:

10. Secretaria Municipal de Urbanismo

001. Administração Geral de Urbanismo

15. Urbanismo

512. Saneamento Básico Urbano

0021. Melhorias e manutenção da infra estrutura

1.109. Aquisição de caminhão prensa coleta de resíduos

4.4.90.52 – Equipamentos e Materiais Permanentes

Meta Financeira: R$ 450.000,00

Fonte de Recursos: 3.00.000 –Recursos Ordinários do Exercício Anterior.

Meta Física: Aquisição de Caminhão Prensa para atender coleta de resíduos sólidos

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito de Apiacás /MT, em 23 de fevereiro de 2021.

JULIO CESAR DOS SANTOS

Prefeito Municipal

DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS
PORTARIA N°. 048/2021

SÚMULA: DISPÕE SOBRE DESIGNAÇÃO DE SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

JULIO CESAR DOS SANTOS, Prefeito Municipal de Apiacás, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições que lhe são concedidas por Lei.. .

RESOLVE:

Art. 1° - Na ausência da Controladora Interna por motivos de férias, afastamento por motivo de doença, folgas registradas em Banco de Horas fica designada as Servidoras **Maria Tainara Brito de Abreu,** portadora da cédula de identidade nº 8643037 SSP/PA e inscrita no CPF sob o nº 055. 201.052-94 cargo comissionado de Chefe de Divisão III e **Marinalva Viana da Silva,** portadora da cédula de identidade nº 3263537 SSP/GO e inscrita no CPF sob o nº 496.382.031-53 cargo comissionado de Chefe de Divisão II,para verificar prestações de contas e assinar; emitir e assinar certificados de adimplência; assinar diárias e adiantamentos e demais atividades correlatas.

Art. 2° - Deverá as servidoras ora designadas sempre que necessário consultar, para esclarecimentos de eventuais dúvidas, o setor jurídico, o setor contábil e demais setores, recorrendo sempre que possível via email ou telefone à Controladora Interna.

Art. 3° - Esta Portaria entrara em vigor na data de sua publicação e ou afixação nos lugares de costumes, revogadas as disposições em contrario, em especial a Portaria nº 312/2019.

Publique-se,

Registre-se, Cumpra-se,

Apiacás - MT, 23 de Fevereiro de 2021.

JULIO CESAR DOS SANTOS

-Prefeito Municipal-

PREFEITURA MUNICIPAL
AVISO DE ABERTURA DE LICITAÇÃO

AVISO DE ABERTURA DE LICITAÇÃO

PROCESSO LICITATÓRIO N° 019/2021

PREGÃO PRESENCIAL Nº 012/2021

A Prefeitura Municipal de Apiacás, Estado de Mato Grosso, comunica aos interessados que será aberta licitação na modalidade Pregão Presencial 012/2021, no dia 11/03/2021 às 8:00 horas, (Horário de Mato Grosso). Este pregão será regido pelo Decreto Municipal nº. 156/2008, Lei Federal 10. 520/2002, com aplicação subsidiária da Lei nº. 8.666/93, suas alterações e demais disposições Legais aplicáveis,

OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE COMBUSTÍVEIS COM ENTREGA PARCELADA PARA ATENDER AS NECESSIDADES DO MUNICIPIO DE APIACÁS. O Edital contendo as instruções estará à disposição dos interessados na sala de licitações da Prefeitura Municipal de Apiacás – MT. Informações pelo telefone (66) 3593-2227 ou no site da Prefeitura http://www.apiacas.mt.gov.br ou pelo email licitação@apiacas.mt.gov.br

PREFEITURA MUNICIPAL DE ARAGUAIANA

DEPERTAMENTO PESSOAL
PORTARIA Nº 32/2021 DE 01 DE FEVEREIRO DE 2021

PORTARIA Nº 32/2021

De 01 de fevereiro de 2021

O Senhor **GETÚLIO DUTRA VIEIRA NETO,** Prefeito Municipal de Araguaiana, Estado de Mato Grosso, no uso das Atribuições legais e em conformidade com o artigo 77, Inciso VI da Lei Orgânica do Município.

RESOLVE:

Art. 1º Nomear a Senhora, **ANA CLARA RAMALHO AQUINO** portadora da CI RG **nº 25398067 SEJSP-MT** e inscrita no CPF sob o nº **046.413. 671-75**, no cargo de **CHEFE DE SEÇÃO** enquadrando-o no Quadro Geral de Provimento em Comissão conforme Lei Municipal nº 797/19 de 21/02/ 2019.

Art. 2º - As despesas da presente portaria correm por conta da seguinte dotação:

03– Secretaria Municipal de Administração e Planejamentos

03.01 – Gabinete do Secretario

2006 – Manutenção e encargos com Secretaria de Administração e Planejamento

3.1.90.11.00 – Vencimentos e Vantagens Fixas

Art. 3º - A presente portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Araguaiana-MT, em 01 de fevereiro de 2021.

Getúlio Dutra Vieira Neto

Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE ARAGUAINHA

ERRATA

PORTARIA Nº. 080 DE 19 DE FEVEREIRO 2021.

O PREFEITO MUNICIPAL DE ARAGUAINHA, ESTADO DE MATO GROSSO, Sr.º FRANCISCO GONÇALVES NAVES, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas por lei:

RESOLVE:

ONDE SE LÊ: **Artigo 1º -** Conceder férias a servidora **Maria José Alves Gonçalves, Professor 20 horas, RG:900142 SSP/MT** e **CPF: 592.873. 731-91** de acordo com que preceitua o **Art. 97 Inciso IX** da Lei Orgânica do Município, referente ao período aquisitivo **01/03/2020** a **29/02/2021,** sendo **30 (Trinta)** dias afastado a partirde **19/02/2021** devendo seu retorno acontecer em **21/03/2021.**

LEIA SÊ: **Artigo 1º -** Conceder férias a servidora **Maria José Alves Gonçalves, Professor 20 horas, RG:900142 SSP/MT** e **CPF: 592.873.731-91** de acordo com que preceitua o **Art. 97 Inciso IX** da Lei Orgânica do Município, referente ao período aquisitivo **02/08/2019** a **01/08/2020,** sendo **30 (Trinta)** dias afastado a partirde **19/02/2021** devendo seu retorno acontecer em **21/03/2021.**

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE ARAGUAINHA – MT.

FRANCISCO GONÇALVES NAVES

Prefeito Municipal

DEPARTAMENTO DE TESOURARIA
PORTARIA Nº. 002/2021

A PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE ARAGUAINHA, ESTADO DE MATO GROSSO, **SRª. LUCIANA NAVES MARQUES AZEVEDO**, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas por lei:

RESOLVE:

Artigo Primeiro – convoco o servidor SILVIO JOSE DE MORAIS FILHO, Motorista, para desempenhar suas funções junto a Câmara Municipal de Araguainha-mt.

Artigo Segundo – Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando as disposições contrarias.

Artigo Terceiro – Registra-se, Publica-se e Cumpra-se.

GABINETE DA PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE ARAGUAINHA – MT. Em 23 de Fevereiro 2021.

_____

LUCIANA NAVES MARQUES AZEVEDO

Presidente

DEPARTAMENTO DE TESOURARIA
PORTARIA Nº. 001/2021

A Cidadã Srª. LUCIANA NAVES MARQUES AZEVEDO, Presidente da Câmara Municipal de Araguainha, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais que lhes são conferidas por Lei etc...

RESOLVE:

CONCEDER ao Srº.ARISTENEU MENDES DE MATOS, brasileiro, casado, Agente Administrativo, suas férias que lhes são justas por Lei, sendo elas gozadas trinta (30) dias no período de 01/02/2021 a 02/03/2021, as férias gozadas são referentes ao período trabalhado de 24/11/2018 á 23/11/2019, conforme foi agendado no agendamento de férias/2021 dos Servidores desta Casa de Leis.

Portanto, fica o funcionário obrigado a entrar em atividades de suas funções a partir do dia 03/03/2021.

REGISTRA – SE

PUBLICA – SE E

CUMPRA – SE.

GABINETE DA PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE ARAGUAINHA-MT. Em, 01 de fevereiro de 2021.

Luciana Naves Marques Azevedo

Presidente

DECRETO Nº. 017/2021

"DISPÕE SOBRE FERIADO MUNICIPAL DO ANIVERSARIO DA CIDADE.

O PREFEITO MUNICIPAL DE ARAGUAINHA, ESTADO DE MATO GROSSO, Sr. **FRANCISCO GONÇALVES NAVES**, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas por lei:

DECRETA:

Art. 1º - O FERIADO MUNICIPAL DO ANIVERSARIO DA CIDADE. Que é no dia **24 de FEVEREIRO (Quarta- Feira),** será **TRANSFERIDO** para dia **26 de FEVEREIRO (Sexta – Feira).**

Art. 2º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogando as disposições em contrário.

Art. 3º - Publique-se, Registre-se e Cumpra-se.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE ARAGUAINHA – MT.

_____

FRANCISCO GONÇALVES NAVES

PREFEITO MUNICIPAL

DEPARTAMENTO DE TESOURARIA
AVISO DE LICITAÇÃO

MODALIDADE DISPENSA Nº. 002/2021

Processo Administrativo: 006/2021

Dispensa: 02/2021 **Objeto:** O objeto da presente Dispensa destina – se a aquisição de medicamentos em caráter emergência, para suprir as necessidades da Secretaria Municipal de Saúde de Araguainha. **Base legal**: art. 24, inciso IV da Lei 8666/93. **Contratada:** PRO REMEDIOS DIST. PRO. FAR. COSM. EIRELI - ME**, CNPJ**: 05.159.591/0001-68: **Valor: R$ 37.096,15 (Trinta e Sete Mil Noventa e Seis Reais e Quinze Centavos).**

Araguainha – MT, 23 de Fevereiro de 2021.

_____

AMILTO ALVES DE OLIVEIRA

Presidente da Comissão de licitação

PREFEITURA MUNICIPAL DE ARAPUTANGA

GABINETE - DEPTO JURIDICO
COVID-19: DECRETO MUNICIPAL Nº 22/2021

DECRETO MUNICIPAL Nº 22/2021

PRORROGA AS MEDIDAS RESTRITIVAS PARA ENFRENTAMENTO AO NOVO CORONAVÍRUS (COVID-19) NO MUNICÍPIO DE ARAPUTANGA/MT, IMPOSTAS PELOS DECRETOS MUNICIPAIS Nº 10 E 17 E SUAS ALTERAÇÕES, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

ENILSON DE ARAÚJO RIOS, Prefeito Municipal, no uso das atribuições que lhe confere a Lei Orgânica do Município de Araputanga**:**

CONSIDERANDO o disposto na Lei nº 13.979/2020 e suas alterações que dispõem sobre as medidas para o enfrentamento da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do Coronavírus responsável pelo surto de 2019.

CONSIDERANDO o que dispõe os Decretos do Governo do Estado de Mato Grosso, que atualizam medidas excepcionais, de caráter temporário, para a prevenção dos riscos de disseminação do coronavírus (COVID-19) no âmbito do Estado de Mato Grosso;

CONSIDERANDO, que a Secretaria Estadual de Saúde classificou o Município de Araputanga/MT como "Baixo Risco";

CONSIDERANDO, por fim, as deliberações do Comitê de Monitoramento do COVID-19:

DECRETA:

Art. 1º - Até o dia 09 de março de 2021, **ficam prorrogadas as medidas restritivas temporárias para o enfrentamento ao novo Coronavírus (COVID-19) previstas nos Decretos Municipais nº 10 e 17/2021 e suas alterações, podendo receber alterações e prorrogações.**

Art. 2º - As medidas previstas neste decreto vigorarão a partir de sua publicação, revogando quaisquer disposições em contrário, ainda que não expressamente citadas.

Gabinete do Prefeito Municipal de Araputanga/MT, aos vinte e três (23) dias do mês de fevereiro (02) do ano de dois mil e vinte e um (2021).

ENILSON DE ARAÚJO RIOS

Prefeito Municipal

SECRETARIA MUNICIPAL DE FINANÇAS
AUDIÊNCIA PÚBLICA - LRF 3° QUADRIMESTRE/2020

EDITAL DE CONVOCAÇÃO

AUDIÊNCIA PÚBLICA – LRF 3° QUADRIMESTRE/2020

Em cumprimento ao disposto no § 4º do art. 9º da Lei Complementar 101/2000, a Prefeitura Municipal ARAPUTANGA, Estado de Mato Grosso, convida toda comunidade para participar da **audiência pública** para apresentação do demonstrativo do cumprimento das metas fiscais do **3º quadrimestre de 2020**.

A audiência será realizada por meio de uma Live no dia 26/02/2021 às 16 h., no seguinte endereço eletrônico: https://www.facebook.com/Prefeitura-Municipal-de -Araputanga-111836203878140/

Araputanga-MT, 23 de fevereiro de 2021.

ENILSON DE ARAUJO RIOS

PREFEITO MUNICIPAL

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO - RECURSOS HUMANOS
PORTARIA N.º 138/2021

TORNA SEM EFEITO POR DECURSO DO PRAZO LEGAL O ATO DE NOMEAÇÃO Nº 64/2021, DE CANDIDATA CLASSIFICADA NO CARGO DE MÉDICO CLINICO GERAL - CONCURSO PÚBLICO Nº 01/2018 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

ENILSON DE ARAÚJO RIOS, Prefeito Municipal do Município de Araputanga Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições conferidas por lei:

RESOLVE:

Art. 1.º- Tornar sem efeito por decurso do prazo legal, a nomeação da candidata **VERONICA DE SOUZA HESPANHOL**, classificada no Concurso Público nº 01/2018, para provimento do cargo efetivo de Médico Clinico Geral, conforme Portaria de Nomeação nº 64/2021 datada de 18/01/2021, com a devida publicação em 20/01/2021 no Diário Municipal (AMM/MT), de acordo com o disposto no item 17.1.1 do Edital de abertura do Concurso Público nº 01/2018**.**

Art. 2.º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogando as disposições em contrário.

Registra-se, Publique-se, cumpra-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Araputanga, Estado de Mato Grosso, aos vinte e dois (22) dias do mês de fevereiro (02) do ano de dois mil e vinte e um (2021).

ENILSON DE ARAÚJO RIOS

Prefeito Municipal

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO - LICITAÇÃO
AVISO DE LICITAÇÃO - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 009/2021

O MUNICÍPIO DE ARAPUTANGA/MT, por meio da sua Pregoeira designada pela Portaria nº 047/2021, no uso de suas atribuições, torna público aos interessados, que realizará licitação para registro de preços, na modalidade Pregão na forma Eletrônica, do tipo menor preço por item, cujo objeto é o Registro de Preços para Futura e Eventual para Aquisição de Material Odontológico, em atendimento à demanda da Secretaria Municipal de Saúde. A realização do certame será no dia 15 de março de 2021, às 09h30min (horário de Brasília).

O Edital completo está disponibilizado, na íntegra, no endereço eletrônico http://www.araputanga.mt.gov.br/categoria/pregao-e... e também poderá ser lido e/ou obtido no endereço gov.br/compras ou https://www.comprasnet.gov.br e ainda solicitado por intermédio do e-mail: seplan3@araputanga.mt.gov.br nos dias úteis, no horário das 07h00min às 11h00min e das 13h00min às 17h00min (horário local).

Araputanga/ MT, 23 de fevereiro de 2021.

Eliana Pains de Amorim

Pregoeira

PREFEITURA MUNICIPAL DE ARENÁPOLIS

PREFEITURA MUNICIPAL DE ARENAPOLIS-MT

A PREFEITURA MUNICIPAL DE ARENAPOLIS- MT, CNPJ 24.977.654/0001-38, torna público que requereu à **Sema/MT**, **LICENÇA DE OPERAÇÃO** para extração de Cascalho na zona (**rural/urbana)** do município nas seguintes coordenadas **W-56,81189110399930- S-14,47285029631630**.

PREFEITURA MUNICIPAL DE ARENÁPOLIS
EXTRATO DE ADITIVOS

EXTRATO DO 1 ADITIVO DO CONTRATO N° 084 /2020

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE ARENÁPOLIS – MT

CONTRATADO: EMPRESA LABORATÓRIO PRONTO ANÁLISES LTDA- ME

OBJETO: ADITIVO DE PRAZO

PERIODO DE VIGÊNCIA: 31/12/2020 ATÉ 31/03/2021

DATA DA ASSINATURA: 31/12/2020

EXTRATO DO 1 ADITIVO DO CONTRATO N° 089/2020

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE ARENÁPOLIS – MT

CONTRATADO: EMPRESA CLAUDIO VALÉRIO DA SILVA LABORATÓRIO - ME

OBJETO: ADITIVO DE PRAZO

PERIODO DE VIGÊNCIA: 31/12/2020 ATÉ 31/12/2021

DATA DA ASSINATURA: 31/12/2020

EXTRATO DO 1 ADITIVO DO CONTRATO N° 094/2020

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE ARENÁPOLIS – MT

CONTRATADO: CIBELLE FLAVIA SILVA NASCIMENTO

OBJETO: ADITIVO DE PRAZO

PERIODO DE VIGÊNCIA: 31/12/2020 ATÉ 31/10/2021

DATA DA ASSINATURA: 31/12/2020

EXTRATO DO 1 ADITIVO DO CONTRATO N° 095/2020

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE ARENÁPOLIS – MT

CONTRATADO: TAYNA ALCIONE DOS REIS VALÉRIO

OBJETO: ADITIVO DE PRAZO

PERIODO DE VIGÊNCIA: 31/12/2020 ATÉ 31/10/2021

DATA DA ASSINATURA: 31/12/2020

EXTRATO DO 1 ADITIVO DO CONTRATO N° 161 /2020

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE ARENÁPOLIS – MT

CONTRATADO: EMPRESA LUANA ZANTEDESCHI PINTAR-ME

OBJETO: ADITIVO DE PRAZO

PERIODO DE VIGÊNCIA: 31/12/2020 ATÉ 30/06/2021

DATA DA ASSINATURA: 31/12/2020

EXTRATO DO 1 ADITIVO DO CONTRATO N° 224/2020

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE ARENÁPOLIS – MT

CONTRATADO: EMPRESA ORTOP MEDICINA ESPECIALIZADA EM ORTOPEDIA EIRELI-ME

OBJETO: ADITIVO DE PRAZO

PERIODO DE VIGÊNCIA: 31/12/2020 ATÉ 31/01/2021

DATA DA ASSINATURA: 31/12/2020

EXTRATO DO 3 ADITIVO DO CONTRATO N° 036/2019

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE ARENÁPOLIS – MT

CONTRATADO: EMPRESA CLINICA MEDICA MRA EIRELI

OBJETO: ADITIVO DE PRAZO

PERIODO DE VIGÊNCIA: 31/12/2020 ATÉ 31/12/2021

DATA DA ASSINATURA: 31/12/2020

EXTRATO DO 3 ADITIVO DO CONTRATO N° 067/2020

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE ARENÁPOLIS – MT

CONTRATADO: EMPRESA CLINICA MEDICA MRA EIRELI

OBJETO: ADITIVO DE PRAZO

PERIODO DE VIGÊNCIA: 31/12/2020 ATÉ 30/11/2021

DATA DA ASSINATURA: 31/12/2020

EXTRATO DO 3 ADITIVO DO CONTRATO N° 190 /2020

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE ARENÁPOLIS – MT

CONTRATADO: EMPRESA LUANA ZANTEDESCHI PINTAR-ME

OBJETO: ADITIVO DE PRAZO

PERIODO DE VIGÊNCIA: 31/12/2020 ATÉ 31/07/2021

DATA DA ASSINATURA: 31/12/2020

EXTRATO DO 4 ADITIVO DO CONTRATO N° 107 /2019

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE ARENÁPOLIS – MT

CONTRATADO: EMPRESA NOBRE SOFTWARE DE GESTÃO INTEGRADA LTADA

OBJETO: ADITIVO DE PRAZO

PERIODO DE VIGÊNCIA: 31/12/2020 ATÉ 28/02/2021

DATA DA ASSINATURA: 31/12/2020

EXTRATO DO 5 ADITIVO DO CONTRATO N° 147 /2019

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE ARENÁPOLIS – MT

CONTRATADO: EMPRESA OMEGA TECNOLOGIA A INFORMAÇÃO LTDA-EPP

OBJETO: ADITIVO DE PRAZO

PERIODO DE VIGÊNCIA: 31/12/2020 ATÉ 30/06/2021

DATA DA ASSINATURA: 31/12/2020

EXTRATO DO 6 ADITIVO DO CONTRATO N° 120 /2018

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE ARENÁPOLIS – MT

CONTRATADO: EMPRESA FACILITA GESTÃO PÚBLICA BRASIL LTDA-ME

OBJETO: ADITIVO DE PRAZO

PERIODO DE VIGÊNCIA: 31/12/2020 ATÉ 31/03/2021

DATA DA ASSINATURA: 31/12/2020

EXTRATO DO 7 ADITIVO DO CONTRATO N° 103/2018

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE ARENÁPOLIS – MT

CONTRATADO: . EDUARDO CLEBER FONSECA SANTOS

OBJETO: ADITIVO DE PRAZO

PERIODO DE VIGÊNCIA: 31/12/2020 ATÉ 31/07/2021

DATA DA ASSINATURA: 31/12/2020

EXTRATO DO 8 ADITIVO DO CONTRATO N° 040 /2020

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE ARENÁPOLIS – MT

CONTRATADO: TATIANE VAZ SCHEFFER

OBJETO: ADITIVO DE PRAZO

PERIODO DE VIGÊNCIA: 31/12/2020 ATÉ 31/10/2021

DATA DA ASSINATURA: 31/12/2020

EXTRATO DO 11 ADITIVO DO CONTRATO N° 159/2018

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE ARENÁPOLIS – MT

CONTRATADO: VERACY SANTOS RAMOS

OBJETO: ADITIVO DE PRAZO

PERIODO DE VIGÊNCIA: 31/12/2020 ATÉ 02/04/2021

DATA DA ASSINATURA: 31/12/2020

PREFEITURA MUNICIPAL DE BARÃO DE MELGAÇO

REQUERIMENTO DE LICENÇA PREVIA E LICENÇA DE INSTALAÇÃO (LP) E (LI)

A Prefeitura Municipal de Barão de Melgaço, pessoa jurídica de direito público, inscrita no CNPJ sob o nº 03.507.563/0001-69, tendo sua sede na Avenida Augusto Leverger nº 1.410 – Centro – Barão de Melgaço – MT – CEP. 78.190-000**,** torna público que requereu junto a SEMA – Secretaria de Estado do Meio Ambiente, a Licença Previa e Licença de Instalação (LP) e (LI) para Aplicação de Micro Revestimento em diversas Ruas e Avenidas do município de Barão de Melgaço /MT.

Barão de Melgaço/MT, 22 de fevereiro de 2021.

Margareth Gonçalves da Silva

Prefeita Municipal de Barão de Melgaço - MT

COVID-19: DECRETO Nº14 DE 23 DE FEVEREIRO DE 2021

DECRETO Nº14 DE 23 DE FEVEREIRO DE 2021

DISPÕE SOBRE ATUALIZAÇÃO DAS MEDIDAS DE BIOSSEGURANÇA E PREVENÇÃO DE COMBATE AO CORONAVÍRUS - COVID-19 NO MUNICÍPIO DE BARÃO DE MELGAÇO - MT E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

A PREFEITA MUNICIPAL DE BARÃO DE MELGAÇO, Estado de Mato Grosso, no uso das atribuições que lhe confere a Lei Orgânica do Município,

CONSIDERANDO a Resolução da Assembleia Legislativa nº 6.881/2021 que reconhece o estado de Calamidade Pública;

CONSIDERANDO que o Município de Barão de Melgaço, deve pautar suas ações buscando o enfrentamento ao COVID-19 de forma estratégica, com atuação, sobretudo, preventiva;

CONSIDERANDO o continuo comprometimento da Administração Pública com a preservação da saúde e bem estar de toda população, sem descuidar da necessidade de exercício de trabalho subsistência compatível com as medidas de segurança à saúde.

CONSIDERANDO as novas medidas excepcionais, de caráter temporário, para a prevenção dos riscos de disseminação do coronavírus, conforme Decreto Estadual n.º 783, de 15 de janeiro de 2021.

CONSIDERANDO a deficiência do sistema de saúde do município de Barão de Melgaço no que se refere a instrumentos necessários, bem como leitos de U.T.I e que o sistema de saúde da capital encontra-se com uma grande demanda, apontando para o risco de um colapso;

DECRETA:

Art. 1º Este Decreto dispõe sobre a atualização das medidas temporárias de biossegurança e prevenção, enfrentamento emergencial de saúde pública em nível internacional, decorrente do novo Coronavírus (COVID-19), e ainda, de medidas restritivas para as atividades econômicas no município de Barão de Melgaço - MT, tendo em vista o aumento de casos confirmados de COVID-19.

CAPÍTULO II

SITUAÇÃO DE EMERGÊNCIA

Art. 2º Fica declarada **SITUAÇÃO DE CALAMIDADE PÚBLICA**, no âmbito da saúde pública no município de Barão de Melgaço - MT, pelos próximos **60 (sessenta) dias**, em razão da declaração da Organização Mundial de Saúde – OMS da pandemia do COVID-19, doença causada pelo novo Coronavírus.

§1º Em razão do exposto no *"caput"*, fica permitida a dispensa de licitação, **caso seja necessária**, nos termos do inciso IV, do art. 24 da Lei Nacional n. 8.666, de 21 de junho de 1993, para aquisição de bens, serviços e insumos necessários ao atendimento da situação emergencial, para atender as situações postas, nos termos do inciso IX, do art. 37 da Constituição da República Federativa do Brasil de 1988, bem como, da Lei Nacional nº 13. 979, de 06 de fevereiro de 2020.

§2º Fica autorizada a contratação excepcional de pessoal, da forma requisitada, para atender a manutenção e continuidade da prestação dos serviços públicos emergenciais.

§3º Durante a vigência da situação de emergência, não ficam afastados os princípios que norteiam o Direito Administrativo.

CAPÍTULO III

ATUAÇÃO ADMINISTRATIVA CONCERNENTE AO SERVIÇO PÚBLICO

Art. 3º Para evitar a propagação da pandemia decorrente do novo Coronavírus (COVID19), o município de Barão de Melgaço - MT, por meio de seus órgãos e entidades, continuará a atuar de forma interligada com os demais órgãos competentes na esfera Estadual e Federal, bem como organismos internacionais que estão atuando no combate ao referido vírus.

Art. 4º Fica determinado que a Secretaria Municipal de Saúde, manterá as campanhas publicitárias de orientação e prevenção ao contágio do novo Coronavírus (COVID-19).

Art. 5º Os servidores públicos do Município de Barão de Melgaço - MT deverão exercer as atribuições do seu cargo no âmbito das suas Secretarias, correspondente à sua carga horária e na Prefeitura das 7:00 às 12:00 horas, sendo que o atendimento ao público **da Prefeitura Municipal de Barão de Melgaço - MT será terça-feira e quinta-feira das 08:00h às 12:00h.**

Art. 6º Por serem considerados o grupo mais vulnerável ao Coronavírus (COVID-19), os servidores públicos municipais com idade igual ou superior a 60 (sessenta) anos de idade, gestantes, lactantes, imunodeprimidos e/ou portadores de doenças crônicas, seguirão a orientações e acompanhamento do Secretário Municipal, podendo, em caso extrema necessidade, serem destinados a trabalhar em regime de teletrabalho.

§ 1º Este artigo não alcançará os plantões e às atividades essenciais que não permitam interrupções, incluindo, as atividades fins da Secretaria Municipal de Saúde de Barão de Melgaço - MT.

§ 2º Os servidores inseridos no rol disposto no *caput* deste artigo, deverão apresentar **atestado médico ao superior imediato.**

Art. 7º O servidor que apresentar sintomas deverá ser encaminhado para unidade de saúde para a realização de teste, e, independentemente do resultado, desempenhar às suas atividades por meio de teletrabalho, durante 07 (sete) dias, e apresente atestado médico ao superior imediato.

Parágrafo único: Caso o resultado do exame seja positivo, o servidor ficará afastado pelo período de 14 (quatorze) dias para tratamento médico, podendo ser prorrogado, com a devida apresentação do atestado médico.

Art. 8º. A Vigilância em Saúde do município manterá suas atividades de forma ininterrupta.

Art. 9º. O órgão da Vigilância Sanitária, deverá adotar mecanismos de fiscalização das medidas de controle da pandemia, com aplicação de multa àqueles que descumprirem o teor deste Decreto Municipal.

CAPÍTULO IV

ATUAÇÃO ADMINISTRATIVA APLICADA AO SETOR PÚBLICO/PRIVADO

Art. 10. Fica autorizado, como forma a garantir e resguardar o exercício dos serviços públicos, as atividades essenciais inadiáveis à comunidade e o funcionamento das seguintes atividades privadas, da forma posta, inclusive, pelo Decreto Federal n° 10.282, de 20 de Março de 2020 e Decreto Estadual n° 522, de 12 de Junho de 2020 e seguintes, com o respeito ao distanciamento entre pessoas e demais medidas de normas sanitárias de prevenção e combate ao Coronavírus (COVID-19), as atividades abaixo descritas:

I. assistência à saúde, incluídos os serviços médicos e hospitalares;

II. assistência social e atendimento à população em estado de vulnerabilidade;

III. atividades de segurança pública e privada, incluídas a vigilância, a guarda e a custódia de presos;

IV. atividades de defesa nacional e de defesa civil;

V. trânsito e transporte intermunicipal e interestadual de passageiros; telecomunicações e internet;

VI. transmissão e distribuição de energia elétrica, incluídos:

a) o fornecimento de suprimentos para o funcionamento e a manutenção das centrais geradoras e dos sistemas de transmissão e distribuição de energia; e

VII. produção, distribuição, comercialização e entrega, realizadas presencialmente ou por meio do comércio eletrônico, de produtos de saúde, higiene, limpeza, alimentos, bebidas e materiais de construção;

VIII. serviços funerários;

IX. serviços postais;

X. serviços de transporte, armazenamento, entrega e logística de cargas em geral;

XI. distribuição e comercialização de combustíveis;

XII. atividades religiosas de qualquer natureza, obedecidas as determinações do Ministério da Saúde;

XIII. unidades lotéricas;

XIV. atividades de comércio de bens e serviços, incluídas aquelas de alimentação, repouso, limpeza, higiene, comercialização, de conveniência e congêneres, destinadas a assegurar o transporte e as atividades logísticas de todos os tipos de carga e de pessoas em rodovias e estradas;

XV. atividades de construção civil, obedecidas as determinações do Ministério da Saúde

XVI. salões de beleza, estéticas e barbearias, obedecidas as determinações do Ministério da Saúde; e

XVII. esporte de todas as modalidades, obedecidas as determinações do Ministério da Saúde.

§1º São serviços públicos e atividades essenciais aquelas indispensáveis ao atendimento das necessidades inadiáveis da comunidade, assim considerados aquelas que, se não atendidas, colocam em perigo a sobrevivência, a saúde ou a segurança da população.

§2º Também são consideradas essenciais as atividades acessórias, de suporte e a disponibilização dos insumos necessários a cadeia produtiva relativas ao exercício e ao funcionamento dos serviços públicos e das atividades essenciais.

§3º Fica proibido, por **60 (sessenta) dias**, a realização de eventos sociais, eventos corporativos, festas, shows, atividades em casas noturnas e confraternizações, em espaços privados ou públicos, inclusive o uso de logradouros públicos.

§4º Fica permitido os serviços e atividades não essenciais privadas, varejistas e atacadistas, com 50% (cinquenta por cento) da capacidade máxima de lotação, inclusive a utilização de provadores de roupa, com horário de atendimento ao público das 07:00 às 20:00 horas, ou, conforme alvará de funcionamento, obedecendo as medidas de prevenção e combate à disseminação ao novo coronavírus, incluindo, métodos para evitar a circulação de pessoas que sejam do grupo de risco, conforme definido pelo Ministério da Saúde.

§5º Os **mercados, mercearias e feiras**, poderão manter suas atividades com 50% (cinquenta por cento) da capacidade máxima de lotação, sendo permitido o funcionamento das **06:00 às 21:00 horas**.

§6º As **padarias, açougues e similares**, poderão manter suas atividades com 50% (cinquenta por cento) da capacidade máxima de lotação, sendo permitido o funcionamento das **06:00 às 21:00 horas.**

§7º. As **distribuidoras de bebidas** poderão manter suas atividades das 07:00 às 22:00 horas, proibido qualquer tipo de consumo no local, além da presença de público, funcionando na forma de *delivery* ou *drive thru*.

§8º. Os **restaurantes e pizzarias** e congêneres funcionarão com 50% (cinquenta por cento) da capacidade máxima de lotação, das 11:00 às 22:00 horas, e, após esse horário, pelo sistema de *delivery* ou *drive thru*.

§9º. As **lanchonetes, cafeterias, bares e congêneres** funcionarão com a capacidade máxima de 50% (cinquenta por cento) de lotação, das 06:00 até às 22:00 horas, e, após esse horário, pelo sistema de *delivery* ou *drive thru*.

§10. As **farmácias** funcionarão com a capacidade máxima de 50% (cinquenta por cento) de lotação, das 07:00 até às 20:00 horas, e, após esse horário, deverá manter uma escala de plantão de 24h, com a presença de funcionários, com acesso ao atendimento ao público.

Art. 11. Todas as atividades econômicas disposta nesse Decreto Municipal, lotéricas e congêneres, deverão seguir as recomendações dos órgãos de saúde, sob pena de responsabilização conforme legislação vigente, e, ainda:

a) controlar o acesso de entrada de pessoas, de modo a garantir o distanciamento de 1,5m (um metro e meio) entre as pessoas na área disponível; **b)** redução do número de mesas, quando houver, e distanciamento de 1,5m (um metro e meio) entre uma e outra; **c)** demarcação no piso, com a distância recomendada de 1,5m (um metro e meio) entre uma pessoa e outra e de, no mínimo, 50 cm (cinquenta centímetros) do balcão de atendimento; **d)** higienização dos produtos a serem comercializados; **e)** higienização constante do ambiente do trabalho; **f)** disponibilização de máscaras, ainda que artesanais, álcool gel ou álcool 70% (setenta por cento) para os funcionários e consumidores; **g)** disponibilização de locais adequados para lavagem frequente das mãos com água e sabão e/ou a disponibilização de álcool gel ou álcool 70% (setenta por cento) para os funcionários; **h)** ajuste dos turnos de trabalho dos funcionários do setor privado; **i)** em caso de utilização de máquinas eletrônicas de pagamento via cartão de crédito ou débito, deverá haver higienização após cada uso, de forma a se evitar a transmissão indireta.

Art. 12. Nos termos da Lei Estadual nº 11.110/2020 e do Decreto Estadual nº 462, de 22 de abril de 2020, fica obrigatório o uso de máscaras como medida não farmacológica para evitar a disseminação do novo coronavírus (Covid-19).

CAPÍTULO VI

ATUAÇÃO ADMINISTRATIVA APLICADA ÀS ATIVIDADES RELIGIOSAS

Art. 13. As atividades de cunho religioso poderão manter seu exercício religioso, desde que seja respeitado:

I. lotação máxima de 50% (cinquenta por cento) da capacidade total do local;

II. disponibilização de local e produtos para higienização das mãos;

III. distanciamento mínimo de 1,5 m (um metro e meio) entre as pessoas;

IV. controle do acesso de pessoas do grupo de risco ao estabelecimento, inclusive, pessoas com idade superior a 60 (sessenta) anos;

V. suspensão de qualquer contato físico entre as pessoas;

VI. suspensão da entrada de pessoas sem máscara de proteção facial;

VII. suspensão da entrada de pessoas, quando ultrapassada em 50% (cinquenta por cento) da capacidade máxima do estabelecimento;

VIII. realizar a higienização dos microfones e instrumentos que sejam compartilhados.

Parágrafo único: As atividades religiosas serão fiscalizadas pela Vigilância Sanitária e órgãos de fiscalização do Município.

CAPÍTULO X

DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 14. Fica mantida a obediência pelas Unidades de Saúde Pública do Município de Barão de Melgaço ao Fluxograma e Protocolo Oficial de Atendimento.

Art. 15. O estabelecimento que houver a confirmação de Covid-19, do trabalhador, funcionário, colaborador, prestador de serviço e proprietário, o local (interno/externo) deverá ser descontaminado, conforme orientação da Vigilância (*uso de tchech APA SAN registrado na ANVISA só o n.º 3. 2003.003 de composição 15% de ácido peracético e 23% de peróxido de hidrogênio*) ou produto similar, sendo de responsabilidade do comerciante/empresário a contratação de empresa cadastrada para a atividade fim.

Art. 16. Os hospitais, laboratórios, farmácias e congêneres, públicos e privados, que confirmarem a doença COVID-19, deverão, imediatamente, informar as autoridades sanitárias (vigilância em saúde) do Município de Barão de Melgaço - MT.

Art. 17. As determinações constantes neste Decreto serão fiscalizadas pela Vigilância Sanitária e Polícia Militar cabendo, aos mesmos, a aplicação de multas e fechamento compulsório, conforme legislação vigente.

Art. 18. Fica permitida a realização de velórios, exceto em caso confirmado ou suspeito de COVID-19, desde que respeitadas o limite máximo de 20 (vinte) pessoas, e cumprindo todas as medidas de biossegurança.

Art. 19. Para fins do cumprimento ao disposto neste Decreto, os órgãos públicos e privados disponibilizarão equipes devidamente preparadas e dispostas à execução, ao monitoramento e à fiscalização dos serviços públicos e das atividades essenciais.

Art. 20. Este Decreto entrará em vigor no dia 23 de fevereiro 2021, revogando-se eventual disposição em contrário.

Gabinete da Prefeita do Município de Barão de Melgaço, Estado de Mato Grosso, 23 de fevereiro de 2021.

_____

MARGARETH GONÇALVES DA SILVA

Prefeita Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE BARRA DO BUGRES

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO E CULTURA
EDITAL N° 014/2021 – CONVOCAÇÃO DE CANDIDATOS DO PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO N.004/SMEC/2020

O Secretário Municipal de Educação e Cultura do município de Barra do Bugres – MT, Sr. **RAFAELLO SANDRI AFFONSO**, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o Edital nº 10/2021, que trata doResultado Final da Prova Objetiva e Classificação Definitiva do Candidato no Processo Seletivo Simplificado nº 004/SMEC/2020, **CONVOCA** os candidatos abaixo a comparecer na Secretaria Municipal de Educação e Cultura para, localizada na Rua Frederico Josetti, s/n, bairro Beira Rio, no **DIA 24/02/2021 (QUARTA-FEIRA), às 08:00 horas,** munido dos documentos necessários à comprovação dos requisitos para provimento do cargo pleiteado, sob pena de ser considerado como desistente, perdendo a respectiva vaga.

Cargo: PROFESSOR – PEDAGOGIA – SEDE: **CRECHE, PRÉ-ESCOLA E ANOS INICIAIS**

Insc. Nº	Nome
103	FERNANDA ARAUJO RAMOS
560	LEILA ALVES PEREIRA

Cargo: PROFESSOR DE EDUCAÇÃO FÍSICA

Insc. Nº	Nome
202	MARGARETE PEREIRA DA SILVA

Art. 1º Este edital entra em vigor na data de sua publicação.

Barra do Bugres-MT, 23 de fevereiro de 2021.

RAFAELLO SANDRI AFFONSO

Secretário Municipal de Educação e Cultura

Portaria nº 008/2021

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
AVISO DE LICITAÇÃO - PREGÃO PRESENCIAL Nº:02/2021 – SRP

O Município de Barra do Bugres - MT, torna público que **no dia 09/03/2021 às 08h30min,** estará realizando a licitação na modalidade **PREGÃO PRESENCIAL nº.:02/2021 –REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE EMULSÃO ASFÁLTICA E ASFALTO DILUÍDO PARA ATENDER AS NECESSIDADES DA SECRETARIA MUNICIPAL DE INFRAESTRUTURA.** Maiores informações e edital completo poderão ser obtido junto a comissão de licitação, no Paço Municipal, sito à Praça Ângelo Masson, 1000, Centro, de segunda a sexta-feira das 07:00 as 13:00 min, no site www.barradobugres.mt.gov.br/sic, via telefone: (065)3361-3868.

Barra do Bugres-MT, 23 de fevereiro de 2021.

EDIRLEI SOARES DA COSTA

Pregoeiro

PREFEITURA MUNICIPAL DE CÁCERES

AGUAS DO PANTANAL
PORTARIA Nº 28/2021

A Diretora Executiva do Serviço de Saneamento Ambiental Águas do Pantanal, Município de Cáceres/MT, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 3º incisos VI e IX, da Lei Complementar nº 106 de 07/10/2015.

Considerando o artigo 74, inciso III, bem como o artigo 91 “caput”, da Lei Complementar nº 25 de 27 de novembro de 1997;

Considerando o que consta no protocolo via 1doc sob nº 6.011/2021, solicitado em 20/02/2021.

RESOLVE:

Art. 1º - Conceder **Licença-Maternidade** no período de 17/02/2020 a 15/06/2021, a servidora comissionada Sr.ª **Karen Mamore de Matos**, inscrita no CPF sob o nº 045.801.061-80 e RG Nº 2415326-5 SSP MT, no cargo de Gerencia de Resíduos Sólidos Domiciliares.

Art. 2º - A presente portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo a data de 17/02/2021.

Cáceres/MT, 22 de fevereiro de 2021.

Maria Aparecida N. Dos Santos Silva

Diretora Executiva

AGUAS DO PANTANAL
PORTARIA Nº 28/2021

A Diretora Executiva do Serviço de Saneamento Ambiental Águas do Pantanal, Município de Cáceres/MT, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 3º incisos VI e IX, da Lei Complementar nº 106 de 07/10/2015.

Considerando o artigo 74, inciso III, bem como o artigo 91 “caput”, da Lei Complementar nº 25 de 27 de novembro de 1997;

Considerando o que consta no protocolo via 1doc sob nº 6.011/2021, solicitado em 20/02/2021.

RESOLVE:

Art. 1º - Conceder **Licença-Maternidade** no período de 17/02/2020 a 15/06/2021, a servidora comissionada Sr.ª **Karen Mamore de Matos**, inscrita no CPF sob o nº 045.801.061-80 e RG Nº 2415326-5 SSP MT, no cargo de Gerencia de Resíduos Sólidos Domiciliares.

Art. 2º - A presente portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo a data de 17/02/2021.

Cáceres/MT, 22 de fevereiro de 2021.

Maria Aparecida N. Dos Santos Silva

Diretora Executiva

INSTITUTO MUNICIPAL DE PREVIDENCIA SOCIAL DOS SERVIDORES DE CÁCERES
EXTRATO DE PUBLICAÇÃO DO CONTRATO PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS CONTÁBEIS Nº 005/2021

O PREVI-CÁCERES – Instituto Municipal de Previdência Social dos Servidores de Cáceres, **pessoa jurídica de direito público interno,** inscrito no CNPJ sob o n°. 02.332.486/0001-90, comunica a contratação de prestação de serviços:

CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS CONTÁBEIS Nº 005/2021

CONTRATANTE: INSTITUTO MUNICIPAL DE PREVIDENCIA SOCIAL DOS SERVIDORES DE CÁCERES – PREVI-CÁCERES

CONTRATADO: MASTER CONTABILIDADE E ASSESSORIA

CNPJ: 10.700.364/0001-38

OBJETO: prestação de serviço de pessoa jurídica especializada em consultoria contábil atendendo as necessidades da CONTRATANTE nas condições estabelecidas no Termo de Referência nº 010/2021.

PRAZO: 03(três) meses

VALOR GLOBAL ESTIMADO: R$ 2.800,00 (dois mil e oitocentos reais).

INÍCIO DO CONTRATO: 22/02/2021

DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:*3.3.90.39.00 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica.*

Cáceres, 23 de fevereiro de 2021.

Luana Aparecida Ortega Piovesan

Diretora Executiva

Instituto Municipal de Previdência Social dos Servidores de Cáceres

INSTITUTO MUNICIPAL DE PREVIDENCIA SOCIAL DOS SERVIDORES DE CÁCERES
PORTARIA N.º 009/2021

"Dispõe sobre a nomeação da Servidora KARINA MITIE SARAN para exercer a função de Fiscal do Contrato nº 004/2021 – Previ Cáceres".

A Diretora Executiva do ***PREVI-CÁCERES****, Instituto Municipal de Previdência Social dos Servidores do Município de Cáceres, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o Art. 129, Inciso XXV, da Lei Municipal Complementar n.º 143/2019 e do Decreto nº 020 de 04 de janeiro de 2021,* em atendimento ao que dispõe o art. 67 da Lei Federal n°. 8.666/93.

Resolve:

Art. 1º - Nomear a servidora ***KARINA MITIE SARAN***, ocupante do cargo de Gerente de Administração deste Instituto, para exercer a função de **Fiscal do Contrato nº 004/2021,** cujo o objeto é aquisição de água e gás para o exercício de 2021, conforme demanda do Instituto Municipal de Previdência Social dos Servidores de Cáceres - PREVICÁCERES.

.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogados as disposições em contrário.

Registre, publique e cumpra-se.

Cáceres-MT, 22 de fevereiro de 2021.

LUANA APARECIDA ORTEGA PIOVESAN

Diretora Executiva

PREVICÁCERES

SECRETARIA DE EDUCAÇÃO
RESOLUÇÃO Nº 003/2021 – CMEC/MT

O PRESIDENTE DO CONSELHO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE CÁCERES-MT,no uso de suas atribuições legais, mediante a Lei 9394/96 que fixa as Diretrizes e Bases da Educação Nacional, consoante à norma que instituiu o Conselho Municipal de Educação de Cáceres, Lei nº 2.162/2008, alterada pela Lei nº 2.327/2012 e Regimento Interno do CMEC, com base na Resolução 005/2009/CMEC, em atendimento ao processo número 030519 protocolado no dia 14/11/2019, e por decisão dos Conselheiros na reunião do Pleno do Conselho Municipal de Educação de Cáceres, realizada em 02 de fevereiro de 2021.

RESOLVE:

Art. 1ºRenovar a Autorização de Funcionamento da Escola Municipal de Educação Infantil Brincando e Aprendendo, integrante do Sistema Municipal de Ensino, localizada à Rua Ouro verde, s/nº, Bairro DNER, neste Município, para ofertar a Educação Básica, especificamente a etapa Educação Infantil: para atender Creche 02 anos e 03 anos e Pré-escola 04 e 05 anos.

Parágrafo Único– O presente ato terá vigência de 05 (cinco) anos, no período de 05/11/2019 à 04/11/2024.

Art. 2ºEsta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

REGISTRADA PUBLICADA

CUMPRA-SE

Conselho Municipal de Educação de Cáceres MT, 04 de fevereiro de 2020.

Profº. Luís Aurélio Alves

Conselheiro Presidente

Conselho Municipal de Educação de Cáceres

SECRETARIA DE EDUCAÇÃO
PORTARIA Nº 002/2021 – CMEC

O PRESIDENTE DO CONSELHO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE CÁCERES-MT, no uso de suas atribuições legais, mediante a Lei 9394/96 que fixa as Diretrizes e Bases da Educação Nacional, consoante a Lei do CMEC nº 2.162/08, alterada pela Lei nº 2.327 de 28/05/2012 e Regimento Interno do CMEC, com base na Resolução 005/2009/CMEC, considerando o processo número 030419 protocolado no dia 14/11/2019, e por decisão dos Conselheiros na reunião do Pleno do Conselho Municipal de Educação de Cáceres, realizada em 02 de fevereiro de 2021.

RESOLVE:

Art. 1º Recredenciar ao Sistema Municipal de Ensino a Escola Municipal de Educação Infantil Brincando e Aprendendo, localizada à Rua Ouro verde, s/nº, Bairro DNER, neste Município, para ofertar a Educação Básica, especificamente a etapa Educação Infantil: para atender Creche 02 anos e 03 anos e Pré-escola 04 e 05 anos.

Parágrafo Único -O presente ato terá vigência de 05 (cinco) anos, no período de de 05/11/2019 à 04/11/2024

Art. 2ºA Escola Municipal de Educação Infantil Brincando e Aprendendo, encontra-se devidamente autorizada para ministrar a primeira etapa da Educação Básica conforme preceitua esta Portaria, nos termos da Resolução nº. 003/2021-CMEC/MT.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

REGISTRADA PUBLICADA

CUMPRA-SE

Conselho Municipal de Educação de Cáceres, 04 de Fevereiro de 2021.

Profº. Luís Aurélio Alves

Conselheiro Presidente

Conselho Municipal de Educação de Cáceres

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº 161 DE 19 DE FEVEREIRO DE 2021.

A SECRETÁRIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, no uso das atribuições que lhe confere a Lei nº 2.218, de 22 de dezembro de 2009, alterada pela Lei nº 2.258, de 16 de dezembro de 2010 e o Decreto nº 098, de 24 de fevereiro de 2011, alterado pelo Decreto nº 153, de 01 de abril de 2013, e:

CONSIDERANDO o art. 67 de Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, onde determina que a execução dos Contratos seja acompanhada e fiscalizada por um representante da Administração Pública;

CONSIDERANDO o que consta no Processo submetido ao Memorando sob nº 5821 de 18 de fevereiro de 2021;

RESOLVE:

Art.1º Designar os servidores a seguir relacionados, lotados na Secretaria Municipal de Educação, como responsáveis pela fiscalização e controle do contrato abaixo.

Titular: Elie Bezerra De Paula

Suplente: Alison Ribeiro Félix

Nº Contrato	Contratado	Objeto	Data Assinatura	Vigência
012/21	G M N Empreendimentos Eireli	Constitui o objeto do presente a eventual contratação de Prestadora de Serviço de Mão de Obra de apoio às atividades operacionais subsidiárias destinados a atender as necessidades da Secretaria Municipal de Educação de Cáceres-MT	17/02/21	12 meses

§ 1º Os servidores acima designados deverão acompanhar e fiscalizar a execução do Contrato, bem como, registrar detalhadamente por escrito todas as ocorrências, encaminhá-las à Secretaria de Educação e determinar o que for necessário para a regularização.

§ 2º Os casos em que excederem a competência dos servidores responsáveis pela fiscalização, deverão ser repassados ao Gestor da Pasta para a adoção das providências necessárias.

Art.2º Esta Portaria entrará em vigor na data da sua publicação.

Prefeitura Municipal de Cáceres, 19 de fevereiro de 2021.

LAURENIR RAMOS CEBALHO RIBEIRO

Secretária Municipal de Educação

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº 167 DE 23 DE FEVEREIRO DE 2021.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, no uso das atribuições que lhe confere a Lei nº. 2.218, de 22 de dezembro de 2009, alterada pela Lei nº 2.258, de 16 de dezembro de 2010 e o Decreto nº 098, de 24 de fevereiro de 2011, alterado pelo Decreto nº 153, de 01 de abril de 2013, e:

CONSIDERANDO o que consta no Processo submetido ao Memorando sob nº 35986, de 26 de novembro de 2020;

RESOLVE:

Art.1º Tornar sem efeitos a Portaria nº 155, de 17 de fevereiro de 2021, que determinou a abertura de Processo Administrativo Disciplinar, da Secretaria de Administração do Município de Cáceres, Estado de Mato Grosso.

Art.2º Esta Portaria entrará em vigor na data da sua publicação.

Prefeitura Municipal de Cáceres, 23 de fevereiro de 2021.

WILSON MASSAHIRO KISHI

Secretário Municipal de Administração

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
ATO DE RATIFICAÇÃO/HOMOLOGAÇÃO – DISPENSA Nº 04/2021 - PROCESSO ADMINISTRATIVO 351/2021

Interessada: Prefeitura Municipal de Cáceres

Objeto: Dispensa de Licitação para contratação da concessionaria Cometa Center Car para prestação de serviço de manutenção automotiva preventiva, com fornecimento de peça, para os veículos (GOL) em período de garantia**.**

Fundamento: Art. 24 da Lei 8.666/93, amparados nos princípios da finalidade pública e princípio da continuidade do serviço público.

Empresa: FMC CENTER CAR LTDA - CNPJ N.º70.487.921/0001-06, perfazendo o valor total de R$ 51.794,70 (cinquenta e um mil, setecentos e noventa e quatro reais e setenta centavos).

Ratifico a Dispensa de Licitação em consonância com o Parecer Jurídico nos termos do Art. 24, da Lei Federal n° 8.666 /1993.

Prefeitura Municipal de Cáceres, 23 de fevereiro de 2021.

Wilson Massahiro Kishi

Secretário Municipal de Administração

SECRETARIA MUNICIPAL DE FAZENDA
PAUTA DE JULGAMENTO - SECRETARIA MUNICIPAL DE FAZENDA CONSELHO DE CONTRIBUINTES DE CÁCERES

A presidente do Conselho de Contribuintes de Cáceres, no uso de suas atribuições, conferidas pelo Decreto nº. 144 de 30 de março de 2020, e pelo Decreto nº. 253 de 07 de maio de 2020;

Considerando o estabelecido pelo Artigo 41, Seção V do Decreto nº. 144 de 30 de março de 2020;

Torna pública a pauta de julgamento de processos para a sessão do Conselho de Contribuintes de Cáceres, que ocorrerá por vídeo conferência, conforme calendário abaixo:

26 DE FEVEREIRO, ÀS 08 HORAS DA MANHÃ:

PROCESSO	REQUERENTE	CONSELHEIRO RELATOR
9180/2019	Rostey Fitness Club	Eliana da Silva Carvalho Duarte
16750/2019	Áurea Francisca da Costa	Antonio Carlos Leite

LINK DE ACESSO: https://meet.google.com/mdp-zumr-cik

Conforme parágrafo 2º do Artigo 42 do Decreto nº. 144 de 30 de março de 2020, que institui o Conselho de Contribuintes de Cáceres, poderá a parte interessada requerer o tempo de 15 (quinze) minutos para sustentação oral de seus argumentos, desde que solicitado com o prazo de 48 (quarenta e oito) horas a contar da presente publicação.

Cáceres, 19 de fevereiro de 2021

ELIANA DA SILVA CARVALHO DUARTE

Presidente

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº 165 DE 22 DE FEVEREIRO DE 2021.

A SECRETÁRIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, no uso das atribuições que lhe confere a Lei nº 2.218, de 22 de dezembro de 2009, alterada pela Lei nº 2.258, de 16 de dezembro de 2010 e o Decreto nº 098, de 24 de fevereiro de 2011, alterado através do Decreto nº 153, de 01 de abril de 2013, e:

CONSIDERANDO o que consta do Processo submetido ao memorando sob nº 6047, de 22 de fevereiro de 2021;

R E S O L V E:

Art. 1º Nomear a servidora **ADRIANA RAMOS SEBASTIÃO**, para responder pela Coordenação Pedagógica da Escola Municipal Professora Erenice Simão Alvarenga da Rede Pública Municipal de Ensino de Cáceres, com efeitos desde 03 de fevereiro de 2021.

Art. 2º Esta Portaria entrará em vigor na data da sua publicação.

Prefeitura Municipal de Cáceres, 22 de fevereiro de 2021.

LAURENIR RAMOS CEBALHO RIBEIRO

Secretária Municipal de Educação

SECRETARIA MUNICIPAL DE FAZENDA
EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE LANÇAMENTO N° 00002 DE 09 DE FEVEREIRO DE 2021

Imposto sobre a Propriedade Territorial Rural (ITR)

Delegação de Atribuição - Lei nº11.250, de 27 de dezembro de 2005 - EC nº42/2003 MUNICÍPIO - CACERES - MT

Intima o(s) sujeito(s) passivo(s) que menciona para comparecimento no local citado para tratar de assunto do seu interesse.

O Titular do Órgão da Administração Tributária Municipal responsável pelo ITR, nos termos do

artigo 23, § 1º, inciso II, do Decreto nº 70.235/72, com redação dada pelas Leis nº 11.941/2009 e nº 11.196 /2005, e tendo em vista o disposto na Lei nº 11.250/2005, INTIMA o[s] sujeito[s] passivo[s] abaixo relacionado [s], a comparecer[em], em dia útil, no horário normal de atendimento, à sede da administração tributária deste município para tomar ciência da[s] Notificação[ões] de Lançamento [ITR] a seguir identificada[s].

Em caso de não comparecimento do sujeito passivo ou seu representante legal, considerar-se-á

feita a intimação no 15º [décimo quinto] dia após a publicação deste Edital.

Sujeito(s) Passivo(s)		
Nome Completo / Razão Social	**CPF/CNPJ**	**Notificação de Lançamento (ITR)**
ALESSANDRO PINTO DE ARRUDA	615.069.071-72	9047 /00112/2019
Titular do Órgão da Administração Tributária Municipal responsável pelo ITR		
Nome: fernando hiroshi aburaya Matrícula: 00015783 Cargo: fical de tributos / 642014 Assinatura:		

Data de afixação: 09/02/2021

Data de desafixação: 24/02/2021

INSTITUTO MUNICIPAL DE PREVIDENCIA SOCIAL DOS SERVIDORES DE CÁCERES
PORTARIA N.º 010/2021

"Dispõe sobre a nomeação da Servidora ADALGISA ISABEL CARDOZO DE ASSUNÇÃO para exercer a função de Fiscal do Contrato nº 005/2021 – Previ Cáceres".

A Diretora Executiva do ***PREVI-CÁCERES****, Instituto Municipal de Previdência Social dos Servidores do Município de Cáceres, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o Art. 129, Inciso XXV, da Lei Municipal Complementar n.º 143/2019 e do Decreto nº 020 de 04 de janeiro de 2021,* em atendimento ao que dispõe o art. 67 da Lei Federal n°. 8.666/93.

Resolve:

Art. 1º - Nomear a servidora ***ADALGISA ISABEL CARDOZO DE ASSUNÇÃO***, ocupante do cargo de Contadora deste Instituto, para exercer a função de **Fiscal do Contrato nº 005/2021,** cujo objeto é a contratação de prestação de Serviços Contábeis de assessoria orientativa para elaboração da DIRF e RAIS referente ano calendário 2020 do Instituto Municipal de Previdência Social dos Servidores de Cáceres - PREVICÁCERES.

.**Art. 2º** Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogados as disposições em contrário.

Registre, publique e cumpra-se.

Cáceres-MT, 23 de fevereiro de 2021.

LUANA APARECIDA ORTEGA PIOVESAN

Diretora Executiva

PREVICÁCERES

SECRETARIA MUNICIPAL DE FAZENDA
PAUTA DE JULGAMENTO - CONSELHO DE CONTRIBUINTES DE CÁCERES

A presidente do Conselho de Contribuintes de Cáceres, no uso de suas atribuições, conferidas pelo Decreto nº. 144 de 30 de março de 2020, e pelo Decreto nº. 253 de 07 de maio de 2020;

Considerando o estabelecido pelo Artigo 41, Seção V do Decreto nº. 144 de 30 de março de 2020;

Torna pública a pauta de julgamento de processos para a sessão do Conselho de Contribuintes de Cáceres, que ocorrerá por vídeo conferência, conforme calendário abaixo:

01 DE MARÇO, ÀS 08 HORAS DA MANHÃ LINK DE ACESSO: https://meet.google.com/ppi-xqdi-cgu

PROCESSO	REQUERENTE	CONSELHEIRO RELATOR
8101/2020	Marcelo Pinto Teixeira	Antonio Carlos Leite
8711/2020	Edileuza Guedis dos Santos	Victor Luiz Martins de Almeida

08 DE MARÇO, ÀS 08 HORAS DA MANHÃ LINK DE ACESSO: https://meet.google.com/set-aizb-tyc

PROCESSO	REQUERENTE	CONSELHEIRO RELATOR
21305/2020	Estácio FAPAN	Nycollas Fernandes de Almeida

Conforme parágrafo 2º do Artigo 42 do Decreto nº. 144 de 30 de março de 2020, que institui o Conselho de Contribuintes de Cáceres, poderá a parte interessada requerer o tempo de 15 (quinze) minutos para sustentação oral de seus argumentos, desde que solicitado com o prazo de 48 (quarenta e oito) horas a contar da presente publicação.

Cáceres, 22 de fevereiro de 2021

ELIANA DA SILVA CARVALHO DUARTE

Presidente

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPINÁPOLIS

RECURSOS HUMANOS
PORTARIA DE Nº. 129 DE 23 DE FEVEREIRO DE 2021.

"DISPÕE SOBRE A CONCESSÃO DE ***READAPTAÇÃO FUNCIONAL*** *A SERVIDORA* **ROSELY CAMPOS DE OLIVEIRA MOURA** *E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".*

JOSÉ BUENO VILELA, PREFEITO MUNICIPAL DE CAMPINÁPOLIS, ESTADO DE MATO GROSSO, no uso das atribuições legais que lhe confere a Lei Orgânica Município e;

CONSIDERANDO o teor do artigo nº 28 da Lei Complementar 027 de 05 de dezembro de 2011.

CONSIDERANDO o teor do Decreto nº 3465 de 15 de outubro de 2020.

CONSIDERANDO o teor do Relatório do Médico Perito datado de 23 de fevereiro de 2021.

RESOLVE:

I –Conceder, na forma dos dispositivos legais supramencionados, a ***"READAPTAÇÃO FUNCIONAL"*** a servidorarelacionada na tabela abaixo e seu respectivo período de afastamento.

Nº	*NOME*	*PERIODO DE AFASTAMENTO*
01	Rosely Campos de Oliveira Moura	*23.02.2021 a 22.08.2021*

II - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

III - Revogadas as disposições em contrário.

Publique – se. Registre-se. Cumpra-se.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL

Campinápolis - MT, 23 fevereiro de 2021.

JOSÉ BUENO VILELA

Prefeito Municipal

GABINETE DO PREFEITO
DECRETO Nº 3.567 DE 22 DE FEVEREIRO DE 2021

DECRETO Nº 3.567 DE 22 DE FEVEREIRO DE 2021

"Declara Luto Oficial pelo falecimento da Sra. Maria do Carmo da Silva, conhecida como "Maria Coquinho".

JOSÉ BUENO VILELA, Prefeito Municipal de Campinápolis, Estado de Mato Grosso, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, e

CONSIDERANDO o falecimento da Sra.*Maria do Carmo da Silva, conhecida como "Maria Coquinho*," uma das pioneiras de nosso município;

CONSIDERANDO os trabalhos dedicados à comunidade de Campinápolis no decorrer de sua vida como cidadã;

CONSIDERANDO que o falecimento desta pioneira em data de 22.02. 2021;

DECRETA

Art.1º. **Luto Oficial** no Município de Campinápolis, por 03 (três) dias contados desta data, pelo falecimento da Sra. *Maria do Carmo da Silva,* conhecida como ***"Maria Coquinho".***

Art. 2º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art.3º. Revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal, em Campinápolis-MT, 22 de fevereiro de 2021.

JOSÉ BUENO VILELA

Prefeito Município

RECURSOS HUMANOS
PORTARIA DE Nº. 128 DE 23 DE FEVEREIRO DE 2021.

"DISPÕE SOBRE A CONCESSÃO DE ***LICENÇA SAÚDE*** *PARAOS SERVIDORES RELACIONADOS ABAIXO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".*

JOSÉ BUENO VILELA, PREFEITO MUNICIPAL DE CAMPINÁPOLIS, ESTADO DE MATO GROSSO, no uso das atribuições legais que lhe confere a Lei Orgânica Município e;

CONSIDERANDO o teor do laudo pericial da Previcamp e atestados médicos.

RESOLVE:

I –Conceder, na forma dos dispositivos legais supramencionados, a ***"Licença Saúde"*** aos servidoresrelacionados na tabela abaixo e seus respectivos períodos de afastamentos.

Nº	NOME	PERIODO DE AFASTAMENTO
1	Donizete Bento Gomes	14.02.2021 a 14.08.2021
2	Gilvar da Costa Rosa	19.02.2021 a 18.04.2021
3	Juvenal Pinheiro Batista Neto	15.02.2021 a 01.03.2021
4	Helena Maria Caixeta	18.02.2021 a 18.05.2021

II-Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

III - Revogadas as disposições em contrário.

Publique – se. Registre-se. Cumpra-se.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL

Campinápolis - MT, 23 de fevereiro de 2021.

JOSÉ BUENO VILELA

Prefeito Municipal

GABINETE DO PREFEITO
DECRETO Nº 3.566 DE 19 DE FEVEREIRO DE 2021

DECRETO Nº 3.566 DE 19 DE FEVEREIRO DE 2021

"Altera o Decreto nº* 3.378 de 29 de junho de 2020*, que regulamenta a composição do Conselho Municipal de Assistência Social de Campinápolis – MT."

JOSÉ BUENO VILELA, PREFEITO MUNICIPAL DE CAMPINÁPOLIS – MT, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, e

Considerando o Ofício nº 01/2021/SCI;

D E C R E T A

Art.1°. O Art. 1º do **Decreto n° 3.378 de 29 de junho de 2020** passa a vigorar com a seguinte alteração:

"***Art. 1°- .....***

..

I – Na condição de representantes dos Órgãos Governamentais:

.....

.

b) Representantes da Secretaria Municipal de Administração:

Neivaldo Martins de Sousa Silva – Titular**;**

CPF: 303.542.341-53

RG: 04700813 SEJUSP-MT

Daniel Júnior dos Santos– Suplente;

CPF: 060.227.861-93

RG: 26738104- SSP-MT

Art.2º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art.3º. Revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal em Campinápolis – MT, 19 de fevereiro de 2021.

JOSÉ BUENO VILELA

Prefeito Municipal

GABINETE DO PREFEITO
PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO - PSS N° 001/2021 EDITAL COMPLEMENTAR 002 DA RELAÇÃO PRELIMINAR DE INSCRITOS

A Comissão nomeada para conduzir o Processo Seletivo Simplificado nº 001/2021, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Decreto 3545/2021 com base nas Leis Municipais nº 1154/2016; 1.233/2019 e 1.295/2021.

Considerando o encerramento do período de inscrições para o Processo Seletivo Simplificado nº 001/2021

Resolve:

Tornar público a relação PRELIMINAR de inscritos para o PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO-PSS Nº 001/2021.

1.A relação de inscritos consta do Anexo I, parte indissociável a este Edital:

2.Os interessados terão o prazo de 24(vinte e quatro) horas a partir da publicação deste edital para a interposição de recursos contra o seu teor, nos termos do Edital de abertura do processo seletivo simplificado nº 001/2021

Campinápolis-MT ,23 de Fevereiro de 2021.

Armanda Guedes Parreira

Presidente da Comissão

Decreto 3545/2021

ANEXO I

Quadro – 1.0 E.M.I INDÍGENAS				
AAE/NUTRIÇÃO				
ALDEIA: ALDEINHA – EMI ALDEINHA				
Ordem	**Nº INCRIÇÃO**	**NOME**	**DATA DE NASCIMENTO**	**SITUAÇÃO**
1.	039	Getulio Soutupre	09/05/1985	DEFERIDO
2.	001	Heloisa Pejué	10/07/1984	DEFERIDO
3.	063	Paulinho Tsererãwe Wa'õmorã	16/07/1987	DEFERIDO
ALDEIA:ALDEONA – EMI ALDEONAS.A COHAB				
Ordem	**Nº INCRIÇÃO**	**NOME**	**DATA DE NASCIMENTO**	**SITUAÇÃO**
1.	061	Cornelia Peuwe	16/04/1994	DEFERIDO
2.	081	Josina Ro' Otsiwaptoro' Onhipe	09/07/1982	DEFERIDO
3.	052	Luzereno Luiz Tserewadi Tepemra	04/04/1990	DEFERIDO
ALDEIA:BURITIZAL– EMI SÃO MIGUEL				
Ordem	**Nº INCRIÇÃO**	**NOME**	**DATA DE NASCIMENTO**	**SITUAÇÃO**
1.	062	Celina Rerã	26/02/1997	DEFERIDO
2.	068	Edinaura Penhosse Serezaxu Xavante	30/11/1995	DEFERIDO
3.	037	Euzeliton Serenhoutu RAwe	18/09/1995	DEFERIDO
4.	002	Felipa Tsinhotse' Ehodza'Õ	17/08/1988	DEFERIDO
5.	079	Jucileine Wa' Utômotsewê	10/05/1995	DEFERIDO
6.	045	Lucilene Wa' Utomo' Wa Xavante	16/10/1991	DEFERIDO
7.	033	Pinha' Ro' Osiwa' E	18/03/1984	DEFERIDO
8.	007	Repã Tsereté	09/06/1994	DEFERIDO
9.	060	Rimenia' Retsi' Eiwe	25/12/1995	DEFERIDO
10.	038	Warley Tserewaru Wadzatse	05/03/1999	DEFERIDO
11.	055	Zildeth Penho Eiwe Sereparam	04/03/2003	DEFERIDO
ALDEIA:CAMPINAS– EMI SANTO ANTONIO				
Ordem	**Nº INCRIÇÃO**	**NOME**	**DATA DE NASCIMENTO**	**SITUAÇÃO**
1.	093	Arteniza Joseth Wautomodzawe Sahairo	19/07/1998	DEFERIDO
2.	092	Lindaura' Renira	12/08/1981	DEFERIDO
3.	036	Mara Martins Wautõmoaiwe	30/10/1987	DEFERIDO
4.	058	Marizethe Tsinhotseenhere O	28/11/1989	DEFERIDO
5.	066	Meliza Renhi'mri Tsirewari	03/01/1984	DEFERIDO
6.	021	Necília Wa'Utõmosi'E	18/03/1995	DEFERIDO
7.	064	Rodomir Santos Sae'Õmõwa	16/12/1999	DEFERIDO
8.	056	Silza Perãihiriwe	11/08/1997	DEFERIDO
ALDEIA:CHÃO PRETO– EMI SÃO PAULO				
Ordem	**Nº INCRIÇÃO**	**NOME**	**DATA DE NASCIMENTO**	**SITUAÇÃO**
1.	070	Edgar Tsereuipra	26/12/1996	DEFERIDO
2.	072	Elenir Reumima	08/01/2000	DEFERIDO
3.	046	Glenio Tserenhoto' Ré	15/03/2000	DEFERIDO
4.	034	Josimar Sêrênhipta Awe Sêrenhotôwe	05/02/2001	DEFERIDO
5.	015	Jurandir Rumori	13/05/1978	DEFERIDO
6.	084	Ronaldinho Sere'Uwarisu	21/06/1994	DEFERIDO
7.	009	Ronicleide 'Reduma	12/03/1991	DEFERIDO
ALDEIA:CORREGO DOS PATOS– EMI CORREGO DOS PATOS S.A E.M.I. SANTO ANTONIO				
Ordem	**Nº INCRIÇÃO**	**NOME**	**DATA DE NASCIMENTO**	**SITUAÇÃO**
1.	080	Edecio Aiwede'wa Ratata	12/05/1983	DEFERIDO
2.	075	Silva Serewabdzuri'o Serejaene	12/06/2001	DEFERIDO
ALDEIA:DZÉPA– EMI SÃO JOÃO BATITA S.A CORAÇÃO DE JESUS				
Ordem	**Nº INCRIÇÃO**	**NOME**	**DATA DE NASCIMENTO**	**SITUAÇÃO**
1.	022	Lidiane Pewapta	09/10/1996	DEFERIDO
2.	071	Maria Agripina Renhari´õ	12/05/1976	DEFERIDO
ALDEIA:EGITO– EMI EGITO				
Ordem	**Nº INCRIÇÃO**	**NOME**	**DATA DE NASCIMENTO**	**SITUAÇÃO**
1.	044	Irasa Dzada'Ótowe	30/03/1991	DEFERIDO
2.	059	Necio Hidzu Aptsoi	22/08/1995	DEFERIDO
3.	035	Taciania'Re'Rato	30/03/1996	DEFERIDO
ALDEIA:ESPIRITO SANTO– EMI LAGOA ENCANTADA				
Ordem	**Nº INCRIÇÃO**	**NOME**	**DATA DE NASCIMENTO**	**SITUAÇÃO**
1.	088	Cristovão Tserewa' Ru Wapretsu	15/10/1988	DEFERIDO
2.	018	Izoaldo Tserenhowe Tsiwadzu	08/06/1992	INDEFERIDO
ALDEIA:ESTRELA– EMI ESTRELA S.A E.M.I SANTA HELENA				
Ordem	**Nº INCRIÇÃO**	**NOME**	**DATA DE NASCIMENTO**	**SITUAÇÃO**
1.	030	Adoano Tsere'Raiwa'Ru	08/01/1992	DEFERIDO
2.	014	Amadia Tsinhotse'Emrami'O	30/04/1989	DEFERIDO
3.	040	Genario Tseredzatômôdzu Ro'Owe	12/03/2000	DEFERIDO
4.	029	Lucieni Ro'omri	29/09/1996	DEFERIDO
5.	096	Maria Gilanda Ro' Otsidzo	27/11/1990	DEFERIDO
ALDEIA:PALMEIRAS– EMI CORAÇÃO DE JESUS				
Ordem	**Nº INCRIÇÃO**	**NOME**	**DATA DE NASCIMENTO**	**SITUAÇÃO**
1.	083	Sidercina Petsiti'O	28/07/1988	DEFERIDO
ALDEIA:PARABUBURE– EMI DOM BOSCO				
Ordem	**Nº INCRIÇÃO**	**NOME**	**DATA DE NASCIMENTO**	**SITUAÇÃO**
1.	017	Julieta Redzidi'Õ	16/07/1999	DEFERIDO
2.	041	Nayara Pewaibu Tsarei'Wa	13/04/1994	DEFERIDO
3.	051	Antonio Bure Rupawe	04/02/1982	DEFERIDO

ALDEIA:RIO MARIA– EMI RIO MARIA				
Ordem	**Nº INCRIÇÃO**	**NOME**	**DATA DE NASCIMENTO**	**SITUAÇÃO**
1.	067	Evaldo Sti'Rubi Sisapi	19/08/1994	DEFERIDO
2.	069	Zenilde Sinhose 'Ewaibui'Õ	14/11/2001	DEFERIDO
ALDEIA:SANTA CLARA– EMI SANTA CLARA				
Ordem	**Nº INCRIÇÃO**	**NOME**	**DATA DE NASCIMENTO**	**SITUAÇÃO**
1.	023	Betilia BA'Oto Ubuma	13/01/1993	DEFERIDO
2.	082	Carlos Tserenhi'Õ	05/09/1982	DEFERIDO
3.	042	Constancia Re'A Xavante	04/10/1999	INDEFERIDO
4.	076	Dário Tserenhõ'a	01/03/1998	DEFERIDO
5.	027	Elivânia Renho'A	06/10/1994	DEFERIDO
6.	010	Francisco Tserewadzubdza	19/11/2001	DEFERIDO
7.	028	Gabriela Ro'Onhihi	05/08/1994	DEFERIDO
8.	003	Joviano Tsererurene	14/10/1991	DEFERIDO
9.	050	Kléberson Tumussu Xavante	01/10/2003	INDEFERIDO
10.	043	Maria de Lurdes Renemo	09/03/1988	DEFERIDO
11.	065	Mariana Reru'o	31/07/1991	DEFERIDO
12.	008	Maximiniana Aglae Peuy'We	29/05/1998	DEFERIDO
13.	047	Patricia Renhimidza'Õ	16/08/2003	INDEFERIDO
14.	049	Ranieres Tomotsu	26/11/2000	INDEFERIDO
15.	012	Rozimar Xavante	14/01/1994	DEFERIDO
ALDEIA:SANTA CRUZ– EMI SANTO AGOSTINHO				
Ordem	**Nº INCRIÇÃO**	**NOME**	**DATA DE NASCIMENTO**	**SITUAÇÃO**
1.	020	Deoniceia Sandro Renhi Aharare Wa'Aire	13/05/1998	DEFERIDO
2.	026	Diana Petsita'A'O	11/04/2001	DEFERIDO
3.	019	Gregorio Redzahi	05/10/1988	DEFERIDO
ALDEIA:SANTA HELENA– EMI SNTA HELENA				
Ordem	**Nº INCRIÇÃO**	**NOME**	**DATA DE NASCIMENTO**	**SITUAÇÃO**
1.	054	Euca Tsinhotse'Epa	15/11/1998	DEFERIDO
ALDEIA:SANTA ROSA– EMI SANTA ROSA				
Ordem	**Nº INCRIÇÃO**	**NOME**	**DATA DE NASCIMENTO**	**SITUAÇÃO**
1.	074	Pehopowe Tsereptuwe	13/02/1998	DEFERIDO
ALDEIA:SÃO DOMINGOS SÁVIO– EMI SÃO DOMINGOS SÁVIO				
Ordem	**Nº INCRIÇÃO**	**NOME**	**DATA DE NASCIMENTO**	**SITUAÇÃO**
1.	094	Alice Pematsi' Ro' Oterowe	16/06/1994	DEFERIDO
2.	048	Guimario Tserewapre Tserewatahopu	07/03/1995	DEFERIDO
3.	091	Jose Candido Ab'HO'Odi	20/09/1987	DEFERIDO
4.	085	Juvelino Tsere'Uywê Rene Ewe	01/09/1997	DEFERIDO
5.	086	Mirian Beatriz Tsinhotse' Ehanha' Re	17/05/1993	DEFERIDO
6.	087	Suelli Aparecida Tsinhotse Etsipetse O	10/10/1996	DEFERIDO
7.	016	Vanessa Redzaiwe Rewateme	14/06/1997	DEFERIDO
8.	090	Winckles Wedero'o'wa	10/03/1997	DEFERIDO
ALDEIA:SÃO JOSÉ– EMI PARINAIÁ				
Ordem	**Nº INCRIÇÃO**	**NOME**	**DATA DE NASCIMENTO**	**SITUAÇÃO**
1.	004	Luz Dary Tsinhotse Enhoruiwe	29/06/1999	DEFERIDO
2.	006	Madalena Wa'Utomonhi'E	28/05/1995	DEFERIDO
3.	005	Romagilda Redzaipe	24/07/1995	DEFERIDO
ALDEIA:SÃO PEDRO– EMI IMACULADA CONCEIÇÃO				
Ordem	**Nº INCRIÇÃO**	**NOME**	**DATA DE NASCIMENTO**	**SITUAÇÃO**
1.	078	Elizete Wautomodza' Were'Õ Ruwabzu	29/09/1988	DEFERIDO
2.	057	Leina Renhini Tsererawe	28/05/1995	DEFERIDO
3.	024	Maria Conceição Pewaiho Tsiewa'Adi	27/03/1992	DEFERIDO
4.	073	Natividade Tsinhotsé Ere'Õwa'Õmorã	07/11/1993	DEFERIDO
5.	031	Pedrina Pewedima Tsererawe	29/06/1993	DEFERIDO
6.	032	Rosemar Redzaproni'O	12/09/1983	DEFERIDO
ALDEIA:SUCURI– EMI SÃO CARME TSABABA				
Ordem	**Nº INCRIÇÃO**	**NOME**	**DATA DE NASCIMENTO**	**SITUAÇÃO**
1.	095	Amarildo Wauiwe Porede	15/08/1988	DEFERIDO
2.	089	Cleidiane Tsinhotse' Emri	04/05/1999	DEFERIDO
3.	025	Danni Peroiwe	31/03/1999	DEFERIDO
4.	011	Lamim Tsawa	07/11/1988	DEFERIDO
5.	053	Losando Tserêwa'Awe	03/05/1993	DEFERIDO
6.	077	Marilda Wa'Utomonhamra Martins	18/06/1981	DEFERIDO
7.	013	Seydillê Antonio Adzâwe	14/11/1996	DEFERIDO
AAE/LIMPEZA				
ALDEIA: ALDEINHA – EMI ALDEINHAS				
Ordem	**Nº INCRIÇÃO**	**NOME**	**DATA DE NASCIMENTO**	**SITUAÇÃO**
1.	049	Basilio Serêwapjuri'Õ	12/09/1982	DEFERIDO
2.	014	Davi Miranda Sere'Ubute	20/06/1976	DEFERIDO
3.	016	Milena Redzadu'u'õ	19/03/2001	DEFERIDO
4.	048	Nelio Tsere Wa'õmorã Tserehõ	20/11/1992	DEFERIDO
ALDEIA:BAIXÃO – EMI LUIZÃO				
Ordem	**Nº INCRIÇÃO**	**NOME**	**DATA DE NASCIMENTO**	**SITUAÇÃO**
1.	071	Bebeto Tsere'U'O Tseredze	26/07/1990	DEFERIDO
2.	081	Benicio Waihoriwe Tseredze	11/02/2000	DEFERIDO
3.	066	Diaura Wa'Utomodza'Wa	17/04/2000	DEFERIDO

4.	075	Edicio Rureme Sererowa	06/03/1989	DEFERIDO
5.	026	Eraldo Rudzani'O Tsi Ewa'Adi	04/01/1992	DEFERIDO
6.	079	Hermogina' Rewa' Uwe	06/10/1989	DEFERIDO
7.	078	Leliane Tsinhose'Era	18/02/2000	DEFERIDO
8.	080	Odilia Pe'Uiwerewe' Retsitsato	03/02/1999	DEFERIDO
9.	074	Silanio Matos Tsere'Wanhihotowe	03/03/1993	DEFERIDO
ALDEIA:BURITIZAL– EMI SÃO MIGUEL				
Ordem	**Nº INCRIÇÃO**	**NOME**	**DATA DE NASCIMENTO**	**SITUAÇÃO**
1.	024	Caio Sere'Re	10/03/1999	DEFERIDO
2.	067	Ogiel Tserewaimrãmi'O	31/01/1998	DEFERIDO
3.	030	Valdenir Sere'Uzé	15/08/1999	DEFERIDO
4.	065	Valdivino Bo'o Robro	10/03/1990	DEFERIDO
ALDEIA:CAMPINAS– EMI SANTO ANTONIO				
Ordem	**Nº INCRIÇÃO**	**NOME**	**DATA DE NASCIMENTO**	**SITUAÇÃO**
1.	003	Alfim U'Re Wa'Rãiro	02/09/1992	DEFERIDO
2.	054	Bilismar Sata'Ru'U'E Sasu	21/01/2000	DEFERIDO
3.	058	Carmeci Sinhose' Ezemo	06/08/1996	DEFERIDO
4.	061	Dilza Tsinhotsé' Etsitsabu'õ	13/02/1986	DEFERIDO
5.	032	Doniel Serewa'Adi	26/01/1998	DEFERIDO
6.	073	Fidelina Wautomopre'E'O	14/04/1996	DEFERIDO
7.	059	Jaqueline Penariwe	04/11/1995	DEFERIDO
8.	055	Jorginete Redo'O'Õ Wairuirã	04/01/1990	DEFERIDO
9.	070	Jovercilio Emhorirõ	23/04/2001	DEFERIDO
10.	068	Marbiel Tseredzata'Õ	16/04/1994	DEFERIDO
11.	051	Mariney Penhi'Rã Martins	02/09/1995	DEFERIDO
12.	085	Monaiza Uteme Pedzuitoriwe	25/05/1997	DEFERIDO
13.	023	Neura Re' Uptabiwê	12/04/1994	DEFERIDO
14.	039	Ruy Hune Edi Martins	07/09/2001	DEFERIDO
	086	Wilson Tseredzubdaire Tsere' Roihi	16/06/1989	DEFERIDO
ALDEIA:CAMPOS BELOS – EMI CAMPOS BELOS				
Ordem	**Nº INCRIÇÃO**	**NOME**	**DATA DE NASCIMENTO**	**SITUAÇÃO**
1.	076	Adeloncio Alves Woamoté Tsere' Wanhiza	18/04/1997	DEFERIDO
2.	007	Almira Waãmate Pessissa'Ã	14/09/1996	DEFERIDO
3.	088	Alvelino Tsawre Tseredupta	05/08/1994	DEFERIDO
4.	077	Claudimiro Waômôra Sereza'É	23/03/2003	DEFERIDO
5.	009	Elideos Pro'Wa	02/05/1990	DEFERIDO
6.	063	Fabricia Tseredza'E Wautomotsiri'O	03/08/1997	DEFERIDO
	020	Hernandes Tsere'Aimo Apho'odi Prépe	25/07/1999	DEFERIDO
ALDEIA:ESPIRITO SANTO– EMI LAGOA ENCANTADA				
Ordem	**Nº INCRIÇÃO**	**NOME**	**DATA DE NASCIMENTO**	**SITUAÇÃO**
1.	050	João Tserehite Waripo Owe	22/11/1993	INDEFERIDO
2.	006	Teotonio Tsimanawawi Pawe'E	25/05/1997	DEFERIDO
ALDEIA:PARABUBURE– EMI DOM BOSCO				
Ordem	**Nº INCRIÇÃO**	**NOME**	**DATA DE NASCIMENTO**	**SITUAÇÃO**
1.	036	Aermany Redzarawe	21/07/1998	DEFERIDO
2.	038	Marãdzuho Tserenhitôwe	03/10/2000	DEFERIDO
3.	033	Marlom Tseremodi	11/09/1999	DEFERIDO
ALDEIA:SANTA CLARA-EMI SANTA CLARA				
Ordem	**Nº INCRIÇÃO**	**NOME**	**DATA DE NASCIMENTO**	**SITUAÇÃO**
1.	056	Amelina Retsuwa	22/12/2002	DEFERIDO
2.	089	Andriole Tsere' Amowe Tsa' Amriwawe	01/02/1990	DEFERIDO
3.	008	Antoin Amarcio Ri'Udze	03/03/1989	DEFERIDO
4.	083	Belarmino Werehite	12/07/2004	DEFERIDO
5.	012	Clemência Rewaihu'Ume Tseredze	31/10/1983	DEFERIDO
6.	027	Florencio Wai Anhorã	18/10/1991	DEFERIDO
7.	062	Floriano Wapruiwewari	28/05/1993	DEFERIDO
8.	028	Isabela Wa'Utômowawê	07/08/1999	DEFERIDO
9.	043	Joélio Tsamaridi	10/11/2003	INDEFERIDO
10.	072	Julinho Runomro We Xavante	18/06/1996	INDEFERIDO
11.	041	Mirian Celestina Piõ Ywe	05/03/1999	INDEFERIDO
12.	042	Natanael Waratahite Tsi'Ãmowe	08/11/1986	INDEFERIDO
13.	060	Pedro Tsi'Odo	09/06/1999	DEFERIDO
14.	019	Roberto Ômôhi Tsi Ômôwê	12/03/1999	DEFERIDO
15.	013	Rosanete Petsimani Pate	12/05/1990	DEFERIDO
16.	064	Simão Umnatsé	11/09/1987	DEFERIDO
ALDEIA:SANTA CRUZ– EMI SANTO AGOSTINHO				
Ordem	**Nº INCRIÇÃO**	**NOME**	**DATA DE NASCIMENTO**	**SITUAÇÃO**
1.	004	Adão Wapretsu	16/03/1993	DEFERIDO
2.	084	Anacio Tepedzé Tsere'Re'Re	22/03/1995	DEFERIDO
3.	021	Leandro Paulo Filho Siteihi Wa'are	28/12/1979	DEFERIDO
4.	053	Marcelino Tseredzatsi'Õ Tseredupta	15/08/1988	DEFERIDO
ALDEIA:SANTA HELENA– EMI SANTA HELENA				
Ordem	**Nº INCRIÇÃO**	**NOME**	**DATA DE NASCIMENTO**	**SITUAÇÃO**
1.	029	Cleomar Sereju	08/02/1985	INDEFERIDO
2.	046	Freito Tsere' Adzupi'Pzawa'õno	28/02/1992	DEFERIDO
3.	047	Jobim Butse Wawe	05/05/1991	DEFERIDO

ALDEIA SANTA ROSA – E.M.I. SANTA ROSA				
Ordem	**Nº INCRIÇÃO**	NOME	DATA DE NASCIMENTO	SITUAÇÃO
1.	082	Casio Tseredzuwaiwe	19/04/1983	DEFERIDO
ALDEIA:SÃO JOSÉ– EMI PARINAIÁ				
Ordem	**Nº INCRIÇÃO**	**NOME**	**DATA DE NASCIMENTO**	**SITUAÇÃO**
1.	037	Caio Wawádi	08/04/2004	DEFERIDO
2.	025	Cristiano Tsere'U'E'	25/08/1995	DEFERIDO
3.	040	Didimo Tsiwamri	14/12/1997	DEFERIDO
ALDEIA:SÃO PEDRO– EMI IMACULADA CONCEIÇÃO				
Ordem	**Nº INCRIÇÃO**	**NOME**	**DATA DE NASCIMENTO**	**SITUAÇÃO**
1.	018	Antonio Pádua Utébrewe	23/07/1984	DEFERIDO
2.	010	Domércio Tsiwari Tseredza E	15/03/1996	DEFERIDO
3.	057	Elizeu Prówari Tsi'Ewa'Adi	27/06/2000	DEFERIDO
4.	044	Filemon A'Awe Wairotsu	27/05/1993	DEFERIDO
5.	022	Gislaine Tsinhotse Ewaire	20/12/1989	DEFERIDO
6.	045	José Abrãao Tsere'Ru'RuTsere'Rupariwe	18/03/2003	DEFERIDO
7.	005	José Tatico Tsa'Rei'Õ Tseredzahi	28/07/200	DEFERIDO
8.	069	Maria Auxilia Retsipitsudu Wa Omora	24/05/1992	DEFERIDO
9.	002	Pedro Simão Tserenhonhiwe Wairotsu	21/06/1991	DEFERIDO
10.	015	Rogerinho Tsiwedewe Abdzu	31/08/1997	DEFERIDO
11.	034	Tsiramne Ubuhu Sorim	31/01/2003	DEFERIDO
12.	052	Vital Tsere'Ubu'a Tseredzadzub'Ro	24/03/2000	DEFERIDO
ALDEIA:SUCURI– EMI SÃO CARME TSABABA				
Ordem	**Nº INCRIÇÃO**	**NOME**	**DATA DE NASCIMENTO**	**SITUAÇÃO**
1.	087	Anderson Waue Warõiro	18/09/1989	DEFERIDO
2.	035	Basilio Porerone	13/12/1981	DEFERIDO
3.	017	Eleaque Tserero Omonhiwaisi	17/10/1995	DEFERIDO
4.	031	Fleuri Wa'Amonhoriwedi Wa'Rairo	15/03/1990	DEFERIDO
5.	001	Herminio Tomás Maranhowe	30/12/1973	DEFERIDO
6.	011	Nilvan Ureb Tserepto Owe	13/05/1997	DEFERIDO
PROFESSOR				
ALDEIA: A´ AWE – E.M.I. ´ AWE S.A. E.M.I. SÃO DOMINGOS SÁVIO				
Ordem	**Nº INCRIÇÃO**	**NOME**	**DATA DE NASCIMENTO**	**SITUAÇÃO**
1.	156	Cecilia Madze Wa Tseredzamiwi'Ro	10/01/1986	DEFERIDO
2.	102	Domingos Savio Tserero	06/05/1996	DEFERIDO
3.	247	João Fidelis Xavante	02/06/1981	INDEFERIDO
4.	111	Juvencio Laureano Tserewamri	19/06/1991	DEFERIDO
5.	154	Maurilio Tserehõiba'a Madzewa	19/06/2000	DEFERIDO
ALDEIA: ALDEINHA – E.M.I. ALDEINHAS				
Ordem	**Nº INCRIÇÃO**	**NOME**	**DATA DE NASCIMENTO**	**SITUAÇÃO**
1.	264	Amoroso Morowi Pemra	10/05/1995	DEFERIDO
2.	059	Jedelio Tserewatomowari	04/03/2001	DEFERIDO
3.	237	José Maria Sere' Rute Soro' Rada	08/10/1981	DEFERIDO
ALDEIA:ALDEONA– E.M.I. ALDEONA S.A E.M.I. COHAB				
Ordem	**Nº INCRIÇÃO**	**NOME**	**DATA DE NASCIMENTO**	**SITUAÇÃO**
1.	163	Alex Seremaihi Seredii Sararãinha	11/01/1999	DEFERIDO
2.	019	Cintia Renariwe	10/09/1995	DEFERIDO
3.	096	Ismath Edimar Rudzawi	11/11/1989	DEFERIDO
4.	134	Viviane Pedumana Chereda Epran	01/10/2001	DEFERIDO
ALDEIA:ALTO DA VITORIA – E.M.I. ALTO DA VITORIA S.A. E.M.I. ABDZUWÊ				
Ordem	**Nº INCRIÇÃO**	**NOME**	**DATA DE NASCIMENTO**	**SITUAÇÃO**
NÃO HOUVE INSCRITO				
ALDEIA:ALVORADA – E.M.I. ATEBERE				
Ordem	**Nº INCRIÇÃO**	**NOME**	**DATA DE NASCIMENTO**	**SITUAÇÃO**
1.	148	Gilberto Tserenhire Tsudzawere	30/04/1986	DEFERIDO
2.	051	Itamar Rowa'a Tserewa'adi	09/11/1988	DEFERIDO
ALDEIA:BAIXÃO – E.M.I. LUIZÃO				
Ordem	**Nº INCRIÇÃO**	**NOME**	**DATA DE NASCIMENTO**	**SITUAÇÃO**
1.	101	Graciano Tsatse Tepemrã Parine'Edi	17/03/1993	DEFERIDO
2.	113	Jardel Waprase Parine'Edi	22/03/1996	DEFERIDO
3.	075	Ozeias Wamnhanawe Tsereze	09/03/1979	DEFERIDO
4.	201	Palmac Tsuptó Robro	10/03/1992	DEFERIDO
5.	152	Silverio O'rewawe Serebabawe	18/01/1983	DEFERIDO
ALDEIA:BARREIRO – E.M.I. NOVO BARREIRO S.A E.M.I. SANTA BERTIOGA				
Ordem	**Nº INCRIÇÃO**	**NOME**	**DATA DE NASCIMENTO**	**SITUAÇÃO**
1.	262	Evânio Adzadzuwe	04/11/1996	DEFERIDO
2.	167	Regislley Tsa'E'Õmõwa Tserewe'edi	03/01/1996	DEFERIDO
ALDEIA:BELA VISTA – E.M.I. BELA VISTA E.M.I SANTO AGOSTINHO				
Ordem	**Nº INCRIÇÃO**	**NOME**	**DATA DE NASCIMENTO**	**SITUAÇÃO**
1.	036	Maluvel Inhamri A Tsere'Õmowi	15/04/1992	DEFERIDO
ALDEIA:BELA VISTA 2 – E.M.I. MORODZARAWÊ S.A. E.M.I DOM BOSCO				
Ordem	**Nº INCRIÇÃO**	**NOME**	**DATA DE NASCIMENTO**	**SITUAÇÃO**
1.	013	Teodosia Ro'Onhomhinhidhodo	03/02/1976	DEFERIDO
ALDEIA: BOA VIDA – E.M.I. ABDZU'WÊ				
1.	046	Deusdado Ubdzare Tsirupi	21/12/1985	DEFERIDO
2.	032	Ligia Pedzai' Wê Tsi'Ruipi	19/02/1981	DEFERIDO

ALDEIA:BOM JESUS DA LAPA – E.M.I. BOM JESUS S.A. E.M.I. IMACULADA CONCEIÇÃO				
Ordem	**Nº INCRIÇÃO**	**NOME**	**DATA DE NASCIMENTO**	**SITUAÇÃO**
1.	254	Abelma Penhowada' Otsere' Raiwede	23/01/1990	DEFERIDO
2.	170	João Batista Tseredzadadze Buruwewawe	12/08/1977	DEFERIDO
ALDEIA:BURITIZAL– E.M.I. SÃO MIGUEL				
Ordem	**Nº INCRIÇÃO**	**NOME**	**DATA DE NASCIMENTO**	**SITUAÇÃO**
1.	048	Anderson Tseredza ' Omo'O	15/10/1992	DEFERIDO
2.	197	Bravin Apha	18/03/1981	DEFERIDO
3.	200	Cobelino Dzuatsitoti'Ora	08/11/1999	DEFERIDO
4.	072	Ebrahim Tomotsudza'Ribe	26/05/1990	DEFERIDO
5.	198	Edney Rudzani Horoto	27/03/1991	DEFERIDO
6.	108	Geliney Marãwadzai'Wa Si'uwari	16/09/1999	DEFERIDO
7.	125	Luizinho Tserewaro'We	14/05/1975	DEFERIDO
8.	169	Marcelino Tsere Rairoridze	25/05/1996	DEFERIDO
9.	116	Raul Tsere Uwawe	05/04/1993	DEFERIDO
ALDEIA:BURUWE – E.M.I. AEDZANE S.A. E.M.I. SÃO JORGE				
Ordem	**Nº INCRIÇÃO**	**NOME**	**DATA DE NASCIMENTO**	**SITUAÇÃO**
1.	062	Justibiniano Tsereirãwe Tseredzati	30/05/1985	DEFERIDO
2.	217	Pablo Warite Abdzuwe	20/03/1995	DEFERIDO
3.	027	Paulina Pe'Madzatsi'O Oriwê	04/06/1997	DEFERIDO
ALDEIA:CAMPINAS – E.M.I. SANTO ANTONIO				
Ordem	**Nº INCRIÇÃO**	**NOME**	**DATA DE NASCIMENTO**	**SITUAÇÃO**
1.	056	Ademar Ruwari Tsere'e'e	28/08/1986	DEFERIDO
2.	119	Alberto Tseredu Wa'Rairo	08/01/1994	DEFERIDO
3.	120	Aldinor Serezadapsi	26/07/1995	DEFERIDO
4.	211	Belisio Harazaze Serewiba	16/10/1999	DEFERIDO
5.	209	Betuel Sereomowari Tseredza	17/01/1993	DEFERIDO
6.	215	Clenio Tserebutuwe	25/04/1996	DEFERIDO
7.	123	Giosantilly Zunédi Sereubruté	04/06/2000	DEFERIDO
8.	207	Guiorimo Tsitsadi	02/10/1977	DEFERIDO
9.	225	Inergin Renhimire Seretata' Awe	04/01/1997	DEFERIDO
10.	155	Inocêncio José Seredupré	26/10/1993	DEFERIDO
11.	080	Jadiel Serewari Tseredza	29/12/1998	DEFERIDO
12.	128	Jaimes Werehite Pemra	08/08/1985	DEFERIDO
13.	259	Laira Rêu'asi Retehiri Sinhârirã	19/03/2001	DEFERIDO
14.	106	Marciel TsereWaihum Tserewa'adi	23/02/1985	DEFERIDO
15.	166	Orivaldo Tseredi Tsere'e'e	28/08/1978	DEFERIDO
16.	129	Quezia Pe'Asiô Tseredza	07/08/1996	DEFERIDO
17.	164	Radinaldo Sereto Tseretata'awe	22/10/1991	DEFERIDO
18.	241	Renan José Serenho' Utu' Su	03/10/1992	DEFERIDO
19.	085	Rogele Seremiwe Seretata' Awe	20/09/1994	DEFERIDO
20.	131	Zenaldo Serewa'Õ Serenhitõmõ	27/03/1996	DEFERIDO
ALDEIA: CAMPINAS – E.M.I. RIO PORTO ALEGRE				
1.	251	Leonicia Peduwaiõ	11/03/1999	DEFERIDO
ALDEIA:CAMPOS BELOS – E.M.I. CAMPOS BELOS				
Ordem	**Nº INCRIÇÃO**	**NOME**	**DATA DE NASCIMENTO**	**SITUAÇÃO**
1.	003	Aldo Waãmaté Tseredzedze	19/04/1979	DEFERIDO
2.	031	Arlozinho Waãmate Budzatsé	07/02/1985	DEFERIDO
3.	233	Edinaura Roonhi'Ru	28/07/1994	DEFERIDO
4.	178	Ivanildo Aphaadi Prepe	20/03/1981	DEFERIDO
5.	230	Jeova Tsereranho'u Sereze	14/04/2000	DEFERIDO
6.	239	Rizalva Ro' Otsi' Wape Tserebuto	30/03/1998	DEFERIDO
ALDEIA:CAMPOS DO JORDÃO – E.M.I. CAMPOS DO JORDÃO S.A. E.M.I.SANTA BERTIOGA				
Ordem	**Nº INCRIÇÃO**	**NOME**	**DATA DE NASCIMENTO**	**SITUAÇÃO**
1.	219	Denivaldo Sere' Umirã	20/10/1985	DEFERIDO
ALDEIA:CHÃO PRETO – E.M.I. SÃO PAULO				
Ordem	**Nº INCRIÇÃO**	**NOME**	**DATA DE NASCIMENTO**	**SITUAÇÃO**
1.	261	Angelo Neto Nomotsé Rudzaneeidi	23/07/1991	DEFERIDO
2.	159	Duilio Tsereutiwe Tsereuipra	05/06/1995	DEFERIDO
3.	022	Eduardo Sêreuipra	26/10/1967	DEFERIDO
4.	160	Farides Seretapra A'edzabe	14/09/1988	DEFERIDO
5.	064	Heitor Wabdzu'Õ Tseretata'Awe	23/10/1989	DEFERIDO
6.	124	Helio Junior Sereparam	12/01/1983	DEFERIDO
ALDEIA:COHAB – E.M.I. COHAB				
Ordem	**Nº INCRIÇÃO**	**NOME**	**DATA DE NASCIMENTO**	**SITUAÇÃO**
1.	162	Romerito Up'Rinjadaze	30/07/1985	DEFERIDO
ALDEIA:CORREGO DA MATA – E.M.I. KULUENE				
Ordem	**Nº INCRIÇÃO**	**NOME**	**DATA DE NASCIMENTO**	**SITUAÇÃO**
1.	183	Lúcio Wa'Omozabu Teihipa	30/08/1983	DEFERIDO
2.	118	Madalerne Tsinhotse' Ei' Õ	28/05/1989	DEFERIDO
ALDEIA:CORREGO DOS PATOS – E.M.I. CORREGO DOS PATOS S.A. E.M.I. SANTO ANTONIO				
Ordem	**Nº INCRIÇÃO**	**NOME**	**DATA DE NASCIMENTO**	**SITUAÇÃO**
1.	179	Edemilson Serenho'A Sereja'Ene	12/09/1996	DEFERIDO
2.	206	Edinho Moritu Ratata	17/01/1987	DEFERIDO
3.	205	Erondino Aihe'Edi Ratata	28/11/1991	DEFERIDO
ALDEIA:COUTO MAGALHÃES – E.M.I. BENEDITO LOASO				

Ordem	Nº INCRIÇÃO	NOME	DATA DE NASCIMENTO	SITUAÇÃO
1.	042	Danilo Tonhoiwede Waradahité	27/12/1995	DEFERIDO
2.	065	Luzinete Wautomodza'O	28/05/1997	DEFERIDO
3.	068	Valtricia Pewaptérere	28/05/1999	DEFERIDO
ALDEIA:DARITZÉ – EMI WA' AHIO E.M.I. SANTO ANTONIO				
Ordem	**Nº INCRIÇÃO**	**NOME**	**DATA DE NASCIMENTO**	**SITUAÇÃO**
1.	235	Erico Venancio Watsariho	04/02/1993	DEFERIDO
2.	047	Mizael Tsa' E	17/10/1994	DEFERIDO
ALDEIA:DEUS E AMOR – E.M.I DEUS É AMOR S.A E.M.I. SÃO CRITÓVÃO				
Ordem	**Nº INCRIÇÃO**	**NOME**	**DATA DE NASCIMENTO**	**SITUAÇÃO**
1.	138	Angelane Tsereridze Tseremei'Wa	25/05/1990	DEFERIDO
ALDEIA:DEZ MANDAMENTOS – E.M.I. PARI UPTSEWEWE S.A. E.M.I. PARINAI'A				
Ordem	**Nº INCRIÇÃO**	**NOME**	**DATA DE NASCIMENTO**	**SITUAÇÃO**
1.	073	Jave Tomotsutdza' Rebe	23/08/1975	DEFERIDO
ALDEIA:DUTERÓ – E.M.I.DUTERÓ S.A. E.M.I. SANTO AGOSTINHO				
Ordem	**Nº INCRIÇÃO**	**NOME**	**DATA DE NASCIMENTO**	**SITUAÇÃO**
1.	004	Adicelia Wamate Pe´rõdzutsara	22/11/1987	DEFERIDO
2.	001	Dorivaldo Tserenhira	11/06/1980	DEFERIDO
3.	023	Michael Matsu Tseredza'Adi	30/04/1992	DEFERIDO
ALDEIA:DZEIWAWU – E.M.I. CORUMBÁ S.A. E.M.I.SANTA BERTIOGA				
Ordem	**Nº INCRIÇÃO**	**NOME**	**DATA DE NASCIMENTO**	**SITUAÇÃO**
1.	150	Atanarzio Martins Rowano	17/02/1989	DEFERIDO
ALDEIA:DZÉPA– E.M.I. SÃO JOÃO BATISTA S.A. E.M.I. CORAÇÃO DE JESUS				
Ordem	**Nº INCRIÇÃO**	**NOME**	**DATA DE NASCIMENTO**	**SITUAÇÃO**
1.	044	Anderson Tsaipeto Tsadze	19/08/1986	DEFERIDO
2.	158	Rolf Tsywa'ru Dzaywa	18/11/1997	DEFERIDO
ALDEIA:EGITO – E.M.I. EGITO				
Ordem	**Nº INCRIÇÃO**	**NOME**	**DATA DE NASCIMENTO**	**SITUAÇÃO**
1.	249	Barnabe Ahoiru	07/08/2000	DEFERIDO
2.	186	Deuselira Redzu'ara Sasu	11/12/1994	INDEFERIDO
3.	210	Edelson Serezé	23/02/1980	DEFERIDO
4.	208	Jackson Tsererodi	28/11/1998	DEFERIDO
5.	221	Jurandy Wa	08/03/1981	DEFERIDO
ALDEIA:ESPIRITO SANTO – E.M.I. LAGOA ENCANTADA				
Ordem	**Nº INCRIÇÃO**	**NOME**	**DATA DE NASCIMENTO**	**SITUAÇÃO**
1.	214	Izoaldo Tserenhowe Tsiwadzu	08/06/1992	DEFERIDO
2.	195	Ronaldo Tserenhopo Owe Tsiwamo	03/11/1994	DEFERIDO
ALDEIA:ESTRELA – E.M.I.ESTRELA S.A. E.M.I. SANTA HELENA				
Ordem	**Nº INCRIÇÃO**	**NOME**	**DATA DE NASCIMENTO**	**SITUAÇÃO**
1.	057	Anilton Tsip'ruiwari	13/02/1987	DEFERIDO
2.	243	Eliezer Daburu' Rawa	03/04/1998	DEFERIDO
ALDEIA:ETEIPORE - E.M.I. ETEIPORE S.A. E.M.I. SANTO ANTÔNIO				
Ordem	**Nº INCRIÇÃO**	**NOME**	**DATA DE NASCIMENTO**	**SITUAÇÃO**
1.	049	Clóvis Owari Wairuirã	15/02/1991	DEFERIDO
2.	252	Eto Tsere' U' Butse	08/08/1992	DEFERIDO
3.	213	Valmir Tsiwa' Ru	23/10/1994	DEFERIDO
ALDEIA:HOIWPREDZAWI – EMI HOIWAPREDZAWI S.A. E.M.I. ABDZUWÊ				
Ordem	**Nº INCRIÇÃO**	**NOME**	**DATA DE NASCIMENTO**	**SITUAÇÃO**
1.	231	Edmar Mitu Tseredzanho Tserenhodza	11/05/1988	DEFERIDO
2.	146	Meire Pere'a Tsemrihu	03/03/1992	DEFERIDO
3.	232	Steffene Raiwari	17/04/1998	DEFERIDO
ALDEIA:HU´UHI – E.M.I. E.M.I.HU ' UHI S.A. E.M.I. SANTO AGOSTINHO				
Ordem	**Nº INCRIÇÃO**	**NOME**	**DATA DE NASCIMENTO**	**SITUAÇÃO**
1.	142	Ronaldo Ajave	18/01/1975	DEFERIDO
ALDEIA:IMACULADA CONCEIÇÃO – E.M.I. WA´ANÉ S.A. E.M.I. IMACULADA CONCEIÇÃO				
Ordem	**Nº INCRIÇÃO**	**NOME**	**DATA DE NASCIMENTO**	**SITUAÇÃO**
1.	137	Ageu Tserenhowamre Pini Ru	22/11/1980	DEFERIDO
ALDEIA:JACU – E.M.I. JACU				
Ordem	**Nº INCRIÇÃO**	**NOME**	**DATA DE NASCIMENTO**	**SITUAÇÃO**
1.	083	Deonisio Tso Utuomore	15/05/1976	DEFERIDO
2.	070	Herculano A'uwedi	09/07/1998	DEFERIDO
3.	212	Moradine A'ôihidi	29/01/1996	DEFERIDO
4.	204	Osvaldino Seremoni Babati Tobrodi	22/11/1979	DEFERIDO
5.	256	Ronny Maleval Waomate Tserebuto	29/10/2000	DEFERIDO
ALDEIA:LAGOINHA – E.M.I. LAGOINHA S.A. E.M.I. LUIZÃO				
Ordem	**Nº INCRIÇÃO**	**NOME**	**DATA DE NASCIMENTO**	**SITUAÇÃO**
1.	012	Valmor Sa'Hubu Tserewa'Uto	20/07/1997	DEFERIDO
ALDEIA:MADRE LAURA – E.M.I. MADRE LAURA S.A. E.M.I. SANTA CLARA				
Ordem	**Nº INCRIÇÃO**	**NOME**	**DATA DE NASCIMENTO**	**SITUAÇÃO**
1.	091	Tobias Xavante	15/02/1975	DEFERIDO
2.	248	Tserenhowa Butse	01/04/1994	DEFERIDO
ALDEIA:MATA VERDE – E.M.I. MATA VERDE S.A. E.M.I. SÃO JORGE				
Ordem	**Nº INCRIÇÃO**	**NOME**	**DATA DE NASCIMENTO**	**SITUAÇÃO**
1.	229	Filemon Terobdza'Rã Tserewanne	25/01/1991	DEFERIDO
ALDEIA:MATO GROSSO – E.M.I. MATO GROSSO S.A. E.M.I. SÂO MIGUEL				

Ordem	Nº INCRIÇÃO	NOME	DATA DE NASCIMENTO	SITUAÇÃO
NÃO HOUVE INSCRITO				
ALDEIA:MATRICHÃ – E.M.I. MATRINCHÃ S.A. E.M.I. SÃO PAULO				
Ordem	**Nº INCRIÇÃO**	**NOME**	**DATA DE NASCIMENTO**	**SITUAÇÃO**
1.	039	Dominques Buwi	01/09/1988	DEFERIDO
ALDEIA:MONTE PASCOAL – E.M.I. MONTE PASCOAL S.A. E.M.I. SÃO DOMINGOS SÁVIO				
Ordem	**Nº INCRIÇÃO**	**NOME**	**DATA DE NASCIMENTO**	**SITUAÇÃO**
1.	017	Floriano Tseredzadiwe Wa´rãwi	09/03/1987	DEFERIDO
ALDEIA:NATAL– E.M.I. NATAL S.A. E.M.I. LAGOA ENCANTADA				
Ordem	**Nº INCRIÇÃO**	**NOME**	**DATA DE NASCIMENTO**	**SITUAÇÃO**
1.	228	Nazareno Rudzapariwe Tsihoridzadatsu	04/07/1975	DEFERIDO
ALDEIA:NOSSA SENHORA APARECIDA – E.M.I. NOSSA SENHORA APARECIDA S.A. E.M.I. IMACULADA CONCEIÇÃO				
Ordem	**Nº INCRIÇÃO**	**NOME**	**DATA DE NASCIMENTO**	**SITUAÇÃO**
1.	016	Dalmi Tserenhi'E Pronhopa	28/05/1999	DEFERIDO
ALDEIA:NOVO PARAISO – E.M.I. OWARA S.A. E.M.I. SANTA BERTIOGA				
Ordem	**Nº INCRIÇÃO**	**NOME**	**DATA DE NASCIMENTO**	**SITUAÇÃO**
1.	253	Ro'Bre Warãi'Re	15/07/1997	DEFERIDO
2.	222	Tanmi Dadzate'Wa	13/11/1991	DEFERIDO
ALDEIA:PALMEIRAS – E.M.I. CORAÇÃO DE JESUS				
Ordem	**Nº INCRIÇÃO**	**NOME**	**DATA DE NASCIMENTO**	**SITUAÇÃO**
1.	132	Marcolino Ro'ore Nomotse	20/02/1983	DEFERIDO
2.	157	Valtenir Dupari Omnhorowe	12/09/1994	DEFERIDO
ALDEIA:PARABUBURE – E.M.I.DOM BOSCO				
Ordem	**Nº INCRIÇÃO**	**NOME**	**DATA DE NASCIMENTO**	**SITUAÇÃO**
1.	084	Dzariwari Tserenhitôwe	18/07/1998	DEFERIDO
2.	066	Marcelinho Tseretomodi Tsarei'wa	18/03/1996	DEFERIDO
ALDEIA:PEDRA PRETA – E.M.I. PEDRA PRETA				
Ordem	**Nº INCRIÇÃO**	**NOME**	**DATA DE NASCIMENTO**	**SITUAÇÃO**
NÃO HOUVE INSCRITO				
ALDEIA:PIRANHÃO – E.M.I. TOMOPSÉ				
Ordem	**Nº INCRIÇÃO**	**NOME**	**DATA DE NASCIMENTO**	**SITUAÇÃO**
1.	094	Andrezinho Tserejatso'Owe Sererotõdi	15/06/1994	DEFERIDO
2.	090	Edilio Tomoptsire	22/07/1990	DEFERIDO
ALDEIA:QUERENCIA – E.M.I. HOMOHI S.A. E.M.I. SANTO AGOSTINHO				
Ordem	**Nº INCRIÇÃO**	**NOME**	**DATA DE NASCIMENTO**	**SITUAÇÃO**
1.	099	Vandeir Tsereropré Rairanawê	02/10/2000	DEFERIDO
ALDEIA:RIO KULUENE - E.M.I. RIO KULUENE S.A. E.M.I. ALDEINHAS				
Ordem	**Nº INCRIÇÃO**	**NOME**	**DATA DE NASCIMENTO**	**SITUAÇÃO**
1.	255	Joatão Tsi' Uwada	09/09/1977	DEFERIDO
2.	260	Lidinei Tsereuri	07/10/1990	DEFERIDO
3.	181	Silverio Tsi'Eihomowe	14/11/1993	DEFERIDO
ALDEIA:RIO MARIA – E.M.I. RIO MARIA S.A. E.M.I. SÂO MIGUEL				
Ordem	**Nº INCRIÇÃO**	**NOME**	**DATA DE NASCIMENTO**	**SITUAÇÃO**
1.	055	Laurem Sere Omowe	28/02/1999	DEFERIDO
ALDEIA:SALVADOR – E.M.I. SALVADOR S.A. E.M.I. IMACULADA CONCEIÇÂO				
Ordem	**Nº INCRIÇÃO**	**NOME**	**DATA DE NASCIMENTO**	**SITUAÇÃO**
1.	092	Jandir Tsere'Wa'Rã Tseretsu	01/04/1986	DEFERIDO
ALDEIA:SANTA BERTIOGA – E.M.I. SANTA BERTIOGA				
Ordem	**Nº INCRIÇÃO**	**NOME**	**DATA DE NASCIMENTO**	**SITUAÇÃO**
1.	199	Alessio Tsere'Ubu'A'A	27/11/1985	DEFERIDO
ALDEIA:SANTA CLARA– E.M.I. SANTA CLARA				
Ordem	**Nº INCRIÇÃO**	**NOME**	**DATA DE NASCIMENTO**	**SITUAÇÃO**
2.	139	Adelmo Tsôwabdze	20/05/1999	DEFERIDO
3.	089	Ademilson Tsererõno	07/03/1993	INDEFERIDO
4.	115	Adinaldo Tsuwepte	25/06/1993	DEFERIDO
5.	112	Adriano Tsiruipi	26/01/1999	DEFERIDO
6.	153	Ailton Tserewe	12/07/1984	DEFERIDO
7.	144	Andina Pe'Aiwe Etero'Owe	27/07/1983	DEFERIDO
8.	100	Arilson Teihidzatse	17/02/1997	INDEFERIDO
9.	223	Augusto Propipa	01/08/1995	DEFERIDO
10.	010	Augusto Tserenhoro	18/08/1994	DEFERIDO
11.	174	Darci Tserenhoto'õ	28/05/1994	DEFERIDO
12.	117	Edson Braga Tsere Dzadutu	11/02/1993	INDEFERIDO
13.	009	Eliane Tsinhotse'Erei'õ	05/02/1990	DEFERIDO
14.	161	Isabel Pewapari	15/08/2000	DEFERIDO
15.	076	Joab Umoridzadadze	02/11/1989	DEFERIDO
16.	011	Jocelino Anahoa	06/07/1983	DEFERIDO
17.	103	Jorge Pratsi	11/02/1996	INDEFERIDO
18.	149	José Fábio We'Ru Tsere'U' Ra Xavante	14/11/1978	DEFERIDO
19.	151	Juscelino Tserewahu	21/07/1982	DEFERIDO
20.	034	Linco Tserenhitomo Tsi'Omowe	15/05/1990	DEFERIDO
21.	077	Lindomar Tsirobó	19/01/1985	DEFERIDO
22.	024	Luiz Fernando Wano'é'é	18/05/1998	DEFERIDO
23.	147	Luzinaldo Temere Tsereuihodze	09/04/1995	DEFERIDO
24.	079	Marcelino Tsi Eiwa Adi	28/06/1989	DEFERIDO

25.	220	Olivio Ranhibdzu	15/01/1994	DEFERIDO
26.	250	Paulo Tsiwede' Rã	28/10/1992	DEFERIDO
27.	104	Roman Tseremre	10/07/1987	INDEFERIDO
28.	143	Romário Tserewâiwê'Wari	06/06/1989	DEFERIDO
29.	224	Roseneide Ro'oraiho Tseretsu	08/06/1994	DEFERIDO
30.	227	Valério Tseretsu	18/10/1998	DEFERIDO
ALDEIA:SANTA CRUZ – E.M.I. SANTO AGOSTINHO				
Ordem	**Nº INCRIÇÃO**	**NOME**	**DATA DE NASCIMENTO**	**SITUAÇÃO**
1.	054	Alberto Tsereduiwawe	08/01/1999	DEFERIDO
2.	053	Cassio Tsuwapte Tseretopo	11/04/1989	DEFERIDO
3.	006	Firmo Si Rupredu Sib'e	21/01/1984	DEFERIDO
4.	005	Jerilsom Sandro Aharare Waaire	24/12/1969	DEFERIDO
5.	041	Josimar Ciliano Etetsé	22/07/1996	DEFERIDO
6.	130	Narcisio Tserewahu Tseretomodzatsé	07/09/1967	DEFERIDO
7.	014	Nelson Tseretó Itseretópó	28/10/1984	DEFERIDO
8.	040	Rogelino Sere Ubzu Une'Edi	29/05/1996	DEFERIDO
9.	095	Tiberio Cesar Bupre Seretopo	03/05/1986	DEFERIDO
ALDEIA:SANTA FÉ – E.M.I. SANTA FÉ				
Ordem	**Nº INCRIÇÃO**	**NOME**	**DATA DE NASCIMENTO**	**SITUAÇÃO**
1.	189	Flavio Cassimiro Tseredza 'E Uneedi Waõmorã	25/06/1979	DEFERIDO
2.	175	Odérico Seresui'Re	30/09/1996	DEFERIDO
3.	245	Otárcio Seredési	12/09/1996	DEFERIDO
ALDEIA:SANTA HELENA – E.M.I. SANTA HELENA				
Ordem	**Nº INCRIÇÃO**	**NOME**	**DATA DE NASCIMENTO**	**SITUAÇÃO**
1.	196	Euclides Sirapsari'Wa	02/03/1982	DEFERIDO
2.	244	Laura Pedzariri'O	17/04/2001	DEFERIDO
3.	110	Mario Jorge Seuredi	29/05/1985	DEFERIDO
ALDEIA:SANTA MARIA – E.M.I. SÃO CRISTÓVÃO				
Ordem	**Nº INCRIÇÃO**	**NOME**	**DATA DE NASCIMENTO**	**SITUAÇÃO**
1.	234	Napoleão Wa' Orinatse Wa'Adahite	29/05/1977	DEFERIDO
2.	193	Olicio Sirui'A	09/09/1983	DEFERIDO
ALDEIA:SANTA RITA DE CÁSSIA – EMI E.M.I. SANTA RITA DE CÁSSIA S.A. E.M.I. PARINAI'A				
Ordem	**Nº INCRIÇÃO**	**NOME**	**DATA DE NASCIMENTO**	**SITUAÇÃO**
1.	105	Gercina Rêtsiwa Tserenho'A	05/08/1998	DEFERIDO
2.	109	José Zeferino Tsimrihu	29/11/1989	DEFERIDO
3.	107	Simeão Tsere'rã'rã Warowedewê	03/05/1991	DEFERIDO
ALDEIA:SANTA ROSA – E.M.I. SANTA ROSA				
Ordem	**Nº INCRIÇÃO**	**NOME**	**DATA DE NASCIMENTO**	**SITUAÇÃO**
1.	063	Bonifácio Tseretsiba Babati	24/07/1973	DEFERIDO
2.	177	Gesiane Ba'Otodzaipe	12/04/1992	DEFERIDO
3.	263	Klenio Tsidowe	26/07/2000	DEFERIDO
4.	136	Sinval Tomodze Tserenhi Omo	12/07/2000	DEFERIDO
ALDEIA:SANTO ANDRE – E.M.I. JERONIMO CONTADOR S.A. E.M.I. DOM BOSCO				
Ordem	**Nº INCRIÇÃO**	**NOME**	**DATA DE NASCIMENTO**	**SITUAÇÃO**
1.	180	Edivaldo Tserewapipa	11/05/1999	DEFERIDO
2.	240	Jucelia Tsinhotse Eure Tsehite	07/08/1993	DEFERIDO
ALDEIA:SANTO DO CEU – E.M.I. SANTO DO CÉU E.M.I. SÃO MIGUEL				
Ordem	**Nº INCRIÇÃO**	**NOME**	**DATA DE NASCIMENTO**	**SITUAÇÃO**
1.	238	Montenegro Tsere Wanhitse	21/01/1992	DEFERIDO
2.	192	Paulo Cesar Oriwê Wa Aire	02/12/1977	DEFERIDO
ALDEIA:SÃO DOMINGOS SÁVIO – E.M.I. SÃO DOMINGOS SÁVIO				
Ordem	**Nº INCRIÇÃO**	**NOME**	**DATA DE NASCIMENTO**	**SITUAÇÃO**
1.	176	Carlos Angelico Teihidzatse TsereWadzi	07/06/1998	DEFERIDO
2.	236	Fabrício Wercelli Assis Trihidzatse Maradze	16/11/1994	DEFERIDO
3.	172	Laurício Tsereisi Ewe Tsimitsute	27/11/1990	DEFERIDO
4.	216	Maria Gerciana Tsinhotsé' Ewa Rutuwe Tserebdza	23/05/2000	DEFERIDO
5.	202	Pedro Magalhães Wadza'Itiwe	16/06/1999	DEFERIDO
ALDEIA:SÃO FELIPE – E.M.I. SÃO FELIPE S.A. E.M.I. SANTA CLARA				
Ordem	**Nº INCRIÇÃO**	**NOME**	**DATA DE NASCIMENTO**	**SITUAÇÃO**
1.	190	Adilson Titsetsaré	14/04/1999	DEFERIDO
2.	127	Claudemir Tsuwepte Wa'Radzere	22/05/1988	DEFERIDO
3.	184	Dian Carlo Wapuwe Teihidzatse	03/09/1999	DEFERIDO
4.	188	Ecolano Tsiwa'Ru	08/03/1992	DEFERIDO
5.	226	Fabricio Tsorõdaze Runhamri	05/02/2000	DEFERIDO
6.	257	Geraldino Tserebre	02/03/1988	DEFERIDO
7.	182	José Vassamento Ti'iwiri'wa	31/10/1992	DEFERIDO
8.	114	Paranho' A Rãirãté	06/02/1994	DEFERIDO
9.	061	Rivelino Tsudzawere Tsadzawe	17/02/1996	DEFERIDO
10.	074	Roneuto Tsi'O'Ore Edi	14/08/1996	INDEFERIDO
11.	087	Vitoriano Tso Ototi	04/04/1983	DEFERIDO
ALDEIA:SÃO FRANCISCO – E.M.I. SÃO FRANCISCO S.A. E.M.I. SÃO CRISTÓVÃO				
Ordem	**Nº INCRIÇÃO**	**NOME**	**DATA DE NASCIMENTO**	**SITUAÇÃO**
1.	050	Natalicio Tsa'Rene Wawe'Ru	01/07/1986	DEFERIDO
ALDEIA:SÃO GABRIEL – E.M.I. SANTA LAURA DE MONTOYA S.A. E.M.I. IMACULADA CONCEIÇÃO				
Ordem	**Nº INCRIÇÃO**	**NOME**	**DATA DE NASCIMENTO**	**SITUAÇÃO**
1.	018	Wanderley Wadzatse Tsimi'udo	17/04/1986	DEFERIDO

ALDEIA:SÃO JORGE – E.M.I. SÃO JORGE				
Ordem	**Nº INCRIÇÃO**	**NOME**	**DATA DE NASCIMENTO**	**SITUAÇÃO**
1.	030	Elismar Tseredzaro Piuiwe	17/08/1999	DEFERIDO
ALDEIA:SÃO JOSÉ – E.M.I. PARINAI Á				
Ordem	**Nº INCRIÇÃO**	**NOME**	**DATA DE NASCIMENTO**	**SITUAÇÃO**
1.	082	Adenilson Tsinamawe	01/03/2002	DEFERIDO
2.	071	Cleidia Aparecida de Souza	30/04/1985	DEFERIDO
3.	246	Fábio Alves da Silva	15/09/1996	DEFERIDO
4.	081	Graciano Apripri	08/12/1993	DEFERIDO
5.	203	João Marcos Tehowe	02/07/1997	DEFERIDO
6.	133	Lucas Alves Maciel	06/04/1990	INDEFERIDO
7.	168	Nelsinho Tserenho'e Warowedwe	06/06/1987	DEFERIDO
8.	242	Novo Tsa' Amri	03/04/2002	DEFERIDO
9.	145	Vandaira Francisca de Lima Santos	10/01/1973	DEFERIDO
10.	258	Weverton Lelis de Oliveira	24/07/1987	DEFERIDO
ALDEIA:SÃO MATEUS – E.M.I. SÃO MATEUS S.A. E.M.I. IMACULADA CONCEIÇÃO				
Ordem	**Nº INCRIÇÃO**	**NOME**	**DATA DE NASCIMENTO**	**SITUAÇÃO**
1.	218	Josias Tserema'a Tsarorada	04/07/1985	DEFERIDO
ALDEIA:SÃO PAULO – E.M.I. SÃO PAULO S.A. E.M.I. PARINAI'A				
Ordem	**Nº INCRIÇÃO**	**NOME**	**DATA DE NASCIMENTO**	**SITUAÇÃO**
1.	093	Vitaro Manuel Tsereda' O Tserero Ori	30/05/1990	DEFERIDO
ALDEIA:SÃO PEDRO – E.M.I. IMACULADA CONCEIÇÃO				
Ordem	**Nº INCRIÇÃO**	**NOME**	**DATA DE NASCIMENTO**	**SITUAÇÃO**
1.	038	Afonso Tsudzawware Tsahobo	22/04/1988	DEFERIDO
2.	097	Celio Tsibedi Tsere Ru	26/06/2000	DEFERIDO
3.	121	Cleiber Tsererowe Teropre'e	08/10/1987	DEFERIDO
4.	021	Demetrio Tserenhopru Ubre'A	30/11/1996	DEFERIDO
5.	086	Deuzelia Re'E'O Tsererawe	27/08/1990	DEFERIDO
6.	026	Domingos Savio Paraptse Bododitu	03/03/1989	DEFERIDO
7.	020	Erasmo Tserenhimiduwari Tserenhi'Re	23/03/1995	DEFERIDO
8.	015	Ervine Makuire Teropré ' É	11/04/1997	DEFERIDO
9.	002	Felisberto Nomotsé	05/04/1996	DEFERIDO
10.	088	Gedeão Rudazne'edi Teromnhi' Eiwe	26/07/1989	DEFERIDO
11.	045	Gianney Salvador Tsere Unhitetewe Tsererãnhiwa	10/07/1990	DEFERIDO
12.	060	Jacinto tserewahuture Tsmrihu	30/09/1993	DEFERIDO
13.	078	Klenio Tseretsu	14/09/2000	DEFERIDO
14.	043	Lindomar Tsu'u're A'oiwe	20/03/1993	DEFERIDO
15.	007	Luis Antonio Ipe Wapari'A	03/04/1996	DEFERIDO
16.	035	Maria das Graças Wautomo Rahortõ	19/11/1990	DEFERIDO
17.	008	Miguelito Tserewadzu Waradahite	07/06/1986	DEFERIDO
18.	058	Roberto Carlos Tsere'u'u	09/11/1988	DEFERIDO
19.	165	Rodolfo Tsere'Omo	05/12/1972	DEFERIDO
ALDEIA:SÃO THIAGO – E.M.I. SÃO THIAGO S.A. E.M.I. SÃO DOMINGOS SÁVIO				
Ordem	**Nº INCRIÇÃO**	**NOME**	**DATA DE NASCIMENTO**	**SITUAÇÃO**
NÃO HOUVE INSCRITOS				
ALDEIA:SERRA VERDE – E.M.I. SERRA VERDE S.A. E.M.I. PARINAIÁ				
Ordem	**Nº INCRIÇÃO**	**NOME**	**DATA DE NASCIMENTO**	**SITUAÇÃO**
1.	141	Osmar Rudzano Dzariwari	17/05/1999	DEFERIDO
ALDEIA:SUCURI – E.M.I. SÃO CARME TSABABA				
Ordem	**Nº INCRIÇÃO**	**NOME**	**DATA DE NASCIMENTO**	**SITUAÇÃO**
1.	028	Adilio Tserenhidzuriwe	16/03/1986	DEFERIDO
2.	037	Agenor Wahumrawe	01/06/1993	DEFERIDO
3.	025	Dalton Filho Tomodze	07/07/1996	DEFERIDO
4.	052	Eliberto Marãtsu	12/02/1996	DEFERIDO
5.	098	Espadony Robsibwa Martins	28/06/1996	DEFERIDO
6.	171	Odilia Tsinhotse' Tsipari'ô	13/09/1998	DEFERIDO
7.	067	Savio Hacai Wa'Rairo	16/07/1994	DEFERIDO
8.	135	Servino Adzawe	10/10/1972	DEFERIDO
ALDEIA:TELA VIVE – E.M.I. TELA AVIVE S.A. E.M.I. SÃO MIGUEL				
Ordem	**Nº INCRIÇÃO**	**NOME**	**DATA DE NASCIMENTO**	**SITUAÇÃO**
1.	187	Alair Wa Utômôdzupe	06/06/1997	DEFERIDO
2.	033	Evilacio Sere Upãri	23/09/1999	DEFERIDO
3.	126	Glenda Tsinhotseenhi'õ	27/08/1999	DEFERIDO
ALDEIA:TIREREPÁ – EMI E.M.I. TIREREPÁ S.A. E.M.I. BENEDITO LOASO				
Ordem	**Nº INCRIÇÃO**	**NOME**	**DATA DE NASCIMENTO**	**SITUAÇÃO**
1.	069	William Tsutata	15/05/1998	DEFERIDO
ALDEIA:TRÊS MARIAS – E.M.I. TRÊS MARIAS S.A. E.M.I. SANTO AGOSTINHO				
Ordem	**Nº INCRIÇÃO**	**NOME**	**DATA DE NASCIMENTO**	**SITUAÇÃO**
1.	140	Angelo Tseredzadzub'Awe Wairotsu	24/02/1980	DEFERIDO
2.	029	Juvencio Tseredzato Tserupi	11/04/1993	DEFERIDO
3.	122	Luiton Tso Ru Tserewatsitsi Tseremey Wa	09/09/2001	DEFERIDO
4.	194	Marcelo Tserehirãti Marata'A' Wa	28/07/1998	DEFERIDO
ALDEIA:TRÊS REIS MAGOS – E.M.I. TRÊS REIS MAGOS S.A. E.M.I. SANTA CLARA				
Ordem	**Nº INCRIÇÃO**	**NOME**	**DATA DE NASCIMENTO**	**SITUAÇÃO**
1.	173	Tsa'Amri Tserewawa'Rã	30/05/1993	DEFERIDO
ALDEIA:TSEREDZATSE – E.M.I. TSEREDZATSE S.A. E.M.I. KULUENE				

Ordem	Nº INCRIÇÃO	NOME	DATA DE NASCIMENTO	SITUAÇÃO
1.	191	Mariano Tsinhim Rudzane'Edi	31/08/1995	DEFERIDO
PROFESSOR BILINGUE				
Ordem	**Nº INCRIÇÃO**	**NOME**	**DATA DE NASCIMENTO**	**SITUAÇÃO**
1.	185	Leosmar Tsimu'udo Tseretsu	22/11/1990	DEFERIDO
2.	117	Lucas Tserenhi Omo Tsupto	13/06/1967	DEFERIDO
3.	265	Raquel Paulina de Souza Miranda	02/02/1982	DEFERIDO
PROFESSOR ENSINO FUNDAMENTAL - SEDE				
Ordem	**Nº INCRIÇÃO**	**NOME**	**DATA DE NASCIMENTO**	**SITUAÇÃO**
1.	230	Ana Dulce de Sousa Ferreira	22/01/1949	DEFERIDO
2.	112	Angela Aparecida da Silva	01/01/1979	DEFERIDO
3.	167	Arthur Felipe Santana	02/04/1995	DEFERIDO
4.	219	Carla Cristina Torquato de Paiva	31/03/1991	DEFERIDO
5.	258	Celma Batista Guimarães Oliveira	16/10/1971	DEFERIDO
6.	268	Danyelle Alves Santana	02/10/1998	DEFERIDO
7.	073	Divanilda da Silva Pires	12/08/1983	DEFERIDO
8.	147	Evelen Ramos da Costa	20/01/1994	DEFERIDO
9.	249	Fabiana Kerles da Silva	01/01/1994	DEFERIDO
10.	078	Fernanda Chrisostomo da Silva	05/10/1988	DEFERIDO
11.	244	Filipe Murilo Rodrigues	10/02/1998	DEFERIDO
12.	062	Franciele Lobato da Silva	23/09/1991	DEFERIDO
13.	094	Francisco Barros Barbosa Filho	30/08/1974	DEFERIDO
14.	082	Geaine Lemes Carvalho Silva	07/11/1995	DEFERIDO
15.	159	Geovane Souza da Silva Oliveira	13/01/1991	DEFERIDO
16.	260	Hella Thabata da Silva Souza	15/01/1990	DEFERIDO
17.	192	Hugneia Cardoso dos Santos	07/07/1984	DEFERIDO
18.	166	Iracema Maria da Maia de Jesus	23/05/1965	DEFERIDO
19.	108	Janaina Serejo de Sousa	12/06/1997	DEFERIDO
20.	081	Joao Lucas Gomes de Melo	26/02/1998	DEFERIDO
21.	211	Kelly Kisses Pagnoncelli	20/09/1986	DEFERIDO
22.	207	Kerolaine Stefane Soares de Oliveira	14/04/1993	DEFERIDO
23.	076	Kleber Araujo da Cruz	23/01/1986	DEFERIDO
24.	061	Leandro Ribeiro Padilha	12/02/1993	DEFERIDO
25.	130	Luciene Moreira da Silva	15/03/1986	DEFERIDO
26.	139	Maria Aparecida Fernandes Diacari	01/01/1978	DEFERIDO
27.	022	Maria Flávia da Silva Santos	26/08/1983	DEFERIDO
28.	236	Maria Santos Ferreira	04/05/1992	DEFERIDO
29.	009	Nubia Maria de Souza Silva	19/09/1983	DEFERIDO
30.	188	Ocean Cordeiro Da Silva Filho	20/11/1992	DEFERIDO
31.	056	Rafaela Costa Oliveira	15/12/1993	DEFERIDO
32.	027	Rhavenna de Paula Moreira Luz	06/04/1993	DEFERIDO
33.	049	Roice Meire Silva da Costa	11/08/1980	DEFERIDO
34.	165	Rosimeire Mendes da Cruz Mendanha	06/03/1981	DEFERIDO
35.	098	Teonizia Martins Barroso	23/08/1972	DEFERIDO
36.	048	Vaina Ferreira da Silva e Silva	30/01/1971	DEFERIDO
37.	079	Valdirene Alves da Fonseca	30/06/1977	DEFERIDO
38.	080	Weldes Charles Cazeca Da Silva Ferreira	01/04/1992	DEFERIDO
AAE/TECNICO ADMINISTRATIVO – SEDE				
Ordem	**Nº INCRIÇÃO**	**NOME**	**DATA DE NASCIMENTO**	**SITUAÇÃO**
1.	046	Ábbia Priscilla Gomes de Andrade	08/07/1996	DEFERIDO
2.	200	Adelina Pewapariwe Tsereta Awe	29/09/2001	DEFERIDO
3.	256	Almedina Rosa Campos	18/12/1975	DEFERIDO
4.	050	Amanda Maria Souza	06/03/1997	DEFERIDO
5.	190	Ana Carullyny de Oliveira Costa	30/09/2000	DEFERIDO
6.	141	Ana Lucia Silvério Gomes	08/06/1987	DEFERIDO
7.	136	Andrielly da Silva Santos	10/04/2002	DEFERIDO
8.	039	Angela Maria Silva	30/10/1969	DEFERIDO
9.	213	Bruna Rocha Sousa	21/07/1992	DEFERIDO
10.	118	Cássia Constantino Von Randow	08/04/2002	DEFERIDO
11.	065	Cíntia Aparecida de Souza Silva	30/06/1997	DEFERIDO
12.	097	Crislaine Claudia Alves dos Santos	25/08/1988	DEFERIDO
13.	011	Daniella Simões Braz Soares e Silva	04/12/2000	DEFERIDO
14.	040	Dayanne Pricilla da Silva Carvalho	21/01/1978	DEFERIDO
15.	215	Denise Gomes da Silva	09/02/1995	DEFERIDO
16.	034	Desiron Leite de Morais Júnior	07/02/2991	DEFERIDO
17.	233	Eldir de Oliveira	18/12/1999	DEFERIDO
18.	083	Elismar Silva de Lima	16/02/1993	DEFERIDO
19.	113	Elizangela Gonçalves Ricardo	15/08/1978	DEFERIDO
20.	224	Felipe Silva Bezerra	07/10/1990	DEFERIDO
21.	179	Geovane Tserewadze Rupawe Rupawe	30/12/1996	DEFERIDO
22.	096	Gláuber Dias Bauer	31/10/2000	DEFERIDO
23.	126	Gleice Goncalves Ferreira	02/03/1989	DEFERIDO
24.	180	Ilton Magalhães de Amorim	02/10/1980	DEFERIDO
25.	032	Jessica Samira Naves	02/08/1991	DEFERIDO
26.	263	Kemelly da Silva Pinheiro	08/05/1999	DEFERIDO
27.	010	Railize Souza Lacerda Rodrigues	28/11/1992	DEFERIDO

28.	193	Raphael Santana Tertuliano	17/03/2002	DEFERIDO
29.	031	Sara Mourão da Silva	10/02/1999	DEFERIDO
30.	222	Selma Alves dos Santos	14/02/1999	DEFERIDO
31.	245	Thania Kellen de Spouza Silva	16/01/1996	DEFERIDO
FONOAUDIÓLOGO – SEC EDUCAÇÃO				
Ordem	**Nº INCRIÇÃO**	**NOME**	**DATA DE NASCIMENTO**	**SITUAÇÃO**
1.	102	Edna Carvalho Felix	12/07/1985	DEFERIDO
AAE/LIMPEZA – SEDE				
Ordem	**Nº INCRIÇÃO**	**NOME**	**DATA DE NASCIMENTO**	**SITUAÇÃO**
1.	017	Aldilene Bragança Rosa	13/11/1989	DEFERIDO
2.	191	Carlos Alberto Tseremahoronhoa Tserewara	15/10/1996	DEFERIDO
3.	157	Claudete Clementino Sousa da Silva	24/09/1985	DEFERIDO
4.	091	Cristiane Coelho Gonçalves	26/06/1981	DEFERIDO
5.	262	Damares Moura Silva	05/11/2003	DEFERIDO
6.	181	Darlene Ro o Uwaze Serenhira	15/04/1999	DEFERIDO
7.	109	Dayane Rosa Lemes	17/12/1988	DEFERIDO
8.	114	Divina Claudia da Silva	11/02/1988	DEFERIDO
9.	234	Elivania Alves de Souza da Silva	01/05/1987	DEFERIDO
10.	155	Fabiana Moraes Silva	22/03/1986	DEFERIDO
11.	004	Franciele mônique da Silva	12/10/1998	DEFERIDO
12.	003	Izes Ribeiro Pereira	30/12/1996	DEFERIDO
13.	067	Janete Dominga Bento Lima	10/04/1984	DEFERIDO
14.	206	Jaqueline Rodrigues Santos	08/09/1988	DEFERIDO
15.	021	Jesus Sérgio de Sousa Farias	21/02/1988	DEFERIDO
16.	125	Joscineide Goncalves Ferreira	17/01/1988	DEFERIDO
17.	153	Leliane Ferreira de França dos Santos	30/11/1983	DEFERIDO
18.	254	Leonardo Torquato da Silva	17/09/1998	DEFERIDO
19.	168	Luana Lelis da Silva	16/09/1996	DEFERIDO
20.	239	Lúcia Rodrigues Ferreira	02/10/1975	DEFERIDO
21.	115	Luciana Cândido Pereira	07/12/1999	DEFERIDO
22.	134	Luciana Gonçalves Ricardo	28/10/1983	DEFERIDO
23.	133	Marcel Tseredzabdi Tserehite	16/11/1999	DEFERIDO
24.	229	Márcia Santos Bento	07/12/1977	DEFERIDO
25.	085	Maria Auxiliadora da Silva	19/06/1979	DEFERIDO
26.	205	Maria Neuza Cândida	01/12/1984	DEFERIDO
27.	184	Marilda Alves da Silva	05/06/1968	DEFERIDO
28.	028	Nubia Poliana Soares Souza	11/12/1987	DEFERIDO
29.	036	Paulo Junho Nunes	05/09/1982	DEFERIDO
30.	231	Raiane Gonçalves Torquato	12/04/1996	DEFERIDO
31.	185	Rayane Felix Rodrigues	20/06/1995	DEFERIDO
32.	238	Roberta Samara Santos Bento	08/05/1995	DEFERIDO
33.	156	Romerito Tserewawiwe	05/11/1984	DEFERIDO
34.	160	Rosangela Herculano Luiz	21/11/1986	DEFERIDO
35.	075	Sandra Aparecida Ribeiro	19/10/1981	DEFERIDO
36.	086	Tatiane Mendes Lourenço da Silva	25/05/1994	DEFERIDO
37.	127	Valtenira Silva de Azevedo	15/07/1979	DEFERIDO
38.	197	Vanda Aparecida Faria Correa	08/09/1977	DEFERIDO
39.	110	Vanuza Martins da Silva	15/04/1992	DEFERIDO
AAE/NUTRIÇÃO – SEDE				
Ordem	**Nº INCRIÇÃO**	**NOME**	**DATA DE NASCIMENTO**	**SITUAÇÃO**
1.	138	Ana Paula Oliveira Santos	20/07/1984	DEFERIDO
2.	124	Cleide Souza da Silva Almeida	26/12/1979	DEFERIDO
3.	033	Eva Adriane Afanso Luz	04/04/1981	DEFERIDO
4.	093	Izidia Maria dos Santos	11/06/1976	DEFERIDO
5.	201	Juliana Alves Borges	29/05/1998	DEFERIDO
6.	047	Keina Ribeiro Fernandes	23/12/1991	DEFERIDO
7.	029	Leticia Oliveira de Castro	13/01/1997	DEFERIDO
8.	150	Luana Karolyne Ferreira de Jesus	14/01/2001	DEFERIDO
9.	071	Neida Inacio da Silva	29/11/1976	DEFERIDO
10.	052	Rosiclene dos Reis Mendes de Oliveira	06/01/1991	DEFERIDO
11.	194	Rosimeire Avelino dos Santos	05/11/1980	DEFERIDO
12.	210	Silvania Francisco Faria	09/02/1980	DEFERIDO
13.	101	Vilma do Nascimento Mendes	24/03/1976	DEFERIDO
14.	250	Werica Pires da Silva Rocha	25/02/1999	DEFERIDO
AAE/TRANSPORTE ESCOLAR –SEDE				
Ordem	**Nº INCRIÇÃO**	**NOME**	**DATA DE NASCIMENTO**	**SITUAÇÃO**
1.	051	Carlos Henrique Beltrame	06/03/1977	DEFERIDO
2.	228	Claúdeones de Souza da Silva	16/08/1981	DEFERIDO
3.	242	Dayanne Rodrigues Farias	17/10/1998	DEFERIDO
4.	175	Frank Jeymes Santos Moura	20/08/1993	DEFERIDO
5.	225	Guilherme Santos	21/04/2000	DEFERIDO
6.	178	Jose de Fátima Silva Filho	30/09/1988	DEFERIDO
7.	111	Luana Izema Luzia Teixeira dos Reis Leite	10/04/1997	DEFERIDO
8.	023	Lucas da Cunha Alves	09/10/1998	DEFERIDO
9.	151	Ozaías dos Santos Fonseca	08/02/1976	DEFERIDO
PROFESSOR ENSINO FUNDAMENTAL – DISTRITO				

Ordem	Nº INCRIÇÃO	NOME	DATA DE NASCIMENTO	SITUAÇÃO
1.	001	Alan Alves Paz	05/11/1975	DEFERIDO
2.	172	Aurelino Silva da Conceiça	09/07/1987	DEFERIDO
3.	129	Edileia Cristina de Souza Ribeiro	11/04/1995	DEFERIDO
4.	089	Edriana Bernadina de Souza Santos	08/08/1972	DEFERIDO
5.	020	Eliane Fátima Wenzel	30/06/1989	DEFERIDO
6.	092	Fernando Pereira dos Santos	03/07/1992	DEFERIDO
7.	140	Grace Mara Alexandre Silva Oliveira	03/03/1987	DEFERIDO
8.	158	Jheliks Januário dos Anjos	02/01/1987	DEFERIDO
9.	100	Michele Vilela da Costa	19/07/1993	DEFERIDO
10.	149	Raquel Tenório Cavalcante	11/01/1983	DEFERIDO
11.	253	Rozania da Silva	19/06/1981	DEFERIDO
AAE/LIMPEZA – DISTRITO				
Ordem	**Nº INCRIÇÃO**	**NOME**	**DATA DE NASCIMENTO**	**SITUAÇÃO**
1.	266	Aidre Wamariro Buta Awe	16/05/1993	DEFERIDO
2.	255	Carlos Henrique Nunes Rocha	24/12/1994	DEFERIDO
3.	045	Carolaine Batista Silva	08/04/1999	DEFERIDO
4.	218	Elen Mara da Silva Parente de Souza	02/11/1991	DEFERIDO
5.	060	Esther Alves Torres	04/01/2003	DEFERIDO
6.	232	Fernanda Lagares Neves Castilho	11/06/1995	DEFERIDO
7.	252	Geysiely dos Santos Lima	26/02/1994	DEFERIDO
8.	012	Greiciana Aparecida da Silva	11/11/1986	DEFERIDO
9.	135	Jhennyfer Gouveia Gomes	18/10/2001	DEFERIDO
10.	041	Keli Ribeiro Fernandes	05/04/1993	DEFERIDO
11.	174	Leitiele Rodrigues Silva Melo Lima	10/05/1994	DEFERIDO
12.	057	Liandra Gularte Carvalho	16/11/2001	DEFERIDO
13.	227	Lucas da Silva Rhis	14/08/1997	DEFERIDO
14.	182	Lucileine Renhimibza Serenhira	22/04/1997	DEFERIDO
15.	008	Luis Fernando Barbosa da Silva	06/09/1988	DEFERIDO
16.	120	Maria de Fátima Andrade Trumai	13/02/1973	DEFERIDO
17.	161	Marina Ferreira da Luz	18/01/1988	DEFERIDO
18.	170	Nilva do Nascimento Pereira	29/05/1973	DEFERIDO
19.	132	Rafaela Rodrigues Da Silva	02/10/2000	DEFERIDO
20.	203	Rosilane Geralda Cardoso	16/10/1977	DEFERIDO
21.	070	Sandra Maria da Silva	06/01/1983	DEFERIDO
22.	014	Tatiane Ferreira Martins	06/12/1993	DEFERIDO
AAE/NUTRIÇÃO – DISTRITO				
Ordem	**Nº INCRIÇÃO**	**NOME**	**DATA DE NASCIMENTO**	**SITUAÇÃO**
1.	173	Alan Marcos Santana Campos	21/03/1993	DEFERIDO
2.	116	Hellen Costa da Silva	07/10/1991	DEFERIDO
3.	002	Islaine Paloma Silva Rodrigues	03/08/1986	DEFERIDO
4.	177	Martelena Alves da Silva	29/04/1963	DEFERIDO
5.	214	Milena Mikaelly Almeida da Silva	18/01/2000	DEFERIDO
PROFESSOR EDUCAÇÃO INFANTIL – ZONA RURAL				
Ordem	**Nº INCRIÇÃO**	**NOME**	**DATA DE NASCIMENTO**	**SITUAÇÃO**
1.	164	Eliane Lopes Ribeiro	08/11/1974	DEFERIDO
2.	024	Gian uiwedetu nomotse	05/10/1994	DEFERIDO
3.	044	Graciely Conceição de Abreu	17/09/1976	DEFERIDO
4.	264	Higor Marcelo Mendes Cunha	05/01/1999	DEFERIDO
5.	090	Lucio Wa omozabu Teihipa	30/08/1983	DEFERIDO
6.	171	Magnete de Jesus Costa	10/02/1984	DEFERIDO
7.	162	Maria Onice de Sousa	17/05/2981	DEFERIDO
8.	145	Pollyanne Costa Correia e Silva	02/08/1995	DEFERIDO
9.	103	Raquel Rosa Silvério	28/07/1995	DEFERIDO
10.	059	Regiane Batista Da Silva Barbosa	19/04/1997	DEFERIDO
11.	187	Wylleryka Waldeane Pires Campos	05/06/1996	DEFERIDO
PROFESSOR ENSINO FUNDAMENTAL – ZONA RURAL				
Ordem	**Nº INCRIÇÃO**	**NOME**	**DATA DE NASCIMENTO**	**SITUAÇÃO**
1.	247	Ademilson Tsererõno	07/03/1993	DEFERIDO
2.	055	Alexandra Monteiro Lima	13/05/1975	DEFERIDO
3.	121	Ana Paula Lorini Moser Mattos	23/09/1982	DEFERIDO
4.	243	Arilson Teihidzatse	17/02/1997	DEFERIDO
5.	241	Edson Braga Tsere Dzadute	11/02/1993	DEFERIDO
6.	026	Jair Lima Torres	26/12/1979	DEFERIDO
7.	144	José Maria de Lemos Eleres Junior	16/09/1968	DEFERIDO
8.	176	Maria Cristiane Feminino Lara	07/09/1981	DEFERIDO
9.	199	Maria José Ferreira costa	01/04/1980	DEFERIDO
10.	246	Mirian Celestina Pio Ywe	05/03/1999	DEFERIDO
11.	216	Nilton	24/07/1988	DEFERIDO
12.	195	Renan Ribeiro Leite	03/04/1989	DEFERIDO
13.	058	Ricardo Inacio Batista	16/06/1995	DEFERIDO
14.	251	Roman Tseremre	10/07/1987	DEFERIDO
15.	237	Roneto Tsi o Ore Edi	14/08/1996	DEFERIDO
16.	265	Tainara de Paula Peixoto Santos	04/04/1998	DEFERIDO
OPERADOR DE RETROESCAVADEIRA CNH "C" – SEDE				
Ordem	**Nº INCRIÇÃO**	**NOME**	**DATA DE NASCIMENTO**	**SITUAÇÃO**

01	037	Walter de Jesus Caldas	17/09/1963	DEFERIDO
OPERADOR DE RETROESCAVADEIRA CNH "C" – DISTRITO				
Ordem	**Nº INCRIÇÃO**	**NOME**	**DATA DE NASCIMENTO**	**SITUAÇÃO**
01	209	Valteir Souza Pereira	24/12/1981	DEFERIDO
MOTORISTA CNH "E" – SEDE				
Ordem	**Nº INCRIÇÃO**	**NOME**	**DATA DE NASCIMENTO**	**SITUAÇÃO**
1.	088	Adegmar Ferreira Martins	11/03/1978	DEFERIDO
2.	137	Adriano Luiz Chaves	12/05/1987	DEFERIDO
3.	084	Deuzimar Da Silva	04/02/1985	DEFERIDO
4.	069	Fagner Souza Barbosa	22/01/1989	DEFERIDO
5.	107	Gerson Ribeiro Potenso	07/02/1980	DEFERIDO
6.	122	Túlio Martins de Oliveira	07/06/1982	DEFERIDO
7.	196	Valtuir Jose de Oliveira	23/03/1975	DEFERIDO
8.	087	Walteir Cardoso Ramos	14/01/1991	DEFERIDO
MOTORISTA CNH "D" – SEDE				
Ordem	**Nº INCRIÇÃO**	**NOME**	**DATA DE NASCIMENTO**	**SITUAÇÃO**
1.	131	Adolfo Leite Ramos	26/06/1985	DEFERIDO
2.	053	Alexandre Marques	18/12/1993	DEFERIDO
3.	148	Bruno Gondim Pereira	11/05/1992	DEFERIDO
4.	025	Cleiton Antonio marino	15/04/1981	DEFERIDO
5.	208	Daniel Augustinho da Silva	21/08/1982	DEFERIDO
6.	183	Donizete de Jesus Moreira	20/11/1988	DEFERIDO
7.	016	Elias Cardoso dos Santos	07/11/1986	DEFERIDO
8.	074	Jodean Barbosa Faustino	22/11/1974	DEFERIDO
9.	154	Joilson Maciel Gomes Barbosa	19/04/1989	DEFERIDO
10.	018	Lucas Vinicius Alves Oliveira	16/03/1994	DEFERIDO
11.	152	Osmar Godoi da Silva	13/01/1985	DEFERIDO
12.	235	Ronicesar Rodrigues Ferreira	11/06/1978	DEFERIDO
13.	005	Tallis Milênio Nunes da Silva	22/03/1997	DEFERIDO
14.	257	Vinícius Peres de Souza Galvão	24/09/1996	DEFERIDO
15.	054	Weney Diogo Cardoso	12/07/1988	DEFERIDO
16.	217	Willian Alves da Silva	29/10/1984	DEFERIDO
MOTORISTA CNH "D" – DISTRITO				
Ordem	**Nº INCRIÇÃO**	**NOME**	**DATA DE NASCIMENTO**	**SITUAÇÃO**
1.	042	Ademar Candido de Melo	08/06/1956	DEFERIDO
DIGITADOR – SEDE				
Ordem	**Nº INCRIÇÃO**	**NOME**	**DATA DE NASCIMENTO**	**SITUAÇÃO**
1.	123	Ana Claudia Monteiro Silva	13/04/1992	DEFERIDO
2.	169	Emanuela Queiroz Tomé	28/08/1999	DEFERIDO
3.	146	Ezequiel Costa Correia	12/10/1999	DEFERIDO
4.	186	Felizardo Tsité Tserehité	18/08/1990	DEFERIDO
5.	068	Fernanda Rosa da Silva	28/04/1983	DEFERIDO
6.	204	Gleison Lucas Vieira de Oliveira	24/10/1996	DEFERIDO
7.	063	Heloisa Cristina Martins Marques	17/01/2003	DEFERIDO
8.	163	Hingrid Reis Guimarães	19/09/1995	DEFERIDO
9.	267	Italla Lucia de Jesus	20/01/1996	DEFERIDO
10.	007	Jeissykelle Araújo Silva Madalena	20/01/1987	DEFERIDO
11.	064	Joao Gabriel Caixeta	28/12/2000	DEFERIDO
12.	095	Kassia Benício Oliveira	05/11/1999	DEFERIDO
13.	198	Lourival Tobias Junior	08/04/1994	DEFERIDO
14.	119	Lucas do Carmo Pereira	08/11/2002	DEFERIDO
15.	015	Marcilio Tsame Tserenhi omo	20/10/1990	DEFERIDO
16.	013	Mariana Alves Costa dos Santos	17/02/1987	DEFERIDO
17.	221	Maxsuel Gomes Dillmann	03/03/1997	DEFERIDO
18.	072	Raille Lima de Oliveira	03/11/1985	DEFERIDO
19.	105	Sara Maria da Silva	25/03/1985	DEFERIDO
20.	019	Thayanne justina de Jesus	09/03/1995	DEFERIDO
21.	099	Valéria Reis Alves de Oliveira	18/10/1990	DEFERIDO
22.	142	Vitor Hugo dias Bauer	03/04/2002	DEFERIDO
AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS – SEDE				
Ordem	**Nº INCRIÇÃO**	**NOME**	**DATA DE NASCIMENTO**	**SITUAÇÃO**
1.	006	Alicia Vieira da Silva	09/12/1998	DEFERIDO
2.	261	Alyfer brendo da Silva santos	15/08/1997	DEFERIDO
3.	143	Charles do Nascimento Apoliano	26/06/1981	DEFERIDO
4.	212	Cicero de Paula Camargos	14/07/1989	DEFERIDO
5.	128	Daniela Rodrigues da Silva	01/05/1996	DEFERIDO
6.	220	Elvis Uptsatawe Tserenhi Omo	08/02/1996	DEFERIDO
7.	106	Flavia Daniele Rodrigues	26/11/1975	DEFERIDO
8.	189	Jorge Temrite Dzamra	13/08/1986	DEFERIDO
9.	030	Kenia Almeida da Silva Moura	04/05/1986	DEFERIDO
10.	240	Lucilene marques Inácio	27/07/1979	DEFERIDO
11.	066	Maria do Carmo Alves	15/04/1973	DEFERIDO
12.	248	Millena Aquino Duarte	01/01/2000	DEFERIDO
13.	226	Miriam Leles Ferreira	13/08/1975	DEFERIDO
14.	104	Nayane dos Santos Brito	11/12/1988	DEFERIDO
15.	038	Paulo Henrique Paulino De Souza	07/04/1999	DEFERIDO

16.	043	Paulo Henrique Rodrigues de Souza	14/12/1997	DEFERIDO
17.	077	Silvia Candida de Araujo	15/12/1981	DEFERIDO
18.	259	Sueli Mendes Bernardes da Silva	08/07/1983	DEFERIDO
19.	035	Valdeilson Martins Oliveira	20/06/1996	DEFERIDO
20.	202	Wesley Alves Ferreira	07/03/1991	DEFERIDO
FONOAUDIÓLOGO – SEC DE SAÚDE				
Ordem	**Nº INCRIÇÃO**	**NOME**	**DATA DE NASCIMENTO**	**SITUAÇÃO**
1.	223	Sabrina Garcia Toledo	08/10/1982	DEFERIDO

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPO NOVO DO PARECIS

PORTARIA Nº 183, DE 22 DE FEVEREIRO DE 2021.

NOMEIA O SENHOR **VILSON GONÇALVES DE ARANTES** PARA OCUPAR O CARGO EM COMISSÃO DE *CHEFE DA DIVISÃO DE MANUTENÇÃO ASFÁLTICA* VINCULADO À SECRETARIA MUNICIPAL DE INFRAESTRUTURA.

O PREFEITO MUNICIPAL de Campo Novo do Parecis, estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais conferida pela Lei Orgânica do Município e,

CONSIDERANDO:

o Memorando nº 51/2021, expedido pela Secretaria Municipal de Infraestrutura;

a necessidade administrativa;

RESOLVE:

Art. 1º Nomear, a partir de 22 de fevereiro de 2021, o senhor **Vilson Gonçalves de Arantes,** portador do CPF n° 082.433.756-51,para ocupar o cargo em comissão de Chefe da Divisão de Manutenção Asfáltica, vinculado a Secretaria Municipal de Infraestrutura e ao quadro de pessoal da Prefeitura Municipal de Campo Novo do Parecis.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Novo do Parecis, aos 22 dias do mês de fevereiro de 2021.

RAFAEL MACHADO Prefeito Municipal

Registrado na Secretaria Municipal de Administração, publicado no Diário Oficial do Município/Jornal Oficial Eletrônico dos Municípios do Estado de Mato Grosso, Portal Transparência do Município e por afixação no local de costume, data supra, cumpra-se.

GIRLEI AUGUSTO PEZ BOLZAN Secretário Municipal de Administração

PORTARIA Nº 185, DE 22 DE FEVEREIRO DE 2021.

CONCEDE PRORROGAÇÃO DE AUXÍLIO-DOENÇA À SERVIDORA **TEREZINHA DE SOUZA OLIVEIRA.**

Art. 2º O benefício de auxílio-doença será concedido pelo período de 09/02/2021 a 09/05/2021.

AVISO DE LICITAÇÃO

EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO RP 013/2021

Recebimento das propostas: **a partir do dia 24 de fevereiro de 2021, às 08:00 horas.**

(horário de Brasília - DF)

Do encerramento das propostas: **dia 10 de março de 2021, às 08:00 horas.**

(horário de Brasília - DF)

Data de abertura das propostas: **dia 10 de março de 2021, às 09:00 horas.**

(horário de Brasília - DF)

Início da sessão de disputa de preços: **dia 10 de março de 2021, às 09:05 horas.**

(horário de Brasília - DF).

OBJETO: **REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual contratação de pessoa jurídica para prestação de serviços especializados de exames de imagens para apoio diagnóstico.**

LOCAL DA REALIZAÇÃO DO CERTAME: https://bllcompras.com/ **Maiores informações poderão ser obtidas junto a Divisão de Licitações, no Paço Municipal Euclides Horst, Av. Mato Grosso 66NE, Campo Novo do Parecis MT, ou pelo telefone 65 3382 5100 / 5108 / 3382 5138, o edital na integra poderá ser retirado pelo site:** www.camponovodoparecis.mt.gov.br

Campo Novo do Parecis-MT, 23 de fevereiro de 2021**.**

_____

Leandro Nery Varaschin

Pregoeiro

3° TERMO ADITIVO

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS: N° 049/2020

PREGÃO ELETRÔNICO N° 005/2020– REGISTRO DE PREÇOS

Pelo presente instrumento, o ***MUNICÍPIO DE CAMPO NOVO DO PARECIS/MT***, pessoa jurídica do direito público, estabelecida na Avenida Mato Grosso, 66-NE, na cidade de Campo Novo do Parecis, Estado de Mato Grosso, inscrita no CNPJ sob n° 24.772.287/0001-36, neste ato representado pelo seu Prefeito Municipal, Senhor ***RAFAEL MACHADO,*** brasileiro, casado, Publicitário, portador do RG 5060425773 SSP/RS e CPF nº 929.162.010-68, residente e domiciliado na Rua Caqui nº 90 NE Jardim Alvorada, nesta cidade, doravante denominado ***CONTRATANTE*** e a empresa **EMAM EMULSÕES E TRANSPORTES**,inscrita no CNPJ sob n° ***04.420.916/0003-13***, estabelecida na Rodo dos Imigrantes, Km:8, Capela do Pissarrão, Várzea Grande/MT, representada neste ato pelo seu Representante Legal, Senhor **Leonardo Machado de Azevedo Vilela**, portador do CPF nº 001.481.006-94, doravante denominada simplesmente, ***FORNECEDORA***, acordam proceder, nos termos do **Edital de Pregão RP nº 005/2020**, ao **REGISTRO DE PREÇOS,** com seus respectivos preços unitários e totais nas quantidades estimadas, atendendo as condições previstas no Edital e as constantes desta Ata de Registro de Preços, conforme as Leis nº 10.520/2002 e 8.666/93 e Decreto Municipal 079/2017, resolvem aditar a **ATA DE REGISTRO DE PREÇOS nº 049/2020**, nos seguintes termos.

Cláusula Primeira – Do Objeto

1. O presente Termo Aditivo tem por objeto o reequilíbrio dos preços aos valores praticados pelo mercado dos itens inicialmente registrados, da **Ata de Registro de Preços nº 049/2020, do Pregão Eletrônico nº 005/2020**, conforme abaixo indicados, em conformidade com as disposições do artigo 65, II, “d”, da Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993 e Decreto Municipal 079/2017, da Ata de Registro de Preços.

Cláusula Segunda – Do Reequilíbrio Dos Preços

2. Ficam reequilibrados para restabelecer a relação que as partes pactuaram inicialmente, com fins de equilíbrio econômico-financeiro, com base no valor praticado no mercado, dos seguintes produtos

Item	Cód.	Unidade	Descrição	Valor Unit. Atual R$	Valor Reequilibrado R$
02	30218	T-Tonelada	MATERIAL BETUMINOSO CM-30.	**R$5.043,49**	**R$5.270,44**
03	38015	T-Tonelada	AQUISIÇÃO DE MATERIAL BETUMINOSO TIPO RR2C , OS MATERIAIS DEVERAM ATENDER TODAS AS ESPECIFICAÇÕES EXIGIDAS CONFORME NORMASTÉCNICAS PARA PAVIMENTAÇÃO ASFÁLTICA EM TSD INCLUSIVE ACOMPANHAMENTO DO CONTROLE LABORATORIALNO ATO DA ENTREGA DO PRODUTO. O MATERIAL SERÁ ENTREGUE NA SEDE DO MUNICIPIO	**R$2.685,34**	**R$2.866,60**

2.1 O referido aditamento para reequilíbrio dos preços passa a ter a sua vigência a partir de sua publicação.

Cláusula Terceira - Condições Gerais

As demais cláusulas, condições e estipulações da Ata Originária permanecem inalteradas.

Campo Novo do Parecis, 22 de fevereiro de 2021.

Rafael MachadoLeonardo Machado de Azevedo Vilela

Prefeito MunicipalEmam Emulsões e Transportes

Contratante Fornecedora

José Marinho da SilvaMille Rion Herculano da Silva

Agente FiscalizadorSuplente

2° TERMO ADITIVO

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS: N° 229/2020

PREGÃO ELETRÔNICO N° 065/2020– REGISTRO DE PREÇOS

Pelo presente instrumento, o ***MUNICÍPIO DE CAMPO NOVO DO PARECIS/MT***, pessoa jurídica do direito público, estabelecida na Avenida Mato Grosso, 66-NE, na cidade de Campo Novo do Parecis, Estado de Mato Grosso, inscrita no CNPJ sob n° 24.772.287/0001-36, neste ato representado pelo seu Prefeito Municipal, Senhor ***RAFAEL MACHADO,*** brasileiro, casado, Publicitário, portador do RG 5060425773 SSP/RS e CPF nº 929.162.010-68, residente e domiciliado na Rua Caqui nº 90 NE Jardim Alvorada, nesta cidade, doravante denominado ***CONTRATANTE*** e a empresa **EMAM EMULSÕES E TRANSPORTES**,inscrita no CNPJ sob n° ***04.420.916/0003-13***, estabelecida na Rodo dos Imigrantes, Km:8, Capela do Pissarrão, Várzea Grande/MT, representada neste ato pelo seu Representante Legal, Senhor **Leonardo Machado de Azevedo Vilela**, portador do CPF nº 001.481.006-94, doravante denominada simplesmente, ***FORNECEDORA***, acordam proceder, nos termos do **Edital de Pregão RP nº 065/2020**, ao **REGISTRO DE PREÇOS,** com seus respectivos preços unitários e totais nas quantidades estimadas, atendendo as condições previstas no Edital e as constantes desta Ata de Registro de Preços, conforme as Leis nº 10.520/2002 e 8.666/93 e Decreto Municipal 079/2017, resolvem aditar a **ATA DE REGISTRO DE PREÇOS nº 229/2020**, nos seguintes termos.

Cláusula Primeira – Do Objeto

1. O presente Termo Aditivo tem por objeto o reequilíbrio dos preços aos valores praticados pelo mercado dos itens inicialmente registrados, da **Ata de Registro de Preços nº 229/2020, do Pregão Eletrônico nº 065/2020**, conforme abaixo indicados, em conformidade com as disposições do artigo 65, II, “d”, da Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993 e Decreto Municipal 079/2017, da Ata de Registro de Preços.

Cláusula Segunda – Do Reequilíbrio Dos Preços

2. Ficam reequilibrados para restabelecer a relação que as partes pactuaram inicialmente, com fins de equilíbrio econômico-financeiro, com base no valor praticado no mercado, dos seguintes produtos

Item	Cód.	Unidade	Descrição	Valor Unit. Atual R$	Valor Reequilibrado R$
01	42845	T-Tonelada	CIMENTO SFALTICO DE PETRÓLEO CAP 30/45	**R$ 3.724,36**	**R$ 4.059,55**

2.1 O referido aditamento para reequilíbrio dos preços passa a ter a sua vigência a partir de sua publicação.

Cláusula Terceira - Condições Gerais

As demais cláusulas, condições e estipulações da Ata Originária permanecem inalteradas.

Campo Novo do Parecis, 22 de fevereiro de 2021.

Rafael MachadoLeonardo Machado de Azevedo Vilela

Prefeito MunicipalEmam Emulsões e Transportes

Contratante Fornecedora

José Marinho da SilvaMille Rion Herculano da Silva

Agente FiscalizadorSuplente

AVISO DE RESULTADO

A PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPO NOVO DO PARECIS**,** através do seu Pregoeiro, torna público para conhecimento dos interessados que na licitação com modalidade **PREGÃO ELETRÔNICO 006/2021**, destinado a **REGISTRO DE PREÇOS** para futura e eventual aquisição de pães, lanches e bolos para atender as necessidades das Secretarias Municipais, teve como vencedora a empresa: **PANIFICADORA DOCE PAO LTDA,** com valor total de **R$ 174.244,00 (cento e setenta e quatro mil e duzentos e quarenta e quatro reais).**

Campo Novo do Parecis-MT, 23 de fevereiro de 2021.

_____

Leandro Nery Varaschin

Pregoeiro

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 18/2021

PREGÃO ELETRÔNICO 006/2021 – REGISTRO DE PREÇOS

CONTRATANTE: Prefeitura Municipal de Campo Novo do Parecis/MT.

FORNECEDOR: PANIFICADORA DOCE PAO LTDA.

VIGÊNCIA: 12 meses, contados a partir de sua publicação.

OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual aquisição de pães, lanches e bolos para atender as necessidades das Secretarias Municipais.

VALOR TOTAL: R$ 174.244,00.

2° TERMO ADITIVO

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS: N° 217/2020

PREGÃO ELETRÔNICO: N° 062/2020 – REGISTRO DE PREÇOS

Pelo presente instrumento, o ***MUNICÍPIO DE CAMPO NOVO DO PARECIS/MT***, pessoa jurídica do direito público, estabelecida na Avenida Mato Grosso, 66-NE, na cidade de Campo Novo do Parecis, Estado de Mato Grosso, inscrita no CNPJ sob n° 24.772.287/0001-36, neste ato representado pelo seu Prefeito Municipal, Senhor **Rafael Machado**, brasileiro, casado, Publicitário, portador do RG 5060425773 SSP/RS e CPF nº 929.162.010-68, residente e domiciliado na Rua Caqui nº 90 NE Jardim Alvorada, nesta cidade, doravante denominado ***CONTRATANTE*** e a empresa **TRR CARDOSO DIESEL LTDA**,inscrita no CNPJ sob n° 27.320.249/0001-30, estabelecida na Est. Manoel Inácio, S/N, Perímetro urbano, município de Brasnorte -MT, representado neste ato pelo seu Representante Legal, Senhor ***Adão Santos Cardoso***, portador do CPF nº 488.799.831-72, doravante denominada simplesmente, ***FORNECEDORA***, **acordam** *proceder, nos termos do* ***Edital de Pregão Eletrônico RP nº 062/2020****, ao* ***REGISTRO DE PREÇOS,*** *com seus respectivos preços unitários e totais* nas quantidades estimadas, atendendo as condições previstas no Edital e as constantes desta Ata de Registro de Preços, conforme as Leis nº 10.520/2002 e 8.666/93 e Decreto Municipal 079/2017, resolvem aditar a ATA de REGISTRO DE PREÇOS nº **217/2020**, nos seguintes termos.

Cláusula Primeira – Do Objeto

1. O presente Termo Aditivo tem por objeto o reequilíbrio dos preços aos valores praticados pelo mercado dos itens inicialmente registrados, da Ata de Registro de Preços nº **217/2020**, do Pregão Eletrônico nº **062/2020**, conforme abaixo indicados, em conformidade com as disposições do artigo 65, II, "d", da Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993 e Decreto Municipal 079/2017, da Ata de Registro de Preços.

Cláusula Segunda – Do Reequilíbrio Dos Preços

2. Ficam reequilibrados para restabelecer a relação que as partes pactuaram inicialmente, com fins de equilíbrio econômico-financeiro, o preço do seguinte produto:

Item	Cód. Item	Unid.	Descrição	Valor Unit. Atual R$	Valor Reequilibrado R$
01	45405	LT	COMBUSTÍVEL ÓLEO DIESEL COMUM (S-500)	R$ 3,69	R$ 4,16

2.1 O referido aditamento para reequilíbrio dos preços passa a ter a sua vigência a partir de sua publicação.

Cláusula Terceira - Condições Gerais

As demais cláusulas, condições e estipulações da Ata Originária permanecem inalteradas.

Campo Novo do Parecis, 22 de fevereiro de 2021.

RAFAEL MACHADO ADÃO DOS SANTOS BARBOSA Prefeito Municipal Trr Cardoso Diesel Ltda

Contratante Fornecedor

GILMAR ROCHA JOÃO DOS SANTOS BRITO

Agente Fiscalizador Agente Fiscalizador

DEPARTAMENTO DE LEGISLAÇÃO
EXTRATO DE CONTRATO

Contrato nº 06/2021

Partes: Prefeitura Municipal de Campo Novo do Parecis X**: GMN EMPREENDIMENTOS LTDA**, CNPJ/MF 11.264.133/0001-91.

Objeto: Contratação de empresa especializa em prestação de serviço de Apoio e Logística, para atender as demandas da Secretaria Municipal de Infraestrutura.

Valor: R$ 411.930,00

Prazo: 12 meses

Dotações Orçamentárias

Órgão: 07– Secretaria Municipal de Infraestrutura

Unidade: 002 – Departamento de Desenvolvimento Urbano

Programática: 07.007.17.512.0006.20049.3390370000

Fonte de Recurso: 0.1.00.000000 – Locação de Mão de obra

Órgão: 07– Secretaria Municipal de Infraestrutura

Unidade: 002 – Departamento de Desenvolvimento Urbano

Programática: 07.004.26.782.0005.20046.3390370000

Fonte de Recurso: 0.1.00.000000 – Locação de Mão de obra

Órgão: 07– Secretaria Municipal de Infraestrutura

Unidade: 002 – Departamento de Desenvolvimento Urbano

Programática: 07.002.04.122.0005.20040.3390370000

Fonte de Recurso: 0.1.00.000000 – Locação de Mão de obra

Órgão: 07– Secretaria Municipal de Infraestrutura

Unidade: 002 – Departamento de Desenvolvimento Urbano

Programática: 07.004.15.451.0005.20152.3390370000

Fonte de Recurso: 0.1.00.000000 – Locação de Mão de obra

Órgão: 07– Secretaria Municipal de Infraestrutura

Unidade: 002 – Departamento de Desenvolvimento Urbano

Programática: 07.002.15.452.0005.20043.3390370000

Fonte de Recurso: 0.1.00.000000 – Locação de Mão de obra

Órgão: 07– Secretaria Municipal de Infraestrutura

Unidade: 002 – Departamento de Desenvolvimento Urbano

Programática: 07.002.15.451.0005.20128.3390370000

Fonte de Recurso: 0.1.00.000000 – Locação de Mão de obra

Órgão: 08– Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico

Unidade: 001 – Gabinete da Secretaria de Desenvolvimento Econômico

Programática: 08.001.17.452.0006.20049151.3390370000

Fonte de Recurso: 0.1.00.000000 – Locação de Mão de obra

Data: 23/02/2021

Procedimento Licitatório: Adesão a Ata de Registro de Preços 035/2020 da prefeitura de Vila Bela da Santíssima Trindade/MT.

Secretaria: Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico e Infraestrutura

ADESÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 35/2020

PREGÂO PRESENCIAL Nº 35/2020PMVB

ÒRGÃO/UNIDADE: **PREFEITURA MUNICIPAL DE VILA BELA DA SANTÍSSIMA TRINDADE –MT**

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº **35/2020**

PREGÂO PRESENCIAL Nº 35/2020PMVB

Lote	Item	Descriminação	Unid.	Qtade	Valor Unitário	Valor Total
1	4	Agente de Apoio e Logistica	unid.	2.070	199,00	411.930,00
TOTAL					411.930,00	

Totalizando 411.930,00 (quatrocentos e onze mil e novecentos e trinta reais).

Solicitação de adesão por esta Prefeitura de Campo Novo do Parecis - MT,da Ata de Registro de Preços **nº 35/2020** do **PREGÃO PRESENCIAL Nº 35/2020PMVB,** da empresa **G M N EMPREENDIMENTOS EIRELI ,** a fins de aderir futura e eventual prestação de serviços de Agente de Apoio e Logistica , para atender as Secretarias Municipais: **Infraestrutura e o Desenvolvimento Econômico E Meio Ambiente** da Prefeitura Municipal de Campo Novo do Parecis, publicado no **Jornal Oficial Eletrônico dos Municípios do Estado de Mato Grosso nº 3.506, páginas 295 e 296.**

DOCUMENTOS **ANALISADOS NA INFORMAÇÃO**

MEMORANDO N° 016/2021/INFRA

MEMORANDO Nº 26/2021/DEMA

Termo de Referência

Oficio n° 003/2021/INFRA – **PREF.VILA BELA DA SANTISSIMA TRINDADE-MT**

Ofício nº 157/GP/2021 Autorização

Ofício nº 004/2021/INFRA – **G M N EMPREENDIMENTOS LTDA**

TERMO DE ACEITE DA ADESÃO DATA DE 22/01/2021

Cópia do Edital de Licitação do Edital do Pregão Presencial nº **035/2020 PMVB**

Jornal Oficial Eletrônico dos Municípios do Estado de Mato Grosso nº 3.492, dia 03 de junho de 2020,páginas 389

Diário Oficial de Contas Tribunal de Contas de Mato Grosso nº 1922, dia 03 de junho de 2020, página 142

Parecer Jurídico

Proposta de Preços da empresa

Ata de Sessão Pública de Pregão nº 035/2020

Termo de Adjudicação

Jornal Oficial Eletrônico dos Municípios do Estado de Mato Grosso nº 3.506, dia 24 de junho de 2020,páginas 296

Termo de Homologação

Jornal Oficial Eletrônico dos Municípios do Estado de Mato Grosso nº 3.506, dia 24 de junho de 2020,páginas 294 e 295

Cópia da Ata de Registro de Preços nº 035/2020

Jornal Oficial Eletrônico dos Municípios do Estado de Mato Grosso nº 3.506, dia 24 de junho de 2020,páginas 295.

Cópia do Portal Transparência

Cotações de preços em anexo

Solicitação N° **241/2021**

ÓRGÃO : 07 – **SECRETARIA MUNICIPAL DE INFRAESTRUTURA**

UNIDADE: 002 **–** DEPARTAMENTO DE DESENVOLVIMENTO URBANO

Orçamentária: 07.007.17.512.0006.20049.3390370000.0100000000- LOCAÇÃO DE MÃO-DE-OBRA

Reduzido: **1738**

Solicitação N° **241/2021**

ÓRGÃO : 07 – **SECRETARIA MUNICIPAL DE INFRAESTRUTURA**

UNIDADE: 002 **–** DEPARTAMENTO DE DESENVOLVIMENTO URBANO

Orçamentária: 07.007.17.512.0006.20049.3390370000.0100000000- LOCAÇÃO DE MÃO-DE-OBRA

Reduzido: **1738**

Solicitação N° **260/2021**

ÓRGÃO : 07 – **SECRETARIA MUNICIPAL DE INFRAESTRUTURA**

UNIDADE: 002 **–** DEPARTAMENTO DE DESENVOLVIMENTO URBANO

Orçamentária: 07.004.26.782.0005.20046.3390370000.0100000000- LOCAÇÃO DE MÃO-DE-OBRA

Reduzido: **1746**

Solicitação N° **246/2021**

ÓRGÃO : 07 – **SECRETARIA MUNICIPAL DE INFRAESTRUTURA**

UNIDADE: 002 **–** DEPARTAMENTO DE DESENVOLVIMENTO URBANO

Orçamentária: 07.002.04.122.0005.20040.3390370000.0100000000- LOCAÇÃO DE MÃO-DE-OBRA

Reduzido: **1737**

Solicitação N° **247/2021**

ÓRGÃO : 07 – **SECRETARIA MUNICIPAL DE INFRAESTRUTURA**

UNIDADE: 002 **–** DEPARTAMENTO DE DESENVOLVIMENTO URBANO

Orçamentária: 07.004.15.451.0005.20152.3390370000.0100000000- LOCAÇÃO DE MÃO-DE-OBRA

Reduzido: **1739**

Solicitação N° **255/2021**

ÓRGÃO : 07 – **SECRETARIA MUNICIPAL DE INFRAESTRUTURA**

UNIDADE: 002 **–** DEPARTAMENTO DE DESENVOLVIMENTO URBANO

Orçamentária: 07.002.15.452.0005.20043.3390370000.0100000000- LOCAÇÃO DE MÃO-DE-OBRA

Reduzido: **1740**

Solicitação N° **261/2021**

ÓRGÃO : 07 – **SECRETARIA MUNICIPAL DE INFRAESTRUTURA**

UNIDADE: 002 **–** DEPARTAMENTO DE DESENVOLVIMENTO URBANO

Orçamentária: 07.002.15.451.0005.20128.3390370000.0100000000- LOCAÇÃO DE MÃO-DE-OBRA

Reduzido: **1745**

Solicitação N° **256/2021**

ÓRGÃO : 08 – **SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO**

UNIDADE: 001 – GABINETE DA SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO

Orçamentária: 07.004.26.782.0005.20046.3390370000.010000000008.001.17.452.0006.20151.3390370000.0100000000- LOCAÇÃO DE MÃO-DE-OBRA

Reduzido: **1272**

Alvará /2021

Atestado de Capacidade Técnica

Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica

Certidão Negativa da Secretaria de Estado de Fazenda

Certidão Negativa do FGTS

Certidão Procuradoria- Geral da Fazenda Nacional

Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas

Certidão Negativa de Débitos Gerais e Tributos Municipais

Cópia do Balanço patrimonial

Contrato Social

Documento dos Sócios

Sendo o que nos apresentava para o momento, externamos nossos votos de estima e consideração.

Atenciosamente,

Campo Novo do Parecis, 29 de janeiro de 2021.

RAFAEL MACHADO

Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPO VERDE

SECRETARIA MUNICIPAL DE FAZENDA
SECRETARIA MUNICIPAL DE FAZENDA PUBLICAÇÃO PARA ESCRITURAÇÃO PÚBLICA

A Prefeitura Municipal de Campo Verde torna público que solicitou a EXPEDIÇÃO DE AUTORIZAÇÃO PARA ESCRITURAÇÃO no loteamento denominado JARDIM CIDADE VERDE, neste município de CAMPO VERDE, a(s) seguinte (s) pessoa(s) e alegando a propriedade sobre o(s) seguinte(s) imóvel (is):

SILVANA INEZ JUNGES e CLAUDETE INEZ BONZANINI, requerendo a AUTORIZAÇÃO PARA ESCRITURAÇÃO DO IMÓVEL LOTE 10 da QUADRA 15, LOCALIZADO NA CAMPO GRANDE, S/Nº LOTEAMENTO JARDIM CIDADE VERDE, CAMPO VERDE – MT.

Abre-se o prazo de 15 (dias) para oposição de terceiros devendo esta ser apresentada fundamentada junto a SECRETARIA DE FAZENDA DO MUNICÍPIO DE CAMPO VERDE – MT. Superado este prazo, o processo de emissão continuará em seu tramite normal até EXPEDIÇÃO DA AUTORIZAÇÃO PARA ESCRITURAÇÃO REQUERIDA.

Secretaria Municipal de Fazenda.

SECRETARIA MUNICIPAL DE FINANÇAS
EXTRATO DO SEXTO TERMO ADITIVO CONTRATUAL REFERENTE AO CONTRATO Nº. 037/2017, CUJO OBJETO É A CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE PODA DE ÁRVORE.

Contratante: MUNICÍPIO DE CAMPO VERDE

Contratado: ALINE PEREIRA BOAVENTURA

Objeto: fica acrescido ao contrato originário, o valor de R$ 1.016,50 (Um mil, dezesseis reais e cinquenta centavos).

Data de Assinatura: 05 de fevereiro de 2021.

SECRETARIA MUNICIPAL DE FINANÇAS
EXTRATO DO CONTRATO Nº 004/2021

Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPO VERDE

Contratado: LABAC – LABORATÓRIO BIOMÉDICO DE ANÁLISES CLÍNICAS EIRELI – ME

Objeto: Contratação de empresa especializada em prestação de serviços de exames laboratoriais.

Valor: R$ 41.120,63 (Quarenta e um mil, cento e vinte reais e sessenta e três centavos).

Vigência do Contrato: 08 de fevereiro de 2021 à 08 de maio de 2021.

Data de Assinatura: 08 de fevereiro de 2021.

ERRATA DO PREGÃO 020/2021

ERRATA DO PREGÃO N° 020/2021

(onde se lê 20/2021 leia-se 024/2021)

A Prefeitura Municipal de Campo Verde, através da Comissão de Licitação, torna público o **REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE MATERIAIS DE EXPEDIENTE**, na modalidade Pregão (presencial) **n° 024/2021** a se realizar no dia **05 de MARÇO de 2021 às 08h00min**, na sede da Prefeitura Municipal de Campo Verde. Retirada de edital www.campoverde.mt.gov.br. Para esclarecimentos: e-mail: compras@campoverde.mt.gov.br ou telefone (66) 3419-1244.Em conformidade com a legislação vigente em vigor. Campo Verde – MT, 22 de fevereiro de 2021.

Hélida B. M. P. Hubner

Pregoeira

SECRETARIA MUNICIPAL DE FINANÇAS
EXTRATO DO CONTRATO Nº 005/2021

Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPO VERDE

Contratado: LABORATÓRIO DE ANÁLISES CLÍNICAS FREITAS LTDA – EPP

Objeto: Contratação de empresa especializada em prestação de serviços de exames laboratoriais.

Valor: R$ 42.186,70 (Quarenta e dois mil, cento e oitenta e seis reais e setenta centavos).

Vigência do Contrato: 08 de fevereiro de 2021 à 08 de maio de 2021.

Data de Assinatura: 08 de fevereiro de 2021.

AVISO DE PREGÃO N. 025/2021

AVISO DE PREGÃO N° 025/2021

A Prefeitura Municipal de Campo Verde, através da Comissão de Licitação, torna público o **REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PRESTADORA DE SERVIÇOS DE LOCAÇÃO DE VEÍCULOS OPERACIONAIS (CARRO POPULAR, PICK UP, CAMINHONETE 4X4 E SEDAN 4 PORTAS).**, na modalidade Pregão (presencial) **n° 024/2021** a se realizar no dia **08 de MARÇO de 2021 às 9H**, na sede da Prefeitura Municipal de Campo Verde. Retirada de edital www.campoverde.mt.gov.br. Para esclarecimentos: e-mail: compras@campoverde.mt.gov.br ou telefone (66) 3419-1244.Em conformidade com a legislação vigente em vigor. Campo Verde – MT, 23 de fevereiro de 2021.

Hélida B. M. P. Hubner

Pregoeira

SECRETARIA MUNICIPAL DE FINANÇAS
EXTRATO DO QUARTO TERMO ADITIVO CONTRATUAL REFERENTE AO CONTRATO Nº. 067/2020, CUJO OBJETO É A CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA REALIZAR A REFORMA E AMPLIAÇÃO DO POSTO DE SAÚDE LIMEIRA.

Contratante: MUNICÍPIO DE CAMPO VERDE

Contratado: M. A. VIANA DA CRUZ ME

Objeto: fica prorrogado o prazo do contrato até 11 de março de 2021.

Data de Assinatura: 08 de fevereiro de 2021.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPOS DE JÚLIO

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO
AVISO DE RESULTADO DE LICITAÇÃO PREGÃO ELETRÔNICO "SRP" Nº 05/2021

O Pregoeiro da Prefeitura Municipal de Campos de Júlio - MT, nomeado pela Portaria nº 127/2020, vem a público divulgar, para conhecimento dos interessados, o resultado do Pregão Eletrônico "SRP" nº 05/2021, do tipo menor preço por item, pelo Sistema Registro de Preços, com abertura no dia 03/02/2021, às 08h00 do horário local, com item exclusivo e com cota reservada de até 25% para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, com a finalidade de **registrar preços para aquisições parcelada de papel A4 e papel timbrado**, sendo declaradas vencedoras do certame a empresa M C INDUSTRIA E COMERCIO DE PAPEIS LTDA, CNPJ/MF nº 19.288.989/0002-90, com valor unitário de R$ 147,00 para os itens 01 e 03 e a empresa PROMO GRÁFICA EDITORA E COMUNICAÇÃO VISUAL EIRELI – ME, CNPJ/MF nº 14.034.336/0001-80, com valor unitário de R$ 0,16 para o item 02.

Maiores informações poderão ser obtidas pelo telefone (65) 3387 2800 ou pelo e-mail licitacao1@camposdejulio.mt.gov.br.

Campos de Júlio - MT, 23 de fevereiro de 2021.

Eric Rodrigo Pettenan

Pregoeiro

Portaria nº 127/2020

PREFEITURA MUNICIPAL DE CANABRAVA DO NORTE

ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA N. 175/2021, DE 23 DE FEVEREIRO DE 2021.

PORTARIA N. 175/2021, DE 23 DE FEVEREIRO DE 2021.

DISPÕE SOBRE A TRANSFERÊNCIA DE LOTAÇÃO DA SERVIDORA PARA ADEQUAÇÃO DE FONTES DE RECURSO E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

JOÃO CLEITON ARAÚJO DE MEDEIROS, Prefeito Municipal de Canabrava do norte, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais prevista na lei Orgânica Municipal.

RESOLVE:

Artigo 1°. TRANSFERIR de lotação a servidora abaixo relacionada:

MATRICULA	SERVIDORA	DA:	PARA:
1771	Mara Silvia de Jesus Portela	Secretaria Municipal de Administração, Planejamento. e Finanças-SAPLAFI.	Secretaria Municipal de e Agricultura.

Artigo 2°. Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos legais e financeiros ao dia 01 de fevereiro de 2021 e revogando as disposições contrarias.

Registre-se

Publique-se

e Cumpra-se.

De Brasília – DF para Canabrava do Norte – MT, em 23 de fevereiro de 2021.

JOÃO CLEITON ARAÚJO DE MEDEIROS

Prefeito Municipal

ADMINISTRAÇÃO
ATO DE DESIGNAÇÃO 023/2021/SMS

ATO DE DESIGNAÇÃO 023/2021/SMS

CANABRAVA DO NORTE, 23 DE FEVEIREIRO 2021.

DESIGNA SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL PARA RECEBER, CONFERIR E ATESTAR NOTAS FISCAIS, NA FORMA QUE ESPECIFICA, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

GABRIELA PEREIRA LIMA, Secretária Municipal de Saúde, no uso de suas atribuições legais e,

CONSIDERANDO o princípio da segregação de funções,

RESOLVE:

Art. 1º. Designar o Servidor Público Municipal **ALEXANDRE MOREIRA DA SILVA**, matrícula funcional nº 336 e inscrita no Cadastro de Pessoas Físicas do Ministério da Fazenda- CPF/MF sob o nº 545.678.731-72, para receber, conferir, acompanhar e atestar, como titular, as notas fiscais emitidas da Empresa **SEBASTIÃO GARCIA 44434626191**, inscrita no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas-CNPJ/MF sob o nº **18.415.867/0001-73**, que tem por objeto PEÇAS E SERVIÇOS para os veículos da Secretaria Municipal de Saúde.

Art. 2º. Designar o Servidor Público Municipal **RONES RODRIGUES VASCONCELOS**, inscrito no Cadastro de Pessoas Físicas do Ministério da Fazenda- CPF/MF sob o nº 003.917.441-78, para receber, conferir, acompanhar e atestar, como suplente, as notas fiscais emitidas da Empresa **SEBASTIÃO GARCIA 44434626191**, inscrita no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas-CNPJ/MF sob o nº **18.415.867/0001-73**, que tem por objeto PEÇAS E SERVIÇOS para os veículos da Secretaria Municipal de Saúde.

Art. 3º. Este ato de designação entra em vigor na data de sua publicação e terá vigência até o dia 31/12/2021.

Registre-se,

Publique-se

Cumpra-se.0

_____

GABRIELA PEREIRA LIMA

SECRETÁRIA MUNICIPAL DE SAÚDE

PORTARIA Nº 032/2021

ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA N.178/2021, DE 23 DE FEVEREIRO DE 2021.

PORTARIA N.178/2021, DE 23 DE FEVEREIRO DE 2021.

DISPÕE SOBRE A NOMEAÇÃO DE FISCAL TÍTULAR E SUPLENTE DE CONTRATO, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

JOÃO CLEITON ARAÚJO DE MEDEIROS, Prefeito Municipal de Canabrava do Norte, Estado de Mato Grosso, em conformidade com o art. 83º, III E XXX, da Lei Orgânica Municipal, no uso de suas atribuições legais, e,

Considerando que o fiscal do contrato deve:

- Conhecer detalhadamente o instrumento contratual e o edital da licitação a ser fiscalizado, anotando em registro próprio todas as ocorrências relacionadas a sua execução; devendo sanar qualquer dúvida com os demais setores competentes da Administração para o fiel cumprimento das cláusulas neles estabelecidas;

- Coordenar, acompanhar e fiscalizar a execução do contrato sob sua responsabilidade e emitir respectivos relatórios;

- Propor a celebração de aditivos ou rescisão, quando necessário;

- Controlar o prazo de vigência do instrumento contratual sob sua responsabilidade;

- Manter controle atualizado dos pagamentos efetuados, em ordem cronológica, cuidando para que o valor do contrato não seja ultrapassado;

- Comunicar formalmente à unidade competente, após contatos prévios com a contratada, as irregularidades cometidas passíveis de penalidade;

- Solicitar, à unidade competente, esclarecimentos acerca do contrato sob sua responsabilidade;

- Autorizar, formalmente, quando do término da vigência do contrato, a liberação da garantia contratual em favor da contratada;

- Manter, sob sua guarda, cópia dos processos de contratação;

- Encaminhar, à autoridade competente, eventuais pedidos de modificações no cronograma físico-financeiro, substituições de materiais e equipamentos, formulados pela contratada;

- Confrontar os preços e quantidades constantes da Nota Fiscal com os estabelecidos no contrato;

- Receber e atestar Notas Fiscais e encaminhá-las à unidade competente para pagamento (medições e no caso de material direto nas obras conferir em conjunto com o almoxarifado e atestar);

- Verificar se o prazo de entrega, especificações e quantidades encontram-se de acordo com o estabelecido no instrumento contratual;

- Notificar a contratada para sanar os problemas detectados nos serviços, obras ou para efetuar a entrega dos materiais;

- Sugerir, ao Prefeito, a aplicação de penalidades quando houver descumprimento de cláusulas contratuais;

- Acompanhar a execução contratual, em seus aspectos quantitativos e qualitativos;

- Registrar todas as ocorrências surgidas durante a execução do objeto e aplicar as devidas penalidades do contrato;

- Determinar a reparação, correção, remoção, reconstrução ou substituição, às expensas da empresa contratada, no total ou em parte, o objeto do contrato em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou de materiais empregados;

- Deve rejeitar, no todo ou em parte, obra, serviço ou fornecimento executado em desacordo com o contrato;

- Exigir e assegurar o cumprimento dos prazos previamente estabelecidos;

- Exigir o cumprimento das cláusulas do contrato e respectivos termos aditivos (verificar a existência de possível subcontratação vedada contratualmente, por exemplo);

- Aprovar a medição dos serviços efetivamente realizados, em consonância com o regime de execução previsto no contrato (o fiscal jamais deve atestar a conclusão de serviços que não foram totalmente executados);

- Comunicar à autoridade superior, em tempo hábil, qualquer ocorrência que requeira decisões ou providências que ultrapassarem sua competência, em face de risco ou iminência de prejuízo ao interesse público;

- Deve protocolar, junto à autoridade superior, qualquer registro de dificuldade ou impossibilidade para o cumprimento de suas obrigações, com identificação dos elementos impeditivos do exercício da atividade, além das providências e sugestões que porventura entender cabíveis;

- Receber o objeto contratual, mediante termo circunstanciado assinado pelas partes;

- Emitir atestados de avaliação dos serviços prestados (certidões ou atestados);

- Poderá solicitar assessoramento técnico necessário com a devida antecedência;

- Deverá anotar em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução do contrato, determinando o que for necessário à regularização das faltas ou defeitos observados, através de notificações escrita com protocolamento;

- Não deve atestar serviços não realizados, proceder o pagamento de serviços não executados, expedir notas fiscais “frias” ou em desacordo com o contrato, receber material ou serviço com qualidade inferior à contratada, pagar obras inacabadas ou serviços em desacordo com o projeto básico ou termo de referência, conceder aditivos indevidos;

- Se manter informado com relação aos prazos com o responsável pelo envio de dados ao Tribunal de Contas do Estado;

- Considerando que o descumprimento de quaisquer dos deveres atribuídos ao Fiscal do Contrato, implicará na instauração de processo administrativo disciplinar para apurar a responsabilidade civil, penal e/ou administrativa, além do que ficará responsável por quaisquer ônus decorrentes a eventuais multas aplicadas pelo TCE.

- Considerando que as decisões e providências que ultrapassarem a competência do fiscal deverão ser solicitadas a seus superiores em tempo hábil para a adoção das medidas convenientes;

RESOLVE:

Art. 1º. Designar a servidora **MARIA DE JESUS FERREIRA DE SOUZA**, matrícula funcional nº 1808 e inscrita no Cadastro de Pessoas físicas do Ministério da Fazenda – sob o n. CPF/MF n.027.977.271-85, com e-mail: maria.sousabrito outlook.com, para acompanhar e fiscalizar, como titular, a execução da Ata de registro de preço n.024/2021, celebrado entre a Prefeitura Municipal de Canabrava do Norte – MT e a Empresa **SOMA COMERCIO E SERVIÇOS EIRELI- EPP**,inscrita no CNPJ:26.877.656/001-80, que tem por objeto da presente Ata é o registro de preço para possível aquisição de produtos e materiais de limpeza e utensílios, para ser utilizado pelas seguintes secretarias: Gabinete do Prefeito; Secretaria Municipal de Administração, Planejamento e Finanças; Secretaria Municipal de Educação Esporte e Lazer; Secretaria Municipal de Saúde; Secretaria Municipal de Agricultura; Secretaria Municipal de Infraestrutura e Serviços Públicos e Urbanismo e Secretaria Municipal de Habitação Trabalho e Desenvolvimento Social; pelo período de 12 meses, de Canabrava do Norte, oriundo do processo licitatório n. 00005492/2020.

Art. 2º. Designar a servidora **ALINE PEREIRA METKE** matrícula funcional n. 1869, e inscrita no Cadastro de Pessoas físicas do Ministério da Fazenda – CPF/MF sob o n. CPF/MF n. 038.747.601-62, com e-mail: : alinepmetke@gmail.com, para acompanhar e fiscalizar, como suplente, a execução do contrato acima descrito nos impedimentos legais e eventuais do titular.

Art. 3º. A Gerência de Gestão de Frotas e Contratos - GEFROCONT disponibilizará ao Fiscal nomeado, logo após a sua nomeação, em cumprimento ao disposto no art. 11º, inciso XVI, da Instrução Normativa SCC N. 001/2015, Versão 2, de 21 de Julho de 2015, cópia do contrato, do edital da licitação, do projeto básico ou do termo de referência, da proposta da Contratada, e, oportunamente, dos aditivos bem como, do setor competente, a relação das faturas recebidas e das pagas, sem prejuízo de outros documentos que o Fiscal entender necessários ao exercício da fiscalização.

Art. 4º. Os documentos mencionados no art. 3º poderão ser disponibilizados tanto em meio físico quanto digital devendo, neste último caso, serem encaminhados via E-mail, estabelecido no art. 1º, da presente Portaria, com a identificação do respectivo fiscal e do contrato objeto da fiscalização.

Art. 5º. Fica garantido ao Fiscal do Contrato amplo e irrestrito acesso aos autos do processo administrativo relativo aos Contratos sob fiscalização.

Art. 6°. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e terá vigência até o vencimento do contrato e de sua garantia quando houver.

Registra-se,

Publique-se,

Cumpra-se.

De Brasília-DF para Canabrava do Norte - MT, em 23 de fevereiro de 2021.

_____

JOÃO CLEITON ARAÚJO DE MEDEIROS

Prefeito Municipal

CIÊNCIA DO SERVIDOR DESIGNADO.

Declaro-me ciente da designação ora atribuída, e das funções que são inerentes em razão da função.

.

_____

MARIA DE JESUS FERREIRA DE SOUZA

ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA N.177/2021, DE 23 DE FEVEREIRO DE 2021.

PORTARIA N.177/2021, DE 23 DE FEVEREIRO DE 2021.

“DISPÕE SOBRE CONCESSÃO DE FÉRIAS A SERVIDOR PUBLICO MUNICIPAL, OCUPANTE DE CARGO EFETIVO.”

JOÃO CLEITON ARAÚJO DE MEDEIROS, Prefeito Municipal de Canabrava do Norte, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais;

RESOLVE:

Art. 1º. Conceder férias pelo período de 30 (trinta) dias ininterruptos ao Servidor Público Municipal, Sr. **LUIS FERREIRA DE SOUZA,** matrícula n. 127, ocupante do cargo de Fiscal Ambiental, lotado na Secretaria Municipal de Meio Ambiente , Agricultura, Comércio e Desenvolvimento Econômico.

PERÍODO AQUISITIVO DE FÉRIAS
24/02/2019 Á 23/02/2020
PERÍODO DO GOZO DE FÉRIAS
01/03/2021 Á 30/03/2021

Art. 2º. Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Publique-se

Registre-se.

Cumpra-se.

De Brasília-DF para Canabrava do Norte - MT, em 23 de fevereiro de 2021.

_____

JOÃO CLEITON ARAÚJO DE MEDEIROS

Prefeito Municipal

ADMINISTRAÇÃO
ATO DE DESIGNAÇÃO 020/2021/SMS

ATO DE DESIGNAÇÃO 020/2021/SMS

CANABRAVA DO NORTE, 23 DE FEVEREIRO 2021.

DESIGNA SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL PARA RECEBER, CONFERIR E ATESTAR NOTAS FISCAIS, NA FORMA QUE ESPECIFICA, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

GABRIELA PEREIRA LIMA, Secretária Municipal de Saúde, no uso de suas atribuições legais e,

CONSIDERANDO o princípio da segregação de funções,

RESOLVE:

Art. 1º. Designar o Servidor Público Municipal **ALEXANDRE MOREIRA DA SILVA**, matrícula funcional nº 336 e inscrita no Cadastro de Pessoas Físicas do Ministério da Fazenda- CPF/MF sob o nº 545.678.731-72, para receber, conferir, acompanhar e atestar, como titular, as notas fiscais emitidas da Empresa **R S PARABRISAS E ACESSORIOS**, inscrita no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas - CNPJ/MF sob o nº **36.039.798/0001-22**, que tem por objeto PARABRISA, para o veículo da Secretaria Municipal de Saúde.

Art. 2º. Designar o Servidor Público Municipal **RONES RODRIGUES VASCONCELOS**, inscrito no Cadastro de Pessoas Físicas do Ministério da Fazenda- CPF/MF sob o nº 003.917.441-78, para receber, conferir, acompanhar e atestar, como suplente, as notas fiscais emitida da Empresa **R S PARABRISAS E ACESSORIOS**, inscrita no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas - CNPJ/MF sob o nº **36.039.798/0001-22**, que tem por objeto PARABRISA, para o veículo da Secretaria Municipal de Saúde.

Art. 3º. Este ato de designação entra em vigor na data de sua publicação e terá vigência até o dia 31/12/2021.

Registre-se,

Publique-se

Cumpra-se.

_____

Gabriela Pereira Lima

Secretária Municipal de Saúde

PORTARIA Nº 032/2021

ADMINISTRAÇÃO
ATO DE DESIGNAÇÃO 021/2021/SMS

ATO DE DESIGNAÇÃO 021/2021/SMS

CANABRAVA DO NORTE, 23 DE FEVEREIRO 2021.

DESIGNA SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL PARA RECEBER, CONFERIR E ATESTAR NOTAS FISCAIS, NA FORMA QUE ESPECIFICA, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

GABRIELA PEREIRA LIMA, Secretária Municipal de Saúde, no uso de suas atribuições legais e,

CONSIDERANDO o princípio da segregação de funções,

RESOLVE:

Art. 1º. Designar o Servidor Público Municipal **RONES RODRIGUES VASCONCELOS**, inscrito no Cadastro de Pessoas Físicas do Ministério da Fazenda- CPF/MF sob o nº 003.917.441-78, para receber, conferir, acompanhar e atestar, como titular, as notas fiscais emitida da Empresa **PAULO JOSE ARRUDA FILHO 98934198168** inscrita no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas - CNPJ/MF sob o nº **36.314.604/0001-50**, que tem por objeto PEÇAS, para a moto Honda da Secretaria Municipal de Saúde.

Art. 2º. Designar o Servidor Público Municipal **ALEXANDRE MOREIRA DA SILVA**, matrícula funcional nº 336 e inscrita no Cadastro de Pessoas Físicas do Ministério da Fazenda- CPF/MF sob o nº 545.678.731-72, para receber, conferir, acompanhar e atestar, como suplente, as notas fiscais emitidas da Empresa **PAULO JOSE ARRUDA FILHO 98934198168** inscrita no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas - CNPJ/MF sob o nº **36.314.604/0001-50**, que tem por objeto PEÇAS, para a moto Honda da Secretaria Municipal de Saúde.

Art. 3º. Este ato de designação entra em vigor na data de sua publicação e terá vigência até o dia 31/12/2021.

Registre-se,

Publique-se

Cumpra-se.

_____

Gabriela Pereira Lima

Secretária Municipal de Saúde

PORTARIA Nº 032/2021

ADMINISTRAÇÃO
ATO DE DESIGNAÇÃO 022/2021/SMS

ATO DE DESIGNAÇÃO 022/2021/SMS

CANABRAVA DO NORTE, 23 DE FEVEREIRO DE 2021.

DESIGNA SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL PARA RECEBER, CONFERIR E ATESTAR NOTAS FISCAIS, NA FORMA QUE ESPECIFICA, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

GABRIELA PEREIRA LIMA, Secretária Municipal de Saúde, no uso de suas atribuições legais e,

CONSIDERANDO o princípio da segregação de funções,

RESOLVE:

Art. 1º. Designar a Servidora Pública Municipal **GUSTAVO BENTO GLÓRIA**, matrícula funcional nº 1836 e inscrito no Cadastro de Pessoas Físicas do Ministério da Fazenda- CPF/MF sob o nº 030.634.631-16, para receber, conferir, acompanhar e atestar, como titular, as notas fiscais emitida da Empresa, D.F. ALMEIDA, Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas-CNPJ/MF sob o nº 14.854.235/0001-55, que tem por objeto PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS PARA REALIZAÇÃO DE EXAMES LABORATORIAIS, para a Secretaria Municipal de Saúde.

Art. 2º. Designar o Servidor Público Municipal **DEYLIANY ALMEIDA GOULART**, inscrito no Cadastro de Pessoas Físicas do Ministério da Fazenda- CPF/MF sob o nº 992.905.881-87, para receber, conferir, acompanhar e atestar, como suplente, as notas fiscais emitida da Empresa D.F. ALMEIDA, Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas-CNPJ/MF sob o nº 14. 854.235/0001-55, que tem por objeto PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS PARA REALIZAÇÃO DE EXAMES LABORATORIAIS, para a Secretaria Municipal de Saúde.

Art. 3º. Este ato de designação entra em vigor na data de sua publicação e terá vigência

até o dia 31/12/2021.

Registre-se,

Publique-se,

Cumpra-se

_____

Gabriela Pereira Lima

Secretária Municipal de Saúde

Portaria nº 032/2021

AVISO DE LICITAÇÃO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 001/2021

A Prefeitura Municipal de Canabrava do Norte-MT, através de seu Pregoeiro e Equipe de Apoio, nomeada pela Portaria nº 067/2021 de 07 de janeiro de 2021, torna público para conhecimento de todos os interessados, que se encontra-se instaurada a Licitação na Modalidade **PREGÃO ELETRÔNICO**, tipo será o **MENOR PREÇO POR ITEM/LOTE**, na forma

de Execução direta, em conformidade com a Lei Federal nº 10.520/2002 e subsidiariamente com a Lei Federal nº 8.666/1993, com a Lei Complementar nº 123/2006 e demais legislações vigentes, bem como as disposições descritas na íntegra deste Edital e em seus anexos.

DO OBJETO: Registro de Preços para possível e eventual contratação de empresa especializada com vistas à prestação de serviços de diagnóstico laboratoriais de análise clínica e anatomia patológica e citopatologia aos usuários do SUS do município de Canabrava do Norte, para atender às necessidades da Secretaria Municipal de Saúde, pelo período de 12 meses;

DO RECEBIMENTO DAS PROPOSTAS: A partir do dia 25/02/2021 às 08h30min. (Horário de Brasília - DF);

DO ENCERRAMENTO DAS PROPOSTAS: A partir do dia 09/03/2021 às 07h30min. (Horário de Brasília - DF);

DATA DE ABERTURA DAS PROPOSTAS: A partir do dia 09/03/2021 às 08h00min. (Horário de Brasília - DF);

INICIO DA SESSÃO DE DISPUTA DE PREÇOS: A partir do dia 09/03/2021 às 08h30min. (Horário de Brasília - DF);

ENDEREÇO ELETRÔNICO: https://licitanet.com.br;

DA RETIRADA DO EDITAL: O Edital encontra-se disponível para consulta e retirada no nos sites http://www.canabavadonorte.mt.gov.br/transparencia e https://licitanet.com.br.

DAS INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES: Para esclarecimento de dúvidas ou informações complementares deverá ser utilizado o endereço eletrônico licitação.cbn@gmail.com e/ou pelo telefone (66) 3577-1152 citando o nº do edital em questão.

Canabrava do Norte-MT, 23 de Fevereiro de 2021.

Iranizo Matos Rodrigues

Pregoeiro

Portaria nº 067/2021

ADMINISTRAÇÃO
ATO DE DESIGNAÇÃO 024/2021/SMS

ATO DE DESIGNAÇÃO 024/2021/SMS

CANABRAVA DO NORTE, 23 DE FEVEREIRO 2021.

DESIGNA SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL PARA RECEBER, CONFERIR E ATESTAR NOTAS FISCAIS, NA FORMA QUE ESPECIFICA, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

GABRIELA PEREIRA LIMA, Secretária Municipal de Saúde, no uso de suas atribuições legais e,

CONSIDERANDO o princípio da segregação de funções,

RESOLVE:

Art. 1º. Designar a Servidora Pública Municipal **DEYLIANY ALMEIDA GOULART**, matrícula funcional nº 2156 e inscrita no Cadastro de Pessoas Físicas do Ministério da Fazenda- CPF/MF sob o nº 992.905.881-87, para receber, conferir, acompanhar e atestar, como titular, as notas fiscais emitidas da Empresa T.G. DA SILVEIRA, Cadastro de Pessoas Físicas do Ministério da Fazenda- CNPJ/MF sob o nº 31.764.605/0001-82, **PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE EXAMES DE DIAGNOSTICOS POR IMAGEM,** para a Secretaria Municipal de Saúde.

Art. 2º. Designar o Servidor Público Municipal **ALEXANDRE MOREIRA DA SILVA**, matrícula funcional nº 336 e inscrita no Cadastro de Pessoas Físicas do Ministério da Fazenda- CPF/MF sob o nº 545.678.731-72, para receber, conferir, acompanhar e atestar, como titular, as notas fiscais emitidas da Empresa T.G. DA SILVEIRA, Cadastro de Pessoas Físicas do Ministério da Fazenda- CNPJ/MF sob o nº 31.764.605/0001-82, **PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE EXAMES DE DIAGNOSTICOS POR IMAGEM,** para a Secretaria Municipal de Saúde.

Art. 3º. Este ato de designação entra em vigor na data de sua publicação e terá vigência até o dia 31/12/2021.

Registre-se,

Publique-se

Cumpra-se.

_____

GABRIELA PEREIRA LIMA

SECRETÁRIA MUNICIPAL DE SAÚDE

PORTARIA Nº 032/2021

CANABRAVA DO NORTE, 23 DE FEVEIREIRO 2021.

DESIGNA SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL PARA RECEBER, CONFERIR E ATESTAR NOTAS FISCAIS, NA FORMA QUE ESPECIFICA, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

GABRIELA PEREIRA LIMA, Secretária Municipal de Saúde, no uso de suas atribuições legais e,

CONSIDERANDO o princípio da segregação de funções,

RESOLVE:

Art. 1º. Designar a Servidora Pública Municipal **DEYLIANY ALMEIDA GOULART**, matrícula funcional nº 2156 e inscrita no Cadastro de Pessoas Físicas do Ministério da Fazenda- CPF/MF sob o nº 992.905.881-87, para receber, conferir, acompanhar e atestar, como titular, as notas fiscais emitidas da Empresa T.G. DA SILVEIRA, Cadastro de Pessoas Físicas do Ministério da Fazenda- CNPJ/MF sob o nº 31.764.605/0001-82, **PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE EXAMES DE DIAGNOSTICOS POR IMAGEM,** para a Secretaria Municipal de Saúde.

Art. 2º. Designar o Servidor Público Municipal **ALEXANDRE MOREIRA DA SILVA**, matrícula funcional nº 336 e inscrita no Cadastro de Pessoas Físicas do Ministério da Fazenda- CPF/MF sob o nº 545.678.731-72, para receber, conferir, acompanhar e atestar, como titular, as notas fiscais emitidas da Empresa T.G. DA SILVEIRA, Cadastro de Pessoas Físicas do Ministério da Fazenda- CNPJ/MF sob o nº 31.764.605/0001-82, **PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE EXAMES DE DIAGNOSTICOS POR IMAGEM,** para a Secretaria Municipal de Saúde.

Art. 3º. Este ato de designação entra em vigor na data de sua publicação e terá vigência até o dia 31/12/2021.

Registre-se,

Publique-se

Cumpra-se.

_____

GABRIELA PEREIRA LIMA

SECRETÁRIA MUNICIPAL DE SAÚDE

PORTARIA Nº 032/2021

ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA N. 176/2021, DE 23 DE FEVEREIRO DE 2021.

PORTARIA N. 176/2021, DE 23 DE FEVEREIRO DE 2021.

DESIGNA SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL OCUPANTE DE CARGO EFETIVO, Á RESPONDER AO CARGO DE VISTORIADOR DO DETRAN, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

JOÃO CLEITON ARAÚJO DE MEDEIROS, Prefeito do Município de Canabrava do Norte, Estado de Mato Grosso, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 83º, inciso III e XIII, da Lei Orgânica do Muni-

cípio de Canabrava do Norte, e nos termos do artigo 127º da Lei n. 908/2019, de 29 de abril de 2019, expede a seguinte **PORTARIA**:

RESOLVE

Art. 1º. DESIGNAR o Sr. **VALDIR SOARES DOS SANTOS**, brasileiro, solteiro, portador da matricula funcional 1860, portador da Cédula de Identidade – CI/RG n. 16665597, emitido por SJSP/MT, inscrito no Cadastro de Pessoas Físicas – CPF sob o n. 961.721.181-53, ocupante do cargo guarda municipal vigilante, lotado na Secretaria Municipal de Infraestrutura Serviço Publico e Urbanismo de Canabrava do Norte – MT para prover o cargo de provimento em comissão de **VISTORIADOR DO DETRAN,** do município de Canabrava do Norte – MT, simbologia**VISDET,** integrante da estrutura organizacional da Prefeitura Municipal, lotado na Secretaria Municipal de Transito e Mobilidade Urbana constante da Lei Municipal n.908/2019, servindo-lhe de título a presente Portaria.

Art. 2º. Pelo exercício Designado ao servidor, conforme estabelecido no Art. 1º, desta portaria ao referido servidor fará jus ao recebimento de uma gratificação no valor de 50% sobre a remuneração do cargo, nos termos do §5º, do Art.161º da Lei Municipal Nº 908/2019, de 29 de abril de 2019.

Art. 3º. O nomeado de que trata o artigo anterior, ficará com a responsabilidade de gerir os serviços e atribuições que lhe confere o cargo, em razão de lei, junto ao Poder Executivo Municipal.

Art. 4º. No ato da posse o nomeado deverá apresentar a declaração de bens atualizada, nos termos do artigo 90º e 108º da Lei Orgânica Municipal.

Art. 5º. Autorizar a Coordenadoria de Recursos Humanos da Prefeitura Municipal de Canabrava do Norte a adotar as providências legais de praxe decorrentes do disposto neste instrumento.

Art. 6º. Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, e ficam revogadas as disposições em contrário.

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

De Brasília-DF para Canabrava do Norte – MT, em 23 de fevereiro de 2021.

JOÃO CLEITON ARAÚJO DE MEDEIROS

Prefeito Municipal

RESULTADO DE LICITAÇÃO PREGÃO PRESENCIAL Nº 001/2021

A Prefeitura de Canabrava do Norte-MT, através do Pregoeiro designado pela Portaria nº 066/2021 de 07 de Janeiro de 2021, torna público o Resultado do Pregão Presencial 001/2021, cujo objeto é o Registro de Preços para futura e eventual Contratação de empresa especializada para prestação de serviços de manutenção preventiva e corretiva, bem como de instalação e desinstalação de equipamentos de ar condicionado, com fornecimento de mão de obra, além de peças, componentes e acessórios genuínos, instalados nos prédios pertencentes a Prefeitura Municipal de Canabrava do Norte e suas Secretarias; pelo período de 12 meses, onde a Empresa: **A P BRITO MADUREIRA - ME**, inscrita no CNPJ sob o nº 22.029.999/0001-34, sagrou-se vencedora de itens no valor global de R$ 590.902,88 (quinhentos e noventa mil novecentos e dois reais e oitenta e oito centavos);

Canabrava do Norte-MT, 23 de Fevereiro de 2021.

Iranizo Matos Rodrigues

Pregoeiro

Portaria nº 066/2020

PREFEITURA MUNICIPAL DE CANARANA

PROCESSO SELETIVO 002/2020EDITAL DE CONVOCAÇÃO N° 020/2021

Processo Seletivo 002/2020

Edital de Convocação N° 020/2021

Fábio Marcos Pereira de Faria, Prefeito Municipal de Canarana Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais e considerando o resultado final do Processo Seletivo Simplificado 002/2020 homologado pelo Decreto n°3148 de 04 de janeiro de 2021.

RESOLVE TORNAR PÚBLICO:

O presente Edital que estabelece a convocação, para fins de suprimento de cargos em caráter temporário no quadro de pessoal da Secretaria Municipal de Educação como segue:

CANDIDATO	CARGO	PROCESSO SELETIVO
TECNICO EM DESENVOLVIMENTO INFANTIL		
Adriana Cristina Beltramin	Técnico em Desenvolvimento Infantil	002/2020
Neusiane Santos de Carvalho	Técnico em Desenvolvimento Infantil	002/2020
Nilvani Gonçalves Silva	Técnico em Desenvolvimento Infantil	002/2020
AGENTE DE LIMPEZA ESCOLAR		
Pedro da Rocha Silva	Agente de Limpeza Escolar	002/2020
Cleusa Martins de Andrade	Agente de Limpeza Escolar	002/2020

Os candidatos convocados terão 05 (cinco) dias contados a partir da publicação do presente Edital, para se apresentarem e manifestarem sobre a aceitação ou não do cargo no departamento de Recursos Humanos da Secretaria de Administração.

Gabinete do Prefeito Municipal de Canarana, em 22 de fevereiro de 2021.

Fábio Marcos Pereira de Faria

Prefeito Municipal

AVISO DE LICITAÇÃO - PREGÃO PRESENCIAL Nº 010-2021

REGISTRO DE PREÇOS

‘’ COM ITENS EXCLUSIVOS E REGIONALIZADOS PARA ME – EPP “

DECRETO MUNICIPAL Nº 2.796/2017

A Prefeitura Municipal de Canarana-MT, através de seu Pregoeiro Oficial, torna público o **Registro de preços para futura e eventual aquisição de diversos materiais de consumo para atender as necessidades da Secretaria Municipal de Educação para volta as aulas 2021** de acordo com as especificações do edital e anexos,na modalidade **Pregão Presencial** no dia **08/03/2021 às 13h30min (Horário de brasilia)** na sala de licitações. Este pregão será regido pela Lei Federal 10.520/2002, com aplicação subsidiária da Lei nº. 8.666/93, suas alterações e demais disposições aplicáveis.Os interessados poderão solicitar e retirar o edital completona Prefeitura Municipal de Canarana/MT - podendo ser retirado pessoalmente, **por telefone (66) – 3478.1200, no horário das 12h00min às 18h00min, através do e-mail licitacoes.canarana@gmail.com**ou no endereço eletrônico**www.canarana.mt.gov.br.**

Canarana-MT, 22 de fevereiro de 2021.

DAVID ANDERSON MARIANO DA SILVA

Pregoeiro Oficial

PREFEITURA MUNICIPAL DE CARLINDA

LICITAÇÃO
AVISO DE LICITAÇÃO

EDITAL DE PUBLICAÇÃO

AVISO DE LICITAÇÃO

A PREFEITURA MUNICIPAL DE CARLINDA, Estado de Mato Grosso, de acordo com as disposições da Lei nº. 8.666/93 e suas alterações; torna público que realizará a **LICITAÇÃO** a seguir caracterizada:

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 011/2021

OBJETO DA LICITAÇÃO: REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE FRETE PARA TRANSPORTE DE CALCÁRIO.

DATA DE ABERTURA DAS PROPOSTAS: 08/03/2021.

HORÁRIO: 08H30MIN **(HORÁRIO OFICIAL DE BRASÍLIA).**

ENDEREÇO ELETRÔNICO:bllcompras.com

As informações complementares para a retirada da pasta contendo o Edital completo e seus anexos poderão ser obtidos na Prefeitura, situada na Av. Tancredo de Almeida Neves S/Nº. Cx postal 45, Centro, CEP:78. 587-000 CARLINDA MT, das 07:00 horas às 11:00 horas e das 13:00 às 17:00 horas, maiores informações pelo telefone (66) 3525-2000.

Carlinda/MT, em 23 de Fevereiro de 2021.

DEISE DIONE MUTSCHALL

PREGOEIRA OFICIAL

Publique-se

DECRETO Nº. 88/2021.

DECRETO Nº. 88/2021.

SÚMULA: "NOMEIA COMISSÃO MUNICIPAL RESPONSAVEL PELO PATRIMÔNIO, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS"

CARMELINDA LEAL MARTINES COELHO, Prefeita Municipal de Carlinda, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais:

RESOLVE:

Artigo 1º - Fica instituída a Comissão Responsável pelo Patrimônio Permanente Municipal (Móveis, Imóveis e Intangíveis).

Artigo 2° - A Comissão que trata o artigo anterior será composta pelos seguintes membros:

PRESIDENTE: JOÃO FERNANDO FERREIRA NOGUEIRA

SECRETÁRIO: MARIO ANTÔNIO DE OLIVEIRA

MEMBRO: IVONETE SALETE JACQUES

Artigo 3° - Compete a Comissão do Patrimônio, as seguintes atribuições:

a) Confecção das atas das reuniões realizadas no período de realização do levantamento Patrimonial; b) Conferência e verificação do Patrimônio Municipal, verificar compatibilidade do patrimônio físico junto ao banco de dados do sistema de informática. c) Lavrar termo de compromisso de guarda de bens para cada departamento da Administração Pública. d) Conferir e verificar o estado de conservação e funcionamento dos bens públicos municipais e realizar as devidas reavaliações. e) Realizar o levantamento e proceder à baixa dos bens inservíveis, obsoletos ou antieconômicos desta prefeitura, lavrando o respectivo termo de baixa.

Artigo 4° - Das reavaliações;

Parágrafo Primeiro. Para os efeitos de avaliação da quota de depreciação dos bens, a comissão utilizar-se-á, como parâmetros aqueles mencionados no Decreto Municipal nº. 330/2012, de 08 de Outubro de 2012.

Artigo 5°- Esta comissão deverá entregar o relatório conclusivo ao Prefeito Municipal até 30 de dezembro de 2021, data a partir da qual a mesma será considerada extinta.

Artigo 6°- Fica facultado ao Presidente desta comissão a requisição do auxílio de Secretários e Servidores Públicos para o desenvolvimento dos trabalhos.

Artigo 7°- Fica o Poder Executivo Municipal responsável pelo treinamento e capacitação dos servidores, disponibilização de materiais/equipamentos e veículo para a realização dos trabalhos.

Artigo 8°- Este decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas disposições em contrário, em especial o Decreto nº 142/2020.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CARLINDA-MT

Em, 23 de fevereiro de 2021.

CARMELINDA LEAL MARTINES COELHO

Prefeita Municipal

RECURSOS HUMANOS
PORTARIA-DRH Nº 105 DE 23 DE FEVEREIRO DE 2021.

SÚMULA: Dispõe sobre concessão Licença para Tratamento de Saúde dos Servidores Municipais e dá outras providências.

JESSICA ALVES LOPES BERTIPAGLIA, Secretaria Municipal de Assistência Social do Municipal de Carlinda, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais, e de acordo com o Art. 118 da Lei Municipal nº. 892/2015.

RESOLVE:

Art. 1º - Com base no atestado apresentado pela servidora **REGIANI MACARONELI CARDOSO GOMES** matricula nº 3526, no cargo de Auxiliar de Serviços Gerais, na data 23 de Fevereiro de 2021, lotada na Secretaria Municipal de Assistência Social, concede licença para tratamento da própria saúde no dia 23 de Fevereiro de 2021.

Art. 2º - Publica-se, Registre-se, Cientifique-se e Cumpra-se.

JESSICA ALVES LOPES BERTIPAGLIA

Secretaria Municipal de Assistência Social

Decreto 113/2017

DECRETO Nº. 82/2021.

DECRETO Nº. 82/2021.

SÚMULA: "REGULAMENTA A LICITAÇÃO, NA MODALIDADE PREGÃO, NA FORMA ELETRÔNICA, PARA A AQUISIÇÃO DE BENS E A CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS COMUNS, INCLUÍDOS OS SERVIÇOS COMUNS DE ENGENHARIA, E DISPÕE SOBRE O USO DA DISPENSA ELETRÔNICA, NO ÂMBITO DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA MUNICIPAL, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

CARMELINDA LEAL MARTINES COELHO, Prefeita de Carlinda, Estado de Mato Grosso, no uso da competência prevista no inciso II do Art. 30 da Constituição Federal, bem como das atribuições de que trata a Lei Orgânica do Município de Carlinda, e para cumprir o disposto no Art. 37, XXI, da Constituição Federal, com observância do disposto na Lei nº. 8.666, de 21 de junho de 1993, na Lei Federal nº. 10.520, de 17 de Julho de 2002 e na Instrução Normativa nº. 206, de 18 de outubro de 2019 do Governo Federal,

DECRETA:

Capítulo I

DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

Art. 1º Este Decreto regulamenta a licitação, na modalidade de pregão, na forma eletrônica, para a aquisição de bens e a contratação de serviços comuns, incluídos os serviços comuns de engenharia, e dispõe sobre o uso da dispensa eletrônica, no âmbito da administração pública municipal.

§ 1º Para a aquisição de bens e a contratação de serviços comuns, com a utilização de recursos da União decorrentes de transferências voluntárias, tais como convênios e contratos de repasse, a utilização da modalidade de pregão, na forma eletrônica, ou da dispensa eletrônica será obrigatória, exceto nos casos em que a lei ou a regulamentação específica que dispuser sobre a modalidade de transferência discipline de forma diversa as contratações com os recursos do repasse.

§ 2º Será admitida, excepcionalmente, mediante prévia justificativa da autoridade competente, a utilização da forma de pregão presencial nas licitações de que trata o *caput* ou a não adoção do sistema de dispensa eletrônica, desde que fique comprovada a inviabilidade técnica ou a desvantagem para a administração na realização da forma eletrônica.

Art. 2º O pregão, na forma eletrônica, é condicionado aos princípios da legalidade, da impessoalidade, da moralidade, da igualdade, da publicidade, da eficiência, da probidade administrativa, do desenvolvimento sustentável, da vinculação ao instrumento convocatório, do julgamento objetivo, da razoabilidade, da competitividade, da proporcionalidade e aos que lhes são correlatos.

§ 1º O princípio do desenvolvimento sustentável será observado nas etapas do processo de contratação, em suas dimensões econômica, social, ambiental e cultural, no mínimo, com base nos planos de gestão de logística sustentável do Município.

§ 2º As normas disciplinadoras da licitação serão interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, resguardados o interesse da administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.

Art. 3º Para fins do disposto neste Decreto, considera-se:

I - aviso do edital - documento que contém:

a) a definição precisa, suficiente e clara do objeto;

b) a indicação dos locais, das datas e dos horários em que poderá ser lido ou obtido o edital; e

c) o endereço eletrônico no qual ocorrerá a sessão pública com a data e o horário de sua realização;

II - bens e serviços comuns - bens cujos padrões de desempenho e qualidade possam ser objetivamente definidos pelo edital, por meio de especificações reconhecidas e usuais do mercado;

III - bens e serviços especiais - bens que, por sua alta heterogeneidade ou complexidade técnica, não podem ser considerados bens e serviços comuns, nos termos do inciso II;

IV - estudo técnico preliminar - documento constitutivo da primeira etapa do planejamento de uma contratação, que caracteriza o interesse público envolvido e a melhor solução ao problema a ser resolvido e que, na hipótese de conclusão pela viabilidade da contratação, fundamenta o termo de referência;

V - lances intermediários - lances iguais ou superiores ao menor já ofertado, porém inferiores ao último lance dado pelo próprio licitante;

VI - obra - construção, reforma, fabricação, recuperação ou ampliação de bem imóvel, realizada por execução direta ou indireta;

VII - serviço - atividade ou conjunto de atividades destinadas a obter determinada utilidade, intelectual ou material, de interesse da administração pública;

VIII - serviço comum de engenharia - atividade ou conjunto de atividades que necessitam da participação e do acompanhamento de profissional engenheiro habilitado, nos termos do disposto na Lei nº. 5.194, de 24 de dezembro de 1966, e cujos padrões de desempenho e qualidade possam ser objetivamente definidos pela administração pública, mediante especificações usuais de mercado;

IX - sistema de dispensa eletrônica - ferramenta informatizada, integrante do Provedor do Sistema, para a realização dos processos de contratação direta de bens e serviços comuns, incluídos os serviços comuns de engenharia; e

X - termo de referência - documento elaborado com base nos estudos técnicos preliminares, que deverá conter:

a) os elementos que embasam a avaliação do custo pela administração pública, a partir dos padrões de desempenho e qualidade estabelecidos e das condições de entrega do objeto, com as seguintes informações:

1. a definição do objeto contratual e dos métodos para a sua execução, vedadas especificações excessivas, irrelevantes ou desnecessárias, que limitem ou frustrem a competição ou a realização do certame;

2. o valor estimado do objeto da licitação demonstrado em planilhas, de acordo com o preço de mercado; e

3. o cronograma físico-financeiro, se necessário;

b) o critério de aceitação do objeto;

c) os deveres do contratado e do contratante;

d) a relação dos documentos essenciais à verificação da qualificação técnica e econômico-financeira, se necessária;

e) os procedimentos de fiscalização e gerenciamento do contrato ou da ata de registro de preços;

f) o prazo para execução do contrato; e

g) as sanções previstas de forma objetiva, suficiente e clara.

§ 1º A classificação de bens e serviços como comuns depende de exame predominantemente fático e de natureza técnica.

§ 2º Os bens e serviços que envolverem o desenvolvimento de soluções específicas de natureza intelectual, científica e técnica, caso possam ser definidos nos termos do disposto no inciso II do *caput*, serão licitados por pregão, na forma eletrônica.

Art. 4º O pregão, na forma eletrônica, não se aplica a:

I - contratações de obras;

II - locações imobiliárias e alienações; e

III - bens e serviços especiais, incluídos os serviços de engenharia enquadrados no disposto no inciso III do *caput* do Art. 3º.

Capítulo II

DOS PROCEDIMENTOS

Art. 5º O pregão, na forma eletrônica, será realizado quando a disputa pelo fornecimento de bens ou pela contratação de serviços comuns ocorrer à distância, via internet e em sessão pública, em provedor próprio ou especialmente contratado para esse fim.

§ 1º O sistema de que trata o *caput* será dotado de recursos de criptografia e de autenticação que garantam as condições de segurança nas etapas do certame.

Art. 6º A realização do pregão, na forma eletrônica, observará as seguintes etapas sucessivas:

I - planejamento da contratação;

II - publicação do aviso de edital;

III - apresentação de propostas e de documentos de habilitação;

IV - abertura da sessão pública e envio de lances, ou fase competitiva;

V - julgamento;

VI - habilitação;

VII - recursal;

VIII - adjudicação; e

IX - homologação.

Art. 7º Os critérios de julgamento empregados na seleção da proposta mais vantajosa para a administração serão os de menor preço ou maior desconto, conforme dispuser o edital.

Parágrafo único. Serão fixados critérios objetivos para definição do melhor preço, considerados os prazos para a execução do contrato e do fornecimento, as especificações técnicas, os parâmetros mínimos de desempenho e de qualidade, as diretrizes do plano de gestão de logística sustentável e as demais condições estabelecidas no edital.

Art. 8º O processo relativo ao pregão, na forma eletrônica, será instruído com os seguintes documentos, no mínimo:

I - estudo técnico preliminar, quando necessário;

II - termo de referência;

III - planilha estimativa de despesa, segundo critérios da Resolução de Consulta nº. 20/2016 – TP do Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso;

IV - previsão dos recursos orçamentários necessários, com a indicação das rubricas, exceto na hipótese de pregão para registro de preços;

V - autorização de abertura da licitação;

VI - designação do pregoeiro e da equipe de apoio;

VII - edital e respectivos anexos;

VIII - minuta do termo do contrato, ou instrumento equivalente, ou minuta da ata de registro de preços, conforme o caso;

IX - parecer jurídico;

X - documentação exigida e apresentada para a habilitação;

XI - proposta de preços do licitante;

XII - ata da sessão pública, que conterá os seguintes registros, entre outros:

a) os licitantes participantes;

b) as propostas apresentadas;

c) os avisos, os esclarecimentos e as impugnações;

d) os lances ofertados, na ordem de classificação;

e) a suspensão e o reinício da sessão, se for o caso;

f) a aceitabilidade da proposta de preço;

g) a habilitação;

h) a decisão sobre o saneamento de erros ou falhas na proposta ou na documentação;

i) os recursos interpostos, as respectivas análises e as decisões; e

j) o resultado da licitação;

XIII - comprovantes das publicações:

a) do aviso do edital;

b) do extrato do contrato; e

c) dos demais atos cuja publicidade seja exigida; e

XIV - ato de homologação.

§ 1º A instrução do processo licitatório poderá ser realizada por meio de sistema eletrônico, de modo que os atos e os documentos de que trata este artigo, constantes dos arquivos e registros digitais, serão válidos para todos os efeitos legais, inclusive para comprovação e prestação de contas.

§ 2º A ata da sessão pública será disponibilizada na internet imediatamente após o seu encerramento, para acesso livre.

Capítulo III

DO ACESSO AO SISTEMA ELETRÔNICO

Art. 9º A autoridade competente do órgão ou da entidade promotora da licitação, o pregoeiro, os membros da equipe de apoio e os licitantes que participarem do pregão, na forma eletrônica, serão previamente credenciados, perante o provedor do sistema eletrônico.

§ 1º O credenciamento para acesso ao sistema ocorrerá pela atribuição de chave de identificação e de senha pessoal e intransferível.

§ 2º Caberá à autoridade competente do órgão ou da entidade promotora da licitação solicitar, junto ao provedor do sistema, o seu credenciamento, o do pregoeiro e o dos membros da equipe de apoio.

Art. 10 O credenciamento do licitante e sua manutenção dependerão de registro prévio e atualizado no Provedor do Sistema.

Capítulo IV

DA CONDUÇÃO DO PROCESSO

Art. 11 O pregão, na forma eletrônica, será conduzido pelo Município, com apoio técnico e operacional do Provedor do Sistema.

Art. 12 Caberá à autoridade competente, de acordo com as atribuições previstas na Lei Orgânica do Município:

I - designar o pregoeiro e os membros da equipe de apoio;

II - indicar o provedor do sistema;

III - determinar a abertura do processo licitatório;

IV - decidir os recursos contra os atos do pregoeiro, quando este mantiver sua decisão;

V - adjudicar o objeto da licitação, quando houver recurso;

VI - homologar o resultado da licitação; e

VII - celebrar o contrato ou assinar a ata de registro de preços.

Capítulo V

DO PLANEJAMENTO DA CONTRATAÇÃO

Art. 13 No planejamento do pregão, na forma eletrônica, será observado o seguinte:

I - elaboração do estudo técnico preliminar e do termo de referência;

II - aprovação do estudo técnico preliminar e do termo de referência pela autoridade competente ou por quem esta delegar;

III - elaboração do edital, que estabelecerá os critérios de julgamento e a aceitação das propostas, o modo de disputa e, quando necessário, o intervalo mínimo de diferença de valores ou de percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação ao lance que cobrir a melhor oferta;

IV - definição das exigências de habilitação, das sanções aplicáveis, dos prazos e das condições que, pelas suas particularidades, sejam consideradas relevantes para a celebração e a execução do contrato e o atendimento das necessidades da administração pública; e

V - designação do pregoeiro e de sua equipe de apoio.

Art. 14. O valor estimado ou o valor máximo aceitável para a contratação, se não constar expressamente do edital, possuirá caráter sigiloso e será disponibilizado exclusiva e permanentemente aos órgãos de controle externo e interno.

§ 1º O caráter sigiloso do valor estimado ou do valor máximo aceitável para a contratação será fundamentado no § 3º do Art. 7º da Lei nº. 12.527, de 18 de novembro de 2011, e no Art. 20 do Decreto nº. 7.724, de 16 de maio de 2012.

§ 2º Para fins do disposto no *caput,* o valor estimado ou o valor máximo aceitável para a contratação será tornado público apenas e imediatamente após o encerramento do envio de lances, sem prejuízo da divulgação do

detalhamento dos quantitativos e das demais informações necessárias à elaboração das propostas.

§ 3º Nas hipóteses em que for adotado o critério de julgamento pelo maior desconto, o valor estimado, o valor máximo aceitável ou o valor de referência para aplicação do desconto constará obrigatoriamente do instrumento convocatório.

Art. 15 Caberá à autoridade superior, no âmbito da Administração Direta Municipal, designar agentes públicos para o desempenho das funções deste Decreto, observados os seguintes requisitos:

I - o pregoeiro e os membros da equipe de apoio serão servidores ocupantes de cargo efetivo, em comissão ou cedido de órgão ou entidade do Poder Executivo;

§ 1º A critério da autoridade competente, o pregoeiro e os membros da equipe de apoio poderão ser designados para uma licitação específica, para um período determinado, admitidas reconduções, ou por período indeterminado, permitida a revogação da designação a qualquer tempo.

Art. 16 Caberá ao pregoeiro, em especial:

I - conduzir a sessão pública;

II - receber, examinar e decidir as impugnações e os pedidos de esclarecimentos ao edital e aos anexos, além de poder requisitar subsídios formais aos responsáveis pela elaboração desses documentos;

III - verificar a conformidade da proposta em relação aos requisitos estabelecidos no edital;

IV - coordenar a sessão pública e o envio de lances;

V - verificar e julgar as condições de habilitação;

VI - sanear erros ou falhas que não alterem a substância das propostas, dos documentos de habilitação e sua validade jurídica;

VII - receber, examinar e decidir os recursos e encaminhá-los à autoridade competente quando mantiver sua decisão;

VIII - indicar o vencedor do certame;

IX - adjudicar o objeto, quando não houver recurso;

X - conduzir os trabalhos da equipe de apoio; e

XI - encaminhar o processo devidamente instruído à autoridade competente e propor a sua homologação.

Parágrafo único. O pregoeiro poderá solicitar manifestação técnica da assessoria jurídica ou de outros setores do órgão ou da entidade, a fim de subsidiar sua decisão.

Art. 17 Caberá à equipe de apoio auxiliar o pregoeiro nas etapas do processo licitatório.

Art. 18 Caberá ao licitante interessado em participar do pregão, na forma eletrônica:

I - credenciar-se previamente, no sistema eletrônico utilizado no certame;

II - remeter, no prazo estabelecido, exclusivamente via sistema, os documentos de habilitação e a proposta e, quando necessário, os documentos complementares;

III - responsabilizar-se formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assumir como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, excluída a responsabilidade do provedor do sistema ou do órgão ou entidade promotora da licitação por eventuais danos decorrentes de uso indevido da senha, ainda que por terceiros;

IV - acompanhar as operações no sistema eletrônico durante o processo licitatório e responsabilizar-se pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de mensagens emitidas pelo sistema ou de sua desconexão;

V - comunicar imediatamente ao provedor do sistema qualquer acontecimento que possa comprometer o sigilo ou a inviabilidade do uso da senha, para imediato bloqueio de acesso;

VI - utilizar a chave de identificação e a senha de acesso para participar do pregão na forma eletrônica; e

VII - solicitar o cancelamento da chave de identificação ou da senha de acesso por interesse próprio.

Capítulo VI

DA PUBLICAÇÃO DO AVISO DO EDITAL

Art. 19 A fase externa do pregão, na forma eletrônica, será iniciada com a convocação dos interessados por meio da publicação do aviso do edital na imprensa oficial do Município e no sítio eletrônico oficial do Município.

Art. 20 O edital será disponibilizado na íntegra no sítio eletrônico do Município e no portal do sistema utilizado para a realização do pregão.

Art. 21 Modificações no edital serão divulgadas pelo mesmo instrumento de publicação utilizado para divulgação do texto original e o prazo inicialmente estabelecido será reaberto, exceto se, inquestionavelmente, a alteração não afetar a formulação das propostas, resguardado o tratamento isonômico aos licitantes.

Art. 22 Os pedidos de esclarecimentos referentes ao processo licitatório serão enviados ao pregoeiro, até três dias úteis anteriores à data fixada para abertura da sessão pública, por meio eletrônico, na forma do edital.

§ 1º O pregoeiro responderá aos pedidos de esclarecimentos no prazo de dois dias úteis, contado da data de recebimento do pedido, e poderá requisitar subsídios formais aos responsáveis pela elaboração do edital e dos anexos.

§ 2º As respostas aos pedidos de esclarecimentos serão divulgadas pelo sistema e vincularão os participantes e a administração.

Art. 23 Qualquer pessoa poderá impugnar os termos do edital do pregão, por meio eletrônico, na forma prevista no edital, até três dias úteis anteriores à data fixada para abertura da sessão pública.

§ 1º A impugnação não possui efeito suspensivo e caberá ao pregoeiro, auxiliado pelos responsáveis pela elaboração do edital e dos anexos, decidir sobre a impugnação no prazo de dois dias úteis, contado da data de recebimento da impugnação.

§ 2º A concessão de efeito suspensivo à impugnação é medida excepcional e deverá ser motivada pelo pregoeiro, nos autos do processo de licitação.

§ 3º Acolhida a impugnação contra o edital, será definida e publicada nova data para realização do certame.

Capítulo VII

DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

Art. 24 O prazo fixado para a apresentação das propostas e dos documentos de habilitação não será inferior a oito dias úteis, contado da data de publicação do aviso do edital.

Art. 25 Após a divulgação do edital no sítio eletrônico, os licitantes encaminharão, exclusivamente por meio do sistema, concomitantemente com os documentos de habilitação exigidos no edital, proposta com a descrição do objeto ofertado e o preço, até a data e o horário estabelecidos para abertura da sessão pública.

§ 1º A etapa de que trata o *caput* será encerrada com a abertura da sessão pública.

§ 2º O envio da proposta, acompanhada dos documentos de habilitação exigidos no edital, nos termos do disposto no *caput*, ocorrerá por meio de chave de acesso e senha.

§ 3º O licitante declarará, em campo próprio do sistema, o cumprimento dos requisitos para a habilitação e a conformidade de sua proposta com as exigências do edital.

§ 4º A falsidade da declaração de que trata o § 3º sujeitará o licitante às sanções previstas neste Decreto.

§ 5º Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta e os documentos de habilitação anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública.

§ 6º Na etapa de apresentação da proposta e dos documentos de habilitação pelo licitante, observado o disposto no *caput*, não haverá ordem de classificação das propostas, o que ocorrerá somente após os procedimentos de que trata o Capítulo IX.

§ 7º Os documentos que compõem a proposta e a habilitação do licitante melhor classificado somente serão disponibilizados para avaliação do pregoeiro e para acesso público após o encerramento do envio de lances.

§ 8º Os documentos complementares à proposta e à habilitação, quando necessários à confirmação daqueles exigidos no edital e já apresentados, serão encaminhados pelo licitante melhor classificado após o encerramento do envio de lances, observado o prazo de que trata o § 2º do Art. 37.

Capítulo VIII

DA ABERTURA DA SESSÃO PÚBLICA E DO ENVIO DE LANCES

Art. 26 A partir do horário previsto no edital, a sessão pública na internet será aberta pelo pregoeiro com a utilização de sua chave de acesso e senha.

§ 1º Os licitantes poderão participar da sessão pública na internet, mediante a utilização de sua chave de acesso e senha.

§ 2º O sistema disponibilizará campo próprio para troca de mensagens entre o pregoeiro e os licitantes.

Art. 27 O pregoeiro verificará as propostas apresentadas e desclassificará aquelas que não estejam em conformidade com os requisitos estabelecidos no edital.

Parágrafo único. A desclassificação da proposta será fundamentada e registrada no sistema, acompanhado em tempo real por todos os participantes.

Art. 28 O sistema ordenará automaticamente as propostas classificadas pelo pregoeiro.

Parágrafo único. Somente as propostas classificadas pelo pregoeiro participarão da etapa de envio de lances.

Art. 29 Classificadas as propostas, o pregoeiro dará início à fase competitiva, oportunidade em que os licitantes poderão encaminhar lances exclusivamente por meio do sistema eletrônico.

§ 1º O licitante será imediatamente informado do recebimento do lance e do valor consignado no registro.

§ 2º Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observados o horário fixado para abertura da sessão pública e as regras estabelecidas no edital.

§ 3º O licitante somente poderá oferecer valor inferior ou maior percentual de desconto ao último lance por ele ofertado e registrado pelo sistema, observado, quando houver, o intervalo mínimo de diferença de valores ou de percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação ao lance que cobrir a melhor oferta.

§ 4º Não serão aceitos dois ou mais lances iguais e prevalecerá aquele que for recebido e registrado primeiro.

§ 5º Durante a sessão pública, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do licitante.

Art. 30 Serão adotados para o envio de lances no pregão eletrônico os seguintes modos de disputa:

I - aberto - os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com prorrogações, conforme o critério de julgamento adotado no edital; ou

II - aberto e fechado - os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com lance final e fechado, conforme o critério de julgamento adotado no edital.

Parágrafo único. No modo de disputa aberto, o edital preverá intervalo mínimo de diferença de valores ou de percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação ao lance que cobrir a melhor oferta.

Art. 31 No modo de disputa aberto, de que trata o inciso I do *caput* do Art. 30, a etapa de envio de lances na sessão pública durará dez minutos e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos dois minutos do período de duração da sessão pública.

§ 1º A prorrogação automática da etapa de envio de lances, de que trata o *caput*, será de dois minutos e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive quando se tratar de lances intermediários.

§ 2º Na hipótese de não haver novos lances na forma estabelecida no *caput* e no § 1º, a sessão pública será encerrada automaticamente.

§ 3º Encerrada a sessão pública sem prorrogação automática pelo sistema, nos termos do disposto no § 1º, o pregoeiro poderá, assessorado pela equipe de apoio, admitir o reinício da etapa de envio de lances, em prol da consecução do melhor preço disposto no parágrafo único do Art. 7º, mediante justificativa.

Art. 32 No modo de disputa aberto e fechado, de que trata o inciso II do *caput* do Art. 30, a etapa de envio de lances da sessão pública terá duração de quinze minutos.

§ 1º Encerrado o prazo previsto no *caput*, o sistema encaminhará o aviso de fechamento iminente dos lances e, transcorrido o período de até dez minutos, aleatoriamente determinado, a recepção de lances será automaticamente encerrada.

§ 2º Encerrado o prazo de que trata o § 1º, o sistema abrirá a oportunidade para que o autor da oferta de valor mais baixo e os autores das ofertas com valores até dez por cento superiores àquela possam ofertar um lance final e fechado em até cinco minutos, que será sigiloso até o encerramento deste prazo.

§ 3º Na ausência de, no mínimo, três ofertas nas condições de que trata o § 2º, os autores dos melhores lances subsequentes, na ordem de classificação, até o máximo de três, poderão oferecer um lance final e fechado em até cinco minutos, que será sigiloso até o encerramento do prazo.

§ 4º Encerrados os prazos estabelecidos nos § 2º e § 3º, o sistema ordenará os lances em ordem crescente de vantajosidade.

§ 5º Na ausência de lance final e fechado classificado nos termos dos § 2º e § 3º, haverá o reinício da etapa fechada para que os demais licitantes, até o máximo de três, na ordem de classificação, possam ofertar um lance final e fechado em até cinco minutos, que será sigiloso até o encerramento deste prazo, observado, após esta etapa, o disposto no § 4º.

§ 6º Na hipótese de não haver licitante classificado na etapa de lance fechado que atenda às exigências para habilitação, o pregoeiro poderá, auxiliado pela equipe de apoio, mediante justificativa, admitir o reinício da etapa fechada, nos termos do disposto no § 5º.

Art. 33 Na hipótese de o sistema eletrônico desconectar para o pregoeiro no decorrer da etapa de envio de lances da sessão pública e permanecer acessível aos licitantes, os lances continuarão sendo recebidos, sem prejuízo dos atos realizados.

Art. 34 Quando a desconexão do sistema eletrônico para o pregoeiro persistir por tempo superior a dez minutos, a sessão pública será suspensa e reiniciada somente decorridas vinte e quatro horas após a comunicação do fato aos participantes, no sítio eletrônico utilizado para divulgação.

Art. 35 Após a etapa de envio de lances, haverá a aplicação dos critérios de desempate previstos nos Arts. 44 e 45 da Lei Complementar nº. 123, de 14 de dezembro de 2006, seguido da aplicação do critério estabelecido no § 2º do Art. 3º da Lei nº. 8.666, de 1993, se não houver licitante que atenda à primeira hipótese.

Art. 36 Os critérios de desempate serão aplicados nos termos do art. 34, caso não haja envio de lances após o início da fase competitiva.

Parágrafo único. Na hipótese de persistir o empate, a proposta vencedora será sorteada pelo sistema eletrônico dentre as propostas empatadas.

Capítulo IX

DO JULGAMENTO

Art. 37 Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública, o pregoeiro deverá encaminhar, pelo sistema eletrônico, contraproposta ao licitante que tenha apresentado o melhor preço, para que seja obtida melhor proposta, vedada a negociação em condições diferentes das previstas no edital.

§ 1º A negociação será realizada por meio do sistema e poderá ser acompanhada pelos demais licitantes.

§ 2º O instrumento convocatório deverá estabelecer prazo de, no mínimo, duas horas, contado da solicitação do pregoeiro no sistema, para envio da proposta e, se necessário, dos documentos complementares, adequada ao último lance ofertado após a negociação de que trata o *caput*.

Art. 38 Encerrada a etapa de negociação de que trata o Art. 37, o pregoeiro examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto e à compatibilidade do preço em relação ao máximo estipulado para contratação no edital, observado o disposto no parágrafo único do Art. 7º e no § 8º do Art. 25, e verificará a habilitação do licitante conforme disposições do edital, observado o disposto no Capítulo X.

Capítulo X

DA HABILITAÇÃO

Art. 39 Para habilitação dos licitantes, será exigida, exclusivamente, a documentação relativa:

I - à habilitação jurídica;

II - à qualificação técnica;

III - à qualificação econômico-financeira;

IV - à regularidade fiscal e trabalhista;

V - à regularidade fiscal perante as Fazendas Públicas estaduais, distrital e municipais, quando necessário; e

VI - ao cumprimento do disposto no inciso XXXIII do *caput* do Art. 7º da Constituição e no inciso XVIII do *caput* do Art. 78 da Lei nº. 8.666, de 1993.

Art. 40 Quando permitida a participação de empresas estrangeiras na licitação, as exigências de habilitação serão atendidas mediante documentos equivalentes, inicialmente apresentados com tradução livre.

Parágrafo único. Na hipótese de o licitante vencedor ser estrangeiro, para fins de assinatura do contrato ou da ata de registro de preços, os documentos de que trata o *caput* serão traduzidos por tradutor juramentado no País e apostilados nos termos dos dispostos no Decreto nº. 8.660, de 29 de janeiro de 2016, ou de outro que venha a substituí-lo, ou consularizados pelos respectivos consulados ou embaixadas.

Art. 41 Quando permitida a participação de consórcio de empresas, serão exigidas:

I - a comprovação da existência de compromisso público ou particular de constituição de consórcio, com indicação da empresa líder, que atenderá às condições de liderança estabelecidas no edital e representará as consorciadas perante a União;

II - a apresentação da documentação de habilitação especificada no edital por empresa consorciada;

III - a comprovação da capacidade técnica do consórcio pelo somatório dos quantitativos de cada empresa consorciada, na forma estabelecida no edital;

IV - a demonstração, por cada empresa consorciada, do atendimento aos índices contábeis definidos no edital, para fins de qualificação econômico-financeira;

V - a responsabilidade solidária das empresas consorciadas pelas obrigações do consórcio, nas etapas da licitação e durante a vigência do contrato;

VI - a obrigatoriedade de liderança por empresa brasileira no consórcio formado por empresas brasileiras e estrangeiras, observado o disposto no inciso I; e

VII - a constituição e o registro do consórcio antes da celebração do contrato.

Parágrafo único. Fica vedada a participação de empresa consorciada, na mesma licitação, por meio de mais de um consórcio ou isoladamente.

Art. 42 Na hipótese de necessidade de envio de documentos complementares após o julgamento da proposta, os documentos deverão ser apresentados em formato digital, via sistema, no prazo definido no edital, após solicitação do pregoeiro no sistema eletrônico, observado o prazo disposto no § 2º do Art. 37.

§ 1º A verificação pelo órgão ou entidade promotora do certame nos sítios eletrônicos oficiais de órgãos e entidades emissores de certidões constitui meio legal de prova, para fins de habilitação.

§ 2º Na hipótese de a proposta vencedora não for aceitável ou o licitante não atender às exigências para habilitação, o pregoeiro examinará a proposta subsequente e assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta que atenda ao edital.

§ 3º Na hipótese de contratação de serviços comuns em que a legislação ou o edital exija apresentação de planilha de composição de preços, esta deverá ser encaminhada exclusivamente via sistema, no prazo fixado no edital, com os respectivos valores readequados ao lance vencedor.

§ 4º No pregão, na forma eletrônica, realizado para o sistema de registro de preços, quando a proposta do licitante vencedor não atender ao quantitativo total estimado para a contratação, poderá ser convocada a quantidade de licitantes necessária para alcançar o total estimado, respeitada a ordem de classificação, observado o preço da proposta vencedora, precedida de posterior habilitação, nos termos do disposto no Capítulo X.

§ 5º A comprovação de regularidade fiscal e trabalhista das microempresas e das empresas de pequeno porte será exigida nos termos do disposto no Art. 4º do Decreto nº. 8.538, de 6 de outubro de 2015.

§ 6º Constatado o atendimento às exigências estabelecidas no edital, o licitante será declarado vencedor.

Capítulo XI DO RECURSO

Art. 43 Declarado o vencedor, qualquer licitante poderá, durante o prazo concedido na sessão pública, de forma imediata, em campo próprio do sistema, manifestar sua intenção de recorrer.

§ 1º As razões do recurso de que trata o *caput* deverão ser apresentadas no prazo de três dias.

§ 2º Os demais licitantes ficarão intimados para, se desejarem, apresentar suas contrarrazões, no prazo de três dias, contado da data final do prazo

do recorrente, assegurada vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa dos seus interesses.

§ 3º A ausência de manifestação imediata e motivada do licitante quanto à intenção de recorrer, nos termos do disposto no *caput*, importará na decadência desse direito, e o pregoeiro estará autorizado a adjudicar o objeto ao licitante declarado vencedor.

§ 4º O acolhimento do recurso importará na invalidação apenas dos atos que não podem ser aproveitados.

Capítulo XII DA ADJUDICAÇÃO E DA HOMOLOGAÇÃO

Art. 44 Decididos os recursos e constatada a regularidade dos atos praticados, a autoridade competente adjudicará o objeto e homologará o procedimento licitatório, nos termos do disposto no inciso V do *caput* do Art. 12.

Art. 45 Na ausência de recurso, caberá ao pregoeiro adjudicar o objeto e encaminhar o processo devidamente instruído à autoridade superior e propor a homologação, nos termos do disposto no inciso IX do *caput* do Art. 16.

Capítulo XIII DO SANEAMENTO DA PROPOSTA E DA HABILITAÇÃO

Art. 46 O pregoeiro poderá, no julgamento da habilitação e das propostas, sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas, dos documentos e sua validade jurídica, mediante decisão fundamentada, registrada em ata e acessível aos licitantes, e lhes atribuirá validade e eficácia para fins de habilitação e classificação, observado o disposto na Lei nº. 9. 784, de 29 de janeiro de 1999.

Parágrafo único. Na hipótese de necessidade de suspensão da sessão pública para a realização de diligências, com vistas ao saneamento de que trata o *caput*, a sessão pública somente poderá ser reiniciada mediante aviso prévio no sistema com, no mínimo, vinte e quatro horas de antecedência, e a ocorrência será registrada em ata.

Capítulo XIV DA CONTRATAÇÃO

Art. 47 Após a homologação, o adjudicatário será convocado para assinar o contrato ou a ata de registro de preços no prazo estabelecido no edital.

§ 1º Na assinatura do contrato ou da ata de registro de preços, será exigida a comprovação das condições de habilitação consignadas no edital, que deverão ser mantidas pelo licitante durante a vigência do contrato ou da ata de registro de preços.

§ 2º Na hipótese de o vencedor da licitação não comprovar as condições de habilitação consignadas no edital ou se recusar a assinar o contrato ou a ata de registro de preços, outro licitante poderá ser convocado, respeitada a ordem de classificação, para, após a comprovação dos requisitos para habilitação, analisada a proposta e eventuais documentos complementares e, feita a negociação, assinar o contrato ou a ata de registro de preços, sem prejuízo da aplicação das sanções de que trata o Art. 48.

§ 3º O prazo de validade das propostas será de sessenta dias, permitida a fixação de prazo diverso no edital.

Capítulo XV

DA SANÇÃO

Art. 48 Ficará impedido de licitar e de contratar com o Município, pelo prazo de até cinco anos, sem prejuízo das multas previstas em edital e no contrato e das demais cominações legais, garantido o direito à ampla defesa, o licitante que, convocado dentro do prazo de validade de sua proposta:

I - não assinar o contrato ou a ata de registro de preços;

II - não entregar a documentação exigida no edital;

III - apresentar documentação falsa;

IV - causar o atraso na execução do objeto;

V - não mantiver a proposta;

VI - falhar na execução do contrato;

VII - fraudar a execução do contrato;

VIII - comportar-se de modo inidôneo;

IX - declarar informações falsas; e

X - cometer fraude fiscal.

§ 1º As sanções descritas no *caput* também se aplicam aos integrantes do cadastro de reserva, em pregão para registro de preços que, convocados, não honrarem o compromisso assumido sem justificativa ou com justificativa recusada pela administração pública.

§ 2º As sanções serão registradas no Cadastro de Fornecedores e publicadas na imprensa oficial do Município.

Capítulo XVI DA REVOGAÇÃO E DA ANULAÇÃO

Art. 49 A autoridade competente para homologar o procedimento licitatório de que trata este Decreto poderá revogá-lo somente em razão do interesse público, por motivo de fato superveniente devidamente comprovado, pertinente e suficiente para justificar a revogação, e deverá anulá-lo por ilegalidade, de ofício ou por provocação de qualquer pessoa, por meio de ato escrito e fundamentado.

Parágrafo único. Os licitantes não terão direito à indenização em decorrência da anulação do procedimento licitatório, ressalvado o direito do contratado de boa-fé ao ressarcimento dos encargos que tiver suportado no cumprimento do contrato.

Capítulo XVII

DO SISTEMA DE DISPENSA ELETRÔNICA

Art. 50 O Município adotará o sistema de dispensa eletrônica, nas seguintes hipóteses:

I - contratação de serviços comuns de engenharia, nos termos do disposto no inciso I do *caput* do Art. 24 da Lei nº. 8.666, de 1993;

II - aquisição de bens e contratação de serviços comuns, nos termos do disposto no inciso II do *caput* do Art. 24 da Lei nº. 8.666, de 1993; e

III - aquisição de bens e contratação de serviços comuns, incluídos os serviços comuns de engenharia, nos termos do disposto no inciso III e seguintes do *caput* do Art. 24 da Lei nº. 8.666, de 1993, quando cabível.

§ 1º Ato do Secretário de Gestão da Secretaria Especial de Desburocratização, Gestão e Governo Digital do Ministério da Economia regulamentará o funcionamento do sistema de dispensa eletrônica.

§ 2º A obrigatoriedade da utilização do sistema de dispensa eletrônica ocorrerá a partir da data de publicação do ato de que trata o § 1º.

§ 3º Fica vedada a utilização do sistema de dispensa eletrônica nas hipóteses de que trata o Art. 4º;

Capítulo XVIII

DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 51 Ato do Secretário de Gestão da Secretaria Especial de Desburocratização, Gestão e Governo Digital do Ministério da Economia estabelecerá os prazos para implementação das regras decorrentes do disposto neste Decreto quando se tratar de licitações realizadas com a utilização de transferências de recursos da União de que trata o § 1º do Art. 1º.

Art. 52 Os horários estabelecidos no edital, no aviso e durante a sessão pública observarão o horário de Brasília, Distrito Federal, inclusive para contagem de tempo e registro no sistema eletrônico e na documentação relativa ao certame.

Art. 53 Os participantes de licitação na modalidade de pregão, na forma eletrônica, têm direito público subjetivo à fiel observância do procedimento estabelecido neste Decreto e qualquer interessado poderá acompanhar o seu desenvolvimento em tempo real, por meio da internet.

Art. 54 As propostas que contenham a descrição do objeto, o valor e os documentos complementares estarão disponíveis na internet, após a homologação.

Art. 55 Os arquivos e os registros digitais relativos ao processo licitatório permanecerão à disposição dos órgãos de controle interno e externo.

Art. 56 Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

§ 1º Os editais publicados após a data de entrada em vigor deste Decreto serão ajustados aos termos deste Decreto.

§ 2º As licitações cujos editais tenham sido publicados até data de entrada em vigor deste Decreto seguirão os termos do Decreto vigente a época.

Registre-se, publique-se e cumpra-se.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CARLINDA-MT

Em, 23 de fevereiro de 2021.

CARMELINDA LEAL MARTINES COELHO

Prefeita Municipal

DECRETO Nº. 83/2021.

DECRETO Nº. 83/2021.

ÚMULA: "REGULAMENTA O SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS DISCIPLINADO NO ART. 15 DA LEI FEDERAL Nº. 8.666, DE 21 DE JUNHO DE 1993, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

CARMELINDA LEAL MARTINES COELHO, Prefeita Municipal de Carlinda, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais,

DECRETA:

CAPÍTULO I

DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 1- O Sistema de Registro de Preços – SRP, visando à contratação de serviços e a aquisição de bens, materiais ou produtos para os órgãos e entidades da Administração direta e autárquica do município obedecerão às normas fixadas neste Decreto.

Art. 2- Para os efeitos deste Decreto, são adotadas as seguintes definições:

I - **Sistema de Registro de Preços** - conjunto de procedimentos para registro formal de preços relativos à prestação de serviços e aquisição de bens, para contratações futuras;

II - **Ata de Registro de Preços** - documento vinculativo, obrigacional, com característica de compromisso para futura contratação, em que se registram os preços, fornecedores, órgãos participantes e condições a serem praticadas, conforme as disposições contidas no instrumento convocatório e propostas apresentadas;

III - **Órgão Gerenciador** - órgão ou entidade da administração pública municipal responsável pela condução do conjunto de procedimentos para registro de preços e gerenciamento da ata de registro de preços dele decorrente;

IV - **Órgão Participante** - órgão ou entidade da administração pública municipal que participa dos procedimentos iniciais do Sistema de Registro de Preços e integra a ata de registro de preços; e

V - **Órgão não Participante** - órgão ou entidade da administração pública que, não tendo participado dos procedimentos iniciais da licitação, atendidos os requisitos desta norma, faz adesão à ata de registro de preços.

Art. 3- O Sistema de Registro de Preços poderá ser adotado nas seguintes hipóteses:

I - quando, pelas características do bem ou serviço, houver necessidade de contratações frequentes;

II - quando for conveniente a aquisição de bens com previsão de entregas parceladas ou contratação de serviços remunerados por unidade de medida ou em regime de tarefa;

III - quando for conveniente a aquisição de bens ou a contratação de serviços para atendimento a mais de um órgão ou entidade, ou a programas de governo; ou

IV - quando, pela natureza do objeto, não for possível definir previamente o quantitativo a ser demandado pela Administração.

CAPÍTULO II

DAS COMPETÊNCIAS DO ÓRGÃO GERENCIADOR

Art. 4- Caberá ao órgão gerenciador a prática de todos os atos de controle e administração do Sistema de Registro de Preços, e ainda o seguinte:

I - consolidar informações relativas à estimativa individual e total de consumo, promovendo a adequação dos respectivos termos de referência ou projetos básicos encaminhados para atender aos requisitos de padronização e racionalização;

II - promover atos necessários à instrução processual para a realização do procedimento licitatório;

III - realizar pesquisa de mercado para identificação do valor estimado da licitação e consolidar os dados das pesquisas de mercado realizadas pelos órgãos e entidades participantes;

IV - confirmar junto aos órgãos participantes a sua concordância com o objeto a ser licitado, inclusive quanto aos quantitativos e termo de referência ou projeto básico;

V - realizar o procedimento licitatório;

VI - gerenciar a ata de registro de preços;

VII - conduzir eventuais renegociações dos preços registrados;

VIII - aplicar, garantida a ampla defesa e o contraditório, as penalidades decorrentes de infrações no procedimento licitatório; e

IX - aplicar, garantida a ampla defesa e o contraditório, as penalidades decorrentes do descumprimento do pactuado na ata de registro de preços ou do descumprimento das obrigações contratuais, em relação às suas próprias contratações.

§ 1º - O órgão gerenciador poderá solicitar auxílio técnico aos órgãos participantes para execução das atividades previstas nos incisos II, III e V do ***caput***.

CAPÍTULO III

DAS COMPETÊNCIAS DO ÓRGÃO PARTICIPANTE

Art. 5- O órgão participante será responsável pela manifestação de interesse em participar do registro de preços, providenciando o encaminhamento ao órgão gerenciador de sua estimativa de consumo, local de entrega e, quando couber, cronograma de contratação e respectivas especificações ou termo de referência ou projeto básico, nos termos da Lei nº. 8. 666, de 21 de junho de 1993, e da Lei nº. 10.520, de 17 de julho de 2002, adequado ao registro de preços do qual pretende fazer parte, devendo ainda:

I - garantir que os atos relativos a sua inclusão no registro de preços estejam formalizados e aprovados pela autoridade competente;

II - manifestar, junto ao órgão gerenciador, sua concordância com o objeto a ser licitado, antes da realização do procedimento licitatório; e

III - tomar conhecimento da ata de registros de preços, inclusive de eventuais alterações, para o correto cumprimento de suas disposições.

Parágrafo Único Cabe ao órgão participante aplicar, garantida a ampla defesa e o contraditório, as penalidades decorrentes do descumprimento do pactuado na ata de registro de preços ou do descumprimento das obri-

gações contratuais, em relação às suas próprias contratações, informando as ocorrências ao órgão gerenciador.

CAPÍTULO IV

DA LICITAÇÃO PARA REGISTRO DE PREÇOS

Art. 6 - A licitação para registro de preços será realizada na modalidade de concorrência, do tipo menor preço, nos termos da Lei nº. 8.666, de 1993, ou na modalidade de pregão, nos termos da Lei nº. 10.520, de 2002, e será precedida de ampla pesquisa de mercado.

§ 1º Excepcionalmente poderá ser adotado, na modalidade de concorrência, o tipo técnica e preço, a critério do órgão gerenciador e mediante despacho devidamente fundamentado da autoridade máxima do órgão ou entidade.

§ 2º Caberá ao órgão gerenciador e órgãos participantes a prática de todos os atos de controle e administração do SRP, e ainda o seguinte:

I - convidar, mediante correspondência eletrônica ou outro meio eficaz, as Secretarias, órgãos ou entidades a participarem do registro de preços;

II - consolidar todas as informações relativas à estimativa individual e total de consumo, promovendo a adequação dos respectivos projetos básicos encaminhados para atender aos requisitos de padronização e racionalização;

III - promover todos os atos necessários à instrução processual para realização do procedimento licitatório permanente, inclusive a documentação das justificativas nos casos em que a restrição à competição for admissível pela lei;

IV - realizar a necessária pesquisa de mercado com vistas à identificação dos valores a serem licitados;

V - confirmar junto aos órgãos participantes a sua concordância com o objeto a ser licitado, inclusive quanto aos quantitativos, especificações e projeto básico;

VI - realizar todo o procedimento licitatório, bem como os atos dele decorrentes, tais como a assinatura da Ata e o encaminhamento de sua cópia aos demais órgãos participantes;

VII - gerenciar a Ata de Registro de Preços, providenciando a indicação, sempre que solicitado, dos fornecedores, para atendimento às necessidades da Administração, obedecendo a ordem de classificação e os quantitativos de contratação definidos pelos participantes da Ata;

VIII - conduzir os procedimentos relativos a eventuais renegociações dos preços registrados e a aplicação de penalidades por descumprimento do pactuado na Ata de Registro de Preços; e

IX - realizar, quando necessário, prévia reunião com licitantes, visando informá-los das peculiaridades do SRP e coordenar, com as secretarias ou órgãos participantes, a qualificação mínima dos respectivos gestores indicados.

§ 3º A Secretaria ou órgão participante do registro de preços será responsável pela manifestação de interesse em participar do registro de preços, providenciando o encaminhamento, ao órgão gerenciador, de sua estimativa de consumo, cronograma de contratação e respectivas especificações ou projeto básico e estimativa de valores, com base nos preços de mercado, nos termos da Lei Federal nº. 8.666/1993, adequado ao registro de preço do qual pretende fazer parte, devendo ainda:

I - garantir que todos os atos inerentes ao procedimento para inclusão no registro de preços a ser realizado estejam devidamente formalizados e aprovados pela autoridade competente;

II - manifestar, junto ao órgão gerenciador, sua concordância com o objeto a ser licitado, antes da realização do procedimento licitatório; e

III - tomar conhecimento da Ata de Registros de Preços, inclusive as respectivas alterações porventura ocorridas, com o objetivo de assegurar, quando de seu uso, o correto cumprimento de suas disposições, logo depois de concluído o procedimento licitatório;

§ 4º Cabe a secretaria ou órgão participante indicar o fiscal do contrato, ao qual, além das atribuições previstas no Art. 67 da Lei nº. 8.666/1993, compete:

I - promover consulta prévia junto ao órgão gerenciador, quando da necessidade de contratação, a fim de obter a indicação do fornecedor, os respectivos quantitativos e os valores a serem praticados, encaminhando, posteriormente, as informações sobre a contratação efetivamente realizada;

II - assegurar-se, quando do uso da Ata de Registro de Preços, que a contratação a ser procedida atenda aos seus interesses, sobretudo quanto aos valores praticados, informando ao órgão gerenciador eventual desvantagem, quanto à sua utilização;

III - zelar, após receber a indicação do fornecedor, pelos demais atos relativos ao cumprimento, pelo mesmo, das obrigações contratualmente assumidas, e também, em coordenação com o órgão gerenciador, pela aplicação de eventuais penalidades decorrentes do descumprimento de cláusulas contratuais; e

IV - informar ao órgão gerenciador, quando de sua ocorrência, a recusa do fornecedor em atender às condições estabelecidas em edital, firmadas na Ata de Registro de Preços, as divergências relativas à entrega, as características e origem dos bens licitados e a recusa do mesmo em assinar contrato para fornecimento ou prestação de serviços.

CAPÍTULO V

DA VALIDADE DA ATA E DO REGISTRO DE PREÇO

Art. 7 - O prazo de validade da Ata de Registro de Preço não poderá ser superior a um ano, computadas neste as eventuais prorrogações:

§ 1º É vedado efetuar acréscimos nos quantitativos fixados pela ata de registro de preços, inclusive o acréscimo de que trata o § 1º do artigo 65 da Lei nº. 8.666 de 1993;

§ 2º A vigência dos contratos decorrentes do Sistema de Registro de Preço será definida nos instrumentos convocatórios, observado o disposto no Art. 57 da Lei mº. 8.666 de 1993;

§ 3º Os contratos decorrentes do Sistema de Registro de Preço poderão ser alterados, observado o disposto no Art. 65 da Lei nº. 8.666 de 1993;

§ 4º O contrato decorrente do Sistema de Registro de Preços deverá ser assinado no prazo de validade de ata de registro de preços.

Art. 8 - A Administração, quando da aquisição de bens ou contratação de serviços, poderá deixar de subdividir a quantidade total do item em lotes, sempre que comprovado técnica e economicamente viável, de forma a possibilitar maior competitividade, observado, neste caso, dentre outros, a quantidade mínima, o prazo e o local de entrega ou de prestação dos serviços.

§ 1º Em se tratando de serviços, a subdivisão se dará em função da unidade de medida adotada para aferição dos produtos e resultados esperados, e será observada a demanda específica de cada órgão ou entidade participante do certame.

§ 2º No caso mencionado no parágrafo anterior, deverá ser evitada a contratação, num mesmo órgão ou entidade, de mais de uma empresa para a execução de um mesmo serviço em uma mesma localidade, com vistas a assegurar a responsabilidade contratual e o princípio da padronização.

Art. 9 – Após a homologação da licitação, o registro de preços observará, entre outras, as seguintes condições:

I - Será incluído, na respectiva ata, o registro dos licitantes que aceitarem cotar os bens ou serviços com preços iguais ao do licitante vencedor na sequência da classificação do certame;

II - o preço registrado com indicação dos fornecedores será divulgado no site do Município de Carlinda e ficará disponibilizado durante a vigência da ata de registro de preços; e

III - a ordem de classificação dos licitantes registrados na ata deverá ser respeitada nas contratações;

IV - as secretarias ou órgãos participantes do registro de preços deverão, quando da necessidade de contratação, recorrerem ao órgão gerenciador da Ata de Registro de Preços, para que este proceda a indicação do fornecedor e respectivos preços a serem praticados.

§ 1º Excepcionalmente, a critério do órgão gerenciador, quando a quantidade do primeiro colocado não for suficiente para as demandas estimadas, desde que se trate de objetos de qualidade ou desempenho superior, devidamente justificada e comprovada a vantagem, e as ofertas sejam em valor inferior ao máximo admitido, poderão ser registrados outros preços.

§ 2º O registro a que se refere o *caput* tem por objetivo a formação de cadastro de reserva, no caso de exclusão do primeiro colocado da ata, nas hipóteses previstas nos Art. 19.

CAPÍTULO VI

DA ASSINATURA DA ATA E DA CONTRATAÇÃO COM FORNECEDORES REGISTRADOS

Art. 10 - Homologado o resultado da licitação, os fornecedores classificados, observado o disposto no art. 9, serão convocados para assinar a ata de registro de preços, dentro do prazo e condições estabelecidos no instrumento convocatório, podendo o prazo ser prorrogado uma vez, por igual período, quando solicitado pelo fornecedor e desde que ocorra motivo justificado aceito pela administração.

Parágrafo único. É facultado à administração, quando o convocado não assinar a ata de registro de preços no prazo e condições estabelecidos, convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para fazê-lo em igual prazo e nas mesmas condições propostas pelo primeiro classificado.

Art. 11 - A ata de registro de preços implicará compromisso de fornecimento nas condições estabelecidas, após cumpridos os requisitos de publicidade.

Parágrafo Único. A recusa injustificada de fornecedor classificado em assinar a ata, dentro do prazo estabelecido neste artigo, ensejará a aplicação das penalidades legalmente estabelecidas.

Art. 12 - A contratação com os fornecedores registrados será formalizada pelo órgão interessado por intermédio de instrumento contratual, emissão de nota de empenho de despesa, autorização de compra ou outro instrumento hábil, conforme o A.

Art. 13 - A existência de preços registrados não obriga a administração a contratar, facultando-se a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, assegurada preferência ao fornecedor registrado em igualdade de condições.

CAPÍTULO VII

DA REVISÃO E DO CANCELAMENTO DOS PREÇOS REGISTRADOS

Art. 16 - Os preços registrados poderão ser revistos em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo dos serviços ou bens registrados, cabendo ao órgão gerenciador promover as negociações junto aos fornecedores, observadas as disposições contidas na alínea "d" do inciso II do *caput* do Art. 65 da Lei nº. 8.666, de 1993.

Art. 17 - Quando o preço inicialmente registrado, por motivo superveniente, tornar-se superior ao preço praticado no mercado o órgão gerenciador deverá:

I - convocar o fornecedor visando a negociação para redução de preços e sua adequação ao praticado pelo mercado;

II - frustrada a negociação, o fornecedor será liberado do compromisso assumido; e

III - A redução do preço registrado será comunicada pelo órgão gerenciador aos órgãos que tiverem formalizado contratos com fundamento no respectivo registro, para que avaliem a necessidade de efetuar a revisão dos preços contratados.

Art. 18 - Quando o preço de mercado tornar-se superior aos preços registrados e o fornecedor não puder cumprir a ata de registro de preços, é facultado ao fornecedor requerer, antes do pedido de fornecimento, a revisão do preço registrado, mediante demonstração de fato superveniente que tenha provocado elevação relevante nos preços praticados no mercado.

§ 1º A iniciativa e o encargo da demonstração do desequilíbrio econômico-financeiro será do fornecedor ou executor beneficiário da ata de registro de preços, cabendo ao órgão gerenciador da ata a análise e deliberação a respeito do pedido.

§ 2º Se o fornecedor não comprovar o desequilíbrio econômico-financeiro e a existência de fato superveniente, o pedido será indeferido pela Administração e o fornecedor continuará obrigado a cumprir os compromissos pelo valor registrado na ata de registro de preços, sob pena de cancelamento do registro do preço do fornecedor e de aplicação das penalidades administrativas previstas em lei e no edital.

§ 3º Na hipótese do cancelamento do registro do preço do fornecedor, prevista no § 2º deste artigo, o órgão gerenciador poderá convocar os demais fornecedores, para que manifestem interesse em assumir o fornecimento dos bens ou dos serviços, pelo preço registrado na ata de registro de preços.

§ 4º Comprovado o desequilíbrio econômico-financeiro decorrente de fato superveniente que prejudique o cumprimento da ata, a Administração poderá efetuar a revisão do preço registrado no valor pleiteado pelo fornecedor, caso este esteja de acordo com os valores praticados pelo mercado, ou apresentar contraproposta de preço, compatível com o vigente no mercado para a garantia do equilíbrio econômico-financeiro.

§ 5º Caso não aceite a contraproposta de preço apresentada pela Administração, o fornecedor será liberado do compromisso assumido, sem aplicação de penalidades administrativas.

§ 6º Liberado o fornecedor na forma do § 5º deste artigo, o órgão gerenciador da ata poderá convocar os demais fornecedores, observando a ordem de classificação original da licitação, para que manifestem interesse em assumir o fornecimento dos bens ou dos serviços, pelo valor da contraproposta apresentada pela Administração.

§ 7º Não havendo êxito nas negociações, o órgão gerenciador deverá proceder à revogação da ata de registro de preços, adotando as medidas cabíveis para obtenção da contratação mais vantajosa.

§ 8º Os pedidos de reequilíbrio econômico-financeiro dos preços registrados, de que trata o artigo anterior, passarão por análise contábil e jurídica do órgão gerenciador, cabendo à autoridade competente para a homologação da licitação para registro de preços a decisão sobre o pedido.

§ 9º deferido o pedido pela autoridade competente, o reequilíbrio econômico-financeiro será registrado por aditamento à Ata de Registro de Preços.

Art. 19 - O registro do fornecedor será cancelado quando:

I - descumprir as condições da Ata de Registro de Preços;

II - não retirar a nota de empenho ou instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração, sem justificativa aceitável;

III - não aceitar reduzir o seu preço registrado, na hipótese deste se tornar superior àqueles praticados no mercado; ou

IV - tiver presentes razões de interesse público.

§ 1º O cancelamento de registro, nas hipóteses previstas, assegurados o contraditório e a ampla defesa, será formalizado por despacho da autoridade competente do órgão gerenciador.

§ 2º O fornecedor poderá solicitar o cancelamento do seu registro de preço na ocorrência de fato superveniente que venha comprometer a perfeita execução contratual, decorrentes de caso fortuito ou de força maior devidamente comprovados.

CAPÍTULO VIII

DA UTILIZAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS POR ÓRGÃO OU ENTIDADES NÃO PARTICIPANTES

Art. 20 - Desde que devidamente justificada a vantagem, a ata de registro de preços, durante sua vigência, poderá ser utilizada por qualquer órgão ou entidade da administração pública municipal que não tenha participado do certame licitatório, mediante anuência do órgão gerenciador.

§ 1º Os órgãos e entidades que não participaram do registro de preços, quando desejarem fazer uso da ata de registro de preços, deverão consultar o órgão gerenciador da ata para manifestação sobre a possibilidade de adesão.

§ 2º Caberá ao fornecedor beneficiário da ata de registro de preços, observadas as condições nela estabelecidas, optar pela aceitação ou não do fornecimento decorrente de adesão, desde que não prejudique as obrigações presentes e futuras decorrentes da ata, assumidas com o órgão gerenciador e órgãos participantes.

§ 3º As aquisições ou contratações adicionais a que se refere este artigo não poderão exceder, por órgão ou entidade, a cem por cento dos quantitativos dos itens do instrumento convocatório e registrados na ata de registro de preços para o órgão gerenciador e órgãos participantes.

§ 4º O instrumento convocatório deverá prever que o quantitativo decorrente das adesões caronas à ata de registro de preços não poderá exceder, na totalidade, ao quíntuplo do quantitativo de cada item registrado na ata de registro de preços para o órgão gerenciador e órgãos participantes, independente do número de órgãos não participantes que aderirem.

§ 5º Após a autorização do órgão gerenciador, o órgão não participante deverá efetivar a aquisição ou contratação solicitada em até noventa dias, observado o prazo de vigência da ata.

§ 6º Compete ao órgão não participante os atos relativos à cobrança do cumprimento pelo fornecedor das obrigações contratualmente assumidas e a aplicação, observada a ampla defesa e o contraditório, de eventuais penalidades decorrentes do descumprimento de cláusulas contratuais, em relação às suas próprias contratações, informando as ocorrências ao órgão gerenciador.

§ 7º É vedada aos órgãos e entidades da administração pública federal a adesão a ata de registro de preços gerenciada por órgão ou entidade municipal, distrital ou estadual.

§ 8º É facultada aos órgãos ou entidades municipais, distritais ou estaduais a adesão a ata de registro de preços da administração pública federal.

CAPÍTULO IX

Art. 21 O edital de licitação para registro de preços contemplará, no mínimo:

I - a especificação/descrição do objeto, explicitando o conjunto de elementos necessários e suficientes, com nível de precisão adequado, para a caracterização do bem ou serviço, inclusive definindo as respectivas unidades de medida usualmente adotadas;

II - a estimativa de quantidades a serem adquiridas pelo órgão gerenciador e órgãos participantes;

III - estimativa de quantidades a serem adquiridas por órgãos não participantes, observado o disposto no § 4º do art.20, no caso do órgão gerenciador admitir adesões;

IV - a quantidade mínima de unidades a ser cotada, por item, no caso de bens;

V - as condições quanto aos locais, prazos de entrega, forma de pagamento e, complementarmente, nos casos de serviços, quando cabíveis, a frequência, periodicidade, características do pessoal, materiais e equipamentos a serem fornecidos e utilizados, procedimentos a serem seguidos, cuidados, deveres, disciplina e controles a serem adotados;

VI - o prazo de validade do registro de preço;

II - os órgãos e entidades participantes do respectivo registro de preço;

VIII - os modelos de planilhas de custo, quando cabíveis, e as respectivas minutas de contratos, no caso de prestação de serviços; e

IX - as penalidades a serem aplicadas por descumprimento das condições estabelecidas.

§ 1º O edital poderá admitir, como critério de adjudicação, a oferta de desconto sobre tabela de preços praticados no mercado, nos casos de peças de veículos, medicamentos, passagens aéreas, manutenções e outros similares.

§ 2º Quando o edital prever o fornecimento de bens ou prestação de serviços em locais diferentes, é facultada a exigência de apresentação de proposta diferenciada por região, de modo que aos preços sejam acrescidos os respectivos custos, variáveis por região.

DISPOSIÇÕES FINAIS E TRANSITÓRIAS

Art. 22 - Por não gerar compromisso de contratação, a realização de licitação para registro de preços independe de previsão orçamentária.

Art. 23 - Revoga-se Decreto Municipal nº. 500/2013.

Art. 24 - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, e/ou afixação.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CARLINDA-MT

Em, 23 de fevereiro de 2021.

CARMELINDA LEAL MARTINES COELHO

Prefeita Municipal

RECURSOS HUMANOS
PORTARIA-DRH Nº 103 DE 23 DE FEVEREIRO DE 2021.

SÚMULA: Dispõe sobre concessão Licença para Tratamento de Saúde dos Servidores Municipais e dá outras providências.

DAIANE ROSA DA SILVA, Secretaria Municipal de Administração e Finanças do Municipal de Carlinda, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais, e de acordo com o Art. 118 da Lei Municipal nº. 892/2015.

RESOLVE:

Art. 1º - Com base no atestado apresentado pela servidora **JOSETE TAVARES DO NASCIMENTO BITENCORT** matricula nº 221, cargo de Agente de Saúde, na data 23 de Fevereiro de 2020, lotada na Secretaria de Administração e Finanças, concede licença para tratamento da própria saúde no dia 22 de Fevereiro de 2021.

Art. 2º - Publica-se, Registre-se, Cientifique-se e Cumpra-se.

DAIANE ROSA DA SILVA

Secretaria de Administração e Finanças

Decreto nº 01/2021

CAMARA MUNICIPAL
EDITAL COMPLEMENTAR Nº 008 - ENSALAMENTO

CONCURSO PÚBLICO PARA PROVIMENTO DE VAGAS E FORMAÇÃO DE CADASTRO DE RESERVA DA CÂMARA MUNICIPAL DE CARLINDA

EDITAL COMPLEMENTAR Nº 008

DO ENSALAMENTO E PROCEDIMENTOS DO DIA DA PROVA

O Presidente da Comissão de Acompanhamento e Fiscalização do Concurso Público, da Câmara Municipal de Carlinda, Sr. **José Claudio de Souza Franco**, nomeado através da Portaria nº 040, de 23 de dezembro de 2020, faz saber que a Câmara Municipal de Carlinda publicou o Edital de Concurso Público na íntegra no site oficial da Câmara de Vereadores: https://www.camaracarlinda.mt.gov.br e no site oficiais dos Municípios AMM...

Considerando a publicação do Edital Complementar nº 007 de 18 de fevereiro de 2021, o qual apresentou as inscrições homologadas à concorrerem ao certame;

Considerando que nenhum(a) candidato(a) se inscreveu como Pessoa com Deficiência PcD, e também nenhum(a) requereu atendimento especial para o dia da prova;

Considerando a necessidade de conhecer antecipadamente os horários e o local da realização das provas, visando facilitar a organização e a recepção dos(as) candidatos(as);

Diante da exposição acima,

Resolve, apresentar no Anexo I,deste Edital Complementar, a relação dos candidatos(as)com **INSCRIÇÕES HOMOLOGADAS** e o respectivo ensalamento, local de provas horários e procedimentos para a realização das provas.

1. DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES (PROVA OBJETIVA) – TURNO MATUTINO

1.1. A prova objetiva (múltipla escolha) será realizada na Escola Estadual Tancredo de Almeida Neves, localizada na Av. Tancredo de Almeida Neves nº 115, centro, Carlinda, Mato Grosso, na data de ***28 de fevereiro de 2021***.

1.2. O portão da Escola abrirá as ***7:30hs*** para a recepção dos(as) candidatos(as) e fechará impreterivelmente às ***7:50hs***, após o fechamento dos portões, nenhum candidato(a) poderá adentrar ao recinto da escola.

1.2.1. O tempo de duração da prova objetiva será de 3:30 (três horas e trinta minutos), das 08:00hs às 11:30hs;

1.2.2. O caderno de questão será entregue exclusivamente ao(a) candidato(a) inscrito(a), na mesma sala que realizou a prova, no horário das ***11:45hs*** até ***12:00hs***.

1.2.3. Os 3 (três) últimos candidatos ao finalizarem as atividades da sala, registrarão em ata os fatos ocorridos, juntamente com o(a) fiscal de sala, e um representante da empresa organizadora, e não levarão de imediato o caderno de questões, devendo atender às prerrogativas do subitem anterior, igualmente a todos(as) os(as) candidatos(as).

1.3. Os(as) candidatos(as) do Nível Superior que possuam Títulos de Pós Graduação, deverão atender às prerrogativas do item 13 do Edital de Abertura, e aguardar a solicitação do Fiscal de Sala, acerca do recebimento dos Títulos de Pós Graduação.

2. DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES (PROVA SUBJETIVA I) – TURNO VESPERTINO EXCLUSIVAMENTE AOS CANDIDATOS(AS): ASSISTENTE DE COMUNICAÇÃO 2.1. A prova subjetiva I será aplicada exclusivamente aos(as) candidatos(as) concorrentes ao cargo de: **Assistente de Comunicação**.

2.2. A prova subjetiva I será realizada na Escola Estadual Tancredo de Almeida Neves, localizada na Av. Tancredo de Almeida Neves nº 115, centro, Carlinda, Mato Grosso, na data de ***28 de fevereiro de 2021***.

2.3. O portão da Escola abrirá as ***13:00hs*** para a recepção dos(as) candidatos(as) e fechará impreterivelmente às ***13:20hs***, após o fechamento dos portões, nenhum candidato(a) poderá adentrar ao recinto da escola.

2.4. Os(as) candidatos(as) ao cargo de Assistente de Comunicação realizarão a prova subjetiva I, no mesmo local e sala da prova objetiva realizada no turno matutino.

2.4.1. O tempo de duração da prova subjetiva I será de 2:00 (duas horas), das **13:30hs** às **15:30hs**, conforme disposto no item 6.3. do Edital de Abertura.

3. DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

3.1. Os(as) candidatos(as) listados no anexo I deste Edital Complementar, deverão observar qual sala deverá se apresentar para assinar a lista de presença e realizar as provas objetiva/subjetiva. **3.2.** O(a) candidato(a) deverá trazer consigo documento de identificação conforme dispõe o item 14.5 do Edital de Abertura. **3.3.** O(a) candidato(a) deverá ainda observar o item 14.15 do Edital de Abertura, para não ser prejudicado(a). **3.4.** A listagem dos(as) candidatos(as) estão disponibilizadas por Ordem Alfabética e descrecente por escolaridade.

3.5. Não houve qualquer requerimento de atendimento especial para o dia da prova.

Carlinda MT, 23 de fevereiro de 2021.

José Claudio de Souza Franco

Comissão de Acompanhamento e Fiscalização do Concurso Público

ANEXO I

ROL DOS(AS) CANDIDATOS(AS) COM INSCRIÇÕES "HOMOLOGADAS"

ENSALAMENTO

SALA 01		
Nº INSC	**CANDIDATO(A)**	**Cargo**
2061399	Alumara Dins Teixeira	Advogado(a)
2065572	Anna Lais Pacheco Gabriel	Advogado(a)
2069868	Camila Pinheiro Pereira	Contador(a)
2061974	Carla Regina Dauck	Advogado(a)
2061074	Carla Tiemi Mizukami	Controlador(a) Interno
2065589	Cezar Paulo Santana Da Silva	Controlador(a) Interno
2063524	Douglas Alencar Batista Ferreira	Advogado(a)
2067126	Elissandra Mariama De Almeida	Advogado(a)
2061099	Fabricio Eduardo De Oliveira Basso	Contador(a)
2069916	Isabella Tarsitano Armoa Belucio Gaetano	Advogado(a)
2066813	Jaqueline Stefane Emerique Da Silva	Advogado(a)
2069856	Joao Lucas Da Riva Lima	Advogado(a)
2063217	Josi Kelly Rodrigues De Andrade	Controlador(a) Interno
2063160	Juliana Aparecida Arantes De Souza	Advogado(a)
2069203	Laudiceia Fagundes Teixeira	Advogado(a)
2061389	Lucas Cesar Lima Jardim	Advogado(a)
2069007	Luilla Geralda Marques Mattos	Contador(a)
2069708	Luis Augusto Cuissi	Advogado(a)
SALA 02		
Nº INSC	**CANDIDATO(A)**	**Cargo**
2061262	Maiara Cristina Dos Santos Mantovani	Controlador(a) Interno
2062763	Maisa Ribeiro	Advogado(a)
2061721	Marcia Regina Martins Aguiar	Controlador(a) Interno
2070089	Marco Aurelio Belucio Gaetano	Controlador(a) Interno
2063499	Maria Leticia Amorim Lima	Controlador(a) Interno
2069787	Maria Leticia Moreira Conjiu	Advogado(a)
2062359	Matilde Moreira Cardozo	Advogado(a)
2062069	Mislienes Palhano De Arruda	Controlador(a) Interno
2065440	Monali Ribeiro	Advogado(a)
2067979	Osvaldo Batista Costa	Controlador(a) Interno
2070158	Paola Brito Rigotti	Advogado(a)
2062013	Rafael Menequelli	Advogado(a)

2062038	Reginaldo De Souza Silva	Advogado(a)
2063202	Rodrigo Alves De Souza	Advogado(a)
2070170	Rogerio Silva Santos	Advogado(a)
2063915	Sanderlei De Oliveira Dos Santos	Contador(a)
2064446	Sara Teixeira Marins	Advogado(a)
2066614	Tatiane Dalla Costa Savio	Advogado(a)

SALA 03

Nº INSC	CANDIDATO(A)	Cargo
2061438	Alessandra Danziger Cordeiro	Assistente Administrativo
2063421	Alessandro Paiva Dos Santos	Assistente Administrativo
2063898	Alex Beregula Munhoz	Assistente Administrativo
2063618	Alice De Souza Lima	Assistente Administrativo
2069330	Ana Carolina Neres	Assistente Administrativo
2069602	Ana Paula Da Costa Do Prado	Assistente Administrativo
2061459	Bruno Henrique Dos Santos	Assistente Administrativo
2061036	Carina Eiko Mizukami	Assistente Administrativo
2061392	Caroline Thainara Arueira Bonin	Assistente Administrativo
2064893	Daiane Miguel Barbosa	Assistente Administrativo
2067666	Daniele De Oliveira Dancini	Assistente Administrativo
2063523	Deisiane Fernandes Trindade Ferreira	Assistente Administrativo
2069659	Dionata Carvalho Martins	Assistente Administrativo
2066631	Elisa Bezerra Da Silva	Assistente Administrativo
2062484	Ellen Patricia De Oliveira Bitencourt	Assistente Administrativo
2062131	Fabricia Daniela Cezario	Assistente Administrativo
2064429	Gleice Cristine Dos Santos Silva	Assistente Administrativo
2061671	Irineu Santana Rauscholb	Assistente Administrativo
2061302	Jaqueline Sayuri Mine	Assistente Administrativo
2068546	Jefferson Dos Santos De Souza	Assistente Administrativo
2061242	Jessica Cristina Barroso	Assistente Administrativo

SALA 04

Nº INSC	CANDIDATO(A)	Cargo
2068207	Katlyn Lorraine De Sousa Figueredo	Assistente Administrativo
2070124	Lais Giovanna Souza Da Fonseca	Assistente Administrativo
2061140	Luis Gustavo Pache	Assistente Administrativo
2061329	Magda Dos Santos De Oliveira Mendes	Assistente Administrativo
2063555	Melissa Santana Da Silva	Assistente Administrativo
2062027	Raiane Miranda Damasceno	Assistente Administrativo
2068692	Rayssa Gabriela De Sousa Santos	Assistente Administrativo
2064370	Regiane Marques Costa Christianini	Assistente Administrativo
2062200	Renata Alves Da Silva Machado	Assistente Administrativo
2070206	Rosangela Goularte Cipriano Armani	Assistente Administrativo
2063771	Rose Garcia Da Costa	Assistente Administrativo
2061312	Silvia Regina Caselato Buldi	Assistente Administrativo
2061097	Tahanytachely Dos Reis	Assistente Administrativo
2061316	Tainade Souza Da Silva	Assistente Administrativo
2067921	Tais Coutinho Lopes	Assistente Administrativo
2070149	Talita Costa De Oliveira	Assistente Administrativo
2070227	Tatiane Paula De Oliveira	Assistente Administrativo
2070330	Vanderleia Teles Pereira De Santana	Assistente Administrativo
2061067	Vinicius Alves Da Cruz	Assistente Administrativo
2069502	Vitoria Aparecida Santos Pereira	Assistente Administrativo
2070233	Willian Santos Martins	Assistente Administrativo

SALA 05

Nº INSC	CANDIDATO(A)	Cargo
2070167	Adriana De Souza Constantini Correa	Assistente de Comunicação
2063324	Alanna Pagliarini De Oliveira	Assistente de Comunicação
2065130	Ana Beatriz Da Silva	Assistente de Comunicação
2062080	Anderson Dos Santos De Souza	Assistente de Comunicação
2063601	Anna Carolina Jonas Figueira	Assistente de Comunicação
2063651	Camila Pinheiro Da Silva Correa	Assistente de Comunicação
2061418	Clodoaldo De Paula	Assistente de Comunicação
2070252	Ednaldo Jose De Miranda	Assistente de Comunicação
2070287	Emanuele Erica Goncalves De Sousa	Assistente de Comunicação
2070200	Eunice Pereira Rocha	Assistente de Comunicação
2061368	Fernanda Tenuti Gottardi	Assistente de Comunicação
2062314	Gabriele Aparecida Zapelini Corti	Assistente de Comunicação
2063772	Hugo Aparecido Lopes Martins	Assistente de Comunicação
2062542	Jose Carlos De Holanda Magalhaes	Assistente de Comunicação
2069564	Kamile Vitoria Da Silva Salvador	Assistente de Comunicação

SALA 06

Nº INSC	CANDIDATO(A)	Cargo
2063866	Leticia Vial Ribeiro	Assistente de Comunicação
2061892	Luiz Antonio Ferreira Da Silva	Assistente de Comunicação
2063322	Marcieli Tavares Ferreira	Assistente de Comunicação
2064106	Maythana Ramos Da Silva	Assistente de Comunicação
2070280	Mequiel Zacarias Ferreira	Assistente de Comunicação
2061258	Michele Geizer De Souza Rodrigues	Assistente de Comunicação
2070179	Nair Aparecida De Souza Rodrigues	Assistente de Comunicação
2063761	Osmar Luiz De Oliveira Mendonca	Assistente de Comunicação
2062062	Rafael Wesley Cardoso Da Silva	Assistente de Comunicação
2070243	Ranieli Generosa Porazzi De Cristo	Assistente de Comunicação
2062106	Regiane Schweitzer De Almeida	Assistente de Comunicação
2067076	Thais Bacarin De Freitas	Assistente de Comunicação
2064785	Vanessa Aparecida Guilherme	Assistente de Comunicação
2067954	Vanessa Biazotto Corte	Assistente de Comunicação
2061170	Vanessa Da Silva Theodoro	Assistente de Comunicação

SALA 07

Nº INSC	CANDIDATO(A)	Cargo
2065552	Alyni Crystina Gomes Da Silva	Auxiliar de Serviços Gerais
2063204	Carlos Henrique Ferreira Serafim	Auxiliar de Serviços Gerais
2064165	Cintia Cristinaribeiro Damasceno	Auxiliar de Serviços Gerais
2070172	Cintia Regina Vicente Da Silva	Auxiliar de Serviços Gerais
2061728	Claudia Dos Santos De Oliveira	Auxiliar de Serviços Gerais
2062124	Clecio Gomes De Souza	Auxiliar de Serviços Gerais

2061856	Dario Douglas Da Silva	Auxiliar de Serviços Gerais
2061266	Ducilene Getrudes Dos Santos	Auxiliar de Serviços Gerais
2068059	Eliete Severino De Lima	Auxiliar de Serviços Gerais
2061116	Fernanda Da Silva Dorca	Auxiliar de Serviços Gerais
2069173	Higor Do Carmo More Parra	Auxiliar de Serviços Gerais
2064076	Jennifer Da Silva Pereira	Auxiliar de Serviços Gerais
2063240	Jesiel Castro Ribeiro	Auxiliar de Serviços Gerais
2069844	Luciana Da Silva	Auxiliar de Serviços Gerais
2062379	Lurrani Feitosa Gehard	Auxiliar de Serviços Gerais
2068468	Marinalva Gomes De Souza Santos	Auxiliar de Serviços Gerais
2062325	Marli Zapelini Corti	Auxiliar de Serviços Gerais
2070239	Miguel Rogerio Bernardo Munhoz	Auxiliar de Serviços Gerais
2070240	Mirele Brito Costa Alves	Auxiliar de Serviços Gerais
2062936	Neuri Candido De Souza	Auxiliar de Serviços Gerais
2069830	Patricia Da Silva Duarte	Auxiliar de Serviços Gerais
2061611	Raquel Faustino Deoliveira	Auxiliar de Serviços Gerais
2069541	Rosane Do Amaral Schweitzer	Auxiliar de Serviços Gerais
2069491	Silvana De Oliveira	Auxiliar de Serviços Gerais

Carlinda MT, 23 de fevereiro de 2021.

José Claudio de Souza Franco

Comissão de Acompanhamento e Fiscalização do Concurso Público

RECURSOS HUMANOS
PORTARIA-DRH Nº 104 DE 23 DE FEVEREIRO DE 2021.

SÚMULA: Dispõe sobre concessão Licença para Tratamento de Saúde dos Servidores Municipais e dá outras providências.

MARIA DAS DORES DA COSTA, Secretaria Municipal de Educação do Municipal de Carlinda, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais, e de acordo com o Art. 118 da Lei Municipal nº 892/2015.

RESOLVE:

Art. 1º - Com base no atestado apresentado pela servidora **ELIZABETE DE OLIVEIRA** matricula nº 2008 cargo de Apoio Administrativa Educacional Definitiva na data 23 de Fevereiro de 2021, lotada na Secretaria Municipal de Educação, concede licença para tratamento da própria saúde do dia 22 de Fevereiro de 2021 ao dia 26 de Fevereiro de 2021 totalizando 05 dias.

Art. 2º - Publica-se, Registre-se, Cientifique-se e Cumpra-se.

MARIA DAS DORES DA COSTA

Secretaria Municipal de Educação

Decreto 010/2017

PREFEITURA MUNICIPAL DE CASTANHEIRA

EXTRATO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO N° 07/2021

EXTRATO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO

N° 07/2021

Dispensa de licitação N° 07/2021

Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA FORNECIMENTO DE PLANTÕES DE 12 HORAS EM SERVIÇOS DE RADIOLOGIA EM DIAGNOSTICOS DE IMAGENS (RAIO X) NOS PACIENTES ACOMETIDOS PELO COVID-19, ATENDENDO AS NECESSIDADES DA SECRETARIA DE SAÚDE, DO MUNICIPIO DE CASTANHEIRA, ESTADO DE MATO GROSSO.

Contratada:

Item 01 -SIRLENE MARIA MARTENDAL 96865954149 ME

CNPJ/MF sob o nº **30.173.062/0001-66**;

Valor global: R$ 7.200,00 (Sete mil e duzentos reais).

Data da declaração: 23 de fevereiro de 2021, Pela Secretária de Saúde

Data da ratificação: 23 de fevereiro de 2021. Pelo Prefeito Municipal, Jakson de Oliveira Rios Junior

Referência Período: 180 dias.

Base legal: Art. 24, inciso IV, da Lei Federal n. º 8.666/93 e Lei Federal 13.979/2020, art. 4°.

Castanheira MT, 23 de fevereiro de 2021.

JAKSON DE OLIVEIRA RIOS JUNIOR

PREFEITO/CONTRATANTE

AVISO DE RESULTADO DA DISPENSA Nº 07/2021

AVISO DE RESULTADO

DA DISPENSA N° 07/2021

O Presidente da CPL torna público que realizou **DISPENSA Nº 07/2021**, do tipo **MENOR PREÇO POR ITEM.** O objeto do presente é a**CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA FORNECIMENTO DE PLANTÕES DE 12 HORAS EM SERVIÇOS DE RADIOLOGIA EM DIAGNOSTICOS DE IMAGENS (RAIO X) NOS PACIENTES ACOMETIDOS PELO COVID-19, ATENDENDO AS NECESSIDADES DA SECRETARIA DE SAÚDE, DO MUNICIPIO DE CASTANHEIRA, ESTADO DE MATO GROSSO,** e sagrou-se vencedora a empresa: **SIRLENE MARIA MARTENDAL 96865954149 ME,** cadastrada no **CNPJ/MF sob o nº 30.173.062/0001-66**, com o valor global de R$ **7.200,00** (**Sete mil e duzentos reais).**

Castanheira - MT, 23 de fevereiro de 2021.

JACÓ ALFONSO HORN

PRESIDENTE SUBSTITUTO DA CPL

PORTARIA N°008/2021

CÂMARA MUNICIPAL DE CASTANHEIRA
RESUMO DO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 04/2021

Contratante: **CÂMARA MUNICIPAL DE CASTANHEIRA** (CNPJ 24.771.859/0001-62). Contratada: **SJC – SISTEMA JUINENSE DE COMUNICAÇÃO LTDA** (CNPJ **03.931.109/0002-11**). Objeto: **SERVIÇOS DE RADIODIFUSÃO PARA TRANSMISSÃO DE INSERÇÕES DIÁRIAS DE 30 (TRINTA) SEGUNDOS NA GRADE DA PROGRAMAÇÃO DA RÁDIO, COM INFORMATIVOS DO PODER LEGISLATIVO DO MUNICÍPIO DE CASTANHEIRA, BEM COMO AO USO DOS ÁUDIOS GRAVADOS DAS SESSÕES PARA TRANSMISSÃO NO "PROGRAMA MICROFONE ABERTO" DE FORMA EDITADA, VISANDO TRANSMITIR APENAS AS PRINCIPAIS PARTES E/OU ASSUNTOS E DESTAQUES DE CADA SESSÃO**. Fundamentação Legal: Art. 24, Inciso II da Lei nº 8.666/93. Dotação Orçamentária: 01.001.031.2002.3.3.90.39.00.00 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica. Data da Assinatura: 22/02/2021. Vigência de **22/02/2021** até **22/12/2021**. Assina pela Câmara Municipal: LOURIVAL ALVES DA ROCHA - Presidente. Assina pela Contratada: **VANDERLEI APARECIDO VAZ** – Procurador. Valor global da contratação: **R$ 15.000,00 (quinze mil reais)**, pagos em 10 parcelas iguais no valor de **R$ 1.500,00 (hum mil e quinhentos reais)**.

O Contrato na íntegra pode ser obtido em:

https://www.castanheira.mt.leg.br/contrato-administrativo-04-2021

LOURIVAL ALVES DA ROCHA

CÂMARA MUNICIPAL DE CASTANHEIRA

PRESIDENTE - CONTRATANTE

VANDERLEI APARECIDO VAZ

SJC – SISTEMA JUINENSE DE COMUNICAÇÃO LTDA

CONTRATADA

PREFEITURA MUNICIPAL DE CHAPADA DOS GUIMARÃES

DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS - DRH
PORTARIA Nº 058/GP/2021 EM, 19 DE FEVEREIRO DE 2021.

Portaria nº 058/GP/2021

Em, 19 de fevereiro de 2021.

OSMAR FRONER DE MELLO, Prefeito Municipal de Chapada dos Guimarães-MT, no uso de suas atribuições legais;

R E S O L V E

CONCEDER – A Servidora Pública Municipal efetiva **Sr.ª ANDRELINA BURGO DA CONCEIÇÃO,** portadora do RG nº 06365973 e CPF nº 581. 568.011-7, na função de AGENTE ADMINISTRATIVO, lotada na SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, 07 (sete) dias de Licença por Falecimento de pessoa da família, ***conforme processo 929/2021***, de acordo com o artigo 107 da Lei Municipal 581/91.

Terá início em 19/02/2020 e término em 25/02/2021, devendo a servidora apresentar-se ao trabalho em 26/02/2021.

Esta portaria entra em vigor a partir de 19/02/2021.

REGISTRADA

PUBLICADA

CUMPRA-SE

Chapada dos Guimarães-MT, 19 de fevereiro de 2021.

OSMAR FRONER DE MELLO

Prefeito Municipal

DECRETO MUNICIPAL N.º 020/2021

DECRETO MUNICIPAL N.º 020/2021

DEFINE AS DATAS, OS HORÁRIOS E O LOCAL PARA A REALIZAÇÃO DO MUTIRÃO FISCAL.

OSMAR FRONER DE MELLO, Prefeito Municipal de Chapada dos Guimarães, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais que lhe confere a Lei Orgânica Municipal, e:

CONSIDERANDO o disposto no parágrafo único do artigo 4º da Lei Complementar Municipal de n.º 074/2017, que regulamenta o Mutirão Fiscal Permanente e redução de multas e juros de mora incidentes sobre o crédito de qualquer natureza da dívida ativa do município de Chapada dos Guimarães-MT.

DECRETA:

Art. 1º Fica definido o Mutirão Fiscal Permanente, normatizado pela Lei Complementar Municipal de n.º 074/2017, realizar-se-á entre os dias 24 de fevereiro de 2021 ao dia 15 de junho de 2021, das 12h até as 18h, na sede da Prefeitura Municipal de Chapada dos Guimarães.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Paço Municipal Pedro Reindel em Chapada dos Guimarães, 19 de fevereiro de 2021.

Osmar Froner de Mello

Prefeito Municipal de Chapada dos Guimarães

DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS - DRH
PORTARIA Nº 059/GP/2021 EM, 23 DE FEVEREIRO DE 2021.

Portaria nº 059/GP/2021

Em, 23 de fevereiro de 2021.

OSMAR FRONER DE MELLO, Prefeito Municipal de Chapada dos Guimarães-MT, no uso de suas atribuições legais;

R E S O L V E

CONCEDER – Ao Servidor Público Municipal efetivo **Sr.º SANTOS REIS ELOY DA PAIXAO,** portador do RG nº 02977796 e CPF nº 230.074. 781-20, na função de AGENTE ADMINISTRATIVO, lotado no SECRETARIA MUN. TURISMO, CUL. AMBIENTE, 30 (trinta) dias de férias, referente ao período de 01/04/2017 a 01/04/2018, conforme ***processo 835/2021***, de acordo com o artigo 88 da Lei Municipal 581/91.

As férias de que se trata a presente portaria terá início em 22/02/2021 e término em 23/03/2021, devendo o servidor apresentar-se ao trabalho em 24/03/2021.

Esta portaria entra em vigor com efeitos retroativos a partir de 22/02/2021.

REGISTRADA

PUBLICADA

CUMPRA-SE

Chapada dos Guimarães-MT, 23 de fevereiro de 2021.

OSMAR FRONER DE MELLO

Prefeito Municipal

DECRETO MUNICIPAL N.º 021/2021

DECRETO MUNICIPAL N.º 021/2021

DESIGNA OS MEMBROS DA COMISSÃO DE PLANEJAMENTO E EXECUÇÃO DE AÇÕES DE REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA E PROGRAMAS HABITAÇÃO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

OSMAR FRONER DE MELLO, Prefeito Municipal de Chapada dos Guimarães, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais que lhe confere a Lei Orgânica Municipal, e:

CONSIDERANDO o que preconiza os artigos 2º, 3º e 4º da Lei Municipal n.º 1.726/2017, que dispõe sobre a regularização fundiária e a criação de loteamento populares no âmbito do município de Chapada dos Guimarães.

RESOLVE:

Art. 1º Designar os seguintes membros para compor a Comissão de Planejamento e Execução de Ações de Regularização Fundiária e Programa Habitacionais:

I – Rosane Costa Itacaramby (Procuradora Geral do Município);

II – Aislan Sebastião Cunha Galvão (Secretário Municipal de Planejamento e Orçamento);

III – Antonio José Leite Filho – representante da Secretaria Municipal de Agricultura;

IV – Fernanda Cristina Ferreira da Silva – Secretária Municipal de Assistência Social.

Art. 2º O Ministério Público Estadual, representado pelo Promotor de Justiça acompanhará as reuniões da Comissão de Planejamento e Execução de Ações de Regularização Fundiária e Programas Habitacionais.

Parágrafo único – O Ministério Público deverá ser previamente notificado das datas das reuniões, assim como deverá ser informado sobre todos os atos da Comissão constituída por meio deste Decreto.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Paço Municipal Pedro Reindel em Chapada dos Guimarães, 22 de fevereiro de 2021.

Osmar Froner de Mello

Prefeito Municipal de Chapada dos Guimarães

DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS - DRH
PORTARIA Nº 061/GP/2021 EM, 23 DE FEVEREIRO DE 2021.

Portaria nº 061/GP/2021

Em, 23 de fevereiro de 2021.

OSMAR FRONER DE MELLO, Prefeito Municipal de Chapada dos Guimarães-MT, no uso de suas atribuições legais;

R E S O L V E

CONCEDER – A Servidora Pública Municipal efetiva **Sr.ª IVETE SOUZA MIRANDA,** portadora do RG nº 568086 e CPF nº 393.582.321-53, no cargo de PROFESSOR II 30 HORAS, lotada na SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, 03 (Três) meses de Licença Prêmio, referente ao Quinquênio de 08/02/2014 a 08/02/2019, conforme **Oficio nº 100/2021/SME**, de acordo com o artigo 88 da Lei Municipal 581/91.

A Licença Prêmio de que se trata a presente portaria terá início em 01/03/2021 e término em 29/05/2021, devendo o servidor apresentar-se ao trabalho em 31/05/2021.

Esta portaria entra em vigor a partir de 01/03/2021.

REGISTRADA

PUBLICADA

CUMPRA-SE

Chapada dos Guimarães-MT, 23 de fevereiro de 2021.

OSMAR FRONER DE MELLO

Prefeito Municipal

DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS - DRH
PORTARIA Nº 060/GP/2021 EM, 23 DE FEVEREIRO DE 2021.

Portaria nº 060/GP/2021

Em, 23 de fevereiro de 2021.

OSMAR FRONER DE MELLO, Prefeito Municipal de Chapada dos Guimarães-MT, no uso de suas atribuições legais;

R E S O L V E

CONCEDER – Ao Servidor Público Municipal efetivo **Sr.º RONILSON DA GUIA RODRIGUES LARA,** portador do RG nº 10258884 e CPF nº 869.777.761-53, na função de FISCAL SANITARIO, lotado no SECRETARIA DE FINANCAS, 30 (trinta) dias de férias, referente ao período de 18/01/2017 a 18/01/2018, conforme ***processo 519/2021***, de acordo com o artigo 88 da Lei Municipal 581/91.

As férias de que se trata a presente portaria terá início em 01/03/2021 e término em 30/03/2021, devendo o servidor apresentar-se ao trabalho em 31/03/2021.

Esta portaria entra em vigor a partir de 01/03/2021.

REGISTRADA

PUBLICADA

CUMPRA-SE

Chapada dos Guimarães-MT, 23 de fevereiro de 2021.

OSMAR FRONER DE MELLO

Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE CLÁUDIA

SECRETARIA DOS CONSELHOS
EDITAL DE CONVOCAÇÃO 001/2021/CMDCA

O Presidente do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente de Cláudia/MT, Sr. Isaias Cavalcante da Silva, no uso de suas atribuições legais, que lhe são conferidas pelo Estatuto da Criança e do Adolescente (Lei Federal 8069/90) e pela Lei Municipal nº 567 de 20 de Maio de 2015, vem, pelo presente, **CONVOCAR** a Suplente do Conselho Tutelar, Sr.ª **NILZA BASTIAN DO AMARAL** a se apresentar junto ao Conselho Municipal dos Direitos da Criança e Adolescente, no prazo de 03 (três) dias, a partir de sua publicação, manifestando seu interesse em exercer a função de Conselheira Tutelar, devido à vacância no quadro de composição dos membros do Conselho Tutelar de Cláudia/MT.

A não manifestação no prazo acima estipulado gerará a exclusão do suplente faltoso.

Cláudia/MT, 23 de fevereiro de 2021.

_____

ISAIAS CAVALCANTE DA SILVA

Presidente do CMDCA

LICITAÇÃO
COVID-19: AVISO DE DISPENSA 006/2021

EXTRATO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 006/2021

OBJETO: **LOCAÇÃO DO IMÓVEL SITUADO NA RUA CASTELO BRANCO, Nº. 1201, CENTRO, CLÁUDIA – MT, PARA ACOMODAÇÕES FUNCIONAIS DO CENTRO DO COVID-19 DO MUNICÍPIO DE CLÁUDIA-MT.**

FUNDAMENTO LEGAL: Artigo 24, inciso X, da Lei Federal nº. 8.666/93. LOCADOR: Srº. **JACOMO DOMINGOS BIANCHINCPF: Nº 518.006.679-49**End: Avenida Gaspar Dutra, s/n, Bairro Centro, Cláudia - Mato Grosso, Cláudia – MT.VALOR GLOBAL: **R$ 4.800,00 (quatro mil e oitocentos reais).**VIGÊNCIA: **06 (seis) meses.***HOMOLOGO.*Cláudia-MT, em 23 de fevereiro de 2021.**ALTAMIR KURTEN**Prefeito Municipal

LICITAÇÃO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 021/2021

PREGÃO PRESENCIAL Nº 006/2021

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 021/2021

Pelo presente instrumento particular, nesta cidade de Cláudia, Estado de Mato Grosso, na sede da Prefeitura Municipal de Cláudia, de um lado, o **MUNICÍPIO DE CLÁUDIA, ESTADO DE MATO GROSSO**, inscrita no CNPJ/MF sob nº 01.310.499/0001-04, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, Sr. **ALTAMIR KURTEN,** brasileiro, agente político, portador da Cédula de Identidade nº 1815705 SSP/MT e inscrito no CPF nº 403.786.169-00, doravante denominado **"MUNICÍPIO"**, e, do outro, lado a empresa **J. A. BOTTEGA E B. BOTTEGA TURISMO LTDA**, inscrita no CNPJ sob nº 30.262.

868/0001-20 e Inscrição Estadual nº 13.723.537-2, estabelecida à Rua Professor José Magno, nº 198, Bairro Rotary, cidade de Cláudia/MT, neste ato representada pelo seu sócio o Srº. **João Alberto Bottega**, portador do CIRG nº 14157764 SSP/MT e CIC nº 002.416.891-20, doravante denominada **"PROMITENTE FORNECEDORA"**, nos termos do artigo 15 da Lei Federal 8.666, de 21 de Junho de 1993, Lei Federal nº 10.520/2002, e alterações posteriores, que regulamentam o Pregão Presencial e o Registro de Preços no Município de Cláudia/MT, e demais normas legais aplicáveis e, considerando o resultado do **PREGÃO PRESENCIAL nº 006/2021**, para **REGISTRO DE PREÇOS**, firmam a presente Ata de Registro de Preços, obedecidas as disposições da Lei Federal nº 8.666/93, suas alterações posteriores e as condições seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA

DO OBJETO

1.1 - **REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE TRANSPORTE DE ALUNOS UNIVERSITÁRIOS, CONFORME ESPECIFICAÇÕES DE ITINERÁRIO, HORÁRIO E DEMAIS CONDIÇÕES, ESTABELECIDAS NO TERMO DE REFERÊNCIA**, sendo na oportunidade registrado os seguintes itens e respectivos valores:

ITEM	CÓD.TCE	DESCRIÇÃO	UND	QTDADE TOTAL DE KM	VL. UNIT.	VL.TOTAL
1	214467-0	Prestação de serviços de transporte de alunos universitário, Ônibus com motorista, capacidade de no mínimo de 46 lugares, mais o motorista, "linha 01", 187.750 km/dia, com saída de Cláudia destino Sinop, retorno de Sinop destino Cláudia.	KM/ RODADOS	41.305	R$ 5,00	R$ 206.525,00
2	214467-0	Prestação de serviços de transporte de alunos universitário, Ônibus com motorista, capacidade de no mínimo de 46 lugares, mais o motorista, "linha 02", 185.840 km/dia com saída de Cláudia destino Sinop. retorno de Sinop destino Cláudia	KM/ RODADOS	40.884,8	R$ 5,00	R$ 204.424,00
3	214467-0	Prestação de serviços de transporte de alunos universitário, Ônibus com motorista, capacidade de no mínimo de 46 lugares, mais o motorista, "linha 03", 197.150 km/dia com saída de Cláudia destino Sinop. retorno de Sinop destino Cláudia	KM/ RODADOS	43.373	R$ 5,00	R$ 216.865,00
4	214467-0	Prestação de serviços de transporte de alunos universitário, Ônibus com motorista, capacidade de no mínimo de 42 lugares, mais o motorista, "linha 04", 192.540 km/dia com saída de Cláudia destino Sinop. retorno de Sinop destino Cláudia	KM/ RODADOS	42.358,8	R$ 5,00	R$ 211.794,00
					TOTAL	**R$ 839.608,00**

1.2 - Os itens que tiverem os preços e quantidades registrados, eventualmente serão contratados, de acordo com a necessidade da Secretaria Municipal de Educação e Cultura.

CLÁUSULA SEGUNDA

DA VALIDADE DO REGISTRO DE PREÇOS

2.1 – A presente ata de registro de preços terá vigência de 12 (doze) meses, a partir da data de 23/02/2021 até 23/02/2022.

2.1.1 - A vigência da Ata de Registro de Preços e do contrato administrativos dela derivados são autônomas e independentes entre si. O contrato administrativo celebrado em decorrência e durante a vigência do Registro de Preços rege-se pelas normas estampadas na Lei de Licitações, podendo ter seu prazo prorrogado, desde que as situações fáticas de prorrogação se enquadrem nos permissivos delineados no artigo 57 da Lei 8.666/1993.

2.2 - Nos termos do § 4º do artigo 15 da Lei Federal nº 8.666/93, durante o prazo de validade desta Ata de Registro de Preços, o Município de Cláudia não será obrigado a efetuar a aquisição, exclusivamente por seu intermédio, dos Materiais referidos na cláusula primeira, podendo utilizar, para tanto, outros meios, desde que permitidos em lei, sem que, desse fato, caiba recurso ou indenização de qualquer espécie à empresa detentora.

2.3 - Em cada aquisição decorrente desta Ata, serão observadas, quanto ao preço, as cláusulas e condições constantes do edital do **PREGÃO PRESENCIAL nº 006/2021**, que a precedeu e integra o presente instrumento de compromisso, independente de transcrição, por ser de pleno conhecimento das partes.

CLÁUSULA TERCEIRA

DO PAGAMENTO

3.1 **-** Os pagamentos serão efetuados mensalmente de acordo com o cronograma de desembolso estabelecido pela Secretaria de Fazenda Municipal e estarão condicionados à apresentação da nota fiscal ou recibo de prestação de serviços devidamente atestados pelo responsável da fiscalização dos serviços.

3.2 - Caso seja constatado alguma irregularidade nas notas fiscais/faturas, estas serão devolvidas ao fornecedor, para as necessárias correções, com as informações que motivaram sua rejeição, sendo o pagamento realizado após a reapresentação das notas fiscais/faturas.

3.2.1 - Nenhum pagamento isentará o FORNECEDOR/CONTRATADO das suas responsabilidades e obrigações, nem implicará aceitação definitiva do fornecimento.

3.3 - As despesas bancárias decorrentes de transferência de valores para outras praças serão de responsabilidade do Contratado.

3.4 - Nenhum pagamento será efetuado à empresa detentora do registro, enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação. Esse fato não será gerador de direito a reajustamento de preços ou a atualização monetária.

3.5 - Não haverá, sob hipótese alguma, pagamento antecipado.

3.6 – O pagamento será efetuado conforme quantificação de Quilometragem realizada, sendo esta auferida pelo fiscal do contrato. Sendo o valor pago proveniente da distância efetuada por cada veículo, individualmente.

CLÁUSULA QUARTA

DA ENTREGA E DO PRAZO

4.1A ata de registro de preços terá validade 12 (doze) meses, contados a partir da data de sua assinatura.

4.1.1As vigências da Ata de Registro de Preços e dos contratos administrativos dela derivados são autônomas e independentes entre si. O contrato administrativo celebrado em decorrência e durante a vigência do Registro de Preços rege-se pelas normas estampadas na Lei de Licitações, podendo ter seu prazo prorrogado, desde que as situações fáticas de prorrogação se enquadrem nos permissivos delineados no artigo 57 da Lei 8.666/1993.

4.2 O objeto licitado somente será adquirido se houver eventual necessidade de aquisição/contratação da Prefeitura Municipal de Cláudia. Ficando a critério da Administração Municipal a quantificação de veículos a serem usados, tanto quanto o ajuste da quantidade de veículos no decorrer do contrato.

4.3O serviço licitado deverá ser executado conforme itinerários descritos, e deverão atender na integra as exigências, todos previstos no Termo de Referência anexo ao Edital de Licitação.

4.4. A empresa contratada deverá iniciar os serviços no prazo máximo de 48 (quarenta e oito) horas após a expedição da ordem de serviço ou autorização de fornecimento.

CLÁUSULA QUINTA

DAS OBRIGAÇÕES

5.1 - DO MUNICÍPIO:

5.1.1- Atestar nas notas fiscais e/ou faturas a efetiva entrega do objeto desta Ata, conforme ajuste representado pela nota de empenho;

5.1.2- Aplicar à detentora da Ata penalidades, quando for o caso;

5.1.3- Prestar à detentora da Ata toda e qualquer informação, por estas solicitadas, necessárias à perfeita execução da nota de empenho;

5.1.4- Efetuar o pagamento à detentora da Ata no prazo avençado, após a entrega da nota fiscal, devidamente atestada, no setor competente;

5.1.5- Notificar, por escrito, à detentora da Ata da aplicação de qualquer sanção.

5.1.6- Conferir e Fiscalizar a execução ou aquisição do objeto licitado.

5.2 - DA DETENTORA DA ATA:

5.2.1- Fornecer o objeto nas especificações e com a qualidade exigida;

5.2.2- Pagar todos os tributos, despesas e custos que incidam ou venham a incidir, direta ou indiretamente, sobre os produtos fornecidos;

5.2.3- Manter, durante a validade da Ata, as mesmas condições de habilitação;

5.2.4- Fornecer o objeto nos termos estipulados na proposta preços e edital de licitação.

CLÁUSULA SEXTA

DAS CONDIÇÕES DE FORNECIMENTO

6.1 - Os contratos de aquisição decorrentes da presente Ata de Registro de Preços serão formalizados pela retirada da nota de empenho ou Nota de Autorização de Despesa pela detentora.

6.2 - A detentora da presente Ata de Registro de Preços será obrigada a atender todos os pedidos efetuados durante a vigência desta Ata, mesmo que a entrega deles decorrentes estiver prevista para data posterior à do seu vencimento.

6.3 - Toda aquisição deverá ser efetuada mediante solicitação da unidade requisitante, a qual deverá ser feita através de nota de empenho ou Nota de Autorização de Despesa.

6.4 - A empresa fornecedora, quando do recebimento da nota de empenho, deverá colocar, na cópia que necessariamente a acompanhar, a data e hora em que a tiver recebido, além da identificação de quem procedeu ao recebimento.

CLÁUSULA SÉTIMA

DAS PENALIDADES

7.1 De conformidade com o art. 86 da Lei n.º 8.666/93, o atraso injustificado na execução do objeto deste contrato, sujeitará a CONTRATADA, a juízo da Administração do Município de Cláudia, à multa de 1,0% (um por cento)por dia de atraso, até o limite de 10% (dez por cento).

7.1.1A multa prevista no item 7.1 será descontada dos créditos que a contratada possuir com o Município, e poderá cumular com as demais sanções administrativas, inclusive com a multa prevista no item 7.2, alínea “b”.

7.2Nos termos do artigo 87 da Lei 8.666/93, atualizada, pela inexecução total ou parcial da entrega do objeto adquirido, a Administração poderá aplicar à(s) vencedora(s), mediante publicação no Diário Oficial do Estado, as seguintes penalidades:

a) advertência por escrito;

b) aplicação de multa de 10% (dez por cento) sobre o valor total da contratação efetuada, pela inexecução das obrigações constantes deste Instrumento;

c) suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com o Município, por prazo não superior a 2 (dois) anos;

d) declaração de inidoneidade para licitar junto à Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição, ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, de acordo com o inciso IV do art. 87 da Lei 8.666/93.

7.3Se a contratada não proceder o recolhimento da multa no prazo de 5 (cinco) dias úteis contados da intimação por parte do Município, o respectivo valor será descontado dos créditos que a contratada possuir com este, e, se estes não forem suficientes, o valor que sobejar será encaminhado para execução pela Procuradoria Jurídica.

7.3.1 Em se tratando de adjudicatária que não comparecer para retirar a Nota de Empenho, o valor da multa não recolhida será encaminhado para execução pela Procuradoria Jurídica.

7.4Do ato que aplicar a penalidade caberá recurso, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, a contar da ciência da intimação, podendo a Administração reconsiderar sua decisão ou nesse prazo encaminhá-lo devidamente informado para a apreciação e decisão superior, dentro do mesmo prazo.

CLÁUSULA OITAVA

DO REAJUSTAMENTO DE PREÇOS

8.1 - Os preços registrados serão fixos e irreajustáveis durante a vigência da Ata de Registro de Preços;

8.1.1 - Considera-se Preço registrado aquele atribuído aos produtos, incluindo todas as despesas e custos até a entrega no local indicado, tais como: tributos (impostos, taxas, emolumentos, contribuições fiscais e parafiscais), transporte, embalagens, seguros, mão-de-obra e qualquer despesa, acessória e/ou complementar e outras não especificadas neste Edital, mas que incidam no cumprimento das obrigações assumidas pela empresa detentora da ata na execução da mesma.

8.2 - Os preços poderão ser revistos nas hipóteses de oscilação de preços, para mais ou para menos, devidamente comprovadas, em decorrência de situações previstas na alínea “d” do inciso II e do § 5º do art. 65 da Lei nº 8.666/93 e alterações (situações supervenientes e imprevistas, força maior, caso fortuito ou fato do príncipe, que configurem área econômica extraordinária e extracontratual).

8.2.1. O índice a ser utilizado como base para eventuais reajustes será o IGPM/FGV.

8.3 - O Órgão Gerenciador deverá decidir sobre a revisão dos preços ou cancelamento do preço registrado no prazo máximo de dez dias úteis, salvo motivo de força maior devidamente justificado no processo.

8.4 - No caso de reconhecimento do desequilíbrio econômico-financeiro do preço inicialmente estabelecido, o Órgão Gerenciador, se julgar conveniente, poderá optar pelo cancelamento do preço, liberando os fornecedores do compromisso assumido, sem aplicação de penalidades ou determinar a negociação.

8.5 - Na ocorrência do preço registrado tornar-se superior ao preço praticado no mercado, O Órgão Gerenciador notificará o fornecedor com o primeiro menor preço registrado para o item ou lote visando a negociação para a redução de preços e sua adequação ao do mercado, mantendo o mesmo objeto cotado, qualidade e especificações.

8.6 - Dando-se por infrutífera a negociação de redução dos preços, o Órgão Gerenciador desonerará o fornecedor em relação ao item e cancelará o seu registro, sem prejuízos das penalidades cabíveis.

8.7 - Simultaneamente procederá a convocação dos demais fornecedores, respeitada a ordem de classificação visando estabelecer igual oportunidade de negociação.

8.8 - Quando o preço registrado tornar-se inferior aos praticados no mercado, e o fornecedor não puder cumprir o compromisso inicialmente assumido poderá, mediante requerimento devidamente instruído, pedir revisão dos preços ou o cancelamento de seu registro.

8.8.1 - A comprovação, para efeitos de revisão de preços ou do pedido de cancelamento do registro, deverá ser feita por meio de documentação comprobatória da elevação dos preços inicialmente pactuados, mediante juntada de planilha de custos, lista de preços de fabricantes, notas fiscais de aquisição, de transporte, encargos, etc., alusivas à data da apresentação da proposta e do momento do pleito, sob pena de indeferimento do pedido.

8.9 - A revisão será precedida de pesquisa prévia no mercado fornecedor, banco de dados, índices ou tabelas oficiais e/ou outros meios disponíveis para levantamento das condições de mercado, envolvendo todos os elementos para fins de graduar a justa remuneração do serviço ou fornecimento e no embasamento da decisão de deferir ou rejeitar o pedido;

8.10 - Preliminarmente o Órgão Gerenciador convocará todos os fornecedores no sentido de estabelecer negociação visando a manutenção dos preços originariamente registrados, dando-se preferência ao fornecedor de primeiro menor preço e, sucessivamente, aos demais classificados, respeitada a ordem de classificação.

8.11 - Não havendo êxito nas negociações para definição de novo preço ou as licitantes não aceitarem o preço máximo a ser pago pela Administração, o Órgão Gerenciador revogará a Ata de Registro de Preços, liberando os fornecedores dos compromissos assumidos, sem aplicação de penalidade.

8.12 - Na ocorrência de cancelamento de registro de preço para o item, poderá o Gestor da Ata proceder à nova licitação para a aquisição do produto, sem que caiba direito de recurso.

CLÁUSULA NONA

DO CANCELAMENTO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

9.1 - A presente ata poderá ser cancelada pelo MUNICÍPIO, de comum acordo, sem ônus, que deverá ser feito mediante notificação extrajudicial com antecedência mínima de 30(trinta) dias, no caso de descumprimento de quaisquer das cláusulas do documento pelo “**PROMITENTE FORNECEDORA”**, sendo reconhecido o direito de rescisão administrativa prevista no art. 77 da Lei Federal n.º 8.666/93 e ainda, unilateralmente pelo MUNICÍPIO.

9.2 - A presente Ata de Registro de Preços poderá será cancelada, automaticamente, por decurso do prazo de vigência ou quando não restarem fornecedores registrados e, por iniciativa do Gestor da Ata quando:

9.2.1 - a detentora não cumprir as obrigações constantes desta Ata;

9.2.2 - a detentora não retirar qualquer nota de empenho, no prazo estabelecido e a Administração não aceitar sua justificativa;

9.2.3 - a detentora der causa a rescisão administrativa de contrato decorrente de registro de preços, a critério do MUNICÍPIO; observada a legislação em vigor;

9.2.4 - em qualquer das hipóteses de inexecução total ou parcial de contrato decorrente de registro de preços, se assim for decidido pelo MUNICÍPIO, com observância das disposições legais;

9.2.5 - os preços registrados se apresentarem superiores aos praticados no mercado, e a detentora não acatar a revisão dos mesmos;

9.2.6 - por razões de interesse público devidamente demonstradas e justificadas pela Administração.

9.3 - A comunicação do cancelamento do preço registrado, nos casos previstos neste item, será feita por correspondência com aviso de recebimento, juntando-se o comprovante ao processo de administração da presente Ata de Registro de Preços. No caso de ser ignorado, incerto ou inacessível o endereço da detentora, a comunicação será feita por publicação no Órgão Oficial do Estado, por 01 (uma) vez, considerando-se cancelado o preço e registrado a partir da última publicação.

9.4 - Pela detentora, quando, mediante solicitação por escrito, comprovar estar impossibilitada de cumprir as exigências desta Ata de Registro de Preços, ou, a juízo do MUNICÍPIO, quando comprovada a ocorrência de qualquer das hipóteses previstas no artigo 78, incisos XIII a XVI, da Lei Federal nº 8. 666/93.

9.4.1 - A solicitação da detentora para cancelamento dos preços registrados deverá ser formulada com antecedência de 30 (trinta) dias, facultada á Administração a aplicação das penalidades previstas na cláusula sétima, caso não aceitas as razões do pedido.

CLÁUSULA DÉCIMA

DA AUTORIZAÇÃO PARA AQUISIÇÃO/CONTRATAÇÃO

10.1 - As aquisições dos itens objeto da presente Ata de Registro de Preços serão autorizadas, em cada caso, pelo ordenador de despesa correspondente, sendo obrigatório informar ao Departamento de Compras do Município, os quantitativos das aquisições.

10.1.1 - A emissão das notas de empenho, sua retificação ou cancelamento, total ou parcial serão, igualmente, autorizados pela mesma autoridade, ou a quem esta delegar a competência para tanto.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA

DO ORÇAMENTO

11.1 As despesas decorrentes da presente Ata correrão por conta de recursos previstos no Orçamento da Prefeitura Municipal de Cláudia.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA

VINCULAÇÃO AO EDITAL

12.1 Farão parte da presente ata, além de suas expressas cláusulas, independentemente de transcrição no corpo do presente, as instruções contidas no Edital de **PREGÃO PRESENCIAL Nº 006/2021**, bem como os documentos a ele referentes, além da proposta apresentada pela **PROMITENTE FORNECEDORA**, no certame licitatório.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA

DAS COMUNICAÇÕES

13.1 - As comunicações entre as partes, relacionadas com o acompanhamento e controle da presente Ata, serão feitas sempre por escrito.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA

DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

14.1 - Integram esta Ata: o edital de **PREGÃO PRESENCIAL nº 006/2021** ea proposta da empresa **J. A. BOTTEGA E B. BOTTEGA TURISMO LTDA,** classificada em 1º lugar no certame supranumerado.

14.2 - Os casos omissos serão resolvidos de acordo com a Lei Federal nº 8.666/93 e 10.520/02, no que não colidir com a primeira e as demais normas aplicáveis. Subsidiariamente, aplicar-se-ão os princípios gerais de direito.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA

DO FORO

15.1 - As partes elegem o foro da Comarca de Cláudia – MT, como único competente para dirimir quaisquer ações oriundas desta Ata com exclusão de qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

E, por haverem assim pactuado, assinam, este instrumento na presença das testemunhas abaixo.

Cláudia – MT, 23 de Fevereiro de 2021.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CLÁUDIA

Altamir Kurten

Prefeito Municipal

J. A. BOTTEGA E B. BOTTEGA TURISMO LTDA

João Alberto Bottega

EMPRESA/PROMITENTE FORNECEDORA

TESTEMUNHAS:

_____

Nome**: SHIRLEY YOTZCHETZ**

CPF: 018.905.239-25

_____

Nome: **HEMILIN FERNANDA TIEDT**

CPF: 041.620.821-54

PREVI-CLAUDIA
EXTRATO DO CONTRATO N. 002-2021 PREVI-CLAUDIA

EXTRATO DO CONTRATO Nº 002/2021

OBJETO**: PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS NA REAVALIAÇÃO ATUARIAL DE 2021, PARA SUPRIR AS NECESSIDADES DO FUNDO MUNICIPAL DE PREVIDENCIA SOCIAL DOS SERVIDORES DE CLAUDIA/MT, (PREVI-CLAUDIA).**

FUNDAMENTO LEGAL: Art. 24, II, da Lei Federal nº 8.666/93.

EMPRESA: I F CONSULTORIA ATUARIAL EIRELI

CNPJ n°: 10.541.510/0001-20

VALOR GLOBAL: R$ 9.100,00 (Nove Mil e Cem Reais).

VIGÊNCIA: 17/05/2021

Cláudia – MT, 19 de fevereiro de 2021.

SHEILA YOTZCHETZ

Diretora Executiva

PREFEITURA MUNICIPAL DE COCALINHO

LEI MUNICIPAL Nº 914/2021, DE 23 DE FEVEREIRO DE 2021.

LEI MUNICIPAL Nº 914/2021, DE 23 DE FEVEREIRO DE 2021.

Estabelece diretrizes para a implantação do Programa “Vacinação do Idoso em Casa” no Município de Cocalinho e dá outras providências.

A Câmara Municipal de Cocalinho, nos termos do art. 160 do Regimento Interno c/c art. 8º, inciso XVI da Lie Orgânica Municipal **DECRETA**, e o Prefeito Municipal, no uso e gozo de suas atribuições legais, previstas na Lei Orgânica Municipal, **SANCIONA** a seguinte Lei

Art. 1º Esta Lei disciplina diretrizes para implantação do Programa “Vacinação do Idoso no Lar” no Município de Cocalinho.

Art. 2º São diretrizes do Programa:

I – Facultar à pessoa idosa a possibilidade de receber vacinação em seu domicílio, durante as campanhas de vacinação realizadas no Município sempre que houver a impossibilidade de seu deslocamento até um loca de vacinação;

II – Proporcionar maior conforto e bem-estar aos idosos do Município de Cocalinho, durante as campanhas de vacinação;

III – manter cadastro com dados de todos os idosos participantes do Programa.

Art. 3º Cabe a Secretária Municipal de Saúde providenciar medidas efetivas a ser adotadas para concretização do Programa.

Art. 4º As despesas decorrentes com a execução da presente lei ocorrerão por conta das dotações orçamentárias próprias, suplementadas, se necessário mediante autorização do Legislativo.

Art. 5º A presente Lei será regulamentada pelo Poder Executivo, no que couber, no prazo de 60 (sessenta) dias a partir da data de sua publicação.

Art. 6º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Cocalinho, Estado de Mato Grosso, aos vinte e três dias do mês de fevereiro do ano de dois mil e vinte e um.

Marcio Conceição Nunes de Aguiar

Prefeito Municipal

DECRETO N° 1972/2020, DE 16 DE FEVEREIRO DE 2021

DECRETO N° 1972/2020, DE 16 DE FEVEREIRO DE 2021

“Dispões sobre nomeação de Coordenadores Escolares e dá outras providências”.

O PREFEITO MUNICIPAL DE COCALINHO, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas, nos termos da Lei de Gestão Democrática nº 771 de 26 de dezembro de 2016, Leis Complementares Municipais nº 003/2011 e 005/2013 e processo eletivo,

DECRETA:

Art. 1º Fica nomeada a Servidora **Queila Lopes da Silva**, portadora da **CI-RG nº 2.116.556 SSP/MT** e **CPF nº 526.584.221-72**, no cargo de Coordenadora Pedagógica da Escola Municipal José Umberto Moreira, concedendo-lhe gratificação de 40 % (quarenta por cento), a título de Dedicação Exclusiva.

Art. 2º Fica nomeado o senhor Servidor **Adão Mendes de Sousa**, portadora da **CI-RG nº 118094499-0 SSP-MA** e **CPF nº 370.992.801-04**, no cargo de Coordenador Pedagógico da Escola Municipal Raimunda Soares Nava, concedendo-lhe gratificação de 35 % (trinta e cinco por cento), a título de Dedicação Exclusiva.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação retroagindo seus efeitos a data de 1º de fevereiro de 2021.

Art. 4º Revogam-se todas as disposições ao contrário.

GABINETE DA PREFEITO MUNICIPAL DE COCALINHO, ESTADO DE MATO GROSSO, AOS DEZESSEIS DIAS DO MÊS DE FEVEREIRO DO ANO DE DOIS MIL E VINTE E UM.

Marcio Conceição Nunes de Aguiar

Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE COLÍDER

PREVILIDER
PORTARIA N.º 014/2021 “DISPÕE SOBRE A CONCESSÃO DO BENEFÍCIO DE APOSENTADORIA POR TEMPO DE CONTRIBUIÇÃO EM FAVOR DO SR. VALDIR RODRIGUES DE OLIVEIRA”.

A Diretora Executiva do PREVI-LIDER - Fundo Municipal de Previdência Social dos Servidores do Município de Colider, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais e nos termos do Art. 6º, incisos “I”, “II”, “III” e “IV”, da Emenda Constitucional n.º 41, de 19 de dezembro de 2003, Art. 86, incisos “I”, “II”, “III”, “IV”, da Lei Municipal n. º 2.361, de 08 de julho de 2010, Art. 210, da Lei n. º 2408/2010, de 28 de dezembro de 2010.

Resolve,

Art. 1º Conceder o benefício de aposentadoria por tempo de contribuição em favor do Sr. Valdir Rodrigues de Oliveira, portador da Cédula de Identidade RG n.º 323505 – SSP/MT, e do CPF n.º 362.225.341-04 e da Cédula Eleitoral de n. º 006751021848, Zona. “023”, Seção “0280”, servidor efetivo no cargo de Vigia, Classe “B”, Nível “12”, lotado na Secretaria Municipal de Planejamento, Fazenda e Administração, matrícula n.º 130, trabalhando 12.861 dias, ou seja, 35 (trinta e cinco) anos 02 (dois) meses e 26 (vinte e seis) dias de contribuição, com proventos integrais e com direito a paridade, conforme o processo do PREVI-LIDER n.º 016/2020, até posterior deliberação.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a partir de 06 de março de 2020, revoga-se neste ato a portaria n.º 038/2020.

Registre, publique e cumpra-se.

Colíder /MT, 23 de fevereiro de 2021.

MARIZA BERNARDES DA SILVA

Diretora Executiva

HOMOLOGO:

HEMERSON LOURENÇO MAXIMO

Prefeito Municipal

PREFEITURA DE COLIDER/LICITAÇÃO
RESULTADO DE LICITAÇÃO - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 005/2021

A Prefeitura Municipal de Colider/MT, através de sua Pregoeira e Equipe de Apoio, torna público o RESULTADO do julgamento referente ao **Pregão Eletrônico nº 005/2021**, cujo objeto é a **aquisição e Instalação de Equipamentos para Academia de Musculação no Município de Colider/MT**. Sagraram-se vencedoras as seguintes empresas:

EMPRESAS	ITENS	VLR. TOTAL (R$)
CENTURY COMERCIAL EIRELI ME	04, 12, 16 e 17	29. 740,00
LOJA FLEX EXCLUSIVE EM APARELHOS FITNESS E PLAY-GROUND SP EIRELI ME	01, 03, 06, 09, 10, 14, 15, 18, 19, 20, 21, 22, 23, 24, 25, 26, 27, 28, 29, 30 e 32	79. 026,48
PLUS SPORT COMÉRCIO DE ARTIGOS ESPORTIVOS EIRELI EPP	07, 08, 11, 13 e 31	3. 045,90

Colider/MT, 23 de fevereiro de 2021.

ANA PAULA ZAMONER

Pregoeira Oficial

Publique-se

PREFEITURA DE COLIDER/LICITAÇÃO
COVID-19: RESULTADO DE LICITAÇÃO - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 008/2021 - SRP

A Prefeitura Municipal de Colider/MT, através de sua Pregoeira e Equipe de Apoio, torna público o RESULTADO do julgamento referente ao **Pregão Eletrônico nº 008/2021**, cujo objeto é o **registro de preços para futura e eventual aquisição de produtos e equipamentos de proteção individual (EPIs) para atender as demandas da Secretaria Municipal de Saúde e Saneamento Básico de Colider/MT, nas ações de enfrentamento da situação de emergência em decorrência da Pandemia Coronavírus – COVID19**. Sagraram-se vencedoras as seguintes empresas:

EMPRESA	ITENS	VLR. TOTAL (R$)
HC SUPRIMENTOS EIRELI EPP	04 e 05	34.932,00
SAGATI COMERCIO DE EQUIPAMENTOS DE SEGURANCA EIRELI ME	01 e 02	8.220,00

Colider/MT, 23 de fevereiro de 2021.

ANA PAULA ZAMONER

Pregoeira Oficial

Publique-se

PREFEITURA MUNICIPAL DE COLNIZA

ASSESSORIA JURÍDICA-GABINETE
LEI Nº 895, DE 23 DE FEVEREIRO DE 2021

AUTORIZAÇÃO DO MUNICÍPIO DE COLNIZA, A MANTER A SUBVENÇÃO SOCIAL A ASSOCIAÇÃO BENEFICENTE LAR DE ESPERANÇA-ABLE E DÁ OUTRAS PROVIDENCIAS*".*

O Sr. MILTON DE SOUZA AMORIM, Prefeito do Município de Colniza, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais, faz saber que a Câmara Municipal de Colniza aprovou e ele sanciona a seguinte lei:

Art. 1º - Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a manter a subvenção social mediante convênio com a "*ASSOCIAÇÃO BENEFICENTE LAR DE ESPERANÇA - ABLE*", com CNPJ nº 23.679.597/0001-48, situada a Rua das Acácias, nº 108, Centro, Município de Colniza, Estado de Mato Grosso, destinado a custear as suas despesas mensais.

Art. 2º - Fica a Fazenda Pública Municipal autorizada a despender, com a subvenção Social supramencionada, a importância mensal de R$ 3.500,00 (três mil e quinhentos reais) para a "*ASSOCIAÇÃO BENEFICENTE LAR DE ESPERANÇA - ABLE*".

Art. 3º - O instrumento de Convenio citado no Art. 1º desta lei, será por prazo determinado, com duração de até 1 (um) ano, admitida a sua prorrogação anual mediante Termo Aditivo.

Art. 4º - A Associação deverá prestar contas e relatório da Subvenção Social recebida, todo dia 10 (dez) do mês seguinte ao recebimento dos valores, junto a Secretaria municipal de Administração e Finanças deste município, sob pena de paralisação dos repasses mensais as instituições.

Art.5º - As despesas decorrentes desta lei correrão por conta da dotação orçamentária própria: 09.001.08.244.0012.2067 – Manutenção da Secretaria de Assistência Social.

Art. 6º - Esta Lei entrará em vigor na data da sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito do Município de Colniza/MT, 23 de fevereiro de 2021.

MILTON DE SOUZA AMORIM

Prefeito Municipal

PORTARIA N° 019/2021

PORTARIA N° 019/2021

O Presidente da **CÂMARA MUNICIPAL DE COLNIZA**, **Estado de Mato Grosso**, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas por Lei, especialmente o art. 108 da Lei 499/2011.

R E S O L V E:

Art. 1° - Conceder Licença Maternidade a servidora **POLIANA CRISTINA GUIZZARDI**, ocupante do cargo efetivo de recepcionista, a partir de 03 de fevereiro de 2021, conforme artigo 112 da Lei Municipal 499/2011, Estatuto dos Servidores Públicos Municipais.

Art. 2° - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3° - Revogam-se as disposições em contrário.

Registra-se. Publica-se. Cumpra-se

Gabinete do Presidente da Câmara Municipal de Colniza/MT, 23 de fevereiro de 2021.

OSEIA PEREIRA GUEDES

Presidente

LICITAÇÃO
AVISO DE LICITAÇÃO FRACASSADA- PREGÃO ELETRÔNICO SRP 01/2021

PROCESSO: 22.521/2021

A Prefeitura Municipal de Colniza – MT, torna público que não houve licitante habilitado/classificado na sessão pública do PREGÃO ELETRÔNICO SRP Nº 01/2021, realizada no dia 23/02/2021, às 09:00h. horário de Brasília, cujo objeto é o REGISTRO DE PREÇOS VISANDO FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE CAMINHÃO COMPACTADOR DE LIXO DE 15M³, ZERO KM**,** portanto, a Licitação foi declarada **FRACASSADA**.

Colniza - MT, 23 de fevereiro de 2021

MARCILENE DOS SANTOS

Pregoeiro(a) Oficial

TRIBUTOS
EDITAL DE NOTIFICAÇÃO 01/2021

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO 001/2021

Senhor (a) Contribuinte

Notificamos por meio deste edital que existem débitos tributários inscritos em divida ativa junto a Prefeitura Municipal de Colniza - MT até 31/12/2020. Nesse sentido, vossa senhoria deverá comparecer ao Departamento de Tributação para regularizar a situação pendente no prazo de 10 (dez) dias a contar da data de publicação deste. O não atendimento da presente notificação no prazo estabelecido acarretará no encaminhamento dos Débitos para Cobrança Judicial/Protestos conforme Lei Federal nº. 101/2001 e Lei Municipal 609/2014.

Caso já tenha regularizado os débitos junto ao setor responsável favor comparecer munidos com os comprovantes de quitação a fim de efetivar a baixa dos mesmos.

CONTRIBUINTE	CNPJ/ CPF	NOTIFICAÇÃO
A F REPRESENTAÇÕES EIRELL I	27.608.380/0001-06	188/2021
A MORIMA MADEIRAS	32.591.032/0001-03	295/2021
ADRIANO JOSE DA SILVA	983.610.741-04	48/2021
ADRIANO JOSE DA SILVA	983.610.741-04	246/2021
ALECRIN DEPOSITO DE MADEIRAS L TDA - ME	13.338.781/0001-70	133/2021
AMA TRANSPORTES E TURISMO EIREL I	20.648.484/0001-97	89/2021
ANDERSON RIBEIRO SAN´TANA	048.860.781-76	70/2021
ANGELICA INES DA SILVA EIRELLI	15.628.432/0001-19	114/2021
AUTO POSTO COMANDO EIRELI	11.684.445/0001-54	126/2021
AUTO POSTO PERFIL EIRELI	14.556.573/0001-00	118/2021
AUTO SOCORRO COLNIZA EIREL I -EPP	27.427.721/0001-39	183/2021
CADEL INDÚSTRIA E COMERCIO DE MADEIRAS	29.300.960/0001-59	200/2021
CENTERMAD COMERCIO DE MADEIRAS EIRELI	21.410.405/0001-78	102/2021
CENTRO ED. NOSSO MUNDO MARAVILHOSO S/C	06.237.540/0001-70	144/2021
COLNIZA TRANSPORTE E TURISMO LTDA - EPP	04.830.911/0001-05	139/2021
COOPERATIVA MISTA DO GUARIBA	08.474.331/0001-75	119/2021
CUMARU MADEIRAS EIRELI	15.400.918/0001-03	112/2021
D T DA SILVA	33.270.989/0001-02	297/2021
DANIEL PEREIRA DE ANDRA DE JUNIOR - ME	27.043.148/0001-60	180/2021
E. L. DA CUNHA - ME	26.119.076/0001-24	176/2021
EDERSON KRUL	28.827.122/0001-75	177/2021
EDVAL GUDE	612.687.552-49	272/2021
ELDENI PEREIRA RAMOS	36.960.657/0001-48	333/2021
ELIZANGELA MOREIRA V IANA EIRELI	29.658.915/0001-70	201/2021
FILIPE RODRIGUES TEIXEIRA	034.522.931-22	71/2021
FRIGONIZA LTDA - EPP	24.692.592/0001-18	194/2021
G T COLCHOES LTDA	29.273.051/0001-79	198/2021
GEHLEN E ROCHA LTDA	13.380.962/0001-65	132/2021
GILBERTO ESTULANO DE SOUZA	29.801.468/0001-67	210/2021
GILMAR MARCELINO DOS SANTOS	918.167.501-15	252/2021
GILSON CARDOSO DE OL IVEIRA	32.313.072/0001-85	264/2021
IEDA MA RIA ALMEIDA GRABNER	096.066.528-58	247/2021
IEDA MARIA ALMEIDA GRABNER	096.066.528-58	49/2021
INDÚSTRIA E COMERCIO DE MADEIRAS TRES	12.005.923/0001-15	136/2021
IPAMA INDÚSTRIA PARANAENSE DE MADEIRAS	07.450.813/0001-22	162/2021
ISA IAS JA CINTO LIGEIRO	38.463.910/0001-83	336/2021
J CORREA TRA NSPORTE	31.445.556/0001-15	256/2021
J DA SILV A SCHMOHL TRANSPORTES	05.395.810/0001-08	92/2021
J P DOS SA NTOS CARDOSO & CIA L TDA	37.012.612/0001-04	332/2021
J.A. MACHADO	31.085.265/0001-63	254/2021
JM COM. E BENEFICIA MENTO DE MADEIRAS	15.601.679/0001-41	108/2021
JOAQUIM GARCIA DO ESPIRITO SANTO	312.932.981-15	37/2021
JOAQUIM GARCIA DO ESPIRITO SANTO	312.932.981-15	218/2021
JOCIMAR FERREZ	804.749.001-00	244/2021
JOHNATAN BRETAS	30.042.455/0001-30	223/2021
JONAT GERMA NO JOSE TIMM - ME	28.412.954/0001-20	189/2021
JOSE NILTON RODRIGUES DE MOURA	617.005.332-15	266/2021
JOSENILTON RODRIGUES DE MOURA	617.005.332-15	52/2021
JULIA NO OTOW ICZ	022.321.811-11	307/2021

KLEBER DE A LMEIDA RIBEIRO	394.112.657-15	24/2021
L INDOMA R DE PAUL O MOREIRA	12.144.406/0001-27	135/2021
L. ABREU DE SOUZA COSTA RESTAURANTE	23.201.439/0001-88	171/2021
LAMINADOS PAI DA MATA LTDA - E. P.P	04.297.852/0001-43	161/2021
LEANDRO DA SILVA PEREIRA	032.643.911-04	78/2021
LUIZ FERNANDO DOS SANTOS VENTORINI	26.633.119/0001-95	177/2021
M R V EL HO DE JESUS COMERCIO	31.396.503/0001-51	260/2021
M V MADEIRAS E CONSTRUCOES EIRELI - EPP	17.194.651/0001-62	116/2021
M. A. S. DE FREITAS MADEIRAS	34.123.024/0001-50	317/2021
M. OLIVEIRA DE SOUZA & CIA LTDA - ME	09.508.290/0001-53	120/2021
MADEPAMP COM. IND. E EXP. DE MADEIRAS	05.985.366/0002-61	147/2021
MARCIANO INACIO FERREIRA	041.358.191-84	304/2021
MARIA SUELI HONORIO DE OLIVEIRA	568.813.202-72	228/2021
MARIO NUNES - EPP	11.703.761/0001-26	123/2021
MERCOSUL INDÚSTRIA COM. E EXPORTAÇÃO	09.118.623/0001-38	130/2021
N. RIVAS RACUA	32.560.159/0001-57	292/2021
OLIVIO FERNANDES CAXIAS	147.248.556-49	68/2021
PA NORA MA PADARIA E CONFEITARIA LTDA	21.395.106/0002-92	96/2021
R. A . MADEIRAS L TDA	19.073.206/0001-70	99/2021
R.N GREGORIO TRA NSPORTES	33.108.539/0001-18	290/2021
RAFAEL GARCIA DA SILVA	23.292.955/0001-65	146/2021
RENASCER IND. COM. E EXP. DE MADEIRAS	08.872.146/0001-39	142/2021
RENATO A NTUNES A LVES	038.250.641-31	300/2021
ROMARIO A TEODORO	26.102.325/0001-79	174/2021
S. CRISTINA DE ARAUJO - ME	28.334.978/0001-09	190/2021
SA RA MONIQUE S. BATISTA	023.925.521-69	41/2021 /2021
SA RA MONIQUE S. BATISTA	023.925.521-69	225/2021
SIRLEI CANDIDA GUIMARAES	405.916.201-97	287/2021
SUPERMERCADO MADRID L TDA - ME	13.513.911/0001-64	158/2021
THAMIRES DIUQUELE DA SILVA - COMERCIO- ME	11.628.077/0004-70	124/2021
TIM CELULAR S.A	04.206.050/0126-00	82,83 e 84/ 2021
TRANSAMERICA CONSTRUCOES E SERVICOS	07.417.370/0001-78	14/2021
TRANSPORTADORA MATOGROSSENSE LTDA	22.038.649/0001-34	95/2021
TRINDADE EXTRACAO E COMERCIO FLORESTAL	13.943.167/0003-08	167/2021
TRINDADE EXTRACAO E COMERCIO FLORESTAL	13.943.167/0002-19	154/2021
V A COMUNICACOES E PRODUCOES LTDA	11.633.093/0001-08	166/2021
V ERDE MATA COMERCIO DE LAMINADOS EIRELI	10.239.437/0001-36	157/2021
V. E. DE JESUS	32.077.253/0001-50	262/2021
VANDERLEI PROENCO RIBEIRO - ME	36.887.362/0001-93	86/2021
W D PINHO TRA NSPORTES	28.762.129/0001-56	191/2021
WABE-MAX CAFE COM. IMP. EXP. CAFE E CEREAIS EIRELI	01.413.219/0004-28	121/2021
WOODSADI DO GUATA, INDÚSTRIA E COMERCIO DE MADEIRAS LTDA	16.157.348/0001-27	110/2021
WUESLEN CORTONEZI DA SILVA EIRELI - ME	28.125.222/0001-50	187/2021

Colniza –MT, 23 de fevereiro de 2021

Elaine Cristina A. de Oliveira Candioto

DiretoraDepart. De Tributação

ASSISTENCIA SOCIAL
CONVOCAÇÃO

CONSELHO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL COLNIZA - MT

CONVOCAÇÃO

Venho por meio deste convocar todos os membros do Conselho Municipal de Assistência Social, para uma reunião extraordinária, que acontecerá nas dependências do CRAS nesta sexta-feira 26/02/2021, às 09h00.

Conto Com a presença de todos.

Atenciosamente;

Ronivon

Assinado de forma digital por Ronivon Oliveira Furtado

Oliveira Furtado

DN: cn=Ronivon Oliveira Furtado, o=Conselho Municipal de Assistencia Social,

ou=Decreto 081/GP/2020, email=cmas.colniza.2020@gmail.com, c=BR Dados: 2021.02.22 14:49:03 -03'00'

ASSESSORIA JURÍDICA-GABINETE
LEI Nº 897, DE 23 DE FEVEREIRO DE 2021

*"**AUTORIZAÇÃO DO MUNICÍPIO DE COLNIZA, A MANTER A SUBVENÇÃO SOCIAL A** **ASSOCIAÇÃO DE PAIS E AMIGOS DOS EXCEPCIONAIS DE COLNIZA- APAE**, **E DÁ OUTRAS PROVIDENCIAS**".*

O Sr. MILTON DE SOUZA AMORIM, Prefeito do Município de Colniza, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais, faz saber que a Câmara Municipal de Colniza aprovou e ele sanciona a seguinte lei:

Art. 1º - Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a manter a subvenção social mediante convênio com a "**ASSOCIAÇÃO DE PAIS E AMIGOS DOS EXCEPCIONAIS DE COLNIZA- APAE**", com CNPJ nº 12.647.998/0001-08, situada a Rua Minas Gerais, nº 155, Cidade Alta, Município de Colniza, Estado de Mato Grosso, destinado a custear as suas despesas mensais.

Art. 2º - Fica a Fazenda Pública Municipal autorizada a despender, com a subvenção Social supramencionada, a importância mensal de R$ 34. 000,00 (trinta e quatro mil reais) para a "**ASSOCIAÇÃO DE PAIS E AMIGOS DOS EXCEPCIONAIS DE COLNIZA- APAE**".

Art. 3º - O instrumento de Convenio citado no Art. 1º desta lei, será por prazo determinado, com duração de até 1 (um) ano, admitida a sua prorrogação anual mediante Termo Aditivo.

Art. 4º - A Associação deverá prestar contas e relatório da Subvenção Social recebida, todo dia 10 (dez) do mês seguinte ao recebimento dos valores, junto a Secretaria municipal de Administração e Finanças deste município, sob pena de paralisação dos repasses mensais as instituições.

Art.5º - As despesas decorrentes desta lei correrão por conta da dotação orçamentária própria: 09.001.08.244.0012.2067 – Manutenção da Secretaria de Assistência Social.

Art. 6º - Esta Lei entrará em vigor na data da sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito do Município de Colniza/MT, 23 de fevereiro de 2021.

MILTON DE SOUZA AMORIM

Prefeito Municipal

LICITAÇÃO
EXTRATO DE LICITAÇÃO PREGÃO PRESENCIAL SRP 02/2021

PROCESSO ADMINISTRATIVO: 23.497/2021

ÓRGÃO GESTOR: PREFEITURA MUNICIPAL DE COLNIZA - MODALIDADE: **PREGÃO PRESENCIAL SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 02/2021**, VALIDADE: 23/02/2022 contados a partir da data de sua publicação no Jornal Oficial. **REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS EM ATENDIMENTO AS SECRETARIAS MUNICIPAIS, POR UM PERÍODO DE 12 (DOZE) MESES.** Os fornecedores vencedores encontram-se indicados conforme seguem: **COLNIZA COMERCIO DE ALIMENTOS E DISTRIBUIÇÃO LTDA- EPP, CNPJ: 17.496.284/0001-51,** com o valor total de R$ 1.271.716,41 (um milhão duzentos e setenta e um mil setecentos e dezesseis reais e quarenta e um centavos), e a empresa **CEREALISTA A. L COMPANY EIRELI, CNPJ: 36.521.890/0001-24,** com o valor de R$ 48. 035,60 (quarenta e oito mil e trinta e cinco reais e sessenta centavos).

Colniza - MT, 23 de fevereiro de 2021.

Marcilene dos Santos

Pregoeira Oficial

ASSESSORIA JURÍDICA-GABINETE
LEI Nº 896, DE 23 DE FEVEREIRO DE 2021

"AUTORIZAÇÃO DO MUNICÍPIO DE COLNIZA, A MANTER A SUBVENÇÃO SOCIAL A ASSOCIAÇÃO MINISTÉRIO DA ESPERANÇA DE COLNIZA – AMEC, E DÁ OUTRAS PROVIDENCIAS".

O Sr. MILTON DE SOUZA AMORIM, Prefeito do Município de Colniza, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais, faz saber que a Câmara Municipal de Colniza aprovou e ele sanciona a seguinte lei:

Art. 1º - Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a manter a subvenção social mediante convênio com a "*ASSOCIAÇÃO MINISTÉRIO DA ESPERANÇA DE COLNIZA – AMEC*", com CNPJ nº 18.865.454/0001-90, situada a Rua das Adálias, nº 429, Centro, Município de Colniza, Estado de Mato Grosso, destinado a custear as suas despesas mensais.

Art. 2º - Fica a Fazenda Pública Municipal autorizada a despender, com a subvenção Social supramencionada, a importância mensal de R$ 10. 000,00 (dez mil reais) para a "*ASSOCIAÇÃO MINISTÉRIO DA ESPERANÇA DE COLNIZA – AMEC*".

Art. 3º - O instrumento de Convenio citado no Art. 1º desta lei, será por prazo determinado, com duração de até 1 (um) ano, admitida a sua prorrogação anual mediante Termo Aditivo.

Art. 4º - A Associação deverá prestar contas e relatório da Subvenção Social recebida, todo dia 10 (dez) do mês seguinte ao recebimento dos valores, junto a Secretaria municipal de Administração e Finanças deste município, sob pena de paralisação dos repasses mensais as instituições.

Art.5º - As despesas decorrentes desta lei correrão por conta da dotação orçamentária própria: 09.001.08.244.0012.2067 – Manutenção da Secretaria de Assistência Social.

Art. 6º - Esta Lei entrará em vigor na data da sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito do Município de Colniza/MT, 23 de fevereiro de 2021.

MILTON DE SOUZA AMORIM

Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE COMODORO

EXTRATO DE AVISO DE RESULTADO PREGÃO ELETRONICO Nº 002/2021

AVISO DE RESULTADO DE LICITAÇÃO

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 002/2021

A Prefeitura Municipal de Comodoro - MT torna público aos interessados que a licitação realizada no dia 23/02/2021 às 08:30 horas (Horário de Brasília), na modalidade de Pregão Eletrônico, EDITAL n° 002/2021, tendo como objeto: **AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTO/MATERIAL PERMANENTE PARA FORTALECIMENTO DE SERVIÇOS DE SAÚDE DE QUALIDADE NA UNIDADE DO LABORATORIO MUNICIPAL, CONFORME TERMO DE COMPROMISSO Nº 004/2018 DA SECRETARIA DE ESTADO DE SAUDE DE MATO GROSSO,** consagrou-se vencedora a empresa licitante**: C. E. CARVALHO – COMERCIAL, ERICA DE FATIMA GENTIL, W.N. DIAGNOSTICA EIRELI, TJ COMERCIO DE PRODUTOS EIRELI e K.C.R.S. COMERCIO EQUIPAMENTOS EIRELI – EPP.**

Comodoro – MT, 23 de Fevereiro de 2021.

FERNANDO OLIVEIRA LEMOS DA ROSA

PREGOEIRO

PREFEITURA MUNICIPAL DE CONFRESA

RECURSOS HUMANOS
PORTARIA 081/2021 DE 21 DE FEVEREIRO DE 2021.

Portaria 081/2021 de 21 de Fevereiro de 2021.

DISPÕE SOBRE CONCESSÃO DE LICENÇA PRÊMIO A SERVIDOR PUBLICO MUNICIPAL OCUPANTE DE CARGO EFETIVO, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

RONIO CONDÃO BARROS MILHOMEM, Prefeito Municipal de Confresa, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal.

RESOLVE:

Art. 1º - Conceder LICENÇA PRÊMIO de 90 (noventa) dias ininterruptos no período de **01/03/2021 a 29/05/2021** referente ao período aquisitivo 31/07/2011 a 29/07/2016, ao Servidor Público Municipal, WENDER ROGERIO DIAS RODRIGUES matricula 000544, ocupante do cargo efetivo de PROFESSOR DE NIVEL MEDIO/MAGISTERIO, lotado na Secretaria Municipal de Educação Esporte e Lazer/ Escola Municipal Jacaré Valente.

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Publique-se,

Registre-se,

Cumpra-se.

Confresa-MT, 21 de Fevereiro de 2021.

RONIO CONDÃO BARROS MILHOMEM

Prefeito Municipal

RECURSOS HUMANOS
PORTARIA 100/2021 DE 23 DE FEVEREIRO DE 2021.

Portaria 100/2021 de 23 de Fevereiro de 2021.

DISPÕE SOBRE EXONERAÇÃO DE SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL OCUPANTE DE CARGO EFETIVO E/OU COMISSIONADO, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

RONIO CONDÃO BARROS MILHOMEM, Prefeito Municipal de Confresa, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal.

CONSIDERANDO: Oficio 008/2021 PREVICON de 23/02/2021 – CONCLUSÃO DO PROCESSO DE APOSENTADORIA POR IDADE.

RESOLVE:

Art. 1º - EXONERAR no dia 22/02/2021 o servidor público municipal EDESIO LOPES, matricula 000999, efetivo no cargo de AGENTE DE SAUDE - ACS, lotada na SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE/UBS FONTOURA.

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Publique-se,

Registre-se,

Cumpra-se.

Confresa-MT, 23 de Fevereiro de 2021.

RONIO CONDÃO BARROS MILHOMEM

Prefeito Municipal

GABINETE DO PREFEITO
COVID-19: PORTARIA Nº01/SMS, DE 22 FEVEREIRO DE 2021.

PORTARIA Nº01/SMS, DE 22 FEVEREIRO DE 2021.

Reestruturar os membros do Comitê Interno de Enfrentamento ao COVID – 19 (CIECO19) no âmbito da Secretaria Municipal de Saúde de Confresa-MT.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE SAÚDE, Elton Messias da Silva, no uso da atribuição que lhe confere o Decreto Municipal n. 16/2020,

CONSIDERANDO a necessidade de atualização na composição dos membros do Comitê Interno de Enfrentamento ao Covid-19 – CIECO19, nomeados pela Portaria nº 02/SMS, de 22 de abril de 2020, mantendo a sua eficiência e participação nas ações voltadas ao combate ao coronavírus;

CONSIDERANDO a continuidade da atuação da SMS ao enfrentamento da referida pandemia,

RESOLVE:

Art. 1°- Reestruturar os membros do Comitê Interno de Enfrentamento ao COVID - 19 (CIECO19), nomeados pela Portaria nº 02/SMS, de 22 de abril de 2020, que passa a compor com os seguintes profissionais:

a) Gabriela Medina oliveira, Enfermeira;

b) Antonia Lucilene Pereira Pinto, Fisioterapeuta;

c) Anna Leticia de Mello, Médica

d) Erineide da Silva Quintino, Agente Comunitário de Saúde;

e) Jaqueline Franco da Silva, Educadora Física;

f) Elaine da Silva, Cirurgiã Dentista;

Art. 2º- Esta Portaria entra em vigor nesta data, revogada as disposições em contrário.

Confresa-MT, em 22 de fevereiro de 2021.

ELTON MESSIAS DA SILVA

Secretário Municipal de Saúde

GABINETE DO PREFEITO
EDITAL DE CONVOCAÇÃO Nº. 006/2021

EDITAL DE CONVOCAÇÃO

Nº. 006/2021

O Prefeito Municipal de Confresa - MT, senhor **RONIO CONDÃO BARROS MILHOMEM**, no uso das atribuições contidas na Lei Orgânica Municipal, convoca as pessoas interessadas para participarem da Audiência Pública Municipal a realizar-se na data, horário e local abaixo descrito, para tratar de assuntos referentes a prestação de contas do 3º Quadrimestre /2020.

Quinta-feira (25/02/2021).

Horário: às 15:00 horas.

Local: Câmara Municipal. (mantendo distanciamento e medidas de proteção contra o COVID 19.)

Confresa - MT, 22 de fevereiro de 2021.

RONIO CONDÃO BARROS MILHOMEM

PREFEITO MUNICIPAL

RECURSOS HUMANOS
PORTARIA 065/2021 DE 08 DE FEVEREIRO DE 2021 -RETIFICAÇÃO DE PUBLICAÇÃO

Portaria 065/2021 de 08 de Fevereiro de 2021.

DISPÕE SOBRE DESIGNAÇÃO E/OU NOMEAÇÃO DE SERVIDOR PARA OCUPAR CARGO COMISSIONADO, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

RONIO CONDÃO BARROS MILHOMEM, Prefeito Municipal de Confresa, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal.

CONSIDERANDO a necessidade de formação e preenchimento do quadro de pessoal para gestão administrativa 2021/2024.

RESOLVE:

Art. 1º - NOMEAR o Sr. THIAGO DE ALMEIDA SILVA, brasileiro, solteiro, motorista, inscrito no CPF/MF 105.253.70730 e RG 1942675 SSP/ES, residente e domiciliado neste município, para exercer o cargo comissionado de CHEFE DE DEPARTAMENTO**, secretaria municipal de** DESENVOLVIMENTO SOCIAL E TRABALHO.

Art. 2º - Deverá o Departamento de Recursos Humanos proceder aos registros necessários referentes à presente nomeação.

Art. 3º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos desde 01/02/2021.

Art. 4º - Revogam-se as disposições em contrário.

Publique-se,

Registre-se,

Cumpra-se.

Confresa-MT, 08 de Fevereiro de 2021.

RONIO CONDÃO BARROS MILHOMEM

Prefeito Municipal

GABINETE DO PREFEITO
DECRETO Nº 38, DE 22 DE FEVEREIRO DE 2021.

DECRETO Nº 38, DE 22 DE FEVEREIRO DE 2021.

"DISPÕE SOBRE A REVOGAÇÃO DE TERMO DE CONVÊNIO COM FACULDADE DE MEDICINA DO EXTERIOR, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

RONIO CONDÃO BARROS MILHOMEM, Prefeito Municipal de Confresa, Estado de Mato Grosso, no uso das atribuições legais e constitucionais, em especial o disposto na Lei Orgânica Municipal;

CONSIDERANDO a Resolução nº 1.650/2002, do Conselho Federal de Medicina, ratificado por meio do Parecer de Consulta nº 06/2014, que veda a realização de qualquer tipo de instrumento que permita estágio ou internato de universitários de faculdades do exterior, junto as unidades de saúde pública;

CONSIDERANDO que foi firmado o Termo de Convênio Interinstitucional Específico Docente Assistencial, entre o Hospital Municipal de Confresa e a Universidade Cristã da Bolívia - UCEBOL, datado de 22 de agosto de 2016, sem observar a leis e normas vigentes;

CONSIDERANDO a Notificação Recomendatória expedida pelo Ministério Público Estadual, originada do SIMP nº 001052-074/2020, que entre outas medidas recomenda a suspensão e rescisão do convênio supramencionado;

CONSIDERANDO por fim que desde o início do ano de 2020 não é permitido universitários de faculdade de outros países e de faculdades localizadas no Brasil realizar estágio ou qualquer outra forma de acompanhamento clínico no Hospital Municipal;

RESOLVE:

Art. 1º. Determinar a imediata rescisão do Termo de Convênio Interinstitucional Específico Docente Assistencial, entre o Hospital Municipal de Confresa e a Universidade Cristã da Bolívia - UCEBOL, datado de 22 de agosto de 2016.

Art. 2º. Os novos termos de convênio que forem firmados entre o Hospital Municipal e entidades de ensino do exterior deverão respeitar na integra a Resolução nº 1.650/2002, expedida pelo Conselho Federal de Medicina.

Art. 3º. A Direção do Hospital Municipal de Confresa deve no prazo de 90 (noventa dias) normatizar, por meio de Portaria, o acesso de terceiros junto ao Hospital Municipal de Confresa, com a finalidade de controle de prestadores de serviços, visitantes de pacientes dentre outros.

Parágrafo único – A Portaria mencionada no *caput* deve ser enviada ao Gabinete do Prefeito no prazo fixado.

Art. 4º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

REGISTRE-SE,

PUBLIQUE-SE,

CUMPRA-SE.

Confresa-MT, em 22 de fevereiro de 2021.

RONIO CONDÃO BARROS MILHOMEM

Prefeito Municipal

ADMINISTRAÇÃO/LICITAÇÕES
PARECER JURÍDICO - RESCISÃO AO CONTRATO N° 005/2020

Rescisão Contratual após a suspensão do contrato. Contrato n. 005/2020. Processo Licitatório n. 006/2020. "LOCAÇÃO DE IMÓVEL DESTINADO A INSTALAÇÃO DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE, CENTRAL DE REGULAÇÃO, CONSELHO MUNICIPAL DE SAÚDE, VIGILÂNCIA SANITÁRIA E NÚCLEO AMPLIADO DE SAÚDE DA FAMÍLIA EM CONFRESA-MT". Locador: RICARDO RODRIGUES ZANELA. Contrato Suspenso desde o dia 27 de novembro de 2020.

Trata-se de análise de consulta enviado pelo Setor de Contratos solicitando manifestação desta Procuradoria da possibilidade de rescisão do contrato n. 005/2020, de dispensa de licitação para aluguel de imóvel aonde encontravam-se instaladas Secretaria Municipal de Saúde, Central de Regulação, Conselho de Saúde e Vigilância Sanitária, tendo em vista que o mesmo foi suspenso em 27 de novembro de 2020, estando assim até a presente data.

O motivo da suspensão foi por que, após um vendaval muito forte o qual atingiu a cidade de Confresa, o prédio sofreu alguns danos em sua estrutura, tais como, rachaduras no piso superior e nas paredes, bem como no telhado. Sendo assim, concluiu a gestão em suspender o contrato até que fosse realizado estudo técnico por pessoal especializado a fim de estimar os danos e aferir a segurança do imóvel, como também avaliar a possibilidade do seu uso regular e a permanência de servidores no local.

Após a vistoria técnica realizada pelo Corpo de Bombeiros (documento anexo) concluiu-se o prédio pode ser habitado somente para a retirada de materiais e equipamentos, não se permitindo a permanência de pessoas sem EPIs adequados no primeiro pavimento. Da mesma forma, a Vistoria Técnica realizada pelo engenheiro civil detectou diversas falhas (relatório técnico em anexo), concluindo que o estado da edificação está classificado como crítico, necessitando de intervenção imediata, tendo em vista que os danos estruturais afetam a estabilidade da edificação, recomendando a interdição do local.

Sendo bastante suscinto ao tema da consulta, a suspensão nada mais é que a uma pausa temporária no desenvolvimento da relação contratual, de modo que não há configuração de inadimplemento contratual para nenhuma das partes envolvidas.

Essa suspensão é determinada por ato unilateral da Administração, acompanhada de motivação, apoiada em razões de interesse público, decorrentes de fato superveniente. Vê que em âmbito municipal ela ocorreu por força da necessidade de realizar estudo técnico por pessoal especializado a fim de estimar os danos e aferir a segurança do imóvel, como também avaliar a possibilidade do seu uso regular e a permanência de servidores no local, o que já fora realizado e concluído pela impossibilidade de se habitar/fazer uso do imóvel tendo em vista que está em Estado Crítico, com impacto irrecuperável, com risco contra a saúde, segurança do usuário e do meio ambiente, bem como sendo recomendado a intervenção imediata.

Desse modo, o artigo 78 da Lei 8666/93, traz causas de Rescisão Contratual, o inciso XVII trata do caso fortuito e força maior, conforme a seguir transcrito:

Art. 78. Constituem motivo para rescisão do contrato:

(...)

XVII - "A ocorrência de caso fortuito ou de força maior, regularmente comprovada, impeditiva da execução do contrato."

O caso fortuito ou força maior verifica-se no fato necessário, cujos efeitos não era possível evitar ou impedir. Sendo assim, o caso fortuito ou força maior, sendo entendidos como fato cujos efeitos não se pode evitar ou impedir, exime o responsável pelo inadimplemento do contrato de responder pelos prejuízos causados pelo seu inadimplemento, assim como o caso dos autos.

Desse modo, a orientação desta procuradora é para que seja rescindido unilateralmente o contrato de n. 005/2020, tendo em vista o referido imóvel não mais servir aos fins a que se destinava, tendo em vista as avarias estruturais ocasionadas pelo vendaval do dia 30 de setembro de 2020.

É o parecer salvo melhor entendimento.

Confresa/MT – 22 de fevereiro de 2021.

Joelma Rodrigues Alvares

Advogada Pública

OAB/MT 19.325-B

GABINETE DO PREFEITO
COVID-19: DECRETO Nº 39, DE 23 DE FEVEREIRO DE 2021.

DECRETO Nº 39, DE 23 DE FEVEREIRO DE 2021.

"DISPÕE SOBRE A SUSPENSÃO DAS ATIVIDADES ESCOLARES PRESENCIAIS NO MUNICÍPIO DE CONFRESA EM RAZÃO DA PANDEMIA DA COVID-19, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS."

RONIO CONDÃO BARROS MILHOMEM, Prefeito Municipal de Confresa, Estado de Mato Grosso, no uso das atribuições legais e constitucionais, em especial o disposto na Lei Orgânica Municipal, e:

Considerando o balanço efetuado pela Comitê Interno de Enfrentamento ao Covid-19, que demonstram preocupante aumento de casos e os efeitos de uma terceira onda de contágio com números superiores aos outros picos de contaminação;

Considerando o Decreto Municipal nº 09, de 14 de janeiro de 2021, que adotou medidas emergenciais e temporárias de prevenção ao contágio pelo COVID-19;

D E C R E T A:

Art. 1º. Permanecem suspensas as atividades escolares presenciais em toda a rede municipal, estadual e privada no âmbito do Município de Confresa, até o dia 25 de março de 2021.

§ 1º - Tal medida independe do nível de contágio do município a ser divulgado pelo Governo do Estado de Mato Grosso, nos termos do Decreto Estadual nº 522/2020.

§ 2º - O retorno das aulas presenciais somente poderá ocorrer mediante análise e avaliação das condições epidemiológicas e sanitárias no Município de Confresa-MT, após deliberação do Comitê Interno de Enfrentamento ao Covid-19 – CIECO19, instituído nos termos da Portaria nº 02/SMS, de 22 de abril de 2020.

Art. 2º. A vedação de que trata este decreto não se aplica aos cursos livres, de educação profissional e tecnológico de formação, bem como de educação superior e de educação infantil de zero a cinco anos.

Art. 3º - O retorno das aulas bem como o início daquelas permitidas por este decreto deverão basear suas medidas dentre outras no Guia de Implementação de Protocolos de Retorno das Atividades Presenciais nas Escolas de Educação Básica, emitido pelo Ministério da Educação[1].

Art. 4º - Fica revogado o art. 11 do Decreto nº 09/2021.

Art. 5º. Este decreto entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos para o dia 25 de fevereiro de 2021.

Confresa-MT, em 23 de fevereiro de 2021.

RONIO CONDÃO BARROS MILHOMEM

Prefeito Municipal

[1] https://www.gov.br/mec/pt-br/assuntos/Guiaderetorn...

RECURSOS HUMANOS
PORTARIA 085/2021 DE 23 DE FEVEREIRO DE 2021.

Portaria 085/2021 de 23 de Fevereiro de 2021.

DISPÕE SOBRE CONCESSÃO DE LICENÇA SEM VENCIMENTOS A SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

RONIO CONDÃO BARROS MILHOMEM, Prefeito Municipal de Confresa, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal e Lei Complementar Municipal 020/2005.

CONSIDERANDO: o requerimento da servidora de 22/02/2021 e oficio 168/SMEEL/2021.

RESOLVE:

Art. 1º - CONCEDER a servidora pública municipal MARIA LUCIA LUIZA DA SILVA**,** matricula 001118, ocupante do cargo efetivo de PROFESSOR DE NIVEL MEDIO/MAGISTERIO, lotada na Secretaria Municipal de Educação Esporte e Lazer/ Cmei-Centro Municipal de Educação Infantil Sarah Jhenyffer Barbosa de Freitas, LICENÇA SEM VENCIMENTOS no período de 10/02/2021 a 31/12/2021.

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Publique-se,

Registre-se,

Cumpra-se.

Confresa-MT, 23 de Fevereiro de 2021.

RONIO CONDÃO BARROS MILHOMEM

Prefeito Municipal

ADMINISTRAÇÃO/LICITAÇÕES
PRIMEIRO TERMO DE APOSTILAMENTO NA ATA Nº 66/2020

Apostilamento para Inclusão de Dotação Orçamentária e Remanejamento de valor e item, para respectivos itens na Ata **Nº 66/2020.**

CONTRATANTE: Prefeitura Municipal de Confresa-MT, neste ato representado pelo seu Prefeito **Ronio Condão Barros Milhomem**, brasileiro, casado, médico, residente e domiciliado na Avenida Ayrton Senna da Silva nr° 133, Centro, nesta cidade de Confresa-MT, CEP: 78.652-000, portador do RG 0875190-0 SSP/MT e CPF 535.561.191-53.

CONTRATADA: HELIO LIMA DA SILVA 890612099153 inscrito no CNPJ n° 28.648.557/0001-52.

OBJETO: Prestação de Serviços de Propaganda Volante utilizado em Veículo, para atender a demanda das Secretarias do Poder Executivo Municipal, junto ao Município de Confresa - MT.

OBJETO DO APOSTILAMENTO: O presente Termo de Apostilamento, para respectivos itens na Ata **Nº 66/2020.** Tem o objetivo de Inclusão de Dotação Orçamentária e Remanejamento de Valor e Item. **Processo Licitatório nº046/2020 na modalidade Pregão Presencial nº037/2020.**

SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO

ÓRGÃO: 11- SECRETARIA DE PLANEJAMENTO

UNID: 01- SECRETARIA DE PLANEJAMENTO

PROJ. ATIV.: 2.012- MANUTENÇÃO E ENCARGOS COM SEC. DE PLANEJAMENTO

CÓD RED: 2002

FONTE: 0000- RECURSOS ORDINÁRIOS

ELEMENTO: 3.3.90.39.00.00.00.00

ITEM	UND	QUANTIDADE REMANEJADA P/SEC.SAÚDE	DESCRIÇÃO	VALOR UNIT.	VALOR REMANEJADO P/ SEC. SAÚDE
01	HS	50	SERVIÇO DE PROPAGANDA E PUBLICIDADE -DIVULGAÇÃO DE CAMPANHAS, EM CARRO DE SOM.	R$ 35,90	R$ 1.795,00

INCLUSÃO DE DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA E REMANEJAMENTO DE VALOR E ITEM

Órgão: 06-Secretária de Saúde

Unid:04-Atenção Básica

Proj.ativ: 2.140-Ações de Enfrentamento ao Novo Coronavirus – Covid 19

Cód Red: 2020

Fonte: 0046

Elemento:3.3.90.39.00.00.00.00

ITEM	UND	QUANTIDADE REMANEJADA	DESCRIÇÃO	VALOR UNIT.	VALOR REMANEJADO
01	HS	50	SERVIÇO DE PROPAGANDA E PUBLICIDADE -DIVULGAÇÃO DE CAMPANHAS, EM CARRO DE SOM.	R$ 35,90	R$ 1.795,00

FUNDAMENTO: Com base no art. 65 §8º da Lei Federal nº 8.666/93, realiza-se o presente Apostilamento.

Para constar e surtir efeitos jurídicos, lavra-se o presente Termo de Apostilamento, com base no § 8º do artigo 65 da Lei Federal nº 8.666/93, sendo uma cópia juntada ao processo licitatório e publicada no Diário Oficial dos Municípios.

Confresa - MT, 22 de Fevereiro de 2021.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CONFRESA

Ronio Condão Barros Milhomem

RECURSOS HUMANOS
PORTARIA 084/2021 DE 21 DE FEVEREIRO DE 2021.

Portaria 084/2021 de 21 de Fevereiro de 2021.

DISPÕE SOBRE CONCESSÃO DE LICENÇA PRÊMIO A SERVIDOR PUBLICO MUNICIPAL OCUPANTE DE CARGO EFETIVO, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

RONIO CONDÃO BARROS MILHOMEM, Prefeito Municipal de Confresa, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal.

RESOLVE:

Art. 1º - Conceder LICENÇA PRÊMIO de 90 (noventa) dias ininterruptos no período de **12/03/2021 a 09/06/2021** referente ao período aquisitivo 01/04/2008 a 31/03/2013, a Servidora Pública Municipal, ANA GISELIA MATOS OLIVEIRA matricula 000467, ocupante do cargo efetivo de TECNICO DA SAUDE/ENFERMAGEM, lotada na Secretaria Municipal de Saúde/ Hospital Municipal.

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Publique-se,

Registre-se,

Cumpra-se.

Confresa-MT, 21 de Fevereiro de 2021.

RONIO CONDÃO BARROS MILHOMEM

Prefeito Municipal

RECURSOS HUMANOS
PORTARIA 083/2021 DE 21 DE FEVEREIRO DE 2021.

Portaria 083/2021 de 21 de Fevereiro de 2021.

DISPÕE SOBRE CONCESSÃO DE LICENÇA PRÊMIO A SERVIDOR PUBLICO MUNICIPAL OCUPANTE DE CARGO EFETIVO, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

RONIO CONDÃO BARROS MILHOMEM, Prefeito Municipal de Confresa, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal.

RESOLVE:

Art. 1º - Conceder LICENÇA PRÊMIO de 90 (noventa) dias ininterruptos no período de **12/03/2021 a 09/06/2021** referente ao período aquisitivo 17/04/2012 a 16/04/2017, ao Servidor Público Municipal, MARCOS VIEIRA BENTO matricula 011953, ocupante do cargo efetivo de AGENTE DE MANUTENCAO/ELETRICISTA PREDIAL, lotado na Secretaria Municipal de Saúde/ Hospital Municipal.

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Publique-se,

Registre-se,

Cumpra-se.

Confresa-MT, 21 de Fevereiro de 2021.

RONIO CONDÃO BARROS MILHOMEM

Prefeito Municipal

RECURSOS HUMANOS
PORTARIA 082/2021 DE 21 DE FEVEREIRO DE 2021.

Portaria 082/2021 de 21 de Fevereiro de 2021.

DISPÕE SOBRE CONCESSÃO DE LICENÇA PRÊMIO A SERVIDOR PUBLICO MUNICIPAL OCUPANTE DE CARGO EFETIVO, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

RONIO CONDÃO BARROS MILHOMEM, Prefeito Municipal de Confresa, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal.

RESOLVE:

Art. 1º - Conceder LICENÇA PRÊMIO de 90 (noventa) dias ininterruptos no período de **01/03/2021 a 29/05/2021** referente ao período aquisitivo 28/02/2015 a 27/02/2020, a Servidora Pública Municipal, MIRIAN AGUIAR DA SILVA matricula 000339, ocupante do cargo efetiva de PROFESSOR DE NIVEL MEDIO/MAGISTERIO, lotada na Secretaria Municipal de Educação Esporte e Lazer/ Escola Municipal Pau Brasil

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Publique-se,

Registre-se,

Cumpra-se.

Confresa-MT, 21 de Fevereiro de 2021.

RONIO CONDÃO BARROS MILHOMEM

Prefeito Municipal

RECURSOS HUMANOS
PORTARIA 080/2021 DE 21 DE FEVEREIRO DE 2021.

Portaria 080/2021 de 21 de Fevereiro de 2021.

DISPÕE SOBRE CONCESSÃO DE LICENÇA PRÊMIO A SERVIDOR PUBLICO MUNICIPAL OCUPANTE DE CARGO EFETIVO, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

RONIO CONDÃO BARROS MILHOMEM, Prefeito Municipal de Confresa, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal.

RESOLVE:

Art. 1º - Conceder LICENÇA PRÊMIO de 90 (noventa) dias ininterruptos no período de **01/03/2021 a 29/05/2021** referente ao período aquisitivo 16/12/2013 a 15/12/2018, a Servidora Pública Municipal, EVA COELHO DE SOUSA matricula 012280, ocupante do cargo efetivo de TECNICO ADMNISTRATIVO EDUCACIONAL, lotada na Secretaria Municipal de Educação Esporte e Lazer/ Cmei - Centro Municipal de Educação Infantil Angelina Fernandes da Fonseca.

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Publique-se,

Registre-se,

Cumpra-se.

Confresa-MT, 21 de Fevereiro de 2021.

RONIO CONDÃO BARROS MILHOMEM

Prefeito Municipal

RECURSOS HUMANOS
PORTARIA 079/2021 DE 19 DE FEVEREIRO DE 2021.

Portaria 079/2021 de 19 de Fevereiro de 2021.

DISPÕE SOBRE DESIGNAÇÃO E/OU NOMEAÇÃO DE SERVIDOR PARA OCUPAR CARGO COMISSIONADO, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

RONIO CONDÃO BARROS MILHOMEM, Prefeito Municipal de Confresa, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal.

CONSIDERANDO a necessidade de formação e preenchimento do quadro de pessoal para gestão administrativa 2021/2024.

RESOLVE:

Art. 1º - NOMEAR a Sra. CARLA BENEDITA DE OLIVEIRA, brasileira, escriturário, inscrita no CPF/MF 026.931.391-29 e RG 19404700 SSP/MT, residente e domiciliado neste município, para exercer o cargo comissionado de CHEFE DE SEÇÃO, na secretaria municipal de Saúde.

Art. 2º - Deverá o Departamento de Recursos Humanos proceder aos registros necessários referentes à presente nomeação.

Art. 3º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos desde 18/02/2021.

Art. 4º - Revogam-se as disposições em contrário.

Publique-se,

Registre-se,

Cumpra-se.

Confresa-MT, 19 de Fevereiro de 2021.

RONIO CONDÃO BARROS MILHOMEM

Prefeito Municipal

RECURSOS HUMANOS
PORTARIA 078/2021 DE 19 DE FEVEREIRO DE 2021.

Portaria 078/2021 de 19 de Fevereiro de 2021.

DISPÕE SOBRE DESIGNAÇÃO E/OU NOMEAÇÃO DE SERVIDOR PARA OCUPAR CARGO COMISSIONADO, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

RONIO CONDÃO BARROS MILHOMEM, Prefeito Municipal de Confresa, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal.

CONSIDERANDO a necessidade de formação e preenchimento do quadro de pessoal para gestão administrativa 2021/2024.

RESOLVE:

Art. 1º - NOMEAR o Sr. ANSELMO DOS SANTOS, brasileiro, solteiro, motorista, inscrito no CPF/MF 300.330.568-97 e RG 276871807 SSP/SP, residente e domiciliado neste município, para exercer o cargo comissionado de CHEFE DE SEÇÃO, na secretaria municipal de Saúde.

Art. 2º - Deverá o Departamento de Recursos Humanos proceder aos registros necessários referentes à presente nomeação.

Art. 3º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos desde 10/02/2021.

Art. 4º - Revogam-se as disposições em contrário.

Publique-se,

Registre-se,

Cumpra-se.

Confresa-MT, 19 de Fevereiro de 2021.

RONIO CONDÃO BARROS MILHOMEM

Prefeito Municipal

ADMINISTRAÇÃO/LICITAÇÕES
SEGUNDO TERMO DE APOSTILAMENTO AO CONTRATO Nº 53/2020.

Apostilamento para inclusão de Dotação Orçamentária e Remanejamento de Valor, para respectivos itens do Contrato **Nº 53/2020.**

CONTRATANTE: Prefeitura Municipal de Confresa-MT, neste ato representado pelo seu Prefeito **Ronio Condão Barros Milhomem**, brasileiro, casado, médico, residente e domiciliado na Avenida Ayrton Senna da Sil-

va, n° 133 - Centro, nesta cidade de Confresa-MT, CEP: 78.652-000, portador do RG 0875190-0 SSP/MT e CPF 535.561.191-53.

CONTRATADA: S. R. LEITE CONSTRUTORA E EMPREENDIMENTOS EIRELLI, inscrita no CNPJ sob o n° 33.906.073/0001-04.

OBJETO: Contratação de empresa especializada para Serviços de engenharia para Ampliação do Hospital Municipal de Confresa, no bloco de serviços e bloco de uti, para o Enfretamento da Pandemia Covid-19, conforme a Lei 13.979 de fevereiro de 2020 e alterações pela MP 929/2020, para atender demanda da Secretaria Municipal de Saúde.

OBJETO DO APOSTILAMENTO: O presente Termo de Apostilamento ao Contrato Nº **53/2020.** Tem o objetivo de incluir dotação orçamentária e remanejamento de valor.**Processo Licitatório n° 142/2020** na modalidade de **Dispensa de Licitação n° 035/2020.**

SECRETÁRIA DE SAÚDE

DETALHAMENTO:0 – SEM DETALHAMENTO DAS DESTINAÇÕES DE RECURSOS

ORGAO.: 06– SECRETARIA MUNICIPAL DE SAUDE

UNID.: 06 – MAC MEDIA E ALTA COMPLEXIDADE

PROJ. ATIV.: 1.035 – CONSTRUÇÃO DE UNIDADE DE TERAPIA INTENSIVA- UTI-

CÓD. RED.:839 – OBRAS E INSTALAÇÕES

FONTE.: 0000 – RECURSOS ORDINARIOS

ELEMENTO.: 4.4.90.51.00.00.00.00.01.0000

VALOR R$ 414.011,62

INCLUSÃO DE DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA E REMANEJAMENTO DE VALOR.

DETALHAMENTO:81000 – APLICAÇÃO DOS RECURSOS DA SUSPENSÃO DO PAGAMENTO DE DIVIDAS, NOS TERMOS DA LC 173/2020, ART 2 CAPUT, INCISO II E PARÁGRAFO 5.

ORGAO.: 06– SECRETARIA MUNICIPAL DE SAUDE

UNID.: 06 – MAC MEDIA E ALTA COMPLEXIDADE

PROJ. ATIV.: 1.035 – CONSTRUÇÃO DE UNIDADE DE TERAPIA INTENSIVA- UTI-

CÓD. RED.:2037 – OBRAS E INSTALAÇÕES

FONTE.: 0000 – RECURSOS ORDINARIOS

ELEMENTO.: 4.4.90.51.00.00.00.00.01.0000

VALOR R$ 414.011,62

FUNDAMENTO: Com base no art. 65 §8º da Lei Federal nº 8.666/93 e Lei Municipal nº 961/2020, realiza-se o presente Apostilamento.

Para constar e surtir efeitos jurídicos, lavra-se o presente Termo de Apostilamento, com base no § 8º do artigo 65 da Lei Federal nº 8.666/93, sendo uma cópia juntada ao processo licitatório e publicada no Diário Oficial dos Municípios.

Confresa - MT, 23 de Fevereiro de 2021.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CONFRESA

Ronio Condão Barros Milhomem

RECURSOS HUMANOS
PORTARIA 077/2021 DE 19 DE FEVEREIRO DE 2021.

Portaria 077/2021 de 19 de Fevereiro de 2021.

DISPÕE SOBRE DESIGNAÇÃO E/OU NOMEAÇÃO DE SERVIDOR PARA OCUPAR CARGO COMISSIONADO, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

RONIO CONDÃO BARROS MILHOMEM, Prefeito Municipal de Confresa, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal.

CONSIDERANDO a necessidade de formação e preenchimento do quadro de pessoal para gestão administrativa 2021/2024.

RESOLVE:

Art. 1º - NOMEAR a Sra. SONIA TAVARES DA CRUZ, brasileira, casada, escriturário, inscrita no CPF/MF 569.063.071-34 e RG 15691608 SSP/MT, residente e domiciliado neste município, para exercer o cargo comissionado de CHEFE DE SEÇÃO, na secretaria municipal de Saúde.

Art. 2º - Deverá o Departamento de Recursos Humanos proceder aos registros necessários referentes à presente nomeação.

Art. 3º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos desde 08/02/2021.

Art. 4º - Revogam-se as disposições em contrário.

Publique-se,

Registre-se,

Cumpra-se.

Confresa-MT, 19 de Fevereiro de 2021.

RONIO CONDÃO BARROS MILHOMEM

Prefeito Municipal

RECURSOS HUMANOS
PORTARIA 076/2021 DE 19 DE FEVEREIRO DE 2021.

Portaria 076/2021 de 19 de Fevereiro de 2021.

DISPÕE SOBRE DESIGNAÇÃO E/OU NOMEAÇÃO DE SERVIDOR PARA OCUPAR CARGO COMISSIONADO, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

RONIO CONDÃO BARROS MILHOMEM, Prefeito Municipal de Confresa, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal.

CONSIDERANDO a necessidade de formação e preenchimento do quadro de pessoal para gestão administrativa 2021/2024.

RESOLVE:

Art. 1º - NOMEAR a Sra. JANETE PEREIRA DIAS BUENO, brasileira, viúva, Escriturário, inscrita no CPF/MF 984.448.401-49 e RG 34484752 SSP/MT, residente e domiciliada neste município, para exercer o cargo comissionado de CHEFE DE SEÇÃO, na secretaria municipal de Saúde.

Art. 2º - Deverá o Departamento de Recursos Humanos proceder aos registros necessários referentes à presente nomeação.

Art. 3º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos desde 07/02/2021.

Art. 4º - Revogam-se as disposições em contrário.

Publique-se,

Registre-se,

Cumpra-se.

Confresa-MT, 19 de Fevereiro de 2021.

RONIO CONDÃO BARROS MILHOMEM

Prefeito Municipal

RECURSOS HUMANOS
PORTARIA 075/2021 DE 19 DE FEVEREIRO DE 2021.

Portaria 075/2021 de 19 de Fevereiro de 2021.

DISPÕE SOBRE DESIGNAÇÃO E/OU NOMEAÇÃO DE SERVIDOR PARA OCUPAR CARGO COMISSIONADO, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

RONIO CONDÃO BARROS MILHOMEM, Prefeito Municipal de Confresa, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal.

CONSIDERANDO a necessidade de formação e preenchimento do quadro de pessoal para gestão administrativa 2021/2024.

RESOLVE:

Art. 1º - NOMEAR a Sra. DAYANE JESIANE DE OLIVEIRA, brasileira, Professora, casada, inscrita no CPF/MF 016.359.111-33 e RG 4943062 DGPC/GO, residente e domiciliada neste município, para exercer o cargo comissionado de CHEFE DE DEPARTAMENTO**, na secretaria municipal de** Saúde.

Art. 2º - Deverá o Departamento de Recursos Humanos proceder aos registros necessários referentes à presente nomeação.

Art. 3º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos desde 01/02/2021.

Art. 4º - Revogam-se as disposições em contrário.

Publique-se,

Registre-se,

Cumpra-se.

Confresa-MT, 19 de Fevereiro de 2021.

RONIO CONDÃO BARROS MILHOMEM

Prefeito Municipal

RECURSOS HUMANOS
PORTARIA 074/2021 DE 19 DE FEVEREIRO DE 2021.

Portaria 074/2021 de 19 de Fevereiro de 2021.

DISPÕE SOBRE CONCESSÃO DE LICENÇA MATERNIDADE A SERVIDORA PUBLICA MUNICIPAL, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

RONIO CONDÃO BARROS MILHOMEM, Prefeito Municipal de Confresa, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal e Lei 208/2005.

CONSIDERANDO: o atestado médico de 18/02/2021 – Dr. José Carlos da Silva- CRM 2944/MT.

RESOLVE:

Art. 1º - Conceder LICENÇA MATERNIDADE por 120 (cento e vinte) dias no período de 18/02/2021 a 17/06/2021 a servidora pública municipal CARLA CRISTINA GOMES DAVID, matricula 012546, efetiva no cargo de Apoio Administrativo Educacional/Manutenção Infraestrutura, lotada na Secretaria Municipal de Educação Esporte e Lazer/Escola Municipal Jacaré Valente.

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogando-se as disposições em contrário.

Publique-se,

Registre-se,

Cumpra-se.

Confresa-MT, 19 de Fevereiro de 2021.

RONIO CONDÃO BARROS MILHOMEM

Prefeito Municipal

RECURSOS HUMANOS
PORTARIA 073/2021 DE 12 DE FEVEREIRO DE 2021.

Portaria 073/2021 de 12 de Fevereiro de 2021.

DISPÕE SOBRE CONCESSÃO DE LICENÇA MATERNIDADE A SERVIDORA PUBLICA MUNICIPAL, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

RONIO CONDÃO BARROS MILHOMEM, Prefeito Municipal de Confresa, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal e Lei 208/2005.

CONSIDERANDO: o atestado médico de 12/02/2021 – Dr. José Carlos da Silva- CRM 2944/MT.

RESOLVE:

Art. 1º - Conceder LICENÇA MATERNIDADE por 120 (cento e vinte) dias no período de 12/02/2021 a 11/06/2021 a servidora pública municipal ALINE CARDOSO DE BRITO, matricula 013684, contratada no cargo de Professora Licenciatura Plena em Pedagogia, lotada na Secretaria Municipal de Educação Esporte e Lazer/Escola Municipal Agamenon Magalhaes.

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos desde 12/02/2021.

Art. 3º - Revogando-se as disposições em contrário.

Publique-se,

Registre-se,

Cumpra-se.

Confresa-MT, 12 de Fevereiro de 2021.

RONIO CONDÃO BARROS MILHOMEM

Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE CONQUISTA D`OESTE

PORTARIA/DECRETO
COVID-19: EDITAL DE CONVOCAÇÃO N.º 003/2021 TESTE SELETIVO SIMPLIFICADO 001/2021

EDITAL DE CONVOCAÇÃO N.º 003/2021 TESTE SELETIVO SIMPLIFICADO 001/2021

DANIEL DE MENEZES ALVARES, Prefeito Municipal de Conquista D'Oeste, Estado de Mato Grosso, no uso de atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município e Leis Complementares que regulamentam a investidura no Serviço Público Municipal, **CONVOCA** os Candidatos abaixo relacionados, aprovados e classificados no Teste Seletivo Simplificado desta Prefeitura, objeto do Edital n.º 001/2021, devidamente homologado, para apresentarem os documentos exigidos para o processo de nomeação e posse nos respectivos cargos.

A posse ocorrerá no prazo de 3(três) dias úteis, contados da publicação do ato de nomeação.

Tornar-se-á sem efeito o ato de provimento se a posse não ocorrer no prazo previsto no parágrafo anterior deste artigo.

CARGO: TÉCNICO DE ENFERMAGEM

CLASSIFICAÇÃO	NOME
1º	MARIA ISABEL DA SILVA MOREIRA

Gabinete do Prefeito, Conquista D'Oeste - MT, 23 de fevereiro de 2021.

DANIEL DE MENEZES ALVARES Prefeito Municipal Interino

PREFEITURA MUNICIPAL DE COTRIGUAÇU

EXTRATO DO CONTRATO 008/2020

De Um Lado A Prefeitura Municipal De Cotriguaçu-Mt, Inscrita No Cnpj/Mf Sob O Nº 37.465.309/0001-67, Situada À Av. 20 De Dezembro, Nº 725 – Bairro Centro Em Cotriguaçu-Mt, Neste Ato Representada Pelo Prefeito

Municipal Srº: **Olirio Oliveira Dos Santos**, Que Doravante Passa A Ser Identificado E Chamado De "Contratante", E A Empresa **RODRIGO JESUINO PADILHA ME CNPJ: 16.698.725/0001-35,** endereço- Logradouro Av Henrique Xavier Rodovalho Número 50 Complemento Sala 03 Cep78. 330-000 Bairro/Distrito centro Município Cotriguaçu UF-MT Denominado **"Contratado"**. Objeto: **" AQUISIÇÃO DE VESTUÁRIO DO TIPO CAMISETAS E TOALHAS DE MÃO PARA SEREM UTILIZADOS NAS ATIVIDADES ALUSIVAS AO DIA DA MULHER, BEM COMO UNIFORMES PARA O CONSELHO TUTELAR, EQUIPE DE ATENDIMENTO DO CADASTRO ÚNICO, EQUIPE VOLANTE E EQUIPE DE REFERENCIA DO CRAS".** O Presente Contrato Tem O Valor Global De **R$ 10.796,00 (DEZ MIL SETECENTOS E NOVENTA E SEIS REAIS).** Que Integra O Presente Instrumento E Que É De Pleno Conhecimento Das Partes. O Presente Contrato Tem Vigência A Partir De**23 De Fevereiro De 2021 Até 09 De Maio De 2021**.

Olirio Oliveira dos Santos

Prefeito Municipal

ANEXO DA POLITICA ANUAL DE INVESTIMENTO - PREVI COTRI

RESUMO DAS ESTRATÉGIAS DE ALOCAÇÃO DOS RECURSOS

TIPO DE ATIVO	*RESOLUÇÃO CMN 4.695/2018*		*POSIÇÃO DA CARTEIRA (R$) EM 30/11/2020*	*POSIÇÃO ATUAL DA CARTEIRA (%)*	*ESTRATÉGIA DE ALOCAÇÃO - POLÍTICA DE INVESTIMENTO 2021*		
	ARTIGO	*LIMITE*			*LIMITE INFERIOR (%)*	*ESTRATÉGIA ALVO (%)*	*LIMITE SUPERIOR (%)*
Títulos Tesouro Nacional - SELIC	**7, I, a**	**100%**	-	0,00%	**0,00%**	**0,00%**	**10,00%**
FI Refer. 100% Títulos Tesouro Nacional - SELIC	**7, I, b**	**100%**	10.896.945,09	38,02%	**0,00%**	**36,02%**	**58,00%**
FI índice Mercado 100% Títulos Tesouro Nacional - SELIC	**7, I, c**	**100%**	-	0,00%	**0,00%**	**0,00%**	**58,00%**
Operações Compromissadas lastreadas em Títulos Públicos	**7, II**	**5%**	-	0,00%	**0,00%**	**0,00%**	**0,00%**
FI Referenciados em Indicadores de Renda Fixa	**7, III, a**	**60%**	11.597.323,99	40,46%	**0,00%**	**40,46%**	**60,00%**
FI de Índices em Indicadores de Renda Fixa	**7, III, b**	**60%**	-	0,00%	**0,00%**	**0,00%**	**60,00%**
FI de Renda Fixa	**7, IV, a**	**40%**	5.080.613,51	17,73%	**0,00%**	**17,73%**	**40,00%**
FI de índices de Renda Fixa	**7, IV, b**	**40%**	-	0,00%	**0,00%**	**0,00%**	**40,00%**
LIG - Letras Imobiliárias Garantidas	**7, V, b**	**20%**	-	0,00%	**0,00%**	**0,00%**	**0,00%**
CDB - Certificado de Depósito Bancário	**7, VI, a**	**15%**	-	0,00%	**0,00%**	**0,00%**	**13,00%**
Depósito Poupança	**7, VI, b**	**15%**	-	0,00%	**0,00%**	**0,00%**	**2,00%**
FI em Direitos Creditórios - Cota Sênior	**7, VII, a**	**5%**	-	0,00%	**0,00%**	**0,00%**	**0,00%**
FI de Renda Fixa Crédito Privado	**7, VII, b**	**5%**	-	0,00%	**0,00%**	**0,00%**	**0,00%**
FI em Debêntures	**7, VII, c**	**5%**	-	0,00%	**0,00%**	**0,00%**	**0,00%**
1 - SUB-TOTAL RENDA FIXA			**27.574.882,59**	**96,21%**	**0,00%**	**94,21%**	**341,00%**
FI em índices de RV - (mín. 50 ações)	**8, I, a**	**30%**	-	0,00%	**0,00%**	**1,00%**	**10,00%**
FI em índices de Mercado de RV - (mín. 50 ações)	**8, I, b**	**30%**	-	0,00%	**0,00%**	**1,00%**	**10,00%**
FI em Ações	**8, II, a**	**20%**	728.340,85	2,54%	**0,00%**	**2,54%**	**13,00%**
FI em índices de Mercado de RV	**8, II, b**	**20%**	-	0,00%	**0,00%**	**0,00%**	**10,00%**
FI Multimercado - aberto	**8, III**	**10%**	191.537,35	0,67%	**0,00%**	**0,67%**	**10,00%**
FI em Participações - fechado	**8, IV, a**	**5%**	-	0,00%	**0,00%**	**0,00%**	**0,00%**
FIC Ações - Mercado de Acesso	**8, IV, c**	**5%**	-	0,00%	**0,00%**	**0,00%**	**0,00%**
FI Imobiliário	**8, IV, b**	**5%**	-	0,00%	**0,00%**	**0,00%**	**0,00%**
2 - SUB-TOTAL RENDA VARIÁVEL	**8, § 1º**		**919.878,20**	**3,21%**	**0,00%**	**5,21%**	**53,00%**
FIC e FIC FI - Renda Fixa - Dívida Externa	**9º A, I**	**10%**	-	0,00%	**0,00%**	**0,00%**	**10,00%**
FIC - Aberto - Investimento no Exterior	**9º A, II**	**10%**	-	0,00%	**0,00%**	**0,00%**	**10,00%**
Fundos de Ações - BDR Nível I	**9º A, III**	**10%**	166.116,77	0,58%	**0,00%**	**0,58%**	**10,00%**
3 - SUB-TOTAL INVESTIMENTO NO EXTERIOR	**9º-A**		**166.116,77**	**0,58%**	**0,00%**	**0,58%**	**30,00%**
4 - TOTAL DO PATRIMÔNIO (1+2+3)			**28.660.877,56**	**100,00%**		**100,00%**	

ERRATA DE TERMO DE ADITIVO DE CONTRATO DE LOCAÇÃO CONTRATO - Nº 005/2020 PROCESSO 09/2020 ERRATA

A Prefeitura Municipal De Cotriguaçu MT, torna público a ERRATA do EXTRATO DO PRIMEIRO TERMO ADITIVO de locação de imóvel, Contrato Nº 005/2020, PROCESSO Nº 009/2020, tendo em vista que a data do contrato não está correta, a correção se dá na seguinte forma:

ONDE LÊ-SE: O presente contrato vigorará a partir 29 de fevereiro de 2021 válido até 29 de junho de 2021.

LEIA - SÊ: O presente contrato vigorará a partir 01 de março de 2021 válido até 01 de julho de 2021.

OBJETO: "LOCAÇÃO DE IMÓVEL RESIDENCIAL PARA ACOMODAR A CASA TRANSITÓRIA GERENCIADA PELA SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL".

ORDEM DE INICIO DE SERVIÇO TOMADA DE PREÇO 010/2020 PROCESSO 190/2020

A Prefeitura Municipal de Cotriguaçu, estado de Mato Grosso, inscrita no CNPJ: 13.465.309/0001-67, autoriza a empresa **MAICO RIGOTTI EIRELI CNPJ 31.125.287/0001-47**, residente em Av. Deputado Hitler Sansão, nº 130, Modulo 01, Juina-MT, CEP 78.320-000, através do **contrato nº 80/2020** celebrado entre as parte de acordo com a licitação **tomada de preço 010/2020 processo 190/2020**: **"CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM CONSTRUÇÃO DE UMA PRAÇA DE LAZER NO MUNICIPIO DE COTRIGUAÇU-MT CONFORME PROJETO, PLANILHAS E MEMORIAL DISCRITIVO, ATENDENDO O CONVÊNIO 884026/2019"** a dar início aos serviços da obra do objeto do contrato acima, obedecendo os padrões técnicos e as exigências descritas no edital e contrato assinada entre as partes.

PREFEITURA MUNICIPAL DE COTRIGUAÇU/MT

OLIRIO OLIVEIRA DOS SANTOS

CONTRATANTE

TERMO DE RATIFICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO DA DISPENSA Nº 005/2021 - PROCESSO Nº 0011/2021

O Prefeito Municipal de Cotriguaçu–MT, no uso das atribuições e de acordo com o art. 24 e 43, VI, da Lei Federal nº 8.666/93, e conforme consta no Processo a manifestação da Comissão Permanente de Licitação e de acordo com o Parecer da Assessoria Jurídica desta Prefeitura, Resolve RATIFICAR E HOMOLOGAR o presente Processo Licitatório Nº 011/2021, Dispensa De Licitação Nº 005/2021. Objeto da Licitação: "SERVIÇO DE LOCAÇÃO DE CARRO DE SOM PARA DIVULGAR ORIENTAÇÕES SOBRE O COVID-19, JUNTO AO MUNICIPIO DE COTRIGUAÇU-MT." Contratado: JAMIRO PEREIRA SIQUEIRA CPF: 883.904.541-49, endereço Av. 20 de Dezembro, nº 943, Bairro Centro CEP 78.330-000, Município Cotriguaçu UF-MT. totalizando o valor de R$ 6.900,00 (SEIS MIL E NOVECENTOS REAIS), e determino que sejam adotadas as medidas cabíveis para a contratação da referida empresa.

Cotriguaçu - MT, 23 de fevereiro de 2021.

OLIRIO OLIVEIRA DOS SANTOS

PREFEITO MUNICIPAL

PREFEITURA MUNICIPAL DE DIAMANTINO

LEI MUNICIPAL Nº 1.394/2021

LEI MUNICIPAL Nº 1.394/2021

AUTORIZA O PODER EXECUTIVO A PROCEDERA ABERTURA DE CRÉDITO ADICIONAL ESPECIAL, NO ORÇAMENTO VIGENTE E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Senhor **MANOEL LOUREIRO NETO**, Prefeito Municipal de Diamantino, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas por Lei e em consonância com art. 41, II, da Lei nº 4.320/64 e Lei, faz saber que a Câmara Municipal de Diamantino aprovou, e ELE sanciona a seguinte lei:

Art. 1º Fica o Poder Executivo Municipal de Diamantino autorizado a abrir Crédito Adicional Especial, no montante de R$ 108.897,00 (cento e oito mil oitocentos e noventa e sete reais), para fazer face ao custeio das Ações e Serviços Públicos de Saúde, relacionados ao Enfrentamento da Circulação da COVID19, nas seguintes ações e fontes de recursos:

06.000 - SECRETARIA MUNIC DE SAÚDE E VIGILÂNCIA SANITÁRIA

06.001 – FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE

10 – SAÚDE

301 -ATENÇÃO BASICA

0097 - COVID19 - ENFRENTAMENTO DA EMERGENCIA DECORRENTE DO CORONAVIRUS

20098– MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DECORRENTES DA PANDEMIA À PESSOAS COM COMORBIDADE – Port.2.994/2020/MS

33.90.30.00.00 – Material de Consumo.....R$ 30.000,00

33.90.36.00.00 – Outros serv. Terceiro pessoa física..... .....R$ 6.375,00

33.90.39.00.00 – Outros Serv. Terceiros – PJ.....R$ 6.375,00

FONTE: 0.1.46.074000 – TRANSF.SUS - COVID19..... ..... **R$ 42.750,00**

20099 – MANUTENÇÃO DOS SERVIÇOS ODONTOLÓGICOS DECORRENTES DA PANDEMIA- Port.3.008/2020/MS

33.90.30.00.00 – Material de Consumo.....R$ 10.000,00

33.90.36.00.00 – Outros serv. Terceiro pessoa física..... .....R$ 1.758,00

33.90.39.00.00 – Outros Serv. Terceiros – PJ.....R$ 1.759,00

FONTE: 0.1.46.074000 – TRANSF.SUS - COVID19..... ..... **R$ 13.517,00**

20100 – ESTRUTURAÇÃO E ADEQUAÇÃO DO AMBIENTE DE ASSISTÊNCIA ODONTOLÓGICA DECORRENTE DA PANDEMIA – Port.3.389/2020/MS

44.90.52.00.00 – Equipamentos e material permanente.....R$ 24.325,00

FONTE: 0.1.47.074000 – TRANSF.SUS - COVID19..... ..... **R$ 24.325,00**

302 -ASSISTENCIA HOSPITALAR E AMBULATORIAL

0097 - COVID19 - ENFRENTAMENTO DA EMERGENCIA DECORRENTE DO CORONAVIRUS

20101 – MANUTENÇÃO DOS SERVIÇOS PSICO SOCIAL NO ENFRENTAMENTO DA EMERGENCIA A PANDEMIA – Port.3.350/2020/MS

33.90.30.00.00 – Material de Consumo.....R$ 14.305,00

33.90.36.00.00 – Outros serv. Terceiro pessoa física..... .....R$ 7.000,00

33.90.39.00.00 – Outros Serv. Terceiros – PJ.....R$ 7.000,00

FONTE: 0.1.46.074000 – TRANSF.SUS - COVID19..... ..... **R$ 28.305,00**

Art. 2º Para cobertura aos créditos adicionais, abertos no Artigo 1º, serão utilizados recursos conforme Inciso I, Art. 43, da Lei Federal n°4.320/64, de **Superávit Financeiro**, apurado no exercício anterior, de acordo com as seguintes disponibilidades financeiras:

I – Superávit Financeiro exercício 2020 – Fonte 0.1.46.074 – SUS/Custeio – Enfrentamento da Emergência de Saúde–COVID 19.....**R$ 84.572,00**

II - Superávit Financeiro exercício 2020 – Fonte 0.1.47.074 - SUS / Investimento – Enfrentamento da Emergência de Saúde–COVID 19..... .....**R$ 24.325,00**

Art. 3º - Fica o Poder Executivo autorizado a proceder às alterações nas Leis Orçamentárias para adequá-las às modificações acima apontadas.

Art. 4º - Fica o Poder Executivo, de acordo com o Inciso VI, Art. 167 da Constituição Federal, autorizado a proceder com as transferências que se fizerem necessárias para execução dos programas e ações abertos no Art. 1º.

Parágrafo Único – As transferências tratadas no caput, poderão ser realizadas até o limite dos créditos abertos em cada Ação, obedecendo ainda aos limites de créditos adicionais estipulados na LOA – Lei Orçamentária Anual.

Art. 5º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogam-se as disposições em contrário.

Diamantino/MT, 23 de fevereiro de 2021.

MANOEL LOUREIRO NETO

Prefeito Municipal

ANEXO I

ESTIMATIVA DE IMPACTO ORÇAMENTÁRIO E FINANCEIRO SOBRE AUMENTOS E / OU EXPANSÃO DE DESPESAS

PL: nº 05/2021

PRECEITO LEGAL: Art. 16, Incisos I e II da LRF

Considerando que este projeto visa alcançar autorização legislativa para criação e expansão de ações governamentais para fazer face ao custeio das ações e serviços públicos de saúde relacionadas ao enfrentamento da circulação da COVID19.

Considerando o que preceitua o Art. 16, Incisos I e II da Lei Complementar Federal nº 101/2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal), que determina, a necessidade de apresentação de estimativa de impacto orçamentário e financeiro sobre projetos que visem autorização para criação ou expansão de ações governamentais.

A Secretaria Municipal de Planejamento apresenta a estimativa correspondente:

I – IMPACTO:

Tipo de Aumento de Despesa:		
X	(a) Criação de Ação (especial)	R$ 108.897,00
	(b) Expansão de Ação (suplementar)	
(c) TOTAL DE ACRÉSCIMOS (a+b):		**R$ 108.897,00**

Estimativa Anual de Aumento		
Exercício 01 (2021)	Exercício 02 (2022)	Exercício 03 (2023)
R$ 108.897,00	R$	R$

Nota Explicativa 1: por tratar-se de despesas relacionadas ao combate e enfrentamento da Pandemia de **Coronavírus** e, considerando que os recursos estão vinculados ao período de emergência, não há condições técnicas no momento, de previsão de impacto para os próximos exercícios (2022 e 2023), considerando não tratar-se de despesas continuadas.

Tipos de Recursos		
	(d) Excesso / Tendência de Excesso (novos recursos)	R$
X	(e) Superávit Financeiro Exercício Anterior	R$ 108.897,00
	(f) Anulação Total ou Parcial de Dotações	R$
(g) TOTAL DE RECURSOS (d+e+f):		**R$ 108.897,00**

Recursos:		
Fonte Recurso:	**Tipos de Recursos:**	**Valor**
0.1.46.074.000	Superávit Financeiro Exercício 2020	R$84.572,00
0.1.47.074.000	Superávit Financeiro Exercício 2020	R$24.325,00
Total:		**R$ 108.897,00**

ESTIMATIVA DE IMPACTO		
X	(h) Estimativa de Recursos (Superávit Financeiro)	R$ **108.897,00**
	(i) Estimativa de Aumento de Despesa (Emergencial)	R$ **108.897,00**
(j) IMPACTO (h-i):		**R$ 0,00**

Nota Explicativa 2: o impacto demonstrado no quadro acima é neutro, em virtude de o aumento da despesa estar vinculado ao Superávit Financeiro, oriundo das disponibilidades financeiras do exercício 2020, os quais não estavam previstos na LOA 2021.

Diamantino – MT, 12 de fevereiro de 2021.

Marineides Nogueira Leite de Araújo Ricardo Batista Ferreira

Secretária Municipal de Fazenda Secretário Municipal de Planejamento

ANEXO II

DECLARAÇÃO DE ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA FINANCEIRA

PL: nº 05/2021

Na qualidade de Secretários Municipais de Planejamento e Fazenda da Prefeitura Municipal de DIAMANTINO, Estado de Mato Grosso, **DECLARAMOS** para os devidos fins, especialmente os constantes da Lei Federal Complementar 101/2000, que o objeto de levantamento deste impacto orçamentário e financeiro, tem adequação orçamentária e financeira e previsão de compatibilidade com o plano plurianual e com a lei de diretrizes orçamentárias.

Declaramos ainda, que o referido projeto de lei foi elaborado e planejado para haver plenas condições de execução orçamentária desses gastos, inclusive com atualização das principais peças de planejamento (LDO e PPA).

Por fim, para cumprir com os compromissos oriundos dessa atualização, serão utilizados os recursos indicados no Anexo I – Estimativa de Impacto Orçamentário e Financeiro, bem como, caso se faça necessário, todas as medidas contidas na Lei de Diretrizes Orçamentárias serão tomadas, visando manutenção do equilíbrio financeiro e orçamentário.

Diamantino – MT, 12 de fevereiro de 2021.

Marineides Nogueira Leite de Araújo Ricardo Batista Ferreira

Secretária Municipal de Fazenda Secretário Municipal de Planejamento

ABERTURA DE CRÉDITO

ESTADO DE MATO GROSSO
PREFEITURA MUNICIPAL DE DIAMANTINO MT
GABINETE DO PREFEITO

DECRETO Nº 1/2021
DE SEGUNDA-FEIRA, 4 DE JANEIRO DE 2021

DISPÕE SOBRE A ABERTURA DE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR NO VALOR QUE MENCIONA E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

MANOEL LOUREIRO NETO, Prefeito Municipal de DIAMANTINO, Estado de MATO GROSSO, no uso de suas atribuições legais, especialmente a Lei Municipal n.º 1386/2020, e em consonância com a Lei Federal 4320/64.

D E C R E T A:

Art. 1º - Fica aberto no Orçamento da Prefeitura Municipal de DIAMANTINO - MT, abre CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR, até o montante de R$ 58.000,00 (CINQUENTA E OITO MIL REAIS), nas dotações orçamentárias:

05	**SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO E CULTURA**	
Cód. Reduzido	**396**	
005.13.392.0033.20016	MANUTENÇAO E ENCARGOS COM O DEPARTAMENTO DE CULTURA	
0.1.00.000000	RECURSOS ORDINARIOS	
3390390000	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS ¿ PESSOA JURÍDICA	40.000,00
	SUBTOTAL	**40.000,00**
06	**SECRETARIA MUNICIPAL DE SAUDE E VIGILANCIA SANITARIA**	
Cód. Reduzido	**516**	
001.10.301.0042.20032	MANUTENÇAO E ENCARGOS COM AS UNIDADES DO ESF	
0.1.02.000000	RECEITAS DE IMPOSTOS E DE TRANSFERÊNCIA DE IMPOSTOS - SAÚDE	
3190040000	CONTRATAÇÃO POR TEMPO DETERMINADO	15.000,00
	SUBTOTAL	**15.000,00**
07	**SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL**	
Cód. Reduzido	**754**	
001.08.122.0045.20040	MANUTENÇÃO C/ ATIV DO SINE	
0.1.00.000000	RECURSOS ORDINARIOS	
3390390000	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS ¿ PESSOA JURÍDICA	3.000,00
	SUBTOTAL	**3.000,00**
	TOTAL	**58.000,00**

Art. 2º - O valor transposto e remanejado pelo artigo anterior, será coberto com a redução das seguintes dotações orçamentárias:

05	**SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO E CULTURA**	
Cód. Reduzido	**258**	
001.12.361.0016.20007	MANUTENÇÃO E ENC.C/A SECRETARIA	
0.1.01.000000	RECEITAS DE IMPOSTOS E DE TRANSFERÊNCIA DE IMPOSTOS - EDUCAÇÃO	
3390360000	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA	20.000,00

ESTADO DE MATO GROSSO
PREFEITURA MUNICIPAL DE DIAMANTINO MT
GABINETE DO PREFEITO

Cód. Reduzido	**386**	
005.13.392.0033.10310	CONSTRUÇÃO DE UM ANFITEATRO COM AUDITÓRIO PARA REALIZA	
0.1.00.000000	RECURSOS ORDINARIOS	
4490510000	OBRAS E INSTALAÇÕES	20.000,00
	SUBTOTAL	**40.000,00**
06	**SECRETARIA MUNICIPAL DE SAUDE E VIGILANCIA SANITARIA**	
Cód. Reduzido	**517**	
001.10.301.0042.20032	MANUTENÇAO E ENCARGOS COM AS UNIDADES DO ESF	
0.1.46.000000	TRANSFERÊNCIAS FUNDO A FUNDO DE RECURSOS DO SUS DO GOVERNO FEDERAL - BLOCO	
3190040000	CONTRATAÇÃO POR TEMPO DETERMINADO	15.000,00
	SUBTOTAL	**15.000,00**
07	**SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL**	
Cód. Reduzido	**753**	
001.08.122.0045.20040	MANUTENÇÃO C/ ATIV DO SINE	
0.1.00.000000	RECURSOS ORDINARIOS	
3390360000	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA	3.000,00
	SUBTOTAL	**3.000,00**
	TOTAL	**58.000,00**

Art. 3º - Este decreto lei entrará em vigor na data de sua publicação ou afixação em local de costume, revogadas as disposições em contrário:

GABINETE DO PREFEITO DIAMANTINO - MT.
AOS QUATRO DIAS DO MÊS DE JANEIRO DE DOIS MIL E VINTE E HUM.

Registrada nesta Secretaria e publicada por afixação
no lugar público de costume na data supra.

ABERTURA DE CRÉDITO ADICIONAL

ESTADO DE MATO GROSSO
PREFEITURA MUNICIPAL DE DIAMANTINO MT
GABINETE DO PREFEITO

DECRETO Nº 9/2021
DE QUARTA-FEIRA, 20 DE JANEIRO DE 2021

DISPÕE SOBRE A ABERTURA DE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR NO VALOR QUE MENCIONA E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

MANOEL LOUREIRO NETO, Prefeito Municipal de DIAMANTINO, Estado de MATO GROSSO, no uso de suas atribuições legais, especialmente a Lei Municipal n.º 1386/2020, e em consonância com a Lei Federal 4320/64.

D E C R E T A:

Art. 1º - Fica aberto no Orçamento da Prefeitura Municipal de DIAMANTINO - MT, abre CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR, até o montante de R$ 112.900,00 (CENTO E DOZE MIL E NOVECENTOS REAIS), nas dotações orçamentárias:

02	**GABINETE DO PREFEITO**	
Cód. Reduzido	**19**	
001.04.122.0002.10269	AMP.REF. E REEST. REDE FISICA E PAISAGISTICA DA SEDE DA PREF	
0.1.00.000000	RECURSOS ORDINARIOS	
4490510000	OBRAS E INSTALAÇÕES	112.900,00
	SUBTOTAL	**112.900,00**
	TOTAL	**112.900,00**

Art. 2º - O valor transposto e remanejado pelo artigo anterior, será coberto com a redução das seguintes dotações orçamentárias:

02	**GABINETE DO PREFEITO**	
Cód. Reduzido	**13**	
001.04.122.0002.10267	AQUISIÇÃO DE VEICULOS	
0.1.92.000000	ALIENAÇÃO DE BENS	
4490520000	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	16.900,00
4490520000	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	50.000,00
Cód. Reduzido	**17**	
001.04.122.0002.10269	AMP.REF. E REEST. REDE FISICA E PAISAGISTICA DA SEDE DA PREF	
0.1.00.000000	RECURSOS ORDINARIOS	
4490300000	MATERIAL DE CONSUMO	29.000,00
4490360000	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA	17.000,00
	SUBTOTAL	**112.900,00**
	TOTAL	**112.900,00**

Art. 3º - Este decreto lei entrará em vigor na data de sua publicação ou afixação em local de costume, revogadas as disposições em contrário:

ESTADO DE MATO GROSSO
PREFEITURA MUNICIPAL DE DIAMANTINO MT
GABINETE DO PREFEITO

GABINETE DO PREFEITO DIAMANTINO - MT.
AOS VINTE DIAS DO MÊS DE JANEIRO DE DOIS MIL E VINTE E HUM.

Registrada nesta Secretaria e publicada por afixação
no lugar público de costume na data supra.

ABERTURA DE CRÉDITO ADICIONAL ESPECIAL

Estado de Mato Grosso
Prefeitura Municipal de DIAMANTINO

DECRETO Nº 17/2021
DE TERÇA-FEIRA, 02 DE FEVEREIRO DE 2021

DISPÕE SOBRE A ABERTURA DE CRÉDITO ADICIONAL ESPECIAL NO VALOR QUE MENCIONA E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Senhor MANOEL LOUREIRO NETO, Prefeito Municipal de DIAMANTINO, Estado de MATO GROSSO, no uso de suas atribuições legais, especialmente a Lei Municipal nº 1389/2021, e em consonância com a lei Federal 4320/64

DECRETA:

Art. 1º - Fica aberto no Orçamento da Prefeitura Municipal de DIAMANTINO – MT, CRÉDITO ADICIONAL ESPECIAL, no montante de **R$ 3.406.558,48** (TRES MILHOES E QUATROCENTOS E SEIS MIL E QUINHENTOS E CINQUENTA E OITO REAIS E QUARENTA E OITO CENTAVOS REAIS), nas dotações orçamentárias:

04 - SECRETARIA MUNICIPAL DE INFRAESTRUTURA
001.15.451.0010.10037 PAVIMENTAÇÃO DE RUAS AVENIDAS E CALÇAMENTO EM PARALELEPIPIDO

Dotação	Fonte de Recurso	Valor	Tipo de Recursos
4.4.90.51.00.00 OBRAS E INSTALAÇÕES	0.1.90.00000	890.603,73	04 - Operações de Crédito

05 - SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO E CULTURA
001.12.361.0016.10264 CONSTRUÇÃO DE ESCOLA MODELO

Dotação	Fonte de Recurso	Valor	Tipo de Recursos
4.4.90.51.00.00 OBRAS E INSTALAÇÕES	0.1.90.00000	2.515.954,75	04 - Operações de Crédito
	SUB-TOTAL	3.406.558,48	

Art. 2º - Para cobertura ao crédito adicional especial, aberto no Artigo 1º, serão utilizados recursos oriundos de **Operação de Crédito,** de acordo com o artigo 43, parágrafo 1º.inciso IV, da Lei Federal n° 4.320/64, e de acordo com o autorizado na Lei Municipal n° 1.389/2021, resultantes do:

I – Programa FINISA - Financiamento à Infraestrutura e ao Saneamento – Modalidade Apoio Financeiro **R$ 2.515.954,75**

II – Programa AVANÇAR CIDADES – Mobilidade Urbana **R$ 890.603,73**

Art. 3º - Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogam-se as disposições em contrário.

Diamantino, 02 de Fevereiro de 2021

Prefeito Municipal

SETOR DE RH

PORTARIA Nº 193/2021

MANOEL LOUREIRO NETO, Prefeito Municipal do Município de Diamantino, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

Art. 1º - EXONERAR a Senhora **EVELLY SANDY ALVES ROSÁRIO SHIOZAWA,** portadora do RG nº 2378064-9 SSP/MT, inscrita no CPF nº 046. 347.841-06 do cargo de **Assistente de Secretaria II,** lotada na **Secretaria Municipal de Fazenda.**

Art. 3º - Esta Portaria entra em vigor nesta data, revogadas as disposições em contrário.

PUBLIQUE-SE, REGISTRE-SE, CUMPRA-SE.

Diamantino, 23 de Fevereiro de 2021.

MANOEL LOUREIRO NETO

Prefeito Municipal

LEI MUNICIPAL Nº 1.393/2021

LEI MUNICIPAL Nº 1.393/2021

AUMENTA O REPASSE MENSAL AO LAR SÃO ROQUE, PREVISTO NO TERMO DE FOMENTO 03/2018.

O Prefeito Municipal de Diamantino, Estado de Mato Grosso, Sr. **MANOEL LOUREIRO NETO**, no uso de suas atribuições que lhes são conferidas por lei, faz saber que a Câmara Municipal de Diamantino aprovou, e ELE sanciona a seguinte lei:

Art. 1º -Fica estabelecido o valor de R$ 165.000,00 (cento e sessenta e cinco mil reais), a ser entregue ao Lar São Roque, devidamente inscrito no CNPJ sob o nº 84.304.179/0017-28, com sede à Av. Municipal, nº 1.589, Centro, Diamantino/MT, em parcelas mensais de R$ 15.000,00 (quinze mil reais) a contar de fevereiro/2021 até dezembro/2021, para o custeio das despesas operacionais inerentes às suas atividades assistenciais.

Parágrafo Único - O objetivo da presente Lei é o aumento da contrapartida financeira para as atividades do Lar São Roque, objeto do termo de fomento 03/2018.

Art. 2º -Os valores estipulados no art. 1º serão repassados até o final de cada mês, a partir de fevereiro/2021, sendo que eventual atraso deverá ser devidamente justificado, ficando mantidas as demais obrigações do Termo de Fomento 03/2018.

Art. 3º -As despesas decorrentes da execução do convênio correrão por conta de recursos próprios consignados no Orçamento Anual do Município do Exercício de 2021.

Art. 4º -O Termo de Fomento terá vigência até 31.12.2021, podendo ser renovável quantas vezes necessárias, considerando o acordo entre as partes, conveniência, interesse recíproco e comprovação do cumprimento das metas estipuladas no contrato.

Art. 5º -Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Diamantino-MT, 23 de fevereiro de 2021.

MANOEL LOUREIRO NETO

Prefeito Municipal

SETOR DE RH - PORTARIA DE EXONERAÇÃO

PORTARIA Nº 192/2021

MANOEL LOUREIRO NETO, Prefeito Municipal do Município de Diamantino, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

Art. 1º - **Exonerar** o Senhor **ALFREDO MATHEUS KELLER,** portador do RG nº 120567-0 SSP/SMT inscrito no CPF nº 843.830.201-78, nomeado para ocupar o cargo de **COORDENADOR I,** lotado na**Secretaria Municipal de Agricultura, Desenvolvimento Econômico e Meio Ambiente.**

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua assinatura, revogando-se as disposições em contrário, em especial a Portaria nº 091/2021, Publicada no Diário Oficial nº 3.645 de 13/01/2021.

PUBLIQUE-SE, REGISTRE-SE, CUMPRA-SE.

Diamantino, 23 de Fevereiro de 2021.

MANOEL LOUREIRO NETO

Prefeito Municipal

DECRETO Nº 028/2021 - COMDIPI

DECRETO Nº 028/2021

Nomeia membros para compor o Conselho Municipal dos Direitos da Pessoa Idosa - COMDIPI do Município de Diamantino/MT, instituído pela Lei Municipal n° 616/2006.

O **PREFEITO MUNICIPAL DE DIAMANTINO, ESTADO DE MATO GROSSO**, Sr. **MANOEL LOUREIRO NETO**,no uso das atribuições que lhe confere a Lei Orgânica e,

Considerando o disposto na Lei Municipal n° 616/2006,

DECRETA:

Artigo 1º - Ficam nomeados para integrar o Conselho Municipal dos Direitos da Pessoa Idosa - COMDIPI do Município de Diamantino/MT, as pessoas abaixo relacionadas:

I - Como Representantes do Poder Público Municipal:

a) Maria Luiza Ferreira Dias e Rayla Lalesca Domingos**,** Titular e Suplente, respectivamente, representantes da Secretaria Municipal de Assistência Social;

b) Cleide Cristina Pereira Lopes e Ana Cristina dos Santos, Titular e Suplente, respectivamente, representantes da Secretaria Municipal de Assistência Social;

c) Ana Maria Quinteiro e Gislene Aparecida de Souza, Titular e Suplente, respectivamente, representantes da Secretaria Municipal de Saúde e VISA;

d) Ramon de Oliveira Martins e Caio Alexandre Ojeda da Silva, Titular e Suplente,respectivamente, representantes da Procuradoria Municipal;

II - Como Representantes da Sociedade Civil:

a) Euzilene dos Santos Torres e Letícia Mendes Bueno, Titular e Suplente, respectivamente, representantes do Lar São Roque;

b) Maria Aparecida Faria da Silva e **Helena Pereira Mesquita**, Titular e Suplente, respectivamente, representantes do Grupo Viver Legal;

f) Sirley Ferreira de Arimateia Silva e Maisa Ferreira do Couto, Titular e Suplente, respectivamente, representantes da Casa Espírita Chico Xavier.

g) Marina Isabel de Moraes Dantas e Derenice de Oliveira Neves, Titular e Suplente, respectivamente, representantes da IBN – Igreja Batista Nacional de Diamantino– MT.

§ 1º - O Presidente, o Vice-Presidente e demais cargos do Conselho serão escolhidos dentre seus membros, em eleição do colegiado.

§ 2º - Os membros ora nomeados terão mandato de 02 (dois) anos, podendo ser renovado uma única vez por igual período.

§ 3º - As reuniões do conselho serão públicas e presididas pelo Presidente.

Artigo 2º- Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Diamantino/MT, 23 de fevereiro de 2021.

MANOEL LOUREIRO NETO

Prefeito Municipal

PARECER E DECISÃO FISCAL

PARECER FISCAL

Trata-se de Requerimento proposto pelo Sr. Rafael de Oliveira Dias, visando a Revisão da área utilizada do Alvará de Localização e Funcionamento, incidente sobre o CNPJ 02.955.426/0001-24, razão social Neovia Infrastrutura Rodoviária LTDA.

No bojo do pedido, o contribuinte alega firmar um plano de trabalho junto ao DNIT e neste acordo é previsto um período de operação no prazo de 1 (um) mês na utilização do barracão para fins de usinagem.

O lançamento questionado, tem por vencimento dia 01/03/2021:

1018836/2021 - Taxa de Alvará Localização e Funcionamento	**R$ 8.5454,5**

Importante ressaltar, que após efetuado o lançamento, foi dado ciência pessoalmente ao contribuinte, no dia 12/02/2021.

O lançamento do supracitado tributo encontra-se agasalhado pela Constituição Federal, em seu art. 145, II, *in verbis*:

Art. 145. A União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios poderão instituir os seguintes tributos:

(...)

II - taxas, em razão do exercício do poder de polícia ou pela utilização, efetiva ou potencial, de serviços públicos específicos e divisíveis, prestados ao contribuinte ou postos a sua disposição;

(...)

Destarte, verifica-se que a taxa de alvará de localização e funcionamento, trata-se de uma cobrança constitucional.

Ato contínuo, o conceito de taxas está descrito no Art. 77 do CTN:

Art. 77. As taxas cobradas pela União, pelos Estados, pelo Distrito Federal ou pelos Municípios, no âmbito de suas respectivas atribuições, **têm como fato gerador o exercício regular do poder de polícia**, ou a utilização, efetiva ou potencial, de serviço público específico e divisível, prestado ao contribuinte ou posto à sua disposição **(grifei)**.

No artigo subseqüente, o CTN segue descrevendo o conceito da atividade decorrente de Poder de Polícia:

Art. 78. Considera-se poder de polícia atividade da administração pública que, limitando ou disciplinando direito, interesse ou liberdade, regula a prática de ato ou abstenção de fato, em razão de interesse público concernente à segurança, à higiene, à ordem, aos costumes, à disciplina da produção e do mercado, ao exercício de atividades econômicas dependentes de concessão ou autorização do Poder Público, à tranquilidade pública ou ao respeito à propriedade e aos direitos individuais ou coletivos.

Desse modo, ocorrendo a atividade regular de Poder de Polícia, gera-se o lançamento da respectiva taxa, para que possa o contribuinte, posteriormente, receber a autorização do Município, pra exercer plenamente as suas atividades, autorização esta emitida em forma de alvará.

Ademais, cabe a este Ente Federado (Município) criar uma Lei Complementar para regulamentar a cobrança. Neste ínterim, trata-se da Lei Complementar n° 46/2018.

Compreendido o conceito de taxa, o lançamento do devido tributo encontra-se previsto no artigo 8º, da supramencionada lei, vejamos:

Art. 8º. As taxas de licença decorrentes do exercício do poder de polícia podem ser lançadas **de ofício, de forma isolada ou em conjunto com outros tributos, integral ou proporcional aos números de meses (grifei).**

Assim sendo, denota-se que o lançamento da taxa decorre pelo exercício do poder de polícia, podendo ser lançada de ofício, ainda proporcional. No caso em testilha, o contribuinte requer seja cobrado a devida taxa em relação ao barracão, por período proporcional a 1 (um) mês, tendo em vista a sua efetiva utilização.

Outrossim, por existir uma sala administrativa dentro do terreno, contendo 136 m² (vistoriado pelos fiscais de carreira), a qual tem seu funcionamento efetivo corriqueiro, entende-se que deve se ter pela base de cálculo a medida da sala administrativa pelo período de 12 (doze) meses, todavia efetuar o lançamento pelo período de 1 (um) mês do barracão onde contém a usina.

Por fim, caso a fiscalização tributária verifique a utilização do barracão por período superior ao exposto pelo contribuinte, haverá o lançamento do período de 12 (doze) meses em relação ao barracão, bem como a aplicação de penalidades aduzidas no art. 10 da Lei Complementar 046/2018, *in verbis*:

Art. 10. O contribuinte que exercer quaisquer atividades ou praticar quaisquer atos sujeitos ao poder de polícia do Município e que dependam de prévia licença, sem a correspondente autorização da Administração Municipal, e sem o pagamento da respectiva taxa de licença, se submeterá à incidência de atualização monetária com base no índice do INPC mensal, fornecida pelo IBGE, sem prejuízo das seguintes penalidades:

I - multa equivalente a 100% (cem por cento) do valor da taxa devida;

II - multa moratória de 0,33% (zero trinta e três por cento), por dia de atraso, limitada a 20%, sobre o valor do tributo devido, incidindo, inclusive sobre a atualização monetária que for aplicada.

III - juros de mora de 1% (um por cento) ao mês, que incidirão sobre o valor originário do tributo devido.

Pelos fundamentos expostos, manifesta-se pelo o deferimento do pedido de revisão da área proposto pelo contribuinte, conforme os períodos expostos em linhas alhures.

É o parecer.

Diamantino-MT, 23 de fevereiro de 2021.

Rodolfo Lazaro Tobias Porto Silva

Fiscal Tributário de Nível Superior

Mat. n° 6227-1

DECISÃO ADMINISTRATIVA

Trata-se de pedido de revisão de taxa de alvará de localização e funcionamento, que após requerimento gerou o ***PROCESSO ADMINISTRATIVO TRIBUTÁRIO N° 008/2021.***

Foi solicitado à divisão de fiscalização um parecer fiscal visando sanar a questão e levantar o fundamento legal pertinente.

Da análise do parecer fiscal apresentado **PELO SR. RODOLFO LAZARO TOBIAS PORTO SILVA,** verifica-se fundamentos suficientes para o **DEFERIMENTO** do pedido.

Desse modo, acolho o parecer fiscal e seus fundamentos, para **DEFERIR** o requerimento do contribuinte, alterando-se a metragem da área para a base de cálculo do lançamento da **TAXA DE ALVARÁ** de localização e funcionamento referente ao CNPJ: 02.955.426/0001-24, tendo por razão social **NEOVIA INFRAESTRUTURA RODOVIÁRIA LTDA**, cobrando a sala administrativa pelo período de 12 (doze) meses e 1 (um) mês em relação ao barracão da usina.

Fica o contribuinte ciente com a relação a multa, caso a fiscalização venha a detectar que o barracão está sendo utilizado por prazo superior a 1 (um) mês.

Dê-se ciência ao contribuinte.

Diamantino-MT, 23 de fevereiro de 2021.

MARINEIDES NOGUEIRA LEITE ARAÚJO

Secretária Municipal de Fazenda

Portaria nº 001/2021

COVID-19: AVISO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº. 002/2021

AVISO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº. 002/2021

A Prefeitura Municipal de Diamantino-MT, através da Comissão Permanente de Licitação, torna pública a Dispensa de Licitação Nº 002/2021 tendo por objeto: **"Aquisição de teste rápido para atender à necessidade dos pacientes do Município de Diamantino na realização do teste para detecção do vírus COVID-19 (Coronavírus)".**com vigência de 06 (seis) meses, em conformidade ao artigo *4ºH da **MEDIDA PROVISÓRIA nº 926, de 20/03/2020*** em consonância aodisposto na Lei nº 13.979 de 06/02/2020 em seu artigo 4º,tendo como vencedora a empresa **GD PRODUTOS MÉDICOS HOSPITALARES EIRELI,** ao valor global de **R$ 33.000,00 (Trinta e três mil reais).** Diamantino – MT, 18 de fevereiro de 2021.

JOÃO PAULO LIMA

Presidente da CPL

SETOR DE RH

PORTARIA Nº 194/2021

MANOEL LOUREIRO NETO, Prefeito Municipal do município de Diamantino, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

Art. 1º - Nomear para o cargo de **Assistente de Secretaria I** a Senhora **EVELLY SANDY ALVES ROSÁRIO SHIOZAWA,** portadora do RG nº 2378064-9 SSP/MT, inscrita no CPF nº 046.347.841-06.

Art. 2º - O subsídio será de conformidade com o valor definido na Lei Municipal nº 056/19.

Art. 3º - A servidora desempenhará suas funções junto a **Secretária Municipal de Fazenda**, revogadas as disposições em contrário.

Art. 4º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

PUBLIQUE-SE, REGISTRE-SE, CUMPRA-SE.

Diamantino, 23 de Fevereiro de 2021.

MANOEL LOUREIRO NETO

Prefeito Municipal

DECRETOS EXECUTADOS NA COMPETÊNCIA 01/2021

ESTADO DE MATO GROSSO
PREFEITURA MUNICIPAL DE DIAMANTINO MT
GABINETE DO PREFEITO

DECRETO Nº 10/2021
DE QUARTA-FEIRA, 20 DE JANEIRO DE 2021

DISPÕE SOBRE A ABERTURA DE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR NO VALOR QUE MENCIONA E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

MANOEL LOUREIRO NETO, Prefeito Municipal de DIAMANTINO, Estado de MATO GROSSO, no uso de suas atribuições legais, especialmente a Lei Municipal n.º 1386/2020, e em consonância com a Lei Federal 4320/64.

D E C R E T A:

Art. 1º - Fica aberto no Orçamento da Prefeitura Municipal de DIAMANTINO - MT, abre CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR, até o montante de R$ 144.000,00 (CENTO E QUARENTA E QUATRO MIL REAIS), nas dotações orçamentárias:

02	**GABINETE DO PREFEITO**	
Cód. Reduzido	**1143**	
001.04.122.0002.20076	MANUTENÇÃO COM O FUNDO DE HONORÁRIOS DA PROCURADORIA	
0.1.00.000000	RECURSOS ORDINARIOS	
3190160000	OUTRAS DESPESAS VARIÁVEIS - PESSOAL CIVIL	30.000,00
	SUBTOTAL	**30.000,00**
06	**SECRETARIA MUNICIPAL DE SAUDE E VIGILANCIA SANITARIA**	
Cód. Reduzido	**516**	
001.10.301.0042.20032	MANUTENÇAO E ENCARGOS COM AS UNIDADES DO ESF	
0.1.02.000000	RECEITAS DE IMPOSTOS E DE TRANSFERÊNCIA DE IMPOSTOS - SAÚDE	
3190040000	CONTRATAÇÃO POR TEMPO DETERMINADO	11.000,00
	SUBTOTAL	**11.000,00**
08	**SECRETARIA MUNICIPAL DE ESPORTE LAZER E TURISMO**	
Cód. Reduzido	**998**	
001.27.812.0055.10204	AQ.DE MAT.ESPORTIVO E EQUIP P/PRATICA ESPORTIVA	
0.1.00.000000	RECURSOS ORDINARIOS	
3390300000	MATERIAL DE CONSUMO	7.000,00
	SUBTOTAL	**7.000,00**
10	**SECRETARIA MUNICIPAL DE FAZENDA**	
Cód. Reduzido	**1087**	
001.04.123.0002.20045	MANUT E ENCARGOS COM A SECRETARIA	
0.1.00.000000	RECURSOS ORDINARIOS	
3290210000	JUROS SOBRE A DÍVIDA POR CONTRATO	96.000,00
	SUBTOTAL	**96.000,00**
	TOTAL	**144.000,00**

Art. 2º - O valor transposto e remanejado pelo artigo anterior, será coberto com a redução das seguintes dotações orçamentárias:

ESTADO DE MATO GROSSO
PREFEITURA MUNICIPAL DE DIAMANTINO MT
GABINETE DO PREFEITO

02	**GABINETE DO PREFEITO**	
Cód. Reduzido	**26**	
001.04.122.0002.20002	MANUTENÇÃO E ENCARGOS COM O GABINETE	
0.1.00.000000	RECURSOS ORDINARIOS	
3190110000	VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS ¿ PESSOAL CIVIL	30.000,00
	SUBTOTAL	**30.000,00**
06	**SECRETARIA MUNICIPAL DE SAUDE E VIGILANCIA SANITARIA**	
Cód. Reduzido	**517**	
001.10.301.0042.20032	MANUTENÇAO E ENCARGOS COM AS UNIDADES DO ESF	
0.1.46.000000	TRANSFERÊNCIAS FUNDO A FUNDO DE RECURSOS DO SUS DO GOVERNO FEDERAL - BLOCO	
3190040000	CONTRATAÇÃO POR TEMPO DETERMINADO	11.000,00
	SUBTOTAL	**11.000,00**
08	**SECRETARIA MUNICIPAL DE ESPORTE LAZER E TURISMO**	
Cód. Reduzido	**1031**	
001.27.813.0002.20041	MANUT.E ENCARGOS COM A SECRETARIA DE ESPORTE E LAZER	
0.1.00.000000	RECURSOS ORDINARIOS	
3390390000	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS ¿ PESSOA JURÍDICA	7.000,00
	SUBTOTAL	**7.000,00**
10	**SECRETARIA MUNICIPAL DE FAZENDA**	
Cód. Reduzido	**1079**	
001.04.123.0002.10223	AQUISIÇÃO DE VEICULOS E MOTOS	
0.1.00.000000	RECURSOS ORDINARIOS	
4490520000	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	34.800,00
Cód. Reduzido	**1102**	
001.04.123.0061.10225	AMORTIZAÇÃO DO INSS	
0.1.00.000000	RECURSOS ORDINARIOS	
4690710000	PRINCIPAL DA DÍVIDA CONTRATUAL RESGATADO	32.800,00
Cód. Reduzido	**1104**	
001.04.123.0061.10279	POLITICA DE PREMIAÇÃO PARA OS CONTRIBUINTES VISANDO ELEV	
0.1.00.000000	RECURSOS ORDINARIOS	
3390310000	PREMIAÇÕES CULTURAIS, ARTÍSTICAS, CIENTÍFICAS, DESPORT	17.900,00
4490520000	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	10.500,00
	SUBTOTAL	**96.000,00**
	TOTAL	**144.000,00**

Art. 3º - Este decreto lei entrará em vigor na data de sua publicação ou afixação em local de costume, revogadas as disposições em contrário:

ESTADO DE MATO GROSSO
PREFEITURA MUNICIPAL DE DIAMANTINO MT
GABINETE DO PREFEITO

GABINETE DO PREFEITO DIAMANTINO - MT.
AOS VINTE DIAS DO MÊS DE JANEIRO DE DOIS MIL E VINTE E HUM.

Registrada nesta Secretaria e publicada por afixação
no lugar público de costume na data supra.

DECRETO Nº 025/2021

DECRETO Nº 025/2021 - INSTRUÇÃO NORMATIVA

"Aprova a versão 01 da Instrução Normativa nº 31, que Dispõe sobre os procedimentos e estabelece normas para solicitação, concessão e prestação de contas de Diárias no âmbito do Poder Executivo do município de Diamantino/MT."

O **PREFEITO MUNICIPAL DE DIAMANTINO, ESTADO DE MATO GROSSO, Sr. MANOEL LOUREIRO NETO,** no uso das atribuições que lhe confere a Lei Orgânica do Município,

DECRETA:
Art. 1° Fica aprovada a versão 01 da Instrução Normativa nº 31, sob a responsabilidade da Unidade de Controle Interno - UCI, que dispõe acerca da regulamentação da concessão de diárias.
Art. 2º Os órgãos e Secretarias da Administração Pública Municipal Direta sujeitam-se, no que couber, à referida Instrução Normativa.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.
Diamantino/MT, 18 de fevereiro de 2021.
MANOEL LOUREIRO NETO
Prefeito Municipal

ABERTURA DE CRÉDITO ADICIONAL ESPECIAL

Estado de Mato Grosso
Prefeitura Municipal de DIAMANTINO

DECRETO Nº 18/2021
DE TERÇA-FEIRA, 02 DE FEVEREIRO DE 2021

DISPÕE SOBRE A ABERTURA DE CRÉDITO ADICIONAL ESPECIAL NO VALOR QUE MENCIONA E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Senhor MANOEL LOUREIRO NETO, Prefeito Municipal de DIAMANTINO, Estado de MATO GROSSO, no uso de suas atribuições legais, especialmente a Lei Municipal nº 1390/2021, e em consonância com a lei Federal 4320/64

DECRETA:

Art. 1º - Fica aberto no Orçamento da Prefeitura Municipal de DIAMANTINO – MT, CRÉDITO ADICIONAL ESPECIAL, no montante de **R$ 2.545.000,00** (DOIS MILHÕES E QUINHENTOS E QUARENTA E CINCO MIL REAIS), nas dotações orçamentárias:

06 SECRETARIA MUNICIPAL DE SAUDE E VIGILANCIA SANITARIA
001.10.301.0097.20096 COVID19 - ENFRENTAMENTO DA EMERGÊNCIA SAÚDE - 301

Dotação		Fonte de Recurso	Valor	Tipo de Recursos
3.1.90.11.00.00	VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS E PESSOAL CIVIL	0.1.46.07400	340.000,00	01 - Superávit Financeiro
3.3.90.30.00.00	MATERIAL DE CONSUMO	0.1.46.07400	50.000,00	01 - Superávit Financeiro
3.3.90.39.00.00	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS E PESSOA JURÍDICA	0.1.46.07400	10.000,00	01 - Superávit Financeiro
		SUB-TOTAL	400.000,00	

001.10.302.0097.20095 COVID19 - ENFRENTAMENTO DA EMERGÊNCIA SAÚDE

Dotação		Fonte de Recurso	Valor	Tipo de Recursos
3.1.90.04.00.00	CONTRATAÇÃO POR TEMPO DETERMINADO	0.1.46.07400	50.000,00	01 - Superávit Financeiro
3.1.90.11.00.00	VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS E PESSOAL CIVIL	0.1.46.07400	800.000,00	01 - Superávit Financeiro
3.3.90.30.00.00	MATERIAL DE CONSUMO	0.1.46.07400	350.000,00	01 - Superávit Financeiro
3.3.90.39.00.00	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS E PESSOA JURÍDICA	0.1.46.07400	200.000,00	01 - Superávit Financeiro
4.4.90.51.00.00	OBRAS E INSTALAÇÕES	0.1.46.07400	100.000,00	01 - Superávit Financeiro
4.4.90.52.00.00	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	0.1.46.07400	50.000,00	01 - Superávit Financeiro

3.3.90.39.00.00	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS E PESSOA JURÍDICA	0.1.26.07600	10.000,00	01 - Superávit Financeiro
3.3.90.39.00.00	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS E PESSOA JURÍDICA	0.1.46.07200	35.000,00	01 - Superávit Financeiro
3.3.90.39.00.00	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS E PESSOA JURÍDICA	0.1.02.00000	500.000,00	01 - Superávit Financeiro
		SUB-TOTAL	2.095.000,00	

001.10.302.0097.20097 COVID19 - ENFRENTAMENTO DA EMERGÊNCIA SAÚDE - 303

Dotação		Fonte de Recurso	Valor	Tipo de Recursos
3.3.90.30.00.00	MATERIAL DE CONSUMO	0.1.46.07400	50.000,00	01 - Superávit Financeiro
		SUB-TOTAL	50.000,00	
		TOTAL	2.545.000,00	

Art. 2º - Para cobertura ao crédito adicional especial, aberto no Artigo 1º, serão utilizados recursos conforme o Artigo 43, parágrafo 1º.inciso I, da Lei Federal n° 4.320/64 – O **Superávit financeiro** apurado em balanço patrimonial do exercício anterior, de acordo com o autorizado na Lei Municipal 1326/19, art.2o. e inciso II do art. 6º., tendo como superávit as fontes de recursos destacadas acima:

Art. 3º - Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogam-se as disposições em contrário.

Diamantino, 02 de Fevereiro de 2021.

Prefeito Municipal

DECRETO Nº 029/2021 - ISSQN AUTÔNOMOS

DECRETO Nº 029/2021

"*Dispõe sobre o lançamento do ISSQN fixo de profissionais liberais - para o Exercício de 2021 e dá outras providências."*

MANOEL LOUREIRO NETO, PREFEITO DO MUNICÍPIO DE DIAMANTINO, ESTADO DE MATO GROSSO, no uso de suas atribuições legais, e

CONSIDERANDO o artigo 156, III, da Constituição Federal;

CONSIDERANDO a Lei Complementar Municipal n° 039/2017;

DECRETA:

Art. 1º - Conforme dispõe a Lei Complementar 039/2017, em seu Art. 23 - O imposto devido em razão de serviço prestado sob a forma de trabalho pessoal do próprio contribuinte será fixo e estabelecido em função da formação escolar ou profissional exigida para o exercício da atividade, de acordo com as seguintes categorias.

Art. 2º O Imposto sobre serviços de qualquer natureza (ISSQN) de forma fixa, tendo como contribuintes os profissionais liberais de nível superior, demais profissionais com formação técnica; – serviços prestados por profissional: pedreiro, carpinteiro, pintor, marceneiro, eletricista, gesseiro, encanador, e demais dessa categoria da construção civil, serviços prestados por profissional: cabeleireiro, maquiador, pedicura, manicure, esteticista, massagista, podólogo, e demais dessa categoria, dentre outras não nominadas ou enquadradas nos incisos do art. 23 da Lei Complementar 039/2017.

Art. 3º - Determino o lançamento e emissão de Documento de Arrecadação Municipal, conforme os dispositivos dos incisos I a IV, do artigo 23, da Lei Complementar Municipal n° 039/2017,em cota única, ocasião que o pagamento a vista, concede o desconto de 15% na forma da Lei.Para contribuinte que deseja recolher em cota única com o desconto de 15% terá o seguinte vencimento:

I - dia 31/03/2021;

Parágrafo único. O contribuinte que desejar o parcelamento deverá realizá-lo no atendimento ao público no prédio da Prefeitura Municipal, mais precisamente no Setor de Tributação ou ainda pelos seguintes endereços eletrônicos de e-mail: sefaz@diamantino.mt.gov.br ou tributos@diamantino.mt.gov.br.

Art. 4º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogando as disposições em contrário do decreto 136/2020.

Diamantino/MT, 23 de fevereiro de 2021.

Manoel Loureiro Neto

Prefeito Municipal de Diamantino

PREFEITURA MUNICIPAL DE DOM AQUINO

LICITAÇÃO, GABINETE, ADMINISTRAÇÃO, EDUCAÇÃO E FINANCEIRO
EXTRATO DO 4º TERMO DE REALINHAMENTO DE PREÇOS

EXTRATO DO 4º TERMO DE REALINHAMENTO DE PREÇOS

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 015/2020

CONTRATADA:AUTO POSTO BORDAS DO LAGO, CNPJ: 28.082.503/0002-53

OBJETO: O presente Termo tem como objeto o realinhamento de preços registrados na Ata de Registro de Preços nº 015/2020, originada pelo Pregão nº 011/2020,

DATA DE ASSINATURA: 23/02/2021

VIGÊNCIA: CONFORME ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 015/2020

VALDÉCIO LUIZ DA COSTA

Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE FELIZ NATAL

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO
PREFEITURA MUNICIPAL DE FELIZ NATAL – MT AVISO DE RATIFICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO ADESÃO A ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº. 004/2021

A Prefeitura Municipal de Feliz Natal – MT, torna público para conhecimento dos interessados que RATIFICOU processo de **ADESÃO À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº. 004/2021**, tendo por objeto, **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS GERAIS, PARA ATENDER ÀS NECESSIDADES DAS SECRETARIAS MUNICIPAIS, NO MUNICÍPIO DE FELIZ NATAL - MT**, conforme as especificações contidas na ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 003/2020, vinculada ao PREGÃO PRESENCIAL Nº. 004/2020, Órgão Gerenciador – PREFEITURA MUNICIPAL DE MIRASSOL D OESTE - MT,Fornecedor **MARIA EDNA ALVARES MONTEIRO SILVA EIRELI, inscrito no CNPJ: 24.351.428/0001-47.** E pelo valor de **R$ 2.984.420,00 (dois milhões novecentos e oitenta e quatro mil quatrocentos e vinte reais**), e em consequência, fica convocada a proponente, para assinatura do instrumento de contrato, nos termos do art. 64 da Lei de Licitações e Contratos Administrativos.

Feliz Natal – MT, 22 de fevereiro de 2021.

MARCOS PAGNO

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO

PORTARIA MUNICIPAL Nº. 062/2021

PREFEITURA/DEPARTAMENTO PESSOAL
PORTARIA MUNICIPAL Nº 123/2021

DATA: 23 DE FEVEREIRO DE 2021

JOSÉ ANTÔNIO DUBIELLA, **PREFEITO MUNICIPAL DE FELIZ NATAL**, **ESTADO DE MATO GROSSO**, no uso de suas atribuições legais que lhes são conferidas por Lei e nos termos do Art. 67 da Lei Federal n° 8.666/93,

RESOLVE:

Artigo 1º - Conceder à Sra. **VANESSA APARECIDA DE SOUZA**, ocupante do cargo comissionado de **CHEFE DE DEPARTAMENTO DE FINANÇAS**, lotada na Secretaria Municipal de Administração, Planejamento e Finanças, **RETIDE** de 20% (vinte por cento), com fundamento no Art. 46 da Lei Complementar n° 037/2015.

Artigo 2º - A remuneração a que se faz jus está definida na Lei Complementar n° 037/2015.

Artigo 3º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a 01 de fevereiro de 2021.

Artigo 4° - Revogam-se as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE FELIZ NATAL, ESTADO DE MATO GROSSO, AOS VINTE E TRÊS DIAS DO MÊS DE FEVEREIRO DE 2021.

JOSÉ ANTÔNIO DUBIELLA

PREFEITO MUNICIPAL

EMANUEL LIMA COSTA

SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO,

PLANEJAMENTO E FINANÇAS

PREFEITURA/DEPARTAMENTO PESSOAL
PORTARIA MUNICIPAL Nº 121/2021

DATA: 23 DE FEVEREIRO DE 2021

JOSÉ ANTÔNIO DUBIELLA, **PREFEITO MUNICIPAL DE FELIZ NATAL**, **ESTADO DE MATO GROSSO**, no uso de suas atribuições legais que lhes são conferidas por Lei e nos termos do Art. 67 da Lei Federal n° 8.666/93,

RESOLVE:

Artigo 1º - Conceder à Sra. **SIDONIA KESSLER**, ocupante do cargo comissionado de **CHEFE DE DEPARTAMENTO DE CONTROLE E DISTRIBUIÇÃO DE ESTOQUE**, lotada na Secretaria Municipal de Administração, Planejamento e Finanças, **RETIDE** de 12% (doze por cento), com fundamento no Art. 46 da Lei Complementar n° 037/2015.

Artigo 2º - A remuneração a que se faz jus está definida na Lei Complementar n° 037/2015.

Artigo 3º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a 01 de fevereiro de 2021.

Artigo 4° - Revogam-se as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE FELIZ NATAL, ESTADO DE MATO GROSSO, AOS VINTE E TRÊS DIAS DO MÊS DE FEVEREIRO DE 2021.

JOSÉ ANTÔNIO DUBIELLA

PREFEITO MUNICIPAL

EMANUEL LIMA COSTA

SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO,

PLANEJAMENTO E FINANÇAS

PREFEITURA/DEPARTAMENTO PESSOAL
PORTARIA MUNICIPAL Nº 120/2021

DATA: 23 DE FEVEREIRO DE 2021

JOSÉ ANTÔNIO DUBIELLA, **PREFEITO MUNICIPAL DE FELIZ NATAL**, **ESTADO DE MATO GROSSO**, no uso de suas atribuições legais que lhes são conferidas por Lei e nos termos do Art. 67 da Lei Federal n° 8.666/93,

RESOLVE:

Artigo 1º - Conceder à Sra. **SILVANA DE JESUS**, ocupante do cargo comissionado de **ASSESSORIA II**, lotada na Secretaria Municipal de Assistência Social, **RETIDE** de 25% (vinte e cinco por cento), com fundamento no Art. 46 da Lei Complementar n° 037/2015.

Artigo 2º - A remuneração a que se faz jus está definida na Lei Complementar n° 037/2015.

Artigo 3º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a 01 de fevereiro de 2021.

Artigo 4° - Revogam-se as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE FELIZ NATAL, ESTADO DE MATO GROSSO, AOS VINTE E TRÊS DIAS DO MÊS DE FEVEREIRO DE 2021.

JOSÉ ANTÔNIO DUBIELLA

PREFEITO MUNICIPAL

EMANUEL LIMA COSTA

SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO,

PLANEJAMENTO E FINANÇAS

PREFEITURA/DEPARTAMENTO PESSOAL
PORTARIA MUNICIPAL Nº 118/2021

DATA: 23 DE FEVEREIRO DE 2021

JOSÉ ANTÔNIO DUBIELLA, **PREFEITO MUNICIPAL DE FELIZ NATAL**, **ESTADO DE MATO GROSSO**, no uso de suas atribuições legais que lhes são conferidas por Lei e nos termos do Art. 67 da Lei Federal n° 8.666/93,

RESOLVE:

Artigo 1º - Conceder à Sra. **RAQUEL QUEIROZ**, ocupante do cargo comissionado de **COORDENADORA DE PROTEÇÃO SOCIAL**, lotada na Secretaria Municipal de Assistência Social, **RETIDE** de 15% (quinze por cento), com fundamento no Art. 46 da Lei Complementar n° 037/2015.

Artigo 2º - A remuneração a que se faz jus está definida na Lei Complementar n° 037/2015.

Artigo 3º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a 01 de fevereiro de 2021.

Artigo 4° - Revogam-se as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE FELIZ NATAL, ESTADO DE MATO GROSSO, AOS VINTE E TRÊS DIAS DO MÊS DE FEVEREIRO DE 2021.

JOSÉ ANTÔNIO DUBIELLA

PREFEITO MUNICIPAL

EMANUEL LIMA COSTA

SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO,

PLANEJAMENTO E FINANÇAS

PREFEITURA/DEPARTAMENTO PESSOAL
PORTARIA MUNICIPAL Nº 102/2021

DATA: 01 DE FEVEREIRO DE 2021

JOSÉ ANTÔNIO DUBIELLA, **PREFEITO MUNICIPAL DE FELIZ NATAL**, **ESTADO DE MATO GROSSO**, no uso de suas atribuições legais que lhes são conferidas por Lei:

RESOLVE:

Artigo 1º - Conceder **FUNÇÃO GRATIFICADA 03** para a Sra. **IRANI HONORATO DOS SANTOS DO NASCIMENTO**, ocupante do cargo de Apoio em Nutrição Escolar, lotada na Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esportes, pelo **AUXÍLIO NO CONTROLE E DISTRIBUIÇÃO DA MERENDA ESCOLAR.**

Artigo 2º - A remuneração a que faz jus está definida na Lei Complementar nº 055/2019.

Artigo 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE FELIZ NATAL, ESTADO DE MATO GROSSO, AO PRIMEIRO DIA DO MÊS DE FEVEREIRO DE 2021.

JOSÉ ANTÔNIO DUBIELLA

PREFEITO MUNICIPAL

EMANUEL LIMA COSTA

SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO,

PLANEJAMENTO E FINANÇAS

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO
PREFEITURA MUNICIPAL DE FELIZ NATAL – MT EXTRATO DE EDITAL CONCURSO DE PROJETOS Nº 001/2021

O Município de Feliz Natal, Estado de Mato Grosso, torna público que fará realizar processo de Seleção de entidade de direito privado, sem fins lucrativos, qualificada como Organização da Sociedade Civil de Interesse Público – OSCIP, nos termos da Lei Federal n° 9.790/99, para celebrar TERMO DE PARCERIA para **SELEÇÃO DE ENTIDADE DE DIREITO PRIVADO, SEM FINS LUCRATIVOS, QUALIFICADA COMO ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL DE INTERESSE PÚBLICO – OSCIP, NOS TERMOS DA LEI FEDERAL N° 9.790/99, PARA CELEBRAR TERMO DE PARCERIA PARA FORMAÇÃO DE VÍNCULO DE COOPERAÇÃO, VISANDO O FOMENTO E REALIZAÇÃO DE ATIVIDADES DE INTERESSE PÚBLICO NO DESENVOLVIMENTO DE PROJETOS VINCULADOS NA ÁREA DE SAÚDE, SEGUINDO AS DIRETRIZES ESTABELECIDAS NA LEI Nº 9. 790, DE 23 DE MARÇO DE 1999, REGULAMENTADA PELO DECRETO FEDERAL Nº 3.100 DE 30 DE JUNHO DE 1999 E LEI ESTADUAL 11. 082/2020 E DEMAIS CONDIÇÕES DESTE EDITAL.**

A entrega e abertura dos documentos de habilitação de propostas ocorrerá no dia **31 DE MARÇO DE 2021**, as 08h00min no Departamento de Licitações da Prefeitura Municipal de Feliz Natal – MT. Maiores informações pelo telefone (66) 3585 2700 ou pelo e-mail: licitacao@feliznatal.mt.gov.br .

Feliz Natal - MT, 23 de fevereiro de 2021.

JOAQUIM MARTINS DA SILVA NETO

PRESIDENTE DA COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO

PORTARIA MUNICIPAL Nº. 035/2021

JOSÉ ANTÔNIO DUBIELLA

PREFEITO MUNICIPAL

PREFEITURA/DEPARTAMENTO PESSOAL
PORTARIA MUNICIPAL Nº 119/2021

DATA: 23 DE FEVEREIRO DE 2021

JOSÉ ANTÔNIO DUBIELLA, PREFEITO MUNICIPAL DE FELIZ NATAL, ESTADO DE MATO GROSSO, no uso de suas atribuições legais que lhes são conferidas por Lei e nos termos do Art. 67 da Lei Federal n° 8.666/93,

RESOLVE:

Artigo 1º - Nomear a Sra. **SILVANA DE JESUS**, para ocupar o cargo comissionado de **ASSESSORIA II**, lotada junto a Secretaria Municipal de Assistência Social, a partir desta data, com fundamento no Art. 46 da Lei Complementar nº 037/2015.

Artigo 2º - A remuneração a que faz jus está definida na Lei Complementar nº 055/2019, cumulado com a Lei Municipal n° 691/2020.

Artigo 3º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a 01 de fevereiro de 2021.

Artigo 4º - Revogam-se as disposições em contrário, em especial a Portaria Municipal n° 022/2021.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE FELIZ NATAL, ESTADO DE MATO GROSSO, AOS VINTE E TRÊS DIAS DO MÊS DE FEVEREIRO DE 2021.

JOSÉ ANTÔNIO DUBIELLA

PREFEITO MUNICIPAL

EMANUEL LIMA COSTA

SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO,

PLANEJAMENTO E FINANÇAS

PREFEITURA/DEPARTAMENTO PESSOAL
PORTARIA MUNICIPAL Nº 122/2021

DATA: 23 DE FEVEREIRO DE 2021

JOSÉ ANTÔNIO DUBIELLA, **PREFEITO MUNICIPAL DE FELIZ NATAL**, **ESTADO DE MATO GROSSO**, no uso de suas atribuições legais que lhes são conferidas por Lei:

RESOLVE:

Artigo 1º - Conceder **FUNÇÃO GRATIFICADA 06** para o Sr. **ROGÉRIO JOSÉ MENDICINO**, ocupante do cargo de Contador, lotado na Secretaria Municipal de Administração, Planejamento e Finanças, por exercer a função de **CHEFE DE DIVISÕES DO DEPARTAMENTO DE CONTABILIDADE**.

Artigo 2º - A remuneração a que faz jus está definida na Lei Complementar nº 055/2019.

Artigo 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE FELIZ NATAL, ESTADO DE MATO GROSSO, AOS VINTE E TRÊS DIAS DO MÊS DE FEVEREIRO DE 2021.

JOSÉ ANTÔNIO DUBIELLA

PREFEITO MUNICIPAL

EMANUEL LIMA COSTA

SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO,

PLANEJAMENTO E FINANÇAS

PREFEITURA MUNICIPAL DE GAÚCHA DO NORTE

EDITAL DE PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO Nº 001/2021 – E

Art. 1º - O Prefeito Municipal de Gaúcha do Norte- MT, no uso de suas atribuições legais, **DIVULGA** o resultado final das provas (escritas objetivas + títulos + práticas), referente ao Processo Seletivo aberto através do **EDITAL PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO 001/2021**, conforme abaixo discriminado:

AGENTE ADMINISTRATIVO - ASSISTÊNCIA SOCIAL

INSCRIÇÃO	NOME	DATA DE NASCIMENTO	L.P.	MAT.	C.G.	INF.	NOTA PROVA OBJETIVA	RESULTADO
483465	PABLO HENRIQUE TREVISAN N DA SILVA	15/02/2003	25,0	15,0	20,0	0,0	60,0	
483533	IVANILDA APARECIDA BOROSKI QUERNISKI	29/09/1972	35,0	0,0	5,0	10,0	50,0	
482992	ELIENE FERREIRA DE SOUZA	03/05/1993	25,0	5,0	10,0	5,0	45,0	Não aprovado
482484	SCHIRLEI NAIARA WEHRMANN	08/06/1996	20,0	0,0	10,0	10,0	40,0	Não aprovado
483508	RHAINY EDUARDA AMORIM BOZOKI	26/04/2002	10,0	10,0	10,0	10,0	40,0	Não aprovado
482596	ILDA ARRUDA AZEVEDO	02/11/1980	10,0	0,0	15,0	10,0	35,0	Não aprovado
483587	JUCILEIDE DE SOUSA MILHOMEM	22/07/2000	10,0	5,0	10,0	10,0	35,0	Não aprovado
483617	THALYA PIVETTA	27/09/2000	15,0	5,0	5,0	10,0	35,0	Não aprovado
482772	MAPUNU MAHUKAKUMA KUIKURO	02/07/1992	15,0	5,0	5,0	5,0	30,0	Não aprovado
482487	GABRIELA ALVES ANDRADE	19/06/1996	10,0	5,0	10,0	5,0	30,0	Não aprovado
483295	HELENA MARIA BISPO DE SOUZA SANTOS	25/07/1971	10,0	0,0	10,0	5,0	25,0	Não aprovado
482894	PABLIANE FERREIRA DE MACEDO	21/07/1999	10,0	0,0	10,0	5,0	25,0	Não aprovado
482715	ELIZABETH CRISTINA DA SILVA BRASIL FRUETT	26/12/1992	---	---	---	---	N/C	Desclassificado
482615	LAURIANY SOUZA SILVA	20/01/1994	---	---	---	---	N/C	Desclassificado
482775	SALVANICE SILVA SANTOS	13/04/1985	---	---	---	---	N/C	Desclassificado
483235	YUMUIN AWETI	18/11/1981	---	---	---	---	N/C	Desclassificado

AGENTE ADMINISTRATIVO – EDUCAÇÃO

INSCRIÇÃO	NOME	DATA DE NASCIMENTO	L.P.	MAT.	C.G.	INF.	NOTA PROVA OBJETIVA	RESULTADO
483401	JHONATHAN WILLIAN SALES ROSA	27/03/1998	20,0	0,0	15,0	15,0	50,0	
483498	JAINAMARA TEIXEIRA DE SOUZA	19/10/1992	20,0	5,0	15,0	5,0	45,0	Não aprovado
482660	MARCOS ALVES DE MELO DOS SANTOS	25/12/1997	15,0	5,0	15,0	10,0	45,0	Não aprovado
483404	TAYANE DE JESUS ALIEVI	04/03/1999	20,0	10,0	5,0	5,0	40,0	Não aprovado
482708	EMILLY RAFAELE SOUZA SILVA	15/05/2001	5,0	10,0	10,0	5,0	30,0	Não aprovado

483342	EMELLY VICTORIA FONSECA DOS SANTOS	14/03/2002	10,0	5,0	5,0	5,0	25,0	Não aprovado
483049	GRATIELLY VICTORIA DO CARMO LACERDA	11/12/2002	10,0	0,0	5,0	10,0	25,0	Não aprovado
482469	ELLEN CRISTINA DA SILVA	20/12/2001	0,0	5,0	5,0	5,0	15,0	Não aprovado
483309	MARIANA ETIELY XIMENES MORAES GUMS	22/11/1988	---	---	---	---	N/C	Desclassificado

AGENTE ADMINISTRATIVO – INFRAESTRUTURA

INSCRIÇÃO	NOME	DATA DE NASCIMENTO	L.P.	MAT.	C.G.	INF.	NOTA PROVA OBJETIVA	RESULTADO
482587	DAIANE CRISTINE DE OLIVEIRA	20/05/1991	15,0	5,0	5,0	5,0	30,0	Não aprovado

AGENTE ADMINISTRATIVO - PLANEJAMENTO E FINANÇAS

INSCRIÇÃO	NOME	DATA DE NASCIMENTO	L.P.	MAT.	C.G.	INF.	NOTA PROVA OBJETIVA	RESULTADO
482525	ALINY HELLEN NOGUEIRA DOS SANTOS	21/02/1999	35,0	5,0	5,0	15,0	60,0	
482573	LISANIAS FERREIRA MENDES SALDANHA	16/03/1966	30,0	5,0	10,0	10,0	55,0	
482773	AYRA MUNIK FERREIRA DOS SANTOS DANTAS	01/03/1994	20,0	5,0	20,0	10,0	55,0	
483100	ELENICE PERNE DUTRA DA MATA	07/12/1972	25,0	10,0	10,0	5,0	50,0	
483011	JAIZE DOS SANTOS DUARTE	04/09/1991	15,0	10,0	10,0	15,0	50,0	
483356	ELIZABETH CRISTINA DA SILVA BRASIL FRUETT	26/12/1992	25,0	10,0	10,0	5,0	50,0	
483322	ELIAN SANTOS DOS REIS	28/04/1998	15,0	10,0	15,0	10,0	50,0	
483273	FELIPE FOLLMANN	26/11/2002	15,0	10,0	10,0	15,0	50,0	
483514	NATAN FISCHER GIESE	29/09/2001	25,0	0,0	5,0	15,0	45,0	Não aprovado
483550	GABRIELA BORGES	12/07/1986	15,0	5,0	5,0	15,0	40,0	Não aprovado
482609	PALOMA DA SILVA MARQUES	20/03/1997	15,0	5,0	10,0	10,0	40,0	Não aprovado
483076	ANA PAULA SOUZA	06/04/1994	20,0	0,0	10,0	5,0	35,0	Não aprovado
483327	GABRIEL LUCAS BRIZOT	26/03/2002	20,0	0,0	10,0	5,0	35,0	Não aprovado
482983	GEZANIA GAMA DA SILVA	25/08/1975	---	---	---	---	N/C	Desclassificado
482472	LUCAS WILLIAN FRARES	20/03/1991	---	---	---	---	N/C	Desclassificado
483554	VERONICA DOS ANJOS FRAZAO	16/11/2000	---	---	---	---	N/C	Desclassificado

AGENTE ADMINISTRATIVO – SAÚDE

INSCRIÇÃO	NOME	DATA DE NASCIMENTO	L.P.	MAT.	C.G.	INF.	NOTA PROVA OBJETIVA	RESULTADO
482560	BRUNNA CRISTINA DE SA	01/09/1994	25,0	5,0	15,0	10,0	55,0	
483604	KETRY LORRAINY SANTANA MOREIRA	19/05/1999	20,0	5,0	15,0	10,0	50,0	
483611	EMANUELLY FERRI DE MELO	14/12/2000	25,0	5,0	20,0	0,0	50,0	
482593	ITAYANA ALVES DE CARVALHO	04/04/2002	15,0	5,0	15,0	15,0	50,0	
482891	SILMONE BARBOSA DOS SANTOS	10/04/1975	25,0	0,0	5,0	15,0	45,0	Não aprovado
482653	RAFAELA GABRIEL	03/12/1996	20,0	5,0	10,0	10,0	45,0	Não aprovado
483099	KETTLEY NEVES LOBELEIN	13/10/2002	20,0	15,0	10,0	0,0	45,0	Não aprovado
483425	VANUZA DE JESUS DOS SANTOS RAMOS	12/04/1978	25,0	10,0	5,0	0,0	40,0	Não aprovado
482794	MARIA LILIA PEREIRA DA SILVA SILVESTRE	21/12/1985	25,0	5,0	5,0	5,0	40,0	Não aprovado
483527	RAMON SILVA DOS REIS	05/09/1997	10,0	5,0	10,0	15,0	40,0	Não aprovado
482847	LARISSA LUNKES DESSBESSEL	22/04/1998	20,0	5,0	10,0	5,0	40,0	Não aprovado
483476	VERONICA RIBEIRO MACHADO DE SOUSA	03/07/2000	10,0	5,0	10,0	15,0	40,0	Não aprovado
483090	KALITA TAMIRES SCHLEICHER	15/10/2001	15,0	10,0	5,0	10,0	40,0	Não aprovado
483224	NANA KAREN BISPO DA COSTA	11/06/2002	15,0	5,0	10,0	10,0	40,0	Não aprovado
482473	JANAINA MATOS DE LIMA PINHEIRO	08/12/1977	10,0	10,0	10,0	5,0	35,0	Não aprovado
483479	SILVANA GOMES DE MELO BECKER SANTIN	20/12/1995	15,0	5,0	5,0	10,0	35,0	Não aprovado
482888	CRISTIANE KESSLER PEREIRA	07/07/2001	10,0	5,0	5,0	10,0	30,0	Não aprovado
482868	GRACIELE SCHNADELBACH	17/11/1989	10,0	0,0	5,0	10,0	25,0	Não aprovado
482921	LUCINEIA FERREIRA DA SILVA	24/10/1988	10,0	0,0	5,0	0,0	15,0	Não aprovado
483475	CAROLLYNE FREITAS VITORIANO	22/01/1996	---	---	---	---	N/C	Desclassificado
482952	DANIELA FERRI MEINERZ	25/04/1992	---	---	---	---	N/C	Desclassificado
483033	GLENDA SAMARA RODRIGUES MUNIZ	31/03/1996	---	---	---	---	N/C	Desclassificado
482478	INEZ RIBEIRO DA SILVA	08/03/1972	---	---	---	---	N/C	Desclassificado
482475	THAIS OLIVEIRA MORAIS	06/05/1995	---	---	---	---	N/C	Desclassificado
482838	VITORIA MOURA SOARES	10/01/2001	---	---	---	---	N/C	Desclassificado

AGENTE AMBIENTAL

INSCRIÇÃO	NOME	DATA DE NASCIMENTO	L.P.	MAT.	C.G.	INF.	NOTA PROVA OBJETIVA	RESULTADO
483061	FATIMA TEREZINHA OTELACOSKI	31/01/1981	30,0	0,0	10,0	5,0	45,0	Não aprovado
483006	SILVETE BARBOSA PIRES	02/05/1981	25,0	0,0	10,0	5,0	40,0	Não aprovado
483608	TANIA DANIELA IAPP	13/01/1993	---	---	---	---	N/C	Desclassificado

AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE – MICRO ÁREA 01/02/03/07 (PSF ERNESTO DOLEYS)

INSCRIÇÃO	NOME	DATA DE NASCIMENTO	L.P.	MAT.	C.G.	INF.	NOTA PROVA OBJETIVA	RESULTADO
483288	ADRIANA RIBEIRO RODRIGUES	18/08/1979	25,0	10,0	10,0	15,0	60,0	
482813	LUZIKELLY PEREIRA ALVES	27/10/1998	30,0	10,0	10,0	5,0	55,0	
482745	DANIELY VAZ GOMES BORGES LEAL	23/03/1993	20,0	10,0	15,0	5,0	50,0	
482617	JOSILENE DE MEDEIROS MACELINO BORGES	08/04/1989	20,0	0,0	15,0	10,0	45,0	Não aprovado
482920	DAYANE FERREIRA LUZ	17/06/1989	25,0	0,0	5,0	15,0	45,0	Não aprovado
482935	LILIA CONSTANTINO LOPES	30/03/1991	10,0	10,0	15,0	10,0	45,0	Não aprovado
483408	SONIA RIZZO VIEIRA	20/04/1983	15,0	10,0	0,0	5,0	30,0	Não aprovado
482585	DAYANE DE SOUSA FERREIRA	03/02/1989	5,0	0,0	10,0	10,0	25,0	Não aprovado

AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE – MICRO ÁREA 06/08 (PSF MARIO ALIEVI)

INSCRIÇÃO	NOME	DATA DE NASCIMENTO	L.P.	MAT.	C.G.	INF.	NOTA PROVA OBJETIVA	RESULTADO
482501	MEYRIAN ARAUJO DA COSTA	29/09/1983	20,0	15,0	10,0	5,0	50,0	
483257	RAINE STEFANI RUPOLO ROSALEM	11/12/2002	20,0	5,0	10,0	10,0	45,0	Não aprovado
482908	THAINA CASTRO DOS SANTOS	08/08/1995	20,0	10,0	5,0	5,0	40,0	Não aprovado
483117	ANGELA APARECIDA DE SOUZA	01/04/1981	20,0	5,0	5,0	5,0	35,0	Não aprovado

AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE – MICRO ÁREA 11 (BOTUVERA)

INSCRIÇÃO	NOME	DATA DE NASCIMENTO	L.P.	MAT.	C.G.	INF.	NOTA PROVA OBJETIVA	RESULTADO
482830	ELIETE DAVID MACEDO	20/09/1982	---	---	---	---	N/C	Desclassificado

AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE – MICRO ÁREA 13 (PONTAL DO PIRANHA)

INSCRIÇÃO	NOME	DATA DE NASCIMENTO	L.P.	MAT.	C.G.	INF.	NOTA PROVA OBJETIVA	RESULTADO
482537	DINA MARIA DA SILVA DE AVILA	09/03/1980	35,0	0,0	5,0	10,0	50,0	
482799	SANDRA SARTURI BATISTA DIAS	15/07/1997	20,0	10,0	10,0	10,0	50,0	

AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE – MICRO ÁREA 4 (NOVA ALIANÇA)

INSCRIÇÃO	NOME	DATA DE NASCIMENTO	L.P.	MAT.	C.G.	INF.	NOTA PROVA OBJETIVA	RESULTADO
482927	TICIANE CRISLEY PIRES DE ANDRADE MELO	23/04/1986	20,0	5,0	15,0	10,0	50,0	

AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE – MICRO ÁREA 5 (ESTRELA DO NORTE)

INSCRIÇÃO	NOME	DATA DE NASCIMENTO	L.P.	MAT.	C.G.	INF.	NOTA PROVA OBJETIVA	RESULTADO
482515	TATIANE CRISLEY PIRES DE ANDRADE SILVA	22/03/1980	30,0	5,0	15,0	15,0	65,0	
482730	SHEILA GONCALVES DEDONE	06/08/1988	20,0	5,0	5,0	10,0	40,0	Não aprovado

AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE – MICRO ÁREA 9 (SANTA LUZIA)

INSCRIÇÃO	NOME	DATA DE NASCIMENTO	L.P.	MAT.	C.G.	INF.	NOTA PROVA OBJETIVA	RESULTADO
482529	MARIA MARILICE RIBEIRO COLMAN	14/02/1971	15,0	5,0	10,0	15,0	45,0	Não aprovado
483329	RAYANE SOUSA SILVA BARBOSA RODRIGUES	11/08/1997	5,0	0,0	5,0	20,0	30,0	Não aprovado
482929	ALEXSANDRA PEREIRA LEAL	15/08/1984	5,0	5,0	10,0	5,0	25,0	Não aprovado

AGENTE DE COMBATE A ENDEMIAS

INSCRIÇÃO	NOME	DATA DE NASCIMENTO	L.P.	MAT.	C.G.	INF.	NOTA PROVA OBJETIVA	RESULTADO
482497	ANDREINA TAINARA DE FREITAS DOS SANTOS	18/02/2000	25,0	5,0	10,0	10,0	50,0	
482519	FRANCISCA KELMA DA SILVA	18/10/1991	20,0	10,0	10,0	0,0	40,0	Não aprovado
482954	ANGELICA DA SILVA MACHADO	23/02/1992	15,0	10,0	10,0	5,0	40,0	Não aprovado
483192	LAUNE BEATRIZ ROQUE DOS SANTOS	20/11/1997	10,0	10,0	10,0	5,0	35,0	Não aprovado

AGENTE DE CONSULTÓRIO DENTÁRIO

INSCRIÇÃO	NOME	DATA DE NASCIMENTO	L.P.	MAT.	C.E.	NOTA PROVA OBJETIVA	RESULTADO
483312	DAYANE ELEUTERIO DOS SANTOS SILVA	15/09/1994	20,0	5,0	45,0	70,0	
483586	PATRICIA CESARIO DE OLIVEIRA COUTO	01/02/1988	10,0	5,0	40,0	55,0	
482933	MORGANA MORENO ZANELLI	20/08/1997	15,0	10,0	30,0	55,0	
482701	LARISSA GABRIELA CORDEIRO DE SOUSA	06/01/2003	5,0	10,0	35,0	50,0	
482652	MARIA CRISTINA DE OLIVEIRA SILVA	21/01/1997	15,0	5,0	15,0	35,0	Não aprovado
482811	AMANDA RISSINI MORENO FERNANDES	25/03/2000	5,0	5,0	20,0	30,0	Não aprovado

AGENTE DE MANUTENÇÃO E LIMPEZA ESCOLAR

INSCRIÇÃO	NOME	DATA DE NASCIMENTO	L.P.	MAT.	C.G.	NOTA PROVA OBJETIVA	RESULTADO
483096	ELIANE LOPES DA SILVA	15/04/1978	30,0	20,0	15,0	65,0	
482861	JESSICA HELLEN ROCHA CASMAL DE FREITAS	10/09/1991	35,0	15,0	15,0	65,0	
483004	MARILDA ARANTES DE LIMA	18/05/1968	25,0	10,0	20,0	55,0	
483029	ROSALINA LEAO DA COSTA	12/11/1976	25,0	10,0	15,0	50,0	
483331	EDILENILZA ALVES DA SILVA	11/03/1982	25,0	5,0	10,0	40,0	Não aprovado
483260	BEATRIZ PEREIRA DOS SANTOS PONTES	07/07/2001	15,0	5,0	5,0	25,0	Não aprovado
483230	TEREZA ALMEIDA SILVA	18/02/1973	0,0	5,0	5,0	10,0	Não aprovado
483574	GLECIA FERREIRA NEVES	24/05/1988	---	---	---	N/C	Desclassificado
482751	LIONEIDE LINDALVA DA SILVA SANTOS	15/08/1989	---	---	---	N/C	Desclassificado

AGENTE DE NUTRIÇÃO ESCOLAR – MERENDEIRA

INSCRIÇÃO	NOME	DATA DE NASCIMENTO	L.P.	MAT.	C.G.	NOTA PROVA OBJETIVA	RESULTADO
482485	VIVIANE JORECKI DASSOW	07/01/1991	40,0	20,0	20,0	80,0	
482597	SIMONE FERREIRA DE LIMA	01/09/1978	35,0	20,0	20,0	75,0	
483338	ROBERTA LUIZA MENDES DA SILVA	07/01/1985	35,0	15,0	20,0	70,0	
482930	ANDREIA TEIXEIRA DE SOUZA	24/04/1977	30,0	15,0	20,0	65,0	
483560	LUCIANA BRITO ALMEIDA REGO	19/09/1983	20,0	25,0	20,0	65,0	
483225	WANDERLUZIA GRASSIOTE ALVES	17/04/1983	25,0	15,0	20,0	60,0	

482913	GABRIELA RODRIGUES DA COSTA	02/04/1996	25,0	15,0	20,0	60,0	
482771	RUTIMARA FRANCISCA DE OLIVEIRA	05/09/1976	20,0	20,0	15,0	55,0	
483496	NILVA MARIA LUZ	27/02/1966	25,0	10,0	15,0	50,0	
482744	TEREZINHA SILVA DUARTE BOTINI	08/06/1971	25,0	25,0	0,0	50,0	
483537	PRISCILA CESARIO DE OLIVEIRA	19/12/1991	30,0	5,0	15,0	50,0	
482872	MARIA JOSE DA SILVA MORAIS	12/07/1963	20,0	5,0	20,0	45,0	Não aprovado
482618	CLEICY KAWINAN	13/05/1983	15,0	10,0	20,0	45,0	Não aprovado
483483	NEURINDA INACIO DE JESUS SANTOS	30/06/1970	20,0	10,0	0,0	30,0	Não aprovado
483167	MARLUCIA MARTINS DA SILVA	16/05/1975	10,0	10,0	10,0	30,0	Não aprovado
483241	ADELIA DE MOURA DORNES	16/01/1986	---	---	---	N/C	Desclassificado
483347	BEATRIZ MAURICIO OLIVEIRA	03/05/1996	---	---	---	N/C	Desclassificado
483005	ROSELI DE JESUS	06/04/1972	---	---	---	N/C	Desclassificado
483616	VANUZA MARIA DA SILVA	09/07/1978	---	---	---	N/C	Desclassificado
483355	ZELIA FERREIRA DA SILVA	12/05/1975	---	---	---	N/C	Desclassificado

AGENTE DE SEGURANÇA E VIGILÂNCIA ESCOLAR

INSCRIÇÃO	NOME	DATA DE NASCIMENTO	L.P.	MAT.	C.G.	NOTA PROVA OBJETIVA	RESULTADO
483315	RIZIA SANTANA ALMEIDA	14/10/1987	20,0	15,0	25,0	60,0	
482995	SERGIO REIS DE OLIVEIRA	25/11/1978	20,0	20,0	15,0	55,0	
483066	GONCALO CONSTANTINO LOPES	15/04/1969	25,0	10,0	15,0	50,0	
482960	LAELSON LEONARD LEONARDO DA SILVA	11/03/1980	25,0	10,0	15,0	50,0	
483394	EDIUMAR VITORIA SIQUEIRA	22/02/1961	25,0	5,0	5,0	35,0	Não aprovado
482565	ENIVALDO NUNES DIAS	18/06/1981	15,0	5,0	10,0	30,0	Não aprovado
482797	WINGUERSON ABRANTES REZENDE	12/05/1997	---	---	---	N/C	Desclassificado
483423	YURUI TRUMAI AWETI	09/08/2001	---	---	---	N/C	Desclassificado

AGENTE DE SERVIÇOS GERAIS – SAÚDE

INSCRIÇÃO	NOME	DATA DE NASCIMENTO	L.P.	MAT.	C.G.	NOTA PROVA OBJETIVA	RESULTADO
482809	SILVANA FELIX DA SILVA	17/12/1985	25,0	10,0	20,0	55,0	
482700	MARIA ALVES ANDRADE	23/05/1973	15,0	10,0	25,0	50,0	
482806	ELIANE MARTINS	09/01/1997	10,0	15,0	10,0	35,0	Não aprovado
483334	ANA LUCIA MARQUES DE JESUS	03/11/1987	---	---	---	N/C	Desclassificado
483517	CLEITON SANTOS FERREIRA	03/09/1997	---	---	---	N/C	Desclassificado
483518	TIAGO SOUZA DE FRANCO	11/08/1994	---	---	---	N/C	Desclassificado
482604	VIVIANE DO PRADO PALHANO	25/07/1992	---	---	---	N/C	Desclassificado

AGENTE DE SERVIÇOS GERAIS (MASCULINO) – INFRAESTRUTURA

INSCRIÇÃO	NOME	DATA DE NASCIMENTO	L.P.	MAT.	C.G.	NOTA PROVA OBJETIVA	RESULTADO
483594	YURUI TRUMAI AWETI	09/08/2001	25,0	5,0	20,0	50,0	
482883	EDEVALDO LIMA DE OLIVEIRA	12/05/1972	15,0	15,0	5,0	35,0	Não aprovado
482893	CARLOS DE MELO	16/06/1974	---	---	---	N/C	Desclassificado

AGENTE DE TRANSPORTE ESCOLAR – MOTORISTA

INSCRIÇÃO	NOME	DATA DE NASCIMENTO	L.P.	MAT.	C.G.	NOTA PROVA OBJETIVA	NOTA PROVA PRÁTICA	NOTA FINAL	RESULTADO
482683	ERNFRIED ZINGLER	18/09/1965	30,0	20,0	25,0	75,0	95,0	170,0	
483566	WESCLEY PEREIRA DA SILVA	07/09/1979	20,0	25,0	25,0	70,0	100,0	170,0	
483436	JOSE OTAVIO PEREIRA CONCEICAO	18/10/1997	35,0	10,0	15,0	60,0	100,0	160,0	
483345	VALDENIR SAMBORSKI	07/02/1986	20,0	20,0	15,0	55,0	100,0	155,0	
483259	JOSE FRANCISCO DE JESUS	23/03/1969	25,0	20,0	5,0	50,0	100,0	150,0	
482687	ANDERSON DUTRA DOS SANTOS	02/02/1977	25,0	10,0	15,0	50,0	100,0	150,0	
483294	JOAO ELIAS TESKE	20/09/1984	15,0	10,0	25,0	50,0	100,0	150,0	
482973	ANDERSON GRAEFF	20/06/1987	25,0	10,0	15,0	50,0	100,0	150,0	
483332	TIAGO ARANTES RODRIGUES	30/01/1995	15,0	20,0	15,0	50,0	93,0	143,0	
483336	GUIDO KESSLER	08/11/1956	20,0	10,0	15,0	45,0	---	---	Desclassificado
483159	ADAIAS FERREIRA MATOS DE ASSUNCAO	29/10/1995	25,0	10,0	10,0	45,0	---	---	Desclassificado
482644	VALDECIR CAETANO DE SA	18/02/1971	0,0	15,0	15,0	30,0	---	---	Desclassificado
482777	FAINER LEAL DA SILVA ROCHA	28/03/1978	---	---	---	N/C	---	---	Desclassificado
483292	FERNANDO DIEGO GANASSIM	14/07/1984	---	---	---	N/C	---	---	Desclassificado
483326	FRANCISCO GONCALVES DA SILVA	07/02/1978	---	---	---	N/C	---	---	Desclassificado
482834	GIOVANE CESARIO SABINO	12/02/1983	---	---	---	N/C	---	---	Desclassificado
483428	RALEY CANHETE	25/04/1972	---	---	---	N/C	---	---	Desclassificado
483313	SEARLE BRITO SANTOS	30/11/1986	---	---	---	N/C	---	---	Desclassificado

AGENTE MUNICIPAL DE SANEAMENTO

INSCRIÇÃO	NOME	DATA DE NASCIMENTO	L.P.	MAT.	C.G.	INF.	NOTA PROVA OBJETIVA	RESULTADO
483166	ALEXANDRO SIQUEIRA	19/01/1983	15,0	10,0	15,0	10,0	50,0	
482878	KALYO EDUARDO NAZARIO REZENDE	08/07/1993	20,0	0,0	10,0	15,0	45,0	Não aprovado
482874	FELIPE DA SILVA SCHERPINSKI	14/05/2002	15,0	5,0	15,0	10,0	45,0	Não aprovado
482832	OSMAR CEZAR PEREIRA DA SILVA	16/08/1995	10,0	10,0	5,0	10,0	35,0	Não aprovado

482520	SILVAN FERREIRA DOS SANTOS FILHO	18/02/1998	15,0	0,0	10,0	5,0	30,0	Não aprovado
483439	FABRICIO PIMENTA DA SILVA	28/05/1986	---	---	---	---	N/C	Desclassificado
483212	JEAN MIRANDA HOMEM DE FARIA	22/06/1992	---	---	---	---	N/C	Desclassificado

ASSISTENTE SOCIAL – SAÚDE

INSCRIÇÃO	NOME	DATA DE NASCIMENTO	L.P.	MAT.	C.E.	NOTA PROVA OBJETIVA	RESULTADO
482627	LEILA CRISTINA SILVA DE ANDRADE	16/08/1983	20,0	10,0	45,0	75,0	
483198	ANA PAULA DA SILVA	04/04/1976	15,0	0,0	50,0	65,0	
483311	DEVAIR JOSE DA SILVA	25/05/1986	10,0	5,0	35,0	50,0	
482882	SELMA MESSIAS	12/02/1969	10,0	5,0	25,0	40,0	Não aprovado
482828	SIDNEIA FERREIRA DE PAULO	08/08/1987	0,0	5,0	35,0	40,0	Não aprovado
482641	ARLETE FATIMA RAUBER	13/05/1961	5,0	5,0	15,0	25,0	Não aprovado
483400	JUCINEYDE DOS ANJOS SONAQUE	03/03/1971	---	---	---	N/C	Desclassificado
482953	SIMONE APARECIDA DE OLIVEIRA	12/08/1986	---	---	---	N/C	Desclassificado

AUXILIAR DE DESENVOLVIMENTO INFANTIL E EDUCAÇÃO ESPECIAL

INSCRIÇÃO	NOME	DATA DE NASCIMENTO	L.P.	MAT.	C.G.	INF.	NOTA PROVA OBJETIVA	RESULTADO
482885	CRISTINA MARTINS	12/05/1973	30,0	10,0	15,0	5,0	60,0	
483246	RUTE FERREIRA NUNES	12/11/1970	30,0	5,0	15,0	5,0	55,0	
482580	ELIZANGELA RODRIGUES MORAES	05/01/1984	25,0	5,0	15,0	10,0	55,0	
483314	LUZINETH RAFAEL SOARES	05/10/1976	20,0	5,0	15,0	10,0	50,0	
483538	RENATA MESQUITA DE OLIVEIRA	04/03/1980	25,0	10,0	5,0	10,0	50,0	
482721	CLAUDIANE LUCIA OLIVEIRA	04/10/1983	20,0	5,0	10,0	15,0	50,0	
483426	ISABETE PEREIRA BARREIRA ZATA	08/02/1985	25,0	10,0	5,0	10,0	50,0	
482704	MARCIA PIRES	13/01/1988	15,0	10,0	10,0	15,0	50,0	
482535	LARISSA FERNANDES DA SILVA LIMA	12/04/1989	20,0	5,0	15,0	10,0	50,0	
482756	TAIS CRISTINA DE FREITAS SILVA	30/07/1991	25,0	5,0	15,0	5,0	50,0	
482998	MARILIA GABRIELA DA SILVA CRUZ SOUZA	14/05/1994	25,0	5,0	10,0	10,0	50,0	
482982	MARIA TACIELE COELHO SENA	06/10/1983	15,0	10,0	15,0	5,0	45,0	Não aprovado
482948	FRANCINEIDE RODRIGUES BARBOSA CAMPOS	12/06/1986	20,0	5,0	10,0	10,0	45,0	Não aprovado
482663	LUCILENE VERISSIMO DE ALMEIDA	05/12/1989	30,0	0,0	10,0	5,0	45,0	Não aprovado
483164	JULIANE SOBIESKI	15/10/1993	15,0	15,0	5,0	10,0	45,0	Não aprovado
482496	LAURILENE DUTRA FRANCA BENS DE SOUZA	26/03/1994	15,0	0,0	15,0	15,0	45,0	Não aprovado
483519	ADELAINE ALVES DE ARAUJO	02/04/1996	15,0	5,0	15,0	10,0	45,0	Não aprovado
482564	KARITA KATRINY VIEIRA TOIGO	08/07/1999	20,0	5,0	5,0	15,0	45,0	Não aprovado
482977	PRISCILA CANDIDA PERES	27/01/2002	15,0	10,0	10,0	10,0	45,0	Não aprovado
483357	CLEIDE MIRANDA DOS SANTOS	10/03/1981	30,0	0,0	10,0	0,0	40,0	Não aprovado
483413	AURELICE ALMEIDA RIBEIRO	28/01/1984	25,0	0,0	10,0	5,0	40,0	Não aprovado
483236	HEIDI PEREIRA DA SILVA	26/04/1990	15,0	5,0	10,0	10,0	40,0	Não aprovado
482649	LARISSA CRISTINA DA SILVA OLIVEIRA	12/04/1996	10,0	5,0	15,0	10,0	40,0	Não aprovado
483215	STEFANI PIRES PEIXOTO	01/10/2001	15,0	5,0	10,0	10,0	40,0	Não aprovado
483370	LUCILANGE GOMES GARCIA	02/02/1984	10,0	10,0	5,0	10,0	35,0	Não aprovado
482676	ANDREIA RODRIGUES DA SILVA	05/07/1985	20,0	0,0	5,0	10,0	35,0	Não aprovado
483330	MARIA DO SOCORRO SILVA SANTOS	24/07/1987	10,0	5,0	5,0	15,0	35,0	Não aprovado
483265	THAIS BATISTA ALVES DA CRUZ	11/10/1990	20,0	5,0	5,0	5,0	35,0	Não aprovado
482465	RAFAELA GOMES DA SILVA	21/01/1997	10,0	5,0	10,0	10,0	35,0	Não aprovado
482583	ELENA KRUMMENAUER	21/08/1997	10,0	10,0	10,0	5,0	35,0	Não aprovado
482760	ELOIDES CARMEM PIVETTA	15/07/1971	15,0	5,0	5,0	5,0	30,0	Não aprovado
482614	MAGDA ROSILEI CUSTODIO DOS SANTOS	07/09/1975	10,0	5,0	5,0	10,0	30,0	Não aprovado
483147	SUELI PERES REIS TARGANSKI	27/09/1982	25,0	0,0	5,0	0,0	30,0	Não aprovado
482592	ANTONIA MARIANA OLIVEIRA MARQUES	18/07/1988	15,0	5,0	10,0	0,0	30,0	Não aprovado
482625	GEICIELE CORREA DE FREITAS SILVA	14/07/1994	15,0	0,0	10,0	5,0	30,0	Não aprovado
482602	ROSIANE FERREIRA NETO	20/10/1999	15,0	0,0	10,0	5,0	30,0	Não aprovado
483249	ANTONIA MAIRLAR LIMA DA COSTA	13/06/1992	15,0	0,0	5,0	5,0	25,0	Não aprovado
482540	SUELLEN DE OLIVEIRA DAS NEVES	25/10/1993	5,0	5,0	10,0	5,0	25,0	Não aprovado
482511	ANA CAROLINA DA SILVA LUIZ	20/01/1999	15,0	5,0	0,0	5,0	25,0	Não aprovado
483308	MIRIAN DUDEK DE ARAUJO	25/01/2002	15,0	5,0	5,0	0,0	25,0	Não aprovado
482871	JOCELIN CORREA DE FREITAS SILVA	28/06/1969	10,0	0,0	0,0	10,0	20,0	Não aprovado
482611	LUCIMAR PEREIRA DA SILVA MENEZES	12/10/1986	15,0	0,0	5,0	0,0	20,0	Não aprovado
483553	VANDERLEIA DE JESUS	13/04/1987	15,0	0,0	0,0	5,0	20,0	Não aprovado
483026	EVA ROBERTO SOUSA	28/11/1994	15,0	0,0	0,0	5,0	20,0	Não aprovado
482619	JOCILENE APARECIDA DE SOUZA BOTINI	23/01/1995	5,0	5,0	5,0	5,0	20,0	Não aprovado
482505	IONICE PAULA UES	23/05/1980	5,0	5,0	5,0	0,0	15,0	Não aprovado
482841	FERNANDA CRISTHINA SANTOS ACACIO	05/04/1991	10,0	5,0	0,0	0,0	15,0	Não aprovado
482541	ADELZECIONE DE MOURA DORNES	06/11/1994	5,0	5,0	5,0	0,0	15,0	Não aprovado
482556	MARIA MADALENA MATTOSO COLMAN	29/05/1964	10,0	0,0	0,0	0,0	10,0	Não aprovado
483278	SHARLIANNE CRISTINA DE SENA ALVES	22/12/1988	0,0	0,0	0,0	10,0	10,0	Não aprovado
482613	KAILANY WREBIA KAWINAN	30/08/2002	10,0	0,0	0,0	0,0	10,0	Não aprovado
483557	ANDRIELLI CAROLINE LERNER KUNRATH	15/09/2001	---	---	---	---	N/C	Desclassificado
483369	CRISTINA LEMOS	18/07/2000	---	---	---	---	N/C	Desclassificado
483068	EDNA FELBERG DA SILVA	03/01/1987	---	---	---	---	N/C	Desclassificado
483104	EVELY FERREIRA GONCALVES	21/10/1996	---	---	---	---	N/C	Desclassificado
482743	FERNANDA OLIVEIRA SOARES	11/02/2000	---	---	---	---	N/C	Desclassificado
483478	JOSIANE PINHO DA SILVA	31/07/1993	---	---	---	---	N/C	Desclassificado
482531	KATIELE SILVA DA PAIXAO	10/10/1997	---	---	---	---	N/C	Desclassificado

482909	MAYSA CRISTINA FONSECA HILARIO	28/05/1997	---	---	---	---	N/C	Desclassificado
483041	ROSILENE ORRIZ DA SILVA	08/04/1976	---	---	---	---	N/C	Desclassificado
483206	VALKIRIA TRENTIN	16/09/1995	---	---	---	---	N/C	Desclassificado

AUXILIAR DE LIMPEZA

INSCRIÇÃO	NOME	DATA DE NASCIMENTO	L.P.	MAT.	C.G.	NOTA PROVA OBJETIVA	RESULTADO
482495	SILVANA VIRGULINO ANACLETO	03/12/1993	30,0	25,0	25,0	80,0	
483497	CLAUDIA BORGES DOS SANTOS	07/06/1973	40,0	15,0	20,0	75,0	
482731	GECIELE LITTIG BARCELOS DA PAZ	23/03/1992	45,0	5,0	20,0	70,0	
482972	MARTA CLACI MEGIER	28/12/1971	25,0	15,0	25,0	65,0	
483008	MARIA IVONETE TEIXEIRA DE AGUIAR	15/07/1977	35,0	15,0	5,0	55,0	
482658	PRISLANE RENATA LELIS DE OLIVEIRA	03/11/1991	25,0	10,0	20,0	55,0	
482637	NEIDE POLIANA VIEIRA MORAES	19/12/1980	25,0	10,0	15,0	50,0	
482640	ANA KARINE BUCHOLZ	19/11/1994	20,0	15,0	15,0	50,0	
482845	BEATRIZ PEREIRA DE MELO GRANJA	28/01/1981	30,0	5,0	10,0	45,0	Não aprovado
482689	KAMILA CHAVES SOARES QUINTANA	19/04/1992	15,0	15,0	10,0	40,0	Não aprovado
482938	ROSIENE PEREIRA DE ALMEIDA	23/02/1992	20,0	5,0	10,0	35,0	Não aprovado
482552	JOANA ORTEGA AJALA DE LIMA	08/03/1971	15,0	5,0	5,0	25,0	Não aprovado
482555	ADRIANA RIBEIRO RODRIGUES	18/08/1979	---	---	---	N/C	Desclassificado
482789	FLAVIA TAVARES DOS SANTOS	16/02/1976	---	---	---	N/C	Desclassificado
482892	LEONIDA SILVA PATROCINO LEAL	07/09/1984	---	---	---	N/C	Desclassificado
482648	LEONILDA SILVA MOTA	12/10/1976	---	---	---	N/C	Desclassificado
482513	ROLILENE DA CONCEICAO E SILVA NOGUEIRA	10/02/1987	---	---	---	N/C	Desclassificado

AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS – FEMININO - ASSISTÊNCIA SOCIAL

INSCRIÇÃO	NOME	DATA DE NASCIMENTO	L.P.	MAT.	C.G.	NOTA PROVA OBJETIVA	RESULTADO
482474	JESSIKA ALVES MARQUES	19/03/1991	40,0	15,0	25,0	80,0	
483477	MARCIA DE FREITAS NUNES	24/06/1985	35,0	25,0	10,0	70,0	
482500	ADRIANA SANTOS DE OLIVEIRA	03/03/1993	30,0	20,0	20,0	70,0	
482675	ROSIANE DA SILVA SOUSA SILVA	22/08/1990	35,0	15,0	15,0	65,0	
483103	CREMILDA BATISTA DE JESUS	05/05/1966	20,0	15,0	20,0	55,0	
483080	CLEMILDA ARANTES DE LIMA	14/06/1972	25,0	15,0	15,0	55,0	
482647	GENECI BREDA FERREIRA	29/08/1979	35,0	5,0	15,0	55,0	
483115	JANETE DE SOUZA BARCELOS	17/06/1985	25,0	5,0	25,0	55,0	
482814	EDNA LEITE XAVIER	15/03/1982	30,0	10,0	10,0	50,0	
482688	ROSARIA FRANCISCO DE ASIS	11/06/1964	15,0	10,0	20,0	45,0	Não aprovado
483379	VANESSA JOSE DE SOUZA	27/01/1979	25,0	5,0	15,0	45,0	Não aprovado
483530	GILVANA REIS PERES	08/09/1985	15,0	10,0	20,0	45,0	Não aprovado
483348	DALCA MATIELE NEVES PEREIRA	15/09/1994	---	---	---	N/C	Desclassificado

AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS – FEMININO – INFRAESTRUTURA

INSCRIÇÃO	NOME	DATA DE NASCIMENTO	L.P.	MAT.	C.G.	NOTA PROVA OBJETIVA	RESULTADO
482991	LUCIVANIA MARIA DE SOUZA SANTOS	27/08/1991	25,0	20,0	20,0	65,0	
483467	MARCILEI DOS SANTOS OLIVEIRA SILVA	04/01/1982	---	---	---	N/C	Desclassificado

AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS - FEMININO - SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

INSCRIÇÃO	NOME	DATA DE NASCIMENTO	L.P.	MAT.	C.G.	NOTA PROVA OBJETIVA	RESULTADO
482530	VALQUIRIA LOPES MARTINS	06/08/1991	45,0	10,0	15,0	70,0	
482538	MARIA RAIMUNDA SOARES BATISTA	16/10/1972	25,0	20,0	20,0	65,0	
482528	MARIA HELENA FERREIRA COELHO	18/05/1980	30,0	15,0	20,0	65,0	
483405	MARIA ELINE LIMA	14/04/1986	30,0	5,0	25,0	60,0	
482499	LAILA RAFAEL CAVALCANTE	03/03/1989	15,0	10,0	25,0	50,0	
482786	TATIANE PINHO DE OLIVEIRA	14/04/1998	25,0	10,0	15,0	50,0	
482661	KADMA CHRIS DE SOUZA	21/11/1989	25,0	5,0	15,0	45,0	Não aprovado
482726	WILMA BARBOSA DOS SANTOS	14/08/1977	15,0	15,0	10,0	40,0	Não aprovado
483045	ELIETE FERREIRA COELHO	19/09/1967	15,0	5,0	10,0	30,0	Não aprovado
482523	CLEICY KAWINAN	13/05/1983	---	---	---	N/C	Desclassificado
483346	EDMAR SANTOS MAURICIO	10/04/1970	---	---	---	N/C	Desclassificado

BIÓLOGO

INSCRIÇÃO	NOME	DATA DE NASCIMENTO	L.P.	MAT.	C.E.	NOTA PROVA OBJETIVA	RESULTADO
482551	NADIA BOTINI	08/12/1986	20,0	5,0	35,0	60,0	
483421	ANDREIA IMIDIO VIEIRA	07/09/1992	15,0	5,0	25,0	45,0	Não aprovado
482462	RICARDO LOYOLA DE MOURA	16/03/1977	10,0	5,0	25,0	40,0	Não aprovado
483502	ANDRE GRAMARI FILHO	02/10/1949	---	---	---	N/C	Desclassificado
483123	ANNE STHEPHANE ARROLHO SILVA CORREA	22/12/1989	---	---	---	N/C	Desclassificado
483388	CLAUDIA DE ALMEIDA	23/08/1992	---	---	---	N/C	Desclassificado
483437	JESSICA NAIANE COELHO DE MELO	04/05/1992	---	---	---	N/C	Desclassificado
483613	MARTA NOVOTNY CORDEIRO OLIVEIRA	17/02/1977	---	---	---	N/C	Desclassificado

BIOQUÍMICO/FARMACÊUTICO – 40

INSCRIÇÃO	NOME	DATA DE NASCIMENTO	L.P.	MAT.	C.E.	NOTA PROVA OBJETIVA	RESULTADO
482778	LUCAS SOUSA DANTAS MARTINS	15/03/1996	20,0	5,0	20,0	45,0	Não aprovado
482463	BRUNA LORRANY CASTANHEIRA CRUZ	10/12/1994	10,0	5,0	25,0	40,0	Não aprovado
483318	ANA CAROLINE BAUERMEISTER	13/03/1990	---	---	---	N/C	Desclassificado
482489	EDINA MASSAMBANI	18/03/1985	---	---	---	N/C	Desclassificado

CONTADOR - PLANEJAMENTO E FINANÇAS

INSCRIÇÃO	NOME	DATA DE NASCIMENTO	L.P.	MAT.	C.E.	NOTA PROVA OBJETIVA	RESULTADO
482536	CLAUDINEI MARCE KLEIN	21/07/1985	20,0	10,0	55,0	85,0	
483384	JOAO BATISTA RODRIGUES	02/08/1986	20,0	10,0	50,0	80,0	
482866	JEFERSON REICHERT	27/04/1988	20,0	5,0	35,0	60,0	
483152	JARLON ANGELO DE SOUZA ALMEIDA	17/11/1974	20,0	5,0	30,0	55,0	
482905	LUANA MENDES RUPOLO	05/10/1987	10,0	5,0	25,0	40,0	Não aprovado
483095	CLEUNICE ANASTACIO PORTELA CORREA DA COSTA	23/07/1982	---	---	---	N/C	Desclassificado
483499	MACIELI MAIARA BENITES CORREA BENITES CORREA	18/02/1981	---	---	---	N/C	Desclassificado
483466	PABLO FONSECA DINIZ	01/06/1980	---	---	---	N/C	Desclassificado
483275	REMO ASANTOS	15/04/1965	---	---	---	N/C	Desclassificado

ELETRICISTA

INSCRIÇÃO	NOME	DATA DE NASCIMENTO	L.P.	MAT.	C.G.	C.E.	NOTA PROVA OBJETIVA	RESULTADO
482679	ERZSEBET BARROS KAZY SOM	26/11/1993	25,0	5,0	5,0	35,0	70,0	

ELETRICISTA AUTOMOTIVO

INSCRIÇÃO	NOME	DATA DE NASCIMENTO	L.P.	MAT.	C.G.	C.E.	NOTA PROVA OBJETIVA	RESULTADO
482507	JUCIMAR SILVERIO DE ARRUDA	15/01/1993	15,0	15,0	10,0	30,0	70,0	
483561	ERONIDES EMILIANO DE MORAES	11/01/1984	15,0	15,0	10,0	25,0	65,0	
483459	CARLOS ALEXANDRE STESKO QUERNISKI	08/06/2002	15,0	15,0	10,0	20,0	60,0	

ENFERMEIRO

INSCRIÇÃO	NOME	DATA DE NASCIMENTO	L.P.	MAT.	C.E.	NOTA PROVA OBJETIVA	RESULTADO
482553	MARCINEI BARABA	29/01/1978	15,0	5,0	50,0	70,0	
483378	ELIDA JOSE DA SILVA MENEZES SANTOS	14/08/1984	15,0	5,0	40,0	60,0	
482823	ANNA PAULA SOUSA	05/12/1983	10,0	5,0	40,0	55,0	
482665	PRISCILLA DE SOUZA SOBRINHO	03/01/1989	15,0	5,0	35,0	55,0	
482654	BETANIA LEONEL DE OLIVEIRA	09/12/1992	20,0	5,0	25,0	50,0	
483391	CALMINDA PEREIRA DOS REIS	23/09/1973	10,0	10,0	25,0	45,0	Não aprovado
482527	ALESSANDRO APARECIDO RODRIGUES DA SILVA	21/06/1991	15,0	10,0	20,0	45,0	Não aprovado
482914	CLAUDIELY CARLA LENZ	15/02/1995	10,0	0,0	35,0	45,0	Não aprovado
483563	ISABELA TEONILIA ARRUDA	17/10/1998	5,0	5,0	35,0	45,0	Não aprovado
482826	FABIULA FURQUIN WEIS	02/07/1991	15,0	5,0	20,0	40,0	Não aprovado
482666	MARITAWANA NAODO MEHINAKO	11/01/1996	15,0	5,0	20,0	40,0	Não aprovado
482533	TATIANE BATISTA DA SILVA	25/09/1989	10,0	0,0	25,0	35,0	Não aprovado
483460	DARLA CARINE GRUBLER	08/02/1994	10,0	0,0	25,0	35,0	Não aprovado
482510	FERNANDA ZILNARA FERREIRA DE FREITAS	09/10/1983	---	---	---	N/C	Desclassificado
483075	JACKNILZE SANTOS DE OLIVEIRA	08/11/1990	---	---	---	N/C	Desclassificado
483306	NEUMA LIRA DE ANDRADE	22/07/1975	---	---	---	N/C	Desclassificado
483078	NIEWTON MENDES DE SOUZA	29/07/1986	---	---	---	N/C	Desclassificado
483620	TACIANE APARECIDA BATISTA VALADARES	19/06/1986	---	---	---	N/C	Desclassificado

ENFERMEIRO – COMUNIDADE NOVA ALIANÇA

INSCRIÇÃO	NOME	DATA DE NASCIMENTO	L.P.	MAT.	C.E.	NOTA PROVA OBJETIVA	RESULTADO
483221	ANDREIA BARBOSA DA SILVA	07/08/1980	10,0	5,0	25,0	40,0	Não aprovado
482769	IRACEME BARBOSA DE OLIVEIRA	08/08/1969	5,0	10,0	10,0	25,0	Não aprovado

ENFERMEIRO – COMUNIDADE SANTA PAULINA

INSCRIÇÃO	NOME	DATA DE NASCIMENTO	L.P.	MAT.	C.E.	NOTA PROVA OBJETIVA	RESULTADO
482817	RAFAELA REZENDE	08/10/1990	20,0	5,0	30,0	55,0	
483299	ALESSANDRA DE OLIVEIRA BRAGA	01/03/1986	20,0	5,0	10,0	35,0	Não aprovado
483136	ELIZANIA RODRIGUES DE CARVALHO	30/08/1976	---	---	---	N/C	Desclassificado

ENGENHEIRO CIVIL

INSCRIÇÃO	NOME	DATA DE NASCIMENTO	L.P.	MAT.	C.E.	NOTA PROVA OBJETIVA	RESULTADO
483145	BRUNO RODRIGUES PICCOLO	22/09/1990	20,0	15,0	45,0	80,0	
482591	GABRIEL SANCHES FERREIRA ROMAO	08/08/1996	25,0	10,0	45,0	80,0	
483360	ROSANE APARECIDA KROTH BRENA	08/05/1976	15,0	10,0	45,0	70,0	
482759	JEAN LUCAS SOUZA DE OLIVEIRA	23/06/1994	15,0	10,0	45,0	70,0	
482572	KALLITA KATS BORGES FERNANDES	21/03/1999	15,0	10,0	45,0	70,0	
482477	LUIZ FELIPE NAVARRO VESCO	09/05/1994	10,0	10,0	45,0	65,0	
482940	FELIPE FAUSTINO KUNZ	30/10/1995	15,0	15,0	35,0	65,0	
483289	CAIKE ALMEIDA VILAS NOVAS	17/05/1995	20,0	10,0	30,0	60,0	

482980	TAILINY PINHO DE OLIVEIRA	05/07/1995	15,0	5,0	30,0	50,0	
483507	TIAGO JARDEL BENDER	28/07/1998	10,0	0,0	40,0	50,0	
482887	JORGE LUIZ MEGIER DE ALENCAR	03/02/1988	15,0	5,0	25,0	45,0	Não aprovado
482747	JOSIMAR ANTONIO DECESARO	25/05/1994	10,0	5,0	30,0	45,0	Não aprovado
483525	HIGOR FRANCISCO DA SILVA	18/12/1995	10,0	15,0	20,0	45,0	Não aprovado
482880	NESTOR ALVES DIAS NETO	05/05/1986	10,0	5,0	25,0	40,0	Não aprovado
483403	VANDERLEY JUSTINO FRANCO	01/11/1969	10,0	0,0	25,0	35,0	Não aprovado
483461	GUSTAVO FERNANDES CORREA	04/01/1996	---	---	---	N/C	Desclassificado
483261	IARA OLIVEIRA GARCIA	28/10/1997	---	---	---	N/C	Desclassificado
482901	IRINEU XAVIER DOS SANTOS	29/11/1985	---	---	---	N/C	Desclassificado
483151	JAIRA SOARES MARTINS	06/03/1995	---	---	---	N/C	Desclassificado
483599	LUIZ ANTONIO SIDEGUM DA SILVA	02/06/1998	---	---	---	N/C	Desclassificado
483569	MARKUS TULIO FERRO DE BRITO	19/08/1977	---	---	---	N/C	Desclassificado
483626	NAJARA ARAUJO FARIAS	07/06/1991	---	---	---	N/C	Desclassificado
483153	WENDER GONCALVES FRANCA	01/07/1998	---	---	---	N/C	Desclassificado

FISCAL DE OBRAS E POSTURAS

INSCRIÇÃO	NOME	DATA DE NASCIMENTO	L.P.	MAT.	C.G.	INF.	NOTA PROVA OBJETIVA	RESULTADO
482482	UILIAN BENS DE SOUZA	24/05/1989	25,0	0,0	15,0	10,0	50,0	
483474	ALEXSANDRO ALVES PEREIRA	13/02/1986	15,0	15,0	5,0	10,0	45,0	Não aprovado
482748	RHUAN SOARES PERES	13/11/1991	10,0	5,0	10,0	10,0	35,0	Não aprovado
482902	CELIO GONCALVES DE OLIVEIRA	16/12/1984	5,0	0,0	0,0	5,0	10,0	Não aprovado
482713	WATSON LEITE DE AMORIM	27/10/1999	---	---	---	---	N/C	Desclassificado

FISCAL DE TRIBUTOS

INSCRIÇÃO	NOME	DATA DE NASCIMENTO	L.P.	MAT.	C.G.	INF.	NOTA PROVA OBJETIVA	RESULTADO
483287	LUANA APARECIDA DA SILVA MARTINS	22/08/1983	25,0	0,0	15,0	10,0	50,0	
482516	MARLO BIEGELMEIER	29/03/1991	25,0	5,0	10,0	10,0	50,0	
482819	WESLEY CARLOS MACHADO	09/02/1997	15,0	20,0	5,0	10,0	50,0	
483481	GEISIANE PEREIRA SOARES	24/10/1993	20,0	5,0	5,0	15,0	45,0	Não aprovado
482968	JAMES PATRICK SILVA SCHAEFLER	22/07/1994	20,0	5,0	10,0	10,0	45,0	Não aprovado
482746	THAIS CRISTINE PEREIRA SILVEIRA	22/07/1994	15,0	10,0	5,0	15,0	45,0	Não aprovado
482764	YASMIM GRAZIELI DE ALMEIDA MONTANHA	16/04/1997	20,0	10,0	5,0	10,0	45,0	Não aprovado
482937	ALAN BELTRAME DOS SANTOS	02/12/2000	25,0	5,0	5,0	10,0	45,0	Não aprovado
482899	MARCUS MORAES RAMOS	30/01/1979	30,0	0,0	10,0	0,0	40,0	Não aprovado
482600	JULIA GRACIELA DA SILVA	25/05/1982	15,0	0,0	15,0	10,0	40,0	Não aprovado
482599	ARICELIA SOUZA DE JESUS	10/10/1989	20,0	5,0	10,0	5,0	40,0	Não aprovado
482632	HENRIQUE SA DE MORAES	04/08/2000	15,0	10,0	5,0	10,0	40,0	Não aprovado
483622	KATIANE LIMA DA SILVA	28/09/1985	10,0	10,0	10,0	5,0	35,0	Não aprovado
483368	JAQUELINE UES SPESIA	27/04/1999	15,0	0,0	10,0	10,0	35,0	Não aprovado
483543	GRAZIELLE DUTRA DOS SANTOS	27/02/2000	15,0	0,0	10,0	10,0	35,0	Não aprovado
483244	MARLI GONCALVES CONSTANTE	12/01/1983	15,0	0,0	5,0	10,0	30,0	Não aprovado
483302	EMILY DA SILVA SCHULZ	16/04/2003	10,0	5,0	5,0	10,0	30,0	Não aprovado
483354	DANIELE APARECIDA DE OLIVEIRA	10/08/1995	10,0	0,0	10,0	5,0	25,0	Não aprovado
482690	PABLO FERNANDO	08/10/1997	10,0	0,0	0,0	10,0	20,0	Não aprovado
483551	BRUNO LEONARDO EVARISTO DA SILVA	15/12/1997	---	---	---	---	N/C	Desclassificado
483520	MIGUEL ANTONIO COSTA RIBEIRO	20/07/1995	---	---	---	---	N/C	Desclassificado
483077	TATIANE CAROLINE ZIMIANI	18/04/1986	---	---	---	---	N/C	Desclassificado
483344	THAISE RIBEIRO DA SILVA	10/03/1986	---	---	---	---	N/C	Desclassificado
483471	WESLEY ALEXANDRO CANEPPELLE	17/10/1990	---	---	---	---	N/C	Desclassificado

FISIOTERAPEUTA

INSCRIÇÃO	NOME	DATA DE NASCIMENTO	L.P.	MAT.	C.E.	NOTA PROVA OBJETIVA	RESULTADO
482470	GISLEY NONATO DA SILVA	09/08/1982	15,0	5,0	40,0	60,0	
483364	MICHELI LUANA MICHELS	18/09/1995	20,0	0,0	40,0	60,0	
482539	CEMI RODRIGUES DIAS FIHO	22/10/1984	15,0	5,0	35,0	55,0	
483040	TATIANI GONCALVES DE ARAUJO	03/03/1991	15,0	0,0	40,0	55,0	
483222	BRUNA VILELA DOS SANTOS	19/03/1996	10,0	0,0	45,0	55,0	
482471	MARIA ELIANE DOS SANTOS	26/05/1996	10,0	5,0	40,0	55,0	
482808	ALICE BARBOSA DE SOUZA	05/11/1980	20,0	0,0	20,0	40,0	Não aprovado
483361	ANTONIO VIEIRA BARROS	13/04/1993	10,0	5,0	25,0	40,0	Não aprovado
482480	MAIARA ESCOBAR VERA	03/06/1996	15,0	0,0	20,0	35,0	Não aprovado
482626	CRISLEY DE MEDEIROS ALVES	06/04/1995	0,0	5,0	25,0	30,0	Não aprovado
482490	IANKA RODRIGUES CRESPAO	10/01/1996	15,0	5,0	5,0	25,0	Não aprovado
483178	ANA PAULA SCHULTZELEMOS	31/03/1981	---	---	---	N/C	Desclassificado
483228	HIASMIM GABRIELLY MARTINS DA GUIA OLIVEIRA	02/06/1997	---	---	---	N/C	Desclassificado
483072	HIGOR MEIRELLES TROVO	14/02/1993	---	---	---	N/C	Desclassificado
483328	MAYNARA ALMEIDA ORMOND	15/11/1993	---	---	---	N/C	Desclassificado
483377	MILA MACEDO ANTUNES DE MOURA	29/06/1997	---	---	---	N/C	Desclassificado
483485	NAIELLY RODRIGUES SOARES	05/09/1997	---	---	---	N/C	Desclassificado

FONOAUDIÓLOGO

INSCRIÇÃO	NOME	DATA DE NASCIMENTO	L.P.	MAT.	C.E.	NOTA PROVA OBJETIVA	RESULTADO

483105	NILZA BOTELHO DA SILVA	20/08/1965	5,0	5,0	5,0	15,0	Não aprovado

GARI

INSCRIÇÃO	NOME	DATA DE NASCIMENTO	L.P.	MAT.	C.G.	NOTA PROVA OBJETIVA	RESULTADO
483030	ELIANE PERES DOS SANTOS	13/06/1980	25,0	15,0	20,0	60,0	
482467	LARISSA BARROSO SILVA	02/11/1999	30,0	15,0	10,0	55,0	

INSTRUTOR DE CURSOS LIVRES

INSCRIÇÃO	NOME	DATA DE NASCIMENTO	L.P.	MAT.	C.G.	INF.	NOTA PROVA OBJETIVA	RESULTADO
482692	ELIZAMA DE JESUS SANTOS	27/07/1991	15,0	10,0	15,0	5,0	45,0	Não aprovado
483132	MANOEL LOPES DE SOUSA	06/12/1975	15,0	5,0	10,0	10,0	40,0	Não aprovado
482768	GREICE VIEIRA MORENO	12/11/1972	---	---	---	---	N/C	Desclassificado

JARDINEIRO

INSCRIÇÃO	NOME	DATA DE NASCIMENTO	L.P.	MAT.	C.G.	NOTA PROVA OBJETIVA	RESULTADO
483039	LEOSMAR FERREIRA LUZ	28/08/1987	50,0	20,0	20,0	90,0	
483253	OZEIAS ROSA DE ARAUJO	14/10/1974	30,0	20,0	20,0	70,0	
483317	SIRLEI JOANA PEREIRA COSTA SIDEGUM	04/09/1978	35,0	15,0	15,0	65,0	
482521	ALEXSANDRO AROMA MARTINS	13/12/1982	35,0	10,0	20,0	65,0	
483084	PEDRO ALVES MESSIAS JUNIOR	23/04/1974	25,0	15,0	20,0	60,0	
482608	ARILMA SOUZA DE JESUS	03/04/1986	---	---	---	N/C	Desclassificado
483028	HENRIQUE MOTA BOMFIM	16/10/1988	---	---	---	N/C	Desclassificado

MAESTRO

INSCRIÇÃO	NOME	DATA DE NASCIMENTO	L.P.	MAT.	C.E.	NOTA PROVA OBJETIVA	RESULTADO
483544	ELIAS RODRIGUES DE CARVALHO	23/08/1979	---	---	---	N/C	Desclassificado
483588	IZAIAS OLIVEIRA DE MELO JUNIOR	22/05/1971	---	---	---	N/C	Desclassificado

MECÂNICO

INSCRIÇÃO	NOME	DATA DE NASCIMENTO	L.P.	MAT.	C.G.	C.E.	NOTA PROVA OBJETIVA	RESULTADO
482588	NEITON CORDEIRO BASTOS	06/01/1978	15,0	10,0	5,0	40,0	70,0	
483200	DIEGO ABRAHAO DO NASCIMENTO	19/07/1983	25,0	10,0	5,0	30,0	70,0	
482569	EWERTON TEIXEIRA DE SOUZA	17/03/1982	20,0	0,0	5,0	35,0	60,0	
483468	ANDRE HENRIQUE RODRIGUES DE SOUZA	06/01/1992	20,0	10,0	0,0	25,0	55,0	
482765	SILVIO SOARES DA COSTA	23/09/1973	5,0	10,0	5,0	25,0	45,0	Não aprovado
483227	GEOVANI PURIFICACAO DAS NEVES	16/07/1975	10,0	10,0	0,0	25,0	45,0	Não aprovado
483232	VALDIR GONCALVES CONSTANTE	02/12/1976	15,0	10,0	5,0	15,0	45,0	Não aprovado
482574	MAGNO DE OLIVEIRA SERRA JUNIOR	11/09/1986	---	---	---	---	N/C	Desclassificado

MESTRE DE OBRAS

INSCRIÇÃO	NOME	DATA DE NASCIMENTO	L.P.	MAT.	C.G.	NOTA PROVA OBJETIVA	RESULTADO
482971	WGLEDSON CANDIDO PERES	04/05/1999	45,0	25,0	25,0	95,0	
483505	IZAMAR MORAES DE MENEZES	07/12/1971	35,0	25,0	20,0	80,0	
482987	IRINEU XAVIER DOS SANTOS	29/11/1985	40,0	25,0	15,0	80,0	
483562	ROBERT DA SILVA BORTOLINI	20/03/1996	35,0	20,0	25,0	80,0	
483592	ALDO PASSARIM	23/03/1966	30,0	20,0	25,0	75,0	
483043	EDNILSON ROSENDO DA SILVA	13/02/1980	35,0	10,0	20,0	65,0	
483284	EDSON TEIXEIRA DE SOUZA	17/04/1980	20,0	20,0	25,0	65,0	
483510	AMANDA OLIVEIRA SALVIANO DA COSTA	27/05/1994	---	---	---	N/C	Desclassificado
482698	CARLOS ROBERTO DE OLIVEIRA	21/02/1980	---	---	---	N/C	Desclassificado
483603	ISMAEL SILVA MAGALHAES	19/11/1989	---	---	---	N/C	Desclassificado
483333	JANE AMORIM DE JESUS	20/10/1984	---	---	---	N/C	Desclassificado
483373	LEONAN RODRIGUES DE CARVALHO AGUIAR	09/07/1995	---	---	---	N/C	Desclassificado
483254	PAULO CESAR CAVALCANTE VILA NOVA	31/08/1974	---	---	---	N/C	Desclassificado
483522	WILLIAN SPINDOLA DE ATAIDES	29/11/1973	---	---	---	N/C	Desclassificado

MOTORISTA - CNH B - ASSISTÊNCIA SOCIAL

INSCRIÇÃO	NOME	DATA DE NASCIMENTO	L.P.	MAT.	C.G.	NOTA PROVA OBJETIVA	NOTA PROVA PRÁTICA	NOTA FINAL	RESULTADO
482758	EVANDRO CARLOS PERTO	09/01/1974	40,0	25,0	25,0	90,0	100,0	190,0	
482522	ROGERIO LUIZ DE OLIVEIRA	21/10/1983	40,0	25,0	25,0	90,0	100,0	190,0	
482854	ELIZIANE ALVES FERREIRA	19/06/1991	30,0	20,0	25,0	75,0	100,0	175,0	
483168	JOSIEL LUCIO MOURA CERVANTE	27/04/1997	30,0	25,0	20,0	75,0	100,0	175,0	
482970	RUI GUILHERME FRITSCHI BOTINI	14/09/1993	25,0	20,0	25,0	70,0	100,0	170,0	
482633	WAGNER RODRIGUES DOS SANTOS	14/01/1995	35,0	20,0	15,0	70,0	100,0	170,0	
482886	IZAC SANTOS SILVA	17/03/1999	35,0	20,0	15,0	70,0	100,0	170,0	
482707	WATSON LEITE DE AMORIM	27/10/1999	20,0	25,0	25,0	70,0	100,0	170,0	
482612	FAGNER FURTADO DA SILVA	03/12/1988	20,0	25,0	20,0	65,0	100,0	165,0	
482843	LUCAS VINICIUS DE SOUZA	15/07/1998	25,0	25,0	15,0	65,0	100,0	165,0	

482483	LINDOMAR DIVINO DOS SANTOS	15/08/1979	20,0	20,0	20,0	60,0	100,0	160,0	
483035	DAVI COLMAN FERNANDES	29/01/1999	25,0	20,0	15,0	60,0	100,0	160,0	
482586	NILSON DAMIAO SALDANHA	20/09/1973	35,0	5,0	10,0	50,0	100,0	150,0	
483390	ALAN FELIPI DE SA MARTINS	18/09/2001	15,0	15,0	25,0	55,0	N/C	---	Desclassificado
483470	AGUIMAR PEREIRA DOS REIS	28/05/1972	20,0	10,0	15,0	45,0	---	---	Desclassificado
483034	WELBER DOS SANTOS MIRANDA	02/02/1985	20,0	15,0	10,0	45,0	---	---	Desclassificado
483420	ADRIANO DE JESUS CARVALHO	24/12/1984	20,0	10,0	5,0	35,0	---	---	Desclassificado
483534	ALEX BARBOSA PADILHA JUNIOR	30/04/1997	---	---	---	N/C	---	---	Desclassificado
482622	ALISSON CARDOSO DA SILVA	09/09/1992	---	---	---	N/C	---	---	Desclassificado
482734	FABIO FRANCISCO DA PAZ	04/09/1986	---	---	---	N/C	---	---	Desclassificado
483383	JEAN MEDEIROS	15/06/1992	---	---	---	N/C	---	---	Desclassificado
483576	LAZARO TEODORO FERREIRA DE OLIVEIRA	26/10/1980	---	---	---	N/C	---	---	Desclassificado
483547	ORIGENES FERREIRA DANTAS	01/02/1972	---	---	---	N/C	---	---	Desclassificado

MOTORISTA - CNH D – INTRAESTRUTURA

INSCRIÇÃO	NOME	DATA DE NASCIMENTO	L.P.	MAT.	C.G.	NOTA PROVA OBJETIVA	NOTA PROVA PRÁTICA	NOTA FINAL	RESULTADO
483577	RODRIGO OELKE TAGARES	06/05/1983	30,0	20,0	20,0	70,0	90,0	160,0	
482741	INEZIO ALVES BARBOSA	30/07/1973	30,0	15,0	10,0	55,0	100,0	155,0	
482699	RAFAEL DALL ALBA DE MORAIS	30/08/1986	20,0	15,0	20,0	55,0	100,0	155,0	
483515	CARLITO STESKO QUERNISKI	08/02/1966	20,0	15,0	15,0	50,0	100,0	150,0	
482509	OSCALINO CAMPOS PARREIRAS	05/11/1975	20,0	15,0	15,0	50,0	100,0	150,0	
483595	RAIMUNDO JOSE DE MORAES	26/10/1962	20,0	10,0	20,0	50,0	95,0	145,0	
483430	ROMARIO ALVES DA SILVA JUNIOR	12/05/1992	30,0	25,0	15,0	70,0	N/C	---	Desclassificado
483487	EDSON LUIZ DA SILVA CONCEICAO	12/05/1957	15,0	15,0	20,0	50,0	N/C	---	Desclassificado
483025	CRISTIANO RODRIGUES SANTANA	15/09/1979	25,0	10,0	15,0	50,0	N/C	---	Desclassificado
483002	JONES DA SILVA CRUZ	03/09/1962	15,0	10,0	20,0	45,0	---	---	Desclassificado
483320	ADEMIR CANDIDO DIAS	17/03/1982	25,0	5,0	15,0	45,0	---	---	Desclassificado
482623	JOSE ARILDON BORGES	29/03/1985	15,0	20,0	10,0	45,0	---	---	Desclassificado
482575	FLAVIO FERRARI	09/10/1967	25,0	10,0	5,0	40,0	---	---	Desclassificado
483402	SERGIO MORETTI DOS SANTOS	02/04/1977	20,0	10,0	5,0	35,0	---	---	Desclassificado
483070	AMADO BATISTA ANTUNES MACEDO	08/05/1980	10,0	10,0	15,0	35,0	---	---	Desclassificado
482774	LUCINALDO FERREIRA RESENDE	19/07/1980	10,0	5,0	5,0	20,0	---	---	Desclassificado
483495	CELINO GONCALVES DE OLIVEIRA	10/06/1985	---	---	---	N/C	---	---	Desclassificado
483177	CLEBNER RAMOS COLMAN	01/05/1999	---	---	---	N/C	---	---	Desclassificado
483559	HELIO MORAES DA SILVA	12/03/1991	---	---	---	N/C	---	---	Desclassificado
483358	JHONNY RODRIGUES DA SILVA	16/05/1987	---	---	---	N/C	---	---	Desclassificado
482950	RONILDO RODRIGUES DA CRUZ	13/11/1981	---	---	---	N/C	---	---	Desclassificado

MOTORISTA – COMUNIDADE NOVA ALIANÇA

INSCRIÇÃO	NOME	DATA DE NASCIMENTO	L.P.	MAT.	C.G.	NOTA PROVA OBJETIVA	NOTA PROVA PRÁTICA	NOTA FINAL	RESULTADO
483272	ROBERTO JACOB DE ARAUJO	04/07/1970	30,0	20,0	15,0	65,0	90,0	155,0	

MOTORISTA – COMUNIDADE SANTA PAULINA

INSCRIÇÃO	NOME	DATA DE NASCIMENTO	L.P.	MAT.	C.G.	NOTA PROVA OBJETIVA	NOTA PROVA PRÁTICA	NOTA FINAL	RESULTADO
482821	TARCINO RODRIGUES DE CAMPOS	21/04/1973	25,0	15,0	15,0	55,0	N/C	---	Desclassificado

MOTORISTA – SAÚDE

INSCRIÇÃO	NOME	DATA DE NASCIMENTO	L.P.	MAT.	C.G.	NOTA PROVA OBJETIVA	NOTA PROVA PRÁTICA	NOTA FINAL	RESULTADO
483463	ERON NATEL MOURA CONCEICAO	24/05/1979	20,0	15,0	20,0	55,0	100,0	155,0	
482508	ADNAURI RODRIGUES DA SILVA	30/12/1989	25,0	15,0	15,0	55,0	100,0	155,0	
482757	FAINER LEAL DA SILVA ROCHA	28/03/1978	---	---	---	N/C	---	---	Desclassificado

NUTRICIONISTA

INSCRIÇÃO	NOME	DATA DE NASCIMENTO	L.P.	MAT.	C.E.	NOTA PROVA OBJETIVA	RESULTADO
483242	MARCIELLY BATISTA TOSCANO LIMA	01/07/1983	15,0	10,0	35,0	60,0	
482895	KETLIM MAIARA ROCHTESCHEL	08/03/1989	15,0	10,0	35,0	60,0	
483337	LARISSA CARMEM DA SILVA	20/08/1997	10,0	10,0	40,0	60,0	
483081	BEATRIZ VILELA DOS SANTOS SILVA	22/08/1998	20,0	5,0	30,0	55,0	

483546	BIANCA GABRIELA SOUZA SANTOS	17/10/1997	---	---	---	N/C	Desclassificado
482517	DJULIE KARINE JACOBI	30/03/1990	---	---	---	N/C	Desclassificado
483183	KATHY KIMBERLY LINDEMANN NUNES	08/06/1998	---	---	---	N/C	Desclassificado
483036	MEIRYELLE RIBEIRO LIMA	14/07/1997	---	---	---	N/C	Desclassificado
483013	REGINA ALENCAR DE FREITAS	15/04/1995	---	---	---	N/C	Desclassificado

ODONTÓLOGO

INSCRIÇÃO	NOME	DATA DE NASCIMENTO	L.P.	MAT.	C.E.	NOTA PROVA OBJETIVA	RESULTADO
482738	DIONATAN JUNIOR GOMES	16/11/1993	15,0	0,0	30,0	45,0	Não aprovado
483482	LIANDRA VELASCO ALMEIDA	16/11/1997	20,0	5,0	10,0	35,0	Não aprovado
483156	BRUNA MARIANA FAVALESSA STOPACOL	15/12/1998	---	---	---	N/C	Desclassificado
483414	EDUARDA GOMES MARIOTTI	28/03/1999	---	---	---	N/C	Desclassificado
483266	LIVIA MARIA BRITO SILVA BURIOL	02/12/1987	---	---	---	N/C	Desclassificado

OPERADOR DE MÁQUINAS – DESENVOLVIMENTO

INSCRIÇÃO	NOME	DATA DE NASCIMENTO	L.P.	MAT.	C.G.	NOTA PROVA OBJETIVA	NOTA PROVA PRÁTICA	NOTA FINAL	RESULTADO
483214	MATHEUS MUNIZ DOS SANTOS	21/07/1996	---	---	---	N/C	---	---	Desclassificado

OPERADOR DE MÁQUINAS – INFRAESTRUTURA

INSCRIÇÃO	NOME	DATA DE NASCIMENTO	L.P.	MAT.	C.G.	NOTA PROVA OBJETIVA	NOTA PROVA PRÁTICA	NOTA FINAL	RESULTADO
482547	JEFERSON CACIO UES	22/12/1992	35,0	20,0	25,0	80,0	73,0	153,0	
482607	ADRIANO LUIZ DE OIVEIRA	21/10/1988	30,0	15,0	20,0	65,0	87,0	152,0	
482504	MARCOS FREITAS DE SOUZA	18/03/1986	30,0	15,0	5,0	50,0	100,0	150,0	
483243	LEUDIMAR FERNANDO DA SILVA	26/05/1992	35,0	10,0	10,0	55,0	91,0	146,0	
482628	ROMILDO DOS SANTOS	29/01/1967	15,0	15,0	20,0	50,0	76,0	126,0	
483424	MAGNO DE SOUZA SANTOS	12/01/1978	---	---	---	N/C	---	---	Desclassificado
483382	REMO ASANTOS	15/04/1965	---	---	---	N/C	---	---	Desclassificado

ORIENTADOR SÓCIO EDUCATIVO

INSCRIÇÃO	NOME	DATA DE NASCIMENTO	L.P.	MAT.	C.G.	INF.	NOTA PROVA OBJETIVA	RESULTADO
483074	KARINE MARAFON RODRIGUES	06/09/1988	20,0	10,0	15,0	15,0	60,0	
482657	KETELIN NATIELI WOCHNER	04/06/1995	30,0	15,0	5,0	10,0	60,0	
483523	LEANDRO VELASCO BORTOLINI	27/02/1998	20,0	5,0	15,0	15,0	55,0	
483291	JULIANE ELIZAMARA GRUTKA	12/06/1994	15,0	5,0	20,0	10,0	50,0	
482712	EDUARDO VALTER DATSCH WINDMOLLER	22/02/1993	15,0	5,0	10,0	10,0	40,0	Não aprovado
483610	MARIANNE BUENO MELO	15/08/1989	25,0	5,0	5,0	0,0	35,0	Não aprovado
482706	CATIA AUGUSTA DE OLIVEIRA	15/12/1990	10,0	5,0	5,0	5,0	25,0	Não aprovado
482849	ROGERIO DA SIVA BUSS	04/07/1987	0,0	0,0	0,0	10,0	10,0	Não aprovado
483469	DHARLY PRISCILLA DE OLIVEIRA	08/05/1990	---	---	---	---	N/C	Desclassificado
483555	JAQUELINE APARECIDA DO CARMO SILVA	21/09/1984	---	---	---	---	N/C	Desclassificado
483223	UILIAN BENS DE SOUZA	24/05/1989	---	---	---	---	N/C	Desclassificado

PEDREIRO

INSCRIÇÃO	NOME	DATA DE NASCIMENTO	L.P.	MAT.	C.G.	NOTA PROVA OBJETIVA	NOTA PROVA PRÁTICA	NOTA FINAL	RESULTADO
482651	SAMUEL JOSE DA SILVA	16/02/1976	35,0	20,0	20,0	75,0	93,0	168,0	
482735	FABIO FRANCISCO DA PAZ	04/09/1986	35,0	25,0	20,0	80,0	87,0	167,0	
482740	PAULO SERGIO DE OLIVEIRA	02/04/1982	25,0	20,0	20,0	65,0	95,0	160,0	
482603	ADAILTON DE MOURA DORNES	16/04/1987	25,0	20,0	20,0	65,0	90,0	155,0	
483600	DOMINGOS DA SILVA BESERRA	03/12/1995	20,0	15,0	15,0	50,0	90,0	140,0	
482798	ARLINDO BOTINI	28/09/1957	15,0	10,0	15,0	40,0	---	40,0	Desclassificado
482875	APARECIDO DE JESUS OLIVEIRA	23/08/1962	15,0	10,0	10,0	35,0	---	35,0	Desclassificado
482944	OSANTINO FERREIRA PREGO	06/08/1968	15,0	15,0	0,0	30,0	---	30,0	Desclassificado
482790	LUCAS FRANCISCO DE OLIVEIRA	15/12/1997	---	---	---	N/C	---	---	Desclassificado
482844	MARCELO RODRIGUES DA CRUZ	06/06/1984	---	---	---	N/C	---	---	Desclassificado
483580	TAIRONE BATISTA ALVES	29/05/1989	---	---	---	N/C	---	---	Desclassificado

PROFESSOR LICENCIATURA PLENA EM CIÊNCIAS OU BIOLOGIA

INSCRIÇÃO	NOME	DATA DE NASCIMENTO	L.P.	MAT.	C.E.	NOTA PROVA OBJETIVA	NOTA PROVA DE TÍTULOS	NOTA FINAL	RESULTADO
482877	JOANICE COSTA AMORIM	04/08/1986	15,0	5,0	50,0	70,0		70,0	
483239	CRISTIANE FERNANDA XAVIER FRIAS	20/04/1979	15,0	5,0	35,0	55,0		55,0	
483343	DEBORA FERREIRA LUZ	16/04/1986	20,0	5,0	30,0	55,0		55,0	

483165	LORRAYNE APARECIDA GONCALVES SANTOS	02/09/1994	10,0	5,0	35,0	50,0		50,0	
483058	DANIELA BARBOSA FALCAO OLIVEIRA	21/06/1987	10,0	0,0	25,0	35,0		35,0	Não aprovado
482897	TALITHA HEVILLA DE SOUZA	29/10/1993	5,0	5,0	25,0	35,0		35,0	Não aprovado
482646	CLEIDIANE TEMPES TREVISAN	28/11/1990	---	---	---	N/C		---	Desclassificado
483233	PEDRO HENRIQUE CAMPELO	08/11/1991	---	---	---	N/C		---	Desclassificado

PROFESSOR LICENCIATURA PLENA EM EDUCAÇÃO FÍSICA

INSCRIÇÃO	NOME	DATA DE NASCIMENTO	L.P.	MAT.	C.E.	NOTA PROVA OBJETIVA	NOTA PROVA DE TÍTULOS	NOTA FINAL	RESULTADO
482939	LOUVERCY JOSE DA MATA SOBRINHO	07/03/1972	15,0	0,0	40,0	55,0		55,0	
483416	MARIA EDUARDA PEREIRA DE JESUS	09/01/1998	20,0	5,0	30,0	55,0		55,0	
482589	NAIGON CIPRIANO	27/09/1989	20,0	10,0	20,0	50,0		50,0	
482606	MARIELI STIPP	13/11/1987	10,0	10,0	25,0	45,0		45,0	Não aprovado
482835	CARLOS ALBERTO WEBER DOS SANTOS	27/07/1968	5,0	10,0	20,0	35,0		35,0	Não aprovado
483062	FABIO VIEIRA LIMA	03/07/1986	---	---	---	N/C		---	Desclassificado

PROFESSOR LICENCIATURA PLENA EM HISTÓRIA OU GEOGRAFIA

INSCRIÇÃO	NOME	DATA DE NASCIMENTO	L.P.	MAT.	C.E.	NOTA PROVA OBJETIVA	NOTA PROVA DE TÍTULOS	NOTA FINAL	RESULTADO
483367	LOIDE PEREIRA BARBOSA-BEYER	19/08/1985	5,0	5,0	30,0	40,0		40,0	Não aprovado
482725	AURELIO VIEIRA FARIAS	22/08/1978	10,0	5,0	20,0	35,0		35,0	Não aprovado
483015	CARLA BRISOT ZANANDREA	01/05/1985	---	---	---	N/C		---	Desclassificado

PROFESSOR LICENCIATURA PLENA EM INGLÊS

INSCRIÇÃO	NOME	DATA DE NASCIMENTO	L.P.	MAT.	C.E.	NOTA PROVA OBJETIVA	NOTA PROVA DE TÍTULOS	NOTA FINAL	RESULTADO
483365	DENICE DE JESUS BATISTA VALADAO	17/10/1985	15,0	0,0	25,0	40,0		40,0	Não aprovado
482912	MARIA BETANIA GOMES SILVA	27/10/1976	0,0	5,0	20,0	25,0		25,0	Não aprovado

PROFESSOR LICENCIATURA PLENA EM MATEMÁTICA

INSCRIÇÃO	NOME	DATA DE NASCIMENTO	L.P.	MAT.	C.E.	NOTA PROVA OBJETIVA	NOTA PROVA DE TÍTULOS	NOTA FINAL	RESULTADO
483207	ELDIMAR VIANA SILVA	06/05/1989	15,0	0,0	30,0	45,0		45,0	Não aprovado
482907	ISAQUE KUNZLER	01/12/1985	15,0	5,0	20,0	40,0		40,0	Não aprovado
482833	LUCIANA KEMPA DOS SANTOS	24/07/1976	5,0	5,0	20,0	30,0		30,0	Não aprovado

PROFESSOR LICENCIATURA PLENA EM PEDAGOGIA

INSCRIÇÃO	NOME	DATA DE NASCIMENTO	L.P.	MAT.	C.E.	NOTA PROVA OBJETIVA	NOTA PROVA DE TÍTULOS	NOTA FINAL	RESULTADO
483376	EVANIA GARCIA DE OLIVEIRA ALVES	06/03/1982	20,0	5,0	45,0	70,0		70,0	
483279	LUCIANA DA SILVA MAGALHAES GARCIA	05/11/1976	25,0	5,0	30,0	60,0	5,0	65,0	
482858	EVANESA DUTRA LEITE	15/12/1981	20,0	5,0	35,0	60,0	5,0	65,0	
482846	ONEIDA DOMINGOS ALVES	01/08/1967	20,0	10,0	30,0	60,0	0,0	60,0	
482532	DIRCE DE AMORIM MENDONCA	22/09/1981	15,0	0,0	40,0	55,0	5,0	60,0	
482673	ANGELA APARECIDA FEROLDI	19/06/1989	10,0	5,0	45,0	60,0		60,0	
483583	INGRID CRISTIANE MARTINS	27/05/1992	15,0	5,0	40,0	60,0		60,0	
483020	CLAUDIA ALMEIDA DA SILVA SCHULZ	07/10/1974	10,0	0,0	40,0	50,0	5,0	55,0	
482488	NILVA LAIZA BONI KREBS	16/02/1977	10,0	5,0	40,0	55,0		55,0	
482720	LUCIANE PEREIRA DE JESUS	21/12/1981	15,0	5,0	30,0	50,0	5,0	55,0	
482932	FRANCIELLE SILVA SOARES	07/04/1993	15,0	15,0	25,0	55,0		55,0	
482562	GIOVANA BERTAGLIA VIEIRA	19/07/1993	10,0	5,0	35,0	50,0	5,0	55,0	
483607	JOSILENE BRAGA SERRAO	17/08/1993	10,0	10,0	35,0	55,0		55,0	
482493	ANA ELOIZA GRUTKA	20/08/1995	15,0	0,0	35,0	50,0	5,0	55,0	
482793	BEATRIZ VILLASCAMPOS	06/09/1996	15,0	5,0	35,0	55,0		55,0	
482931	EUNICE VAZ MACHADO GOMES COELHO	30/12/1961	10,0	10,0	30,0	50,0	0,0	50,0	
483323	GESSI PERETTI BRIZOT	25/10/1978	10,0	5,0	35,0	50,0		50,0	
483018	VANDERLEIA GONCALVES DA SILVA	16/01/1984	10,0	5,0	35,0	50,0		50,0	
482820	PATRICIA SOAVE	17/01/1989	10,0	0,0	40,0	50,0		50,0	
483003	EDINA REGINA PINTO	30/04/1973	15,0	0,0	30,0	45,0		45,0	Não aprovado
482571	ANGELA CALIXTO	21/09/1973	10,0	0,0	35,0	45,0		45,0	Não aprovado
482561	NERI ALBA FERREIRA KERSCHER	14/05/1980	15,0	0,0	30,0	45,0		45,0	Não aprovado
482645	TAQUIMONES BREDA FERREIRA	25/12/1983	10,0	0,0	35,0	45,0		45,0	Não aprovado
482546	JANETE NEVES PINHEIRO	22/09/1985	10,0	5,0	30,0	45,0		45,0	Não aprovado

482656	ANGELICA MONTE DA SILVA	16/01/1989	15,0	5,0	25,0	45,0			45,0	Não aprovado
482957	FERNANDO FERREIRA SOARES	21/02/1989	10,0	0,0	35,0	45,0			45,0	Não aprovado
482910	NAIURY NASCIMENTO VENANCIO DA SILVA	22/06/1989	10,0	0,0	35,0	45,0			45,0	Não aprovado
483386	ARTEMISIA VIEIRA DOS SANTOS	22/04/1982	15,0	5,0	20,0	40,0			40,0	Não aprovado
482783	FRANCISLEY JEISA BRITO DE OLIVEIRA	02/01/1984	0,0	10,0	30,0	40,0			40,0	Não aprovado
482685	ISADORA FRITSCHI ROCHA	11/11/1990	10,0	0,0	30,0	40,0			40,0	Não aprovado
482752	LEILIANE PEREIRA SILVEIRA	10/04/1991	10,0	0,0	30,0	40,0			40,0	Não aprovado
483106	IZABEL DE OLIVEIRA GOMES MARTINS DOS SANTOS	17/11/1974	5,0	5,0	25,0	35,0			35,0	Não aprovado
483489	SIRLEI JOHANN	07/01/1980	10,0	0,0	25,0	35,0			35,0	Não aprovado
482951	VALDETE FRIES	24/05/1984	5,0	5,0	25,0	35,0			35,0	Não aprovado
483193	CELIA APARECIDA RODRIGUES SILVA COZER	07/09/1983	---	---	---	N/C			---	Desclassificado
482842	DINAIR SOUZA SANTOS	26/09/1988	---	---	---	N/C			---	Desclassificado
483627	ELIZETE VIANA SILVA	01/01/1985	---	---	---	N/C			---	Desclassificado
483280	ILMA ARRUDA DE AZEVEDO ASSUNCAO	19/09/1979	---	---	---	N/C			---	Desclassificado
482549	MARCIA SANTOS SILVA	06/02/1983	---	---	---	N/C			---	Desclassificado
482629	NATALIA DE SOUZA DIAS	06/12/1992	---	---	---	N/C			---	Desclassificado
483204	PATRICIA NERES FERNANDES GANASSIM	27/04/1989	---	---	---	N/C			---	Desclassificado
482988	VANDAIRA FRANCISCA DE LIMA SANTOS	10/01/1973	---	---	---	N/C			---	Desclassificado

PROFESSOR LICENCIATURA PLENA EM PORTUGUÊS

INSCRIÇÃO	NOME	DATA DE NASCIMENTO	L.P.	MAT.	C.E.	NOTA PROVA OBJETIVA	NOTA PROVA DE TÍTULOS	NOTA FINAL	RESULTADO
483372	ELISIANE BACKES FUNK	28/02/1981	20,0	10,0	15,0	45,0		45,0	Não aprovado
482659	CRISTIANE GRABOSKI VERONA	07/03/1988	---	---	---	N/C		---	Desclassificado
483032	KARYNA FERREIRA SILVA DE LIMA	06/08/1994	---	---	---	N/C		---	Desclassificado

QUÍMICO

INSCRIÇÃO	NOME	DATA DE NASCIMENTO	L.P.	MAT.	C.E.	NOTA PROVA OBJETIVA	RESULTADO
482782	KAMILLA BORGES FERNANDES	02/08/1997	10,0	10,0	30,0	50,0	

RECEPCIONISTA - PLANEJAMENTO E FINANÇAS

INSCRIÇÃO	NOME	DATA DE NASCIMENTO	L.P.	MAT.	C.G.	INF.	NOTA PROVA OBJETIVA	RESULTADO
483565	DERILENES PEREIRA LEMOS	16/03/1992	20,0	5,0	20,0	10,0	55,0	
483484	FAGUIANE GOMES DA SILVA	01/12/2001	30,0	0,0	10,0	10,0	50,0	
483297	FRANCIELI DIETRICH	02/09/1983	10,0	10,0	5,0	15,0	40,0	Não aprovado
482605	ANGELA APARECIDA CORREIA SIQUEIRA DA SILVA	19/02/1997	20,0	5,0	10,0	5,0	40,0	Não aprovado
482815	KAROLAINE DE SOUZA WIEBBELLING	22/02/2000	20,0	5,0	5,0	10,0	40,0	Não aprovado
483422	TAMIRES PINHO DE OLIVEIRA	14/01/2003	15,0	10,0	10,0	5,0	40,0	Não aprovado
482705	CELIA REGINA SILVA SOUZA	26/04/1977	15,0	5,0	10,0	5,0	35,0	Não aprovado
482818	ALINE ZEMOLIN	16/03/2000	15,0	5,0	10,0	5,0	35,0	Não aprovado
482568	SIMONE JESUS BORBA	06/10/1986	20,0	0,0	0,0	10,0	30,0	Não aprovado
482567	ERICA NAIARA PEROZO PIRES PEIXOTO	01/03/2000	20,0	5,0	0,0	5,0	30,0	Não aprovado
483556	ADRIENE PARREIRA CAMPOS	19/10/1994	10,0	5,0	5,0	5,0	25,0	Não aprovado
482542	CAMILA RIBEIRO LOSS	15/05/1999	20,0	0,0	5,0	0,0	25,0	Não aprovado
483380	GEISELAINE ALVES FERREIRA	31/05/1982	10,0	0,0	5,0	5,0	20,0	Não aprovado
482784	ANTONIA JOSELIA PEREIRA DE MORAIS SILVA	22/10/1985	10,0	0,0	5,0	0,0	15,0	Não aprovado

SERVENTE DE PEDREIRO

INSCRIÇÃO	NOME	DATA DE NASCIMENTO	L.P.	MAT.	C.G.	NOTA PROVA OBJETIVA	RESULTADO
483282	ROBERTO CARLOS DE AMORIM SOUZA	08/10/1964	30,0	25,0	20,0	75,0	
483179	LUAN PEIXOTO DE SOUZA	21/10/2000	---	---	---	N/C	Desclassificado

TÉCNICO DE APOIO EDUCACIONAL – PSICOPEDAGOGO

INSCRIÇÃO	NOME	DATA DE NASCIMENTO	L.P.	MAT.	C.E.	NOTA PROVA OBJETIVA	RESULTADO
482710	GEANE CILENE DA SILVA ANDRADE	03/12/1983	15,0	10,0	50,0	75,0	
482543	JOAO CARLOS VAZ	03/12/1978	15,0	10,0	40,0	65,0	
482785	CRISTIANE FERREIRA NERES	03/11/1982	15,0	0,0	40,0	55,0	
483012	SHAIANY COSTA SOUZA	23/12/1988	15,0	0,0	40,0	55,0	
483503	ZILA ROQUE DA SILVA	30/09/1979	20,0	5,0	15,0	40,0	Não aprovado
483415	ANDRIELY IMIDIO VIEIRA	07/09/1992	5,0	0,0	30,0	35,0	Não aprovado
482961	RHELMITON LINS	22/10/1992	---	---	---	N/C	Desclassificado

TÉCNICO EM ENFERMAGEM

INSCRIÇÃO	NOME	DATA DE NASCIMENTO	L.P.	MAT.	C.E.	NOTA PROVA OBJETIVA	RESULTADO

482594	ADRIANA MOSCAL MACIEL	28/10/1984	25,0	0,0	30,0	55,0	
482754	FERNANDA CRISTINA DORNEL BARBOSA	06/12/1991	5,0	10,0	40,0	55,0	
482900	KENNY JOHNNY SCHULZ	05/04/1993	10,0	5,0	40,0	55,0	
482667	ALESSANDRA NUNES DA SILVA	06/03/1978	10,0	5,0	30,0	45,0	Não aprovado
482697	LUCILENE APARECIDA SANTOS DO CARMO	08/05/1978	15,0	10,0	20,0	45,0	Não aprovado
482792	MAGDA SANTANA FLORES	21/07/1991	15,0	0,0	30,0	45,0	Não aprovado
482524	DENIZE SOUSA NASCIMENTO	25/06/1991	10,0	5,0	25,0	40,0	Não aprovado
483584	GRECI TEREZINHA FERREIRA	01/04/1959	0,0	5,0	20,0	25,0	Não aprovado
483037	ANTONIA MARIA DOS SANTOS SALAZAR	22/11/1996	15,0	5,0	5,0	25,0	Não aprovado
482787	LARISSA CRISTHINA DE OLIVEIRA ROHDEN	31/12/1996	---	---	---	N/C	Desclassificado
482696	LUZIA GOIS PEREIRA	13/12/1988	---	---	---	N/C	Desclassificado

TÉCNICO EM RADIOLOGIA

INSCRIÇÃO	NOME	DATA DE NASCIMENTO	L.P.	MAT.	C.E.	NOTA PROVA OBJETIVA	RESULTADO
482554	JOBENILSON VIEIRA ORMANDES	13/09/1982	15,0	5,0	30,0	50,0	
482791	LUIZ FELIPE DE OLIVEIRA ROHDEN	29/12/1991	25,0	0,0	15,0	40,0	Não aprovado
482884	LUIZ FERNANDO DE SOUZA SILVA	24/05/1993	10,0	10,0	5,0	25,0	Não aprovado
482671	RONIS SOUSA ALMEIDA	20/07/1981	15,0	0,0	5,0	20,0	Não aprovado
483396	MARCELANE SOUZA ROSA TABORDA	20/10/1976	---	---	---	N/C	Desclassificado
482805	NADIA FRAZZON SAMARA	23/05/1982	---	---	---	N/C	Desclassificado
483623	SONIA APARECIDA DA SILVA PEGO	28/02/1972	---	---	---	N/C	Desclassificado

VIGILANTE – INFRAESTRUTURA

INSCRIÇÃO	NOME	DATA DE NASCIMENTO	L.P.	MAT.	C.G.	NOTA PROVA OBJETIVA	RESULTADO
482749	PASCOAL MORAIS DELGADO	18/04/1965	40,0	20,0	20,0	80,0	
482997	FRANCISCO EMANOEL ALEXANDRE SOUZA	24/12/1992	40,0	20,0	20,0	80,0	
482695	IDEVAN FRUETT	29/03/1989	30,0	15,0	25,0	70,0	
483276	JANES SANTOS CASTRO	25/07/1979	15,0	10,0	20,0	45,0	Não aprovado
482994	MILTON ALBINO DE CARVALHO	19/10/1958	20,0	5,0	15,0	40,0	Não aprovado
483618	THAUA LEANDRO SILVA DE SOUZA	21/01/2003	15,0	15,0	10,0	40,0	Não aprovado
483042	JACKSON RODRIGUES DA SILVA	02/05/1957	10,0	10,0	10,0	30,0	Não aprovado
483575	JOSE PEDRO PINTO	17/10/1959	10,0	10,0	0,0	20,0	Não aprovado
483007	IRAN TEIXEIRA DE AGUIAR	11/08/1974	---	---	---	N/C	Desclassificado
482595	KRUMARE TRUMAI AWETI	29/10/1989	---	---	---	N/C	Desclassificado

VIGILANTE – SAÚDE

INSCRIÇÃO	NOME	DATA DE NASCIMENTO	L.P.	MAT.	C.G.	NOTA PROVA OBJETIVA	RESULTADO
483325	PEDRO BONFIM TRANQUEIRA DOS REIS	29/06/1963	15,0	20,0	5,0	40,0	Não aprovado
483321	OZIEL SILVESTRE SOBRINHO	14/02/1978	20,0	5,0	5,0	30,0	Não aprovado

VIGILANTE - SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

INSCRIÇÃO	NOME	DATA DE NASCIMENTO	L.P.	MAT.	C.G.	NOTA PROVA OBJETIVA	RESULTADO
483490	AUCLAR FELIPE BOTINI	06/04/1993	40,0	25,0	25,0	90,0	
483271	JANAILTON NOGUEIRA LOPES	24/03/1985	30,0	20,0	15,0	65,0	
483119	CLEBER DE ANDRADE BEDIN	04/11/1986	20,0	15,0	20,0	55,0	

*** CANDIDATO PORTADOR DE NECESSIDADES ESPECIAIS – PNE**

TÉCNICO EM RADIOLOGIA

INSCRIÇÃO	NOME	DATA DE NASCIMENTO	L.P.	MAT.	C.E.	NOTA PROVA OBJETIVA	RESULTADO
482791	LUIZ FELIPE DE OLIVEIRA ROHDEN	29/12/1991	25,0	0,0	15,0	40,0	Não aprovado

REGISTRE-SE. PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

Gaúcha do Norte – MT, 23 de fevereiro de 2021.

Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE GENERAL CARNEIRO

PORTARIAS 2021

PORTARIA Nº 051/GP/2021 De, 05 de Fevereiro de 2021.

MARCELO AQUINO, Prefeito Municipal de General Carneiro, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

Art. 1º - Conceder FÉRIAS ao funcionário TEOBALDO FERREIRA DA SILVA, exercendo a função de GUARDA, desta Prefeitura Municipal de General Carneiro/MT, referente ao período aquisitivo de 01 de Fevereiro de 2018 a 01 de Fevereiro de 2019; 01 de Fevereiro de 2019 a 01 de Fevereiro de 2020; 01 de Fevereiro de 2020 a 01 de Fevereiro de 2021 e LICENÇA PRÊMIO referente ao período aquisitivo de 01 de FEVEREIRO de 2011 a 01 de FEVEREIRO de 2016 sendo o TERCEIRO (3º) mês e referente ao período aquisitivo de 01 de FEVEREIRO de 2016 a 01 de FEVEREIRO de 2021, que serão gozadas, do dia 05 de Fevereiro a 02 de Setembro de 2021.

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogadas as disposições em contrário.

Registre-se

Publique-se

Cumpre-se

Gabinete do Prefeito, 05 de Fevereiro de 2021.

MARCELO AQUINO

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 053/GP/2021 De, 09 de Fevereiro de 2021.

MARCELO AQUINO, Prefeito Municipal de General Carneiro, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

Art. 1º - Conceder FÉRIAS a funcionária TÂNIA PEREIRA DE SOUSA, exercendo a função de MERENDEIRA, desta Prefeitura Municipal de General Carneiro/MT, referente ao período aquisitivo de 03 de Agosto de 2018 a 03 de Agosto de 2019, que serão gozadas, do dia 09 de Fevereiro a 10 de Março de 2021.

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogadas as disposições em contrário.

Registre-se

Publique-se

Cumpre-se

Gabinete do Prefeito, 09 de Fevereiro de 2021.

MARCELO AQUINO

Prefeito MunicipalPORTARIA Nº 054/GP/2021 De, 15 de Fevereiro de 2021.

"Dispõe sobre nomeação do servidor e dá outras providências."

MARCELO AQUINO, Prefeito Municipal de General Carneiro, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

Art. 1º - Nomear o servidor Sr. **NAILTON ARAUJO LEITE,** Portador do RG nº **2429638-4 SEJSP/MT e CPF nº 058.477.301-36**, para o Cargo em Comissão de **SECRETÁRIO DE UNIDADE ESCOLAR**, junto ao Departamento de Educação, desta Prefeitura Municipal de General Carneiro/MT.

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogadas as disposições em contrário.

Registre-se

Publique-se

Cumpre-se

Gabinete do Prefeito, 15 de Fevereiro de 2021.

MARCELO AQUINO

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 055/GP/2021 De, 16 de Fevereiro de 2021.

MARCELO AQUINO, Prefeito Municipal de General Carneiro, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

Art. 1º - Conceder FÉRIAS ao funcionário JOAQUIM VICENTE DE SOUZA, exercendo a função de ENCARREGADO DE SERVIÇOS, desta Prefeitura Municipal de General Carneiro/MT, referente ao período aquisitivo de 03 de Abril de 2019 a 03 de Abril de 2020, que serão gozadas, do dia 16 de Fevereiro a 17 de Março de 2021.

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogadas as disposições em contrário.

Registre-se

Publique-se

Cumpre-se

Gabinete do Prefeito, 16 de Fevereiro de 2021.

MARCELO AQUINO

Prefeito MunicipalPORTARIA Nº 056/GP/2021 De, 18 de Fevereiro de 2021.

MARCELO AQUINO, Prefeito Municipal de General Carneiro, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

Art. 1º - Conceder FÉRIAS a funcionária MARIA FERREIRA DE SOUZA, exercendo a função de CHEFE DE SEÇÃO, desta Prefeitura Municipal de General Carneiro/MT, referente ao período aquisitivo de 08 de JANEIRO de 2018 a 08 de JANEIRO de 2019, que serão gozadas, do dia 18 de Fevereiro a 19 de Março de 2021.

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogadas as disposições em contrário.

Registre-se

Publique-se

Cumpre-se

Gabinete do Prefeito, 18 de Fevereiro de 2021.

MARCELO AQUINO

Prefeito MunicipalPORTARIA Nº 057/GP/2021 De, 18 de Fevereiro de 2021.

MARCELO AQUINO, Prefeito Municipal de General Carneiro, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

Art. 1º - Conceder FÉRIAS ao funcionário FLORÊNCIO BARBOSA DE MORAES, exercendo a função de VIGILANTE DE ENDEMIAS, desta Prefeitura Municipal de General Carneiro/MT, referente ao período aquisitivo de 01 de OUTUBRO de 2019 a 01 de OUTUBRO de 2020, que serão gozadas, do dia 12 de Fevereiro a 13 de Março de 2021.

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogadas as disposições em contrário.

Registre-se

Publique-se

Cumpre-se

Gabinete do Prefeito, 18 de Fevereiro de 2021.

MARCELO AQUINO

Prefeito MunicipalPORTARIA Nº 059/GP/2021 De, 19 de Fevereiro de 2021.

"Dispõe sobre nomeação de servidora e dá outras providências."

MARCELO AQUINO, Prefeito Municipal de General Carneiro, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

Art. 1º - Nomear a servidora Srª. **VIVIANE SOARES FREITAS SOUZA,** Portadora do RG nº **3177163-2 SESP/MT e CPF nº 625.925.721-04**, para o Cargo em Comissão de **DIRETORA DE UNIDADE ESCOLAR**, junto ao Departamento de Educação, desta Prefeitura Municipal de General Carneiro/MT. Considerando seus efeitos do dia 01 de Fevereiro de 2021.

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogadas as disposições em contrário.

Registre-se

Publique-se

Cumpre-se

Gabinete do Prefeito, 19 de Fevereiro de 2021.

MARCELO AQUINO

Prefeito MunicipalPORTARIA Nº 060/GP/2021 De, 19 de Fevereiro de 2021.

"Dispõe sobre exoneração de servidor e dá outras providências."

MARCELO AQUINO, Prefeito Municipal de General Carneiro, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

Art. 1º - Exonerar o servidor Sr. **TIAGO DE JESUS ANDRADE,** Portador do RG nº **2298707-0 SSP/MT e CPF nº 041.701.271-37**, do Cargo em Comissão de **ENCARREGADO DE SERVIÇOS**, junto ao Departamento de Administração, desta Prefeitura Municipal de General Carneiro/MT.

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogadas as disposições em contrário.

Registre-se

Publique-se

Cumpre-se

Gabinete do Prefeito, 19 de Fevereiro de 2021.

MARCELO AQUINO

Prefeito MunicipalPORTARIA N.º 061/2021

"Dispõe sobre a averbação de tempo de contribuição da Sra. Maura Quirino de Oliveira"

A Gestora do GENERAL - PREVI, Sra. Ana Paula Silva de Oliveira, no uso de suas atribuições conferidas pela Lei Complementar Municipal 539 de 28 de Setembro de 2005,

Resolve:

Art. 1º Determina averbar o tempo de contribuição considerado e confirmado em 3.347 (três mil trezentos e quarenta e sete) dias, correspondentes a 09 (nove) anos, 02 (dois) meses e 02 (dois) dias, conforme Certidão de Tempo de Contribuição de nº 26001200.1.00011/20-7, emitido pelo Instituto Nacional do Seguro Social - INSS e parecer jurídico expedido pela Procuradoria Jurídica Municipal.

Art. 2º À Secretaria Municipal de Administração compete acompanhar e fazer cumprir o disposto nesta Portaria;

Art. 3º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário

Registre-se, publique-se, cumpre-se.

General Carneiro/MT, 18 de Fevereiro de 2021.

Ana Paula Silva de Oliveira

Gestora do GENERAL – PREVI

PORTARIA N.º **062/**2021

"Dispõe sobre a concessão do benefício de Aposentadoria por Tempo de Contribuição á Sra. Maura Quirino de Oliveira."

O Prefeito do Município de General Carneiro, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais e fundamentando no Artigo 6º, I, II, III e IV da Emenda Constitucional nº 41/2003 c/c Artigo 12, inciso III, alínea "a" e Artigo 81, I, II, III e IV ambos da Lei Complementar Municipal nº 539/2005, que rege a previdência municipal,

Resolve:

Art. 1º Conceder o benefício de Aposentadoria Por Tempo De Contribuição, á servidora Sra. MAURA QUIRINO DE OLIVEIRA, portadora da cédula de identidade RG nº. 236.220 SSP/GO e CPF nº. 219.826.601-63, efetiva no cargo de Agente Administrativo I, com uma jornada de trabalho de 40 horas semanais, Classificada no PCCS Classe "A", Nível "09", lotada na Secretaria Municipal de Administração na Prefeitura de General Carneiro/MT, com proventos INTEGRAIS e com PARIDADE, conforme processo administrativo do GENERAL-PREVI, n.º 2021.04.00002P, a partir desta data até posterior deliberação.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Registre-se, publique-se, cumpre-se.

General Carneiro/MT, 22 de fevereiro de 2021.

Marcelo Aquino Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE INDIAVAÍ

SECRETARIA DE ASSISTENCIA SOCIAL
RESOLUÇÃO 003/CMDCA/INDIAVAI/MT

RESOLUÇÃO 003/CMDCA/INDIAVAI/MT - 23 DE FEVEREIRO DO ANO DE 2021.

Dispõe sobre a convocação do 2º suplente eleito na eleição do Conselho Tutelar realizada em 06/10/2019, o **Sr Altamir Soares da Silva,** para suprir período de gozo de Férias de cada Conselheiros tutelares para cargo do Conselho Tutelar de Indiavaí/MT/ano 2020/2023, conforme o cronograma de férias apresentado pelo Coordenador do Conselho Tutelar Jean Walter Borges.

CONSIDERANDO, A Lei Federal 8.069/1990, que dispõe sobre o Estatuto da Criança e Adolescente/ECA.

CONSIDERANDO, As modificações nos termos dos artigos 132 e 139, da Lei Federal nº 8.069/90 (Estatuto da Criança e do Adolescente-ECA), introduzidas pela Lei nº 12.696/2012, que trata do novo processo de escolha dos conselheiros tutelares data unificada em todo território nacional.

CONSIDERANDO, a Resolução Nº 170/2014 do CONANDA que dispõe sobre o processo de escolha em data unificada e todo território nacional dos membros do Conselho Tutelar.

CONSIDERANDO, a Lei Municipal nº 517 de 12 de Dezembro de 2012, que regulamenta a política Municipal dos Direitos da Criança e Adolescentes no município de Indiavaí MT e dá outras providências.

CONSIDERANDO, Resolução do CMDCA de nº 001 de 26 de Março de 2019, que Trata da Eleição diretas para membros do Conselho Tutelar de Indiavaí/MT - 2020/2023.

CONSIDERANDO. A Resolução do CMDCA nº 011 de Julho de 2019**,** que dispõe sobre Relação de Candidatos a Membro do Conselho Tutelar de Indiavaí ano 2020/2023.

CONSIDERANDO, a realização do Pleito Eleitoral para Escolha de Membros do Conselho Tutelar de Indiavaí/MT, sob Ata Nº 132 de 06 de Outubro de 2019.

CONSIDERANDO, a Portaria nº 015/2019 de nomeação dos membros do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente de Indiavaí-MT, no uso de suas atribuições, fundamentado na Lei Federal n° 8.069/90, na Lei Municipal de nº 517 de 12 de Dezembro de 2012 que dispõe sobre a Política Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente deste Município.

RESOLVE:

Artigo I – Convocar de acordo com a Classificação o 2º suplente o **Srª Altamir Soares da Silva** para suprir as férias dos conselheiros tutelares de Indiavai-MT, conforme o cronograma apresentado pelo Coordenador do Conselho Tutelar Jean Walter Borges. Em anexo.

Artigo II – O 2º Suplente terá 48 horas para apresentar documentação necessária para a Posse. Sendo CPF, RG, Apresentação de certidão de quitação eleitoral ou comprovante da última votação, certificado de ensino médio, certidão de antecedente criminais, civil e criminal, certidão de conhecimento básico de informática no mínimo de 40 horas/aulas, carteira de habilitação, Avaliação médico, declaração ou Comprovante de Residência, certidão negativa atual.

Artigo III - Esta resolução entrará em vigor na data da sua publicação.

Indiavaí/MT, 23 de Fevereiro do ano de 2021.

Eliude Soares Campos

Presidente do CMDCA

Indiavaí-MT

Esta Resolução foi publicada no átrio do Executivo no site diariomunicipal.org/mt/amm

SECRETARIA DE ASSISTENCIA SOCIAL
PORTARIA N.º 60/2021.

PORTARIA N.º 60/2021.

DISPÕE SOBRE NOMEAÇÃO DOS MEMBROS PARA COMPOR O CONSELHO MUNICIPAL DO FETHAB DE INDIAVAI-MT.

CONSIDERANDO lei Municipal de nº 618/2017 - para cumprimento da sua competência e composição e organização dos membros do Conselho Municipal do FETHAB de Indiavaí/MT, que serão designados para comporem a respectiva Portaria parabiênio **2021 á 2023.**

RESOLVE:

Art. 1º - Nomear os membros para composição do Conselho Municipal do FETHAB de Indiavaí, com base na Lei Municipal nº 618/2017, do dia 07 de fevereiro de 2017.

§ 1º Os membros que compõem o **"Conselho Municipal do FETHAB**" São os seguintes:

I- Representantes do Poder Executivo Municipal

Nome: Ilson Gomes Barros – **Presidente**

CPF: 008.818.911-26

Nome: Valdir Candido Ferreira – **Servidor Público**

CPF: 379.847.481-87

Nome: Geancarlos Pereira-**Secretário de Finanças e Planejamento**

CPF: 004.020.141-46

Nome: Elesandro Venâncio da Silva– **Servidor Público**

CPF: 979.893.801-10

Nome: Antônio Augusto Caetano Ribeiro **– Secretário de Agricultura, Pecuária e Meio ambiente**

CPF: 640.526.065-91

II. Representantes da Sociedade Civil

Nome: Raildo Moreira da Cruz **- Associação dos pequeno**

Produtores Rurais da Comunidade Sagrado Coração de Jesus

CPF:935.963.401-87

Nome: Sérgio Moreira - **Produtores Rurais**

CPF:009.183.111-50

Nome: Gean de Farias Mezanini **– Vereador**

CPF:011.697.831-71

Nome: Delci Vieira de Menez**– Vereador**

CPF: 496.252.681-20

Nome: Mauro Ricieri dos Santos – **Comunidade Águas Claras**

CPF: 325.952.471-15

§ 2º. Os membros do "**Conselho Municipal do FETHAB"** terá mandato de 02 (dois) anos, contados a partir da publicação desta portaria, podendo os representantes ser reconduzido por igual período.

Art. 2º. O Conselho terá atribuição de acompanhamento, fiscalização e assessoramento na aplicação dos recursos do FETHAB repassados ao Município, podendo apresentar ao Prefeito sugestões de projetos observados os limites estabelecidos no art. 15 da Lei Estadual nº 7.263, de 27 de março de 2000, com a redação dada pela lei nº 10.480 de Dezembro de 2016.

§3º. Fica assegurado ao Conselho, por requisição de seu presidente, o irrestrito acesso a todos os documento e informações sobre o repasse ao Município feitos pelo Estado por conta do **FETHAB** e sua aplicação.

§4º. O Conselho emitirá relatório semestral de suas atividades, e ainda fara reuniões trimestral registradas em Atas, divulgando todas as atividades no endereço eletrônico **(htt:www.indiavai.mt.gov.br).**

§5º. O conselho elaborará seu próprio regimento interno

§6º. O exercício da função de conselheiro de Conselho Municipal do **FETHAB** não é remunerado, sendo considerado serviço público relevante.

§7º. Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

§8º. Revogam-se as disposições em contrário

Registra-se, publica-se e cumpra-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Indiavaí, aos 23 (vinte e três) dias do mês de fevereiro (02) de dois mil e vinte e um (2021).

Esta portaria foi publicada e fixada no átrio do Executivo Municipal.

SIDNEI MARQUES LOPES

PREFEITO MUNICIPAL

PREFEITURA MUNICIPAL DE ITANHANGÁ

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
EDITAL DE PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO Nº 001/2021 - A

EDITAL DE PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO Nº 001/2021 - A

Art. 1º - O Prefeito Municipal de Itanhangá - MT, no uso de suas atribuições legais **INFORMA** que não houve pedido de isenção da taxa de inscrição, referente ao Processo Seletivo Simplificado aberto através do Edital de Processo Seletivo Simplificado Nº 001/2021.

REGISTRE-SE. PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

Itanhangá- MT, 09 de fevereiro de 2021.

EDU LAUDI PASCOSKI

Prefeito Municipal

SUSANA FONTANA KUZNIEWSKI

Presidente da Comissão Examinadora do Processo Seletivo Simplificado

PREFEITURA MUNICIPAL DE ITANHANGÁ
RESULTADO DE LICITAÇÃO - PREGÃO PRESENCIAL N° 010/2021

A Pregoeira e Equipe de Apoio da Prefeitura Municipal de Itanhangá-MT, nomeados através da Portaria n° 016/2021 de 04/01/2021, torna público para conhecimento dos interessados que na Licitação tipo **Pregão Presencial n° 010/2021**, instaurada para a **"CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE FORNECIMENTO DE SEGURO TOTAL EM VEÍCULOS DA FROTA MUNICIPAL PARA ATENDER A DEMANDA DAS SECRETARIAS MUNICIPAIS DO MUNICÍPIO DE ITANHANGÁ – MT".,** sagrou-se vencedora a seguinte empresa: **GENTE SEGURADORA S/A – CNPJ: 90.180.605/0001-02** sagrou-se vencedora com o valor total de R$ 26.300,00 (vinte e seis mil e trezentos reais).

Itanhangá-MT, 23 de fevereiro de 2021.

CAMILA BRUNA MORESCO

Pregoeira Oficial

PREFEITURA MUNICIPAL DE ITANHANGÁ
RETIFICAÇÃO DE RESULTADO DE LICITAÇÃO PREGÃO PRESENCIAL N° 006/2021

A Comissão Permanente de Licitação da Prefeitura Municipal de Itanhangá-MT, nomeados através da Portaria n° 016/2021 de 04/01/2021, torna público para conhecimento dos interessados a **RETIFICAÇÃO DO RESULTADO** na Licitação tipo **Pregão Presencial n° 006/2021**, instaurada para **"REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS E GÁS DE COZINHA VISANDO ATENDER A DEMANDA DAS SECRETARIAS MUNICIPAIS DO MUNICÍPIO DE ITANHANGÁ – MT",** divulgado na Edição do Diário Oficial da AMM, ANO XV, N° 3.673, na data de 23/ de fevereiro de 2021.

ONDE SE LÊ: sagrou-se vencedora com o valor total dos itens de R$ 267. 834,16 (duzentos e sessenta sete mil oitocentos e trinta e quatro reais e dezesseis centavos).

LEIA – SE: sagrou-se vencedora com o valor total dos itens de R$ 269. 788,25 (duzentos e sessenta e nove mil setecentos e oitenta e oito reais e vinte e cinco centavos).

Itanhangá-MT, 23 de fevereiro de 2021.

CAMILA BRUNA MORESCO

Pregoeira Oficial

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
EDITAL DE PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO Nº 001/2021 - B

EDITAL DE PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO Nº 001/2021 - B

Art. 1º - O Prefeito Municipal de Itanhangá - MT, no uso de suas atribuições legais, **HOMOLOGA** as inscrições, conforme ANEXO I, referente ao Processo Seletivo Simplificado aberto através do Edital de Processo Seletivo Simplificado Nº 001/2021.

Art. 2º - O candidato que não tiver sua inscrição homologada deverá interpor recurso, conforme disposto no item 14. do Edital de Processo Seletivo Simplificado nº 001/2021, anexando o comprovante de pagamento. **O candidato que não interpor recurso em tempo hábil perderá o direito de realizar a prova.**

Art. 3º - Informamos aos candidatos homologados que a **Prova Escrita Objetiva**, bem como a entrega dos documentos referentes a prova de títulos serão realizadas no dia **28 DE FEVEREIRO DE 2021,** com início às **08H30MIN (horário local - MT)**, na **ESCOLA MUNICIPAL PAULO FREIRE**, sito à Rua Santo Antônio, nº 202 – Centro, em Itanhangá – MT.

Art. 4º - O candidato deverá comparecer ao local designado, munido de **UM DOS SEGUINTES DOCUMENTOS NO ORIGINAL:**

- Cédula de Identidade - RG;

- Carteira de Órgão ou Conselho de Classe;

- Carteira de Trabalho e Previdência Social;

- Carteira Nacional de Habilitação, emitida de acordo com a Lei 9.503/97 (com foto);

- Passaporte.

Parágrafo único. Não será permitida a entrada de candidatos no local de prova após o horário de início.

Art. 5º - Em razão da pandemia do **COVID-19** os candidatos deverão fazer o **uso de máscaras** nas intermediações e no interior do local de realização das provas. A lotação das salas será amplamente reduzida em até 50% da capacidade máxima. Será fornecido na entrada do local de prova álcool em gel e serão seguidas todas as normas e medidas de higiene e precaução ao **COVID-19**.

REGISTRE-SE. PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

Itanhangá- MT, 23 de fevereiro de 2021.

EDU LAUDI PASCOSKI

Prefeito Municipal

SUSANA FONTANA KUZNIEWSKI

Presidente da Comissão Examinadora do Processo Seletivo Simplificado

ANEXO I

INSCRIÇÃO	CARGO	NOME	DOCUMENTO
483641	AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE - COMUNIDADE MONTE ALTO	GABRIELLY GOLNIK RADETZKI	30491622
483697	AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE - COMUNIDADE MONTE ALTO	SIRLENE GISELE PEITER	100047721
485050	AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE - COMUNIDADE SIMIONE	CAROLAYNE PEREIRA DA SILVA	30985897
483652	AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE - COMUNIDADE SIMIONE	JANAINA LOURENCO DE OLIVEIRA	21725683
483670	AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE - ÁREA 1	DEIVISIMARA ARAUJO DE LIMA	21348030
484033	AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE - ÁREA 1	JOCIVANI ARRUDA SOARES	10942106
483887	AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE - ÁREA 1	MARIA DAS VITORIAS DOS SANTOS GUILHERME	19511728
483716	AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE - ÁREA 1	MARTA LAURA DA COSTA GUILHERME	29293812
483728	AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE - ÁREA 1	NATHIELI DAYANE FARIAS LEANDRO	27655849
483657	AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE - ÁREA 1	NAYARA EDINEIA RODRIGUES DOS SANTOS	25625560
483691	AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE - ÁREA 1	NELCI MARQUES	24663603
484727	AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE - ÁREA 1	VALDIRENE GOMES RAMOS DE JESUS	33583340
483711	AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE - ÁREA 2	ALAIS ORZECHOVSKI	16569841
483665	AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE - ÁREA 2	JULIANA GERONIMO DA SILVA	110424000
483784	AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE - ÁREA 2	MARIA AUGUSTA BROIO	1015708
483722	AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE - ÁREA 2	MARIA LUIZA DE ARAUJO	5118473163
485741	AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE - ÁREA 2	RAFAELA KLABUNDE DE SOUZA	33306630
484440	AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE - ÁREA 2	RITA CASSIA DE ALMEIDA	12212923
485200	AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE - ÁREA 2	VANESSA GUILHERME DA COSTA	27593258
484414	AGENTE DE COMBATE A ENDEMIAS	ANDREIA LUCIA DE ALMEIDA	875139
483651	AGENTE DE COMBATE A ENDEMIAS	BIANCA IASMIN PACHECO	1124127802
484592	AGENTE DE COMBATE A ENDEMIAS	DARIANE BATISTA RODRIGUES	27045390
484991	AGENTE DE COMBATE A ENDEMIAS	EDMILSON SOUZA	15529797
484462	AGENTE DE COMBATE A ENDEMIAS	LEIDIANE GODINHO DA SILVA	21575444
484470	AGENTE DE COMBATE A ENDEMIAS	LUCI VANIA VILELA DE SOUZA SILVA	19945418
485068	AGENTE DE COMBATE A ENDEMIAS	LUIS GUILHERME DE CARVALHO	27306445
483678	AGENTE DE COMBATE A ENDEMIAS	MARCOS VINICIUS DA COSTA GUILHERME	29294118
485398	AGENTE DE COMBATE A ENDEMIAS	MARISTELA MACIEL DA SILVA OLIVEIRA	20088841
483726	AGENTE DE COMBATE A ENDEMIAS	NEDIO HARTMANN	104725830

485639	AGENTE DE COMBATE A ENDEMIAS	PATRICIA FERNANDA MOREIRA DE OLIVEIRA	24094374
483672	AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS - (AGROVILA MONTE ALTO)	FRANCISCA MARIA NORATA ANDRADE	28594541
483680	AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS - (AGROVILA MONTE ALTO)	SANDRA ELIANE GOLNIK	85816616
484060	AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS - (AGROVILA SIMIONI)	ANA CAROLINE DE ALMEIDA	1326476
483715	AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS - (AGROVILA SIMIONI)	DANIELA BATISTA DOS SANTOS	20323115
483685	AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS - (AGROVILA SIMIONI)	MARIANA SIQUEIRA LEITE	21725560
484185	AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS - (SEDE DO MUNICÍPIO)	ESTER SANTOS DE FREITAS OLIVEIRA	33360014
484234	AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS - (SEDE DO MUNICÍPIO)	JAQUELINE GOMES NOGUEIRA	72512502
485652	AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS - (SEDE DO MUNICÍPIO)	JOSEFA RAMOS VIANA	865690
484141	AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS - (SEDE DO MUNICÍPIO)	KEDIANE FERREIRA FONTELES	32272510
483673	AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS - (SEDE DO MUNICÍPIO)	LILIANE ADRIANA FOSSATTI BUENO	23804718
484589	AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS - (SEDE DO MUNICÍPIO)	LUIZ DE SOUSA DA SILVA	13321218
483663	AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS - (SEDE DO MUNICÍPIO)	MARCIA LAURETH	19999240
485668	AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS - (SEDE DO MUNICÍPIO)	POLIANA APARECIDA ESSER	18198511
483724	AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS - (SEDE DO MUNICÍPIO)	ROSEMARI ZATTA	23801891
483720	AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS - (SEDE DO MUNICÍPIO)	TATIANE FERNANDES	99497335
484178	AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS - (SEDE DO MUNICÍPIO)	TATIANE LIMA DA COSTA	96092254204
483710	AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS - (SEDE DO MUNICÍPIO)	VALQUIRIA DOS SANTOS AMORIM	13815610
484012	GUARDA DE PATRIMÔNIO	EDUARDO PINOW	23802642
483713	GUARDA DE PATRIMÔNIO	JAMIR ANGELO DA CONCEICAO	259770
483731	GUARDA DE PATRIMÔNIO	MELEN APARECIDA CAMINSKI	15901688
483899	GUARDA DE PATRIMÔNIO	NAIDI SUEILE OLIVEIRA	2187544
483734	GUARDA DE PATRIMÔNIO	POLIANA RODRIGUES DE FRANCA	15233604
485452	GUARDA DE PATRIMÔNIO	THALLES VAGNER OLIVEIRA MACEDO	73361
483646	GUARDA DE PATRIMÔNIO	TIAGO FERREIRA DA SILVA	21737150
483667	PROFESSOR LICENCIATURA PLENA - EDUCAÇÃO FÍSICA - (AGROVILA MONTE ALTO)	ADRIELLY MORAIS GONCALVES DE JESUS	23812400
484518	PROFESSOR LICENCIATURA PLENA - EDUCAÇÃO FÍSICA - (AGROVILA MONTE ALTO)	DAIANE DA SILVA SEITENSTICHER	20722370
484588	PROFESSOR LICENCIATURA PLENA - MATEMÁTICA - (SEDE DO MUNICÍPIO)	CLEUZA ASSUNCAO PINTO MALHEIROS	486158
483653	PROFESSOR LICENCIATURA PLENA - MATEMÁTICA - (SEDE DO MUNICÍPIO)	MAIQUEL DIONES DO COUTO LEMOS	32425880
483639	PROFESSOR LICENCIATURA PLENA - PEDAGOGIA - (AGROVILA MONTE ALTO)	ELLEN DIANNA LEITE DA CONCEICAO	30725615
484356	PROFESSOR LICENCIATURA PLENA - PEDAGOGIA - (AGROVILA SIMIONI)	ADRIANA DA SILVA	10142289
483649	PROFESSOR LICENCIATURA PLENA - PEDAGOGIA - (AGROVILA SIMIONI)	ANELITA SAVIO	791435
483638	PROFESSOR LICENCIATURA PLENA - PEDAGOGIA - (AGROVILA SIMIONI)	BRUNA ARIESSA ANHAIA BLOS	25458205
485356	PROFESSOR LICENCIATURA PLENA - PEDAGOGIA - (AGROVILA SIMIONI)	CARLIDIANE PEREIRA DOS SANTOS SOUZA	19999429
483645	PROFESSOR LICENCIATURA PLENA - PEDAGOGIA - (AGROVILA SIMIONI)	DAIANI BATISTA BONFIM	23797681
483643	PROFESSOR LICENCIATURA PLENA - PEDAGOGIA - (AGROVILA SIMIONI)	GISELE PRISCILA MACIEL DE ALENCAR	19997787
483698	PROFESSOR LICENCIATURA PLENA - PEDAGOGIA - 18H - (SEDE DO MUNICÍPIO)	EDIELI CLEICI DOS SANTOS	21731373
485374	PROFESSOR LICENCIATURA PLENA - PEDAGOGIA - 18H - (SEDE DO MUNICÍPIO)	ROSANE MARIA RECH BARON	3894637
484346	PROFESSOR LICENCIATURA PLENA - PEDAGOGIA - 24H - (SEDE DO MUNICÍPIO)	ADELE FRANCIOSI	35260382
484357	PROFESSOR LICENCIATURA PLENA - PEDAGOGIA - 24H - (SEDE DO MUNICÍPIO)	ADRIANA DA SILVA	10142289
485782	PROFESSOR LICENCIATURA PLENA - PEDAGOGIA - 24H - (SEDE DO MUNICÍPIO)	ALENCAR GONCALVES DOS SANTOS JUNIOR	26081873
485514	PROFESSOR LICENCIATURA PLENA - PEDAGOGIA - 24H - (SEDE DO MUNICÍPIO)	BRUNA BATISTA GALAN DE SOUZA	7329529
483687	PROFESSOR LICENCIATURA PLENA - PEDAGOGIA - 24H - (SEDE DO MUNICÍPIO)	CERLI FERREIRA MACHADO DE SOUZA	26775840
485225	PROFESSOR LICENCIATURA PLENA - PEDAGOGIA - 24H - (SEDE DO MUNICÍPIO)	JAQUELINE SEAWRIGHT ROWE DEPONTI	563635
483817	PROFESSOR LICENCIATURA PLENA - PEDAGOGIA - 24H - (SEDE DO MUNICÍPIO)	JAQUELINE SILVA DE PAULA	13868810
483664	PROFESSOR LICENCIATURA PLENA - PEDAGOGIA - 24H - (SEDE DO MUNICÍPIO)	LONI IRENE OLIVEIRA	19996918
483659	PROFESSOR LICENCIATURA PLENA - PEDAGOGIA - 24H - (SEDE DO MUNICÍPIO)	LUCIANI PIRAN DENARDI	10425179
483675	PROFESSOR LICENCIATURA PLENA - PEDAGOGIA - 24H - (SEDE DO MUNICÍPIO)	MARIA APARECIDA DO NASCIMENTO	10150080
483690	PROFESSOR LICENCIATURA PLENA - PEDAGOGIA - 24H - (SEDE DO MUNICÍPIO)	VANESSA TEIXEIRA DE MIRANDA	29776180
483640	TÉCNICO DE DESENVOLVIMENTO INFANTIL	ADRIANE LUCI BOUFLER DEWES	22075046
484312	TÉCNICO DE DESENVOLVIMENTO INFANTIL	AILZA LOPES BEZERRA	14522985
483712	TÉCNICO DE DESENVOLVIMENTO INFANTIL	ANGELICE KRAUSE DA SILVA	23626593
483730	TÉCNICO DE DESENVOLVIMENTO INFANTIL	CLAUDIANE DA CONCEICAO DE SOUSA	23803240
483648	TÉCNICO DE DESENVOLVIMENTO INFANTIL	FERNANDA SILVERIO CAVALHEIRO	19401132
483696	TÉCNICO DE DESENVOLVIMENTO INFANTIL	GENICE KRAUSE DA SILVA	21614423
483961	TÉCNICO DE DESENVOLVIMENTO INFANTIL	LUCILENE RODRIGUES DE CARVALHO	24394505
483707	TÉCNICO DE DESENVOLVIMENTO INFANTIL	MARIA JOSE DOS SANTOS MONTEIRO	17309000
484581	TÉCNICO DE DESENVOLVIMENTO INFANTIL	NAISA FERREIRA CARVALHO	25625861
483703	TÉCNICO DE DESENVOLVIMENTO INFANTIL	NAYLA ARAUJO DE SA	387140815

485125	TÉCNICO DE DESENVOLVIMENTO INFANTIL	NELIZA NASCIMENTO DA COSTA	11469315
485143	TÉCNICO DE DESENVOLVIMENTO INFANTIL	NOEMILDES DE ARRUDA E SILVA	34457569
483668	TÉCNICO DE DESENVOLVIMENTO INFANTIL	ROSILENE CONCEICAO SOARES	21057109
485122	TÉCNICO DE DESENVOLVIMENTO INFANTIL	SABRINA CAMILA MACEDO MARTINS	30229570
484866	TÉCNICO DE DESENVOLVIMENTO INFANTIL	VICTORIA MARTINS FERREIRA	24551791
484347	TÉCNICO DE DESENVOLVIMENTO INFANTIL	YSMENIA RODRIGUES DE FRANCA	15233573
483725	TÉCNICO DE ENFERMAGEM - (AGROVILA SIMIONI)	BRUNA DA SILVA ARAUJO	23751070
483660	TÉCNICO DE ENFERMAGEM - (SEDE DO MUNICÍPIO)	ADRIANA LAURETH	19998643
485460	TÉCNICO DE ENFERMAGEM - (SEDE DO MUNICÍPIO)	FRANCIELI MODESTI	17406064
484007	TÉCNICO DE ENFERMAGEM - (SEDE DO MUNICÍPIO)	GLAUCIANE GOMES DE SOUZA	20000383
483681	TÉCNICO DE ENFERMAGEM - (SEDE DO MUNICÍPIO)	MARIA APARECIDA DA SILVA	101545768
485821	TÉCNICO DE ENFERMAGEM - (SEDE DO MUNICÍPIO)	MERIELLE GRANCE ALCAMENDIA	26184605
483702	TÉCNICO DE ENFERMAGEM - (SEDE DO MUNICÍPIO)	PAULA BLAN TENORIO	19458797
484474	TÉCNICO DE ENFERMAGEM - (SEDE DO MUNICÍPIO)	REGIANE MOREIRA DOS SANTOS	4416897
483637	TÉCNICO DE ENFERMAGEM - (SEDE DO MUNICÍPIO)	ROZELI SALETE TODESCATO	36630655

PREFEITURA MUNICIPAL DE ITIQUIRA

ASSESSORIA TÉCNICA DE LICITAÇÃO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS: Nº 004/2021

Data assinatura: 13/01/2021

Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE ITIQUIRA/MT

Adjudicatária: SAN MARINO ONIBUS LTDA, CNPJ nº 93.785.822/0001-06;

Valor Global: R$ 1.209.000,00 (hum milhão e duzentos e nove mil reais).

OBJETO: REGISTRO DE PREÇO PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE ÔNIBUS E MICRO-ÔNIBUS, A FIM DE ATENDER A DEMANDA DA SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DO MUNICÍPIO DE ITIQUIRA/MT.

Data da vigência: 13/01/2022

Pregão Eletrônico nº 027/2020

ASSESSORIA TÉCNICA DE LICITAÇÃO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS: Nº 002/2021

Data assinatura: 13/01/2021

Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE ITIQUIRA/MT

Adjudicatária: VMI TECNOLOGIAS LTDA, CNPJ nº 02.659.246/0001-03;

Valor Global: R$ 630.100,00 (seiscentos e trinta mil e cem reais).

OBJETO: REGISTRO DE PREÇO PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DO APARELHO DE MAMOGRAFIA PARA ATENDER AS NECESSIDADES DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE ITIQUIRA/MT.

Data da vigência: 13/01/2022

Pregão Eletrônico nº 025/2020

ASSESSORIA TÉCNICA DE LICITAÇÃO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS: Nº 001/2021

Data assinatura: 13/01/2021

Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE ITIQUIRA/MT

Adjudicatária: MAXLAB PRODUTOS PARA DIAGNÓSTICOS E PESQUISAS LTDA - EPP, CNPJ nº 04.724.729/0001-61.

Valor Global: R$ 169.141,80 (cento e sessenta e nove mil, cento e quarenta e um reais e oitenta centavos);

Adjudicatária: NUTRILIFE PRODUTOS NUTRICIONAIS EIRELI-ME, CNPJ nº 26.574.769/0001-07.

Valor Global: R$ 266.000,00 (duzentos e sessenta e seis mil reais);

Adjudicatária: VIA FHARMA DO BRASIL EIRELI, CNPJ nº 30.949.099/0001-33.

Valor Global: R$ 112.150,96 (cento e doze mil, cento e cinquenta reais e noventa e seis centavos);

Adjudicatária: CENTERMEDICA PRODUTOS HOSP. LTDA, CNPJ nº 05.443.348/0001-77;

Valor Global: R$ 10.000,00 (dez mil reais);

Adjudicatária: GOLDENPLUS-COMÉRCIO DE MEDICAMENTOS E PRODUTOS HOSPITALARES LTDA, CNPJ nº 17.472.278/0001-64.

Valor Global: R$ 12.748,14 (doze mil, setecentos e quarenta e oito reais e quatorze centavos);

Adjudicatária: PROLINE MATERIAL HOSPITALAR - EIRELI, CNPJ nº 32.708.161/0001-20;

Valor Global: R$ 12.600,00 (doze mil e seiscentos reais);

Adjudicatária: OPEN FARMA COMÉRCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA, CNPJ nº 27.130.979/0001-79.

Valor Global: R$ 15.564,30 (quinze mil, quinhentos e sessenta e quatro reais e trinta centavos).

OBJETO: REGISTRO DE PREÇO PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE MEDICAMENTOS E MATERIAIS HOSPITALARES PARA SUPRIR AS NECESSIDADES DAS UNIDADES DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE ITIQUIRA/MT.

Data da vigência: 13/01/2022

Pregão Eletrônico nº 022/2020

ASSESSORIA TÉCNICA DE LICITAÇÃO
1º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 007/2020

PARTES: PREFEITURA MUNICIPAL DE ITIQUIRA/MT E D B R FERREIRA EIRELI -ME - CNPJ 32.089.865/0001-62;

OBJETO: A prorrogação do prazo de execução da obra objeto do contrato nº 007/2020, pelo período de 120 dias a contar do exaurimento do prazo anteriormente estipulado, bem como a formalização da alteração no cronograma físico-financeiro referente a quadra coberta na escola Francisco Andréa Marchetti, que passará a vigorar conforme anexo I do presente aditivo.

Data de Assinatura: 18/01/2021.

ASSESSORIA TÉCNICA DE LICITAÇÃO
1º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 003/2020

PARTES: PREFEITURA MUNICIPAL DE ITIQUIRA/MT E LABORATÓRIO DE ANÁLISES CLÍNICAS FREITAS LTDA - CNPJ 02.237.735/0001-69;

OBJETO: A prorrogação da vigência do contrato nº 003/2020 assinado em 06/02/2020 por mais 12 (doze) meses, a partir de 06/02/2021, que tem como objeto o CREDENCIAMENTO PARA CONTRATAÇÃO DE EMPRESAS PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS NA REALIZAÇÃO DE EXAMES LABORATORIAIS.

Valor total: R$ 277.811,06 (duzentos setenta sete mil e oitocentos onze reais e seis centavos).

Data de Assinatura: 05/02/2021.

ASSESSORIA TÉCNICA DE LICITAÇÃO
1º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 002/2020

PARTES: PREFEITURA MUNICIPAL DE ITIQUIRA/MT E A. M. NEITZKE – CNPJ 03.706.647/0002-02;

OBJETO: A prorrogação da vigência do contrato nº 002/2020 assinado em 28/01/2020 por mais 12 (doze) meses, a partir de 28/01/2021, que tem como objeto o CREDENCIAMENTO DE EMPRESAS PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS NA REALIZAÇÃO DE EXAMES DE ULTRASSONOGRAFIA.

Valor total: R$ 248.879,80 (duzentos e quarenta e oito mil oitocentos e setenta e nove reais e oitenta centavos).

Data de Assinatura: 26/01/2021.

ASSESSORIA TÉCNICA DE LICITAÇÃO
2º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 001/2019

PARTES: PREFEITURA MUNICIPAL DE ITIQUIRA/MT E GASPAR RADIODIFUSÃO LTDA, - CNPJ 03.113.214/0002-43;

OBJETO: O presente Termo Aditivo tem por objeto a PRORROGAÇÃO da vigência do contrato nº. 001/2019, assinado em 17/01/2019, a partir de 17/01/2021, vencendo em 17/01/2022.

Valor total: R$ 82.500,00 (oitenta e dois mil e quinhentos reais).

Data de Assinatura: 14/01/2021.

ASSESSORIA TÉCNICA DE LICITAÇÃO
CONTRATO ADMINISTRATIVO: Nº 001/2021

Data assinatura: 26/01/2021

Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE ITIQUIRA/MT

Contratada: EDITORA APRENDE BRASIL LTDA – CNPJ 79.719.613/0001-33

Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA O FORNECIMENTO DO SISTEMA DE ENSINO APRENDE BRASIL PARA ATENDER A REDE MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO.

Valor Global: R$ 1.361.658,65 (hum milhão trezentos e sessenta e um mil seiscentos e cinquenta e oito reais e sessenta e cinco centavos)

Vigência: 26/01/2021 à 31/12/2021

Inexigibilidade nº 001/2021

ASSESSORIA TÉCNICA DE LICITAÇÃO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS: Nº 005/2021

Data assinatura: 28/01/2021

Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE ITIQUIRA/MT

Adjudicatária: GRAFICA DO PRETO LTDA, CNPJ nº 03.750.414/0001-26.

Valor Global: R$ 25.730,00 (vinte e cinco mil e setecentos e trinta reais);

Adjudicatária: MULTIPLICAR COMPRAS & COMERCIO EIRELI, CNPJ nº 07.508.571/0001-80.

Valor Global: R$ 48.287,83 (quarenta e oito mil, duzentos e oitenta e sete reais e oitenta e três centavos);

Adjudicatária: EPLOC CONFECÇOES EIRELI, CNPJ nº 13.884.414/0001-72.

Valor Global: R$ 20.256,00 (vinte mil e duzentos e cinquenta e seis reais);

Adjudicatária: DAMIÃO, LIZOTTI 2 CIA LTDA, CNPJ nº 32.302.947/0001-43;

Valor Global: R$ 48.154,71 (quarenta e oito mil, cento e cinquenta e quatro reais e setenta e um centavos);

Adjudicatária: ALFABRINK COMERCIO DE BRINQUEDOS E SERVIÇOS EIRELI - EPP, CNPJ nº 26.865.222/0001-60.

Valor Global: R$ 10.030,00 (dez mil e trinta reais);

Adjudicatária: MARLUCE BEZERRA DOS SANTOS LORENCONE -ME, CNPJ nº 17.992.596/0001-56;

Valor Global: R$ 22.443,93 (vinte e dois mil, quatrocentos e quarenta e três reais e noventa e três centavos);

OBJETO: REGISTRO DE PREÇO PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE IMPLEMENTOS PARA RETORNO DAS ATIVIDADES ESCOLARES, A FIM DE ATENDER A DEMANDA DA SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO.

Data da vigência: 28/01/2022

Pregão Eletrônico nº 029/2020

PREFEITURA MUNICIPAL
PORTARIA N° 122, DE 18 DE FEVEREIRO DE 2021.

Concede Auxílio Doença ao servidor que menciona, do quadro permanente do Poder Executivo, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE ITIQUIRA, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais exaradas no art. 51, incisos IV, combinado com o art. 95, ambos da Lei Orgânica do Município, e

CONSIDERANDO o atestado médico apresentado à unidade Administrativa competente do Poder Executivo, em cumprimento das atribuições estabelecidas na legislação pertinente em vigor, e considerando ainda, a perícia junto à Junta Médica do Município;

R E S O L V E:

Art. 1º Conceder o Auxílio Doença, ao servidor abaixo relacionado:

1. MARINES MARIN, Servidor Público do quadro permanente do Poder Executivo, no Cargo de PROFESSOR, empossado 13/05/2015, pelo período de **19/02/2021 à 19/04/2021, conforme Laudo Pericial,** com o retorno ao trabalho no dia **20/04/2021.**

Art. 2° Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se às disposições em contrário.

Paço Municipal *"Rosa Pereira Campos"*, Gabinete do Prefeito, em Itiquira/MT, aos 18 de fevereiro de 2021.

PUBLIQUE-SE, REGISTRE-SE E CUMPRA-SE.

FABIANO DALLA VALLE

Prefeito Municipal

ASSESSORIA TÉCNICA DE LICITAÇÃO
RESULTADO DE LICITAÇÃO

PREGÃO PRESENCIAL Nº 002/2021

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 001/2021

A Prefeitura Municipal de Itiquira, situada no endereço acima mencionado, através do pregoeiro o qual subscreve, torna público para conhecimento dos interessados que na licitação citada objetivandoo **REGISTRO DE PREÇO PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE MEDICAMENTOS PARA ATENDIMENTO DA FARMÁCIA BÁSICA MUNICIPAL E DEMAIS UNIDADES DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE ITIQUIRA/MT,** do tipo menor preço por item, obteve o seguinte resultado: **LICITAÇÃO DESERTA.**

Itiquira/MT, em 23 de fevereiro de 2021.

Aloizio Magno Fischer Lopes Junior

Pregoeiro Designado

CAMARA MUNICIPAL
TERMO DE DOAÇÃO E ENTREGA DE BENS

TERMO DE DOAÇÃO E ENTREGA DE BENS

(CAMIONETE S-10), PARA À PREFEITURA

MUNICIPAL DE ITIQUIRA – MT.

Aos (29) vinte e nove dias do mês de dezembro de 2020, com base na Lei Municipal 1.113/2020, de 23 de dezembro de 2020, firmam o presente Termo de Doação e entrega de bens, conforme segue:

DOADOR: CÂMARA MUNICIPAL DE ITIQUIRA – MT., portadora do CNPJ 00.176.361/0001-38, sediada na Rua João Batista vidotti, nº 477, Bairro Santo Antônio, itiquira, Mato Grosso, neste ato representada pelo seu Presidente, Sr. Marcio Alves Fontes, brasileiro, casado, filho de : Jose Salustiano Fontes e Neuzita Alves Nogueira Fontes, natural de Boquim/SE, nascido em 13/10/1973, devidamente inscrito no CPF sob o nº 532. 607.755-87, portador da carteira de identidade RG 2614261-9 SEJUSP/MT.]

DONATÁRIO: PREFEITURA MUNICIPAL DE ITIQUIRA – portadora do CNPJ 03.370.251/0001-56, sediada na praça Frei Liberato Keterrer, nº 311, Humberto Bortolini, brasileiro, divorciado, filho de: Inocentino Bortolini e Zefelina Gionco Bortolini, natural de Sto. Antonio do Oeste, Estado do Paraná, nascido 25/12/1965, devidamente incrito no CPF sob o nº 352. 935.601-82, portador da carteira de identidade RG. 4.392.099-5 SSP/PR.

OBJETO: Veículo, **RENAVAN:** 00461763818, Placa: OBA2311 Placa Anterior UF: OBA 2311/MT, **Chassi:** 9BG138XPOBC462383, **Espécie Tipo:** ESP/CAMIONETE/ABERTA/C D; **Combustível:** Àlcool/Gasolina; **Marca Modelo:** GM/S10, RODEIO D. **Ano fab:** 2011**, Ano Mod.** 2011, **Cap/pot/cil** (Capacidade de passageiros, potência e cilindrada do motor): 5P/0.70T/147CV, **Categoria:** Oficial, **Cor Predominante:** Preta, devidamente inscrito no patrimônio sob o número: **Plaqueta patrimonial:** 639, avaliado em R$ 19.011,90 (dezenove mil,onze reais e noventa centavos);

DAS OBRIGAÇÕES:

Do Poder Executivo 1. O Poder Executivo deverá arcar com as despesas de transferências; 2. Guardar e Conservação do veículo. **Do Poder Legislativo** 1. Realizar junto a contabilidade, procedimentos e baixa do bem; 2. Entregar a documentação original do bem; 3. Entregar chave extra, caso exista. **Das Disposições Finais**

O presente termo deverá ser devidamente assinado por ambas as partes, com reconhecimento de firma, juntamente com 02 (duas) testemunhas.

Itiquira-MT., 29 de dezembro de 2020.

Câmara Municipal

Marcio Alves Fontes

Presidente

Prefeitura Municipal

Humberto Bortolini

Prefeito Municipal

testemunhas

Mara Roseny Farias de Lima Maria De Fatima Gomes da Silva

CPF; 811.624.561-91 CPF: 486.584.801-00

ASSESSORIA TÉCNICA DE LICITAÇÃO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS: Nº 003/2021

Data assinatura: 13/01/2021

Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE ITIQUIRA/MT

Adjudicatária: VAMOS COMERCIO DE MÁQUINAS LINHA AMARELA LTDA, CNPJ nº 35.654.688/0001-08;

Valor Global: R$ 1.360.000,00 (hum milhão e trezentos e sessenta mil reais).

OBJETO: REGISTRO DE PREÇO PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE MOTONIVELADORA A FIM DE ATENDER A DEMANDA DA SECRETARIA MUNICIPAL DE INFRAESTRUTURA E OBRAS DO MUNICÍPIO DE ITIQUIRA/MT.

Data da vigência: 13/01/2022

Pregão Eletrônico nº 026/2020

PREFEITURA MUNICIPAL DE JACIARA

LICITAÇÃO E CONTRATOS
AVISO DE LICITAÇÃO PREGÃO PRESENCIAL N.º 011/2021

A Prefeitura Municipal de Jaciara-MT, através da Pregoeira nomeada, torna público que realizará licitação na modalidade **PREGÃO PRESENCIAL**, ao **MENOR VALOR UNITÁRIO**, tendo por objeto **"REGISTRO DE PREÇOS PARA EVENTUAL CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS E CONSULTORIA TÉCNICA PARA MONTAGEM, CONFIGURAÇÃO E OPERACIONALIZAÇÃO DO SISTEMA DE SOM DO CENTRO DE EVENTOS JOVELINA MARIA DE ALMEIDA DO MUNICÍPIO DE JACIARA – MT/ CONTRATO DE REPASSE N° 832333/2017/MTUR"** nos termos da Lei 10.520/02, a realizar-se no dia **16 DE MARÇO DE 2021 – 14:00 h - MT.** Os interessados poderão obter o Edital completo através do site www.jaciara.mt.gov.br ou na Prefeitura, à Av. Antonio Ferreira Sobrinho, n.º 1075, das 13:00 até às 19:00 horas. Informações: tel. (0**66) 3461 7925. Jaciara,23 de Fevereiro de 2021.

Ana Cláudia Nascimento Silva Oliveira

Pregoeira da Prefeitura Municipal de Jaciara/MT

LICITAÇÃO E CONTRATOS
AVISO DE LICITAÇÃO PREGÃO PRESENCIAL N.º 008/2021

A Prefeitura Municipal de Jaciara-MT, através da Pregoeira nomeada, torna público que realizará licitação na modalidade **PREGÃO PRESENCIAL**, ao **MENOR VALOR UNITÁRIO**, tendo por objeto **"REGISTRO DE PREÇOS PARA EVENTUAL AQUISIÇÃO DE MATERIAL DE CONSTRUÇÃO DIVERSOS, FERRAMENTAS E EPIS/EPC (EQUIPAMENTOS DE PROTEÇÃO INDIVIDUAL E COLETIVOS), PARA ATENDER TODAS AS SECRETARIAS DO MUNICÍPIO DE JACIARA-MT"** nos termos da Lei 10. 520/02, a realizar-se no dia **11 DE MARÇO DE 2021 – 08:00 h - MT.** Os interessados poderão obter o Edital completo através do site www.jaciara.mt.gov.br ou na Prefeitura, à Av. Antonio Ferreira Sobrinho, n.º 1075, das 13:00 até às 19:00 horas. Informações: tel. (0**66) 3461 7925. Jaciara, 23 de Fevereiro de 2021.

Ana Cláudia Nascimento Silva Oliveira

Pregoeira da Prefeitura Municipal de Jaciara/MT

LICITAÇÃO E CONTRATOS
AVISO DE LICITAÇÃO PREGÃO PRESENCIAL N.º 010/2021

A Prefeitura Municipal de Jaciara-MT, através da Pregoeira nomeada, torna público que realizará licitação na modalidade **PREGÃO PRESENCIAL**, ao **MENOR VALOR UNITÁRIO**, tendo por objeto "**Registro de preços para eventuais aquisições de materiais utilizados na manutenção e reparos de redes, ramais e cavaletes de água do Município de Jaciara-MT",** nos termos da Lei 10.520/02, a realizar-se no dia **15 DEMARÇO DE 2021 – 13:30 h - MT.** Os interessados poderão obter o Edital completo através do site www.jaciara.mt.gov.br ou na Prefeitura, à Av. Antonio Ferreira Sobrinho, n.º 1075, das 13:00 até às 19:00 horas. Informações: tel. (0**66) 3461 7925. Jaciara,23 de Fevereiro de 2021.

Ana Cláudia Nascimento Silva Oliveira

Pregoeira da Prefeitura Municipal de Jaciara/MT

LICITAÇÃO E CONTRATOS
AVISO DE LICITAÇÃO PREGÃO PRESENCIAL N.º 009/2021

A Prefeitura Municipal de Jaciara-MT, através da Pregoeira nomeada, torna público que realizará licitação na modalidade **PREGÃO PRESENCIAL**, ao **MENOR VALOR UNITÁRIO**, tendo por objeto "**Registro de preços para futura e eventual contratação de empresa para Aquisição de Cargas de Oxigênio Medicinal Gasoso e Ar Comprimido Medicinal, para atendimento das necessidades da Secretaria Municipal de Saúde de Jaciara/MT",** nos termos da Lei 10.520/02, a realizar-se no dia **12 DE MARÇO DE 2021 – 15:00 h - MT.** Os interessados poderão obter o Edital completo através do site www.jaciara.mt.gov.br ou na Prefeitura, à Av. Antonio Ferreira Sobrinho, n.º 1075, das 13:00 até às 19:00 horas. Informações: tel. (0**66) 3461 7925. Jaciara,23 de Fevereiro de 2021.

Ana Cláudia Nascimento Silva Oliveira

Pregoeira da Prefeitura Municipal de Jaciara/MT

PREFEITURA MUNICIPAL DE JANGADA

PORTARIA Nº10 - NOMEIA COMISSÃO DE LICITAÇÃO

PORTARIA Nº 010/2021 DE 23 DE FEVEREIRO DE 2021

"Dispõe sobre a nomeação de Comissão para licitação modalidade Pregão – Pregão Presencial por Registro de Preços"

OTÍLIO FRANCISCO DE PAULA JUNIOR, Presidente da Câmara Municipal de Jangada, no uso de suas atribuições legais, RESOLVE:

Art. 1º. Nomear como **Pregoeiro**, o Sr. Adilson Pereira Nunes, CPF nº 046.706.461-09;

Art. 2º. Nomear para compor a **Equipe de Apoio**, Eliete Marina da Cunha, CPF nº 594.144.051-00; Rosely Lucia de Arruda Silva, CPF nº 006.793. 081-64; Alexandre Martins Cunha, CPF nº *703.601.051-73;*

Art. 3º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se disposições em contrário;

Gabinete do Presidente da Câmara Municipal, 23 de fevereiro de 2021

Publique-se, registre-se, cumpra-se.

Ver. OTÍLIO FRANCISCO DE PAULA JÚNIOR

Presidente da Câmara Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE JAURU

PORTARIA 107/2021

PORTARIA N.º 107, DE 23 DE FEVEREIRO DE 2021

"Dispõe sobre a concessão do benefício de Pensão por Morte em favor do cônjuge Sra. LUZILINA MARIA DE LEMOS em decorrência do falecimento do segurado Sr. ARDENTINO VICENTE. "

O Prefeito do Município de Jauru, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais e;

Considerando o preenchimento dos pressupostos contidos no artigo 40, § 7º, da Constituição Federal, com redação dada pela Emenda Constitucional nº 103/2019, c/c art. 7º inciso I, art. 28, § 1º, art. 30, inciso I e art. 32, §1º, inciso V, alínea "C" 6, da Lei nº 098/2013 que dispõe sobre a previdência social dos servidores públicos do Município de Jauru/MT, com redação dada pela Lei nº 155 de 28 de maio de 2020.

RESOLVE:

Art. 1º- CONCEDER o benefício de **Pensão Por Morte**, em decorrência do falecimento do servidor, **Sr. ARDENTINO VICENTE**, brasileiro, portador da cédula de Identidade nº M-1.201.820, SSP/MG e CPF n. 146.896. 186-15, aposentado compulsoriamente conforme Acórdão do TCE/MT nº 2.267/2011, em favor da ***Sra.*** **LUZILINA MARIA DE LEMOS,** brasileira, viúva, portadora da cédula de Identidade nº M-2.467.123 SSP-MG e CPF sob o n.º 665.045.386-20, o equivalente a 50% (cinquenta por cento) mais o acréscimo de 10% (dez por cento) da cota parte para cada dependente conforme processo administrativo do **PREVI-JAURU nº**. **2021.07.00001P**.

Art. 2º -Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos legais a partir de **22 de janeiro de 2021**, revogadas as disposições em contrário.

Registre-se, publique-se, cumpra-se.

Paço Municipal "Jose Perez", Jauru/-MT, 23 de fevereiro de 2021.

VALDECI JOSE DE SOUZA Prefeito Municipal

AVISO DE PREGÃO ELETRÔNICO

AVISO DE LICITAÇÃO

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 004/2021

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 0675/2021

PARTICIPAÇÃO LOCAL/REGIONAL

Objeto: "REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE MATERIAIS ELÉTRICOS PARA ATENDER AS NECESSIDADES DA SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS, INFRAESTRUTURA URBANA E RURAL

Realização: Por meio do site www.licitanet.com.br

Data de Inicio para o recebimento das propostas: das 09:00 horas do dia 24/02/2021 até as 08:00 horas do dia 09/03/2020 (horário de Brasília)

Data e horário de inicio da sessão: Dia 09/03/2021 as 09:00 horas

Data e horário de inicio da disputa: Dia 09/03/2021 as 09:20 horas

Edital Completo: Afixado no endereço Rua do Comércio, Nº 480, Centro, Jauru/MT. CEP: 78.255-000 – Fone: 65 3244-1849, e na Internet, site www.jauru.mt.gov.br e **site www.licitanet.com.br.**

Fundamento Legal: Regida pela Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002 e subsidiariamente pela Lei 8.666 de 21/06/93.

Jauru/MT, 23 de fevereiro de 2021.

Anderson Pavini

Pregoeiro

PREFEITURA MUNICIPAL DE JUARA

AVISO DE LICITAÇÃO PREGÃO N. 011/2021/SECAD TIPO: PRESENCIAL APURAÇÃO: MENOR VALOR POR ITEM.

OBJETO: Registro de Preços para Futura e Eventual Aquisição de Gêneros Alimentícios em Atendimento as Diversas Secretarias Munici-

pais, conforme especificações e condições técnicas constantes neste edital e em seus anexos**.**

EDITAL E INFORMAÇÕES: O Edital poderá ser obtido a partir de 24/02/2021, na Sede da Prefeitura Municipal de Juara/MT – Divisão de Licitações e Contratos, localizada à Rua Niterói, 81N, Centro – Juara/MT – Fone: (066) 3556-9400/9401 ou por meio dos sites: www.juara.mt.gov.br; www.portaldecompraspublicas.com.br

ESCLARECIMENTOS E IMPUGNAÇÃO DO EDITAL: Decairá do direito de pedir esclarecimentos ou impugnar os termos deste Edital aquele que não o fizer até 02 (dois) dias úteis antes da data designada para a abertura dos envelopes, apontando de forma clara e objetiva as falhas ou irregularidades que entende viciarem o mesmo. As petições deverão ser protocoladas, devidamente instruídas (assinatura, endereço, razão social e telefone para contato), junto ao Serviço de Protocolo desta Prefeitura ou diretamente ao Pregoeiro Oficial ou ainda através do Fax (66) 3556-9400/9401 ou **ainda e preferencialmente através do Site**: www.portaldecompraspublicas.com.br e/ou e-mail: licitacao@juara.mt.gov.br que tem o prazo de 24 (vinte e quatro) horas úteis para respondê-las.

SESSÃO DE ABERTURA DE PROPOSTA E DISPUTA DE LANCES: dia 08 de março de 2021 às 08h15 – Horário Local.

Juara-MT, em 23 de fevereiro de 2021.

Luis Carlos Correia Carlos Amadeu Sirena

Pregoeiro Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE JUÍNA

UCI - UNIDADE DE CONTROLE INTERNO
EDITAL DE PUBLICAÇÃO N. 001-2021 - PUBLICAÇÃO DAS CONTAS ANUAIS DO EXERCÍCIO FINANCEIRO DE 2020

EDITAL DE PUBLICAÇÃO Nº 001/2021

PUBLICAÇÃO DAS CONTAS ANUAIS DO EXERCÍCIO FINANCEIRO DE 2020

A **PREFEITURA MUNICIPAL DE JUÍNA**, pessoa jurídica de direito público, com sede Administrativa à Travessa Emmanuel, nº 33-N – Centro, Juína (MT), devidamente inscrita no CNPJ/MF sob o nº 15.359.201.0001/57, neste ato representada, na forma de sua Lei Orgânica, pelo Prefeito Municipal Sr. **PAULO AUGUSTO VERONESE,** vem através do presente edital e em cumprimento ao art. 31, § 3º da Constituição Federal, art.209 da Constituição Estadual, art. 49 da Lei Complementar Federal nº 101/00 (LRF), art. 70 da Lei Orgânica Municipal, dar publicidade, de que as **CONTAS ANUAIS DO EXERCÍCIO FINANCEIRO DE 2020**, encontram-se à disposição dos cidadãos e instituições da sociedade para exame e apreciação no horário de expediente até o dia 31 de Dezembro de 2021.

Juína (MT), 12 de Fevereiro de 2021.

PAULO AUGUSTO VERONESE

PREFEITO MUNICIPAL

UCI - UNIDADE DE CONTROLE INTERNO
EDITAL DE PUBLICAÇÃO Nº 001-2021 CONTAS ANUAIS DO CISVJ - EXERCÍCIO DE 2020

EDITAL DE PUBLICAÇÃO Nº 001/2021

PUBLICAÇÃO DAS CONTAS ANUAIS DO EXERCÍCIO FINANCEIRO DE 2020

O CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE DO VALE DO JURUENA - CISVJ, pessoa jurídica de direito público, com sede Administrativa à Rua Perpétua de Oliveira Joaquim, nº 119-N – Bairro Módulo 01, Juína-MT, devidamente inscrita no CNPJ/MF sob o nº 04.931.808.0001/43, neste ato representado, pelo seu Presidente Sr. **PAULO AUGUSTO VERONESE,** vem através do presente edital e em cumprimento ao art. 31, § 3º da Constituição Federal, art.209 da Constituição Estadual, art. 49 da Lei Complementar Federal nº 101/00 (LRF), art. 70 da Lei Orgânica Municipal, dar publicidade, de que as **CONTAS ANUAIS DO EXERCÍCIO FINANCEIRO DE 2020**, encontram-se à disposição dos cidadãos e instituições da sociedade para exame e apreciação no horário de expediente até o dia 31 de Dezembro de 2021.

Juína (MT), **12** de **Fevereiro** de **2021.**

PAULO AUGUSTO VERONESE

Presidente do CISVJ

PREFEITURA MUNICIPAL DE JURUENA

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO
AVISO DE LICITAÇÃO PREGÃO ELETRÔNICO

AVISO DE LICITAÇÃO PREGÃO ELETRÔNICO

A Comissão de Pregão, da Prefeitura Municipal de Juruena, no exercício das atribuições que lhe confere a Portaria n.º 053/2021, torna público, para conhecimento dos interessados, que encontra-se aberta Licitação na modalidade Pregão Eletrônico SRP, que será realizada no dia 08/03/2021, às 09:00 horas, (horário de Brasília) no portal www.bll.org.br, conforme especificado no Edital de Licitação Pregão Eletrônico SRP nº 004/2021, Processo Administrativo nº 022/2021. Informamos que o Edital encontra-se disponível nos sites www.bll.org.br e www.pmjuruena.com.br. Maiores informações pelo telefone (66) 3553-1346.

Objeto da Licitação:Registro de Preços para Futura e Eventual Contratação de Empresa para Fornecimento de Materiais Hidráulicos para atender as necessidades do Setor Operacional do Departamento de Água e Esgoto do Município de Juruena, conforme especificações e condições constantes no Termo de Referencia anexo no Edital, pelo período de 12 meses.

Entrega das Propostas: A partir de 24/02/2021 no portal: www.bll.org.br .

Juruena - MT, 22 de fevereiro de 2021.

Robson Gomes Dias Pregoeiro Oficial

DECRETO MUNICIPAL Nº 3026 DE 23 DE FEVEREIRO DE 2021.

“DISPÕE SOBRE AS MEDIDAS DE PREVENÇAO DE RISCO DE CONTAMINAÇAO PELO NOVO CORONAVIRUS (COVID - 19), A SEREM ADOTADOS NO AMBITO DO MUNICIPIO DE JURUENA, ESTADO DE MATO GROSSO, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.”

O PREFEITO MUNICIPAL DE JURUENA ESTADO DE MATO GROSSO, no uso de suas atribuições legais, conferidas pela Lei Orgânica Municipal e pelo Inciso VIII do artigo 8º da Lei Federal no 12.608, de 10 de abril de 2012,

CONSIDERANDO, o reconhecimento de pandemia pela organização mundial de saúde, em virtude de doença infecciosa viral respiratória – COVID-19, causada pelo agente novo Coronavírus – SARS-CoV-2, que constitui desastre biológico tipificado pela codificação Brasileira de Desastres (COBRADE), com o n.º 1.5.1.1.0, nível três, Emergências em Saúde Pública, nos termos da IN/MI n.º 02/16;

CONSIDERANDO, a necessidade de regulamentação, o Município de Juruena, Estado de Mato Grosso, em conformidade com a Lei Federal nº 13.979/2020, que dispõe sobre as medidas para enfrentamento da Emergência em Saúde Pública decorrente do novo Coronavírus (2019-nCoV), responsável pelo surto de 2019, regulamentada pela Portaria do Ministério da Saúde nº 356, de 11 de março 2020;

CONSIDERANDO, a Declaração de Emergência em Saúde Pública de Importância Internacional pela Organização Mundial de Saúde, em 30 de janeiro de 2020, bem como o Regulamento Sanitário Internacional, promulgado pelo Decreto Federal Nº 10.212, de 30 de janeiro de 2020;

CONSIDERANDO, a deliberação do Centro de Operações de Emergência em Saúde, que recomendou a tomada de medidas urgentes e necessárias para o enfrentamento da pandemia, com o objetivo de evitar o risco de contágio;

CONSIDERANDO, que a Portaria GM 454, de 20 de março de 2020, da União declarou em todo território Nacional, o estado de transmissão comunitária da doença infecciosa viral respiratória – COVID-19, causada pelo agente Novo Coronavírus - SARS-CoV-2;

CONSIDERANDO, que a Organização Mundial de Saúde declarou, em 11 de março de 2020, que a disseminação do novo Coronavírus, causador da doença denominada COVID-19, caracteriza pandemia;

DECRETA:

Art. 1º. Fica suspensa toda atividade presencial nas escolas públicas e privadas no âmbito do munícipio de Juruena-MT, por tempo indeterminado, sem prejuízo das atividades não presenciais;

Art. 2º. Este decreto entra em vigor na data de sua publicação e/ou fixação, revogando-se as disposições em contrário.

Juruena-MT, 23 de Fevereiro de 2021.

MANOEL GONTIJO DE CARVALHO

Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE JUSCIMEIRA

PORTARIA Nº 053/2021, 27 DE JANEIRO DE 2021.

"DISPÕE SOBRE **NOMEACÃO PARA OCUPAR O CARGO DE DIRETOR DE ESCOLA MUNICIPAL,** O SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL EFETIVO **SRº FRANCISCO OLIVEIRA ARAUJO,** E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

MOISES DOS SANTOS, Prefeito Municipal de Juscimeira, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas por lei:

RESOLVE:

Artigo 1º - NOMEAR a partir do dia 01/02/2021, paraocuparo Cargo de Diretora do Centro de Educação Infantil Padre Lothar, no Distrito de Fatima de São Lourenço, para o ano letivo de 2021 o Servidor Público Municipal Efetivo **SrºFRANCISCO OLIVEIRA ARAUJO.**

Artigo 2º - A presente portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrario.

Juscimeira – MT, em 27 de Janeiro de 2021.

BRUNNA MARTINS DOS SANTOS

Secretaria de Educação

MÓISES DOS SANTOS

Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE LAMBARI D´OESTE

PORTARIA Nº 076/2021, DE 19 DE FEVEREIRO DE 2021

PORTARIA Nº 076/2021, DE 19 DE FEVEREIRO DE 2021

"Nomeia o Senhor VALDINEI VITORAZZI VIEIRA, para o exercício do Cargo em Comissão de Chefe do Departamento de Turismo, Desporto, lazer e Meio Ambiente, da Prefeitura Municipal de Lambari D'Oeste, Estado de Mato Grosso e dá outras providencias".

O PREFEITO MUNICIPAL DE LAMBARI D'OESTE, Estado de Mato Grosso, Senhor **MARCELO VIEIRA VITORAZZI,** no uso de suas atribuições legais exaradas no art. 62, incisos, VI e IX, combinado com o art. 90, inciso II, alínea "a" da Lei Orgânica do Município e Art. 11, inciso II, da Lei Complementar nº. 25/2006, de 28 de abril 2006.

R E S O L V E:

Art. 1º Nomear o Senhor, **VALDINEI VITORAZZI VIEIRA,** Portador da cédula de Identidade RG n° 1099279-0 SJ/MT e Inscrita no Cadastro de Pessoas Físicas CPF n° 695.891.781-20, para o exercício do cargo em Comissão de Chefe do Departamento de Turismo, Desporto, lazer e Meio Ambiente, Lotado no Gabinete do Prefeito da Prefeitura Municipal de Lambari D'Oeste, Estado de Mato Grosso.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data da sua publicação, retroagindo seus efeitos ao dia primeiro de fevereiro de 2021, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito, Edifício Sede do poder Executivo, em Lambari D'Oeste – MT, aos dezenove dias do mês de fevereiro do ano de dois mil e vinte e um.

PUBLICA-SE, REGISTRE-SE, CIENTIFIQUE-SE E, CUMPRA-SE

MARCELO VIEIRA VITORAZZI

Prefeito Municipal

EXTRATO DO PRIMEIRO TERMO ADITIVO DE VALOR AO CONTRATO 040/2020

EXTRATO DO PRIMEIRO TERMO ADITIVO DE VALOR AO CONTRATO 040/2020.

LICITAÇÃO: PREGÃO PRESENCIAL S.R.P. N.º 17/2020 – PROCESSO LICITATÓRIO N.º 40/2020, NO QUAL A PREFEITURA DE LAMBARI D'OESTE-MT FEZ UMA ADESÃO (CARONA N.º 10/2020) À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N.º 07/2020, ORIUNDA DO PREGÃO PRESENCIAL SRP N.º 09/2020, REALIZADO PELA PREFEITURA MUNICIPAL DE PONTES E LACERDA-MT.

PESSOA JURÍDICA CONTRATADA: COXIPO MATERIAS ELETRICOS LTDA

CNPJ: 26.579.029/0001-63

OBJETO DO CONTRATO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA O FORNECIMENTO DE FORMA PARCELADA, DE MATERIAS ELÉTRICOS PARA MANUTENÇÃO DA ILUMINAÇAO PUBLICA EM RUAS E AVENIDAS DO MUNICÍPIO DE LAMBARI D'OESTE-MT.

OBJETO DO ADITIVO: ACRÉSCIMO DE APROXIMADAMENTE 24,92 % SOBRE O VALOR DO CONTRATO ORIGINAL.

FUNDAMENTO: O PRESENTE ADITIVO ENCONTRA EMBASAMENTO LEGAL NO ARTIGO 65 DA LEI N.º 8.666/93 E SUAS ALTERAÇÕES.

DA RATIFICAÇÃO: AS DEMAIS CLÁUSULAS DO CONTRATO EM REFERÊNCIA PERMANECEM INALTERADAS E SÃO PELO PRESENTE TERMO ADITIVO, RATIFICADAS.

PREFEITURA MUNICIPAL: LAMBARI D'OESTE, 12 DE FEVEREIRO DE 2021.

EXTRATO DO SEGUNDO TERMO ADITIVO DE VALOR AO CONTRATO 050/2020.

EXTRATO DO SEGUNDO TERMO ADITIVO DE VALOR AO CONTRATO 050/2020.

LICITAÇÃO: CARTA CONVITE 04/2020.

PESSOA JURÍDICA CONTRATADA: CAMPELO CONSTRUCAO CIVIL EIRELI

CNPJ: 38.270.222/0001-05

OBJETO DO CONTRATO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE REFORMA DE PONTES DE MADEIRA SOBRE O RIO VERMELHO, CÓRREGO 01, CÓRREGO 02, CÓRREGO 03 E CÓRREGO 04, PARA ATENDER AS NECESSIDADES DA SECRETARIA MUNICIPAL DE INFRAESTRUTURA DE LAMBARI D'OESTE-MT, CONFORME PLANILHAS E PROJETOS, AO ANEXO I DO EDITAL.

OBJETO DO ADITIVO: ACRÉSCIMO DE APROXIMADAMENTE 24,31 % SOBRE O VALOR DO CONTRATO ORIGINAL.

FUNDAMENTO: O PRESENTE ADITIVO ENCONTRA EMBASAMENTO LEGAL NO ARTIGO 65 DA LEI N.º 8.666/93 E SUAS ALTERAÇÕES.

DA RATIFICAÇÃO: AS DEMAIS CLÁUSULAS DO CONTRATO EM REFERÊNCIA PERMANECEM INALTERADAS E SÃO PELO PRESENTE TERMO ADITIVO, RATIFICADAS.

PREFEITURA MUNICIPAL: LAMBARI D'OESTE, 12 DE FEVEREIRO DE 2021.

PORTARIA Nº 067/2021, DE 02 DE FEVEREIRO DE 2021

PORTARIA Nº 067/2021, DE 02 DE FEVEREIRO DE 2021

"Concede Desvio de Função a Servidor Efetivo ELIZEU FERREIRA DA SILVA, e dá outras providências. "

O PREFEITO MUNICIPAL DE LAMBARI D'OESTE, Estado de Mato Grosso, Senhor **MARCELO VIEIRA VITORAZZI,** no uso de suas atribuições legais exaradas no art. 62, incisos VI e IX, combinado com o art. 90, incisos II, letra "d" da Lei Orgânica do Município,

Considerando: Atestado médico sugerindo o desvio de função na mesma complexidade ao servidor por estar impossibilitado de exercer as atividades inerentes a de Auxiliar de Serviços Diversos na Secretaria de Infraestrutura, para a qual é concursado.

R E S O L V E:

Art. 1º. Conceder Desvio de Função ao Servidor **Elizeu Ferreira da Silva,** Auxiliar de Serviços Diversos, lotado na Secretaria Municipal de Infraestrutura.

Art. 2º. O servidor deverá permanecer em desvio de função, pelo prazo indeterminado.

Art. 3º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário. Retroagindo seus efeitos ao dia 29 (vinte e nove) de janeiro de dois mil e vinte um, conforme data de atestado médico.

Gabinete do Prefeito, Edifício Sede do Poder Executivo, em Lambari D'Oeste - MT, aos dois dias do mês de fevereiro do ano de 2021.

PUBLICA-SE, REGISTRE-SE, CIENTIFIQUE-SE E, CUMPRA-SE

MARCELO VIEIRA VITORAZZI

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 068/2021, DE 08 DE JANEIRO DE 2021

PORTARIA Nº 068/2021, DE 08 DE JANEIRO DE 2021

"Concede Desvio de Função ao Servidor Efetivo **IGOR HENRIQUE RIBEIRO LOPES,** de Auxiliar de Laboratório, à função de GUARDA MUNICIPAL, na secretaria Municipal de Saúde e, dá outras providências"

O PREFEITO MUNICIPAL DE LAMBARI D'OESTE, Estado de Mato Grosso, Senhor **MARCELO VIEIRA VITORAZZI,** no uso de suas atribuições legais exaradas no art. 62, incisos VI e IX, combinado com o art. 90, incisos II, letra "d" da Lei Orgânica do Município,

R E S O L V E:

Art. 1º. Conceder Desvio de Função ao Servidor **Igor Henrique Ribeiro Lopes,** , lotado na Secretaria Municipal de Saúde, permaneça em desvio de função exercendo as atividades inerentes a função GUARDA MUNICIPAL.

Art. 2º. O servidor deverá permanecer em desvio de função, pelo prazo indeterminado.

Art. 3º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito, Edifício Sede do Poder Executivo, em Lambari D'Oeste - MT, aos oito dias do mês de janeiro do ano de 2021.

PUBLICA-SE, REGISTRE-SE, CIENTIFIQUE-SE E, CUMPRA-SE

MARCELO VIEIRA VITORAZZI

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 069/2021, DE 09 DE FEVEREIRO DE 2021

PORTARIA Nº 069/2021, DE 09 DE FEVEREIRO DE 2021

"Remove o servidor**, AMARO CAETANO DA SILVA,** da Secretaria Municipal de Saúde para a Secretaria Municipal de Administração e Planejamento".

O PREFEITO MUNICIPAL DE LAMBARI D'OESTE, Estado de Mato Grosso, Senhor **MARCELO VIEIRA VITORAZZI,** no uso de suas atribuições legais exaradas no art. 62, incisos VI e IX, combinado com o art. 90, incisos II, alínea "a" da Lei Orgânica do Município e, Art. 51, inciso I, da Lei Complementar nº. 25/2006, de 28 de abril 2006.

R E S O L V E:

Art. 1º. Remover o servidor **AMARO CAETANO DA SILVA,** da Secretaria Municipal de Saúde para a Secretaria Municipal de Administração e Planejamento para exercer as atividades inerentes a mesma função.

Art. 2º. O servidor deverá se apresentar na Secretaria Municipal de Administração no dia 09 de fevereiro de 2021, sob pena de sanções previstas no Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Lambari D'Oeste-MT.

Art. 3º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito, Edifício Sede do Poder Executivo, em Lambari D'Oeste - MT, aos nove dias do mês de fevereiro de dois mil e vinte e um.

PUBLICA-SE, REGISTRE-SE, CIENTIFIQUE-SE E, CUMPRA-SE

MARCELO VIEIRA VITORAZZI

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 070/2021, DE 09 DE FEVEREIRO DE 2021

PORTARIA Nº 070/2021, DE 09 DE FEVEREIRO DE 2021

"Remove o servidor**, GERALDO DE ARAÚJO BARBOSA,** da Secretaria Municipal de Saúde para a Secretaria Municipal de Administração e Planejamento".

O PREFEITO MUNICIPAL DE LAMBARI D'OESTE, Estado de Mato Grosso, Senhor **MARCELO VIEIRA VITORAZZI,** no uso de suas atribuições legais exaradas no art. 62, incisos VI e IX, combinado com o art. 90, incisos II, alínea "a" da Lei Orgânica do Município e, Art. 51, inciso I, da Lei Complementar nº. 25/2006, de 28 de abril 2006.

R E S O L V E:

Art. 1º. Remover o servidor**, GERALDO DE ARAÚJO BARBOSA,** da Secretaria Municipal de Saúde para a Secretaria Municipal de Administração e Planejamento para exercer as atividades inerentes a mesma função.

Art. 2º. O servidor deverá se apresentar na Secretaria Municipal de Administração no dia 09 de fevereiro de 2021, sob pena de sanções previstas no Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Lambari D'Oeste-MT.

Art. 3º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito, Edifício Sede do Poder Executivo, em Lambari D'Oeste - MT, aos nove dias do mês de fevereiro de dois mil e vinte e um.

PUBLICA-SE, REGISTRE-SE, CIENTIFIQUE-SE E, CUMPRA-SE

MARCELO VIEIRA VITORAZZI

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 072/2021, DE 18 DE FEVEREIRO DE 2021

PORTARIA Nº 072/2021, DE 18 DE FEVEREIRO DE 2021

"Concede Licença-Saúde ao Servidor Público Municipal e dá outras providências. "

O PREFEITO MUNICIPAL DE LAMBARI D'OESTE, Estado de Mato Grosso, Senhor **MARCELO VIEIRA VITORAZZI,** no uso de suas atribuições legais e de acordo com a Lei Orgânica do Município e Art. 72, inciso I, da Lei Complementar nº. 25/2006, de 28 de abril 2006.

R E S O L V E:

ART. 1º - Conceder Licença para tratamento de Saúde ao Servidor Público Municipal, segundo o que menciona, na forma que especifica:

DEMETRIO APARECIDO LUIZ, GUARDA MUNICIPAL, Nível 09, Classe "C", lotada na Secretaria Municipal de Infraestrutura, no período de 90 (noventa) dias, do dia 18/02/2021 a 18/05/2021, conforme consta em atestado Médico;

ART. 2º - Caberá ao órgão/unidade competente do Poder Executivo, as providências requeridas, inclusive o controle do período da licença concedida.

ART. 3º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito, Edifício Sede do Poder Executivo Municipal, aos dezoito dias do mês de fevereiro de dois mil e vinte um.

PUBLICA-SE, REGISTRE-SE, CIENTIFIQUE-SE E, CUMPRA-SE

MARCELO VIEIRA VITORAZZI

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº. 073/2021, DE 19 DE FEVEREIRO DE 2021

PORTARIA Nº. 073/2021, DE 19 DE FEVEREIRO DE 2021

"Prorroga Licença-Maternidade a Servidora Pública Municipal e dá outras providências".

O PREFEITO MUNICIPAL DE LAMBARI D'OESTE, Estado de Mato Grosso, Senhor **MARCELO VIEIRA VITORAZZI,** no uso de suas atribuições legais exaradas no art. 62, incisos VI e IX, combinado com o art. 90, incisos II, letra "d" da Lei Orgânica do Município e, Art. 88 da Lei Complementar nº. 25/2006, de 28 de abril 2006 e, Lei Municipal 682 de 19 de novembro de 2020.

R E S O L V E:

ART. 1º - Prorroga Licença Maternidade da Servidora Pública Municipal, **KAREN VANESSA LEAL ARAGÃO RODRIGUES CHUINA,** *Nutricionista,* pelo período de mais 60 (sessenta) dias – ***20/02/2021 a 20/04/2021***, conforme Lei Municipal 682 de 19 de novembro de 2020.

Parágrafo Único – É vedado à servidora pública licenciada, o exercício de atividade remunerada durante o período da prorrogação da licença concedida, nos termos do disposto na Lei Municipal n° 682, de 19/11/2020.

ART. 2º - Caberá ao órgão/unidade competente do Poder Executivo, as providências requeridas, inclusive o controle do período da prorrogação licença concedida.

ART. 3º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeito a partir de vinte de fevereiro de 2021, revogadas as disposições em contrário,

Gabinete do Prefeito, Edifício Sede do Poder Executivo Municipal, aos dezenove dias do mês de fevereiro do ano de dois mil e vinte um.

PUBLICA-SE, REGISTRE-SE, CIENTIFIQUE-SE E, CUMPRA-SE

MARCELO VIEIRA VITORAZZI

Prefeito Municipal

EXTRATO DO CONTRATO N.º 009/2021

EXTRATO DO CONTRATO N.º 009/2021

LICITAÇÃO: PREGÃO PRESENCIAL Nº 03/2021, NO QUAL A PREFEITURA DE LAMBARI D'OESTE-MT FEZ UMA ADESÃO (CARONA N.º 02/2021) À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N.º 02/2020, ORIUNDA DO PREGÃO PRESENCIAL N.º 02/2020, REALIZADO PELA PREFEITURA MUNICIPAL DE SALTO CÉU-MT.

CONTRATADA: SOMAR CONSULTORIA EM GESTÃO PÚBLICA

CNPJ: 31.937.935/0001-22

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS EM CONSULTORIA E ASSESSORIAL TÉCNICA NA ÁREA PÚBLICA DE SAÚDE DE LAMBARI D'OESTE-MT.

VIGÊNCIA: DE 18/02/2021 ATÉ 18/08/2021

VALOR MENSAL: R$ 7.500,00 (SETE MIL E QUINHENTOS REAIS)

VALOR GLOBAL: R$ 45.000,00 (QUARENTA E CINCO MIL REAIS).

PREFEITURA MUNICIPAL: LAMBARI D'OESTE – MT, 18 DE FEVEREIRO DE 2021.

PORTARIA Nº 074/2021, DE 19 DE FEVEREIRO DE 2021

PORTARIA Nº 074/2021, DE 19 DE FEVEREIRO DE 2021

Concede FÉRIAS aos Servidores Públicos Municipais e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE LAMBARI D'OESTE, Estado de Mato Grosso, Senhor **MARCELO VIEIRA VITORAZZI,** no uso de suas atribuições legais exaradas no art. 62, incisos VI e IX, combinado com o art. 90, incisos II, letra "d" da Lei Orgânica do Município e, Art. 67, da Lei Complementar nº. 25/2006, de 28 de abril 2006.

R E S O L V E:

Art. 1º - Conceder férias correspondentes ao período aquisitivo e de gozo, aos Servidores Públicos Municipais, que especifica segundo o que menciona:

Servidora: FRANCISCA ELENA ANDRADE

Órgão/Unidade: SMS

Período aquisitivo: 26/06/2017 À 26/06/2018

Período de gozo: 01/03/2021 À 30/03/2021

Dias: 30 (trinta)

Servidora: IRENILDA GOMES JARDIM

Órgão/Unidade: SMPAS

Período aquisitivo: 10/01/2020 À 10/01/2021

Período de gozo: 01/03/2021 À 30/03/2021

Dias: 30 (trinta)

Servidora: MARCIA REGINA ALVES LOPES

Órgão/Unidade: SMEC

Período aquisitivo: 17/01/2016 À 17/01/2017

Período de gozo: 03/03/2021 À 01/04/2021

Dias: 30 (trinta)

Servidora: SILVANA PEREIRA DOS SANTOS

Órgão/Unidade: SMS

Período aquisitivo: 29/03/2019 À 29/03/2020

Período de gozo: 01/03/2021 À 30/03/2021

Dias: 30 (trinta)

Servidor: JORGE PAULO DE JESUS SANTANA

Órgão/Unidade: SMIE

Período aquisitivo: 03/07/2018 À 03/07/2019

Período de gozo: 03/03/2021 À 01/04/2021

Dias: 30 (trinta)

Servidor: VALDIR ALBINO DE JESUS

Órgão/Unidade: SMEC

Período aquisitivo: 12/02/2020 À 12/02/2021

Período de gozo: 01/03/2021 À 30/03/2021

Dias: 30 (trinta)

Art. 2º - Caberão aos órgãos/unidades administrativas competentes do Poder Executivo, as providências requeridas, inclusive para o pagamento e registro nos mecanismos e controle.

Art. 3º Esta portaria entra em vigor na data da sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito, Edifício Sede do poder Executivo, em Lambari D'Oeste – MT, aos dezenove dias do mês de janeiro do ano de dois mil e vinte e um.

PUBLICA-SE, REGISTRE-SE, CIENTIFIQUE-SE E, CUMPRA-SE

MARCELO VIEIRA VITORAZZI

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 075/2021 DE 19 DE FEVEREIRO DE 2021

PORTARIA Nº 075/2021 DE 19 DE FEVEREIRO DE 2021

"Concede elevação de nível a servidora pública que menciona, e dá outras providências".

O PREFEITO MUNICIPAL DE LAMBARI D'OESTE, Estado de Mato Grosso, Senhor **MARCELO VIEIRA VITORAZZI,** no uso de suas atribuições legais e de acordo com a Lei Orgânica do Município e Art. 1º, §2º, V da Lei Complementar nº 027/2006, de 28/04/2006 – Planos de Cargos, Carreiras e Salários dos Servidores Públicos Municipais,

R E S O L V E:

ART. 1º - CONCEDER, elevação de nível, conforme as disposições contidas na Lei Complementar nº 027/2006, de 28/04/2006 – Planos de Cargos, Carreiras e Salários dos Servidores Públicos Municipais, aos servidores a seguir descritos:

ALINE SAVOINE

PROFESSORA DE LICENÇA PLENA EM HISTÓRIA

Vinculado/Lotado: 19/02/2015

Elevação de **Nível B 02** para **Nível B 03**

BENEDITO LAUDELINO DA SILVA SENABIO

PROFESSOR DE LICENÇA PLENA EM PEDAGOGIA

Vinculado/Lotado: 19/02/2015

Elevação de **Nível B 02** para **Nível B 03**

CARLOS ANDRE DE MORAIS ANGOLA

MOTORISTA DE VEÍCULOS PESADOS

Vinculado/Lotado: 19/02/2015

Elevação de **Nível C 02** para **Nível C 03**

CHARLIENI FATIMA DE JESUS

MONITORA DE EDUCAÇÃO INFANTIL

Vinculado/Lotado: 19/02/2015

Elevação de **Nível A 02** para **Nível A 03**

CICERO JOSE DOS SANTOS

AUXILIAR DE SERVIÇOS DIVERSOS

Vinculado/Lotado: 01/09/1993

Elevação de **Nível C 09** para **Nível C 10**

CLEUDINEIA MEDEIROS DOS SANTOS

PROFESSORA DE LICENÇA PLENA EM PEDAGOGIA

Vinculado/Lotado: 19/02/2015

Elevação de **Nível B 02** para **Nível B 03**

CLEUDSON FERNANDES MONTEIRO

OPERADOR DE MÁQUINAS

Vinculado/Lotado: 25/02/2015

Elevação de **Nível C 02** para **Nível C 03**

DARLENE RODRIGUES PERES DE OLIVEIRA

PROFESSORA MAGISTÉRIO

Vinculado/Lotado: 19/02/2015

Elevação de **Nível C 02** para **Nível C 03**

DENIS HEBERT TARGA ANDRADE

BIOQUIMICO

Vinculado/Lotado: 02/02/2015

Elevação de **Nível B 02** para **Nível B 03**

DEUSIANE JOCELE ARTIAGA DA SILVA

MONITORA DE EDUCAÇÃO INFANTIL

Vinculado/Lotado: 25/02/2015

Elevação de **Nível B 02** para **Nível B 03**

DUILHO RABELO BOASCIVIS

MOTORISTA DE VEÍCULOS PESADOS

Vinculado/Lotado: 19/02/2015

Elevação de **Nível C 02** para **Nível C 03**

EDINEIA BENTO GONCALVES

PROFESSORA DE LICENÇA PLENA EM GEOGRAFIA

Vinculado/Lotado: 19/02/2015

Elevação de **Nível B 02** para **Nível B 03**

ELDA VASNI TAVARES CAMARA

PROFESSORA MAGISTÉRIO

Vinculado/Lotado: 19/02/2015

Elevação de **Nível C 02** para **Nível C 03**

ELIAS DA SILVA ANDRADE

PROFESSORA DE LICENCIATURA PLENA DE EDUCAÇÃO FÍSICA

Vinculado/Lotado: 19/02/2015

Elevação de **Nível B 02** para **Nível B 03**

ELOISE CRISTINE OLIVEIRA

PROFESSORA DE LICENCIATURA PLENA EM PEDAGOGIA

Vinculado/Lotado: 19/02/2015

Elevação de **Nível B 02** para **Nível B 03**

GEISIANE DE MOURA VETTORAZZI

PROFESSORA DE LICENCIATURA PLENA EM MATEMÁTICA

Vinculado/Lotado: 19/02/2015

Elevação de **Nível B 02** para **Nível B 03**

GISELE CARVALHO ALVES DA SILVA

MONITORA DE EDUCAÇÃO INFANTIL

Vinculado/Lotado: 19/02/2015

Elevação de **Nível B 02** para **Nível B 03**

JAQUELINE ASSIS DE PAULA

PROFESSORA DE LICENCIATURA PLENA EM PEDAGOGIA

Vinculado/Lotado: 19/02/2015

Elevação de **Nível B 02** para **Nível B 03**

JESSICA RODRIGUES DE OLIVEIRA

PROFESSORA DE LICENCIATURA PLENA EM BIOLOGIA

Vinculado/Lotado: 19/02/2015

Elevação de **Nível B 02** para **Nível B 03**

KAREN VANESSA LEAL ARAGÃO RODRIGUES CHUINA

NUTRICIONISTA 20 HORAS

Vinculado/Lotado: 02/02/2015

Elevação de **Nível B 02** para **Nível B 03**

KELLY CRISTINE MARIANO DA SILVA

MONITORA DE EDUCAÇÃO INFANTIL

Vinculado/Lotado: 19/02/2015

Elevação de **Nível A 02** para **Nível A 03**

LUCIENE GIL DOS SANTOS

PROFESSORA DE LICENCIATURA PLENA EM PEDAGOGIA

Vinculado/Lotado: 19/02/2015

Elevação de **Nível B 02** para **Nível B 03**

MARIA CLAUDIA SILVA

PROFESSORA DE LICENCIATURA PLENA EM LETRAS

Vinculado/Lotado: 19/02/2015

Elevação de **Nível B 02** para **Nível B 03**

MARIA DA CONCEICAO DA SILVA

PROFESSORA DE LICENCIATURA PLENA EM PEDAGOGIA

Vinculado/Lotado: 19/02/2015

Elevação de **Nível B 02** para **Nível B 03**

MEIRE DE SOUZA CAMPOS

MONITORA DE EDUCAÇÃO INFANTIL

Vinculado/Lotado: 25/02/2015

Elevação de **Nível C 02** para **Nível C 03**

ROBERTO FIDELIS DE OLIVEIRA

OPERADOR DE MÁQUINAS

Vinculado/Lotado: 02/02/2015

Elevação de **Nível B 02** para **Nível B 03**

SANDRA DE SOUZA MENEZES

PROFESSORA DE LICENCIATURA PLENA EM PEDAGOGIA

Vinculado/Lotado: 19/02/2015

Elevação de **Nível B 02** para **Nível B 03**

SOELI LIMA DA SILVA

ASSISTENTE SOCIAL

Vinculado/Lotado: 02/02/2015

Elevação de **Nível B 02** para **Nível B 03**

VALDINEI RIBEIRO DOS SANTOS

PROFESSOR DE LICENÇA PLENA EM HISTÓRIA

Vinculado/Lotado: 19/02/2015

Elevação de **Nível B 02** para **Nível B 03**

VALDIR ALBINO DE JESUS

AUXILIAR DE SERVIÇOS DIVERSOS

Vinculado/Lotado: 12/02/2003

Elevação de **Nível A 06** para **Nível A 07**

ART. 2º - A presente Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito, Edifício Sede do Poder Executivo Municipal, aos dezenove dias do mês de fevereiro do ano de dois mil e vinte um.

PUBLIQUE-SE, RIGISTRE-SE, CIENTIFIQUE-SE E, CUMPRA-SE.

MARCELO VIEIRA VITORAZZI

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 077/2021, DE 19 DE FEVEREIRO DE 2021

PORTARIA Nº 077/2021, DE 19 DE FEVEREIRO DE 2021

"Nomeia a servidora efetiva para exercício do Cargo em Comissão de **Assessora Contábil** do Município de Lambari D'Oeste, Estado de Mato Grosso e dá outras providencias".

O PREFEITO MUNICIPAL DE LAMBARI D'OESTE, Estado de Mato Grosso, Senhor **MARCELO VIEIRA VITORAZZI,** no uso de suas atribuições legais exaradas no art. 62, incisos, VI e IX, combinado com o art. 90, inciso II, alínea "a" da Lei Orgânica do Município e Art. 11, inciso II, da Lei Complementar nº. 25/2006, de 28 de abril 2006.

R E S O L V E:

Art. 1º Nomear a Servidora Efetiva **LUCIANA BATISTA DA SILVA**, para o exercício do cargo em Comissão de **Assessora Contábil** do Município, lotada no Gabinete do Prefeito, símbolo AS-3, constante nos Anexos I e III da Lei Municipal nº 588/2017 e Art.14 da Lei Complementar nº 27 de 28 abril de 2006.

Art. 2º As despesas decorrentes de execução desta portaria correrão à conta da rubrica 31.90.11.00 – vencimentos e vantagens fixas do órgão/unidade ao qual o funcionário está subordinado, constante na lei orçamentária Anual do corrente exercício, suplementada, se necessário na forma da Lei.

Art. 3° – Esta portaria entra em vigor na data da sua publicação, retroagindo seus efeitos ao dia primeiro de fevereiro de 2021. Revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito, Edifício Sede do poder Executivo, em Lambari D'Oeste – MT, aos dezenove dias do mês de fevereiro do ano de dois mil e vinte um.

PUBLICA-SE, REGISTRE-SE, CIENTIFIQUE-SE E, CUMPRA-SE

MARCELO VIEIRA VITORAZZI

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 078/2021 DE 19 DE FEVEREIRO DE 202

PORTARIA Nº 078/2021 DE 19 DE FEVEREIRO DE 2021

"Concede promoção de classe ao servidor público que menciona, e dá outras providências".

O PREFEITO MUNICIPAL DE LAMBARI D'OESTE, Estado de Mato Grosso, Senhor **MARCELO VIEIRA VITORAZZI,** no uso de suas atribuições legais exaradas no art. 62, incisos, VI e IX, combinado com o art. 90, inciso II, alínea "a" da Lei Orgânica do Município e Lei Complementar nº 027/2006 de 28/04/2006 – Planos de Cargos, Carreiras e Salários dos Servidores Públicos Municipais,

Considerando: o Requerimento do servidor público, com os documentos comprobatórios para a promoção de classe;

R E S O L V E:

ART. 1º - **Conceder**, promoção de **classe (C)** para **classe (D)**, por ter concluído o "Nível superior", conforme preceitua o Artigo 1**º,** § 2º e inciso IV da Lei Complementar nº. 027/2006 de 28/04/2006, o Servidor abaixo descrito:

CARLOS ANDRÉ DE MORAIS ANGOLA

Motorista de Veículos Pesados

ART. 2º - A presente Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito, Edifício Sede do Poder Executivo Municipal, aos dezenove dias do mês de fevereiro do ano de dois mil e vinte um.

PUBLIQUE-SE, RIGISTRE-SE, CIENTIFIQUE-SE E, CUMPRA-SE

MARCELO VIERA VITORAZZI

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 079/2021 DE 19 DE FEVEREIRO DE 2021

PORTARIA Nº 079/2021 DE 19 DE FEVEREIRO DE 2021

"Concede Licença-Prêmio ao Servidor Público Municipal, segundo o que menciona na forma que especifica e dá providências".

O PREFEITO MUNICIPAL DE LAMBARI D'OESTE, Estado de Mato Grosso, Senhor **MARCELO VIEIRA VITORAZZI,** no uso de suas atribuições legais exaradas no art. 62, incisos, VI e IX, combinado com o art. 90, inciso II, alínea "a" da Lei Orgânica do Município e, Art. 2° da Lei Complementar n° 30 de 03 de junho de 2008.

R E S O L V E:

ART. 1º - Conceder Licença-prêmio ao Servidor Público Municipal, segundo o que menciona, na forma que especifica:

ERENILDO DE JESUS, *AUXILIAR DE SERVIÇOS DIVERSOS,*Nível "08", Classe "C", lotado na Secretaria Municipal de Infra Estrutura, pelo período de 90 (noventa) dias de 01/03/2021 a 29/05/2021, conforme período aquisitivo de 09/08/2014 a 09/08/2019.

ART. 2º - Caberá ao órgão/unidade competente do Poder Executivo, as providências requeridas, inclusive o controle do período da licença concedida.

ART. 3º - As despesas decorrentes da execução desta Portaria correrão à conta da rubrica 31.90.11.00 – Vencimentos e vantagens fixas do órgão/unidade aos quais os servidores estão subordinados, constante na Lei Orçamentária Anual do corrente exercício, suplementada, se necessário, na forma da Lei.

ART. 4º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação. Revogadas disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito, Edifício Sede do Poder Executivo Municipal, aos dezenove dias do mês de fevereiro de 2021.

PUBLICA-SE, REGISTRE-SE, CIENTIFIQUE-SE E, CUMPRA-SE

MARCELO VIEIRA VITORAZZI

Prefeito Municipal

EDITAL DE CONVOCAÇÃO Nº 05/2021

EDITAL DE CONVOCAÇÃO Nº 05/2021

O Senhor **MARCELO VIEIRA VITORAZZI**, Prefeito Municipal de Lambari D'Oeste, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais, convoca todos os **munícipes lambarienses** a participarem da Audiência Pública, referente à **AVALIAÇÃO E CUMPRIMENTO DE METAS DO TERCEIRO QUADRIMESTRE DE 2020** em conformidade ao Art. 9º, § 4 da Lei de Responsabilidade Fiscal – Lc 101/00 – Lei de Responsabilidade Fiscal, a ser realizada na Câmara Municipal de Vereadores de Lambari D'Oeste /MT, **no dia 26 de Fevereiro de 2021**, às **14:00 HORAS.**

Lambari D'Oeste/MT, 23 de fevereiro de 2021

MARCELO VIEIRA VITORAZZI

Prefeito Municipal

EXTRATO DO CONTRATO N.º 008/2021

EXTRATO DO CONTRATO N.º 008/2021

OBJETO: LOCAÇÃO DE UM IMÓVEL RESIDENCIAL PARA ATENDER A SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE, LOCALIZADO NA RUA CABAÇAL, 53N, CENTRO, CEP 78.278-000, LAMBARI D'OESTE-MT.

VIGÊNCIA: DE 01/02/2021 ATÉ 31/12/2021

LOCADORA: CARLA MARIANE COSTA YAMAMOTO

CPF: 035.614.901-31

VALOR MENSAL: R$ 1.100,00 (MIL E CEM REAIS)

VALOR GLOBAL: R$ 12.100,00 (DOZE MIL E CEM REAIS)

PREFEITURA MUNICIPAL: LAMBARI D'OESTE – MT, 01 DE FEVEREIRO DE 2021

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO

GABINETE DO PREFEITO

TERMO DE RATIFICAÇÃO

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 09/2021 - DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 03/2021

Considerando a necessidade para contratação de um escritório de advocacia com atuação especializada em direito público para prestar serviços de assessoria e consultoria jurídica ao Município, englobando o jurídico, controle interno, gabinete do prefeito e secretarias, bem como para atuação na representação judicial do Município junto aos tribunais judiciais de segundo grau e tribunais superiores, assim como Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso e Tribunal de Contas da União sempre que necessário, será realizado um processo de contratação direta no valor global de **R$ 17.400,00 (dezessete mil e quatrocentos reais)**, com a empresa AMOS MEDEIROS DOS SANTOS - SOCIEDADE INDIVIDUAL DE ADVOCACIA**,** inscrita no CNPJ nº27.309.544/0001-96;

Considerando, que o presente processo encontra-se em conformidade com a legislação pertinente de modo a atender ao disposto no art. 24, inciso II, da Lei nº. 8.666/93, com alterações promovidas pelo Decreto Federal 9.412/2018 em seuart. I, inciso II, alínea "a", c/c Art. 26 da Lei Federal no 8.666/93;

RATIFICO a presente Dispensa de Licitação, utilizando-se os créditos da dotação orçamentária abaixo apresentada, para a contratação em comento.

CLASSIFICAÇÃO ORÇAMENTÁRIA		
DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA	**NOMENCLATURA**	**FONTE**
04.122.0003.2005.0000 – 3.3.90.39.00	Outros serviços de terceiros - PJ	0.1.00/110.000

Depois de cumpridas as formalidades de praxe:

Publique-se;

Cumpra-se.

Prefeitura Municipal de Lambari d'Oeste-MT, 23 de fevereiro de 2021.

MARCELO VIEIRA VITORAZZI

- Prefeito Municipal –

PREFEITURA MUNICIPAL DE MARCELÂNDIA

ADMINISTRAÇÃO/LICITAÇÃO
AVISO DE LICITAÇÃO - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 003/2021

A Prefeitura Municipal de Marcelândia - MT, através de sua Pregoeira, torna público, para conhecimento dos interessados, que realizará licitação na modalidade de PREGÃO ELETRÔNICO, tendo como objeto o **registro de preços para futura e eventual aquisição de Arroz agulhinha tipo 1, para atender as necessidades de diversas secretarias e cestas básicas para atender famílias vulneráveis usuárias do Sistema Único de Assistência Social – SUAS, do Município de Marcelândia/MT.**. **ABERTURA DA SESSÃO DE LANCES:** 09/03/2021 às 09h00min. (Horário de Brasília-DF); **REALIZAÇÃO:** Por meio do Site www.bll.org.br; **INTEGRA do EDITAL:** por meio do site: www.bll.org.br e no site da Prefeitura: www.marcelandia.mt.gov.br**.**

Marcelândia/MT, 23 de fevereiro de 2021.

Raphaella Espíndola Benício

Pregoeira Oficial

Publique-se

PREFEITURA MUNICIPAL DE MATUPÁ

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO/DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES
ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 036/2021

Pelo presente instrumento **O MUNICÍPIO DE MATUPÁ – ESTADO DE MATO GROSSO,** devidamente inscrito no CNPJ/MF sob o nº. 24.772.188/0001-54, com sede na Prefeitura Municipal, localizada na Avenida Hermínio Ometto, nº. 101, ZE-022, neste ato representado pelo Prefeito Municipal o Sr. **FERNANDO ZAFONATO**, brasileiro, casado, empresário, portador da RG nº. 41330708-SESP/PR, inscrito no CPF sob o nº. 603.459.349-20, residente e domiciliado na Rua 07 nª 829 Bairro ZH3-001, nesta Cidade de Matupá/MT, nesta Cidade de Matupá/MT RESOLVE registrar os preços da empresa **GRAMADO DISTRIBUIDORA E COMERCIO EIRELI,** devidamente inscrita no CNPJ sob o nº. 19.808.881/0001-08 e Inscrição Estadual n° 13.535.387-4, com sede na Rua Poxoréu, nº 498, Bairro Alvorada, na Cidade de Cuiabá/MT, CEP 78.048-600, e-mail gramadodistribuidora@hotmail.com, telefone (65) 3358-8517, neste ato representada pela Srª **SILVANA RODRIGUES MOREIRA DA SILVA**, portadora da RG nº 0900.581-1 SSP/MT e do CPF nº 592.948.251-91, nas quantidades estimadas **na Seção quatro desta Ata de Registro de Preços**, de acordo com a classificação por elas alcançadas Global, atendendo as condições previstas no Instrumento Convocatório e as constantes desta Ata de Registro de Preços, sujeitando-se as partes às normas constantes da Lei nº 8.666/93, 10580/02 e suas alterações e Decreto Municipal 1136, de 02 de fevereiro de 2009 e Decreto Municipal nº 1665/2013:

1 - OBJETO

1.1 - Constitui objeto desta ata de registro de preço, o "**PREGÃO ELETRÔNICO SISTEMA REGISTRO DE PREÇO PARA FUTURAS E EVENTUAIS AQUISIÇÕES DE MATERIAIS DE EXPEDIENTE EM ATENDIMENTO AS SECRETARIAS MUNICIPAIS DE MATUPÁ"** de acordo com a planilha partes integrantes do Edital da respectiva **PREGÃO ELETRÔNICO Nº. 06/2021.**

2 - ADESÃO DE ORGÃOS NÃO PARTICIPANTES

2.1 - Os órgãos e entidades que não participaram do registro de preços, quando desejarem fazer uso da Ata de Registro de Preços, deverão manifestar seu interesse junto ao órgão gerenciador da Ata, para que este indique os possíveis fornecedores e respectivos preços a serem praticados, obedecida a ordem de classificação.

2.2 - Caberá ao fornecedor beneficiário da Ata de Registro de Preços, observadas as condições nela estabelecidas, optar pela aceitação ou não do serviço, independentemente dos quantitativos registrados em Ata, desde que o fornecimento não prejudique as obrigações anteriormente assumidas.

2.3 - As aquisições ou contratações adicionais, não poderão exceder, por órgão ou por entidade, a cem por cento dos quantitativos registrados na Ata de Registro de Preços.

3 - DA GERÊNCIA DA PRESENTE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

3.1 - O gerenciamento deste instrumento caberá a Prefeitura Municipal de Matupá.

3.2 - A presente Ata terá validade de 12 (doze) meses**,** contados a partir de sua publicação no Jornal Oficial dos Municípios.

3.3 - As SECRETARIAS/ORGÃOS/ENTIDADES participantes desta Ata de Registro de Preços são:

Gabinete do Prefeito, Secretaria Municipal de Planejamento, Secretaria Municipal de Finanças, Secretaria Municipal de Administração, Secretaria Municipal de Educação e Desporto, Secretaria Municipal de Saúde, Secretaria Municipal de Assistência Social, Secretaria Municipal de Obras, Urbanismo e Transportes e Secretaria Municipal de Industria, Comercio, Turismo, Cultura e Lazer.

4 – DOS PRODUTOS

4.1 - O preço, a quantidade, o fornecedor e a especificação dos produtos registrados nesta Ata, encontram-se indicados na tabela abaixo:

Código	Nome	Unidade de Fornec.	Marca	Quant.	Vlr. Unitário	Total
372857	BORRACHA ESCOLAR Nº 60 DE LATEX NATURAL, ESCOLAR, PARA LAPIS E GRAFITE, NO FORMATO RETANGULAR, NA COR BRANCA	UNIDADE	BOR	8395	0,1600	1.343,20
372002	ENVELOPE PARA CD /DVD 126X126MM BRANCO C/JANELA	UNIDADE	SCRITY	260	0,1400	36,40
364010	ESPIRAL - DE PLASTICO, PRETA, COM 12MM	UNIDADE	FOLIEN	575	0,1700	97,75
364020	ESPIRAL - DE PLASTICO, PRETA, COM 29MM	UNIDADE	FOLIEN	485	0,5700	276,45
364027	ESTILETE - EM PLASTICO,LAMINA DE ACO CARBONO,COM LARGURA DE 18,00MM	UNIDADE	MASTERPRINT	225	2,2000	495,00
233926	FITA ADESIVA - EM CREPE, MEDINDO 18,00MM X 50 METROS, NA COR BRANCA	UNIDADE	ADERE	218	3,7100	808,78

374972	PAPEL SULFITE - FORMATO A3 (297 X 420MM). BRANCO, DE PRIMEIRA LINHA. USO PROFISSIONAL. GRAMATURA: 75G/M2. CERTIFICAÇÃO: INMETRO. RESMA DE 500 FOLHAS.	RESMA 500,000 FOLHA	REPORT	64	57,2000	3.660,80
364105	PASTA - COM ABA E ELASTICO, EM POLIPROPILENO, 245,00X180,00 MM, NA COR AZUL	UNIDADE	POLIBRAS	245	2,0000	490,00
364132	PORTA OBJETOS - DE ACRILICO, PARA PORTA LAPIS.LEMBRETE E CLIPS, FUME	UNIDADE	WALEU	138	8,8800	1.225,44
364134	PRANCHETA PORTATIL - EM ACRILICO,FORMATO A4,COM PRENDEDOR DE METAL,FUME	UNIDADE	WALEU	166	13,3000	2.207,80
371991	QUADRO DE AVISOS EM FELTRO COM MOLDURA EM ALUMÍNIO 1,50X1,20	UNIDADE	GUEDES	32	130,3000	4.169,60
364135	REGUA - EM ACRILICO,MEDINDO 50,00CM,COM ESCALA MILIMETRICA EM BAIXO RELEVO,TRANSPARENTE	UNIDADE	WALEU	85	3,7000	314,50
364525	RELOGIO - DE PLASTICO, MODELO DE PAREDE, REDONDO, TIPO A PILHA	UNIDADE	BELLS	102	16,4000	1.672,80
364161	TECIDO - TNT,TECIDO NAO TECIDO,100% POLIPROPILENO,45G/M2,MEDINDO 1,40X1,40M	UNIDADE	FITESA	77	99,9500	7.696,15
364615	TINTA - ACRILICA, NA COR VARIADA, PARA PINTURA DE TELA, ACONDICIONADA EM BISNAGA DE 20ML	UNIDADE	ACRILEX	53	6,3600	337,08
372947	TINTA - RELEVO DIMENSIONAL 3D,A BASE DE RESINA ACRILICA, ATOXICA, COM 6 CORES	UNIDADE	ACRILEX	43	18,5000	795,50
374971	UMEDECEDOR DE DEDO - MOLHA DEDO TIPO PASTA EM GEL. ATÓXICO. PERFUMADO. PARA MANUSEIO DE PAPEIS. LIVRE DE FUNGOS E BACTÉRIAS. POTE CONTENDO 12 GRAMAS. COMPOSIÇÃO: ÁCIDO GRAXO, GLICOIS E ESSÊNCIA AROMÁTICA, PODENDO CONTER CORANTE ALIMENTÍCIO.	UNIDADE	NEW MAGIC	314	1,4400	452,16
Total Fornecedor:						**R$ 26.079,41**

5 – DA FORMA DE FORNECIMENTO

5.1 – O prazo máximo para entrega dos produtos, objeto do pedido, é de (05) cinco dias, contados a partir do dia seguinte à data do recebimento da NAD (Nota de Autorização de Despesas) pela Adjudicatária, devendo o produto atender às normas técnicas contidas nas especificações;

5.2 – O recebimento dos objetos será efetuado pela Prefeitura, e, será recebido desde que:

5.2.1 Esteja compatível com esta Licitação;

5.2.2 Não apresente avaria ou adulteração.

5.3 - Em caso de recusa dos produtos pelas Secretarias de Matupá - MT será lavrado Termo de Recusa, no qual se consignarão as desconformidades, devendo o produto ser substituído pela Contratada, no prazo de 03 (três) dias da devolução, quando serão realizadas novamente as verificações antes referidas, consoante dispõe o artigo 69 da Lei nº 8.666/93;

5.4 – A entrega dos produtos desta licitação deverá ser feita nos locais indicados nas requisições, correndo por conta da Contratada as despesas de seguros, transporte, tributos, encargos trabalhistas e previdenciários decorrentes da execução.

5.5 – Os produtos deverão ser novos, de primeiro uso, e em perfeito estado, acondicionado em embalagens que permitam sua proteção contra impactos, umidade e demais agentes de possam ocasionar danos. Não serão aceitos produtos remanufaturados, recondicionados, reciclados ou reutilizados.

5.6 - A empresa fornecedora dos produtos se responsabilizará pela qualidade, substituindo o produto, em todo ou em parte, se for constatado problemas.

5.7 - Os produtos ofertados pelas licitantes deverão, OBRIGATORIAMENTE, atender às exigências de qualidade, observados os padrões e normas baixadas pelos órgãos competentes de controle de fiscalização de qualidade industrial ABNT, INMETRO, etc. – atentando-se o proponente, principalmente para as prescrições contidas no art. 39, VIII, da Lei nº 8.078/90 (Código de Defesa do Consumidor);

5.8 - A empresa vencedora e responsável pela carga e descarga dos itens no local aonde a Secretaria solicitar.

5.9 - A empresa fornecedora dos produtos se responsabilizará pela qualidade, substituindo o produto, em todo ou em parte, se for constatado problemas.

5.10 - Recebimento dos Produtos:

5.10.1 - Os produtos serão recebidos pelos fiscais de contrato e aceitos quando estiverem dentro das exigências do Edital;

5.10.2 - Observado o disposto no artigo 67 da Lei Federal n. 8.666/93, o acompanhamento e a fiscalização da entrega dos produtos será realizada por funcionários nomeados pelas Secretarias;

5.10.3 - O Município de Matupá/MT reserva-se o direito de não receber o objeto com atraso ou em desacordo com as especificações e condições constantes deste edital e seus anexos, podendo aplicar as penalidades e sanções previstas ou rescindir o registro e aplicar o disposto no art. 24, inciso XI, da Lei Federal n. 8.666/93.

5.11 - Caberá à Licitante Vencedora:

5.11.1 Transportar, por sua conta e risco, o(s) objeto(s) objeto deste Termo de Referência, ficando sob sua responsabilidade quaisquer acidentes no trajeto de transporte;

5.11.2 Fazer o pagamento de tributos, seguros, taxas e serviços, encargos sociais e trabalhistas, e quaisquer despesas referentes aos produtos fornecidos;

5.11.3 Substituir produtos que apresentem defeito de fabricação.

5.12 – Os materiais apresentados neste Termo de Referência deverão ser novos e com a garantia dos produtos. Não sendo, de forma alguma, permitido materiais reutilizados ou reaproveitados.

5.13 - Na entrega dos produtos e nas informações adicionais da Nota Fiscal e obrigatória a Identificação da Secretaria que solicitou os produtos, para maior agilidade da identificação de quem solicitou na hora da entrega dos produtos.

6 - DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

6.1 - Executar a entrega dentro dos padrões estabelecidos pelas Secretarias, de acordo com as especificações do edital, responsabilizando-se por eventuais prejuízos decorrentes do descumprimento das condições estabelecidas.

6.2 - Prestar os esclarecimentos que forem solicitados pelas Secretarias, cujas reclamações se obrigam a atender prontamente, bem como dar ciência mediatamente e por escrito, de qualquer anormalidade que verificar quando da execução dos atos de sua responsabilidade;

6.3 - Prover todos os meios necessários à garantia da plena entrega dos produtos, inclusive considerados os casos de greve ou paralisação de qualquer natureza;

6.4 - A falta de quaisquer dos produtos cujo fornecimento incumbe ao detentor do preço registrado, não poderá ser alegada como motivo de força maior para o atraso, má execução ou inexecução da entrega do objeto deste edital e não a eximirá das penalidades a que está sujeita pelo não cumprimento dos prazos e demais condições aqui estabelecidas;

6.5 - Comunicar imediatamente a Secretaria qualquer alteração ocorrida no endereço, conta bancária e outras julgadas necessárias para recebimento de correspondência;

6.6 - Respeitar e fazer cumprir a legislação de segurança e saúde no trabalho, previstas nas normas regulamentadoras pertinentes;

6.7 - Fiscalizar o perfeito cumprimento da entrega do objeto a que se obrigou, cabendo-lhe, integralmente, os ônus decorrentes. Tal fiscalização dar-se-á independentemente da que será exercida por esta Prefeitura;

6.8 - Indenizar terceiros e/ou à própria Prefeitura em caso de ausência ou omissão de fiscalização de sua parte, pelos danos ou prejuízos causados por sua culpa ou dolo, devendo a contratada adotar todas as medidas preventivas, com fiel observância às exigências das autoridades competentes e às disposições legais vigentes;

6.9 - A contratada ficará obrigada a aceitar, nas mesmas condições deste edital, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessárias, até o limite legal de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do objeto adjudicado, devendo supressões acima desse limite ser resultantes de acordo entre as partes;

6.10 - Fornecer os itens, conforme estipulado neste edital e de acordo com a proposta apresentada;

6.11 – Não poderá ocorrer a falta dos produtos por parte do licitante, pois são itens de primeira necessidade e a contratante deverá atender exatamente como se propôs a fazer;

6.12 – A CONTRATADA deverá manter durante toda a vigência da ata de registro de preço, as mesmas condições de habilitação, especialmente quanto à regularidade com FGTS e INSS;

6.13 - O atraso na entrega dos produtos caberá penalidades e sanções previstas no Art. 12 da Presente Ata;

6.14 - A Contratada deverá manter local adequado e apropriado para o abastecimento, e reservatórios adequados e apropriados de acordo com as normas da ANP (Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis), DNC (Departamento Nacional de Combustíveis) e INMETRO (Instituto Nacional de Metrologia, Qualidade e Tecnologia).

7 - DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

7.1 - Convocar a licitante vencedora para a retirada da Ordem de Entrega dos itens licitados;

7.2 - Fornecer à empresa a ser contratada todas as informações e esclarecimentos que venham a ser solicitados relativamente ao objeto deste Edital;

7.3 - Efetuar o pagamento à empresa nas condições estabelecidas neste Edital;

7.4 - Notificar por escrito, à empresa contratada, toda e qualquer irregularidade constatada durante o recebimento do objeto;

7.5 -Nenhum pagamento será efetuado à empresa detentora do registro, enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação. Esse fato não será gerador de direito reajustamento de preços ou a atualização monetária.

7.6 - Não haverá, sob hipótese alguma, pagamento antecipado.

8 - DO PAGAMENTO

8.1 - Os pagamentos serão efetuados em até 15 (quinze) dias após a entrega do produtos bem como apresentação das notas fiscais eletrônicas em conformidade ao Protocolo ICMS Nº. 85, DE 09 DE JULHO DE 2010, devidamente atestada pela Secretaria responsável;

Os dados bancários para pagamento são:

Banco: Banco do Brasil Ag. 0046-9 Conta corrente nº 44904-0 em nome de GRAMADO DISTRIBUIDORA E COMERCIO EIRELI

8.2 - O Contratado deverá indicar no corpo da Nota Fiscal/fatura, descrição do item fornecido, de acordo com o especificado na Ordem de Entrega.

8.3 - Caso constatado alguma irregularidade nas notas fiscais/faturas, estas serão devolvidas ao fornecedor, para as necessárias correções, com as informações que motivaram sua rejeição, sendo o pagamento realizado após a reapresentação das notas fiscais/faturas.

8.4 - Nenhum pagamento isentará o FORNECEDOR/CONTRATADO das suas responsabilidades e obrigações, nem implicará aceitação definitiva do produto.

8.5 - O Contratante **não** efetuará pagamento de título descontado, ou por meio de **cobrança em banco, bem como, os que forem negociados com terceiros por intermédio da operação de "factoring**";

8.6 - As despesas bancárias decorrentes de transferência de valores para outras praças serão de responsabilidade do Contratado.

9 - DO REAJUSTAMENTO DE PREÇOS

9.1 - Os preços registrados manter-se-ão inalterados pelo período de vigência da presente Ata, admitida a revisão no caso de desequilíbrio da equação econômico-financeira inicial deste instrumento a partir de determinação municipal, cabendo-lhe no máximo o repasse do percentual determinado.

9.2 - Os preços registrados que sofrerem revisão não poderão ultrapassar os preços praticados no mercado, mantendo-se a diferença percentual apurada entre o valor originalmente constante da proposta e aquele vigente no mercado à época do registro.

9.3 - Caso o preço registrado seja superior à média dos preços de mercado, a Prefeiturasolicitará ao fornecedor/consignatária, mediante correspondência, redução do preço registrado, de forma a adequá-lo a definição do parágrafo único.

9.4 - Fracassada a negociação com o primeiro colocado a Prefeiturapoderá rescindir esta ata e convocar, nos termos da legislação vigente, e pelo preço da 1ª (primeira), as demais empresas com preços registrados, cabendo rescisão desta ata de registro de preços e nova licitação em caso de fracasso na negociação.

9.5 - Será considerado compatíveis com os de mercado os preços registrados que forem iguais ou inferiores à média daqueles apurados pela Prefeitura.

9.6 – Poderão ocorrer mediante termo aditivo, onde a contratada ou contratado fica obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou suspensões que se fizerem na prestação dos produtos, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado da ata de registro de preço, nos termos do artigo 65, parágrafo 1º da lei nº 8.666/93 e alterações posteriores.

9.7 - Os preços serão revisados e reajustados de acordo com as variações determinadas pela política de preços dos combustíveis, mediante comprovação oficial por parte da Contratada.

10 - DO CANCELAMENTO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS.

10.1 - A presente Ata de Registro de Preços poderá ser cancelada de pleno direito, nas seguintes situações:

a) Quando o fornecedor/consignatária não cumprir as obrigações constantes no Edital e desta Ata de Registro de Preços;

b) Quando o fornecedor/consignatária der causa a rescisão administrativa da Nota de Empenho decorrente deste Registro de Preços, nas hipóteses previstas nos incisos de I a XII, XVII e XVIII do art. 78 da Lei 8.666/93;

c) Em quaisquer hipóteses de inexecução total ou parcial da requisição/pedido dos produtos decorrente deste Registro;

d) Os preços registrados se apresentarem superiores aos praticados no mercado;

e) Por razões de interesse público devidamente demonstradas e justificadas;

f) Descumprir qualquer dos itens da cláusula sexta ou sétima.

10.2 - Ocorrendo cancelamento do preço registrado, o Fornecedor será informado por correspondência, a qual será juntada ao processo administrativo da presente Ata.

10.3 - No caso de ser ignorado, incerto ou inacessível o endereço do Fornecedor, a comunicação será feita por publicação no Jornal Oficial dos Municípios (AMM), considerando-se cancelado o preço registrado a partir da última publicação.

10.4 - A solicitação do Fornecedor para cancelamento dos preços registrados poderá não ser aceita pela Prefeitura, facultando-se a esta neste caso, a aplicação das penalidades previstas neste Edital.

10.5 - Havendo o cancelamento do preço registrado, cessarão todas as atividades do FORNECEDOR, relativas ao produto do Item.

10.6 - Caso a Prefeitura não se utilize da prerrogativa de cancelar esta Ata, a seu exclusivo critério, poderá suspender a sua execução e/ou sustar o pagamento das faturas, até que o FORNECEDOR cumpra integralmente a condição contratual infringida.

10.7 - A Ata de Registro de Preços, será cancelada automaticamente nas seguintes hipóteses:

a) Por decurso de prazo de vigência;

b) Pelo esgotamento das quantidades registradas.

10.8 - A inexecução total ou parcial do contrato enseja a sua rescisão, com as conseqüências contratuais e as previstas em lei ou regulamento, conforme art. 77 da lei 8666/93.

11 - DAS INCIDÊNCIAS FISCAIS, ENCARGOS, SEGUROS, ETC.

11.1 - Os preços apresentados na proposta devem incluir todos os custos e despesas, tais como: custos diretos e indiretos, tributos incidentes, taxa de administração, serviços, encargos sociais, trabalhistas, seguros, treinamento, lucro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto desta Ata de Registro de Preços.

12 - DAS PENALIDADES

12.1 - Ficará impedido de licitar e contratar com o município, pelo prazo de até 5 (cinco) anos, sem prejuízo das multas previstas neste termo de referência e das demais penalidades legais, aquele que:

12.1.1 - Cometer fraude fiscal;

12.1.2 - Apresentar documento falso;

12.1.3 - Fizer declaração falsa;

12.1.4 - Comportar-se de modo inidôneo;

12.1.5 - Não assinar a Ata de Registro de Preços ou Contrato no prazo estabelecido;

12.1.6 - Deixar de entregar a documentação exigida no certame;

12.1.7 - Não mantiver a proposta.

12.2 - O atraso injustificado no atendimento ao objeto sujeitará a empresa, a juízo da Administração, à multa moratória de 0,5% (meio por cento) por dia de atraso, até o limite de 10% (dez por cento), conforme determina o artigo 86, da Lei nº 8666/93;

12.2.1 - A multa prevista neste item será descontada dos créditos que a contratada possuir com a Prefeitura Municipal de Matupá - MT, e poderá cumular com as demais sanções administrativas, inclusive com a multa prevista no item 6.9. b;

12.3 - Ocorrendo a inexecução total ou parcial, atrasos no fornecimento dos produtos, a Administração poderá aplicar à vencedora, as seguintes sanções administrativas previstas no artigo 87 da Lei n. 8.666/93:

a) Advertência por escrito;

b) Ao licitante que não cumprir as obrigações assumidas ou preceitos legais, serão aplicadas multa de 0,5% (meio por cento) sobre o atraso de entrega dos produtos, e até o limite de 10% (dez por cento) sobre o valor do contrato no caso de rescisão por culpa do fornecedor;

c) Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Prefeitura Municipal de Matupá - MT, por prazo não superior a 02 (dois) anos, sendo que em caso de inexecução total, sem justificativa aceita, será aplicado o limite máximo temporal previsto para a penalidade de 02 (dois) anos conforme prevê o inciso III do artigo 87 da Lei Federal 8.666/93 atualizada pela Lei nº 8.883/94;

d) Declaração de inidoneidade para licitar junto à Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição, ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, de acordo com o inciso IV do artigo 87 da Lei n. 8.666/93, c/c artigo 7º da Lei n. 10.520/2002.

e) Ficará impedido de licitar e de contratar com a União e Município e será descredenciado no Sicaf, pelo prazo de até cinco anos, sem prejuízo das multas previstas em edital e no contrato e das demais cominações legais, garantido o direito à ampla defesa, o licitante que, convocado dentro do prazo de validade de sua proposta:

e. 1 - apresentar documentação falsa;

e.2 - causar o atraso na execução do objeto;

e.3 - não mantiver a proposta;

e.4 - falhar na execução do contrato;

e.5 - fraudar a execução do contrato;

e.6 - comportar-se de modo inidôneo;

e.7 - declarar informações falsas; e

e.8 - cometer fraude fiscal.

f) - O cancelamento da execução terá lugar de pleno direito independente de notificação ou interpelação judicial ou extrajudicial quando a empresa adjudicatória:

f.1 – Falir, entrar em concordata, concurso de credores, dissolução ou liquidação;

f.2 – Transferir, no todo ou parte, as obrigações decorrentes desta licitação, sem prévia anuência do Governo deste Município;

12.4 - Se a Fornecedora não proceder ao recolhimento da multa no prazo de 05 (cinco) dias úteis contados da intimação por parte da Prefeitura Municipal de Matupá - MT, o respectivo valor será descontado dos créditos que a contratada possuir com esta Prefeitura e, se estes não forem suficientes, o valor que sobejar será encaminhado para execução pela Procuradoria Municipal;

12.4.1 - Em se tratando de adjudicatária que não comparecer para retirada da Ordem de Fornecimento dos Itens, o valor da multa não recolhida será encaminhado para execução pela Procuradoria Municipal;

12.5 - Do ato que aplicar a penalidade caberá recurso, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, a contar da ciência da intimação, podendo a Administração reconsiderar sua decisão ou nesse prazo encaminhá-lo devidamente informado para a apreciação e decisão superior, dentro do mesmo prazo;

12.6 - Serão publicadas no Diário Oficial do Estado de Mato Grosso as sanções administrativas previstas no item 12.3, c, d, desta Ata de Registro de Preços, inclusive a reabilitação perante a Administração Pública.

13 – DO RECEBIMENTO DOS PRODUTOS

13.1 - Serão entregue produtos, de acordo com os critérios dos órgãos responsáveis pela fiscalização.

13.2 - Recebimento Dos Serviços/Produtos:

13.2.1 – A entrega dos serviços/produtos serão acompanhados pelos fiscais diariamente, recebidos e aceitos quando executados totalmente e de boa qualidade.

13.2.2 - Observado o disposto no artigo 67 da Lei Federal n. 8.666/93, o acompanhamento e a fiscalização da prestação dos serviços/entrega dos produtos será realizada por funcionários nomeados pelas Secretarias;

13.2.3 - O Município de Matupá/MT reserva-se o direito de não receber o objeto com atraso ou em desacordo com as especificações e condições constantes deste edital e seus anexos, podendo aplicar as penalidades e sanções previstas ou rescindir o registro e aplicar o disposto no art. 24, inciso XI, da Lei Federal n. 8.666/93.

14 - DOS ILÍCITOS PENAIS

14.1 - As infrações penais tipificadas na Lei 8.666/93 serão objeto de processo judicial na forma legalmente prevista, sem prejuízo das demais cominações aplicáveis.

15 - DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

15.1 - As despesas decorrentes das contratações oriundas da presente Ata de Registro de Preços, correrão à conta de dotação orçamentária citada abaixo, ou das demais que possam vir a aderir a presente ata e serão oriundas de Recursos Próprios do Município, do Estado de Mato Grosso e Federal:

CÓDIGO GERAL: 02.001.04.122.0033.20094 - MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DO GABINETE DO PREFEITO – 3390.30.000 – MATERIAL DE CONSUMO

CÓDIGO GERAL: 03.001.04.122.0024.20078 - MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DA SECRETARIA DE PLANEJAMENTO – 3390.30.000 – MATERIAL DE CONSUMO

CÓDIGO GERAL: 04.001.04.122.0026.20076 - MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DA SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO – 3390.30.000 – MATERIAL DE CONSUMO

CÓDIGO GERAL: 05.001.04.123.0036.2.0110 - MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DA SECRETARIA DE FINANÇAS – 3390.30.000 – MATERIAL DE CONSUMO

CÓDIGO GERAL: 06.001.20.122.0021.20002 - MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DA SECRETARIA DE AGRICULTURA - 3390.30.000 – MATERIAL DE CONSUMO

CÓDIGO GERAL: 07.005.27.812.0047.20128 – MANUTENÇÃO DO DEPARTAMENTO DE ESPORTE – 3390.30.000 – MATERIAL DE CONSUMO

CÓDIGO GERAL: 07.001.12.122.0029.20086 – MANUTENÇÃO E ENCARGOS DA SECRETARIA DE EDUCAÇÃO – 3390.30.000 – MATERIAL DE CONSUMO

CÓDIGO GERAL: 07.002.12.361.0015.2.0020 – MANUTENÇÃO DAS ESCOLAS DA REDE MUNICIPAL DE ENSINO FUNDAMENTAL – 3390.30.000 – MATERIAL DE CONSUMO

CÓDIGO GERAL: 07.002.12.365.0018.2.0028 – MANUTENÇÃO DAS ESCOLAS DA REDE MUNICIPAL DE ENSINO INFANTIL - PRÉ-ESCOLAS – 3390.30.000 – MATERIAL DE CONSUMO

CÓDIGO GERAL: 07.002.12.361.0015.10045 – AQUISIÇÃO DE MATERIAL PERMANENTE – 4490.52.000 – MATERIAL PERMANENTE

CÓDIGO GERAL: 07.002.12.365.0018.2.0029 – MANUTENÇÃO DAS ESCOLAS DA REDE MUNICIPAL DE ENSINO INFANTIL - CMEIS – 3390.30.000 – MATERIAL DE CONSUMO

CÓDIGO GERAL: 08.002.10.302.0013.2.0048 – MANUTENÇÃO DO LABORATORIO MUNICIPAL – 3390.30.000 – MATERIAL DE CONSUMO

CÓDIGO GERAL: 08.002.10.302.0014.2.0046 – MANUTENÇÃO DO CRDO – 3390.30.000 – MATERIAL DE CONSUMO

CÓDIGO GERAL: 08.002.10.303.0040.2.0101 – MANUTENÇÃO DA ASSISTENCIA FARMACÊUTICA BÁSICA – 3390.30.000 – MATERIAL DE CONSUMO

CÓDIGO GERAL: 08.002.10.122.0039.20115 – MANUTENÇÃO DO COMPLEXO REGULADOR MUNICIPAL - CRM – 3390.30.000 – MATERIAL DE CONSUMO

CÓDIGO GERAL: 08.002.10.122.0038.20098 – MANUTENÇÃO DA UNIDADE ADMINISTRATIVA – 3390.30.000 – MATERIAL DE CONSUMO

CÓDIGO GERAL: 08.002.10.302.0013.20047 – MANUTENÇÃO DO HOSPITAL MUNICIPAL – 3390.30.000 – MATERIAL DE CONSUMO

CÓDIGO GERAL: 08.002.10.301.0012.20050 – MANUTENÇÃO DAS UNIDADES BÁSICAS DE SAÚDE - SAÚDE DA FAMÍLIA – 3390.30.000 – MATERIAL DE CONSUMO

CÓDIGO GERAL: 08.002.10.305.0041.2.0103 – MANUTENÇÃO VIGILÂNCIA EPIDEMIOLOGICA E AMBIENTAL – 3390.30.000 – MATERIAL DE CONSUMO

CÓDIGO GERAL: 08.002.10.302.0013.1.0076 – – AQUISIÇÃO DE MATERIAL PERMANENTE – 4490.52.000 – MATERIAL PERMANENTE

CÓDIGO GERAL: 09.001.08.122.0008.20065 – MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DA SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL – 3390.30.000 – MATERIAL DE CONSUMO

CÓDIGO GERAL: 09.001.08.122.0008.20065 – MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DA SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL – 4490.52.000 – MATERIAL PERMANENTE

CÓDIGO GERAL: 09.002.08.244.0028.10111 – AQUISIÇÃO DE MATERIAL PERMANENTE – 4490.52.000 – MATERIAL PERMANENTE

CÓDIGO GERAL: 09.002.08.244.0007.20063 – MANUTENÇÃO IGD PBF – 4490.52.000 – MATERIAL PERMANENTE

CÓDIGO GERAL: 09.002.08.244.0007.20063 – MANUTENÇÃO IGD PBF – 3390.30.000 – MATERIAL DE CONSUMO

CÓDIGO GERAL: 09.002.08.244.0005.20054 – MANUTENCAO DO CREAS/PAEFI – 3390.30.000 – MATERIAL DE CONSUMO

CÓDIGO GERAL: 09.002.08.244.0028.20083 – MANUTENÇÃO DO CRAS/PAIF – 3390.30.000 – MATERIAL DE CONSUMO

CÓDIGO GERAL: 09.002.08.244.0028.20082 – MANUTENÇÃO DO SCFV - SERVIÇO DE CONVIVENCIA E FORTALECIMENTO DE VINCULOS – 3390.30.000 – MATERIAL DE CONSUMO

CÓDIGO GERAL: 09.002.08.243.0010.20071 – MANUTENÇÃO DO CONSELHO TUTELAR – 3390.30.000 – MATERIAL DE CONSUMO

CÓDIGO GERAL: 09.002.08.244.0005.20055 – MANUTENÇÃO DA CASA LAR – 3390.30.000 – MATERIAL DE CONSUMO

CÓDIGO GERAL: 09.002.08.244.0006.2.0057 – MANUTENÇÃO DA PROTEÇÃO SOCIAL BASICA – 3390.30.000 – MATERIAL DE CONSUMO

CÓDIGO GERAL: 09.002.08.244.0006.2.0058 – MANUTENÇÃO DA PROTEÇÃO SOCIAL ESPECIAL – 3390.30.000 – MATERIAL DE CONSUMO

CÓDIGO GERAL: 10.001.04.122.0004.20015 – MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DE SECRETARIA DE OBRAS, URBANISMO E TRANSPORTE – 3390.30.000 – MATERIAL DE CONSUMO

CÓDIGO GERAL: 15.001.13.812.0017.20137 – MANUTENÇÃO DA SECRETARIA DE INDUSTRIA, COMÉRCIO, TURISMO, CULTURA E LAZER – 3390.30.000 – MATERIAL DE CONSUMO

16 - DO FISCAL DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO

16-1 – Foi Designado através de Portaria os servidores abaixo para assistir e subsidiar o gestor da ata de registro de preço indicado na epígrafe.

Secretaria	Servidor	Portaria
Secretaria de Administração e Gabinete do Prefeito	Cristiane Machado Romeiro	7075/2018
Secretaria Municipal de Finanças	Simone dos Santos	3011/2013
Secretaria Municipal de Assistência Social	Cynthia Passos Carvalho Ximenes	7451/2018
Secretaria Municipal de Assistência Social - CREAS	Graziela da Rocha Ribeiro Martins	4053/2014
Secretaria Municipal de Assistência Social	Maurina Marques da Silva	7201/2018
Secretaria Municipal de Assistência Social - SCVF	Leandro Ricardo Marilhano	8939/2021
Secretaria Municipal de Saúde - CAF	Isabelly de Oliveira Coelho da Silva e Gabriela Pereira do Santos	8549/2020
Secretaria Municipal de Educação	Elaine Rocha Tussi	8304/2020
Secretaria Municipal de Agricultura	Marcia da Silva Andrelevicius Kuranishi	7202/2018
Secretaria Municipal de Saúde - Hospital	Janara de Souza Soares Tussi	7200/2018
Secretaria Municipal de Saúde - CRM	Cleneci de Fátima da Silva Ferreira	6400/2017
Secretaria Municipal de Saúde - Vigilância	Francisco Carlos Vieira	6579/2017
Secretaria Municipal de Saúde - Laboratório	Mariza Rafaela Baptista da Silva	7734/2019
Secretaria Municipal de Saúde – Hospital	Janice Kerber	2340/2013
Secretaria Municipal de Saúde - CRDO	Rita de Cássia Andrade	2718/2013
Secretaria Municipal de Saúde/Farmacia	Fernanda Rodrigues de Lima Martins	8548/2020

16.2 - Nos termos do art. 67 Lei nº 8.666, de 1993, será designado representante para acompanhar e fiscalizar a entrega dos produtos/serviços, anotando em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução e determinando o que for necessário à regularização de falhas ou defeitos observados.

16.3 - A fiscalização de que trata este item não exclui nem reduz a responsabilidade da Contratada, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas ou vícios redibitórios, e, na ocorrência desta, não implica em corresponsabilidade da Administração ou de seus agentes e prepostos, de conformidade com o art. 70 da Lei nº 8.666, de 1993.

16.4 - O representante da Administração anotará em registro próprio todas as ocorrências

relacionadas com a execução da ata, indicando dia, mês e ano, bem como o nome dos funcionários eventualmente envolvidos, determinando o que for necessário à regularização das falhas ou defeitos observados e encaminhando os apontamentos à autoridade competente para as providências cabíveis.

17 - DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

17.1 - As partes ficam, ainda, adstritas às seguintes disposições:

I - Todas as alterações que se fizerem necessárias serão registradas por intermédio de lavratura de termo aditivo à presente ata de Registro de Preços.

II - Vinculam-se a esta Ata, para fins de análise técnica, jurídica e decisão superior o Edital de **Pregão Eletrônico nº. 06/2021** e seus anexos e as propostas das classificadas.

III - É vedado caucionar ou utilizar da ata de registro de preço decorrente do presente registro para qualquer operação financeira, sem prévia e expressa autorização da **Prefeitura**.

18 - DO FORO

Aplica-se a Ata de Registro de Preço e dos casos omissos as disposições estabelecidas na lei 8666/1993 e suas alterações.

As partes contratantes elegem o foro de Matupá - MT como competente para dirimir quaisquer questões oriundas do presente instrumento, inclusive os casos omissos, que não puderem ser resolvidos pela via administrativa, renunciando a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

E por estarem de acordo, as partes firmam o presente instrumento, em 02 (duas) vias de igual teor e forma para um só efeito legal, ficando uma via arquivada na sede da **CONTRATANTE**, na forma do art. 60 da Lei 8 666 de 21/06/93.

Matupá - MT, 23 de fevereiro de 2021.

_____

Município de Matupá

FERNANDO ZAFONATO

Contratante

_____

GRAMADO DISTRIBUIDORA E COMERCIO EIRELI

CNPJ sob o nº 19.808.881/0001-08

SILVANA RODRIGUES MOREIRA DA SILVA

CPF nº 592.948.251-91

Contratada

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO/DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES
ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 038/2021

Pelo presente instrumento **O MUNICÍPIO DE MATUPÁ – ESTADO DE MATO GROSSO,** devidamente inscrito no CNPJ/MF sob o nº. 24.772.188/0001-54, com sede na Prefeitura Municipal, localizada na Avenida Hermínio Ometto, nº. 101, ZE-022, neste ato representado pelo Prefeito Municipal o Sr. **FERNANDO ZAFONATO**, brasileiro, casado, empresário, portador da RG nº. 41330708-SESP/PR, inscrito no CPF sob o nº. 603.459.349-20, residente e domiciliado na Rua 07 nª 829 Bairro ZH3-001, nesta Cidade de Matupá/MT, nesta Cidade de Matupá/MT RESOLVE registrar os preços da empresa **MARIA ALICE DA SILVA EIRELI,** devidamente inscrita no CNPJ sob o nº. 14.284.593/0001-70 e Inscrição Estadual n° 13.434.431-6, com sede na Rua Joaquim Murtinho, nº 1.408, Bairro Centro Sul, na Cidade de Cuiabá/MT, CEP 78.020-290, e-mail mariaalice.vendas1@gmail.com, telefone (65) 9 9223-9986 / (65) 9 9225-3783, neste ato representado pelo procurador Srº **LUIZ AFONSO DA SILVA**, portadora da RG nº 0856927-4 SSP/MT e do CPF nº 537.721.131-68, nas quantidades estimadas **na Seção quatro desta Ata de Registro de Preços**, de acordo com a classificação por elas alcançadas Global, atendendo as condições previstas no Instrumento Convocatório e as constantes desta Ata de Registro de Preços, sujeitando-se as partes às normas constantes da Lei nº 8.666/93, 10580/02 e suas alterações e Decreto Municipal 1136, de 02 de fevereiro de 2009 e Decreto Municipal nº 1665/2013:

1 - OBJETO

1.1 - Constitui objeto desta ata de registro de preço, o "**PREGÃO ELETRÔNICO SISTEMA REGISTRO DE PREÇO PARA FUTURAS E EVENTUAIS AQUISIÇÕES DE MATERIAIS DE EXPEDIENTE EM ATENDIMENTO AS SECRETARIAS MUNICIPAIS DE MATUPÁ"** de acordo com a planilha partes integrantes do Edital da respectiva **PREGÃO ELETRÔNICO Nº. 06/2021.**

2 - ADESÃO DE ORGÃOS NÃO PARTICIPANTES

2.1 - Os órgãos e entidades que não participaram do registro de preços, quando desejarem fazer uso da Ata de Registro de Preços, deverão manifestar seu interesse junto ao órgão gerenciador da Ata, para que este indique os possíveis fornecedores e respectivos preços a serem praticados, obedecida a ordem de classificação.

2.2 - Caberá ao fornecedor beneficiário da Ata de Registro de Preços, observadas as condições nela estabelecidas, optar pela aceitação ou não do serviço, independentemente dos quantitativos registrados em Ata, desde que o fornecimento não prejudique as obrigações anteriormente assumidas.

2.3 - As aquisições ou contratações adicionais, não poderão exceder, por órgão ou por entidade, a cem por cento dos quantitativos registrados na Ata de Registro de Preços.

3 - DA GERÊNCIA DA PRESENTE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

3.1 - O gerenciamento deste instrumento caberá a Prefeitura Municipal de Matupá.

3.2 - A presente Ata terá validade de 12 (doze) meses**,** contados a partir de sua publicação no Jornal Oficial dos Municípios.

3.3 - As SECRETARIAS/ORGÃOS/ENTIDADES participantes desta Ata de Registro de Preços são:

Gabinete do Prefeito, Secretaria Municipal de Planejamento, Secretaria Municipal de Finanças, Secretaria Municipal de Administração, Secretaria Municipal de Educação e Desporto, Secretaria Municipal de Saúde, Secretaria Municipal de Assistência Social, Secretaria Municipal de Obras, Urbanismo e Transportes e Secretaria Municipal de Industria, Comercio, Turismo, Cultura e Lazer.

4 – DOS PRODUTOS

4.1 - O preço, a quantidade, o fornecedor e a especificação dos produtos registrados nesta Ata, encontram-se indicados na tabela abaixo:

Código	Nome	Unidade de Fornec.	Marca	Quant.	Vlr. Unitário	Total
364100	PAPEL - SULFITE,FORMATO A4,75G/M2,NA COR BRANCA - RESMA 500 FOLHAS	RESMA 500,000 FOLHA	ONE A4 BRANCO	7020	19,7000	138.294,00
Total Fornecedor:						**R$ 138.294,00**

5 – DA FORMA DE FORNECIMENTO

5.1 – O prazo máximo para entrega dos produtos, objeto do pedido, é de (05) cinco dias, contados a partir do dia seguinte à data do recebimento da NAD (Nota de Autorização de Despesas) pela Adjudicatária, devendo o produto atender às normas técnicas contidas nas especificações;

5.2 – O recebimento dos objetos será efetuado pela Prefeitura, e, será recebido desde que:

5.2.1 Esteja compatível com esta Licitação;

5.2.2 Não apresente avaria ou adulteração.

5.3 - Em caso de recusa dos produtos pelas Secretarias de Matupá - MT será lavrado Termo de Recusa, no qual se consignarão as desconformidades, devendo o produto ser substituído pela Contratada, no prazo de 03 (três) dias da devolução, quando serão realizadas novamente as verificações antes referidas, consoante dispõe o artigo 69 da Lei nº 8.666/93;

5.4 – A entrega dos produtos desta licitação deverá ser feita nos locais indicados nas requisições, correndo por conta da Contratada as despesas de seguros, transporte, tributos, encargos trabalhistas e previdenciários decorrentes da execução.

5.5 – Os produtos deverão ser novos, de primeiro uso, e em perfeito estado, acondicionado em embalagens que permitam sua proteção contra impactos, umidade e demais agentes de possam ocasionar danos. Não serão aceitos produtos remanufaturados, recondicionados, reciclados ou reutilizados.

5.6 - A empresa fornecedora dos produtos se responsabilizará pela qualidade, substituindo o produto, em todo ou em parte, se for constatado problemas.

5.7 - Os produtos ofertados pelas licitantes deverão, OBRIGATORIAMENTE, atender às exigências de qualidade, observados os padrões e normas baixadas pelos órgãos competentes de controle de fiscalização de qualidade industrial ABNT, INMETRO, etc. – atentando-se o proponente, principalmente para as prescrições contidas no art. 39, VIII, da Lei nº 8.078/90 (Código de Defesa do Consumidor);

5.8 - A empresa vencedora e responsável pela carga e descarga dos itens no local aonde a Secretaria solicitar.

5.9 - A empresa fornecedora dos produtos se responsabilizará pela qualidade, substituindo o produto, em todo ou em parte, se for constatado problemas.

5.10 - Recebimento dos Produtos:

5.10.1 - Os produtos serão recebidos pelos fiscais de contrato e aceitos quando estiverem dentro das exigências do Edital;

5.10.2 - Observado o disposto no artigo 67 da Lei Federal n. 8.666/93, o acompanhamento e a fiscalização da entrega dos produtos será realizada por funcionários nomeados pelas Secretarias;

5.10.3 - O Município de Matupá/MT reserva-se o direito de não receber o objeto com atraso ou em desacordo com as especificações e condições constantes deste edital e seus anexos, podendo aplicar as penalidades e sanções previstas ou rescindir o registro e aplicar o disposto no art. 24, inciso XI, da Lei Federal n. 8.666/93.

5.11 - Caberá à Licitante Vencedora:

5.11.1 Transportar, por sua conta e risco, o(s) objeto(s) objeto deste Termo de Referência, ficando sob sua responsabilidade quaisquer acidentes no trajeto de transporte;

5.11.2 Fazer o pagamento de tributos, seguros, taxas e serviços, encargos sociais e trabalhistas, e quaisquer despesas referentes aos produtos fornecidos;

5.11.3 Substituir produtos que apresentem defeito de fabricação.

5.12 – Os materiais apresentados neste Termo de Referência deverão ser novos e com a garantia dos produtos. Não sendo, de forma alguma, permitido materiais reutilizados ou reaproveitados.

5.13 - Na entrega dos produtos e nas informações adicionais da Nota Fiscal e obrigatória a Identificação da Secretaria que solicitou os produtos, para maior agilidade da identificação de quem solicitou na hora da entrega dos produtos.

6 - DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

6.1 - Executar a entrega dentro dos padrões estabelecidos pelas Secretarias, de acordo com as especificações do edital, responsabilizando-se por eventuais prejuízos decorrentes do descumprimento das condições estabelecidas.

6.2 - Prestar os esclarecimentos que forem solicitados pelas Secretarias, cujas reclamações se obrigam a atender prontamente, bem como dar ciência mediatamente e por escrito, de qualquer anormalidade que verificar quando da execução dos atos de sua responsabilidade;

6.3 - Prover todos os meios necessários à garantia da plena entrega dos produtos, inclusive considerados os casos de greve ou paralisação de qualquer natureza;

6.4 - A falta de quaisquer dos produtos cujo fornecimento incumbe ao detentor do preço registrado, não poderá ser alegada como motivo de força maior para o atraso, má execução ou inexecução da entrega do objeto deste edital e não a eximirá das penalidades a que está sujeita pelo não cumprimento dos prazos e demais condições aqui estabelecidas;

6.5 - Comunicar imediatamente a Secretaria qualquer alteração ocorrida no endereço, conta bancária e outras julgadas necessárias para recebimento de correspondência;

6.6 - Respeitar e fazer cumprir a legislação de segurança e saúde no trabalho, previstas nas normas regulamentadoras pertinentes;

6.7 - Fiscalizar o perfeito cumprimento da entrega do objeto a que se obrigou, cabendo-lhe, integralmente, os ônus decorrentes. Tal fiscalização dar-se-á independentemente da que será exercida por esta Prefeitura;

6.8 - Indenizar terceiros e/ou à própria Prefeitura em caso de ausência ou omissão de fiscalização de sua parte, pelos danos ou prejuízos causados por sua culpa ou dolo, devendo a contratada adotar todas as medidas preventivas, com fiel observância às exigências das autoridades competentes e às disposições legais vigentes;

6.9 - A contratada ficará obrigada a aceitar, nas mesmas condições deste edital, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessárias, até o limite legal de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do objeto adjudicado, devendo supressões acima desse limite ser resultantes de acordo entre as partes;

6.10 - Fornecer os itens, conforme estipulado neste edital e de acordo com a proposta apresentada;

6.11 – Não poderá ocorrer a falta dos produtos por parte do licitante, pois são itens de primeira necessidade e a contratante deverá atender exatamente como se propôs a fazer;

6.12 – A CONTRATADA deverá manter durante toda a vigência da ata de registro de preço, as mesmas condições de habilitação, especialmente quanto à regularidade com FGTS e INSS;

6.13 - O atraso na entrega dos produtos caberá penalidades e sanções previstas no Art. 12 da Presente Ata;

6.14 - A Contratada deverá manter local adequado e apropriado para o abastecimento, e reservatórios adequados e apropriados de acordo com as normas da ANP (Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis), DNC (Departamento Nacional de Combustíveis) e INMETRO (Instituto Nacional de Metrologia, Qualidade e Tecnologia).

7 - DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

7.1 - Convocar a licitante vencedora para a retirada da Ordem de Entrega dos itens licitados;

7.2 - Fornecer à empresa a ser contratada todas as informações e esclarecimentos que venham a ser solicitados relativamente ao objeto deste Edital;

7.3 - Efetuar o pagamento à empresa nas condições estabelecidas neste Edital;

7.4 - Notificar por escrito, à empresa contratada, toda e qualquer irregularidade constatada durante o recebimento do objeto;

7.5 -Nenhum pagamento será efetuado à empresa detentora do registro, enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação. Esse fato não será gerador de direito reajustamento de preços ou a atualização monetária.

7.6 - Não haverá, sob hipótese alguma, pagamento antecipado.

8 - DO PAGAMENTO

8.1 - Os pagamentos serão efetuados em até 15 (quinze) dias após a entrega do produtos bem como apresentação das notas fiscais eletrônicas em conformidade ao Protocolo ICMS Nº. 85, DE 09 DE JULHO DE 2010, devidamente atestada pela Secretaria responsável;

Os dados bancários para pagamento são:

Banco: Banco do Brasil Ag. 0046-9 Conta Corrente nº 50.423-8 em nome de MARIA ALICE DA SILVA EIRELI

8.2 - O Contratado deverá indicar no corpo da Nota Fiscal/fatura, descrição do item fornecido, de acordo com o especificado na Ordem de Entrega.

8.3 - Caso constatado alguma irregularidade nas notas fiscais/faturas, estas serão devolvidas ao fornecedor, para as necessárias correções, com as informações que motivaram sua rejeição, sendo o pagamento realizado após a reapresentação das notas fiscais/faturas.

8.4 - Nenhum pagamento isentará o FORNECEDOR/CONTRATADO das suas responsabilidades e obrigações, nem implicará aceitação definitiva do produto.

8.5 - O Contratante **não** efetuará pagamento de título descontado, ou por meio de **cobrança em banco, bem como, os que forem negociados com terceiros por intermédio da operação de "factoring**";

8.6 - As despesas bancárias decorrentes de transferência de valores para outras praças serão de responsabilidade do Contratado.

9 - DO REAJUSTAMENTO DE PREÇOS

9.1 - Os preços registrados manter-se-ão inalterados pelo período de vigência da presente Ata, admitida a revisão no caso de desequilíbrio da equação econômico-financeira inicial deste instrumento a partir de determinação municipal, cabendo-lhe no máximo o repasse do percentual determinado.

9.2 - Os preços registrados que sofrerem revisão não poderão ultrapassar os preços praticados no mercado, mantendo-se a diferença percentual apurada entre o valor originalmente constante da proposta e aquele vigente no mercado à época do registro.

9.3 - Caso o preço registrado seja superior à média dos preços de mercado, a Prefeiturasolicitará ao fornecedor/consignatária, mediante correspondência, redução do preço registrado, de forma a adequá-lo a definição do parágrafo único.

9.4 - Fracassada a negociação com o primeiro colocado a Prefeiturapoderá rescindir esta ata e convocar, nos termos da legislação vigente, e pelo preço da 1ª (primeira), as demais empresas com preços registrados, cabendo rescisão desta ata de registro de preços e nova licitação em caso de fracasso na negociação.

9.5 - Será considerado compatíveis com os de mercado os preços registrados que forem iguais ou inferiores à média daqueles apurados pela Prefeitura.

9.6 – Poderão ocorrer mediante termo aditivo, onde a contratada ou contratado fica obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou suspensões que se fizerem na prestação dos produtos, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado da ata de registro de preço, nos termos do artigo 65, parágrafo 1º da lei nº 8.666/93 e alterações posteriores.

9.7 - Os preços serão revisados e reajustados de acordo com as variações determinadas pela política de preços dos combustíveis, mediante comprovação oficial por parte da Contratada.

10 - DO CANCELAMENTO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS.

10.1 - A presente Ata de Registro de Preços poderá ser cancelada de pleno direito, nas seguintes situações:

a) Quando o fornecedor/consignatária não cumprir as obrigações constantes no Edital e desta Ata de Registro de Preços;

b) Quando o fornecedor/consignatária der causa a rescisão administrativa da Nota de Empenho decorrente deste Registro de Preços, nas hipóteses previstas nos incisos de I a XII, XVII e XVIII do art. 78 da Lei 8.666/93;

c) Em quaisquer hipóteses de inexecução total ou parcial da requisição/pedido dos produtos decorrente deste Registro;

d) Os preços registrados se apresentarem superiores aos praticados no mercado;

e) Por razões de interesse público devidamente demonstradas e justificadas;

f) Descumprir qualquer dos itens da cláusula sexta ou sétima.

10.2 - Ocorrendo cancelamento do preço registrado, o Fornecedor será informado por correspondência, a qual será juntada ao processo administrativo da presente Ata.

10.3 - No caso de ser ignorado, incerto ou inacessível o endereço do Fornecedor, a comunicação será feita por publicação no Jornal Oficial dos Municípios (AMM), considerando-se cancelado o preço registrado a partir da última publicação.

10.4 - A solicitação do Fornecedor para cancelamento dos preços registrados poderá não ser aceita pela Prefeitura, facultando-se a esta neste caso, a aplicação das penalidades previstas neste Edital.

10.5 - Havendo o cancelamento do preço registrado, cessarão todas as atividades do FORNECEDOR, relativas ao produto do Item.

10.6 - Caso a Prefeitura não se utilize da prerrogativa de cancelar esta Ata, a seu exclusivo critério, poderá suspender a sua execução e/ou sustar o pagamento das faturas, até que o FORNECEDOR cumpra integralmente a condição contratual infringida.

10.7 - A Ata de Registro de Preços, será cancelada automaticamente nas seguintes hipóteses:

a) Por decurso de prazo de vigência;

b) Pelo esgotamento das quantidades registradas.

10.8 - A inexecução total ou parcial do contrato enseja a sua rescisão, com as conseqüências contratuais e as previstas em lei ou regulamento, conforme art. 77 da lei 8666/93.

11 - DAS INCIDÊNCIAS FISCAIS, ENCARGOS, SEGUROS, ETC.

11.1 - Os preços apresentados na proposta devem incluir todos os custos e despesas, tais como: custos diretos e indiretos, tributos incidentes, taxa de administração, serviços, encargos sociais, trabalhistas, seguros, treinamento, lucro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto desta Ata de Registro de Preços.

12 - DAS PENALIDADES

12.1 - Ficará impedido de licitar e contratar com o município, pelo prazo de até 5 (cinco) anos, sem prejuízo das multas previstas neste termo de referência e das demais penalidades legais, aquele que:

12.1.1 - Cometer fraude fiscal;

12.1.2 - Apresentar documento falso;

12.1.3 - Fizer declaração falsa;

12.1.4 - Comportar-se de modo inidôneo;

12.1.5 - Não assinar a Ata de Registro de Preços ou Contrato no prazo estabelecido;

12.1.6 - Deixar de entregar a documentação exigida no certame;

12.1.7 - Não mantiver a proposta.

12.2 - O atraso injustificado no atendimento ao objeto sujeitará a empresa, a juízo da Administração, à multa moratória de 0,5% (meio por cento) por dia de atraso, até o limite de 10% (dez por cento), conforme determina o artigo 86, da Lei nº 8666/93;

12.2.1 - A multa prevista neste item será descontada dos créditos que a contratada possuir com a Prefeitura Municipal de Matupá - MT, e poderá cumular com as demais sanções administrativas, inclusive com a multa prevista no item 6.9. b;

12.3 - Ocorrendo a inexecução total ou parcial, atrasos no fornecimento dos produtos, a Administração poderá aplicar à vencedora, as seguintes sanções administrativas previstas no artigo 87 da Lei n. 8.666/93:

a) Advertência por escrito;

b) Ao licitante que não cumprir as obrigações assumidas ou preceitos legais, serão aplicadas multa de 0,5% (meio por cento) sobre o atraso de entrega dos produtos, e até o limite de 10% (dez por cento) sobre o valor do contrato no caso de rescisão por culpa do fornecedor;

c) Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Prefeitura Municipal de Matupá - MT, por prazo não superior a 02 (dois) anos, sendo que em caso de inexecução total, sem justificativa aceita, será aplicado o limite máximo temporal previsto para a penalidade de 02 (dois) anos conforme prevê o inciso III do artigo 87 da Lei Federal 8.666/93 atualizada pela Lei nº 8.883/94;

d) Declaração de inidoneidade para licitar junto à Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição, ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, de acordo com o inciso IV do artigo 87 da Lei n. 8.666/93, c/c artigo 7º da Lei n. 10.520/2002.

e) Ficará impedido de licitar e de contratar com a União e Município e será descredenciado no Sicaf, pelo prazo de até cinco anos, sem prejuízo das multas previstas em edital e no contrato e das demais cominações legais, garantido o direito à ampla defesa, o licitante que, convocado dentro do prazo de validade de sua proposta:

e. 1 - apresentar documentação falsa;

e.2 - causar o atraso na execução do objeto;

e.3 - não mantiver a proposta;

e.4 - falhar na execução do contrato;

e.5 - fraudar a execução do contrato;

e.6 - comportar-se de modo inidôneo;

e.7 - declarar informações falsas; e

e.8 - cometer fraude fiscal.

f) - O cancelamento da execução terá lugar de pleno direito independente de notificação ou interpelação judicial ou extrajudicial quando a empresa adjudicatória:

f.1 – Falir, entrar em concordata, concurso de credores, dissolução ou liquidação;

f.2 – Transferir, no todo ou parte, as obrigações decorrentes desta licitação, sem prévia anuência do Governo deste Município;

12.4 - Se a Fornecedora não proceder ao recolhimento da multa no prazo de 05 (cinco) dias úteis contados da intimação por parte da Prefeitura Municipal de Matupá - MT, o respectivo valor será descontado dos créditos que a contratada possuir com esta Prefeitura e, se estes não forem suficientes, o valor que sobejar será encaminhado para execução pela Procuradoria Municipal;

12.4.1 - Em se tratando de adjudicatária que não comparecer para retirada da Ordem de Fornecimento dos Itens, o valor da multa não recolhida será encaminhado para execução pela Procuradoria Municipal;

12.5 - Do ato que aplicar a penalidade caberá recurso, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, a contar da ciência da intimação, podendo a Administração reconsiderar sua decisão ou nesse prazo encaminhá-lo devidamente informado para a apreciação e decisão superior, dentro do mesmo prazo;

12.6 - Serão publicadas no Diário Oficial do Estado de Mato Grosso as sanções administrativas previstas no item 12.3, c, d, desta Ata de Registro de Preços, inclusive a reabilitação perante a Administração Pública.

13 – DO RECEBIMENTO DOS PRODUTOS

13.1 - Serão entregue produtos, de acordo com os critérios dos órgãos responsáveis pela fiscalização.

13.2 - Recebimento Dos Serviços/Produtos:

13.2.1 – A entrega dos serviços/produtos serão acompanhados pelos fiscais diariamente, recebidos e aceitos quando executados totalmente e de boa qualidade.

13.2.2 - Observado o disposto no artigo 67 da Lei Federal n. 8.666/93, o acompanhamento e a fiscalização da prestação dos serviços/entrega dos produtos será realizada por funcionários nomeados pelas Secretarias;

13.2.3 - O Município de Matupá/MT reserva-se o direito de não receber o objeto com atraso ou em desacordo com as especificações e condições constantes deste edital e seus anexos, podendo aplicar as penalidades e sanções previstas ou rescindir o registro e aplicar o disposto no art. 24, inciso XI, da Lei Federal n. 8.666/93.

14 - DOS ILÍCITOS PENAIS

14.1 - As infrações penais tipificadas na Lei 8.666/93 serão objeto de processo judicial na forma legalmente prevista, sem prejuízo das demais cominações aplicáveis.

15 - DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

15.1 - As despesas decorrentes das contratações oriundas da presente Ata de Registro de Preços, correrão à conta de dotação orçamentária citada abaixo, ou das demais que possam vir a aderir a presente ata e serão oriundas de Recursos Próprios do Município, do Estado de Mato Grosso e Federal:

CÓDIGO GERAL: 02.001.04.122.0033.20094 - MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DO GABINETE DO PREFEITO – 3390.30.000 – MATERIAL DE CONSUMO

CÓDIGO GERAL: 03.001.04.122.0024.20078 - MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DA SECRETARIA DE PLANEJAMENTO – 3390.30.000 – MATERIAL DE CONSUMO

CÓDIGO GERAL: 04.001.04.122.0026.20076 - MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DA SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO – 3390.30.000 – MATERIAL DE CONSUMO

CÓDIGO GERAL: 05.001.04.123.0036.2.0110 - MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DA SECRETARIA DE FINANÇAS – 3390.30.000 – MATERIAL DE CONSUMO

CÓDIGO GERAL: 06.001.20.122.0021.20002 - MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DA SECRETARIA DE AGRICULTURA - 3390.30.000 – MATERIAL DE CONSUMO

CÓDIGO GERAL: 07.005.27.812.0047.20128 – MANUTENÇÃO DO DEPARTAMENTO DE ESPORTE – 3390.30.000 – MATERIAL DE CONSUMO

CÓDIGO GERAL: 07.001.12.122.0029.20086 – MANUTENÇÃO E ENCARGOS DA SECRETARIA DE EDUCAÇÃO – 3390.30.000 – MATERIAL DE CONSUMO

CÓDIGO GERAL: 07.002.12.361.0015.2.0020 – MANUTENÇÃO DAS ESCOLAS DA REDE MUNICIPAL DE ENSINO FUNDAMENTAL – 3390.30.000 – MATERIAL DE CONSUMO

CÓDIGO GERAL: 07.002.12.365.0018.2.0028 – MANUTENÇÃO DAS ESCOLAS DA REDE MUNICIPAL DE ENSINO INFANTIL - PRÉ-ESCOLAS – 3390.30.000 – MATERIAL DE CONSUMO

CÓDIGO GERAL: 07.002.12.361.0015.10045 – AQUISIÇÃO DE MATERIAL PERMANENTE – 4490.52.000 – MATERIAL PERMANENTE

CÓDIGO GERAL: 07.002.12.365.0018.2.0029 – MANUTENÇÃO DAS ESCOLAS DA REDE MUNICIPAL DE ENSINO INFANTIL - CMEIS – 3390.30.000 – MATERIAL DE CONSUMO

CÓDIGO GERAL: 08.002.10.302.0013.2.0048 – MANUTENÇÃO DO LABORATORIO MUNICIPAL – 3390.30.000 – MATERIAL DE CONSUMO

CÓDIGO GERAL: 08.002.10.302.0014.2.0046 – MANUTENÇÃO DO CRDO – 3390.30.000 – MATERIAL DE CONSUMO

CÓDIGO GERAL: 08.002.10.303.0040.2.0101 – MANUTENÇÃO DA ASSISTENCIA FARMACÊUTICA BÁSICA – 3390.30.000 – MATERIAL DE CONSUMO

CÓDIGO GERAL: 08.002.10.122.0039.20115 – MANUTENÇÃO DO COMPLEXO REGULADOR MUNICIPAL - CRM – 3390.30.000 – MATERIAL DE CONSUMO

CÓDIGO GERAL: 08.002.10.122.0038.20098 – MANUTENÇÃO DA UNIDADE ADMINISTRATIVA – 3390.30.000 – MATERIAL DE CONSUMO

CÓDIGO GERAL: 08.002.10.302.0013.20047 – MANUTENÇÃO DO HOSPITAL MUNICIPAL – 3390.30.000 – MATERIAL DE CONSUMO

CÓDIGO GERAL: 08.002.10.301.0012.20050 – MANUTENÇÃO DAS UNIDADES BÁSICAS DE SAÚDE - SAÚDE DA FAMÍLIA – 3390.30.000 – MATERIAL DE CONSUMO

CÓDIGO GERAL: 08.002.10.305.0041.2.0103 – MANUTENÇÃO VIGILÂNCIA EPIDEMIOLOGICA E AMBIENTAL – 3390.30.000 – MATERIAL DE CONSUMO

CÓDIGO GERAL: 08.002.10.302.0013.1.0076 – – AQUISIÇÃO DE MATERIAL PERMANENTE – 4490.52.000 – MATERIAL PERMANENTE

CÓDIGO GERAL: 09.001.08.122.0008.20065 – MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DA SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL – 3390.30.000 – MATERIAL DE CONSUMO

CÓDIGO GERAL: 09.001.08.122.0008.20065 – MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DA SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL – 4490.52.000 – MATERIAL PERMANENTE

CÓDIGO GERAL: 09.002.08.244.0028.10111 – AQUISIÇÃO DE MATERIAL PERMANENTE – 4490.52.000 – MATERIAL PERMANENTE

CÓDIGO GERAL: 09.002.08.244.0007.20063 – MANUTENÇÃO IGD PBF – 4490.52.000 – MATERIAL PERMANENTE

CÓDIGO GERAL: 09.002.08.244.0007.20063 – MANUTENÇÃO IGD PBF – 3390.30.000 – MATERIAL DE CONSUMO

CÓDIGO GERAL: 09.002.08.244.0005.20054 – MANUTENCAO DO CREAS/PAEFI – 3390.30.000 – MATERIAL DE CONSUMO

CÓDIGO GERAL: 09.002.08.244.0028.20083 – MANUTENÇÃO DO CRAS/PAIF – 3390.30.000 – MATERIAL DE CONSUMO

CÓDIGO GERAL: 09.002.08.244.0028.20082 – MANUTENÇÃO DO SCFV - SERVIÇO DE CONVIVENCIA E FORTALECIMENTO DE VINCULOS – 3390.30.000 – MATERIAL DE CONSUMO

CÓDIGO GERAL: 09.002.08.243.0010.20071 – MANUTENÇÃO DO CONSELHO TUTELAR – 3390.30.000 – MATERIAL DE CONSUMO

CÓDIGO GERAL: 09.002.08.244.0005.20055 – MANUTENÇÃO DA CASA LAR – 3390.30.000 – MATERIAL DE CONSUMO

CÓDIGO GERAL: 09.002.08.244.0006.2.0057 – MANUTENÇÃO DA PROTEÇÃO SOCIAL BASICA – 3390.30.000 – MATERIAL DE CONSUMO

CÓDIGO GERAL: 09.002.08.244.0006.2.0058 – MANUTENÇÃO DA PROTEÇÃO SOCIAL ESPECIAL – 3390.30.000 – MATERIAL DE CONSUMO

CÓDIGO GERAL: 10.001.04.122.0004.20015 – MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DE SECRETARIA DE OBRAS, URBANISMO E TRANSPORTE – 3390.30.000 – MATERIAL DE CONSUMO

CÓDIGO GERAL: 15.001.13.812.0017.20137 – MANUTENÇÃO DA SECRETARIA DE INDUSTRIA, COMÉRCIO, TURISMO, CULTURA E LAZER – 3390.30.000 – MATERIAL DE CONSUMO

16 - DO FISCAL DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO

16-1 – Foi Designado através de Portaria os servidores abaixo para assistir e subsidiar o gestor da ata de registro de preço indicado na epígrafe.

Secretaria	Servidor	Portaria
Secretaria de Administração e Gabinete do Prefeito	Cristiane Machado Romeiro	7075/2018
Secretaria Municipal de Finanças	Simone dos Santos	3011/2013
Secretaria Municipal de Assistência Social	Cynthia Passos Carvalho Ximenes	7451/2018
Secretaria Municipal de Assistência Social - CREAS	Graziela da Rocha Ribeiro Martins	4053/2014
Secretaria Municipal de Assistência Social	Maurina Marques da Silva	7201/2018
Secretaria Municipal de Assistência Social - SCVF	Leandro Ricardo Marilhano	8939/2021
Secretaria Municipal de Saúde - CAF	Isabelly de Oliveira Coelho da Silva e Gabriela Pereira do Santos	8549/2020
Secretaria Municipal de Educação	Elaine Rocha Tussi	8304/2020
Secretaria Municipal de Agricultura	Marcia da Silva Andrelevicius Kuranishi	7202/2018
Secretaria Municipal de Saúde - Hospital	Janara de Souza Soares Tussi	7200/2018
Secretaria Municipal de Saúde - CRM	Cleneci de Fátima da Silva Ferreira	6400/2017
Secretaria Municipal de Saúde - Vigilância	Francisco Carlos Vieira	6579/2017
Secretaria Municipal de Saúde - Laboratório	Mariza Rafaela Baptista da Silva	7734/2019
Secretaria Municipal de Saúde – Hospital	Janice Kerber	2340/2013
Secretaria Municipal de Saúde - CRDO	Rita de Cássia Andrade	2718/2013
Secretaria Municipal de Saúde/Farmacia	Fernanda Rodrigues de Lima Martins	8548/2020

16.2 - Nos termos do art. 67 Lei nº 8.666, de 1993, será designado representante para acompanhar e fiscalizar a entrega dos produtos/serviços, anotando em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução e determinando o que for necessário à regularização de falhas ou defeitos observados.

16.3 - A fiscalização de que trata este item não exclui nem reduz a responsabilidade da Contratada, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas ou vícios redibitórios, e, na ocorrência desta, não implica em corresponsabilidade da Administração ou de seus agentes e prepostos, de conformidade com o art. 70 da Lei nº 8.666, de 1993.

16.4 - O representante da Administração anotará em registro próprio todas as ocorrências

relacionadas com a execução da ata, indicando dia, mês e ano, bem como o nome dos funcionários eventualmente envolvidos, determinando o que for necessário à regularização das falhas ou defeitos observados e encaminhando os apontamentos à autoridade competente para as providências cabíveis.

17 - DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

17.1 - As partes ficam, ainda, adstritas às seguintes disposições:

I - Todas as alterações que se fizerem necessárias serão registradas por intermédio de lavratura de termo aditivo à presente ata de Registro de Preços.

II - Vinculam-se a esta Ata, para fins de análise técnica, jurídica e decisão superior o Edital de **Pregão Eletrônico nº. 06/2021** e seus anexos e as propostas das classificadas.

III - É vedado caucionar ou utilizar da ata de registro de preço decorrente do presente registro para qualquer operação financeira, sem prévia e expressa autorização da **Prefeitura**.

18 - DO FORO

Aplica-se a Ata de Registro de Preço e dos casos omissos as disposições estabelecidas na lei 8666/1993 e suas alterações.

As partes contratantes elegem o foro de Matupá - MT como competente para dirimir quaisquer questões oriundas do presente instrumento, inclusive os casos omissos, que não puderem ser resolvidos pela via administrativa, renunciando a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

E por estarem de acordo, as partes firmam o presente instrumento, em 02 (duas) vias de igual teor e forma para um só efeito legal, ficando uma via arquivada na sede da **CONTRATANTE**, na forma do art. 60 da Lei 8 666 de 21/06/93.

Matupá - MT, 23 de fevereiro de 2021.

_____

Município de Matupá

FERNANDO ZAFONATO

Contratante

_____

MARIA ALICE DA SILVA EIRELI

CNPJ sob o nº 14.284.593/0001-70

LUIZ AFONSO DA SILVA

CPF nº 537.721.131-68

Contratada

TESTEMUNHAS:

_____ _____

ALEXSANDRA TOSTA BATISTA THIAGO VIEIRA DO NASCIMENTO

PREGOEIRA OFICIAL EQUIPE DE APOIO**ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 038/2021**

Pelo presente instrumento **O MUNICÍPIO DE MATUPÁ – ESTADO DE MATO GROSSO,** devidamente inscrito no CNPJ/MF sob o nº. 24.772.188/0001-54, com sede na Prefeitura Municipal, localizada na Avenida Hermínio Ometto, nº. 101, ZE-022, neste ato representado pelo Prefeito Municipal o Sr. **FERNANDO ZAFONATO**, brasileiro, casado, empresário, portador da RG nº. 41330708-SESP/PR, inscrito no CPF sob o nº. 603.459.349-20, residente e domiciliado na Rua 07 nª 829 Bairro ZH3-001, nesta Cidade de Matupá/MT, nesta Cidade de Matupá/MT RESOLVE registrar os preços da empresa **MARIA ALICE DA SILVA EIRELI,** devidamente inscrita no CNPJ sob o nº. 14.284.593/0001-70 e Inscrição Estadual n° 13.434.431-6, com sede na Rua Joaquim Murtinho, nº 1.408, Bairro Centro Sul, na Cidade de Cuiabá/MT, CEP 78.020-290, e-mail mariaalice.vendas1@gmail.com, telefone (65) 9 9223-9986 / (65) 9 9225-3783, neste ato representado pelo procurador Srº **LUIZ AFONSO DA SILVA**, portadora da RG nº 0856927-4 SSP/MT e do CPF nº 537.721.131-68, nas quantidades estimadas **na Seção quatro desta Ata de Registro de Preços**, de acordo com a classificação por elas alcançadas Global, atendendo as condições previstas no Instrumento Convocatório e as constantes desta Ata de Registro de Preços, sujeitando-se as partes às normas constantes da Lei nº 8.666/93, 10580/02 e suas alterações e Decreto Municipal 1136, de 02 de fevereiro de 2009 e Decreto Municipal nº 1665/2013:

1 - OBJETO

1.1 - Constitui objeto desta ata de registro de preço, o "**PREGÃO ELETRÔNICO SISTEMA REGISTRO DE PREÇO PARA FUTURAS E EVENTUAIS AQUISIÇÕES DE MATERIAIS DE EXPEDIENTE EM ATENDIMENTO AS SECRETARIAS MUNICIPAIS DE MATUPÁ"** de acordo com a planilha partes integrantes do Edital da respectiva **PREGÃO ELETRÔNICO Nº. 06/2021.**

2 - ADESÃO DE ORGÃOS NÃO PARTICIPANTES

2.1 - Os órgãos e entidades que não participaram do registro de preços, quando desejarem fazer uso da Ata de Registro de Preços, deverão manifestar seu interesse junto ao órgão gerenciador da Ata, para que este indique os possíveis fornecedores e respectivos preços a serem praticados, obedecida a ordem de classificação.

2.2 - Caberá ao fornecedor beneficiário da Ata de Registro de Preços, observadas as condições nela estabelecidas, optar pela aceitação ou não do serviço, independentemente dos quantitativos registrados em Ata, desde que o fornecimento não prejudique as obrigações anteriormente assumidas.

2.3 - As aquisições ou contratações adicionais, não poderão exceder, por órgão ou por entidade, a cem por cento dos quantitativos registrados na Ata de Registro de Preços.

3 - DA GERÊNCIA DA PRESENTE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

3.1 - O gerenciamento deste instrumento caberá a Prefeitura Municipal de Matupá.

3.2 - A presente Ata terá validade de 12 (doze) meses**,** contados a partir de sua publicação no Jornal Oficial dos Municípios.

3.3 - As SECRETARIAS/ORGÃOS/ENTIDADES participantes desta Ata de Registro de Preços são:

Gabinete do Prefeito, Secretaria Municipal de Planejamento, Secretaria Municipal de Finanças, Secretaria Municipal de Administração, Secretaria Municipal de Educação e Desporto, Secretaria Municipal de Saúde, Secretaria Municipal de Assistência Social, Secretaria Municipal de Obras, Urbanismo e Transportes e Secretaria Municipal de Industria, Comercio, Turismo, Cultura e Lazer.

4 – DOS PRODUTOS

4.1 - O preço, a quantidade, o fornecedor e a especificação dos produtos registrados nesta Ata, encontram-se indicados na tabela abaixo:

Código	Nome	Unidade de Fornec.	Marca	Quant.	Vlr. Unitário	Total
364100	PAPEL - SULFITE,FORMATO A4,75G/M2,NA COR BRANCA - RESMA 500 FOLHAS	RESMA 500,000 FOLHA	ONE A4 BRANCO	7020	19,7000	138.294,00
Total Fornecedor:						**R$ 138.294,00**

5 – DA FORMA DE FORNECIMENTO

5.1 – O prazo máximo para entrega dos produtos, objeto do pedido, é de (05) cinco dias, contados a partir do dia seguinte à data do recebimento da NAD (Nota de Autorização de Despesas) pela Adjudicatária, devendo o produto atender às normas técnicas contidas nas especificações;

5.2 – O recebimento dos objetos será efetuado pela Prefeitura, e, será recebido desde que:

5.2.1 Esteja compatível com esta Licitação;

5.2.2 Não apresente avaria ou adulteração.

5.3 - Em caso de recusa dos produtos pelas Secretarias de Matupá - MT será lavrado Termo de Recusa, no qual se consignarão as desconformidades, devendo o produto ser substituído pela Contratada, no prazo de 03 (três) dias da devolução, quando serão realizadas novamente as verificações antes referidas, consoante dispõe o artigo 69 da Lei nº 8.666/93;

5.4 – A entrega dos produtos desta licitação deverá ser feita nos locais indicados nas requisições, correndo por conta da Contratada as despesas de seguros, transporte, tributos, encargos trabalhistas e previdenciários decorrentes da execução.

5.5 – Os produtos deverão ser novos, de primeiro uso, e em perfeito estado, acondicionado em embalagens que permitam sua proteção contra impactos, umidade e demais agentes de possam ocasionar danos. Não serão aceitos produtos remanufaturados, recondicionados, reciclados ou reutilizados.

5.6 - A empresa fornecedora dos produtos se responsabilizará pela qualidade, substituindo o produto, em todo ou em parte, se for constatado problemas.

5.7 - Os produtos ofertados pelas licitantes deverão, OBRIGATORIAMENTE, atender às exigências de qualidade, observados os padrões e normas baixadas pelos órgãos competentes de controle de fiscalização de qualidade industrial ABNT, INMETRO, etc. – atentando-se o proponente, principalmente para as prescrições contidas no art. 39, VIII, da Lei nº 8.078/90 (Código de Defesa do Consumidor);

5.8 - A empresa vencedora e responsável pela carga e descarga dos itens no local aonde a Secretaria solicitar.

5.9 - A empresa fornecedora dos produtos se responsabilizará pela qualidade, substituindo o produto, em todo ou em parte, se for constatado problemas.

5.10 - Recebimento dos Produtos:

5.10.1 - Os produtos serão recebidos pelos fiscais de contrato e aceitos quando estiverem dentro das exigências do Edital;

5.10.2 - Observado o disposto no artigo 67 da Lei Federal n. 8.666/93, o acompanhamento e a fiscalização da entrega dos produtos será realizada por funcionários nomeados pelas Secretarias;

5.10.3 - O Município de Matupá/MT reserva-se o direito de não receber o objeto com atraso ou em desacordo com as especificações e condições constantes deste edital e seus anexos, podendo aplicar as penalidades e sanções previstas ou rescindir o registro e aplicar o disposto no art. 24, inciso XI, da Lei Federal n. 8.666/93.

5.11 - Caberá à Licitante Vencedora:

5.11.1 Transportar, por sua conta e risco, o(s) objeto(s) objeto deste Termo de Referência, ficando sob sua responsabilidade quaisquer acidentes no trajeto de transporte;

5.11.2 Fazer o pagamento de tributos, seguros, taxas e serviços, encargos sociais e trabalhistas, e quaisquer despesas referentes aos produtos fornecidos;

5.11.3 Substituir produtos que apresentem defeito de fabricação.

5.12 – Os materiais apresentados neste Termo de Referência deverão ser novos e com a garantia dos produtos. Não sendo, de forma alguma, permitido materiais reutilizados ou reaproveitados.

5.13 - Na entrega dos produtos e nas informações adicionais da Nota Fiscal e obrigatória a Identificação da Secretaria que solicitou os produtos, para maior agilidade da identificação de quem solicitou na hora da entrega dos produtos.

6 - DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

6.1 - Executar a entrega dentro dos padrões estabelecidos pelas Secretarias, de acordo com as especificações do edital, responsabilizando-se por eventuais prejuízos decorrentes do descumprimento das condições estabelecidas.

6.2 - Prestar os esclarecimentos que forem solicitados pelas Secretarias, cujas reclamações se obrigam a atender prontamente, bem como dar ciência mediatamente e por escrito, de qualquer anormalidade que verificar quando da execução dos atos de sua responsabilidade;

6.3 - Prover todos os meios necessários à garantia da plena entrega dos produtos, inclusive considerados os casos de greve ou paralisação de qualquer natureza;

6.4 - A falta de quaisquer dos produtos cujo fornecimento incumbe ao detentor do preço registrado, não poderá ser alegada como motivo de força maior para o atraso, má execução ou inexecução da entrega do objeto deste edital e não a eximirá das penalidades a que está sujeita pelo não cumprimento dos prazos e demais condições aqui estabelecidas;

6.5 - Comunicar imediatamente a Secretaria qualquer alteração ocorrida no endereço, conta bancária e outras julgadas necessárias para recebimento de correspondência;

6.6 - Respeitar e fazer cumprir a legislação de segurança e saúde no trabalho, previstas nas normas regulamentadoras pertinentes;

6.7 - Fiscalizar o perfeito cumprimento da entrega do objeto a que se obrigou, cabendo-lhe, integralmente, os ônus decorrentes. Tal fiscalização dar-se-á independentemente da que será exercida por esta Prefeitura;

6.8 - Indenizar terceiros e/ou à própria Prefeitura em caso de ausência ou omissão de fiscalização de sua parte, pelos danos ou prejuízos causados por sua culpa ou dolo, devendo a contratada adotar todas as medidas preventivas, com fiel observância às exigências das autoridades competentes e às disposições legais vigentes;

6.9 - A contratada ficará obrigada a aceitar, nas mesmas condições deste edital, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessárias, até o limite legal de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do objeto adjudicado, devendo supressões acima desse limite ser resultantes de acordo entre as partes;

6.10 - Fornecer os itens, conforme estipulado neste edital e de acordo com a proposta apresentada;

6.11 – Não poderá ocorrer a falta dos produtos por parte do licitante, pois são itens de primeira necessidade e a contratante deverá atender exatamente como se propôs a fazer;

6.12 – A CONTRATADA deverá manter durante toda a vigência da ata de registro de preço, as mesmas condições de habilitação, especialmente quanto à regularidade com FGTS e INSS;

6.13 - O atraso na entrega dos produtos caberá penalidades e sanções previstas no Art. 12 da Presente Ata;

6.14 - A Contratada deverá manter local adequado e apropriado para o abastecimento, e reservatórios adequados e apropriados de acordo com as normas da ANP (Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis), DNC (Departamento Nacional de Combustíveis) e INMETRO (Instituto Nacional de Metrologia, Qualidade e Tecnologia).

7 - DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

7.1 - Convocar a licitante vencedora para a retirada da Ordem de Entrega dos itens licitados;

7.2 - Fornecer à empresa a ser contratada todas as informações e esclarecimentos que venham a ser solicitados relativamente ao objeto deste Edital;

7.3 - Efetuar o pagamento à empresa nas condições estabelecidas neste Edital;

7.4 - Notificar por escrito, à empresa contratada, toda e qualquer irregularidade constatada durante o recebimento do objeto;

7.5 -Nenhum pagamento será efetuado à empresa detentora do registro, enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação. Esse fato não será gerador de direito reajustamento de preços ou a atualização monetária.

7.6 - Não haverá, sob hipótese alguma, pagamento antecipado.

8 - DO PAGAMENTO

8.1 - Os pagamentos serão efetuados em até 15 (quinze) dias após a entrega do produtos bem como apresentação das notas fiscais eletrônicas em conformidade ao Protocolo ICMS Nº. 85, DE 09 DE JULHO DE 2010, devidamente atestada pela Secretaria responsável;

Os dados bancários para pagamento são:

Banco: Banco do Brasil Ag. 0046-9 Conta Corrente nº 50.423-8 em nome de MARIA ALICE DA SILVA EIRELI

8.2 - O Contratado deverá indicar no corpo da Nota Fiscal/fatura, descrição do item fornecido, de acordo com o especificado na Ordem de Entrega.

8.3 - Caso constatado alguma irregularidade nas notas fiscais/faturas, estas serão devolvidas ao fornecedor, para as necessárias correções, com as informações que motivaram sua rejeição, sendo o pagamento realizado após a reapresentação das notas fiscais/faturas.

8.4 - Nenhum pagamento isentará o FORNECEDOR/CONTRATADO das suas responsabilidades e obrigações, nem implicará aceitação definitiva do produto.

8.5 - O Contratante **não** efetuará pagamento de título descontado, ou por meio de **cobrança em banco, bem como, os que forem negociados com terceiros por intermédio da operação de "factoring**";

8.6 - As despesas bancárias decorrentes de transferência de valores para outras praças serão de responsabilidade do Contratado.

9 - DO REAJUSTAMENTO DE PREÇOS

9.1 - Os preços registrados manter-se-ão inalterados pelo período de vigência da presente Ata, admitida a revisão no caso de desequilíbrio da equação econômico-financeira inicial deste instrumento a partir de determinação municipal, cabendo-lhe no máximo o repasse do percentual determinado.

9.2 - Os preços registrados que sofrerem revisão não poderão ultrapassar os preços praticados no mercado, mantendo-se a diferença percentual apurada entre o valor originalmente constante da proposta e aquele vigente no mercado à época do registro.

9.3 - Caso o preço registrado seja superior à média dos preços de mercado, a Prefeiturasolicitará ao fornecedor/consignatária, mediante correspondência, redução do preço registrado, de forma a adequá-lo a definição do parágrafo único.

9.4 - Fracassada a negociação com o primeiro colocado a Prefeiturapoderá rescindir esta ata e convocar, nos termos da legislação vigente, e pelo preço da 1ª (primeira), as demais empresas com preços registrados, cabendo rescisão desta ata de registro de preços e nova licitação em caso de fracasso na negociação.

9.5 - Será considerado compatíveis com os de mercado os preços registrados que forem iguais ou inferiores à média daqueles apurados pela Prefeitura.

9.6 – Poderão ocorrer mediante termo aditivo, onde a contratada ou contratado fica obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou suspensões que se fizerem na prestação dos produtos, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado da ata de registro de preço, nos termos do artigo 65, parágrafo 1º da lei nº 8.666/93 e alterações posteriores.

9.7 - Os preços serão revisados e reajustados de acordo com as variações determinadas pela política de preços dos combustíveis, mediante comprovação oficial por parte da Contratada.

10 - DO CANCELAMENTO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS.

10.1 - A presente Ata de Registro de Preços poderá ser cancelada de pleno direito, nas seguintes situações:

a) Quando o fornecedor/consignatária não cumprir as obrigações constantes no Edital e desta Ata de Registro de Preços;

b) Quando o fornecedor/consignatária der causa a rescisão administrativa da Nota de Empenho decorrente deste Registro de Preços, nas hipóteses previstas nos incisos de I a XII, XVII e XVIII do art. 78 da Lei 8.666/93;

c) Em quaisquer hipóteses de inexecução total ou parcial da requisição/pedido dos produtos decorrente deste Registro;

d) Os preços registrados se apresentarem superiores aos praticados no mercado;

e) Por razões de interesse público devidamente demonstradas e justificadas;

f) Descumprir qualquer dos itens da cláusula sexta ou sétima.

10.2 - Ocorrendo cancelamento do preço registrado, o Fornecedor será informado por correspondência, a qual será juntada ao processo administrativo da presente Ata.

10.3 - No caso de ser ignorado, incerto ou inacessível o endereço do Fornecedor, a comunicação será feita por publicação no Jornal Oficial dos Municípios (AMM), considerando-se cancelado o preço registrado a partir da última publicação.

10.4 - A solicitação do Fornecedor para cancelamento dos preços registrados poderá não ser aceita pela Prefeitura, facultando-se a esta neste caso, a aplicação das penalidades previstas neste Edital.

10.5 - Havendo o cancelamento do preço registrado, cessarão todas as atividades do FORNECEDOR, relativas ao produto do Item.

10.6 - Caso a Prefeitura não se utilize da prerrogativa de cancelar esta Ata, a seu exclusivo critério, poderá suspender a sua execução e/ou sustar o pagamento das faturas, até que o FORNECEDOR cumpra integralmente a condição contratual infringida.

10.7 - A Ata de Registro de Preços, será cancelada automaticamente nas seguintes hipóteses:

a) Por decurso de prazo de vigência;

b) Pelo esgotamento das quantidades registradas.

10.8 - A inexecução total ou parcial do contrato enseja a sua rescisão, com as conseqüências contratuais e as previstas em lei ou regulamento, conforme art. 77 da lei 8666/93.

11 - DAS INCIDÊNCIAS FISCAIS, ENCARGOS, SEGUROS, ETC.

11.1 - Os preços apresentados na proposta devem incluir todos os custos e despesas, tais como: custos diretos e indiretos, tributos incidentes, taxa de administração, serviços, encargos sociais, trabalhistas, seguros, treinamento, lucro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto desta Ata de Registro de Preços.

12 - DAS PENALIDADES

12.1 - Ficará impedido de licitar e contratar com o município, pelo prazo de até 5 (cinco) anos, sem prejuízo das multas previstas neste termo de referência e das demais penalidades legais, aquele que:

12.1.1 - Cometer fraude fiscal;

12.1.2 - Apresentar documento falso;

12.1.3 - Fizer declaração falsa;

12.1.4 - Comportar-se de modo inidôneo;

12.1.5 - Não assinar a Ata de Registro de Preços ou Contrato no prazo estabelecido;

12.1.6 - Deixar de entregar a documentação exigida no certame;

12.1.7 - Não mantiver a proposta.

12.2 - O atraso injustificado no atendimento ao objeto sujeitará a empresa, a juízo da Administração, à multa moratória de 0,5% (meio por cento) por dia de atraso, até o limite de 10% (dez por cento), conforme determina o artigo 86, da Lei nº 8666/93;

12.2.1 - A multa prevista neste item será descontada dos créditos que a contratada possuir com a Prefeitura Municipal de Matupá - MT, e poderá cumular com as demais sanções administrativas, inclusive com a multa prevista no item 6.9. b;

12.3 - Ocorrendo a inexecução total ou parcial, atrasos no fornecimento dos produtos, a Administração poderá aplicar à vencedora, as seguintes sanções administrativas previstas no artigo 87 da Lei n. 8.666/93:

a) Advertência por escrito;

b) Ao licitante que não cumprir as obrigações assumidas ou preceitos legais, serão aplicadas multa de 0,5% (meio por cento) sobre o atraso de entrega dos produtos, e até o limite de 10% (dez por cento) sobre o valor do contrato no caso de rescisão por culpa do fornecedor;

c) Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Prefeitura Municipal de Matupá - MT, por prazo não superior a 02 (dois) anos, sendo que em caso de inexecução total, sem justificativa aceita, será aplicado o limite máximo temporal previsto para a penalidade de 02 (dois) anos conforme prevê o inciso III do artigo 87 da Lei Federal 8.666/93 atualizada pela Lei nº 8.883/94;

d) Declaração de inidoneidade para licitar junto à Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição, ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, de acordo com o inciso IV do artigo 87 da Lei n. 8.666/93, c/c artigo 7º da Lei n. 10.520/2002.

e) Ficará impedido de licitar e de contratar com a União e Município e será descredenciado no Sicaf, pelo prazo de até cinco anos, sem prejuízo das multas previstas em edital e no contrato e das demais cominações legais, garantido o direito à ampla defesa, o licitante que, convocado dentro do prazo de validade de sua proposta:

e. 1 - apresentar documentação falsa;

e.2 - causar o atraso na execução do objeto;

e.3 - não mantiver a proposta;

e.4 - falhar na execução do contrato;

e.5 - fraudar a execução do contrato;

e.6 - comportar-se de modo inidôneo;

e.7 - declarar informações falsas; e

e.8 - cometer fraude fiscal.

f) - O cancelamento da execução terá lugar de pleno direito independente de notificação ou interpelação judicial ou extrajudicial quando a empresa adjudicatória:

f.1 – Falir, entrar em concordata, concurso de credores, dissolução ou liquidação;

f.2 – Transferir, no todo ou parte, as obrigações decorrentes desta licitação, sem prévia anuência do Governo deste Município;

12.4 - Se a Fornecedora não proceder ao recolhimento da multa no prazo de 05 (cinco) dias úteis contados da intimação por parte da Prefeitura Municipal de Matupá - MT, o respectivo valor será descontado dos créditos que a contratada possuir com esta Prefeitura e, se estes não forem suficientes, o valor que sobejar será encaminhado para execução pela Procuradoria Municipal;

12.4.1 - Em se tratando de adjudicatária que não comparecer para retirada da Ordem de Fornecimento dos Itens, o valor da multa não recolhida será encaminhado para execução pela Procuradoria Municipal;

12.5 - Do ato que aplicar a penalidade caberá recurso, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, a contar da ciência da intimação, podendo a Administração reconsiderar sua decisão ou nesse prazo encaminhá-lo devidamente informado para a apreciação e decisão superior, dentro do mesmo prazo;

12.6 - Serão publicadas no Diário Oficial do Estado de Mato Grosso as sanções administrativas previstas no item 12.3, c, d, desta Ata de Registro de Preços, inclusive a reabilitação perante a Administração Pública.

13 – DO RECEBIMENTO DOS PRODUTOS

13.1 - Serão entregue produtos, de acordo com os critérios dos órgãos responsáveis pela fiscalização.

13.2 - Recebimento Dos Serviços/Produtos:

13.2.1 – A entrega dos serviços/produtos serão acompanhados pelos fiscais diariamente, recebidos e aceitos quando executados totalmente e de boa qualidade.

13.2.2 - Observado o disposto no artigo 67 da Lei Federal n. 8.666/93, o acompanhamento e a fiscalização da prestação dos serviços/entrega dos produtos será realizada por funcionários nomeados pelas Secretarias;

13.2.3 - O Município de Matupá/MT reserva-se o direito de não receber o objeto com atraso ou em desacordo com as especificações e condições constantes deste edital e seus anexos, podendo aplicar as penalidades e sanções previstas ou rescindir o registro e aplicar o disposto no art. 24, inciso XI, da Lei Federal n. 8.666/93.

14 - DOS ILÍCITOS PENAIS

14.1 - As infrações penais tipificadas na Lei 8.666/93 serão objeto de processo judicial na forma legalmente prevista, sem prejuízo das demais cominações aplicáveis.

15 - DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

15.1 - As despesas decorrentes das contratações oriundas da presente Ata de Registro de Preços, correrão à conta de dotação orçamentária citada abaixo, ou das demais que possam vir a aderir a presente ata e serão oriundas de Recursos Próprios do Município, do Estado de Mato Grosso e Federal:

CÓDIGO GERAL: 02.001.04.122.0033.20094 - MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DO GABINETE DO PREFEITO – 3390.30.000 – MATERIAL DE CONSUMO

CÓDIGO GERAL: 03.001.04.122.0024.20078 - MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DA SECRETARIA DE PLANEJAMENTO – 3390.30.000 – MATERIAL DE CONSUMO

CÓDIGO GERAL: 04.001.04.122.0026.20076 - MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DA SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO – 3390.30.000 – MATERIAL DE CONSUMO

CÓDIGO GERAL: 05.001.04.123.0036.2.0110 - MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DA SECRETARIA DE FINANÇAS – 3390.30.000 – MATERIAL DE CONSUMO

CÓDIGO GERAL: 06.001.20.122.0021.20002 - MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DA SECRETARIA DE AGRICULTURA - 3390.30.000 – MATERIAL DE CONSUMO

CÓDIGO GERAL: 07.005.27.812.0047.20128 – MANUTENÇÃO DO DEPARTAMENTO DE ESPORTE – 3390.30.000 – MATERIAL DE CONSUMO

CÓDIGO GERAL: 07.001.12.122.0029.20086 – MANUTENÇÃO E ENCARGOS DA SECRETARIA DE EDUCAÇÃO – 3390.30.000 – MATERIAL DE CONSUMO

CÓDIGO GERAL: 07.002.12.361.0015.2.0020 – MANUTENÇÃO DAS ESCOLAS DA REDE MUNICIPAL DE ENSINO FUNDAMENTAL – 3390.30.000 – MATERIAL DE CONSUMO

CÓDIGO GERAL: 07.002.12.365.0018.2.0028 – MANUTENÇÃO DAS ESCOLAS DA REDE MUNICIPAL DE ENSINO INFANTIL - PRÉ-ESCOLAS – 3390.30.000 – MATERIAL DE CONSUMO

CÓDIGO GERAL: 07.002.12.361.0015.10045 – AQUISIÇÃO DE MATERIAL PERMANENTE – 4490.52.000 – MATERIAL PERMANENTE

CÓDIGO GERAL: 07.002.12.365.0018.2.0029 – MANUTENÇÃO DAS ESCOLAS DA REDE MUNICIPAL DE ENSINO INFANTIL - CMEIS – 3390.30.000 – MATERIAL DE CONSUMO

CÓDIGO GERAL: 08.002.10.302.0013.2.0048 – MANUTENÇÃO DO LABORATORIO MUNICIPAL – 3390.30.000 – MATERIAL DE CONSUMO

CÓDIGO GERAL: 08.002.10.302.0014.2.0046 – MANUTENÇÃO DO CRDO – 3390.30.000 – MATERIAL DE CONSUMO

CÓDIGO GERAL: 08.002.10.303.0040.2.0101 – MANUTENÇÃO DA ASSISTENCIA FARMACÊUTICA BÁSICA – 3390.30.000 – MATERIAL DE CONSUMO

CÓDIGO GERAL: 08.002.10.122.0039.20115 – MANUTENÇÃO DO COMPLEXO REGULADOR MUNICIPAL - CRM – 3390.30.000 – MATERIAL DE CONSUMO

CÓDIGO GERAL: 08.002.10.122.0038.20098 – MANUTENÇÃO DA UNIDADE ADMINISTRATIVA – 3390.30.000 – MATERIAL DE CONSUMO

CÓDIGO GERAL: 08.002.10.302.0013.20047 – MANUTENÇÃO DO HOSPITAL MUNICIPAL – 3390.30.000 – MATERIAL DE CONSUMO

CÓDIGO GERAL: 08.002.10.301.0012.20050 – MANUTENÇÃO DAS UNIDADES BÁSICAS DE SAÚDE - SAÚDE DA FAMÍLIA – 3390.30.000 – MATERIAL DE CONSUMO

CÓDIGO GERAL: 08.002.10.305.0041.2.0103 – MANUTENÇÃO VIGILÂNCIA EPIDEMIOLOGICA E AMBIENTAL – 3390.30.000 – MATERIAL DE CONSUMO

CÓDIGO GERAL: 08.002.10.302.0013.1.0076 – – AQUISIÇÃO DE MATERIAL PERMANENTE – 4490.52.000 – MATERIAL PERMANENTE

CÓDIGO GERAL: 09.001.08.122.0008.20065 – MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DA SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL – 3390.30.000 – MATERIAL DE CONSUMO

CÓDIGO GERAL: 09.001.08.122.0008.20065 – MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DA SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL – 4490.52.000 – MATERIAL PERMANENTE

CÓDIGO GERAL: 09.002.08.244.0028.10111 – AQUISIÇÃO DE MATERIAL PERMANENTE – 4490.52.000 – MATERIAL PERMANENTE

CÓDIGO GERAL: 09.002.08.244.0007.20063 – MANUTENÇÃO IGD PBF – 4490.52.000 – MATERIAL PERMANENTE

CÓDIGO GERAL: 09.002.08.244.0007.20063 – MANUTENÇÃO IGD PBF – 3390.30.000 – MATERIAL DE CONSUMO

CÓDIGO GERAL: 09.002.08.244.0005.20054 – MANUTENCAO DO CREAS/PAEFI – 3390.30.000 – MATERIAL DE CONSUMO

CÓDIGO GERAL: 09.002.08.244.0028.20083 – MANUTENÇÃO DO CRAS/PAIF – 3390.30.000 – MATERIAL DE CONSUMO

CÓDIGO GERAL: 09.002.08.244.0028.20082 – MANUTENÇÃO DO SCFV - SERVIÇO DE CONVIVENCIA E FORTALECIMENTO DE VINCULOS – 3390.30.000 – MATERIAL DE CONSUMO

CÓDIGO GERAL: 09.002.08.243.0010.20071 – MANUTENÇÃO DO CONSELHO TUTELAR – 3390.30.000 – MATERIAL DE CONSUMO

CÓDIGO GERAL: 09.002.08.244.0005.20055 – MANUTENÇÃO DA CASA LAR – 3390.30.000 – MATERIAL DE CONSUMO

CÓDIGO GERAL: 09.002.08.244.0006.2.0057 – MANUTENÇÃO DA PROTEÇÃO SOCIAL BASICA – 3390.30.000 – MATERIAL DE CONSUMO

CÓDIGO GERAL: 09.002.08.244.0006.2.0058 – MANUTENÇÃO DA PROTEÇÃO SOCIAL ESPECIAL – 3390.30.000 – MATERIAL DE CONSUMO

CÓDIGO GERAL: 10.001.04.122.0004.20015 – MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DE SECRETARIA DE OBRAS, URBANISMO E TRANSPORTE – 3390.30.000 – MATERIAL DE CONSUMO

CÓDIGO GERAL: 15.001.13.812.0017.20137 – MANUTENÇÃO DA SECRETARIA DE INDUSTRIA, COMÉRCIO, TURISMO, CULTURA E LAZER – 3390.30.000 – MATERIAL DE CONSUMO

16 - DO FISCAL DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO

16-1 – Foi Designado através de Portaria os servidores abaixo para assistir e subsidiar o gestor da ata de registro de preço indicado na epígrafe.

Secretaria	Servidor	Portaria

Secretaria de Administração e Gabinete do Prefeito	**Cristiane Machado Romeiro**	**7075/2018**
Secretaria Municipal de Finanças	**Simone dos Santos**	**3011/2013**
Secretaria Municipal de Assistência Social	**Cynthia Passos Carvalho Ximenes**	**7451/2018**
Secretaria Municipal de Assistência Social - CREAS	**Graziela da Rocha Ribeiro Martins**	**4053/2014**
Secretaria Municipal de Assistência Social	**Maurina Marques da Silva**	**7201/2018**
Secretaria Municipal de Assistência Social - SCVF	**Leandro Ricardo Marilhano**	**8939/2021**
Secretaria Municipal de Saúde - CAF	**Isabelly de Oliveira Coelho da Silva e Gabriela Pereira do Santos**	**8549/2020**
Secretaria Municipal de Educação	**Elaine Rocha Tussi**	**8304/2020**
Secretaria Municipal de Agricultura	**Marcia da Silva Andrelevicius Kuranishi**	**7202/2018**
Secretaria Municipal de Saúde - Hospital	**Janara de Souza Soares Tussi**	**7200/2018**
Secretaria Municipal de Saúde - CRM	**Cleneci de Fátima da Silva Ferreira**	**6400/2017**
Secretaria Municipal de Saúde - Vigilância	**Francisco Carlos Vieira**	**6579/2017**
Secretaria Municipal de Saúde - Laboratório	**Mariza Rafaela Baptista da Silva**	**7734/2019**
Secretaria Municipal de Saúde – Hospital	**Janice Kerber**	**2340/2013**
Secretaria Municipal de Saúde - CRDO	**Rita de Cássia Andrade**	**2718/2013**
Secretaria Municipal de Saúde/Farmacia	**Fernanda Rodrigues de Lima Martins**	**8548/2020**

16.2 - Nos termos do art. 67 Lei nº 8.666, de 1993, será designado representante para acompanhar e fiscalizar a entrega dos produtos/serviços, anotando em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução e determinando o que for necessário à regularização de falhas ou defeitos observados.

16.3 - A fiscalização de que trata este item não exclui nem reduz a responsabilidade da Contratada, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas ou vícios redibitórios, e, na ocorrência desta, não implica em corresponsabilidade da Administração ou de seus agentes e prepostos, de conformidade com o art. 70 da Lei nº 8.666, de 1993.

16.4 - O representante da Administração anotará em registro próprio todas as ocorrências

relacionadas com a execução da ata, indicando dia, mês e ano, bem como o nome dos funcionários eventualmente envolvidos, determinando o que for necessário à regularização das falhas ou defeitos observados e encaminhando os apontamentos à autoridade competente para as providências cabíveis.

17 - DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

17.1 - As partes ficam, ainda, adstritas às seguintes disposições:

I - Todas as alterações que se fizerem necessárias serão registradas por intermédio de lavratura de termo aditivo à presente ata de Registro de Preços.

II - Vinculam-se a esta Ata, para fins de análise técnica, jurídica e decisão superior o Edital de **Pregão Eletrônico nº. 06/2021** e seus anexos e as propostas das classificadas.

III - É vedado caucionar ou utilizar da ata de registro de preço decorrente do presente registro para qualquer operação financeira, sem prévia e expressa autorização da **Prefeitura**.

18 - DO FORO

Aplica-se a Ata de Registro de Preço e dos casos omissos as disposições estabelecidas na lei 8666/1993 e suas alterações.

As partes contratantes elegem o foro de Matupá - MT como competente para dirimir quaisquer questões oriundas do presente instrumento, inclusive os casos omissos, que não puderem ser resolvidos pela via administrativa, renunciando a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

E por estarem de acordo, as partes firmam o presente instrumento, em 02 (duas) vias de igual teor e forma para um só efeito legal, ficando uma via arquivada na sede da **CONTRATANTE**, na forma do art. 60 da Lei 8 666 de 21/06/93.

Matupá - MT, 23 de fevereiro de 2021.

_____

Município de Matupá

FERNANDO ZAFONATO

Contratante

_____

MARIA ALICE DA SILVA EIRELI

CNPJ sob o nº 14.284.593/0001-70

LUIZ AFONSO DA SILVA

CPF nº 537.721.131-68

Contratada

DEPARTAMENTO DE CONTABILIDADE/SECRETARIA DE FINANÇAS
BALANÇO ANUAL - EXERCÍCIO DE 2020 - RETIFICAÇÃO

PREFEITURA MUNICIPAL DE MATUPÁ
BALANÇO ORÇAMENTÁRIO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

DEZEMBRO/2020

RECEITAS ORÇAMENTÁRIAS	Previsão Inicial (a)	Previsão Atualizada (b)	Receitas Realizadas (c)	Saldo (d)=(c-b)
RECEITAS CORRENTES (I)	**65.274.868,67**	**68.120.940,48**	**72.880.972,60**	**4.760.032,12**
RECEITA TRIBUTÁRIA	9.890.096,00	9.890.096,00	12.001.331,56	2.111.235,56
Impostos	8.044.296,00	8.044.296,00	9.971.866,10	1.927.570,10
Taxas	1.493.200,00	1.493.200,00	1.938.397,76	445.197,76
Contribuição de Melhoria	352.600,00	352.600,00	91.067,70	-261.532,30
RECEITA DE CONTRIBUIÇÕES	420.000,00	420.000,00	497.588,41	77.588,41
Contribuições Sociais	0,00	0,00	0,00	0,00
Contribuições de Intervenção no Domínio Econômico	0,00	0,00	0,00	0,00
Contribuição de Iluminação Pública	420.000,00	420.000,00	497.588,41	77.588,41
RECEITA PATRIMONIAL	691.797,67	691.797,67	140.233,98	-551.563,69
Receitas Imobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00
Receitas de Valores Mobiliários	691.797,67	691.797,67	140.233,98	-551.563,69
Receita de Concessões e Permissões	0,00	0,00	0,00	0,00
Compensações Financeiras	0,00	0,00	0,00	0,00
Receita Decorrente do Direito de Exploração de Bens Públicos em Áreas de Domínio Público	0,00	0,00	0,00	0,00
Receita da Cessão de Direitos	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas Patrimoniais	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITA AGROPECUÁRIA	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITA INDUSTRIAL	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITA DE SERVICOS	1.000,00	1.000,00	0,00	-1.000,00
TRANSFERENCIAS CORRENTES	54.074.475,00	56.920.546,81	60.028.086,00	3.107.539,19
Transferências Intergovernamentais	53.224.475,00	56.070.546,81	59.601.495,80	3.530.948,99
Transferências de Instituições Privadas	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências do Exterior	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências de Pessoas	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências de Convênios	850.000,00	850.000,00	426.590,20	-423.409,80
Transferências para o Combate à Fome	0,00	0,00	0,00	0,00
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	197.500,00	197.500,00	213.732,65	16.232,65
Multas e Juros de Mora	0,00	0,00	1.420,00	1.420,00
Indenizações e Restituições	16.500,00	16.500,00	90.415,65	73.915,65
Receita da Dívida Ativa	0,00	0,00	0,00	0,00
Receitas Correntes Diversas	181.000,00	181.000,00	121.897,00	-10.347.910,95
RECEITAS DE CAPITAL (II)	**26.990.431,33**	**26.990.431,33**	**16.642.520,38**	**-10.347.910,95**
OPERAÇÕES DE CREDITO	9.333.333,33	9.333.333,33	7.390.806,38	-1.942.526,95
Operações de Crédito Internas	9.333.333,33	9.333.333,33	7.390.806,38	-1.942.526,95
Operações de Crédito Externas	0,00	0,00	0,00	0,00
ALIENAÇÃO DE BENS	280.000,00	280.000,00	737.574,13	-457.574,13
Alienação de Bens Móveis	0,00	0,00	0,00	0,00
Alienação de Bens Imóveis	280.000,00	280.000,00	737.574,13	457.574,13
AMORTIZAÇÃO DE EMPRÉSTIMOS	0,00	0,00	0,00	0,00
TRANSFERENCIA DE CAPITAL	17.377.098,00	17.377.098,00	8.514.139,87	-8.862.958,13
OUTRAS RECEITAS DE CAPITAL	0,00	0,00	0,00	0,00
SUBTOTAL DAS RECEITAS (IV) = (I + II)	**92.265.300,00**	**95.111.371,81**	**89.523.492,98**	**-5.587.878,83**
OPERAÇÕES DE CREDITO/ REFINANCIAMENTO (V)	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**
Operações de Crédito Internas	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**
Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00
Contratual	0,00	0,00	0,00	0,00
Operações de Crédito Externas	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**
Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00
Contratual	0,00	0,00	0,00	0,00
SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO (VI) = (IV+V)	**92.265.300,00**	**95.111.371,81**	**89.523.492,98**	**-5.587.878,83**
TOTAL (VIII) = (VI + VII)	**92.265.300,00**	**95.111.371,81**	**89.523.492,98**	**-5.587.878,83**
Saldos de Exercícios Anteriores (Utilizados Para Créditos Adicionais)	**5.758.268,72**	**5.758.268,72**	**5.758.268,72**	**0,00**
Superávit Financeiro	5.758.268,72	5.758.268,72	5.758.268,72	0,00
Reabertura de Créditos Adicionais	0,00	0,00	0,00	0,00

PREFEITURA MUNICIPAL DE MATUPÁ
BALANÇO ORÇAMENTÁRIO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

DEZEMBRO/2020

DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS	Dotação Inicial (e)	Dotação Atualizada (f)	Despesas Empenhadas (g)	Despesas Liquidadas (h)	Despesas Pagas (i)	Saldo da Dotação (j)=(f-g)
Despesas Correntes (IX)	**56.580.914,67**	**60.046.537,14**	**55.131.628,81**	**53.905.087,59**	**53.816.372,36**	**4.914.908,33**
Pessoal e Encargos Sociais	29.327.725,00	31.317.348,48	28.462.259,18	28.429.381,42	28.429.381,42	2.855.089,30
Juros e Encargos da Dívida	584.000,00	82.732,73	82.732,73	82.732,73	82.732,73	0,00
Outras Despesas Correntes	26.669.189,67	28.646.455,93	26.586.636,90	25.392.973,44	25.304.258,21	2.059.819,03
Despesas de Capital (X)	**33.819.385,33**	**38.958.103,39**	**32.302.972,04**	**25.347.901,19**	**24.742.402,41**	**6.655.131,35**
Investimentos	33.815.385,33	38.954.103,39	32.302.972,04	25.347.901,19	24.742.402,41	6.651.131,35
Inversões Financeiras	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida	4.000,00	4.000,00	0,00	0,00	0,00	4.000,00
Reserva de Contingência (XI)	**15.000,00**	**15.000,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**15.000,00**
Reserva do RPPS (XII)	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**15.000,00**
SUBTOTAL DAS DESPESAS (XIII) = (IX + X + XI + XII)	**90.415.300,00**	**99.019.640,53**	**87.434.600,85**	**79.252.988,78**	**78.558.774,77**	**11.585.039,68**
Amortização da Dívida/ Refinanciamento (XIV)	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**
Amortização da Dívida Interna	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Dívida mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Dívidas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida Externa	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Dívida Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Dívidas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO (XV) = (XIII + XIV)	**90.415.300,00**	**99.019.640,53**	**87.434.600,85**	**79.252.988,78**	**78.558.774,77**	**11.585.039,68**
TOTAL (XVII) = (XV + XVI)	**90.415.300,00**	**99.019.640,53**	**87.434.600,85**	**79.252.988,78**	**78.558.774,77**	**11.585.039,68**

PREFEITURA MUNICIPAL DE MATUPÁ
EXECUÇÃO DE RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

DEZEMBRO/2020

	Inscritos		Liquidados	Pagos	Cancelados	Saldo
	Em Exercícios Anteriores	Em 31 de Dezembro do Exercício Anterior				
	(a)	(b)	(c)	(d)	(e)	(f) = (a+b-d-e)
Despesas Correntes	**18.906,33**	**1.325.191,55**	**948.264,87**	**948.264,87**	**351.727,30**	**44.105,71**
Pessoal e Encargos Sociais	0,00	49.144,67	49.144,67	49.144,67	0,00	0,00
Juros e Encargos da Dívida	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Despesas Correntes	18.906,33	1.276.046,88	899.120,20	899.120,20	351.727,30	44.105,71
Despesas de Capital	**139.920,94**	**2.574.136,61**	**2.367.941,50**	**2.367.941,50**	**8.526,46**	**337.589,59**
Investimentos	139.920,94	2.574.136,61	2.367.941,50	2.367.941,50	8.526,46	337.589,59
Inversões Financeiras	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL	**158.827,27**	**3.899.328,16**	**3.316.206,37**	**3.316.206,37**	**360.253,76**	**381.695,30**

PREFEITURA MUNICIPAL DE MATUPÁ
EXECUÇÃO DE RESTOS A PAGAR PROCESSADOS E NÃO PROCESSADOS LIQUIDADOS
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

DEZEMBRO/2020

	Inscritos		Pagos	Cancelados	Saldo
	Em Exercícios Anteriores	Em 31 de Dezembro do Exercício Anterior			
	(a)	(b)	(c)	(d)	(e) = (a+b-c-d)
Despesas Correntes	**10.150,11**	**86.437,67**	**93.515,77**	**0,00**	**3.072,01**
Pessoal e Encargos Sociais	10.150,11	0,00	7.078,10	0,00	3.072,01
Juros e Encargos da Dívida	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Despesas Correntes	0,00	86.437,67	86.437,67	0,00	0,00
Despesas de Capital	**156.671,31**	**8.905,45**	**165.576,76**	**0,00**	**0,00**
Investimentos	156.671,31	8.905,45	165.576,76	0,00	0,00
Inversões Financeiras	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL	**166.821,42**	**95.343,12**	**259.092,53**	**0,00**	**3.072,01**

VALTER MIOTTO FERREIRA
PREFEITO MUNICIPAL

LEONILDA JANDRA DE OLIVEIRA
SECRETÁRIA MUNICIPAL DE FINANÇAS

MARIA CELOIR DA SILVA FERREIRA
CONTADORA
CRC/MT Nº 016251/O-4

PREFEITURA MUNICIPAL DE MATUPÁ
BALANÇO FINANCEIRO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

DEZEMBRO/2020

INGRESSOS	NOTA	EXERCÍCIO ATUAL	EXERCICÍO ANTERIOR
Receita Orçamentária (I)		**89.523.492,98**	**63.817.511,12**
Ordinária		34.938.933,66	30.587.465,60
Vinculada		54.584.559,32	33.230.045,52
Recursos Vinculados à Educação		16.556.317,64	15.915.309,03
Recursos Vinculados à Saúde		20.907.053,16	11.385.146,74
Recursos Vinculados à Previdência Social - RPPS		0,00	0,00
Recursos Vinculados à Previdência Social - RGPS		0,00	0,00
Recursos Vinculados à Seguridade Social		645.506,27	0,00
Outras Destinações de Recursos		16.475.682,25	5.929.589,75
Transferências Financeiras Recebidas (II)		**147.413,28**	**34.089,82**
Transferências Recebidas para a Execução Orçamentária		147.413,28	34.089,82
Transferências Recebidas Independentes de Execução Orçamentária		0,00	0,00
Transferências Recebidas para Aportes de recursos para o RPPS		0,00	0,00
Outras transferências Recebidas		0,00	0,00
Recebimentos Extraorçamentários (III)		**13.428.628,40**	**7.016.932,90**
Inscrição de Restos a Pagar Não Processados		8.181.612,07	3.899.328,16
Inscrição de Restos a Pagar Processados		694.214,01	95.343,12
Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados		4.519.259,25	2.961.755,07
Outros Recebimentos Extraorçamentários		33.543,07	60.506,55
Saldo do Exercício Anterior (IV)		**10.936.488,80**	**10.172.919,27**
Caixa e Equivalentes de Caixa		10.936.488,80	10.172.919,27
Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados		0,00	0,00
TOTAL (V) = (I + II + III + IV)		**114.036.023,46**	**81.041.453,11**

PREFEITURA MUNICIPAL DE MATUPÁ
BALANÇO FINANCEIRO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

DEZEMBRO/2020

DISPÊNDIOS	NOTA	EXERCÍCIO ATUAL	EXERCICÍO ANTERIOR
Despesa Orçamentária (VI)		**87.434.600,85**	**62.093.387,40**
Ordinária		33.702.908,41	29.368.831,32
Vinculada		53.731.692,44	32.724.556,08
Recursos Destinados à Educação		17.299.984,80	14.856.235,39
Recursos Destinados à Saúde		19.791.642,49	11.324.700,60
Recursos Destinados à Previdência Social - RPPS		0,00	0,00
Recursos Destinados à Previdência Social - RGPS		0,00	0,00
Recursos Destinados à Seguridade Social		618.481,40	388.126,55
Outras Destinações de Recursos		16.021.583,75	6.155.493,54
Transferências Financeiras Concedidas (VII)		**1.850.000,00**	**1.800.000,00**
Transferências Concedidas para a Execução Orçamentária		1.850.000,00	1.800.000,00
Transferências Concedidas Independentes de Execução Orçamentária		0,00	0,00
Transferências Concedidas para Aportes de recursos para o RPPS		0,00	0,00
Outras Transferências Concedidas		0,00	0,00
Pagamentos Extraorçamentários (VIII)		**8.128.101,22**	**6.704.988,56**
Pagamentos de Restos a Pagar Não Processados		3.316.206,37	2.720.062,29
Pagamentos de Restos a Pagar Processados		259.092,53	962.664,65
Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados		4.519.259,25	2.961.755,07
Outros Pagamentos Extraorçamentários		33.543,07	60.506,55
Saldo para o Exercício Seguinte (IX)		**16.623.321,39**	**10.936.488,80**
Caixa e Equivalentes de Caixa		16.623.321,39	10.936.488,80
Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados		0,00	0,00
TOTAL (X) = (VI + VII + VIII + IX)		**114.036.023,46**	**81.534.864,76**

PREFEITURA MUNICIPAL DE MATUPÁ
BALANÇO FINANCEIRO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

DEZEMBRO/2020

ESPECIFICAÇÃO	Exercício Atual			Exercício Anterior		
	Receita Orçamentária (a)	Deduções da Receita Orçamentária (b)	Saldo (c) = (a - b)	Receita Orçamentária (d)	Deduções da Receita Orçamentária (e)	Saldo (f) = (d - e)
Ordinária	**42.611.812,22**	**7.672.878,56**	**34.938.933,66**	**37.828.619,73**	**7.241.154,13**	**30.587.465,60**
Vinculada	**54.607.667,83**	**23.108,51**	**54.584.559,32**	**33.994.809,33**	**271.352,16**	**33.723.457,17**
Recursos Vinculados à Educação	16.570.760,84	14.443,20	16.556.317,64	16.089.748,81	174.439,78	15.915.309,03
Recursos Vinculados à Saúde	20.915.718,47	8.665,31	20.907.053,16	11.482.059,12	96.912,38	11.385.146,74
Recursos Vinculados à Previdência Social - RPPS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Recursos Vinculados à Previdência Social - RGPS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Recursos Vinculados à Assistência Social	645.506,27	0,00	645.506,27	493.411,65	0,00	493.411,65
Outras Destinações de Recursos	16.475.682,25	0,00	16.475.682,25	5.929.589,75	0,00	5.929.589,75
TOTAL	**97.219.480,05**	**7.695.987,07**	**89.523.492,98**	**71.823.429,06**	**7.512.506,29**	**64.310.922,77**

VALTER MIOTTO FERREIRA
PREFEITO MUNICIPAL

LEONILDA JANDRA DE OLIVEIRA
SECRETÁRIA MUNICIPAL DE FINANÇAS

MARIA CELOIR DA SILVA FERREIRA
CONTADORA
CRC/MT Nº 016251/O-4

PREFEITURA MUNICIPAL DE MATUPÁ
BALANÇO PATRIMONIAL
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

DEZEMBRO/2020

ATIVO	NOTA	EXERCÍCIO ATUAL	EXERCICÍO ANTERIOR
Ativo Circulante		**18.149.121,31**	**11.855.282,07**
Caixa e Equivalentes de Caixa		16.623.321,39	10.936.488,80
Créditos a Curto Prazo		0,00	750,00
Investimentos e Aplicações Temporárias a Curto Prazo		0,00	0,00
Estoques		1.525.799,92	918.043,27
VPD Pagas Antecipadamente		0,00	0,00
Total do Ativo Circulante		**18.149.121,31**	**11.855.282,07**
Ativo Não Circulante		**89.525.921,91**	**62.795.528,62**
Realizável a Longo Prazo		**6.119.616,65**	**3.800.834,62**
Créditos a Longo Prazo		6.119.616,65	3.800.834,62
Investimentos Temporários a Longo Prazo		0,00	0,00
Estoques		0,00	0,00
VPD pagas antecipadamente		0,00	0,00
Investimentos		0,00	0,00
Imobilizado		83.406.305,26	58.994.694,00
Intangível		0,00	0,00
Total do Ativo Não Circulante		**89.525.921,91**	**62.795.528,62**
TOTAL DO ATIVO		**107.675.043,22**	**74.650.810,69**

PREFEITURA MUNICIPAL DE MATUPÁ
BALANÇO PATRIMONIAL
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

DEZEMBRO/2020

PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	NOTA	EXERCÍCIO ATUAL	EXERCICÍO ANTERIOR
Passivo Circulante		**697.286,02**	**262.164,54**
Obrigações Trab. Prev. e Assistenciais a Pagar a Curto Prazo		0,00	0,00
Empréstimos e Financiamentos a Curto Prazo		0,00	0,00
Fornecedores e Contas a Pagar a Curto Prazo		607.804,03	209.072,75
Obrigações Fiscais a Curto Prazo		85.518,98	34.749,88
Obrigações de Repartições a Outros Entes		0,00	0,00
Provisões a Curto Prazo		0,00	0,00
Demais Obrigações a Curto Prazo		3.963,01	18.341,91
Total do Passivo Circulante		**697.286,02**	**262.164,54**
Passivo Não Circulante		**14.000.000,00**	**0,00**
Obrigações Trab. Prev. e Assistenciais a Pagar a Longo Prazo		0,00	0,00
Empréstimos e Financiamentos a Longo Prazo		14.000.000,00	0,00
Fornecedores e Contas a Pagar a Longo Prazo		0,00	0,00
Obrigações Fiscais a Longo Prazo		0,00	0,00
Provisões a Longo Prazo		0,00	0,00
Demais Obrigações a Longo Prazo		0,00	0,00
Resultado Diferido		0,00	0,00
Total do Passivo Não Circulante		**14.000.000,00**	**0,00**
Patrimônio Líquido		**92.977.757,20**	**74.388.646,15**
Patrimônio Social e Capital Social		0,00	0,00
Adiantamento Para Futuro Aumento de Capital		0,00	0,00
Reservas de Capital		0,00	0,00
Ajustes de Avaliação Patrimonial		0,00	0,00
Reservas de Lucros		0,00	0,00
Demais Reservas		0,00	0,00
Resultados Acumulados		92.977.757,20	74.388.646,15
(-) Ações / Cotas em Tesouraria		0,00	0,00
Total do Patrimônio Líquido		**92.977.757,20**	**74.388.646,15**
TOTAL DO PASSIVO E DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO		**107.675.043,22**	**74.650.810,69**

PREFEITURA MUNICIPAL DE MATUPÁ
QUADRO DOS ATIVOS E PASSIVOS FINANCEIROS E PERMANENTES
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

DEZEMBRO/2020

	NOTA	EXERCÍCIO ATUAL	EXERCICÍO ANTERIOR
Ativo (I)		**107.675.043,22**	**74.650.810,69**
Ativo Financeiro		16.623.321,39	10.936.488,80
Ativo Permanente		91.051.721,83	63.714.321,89
Total do Ativo		**107.675.043,22**	**74.650.810,69**
Passivo (II)		**23.263.665,40**	**4.330.470,08**
Passivo Financeiro		9.263.665,40	4.330.470,08
Passivo Permanente		14.000.000,00	0,00
Total do Passivo		**23.263.665,40**	**4.330.470,08**
Saldo Patrimonial (III) = (I - II)		**84.411.377,82**	**70.320.340,61**

PREFEITURA MUNICIPAL DE MATUPÁ
QUADRO DAS CONTAS DE COMPENSAÇÃO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

DEZEMBRO/2020

	NOTA	EXERCÍCIO ATUAL	EXERCICÍO ANTERIOR
Atos Potenciais Ativos		**10.295.099,06**	**16.122.283,38**
Garantias e Contragarantias recebidas		0,00	0,00
Direitos Conveniados e outros instrumentos congêneres		10.295.099,06	16.122.283,38
Direitos Contratuais		0,00	0,00
Outros atos potenciais ativo		0,00	0,00
Total dos Atos Potenciais Ativos		**10.295.099,06**	**16.122.283,38**
Atos Potenciais Passivos		**24.367.588,78**	**23.363.269,08**
Garantias e Contragarantias concedidas		0,00	0,00
Obrigações conveniadas e outros instrumentos congêneres		38.500,00	124.806,93
Obrigações contratuais		24.329.088,78	23.238.462,15
Outros atos potenciais passivos		0,00	0,00
Total dos Atos Potenciais Passivos		**24.367.588,78**	**23.363.269,08**
TOTAL DOS ATOS POTENCIAIS		**-14.072.489,72**	**-7.240.985,70**

PREFEITURA MUNICIPAL DE MATUPÁ
QUADRO DO SUPERÁVIT / DÉFICIT FINANCEIRO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

DEZEMBRO/2020

FONTES DE RECURSOS	NOTA	EXERCÍCIO ATUAL	EXERCICÍO ANTERIOR
0.1.00.000000 RECURSOS ORDINÁRIOS PRÓPRIOS		234.718,68	1.480.201,08
0.1.00.082000 TRANSFERÊNCIA DA UNIÃO - LEI COMPLEMENTAR 176/2020		865.765,23	0,00
0.1.01.000000 RECURSOS DE IMPOSTOS EDUCAÇÃO		66.671,23	18.412,27
0.1.02.000000 RECURSOS DE IMPOSTOS - SAÚDE		659.841,45	123.209,33
0.1.15.049000 FNDE - SALÁRIO EDUCAÇÃO		23.497,79	455.993,17
0.1.15.051000 FNDE - PNAE		235.378,84	4.962,35
0.1.15.052000 FNDE - TRANSPORTE ESCOLAR		91.353,14	23.132,63
0.1.15.053000 FNDE - OUTROS		1.323,82	461.254,65
0.1.18.000000 TRANSF. DO FUNDEB - (REMUNERAÇÃO DOS PROFISSIONAIS DO MAGISTERIO) - SEM DETALHAMENTO		219.272,89	174.776,94
0.1.19.000000 TRANSFERÊNCIAS DO FUNDEB - (APLICAÇÃO EM OUTRAS DESPESAS DA EDUCAÇÃO BÁSICA)		58.492,60	168.024,32
0.1.22.055000 TRANSF DE CONVENIOS EDUCAÇÃO - ESTADO		164.575,57	161.726,87
0.1.23.054000 TRANSF.CONVÊNIO SAÚDE UNIÃO - OUTROS		40.888,43	392,84
0.1.23.055000 TRANSF.CONVÊNIO SAÚDE - ESTADO OUTROS		280.051,49	96,85
0.1.24.054000 TRANSF.DE CONV. - OUTROS UNIÃO		1.013.522,29	136.005,89
0.1.24.055000 TRANSF.DE CONVÊNIOS ESTADO -OUTROS		5.569,46	256,13
0.1.26.076000 ENFRENTAMENTO DO CORONAVIRUS INSTITUÍDO PELA LC N. 173 ART. 5. I SAÚDE		13.570,58	0,00
0.1.27.000000 DEMAIS RECURSOS VINCULADOS DESTINADOS ASSISTÊNCIA SOCIAL		86,58	62,07
0.1.29.000000 FUNDO NACIONAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL - SEM DETALHAMENTO		158.877,50	228.625,17
0.1.29.074000 AÇÕES ENFRENTAMENTO DO CORONAVÍRUS - COVID 19 NO SUAS		92.085,31	0,00
0.1.30.000000 RECURSOS DO FETHAB - SEM DETALHAMENTO		25.207,48	80.423,71
0.1.30.061000 FETHAB (TRANSPORTE ESCOLAR) - INCISO II, § 8º DO ART. 37 DEC. N. 1261/2000		246.641,92	1.971,53
0.1.37.000000 TRANSFERÊNCIA DA UNIÃO REFERENTE À CESSÃO ONEROSA - PRÉ-SAL - LEI N. 13.885/2019		0,00	604.333,47
0.1.42.010000 PROGRAMA DE SAÚDE DA FAMÍLIA - PSF		72.326,78	72.880,99
0.1.42.011000 SAUDE BUCAL		117,66	23.337,81
0.1.42.012000 AGENTES COMUNITÁRIOS DE SAÚDE - PACS		11.332,59	22.027,18
0.1.42.013000 FARMÁCIA BÁSICA		15.538,46	6.757,55
0.1.42.015000 VIGILÂNCIA SANITÁRIA		9.040,09	83,00
0.1.42.016000 EPIDEMIOLOGIA E CONTROLE DE DOENÇAS - ECD		391,04	766,26
0.1.42.017000 MÉDIA ALTA COMPLEXIDADE - MAC		23.797,92	31.488,77
0.1.43.000000 TRANSFERÊNCIA DE RECURSOS DO ESTADO PARA AÇÕES DE ASSISTÊNCIA SOCIAL		53.236,34	17.506,30
0.1.46.008000 ATENCAO BASICA		783.976,65	213.899,34
0.1.46.010000 PROGRAMA DE SAUDE DA FAMILIA - PSF		110.849,39	5.421,43
0.1.46.011000 SAUDE BUCAL - PROGRAMA DE SAUDE DA FAMILIA - PSF ODONTO		45.426,10	23.403,46
0.1.46.012000 AGENTES COMUNITARIOS DE SAUDE - PACS		50.097,18	58.859,31
0.1.46.013000 ASSISTENCIA FARMACEUTICA		46.502,93	23.432,75
0.1.46.015000 VIGILANCIA EM SAUDE		12.960,31	10.828,89
0.1.46.016000 EPIDEMIOLOGIA E CONTROLE DE DOENCAS - ECD		11.609,75	25.286,35
0.1.46.017000 ATENCAO DE MEDIA E ALTA COMPLEXIDADE AMB. E HOSPITALAR		20.385,83	833.844,85
0.1.46.022000 GESTÃO DO SUS		497,76	864,92
0.1.46.074000 AÇÕES DE SAÚDE PARA O ENFRENTAMENTO DO CORONAVÍRUS - COVID 19		374.147,32	0,00
0.1.47.008000 ATENCAO BASICA		84.544,91	54.805,17
0.1.47.021000 ATENÇÃO ESPECIALIZADA		0,00	170.000,00
0.1.47.022000 GESTAO DO SUS - BL. INVESTIMENTO SERVICOS DE SAUDE		0,03	19,24
0.1.47.074000 AÇÕES DE SAÚDE PARA O ENFRENTAMENTO DO CORONAVÍRUS - COVID 19		13.900,00	0,00
0.3.00.000000 RECURSOS DO TESOURO - EXERCÍCIO ANTERIOR		148.297,18	10.971,41
0.3.01.000000 RECURSO DE IMPOSTO EDUCAÇÃO - EXERCÍCIO ANTERIOR		0,00	12.339,17
0.3.02.000000 RECURSOS DE IMPOSTOS - SAÚDE - EXERCÍCIO ANTERIOR		13.657,26	28.416,59
0.3.15.049000 FNDE - SALARIO EDUCAÇÃO		0,00	66.806,87
0.3.15.051000 FNDE - PNAE - EXERCÍCIO ANTERIOR		3.679,55	0,00
0.3.15.052000 FNDE - TRANSPORTE ESCOLAR - EXERCÍCIO ANTERIOR		1.337,43	22,68
0.3.15.053000 FNDE - OUTROS - EXERCÍCIO ANTERIOR		8.073,55	0,00
0.3.18.000000 TRANSF. DO FUNDEB - (REMUNERAÇÃO DOS PROFISSIONAIS DO MAGISTÉRIO) SEM DETALHAMENTO		7.176,43	3.171,67
0.3.19.000000 TRANSFERÊNCIA DO FUNDEB - (APLICAÇÃO EM OUTRAS DESPESAS DA EDUCAÇÃO BÁSCIA)		623,03	211,30
0.3.22.055000 TRANSF. DE CONVÊNIOS EDUCAÇÃO - ESTADO - EXERCÍCIO ANTERIOR		696,14	14,33
0.3.23.054000 TRANS. CONVÊNIO SAÚDE UNIÃO - EXERCÍCIO ANTERIOR		531.633,16	534.581,14
0.3.23.055000 TRANSF. CONVÊNIO SAÚDE - OUTROS - EXERCÍCIO ANTERIOR		15.330,63	15.233,78
0.3.24.055000 TRANSF. DE CONVÊNIOS ESTADOS - OUTROS - EXERCÍCIO ANTERIOR		3.808,98	15.622,53
0.3.27.000000 DEMAIS RECURSOS VINCULADOS DESTINADOS ASSISTENCIA SOCIAL - EXERCÍCIO ANTERIOR		64,81	2,74
0.3.29.000000 FUNDO NACIONAL DE ASSISTENCIA SOCIAL - SEM DETALHAMENTO - EXERCÍCIO ANTERIOR		20.976,92	34.952,24
0.3.30.000000 RECURSOS DO FETHAB - SEM DETALHAMENTO - EXERCÍCIO ANTERIOR		0,00	1.568,90
0.3.30.061000 FETHAB (TRANSPORTE ESCOLAR) - INCISO II, § 8º DO ART. 37 DEC. N. 1261/2000		0,00	469,47
0.3.42.010000 PROGRAMA DE SAÚDE DA FAMÍLIA - PSF- EXERCÍCIO ANTERIOR		1.238,50	30.018,77
0.3.42.011000 SAÚDE BUCAL - EXERCÍCIO ANTERIOR		0,16	5,01
0.3.42.012000 AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE - PACS - EXERCÍCIO ANTERIOR		717,33	16.473,40
0.3.42.013000 FARMÁCIA BÁSICA - EXERCÍCIO ANTERIOR		37,48	217,67
0.3.42.015000 TRANSF. REC. SUS - VIGILÂNCIA SANITÁRIA		8,27	1.431,27

PREFEITURA MUNICIPAL DE MATUPÁ
QUADRO DO SUPERÁVIT / DÉFICIT FINANCEIRO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

DEZEMBRO/2020

FONTES DE RECURSOS	NOTA	EXERCÍCIO ATUAL	EXERCICÍO ANTERIOR
0.3.42.016000 EPIDEMIOLOGIA E CONTROLE DE DOENÇAS - ECD - EXERCÍCIO ANTERIOR		5.529,35	4.763,09
0.3.42.017000 MÉDIA ALTA COMPLEXIDADE - MAC- EXERCÍCIO ANTERIOR		4.251,41	2.504,09
0.3.43.000000 TRANSFERENCIA DE RECURSOS DO ESTADO PARA AÇÕES DE ASSISTENCIA SOCIAL - EXERCÍCIO ANTERIOR		5.677,09	990,47
0.3.46.008000 ATENCAO BASICA		4.538,36	1.067,51
0.3.46.010000 PROGRAMA DE SAUDE DA FAMILIA - PSF		281,03	6.708,50
0.3.46.011000 SAUDE BUCAL - PROGRAMA DE SAUDE DA FAMILIA - PSF ODONTO		18,08	9.921,13
0.3.46.012000 AGENTES COMUNITARIOS DE SAUDE - PACS		743,46	10.536,35
0.3.46.013000 FARMACIA BASICA		24,84	3.763,29
0.3.46.015000 VIGILANCIA EM SAUDE		10.041,84	7.395,76
0.3.46.016000 EPIDEMIOLOGIA E CONTROLE DE DOENCAS - ECD		129,66	0,00
0.3.46.017000 ATENCAO DE MEDIA E ALTA COMPLEXIDADE AMB. E HOSPITALAR		71.652,43	7.406,63
0.3.46.022000 GESTAO DO SUS		20.769,27	19.904,35
0.3.47.008000 ATENCAO BASICA		73.623,81	49.301,88
0.3.47.021000 ATENÇÃO ESPECIALIZADA		170.000,00	0,00
0.3.47.022000 GESTAO DO SUS - BL. INVESTIMENTO SERVICOS DE SAUDE		19,24	0,00
Total das Fontes de Recursos		**7.362.728,00**	**6.616.168,83**

VALTER MIOTTO FERREIRA
PREFEITO MUNICIPAL

LEONILDA JANDRA DE OLIVEIRA
SECRETÁRIA MUNICIPAL DE FINANÇAS

MARIA CELOIR DA SILVA FERREIRA
CONTADORA
CRC/MT Nº 016251/O-4

PREFEITURA MUNICIPAL DE MATUPÁ
DEMONSTRAÇÃO DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

DEZEMBRO/2020

	NOTA	EXERCÍCIO ATUAL	EXERCICÍO ANTERIOR
VARIAÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS		**102.763.902,78**	**76.135.808,52**
Impostos Taxas e Contribuições de Melhoria		13.717.528,31	9.972.643,69
Contribuições		497.588,41	415.339,97
Exploração e Venda de Bens Serviços e Direitos		0,00	0,00
Variações Patrimoniais Aumentativas Financeiras		959.748,86	1.195.852,77
Transferências e Delegações Recebidas		75.538.173,69	59.323.491,04
Valorização e Ganhos com Ativos e Desincorporação de Passivos		4.228.321,48	1.545.919,08
Outras Variações Patrimoniais Aumentativas		7.822.542,03	3.682.561,97
Total das Variações Patrimoniais Aumentativas (I)		**102.763.902,78**	**76.135.808,52**
VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS		**84.174.791,73**	**61.132.013,23**
Pessoal e Encargos		28.478.526,09	24.835.876,84
Benefícios Previdenciários e Assistenciais		0,00	0,00
Uso de Bens Serviços e Consumo de Capital Fixo		25.164.479,88	22.867.197,53
Variações Patrimoniais Diminutivas Financeiras		91.232,73	0,00
Transferências e Delegações Concedidas		9.536.571,40	9.480.264,33
Desvalorização e Perdas de Ativos e Incorporação de Passivos		19.250.548,54	2.325.263,39
Tributárias		780.471,31	544.327,39
Custo das Mercadorias e Produtos Vendidos e dos Serviços Prestados		0,00	0,00
Outras Variações Patrimoniais Diminutivas		872.961,78	1.079.083,75
Total das Variações Patrimoniais Diminutivas (II)		**84.174.791,73**	**61.132.013,23**
RESULTADO PATRIMONIAL DO PERÍODO (III) = (I - II)		**18.589.111,05**	**15.003.795,29**

PREFEITURA MUNICIPAL DE MATUPÁ
DEMONSTRAÇÃO DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

DEZEMBRO/2020

NOTA I - IMPOSTOS, TAXAS E CONTRIBUIÇÕES DE MELHORIA	EXERCÍCIO ATUAL	EXERCICÍO ANTERIOR
Impostos	11.194.504,36	8.563.403,44
Taxas	2.509.547,85	1.159.060,33
Contribuições de Melhoria	13.476,10	250.179,92
Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria	**13.717.528,31**	**9.972.643,69**
NOTA II - CONTRIBUIÇÕES	EXERCÍCIO ATUAL	EXERCICÍO ANTERIOR
Contribuições Sociais	0,00	0,00
Contribuições de Intervenção no Domínio Econômico	0,00	0,00
Contribuição de Iluminação Pública	497.588,41	415.339,97
Contribuições de Interesse das Categorias Profissionais	0,00	0,00
Contribuições	**497.588,41**	**415.339,97**
NOTA III - EXPLORAÇÃO E VENDA DE BENS, SERVIÇOS E DIREITOS	EXERCÍCIO ATUAL	EXERCICÍO ANTERIOR
Vendas de Mercadorias	0,00	0,00
Vendas de Produtos	0,00	0,00
Exploração de Bens Direitos e Prestação de Serviços	0,00	0,00
Exploração e Venda de Bens, Serviços e Direitos	**0,00**	**0,00**
NOTA IV - VARIAÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS FINANCEIRAS	EXERCÍCIO ATUAL	EXERCICÍO ANTERIOR
Juros e Encargos de Empréstimos e Financiamentos Concedidos	0,00	0,00
Juros e Encargos de Mora	819.514,88	744.719,76
Variações Monetárias e Cambiais	0,00	0,00
Descontos Financeiros Obtidos	0,00	0,00
Remuneração de Depósitos Bancários e Aplicações Financeiras	140.233,98	451.133,01
Aportes do Banco Central	0,00	0,00
Outras Variações Patrimoniais Aumentativas – Financeiras	0,00	0,00
Variações Patrimoniais Aumentativas Financeiras	**959.748,86**	**1.195.852,77**
NOTA V - TRANSFERÊNCIAS E DELEGAÇÕES RECEBIDAS	EXERCÍCIO ATUAL	EXERCICÍO ANTERIOR
Transferências Intragovernamentais	147.413,28	34.089,82
Transferências Intergovernamentais	75.390.760,41	51.520.315,23
Transferências das Instituições Privadas	0,00	0,00
Transferências das Instituições Multigovernamentais	0,00	7.769.085,99
Transferências de Consórcios Públicos	0,00	0,00
Transferências do Exterior	0,00	0,00
Execução Orçamentária Delegada de Entes	0,00	0,00
Transferências de Pessoas Físicas	0,00	0,00
Outras Transferências e Delegações Recebidas	0,00	0,00
Transferências e Delegações Recebidas	**75.538.173,69**	**59.323.491,04**
NOTA VI - VALORIZAÇÃO E GANHOS COM ATIVOS E DESINCORPORAÇÃO DE PASSIVOS	EXERCÍCIO ATUAL	EXERCICÍO ANTERIOR
Reavaliação de Ativos	3.506.920,24	916.049,29
Ganhos com Alienação	721.401,24	627.316,27
Ganhos com Incorporação de Ativos	0,00	0,00
Desincorporação de Passivos	0,00	2.553,52
Reversão de Redução ao Valor Recuperável	0,00	0,00
Valorização e Ganhos com Ativos e Desincorporação de Passivos	**4.228.321,48**	**1.545.919,08**
NOTA VII - OUTRAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS	EXERCÍCIO ATUAL	EXERCICÍO ANTERIOR
VPA a classificar	7.390.806,38	0,00
Resultado Positivo de Participações	0,00	0,00
Operações da Autoridade Monetária	0,00	0,00
Subvenções Econômicas	0,00	0,00
Reversão de Provisões e Ajustes para Perdas	0,00	0,00
Diversas Variações Patrimoniais Aumentativas	431.735,65	3.682.561,97
Outras Variações Patrimoniais Aumentativas	**7.822.542,03**	**3.682.561,97**
NOTA VIII - PESSOAL E ENCARGOS	EXERCÍCIO ATUAL	EXERCICÍO ANTERIOR
Remuneração a Pessoal	23.536.266,50	20.631.728,42
Encargos Patronais	4.186.133,33	3.727.444,92
Benefícios a Pessoal	0,00	0,00
Outras Variações Patrimoniais Diminutivas - Pessoal e Encargos	756.126,26	476.703,50
Pessoal e Encargos	**28.478.526,09**	**24.835.876,84**

PREFEITURA MUNICIPAL DE MATUPÁ
DEMONSTRAÇÃO DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

DEZEMBRO/2020

NOTA IX - BENEFÍCIOS PREVIDENCIÁRIOS E ASSISTENCIAIS	EXERCÍCIO ATUAL	EXERCICÍO ANTERIOR
Aposentadorias e Reformas	0,00	0,00
Pensões	0,00	0,00
Benefícios de Prestação Continuada	0,00	0,00
Benefícios Eventuais	0,00	0,00
Políticas Públicas de Transferência de Renda	0,00	0,00
Outros Benefícios Previdenciários e Assistenciais	0,00	0,00
Benefícios Previdenciários e Assistenciais	**0,00**	**0,00**
NOTA X - USO DE BENS, SERVIÇOS E CONSUMO DE CAPITAL FIXO	EXERCÍCIO ATUAL	EXERCICÍO ANTERIOR
Uso de Material de Consumo	11.390.086,74	10.230.015,42
Serviços	12.351.016,89	11.490.150,71
Depreciação Amortização e Exaustão	1.423.376,25	1.147.031,40
Uso de Bens, Serviços e Consumo de Capital Fixo	**25.164.479,88**	**22.867.197,53**
NOTA XI - VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS FINANCEIRA	EXERCÍCIO ATUAL	EXERCICÍO ANTERIOR
Juros e Encargos de Empréstimos e Financiamentos Obtidos	82.732,73	0,00
Juros e Encargos de Mora	8.500,00	0,00
Variações Monetárias e Cambiais	0,00	0,00
Descontos Financeiros Concedidos	0,00	0,00
Aporte ao Banco Central	0,00	0,00
Outras Variações Patrimoniais Diminutivas – Financeiras	0,00	0,00
Variações Patrimoniais Diminutivas Financeiras	**91.232,73**	**0,00**
NOTA XII - TRANSFERÊNCIAS E DELEGAÇÕES CONCEDIDAS	EXERCÍCIO ATUAL	EXERCICÍO ANTERIOR
Transferências Intragovernamentais	1.850.000,00	1.800.000,00
Transferências Intergovernamentais	6.876.234,54	6.601.844,80
Transferências a Instituições Privadas	263.736,68	521.727,59
Transferências a Instituições Multigovernamentais	0,00	0,00
Transferências a Consórcios Públicos	546.600,18	556.691,94
Transferências ao Exterior	0,00	0,00
Execução Orçamentária Delegada de Entes	0,00	0,00
Outras Transferências e Delegações Concedidas	0,00	0,00
Transferências e Delegações Concedidas	**9.536.571,40**	**9.480.264,33**
NOTA XIII - DESVALORIZAÇÃO E PERDA DE ATIVOS E INCORPORAÇÃO DE PASSIVOS	EXERCÍCIO ATUAL	EXERCICÍO ANTERIOR
Redução a Valor Recuperável e Ajuste para Perdas	328.062,44	913.733,95
Perdas com Alienação	0,00	0,00
Perdas Involuntárias	84.476,96	0,00
Incorporação de Passivos	14.000.000,00	0,00
Desincorporação de Ativos	4.838.009,14	1.411.529,44
Desvalorização e Perdas de Ativos e Incorporação de Passivos	**19.250.548,54**	**2.325.263,39**
NOTA XIV - TRIBUTÁRIAS	EXERCÍCIO ATUAL	EXERCICÍO ANTERIOR
Impostos Taxas e Contribuições de Melhoria	0,00	0,00
Contribuições	780.471,31	544.327,39
Total de VPD Tributárias	**780.471,31**	**544.327,39**
NOTA XV - CUSTO DAS MERCADORIAS E PRODUTOS VENDIDOS, E DOS SERVIÇOS PRESTADOS	EXERCÍCIO ATUAL	EXERCICÍO ANTERIOR
Custos das Mercadorias Vendidas	0,00	0,00
Custos dos Produtos Vendidos	0,00	0,00
Custos dos Serviços Prestados	0,00	0,00
Total de Custo das Mercadorias e Produtos Vendidos, e dos Serviços Prestados	**0,00**	**0,00**
NOTA XVI - OUTRAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS	EXERCÍCIO ATUAL	EXERCICÍO ANTERIOR
Premiações	10.098,00	163.034,46
Resultado Negativo de Participações	0,00	0,00
Operações da Autoridade Monetária	0,00	0,00
Incentivos	0,00	0,00
Subvenções Econômicas	0,00	0,00
Participações e Contribuições	0,00	0,00
Constituição de Provisões	0,00	0,00
Diversas Variações Patrimoniais Diminutivas	862.863,78	916.049,29
Total de Outras Variações Patrimoniais Diminutivas	**872.961,78**	**1.079.083,75**

VALTER MIOTTO FERREIRA
PREFEITO MUNICIPAL

LEONILDA JANDRA DE OLIVEIRA
SECRETÁRIA MUNICIPAL DE FINANÇAS

MARIA CELOIR DA SILVA FERREIRA
CONTADORA
CRC/MT Nº 016251/O-4

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO/DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES
ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 033/2021

Pelo presente instrumento **O MUNICÍPIO DE MATUPÁ – ESTADO DE MATO GROSSO,** devidamente inscrito no CNPJ/MF sob o nº. 24.772.188/0001-54, com sede na Prefeitura Municipal, localizada na Avenida Hermínio Ometto, nº. 101, ZE-022, neste ato representado pelo Prefeito Municipal

o Sr. FERNANDO ZAFONATO, brasileiro, casado, empresário, portador da RG nº. 41330708-SESP/PR, inscrito no CPF sob o nº. 603.459.349-20, residente e domiciliado na Rua 07 nª 829 Bairro ZH3-001, nesta Cidade de Matupá/MT, nesta Cidade de Matupá/MT RESOLVE registrar os preços da empresa **RIBEIRO COMERCIO DE COMPUTADORES LTDA ME,** devidamente inscrita no CNPJ sob o nº. 09.237.458/0001-33 e Inscrição Estadual n° 13.347.772-0, com sede na Rua 21, n° 3002, Bairro Centro, na Cidade de Matupá/MT, CEP 78525-000, e-mail florencamatupa@hotmail.com, telefone (66) 3595-2128, neste ato representada pela Sócia **DIONEIDE APARECIDA RIBEIRO**, portadora da RG nº 1226202-1 SSP/MT e do CPF nº 850.445. 711-72, nas quantidades estimadas **na Seção quatro desta Ata de Registro de Preços**, de acordo com a classificação por elas alcançadas Global, atendendo as condições previstas no Instrumento Convocatório e as constantes desta Ata de Registro de Preços, sujeitando-se as partes às normas constantes da Lei nº 8.666/93, 10580/02 e suas alterações e Decreto Municipal 1136, de 02 de fevereiro de 2009 e Decreto Municipal nº 1665/2013:

1 - OBJETO

1.1 - Constitui objeto desta ata de registro de preço, o "**PREGÃO ELETRÔNICO SISTEMA REGISTRO DE PREÇO PARA FUTURAS E EVENTUAIS AQUISIÇÕES DE MATERIAIS DE EXPEDIENTE EM ATENDIMENTO AS SECRETARIAS MUNICIPAIS DE MATUPÁ"** de acordo com a planilha partes integrantes do Edital da respectiva **PREGÃO ELETRÔNICO Nº. 06/2021.**

2 - ADESÃO DE ORGÃOS NÃO PARTICIPANTES

2.1 - Os órgãos e entidades que não participaram do registro de preços, quando desejarem fazer uso da Ata de Registro de Preços, deverão manifestar seu interesse junto ao órgão gerenciador da Ata, para que este indique os possíveis fornecedores e respectivos preços a serem praticados, obedecida a ordem de classificação.

2.2 - Caberá ao fornecedor beneficiário da Ata de Registro de Preços, observadas as condições nela estabelecidas, optar pela aceitação ou não do serviço, independentemente dos quantitativos registrados em Ata, desde que o fornecimento não prejudique as obrigações anteriormente assumidas.

2.3 - As aquisições ou contratações adicionais, não poderão exceder, por órgão ou por entidade, a cem por cento dos quantitativos registrados na Ata de Registro de Preços.

3 - DA GERÊNCIA DA PRESENTE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

3.1 - O gerenciamento deste instrumento caberá a Prefeitura Municipal de Matupá.

3.2 - A presente Ata terá validade de 12 (doze) meses**,** contados a partir de sua publicação no Jornal Oficial dos Municípios.

3.3 - As SECRETARIAS/ORGÃOS/ENTIDADES participantes desta Ata de Registro de Preços são:

Gabinete do Prefeito, Secretaria Municipal de Planejamento, Secretaria Municipal de Finanças, Secretaria Municipal de Administração, Secretaria Municipal de Educação e Desporto, Secretaria Municipal de Saúde, Secretaria Municipal de Assistência Social, Secretaria Municipal de Obras, Urbanismo e Transportes e Secretaria Municipal de Industria, Comercio, Turismo, Cultura e Lazer.

4 – DOS PRODUTOS

4.1 - O preço, a quantidade, o fornecedor e a especificação dos produtos registrados nesta Ata, encontram-se indicados na tabela abaixo:

Código	Nome	Unidade de Forn.	Marca	Quant.	Vlr. Unitário	Total
363846	ALMOFADA PARA CARIMBO - EM ESTOJO PLASTICO,COM ENTINTAMENTO, PRETA, Nº 3	UNIDADE	RADEX	51	3,0000	153,00
363867	APAGADOR - PARA QUADRO BRANCO,DE PLASTICO, MEDINDO 15,00X5,00CM, COM BASE DE ESPUMA,COM ESTOJO PARA DOIS PINCEIS	UNIDADE	SOUZA	65	2,0900	135,85
372730	APONTADOR COM DEPÓSITO DUPLO (JUMBO E GRAFITE), DEPÓSITO EM PLÁTICO TRANSPARENTE, DIÂMETRO COMPATIVEL COM LAPÍS GRAFITE E LAPÍS GRAFITE/DE COR TAMANHO JUMBO	UNIDADE	LEO LEO	1796	1,1700	2.101,32
372856	APONTADOR COM DEPÓSITO SIMPLES (GRAFITE), DEPÓSITO EM PLÁTICO TRANSPARENTE, DIÂMETRO COMPATIVEL COM LÁPIS GRAFITE E LAPIS DE COR TAMANHO NORMAL	UNIDADE	LEO LEO	661	0,8000	528,80
363868	APONTADOR DE LAPIS - DE METAL,SIMPLES,SEM DEPOSITO - CAIXA COM 24 UNIDADES	CAIXA 24,000 UNIDADE	LEO LEO	38	16,0000	608,00
363870	APONTADOR DE LAPIS - DE PLASTICO,SIMPLES,COM DEPOSITO	UNIDADE	LEO LEO	124	0,2500	31,00
372978	BOBINA TERMICA PARA PDV AMARELA 57MM X 40M - CAIXA COM 30 UNIDADES	CAIXA 30,000 UNIDADE	MAXPRINT	124	91,5000	11.346,00
363912	BORRACHA - DE LATEX NATURAL,ESCOLAR, PARA LAPIS E GRAFITE, NO FORMATO RETANGULAR, NUMERO 40, NA COR BRANCA - CAIXA COM 40 UNIDADES	CAIXA 40,000 UNIDADE	LEO LEO	33	8,4500	278,85
363913	BORRACHA - DE LATEX NATURAL,ESCOLAR, PARA LAPIS E GRAFITE, NO FORMATO RETANGULAR, NUMERO 60, NA COR BRANCA - CAIXA COM 60 UNIDADES	CAIXA 60,000 UNIDADE	LEO LEO	35	9,3200	326,20
372741	CADERNO BROCHURÃO CAPA DURA 96 FOLHAS, PAUTADO, GRAMATURA DE 56 G/M², FORMATO 200X275MM	UNIDADE	PANAMERICANA	3707	4,7500	17.608,25
364469	CADERNO - TIPO ESPIRAL,ESPIRAL EM ARAME GALVANIZADO,MEDINDO 200,00X275,00MM, COM 12 MATERIAS,CAPA FLEXIVEL,COM 90G/M2, FOLHA PAUTADA, COM 144 FOLHAS,DE 56G/M2	UNIDADE	PANAMERICANA	105	8,0000	840,00
372746	CADERNO UNIVERSITÁRIO 12 MATÉRIAS TIPO ESPIRAL EM ARAME GALVANIZADO, MEDINDO 200,00 MMX275,00 MM, NO FORMATO UNIVERSITARIO, COM CAPA DURA COM 280 G/M2, FOLHA PAUTADA, COM 240 FOLHAS DE 56 G/M2.	UNIDADE	PANAMERICANA	476	8,6900	4.136,44
374977	CALCULADORA DE MESA - VISOR DOBRÁVEL DE 12 DÍGITOS EXTRAGRANDES. 05 OPÇÕES DE CASAS DECIMAIS E 03 DE ARREDONDAMENTO. ALIMENTAÇÃO SOLAR E BATERIA. TECLAS RAIZ QUADRADA, PORCENTAGEM, INVERSÃO DE SINAIS, DUPLO ZERO, CORREÇÃO DO ÚLTIMO DÍGITO, OFF, MU. T	UNIDADE	MAXPRINT	147	22,8000	3.351,60
374980	CANETA ESFEROGRÁFICA - COR AZUL. PONTA FINA (0.7 MM). CORPO HEXAGONAL TRANSPARENTE, ESFERA DE TUNGSTÊNIO. TAMPA VENTILADA CONFORME PADRÃO ISO. ESCRITA FINA E MACIA. TINTA DE ALTA QUALIDADE COM SECAGEM RÁPIDA. CAIXA COM 50 UNIDADES.	CAIXA 50 UNIDADE	COMPACTOR	184	25,1500	4.627,60

363939	CANETA - ESFEROGRAFICA,CORPO EM ACRILICO,PONTA EM LATAO,COM ESPESSURA DE 0,70MM,TINTA VERMELHA,TAMPA VENTILADA,VALIDADE MINIMA DE 5 ANOS - CAIXA COM 50 UNIDADES	CAIXA 50 UNIDADE	COMPACTOR	70	25,2000	1.764,00
363924	CANETA ESFEROGRAFICA - CORPO EM POLIESTIRENO CRISTAL, REDONDO, PONTA EM LATAO, ESFERA DE TUNGSTENIO E, COM ESPESSURA DE (1,0MM), NA COR AZUL, TAMPA ANTIASFIXIANTE - CAIXA COM 50 UNIDADES	CAIXA 50 UNIDADE	KILOMETRICA	91	25,2200	2.295,02
363922	CANETA HIDROGRAFICA COM CORPO EM PLASTICO,COM PONTA FINA DE 0,5MM, COM RESERVATORIO DE TINTA GEL,COM IMPRESSAO EM CORES DIVERSAS,PARA ESCREVER EM PAPEL - CAIXA COM 12 UNIDADES	CAIXA 12,000 UNIDADE	JOCAR	110	5,2200	574,20
363943	CANETA HIDROGRAFICA PONTA POROSA - CORPO PLASTICO RIGIDO OPACO, MEDIA, JOGO COM 12 CORES VARIADAS	CAIXA 12,000 UNIDADE	LEO LEO	166	4,5000	747,00
364657	CANETA MARCA TEXTO - CORPO PLASTICO RIGIDO OPACO, PONTA 5MM, NA COR ROSA FLUORESCENTE	UNIDADE	JOCAR	248	0,9900	245,52
364074	CANETA MARCA TEXTO - EM PLASTICO RIGIDO E OPACO, 5,0 MM, AMARELO FLUORESCENTE	UNIDADE	MAXPRINT	576	0,9900	570,24
364658	CANETA MARCA TEXTO - EM PLASTICO RIGIDO E OPACO, 5 MM, COR VERDE FLUORESCENTE	UNIDADE	MAXPRINT	241	1,0000	241,00
363941	CANETA PARA RETROPROJETOR - CORPO EM EM POLIPROPILENO, PONTA COM 1,00MM, EM POLIESTER, NA COR VARIADA	UNIDADE	MAXPRINT	205	1,4500	297,25
20479	CAPA PARA ENCADERNACAO - DE PVC, A4, PRETA, PACOTE COM 100 UNIDADES	PACOTE 100,000 UNIDADE	USA FOLIEN	116	19,9300	2.311,88
248668	CARBONO CAIXA COM 100 UNIDADES	UNIDADE	KAS	14	36,0500	504,70
363958	CLIPE - ACO, PARALELO, NIQUELADO, 2 - CAIXA COM 50 UNIDADES	CAIXA 50 UNIDADE	NEW	278	1,8900	525,42
363959	CLIPE - ACO, PARALELO, NIQUELADO, 3 - CAIXA COM 50 UNIDADES	CAIXA 50 UNIDADE	NEW	457	1,9300	882,01
363954	CLIPE - ACO, PARALELO, NIQUELADO, 4/0 - CAIXA COM 100 UNIDADES	CAIXA 100,000 UNIDADE	NEW	376	1,9000	714,40
374985	CLIPE - Nº 01, ACO, PARARELO, GALVANIZADO - CAIXA COM 100 UNIDADES	CAIXA 100,000 UNIDADE	NEW	176	1,9800	348,48
13950	COLA - BASTAO, ATOXICA, NA COR BRANCA, BASTAO 20 GRAMAS	BASTAO 20,000 GRAMA	BRW	376	1,3100	492,56
372733	COLA BRANCA ESCOLAR, ATOXICA, SECAGEM NORMAL COM 90G E TAMPA ANTIVAZAMENTO. VALIDADE MINIMA DE 12 MESES	UNIDADE	PIRATININGA	4368	1,4100	6.158,88
372734	COLA COLORIDA CAIXA COM 6 TUDOS DE 23G CADA DE CORERS DIFERENTES (CORES OBRIGATORIAS: AMARELO, AZUL, VERDE, VERMELHO), SELO DO IMETRO E VALIDADE MINIMADE 12 MESES	UNIDADE	PIRATININGA	1672	6,5300	10.918,16
363883	COLA DE SILICONE - EM SILICONE, DEVENDO SER APLICADA QUENTE ATRAVES DE PISTOLA APROPRIADA, PARA COLAR MATERIAIS EM PVC, PLASTICO, MADEIRA E ALUMINIO, DEVENDO SER FORNECIDO EM BASTAO, DIAMETRO 2 CM	UNIDADE	RENDICOLA	1599	0,8300	1.327,17
372941	COLA - DO TIPO ADESIVA A BASE DE PVA PARA UTILIZACAO DE COLAGEM EM PORCELANA FRIA (BISCUIT), CONTENDO 1KG,DE SECAGEM RAPIDA	UNIDADE	TEK BONDER	50	18,8000	940,00
364230	COLA - DO TIPO BISNAGA CONTENDO 17G, TRANSPARENTE,PARA COLAGEM DE PAPEL E ARTESANATO EM GERAL SECAGEM RAPIDA, ACONDICIONADO EM EMBALAGEM APROPRIADA, PRODUTO COM SELO DO INMETRO	UNIDADE	TEK BONDER	137	5,7000	780,90
363966	COLA - LIQUIDA,ATOXICA,NA COR TRANSPARENTE,SECAGEM RAPIDA,PARA ISOPOR - FRASCO 90GR	FRASCO 90,000 GRAMA	ZAZ TRAZ	114	3,0900	352,26
372961	COLA LIQUIDA COLORIDA COM GLITER, SECAGEM RÁPIDA, 35G, CORES VARIADAS	UNIDADE	PIRATININGA	150	2,9200	438,00
374975	COLCHETE - Nº 12, ESTREITO, LARGURA: 05 MM, FABRICADO EM CHAPA DE AÇO REVESTIDO, CAIXA CONTENDO 72 UNIDADES	CAIXA 72,000 UNIDADE	NEW	424	8,2300	3.489,52
374974	COLCHETE - Nº 15, ESTREITO, LARGURA: 05 MM, FABRICADO EM CHAPA DE AÇO REVESTIDO, CAIXA CONTENDO 72 UNIDADES	CAIXA 72,000 UNIDADE	NEW	576	9,7000	5.587,20
374986	CORRETIVO EM FITA, MEDINDO 4,20 MM X 12,00 METROS	UNIDADE	CIS	330	6,0200	1.986,60
363973	CORRETIVO - LIQUIDO, A BASE DE AGUA,ATOXICO, P/CORRECAO DE QUALQUER TIPO DE ESCRITA,FRASCO C/18ML	FRASCO 18,000 MILILITRO	KAS	210	1,1400	239,40
372953	ENCADERNADORA - MEDINDO < 22 X 36 X 44 > CM, TIPO MANUAL, COM CAPACIDADE PARA 25 FLS A CADA CICLO, PERFURACAO PARA ESPIRAL	UNIDADE	LASSANE	13	840,0000	10.920,00
364005	ENVELOPE DE PAPELARIA - EM PAPEL KRAFT, 75 G/M2, SACO PEQUENO, SEM IMPRESSAO COM ABA, 110X170MM, PARDO	UNIDADE	FORONI	970	0,0900	87,30
364003	ENVELOPE DE PAPELARIA - EM PAPEL KRAFT, 80G/M2, TIPO SACO, SEM IMPRESSAO, MEDINDO (200X280)MM, NA COR PARDA	UNIDADE	FORONI	1665	0,1400	233,10
363979	ENVELOPE DE PAPELARIA - EM PAPEL KRAFT, TIPO SACO, SEM IMPRESSAO, MEDINDO (240X340)MM (MEDIO), COM ABA, NA COR PARDO	UNIDADE	FORONI	3490	0,1800	628,20
363977	ENVELOPE DE PAPELARIA - EM PAPEL OFICIO, CARTA, SEM IMPRESSAO, 114 X 229 MM, COM ABA, BRANCO	UNIDADE	FORONI	1230	0,1000	123,00
372942	ENVELOPE DE PAPELARIA - EM PAPEL PARDO, SACO, SEM IMPRESSAO, 26 X 36 CM, COM ABA, NA COR PARDA	UNIDADE	FORONI	1702	0,2500	425,50
369257	ENVELOPE PLASTICO - PARA PASTA CATALOGO, TAMANHO OFICIO, 04 FUROS, COM ESPESSURA DE (0,15)MICRAS, TRANSPARENTE PACOTE 50 UNIDADE (COD.: 210)	PACOTE 50,000 UNIDADE	ACP	209	17,2000	3.594,80
369259	ESPIRAL 33 MM P/ 250 FOLHAS COD. 01	UNIDADE	USA FOLIEN	445	0,7900	351,55
374988	ESPIRAL - DE PLASTICO (INCOLOR), COM 33 MM	UNIDADE	USA FOLIEN	436	0,8800	383,68
364011	ESPIRAL - DE PLASTICO, PRETA, COM 14MM	UNIDADE	USA FOLIEN	530	0,1600	84,80
364013	ESPIRAL - DE PLASTICO, PRETA, COM 17MM	UNIDADE	USA FOLIEN	575	0,3200	184,00
364015	ESPIRAL - DE PLASTICO, PRETA, COM 20MM	UNIDADE	USA FOLIEN	560	0,3200	179,20
364024	ESPIRAL - DE PLASTICO, PRETA, COM 40MM	UNIDADE	USA FOLIEN	570	1,1100	632,70

364025	ESTILETE - CABO EM PLASTICO RIGIDO, EM LAMINA DE ACO LARGA, MEDINDO 15CM	UNIDADE	JOCAR	259	1,8000	466,20
374998	ETIQUETA ADESIVA PARA IMPRESSORA INK-JET E LASER - MEDINDO (143,4X199,9)MM, NA COR BRANCA, COM 2 ETIQUETAS POR FOLHA EM PAPEL A4, PACOTE/CAIXA COM 100 FOLHAS	CAIXA 100,000 FOLHA	MAXPRINT	19	34,0000	646,00
375000	ETIQUETA ADESIVA PARA IMPRESSORA INK-JET E LASER - MEDINDO (15,0X26,0)MM, NA COR BRANCA, COM 126 ETIQUETAS POR FOLHA EM PAPEL A4, PACOTE/CAIXA COM 100 FOLHAS	CAIXA 100,000 FOLHA	MAXPRINT	35	37,9500	1.328,25
374995	ETIQUETA ADESIVA PARA IMPRESSORA INK-JET E LASER - MEDINDO (288,5X200,0)MM, NA COR BRANCA, COM 1 ETIQUETA POR FOLHA EM PAPEL A4, PACOTE/CAIXA COM 100 FOLHAS	CAIXA 100,000 FOLHA	MAXPRINT	18	37,9500	683,10
374999	ETIQUETA ADESIVA PARA IMPRESSORA INK-JET E LASER - MEDINDO (46,5X63,5)MM, NA COR BRANCA, COM 18 ETIQUETAS POR FOLHA EM PAPEL A4, PACOTE/CAIXA COM 100 FOLHAS	CAIXA 100,000 FOLHA	MAXPRINT	36	37,5500	1.351,80
369256	E.V.A. ATOALHADO MEDIDA APROXIMADAMENTE DE 40 X 60 - CORES VARIADAS COD. 01	UNIDADE	LEO LEO	1368	4,1900	5.731,92
369255	E.V.A ESTAMPADO MEDIDA APROXIMADAMENTE DE 40 X 60 - CORES VARIADAS COD. 01	UNIDADE	LEO LEO	1363	2,8900	3.939,07
372012	EXTRATOR DE GRAMPOS - EM ACO E PLASTICO,TIPO RATINHO	UNIDADE	JOCAR	203	3,7400	759,22
364029	EXTRATOR DE GRAMPOS - EM INOX, TIPO ESPATULA	UNIDADE	JOCAR	274	2,1700	594,58
364032	FITA ADESIVA - CREPE, MEDINDO (12MMX30M), NA COR BRANCA, DUPLA FACE	UNIDADE	ADELBRAS	247	3,9900	985,53
364034	FITA ADESIVA - EM PVC, PARA EMPACOTAMENTO,COM 48MM DE LARGURA,50M DE COMPRIMENTO	UNIDADE	ADELBRAS	896	3,7400	3.351,04
372943	FITA ADESIVA - EM SILICONE VHB,DUPLA FACE,MEDINDO 12,00MM X 20,00MM,NA COR TRANSPARENTE	UNIDADE	RENDICOLA	200	4,4700	894,00
363974	FITA ADESIVA - POLIPROPILENO, MEDINDO 12MMX30M, NA COR INCOLOR, DUREX	UNIDADE	ADELBRAS	354	0,9400	332,76
364234	FITA DECORATIVA - DE CETIM COMUM,Nº 1, COM 10M.	PECA 10,000 METRO	KIT	155	1,9800	306,90
229126	FITILHO - DE PLASTICO, TIPO SIMPLES, MEDINDO 10 MM DE ESPESSURA, CORES VARIADAS, ROLO DE 50 METROS	ROLO 50,000 METRO	RAIO DE SOL	122	1,5600	190,32
371933	FOLHA EM EVA - COOM GLITER, NAS CORES VARIADAS, CONFECCIONADA EM E.V.A. (ESPUMA VINILICA ACETINADA), MEDINDO 900 X 1800 X 5 MM UNDIDADE	UNIDADE	BRW	1145	7,4500	8.530,25
363975	FOLHA EM EVA - NA COR (DIVERSAS), CONFECCIONADA EM E.V.A. (ESPUMA VINILICA ACETINADA), MEDINDO (600 X 400 X 2)MM	UNIDADE	BRW	1195	1,4500	1.732,75
372735	GIZ DE CERA BIG COM 12 CORES VARIADAS (CORES OBRIGATÓRIAS: PRETO, AMARELO, VERMELHO, MARROM, DOIS TONS DE AZUL, DOIS TONS DE VERDE), SUPERFÍCIE LISA E UNIFORME, ATOXICO E LAVÁVEL	UNIDADE	PIRATININGA	947	3,2500	3.077,75
364038	GIZ ESCOLAR - COMUM,COLORIDO - CAIXA COM 50 UNIDADES	CAIXA 50 UNIDADE	DELTA	25	3,8400	96,00
364041	GIZ ESCOLAR - COR BRANCA,COMUM - CAIXA COM 50 UNIDADES	UNIDADE	DELTA	31	2,8900	89,59
369264	GLITTER ESCOLAR - COMPOSTO DE PARTICULAS DE PVC METALIZADAS, DESTINADO PARA TRABALHOS ESCOLARES, COM BOA APRESENTACAO VISUAL E SEM RESISTENCIA A LAVAGEM OU SOLVENTES, NA COR CORES VARIADAS, ACONDICIONADO EM FRASCO CONTENDO 3,0 GRAMAS, EMBALADO EM EMBALADO DE FORMA ADEQUADA CAIXA 12 UNIDADE (cód.: 188)	CAIXA 12,000 UNIDADE	REAL SEDA	98	6,3800	625,24
228493	GRAFITE - COM ESPESSURA/DIAMETRO DE 0,7 MM, NA COR PRETA, TUBO COM 12 UNIDADES	TUBO 12,000 MINA	JOCAR	56	1,1300	63,28
369480	GRAMPEADOR - DE MESA, PARA PERFURAR ATE 15 FOLHAS, METAL, MEDIDA DO GRAMPO 26/6, NA COR PRATA, MEDINDO 16.8X5X2.8	UNIDADE	JOCAR	124	19,6500	2.436,60
369265	GRAMPEADOR INDUSTRIAL - TIPO MANUAL, COM CAPACIDADE PARA 61 GRAMPOS,TIPO 106/4,106/6 E 106/8, MEDINDO (150 X 40 X 190)MM (A X L X C), PESO 0,65KG	UNIDADE	JOCAR	16	33,7500	540,00
364050	GRAMPEADOR - MESA, METAL, 26/6, PRETO, TAMANHO MEDIO(CAPACIDADE MINIMA 200 GRAMPOS)	UNIDADE	JOCAR	279	11,1000	3.096,90
364049	GRAMPEADOR - PROFISSIONAL P/GRAMPEAR ACIMA DE 100FLS., METAL, 24/13, METALICO, GRANDE	UNIDADE	JOCAR	41	77,5000	3.177,50
364057	GRAMPO - DE PLASTICO,,TIPO TRILHO, CAIXA COM 50,00 PARES	CAIXA 50 UNIDADE	DELLO	125	7,5200	940,00
364053	GRAMPO PARA GRAMPEADOR - EM ACO GALVANIZADO,106/6 - CAIXA COM 5000 UNIDADES	CAIXA 5000,000 UNIDADE	JOCAR	108	8,3500	901,80
364167	GRAMPO PARA GRAMPEADOR - EM ACO GALVANIZADO,23/15 - CAIXA COM 5000 UNIDADES	CAIXA 5000,000 UNIDADE	JOCAR	115	7,6900	884,35
374981	GRAMPO PARA GRAMPEADOR - TAMANHO 26/6. EM AÇO GALVANIZADO. COM PERFURAÇÃO MÍNIMA 20 FOLHAS DE SULFITE (75G/M2). CAIXA COM 5.000 GRAMPOS.	CAIXA 5000,000 UNIDADE	JOCAR	441	4,3900	1.935,99
364060	GUILHOTINA - MANUAL, 30 FOLHAS.	UNIDADE	KIT	15	209,5000	3.142,50
369267	ISOPOR - DE EPS, MEDINDO 100CM X 50CM X 5CM, NA COR BRANCA	UNIDADE	ISOESTE	230	9,4900	2.182,70
371930	JOGO DE CORDAS MUSICAIS - DE EM NYLON, PARA VIOLAO 7 CORDAS, 5A - JOGO;	JOGO	SG	45	31,0800	1.398,60
374990	JOGO DE DAMA - TABULEIRO EM MDF, MEDINDO APROXIMADAMENTE (30 X 30)CM, CAIXA COM 24 PECAS EM PLASTICO, COM ATESTADO DO INMETRO	UNIDADE	PAIS & FILHOS	77	30,0000	2.310,00
372752	JOGO PEDAGOGICO ALFABETO MOVEL EM EVA, PARA ENSINO DIDATICO, COM 312 LETRAS EM CAIXA ALTA (MAIUSCULAS) MEDINDO 50X50X8MM EM CORES VARIADAS ACONDICIONADO EM SACO PLASTICO.	UNIDADE	EVAMAX	451	38,0300	17.151,53
374979	LACRE PARA MALOTE - TAMANHO 16, LACRES NUMERADOS, TIPO ESCADA, DEVERÁ FORNECER NAS CORES AMARELA, AZUL E VERMELHA (CONFORME SOLICITAÇÃO DA SECRETARIA), FABRICADO EM POLIPROPILENO, PACOTE COM 100 UNIDADES	PACOTE 100,000 UNIDADE	KAS	45	13,5000	607,50
375001	LAPIS DE CERA - PARA TRABALHOS PEDAGOGICOS, TIPO GIZAO, MEDINDO (110 X 10)MM, EM CORES VARIADAS, COM 12 UNIDADES	CAIXA 12,000 UNIDADE	PIRATININGA	160	3,9400	630,40

372742	LAPIS DE COR COM 12 CORES VARIADAS (CORES OBRIGATÓRIAS: PRETO, AMARELO, VERMELHO, MARROM, DOIS TONS DE AZUL, DOIS TONS DE VERDE), FORMATO REDONDO, LONGO E ERGONÔMICO, COM CORES VIVAS QUE FACILITAM O APRENDIZADO, MINA MACIA, MAIS GROSSA E RESISTENTE	UNIDADE	EBRAS	1383	4,1800	5.780,94
364066	LAPIS DE COR - EM MADEIRA,FORMATO REDONDO,GRANDE,COLORIDO COM 12 CORES,EM CONFORMIDADE COM A NORMA EN 71/3	UNIDADE	EBRAS	139	4,2800	594,92
372754	LAPIS DE COR JUMBO COM 12 CORES VARIADAS (CORES OBRIGATÓRIAS: PRETO, AMARELO, VERMELHO, MARROM, DOIS TONS DE AZUL, DOIS TONS DE VERDE), FORMATO TRIANGULAR, LONGO E ERGONÔMICO, IDEAL PARA MÃOS PEQUENAS, ESTIMULA O DESENVOLVIMENTO PSICOMOTOR COM CORES VIVAS QUE FACILITAM O APRENDIZADO, MINA MACIA, MAIS GROSSA E RESISTENTE	UNIDADE	LEO LEO	863	14,3500	12.384,05
22824	LAPISEIRA - EM PLASTICO, NO FORMATO REDONDO, PONTA EM METAL, GRAFITE MEDINDO 0,7MM, GRAFITE ACIONADO POR BORRACHA RETRATIL	UNIDADE	JOCAR	56	3,9200	219,52
364661	LAPIS GRAFITE - EM MADEIRA,FORMATO REDONDO,N.2,MEDINDO 170,00MM - CAIXA COM 144 UNIDADES	CAIXA 144,000 UNIDADE	LEO LEO	34	42,7000	1.451,80
372736	LAPIS GRAFITE Nº 2, CORPO REDONDO E LONGO, DURÁVEL, COM GRAFITE ULTRA RESISTENTE	UNIDADE	LEO LEO	11908	0,2400	2.857,92
375003	MASSA PARA MODELAR - EM BASTAO, CORES DIVERSAS, ACONDICIONADA EM CAIXA COM 180 GRAMAS CONTENDO 12 UNIDADES	CAIXA 12,000 UNIDADE	ACRILEX	356	3,5700	1.270,92
372753	MATERIAL DOURADO CONFECCIONADO EM MADEIRA ENCERADA, PARA ENSINO MATEMATICO, COM 62 PECAS SENDO: 2 PRISMAS REPRESENTANDO AS CENTENAS, 10 PRISMAS REPRESENTANDO AS DEZENAS E 50 CUBINHOS REPRESENTANDO AS UNIDADES ACONDICIONADO EM CAIXA DE MADEIRA	UNIDADE	PAIS & FILHOS	440	13,4500	5.918,00
364169	PALITO - DE MADEIRA, PARA CHURRASCO, FORMATO REDONDO COM 20 CM - PACOTE COM 100 UNIDADES	CAIXA 100,000 UNIDADE	REAL SEDA	121	3,5700	431,97
364076	PAPEL CAMURCA - MEDINDO 40 X 60, NA COR CORES DIVERSAS	UNIDADE	VMP	277	0,7000	193,90
369272	PAPEL CONTACT,50,00X70,00CM,TRANSPARENTE,ROLO COM 50 MTS	ROLO 50,000 METRO	LEONORA	27	188,0000	5.076,00
372011	PAPEL - CONTACT,MEDINDO 10,00MX45,00CM, CORES DIVERSAS	ROLO 10,000 METRO	LEO LEO	45	45,5000	2.047,50
374996	PAPEL GLOSSY PAPER DE PAPELARIA - PESANDO 95G/M2, NO FORMATO A4 GLOSSY ADESIVO, MEDINDO 210X297MM, NA COR BRANCA, PACOTE COM 10 FOLHAS	UNIDADE	OFF PPER	75	6,4900	486,75
8399	PAPEL KRAFT 80G, MEDINDO 60CMX200M, NA COR NATURAL ACONDICIONADO EM BOBINA	BOBINA	SAMPA	138	72,0000	9.936,00
10330	PAPEL MANTEIGA MEDIDA APROXIMADA DE 70 X 100 CM	UNIDADE	VMP	162	0,6900	111,78
364181	PAPEL - MICROONDULADO, MEDINDO (70 X 60)MM, NA COR CORES DIVERSAS	UNIDADE	VMP	300	1,7400	522,00
364537	PAPEL - PAPEL - CREPON,MEDINDO 200,00X48,00CM,28G/M2, CORES VARIADAS	UNIDADE	VMP	485	0,7400	358,90
373024	PAPEL PARA PRESENTE - EM BOBINA COM ESTAMPAS VARIADAS MEDINDO 60X100CM	BOBINA	VMP	38	69,0000	2.622,00
364179	PAPEL PARA REVELACAO - TIPO PAPEL FOTOGRAFICO, BRANCO 180G,N0 FORMATO A4 (210X297)MM,PARA DOCUMENTACAO FOTOGRAFICA, ACONDICIONADO EM EMBALAGEM APROPRIADA - PACOTE COM 50 UNIDADES	CAIXA 50 UNIDADE	OFF PAPER	93	21,3500	1.985,55
6523	PAPEL SEDA MEDIDA APROXIMADAMENTE 48 X 70 CM	UNIDADE	VMP	216	0,1500	32,40
374973	PAPEL SULFITE - PARA PLOTTER. NA COR BRANCA. GRAMATURA: 75G/M2. EM BOBINA, TUBETE DE 2 POLEGADAS. LARGURA: 610MM. ROLO DE 50 METROS. PARA USO EM IMPRESSORA TIPO PLOTTER	BOBINA	ALOFORM	33	52,0000	1.716,00
374997	PAPEL VEGETAL - DE PAPELARIA, COM ABSORCAO DAS TINTAS DE IMPRESSAO (SEM BORRAS), RESISTENTE A ALTAS TEMPERATURAS DE IMPRESSAO, SUPERFICIE HOMOGENEA E ALTA TRANSPARENCIA, MEDINDO (216 X 356)MM, COM 90/95GR, SEM MARGEM, EMBALAGEM BOP. PACOTE 50 FOLHAS	PACOTE 50,000 FOLHA	CANSON	86	24,8000	2.132,80
364194	PAPEL - VERGE,FORMATO A4,90G/M2,NA COR BRANCA	PACOTE 50,000 FOLHA	OFF PAPER	95	13,9000	1.320,50
372945	PASTA - COM ABA E ELASTICO,EM POLIONDA,MEDINDO 226,00X315,00MM,LOMBADA DE 55,00MM, COR AZUL	UNIDADE	POLICART	281	4,4400	1.247,64
369273	PASTA - SANFONADA,EM POLIETILENO,250,00X370,00MM,COM 31 DIVISORIAS E FECHAMENTO EM ELASTICO	UNIDADE	DELLO	76	45,9000	3.488,40
374989	PASTA SUSPENSA - CARTÃO MARMORIZADO PLASTIFICADO 350G/M2 PRENDEDORES INTERNOS EM PLASTICOS TIPO GRAMPO TRILHO MEDINDO 240X360MM (OFICIO) COM VISOR DE ACETATO TRANSPARENTE E ETIQUETA DE PAPEL BRANCO PARA IDENTIFICACAO NA COR PARDA	UNIDADE	DELLO	1798	1,8700	3.362,26
374994	PASTA SUSPENSA - EM CARTOLINA 35G/M2, MEDINDO 365,00X240,00MM, COM PRENDEDOR EM PLASTICO E VISOR DE PLASTICO COM 90,00MM, NA COR MARMORIZADO	UNIDADE	DELLO	430	1,8700	804,10
369277	PERCEVEJO - EM METAL,LATONADO,COM DIAMETRO DE 12,00MM - CX C/ 100 UNID	CAIXA 100,000 UNIDADE	JOCAR	41	2,2600	92,66
364117	PERFURADOR PARA PAPEL - EM ACO,CAPACIDADE DE 25 FOLHAS COM 75G/M2,COM 2 VAZADORES,NA COR PRETA	UNIDADE	JOCAR	53	21,0500	1.115,65
369278	PERFURADOR PARA PAPEL/EVA - SCRAPBOOK GRANDE PARA CORTAR PAPEL E EVA, EM FORMATOS VARIADOS (CORACAO, ESTRELA, CÍRCULO, FLOR, BORBOLETA, ENTRE OUTROS), EM ALAVANCA. TAMANHO DO FURO 38MM X 38MM. COM DEPOSITO PARA ARMAZENAGEM DOS RECORTES	UNIDADE	BRW	91	39,0000	3.549,00
369279	PERFURADOR PARA PAPEL/EVA - SCRAPBOOK MEDIO PARA CORTAR PAPEL E EVA, EM FORMATOS VARIADOS (CORACAO, ESTRELA, CÍRCULO, FLOR, BORBOLETA, ENTRE OUTROS), EM ALAVANCA. TAMANHO DO FURO 25MM X 25MM. COM DEPOSITO PARA ARMAZENAGEM DOS RECORTES	UNIDADE	BRW	118	22,3500	2.637,30
364118	PINCEL ATOMICO - CORES VARIADAS, COM PONTA DE FELTRO, DO TIPO MARCADOR PERMANENTE,RECARREGAVEL	UNIDADE	JOCAR	205	1,8000	369,00
364124	PINCEL ESCOLAR - PELO EM FILAMENTOS SINTETICOS,CHATO,N.10,VIROLA EM ALUMINIO,CABO DE PLASTICO,LONGO	UNIDADE	LEO LEO	117	2,1800	255,06

364122	PINCEL ESCOLAR - PELO EM FILAMENTOS SINTETICOS,CHATO,N.8,VIROLA EM ALUMINIO,CABO DE PLASTICO,LONGO	UNIDADE	LEO LEO	106	1,9800	209,88
364187	PINCEL P/ QUADRO BRANCO - NA COR (VARIADAS), COMPOSTO DE TINTA ORGANICA, COM PONTA DE ACRILICO TIPO ORGIVAL DE 4MM, ESPESSURA ESCRITA DE 2MM, DO TIPO DESCARTAVEL	UNIDADE	JOCAR	274	2,3100	632,94
372963	PLASTIFICADORA - EM CHAPA DE ACO, BOTOES DE SILICONE,ROTATIVA, COM 4 CILINDROS DE VIDRO, PARA DOCUMENTOS COM LARGURA DE ATE 33CM, COM CONTROLE DE VELOCIDADE E TEMPERATURA, DISPLAY DIGITAL, MOTOR COM REVERSAO, SISTEMA POLASEAL,MEDINDO APROXIDAMANTE	UNIDADE	AURORA	12	843,0000	10.116,00
372010	QUADRO - DE MOLDURA DE MADEIRA, MEDINDO 0,90X1,20M., QUADRO BRANCO.	UNIDADE	STALO	11	65,9700	725,67
369283	QUADRO ESCOLAR - COM MOLDURA DE ALUMINIO, FORMICA MEDINDO (2,00 X 1,00)M, LAMINADO BRANCO (QUADRO BRANCO)	UNIDADE	STALO	5	244,0000	1.220,00
372729	QUEBRA CABEÇA PAPELÃO, TEMAS VARÍADOS COM 50 A 70 PEÇAS DE TAMANHO MÉDIO, FAIXA ETÁRIA ENTRE 4 E 5 ANOS ACONDICIONADO EM CAIXA DE PAPELÃO	UNIDADE	PAIS & FILHOS	842	12,9500	10.903,90
369284	RECADO AUTO ADESIVO - EM PAPEL OFF-SET, SUPER ADERENTE,MEDINDO (76 X 76)MM, BLOCO COM 100 FOLHAS CADA,CORES VARIADAS EM NEON	BLOCO 100,000 FOLHA	JOCAR	538	3,7800	2.033,64
374992	RECADO AUTOADESIVO - EM PAPEL OFF-SET, SUPER ADERENTE, MEDINDO (76 X 76)MM, BLOCO COM 100 FOLHAS CADA, NA COR AMARELA	BLOCO COM 100 FOLHAS	JOCAR	414	3,3800	1.399,32
374993	RECADO AUTOADESIVO - MEDINDO (38X50)MM, EM PAPEL OFF-SET, ADESIVO ACRILICO REMOVIVEL E REPOSICIONAVEL, COM 100 FOLHAS CADA BLOCO, 04 CORES DIFERENTES EM NEON, PACOTE COM 4 UNIDADES	PACOTE 4,000 UNIDADE	JOCAR	527	5,3200	2.803,64
372016	REFIL PARA CANETA - REFIL PARA PINCEL DE QUADRO BRANCO,MEDINDO 0,08CM,NA COR VERMELHA	UNIDADE	JOCAR	71	3,3200	235,72
372014	REFIL PARA CANETA - REFIL PARA PINCEL DE QUADRO BRANCO,NA COR AZUL	UNIDADE	JOCAR	71	3,3200	235,72
372015	REFIL PARA CANETA - REFIL PARA PINCEL DE QUADRO BRANCO,NA COR PRETA	UNIDADE	JOCAR	71	3,3000	234,30
364137	REGUA - EM MADEIRA,MEDINDO 100,00CM,COM ESCALA MILIMETRICA	UNIDADE	SOUZA	28	7,3000	204,40
369288	TESOURA ESCOLAR - DE EM ACO INOXIDAVEL,MEDINDO 21CM,CABO DE PLASTICO,NA COR PRETA,PARA USO DIVERSO,COM FORMATO 02 DEDOS,LAMINA DE ACO,COM PONTA,GARANTIA CONTRA DEFEITO DE FABRICACAO POR GARANTIA POR TEMPO INDETERMINADO	UNIDADE	JOCAR	150	4,8400	726,00
372739	TESOURA ESCOLAR SEM PONTA, EM ACO INOXIDAVEL, COM 8,00CM, CABO PLASTICO, PONTA ARREDONDADA, COM REBITE	UNIDADE	JOCAR	1821	1,7900	3.259,59
246688	TESOURA PARA COSTURA, AÇO INOX CABO PLÁSTICO 24 CM	UNIDADE	KAS	101	10,1000	1.020,10
364159	TESOURA - USO ESCOLAR,EM ACO INOXIDAVEL,COM 8,00CM,CABO PLASTICO,PONTA ARREDONDADA,COM REBITE	UNIDADE	JOCAR	209	2,4900	520,41
369435	TESOURA - USO PROFISSIONAL,EM ACO INOXIDAVEL,COM 13,00CM,CABO PLASTICO,NA COR PRETA,PONTA AFIADA,PARA PICOTAR	UNIDADE	JOCAR	72	28,9500	2.084,40
5762	TINTA GUACHE 250 ML	UNIDADE	PIRATININGA	229	3,4100	780,89
364189	TINTA - GUACHE,A BASE DE AGUA,6 CORES - CAIXA COM 06 UNIDADES	CAIXA 6,000 UNIDADE	PIRATININGA	118	2,9400	346,92
364530	TINTA PARA CARIMBO - TUBO DE TINTA PARA CARIMBO NA COR PRETA,BASE LIQUIDA DE 28ML	FRASCO 28,000 MILILITRO	RADEX	154	2,8500	438,90
10385	TINTA P/ PINCEL ATOMICO - CORES VARIADAS	TUBO 40,000 MILILITRO	RADEX	37	3,9000	144,30
10387	TINTA P/ PINCEL ATOMICO VERMELHA	FRASCO 37,000 MILILITRO	RADEX	27	3,8000	102,60
372750	TRANSFERIDOR 180° EM ACRILICO, COM GRADUACAO, NA COR TRANSPARENTE	UNIDADE	WALEU	434	1,3500	585,90
Total Fornecedor						**R$ 303.082,76**

5 – DA FORMA DE FORNECIMENTO

5.1 – O prazo máximo para entrega dos produtos, objeto do pedido, é de (05) cinco dias, contados a partir do dia seguinte à data do recebimento da NAD (Nota de Autorização de Despesas) pela Adjudicatária, devendo o produto atender às normas técnicas contidas nas especificações;

5.2 – O recebimento dos objetos será efetuado pela Prefeitura, e, será recebido desde que:

5.2.1 Esteja compatível com esta Licitação;

5.2.2 Não apresente avaria ou adulteração.

5.3 - Em caso de recusa dos produtos pelas Secretarias de Matupá - MT será lavrado Termo de Recusa, no qual se consignarão as desconformidades, devendo o produto ser substituído pela Contratada, no prazo de 03 (três) dias da devolução, quando serão realizadas novamente as verificações antes referidas, consoante dispõe o artigo 69 da Lei nº 8.666/93;

5.4 – A entrega dos produtos desta licitação deverá ser feita nos locais indicados nas requisições, correndo por conta da Contratada as despesas de seguros, transporte, tributos, encargos trabalhistas e previdenciários decorrentes da execução.

5.5 – Os produtos deverão ser novos, de primeiro uso, e em perfeito estado, acondicionado em embalagens que permitam sua proteção contra impactos, umidade e demais agentes de possam ocasionar danos. Não serão aceitos produtos remanufaturados, recondicionados, reciclados ou reutilizados.

5.6 - A empresa fornecedora dos produtos se responsabilizará pela qualidade, substituindo o produto, em todo ou em parte, se for constatado problemas.

5.7 - Os produtos ofertados pelas licitantes deverão, OBRIGATORIAMENTE, atender às exigências de qualidade, observados os padrões e normas baixadas pelos órgãos competentes de controle de fiscalização de qualidade industrial ABNT, INMETRO, etc. – atentando-se o proponente, principalmente para as prescrições contidas no art. 39, VIII, da Lei nº 8.078/90 (Código de Defesa do Consumidor);

5.8 - A empresa vencedora e responsável pela carga e descarga dos itens no local aonde a Secretaria solicitar.

5.9 - A empresa fornecedora dos produtos se responsabilizará pela qualidade, substituindo o produto, em todo ou em parte, se for constatado problemas.

5.10 - Recebimento dos Produtos:

5.10.1 - Os produtos serão recebidos pelos fiscais de contrato e aceitos quando estiverem dentro das exigências do Edital;

5.10.2 - Observado o disposto no artigo 67 da Lei Federal n. 8.666/93, o acompanhamento e a fiscalização da entrega dos produtos será realizada por funcionários nomeados pelas Secretarias;

5.10.3 - O Município de Matupá/MT reserva-se o direito de não receber o objeto com atraso ou em desacordo com as especificações e condições constantes deste edital e seus anexos, podendo aplicar as penalidades e sanções previstas ou rescindir o registro e aplicar o disposto no art. 24, inciso XI, da Lei Federal n. 8.666/93.

5.11 - Caberá à Licitante Vencedora:

5.11.1 Transportar, por sua conta e risco, o(s) objeto(s) objeto deste Termo de Referência, ficando sob sua responsabilidade quaisquer acidentes no trajeto de transporte;

5.11.2 Fazer o pagamento de tributos, seguros, taxas e serviços, encargos sociais e trabalhistas, e quaisquer despesas referentes aos produtos fornecidos;

5.11.3 Substituir produtos que apresentem defeito de fabricação.

5.12 – Os materiais apresentados neste Termo de Referência deverão ser novos e com a garantia dos produtos. Não sendo, de forma alguma, permitido materiais reutilizados ou reaproveitados.

5.13 - Na entrega dos produtos e nas informações adicionais da Nota Fiscal e obrigatória a Identificação da Secretaria que solicitou os produtos, para maior agilidade da identificação de quem solicitou na hora da entrega dos produtos.

6 - DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

6.1 - Executar a entrega dentro dos padrões estabelecidos pelas Secretarias, de acordo com as especificações do edital, responsabilizando-se por eventuais prejuízos decorrentes do descumprimento das condições estabelecidas.

6.2 - Prestar os esclarecimentos que forem solicitados pelas Secretarias, cujas reclamações se obrigam a atender prontamente, bem como dar ciência mediatamente e por escrito, de qualquer anormalidade que verificar quando da execução dos atos de sua responsabilidade;

6.3 - Prover todos os meios necessários à garantia da plena entrega dos produtos, inclusive considerados os casos de greve ou paralisação de qualquer natureza;

6.4 - A falta de quaisquer dos produtos cujo fornecimento incumbe ao detentor do preço registrado, não poderá ser alegada como motivo de força maior para o atraso, má execução ou inexecução da entrega do objeto deste edital e não a eximirá das penalidades a que está sujeita pelo não cumprimento dos prazos e demais condições aqui estabelecidas;

6.5 - Comunicar imediatamente a Secretaria qualquer alteração ocorrida no endereço, conta bancária e outras julgadas necessárias para recebimento de correspondência;

6.6 - Respeitar e fazer cumprir a legislação de segurança e saúde no trabalho, previstas nas normas regulamentadoras pertinentes;

6.7 - Fiscalizar o perfeito cumprimento da entrega do objeto a que se obrigou, cabendo-lhe, integralmente, os ônus decorrentes. Tal fiscalização dar-se-á independentemente da que será exercida por esta Prefeitura;

6.8 - Indenizar terceiros e/ou à própria Prefeitura em caso de ausência ou omissão de fiscalização de sua parte, pelos danos ou prejuízos causados por sua culpa ou dolo, devendo a contratada adotar todas as medidas preventivas, com fiel observância às exigências das autoridades competentes e às disposições legais vigentes;

6.9 - A contratada ficará obrigada a aceitar, nas mesmas condições deste edital, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessárias, até o limite legal de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do objeto adjudicado, devendo supressões acima desse limite ser resultantes de acordo entre as partes;

6.10 - Fornecer os itens, conforme estipulado neste edital e de acordo com a proposta apresentada;

6.11 – Não poderá ocorrer a falta dos produtos por parte do licitante, pois são itens de primeira necessidade e a contratante deverá atender exatamente como se propôs a fazer;

6.12 – A CONTRATADA deverá manter durante toda a vigência da ata de registro de preço, as mesmas condições de habilitação, especialmente quanto à regularidade com FGTS e INSS;

6.13 - O atraso na entrega dos produtos caberá penalidades e sanções previstas no Art. 12 da Presente Ata;

6.14 - A Contratada deverá manter local adequado e apropriado para o abastecimento, e reservatórios adequados e apropriados de acordo com as normas da ANP (Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis), DNC (Departamento Nacional de Combustíveis) e INMETRO (Instituto Nacional de Metrologia, Qualidade e Tecnologia).

7 - DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

7.1 - Convocar a licitante vencedora para a retirada da Ordem de Entrega dos itens licitados;

7.2 - Fornecer à empresa a ser contratada todas as informações e esclarecimentos que venham a ser solicitados relativamente ao objeto deste Edital;

7.3 - Efetuar o pagamento à empresa nas condições estabelecidas neste Edital;

7.4 - Notificar por escrito, à empresa contratada, toda e qualquer irregularidade constatada durante o recebimento do objeto;

7.5 -Nenhum pagamento será efetuado à empresa detentora do registro, enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação. Esse fato não será gerador de direito reajustamento de preços ou a atualização monetária.

7.6 - Não haverá, sob hipótese alguma, pagamento antecipado.

8 - DO PAGAMENTO

8.1 - Os pagamentos serão efetuados em até 15 (quinze) dias após a entrega do produtos bem como apresentação das notas fiscais eletrônicas em conformidade ao Protocolo ICMS Nº. 85, DE 09 DE JULHO DE 2010, devidamente atestada pela Secretaria responsável;

8.2 - O Contratado deverá indicar no corpo da Nota Fiscal/fatura, descrição do item fornecido, de acordo com o especificado na Ordem de Entrega.

8.3 - Caso constatado alguma irregularidade nas notas fiscais/faturas, estas serão devolvidas ao fornecedor, para as necessárias correções, com as informações que motivaram sua rejeição, sendo o pagamento realizado após a reapresentação das notas fiscais/faturas.

8.4 - Nenhum pagamento isentará o FORNECEDOR/CONTRATADO das suas responsabilidades e obrigações, nem implicará aceitação definitiva do produto.

8.5 - O Contratante **não** efetuará pagamento de título descontado, ou por meio de **cobrança em banco, bem como, os que forem negociados com terceiros por intermédio da operação de "factoring**";

8.6 - As despesas bancárias decorrentes de transferência de valores para outras praças serão de responsabilidade do Contratado.

9 - DO REAJUSTAMENTO DE PREÇOS

9.1 - Os preços registrados manter-se-ão inalterados pelo período de vigência da presente Ata, admitida a revisão no caso de desequilíbrio da equação econômico-financeira inicial deste instrumento a partir de determinação municipal, cabendo-lhe no máximo o repasse do percentual determinado.

9.2 - Os preços registrados que sofrerem revisão não poderão ultrapassar os preços praticados no mercado, mantendo-se a diferença percentual apurada entre o valor originalmente constante da proposta e aquele vigente no mercado à época do registro.

9.3 - Caso o preço registrado seja superior à média dos preços de mercado, a Prefeiturasolicitará ao fornecedor/consignatária, mediante correspondência, redução do preço registrado, de forma a adequá-lo a definição do parágrafo único.

9.4 - Fracassada a negociação com o primeiro colocado a Prefeiturapoderá rescindir esta ata e convocar, nos termos da legislação vigente, e pelo preço da 1ª (primeira), as demais empresas com preços registrados, cabendo rescisão desta ata de registro de preços e nova licitação em caso de fracasso na negociação.

9.5 - Será considerado compatíveis com os de mercado os preços registrados que forem iguais ou inferiores à média daqueles apurados pela Prefeitura.

9.6 – Poderão ocorrer mediante termo aditivo, onde a contratada ou contratado fica obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou suspensões que se fizerem na prestação dos produtos, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado da ata de registro de preço, nos termos do artigo 65, parágrafo 1º da lei nº 8.666/93 e alterações posteriores.

9.7 - Os preços serão revisados e reajustados de acordo com as variações determinadas pela política de preços dos combustíveis, mediante comprovação oficial por parte da Contratada.

10 - DO CANCELAMENTO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS.

10.1 - A presente Ata de Registro de Preços poderá ser cancelada de pleno direito, nas seguintes situações:

a) Quando o fornecedor/consignatária não cumprir as obrigações constantes no Edital e desta Ata de Registro de Preços;

b) Quando o fornecedor/consignatária der causa a rescisão administrativa da Nota de Empenho decorrente deste Registro de Preços, nas hipóteses previstas nos incisos de I a XII, XVII e XVIII do art. 78 da Lei 8.666/93;

c) Em quaisquer hipóteses de inexecução total ou parcial da requisição/pedido dos produtos decorrente deste Registro;

d) Os preços registrados se apresentarem superiores aos praticados no mercado;

e) Por razões de interesse público devidamente demonstradas e justificadas;

f) Descumprir qualquer dos itens da cláusula sexta ou sétima.

10.2 - Ocorrendo cancelamento do preço registrado, o Fornecedor será informado por correspondência, a qual será juntada ao processo administrativo da presente Ata.

10.3 - No caso de ser ignorado, incerto ou inacessível o endereço do Fornecedor, a comunicação será feita por publicação no Jornal Oficial dos Municípios (AMM), considerando-se cancelado o preço registrado a partir da última publicação.

10.4 - A solicitação do Fornecedor para cancelamento dos preços registrados poderá não ser aceita pela Prefeitura, facultando-se a esta neste caso, a aplicação das penalidades previstas neste Edital.

10.5 - Havendo o cancelamento do preço registrado, cessarão todas as atividades do FORNECEDOR, relativas ao produto do Item.

10.6 - Caso a Prefeitura não se utilize da prerrogativa de cancelar esta Ata, a seu exclusivo critério, poderá suspender a sua execução e/ou sustar o pagamento das faturas, até que o FORNECEDOR cumpra integralmente a condição contratual infringida.

10.7 - A Ata de Registro de Preços, será cancelada automaticamente nas seguintes hipóteses:

a) Por decurso de prazo de vigência;

b) Pelo esgotamento das quantidades registradas.

10.8 - A inexecução total ou parcial do contrato enseja a sua rescisão, com as conseqüências contratuais e as previstas em lei ou regulamento, conforme art. 77 da lei 8666/93.

11 - DAS INCIDÊNCIAS FISCAIS, ENCARGOS, SEGUROS, ETC.

11.1 - Os preços apresentados na proposta devem incluir todos os custos e despesas, tais como: custos diretos e indiretos, tributos incidentes, taxa de administração, serviços, encargos sociais, trabalhistas, seguros, treinamento, lucro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto desta Ata de Registro de Preços.

12 - DAS PENALIDADES

12.1 - Ficará impedido de licitar e contratar com o município, pelo prazo de até 5 (cinco) anos, sem prejuízo das multas previstas neste termo de referência e das demais penalidades legais, aquele que:

12.1.1 - Cometer fraude fiscal;

12.1.2 - Apresentar documento falso;

12.1.3 - Fizer declaração falsa;

12.1.4 - Comportar-se de modo inidôneo;

12.1.5 - Não assinar a Ata de Registro de Preços ou Contrato no prazo estabelecido;

12.1.6 - Deixar de entregar a documentação exigida no certame;

12.1.7 - Não mantiver a proposta.

12.2 - O atraso injustificado no atendimento ao objeto sujeitará a empresa, a juízo da Administração, à multa moratória de 0,5% (meio por cento) por dia de atraso, até o limite de 10% (dez por cento), conforme determina o artigo 86, da Lei nº 8666/93;

12.2.1 - A multa prevista neste item será descontada dos créditos que a contratada possuir com a Prefeitura Municipal de Matupá - MT, e poderá cumular com as demais sanções administrativas, inclusive com a multa prevista no item 6.9. b;

12.3 - Ocorrendo a inexecução total ou parcial, atrasos no fornecimento dos produtos, a Administração poderá aplicar à vencedora, as seguintes sanções administrativas previstas no artigo 87 da Lei n. 8.666/93:

a) Advertência por escrito;

b) Ao licitante que não cumprir as obrigações assumidas ou preceitos legais, serão aplicadas multa de 0,5% (meio por cento) sobre o atraso de entrega dos produtos, e até o limite de 10% (dez por cento) sobre o valor do contrato no caso de rescisão por culpa do fornecedor;

c) Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Prefeitura Municipal de Matupá - MT, por prazo não superior a 02 (dois) anos, sendo que em caso de inexecução total, sem justificativa aceita, será aplicado o limite máximo temporal previsto para a penalidade de 02 (dois) anos conforme prevê o inciso III do artigo 87 da Lei Federal 8.666/93 atualizada pela Lei nº 8.883/94;

d) Declaração de inidoneidade para licitar junto à Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição, ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, de acordo com o inciso IV do artigo 87 da Lei n. 8.666/93, c/c artigo 7º da Lei n. 10.520/2002.

e) Ficará impedido de licitar e de contratar com a União e Município e será descredenciado no Sicaf, pelo prazo de até cinco anos, sem prejuízo das multas previstas em edital e no contrato e das demais cominações legais, garantido o direito à ampla defesa, o licitante que, convocado dentro do prazo de validade de sua proposta:

e. 1 - apresentar documentação falsa;

e.2 - causar o atraso na execução do objeto;

e.3 - não mantiver a proposta;

e.4 - falhar na execução do contrato;

e.5 - fraudar a execução do contrato;

e.6 - comportar-se de modo inidôneo;

e.7 - declarar informações falsas; e

e.8 - cometer fraude fiscal.

f) - O cancelamento da execução terá lugar de pleno direito independente de notificação ou interpelação judicial ou extrajudicial quando a empresa adjudicatória:

f.1 – Falir, entrar em concordata, concurso de credores, dissolução ou liquidação;

f.2 – Transferir, no todo ou parte, as obrigações decorrentes desta licitação, sem prévia anuência do Governo deste Município;

12.4 - Se a Fornecedora não proceder ao recolhimento da multa no prazo de 05 (cinco) dias úteis contados da intimação por parte da Prefeitura Municipal de Matupá - MT, o respectivo valor será descontado dos créditos que a contratada possuir com esta Prefeitura e, se estes não forem suficientes, o valor que sobejar será encaminhado para execução pela Procuradoria Municipal;

12.4.1 - Em se tratando de adjudicatária que não comparecer para retirada da Ordem de Fornecimento dos Itens, o valor da multa não recolhida será encaminhado para execução pela Procuradoria Municipal;

12.5 - Do ato que aplicar a penalidade caberá recurso, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, a contar da ciência da intimação, podendo a Administração reconsiderar sua decisão ou nesse prazo encaminhá-lo devidamente informado para a apreciação e decisão superior, dentro do mesmo prazo;

12.6 - Serão publicadas no Diário Oficial do Estado de Mato Grosso as sanções administrativas previstas no item 12.3, c, d, desta Ata de Registro de Preços, inclusive a reabilitação perante a Administração Pública.

13 – DO RECEBIMENTO DOS PRODUTOS

13.1 - Serão entregue produtos, de acordo com os critérios dos órgãos responsáveis pela fiscalização.

13.2 - Recebimento Dos Serviços/Produtos:

13.2.1 – A entrega dos serviços/produtos serão acompanhados pelos fiscais diariamente, recebidos e aceitos quando executados totalmente e de boa qualidade.

13.2.2 - Observado o disposto no artigo 67 da Lei Federal n. 8.666/93, o acompanhamento e a fiscalização da prestação dos serviços/entrega dos produtos será realizada por funcionários nomeados pelas Secretarias;

13.2.3 - O Município de Matupá/MT reserva-se o direito de não receber o objeto com atraso ou em desacordo com as especificações e condições constantes deste edital e seus anexos, podendo aplicar as penalidades e sanções previstas ou rescindir o registro e aplicar o disposto no art. 24, inciso XI, da Lei Federal n. 8.666/93.

14 - DOS ILÍCITOS PENAIS

14.1 - As infrações penais tipificadas na Lei 8.666/93 serão objeto de processo judicial na forma legalmente prevista, sem prejuízo das demais cominações aplicáveis.

15 - DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

15.1 - As despesas decorrentes das contratações oriundas da presente Ata de Registro de Preços, correrão à conta de dotação orçamentária citada abaixo, ou das demais que possam vir a aderir a presente ata e serão oriundas de Recursos Próprios do Município, do Estado de Mato Grosso e Federal:

CÓDIGO GERAL: 02.001.04.122.0033.20094 - MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DO GABINETE DO PREFEITO – 3390.30.000 – MATERIAL DE CONSUMO

CÓDIGO GERAL: 03.001.04.122.0024.20078 - MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DA SECRETARIA DE PLANEJAMENTO – 3390.30.000 – MATERIAL DE CONSUMO

CÓDIGO GERAL: 04.001.04.122.0026.20076 - MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DA SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO – 3390.30.000 – MATERIAL DE CONSUMO

CÓDIGO GERAL: 05.001.04.123.0036.2.0110 - MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DA SECRETARIA DE FINANÇAS – 3390.30.000 – MATERIAL DE CONSUMO

CÓDIGO GERAL: 06.001.20.122.0021.20002 - MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DA SECRETARIA DE AGRICULTURA - 3390.30.000 – MATERIAL DE CONSUMO

CÓDIGO GERAL: 07.005.27.812.0047.20128 – MANUTENÇÃO DO DEPARTAMENTO DE ESPORTE – 3390.30.000 – MATERIAL DE CONSUMO

CÓDIGO GERAL: 07.001.12.122.0029.20086 – MANUTENÇÃO E ENCARGOS DA SECRETARIA DE EDUCAÇÃO – 3390.30.000 – MATERIAL DE CONSUMO

CÓDIGO GERAL: 07.002.12.361.0015.2.0020 – MANUTENÇÃO DAS ESCOLAS DA REDE MUNICIPAL DE ENSINO FUNDAMENTAL – 3390.30.000 – MATERIAL DE CONSUMO

CÓDIGO GERAL: 07.002.12.365.0018.2.0028 – MANUTENÇÃO DAS ESCOLAS DA REDE MUNICIPAL DE ENSINO INFANTIL - PRÉ-ESCOLAS – 3390.30.000 – MATERIAL DE CONSUMO

CÓDIGO GERAL: 07.002.12.361.0015.10045 – AQUISIÇÃO DE MATERIAL PERMANENTE – 4490.52.000 – MATERIAL PERMANENTE

CÓDIGO GERAL: 07.002.12.365.0018.2.0029 – MANUTENÇÃO DAS ESCOLAS DA REDE MUNICIPAL DE ENSINO INFANTIL - CMEIS – 3390.30.000 – MATERIAL DE CONSUMO

CÓDIGO GERAL: 08.002.10.302.0013.2.0048 – MANUTENÇÃO DO LABORATORIO MUNICIPAL – 3390.30.000 – MATERIAL DE CONSUMO

CÓDIGO GERAL: 08.002.10.302.0014.2.0046 – MANUTENÇÃO DO CRDO – 3390.30.000 – MATERIAL DE CONSUMO

CÓDIGO GERAL: 08.002.10.303.0040.2.0101 – MANUTENÇÃO DA ASSISTENCIA FARMACÊUTICA BÁSICA – 3390.30.000 – MATERIAL DE CONSUMO

CÓDIGO GERAL: 08.002.10.122.0039.20115 – MANUTENÇÃO DO COMPLEXO REGULADOR MUNICIPAL - CRM – 3390.30.000 – MATERIAL DE CONSUMO

CÓDIGO GERAL: 08.002.10.122.0038.20098 – MANUTENÇÃO DA UNIDADE ADMINISTRATIVA – 3390.30.000 – MATERIAL DE CONSUMO

CÓDIGO GERAL: 08.002.10.302.0013.20047 – MANUTENÇÃO DO HOSPITAL MUNICIPAL – 3390.30.000 – MATERIAL DE CONSUMO

CÓDIGO GERAL: 08.002.10.301.0012.20050 – MANUTENÇÃO DAS UNIDADES BÁSICAS DE SAÚDE - SAÚDE DA FAMÍLIA – 3390.30.000 – MATERIAL DE CONSUMO

CÓDIGO GERAL: 08.002.10.305.0041.2.0103 – MANUTENÇÃO VIGILÂNCIA EPIDEMIOLOGICA E AMBIENTAL – 3390.30.000 – MATERIAL DE CONSUMO

CÓDIGO GERAL: 08.002.10.302.0013.1.0076 – – AQUISIÇÃO DE MATERIAL PERMANENTE – 4490.52.000 – MATERIAL PERMANENTE

CÓDIGO GERAL: 09.001.08.122.0008.20065 – MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DA SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL – 3390.30.000 – MATERIAL DE CONSUMO

CÓDIGO GERAL: 09.001.08.122.0008.20065 – MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DA SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL – 4490.52.000 – MATERIAL PERMANENTE

CÓDIGO GERAL: 09.002.08.244.0028.10111 – AQUISIÇÃO DE MATERIAL PERMANENTE – 4490.52.000 – MATERIAL PERMANENTE

CÓDIGO GERAL: 09.002.08.244.0007.20063 – MANUTENÇÃO IGD PBF – 4490.52.000 – MATERIAL PERMANENTE

CÓDIGO GERAL: 09.002.08.244.0007.20063 – MANUTENÇÃO IGD PBF – 3390.30.000 – MATERIAL DE CONSUMO

CÓDIGO GERAL: 09.002.08.244.0005.20054 – MANUTENCAO DO CREAS/PAEFI – 3390.30.000 – MATERIAL DE CONSUMO

CÓDIGO GERAL: 09.002.08.244.0028.20083 – MANUTENÇÃO DO CRAS/PAIF – 3390.30.000 – MATERIAL DE CONSUMO

CÓDIGO GERAL: 09.002.08.244.0028.20082 – MANUTENÇÃO DO SCFV - SERVIÇO DE CONVIVENCIA E FORTALECIMENTO DE VINCULOS – 3390.30.000 – MATERIAL DE CONSUMO

CÓDIGO GERAL: 09.002.08.243.0010.20071 – MANUTENÇÃO DO CONSELHO TUTELAR – 3390.30.000 – MATERIAL DE CONSUMO

CÓDIGO GERAL: 09.002.08.244.0005.20055 – MANUTENÇÃO DA CASA LAR – 3390.30.000 – MATERIAL DE CONSUMO

CÓDIGO GERAL: 09.002.08.244.0006.2.0057 – MANUTENÇÃO DA PROTEÇÃO SOCIAL BASICA – 3390.30.000 – MATERIAL DE CONSUMO

CÓDIGO GERAL: 09.002.08.244.0006.2.0058 – MANUTENÇÃO DA PROTEÇÃO SOCIAL ESPECIAL – 3390.30.000 – MATERIAL DE CONSUMO

CÓDIGO GERAL: 10.001.04.122.0004.20015 – MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DE SECRETARIA DE OBRAS, URBANISMO E TRANSPORTE – 3390.30.000 – MATERIAL DE CONSUMO

CÓDIGO GERAL: 15.001.13.812.0017.20137 – MANUTENÇÃO DA SECRETARIA DE INDUSTRIA, COMÉRCIO, TURISMO, CULTURA E LAZER – 3390.30.000 – MATERIAL DE CONSUMO

16 - DO FISCAL DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO

16-1 – Foi Designado através de Portaria os servidores abaixo para assistir e subsidiar o gestor da ata de registro de preço indicado na epígrafe.

Secretaria	Servidor	Portaria
Secretaria de Administração e Gabinete do Prefeito	Cristiane Machado Romeiro	7075/2018
Secretaria Municipal de Finanças	Simone dos Santos	3011/2013
Secretaria Municipal de Assistência Social	Cynthia Passos Carvalho Ximenes	7451/2018
Secretaria Municipal de Assistência Social - CREAS	Graziela da Rocha Ribeiro Martins	4053/2014
Secretaria Municipal de Assistência Social	Maurina Marques da Silva	7201/2018
Secretaria Municipal de Assistência Social - SCFV	Leandro Ricardo Marilhano	8939/2021
Secretaria Municipal de Saúde - CAF	Isabelly de Oliveira Coelho da Silva e Gabriela Pereira do Santos	8549/2020
Secretaria Municipal de Educação	Elaine Rocha Tussi	8304/2020
Secretaria Municipal de Agricultura	Marcia da Silva Andrelevicius Kuranishi	7202/2018
Secretaria Municipal de Saúde - Hospital	Janara de Souza Soares Tussi	7200/2018
Secretaria Municipal de Saúde - CRM	Cleneci de Fátima da Silva Ferreira	6400/2017
Secretaria Municipal de Saúde - Vigilância	Francisco Carlos Vieira	6579/2017
Secretaria Municipal de Saúde - Laboratório	Mariza Rafaela Baptista da Silva	7734/2019
Secretaria Municipal de Saúde – Hospital	Janice Kerber	2340/2013
Secretaria Municipal de Saúde - CRDO	Rita de Cássia Andrade	2718/2013
Secretaria Municipal de Saúde/Farmacia	Fernanda Rodrigues de Lima Martins	8548/2020

16.2 - Nos termos do art. 67 Lei nº 8.666, de 1993, será designado representante para acompanhar e fiscalizar a entrega dos produtos/serviços, anotando em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução e determinando o que for necessário à regularização de falhas ou defeitos observados.

16.3 - A fiscalização de que trata este item não exclui nem reduz a responsabilidade da Contratada, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas ou vícios redibitórios, e, na ocorrência desta, não implica em corresponsabilidade da Administração ou de seus agentes e prepostos, de conformidade com o art. 70 da Lei nº 8.666, de 1993.

16.4 - O representante da Administração anotará em registro próprio todas as ocorrências

relacionadas com a execução da ata, indicando dia, mês e ano, bem como o nome dos funcionários eventualmente envolvidos, determinando o que for necessário à regularização das falhas ou defeitos observados e encaminhando os apontamentos à autoridade competente para as providências cabíveis.

17 - DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

17.1 - As partes ficam, ainda, adstritas às seguintes disposições:

I - Todas as alterações que se fizerem necessárias serão registradas por intermédio de lavratura de termo aditivo à presente ata de Registro de Preços.

II - Vinculam-se a esta Ata, para fins de análise técnica, jurídica e decisão superior o Edital de **Pregão Eletrônico nº. 06/2021** e seus anexos e as propostas das classificadas.

III - É vedado caucionar ou utilizar da ata de registro de preço decorrente do presente registro para qualquer operação financeira, sem prévia e expressa autorização da **Prefeitura**.

18 - DO FORO

Aplica-se a Ata de Registro de Preço e dos casos omissos as disposições estabelecidas na lei 8666/1993 e suas alterações.

As partes contratantes elegem o foro de Matupá - MT como competente para dirimir quaisquer questões oriundas do presente instrumento, inclusive os casos omissos, que não puderem ser resolvidos pela via administrativa, renunciando a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

E por estarem de acordo, as partes firmam o presente instrumento, em 02 (duas) vias de igual teor e forma para um só efeito legal, ficando uma via arquivada na sede da **CONTRATANTE**, na forma do art. 60 da Lei 8 666 de 21/06/93.

Matupá - MT, 23 de fevereiro de 2021.

_____

Município de Matupá

FERNANDO ZAFONATO

Contratante

_____

RIBEIRO COMÉRCIO DE COMPUTADORES LTDA – ME

CNPJ sob o nº 09.237.458/0001-33

DIONEIDE APARECIDA RIBEIRO

CPF nº 850.445.711-72

Contratada

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO/DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES
ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 037/2021

Pelo presente instrumento **O MUNICÍPIO DE MATUPÁ – ESTADO DE MATO GROSSO,** devidamente inscrito no CNPJ/MF sob o nº. 24.772.188/0001-54, com sede na Prefeitura Municipal, localizada na Avenida Hermínio Ometto, nº. 101, ZE-022, neste ato representado pelo Prefeito Municipal o Sr. FERNANDO ZAFONATO, brasileiro, casado, empresário, portador da RG nº. 41330708-SESP/PR, inscrito no CPF sob o nº. 603.459.349-20, residente e domiciliado na Rua 07 nª 829 Bairro ZH3-001, nesta Cidade de Matupá/MT, nesta Cidade de Matupá/MT RESOLVE registrar os preços da empresa **NBB COMERCIO DE EQUIPAMENTOS DE INFORMATICA LTDA,** devidamente inscrita no CNPJ sob o nº. 10.820.186/0001-89 , com sede na Rua Goiás, nº 862, Sobre Loja, Higienópolis, na Cidade de Catanduva-SP, CEP 15.804-010, e-mail licitacao2@fprinter.com.br/licitacao.fprinter@gmail.com, telefone (17) 3531-0300/ (17) 9.9158-3773, neste ato representada pelo Sr. **DANIEL NICOLA**, portador do RG nº 29.440.676-1 SSP/SP e do CPF nº 216.721.888-57, nas quantidades estimadas **na Seção quatro desta Ata de Registro de Preços**, de acordo com a classificação por elas alcançadas Global, atendendo as condições previstas no Instrumento Convocatório e as constantes desta Ata de Registro de Preços, sujeitando-se as partes às normas constantes da Lei nº 8.666/93, 10580/02 e suas alterações e Decreto Municipal 1136, de 02 de fevereiro de 2009 e Decreto Municipal nº 1665/2013:

1 - OBJETO

1.1 - Constitui objeto desta ata de registro de preço, o "**PREGÃO ELETRÔNICO SISTEMA REGISTRO DE PREÇO PARA FUTURAS E EVENTUAIS AQUISIÇÕES DE MATERIAIS DE EXPEDIENTE EM ATENDIMENTO AS SECRETARIAS MUNICIPAIS DE MATUPÁ"** de acordo com a planilha partes integrantes do Edital da respectiva **PREGÃO ELETRÔNICO Nº. 06/2021.**

2 - ADESÃO DE ORGÃOS NÃO PARTICIPANTES

2.1 - Os órgãos e entidades que não participaram do registro de preços, quando desejarem fazer uso da Ata de Registro de Preços, deverão manifestar seu interesse junto ao órgão gerenciador da Ata, para que este indique os possíveis fornecedores e respectivos preços a serem praticados, obedecida a ordem de classificação.

2.2 - Caberá ao fornecedor beneficiário da Ata de Registro de Preços, observadas as condições nela estabelecidas, optar pela aceitação ou não do serviço, independentemente dos quantitativos registrados em Ata, desde que o fornecimento não prejudique as obrigações anteriormente assumidas.

2.3 - As aquisições ou contratações adicionais, não poderão exceder, por órgão ou por entidade, a cem por cento dos quantitativos registrados na Ata de Registro de Preços.

3 - DA GERÊNCIA DA PRESENTE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

3.1 - O gerenciamento deste instrumento caberá a Prefeitura Municipal de Matupá.

3.2 - A presente Ata terá validade **de 12 (doze) meses,** contados a partir de sua publicação no Jornal Oficial dos Municípios.

3.3 - As SECRETARIAS/ORGÃOS/ENTIDADES participantes desta Ata de Registro de Preços são:

Gabinete do Prefeito, Secretaria Municipal de Planejamento, Secretaria Municipal de Finanças, Secretaria Municipal de Administração, Secretaria Municipal de Educação e Desporto, Secretaria Municipal de Saúde, Secretaria Municipal de Assistência Social, Secretaria Municipal de Obras, Urbanismo e Transportes e Secretaria Municipal de Industria, Comercio, Turismo, Cultura e Lazer.

4 – DOS PRODUTOS

4.1 - O preço, a quantidade, o fornecedor e a especificação dos produtos registrados nesta Ata, encontram-se indicados na tabela abaixo:

Código	Nome	Unidade de Fornec.	Marca	Quant.	Vlr. Unitário	Total
372183	RIBBON - PARA IMPRESSORA DE TRANSFERENCIA TERMICA DE ETIQUETA, ZEBRA, 110MM X 74M, DE CERA/RESINA - MISTO	UNIDADE	MASTERCORP RIBBON MISTO	102	17,8000	1. 815,60
Total Fornecedor						**1. 815,60**

5 – DA FORMA DE FORNECIMENTO

5.1 – O prazo máximo para entrega dos produtos, objeto do pedido, é de (05) cinco dias, contados a partir do dia seguinte à data do recebimento da NAD (Nota de Autorização de Despesas) pela Adjudicatária, devendo o produto atender às normas técnicas contidas nas especificações;

5.2 – O recebimento dos objetos será efetuado pela Prefeitura, e, será recebido desde que:

5.2.1 Esteja compatível com esta Licitação;

5.2.2 Não apresente avaria ou adulteração.

5.3 - Em caso de recusa dos produtos pelas Secretarias de Matupá - MT será lavrado Termo de Recusa, no qual se consignarão as desconformidades, devendo o produto ser substituído pela Contratada, no prazo de 03 (três) dias da devolução, quando serão realizadas novamente as verificações antes referidas, consoante dispõe o artigo 69 da Lei nº 8.666/93;

5.4 – A entrega dos produtos desta licitação deverá ser feita nos locais indicados nas requisições, correndo por conta da Contratada as despesas de seguros, transporte, tributos, encargos trabalhistas e previdenciários decorrentes da execução.

5.5 – Os produtos deverão ser novos, de primeiro uso, e em perfeito estado, acondicionado em embalagens que permitam sua proteção contra impactos, umidade e demais agentes de possam ocasionar danos. Não serão aceitos produtos remanufaturados, recondicionados, reciclados ou reutilizados.

5.6 - A empresa fornecedora dos produtos se responsabilizará pela qualidade, substituindo o produto, em todo ou em parte, se for constatado problemas.

5.7 - Os produtos ofertados pelas licitantes deverão, OBRIGATORIAMENTE, atender às exigências de qualidade, observados os padrões e normas baixadas pelos órgãos competentes de controle de fiscalização de qualidade industrial ABNT, INMETRO, etc. – atentando-se o proponente, principalmente para as prescrições contidas no art. 39, VIII, da Lei nº 8.078/90 (Código de Defesa do Consumidor);

5.8 - A empresa vencedora e responsável pela carga e descarga dos itens no local aonde a Secretaria solicitar.

5.9 - A empresa fornecedora dos produtos se responsabilizará pela qualidade, substituindo o produto, em todo ou em parte, se for constatado problemas.

5.10- Recebimento **dos** Produtos:

5.10.1 - Os produtos serão recebidos pelos fiscais de contrato e aceitos quando estiverem dentro das exigências do Edital;

5.10.2 - Observado o disposto no artigo 67 da Lei Federal n. 8.666/93, o acompanhamento e a fiscalização da entrega dos produtos será realizada por funcionários nomeados pelas Secretarias;

5.10.3 - O Município de Matupá/MT reserva-se o direito de não receber o objeto com atraso ou em desacordo com as especificações e condições constantes deste edital e seus anexos, podendo aplicar as penalidades e sanções previstas ou rescindir o registro e aplicar o disposto no art. 24, inciso XI, da Lei Federal n. 8.666/93.

5.11- Caberá à Licitante Vencedora:

5.11.1 Transportar, por sua conta e risco, o(s) objeto(s) objeto deste Termo de Referência, ficando sob sua responsabilidade quaisquer acidentes no trajeto de transporte;

5.11.2 Fazer o pagamento de tributos, seguros, taxas e serviços, encargos sociais e trabalhistas, e quaisquer despesas referentes aos produtos fornecidos;

5.11.3 Substituir produtos que apresentem defeito de fabricação.

5.12– Os materiais apresentados neste Termo de Referência deverão ser novos e com a garantia dos produtos. Não sendo, de forma alguma, permitido materiais reutilizados ou reaproveitados.

5.13- Na entrega dos produtos e nas informações adicionais da Nota Fiscal e obrigatória a Identificação da Secretaria que solicitou os produtos, para maior agilidade da identificação de quem solicitou na hora da entrega dos produtos.

6 - DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

6.1 - Executar a entrega dentro dos padrões estabelecidos pelas Secretarias, de acordo com as especificações do edital, responsabilizando-se por eventuais prejuízos decorrentes do descumprimento das condições estabelecidas.

6.2 - Prestar os esclarecimentos que forem solicitados pelas Secretarias, cujas reclamações se obrigam a atender prontamente, bem como dar ciência mediatamente e por escrito, de qualquer anormalidade que verificar quando da execução dos atos de sua responsabilidade;

6.3 - Prover todos os meios necessários à garantia da plena entrega dos produtos, inclusive considerados os casos de greve ou paralisação de qualquer natureza;

6.4 - A falta de quaisquer dos produtos cujo fornecimento incumbe ao detentor do preço registrado, não poderá ser alegada como motivo de força maior para o atraso, má execução ou inexecução da entrega do objeto deste edital e não a eximirá das penalidades a que está sujeita pelo não cumprimento dos prazos e demais condições aqui estabelecidas;

6.5 - Comunicar imediatamente a Secretaria qualquer alteração ocorrida no endereço, conta bancária e outras julgadas necessárias para recebimento de correspondência;

6.6 - Respeitar e fazer cumprir a legislação de segurança e saúde no trabalho, previstas nas normas regulamentadoras pertinentes;

6.7 - Fiscalizar o perfeito cumprimento da entrega do objeto a que se obrigou, cabendo-lhe, integralmente, os ônus decorrentes. Tal fiscalização dar-se-á independentemente da que será exercida por esta Prefeitura;

6.8 - Indenizar terceiros e/ou à própria Prefeitura em caso de ausência ou omissão de fiscalização de sua parte, pelos danos ou prejuízos causados por sua culpa ou dolo, devendo a contratada adotar todas as medidas preventivas, com fiel observância às exigências das autoridades competentes e às disposições legais vigentes;

6.9 - A contratada ficará obrigada a aceitar, nas mesmas condições deste edital, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessárias, até o limite legal de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do objeto adjudicado, devendo supressões acima desse limite ser resultantes de acordo entre as partes;

6.10 - Fornecer os itens, conforme estipulado neste edital e de acordo com a proposta apresentada;

6.11 – Não poderá ocorrer a falta dos produtos por parte do licitante, pois são itens de primeira necessidade e a contratante deverá atender exatamente como se propôs a fazer;

6.12 – A CONTRATADA deverá manter durante toda a vigência da ata de registro de preço, as mesmas condições de habilitação, especialmente quanto à regularidade com FGTS e INSS;

6.13 - O atraso na entrega dos produtos caberá penalidades e sanções previstas no Art. 12 da Presente Ata;

6.14 - A Contratada deverá manter local adequado e apropriado para o abastecimento, e reservatórios adequados e apropriados de acordo com as normas da ANP (Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis), DNC (Departamento Nacional de Combustíveis) e INMETRO (Instituto Nacional de Metrologia, Qualidade e Tecnologia).

7 - DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

7.1 - Convocar a licitante vencedora para a retirada da Ordem de Entrega dos itens licitados;

7.2 - Fornecer à empresa a ser contratada todas as informações e esclarecimentos que venham a ser solicitados relativamente ao objeto deste Edital;

7.3 - Efetuar o pagamento à empresa nas condições estabelecidas neste Edital;

7.4 - Notificar por escrito, à empresa contratada, toda e qualquer irregularidade constatada durante o recebimento do objeto;

7.5 -Nenhum pagamento será efetuado à empresa detentora do registro, enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação. Esse fato não será gerador de direito reajustamento de preços ou a atualização monetária.

7.6 - Não haverá, sob hipótese alguma, pagamento antecipado.

8 - DO PAGAMENTO

8.1 - Os pagamentos serão efetuados em até 15 (quinze) dias após a entrega do produtos bem como apresentação das notas fiscais eletrônicas em conformidade ao Protocolo ICMS Nº. 85, DE 09 DE JULHO DE 2010, devidamente atestada pela Secretaria responsável;

Os dados bancários para pagamento são:

Banco do Bradesco Ag. 1624-1 Conta corrente nº 21913-4 em nome de

NBB COMERCIO DE EQUIPAMENTOS DE INFORMATICA LTDA

8.2 - O Contratado deverá indicar no corpo da Nota Fiscal/fatura, descrição do item fornecido, de acordo com o especificado na Ordem de Entrega.

8.3 - Caso constatado alguma irregularidade nas notas fiscais/faturas, estas serão devolvidas ao fornecedor, para as necessárias correções, com as informações que motivaram sua rejeição, sendo o pagamento realizado após a reapresentação das notas fiscais/faturas.

8.4 - Nenhum pagamento isentará o FORNECEDOR/CONTRATADO das suas responsabilidades e obrigações, nem implicará aceitação definitiva do produto.

8.5 - O Contratante **não** efetuará pagamento de título descontado, ou por meio de **cobrança em banco, bem como, os que forem negociados com terceiros por intermédio da operação de "factoring**";

8.6 - As despesas bancárias decorrentes de transferência de valores para outras praças serão de responsabilidade do Contratado.

9 - DO REAJUSTAMENTO DE PREÇOS

9.1 - Os preços registrados manter-se-ão inalterados pelo período de vigência da presente Ata, admitida a revisão no caso de desequilíbrio da equação econômico-financeira inicial deste instrumento a partir de determinação municipal, cabendo-lhe no máximo o repasse do percentual determinado.

9.2 - Os preços registrados que sofrerem revisão não poderão ultrapassar os preços praticados no mercado, mantendo-se a diferença percentual apurada entre o valor originalmente constante da proposta e aquele vigente no mercado à época do registro.

9.3 - Caso o preço registrado seja superior à média dos preços de mercado, a Prefeiturasolicitará ao fornecedor/consignatária, mediante correspondência, redução do preço registrado, de forma a adequá-lo a definição do parágrafo único.

9.4 - Fracassada a negociação com o primeiro colocado a Prefeiturapoderá rescindir esta ata e convocar, nos termos da legislação vigente, e pelo preço da 1ª (primeira), as demais empresas com preços registrados, cabendo rescisão desta ata de registro de preços e nova licitação em caso de fracasso na negociação.

9.5 - Será considerado compatíveis com os de mercado os preços registrados que forem iguais ou inferiores à média daqueles apurados pela Prefeitura.

9.6 – Poderão ocorrer mediante termo aditivo, onde a contratada ou contratado fica obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou suspensões que se fizerem na prestação dos produtos, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado da ata de registro de preço, nos termos do artigo 65, parágrafo 1º da lei nº 8.666/93 e alterações posteriores.

9.7 - Os preços serão revisados e reajustados de acordo com as variações determinadas pela política de preços dos combustíveis, mediante comprovação oficial por parte da Contratada.

10 - DO CANCELAMENTO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS.

10.1 - A presente Ata de Registro de Preços poderá ser cancelada de pleno direito, nas seguintes situações:

a) Quando o fornecedor/consignatária não cumprir as obrigações constantes no Edital e desta Ata de Registro de Preços;

b) Quando o fornecedor/consignatária der causa a rescisão administrativa da Nota de Empenho decorrente deste Registro de Preços, nas hipóteses previstas nos incisos de I a XII, XVII e XVIII do art. 78 da Lei 8.666/93;

c) Em quaisquer hipóteses de inexecução total ou parcial da requisição/pedido dos produtos decorrente deste Registro;

d) Os preços registrados se apresentarem superiores aos praticados no mercado;

e) Por razões de interesse público devidamente demonstradas e justificadas;

f) Descumprir qualquer dos itens da cláusula sexta ou sétima.

10.2 - Ocorrendo cancelamento do preço registrado, o Fornecedor será informado por correspondência, a qual será juntada ao processo administrativo da presente Ata.

10.3 - No caso de ser ignorado, incerto ou inacessível o endereço do Fornecedor, a comunicação será feita por publicação no Jornal Oficial dos Municípios (AMM), considerando-se cancelado o preço registrado a partir da última publicação.

10.4 - A solicitação do Fornecedor para cancelamento dos preços registrados poderá não ser aceita pela Prefeitura, facultando-se a esta neste caso, a aplicação das penalidades previstas neste Edital.

10.5 - Havendo o cancelamento do preço registrado, cessarão todas as atividades do FORNECEDOR, relativas ao produto do Item.

10.6 - Caso a Prefeitura não se utilize da prerrogativa de cancelar esta Ata, a seu exclusivo critério, poderá suspender a sua execução e/ou sustar o pagamento das faturas, até que o FORNECEDOR cumpra integralmente a condição contratual infringida.

10.7 - A Ata de Registro de Preços, será cancelada automaticamente nas seguintes hipóteses:

a) Por decurso de prazo de vigência;

b) Pelo esgotamento das quantidades registradas.

10.8 - A inexecução total ou parcial do contrato enseja a sua rescisão, com as consequências contratuais e as previstas em lei ou regulamento, conforme art. 77 da lei 8666/93.

11 - DAS INCIDÊNCIAS FISCAIS, ENCARGOS, SEGUROS, ETC.

11.1 - Os preços apresentados na proposta devem incluir todos os custos e despesas, tais como: custos diretos e indiretos, tributos incidentes, taxa de administração, serviços, encargos sociais, trabalhistas, seguros, treinamento, lucro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto desta Ata de Registro de Preços.

12 - DAS PENALIDADES

12.1 - Ficará impedido de licitar e contratar com o município, pelo prazo de até 5 (cinco) anos, sem prejuízo das multas previstas neste termo de referência e das demais penalidades legais, aquele que:

12.1.1 - Cometer fraude fiscal;

12.1.2 - Apresentar documento falso;

12.1.3 - Fizer declaração falsa;

12.1.4 - Comportar-se de modo inidôneo;

12.1.5 - Não assinar a Ata de Registro de Preços ou Contrato no prazo estabelecido;

12.1.6 - Deixar de entregar a documentação exigida no certame;

12.1.7 - Não mantiver a proposta.

12.2 - O atraso injustificado no atendimento ao objeto sujeitará a empresa, a juízo da Administração, à multa moratória de 0,5% (meio por cento) por dia de atraso, até o limite de 10% (dez por cento), conforme determina o artigo 86, da Lei nº 8666/93;

12.2.1 - A multa prevista neste item será descontada dos créditos que a contratada possuir com a Prefeitura Municipal de Matupá - MT, e poderá cumular com as demais sanções administrativas, inclusive com a multa prevista no item 6.9. b;

12.3 - Ocorrendo a inexecução total ou parcial, atrasos no fornecimento dos produtos, a Administração poderá aplicar à vencedora, as seguintes sanções administrativas previstas no artigo 87 da Lei n. 8.666/93:

a) Advertência por escrito;

b) Ao licitante que não cumprir as obrigações assumidas ou preceitos legais, serão aplicadas multa de 0,5% (meio por cento) sobre o atraso de entrega dos produtos, e até o limite de 10% (dez por cento) sobre o valor do contrato no caso de rescisão por culpa do fornecedor;

c) Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Prefeitura Municipal de Matupá - MT, por prazo não superior a 02 (dois) anos, sendo que em caso de inexecução total, sem justificativa aceita, será aplicado o limite máximo temporal previsto para a penalidade de 02 (dois) anos conforme prevê o inciso III do artigo 87 da Lei Federal 8.666/93 atualizada pela Lei nº 8.883/94;

d) Declaração de inidoneidade para licitar junto à Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição, ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, de acordo com o inciso IV do artigo 87 da Lei n. 8.666/93, c/c artigo 7º da Lei n. 10.520/2002.

e) Ficará impedido de licitar e de contratar com a União e Município e será descredenciado no Sicaf, pelo prazo de até cinco anos, sem prejuízo das multas previstas em edital e no contrato e das demais cominações legais, garantido o direito à ampla defesa, o licitante que, convocado dentro do prazo de validade de sua proposta:

e. 1 - apresentar documentação falsa;

e.2 - causar o atraso na execução do objeto;

e.3 - não mantiver a proposta;

e.4 - falhar na execução do contrato;

e.5 - fraudar a execução do contrato;

e.6 - comportar-se de modo inidôneo;

e.7 - declarar informações falsas; e

e.8 - cometer fraude fiscal.

f) - O cancelamento da execução terá lugar de pleno direito independente de notificação ou interpelação judicial ou extrajudicial quando a empresa adjudicatória:

f.1 – Falir, entrar em concordata, concurso de credores, dissolução ou liquidação;

f.2 – Transferir, no todo ou parte, as obrigações decorrentes desta licitação, sem prévia anuência do Governo deste Município;

12.4 - Se a Fornecedora não proceder ao recolhimento da multa no prazo de 05 (cinco) dias úteis contados da intimação por parte da Prefeitura Municipal de Matupá - MT, o respectivo valor será descontado dos créditos que a contratada possuir com esta Prefeitura e, se estes não forem suficientes, o valor que sobejar será encaminhado para execução pela Procuradoria Municipal;

12.4.1 - Em se tratando de adjudicatária que não comparecer para retirada da Ordem de Fornecimento dos Itens, o valor da multa não recolhida será encaminhado para execução pela Procuradoria Municipal;

12.5 - Do ato que aplicar a penalidade caberá recurso, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, a contar da ciência da intimação, podendo a Administração reconsiderar sua decisão ou nesse prazo encaminhá-lo devidamente informado para a apreciação e decisão superior, dentro do mesmo prazo;

12.6 - Serão publicadas no Diário Oficial do Estado de Mato Grosso as sanções administrativas previstas no item 12.3, c, d, desta Ata de Registro de Preços, inclusive a reabilitação perante a Administração Pública.

13 – DO RECEBIMENTO DOS PRODUTOS

13.1 - Serão entregue produtos, de acordo com os critérios dos órgãos responsáveis pela fiscalização.

13.2 - Recebimento Dos Serviços/Produtos:

13.2.1 – A entrega dos serviços/produtos serão acompanhados pelos fiscais diariamente, recebidos e aceitos quando executados totalmente e de boa qualidade.

13.2.2 - Observado o disposto no artigo 67 da Lei Federal n. 8.666/93, o acompanhamento e a fiscalização da prestação dos serviços/entrega dos produtos será realizada por funcionários nomeados pelas Secretarias;

13.2.3 - O Município de Matupá/MT reserva-se o direito de não receber o objeto com atraso ou em desacordo com as especificações e condições constantes deste edital e seus anexos, podendo aplicar as penalidades e sanções previstas ou rescindir o registro e aplicar o disposto no art. 24, inciso XI, da Lei Federal n. 8.666/93.

14 - DOS ILÍCITOS PENAIS

14.1 - As infrações penais tipificadas na Lei 8.666/93 serão objeto de processo judicial na forma legalmente prevista, sem prejuízo das demais cominações aplicáveis.

15 - DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

15.1 - As despesas decorrentes das contratações oriundas da presente Ata de Registro de Preços, correrão à conta de dotação orçamentária citada abaixo, ou das demais que possam vir a aderir a presente ata e serão oriundas de Recursos Próprios do Município, do Estado de Mato Grosso e Federal:

CÓDIGO GERAL: 02.001.04.122.0033.20094 - MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DO GABINETE DO PREFEITO – 3390.30.000 – MATERIAL DE CONSUMO

CÓDIGO GERAL: 03.001.04.122.0024.20078 - MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DA SECRETARIA DE PLANEJAMENTO – 3390.30.000 – MATERIAL DE CONSUMO

CÓDIGO GERAL: 04.001.04.122.0026.20076 - MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DA SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO – 3390.30.000 – MATERIAL DE CONSUMO

CÓDIGO GERAL: 05.001.04.123.0036.2.0110 - MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DA SECRETARIA DE FINANÇAS – 3390.30.000 – MATERIAL DE CONSUMO

CÓDIGO GERAL: 06.001.20.122.0021.20002 - MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DA SECRETARIA DE AGRICULTURA - 3390.30.000 – MATERIAL DE CONSUMO

CÓDIGO GERAL: 07.005.27.812.0047.20128 – MANUTENÇÃO DO DEPARTAMENTO DE ESPORTE – 3390.30.000 – MATERIAL DE CONSUMO

CÓDIGO GERAL: 07.001.12.122.0029.20086 – MANUTENÇÃO E ENCARGOS DA SECRETARIA DE EDUCAÇÃO – 3390.30.000 – MATERIAL DE CONSUMO

CÓDIGO GERAL: 07.002.12.361.0015.2.0020 – MANUTENÇÃO DAS ESCOLAS DA REDE MUNICIPAL DE ENSINO FUNDAMENTAL – 3390.30.000 – MATERIAL DE CONSUMO

CÓDIGO GERAL: 07.002.12.365.0018.2.0028 – MANUTENÇÃO DAS ESCOLAS DA REDE MUNICIPAL DE ENSINO INFANTIL - PRÉ-ESCOLAS – 3390.30.000 – MATERIAL DE CONSUMO

CÓDIGO GERAL: 07.002.12.361.0015.10045 – AQUISIÇÃO DE MATERIAL PERMANENTE – 4490.52.000 – MATERIAL PERMANENTE

CÓDIGO GERAL: 07.002.12.365.0018.2.0029 – MANUTENÇÃO DAS ESCOLAS DA REDE MUNICIPAL DE ENSINO INFANTIL - CMEIS – 3390.30.000 – MATERIAL DE CONSUMO

CÓDIGO GERAL: 08.002.10.302.0013.2.0048 – MANUTENÇÃO DO LABORATORIO MUNICIPAL – 3390.30.000 – MATERIAL DE CONSUMO

CÓDIGO GERAL: 08.002.10.302.0014.2.0046 – MANUTENÇÃO DO CRDO – 3390.30.000 – MATERIAL DE CONSUMO

CÓDIGO GERAL: 08.002.10.303.0040.2.0101 – MANUTENÇÃO DA ASSISTENCIA FARMACÊUTICA BÁSICA – 3390.30.000 – MATERIAL DE CONSUMO

CÓDIGO GERAL: 08.002.10.122.0039.20115 – MANUTENÇÃO DO COMPLEXO REGULADOR MUNICIPAL - CRM – 3390.30.000 – MATERIAL DE CONSUMO

CÓDIGO GERAL: 08.002.10.122.0038.20098 – MANUTENÇÃO DA UNIDADE ADMINISTRATIVA – 3390.30.000 – MATERIAL DE CONSUMO

CÓDIGO GERAL: 08.002.10.302.0013.20047 – MANUTENÇÃO DO HOSPITAL MUNICIPAL – 3390.30.000 – MATERIAL DE CONSUMO

CÓDIGO GERAL: 08.002.10.301.0012.20050 – MANUTENÇÃO DAS UNIDADES BÁSICAS DE SAÚDE - SAÚDE DA FAMÍLIA – 3390.30.000 – MATERIAL DE CONSUMO

CÓDIGO GERAL: 08.002.10.305.0041.2.0103 – MANUTENÇÃO VIGILÂNCIA EPIDEMIOLOGICA E AMBIENTAL – 3390.30.000 – MATERIAL DE CONSUMO

CÓDIGO GERAL: 08.002.10.302.0013.1.0076 – – AQUISIÇÃO DE MATERIAL PERMANENTE – 4490.52.000 – MATERIAL PERMANENTE

CÓDIGO GERAL: 09.001.08.122.0008.20065 – MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DA SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL – 3390.30.000 – MATERIAL DE CONSUMO

CÓDIGO GERAL: 09.001.08.122.0008.20065 – MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DA SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL – 4490.52.000 – MATERIAL PERMANENTE

CÓDIGO GERAL: 09.002.08.244.0028.10111 – AQUISIÇÃO DE MATERIAL PERMANENTE – 4490.52.000 – MATERIAL PERMANENTE

CÓDIGO GERAL: 09.002.08.244.0007.20063 – MANUTENÇÃO IGD PBF – 4490.52.000 – MATERIAL PERMANENTE

CÓDIGO GERAL: 09.002.08.244.0007.20063 – MANUTENÇÃO IGD PBF – 3390.30.000 – MATERIAL DE CONSUMO

CÓDIGO GERAL: 09.002.08.244.0005.20054 – MANUTENCAO DO CREAS/PAEFI – 3390.30.000 – MATERIAL DE CONSUMO

CÓDIGO GERAL: 09.002.08.244.0028.20083 – MANUTENÇÃO DO CRAS/PAIF – 3390.30.000 – MATERIAL DE CONSUMO

CÓDIGO GERAL: 09.002.08.244.0028.20082 – MANUTENÇÃO DO SCFV - SERVIÇO DE CONVIVENCIA E FORTALECIMENTO DE VINCULOS – 3390.30.000 – MATERIAL DE CONSUMO

CÓDIGO GERAL: 09.002.08.243.0010.20071 – MANUTENÇÃO DO CONSELHO TUTELAR – 3390.30.000 – MATERIAL DE CONSUMO

CÓDIGO GERAL: 09.002.08.244.0005.20055 – MANUTENÇÃO DA CASA LAR – 3390.30.000 – MATERIAL DE CONSUMO

CÓDIGO GERAL: 09.002.08.244.0006.2.0057 – MANUTENÇÃO DA PROTEÇÃO SOCIAL BASICA – 3390.30.000 – MATERIAL DE CONSUMO

CÓDIGO GERAL: 09.002.08.244.0006.2.0058 – MANUTENÇÃO DA PROTEÇÃO SOCIAL ESPECIAL – 3390.30.000 – MATERIAL DE CONSUMO

CÓDIGO GERAL: 10.001.04.122.0004.20015 – MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DE SECRETARIA DE OBRAS, URBANISMO E TRANSPORTE – 3390.30.000 – MATERIAL DE CONSUMO

CÓDIGO GERAL: 15.001.13.812.0017.20137 – MANUTENÇÃO DA SECRETARIA DE INDUSTRIA, COMÉRCIO, TURISMO, CULTURA E LAZER – 3390.30.000 – MATERIAL DE CONSUMO

16 - DO FISCAL DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO

16-1 – Foi Designado através de Portaria os servidores abaixo para assistir e subsidiar o gestor da ata de registro de preço indicado na epígrafe.

Secretaria	Servidor	Portaria

Secretaria de Administração e Gabinete do Prefeito	**Cristiane Machado Romeiro**	**7075/2018**
Secretaria Municipal de Finanças	**Simone dos Santos**	**3011/2013**
Secretaria Municipal de Assistência Social	**Cynthia Passos Carvalho Ximenes**	**7451/2018**
Secretaria Municipal de Assistência Social - CREAS	**Graziela da Rocha Ribeiro Martins**	**4053/2014**
Secretaria Municipal de Assistência Social	**Maurina Marques da Silva**	**7201/2018**
Secretaria Municipal de Assistência Social - SCVF	**Leandro Ricardo Marilhano**	**8939/2021**
Secretaria Municipal de Saúde - CAF	**Isabelly de Oliveira Coelho da Silva e Gabriela Pereira do Santos**	**8549/2020**
Secretaria Municipal de Educação	**Elaine Rocha Tussi**	**8304/2020**
Secretaria Municipal de Agricultura	**Marcia da Silva Andrelevicius Kuranishi**	**7202/2018**
Secretaria Municipal de Saúde - Hospital	**Janara de Souza Soares Tussi**	**7200/2018**
Secretaria Municipal de Saúde - CRM	**Cleneci de Fátima da Silva Ferreira**	**6400/2017**
Secretaria Municipal de Saúde - Vigilância	**Francisco Carlos Vieira**	**6579/2017**
Secretaria Municipal de Saúde - Laboratório	**Mariza Rafaela Baptista da Silva**	**7734/2019**
Secretaria Municipal de Saúde – Hospital	**Janice Kerber**	**2340/2013**
Secretaria Municipal de Saúde - CRDO	**Rita de Cássia Andrade**	**2718/2013**
Secretaria Municipal de Saúde/Farmacia	**Fernanda Rodrigues de Lima Martins**	**8548/2020**

16.2 - Nos termos do art. 67 Lei nº 8.666, de 1993, será designado representante para acompanhar e fiscalizar a entrega dos produtos/serviços, anotando em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução e determinando o que for necessário à regularização de falhas ou defeitos observados.

16.3 - A fiscalização de que trata este item não exclui nem reduz a responsabilidade da Contratada, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas ou vícios redibitórios, e, na ocorrência desta, não implica em corresponsabilidade da Administração ou de seus agentes e prepostos, de conformidade com o art. 70 da Lei nº 8.666, de 1993.

16.4 - O representante da Administração anotará em registro próprio todas as ocorrências

relacionadas com a execução da ata, indicando dia, mês e ano, bem como o nome dos funcionários eventualmente envolvidos, determinando o que for necessário à regularização das falhas ou defeitos observados e encaminhando os apontamentos à autoridade competente para as providências cabíveis.

17 - DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

17.1 - As partes ficam, ainda, adstritas às seguintes disposições:

I - Todas as alterações que se fizerem necessárias serão registradas por intermédio de lavratura de termo aditivo à presente ata de Registro de Preços.

II - Vinculam-se a esta Ata, para fins de análise técnica, jurídica e decisão superior o Edital de **Pregão Eletrônico nº. 06/2021** e seus anexos e as propostas das classificadas.

III - É vedado caucionar ou utilizar da ata de registro de preço decorrente do presente registro para qualquer operação financeira, sem prévia e expressa autorização da **Prefeitura**.

18 - DO FORO

Aplica-se a Ata de Registro de Preço e dos casos omissos as disposições estabelecidas na lei 8666/1993 e suas alterações.

As partes contratantes elegem o foro de Matupá - MT como competente para dirimir quaisquer questões oriundas do presente instrumento, inclusive os casos omissos, que não puderem ser resolvidos pela via administrativa, renunciando a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

E por estarem de acordo, as partes firmam o presente instrumento, em 02 (duas) vias de igual teor e forma para um só efeito legal, ficando uma via arquivada na sede da **CONTRATANTE**, na forma do art. 60 da Lei 8 666 de 21/06/93.

Matupá - MT, 23 de fevereiro de 2021.

_____

Município de Matupá

FERNANDO ZAFONATO

Contratante

_____

NBB COMERCIO DE EQUIPAMENTOS DE INFORMATICA LTDA

CNPJ sob o nº 10.820.186/0001-89

DANIEL NICOLA

CPF nº 216.721.888-57

Contratada

SECRETARIA DE PLANEJAMENTO
DECRETO Nº 3483 DE 23 DE FEVEREIRO DE 2021

"CONVOCA CANDIDATOS APROVADOS NO EDITAL DO PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO 001/2020 DA PREFEITURA MUNICIPAL DE MATUPÁ".

FERNANDO ZAFONATO, Prefeito Municipal de Matupá - Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas por Lei;

CONSIDERANDO a homologação do Processo Seletivo Simplificado 001/2020, publicado no Diário Oficial do Estado de Mato Grosso no dia 09/03/2020;

CONSIDERANDO a necessidade do provimento de Cargos públicos temporários;

DECRETA

Art. 1º. Ficam convocados os candidatos aprovados no Processo Seletivo Simplificado nº 001/2020, para o Cargo constante na relação do Anexo II, do presente Decreto, para se apresentarem na sede da Secretaria Municipal de Agricultura de Matupá, situada à Rua Periférica R-1, s/nº, Bairro ZP-01, Matupá – MT, fone: (66) 3595-1272 no prazo de **05 (cinco) dias úteis**, a partir da data da publicação, no horário das 07:00 às 11:00 ou das 13:00 às 17:00 horas, pessoalmente ou por procurador munido de instrumento de procuração.

Art. 2º. Os candidatos deverão se apresentar com fotocópias da documentação devidamente autenticadas via cartório ou fotocópias com originais, os quais constam no Anexo I deste Decreto.

Art. 3º. Se o candidato convocado não se apresentar para a entrega da documentação ou apresentar a documentação de forma incompleta, no prazo estabelecido por este Decreto, será considerado DESISTENTE do direito de ser nomeado para o cargo ao qual foi aprovado no Processo Seletivo.

Art. 4º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogando as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito, aos vinte e três dias do mês de fevereiro do ano de dois mil e vinte e um.

Registre-se

Publique-se

FERNANDO ZAFONATO

- Prefeito Municipal de Matupá –

ANEXO I

1. Cédula de Identidade comprovando a idade igual ou superior a 18 (dezoito) anos;

2. Ser brasileiro ou estrangeiro nos termos da lei (arts. 12 e 37, I da CF/88);

3. Certidão de Casamento ou Nascimento;

4. Certidão de Nascimento e CPF dos filhos menores de 18 anos (se for o caso);

5. Carteira de Vacinação dos filhos menores de 05 anos (se for o caso);

6. Cartão de Identificação do Contribuinte (CPF);

7. Cartão do PIS/PASEP;

8. Certidão de regularidade eleitoral;

9. Título de Eleitor;

10. Certidão Negativa de 1º e 2º grau fornecida pelo Cartório Distribuidor da Comarca do domicílio dos últimos cinco anos, relativa à existência ou inexistência de ações cíveis e criminais (com trânsito em julgado);

11. Certidão Negativa de Débitos para com o município de posse;

12. Atestado de Saúde Física e Mental (Admissional);

13. 01 (uma) foto 3x4, colorida e recente;

14. Certidão de Reservista (quando do sexo masculino);

15. Comprovante de Escolaridade, através de histórico escolar, diploma, conforme exigência do cargo ao qual concorre, devidamente registrado pelo MEC;

16. Certificado de Curso Básico de Computação (com carga horária mínima de 20 horas);

17. Certificado de Curso de Boas Práticas de Fabricação – BPF (com carga horária mínima de 06 horas);

18. Certificado de Curso de Análise de Perigo e Pontos Críticos de Controle – APPCC (com carga horária mínima de 16 horas);

19. Declaração negativa de acúmulo de cargo público ou para cargos acumuláveis declaração de disponibilidade para cumprimento da carga horária;

20. Declaração contendo endereço residencial;

21. Declaração de Bens;

22. Cópia do RG e CPF do cônjuge;

23. Cópia ou número de inscrição do RG e CPF de pai e mãe;

24. Cópia da Carteira de Trabalho (constando número e data de emissão).

25. Os candidatos aprovados e convocados submeter-se-ão à inspeção médica atendendo legislação em vigor, observando o que segue:

25.1. A inspeção médica terá carater eliminatório, considerando o candidato “apto” ou “inapto” para o cargo;

25.2. Todos os exames correrão às expensas do candidato;

ANEXO II

CARGO: AGENTE DE INSPEÇÃO SANITÁRIA

NOME	RG	P	CG	CE	NOTA FINAL	CLASSIFI-CAÇÃO	SITUAÇÃO
EDILMA BARROS AGUIAR RODRIGUES	1351145-9	2	2	12	16	37º	Classificado(a)
MARIA HELENA DA SILVA SANTOS	253614820030	4	1	11	16	38º	Classificado(a)

FERNANDO ZAFONATO

- Prefeito Municipal de Matupá –

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO/DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES
ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 040/2021

Pelo presente instrumento **O MUNICÍPIO DE MATUPÁ – ESTADO DE MATO GROSSO,** devidamente inscrito no CNPJ/MF sob o nº. 24.772.188/0001-54, com sede na Prefeitura Municipal, localizada na Avenida Hermínio Ometto, nº. 101, ZE-022, neste ato representado pelo Prefeito Municipal o Sr. FERNANDO ZAFONATO, brasileiro, casado, empresário, portador da RG nº. 41330708-SESP/PR, inscrito no CPF sob o nº. 603.459.349-20, residente e domiciliado na Rua 07 nª 829 Bairro ZH3-001, nesta Cidade de Matupá/MT, nesta Cidade de Matupá/MT RESOLVE registrar os preços da empresa **MARLUCE BEZERRA DOS SANTOS LORENÇONE ME,** devidamente inscrita no CNPJ sob o nº. 17.992.596/0001-56, Inscrição Estadual nº 90.743.123-11, com sede na Rua Superagui, nº 424, Bairro Shangrila, na Cidade Pontal do Paraná/PR, CEP 83.255-000, e-mail vendasmarluce@hotmail.com, telefone (41) 99631-0159/99922-8623, neste ato representada pelo Srª. **MARLUCE BEZERRA DOS SANTOS LORENÇONE**, portadora do RG nº 13.607.989-1 SSP/PR e do CPF nº 077.232.338-09, nas quantidades estimadas **na Seção quatro desta Ata de Registro de Preços**, de acordo com a classificação por elas alcançadas Global, atendendo as condições previstas no Instrumento Convocatório e as constantes desta Ata de Registro de Preços, sujeitando-se as partes às normas constantes da Lei nº 8.666/93, 10580/02 e suas alterações e Decreto Municipal 1136, de 02 de fevereiro de 2009 e Decreto Municipal nº 1665/2013:

1 - OBJETO

1.1 - Constitui objeto desta ata de registro de preço, o "**PREGÃO ELETRÔNICO SISTEMA REGISTRO DE PREÇO PARA FUTURAS E EVENTUAIS AQUISIÇÕES DE MATERIAIS DE EXPEDIENTE EM ATENDIMENTO AS SECRETARIAS MUNICIPAIS DE MATUPÁ"** de acordo com a planilha partes integrantes do Edital da respectiva **PREGÃO ELETRÔNICO Nº. 06/2021.**

2 - ADESÃO DE ORGÃOS NÃO PARTICIPANTES

2.1 - Os órgãos e entidades que não participaram do registro de preços, quando desejarem fazer uso da Ata de Registro de Preços, deverão manifestar seu interesse junto ao órgão gerenciador da Ata, para que este indique os possíveis fornecedores e respectivos preços a serem praticados, obedecida a ordem de classificação.

2.2 - Caberá ao fornecedor beneficiário da Ata de Registro de Preços, observadas as condições nela estabelecidas, optar pela aceitação ou não do serviço, independentemente dos quantitativos registrados em Ata, desde que o fornecimento não prejudique as obrigações anteriormente assumidas.

2.3 - As aquisições ou contratações adicionais, não poderão exceder, por órgão ou por entidade, a cem por cento dos quantitativos registrados na Ata de Registro de Preços.

3 - DA GERÊNCIA DA PRESENTE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

3.1 - O gerenciamento deste instrumento caberá a Prefeitura Municipal de Matupá.

3.2 - A presente Ata terá validade de 12 (doze) meses**,** contados a partir de sua publicação no Jornal Oficial dos Municípios.

3.3 - As SECRETARIAS/ORGÃOS/ENTIDADES participantes desta Ata de Registro de Preços são:

Gabinete do Prefeito, Secretaria Municipal de Planejamento, Secretaria Municipal de Finanças, Secretaria Municipal de Administração, Secretaria Municipal de Educação e Desporto, Secretaria Municipal de Saúde, Secretaria Municipal de Assistência Social, Secretaria Municipal de Obras, Urbanismo e Transportes e Secretaria Municipal de Industria, Comercio, Turismo, Cultura e Lazer.

4 – DOS PRODUTOS

4.1 - O preço, a quantidade, o fornecedor e a especificação dos produtos registrados nesta Ata, encontram-se indicados na tabela abaixo:

Código	Nome	Unidade de Fornec.	Marca	Quant.	Vlr. Unitário	Total
363840	AGENDA EXECUTIVA/COMERCIAL - PERMANENTE DIARIA,PORTUGUES, MEDINDO 14X20CM, CAPA PESANDO 697 G/M2, REVESTIDA DE PAPELAO COM PLASTICO, FOLHA PESANDO PAPEL OFF-SET 63 G/M2, NA COR PRETA, INDICE TELEFONICO, FITA MARCADORA, COSTURA REFORCADA CANTONEIRAS DOURADAS	UNIDADE	FORONI	164	20,9700	3.439,08
363844	ALFINETE PARA MAPA - CABECA DE POLIETILENO DE 5MM, COMPRIMENTO TOTAL 18MM CORES VARIADAS - CAIXA COM 50 UNIDADES	CAIXA 50 UNIDADE	LYKE	132	2,9900	394,68
363845	ALFINETE PARA MAPA - CABECA DE POLIETILENO DE 5MM, COMPRIMENTO TOTAL 18MM NA COR AZUL - CAIXA COM 50	CAIXA 50 UNIDADE	BACCHI	76	3,2900	250,04
363865	APAGADOR - DE GIZ, COM ESTOJO, DE MADEIRA, MEDINDO 18,3X6,5X5,9CM, COM BASE DE FELTRO	UNIDADE	SOUZA	5	3,3500	16,75
363880	BALAO PLASTICO - EM LATEX,TAMANHO MEDIO,EM CORES VARIADAS - PACOTE COM 50 UNIDADES	PACOTE 50,000 UNIDADE	ARTLATEX	376	4,6900	1.763,44
363876	BALAO PLASTICO - EM LATEX,TAMANHO MEDIO, NO FORMATO DE CANUDO,EM CORES VARIADAS - PACOTE COM 50 UNI	PACOTE 50,000 UNIDADE	ARTLATEX	214	7,2400	1.549,36
363920	BANDEJA PARA EXPEDIENTE - EM CAIXA PARA CORRESPONDENCIAS, EM ACRILICO, NA COR TRANPARENTE, MEDINDO 360X250X30	UNIDADE	NOVACRIL	61	18,6800	1.139,48

374987	BANDEJA PARA EXPEDIENTE - TIPO CAIXA CORRESPONDENCIA, TRIPLA (TRÊS COMPARTIMENTOS), ARTICULÁVEL, EM ACRILICO, NA COR FUME, DIMENSOES APROXIMADAS 260X350 MM, EMBALAGEM COM DADOS DE IDENTIFICAÇÃO DO PRODUTO E MARCA DO FABRICANTE	UNIDADE	NOVACRILZ	66	49,9900	3.299,34
363915	CADERNO - TIPO BROCHURA, COSTURADO, MEDINDO 140,00X200,00MM, NO FORMATO 1/4,CAPA DURA,COM 90G/M2, FOLHA PAUTADA, COM 96 FOLHAS,DE 56G/M2	UNIDADE	FORONI	374	2,6500	991,10
364544	CADERNO - TIPO ESPIRAL,ESPIRAL EM ARAME GALVANIZADO, MEDINDO 144,00X200,00 MM, CAPA DURA,COM 90G/M2, FOLHA PAUTADA,COM 96 FOLHAS,DE 75G/M2	UNIDADE	FORONI	191	3,6800	702,88
369498	CAIXA DE ARQUIVO MORTO - EM POLIPROPILENO CORRUGADO, (360X250X135)MM, NA COR AMARELA	UNIDADE	POLIBRAS	1050	4,4500	4.672,50
363919	CAIXA DE ARQUIVO MORTO - EM POLIPROPILENO CORRUGADO, (360X250X135)MM, NA COR AZUL	UNIDADE	POLIBRAS	491	3,9900	1.959,09
369500	CAIXA DE ARQUIVO MORTO - EM POLIPROPILENO CORRUGADO, (360X250X135)MM, NA COR BRANCA	UNIDADE	POLIBRAS	424	4,4900	1.903,76
369537	CAIXA DE ARQUIVO MORTO - EM POLIPROPILENO CORRUGADO, (360X250X135)MM, NA COR CINZA	UNIDADE	POLIBRAS	504	4,4800	2.257,92
369535	CAIXA DE ARQUIVO MORTO - EM POLIPROPILENO CORRUGADO, (360X250X135)MM, NA COR PRETA	UNIDADE	POLIBRAS	334	4,4900	1.499,66
369499	CAIXA DE ARQUIVO MORTO - EM POLIPROPILENO CORRUGADO, (360X250X135)MM, NA COR VERMELHA	UNIDADE	POLIBRAS	808	4,4900	3.627,92
369536	CAIXA DE ARQUIVO MORTO - POLIPROPILENO, CORRUGADO, (360X250X135)MM, NA COR VERDE	UNIDADE	POLIBRAS	339	4,4900	1.522,11
372745	CANETA ESFEROGRÁFICA (2 AZUIS E 2 PRETAS) CORPO EM POLIESTIRENO CRISTAL, REDONDO, PONTA EM LATAO, ESFERA DE TUNGSTENIO, COM ESPESSURA DE (0,7MM) E TAMPA ANTIASFIXIANTE	UNIDADE	INJEX	1991	1,8400	3.663,44
363923	CANETA - ESFEROGRAFICA,CORPO EM ACRILICO,PONTA EM LATAO,COM ESPESSURA DE 0,70MM,TINTA PRETA,TAMPA VENTILADA,VALIDADE MINIMA DE 5 ANOS - CAIXA COM 50 UNIDADES	CAIXA 50 UNIDADE	INJEX	89	25,7100	2.288,19
20480	CAPA PARA ENCADERNACAO - DE PVC, A4, TRANSPARENTE, PACOTE COM 100 UNIDADES	PACOTE 100,000 UNIDADE	ACP	118	26,2200	3.093,96
363953	CLIPE - ACO, PARALELO, NIQUELADO, 6/0 - CAIXA COM 50 UNIDADES	CAIXA 50 UNIDADE	BACCHI	320	2,3400	748,80
363961	CLIPE - METAL, 8/0, GALCANIZADO, 8/0 - CAIXA COM 25 UNIDADES	CAIXA 25,000 UNIDADE	BACCHI	248	2,0400	505,92
372940	COLA DE SILICONE - EM SILICONE, DEVENDO SER APLICADA QUENTE, ATRAVES DE PISTOLA PROPRIA PARA APLICACAO, PARA COLAR MATERIAIS EM PVC E PLASTICO, DEVENDO SER FORNECIDO EM BASTAO COM DIAMETRO DE 1CM	UNIDADE	RENDICOLLA	1600	0,3900	624,00
363964	COLA - LIQUIDA,ATOXICA,NA COR BRANCA,SECAGEM RAPIDA - FRASCO 90GR	FRASCO 90,000 GRAMA	ZAS	296	1,2600	372,96
364585	ELASTICO - DE BORRACHA, NR 18, AMARELO, PACOTE COM 1 KG	PACOTE 1,000 QUILO	RE D BOR	112	18,7800	2.103,36
364022	ESPIRAL - DE PLASTICO, PRETA, COM 50MM	UNIDADE	LASSANE	411	1,7300	711,03
364009	ESPIRAL - DE PLASTICO, PRETA, COM 7MM	UNIDADE	LASSANE	496	0,0800	39,68
364235	FITA DECORATIVA - DE CETIM COMUM,Nº 2, COM 10M.	PECA 10,000 METRO	KIT	146	2,3500	343,10
364236	FITA DECORATIVA - DE CETIM COMUM,Nº 3, COM 10M.	PECA 10,000 METRO	KIT	147	3,7400	549,78
364033	FITA METRICA - CONFECCIONADA EM LONA, COM COMPRIMENTO DE 1,5 M, NUMERADA A CADA CM, ESCALA DE MM EM	UNIDADE	KIT	146	2,4800	362,08
372751	FITA METRICA DE 1,5M PARA AVALIAÇÃO DE MEDIDAS CONFECCIONADA EM LONA, COM COMPRIMENTO DE 1,5 M, NUMERADA A CADA CM, ESCALA DE MM EM MM	UNIDADE	KIT	426	2,4800	1.056,48
374982	GRAMPO TRILHO - DE METAL, 80MM, O FECHO DE APERTAR DEVERÁ SER PELO LADO DE DENTRO DA BASE PARA MELHOR FIXAÇÃO. COM 50 PARES RESISTENTES E DURÁVEIS, CAPACIDADE PARA 300 FOLHAS OU MAIS. FABRICADO EM FOLHA-DE-FLANDRES (AÇO ESTANHADO). CAIXA 50 UNIDADES	CAIXA 50 UNIDADE	LYKE	395	8,2300	3.250,85
364170	PALITO - DE PICOLE EM MADEIRA, PARA CONFECCAO DE PICOLE, TAMANHO 12 CM COM FORMATO CHATO	PACOTE 100,000 UNIDADE	TALGE	134	2,9900	400,66
369270	PAPEL - CARTAO,MEDINDO 500,00X700,00MM,280G/M2,FOSCO, CORES VARIADAS	UNIDADE	VMP	660	0,8500	561,00
374976	PERFURADOR DE PAPEL - CAPACIDADE PARA 70 FOLHAS (75G/M2) POR VEZ. 2 FUROS. DISTÂNCIA DOS FUROS: 80MM. EM ESTRUTURA METÁLICA SUPER-RESISTENTE. COM MARGINADOR PARA CENTRALIZAÇÃO. RÉGUA METÁLICA RETRÁTIL NA BASE. BASE EM PLÁSTICO REMOVÍVEL. COR PRETA.	UNIDADE	LYKE	39	84,8900	3.310,71
364114	PERFURADOR PARA PAPEL - EM ACO, DE ALTA RESISTENCIA,COM CAPACIDADE DE 40 FOLHAS,COM 02 VAZADORES,COM MARGINADOR PERMITINDO PERFEITA CENTRALIZACAO DOS FUROS,NA COR PRETA	UNIDADE	LYKE	36	28,1400	1.013,04
372946	PINCEL ATOMICO - COR VARIADA, COM PONTA DE FELTRO CHANFRADA, DO TIPO DESCARTAVEL	UNIDADE	LYKE	209	1,6900	353,21
372738	PINCEL ESCOLAR N° 8 COM PELO EM CERDA BRANCA, CHATO, IROLA EM ALUMINIO, LONGO, NA COR AMARELA	UNIDADE	ROMA	850	1,8400	1.564,00
364126	PINCEL ESCOLAR - PELO EM FILAMENTOS SINTETICOS,CHATO,N.18,VIROLA EM ALUMINIO,CABO DE PLASTICO,LONGO	UNIDADE	ROMA	112	2,4200	271,04
372009	QUADRO DE AVISO - CORTICA, MEDINDO (1,20X0,90) M, ESPESSURA DE 12MM, ALUMINIO, PROPRIA	UNIDADE	SOUZA	20	97,8900	1.957,80
364523	QUADRO ESCOLAR - COM MOLDURA DE ALUMINIO, FORMICA MED. 150X120 M, LAMINADO BRANCO	UNIDADE	SOUZA	2	153,0000	306,00
372743	REGUA - DE ACRILICO, MEDINDO 30CM,COM ESCALA MILIMETRICA EM BAIXO RELEVO, NA COR TRANSPARENTE	UNIDADE	WALEU	1484	0,6000	890,40
364145	REGUA - DE PLASTICO, TRANSPARENTE, COM ESCALA MILIMETRICA, MEDINDO 30 CM.	UNIDADE	WALEU	310	0,6800	210,80

374983	TINTA ACRILICA - PARA UTILIZAÇÃO EM TECIDO, CORES VARIADAS, ACONDICIONADA EM POTE DE 37ML	UNIDADE	EVIDENT	171	2,7400	468,54
372948	TINTA PARA PINCEL ATOMICO - NA COR PRETA, A BASE DE ALCOOL TUBO 40 ML	TUBO 40,000 MILILITRO	RADEX	25	3,8700	96,75
Total Fornecedor						**62.106,69**

5 – DA FORMA DE FORNECIMENTO

5.1 – O prazo máximo para entrega dos produtos, objeto do pedido, é de (05) cinco dias, contados a partir do dia seguinte à data do recebimento da NAD (Nota de Autorização de Despesas) pela Adjudicatária, devendo o produto atender às normas técnicas contidas nas especificações;

5.2 – O recebimento dos objetos será efetuado pela Prefeitura, e, será recebido desde que:

5.2.1 Esteja compatível com esta Licitação;

5.2.2 Não apresente avaria ou adulteração.

5.3 - Em caso de recusa dos produtos pelas Secretarias de Matupá - MT será lavrado Termo de Recusa, no qual se consignarão as desconformidades, devendo o produto ser substituído pela Contratada, no prazo de 03 (três) dias da devolução, quando serão realizadas novamente as verificações antes referidas, consoante dispõe o artigo 69 da Lei nº 8.666/93;

5.4 – A entrega dos produtos desta licitação deverá ser feita nos locais indicados nas requisições, correndo por conta da Contratada as despesas de seguros, transporte, tributos, encargos trabalhistas e previdenciários decorrentes da execução.

5.5 – Os produtos deverão ser novos, de primeiro uso, e em perfeito estado, acondicionado em embalagens que permitam sua proteção contra impactos, umidade e demais agentes de possam ocasionar danos. Não serão aceitos produtos remanufaturados, recondicionados, reciclados ou reutilizados.

5.6 - A empresa fornecedora dos produtos se responsabilizará pela qualidade, substituindo o produto, em todo ou em parte, se for constatado problemas.

5.7 - Os produtos ofertados pelas licitantes deverão, OBRIGATORIAMENTE, atender às exigências de qualidade, observados os padrões e normas baixadas pelos órgãos competentes de controle de fiscalização de qualidade industrial ABNT, INMETRO, etc. – atentando-se o proponente, principalmente para as prescrições contidas no art. 39, VIII, da Lei nº 8.078/90 (Código de Defesa do Consumidor);

5.8 - A empresa vencedora e responsável pela carga e descarga dos itens no local aonde a Secretaria solicitar.

5.9 - A empresa fornecedora dos produtos se responsabilizará pela qualidade, substituindo o produto, em todo ou em parte, se for constatado problemas.

5.10 - Recebimento dos Produtos:

5.10.1 - Os produtos serão recebidos pelos fiscais de contrato e aceitos quando estiverem dentro das exigências do Edital;

5.10.2 - Observado o disposto no artigo 67 da Lei Federal n. 8.666/93, o acompanhamento e a fiscalização da entrega dos produtos será realizada por funcionários nomeados pelas Secretarias;

5.10.3 - O Município de Matupá/MT reserva-se o direito de não receber o objeto com atraso ou em desacordo com as especificações e condições constantes deste edital e seus anexos, podendo aplicar as penalidades e sanções previstas ou rescindir o registro e aplicar o disposto no art. 24, inciso XI, da Lei Federal n. 8.666/93.

5.11 - Caberá à Licitante Vencedora:

5.11.1 Transportar, por sua conta e risco, o(s) objeto(s) objeto deste Termo de Referência, ficando sob sua responsabilidade quaisquer acidentes no trajeto de transporte;

5.11.2 Fazer o pagamento de tributos, seguros, taxas e serviços, encargos sociais e trabalhistas, e quaisquer despesas referentes aos produtos fornecidos;

5.11.3 Substituir produtos que apresentem defeito de fabricação.

5.12 – Os materiais apresentados neste Termo de Referência deverão ser novos e com a garantia dos produtos. Não sendo, de forma alguma, permitido materiais reutilizados ou reaproveitados.

5.13 - Na entrega dos produtos e nas informações adicionais da Nota Fiscal e obrigatória a Identificação da Secretaria que solicitou os produtos, para maior agilidade da identificação de quem solicitou na hora da entrega dos produtos.

6 - DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

6.1 - Executar a entrega dentro dos padrões estabelecidos pelas Secretarias, de acordo com as especificações do edital, responsabilizando-se por eventuais prejuízos decorrentes do descumprimento das condições estabelecidas.

6.2 - Prestar os esclarecimentos que forem solicitados pelas Secretarias, cujas reclamações se obrigam a atender prontamente, bem como dar ciência mediatamente e por escrito, de qualquer anormalidade que verificar quando da execução dos atos de sua responsabilidade;

6.3 - Prover todos os meios necessários à garantia da plena entrega dos produtos, inclusive considerados os casos de greve ou paralisação de qualquer natureza;

6.4 - A falta de quaisquer dos produtos cujo fornecimento incumbe ao detentor do preço registrado, não poderá ser alegada como motivo de força maior para o atraso, má execução ou inexecução da entrega do objeto deste edital e não a eximirá das penalidades a que está sujeita pelo não cumprimento dos prazos e demais condições aqui estabelecidas;

6.5 - Comunicar imediatamente a Secretaria qualquer alteração ocorrida no endereço, conta bancária e outras julgadas necessárias para recebimento de correspondência;

6.6 - Respeitar e fazer cumprir a legislação de segurança e saúde no trabalho, previstas nas normas regulamentadoras pertinentes;

6.7 - Fiscalizar o perfeito cumprimento da entrega do objeto a que se obrigou, cabendo-lhe, integralmente, os ônus decorrentes. Tal fiscalização dar-se-á independentemente da que será exercida por esta Prefeitura;

6.8 - Indenizar terceiros e/ou à própria Prefeitura em caso de ausência ou omissão de fiscalização de sua parte, pelos danos ou prejuízos causados por sua culpa ou dolo, devendo a contratada adotar todas as medidas preventivas, com fiel observância às exigências das autoridades competentes e às disposições legais vigentes;

6.9 - A contratada ficará obrigada a aceitar, nas mesmas condições deste edital, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessárias, até o limite legal de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do objeto adjudicado, devendo supressões acima desse limite ser resultantes de acordo entre as partes;

6.10 - Fornecer os itens, conforme estipulado neste edital e de acordo com a proposta apresentada;

6.11 – Não poderá ocorrer a falta dos produtos por parte do licitante, pois são itens de primeira necessidade e a contratante deverá atender exatamente como se propôs a fazer;

6.12 – A CONTRATADA deverá manter durante toda a vigência da ata de registro de preço, as mesmas condições de habilitação, especialmente quanto à regularidade com FGTS e INSS;

6.13 - O atraso na entrega dos produtos caberá penalidades e sanções previstas no Art. 12 da Presente Ata;

6.14 - A Contratada deverá manter local adequado e apropriado para o abastecimento, e reservatórios adequados e apropriados de acordo com as normas da ANP (Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis), DNC (Departamento Nacional de Combustíveis) e INMETRO (Instituto Nacional de Metrologia, Qualidade e Tecnologia).

7 - DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

7.1 - Convocar a licitante vencedora para a retirada da Ordem de Entrega dos itens licitados;

7.2 - Fornecer à empresa a ser contratada todas as informações e esclarecimentos que venham a ser solicitados relativamente ao objeto deste Edital;

7.3 - Efetuar o pagamento à empresa nas condições estabelecidas neste Edital;

7.4 - Notificar por escrito, à empresa contratada, toda e qualquer irregularidade constatada durante o recebimento do objeto;

7.5 -Nenhum pagamento será efetuado à empresa detentora do registro, enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação. Esse fato não será gerador de direito reajustamento de preços ou a atualização monetária.

7.6 - Não haverá, sob hipótese alguma, pagamento antecipado.

8 - DO PAGAMENTO

8.1 - Os pagamentos serão efetuados em até 15 (quinze) dias após a entrega do produtos bem como apresentação das notas fiscais eletrônicas em conformidade ao Protocolo ICMS Nº. 85, DE 09 DE JULHO DE 2010, devidamente atestada pela Secretaria responsável;

Os dados bancários para pagamento são:

Banco Caixa Econômica Ag. 3293 Conta corrente nº 2582-5 Op. 003 em nome de

MARLUCE BEZERRA DOS SANTOS LORENÇONE ME

8.2 - O Contratado deverá indicar no corpo da Nota Fiscal/fatura, descrição do item fornecido, de acordo com o especificado na Ordem de Entrega.

8.3 - Caso constatado alguma irregularidade nas notas fiscais/faturas, estas serão devolvidas ao fornecedor, para as necessárias correções, com as informações que motivaram sua rejeição, sendo o pagamento realizado após a reapresentação das notas fiscais/faturas.

8.4 - Nenhum pagamento isentará o FORNECEDOR/CONTRATADO das suas responsabilidades e obrigações, nem implicará aceitação definitiva do produto.

8.5 - O Contratante **não** efetuará pagamento de título descontado, ou por meio de **cobrança em banco, bem como, os que forem negociados com terceiros por intermédio da operação de "factoring**";

8.6 - As despesas bancárias decorrentes de transferência de valores para outras praças serão de responsabilidade do Contratado.

9 - DO REAJUSTAMENTO DE PREÇOS

9.1 - Os preços registrados manter-se-ão inalterados pelo período de vigência da presente Ata, admitida a revisão no caso de desequilíbrio da equação econômico-financeira inicial deste instrumento a partir de determinação municipal, cabendo-lhe no máximo o repasse do percentual determinado.

9.2 - Os preços registrados que sofrerem revisão não poderão ultrapassar os preços praticados no mercado, mantendo-se a diferença percentual apurada entre o valor originalmente constante da proposta e aquele vigente no mercado à época do registro.

9.3 - Caso o preço registrado seja superior à média dos preços de mercado, a Prefeiturasolicitará ao fornecedor/consignatária, mediante correspondência, redução do preço registrado, de forma a adequá-lo a definição do parágrafo único.

9.4 - Fracassada a negociação com o primeiro colocado a Prefeiturapoderá rescindir esta ata e convocar, nos termos da legislação vigente, e pelo preço da 1ª (primeira), as demais empresas com preços registrados, cabendo rescisão desta ata de registro de preços e nova licitação em caso de fracasso na negociação.

9.5 - Será considerado compatíveis com os de mercado os preços registrados que forem iguais ou inferiores à média daqueles apurados pela Prefeitura.

9.6 – Poderão ocorrer mediante termo aditivo, onde a contratada ou contratado fica obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou suspensões que se fizerem na prestação dos produtos, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado da ata de registro de preço, nos termos do artigo 65, parágrafo 1º da lei nº 8.666/93 e alterações posteriores.

9.7 - Os preços serão revisados e reajustados de acordo com as variações determinadas pela política de preços dos combustíveis, mediante comprovação oficial por parte da Contratada.

10 - DO CANCELAMENTO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS.

10.1 - A presente Ata de Registro de Preços poderá ser cancelada de pleno direito, nas seguintes situações:

a) Quando o fornecedor/consignatária não cumprir as obrigações constantes no Edital e desta Ata de Registro de Preços;

b) Quando o fornecedor/consignatária der causa a rescisão administrativa da Nota de Empenho decorrente deste Registro de Preços, nas hipóteses previstas nos incisos de I a XII, XVII e XVIII do art. 78 da Lei 8.666/93;

c) Em quaisquer hipóteses de inexecução total ou parcial da requisição/pedido dos produtos decorrente deste Registro;

d) Os preços registrados se apresentarem superiores aos praticados no mercado;

e) Por razões de interesse público devidamente demonstradas e justificadas;

f) Descumprir qualquer dos itens da cláusula sexta ou sétima.

10.2 - Ocorrendo cancelamento do preço registrado, o Fornecedor será informado por correspondência, a qual será juntada ao processo administrativo da presente Ata.

10.3 - No caso de ser ignorado, incerto ou inacessível o endereço do Fornecedor, a comunicação será feita por publicação no Jornal Oficial dos Municípios (AMM), considerando-se cancelado o preço registrado a partir da última publicação.

10.4 - A solicitação do Fornecedor para cancelamento dos preços registrados poderá não ser aceita pela Prefeitura, facultando-se a esta neste caso, a aplicação das penalidades previstas neste Edital.

10.5 - Havendo o cancelamento do preço registrado, cessarão todas as atividades do FORNECEDOR, relativas ao produto do Item.

10.6 - Caso a Prefeitura não se utilize da prerrogativa de cancelar esta Ata, a seu exclusivo critério, poderá suspender a sua execução e/ou sustar o pagamento das faturas, até que o FORNECEDOR cumpra integralmente a condição contratual infringida.

10.7 - A Ata de Registro de Preços, será cancelada automaticamente nas seguintes hipóteses:

a) Por decurso de prazo de vigência;

b) Pelo esgotamento das quantidades registradas.

10.8 - A inexecução total ou parcial do contrato enseja a sua rescisão, com as consequências contratuais e as previstas em lei ou regulamento, conforme art. 77 da lei 8666/93.

11 - DAS INCIDÊNCIAS FISCAIS, ENCARGOS, SEGUROS, ETC.

11.1 - Os preços apresentados na proposta devem incluir todos os custos e despesas, tais como: custos diretos e indiretos, tributos incidentes, taxa de administração, serviços, encargos sociais, trabalhistas, seguros, treinamento, lucro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto desta Ata de Registro de Preços.

12 - DAS PENALIDADES

12.1 - Ficará impedido de licitar e contratar com o município, pelo prazo de até 5 (cinco) anos, sem prejuízo das multas previstas neste termo de referência e das demais penalidades legais, aquele que:

12.1.1 - Cometer fraude fiscal;

12.1.2 - Apresentar documento falso;

12.1.3 - Fizer declaração falsa;

12.1.4 - Comportar-se de modo inidôneo;

12.1.5 - Não assinar a Ata de Registro de Preços ou Contrato no prazo estabelecido;

12.1.6 - Deixar de entregar a documentação exigida no certame;

12.1.7 - Não mantiver a proposta.

12.2 - O atraso injustificado no atendimento ao objeto sujeitará a empresa, a juízo da Administração, à multa moratória de 0,5% (meio por cento) por dia de atraso, até o limite de 10% (dez por cento), conforme determina o artigo 86, da Lei nº 8666/93;

12.2.1 - A multa prevista neste item será descontada dos créditos que a contratada possuir com a Prefeitura Municipal de Matupá - MT, e poderá cumular com as demais sanções administrativas, inclusive com a multa prevista no item 6.9. b;

12.3 - Ocorrendo a inexecução total ou parcial, atrasos no fornecimento dos produtos, a Administração poderá aplicar à vencedora, as seguintes sanções administrativas previstas no artigo 87 da Lei n. 8.666/93:

a) Advertência por escrito;

b) Ao licitante que não cumprir as obrigações assumidas ou preceitos legais, serão aplicadas multa de 0,5% (meio por cento) sobre o atraso de entrega dos produtos, e até o limite de 10% (dez por cento) sobre o valor do contrato no caso de rescisão por culpa do fornecedor;

c) Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Prefeitura Municipal de Matupá - MT, por prazo não superior a 02 (dois) anos, sendo que em caso de inexecução total, sem justificativa aceita, será aplicado o limite máximo temporal previsto para a penalidade de 02 (dois) anos conforme prevê o inciso III do artigo 87 da Lei Federal 8.666/93 atualizada pela Lei nº 8.883/94;

d) Declaração de inidoneidade para licitar junto à Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição, ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, de acordo com o inciso IV do artigo 87 da Lei n. 8.666/93, c/c artigo 7º da Lei n. 10.520/2002.

e) Ficará impedido de licitar e de contratar com a União e Município e será descredenciado no Sicaf, pelo prazo de até cinco anos, sem prejuízo das multas previstas em edital e no contrato e das demais cominações legais, garantido o direito à ampla defesa, o licitante que, convocado dentro do prazo de validade de sua proposta:

e. 1 - apresentar documentação falsa;

e.2 - causar o atraso na execução do objeto;

e.3 - não mantiver a proposta;

e.4 - falhar na execução do contrato;

e.5 - fraudar a execução do contrato;

e.6 - comportar-se de modo inidôneo;

e.7 - declarar informações falsas; e

e.8 - cometer fraude fiscal.

f) - O cancelamento da execução terá lugar de pleno direito independente de notificação ou interpelação judicial ou extrajudicial quando a empresa adjudicatória:

f.1 – Falir, entrar em concordata, concurso de credores, dissolução ou liquidação;

f.2 – Transferir, no todo ou parte, as obrigações decorrentes desta licitação, sem prévia anuência do Governo deste Município;

12.4 - Se a Fornecedora não proceder ao recolhimento da multa no prazo de 05 (cinco) dias úteis contados da intimação por parte da Prefeitura Municipal de Matupá - MT, o respectivo valor será descontado dos créditos que a contratada possuir com esta Prefeitura e, se estes não forem suficientes, o valor que sobejar será encaminhado para execução pela Procuradoria Municipal;

12.4.1 - Em se tratando de adjudicatária que não comparecer para retirada da Ordem de Fornecimento dos Itens, o valor da multa não recolhida será encaminhado para execução pela Procuradoria Municipal;

12.5 - Do ato que aplicar a penalidade caberá recurso, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, a contar da ciência da intimação, podendo a Administração reconsiderar sua decisão ou nesse prazo encaminhá-lo devidamente informado para a apreciação e decisão superior, dentro do mesmo prazo;

12.6 - Serão publicadas no Diário Oficial do Estado de Mato Grosso as sanções administrativas previstas no item 12.3, c, d, desta Ata de Registro de Preços, inclusive a reabilitação perante a Administração Pública.

13 – DO RECEBIMENTO DOS PRODUTOS

13.1 - Serão entregue produtos, de acordo com os critérios dos órgãos responsáveis pela fiscalização.

13.2 - Recebimento Dos Serviços/Produtos:

13.2.1 – A entrega dos serviços/produtos serão acompanhados pelos fiscais diariamente, recebidos e aceitos quando executados totalmente e de boa qualidade.

13.2.2 - Observado o disposto no artigo 67 da Lei Federal n. 8.666/93, o acompanhamento e a fiscalização da prestação dos serviços/entrega dos produtos será realizada por funcionários nomeados pelas Secretarias;

13.2.3 - O Município de Matupá/MT reserva-se o direito de não receber o objeto com atraso ou em desacordo com as especificações e condições constantes deste edital e seus anexos, podendo aplicar as penalidades e sanções previstas ou rescindir o registro e aplicar o disposto no art. 24, inciso XI, da Lei Federal n. 8.666/93.

14 - DOS ILÍCITOS PENAIS

14.1 - As infrações penais tipificadas na Lei 8.666/93 serão objeto de processo judicial na forma legalmente prevista, sem prejuízo das demais cominações aplicáveis.

15 - DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

15.1 - As despesas decorrentes das contratações oriundas da presente Ata de Registro de Preços, correrão à conta de dotação orçamentária citada abaixo, ou das demais que possam vir a aderir a presente ata e serão oriundas de Recursos Próprios do Município, do Estado de Mato Grosso e Federal:

CÓDIGO GERAL: 02.001.04.122.0033.20094 - MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DO GABINETE DO PREFEITO – 3390.30.000 – MATERIAL DE CONSUMO

CÓDIGO GERAL: 03.001.04.122.0024.20078 - MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DA SECRETARIA DE PLANEJAMENTO – 3390.30.000 – MATERIAL DE CONSUMO

CÓDIGO GERAL: 04.001.04.122.0026.20076 - MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DA SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO – 3390.30.000 – MATERIAL DE CONSUMO

CÓDIGO GERAL: 05.001.04.123.0036.2.0110 - MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DA SECRETARIA DE FINANÇAS – 3390.30.000 – MATERIAL DE CONSUMO

CÓDIGO GERAL: 06.001.20.122.0021.20002 - MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DA SECRETARIA DE AGRICULTURA - 3390.30.000 – MATERIAL DE CONSUMO

CÓDIGO GERAL: 07.005.27.812.0047.20128 – MANUTENÇÃO DO DEPARTAMENTO DE ESPORTE – 3390.30.000 – MATERIAL DE CONSUMO

CÓDIGO GERAL: 07.001.12.122.0029.20086 – MANUTENÇÃO E ENCARGOS DA SECRETARIA DE EDUCAÇÃO – 3390.30.000 – MATERIAL DE CONSUMO

CÓDIGO GERAL: 07.002.12.361.0015.2.0020 – MANUTENÇÃO DAS ESCOLAS DA REDE MUNICIPAL DE ENSINO FUNDAMENTAL – 3390.30.000 – MATERIAL DE CONSUMO

CÓDIGO GERAL: 07.002.12.365.0018.2.0028 – MANUTENÇÃO DAS ESCOLAS DA REDE MUNICIPAL DE ENSINO INFANTIL - PRÉ-ESCOLAS – 3390.30.000 – MATERIAL DE CONSUMO

CÓDIGO GERAL: 07.002.12.361.0015.10045 – AQUISIÇÃO DE MATERIAL PERMANENTE – 4490.52.000 – MATERIAL PERMANENTE

CÓDIGO GERAL: 07.002.12.365.0018.2.0029 – MANUTENÇÃO DAS ESCOLAS DA REDE MUNICIPAL DE ENSINO INFANTIL - CMEIS – 3390.30.000 – MATERIAL DE CONSUMO

CÓDIGO GERAL: 08.002.10.302.0013.2.0048 – MANUTENÇÃO DO LABORATORIO MUNICIPAL – 3390.30.000 – MATERIAL DE CONSUMO

CÓDIGO GERAL: 08.002.10.302.0014.2.0046 – MANUTENÇÃO DO CRDO – 3390.30.000 – MATERIAL DE CONSUMO

CÓDIGO GERAL: 08.002.10.303.0040.2.0101 – MANUTENÇÃO DA ASSISTENCIA FARMACÊUTICA BÁSICA – 3390.30.000 – MATERIAL DE CONSUMO

CÓDIGO GERAL: 08.002.10.122.0039.20115 – MANUTENÇÃO DO COMPLEXO REGULADOR MUNICIPAL - CRM – 3390.30.000 – MATERIAL DE CONSUMO

CÓDIGO GERAL: 08.002.10.122.0038.20098 – MANUTENÇÃO DA UNIDADE ADMINISTRATIVA – 3390.30.000 – MATERIAL DE CONSUMO

CÓDIGO GERAL: 08.002.10.302.0013.20047 – MANUTENÇÃO DO HOSPITAL MUNICIPAL – 3390.30.000 – MATERIAL DE CONSUMO

CÓDIGO GERAL: 08.002.10.301.0012.20050 – MANUTENÇÃO DAS UNIDADES BÁSICAS DE SAÚDE - SAÚDE DA FAMÍLIA – 3390.30.000 – MATERIAL DE CONSUMO

CÓDIGO GERAL: 08.002.10.305.0041.2.0103 – MANUTENÇÃO VIGILÂNCIA EPIDEMIOLOGICA E AMBIENTAL – 3390.30.000 – MATERIAL DE CONSUMO

CÓDIGO GERAL: 08.002.10.302.0013.1.0076 – – AQUISIÇÃO DE MATERIAL PERMANENTE – 4490.52.000 – MATERIAL PERMANENTE

CÓDIGO GERAL: 09.001.08.122.0008.20065 – MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DA SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL – 3390.30.000 – MATERIAL DE CONSUMO

CÓDIGO GERAL: 09.001.08.122.0008.20065 – MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DA SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL – 4490.52.000 – MATERIAL PERMANENTE

CÓDIGO GERAL: 09.002.08.244.0028.10111 – AQUISIÇÃO DE MATERIAL PERMANENTE – 4490.52.000 – MATERIAL PERMANENTE

CÓDIGO GERAL: 09.002.08.244.0007.20063 – MANUTENÇÃO IGD PBF – 4490.52.000 – MATERIAL PERMANENTE

CÓDIGO GERAL: 09.002.08.244.0007.20063 – MANUTENÇÃO IGD PBF – 3390.30.000 – MATERIAL DE CONSUMO

CÓDIGO GERAL: 09.002.08.244.0005.20054 – MANUTENCAO DO CREAS/PAEFI – 3390.30.000 – MATERIAL DE CONSUMO

CÓDIGO GERAL: 09.002.08.244.0028.20083 – MANUTENÇÃO DO CRAS/PAIF – 3390.30.000 – MATERIAL DE CONSUMO

CÓDIGO GERAL: 09.002.08.244.0028.20082 – MANUTENÇÃO DO SCFV - SERVIÇO DE CONVIVENCIA E FORTALECIMENTO DE VINCULOS – 3390.30.000 – MATERIAL DE CONSUMO

CÓDIGO GERAL: 09.002.08.243.0010.20071 – MANUTENÇÃO DO CONSELHO TUTELAR – 3390.30.000 – MATERIAL DE CONSUMO

CÓDIGO GERAL: 09.002.08.244.0005.20055 – MANUTENÇÃO DA CASA LAR – 3390.30.000 – MATERIAL DE CONSUMO

CÓDIGO GERAL: 09.002.08.244.0006.2.0057 – MANUTENÇÃO DA PROTEÇÃO SOCIAL BASICA – 3390.30.000 – MATERIAL DE CONSUMO

CÓDIGO GERAL: 09.002.08.244.0006.2.0058 – MANUTENÇÃO DA PROTEÇÃO SOCIAL ESPECIAL – 3390.30.000 – MATERIAL DE CONSUMO

CÓDIGO GERAL: 10.001.04.122.0004.20015 – MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DE SECRETARIA DE OBRAS, URBANISMO E TRANSPORTE – 3390.30.000 – MATERIAL DE CONSUMO

CÓDIGO GERAL: 15.001.13.812.0017.20137 – MANUTENÇÃO DA SECRETARIA DE INDUSTRIA, COMÉRCIO, TURISMO, CULTURA E LAZER – 3390.30.000 – MATERIAL DE CONSUMO

16 - DO FISCAL DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO

16-1 – Foi Designado através de Portaria os servidores abaixo para assistir e subsidiar o gestor da ata de registro de preço indicado na epígrafe.

Secretaria	Servidor	Portaria
Secretaria de Administração e Gabinete do Prefeito	Cristiane Machado Romeiro	7075/2018
Secretaria Municipal de Finanças	Simone dos Santos	3011/2013
Secretaria Municipal de Assistência Social	Cynthia Passos Carvalho Ximenes	7451/2018

Secretaria Municipal de Assistência Social - CREAS	**Graziela da Rocha Ribeiro Martins**	**4053/2014**
Secretaria Municipal de Assistência Social	**Maurina Marques da Silva**	**7201/2018**
Secretaria Municipal de Assistência Social - SCVF	**Leandro Ricardo Marilhano**	**8939/2021**
Secretaria Municipal de Saúde - CAF	**Isabelly de Oliveira Coelho da Silva e Gabriela Pereira do Santos**	**8549/2020**
Secretaria Municipal de Educação	**Elaine Rocha Tussi**	**8304/2020**
Secretaria Municipal de Agricultura	**Marcia da Silva Andrelevicius Kuranishi**	**7202/2018**
Secretaria Municipal de Saúde - Hospital	**Janara de Souza Soares Tussi**	**7200/2018**
Secretaria Municipal de Saúde - CRM	**Cleneci de Fátima da Silva Ferreira**	**6400/2017**
Secretaria Municipal de Saúde - Vigilância	**Francisco Carlos Vieira**	**6579/2017**
Secretaria Municipal de Saúde - Laboratório	**Mariza Rafaela Baptista da Silva**	**7734/2019**
Secretaria Municipal de Saúde – Hospital	**Janice Kerber**	**2340/2013**
Secretaria Municipal de Saúde - CRDO	**Rita de Cássia Andrade**	**2718/2013**
Secretaria Municipal de Saúde/Farmacia	**Fernanda Rodrigues de Lima Martins**	**8548/2020**

16.2 - Nos termos do art. 67 Lei nº 8.666, de 1993, será designado representante para acompanhar e fiscalizar a entrega dos produtos/serviços, anotando em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução e determinando o que for necessário à regularização de falhas ou defeitos observados.

16.3 - A fiscalização de que trata este item não exclui nem reduz a responsabilidade da Contratada, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas ou vícios redibitórios, e, na ocorrência desta, não implica em corresponsabilidade da Administração ou de seus agentes e prepostos, de conformidade com o art. 70 da Lei nº 8.666, de 1993.

16.4 - O representante da Administração anotará em registro próprio todas as ocorrências

relacionadas com a execução da ata, indicando dia, mês e ano, bem como o nome dos funcionários eventualmente envolvidos, determinando o que for necessário à regularização das falhas ou defeitos observados e encaminhando os apontamentos à autoridade competente para as providências cabíveis.

17 - DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

17.1 - As partes ficam, ainda, adstritas às seguintes disposições:

I - Todas as alterações que se fizerem necessárias serão registradas por intermédio de lavratura de termo aditivo à presente ata de Registro de Preços.

II - Vinculam-se a esta Ata, para fins de análise técnica, jurídica e decisão superior o Edital de **Pregão Eletrônico nº. 06/2021** e seus anexos e as propostas das classificadas.

III - É vedado caucionar ou utilizar da ata de registro de preço decorrente do presente registro para qualquer operação financeira, sem prévia e expressa autorização da **Prefeitura**.

18 - DO FORO

Aplica-se a Ata de Registro de Preço e dos casos omissos as disposições estabelecidas na lei 8666/1993 e suas alterações.

As partes contratantes elegem o foro de Matupá - MT como competente para dirimir quaisquer questões oriundas do presente instrumento, inclusive os casos omissos, que não puderem ser resolvidos pela via administrativa, renunciando a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

E por estarem de acordo, as partes firmam o presente instrumento, em 02 (duas) vias de igual teor e forma para um só efeito legal, ficando uma via arquivada na sede da **CONTRATANTE**, na forma do art. 60 da Lei 8 666 de 21/06/93.

Matupá - MT, 23 de fevereiro de 2021.

_____

Município de Matupá

FERNANDO ZAFONATO

Contratante

_____

MARLUCE BEZERRA DOS SANTOS LORENÇONE ME

CNPJ sob o nº 17.992.596/0001-56

MARLUCE BEZERRA DOS SANTOS LORENÇONE

CPF nº 077.232.338-09

Contratada

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO/DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES
ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 039/2021

Pelo presente instrumento **O MUNICÍPIO DE MATUPÁ – ESTADO DE MATO GROSSO,** devidamente inscrito no CNPJ/MF sob o nº. 24.772.188/0001-54, com sede na Prefeitura Municipal, localizada na Avenida Hermínio Ometto, nº. 101, ZE-022, neste ato representado pelo Prefeito Municipal o Sr. FERNANDO ZAFONATO, brasileiro, casado, empresário, portador da RG nº. 41330708-SESP/PR, inscrito no CPF sob o nº. 603.459.349-20, residente e domiciliado na Rua 07 nª 829 Bairro ZH3-001, nesta Cidade de Matupá/MT, nesta Cidade de Matupá/MT RESOLVE registrar os preços da empresa **MAGAZINE MENEGHEL LTDA,** devidamente inscrita no CNPJ sob o nº. 01.942.594/0001-12, Inscrição Estadual nº 170/0003892, com sede na

Av. Ângelo Caleffi, nº 365, Bairro Centro, na Cidade Barão de Cotegipe/RS, CEP 99.740-000, e-mail licitamagazine@hotmail.com/jean.mene@hotmail.com/magazinemeneghel@yahoo.com.br, telefone (54) 3523-1349, neste ato representada pelo Sr. **JEAN CARLOS MENEGHEL**, portador do RG nº 1079150114 SJS/RS e do CPF nº 008.436.290-10, nas quantidades estimadas **na Seção quatro desta Ata de Registro de Preços**, de acordo com a classificação por elas alcançadas Global, atendendo as condições previstas no Instrumento Convocatório e as constantes desta Ata de Registro de Preços, sujeitando-se as partes às normas constantes da Lei nº 8.666/93, 10580/02 e suas alterações e Decreto Municipal 1136, de 02 de fevereiro de 2009 e Decreto Municipal nº 1665/2013:

1 - OBJETO

1.1 - Constitui objeto desta ata de registro de preço, o "**PREGÃO ELETRÔNICO SISTEMA REGISTRO DE PREÇO PARA FUTURAS E EVENTUAIS AQUISIÇÕES DE MATERIAIS DE EXPEDIENTE EM ATENDIMENTO AS SECRETARIAS MUNICIPAIS DE MATUPÁ"** de acordo com a planilha partes integrantes do Edital da respectiva **PREGÃO ELETRÔNICO Nº. 06/2021.**

2 - ADESÃO DE ORGÃOS NÃO PARTICIPANTES

2.1 - Os órgãos e entidades que não participaram do registro de preços, quando desejarem fazer uso da Ata de Registro de Preços, deverão manifestar seu interesse junto ao órgão gerenciador da Ata, para que este indique os possíveis fornecedores e respectivos preços a serem praticados, obedecida a ordem de classificação.

2.2 - Caberá ao fornecedor beneficiário da Ata de Registro de Preços, observadas as condições nela estabelecidas, optar pela aceitação ou não do serviço, independentemente dos quantitativos registrados em Ata, desde que o fornecimento não prejudique as obrigações anteriormente assumidas.

2.3 - As aquisições ou contratações adicionais, não poderão exceder, por órgão ou por entidade, a cem por cento dos quantitativos registrados na Ata de Registro de Preços.

3 - DA GERÊNCIA DA PRESENTE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

3.1 - O gerenciamento deste instrumento caberá a Prefeitura Municipal de Matupá.

3.2 - A presente Ata terá validade **de 12 (doze) meses,** contados a partir de sua publicação no Jornal Oficial dos Municípios.

3.3 - As SECRETARIAS/ORGÃOS/ENTIDADES participantes desta Ata de Registro de Preços são:

Gabinete do Prefeito, Secretaria Municipal de Planejamento, Secretaria Municipal de Finanças, Secretaria Municipal de Administração, Secretaria Municipal de Educação e Desporto, Secretaria Municipal de Saúde, Secretaria Municipal de Assistência Social, Secretaria Municipal de Obras, Urbanismo e Transportes e Secretaria Municipal de Industria, Comercio, Turismo, Cultura e Lazer.

4 – DOS PRODUTOS

4.1 - O preço, a quantidade, o fornecedor e a especificação dos produtos registrados nesta Ata, encontram-se indicados na tabela abaixo:

Código	Nome	Unidade de Fornec.	Marca	Quant.	Vlr. Unitário	Total
374991	MOUSE PAD - COM APOIO DE PUNHO EM GEL, PARA SUPORTE E MANUSEIO DO MOUSE, REVESTIDO EM TECIDO, BASE ANTIDERRAPANTE, DESIGN ERGONOMICO, GARANTIA MINIMA DE 03 MESES DO FABRICANTE	UNIDADE	MM MM	187	24,6400	4.607,68
Total Fornecedor						**4.607,68**

5 – DA FORMA DE FORNECIMENTO

5.1 – O prazo máximo para entrega dos produtos, objeto do pedido, é de (05) cinco dias, contados a partir do dia seguinte à data do recebimento da NAD (Nota de Autorização de Despesas) pela Adjudicatária, devendo o produto atender às normas técnicas contidas nas especificações;

5.2 – O recebimento dos objetos será efetuado pela Prefeitura, e, será recebido desde que:

5.2.1 Esteja compatível com esta Licitação;

5.2.2 Não apresente avaria ou adulteração.

5.3 - Em caso de recusa dos produtos pelas Secretarias de Matupá - MT será lavrado Termo de Recusa, no qual se consignarão as desconformidades, devendo o produto ser substituído pela Contratada, no prazo de 03 (três) dias da devolução, quando serão realizadas novamente as verificações antes referidas, consoante dispõe o artigo 69 da Lei nº 8.666/93;

5.4 – A entrega dos produtos desta licitação deverá ser feita nos locais indicados nas requisições, correndo por conta da Contratada as despesas de seguros, transporte, tributos, encargos trabalhistas e previdenciários decorrentes da execução.

5.5 – Os produtos deverão ser novos, de primeiro uso, e em perfeito estado, acondicionado em embalagens que permitam sua proteção contra impactos, umidade e demais agentes de possam ocasionar danos. Não serão aceitos produtos remanufaturados, recondicionados, reciclados ou reutilizados.

5.6 - A empresa fornecedora dos produtos se responsabilizará pela qualidade, substituindo o produto, em todo ou em parte, se for constatado problemas.

5.7 - Os produtos ofertados pelas licitantes deverão, OBRIGATORIAMENTE, atender às exigências de qualidade, observados os padrões e normas baixadas pelos órgãos competentes de controle de fiscalização de qualidade industrial ABNT, INMETRO, etc. – atentando-se o proponente, principalmente para as prescrições contidas no art. 39, VIII, da Lei nº 8.078/90 (Código de Defesa do Consumidor);

5.8 - A empresa vencedora e responsável pela carga e descarga dos itens no local aonde a Secretaria solicitar.

5.9 - A empresa fornecedora dos produtos se responsabilizará pela qualidade, substituindo o produto, em todo ou em parte, se for constatado problemas.

5.10- Recebimento **dos** Produtos:

5.10.1 - Os produtos serão recebidos pelos fiscais de contrato e aceitos quando estiverem dentro das exigências do Edital;

5.10.2 - Observado o disposto no artigo 67 da Lei Federal n. 8.666/93, o acompanhamento e a fiscalização da entrega dos produtos será realizada por funcionários nomeados pelas Secretarias;

5.10.3 - O Município de Matupá/MT reserva-se o direito de não receber o objeto com atraso ou em desacordo com as especificações e condições constantes deste edital e seus anexos, podendo aplicar as penalidades e sanções previstas ou rescindir o registro e aplicar o disposto no art. 24, inciso XI, da Lei Federal n. 8.666/93.

5.11- Caberá à Licitante Vencedora:

5.11.1 Transportar, por sua conta e risco, o(s) objeto(s) objeto deste Termo de Referência, ficando sob sua responsabilidade quaisquer acidentes no trajeto de transporte;

5.11.2 Fazer o pagamento de tributos, seguros, taxas e serviços, encargos sociais e trabalhistas, e quaisquer despesas referentes aos produtos fornecidos;

5.11.3 Substituir produtos que apresentem defeito de fabricação.

5.12– Os materiais apresentados neste Termo de Referência deverão ser novos e com a garantia dos produtos. Não sendo, de forma alguma, permitido materiais reutilizados ou reaproveitados.

5.13- Na entrega dos produtos e nas informações adicionais da Nota Fiscal e obrigatória a Identificação da Secretaria que solicitou os produtos, para maior agilidade da identificação de quem solicitou na hora da entrega dos produtos.

6 - DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

6.1 - Executar a entrega dentro dos padrões estabelecidos pelas Secretarias, de acordo com as especificações do edital, responsabilizando-se por eventuais prejuízos decorrentes do descumprimento das condições estabelecidas.

6.2 - Prestar os esclarecimentos que forem solicitados pelas Secretarias, cujas reclamações se obrigam a atender prontamente, bem como dar ciência mediatamente e por escrito, de qualquer anormalidade que verificar quando da execução dos atos de sua responsabilidade;

6.3 - Prover todos os meios necessários à garantia da plena entrega dos produtos, inclusive considerados os casos de greve ou paralisação de qualquer natureza;

6.4 - A falta de quaisquer dos produtos cujo fornecimento incumbe ao detentor do preço registrado, não poderá ser alegada como motivo de força maior para o atraso, má execução ou inexecução da entrega do objeto deste edital e não a eximirá das penalidades a que está sujeita pelo não cumprimento dos prazos e demais condições aqui estabelecidas;

6.5 - Comunicar imediatamente a Secretaria qualquer alteração ocorrida no endereço, conta bancária e outras julgadas necessárias para recebimento de correspondência;

6.6 - Respeitar e fazer cumprir a legislação de segurança e saúde no trabalho, previstas nas normas regulamentadoras pertinentes;

6.7 - Fiscalizar o perfeito cumprimento da entrega do objeto a que se obrigou, cabendo-lhe, integralmente, os ônus decorrentes. Tal fiscalização dar-se-á independentemente da que será exercida por esta Prefeitura;

6.8 - Indenizar terceiros e/ou à própria Prefeitura em caso de ausência ou omissão de fiscalização de sua parte, pelos danos ou prejuízos causados por sua culpa ou dolo, devendo a contratada adotar todas as medidas preventivas, com fiel observância às exigências das autoridades competentes e às disposições legais vigentes;

6.9 - A contratada ficará obrigada a aceitar, nas mesmas condições deste edital, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessárias, até o limite legal de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do objeto adjudicado, devendo supressões acima desse limite ser resultantes de acordo entre as partes;

6.10 - Fornecer os itens, conforme estipulado neste edital e de acordo com a proposta apresentada;

6.11 – Não poderá ocorrer a falta dos produtos por parte do licitante, pois são itens de primeira necessidade e a contratante deverá atender exatamente como se propôs a fazer;

6.12 – A CONTRATADA deverá manter durante toda a vigência da ata de registro de preço, as mesmas condições de habilitação, especialmente quanto à regularidade com FGTS e INSS;

6.13 - O atraso na entrega dos produtos caberá penalidades e sanções previstas no Art. 12 da Presente Ata;

6.14 - A Contratada deverá manter local adequado e apropriado para o abastecimento, e reservatórios adequados e apropriados de acordo com as normas da ANP (Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis), DNC (Departamento Nacional de Combustíveis) e INMETRO (Instituto Nacional de Metrologia, Qualidade e Tecnologia).

7 - DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

7.1 - Convocar a licitante vencedora para a retirada da Ordem de Entrega dos itens licitados;

7.2 - Fornecer à empresa a ser contratada todas as informações e esclarecimentos que venham a ser solicitados relativamente ao objeto deste Edital;

7.3 - Efetuar o pagamento à empresa nas condições estabelecidas neste Edital;

7.4 - Notificar por escrito, à empresa contratada, toda e qualquer irregularidade constatada durante o recebimento do objeto;

7.5 -Nenhum pagamento será efetuado à empresa detentora do registro, enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação. Esse fato não será gerador de direito reajustamento de preços ou a atualização monetária.

7.6 - Não haverá, sob hipótese alguma, pagamento antecipado.

8 - DO PAGAMENTO

8.1 - Os pagamentos serão efetuados em até 15 (quinze) dias após a entrega do produtos bem como apresentação das notas fiscais eletrônicas em conformidade ao Protocolo ICMS Nº. 85, DE 09 DE JULHO DE 2010, devidamente atestada pela Secretaria responsável;

Os dados bancários para pagamento são:

Banco do Brasil Ag. 0132-5 Conta corrente nº 64290-8 em nome de

MAGAZINE MENEGHEL LTDA

8.2 - O Contratado deverá indicar no corpo da Nota Fiscal/fatura, descrição do item fornecido, de acordo com o especificado na Ordem de Entrega.

8.3 - Caso constatado alguma irregularidade nas notas fiscais/faturas, estas serão devolvidas ao fornecedor, para as necessárias correções, com as informações que motivaram sua rejeição, sendo o pagamento realizado após a reapresentação das notas fiscais/faturas.

8.4 - Nenhum pagamento isentará o FORNECEDOR/CONTRATADO das suas responsabilidades e obrigações, nem implicará aceitação definitiva do produto.

8.5 - O Contratante **não** efetuará pagamento de título descontado, ou por meio de **cobrança em banco, bem como, os que forem negociados com terceiros por intermédio da operação de "factoring**";

8.6 - As despesas bancárias decorrentes de transferência de valores para outras praças serão de responsabilidade do Contratado.

9 - DO REAJUSTAMENTO DE PREÇOS

9.1 - Os preços registrados manter-se-ão inalterados pelo período de vigência da presente Ata, admitida a revisão no caso de desequilíbrio da equação econômico-financeira inicial deste instrumento a partir de determinação municipal, cabendo-lhe no máximo o repasse do percentual determinado.

9.2 - Os preços registrados que sofrerem revisão não poderão ultrapassar os preços praticados no mercado, mantendo-se a diferença percentual apurada entre o valor originalmente constante da proposta e aquele vigente no mercado à época do registro.

9.3 - Caso o preço registrado seja superior à média dos preços de mercado, a Prefeiturasolicitará ao fornecedor/consignatária, mediante correspondência, redução do preço registrado, de forma a adequá-lo a definição do parágrafo único.

9.4 - Fracassada a negociação com o primeiro colocado a Prefeiturapoderá rescindir esta ata e convocar, nos termos da legislação vigente, e pelo preço da 1ª (primeira), as demais empresas com preços registrados, cabendo rescisão desta ata de registro de preços e nova licitação em caso de fracasso na negociação.

9.5 - Será considerado compatíveis com os de mercado os preços registrados que forem iguais ou inferiores à média daqueles apurados pela Prefeitura.

9.6 – Poderão ocorrer mediante termo aditivo, onde a contratada ou contratado fica obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou suspensões que se fizerem na prestação dos produtos, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado da ata de registro de preço, nos termos do artigo 65, parágrafo 1º da lei nº 8.666/93 e alterações posteriores.

9.7 - Os preços serão revisados e reajustados de acordo com as variações determinadas pela política de preços dos combustíveis, mediante comprovação oficial por parte da Contratada.

10 - DO CANCELAMENTO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS.

10.1 - A presente Ata de Registro de Preços poderá ser cancelada de pleno direito, nas seguintes situações:

a) Quando o fornecedor/consignatária não cumprir as obrigações constantes no Edital e desta Ata de Registro de Preços;

b) Quando o fornecedor/consignatária der causa a rescisão administrativa da Nota de Empenho decorrente deste Registro de Preços, nas hipóteses previstas nos incisos de I a XII, XVII e XVIII do art. 78 da Lei 8.666/93;

c) Em quaisquer hipóteses de inexecução total ou parcial da requisição/pedido dos produtos decorrente deste Registro;

d) Os preços registrados se apresentarem superiores aos praticados no mercado;

e) Por razões de interesse público devidamente demonstradas e justificadas;

f) Descumprir qualquer dos itens da cláusula sexta ou sétima.

10.2 - Ocorrendo cancelamento do preço registrado, o Fornecedor será informado por correspondência, a qual será juntada ao processo administrativo da presente Ata.

10.3 - No caso de ser ignorado, incerto ou inacessível o endereço do Fornecedor, a comunicação será feita por publicação no Jornal Oficial dos Municípios (AMM), considerando-se cancelado o preço registrado a partir da última publicação.

10.4 - A solicitação do Fornecedor para cancelamento dos preços registrados poderá não ser aceita pela Prefeitura, facultando-se a esta neste caso, a aplicação das penalidades previstas neste Edital.

10.5 - Havendo o cancelamento do preço registrado, cessarão todas as atividades do FORNECEDOR, relativas ao produto do Item.

10.6 - Caso a Prefeitura não se utilize da prerrogativa de cancelar esta Ata, a seu exclusivo critério, poderá suspender a sua execução e/ou sustar o pagamento das faturas, até que o FORNECEDOR cumpra integralmente a condição contratual infringida.

10.7 - A Ata de Registro de Preços, será cancelada automaticamente nas seguintes hipóteses:

a) Por decurso de prazo de vigência;

b) Pelo esgotamento das quantidades registradas.

10.8 - A inexecução total ou parcial do contrato enseja a sua rescisão, com as consequências contratuais e as previstas em lei ou regulamento, conforme art. 77 da lei 8666/93.

11 - DAS INCIDÊNCIAS FISCAIS, ENCARGOS, SEGUROS, ETC.

11.1 - Os preços apresentados na proposta devem incluir todos os custos e despesas, tais como: custos diretos e indiretos, tributos incidentes, taxa de administração, serviços, encargos sociais, trabalhistas, seguros, treinamento, lucro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto desta Ata de Registro de Preços.

12 - DAS PENALIDADES

12.1 - Ficará impedido de licitar e contratar com o município, pelo prazo de até 5 (cinco) anos, sem prejuízo das multas previstas neste termo de referência e das demais penalidades legais, aquele que:

12.1.1 - Cometer fraude fiscal;

12.1.2 - Apresentar documento falso;

12.1.3 - Fizer declaração falsa;

12.1.4 - Comportar-se de modo inidôneo;

12.1.5 - Não assinar a Ata de Registro de Preços ou Contrato no prazo estabelecido;

12.1.6 - Deixar de entregar a documentação exigida no certame;

12.1.7 - Não mantiver a proposta.

12.2 - O atraso injustificado no atendimento ao objeto sujeitará a empresa, a juízo da Administração, à multa moratória de 0,5% (meio por cento) por dia de atraso, até o limite de 10% (dez por cento), conforme determina o artigo 86, da Lei nº 8666/93;

12.2.1 - A multa prevista neste item será descontada dos créditos que a contratada possuir com a Prefeitura Municipal de Matupá - MT, e poderá cumular com as demais sanções administrativas, inclusive com a multa prevista no item 6.9. b;

12.3 - Ocorrendo a inexecução total ou parcial, atrasos no fornecimento dos produtos, a Administração poderá aplicar à vencedora, as seguintes sanções administrativas previstas no artigo 87 da Lei n. 8.666/93:

a) Advertência por escrito;

b) Ao licitante que não cumprir as obrigações assumidas ou preceitos legais, serão aplicadas multa de 0,5% (meio por cento) sobre o atraso de entrega dos produtos, e até o limite de 10% (dez por cento) sobre o valor do contrato no caso de rescisão por culpa do fornecedor;

c) Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Prefeitura Municipal de Matupá - MT, por prazo não superior a 02 (dois) anos, sendo que em caso de inexecução total, sem justificativa aceita, será aplicado o limite máximo temporal previsto para a penalidade de 02 (dois) anos conforme prevê o inciso III do artigo 87 da Lei Federal 8.666/93 atualizada pela Lei nº 8.883/94;

d) Declaração de inidoneidade para licitar junto à Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição, ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, de acordo com o inciso IV do artigo 87 da Lei n. 8.666/93, c/c artigo 7º da Lei n. 10.520/2002.

e) Ficará impedido de licitar e de contratar com a União e Município e será descredenciado no Sicaf, pelo prazo de até cinco anos, sem prejuízo das multas previstas em edital e no contrato e das demais cominações legais, garantido o direito à ampla defesa, o licitante que, convocado dentro do prazo de validade de sua proposta:

e. 1 - apresentar documentação falsa;

e.2 - causar o atraso na execução do objeto;

e.3 - não mantiver a proposta;

e.4 - falhar na execução do contrato;

e.5 - fraudar a execução do contrato;

e.6 - comportar-se de modo inidôneo;

e.7 - declarar informações falsas; e

e.8 - cometer fraude fiscal.

f) - O cancelamento da execução terá lugar de pleno direito independente de notificação ou interpelação judicial ou extrajudicial quando a empresa adjudicatória:

f.1 – Falir, entrar em concordata, concurso de credores, dissolução ou liquidação;

f.2 – Transferir, no todo ou parte, as obrigações decorrentes desta licitação, sem prévia anuência do Governo deste Município;

12.4 - Se a Fornecedora não proceder ao recolhimento da multa no prazo de 05 (cinco) dias úteis contados da intimação por parte da Prefeitura Municipal de Matupá - MT, o respectivo valor será descontado dos créditos que a contratada possuir com esta Prefeitura e, se estes não forem suficientes, o valor que sobejar será encaminhado para execução pela Procuradoria Municipal;

12.4.1 - Em se tratando de adjudicatária que não comparecer para retirada da Ordem de Fornecimento dos Itens, o valor da multa não recolhida será encaminhado para execução pela Procuradoria Municipal;

12.5 - Do ato que aplicar a penalidade caberá recurso, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, a contar da ciência da intimação, podendo a Administração reconsiderar sua decisão ou nesse prazo encaminhá-lo devidamente informado para a apreciação e decisão superior, dentro do mesmo prazo;

12.6 - Serão publicadas no Diário Oficial do Estado de Mato Grosso as sanções administrativas previstas no item 12.3, c, d, desta Ata de Registro de Preços, inclusive a reabilitação perante a Administração Pública.

13 – DO RECEBIMENTO DOS PRODUTOS

13.1 - Serão entregue produtos, de acordo com os critérios dos órgãos responsáveis pela fiscalização.

13.2 - Recebimento Dos Serviços/Produtos:

13.2.1 – A entrega dos serviços/produtos serão acompanhados pelos fiscais diariamente, recebidos e aceitos quando executados totalmente e de boa qualidade.

13.2.2 - Observado o disposto no artigo 67 da Lei Federal n. 8.666/93, o acompanhamento e a fiscalização da prestação dos serviços/entrega dos produtos será realizada por funcionários nomeados pelas Secretarias;

13.2.3 - O Município de Matupá/MT reserva-se o direito de não receber o objeto com atraso ou em desacordo com as especificações e condições constantes deste edital e seus anexos, podendo aplicar as penalidades e sanções previstas ou rescindir o registro e aplicar o disposto no art. 24, inciso XI, da Lei Federal n. 8.666/93.

14 - DOS ILÍCITOS PENAIS

14.1 - As infrações penais tipificadas na Lei 8.666/93 serão objeto de processo judicial na forma legalmente prevista, sem prejuízo das demais cominações aplicáveis.

15 - DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

15.1 - As despesas decorrentes das contratações oriundas da presente Ata de Registro de Preços, correrão à conta de dotação orçamentária citada abaixo, ou das demais que possam vir a aderir a presente ata e serão oriundas de Recursos Próprios do Município, do Estado de Mato Grosso e Federal:

CÓDIGO GERAL: 02.001.04.122.0033.20094 - MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DO GABINETE DO PREFEITO – 3390.30.000 – MATERIAL DE CONSUMO

CÓDIGO GERAL: 03.001.04.122.0024.20078 - MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DA SECRETARIA DE PLANEJAMENTO – 3390.30.000 – MATERIAL DE CONSUMO

CÓDIGO GERAL: 04.001.04.122.0026.20076 - MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DA SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO – 3390.30.000 – MATERIAL DE CONSUMO

CÓDIGO GERAL: 05.001.04.123.0036.2.0110 - MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DA SECRETARIA DE FINANÇAS – 3390.30.000 – MATERIAL DE CONSUMO

CÓDIGO GERAL: 06.001.20.122.0021.20002 - MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DA SECRETARIA DE AGRICULTURA - 3390.30.000 – MATERIAL DE CONSUMO

CÓDIGO GERAL: 07.005.27.812.0047.20128 – MANUTENÇÃO DO DEPARTAMENTO DE ESPORTE – 3390.30.000 – MATERIAL DE CONSUMO

CÓDIGO GERAL: 07.001.12.122.0029.20086 – MANUTENÇÃO E ENCARGOS DA SECRETARIA DE EDUCAÇÃO – 3390.30.000 – MATERIAL DE CONSUMO

CÓDIGO GERAL: 07.002.12.361.0015.2.0020 – MANUTENÇÃO DAS ESCOLAS DA REDE MUNICIPAL DE ENSINO FUNDAMENTAL – 3390.30.000 – MATERIAL DE CONSUMO

CÓDIGO GERAL: 07.002.12.365.0018.2.0028 – MANUTENÇÃO DAS ESCOLAS DA REDE MUNICIPAL DE ENSINO INFANTIL - PRÉ-ESCOLAS – 3390.30.000 – MATERIAL DE CONSUMO

CÓDIGO GERAL: 07.002.12.361.0015.10045 – AQUISIÇÃO DE MATERIAL PERMANENTE – 4490.52.000 – MATERIAL PERMANENTE

CÓDIGO GERAL: 07.002.12.365.0018.2.0029 – MANUTENÇÃO DAS ESCOLAS DA REDE MUNICIPAL DE ENSINO INFANTIL - CMEIS – 3390.30.000 – MATERIAL DE CONSUMO

CÓDIGO GERAL: 08.002.10.302.0013.2.0048 – MANUTENÇÃO DO LABORATORIO MUNICIPAL – 3390.30.000 – MATERIAL DE CONSUMO

CÓDIGO GERAL: 08.002.10.302.0014.2.0046 – MANUTENÇÃO DO CRDO – 3390.30.000 – MATERIAL DE CONSUMO

CÓDIGO GERAL: 08.002.10.303.0040.2.0101 – MANUTENÇÃO DA ASSISTENCIA FARMACÊUTICA BÁSICA – 3390.30.000 – MATERIAL DE CONSUMO

CÓDIGO GERAL: 08.002.10.122.0039.20115 – MANUTENÇÃO DO COMPLEXO REGULADOR MUNICIPAL - CRM – 3390.30.000 – MATERIAL DE CONSUMO

CÓDIGO GERAL: 08.002.10.122.0038.20098 – MANUTENÇÃO DA UNIDADE ADMINISTRATIVA – 3390.30.000 – MATERIAL DE CONSUMO

CÓDIGO GERAL: 08.002.10.302.0013.20047 – MANUTENÇÃO DO HOSPITAL MUNICIPAL – 3390.30.000 – MATERIAL DE CONSUMO

CÓDIGO GERAL: 08.002.10.301.0012.20050 – MANUTENÇÃO DAS UNIDADES BÁSICAS DE SAÚDE - SAÚDE DA FAMÍLIA – 3390.30.000 – MATERIAL DE CONSUMO

CÓDIGO GERAL: 08.002.10.305.0041.2.0103 – MANUTENÇÃO VIGILÂNCIA EPIDEMIOLOGICA E AMBIENTAL – 3390.30.000 – MATERIAL DE CONSUMO

CÓDIGO GERAL: 08.002.10.302.0013.1.0076 – – AQUISIÇÃO DE MATERIAL PERMANENTE – 4490.52.000 – MATERIAL PERMANENTE

CÓDIGO GERAL: 09.001.08.122.0008.20065 – MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DA SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL – 3390.30.000 – MATERIAL DE CONSUMO

CÓDIGO GERAL: 09.001.08.122.0008.20065 – MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DA SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL – 4490.52.000 – MATERIAL PERMANENTE

CÓDIGO GERAL: 09.002.08.244.0028.10111 – AQUISIÇÃO DE MATERIAL PERMANENTE – 4490.52.000 – MATERIAL PERMANENTE

CÓDIGO GERAL: 09.002.08.244.0007.20063 – MANUTENÇÃO IGD PBF – 4490.52.000 – MATERIAL PERMANENTE

CÓDIGO GERAL: 09.002.08.244.0007.20063 – MANUTENÇÃO IGD PBF – 3390.30.000 – MATERIAL DE CONSUMO

CÓDIGO GERAL: 09.002.08.244.0005.20054 – MANUTENCAO DO CREAS/PAEFI – 3390.30.000 – MATERIAL DE CONSUMO

CÓDIGO GERAL: 09.002.08.244.0028.20083 – MANUTENÇÃO DO CRAS/PAIF – 3390.30.000 – MATERIAL DE CONSUMO

CÓDIGO GERAL: 09.002.08.244.0028.20082 – MANUTENÇÃO DO SCFV - SERVIÇO DE CONVIVENCIA E FORTALECIMENTO DE VINCULOS – 3390.30.000 – MATERIAL DE CONSUMO

CÓDIGO GERAL: 09.002.08.243.0010.20071 – MANUTENÇÃO DO CONSELHO TUTELAR – 3390.30.000 – MATERIAL DE CONSUMO

CÓDIGO GERAL: 09.002.08.244.0005.20055 – MANUTENÇÃO DA CASA LAR – 3390.30.000 – MATERIAL DE CONSUMO

CÓDIGO GERAL: 09.002.08.244.0006.2.0057 – MANUTENÇÃO DA PROTEÇÃO SOCIAL BASICA – 3390.30.000 – MATERIAL DE CONSUMO

CÓDIGO GERAL: 09.002.08.244.0006.2.0058 – MANUTENÇÃO DA PROTEÇÃO SOCIAL ESPECIAL – 3390.30.000 – MATERIAL DE CONSUMO

CÓDIGO GERAL: 10.001.04.122.0004.20015 – MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DE SECRETARIA DE OBRAS, URBANISMO E TRANSPORTE – 3390.30.000 – MATERIAL DE CONSUMO

CÓDIGO GERAL: 15.001.13.812.0017.20137 – MANUTENÇÃO DA SECRETARIA DE INDUSTRIA, COMÉRCIO, TURISMO, CULTURA E LAZER – 3390.30.000 – MATERIAL DE CONSUMO

16 - DO FISCAL DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO

16-1 – Foi Designado através de Portaria os servidores abaixo para assistir e subsidiar o gestor da ata de registro de preço indicado na epígrafe.

Secretaria	Servidor	Portaria
Secretaria de Administração e Gabinete do Prefeito	Cristiane Machado Romeiro	7075/2018
Secretaria Municipal de Finanças	Simone dos Santos	3011/2013
Secretaria Municipal de Assistência Social	Cynthia Passos Carvalho Ximenes	7451/2018
Secretaria Municipal de Assistência Social - CREAS	Graziela da Rocha Ribeiro Martins	4053/2014
Secretaria Municipal de Assistência Social	Maurina Marques da Silva	7201/2018
Secretaria Municipal de Assistência Social - SCVF	Leandro Ricardo Marilhano	8939/2021
Secretaria Municipal de Saúde - CAF	Isabelly de Oliveira Coelho da Silva e Gabriela Pereira do Santos	8549/2020
Secretaria Municipal de Educação	Elaine Rocha Tussi	8304/2020
Secretaria Municipal de Agricultura	Marcia da Silva Andrelevicius Kuranishi	7202/2018
Secretaria Municipal de Saúde - Hospital	Janara de Souza Soares Tussi	7200/2018
Secretaria Municipal de Saúde - CRM	Cleneci de Fátima da Silva Ferreira	6400/2017
Secretaria Municipal de Saúde - Vigilância	Francisco Carlos Vieira	6579/2017
Secretaria Municipal de Saúde - Laboratório	Mariza Rafaela Baptista da Silva	7734/2019
Secretaria Municipal de Saúde – Hospital	Janice Kerber	2340/2013
Secretaria Municipal de Saúde - CRDO	Rita de Cássia Andrade	2718/2013
Secretaria Municipal de Saúde/Farmacia	Fernanda Rodrigues de Lima Martins	8548/2020

16.2 - Nos termos do art. 67 Lei nº 8.666, de 1993, será designado representante para acompanhar e fiscalizar a entrega dos produtos/serviços, anotando em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução e determinando o que for necessário à regularização de falhas ou defeitos observados.

16.3 - A fiscalização de que trata este item não exclui nem reduz a responsabilidade da Contratada, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas ou vícios redibitórios, e, na ocorrência desta, não implica em corresponsabilidade da Administração ou de seus agentes e prepostos, de conformidade com o art. 70 da Lei nº 8.666, de 1993.

16.4 - O representante da Administração anotará em registro próprio todas as ocorrências

relacionadas com a execução da ata, indicando dia, mês e ano, bem como o nome dos funcionários eventualmente envolvidos, determinando o que for necessário à regularização das falhas ou defeitos observados e encaminhando os apontamentos à autoridade competente para as providências cabíveis.

17 - DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

17.1 - As partes ficam, ainda, adstritas às seguintes disposições:

I - Todas as alterações que se fizerem necessárias serão registradas por intermédio de lavratura de termo aditivo à presente ata de Registro de Preços.

II - Vinculam-se a esta Ata, para fins de análise técnica, jurídica e decisão superior o Edital de **Pregão Eletrônico nº. 06/2021** e seus anexos e as propostas das classificadas.

III - É vedado caucionar ou utilizar da ata de registro de preço decorrente do presente registro para qualquer operação financeira, sem prévia e expressa autorização da **Prefeitura**.

18 - DO FORO

Aplica-se a Ata de Registro de Preço e dos casos omissos as disposições estabelecidas na lei 8666/1993 e suas alterações.

As partes contratantes elegem o foro de Matupá - MT como competente para dirimir quaisquer questões oriundas do presente instrumento, inclusive os casos omissos, que não puderem ser resolvidos pela via administrativa, renunciando a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

E por estarem de acordo, as partes firmam o presente instrumento, em 02 (duas) vias de igual teor e forma para um só efeito legal, ficando uma via arquivada na sede da **CONTRATANTE**, na forma do art. 60 da Lei 8 666 de 21/06/93.

Matupá - MT, 23 de fevereiro de 2021.

_____

Município de Matupá

FERNANDO ZAFONATO

Contratante

_____

MAGAZINE MENEGHEL LTDA

CNPJ sob o nº 01.942.594/0001-12

JEAN CARLOS MENEGHEL

CPF nº 008.436.290-10

Contratada

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO/DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES
ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 035/2021

Pelo presente instrumento **O MUNICÍPIO DE MATUPÁ – ESTADO DE MATO GROSSO,** devidamente inscrito no CNPJ/MF sob o nº. 24.772.188/0001-54, com sede na Prefeitura Municipal, localizada na Avenida Hermínio Ometto, nº. 101, ZE-022, neste ato representado pelo Prefeito Municipal o Sr. FERNANDO ZAFONATO, brasileiro, casado, empresário, portador da RG nº. 41330708-SESP/PR, inscrito no CPF sob o nº. 603.459.349-20, residente e domiciliado na Rua 07 nª 829 Bairro ZH3-001, nesta Cidade de Matupá/MT, nesta Cidade de Matupá/MT RESOLVE registrar os preços da empresa **L FERNANDO PROVENZANO DE SOUZA - ME,** devidamente inscrita no CNPJ sob o nº. 13.498.051/0001-37 e Inscrição Estadual n° 13.420.105-1, com sede na Av. XV de Novembro, nº 734, Andar 01 Bairro Centro Sul, na Cidade de Cuiabá/MT, CEP 78.020-300, e-mail fernandoaviamentos@terra.com.br, telefone (65) 3614-8611, neste ato representada pelo Sr. **LUIS FERNANDO PROVENZANO DE SOUZA**, portadora da RG nº 1.504.582-0 SSP/MT e do CPF nº 008.253.171-42, nas quantidades estimadas **na Seção quatro desta Ata de Registro de Preços**, de acordo com a classificação por elas alcançadas Global, atendendo as condições previstas no Instrumento Convocatório e as constantes desta Ata de Registro de Preços, sujeitando-se as partes às normas constantes da Lei nº 8.666/93, 10580/02 e suas alterações e Decreto Municipal 1136, de 02 de fevereiro de 2009 e Decreto Municipal nº 1665/2013:

1 - OBJETO

1.1 - Constitui objeto desta ata de registro de preço, o "**PREGÃO ELETRÔNICO SISTEMA REGISTRO DE PREÇO PARA FUTURAS E EVENTUAIS AQUISIÇÕES DE MATERIAIS DE EXPEDIENTE EM ATENDIMENTO AS SECRETARIAS MUNICIPAIS DE MATUPÁ"** de acordo com a planilha partes integrantes do Edital da respectiva **PREGÃO ELETRÔNICO Nº. 06/2021.**

2 - ADESÃO DE ORGÃOS NÃO PARTICIPANTES

2.1 - Os órgãos e entidades que não participaram do registro de preços, quando desejarem fazer uso da Ata de Registro de Preços, deverão manifestar seu interesse junto ao órgão gerenciador da Ata, para que este indique os possíveis fornecedores e respectivos preços a serem praticados, obedecida a ordem de classificação.

2.2 - Caberá ao fornecedor beneficiário da Ata de Registro de Preços, observadas as condições nela estabelecidas, optar pela aceitação ou não do serviço, independentemente dos quantitativos registrados em Ata, desde que o fornecimento não prejudique as obrigações anteriormente assumidas.

2.3 - As aquisições ou contratações adicionais, não poderão exceder, por órgão ou por entidade, a cem por cento dos quantitativos registrados na Ata de Registro de Preços.

3 - DA GERÊNCIA DA PRESENTE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

3.1 - O gerenciamento deste instrumento caberá a Prefeitura Municipal de Matupá.

3.2 - A presente Ata terá validade de 12 (doze) meses**,** contados a partir de sua publicação no Jornal Oficial dos Municípios.

3.3 - As SECRETARIAS/ORGÃOS/ENTIDADES participantes desta Ata de Registro de Preços são:

Gabinete do Prefeito, Secretaria Municipal de Planejamento, Secretaria Municipal de Finanças, Secretaria Municipal de Administração, Secretaria Municipal de Educação e Desporto, Secretaria Municipal de Saúde, Secretaria Municipal de Assistência Social, Secretaria Municipal de Obras, Urbanismo e Transportes e Secretaria Municipal de Industria, Comercio, Turismo, Cultura e Lazer.

4 – DOS PRODUTOS

4.1 - O preço, a quantidade, o fornecedor e a especificação dos produtos registrados nesta Ata, encontram-se indicados na tabela abaixo:

Código	Nome	Unidade de Fornec.	Marca	Quant.	Vlr. Unitário	Total

372957	ALFINETE - EM ACO, DO TIPO DE SEGURANCA N. 3 CAIXA COM 50 UNIDADES	CAIXA 50 UNIDADE	TRADER ALFINETE DE SEGURANÇA	19	3,23	61,37
372956	ALFINETE - EM ACO, DO TIPO DE SEGURANCA N. 4 CAIXA COM 50 UNIDADES	CAIXA 50 UNIDADE	TRADER ALFINETE DE SEGURANÇA	21	7,38	154,98
363848	ALFINETE - EM ACO,TIPO ALFINETE CORRENTE Nº 29.	CAIXA 50 UNIDADE	IARA ALFINETE DE COSTURA	45	3,65	164,25
372960	BARBANTE COLORIDO COMPOSIÇÃO: 85% ALGODÃO E 15% OUTRAS FIBRAS NR.2 COM 610M, UNIDADE.	UNIDADE	EUROFIOS BARBANTE COLORIDO	116	15,85	1.838,60
363916	CADERNO BROCHURA - CADERNO CAPA DURA, UNIVERSITARIO, CAPA SIMPLES, PESANDO 90G/M2, COM 96 FLS, PESANDO 56G/M2, 1 MATERIA	UNIDADE	MAXIMA CADERNO BROCHURA UNIV 96 FLS	269	4,88	1.312,72
372732	CADERNO DE DESENHO GRANDE 96 FOLHAS TIPO ESPIRAL DE CARTOGRAFIA, SEM MARGEM, SEM FOLHA DE SEDA,MEDINDO NO MINIMO (275X200)MM, ESPIRAL COMPOSTO DE ARAME ESTANHADO E ACABAMENTO COIL-LOCK,CAPA DURA COM GRAMATURA MINIMA DE 280G/M2 PRODUTO CERTIFICADO (FOREST STEWARDSHIP COUNCIL A. C) E CERTIFICACAO DO INMETRO	UNIDADE	PHYRA CADERNO DE DESENHO 96 FLS	2902	5,28	15.322,56
372955	CANUDO DESCARTAVEL - DE PLASTICO, LISO, COM ASPIRAL, MEDINDO 21 CM DE COMPRIMENTO, CORES DIVERSAS PACOTE COM 100 UNIDADES	CENTO	AMALU CANUDO DESCARTAVEL	117	7,03	822,51
372952	PURPURINA - COMPOSTA DE PO METALICO FINO TIPO GLITER,UTILIZADO EM SUPERFICIE POROSA, EM FERRO E EM TRABALHOS MANUAIS,ACONDICIONADO EM FRASCO PLASTICO DE 250G, CORES VARIADAS.	FRASCO 250,000 GRAMA	LORE PURPURINA GLITER	86	16,20	1.393,20
Total Fornecedor						**21.070,19**

5 – DA FORMA DE FORNECIMENTO

5.1 – O prazo máximo para entrega dos produtos, objeto do pedido, é de (05) cinco dias, contados a partir do dia seguinte à data do recebimento da NAD (Nota de Autorização de Despesas) pela Adjudicatária, devendo o produto atender às normas técnicas contidas nas especificações;

5.2 – O recebimento dos objetos será efetuado pela Prefeitura, e, será recebido desde que:

5.2.1 Esteja compatível com esta Licitação;

5.2.2 Não apresente avaria ou adulteração.

5.3 - Em caso de recusa dos produtos pelas Secretarias de Matupá - MT será lavrado Termo de Recusa, no qual se consignarão as desconformidades, devendo o produto ser substituído pela Contratada, no prazo de 03 (três) dias da devolução, quando serão realizadas novamente as verificações antes referidas, consoante dispõe o artigo 69 da Lei nº 8.666/93;

5.4 – A entrega dos produtos desta licitação deverá ser feita nos locais indicados nas requisições, correndo por conta da Contratada as despesas de seguros, transporte, tributos, encargos trabalhistas e previdenciários decorrentes da execução.

5.5 – Os produtos deverão ser novos, de primeiro uso, e em perfeito estado, acondicionado em embalagens que permitam sua proteção contra impactos, umidade e demais agentes de possam ocasionar danos. Não serão aceitos produtos remanufaturados, recondicionados, reciclados ou reutilizados.

5.6 - A empresa fornecedora dos produtos se responsabilizará pela qualidade, substituindo o produto, em todo ou em parte, se for constatado problemas.

5.7 - Os produtos ofertados pelas licitantes deverão, OBRIGATORIAMENTE, atender às exigências de qualidade, observados os padrões e normas baixadas pelos órgãos competentes de controle de fiscalização de qualidade industrial ABNT, INMETRO, etc. – atentando-se o proponente, principalmente para as prescrições contidas no art. 39, VIII, da Lei nº 8.078/90 (Código de Defesa do Consumidor);

5.8 - A empresa vencedora e responsável pela carga e descarga dos itens no local aonde a Secretaria solicitar.

5.9 - A empresa fornecedora dos produtos se responsabilizará pela qualidade, substituindo o produto, em todo ou em parte, se for constatado problemas.

5.10 - Recebimento dos Produtos:

5.10.1 - Os produtos serão recebidos pelos fiscais de contrato e aceitos quando estiverem dentro das exigências do Edital;

5.10.2 - Observado o disposto no artigo 67 da Lei Federal n. 8.666/93, o acompanhamento e a fiscalização da entrega dos produtos será realizada por funcionários nomeados pelas Secretarias;

5.10.3 - O Município de Matupá/MT reserva-se o direito de não receber o objeto com atraso ou em desacordo com as especificações e condições constantes deste edital e seus anexos, podendo aplicar as penalidades e sanções previstas ou rescindir o registro e aplicar o disposto no art. 24, inciso XI, da Lei Federal n. 8.666/93.

5.11 - Caberá à Licitante Vencedora:

5.11.1 Transportar, por sua conta e risco, o(s) objeto(s) objeto deste Termo de Referência, ficando sob sua responsabilidade quaisquer acidentes no trajeto de transporte;

5.11.2 Fazer o pagamento de tributos, seguros, taxas e serviços, encargos sociais e trabalhistas, e quaisquer despesas referentes aos produtos fornecidos;

5.11.3 Substituir produtos que apresentem defeito de fabricação.

5.12 – Os materiais apresentados neste Termo de Referência deverão ser novos e com a garantia dos produtos. Não sendo, de forma alguma, permitido materiais reutilizados ou reaproveitados.

5.13 - Na entrega dos produtos e nas informações adicionais da Nota Fiscal e obrigatória a Identificação da Secretaria que solicitou os produtos, para maior agilidade da identificação de quem solicitou na hora da entrega dos produtos.

6 - DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

6.1 - Executar a entrega dentro dos padrões estabelecidos pelas Secretarias, de acordo com as especificações do edital, responsabilizando-se por eventuais prejuízos decorrentes do descumprimento das condições estabelecidas.

6.2 - Prestar os esclarecimentos que forem solicitados pelas Secretarias, cujas reclamações se obrigam a atender prontamente, bem como dar ciência mediatamente e por escrito, de qualquer anormalidade que verificar quando da execução dos atos de sua responsabilidade;

6.3 - Prover todos os meios necessários à garantia da plena entrega dos produtos, inclusive considerados os casos de greve ou paralisação de qualquer natureza;

6.4 - A falta de quaisquer dos produtos cujo fornecimento incumbe ao detentor do preço registrado, não poderá ser alegada como motivo de força maior para o atraso, má execução ou inexecução da entrega do objeto deste edital e não a eximirá das penalidades a que está sujeita pelo não cumprimento dos prazos e demais condições aqui estabelecidas;

6.5 - Comunicar imediatamente a Secretaria qualquer alteração ocorrida no endereço, conta bancária e outras julgadas necessárias para recebimento de correspondência;

6.6 - Respeitar e fazer cumprir a legislação de segurança e saúde no trabalho, previstas nas normas regulamentadoras pertinentes;

6.7 - Fiscalizar o perfeito cumprimento da entrega do objeto a que se obrigou, cabendo-lhe, integralmente, os ônus decorrentes. Tal fiscalização dar-se-á independentemente da que será exercida por esta Prefeitura;

6.8 - Indenizar terceiros e/ou à própria Prefeitura em caso de ausência ou omissão de fiscalização de sua parte, pelos danos ou prejuízos causados por sua culpa ou dolo, devendo a contratada adotar todas as medidas preventivas, com fiel observância às exigências das autoridades competentes e às disposições legais vigentes;

6.9 - A contratada ficará obrigada a aceitar, nas mesmas condições deste edital, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessárias, até o limite legal de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do objeto adjudicado, devendo supressões acima desse limite ser resultantes de acordo entre as partes;

6.10 - Fornecer os itens, conforme estipulado neste edital e de acordo com a proposta apresentada;

6.11 – Não poderá ocorrer a falta dos produtos por parte do licitante, pois são itens de primeira necessidade e a contratante deverá atender exatamente como se propôs a fazer;

6.12 – A CONTRATADA deverá manter durante toda a vigência da ata de registro de preço, as mesmas condições de habilitação, especialmente quanto à regularidade com FGTS e INSS;

6.13 - O atraso na entrega dos produtos caberá penalidades e sanções previstas no Art. 12 da Presente Ata;

6.14 - A Contratada deverá manter local adequado e apropriado para o abastecimento, e reservatórios adequados e apropriados de acordo com as normas da ANP (Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis), DNC (Departamento Nacional de Combustíveis) e INMETRO (Instituto Nacional de Metrologia, Qualidade e Tecnologia).

7 - DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

7.1 - Convocar a licitante vencedora para a retirada da Ordem de Entrega dos itens licitados;

7.2 - Fornecer à empresa a ser contratada todas as informações e esclarecimentos que venham a ser solicitados relativamente ao objeto deste Edital;

7.3 - Efetuar o pagamento à empresa nas condições estabelecidas neste Edital;

7.4 - Notificar por escrito, à empresa contratada, toda e qualquer irregularidade constatada durante o recebimento do objeto;

7.5 -Nenhum pagamento será efetuado à empresa detentora do registro, enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação. Esse fato não será gerador de direito reajustamento de preços ou a atualização monetária.

7.6 - Não haverá, sob hipótese alguma, pagamento antecipado.

8 - DO PAGAMENTO

8.1 - Os pagamentos serão efetuados em até 15 (quinze) dias após a entrega do produtos bem como apresentação das notas fiscais eletrônicas em conformidade ao Protocolo ICMS Nº. 85, DE 09 DE JULHO DE 2010, devidamente atestada pela Secretaria responsável;

Os dados bancários para pagamento são:

Banco do Brasil Ag. 4042-8 Conta corrente nº 148.500-8 em nome de

L FERNANDO PROVENZANO DE SOUZA – ME

8.2 - O Contratado deverá indicar no corpo da Nota Fiscal/fatura, descrição do item fornecido, de acordo com o especificado na Ordem de Entrega.

8.3 - Caso constatado alguma irregularidade nas notas fiscais/faturas, estas serão devolvidas ao fornecedor, para as necessárias correções, com as informações que motivaram sua rejeição, sendo o pagamento realizado após a reapresentação das notas fiscais/faturas.

8.4 - Nenhum pagamento isentará o FORNECEDOR/CONTRATADO das suas responsabilidades e obrigações, nem implicará aceitação definitiva do produto.

8.5 - O Contratante **não** efetuará pagamento de título descontado, ou por meio de **cobrança em banco, bem como, os que forem negociados com terceiros por intermédio da operação de "factoring**";

8.6 - As despesas bancárias decorrentes de transferência de valores para outras praças serão de responsabilidade do Contratado.

9 - DO REAJUSTAMENTO DE PREÇOS

9.1 - Os preços registrados manter-se-ão inalterados pelo período de vigência da presente Ata, admitida a revisão no caso de desequilíbrio da equação econômico-financeira inicial deste instrumento a partir de determinação municipal, cabendo-lhe no máximo o repasse do percentual determinado.

9.2 - Os preços registrados que sofrerem revisão não poderão ultrapassar os preços praticados no mercado, mantendo-se a diferença percentual apurada entre o valor originalmente constante da proposta e aquele vigente no mercado à época do registro.

9.3 - Caso o preço registrado seja superior à média dos preços de mercado, a Prefeiturasolicitará ao fornecedor/consignatária, mediante correspondência, redução do preço registrado, de forma a adequá-lo a definição do parágrafo único.

9.4 - Fracassada a negociação com o primeiro colocado a Prefeiturapoderá rescindir esta ata e convocar, nos termos da legislação vigente, e pelo preço da 1ª (primeira), as demais empresas com preços registrados, cabendo rescisão desta ata de registro de preços e nova licitação em caso de fracasso na negociação.

9.5 - Será considerado compatíveis com os de mercado os preços registrados que forem iguais ou inferiores à média daqueles apurados pela Prefeitura.

9.6 – Poderão ocorrer mediante termo aditivo, onde a contratada ou contratado fica obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou suspensões que se fizerem na prestação dos produtos, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado da ata de registro de preço, nos termos do artigo 65, parágrafo 1º da lei nº 8.666/93 e alterações posteriores.

9.7 - Os preços serão revisados e reajustados de acordo com as variações determinadas pela política de preços dos combustíveis, mediante comprovação oficial por parte da Contratada.

10 - DO CANCELAMENTO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS.

10.1 - A presente Ata de Registro de Preços poderá ser cancelada de pleno direito, nas seguintes situações:

a) Quando o fornecedor/consignatária não cumprir as obrigações constantes no Edital e desta Ata de Registro de Preços;

b) Quando o fornecedor/consignatária der causa a rescisão administrativa da Nota de Empenho decorrente deste Registro de Preços, nas hipóteses previstas nos incisos de I a XII, XVII e XVIII do art. 78 da Lei 8.666/93;

c) Em quaisquer hipóteses de inexecução total ou parcial da requisição/pedido dos produtos decorrente deste Registro;

d) Os preços registrados se apresentarem superiores aos praticados no mercado;

e) Por razões de interesse público devidamente demonstradas e justificadas;

f) Descumprir qualquer dos itens da cláusula sexta ou sétima.

10.2 - Ocorrendo cancelamento do preço registrado, o Fornecedor será informado por correspondência, a qual será juntada ao processo administrativo da presente Ata.

10.3 - No caso de ser ignorado, incerto ou inacessível o endereço do Fornecedor, a comunicação será feita por publicação no Jornal Oficial dos Municípios (AMM), considerando-se cancelado o preço registrado a partir da última publicação.

10.4 - A solicitação do Fornecedor para cancelamento dos preços registrados poderá não ser aceita pela Prefeitura, facultando-se a esta neste caso, a aplicação das penalidades previstas neste Edital.

10.5 - Havendo o cancelamento do preço registrado, cessarão todas as atividades do FORNECEDOR, relativas ao produto do Item.

10.6 - Caso a Prefeitura não se utilize da prerrogativa de cancelar esta Ata, a seu exclusivo critério, poderá suspender a sua execução e/ou sustar o pagamento das faturas, até que o FORNECEDOR cumpra integralmente a condição contratual infringida.

10.7 - A Ata de Registro de Preços, será cancelada automaticamente nas seguintes hipóteses:

a) Por decurso de prazo de vigência;

b) Pelo esgotamento das quantidades registradas.

10.8 - A inexecução total ou parcial do contrato enseja a sua rescisão, com as conseqüências contratuais e as previstas em lei ou regulamento, conforme art. 77 da lei 8666/93.

11 - DAS INCIDÊNCIAS FISCAIS, ENCARGOS, SEGUROS, ETC.

11.1 - Os preços apresentados na proposta devem incluir todos os custos e despesas, tais como: custos diretos e indiretos, tributos incidentes, taxa de administração, serviços, encargos sociais, trabalhistas, seguros, treinamento, lucro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto desta Ata de Registro de Preços.

12 - DAS PENALIDADES

12.1 - Ficará impedido de licitar e contratar com o município, pelo prazo de até 5 (cinco) anos, sem prejuízo das multas previstas neste termo de referência e das demais penalidades legais, aquele que:

12.1.1 - Cometer fraude fiscal;

12.1.2 - Apresentar documento falso;

12.1.3 - Fizer declaração falsa;

12.1.4 - Comportar-se de modo inidôneo;

12.1.5 - Não assinar a Ata de Registro de Preços ou Contrato no prazo estabelecido;

12.1.6 - Deixar de entregar a documentação exigida no certame;

12.1.7 - Não mantiver a proposta.

12.2 - O atraso injustificado no atendimento ao objeto sujeitará a empresa, a juízo da Administração, à multa moratória de 0,5% (meio por cento) por dia de atraso, até o limite de 10% (dez por cento), conforme determina o artigo 86, da Lei nº 8666/93;

12.2.1 - A multa prevista neste item será descontada dos créditos que a contratada possuir com a Prefeitura Municipal de Matupá - MT, e poderá cumular com as demais sanções administrativas, inclusive com a multa prevista no item 6.9. b;

12.3 - Ocorrendo a inexecução total ou parcial, atrasos no fornecimento dos produtos, a Administração poderá aplicar à vencedora, as seguintes sanções administrativas previstas no artigo 87 da Lei n. 8.666/93:

a) Advertência por escrito;

b) Ao licitante que não cumprir as obrigações assumidas ou preceitos legais, serão aplicadas multa de 0,5% (meio por cento) sobre o atraso de entrega dos produtos, e até o limite de 10% (dez por cento) sobre o valor do contrato no caso de rescisão por culpa do fornecedor;

c) Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Prefeitura Municipal de Matupá - MT, por prazo não superior a 02 (dois) anos, sendo que em caso de inexecução total, sem justificativa aceita, será aplicado o limite máximo temporal previsto para a penalidade de 02 (dois) anos conforme prevê o inciso III do artigo 87 da Lei Federal 8.666/93 atualizada pela Lei nº 8.883/94;

d) Declaração de inidoneidade para licitar junto à Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição, ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, de acordo com o inciso IV do artigo 87 da Lei n. 8.666/93, c/c artigo 7º da Lei n. 10.520/2002.

e) Ficará impedido de licitar e de contratar com a União e Município e será descredenciado no Sicaf, pelo prazo de até cinco anos, sem prejuízo das multas previstas em edital e no contrato e das demais cominações legais, garantido o direito à ampla defesa, o licitante que, convocado dentro do prazo de validade de sua proposta:

e. 1 - apresentar documentação falsa;

e.2 - causar o atraso na execução do objeto;

e.3 - não mantiver a proposta;

e.4 - falhar na execução do contrato;

e.5 - fraudar a execução do contrato;

e.6 - comportar-se de modo inidôneo;

e.7 - declarar informações falsas; e

e.8 - cometer fraude fiscal.

f) - O cancelamento da execução terá lugar de pleno direito independente de notificação ou interpelação judicial ou extrajudicial quando a empresa adjudicatória:

f.1 – Falir, entrar em concordata, concurso de credores, dissolução ou liquidação;

f.2 – Transferir, no todo ou parte, as obrigações decorrentes desta licitação, sem prévia anuência do Governo deste Município;

12.4 - Se a Fornecedora não proceder ao recolhimento da multa no prazo de 05 (cinco) dias úteis contados da intimação por parte da Prefeitura Municipal de Matupá - MT, o respectivo valor será descontado dos créditos que a contratada possuir com esta Prefeitura e, se estes não forem suficientes, o valor que sobejar será encaminhado para execução pela Procuradoria Municipal;

12.4.1 - Em se tratando de adjudicatária que não comparecer para retirada da Ordem de Fornecimento dos Itens, o valor da multa não recolhida será encaminhado para execução pela Procuradoria Municipal;

12.5 - Do ato que aplicar a penalidade caberá recurso, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, a contar da ciência da intimação, podendo a Administração reconsiderar sua decisão ou nesse prazo encaminhá-lo devidamente informado para a apreciação e decisão superior, dentro do mesmo prazo;

12.6 - Serão publicadas no Diário Oficial do Estado de Mato Grosso as sanções administrativas previstas no item 12.3, c, d, desta Ata de Registro de Preços, inclusive a reabilitação perante a Administração Pública.

13 – DO RECEBIMENTO DOS PRODUTOS

13.1 - Serão entregue produtos, de acordo com os critérios dos órgãos responsáveis pela fiscalização.

13.2 - Recebimento Dos Serviços/Produtos:

13.2.1 – A entrega dos serviços/produtos serão acompanhados pelos fiscais diariamente, recebidos e aceitos quando executados totalmente e de boa qualidade.

13.2.2 - Observado o disposto no artigo 67 da Lei Federal n. 8.666/93, o acompanhamento e a fiscalização da prestação dos serviços/entrega dos produtos será realizada por funcionários nomeados pelas Secretarias;

13.2.3 - O Município de Matupá/MT reserva-se o direito de não receber o objeto com atraso ou em desacordo com as especificações e condições constantes deste edital e seus anexos, podendo aplicar as penalidades e sanções previstas ou rescindir o registro e aplicar o disposto no art. 24, inciso XI, da Lei Federal n. 8.666/93.

14 - DOS ILÍCITOS PENAIS

14.1 - As infrações penais tipificadas na Lei 8.666/93 serão objeto de processo judicial na forma legalmente prevista, sem prejuízo das demais cominações aplicáveis.

15 - DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

15.1 - As despesas decorrentes das contratações oriundas da presente Ata de Registro de Preços, correrão à conta de dotação orçamentária citada abaixo, ou das demais que possam vir a aderir a presente ata e serão oriundas de Recursos Próprios do Município, do Estado de Mato Grosso e Federal:

CÓDIGO GERAL: 02.001.04.122.0033.20094 - MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DO GABINETE DO PREFEITO – 3390.30.000 – MATERIAL DE CONSUMO

CÓDIGO GERAL: 03.001.04.122.0024.20078 - MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DA SECRETARIA DE PLANEJAMENTO – 3390.30.000 – MATERIAL DE CONSUMO

CÓDIGO GERAL: 04.001.04.122.0026.20076 - MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DA SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO – 3390.30.000 – MATERIAL DE CONSUMO

CÓDIGO GERAL: 05.001.04.123.0036.2.0110 - MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DA SECRETARIA DE FINANÇAS – 3390.30.000 – MATERIAL DE CONSUMO

CÓDIGO GERAL: 06.001.20.122.0021.20002 - MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DA SECRETARIA DE AGRICULTURA - 3390.30.000 – MATERIAL DE CONSUMO

CÓDIGO GERAL: 07.005.27.812.0047.20128 – MANUTENÇÃO DO DEPARTAMENTO DE ESPORTE – 3390.30.000 – MATERIAL DE CONSUMO

CÓDIGO GERAL: 07.001.12.122.0029.20086 – MANUTENÇÃO E ENCARGOS DA SECRETARIA DE EDUCAÇÃO – 3390.30.000 – MATERIAL DE CONSUMO

CÓDIGO GERAL: 07.002.12.361.0015.2.0020 – MANUTENÇÃO DAS ESCOLAS DA REDE MUNICIPAL DE ENSINO FUNDAMENTAL – 3390.30.000 – MATERIAL DE CONSUMO

CÓDIGO GERAL: 07.002.12.365.0018.2.0028 – MANUTENÇÃO DAS ESCOLAS DA REDE MUNICIPAL DE ENSINO INFANTIL - PRÉ-ESCOLAS – 3390.30.000 – MATERIAL DE CONSUMO

CÓDIGO GERAL: 07.002.12.361.0015.10045 – AQUISIÇÃO DE MATERIAL PERMANENTE – 4490.52.000 – MATERIAL PERMANENTE

CÓDIGO GERAL: 07.002.12.365.0018.2.0029 – MANUTENÇÃO DAS ESCOLAS DA REDE MUNICIPAL DE ENSINO INFANTIL - CMEIS – 3390.30.000 – MATERIAL DE CONSUMO

CÓDIGO GERAL: 08.002.10.302.0013.2.0048 – MANUTENÇÃO DO LABORATORIO MUNICIPAL – 3390.30.000 – MATERIAL DE CONSUMO

CÓDIGO GERAL: 08.002.10.302.0014.2.0046 – MANUTENÇÃO DO CRDO – 3390.30.000 – MATERIAL DE CONSUMO

CÓDIGO GERAL: 08.002.10.303.0040.2.0101 – MANUTENÇÃO DA ASSISTENCIA FARMACÊUTICA BÁSICA – 3390.30.000 – MATERIAL DE CONSUMO

CÓDIGO GERAL: 08.002.10.122.0039.20115 – MANUTENÇÃO DO COMPLEXO REGULADOR MUNICIPAL - CRM – 3390.30.000 – MATERIAL DE CONSUMO

CÓDIGO GERAL: 08.002.10.122.0038.20098 – MANUTENÇÃO DA UNIDADE ADMINISTRATIVA – 3390.30.000 – MATERIAL DE CONSUMO

CÓDIGO GERAL: 08.002.10.302.0013.20047 – MANUTENÇÃO DO HOSPITAL MUNICIPAL – 3390.30.000 – MATERIAL DE CONSUMO

CÓDIGO GERAL: 08.002.10.301.0012.20050 – MANUTENÇÃO DAS UNIDADES BÁSICAS DE SAÚDE - SAÚDE DA FAMÍLIA – 3390.30.000 – MATERIAL DE CONSUMO

CÓDIGO GERAL: 08.002.10.305.0041.2.0103 – MANUTENÇÃO VIGILÂNCIA EPIDEMIOLOGICA E AMBIENTAL – 3390.30.000 – MATERIAL DE CONSUMO

CÓDIGO GERAL: 08.002.10.302.0013.1.0076 – – AQUISIÇÃO DE MATERIAL PERMANENTE – 4490.52.000 – MATERIAL PERMANENTE

CÓDIGO GERAL: 09.001.08.122.0008.20065 – MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DA SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL – 3390.30.000 – MATERIAL DE CONSUMO

CÓDIGO GERAL: 09.001.08.122.0008.20065 – MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DA SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL – 4490.52.000 – MATERIAL PERMANENTE

CÓDIGO GERAL: 09.002.08.244.0028.10111 – AQUISIÇÃO DE MATERIAL PERMANENTE – 4490.52.000 – MATERIAL PERMANENTE

CÓDIGO GERAL: 09.002.08.244.0007.20063 – MANUTENÇÃO IGD PBF – 4490.52.000 – MATERIAL PERMANENTE

CÓDIGO GERAL: 09.002.08.244.0007.20063 – MANUTENÇÃO IGD PBF – 3390.30.000 – MATERIAL DE CONSUMO

CÓDIGO GERAL: 09.002.08.244.0005.20054 – MANUTENCAO DO CREAS/PAEFI – 3390.30.000 – MATERIAL DE CONSUMO

CÓDIGO GERAL: 09.002.08.244.0028.20083 – MANUTENÇÃO DO CRAS/PAIF – 3390.30.000 – MATERIAL DE CONSUMO

CÓDIGO GERAL: 09.002.08.244.0028.20082 – MANUTENÇÃO DO SCFV - SERVIÇO DE CONVIVENCIA E FORTALECIMENTO DE VINCULOS – 3390.30.000 – MATERIAL DE CONSUMO

CÓDIGO GERAL: 09.002.08.243.0010.20071 – MANUTENÇÃO DO CONSELHO TUTELAR – 3390.30.000 – MATERIAL DE CONSUMO

CÓDIGO GERAL: 09.002.08.244.0005.20055 – MANUTENÇÃO DA CASA LAR – 3390.30.000 – MATERIAL DE CONSUMO

CÓDIGO GERAL: 09.002.08.244.0006.2.0057 – MANUTENÇÃO DA PROTEÇÃO SOCIAL BASICA – 3390.30.000 – MATERIAL DE CONSUMO

CÓDIGO GERAL: 09.002.08.244.0006.2.0058 – MANUTENÇÃO DA PROTEÇÃO SOCIAL ESPECIAL – 3390.30.000 – MATERIAL DE CONSUMO

CÓDIGO GERAL: 10.001.04.122.0004.20015 – MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DE SECRETARIA DE OBRAS, URBANISMO E TRANSPORTE – 3390.30.000 – MATERIAL DE CONSUMO

CÓDIGO GERAL: 15.001.13.812.0017.20137 – MANUTENÇÃO DA SECRETARIA DE INDUSTRIA, COMÉRCIO, TURISMO, CULTURA E LAZER – 3390.30.000 – MATERIAL DE CONSUMO

16 - DO FISCAL DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO

16-1 – Foi Designado através de Portaria os servidores abaixo para assistir e subsidiar o gestor da ata de registro de preço indicado na epígrafe.

Secretaria	Servidor	Portaria
Secretaria de Administração e Gabinete do Prefeito	Cristiane Machado Romeiro	7075/2018
Secretaria Municipal de Finanças	Simone dos Santos	3011/2013
Secretaria Municipal de Assistência Social	Cynthia Passos Carvalho Ximenes	7451/2018
Secretaria Municipal de Assistência Social - CREAS	Graziela da Rocha Ribeiro Martins	4053/2014
Secretaria Municipal de Assistência Social	Maurina Marques da Silva	7201/2018
Secretaria Municipal de Assistência Social - SCVF	Leandro Ricardo Marilhano	8939/2021
Secretaria Municipal de Saúde - CAF	Isabelly de Oliveira Coelho da Silva e Gabriela Pereira do Santos	8549/2020
Secretaria Municipal de Educação	Elaine Rocha Tussi	8304/2020
Secretaria Municipal de Agricultura	Marcia da Silva Andrelevicius Kuranishi	7202/2018
Secretaria Municipal de Saúde - Hospital	Janara de Souza Soares Tussi	7200/2018
Secretaria Municipal de Saúde - CRM	Cleneci de Fátima da Silva Ferreira	6400/2017
Secretaria Municipal de Saúde - Vigilância	Francisco Carlos Vieira	6579/2017
Secretaria Municipal de Saúde - Laboratório	Mariza Rafaela Baptista da Silva	7734/2019
Secretaria Municipal de Saúde – Hospital	Janice Kerber	2340/2013
Secretaria Municipal de Saúde - CRDO	Rita de Cássia Andrade	2718/2013
Secretaria Municipal de Saúde/Farmacia	Fernanda Rodrigues de Lima Martins	8548/2020

16.2 - Nos termos do art. 67 Lei nº 8.666, de 1993, será designado representante para acompanhar e fiscalizar a entrega dos produtos/serviços, anotando em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução e determinando o que for necessário à regularização de falhas ou defeitos observados.

16.3 - A fiscalização de que trata este item não exclui nem reduz a responsabilidade da Contratada, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas ou vícios redibitórios, e, na ocorrência desta, não implica em corresponsabilidade da Administração ou de seus agentes e prepostos, de conformidade com o art. 70 da Lei nº 8.666, de 1993.

16.4 - O representante da Administração anotará em registro próprio todas as ocorrências

relacionadas com a execução da ata, indicando dia, mês e ano, bem como o nome dos funcionários eventualmente envolvidos, determinando o que for necessário à regularização das falhas ou defeitos observados e encaminhando os apontamentos à autoridade competente para as providências cabíveis.

17 - DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

17.1 - As partes ficam, ainda, adstritas às seguintes disposições:

I - Todas as alterações que se fizerem necessárias serão registradas por intermédio de lavratura de termo aditivo à presente ata de Registro de Preços.

II - Vinculam-se a esta Ata, para fins de análise técnica, jurídica e decisão superior o Edital de **Pregão Eletrônico nº. 06/2021** e seus anexos e as propostas das classificadas.

III - É vedado caucionar ou utilizar da ata de registro de preço decorrente do presente registro para qualquer operação financeira, sem prévia e expressa autorização da **Prefeitura**.

18 - DO FORO

Aplica-se a Ata de Registro de Preço e dos casos omissos as disposições estabelecidas na lei 8666/1993 e suas alterações.

As partes contratantes elegem o foro de Matupá - MT como competente para dirimir quaisquer questões oriundas do presente instrumento, inclusive os casos omissos, que não puderem ser resolvidos pela via administrativa, renunciando a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

E por estarem de acordo, as partes firmam o presente instrumento, em 02 (duas) vias de igual teor e forma para um só efeito legal, ficando uma via arquivada na sede da **CONTRATANTE**, na forma do art. 60 da Lei 8 666 de 21/06/93.

Matupá - MT, 23 de fevereiro de 2021.

_____

Município de Matupá

FERNANDO ZAFONATO

Contratante

_____

L FERNANDO PROVENZANO DE SOUZA – ME

CNPJ sob o nº 13.498.051/0001-37

LUIS FERNANDO PROVENZANO DE SOUZA

CPF nº 008.253.171-42

Contratada

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO/DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES
ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 034/2021

Pelo presente instrumento **O MUNICÍPIO DE MATUPÁ – ESTADO DE MATO GROSSO,** devidamente inscrito no CNPJ/MF sob o nº. 24.772.188/0001-54, com sede na Prefeitura Municipal, localizada na Avenida Hermínio Ometto, nº. 101, ZE-022, neste ato representado pelo Prefeito Municipal o Sr. FERNANDO ZAFONATO, brasileiro, casado, empresário, portador da RG nº. 41330708-SESP/PR, inscrito no CPF sob o nº. 603.459.349-20, residente e domiciliado na Rua 07 nª 829 Bairro ZH3-001, nesta Cidade de Matupá/MT, nesta Cidade de Matupá/MT RESOLVE registrar os preços da empresa **MARIA JOSÉ DOS REIS NETO EPP,** devidamente inscrita no CNPJ sob o nº. 10.226.940/0001-57 e Inscrição Estadual n° 13359115-8, com sede na Rua Comandante Costa, nº 10, Bairro Planalto Ipiranga, na Cidade de Varzea Grande/MT, CEP 78.166-000, e-mail mosaicoinformatica@terra.com.br, telefone (65) 3023-4606, neste ato representada pela Srª **MARIA JOSÉ DOS REIS NETO**, portadora da RG nº 358854 SSP/GO e do CPF nº 320.455.901-78, nas quantidades estimadas **na Seção quatro desta Ata de Registro de Preços**, de acordo com a classificação por elas alcançadas Global, atendendo as condições previstas no Instrumento Convocatório e as constantes desta Ata de Registro de Preços, sujeitando-se as partes às normas constantes da Lei nº 8.666/93, 10580/02 e suas alterações e Decreto Municipal 1136, de 02 de fevereiro de 2009 e Decreto Municipal nº 1665/2013:

1 - OBJETO

1.1 - Constitui objeto desta ata de registro de preço, o "**PREGÃO ELETRÔNICO SISTEMA REGISTRO DE PREÇO PARA FUTURAS E EVENTUAIS AQUISIÇÕES DE MATERIAIS DE EXPEDIENTE EM ATENDIMENTO AS SECRETARIAS MUNICIPAIS DE MATUPÁ"** de acordo com a planilha partes integrantes do Edital da respectiva **PREGÃO ELETRÔNICO Nº. 06/2021.**

2 - ADESÃO DE ORGÃOS NÃO PARTICIPANTES

2.1 - Os órgãos e entidades que não participaram do registro de preços, quando desejarem fazer uso da Ata de Registro de Preços, deverão manifestar seu interesse junto ao órgão gerenciador da Ata, para que este indique os possíveis fornecedores e respectivos preços a serem praticados, obedecida a ordem de classificação.

2.2 - Caberá ao fornecedor beneficiário da Ata de Registro de Preços, observadas as condições nela estabelecidas, optar pela aceitação ou não do serviço, independentemente dos quantitativos registrados em Ata, desde que o fornecimento não prejudique as obrigações anteriormente assumidas.

2.3 - As aquisições ou contratações adicionais, não poderão exceder, por órgão ou por entidade, a cem por cento dos quantitativos registrados na Ata de Registro de Preços.

3 - DA GERÊNCIA DA PRESENTE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

3.1 - O gerenciamento deste instrumento caberá a Prefeitura Municipal de Matupá.

3.2 - A presente Ata terá validade de 12 (doze) meses**,** contados a partir de sua publicação no Jornal Oficial dos Municípios.

3.3 - As SECRETARIAS/ORGÃOS/ENTIDADES participantes desta Ata de Registro de Preços são:

Gabinete do Prefeito, Secretaria Municipal de Planejamento, Secretaria Municipal de Finanças, Secretaria Municipal de Administração, Secretaria Municipal de Educação e Desporto, Secretaria Municipal de Saúde, Secretaria Municipal de Assistência Social, Secretaria Municipal de Obras, Urbanismo e Transportes e Secretaria Municipal de Industria, Comercio, Turismo, Cultura e Lazer.

4 – DOS PRODUTOS

4.1 - O preço, a quantidade, o fornecedor e a especificação dos produtos registrados nesta Ata, encontram-se indicados na tabela abaixo:

Código	Nome	Unidade de Fornec.	Marca	Quant.	Vlr. Unitário	Total
363849	APAGADOR - DE GIZ, DE MADEIRA, MEDINDO (150X70)MM, COM BASE DE FELTRO	UNIDADE	STALO	7	1,9900	13,93
363946	CARTOLINA - PESANDO 180G, MEDINDO 50 X 66 CM, NA COR VARIADA	UNIDADE	ALOFORM	665	0,4700	312,55
20362	COLA BRANCA - ADESIVO VINILICO DE ALTA RESISTENCIA ROTULO AZUL GRANDE 1LT	TUBO 1,000 LITRO	POLYCOL	132	16,6500	2.197,80
371932	COLA - COLA BRANCA ,PARA EMBORRACHADO E.V.A., EMBALADO EM TUBO DE 25G - UNIDADE	UNIDADE	RADEX	149	2,6500	394,85
372747	ESQUADRO 45° EM PLASTICO, COM GRADUACAO, MEDINDO 21,00CM, NA COR TRANSPARENTE	UNIDADE	WALEU	434	1,1000	477,40
372748	ESQUADRO 60° EM ACRILICO, COM GRADUACAO, DE 30 CM NA COR TRANSPARENTE	UNIDADE	WALEU	434	1,0000	434,00
375128	ETIQUETA TÉRMICA PARA IMPRESSORA ZEBRA, COM UMA COLUNA, MEDIDAS DE 50X30MM EM BOPP ROLO DE 30 METROS	ROLO	SCALA	203	23,5000	4.770,50
364069	LIVRO ATA - MODELO MO 140, COM CAPA DURA, CONTENDO 100 FOLHAS, MEDINDO (220X330)MM, COM PAUTA	UNIDADE	SAO DOMINGOS	131	9,5900	1.256,29
364071	LIVRO ATA - MODELO OFICIAL N. 140, COM PAPELAO PRENSADO (CAPA DURA), CONTENDO 50 FLS., MEDINDO (220X310)MM, COM PAUTA/SEM PAUTA	UNIDADE	SAO DOMINGOS	147	5,9000	867,30
363918	LIVRO PROTOCOLO DE CORRESPONDENCIA - PORTA CORRESPONDENCIA COM 100 FOLHAS, CAPA EM PAPELAO PLASTIFICADO, MIOLO EM PAPEL OFF-SET,NA COR NATURAL COM FOLHAS NUMERADAS,COM GRAMATURA : CAPA DURA 120GR/M2 PLASTIFICADO- MIOLO 56GR/M2 OFF-SET,MEDINDO: CAPA (153 X 216)MM	UNIDADE	FORONI	139	8,5800	1.192,62
363921	MAQUINA DE CALCULAR - ALIMENTACAO POR PILHA, TIPO BOLSO, COM VISOR, 12 DIGITOS, RAIZ QUADRADA, TECLA DE MEMORIA, PERCENTAGEM, MUDANCA DE SINAL	UNIDADE	CLASSE	123	12,8200	1.576,86

364545	MARCADOR DE PAGINAS - EM PAPEL AUTO ADESIVO,MEDINDO (12 X 48)MM,EM CORES DIVERSAS	UNIDADE	LYKE	401	3,5000	1.403,50
375036	MARCADOR DE PÁGINA TRANSPARENTE - TIPO PLÁSTICO AUTOADESIVO (42X12MM). MARCADORES COM 05 CORES DIFERENTES, REPOSICIONÁVEIS. ACEITA ESCRITA. TOTAL MÍNIMO: 100 UNIDADES. TAMANHO MÍNIMO DE CADA ADESIVO: 42 X 12 MM. PACOTE COM 05 BLOCOS DE CADA COR.	UNIDADE	LYKE	222	2,9000	643,80
364078	PAPEL VERGE DE PAPELARIA - PAPEL COLORSET, MEDINDO 50X60, PESANDO 70GR., NA COR VARIADA	UNIDADE	VMP	303	0,9400	284,82
364104	PASTA - CATALOGO, EM POLIPROPILENO,MEDINDO 250,00X355,00MM, COM 50 ENVELOPES TRANSPARENTES, NA COR PRETA	UNIDADE	ACP	388	11,7000	4.539,60
364101	PASTA - COM ABA E ELASTICO,EM PLASTICO TRANSPARENTE,180,00X245,00MM,NA COR CRISTAL	UNIDADE	POLYCART	505	1,9200	969,60
253928	PASTA FICHARIO - NO TAMANHO AZ, TAMANHO OFICIO, NA COR PRETA, LOMBADA LARGA, SEM ARGOLA, EM ACO NIQUELADO, MEDINDAS APROXIMADAS: 280,00MM X 350,00MM, LOMBADA 60,00MM	UNIDADE	POLYCART	1170	8,8900	10.401,30
372964	PASTA L EM PLASTICO TRANSPARENTE TAMANHO 0,20/23X33CM (OFÍCIO 2)	UNIDADE	POLIBRAS	285	0,9800	279,30
372965	PASTA SIMPLES COM PRESILHAS TIPO ROMEU E JULIETA (GRAMPO/FAQUETA) TRANSPARENTE	UNIDADE	DAC	392	1,8900	740,88
369275	PEN DRIVE - CAPACIDADE: 16 GB,COMPATIBILIDADE: WINDOWS E LINUX,CONECTOR: COM TAMPA OU RETRATIL,INTERFACE: USB 2.0, VELOCIDADE DE GRAVACAO: 20 MB/S,VELOCIDADE DE LEITURA: 10 MB/S	UNIDADE	SANDISK	121	33,4900	4.052,29
364129	PISTOLA DE COLA DE SILICONE - DE PLASTICO, MEDINDO 20 CM, PARA UMA TENSAO DE 110V, PARA UMA POTENCIA ELETRICA DE 40WATTS	UNIDADE	VMP	84	12,5000	1.050,00
375002	PISTOLA DE COLA DE SILICONE - TRANSPARENTE E OPACO, DE 26CM, PARA APLICACAO DE COLA QUENTE GROSSA COM O CORPO TODO PRETO, POTENCIA 40W, 127 BIVOLT, COM FIACAO E PLUG DE ACORDO COM CERTIFICADO DE SEGURANCA DO INMETRO.	UNIDADE	VMP	100	22,4900	2.249,00
364131	PISTOLA - DE PLASTICO, COM GATILHO,PARA APLICACAO DE COLA QUENTE,POTENCIA DE 40W, BIVOLT.	UNIDADE	VMP	84	17,1000	1.436,40
369281	PORTA FITA ADESIVA - DE MESA, ADAPTAVEL EM ROLO DUREX PARA TAMANHO 50MM X 50M	UNIDADE	WALEU	43	22,7300	977,39
364521	PRENDEDOR DE PAPEL - EM ACO, GRAMPOMOL 41MM	UNIDADE	JOCAR	718	0,8200	588,76
369282	PRENDEDOR DE PAPEL - EM ACO, GRAMPOMOL 51MM	UNIDADE	JOCAR	675	1,2500	843,75
372740	TINTA GUACHE CAIXA COM 6 CORES VARIADAS (CORES OBRIGATÓRIAS: BRANCA, AMARELA, VERMELHA, AZUL E VERDE,) 15 ML POR UNIDADE, COM TAMPA PLÁSTICA DE ROSCA, FRASCO TRANSPARENTE E VALIDADE DE, NO MÍNIMO, 12 (DOZE) MESES	UNIDADE	VMP	1428	2,7800	3.969,84
364534	TINTA - PARA MARCADOR DE QUADRO BRANCO,A BASE DE ALCOOL,AZUL	UNIDADE	JAPAN	17	20,5000	348,50
Total Fornecedor						48.272,83

5 – DA FORMA DE FORNECIMENTO

5.1 – O prazo máximo para entrega dos produtos, objeto do pedido, é de (05) cinco dias, contados a partir do dia seguinte à data do recebimento da NAD (Nota de Autorização de Despesas) pela Adjudicatária, devendo o produto atender às normas técnicas contidas nas especificações;

5.2 – O recebimento dos objetos será efetuado pela Prefeitura, e, será recebido desde que:

5.2.1 Esteja compatível com esta Licitação;

5.2.2 Não apresente avaria ou adulteração.

5.3 - Em caso de recusa dos produtos pelas Secretarias de Matupá - MT será lavrado Termo de Recusa, no qual se consignarão as desconformidades, devendo o produto ser substituído pela Contratada, no prazo de 03 (três) dias da devolução, quando serão realizadas novamente as verificações antes referidas, consoante dispõe o artigo 69 da Lei nº 8.666/93;

5.4 – A entrega dos produtos desta licitação deverá ser feita nos locais indicados nas requisições, correndo por conta da Contratada as despesas de seguros, transporte, tributos, encargos trabalhistas e previdenciários decorrentes da execução.

5.5 – Os produtos deverão ser novos, de primeiro uso, e em perfeito estado, acondicionado em embalagens que permitam sua proteção contra impactos, umidade e demais agentes de possam ocasionar danos. Não serão aceitos produtos remanufaturados, recondicionados, reciclados ou reutilizados.

5.6 - A empresa fornecedora dos produtos se responsabilizará pela qualidade, substituindo o produto, em todo ou em parte, se for constatado problemas.

5.7 - Os produtos ofertados pelas licitantes deverão, OBRIGATORIAMENTE, atender às exigências de qualidade, observados os padrões e normas baixadas pelos órgãos competentes de controle de fiscalização de qualidade industrial ABNT, INMETRO, etc. – atentando-se o proponente, principalmente para as prescrições contidas no art. 39, VIII, da Lei nº 8.078/90 (Código de Defesa do Consumidor);

5.8 - A empresa vencedora e responsável pela carga e descarga dos itens no local aonde a Secretaria solicitar.

5.9 - A empresa fornecedora dos produtos se responsabilizará pela qualidade, substituindo o produto, em todo ou em parte, se for constatado problemas.

5.10 - Recebimento dos Produtos:

5.10.1 - Os produtos serão recebidos pelos fiscais de contrato e aceitos quando estiverem dentro das exigências do Edital;

5.10.2 - Observado o disposto no artigo 67 da Lei Federal n. 8.666/93, o acompanhamento e a fiscalização da entrega dos produtos será realizada por funcionários nomeados pelas Secretarias;

5.10.3 - O Município de Matupá/MT reserva-se o direito de não receber o objeto com atraso ou em desacordo com as especificações e condições constantes deste edital e seus anexos, podendo aplicar as penalidades e sanções previstas ou rescindir o registro e aplicar o disposto no art. 24, inciso XI, da Lei Federal n. 8.666/93.

5.11 - Caberá à Licitante Vencedora:

5.11.1 Transportar, por sua conta e risco, o(s) objeto(s) objeto deste Termo de Referência, ficando sob sua responsabilidade quaisquer acidentes no trajeto de transporte;

5.11.2 Fazer o pagamento de tributos, seguros, taxas e serviços, encargos sociais e trabalhistas, e quaisquer despesas referentes aos produtos fornecidos;

5.11.3 Substituir produtos que apresentem defeito de fabricação.

5.12 – Os materiais apresentados neste Termo de Referência deverão ser novos e com a garantia dos produtos. Não sendo, de forma alguma, permitido materiais reutilizados ou reaproveitados.

5.13 - Na entrega dos produtos e nas informações adicionais da Nota Fiscal e obrigatória a Identificação da Secretaria que solicitou os produtos, para maior agilidade da identificação de quem solicitou na hora da entrega dos produtos.

6 - DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

6.1 - Executar a entrega dentro dos padrões estabelecidos pelas Secretarias, de acordo com as especificações do edital, responsabilizando-se por eventuais prejuízos decorrentes do descumprimento das condições estabelecidas.

6.2 - Prestar os esclarecimentos que forem solicitados pelas Secretarias, cujas reclamações se obrigam a atender prontamente, bem como dar ciência mediatamente e por escrito, de qualquer anormalidade que verificar quando da execução dos atos de sua responsabilidade;

6.3 - Prover todos os meios necessários à garantia da plena entrega dos produtos, inclusive considerados os casos de greve ou paralisação de qualquer natureza;

6.4 - A falta de quaisquer dos produtos cujo fornecimento incumbe ao detentor do preço registrado, não poderá ser alegada como motivo de força maior para o atraso, má execução ou inexecução da entrega do objeto deste edital e não a eximirá das penalidades a que está sujeita pelo não cumprimento dos prazos e demais condições aqui estabelecidas;

6.5 - Comunicar imediatamente a Secretaria qualquer alteração ocorrida no endereço, conta bancária e outras julgadas necessárias para recebimento de correspondência;

6.6 - Respeitar e fazer cumprir a legislação de segurança e saúde no trabalho, previstas nas normas regulamentadoras pertinentes;

6.7 - Fiscalizar o perfeito cumprimento da entrega do objeto a que se obrigou, cabendo-lhe, integralmente, os ônus decorrentes. Tal fiscalização dar-se-á independentemente da que será exercida por esta Prefeitura;

6.8 - Indenizar terceiros e/ou à própria Prefeitura em caso de ausência ou omissão de fiscalização de sua parte, pelos danos ou prejuízos causados por sua culpa ou dolo, devendo a contratada adotar todas as medidas preventivas, com fiel observância às exigências das autoridades competentes e às disposições legais vigentes;

6.9 - A contratada ficará obrigada a aceitar, nas mesmas condições deste edital, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessárias, até o limite legal de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do objeto adjudicado, devendo supressões acima desse limite ser resultantes de acordo entre as partes;

6.10 - Fornecer os itens, conforme estipulado neste edital e de acordo com a proposta apresentada;

6.11 – Não poderá ocorrer a falta dos produtos por parte do licitante, pois são itens de primeira necessidade e a contratante deverá atender exatamente como se propôs a fazer;

6.12 – A CONTRATADA deverá manter durante toda a vigência da ata de registro de preço, as mesmas condições de habilitação, especialmente quanto à regularidade com FGTS e INSS;

6.13 - O atraso na entrega dos produtos caberá penalidades e sanções previstas no Art. 12 da Presente Ata;

6.14 - A Contratada deverá manter local adequado e apropriado para o abastecimento, e reservatórios adequados e apropriados de acordo com as normas da ANP (Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis), DNC (Departamento Nacional de Combustíveis) e INMETRO (Instituto Nacional de Metrologia, Qualidade e Tecnologia).

7 - DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

7.1 - Convocar a licitante vencedora para a retirada da Ordem de Entrega dos itens licitados;

7.2 - Fornecer à empresa a ser contratada todas as informações e esclarecimentos que venham a ser solicitados relativamente ao objeto deste Edital;

7.3 - Efetuar o pagamento à empresa nas condições estabelecidas neste Edital;

7.4 - Notificar por escrito, à empresa contratada, toda e qualquer irregularidade constatada durante o recebimento do objeto;

7.5 -Nenhum pagamento será efetuado à empresa detentora do registro, enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação. Esse fato não será gerador de direito reajustamento de preços ou a atualização monetária.

7.6 - Não haverá, sob hipótese alguma, pagamento antecipado.

8 - DO PAGAMENTO

8.1 - Os pagamentos serão efetuados em até 15 (quinze) dias após a entrega do produtos bem como apresentação das notas fiscais eletrônicas em conformidade ao Protocolo ICMS Nº. 85, DE 09 DE JULHO DE 2010, devidamente atestada pela Secretaria responsável;

Os dados bancários para pagamento são:

Banco do Brasil Ag. 1216-5 Conta corrente nº 65430-2 em nome de

MARIA JOSÉ DOS REIS NETO EPP

8.2 - O Contratado deverá indicar no corpo da Nota Fiscal/fatura, descrição do item fornecido, de acordo com o especificado na Ordem de Entrega.

8.3 - Caso constatado alguma irregularidade nas notas fiscais/faturas, estas serão devolvidas ao fornecedor, para as necessárias correções, com as informações que motivaram sua rejeição, sendo o pagamento realizado após a reapresentação das notas fiscais/faturas.

8.4 - Nenhum pagamento isentará o FORNECEDOR/CONTRATADO das suas responsabilidades e obrigações, nem implicará aceitação definitiva do produto.

8.5 - O Contratante **não** efetuará pagamento de título descontado, ou por meio de **cobrança em banco, bem como, os que forem negociados com terceiros por intermédio da operação de "factoring**";

8.6 - As despesas bancárias decorrentes de transferência de valores para outras praças serão de responsabilidade do Contratado.

9 - DO REAJUSTAMENTO DE PREÇOS

9.1 - Os preços registrados manter-se-ão inalterados pelo período de vigência da presente Ata, admitida a revisão no caso de desequilíbrio da equação econômico-financeira inicial deste instrumento a partir de determinação municipal, cabendo-lhe no máximo o repasse do percentual determinado.

9.2 - Os preços registrados que sofrerem revisão não poderão ultrapassar os preços praticados no mercado, mantendo-se a diferença percentual apurada entre o valor originalmente constante da proposta e aquele vigente no mercado à época do registro.

9.3 - Caso o preço registrado seja superior à média dos preços de mercado, a Prefeiturasolicitará ao fornecedor/consignatária, mediante correspondência, redução do preço registrado, de forma a adequá-lo a definição do parágrafo único.

9.4 - Fracassada a negociação com o primeiro colocado a Prefeiturapoderá rescindir esta ata e convocar, nos termos da legislação vigente, e pelo preço da 1ª (primeira), as demais empresas com preços registrados, cabendo rescisão desta ata de registro de preços e nova licitação em caso de fracasso na negociação.

9.5 - Será considerado compatíveis com os de mercado os preços registrados que forem iguais ou inferiores à média daqueles apurados pela Prefeitura.

9.6 – Poderão ocorrer mediante termo aditivo, onde a contratada ou contratado fica obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou suspensões que se fizerem na prestação dos produtos, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado da ata de registro de preço, nos termos do artigo 65, parágrafo 1º da lei nº 8.666/93 e alterações posteriores.

9.7 - Os preços serão revisados e reajustados de acordo com as variações determinadas pela política de preços dos combustíveis, mediante comprovação oficial por parte da Contratada.

10 - DO CANCELAMENTO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS.

10.1 - A presente Ata de Registro de Preços poderá ser cancelada de pleno direito, nas seguintes situações:

a) Quando o fornecedor/consignatária não cumprir as obrigações constantes no Edital e desta Ata de Registro de Preços;

b) Quando o fornecedor/consignatária der causa a rescisão administrativa da Nota de Empenho decorrente deste Registro de Preços, nas hipóteses previstas nos incisos de I a XII, XVII e XVIII do art. 78 da Lei 8.666/93;

c) Em quaisquer hipóteses de inexecução total ou parcial da requisição/pedido dos produtos decorrente deste Registro;

d) Os preços registrados se apresentarem superiores aos praticados no mercado;

e) Por razões de interesse público devidamente demonstradas e justificadas;

f) Descumprir qualquer dos itens da cláusula sexta ou sétima.

10.2 - Ocorrendo cancelamento do preço registrado, o Fornecedor será informado por correspondência, a qual será juntada ao processo administrativo da presente Ata.

10.3 - No caso de ser ignorado, incerto ou inacessível o endereço do Fornecedor, a comunicação será feita por publicação no Jornal Oficial dos Municípios (AMM), considerando-se cancelado o preço registrado a partir da última publicação.

10.4 - A solicitação do Fornecedor para cancelamento dos preços registrados poderá não ser aceita pela Prefeitura, facultando-se a esta neste caso, a aplicação das penalidades previstas neste Edital.

10.5 - Havendo o cancelamento do preço registrado, cessarão todas as atividades do FORNECEDOR, relativas ao produto do Item.

10.6 - Caso a Prefeitura não se utilize da prerrogativa de cancelar esta Ata, a seu exclusivo critério, poderá suspender a sua execução e/ou sustar o pagamento das faturas, até que o FORNECEDOR cumpra integralmente a condição contratual infringida.

10.7 - A Ata de Registro de Preços, será cancelada automaticamente nas seguintes hipóteses:

a) Por decurso de prazo de vigência;

b) Pelo esgotamento das quantidades registradas.

10.8 - A inexecução total ou parcial do contrato enseja a sua rescisão, com as conseqüências contratuais e as previstas em lei ou regulamento, conforme art. 77 da lei 8666/93.

11 - DAS INCIDÊNCIAS FISCAIS, ENCARGOS, SEGUROS, ETC.

11.1 - Os preços apresentados na proposta devem incluir todos os custos e despesas, tais como: custos diretos e indiretos, tributos incidentes, taxa de administração, serviços, encargos sociais, trabalhistas, seguros, treinamento, lucro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto desta Ata de Registro de Preços.

12 - DAS PENALIDADES

12.1 - Ficará impedido de licitar e contratar com o município, pelo prazo de até 5 (cinco) anos, sem prejuízo das multas previstas neste termo de referência e das demais penalidades legais, aquele que:

12.1.1 - Cometer fraude fiscal;

12.1.2 - Apresentar documento falso;

12.1.3 - Fizer declaração falsa;

12.1.4 - Comportar-se de modo inidôneo;

12.1.5 - Não assinar a Ata de Registro de Preços ou Contrato no prazo estabelecido;

12.1.6 - Deixar de entregar a documentação exigida no certame;

12.1.7 - Não mantiver a proposta.

12.2 - O atraso injustificado no atendimento ao objeto sujeitará a empresa, a juízo da Administração, à multa moratória de 0,5% (meio por cento) por dia de atraso, até o limite de 10% (dez por cento), conforme determina o artigo 86, da Lei nº 8666/93;

12.2.1 - A multa prevista neste item será descontada dos créditos que a contratada possuir com a Prefeitura Municipal de Matupá - MT, e poderá cumular com as demais sanções administrativas, inclusive com a multa prevista no item 6.9. b;

12.3 - Ocorrendo a inexecução total ou parcial, atrasos no fornecimento dos produtos, a Administração poderá aplicar à vencedora, as seguintes sanções administrativas previstas no artigo 87 da Lei n. 8.666/93:

a) Advertência por escrito;

b) Ao licitante que não cumprir as obrigações assumidas ou preceitos legais, serão aplicadas multa de 0,5% (meio por cento) sobre o atraso de entrega dos produtos, e até o limite de 10% (dez por cento) sobre o valor do contrato no caso de rescisão por culpa do fornecedor;

c) Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Prefeitura Municipal de Matupá - MT, por prazo não superior a 02 (dois) anos, sendo que em caso de inexecução total, sem justificativa aceita, será aplicado o limite máximo temporal previsto para a penalidade de 02 (dois) anos conforme prevê o inciso III do artigo 87 da Lei Federal 8.666/93 atualizada pela Lei nº 8.883/94;

d) Declaração de inidoneidade para licitar junto à Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição, ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, de acordo com o inciso IV do artigo 87 da Lei n. 8.666/93, c/c artigo 7º da Lei n. 10.520/2002.

e) Ficará impedido de licitar e de contratar com a União e Município e será descredenciado no Sicaf, pelo prazo de até cinco anos, sem prejuízo das multas previstas em edital e no contrato e das demais cominações legais, garantido o direito à ampla defesa, o licitante que, convocado dentro do prazo de validade de sua proposta:

e. 1 - apresentar documentação falsa;

e.2 - causar o atraso na execução do objeto;

e.3 - não mantiver a proposta;

e.4 - falhar na execução do contrato;

e.5 - fraudar a execução do contrato;

e.6 - comportar-se de modo inidôneo;

e.7 - declarar informações falsas; e

e.8 - cometer fraude fiscal.

f) - O cancelamento da execução terá lugar de pleno direito independente de notificação ou interpelação judicial ou extrajudicial quando a empresa adjudicatória:

f.1 – Falir, entrar em concordata, concurso de credores, dissolução ou liquidação;

f.2 – Transferir, no todo ou parte, as obrigações decorrentes desta licitação, sem prévia anuência do Governo deste Município;

12.4 - Se a Fornecedora não proceder ao recolhimento da multa no prazo de 05 (cinco) dias úteis contados da intimação por parte da Prefeitura Municipal de Matupá - MT, o respectivo valor será descontado dos créditos que a contratada possuir com esta Prefeitura e, se estes não forem suficientes, o valor que sobejar será encaminhado para execução pela Procuradoria Municipal;

12.4.1 - Em se tratando de adjudicatária que não comparecer para retirada da Ordem de Fornecimento dos Itens, o valor da multa não recolhida será encaminhado para execução pela Procuradoria Municipal;

12.5 - Do ato que aplicar a penalidade caberá recurso, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, a contar da ciência da intimação, podendo a Administração reconsiderar sua decisão ou nesse prazo encaminhá-lo devidamente informado para a apreciação e decisão superior, dentro do mesmo prazo;

12.6 - Serão publicadas no Diário Oficial do Estado de Mato Grosso as sanções administrativas previstas no item 12.3, c, d, desta Ata de Registro de Preços, inclusive a reabilitação perante a Administração Pública.

13 – DO RECEBIMENTO DOS PRODUTOS

13.1 - Serão entregue produtos, de acordo com os critérios dos órgãos responsáveis pela fiscalização.

13.2 - Recebimento Dos Serviços/Produtos:

13.2.1 – A entrega dos serviços/produtos serão acompanhados pelos fiscais diariamente, recebidos e aceitos quando executados totalmente e de boa qualidade.

13.2.2 - Observado o disposto no artigo 67 da Lei Federal n. 8.666/93, o acompanhamento e a fiscalização da prestação dos serviços/entrega dos produtos será realizada por funcionários nomeados pelas Secretarias;

13.2.3 - O Município de Matupá/MT reserva-se o direito de não receber o objeto com atraso ou em desacordo com as especificações e condições constantes deste edital e seus anexos, podendo aplicar as penalidades e sanções previstas ou rescindir o registro e aplicar o disposto no art. 24, inciso XI, da Lei Federal n. 8.666/93.

14 - DOS ILÍCITOS PENAIS

14.1 - As infrações penais tipificadas na Lei 8.666/93 serão objeto de processo judicial na forma legalmente prevista, sem prejuízo das demais cominações aplicáveis.

15 - DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

15.1 - As despesas decorrentes das contratações oriundas da presente Ata de Registro de Preços, correrão à conta de dotação orçamentária citada abaixo, ou das demais que possam vir a aderir a presente ata e serão oriundas de Recursos Próprios do Município, do Estado de Mato Grosso e Federal:

CÓDIGO GERAL: 02.001.04.122.0033.20094 - MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DO GABINETE DO PREFEITO – 3390.30.000 – MATERIAL DE CONSUMO

CÓDIGO GERAL: 03.001.04.122.0024.20078 - MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DA SECRETARIA DE PLANEJAMENTO – 3390.30.000 – MATERIAL DE CONSUMO

CÓDIGO GERAL: 04.001.04.122.0026.20076 - MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DA SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO – 3390.30.000 – MATERIAL DE CONSUMO

CÓDIGO GERAL: 05.001.04.123.0036.2.0110 - MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DA SECRETARIA DE FINANÇAS – 3390.30.000 – MATERIAL DE CONSUMO

CÓDIGO GERAL: 06.001.20.122.0021.20002 - MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DA SECRETARIA DE AGRICULTURA - 3390.30.000 – MATERIAL DE CONSUMO

CÓDIGO GERAL: 07.005.27.812.0047.20128 – MANUTENÇÃO DO DEPARTAMENTO DE ESPORTE – 3390.30.000 – MATERIAL DE CONSUMO

CÓDIGO GERAL: 07.001.12.122.0029.20086 – MANUTENÇÃO E ENCARGOS DA SECRETARIA DE EDUCAÇÃO – 3390.30.000 – MATERIAL DE CONSUMO

CÓDIGO GERAL: 07.002.12.361.0015.2.0020 – MANUTENÇÃO DAS ESCOLAS DA REDE MUNICIPAL DE ENSINO FUNDAMENTAL – 3390.30.000 – MATERIAL DE CONSUMO

CÓDIGO GERAL: 07.002.12.365.0018.2.0028 – MANUTENÇÃO DAS ESCOLAS DA REDE MUNICIPAL DE ENSINO INFANTIL - PRÉ-ESCOLAS – 3390.30.000 – MATERIAL DE CONSUMO

CÓDIGO GERAL: 07.002.12.361.0015.10045 – AQUISIÇÃO DE MATERIAL PERMANENTE – 4490.52.000 – MATERIAL PERMANENTE

CÓDIGO GERAL: 07.002.12.365.0018.2.0029 – MANUTENÇÃO DAS ESCOLAS DA REDE MUNICIPAL DE ENSINO INFANTIL - CMEIS – 3390.30.000 – MATERIAL DE CONSUMO

CÓDIGO GERAL: 08.002.10.302.0013.2.0048 – MANUTENÇÃO DO LABORATORIO MUNICIPAL – 3390.30.000 – MATERIAL DE CONSUMO

CÓDIGO GERAL: 08.002.10.302.0014.2.0046 – MANUTENÇÃO DO CRDO – 3390.30.000 – MATERIAL DE CONSUMO

CÓDIGO GERAL: 08.002.10.303.0040.2.0101 – MANUTENÇÃO DA ASSISTENCIA FARMACÊUTICA BÁSICA – 3390.30.000 – MATERIAL DE CONSUMO

CÓDIGO GERAL: 08.002.10.122.0039.20115 – MANUTENÇÃO DO COMPLEXO REGULADOR MUNICIPAL - CRM – 3390.30.000 – MATERIAL DE CONSUMO

CÓDIGO GERAL: 08.002.10.122.0038.20098 – MANUTENÇÃO DA UNIDADE ADMINISTRATIVA – 3390.30.000 – MATERIAL DE CONSUMO

CÓDIGO GERAL: 08.002.10.302.0013.20047 – MANUTENÇÃO DO HOSPITAL MUNICIPAL – 3390.30.000 – MATERIAL DE CONSUMO

CÓDIGO GERAL: 08.002.10.301.0012.20050 – MANUTENÇÃO DAS UNIDADES BÁSICAS DE SAÚDE - SAÚDE DA FAMÍLIA – 3390.30.000 – MATERIAL DE CONSUMO

CÓDIGO GERAL: 08.002.10.305.0041.2.0103 – MANUTENÇÃO VIGILÂNCIA EPIDEMIOLOGICA E AMBIENTAL – 3390.30.000 – MATERIAL DE CONSUMO

CÓDIGO GERAL: 08.002.10.302.0013.1.0076 – – AQUISIÇÃO DE MATERIAL PERMANENTE – 4490.52.000 – MATERIAL PERMANENTE

CÓDIGO GERAL: 09.001.08.122.0008.20065 – MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DA SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL – 3390.30.000 – MATERIAL DE CONSUMO

CÓDIGO GERAL: 09.001.08.122.0008.20065 – MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DA SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL – 4490.52.000 – MATERIAL PERMANENTE

CÓDIGO GERAL: 09.002.08.244.0028.10111 – AQUISIÇÃO DE MATERIAL PERMANENTE – 4490.52.000 – MATERIAL PERMANENTE

CÓDIGO GERAL: 09.002.08.244.0007.20063 – MANUTENÇÃO IGD PBF – 4490.52.000 – MATERIAL PERMANENTE

CÓDIGO GERAL: 09.002.08.244.0007.20063 – MANUTENÇÃO IGD PBF – 3390.30.000 – MATERIAL DE CONSUMO

CÓDIGO GERAL: 09.002.08.244.0005.20054 – MANUTENCAO DO CREAS/PAEFI – 3390.30.000 – MATERIAL DE CONSUMO

CÓDIGO GERAL: 09.002.08.244.0028.20083 – MANUTENÇÃO DO CRAS/PAIF – 3390.30.000 – MATERIAL DE CONSUMO

CÓDIGO GERAL: 09.002.08.244.0028.20082 – MANUTENÇÃO DO SCFV - SERVIÇO DE CONVIVENCIA E FORTALECIMENTO DE VINCULOS – 3390.30.000 – MATERIAL DE CONSUMO

CÓDIGO GERAL: 09.002.08.243.0010.20071 – MANUTENÇÃO DO CONSELHO TUTELAR – 3390.30.000 – MATERIAL DE CONSUMO

CÓDIGO GERAL: 09.002.08.244.0005.20055 – MANUTENÇÃO DA CASA LAR – 3390.30.000 – MATERIAL DE CONSUMO

CÓDIGO GERAL: 09.002.08.244.0006.2.0057 – MANUTENÇÃO DA PROTEÇÃO SOCIAL BASICA – 3390.30.000 – MATERIAL DE CONSUMO

CÓDIGO GERAL: 09.002.08.244.0006.2.0058 – MANUTENÇÃO DA PROTEÇÃO SOCIAL ESPECIAL – 3390.30.000 – MATERIAL DE CONSUMO

CÓDIGO GERAL: 10.001.04.122.0004.20015 – MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DE SECRETARIA DE OBRAS, URBANISMO E TRANSPORTE – 3390.30.000 – MATERIAL DE CONSUMO

CÓDIGO GERAL: 15.001.13.812.0017.20137 – MANUTENÇÃO DA SECRETARIA DE INDUSTRIA, COMÉRCIO, TURISMO, CULTURA E LAZER – 3390.30.000 – MATERIAL DE CONSUMO

16 - DO FISCAL DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO

16-1 – Foi Designado através de Portaria os servidores abaixo para assistir e subsidiar o gestor da ata de registro de preço indicado na epígrafe.

Secretaria	Servidor	Portaria
Secretaria de Administração e Gabinete do Prefeito	Cristiane Machado Romeiro	7075/2018
Secretaria Municipal de Finanças	Simone dos Santos	3011/2013
Secretaria Municipal de Assistência Social	Cynthia Passos Carvalho Ximenes	7451/2018
Secretaria Municipal de Assistência Social - CREAS	Graziela da Rocha Ribeiro Martins	4053/2014
Secretaria Municipal de Assistência Social	Maurina Marques da Silva	7201/2018
Secretaria Municipal de Assistência Social - SCVF	Leandro Ricardo Marilhano	8939/2021
Secretaria Municipal de Saúde - CAF	Isabelly de Oliveira Coelho da Silva e Gabriela Pereira do Santos	8549/2020
Secretaria Municipal de Educação	Elaine Rocha Tussi	8304/2020
Secretaria Municipal de Agricultura	Marcia da Silva Andrelevicius Kuranishi	7202/2018
Secretaria Municipal de Saúde - Hospital	Janara de Souza Soares Tussi	7200/2018
Secretaria Municipal de Saúde - CRM	Cleneci de Fátima da Silva Ferreira	6400/2017
Secretaria Municipal de Saúde - Vigilância	Francisco Carlos Vieira	6579/2017
Secretaria Municipal de Saúde - Laboratório	Mariza Rafaela Baptista da Silva	7734/2019
Secretaria Municipal de Saúde – Hospital	Janice Kerber	2340/2013
Secretaria Municipal de Saúde - CRDO	Rita de Cássia Andrade	2718/2013
Secretaria Municipal de Saúde/Farmacia	Fernanda Rodrigues de Lima Martins	8548/2020

16.2 - Nos termos do art. 67 Lei nº 8.666, de 1993, será designado representante para acompanhar e fiscalizar a entrega dos produtos/serviços, anotando em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução e determinando o que for necessário à regularização de falhas ou defeitos observados.

16.3 - A fiscalização de que trata este item não exclui nem reduz a responsabilidade da Contratada, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas ou vícios redibitórios, e, na ocorrência desta, não implica em corresponsabilidade da Administração ou de seus agentes e prepostos, de conformidade com o art. 70 da Lei nº 8.666, de 1993.

16.4 - O representante da Administração anotará em registro próprio todas as ocorrências

relacionadas com a execução da ata, indicando dia, mês e ano, bem como o nome dos funcionários eventualmente envolvidos, determinando o que for necessário à regularização das falhas ou defeitos observados e encaminhando os apontamentos à autoridade competente para as providências cabíveis.

17 - DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

17.1 - As partes ficam, ainda, adstritas às seguintes disposições:

I - Todas as alterações que se fizerem necessárias serão registradas por intermédio de lavratura de termo aditivo à presente ata de Registro de Preços.

II - Vinculam-se a esta Ata, para fins de análise técnica, jurídica e decisão superior o Edital de **Pregão Eletrônico nº. 06/2021** e seus anexos e as propostas das classificadas.

III - É vedado caucionar ou utilizar da ata de registro de preço decorrente do presente registro para qualquer operação financeira, sem prévia e expressa autorização da **Prefeitura**.

18 - DO FORO

Aplica-se a Ata de Registro de Preço e dos casos omissos as disposições estabelecidas na lei 8666/1993 e suas alterações.

As partes contratantes elegem o foro de Matupá - MT como competente para dirimir quaisquer questões oriundas do presente instrumento, inclusive os casos omissos, que não puderem ser resolvidos pela via administrativa, renunciando a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

E por estarem de acordo, as partes firmam o presente instrumento, em 02 (duas) vias de igual teor e forma para um só efeito legal, ficando uma via arquivada na sede da **CONTRATANTE**, na forma do art. 60 da Lei 8 666 de 21/06/93.

Matupá - MT, 23 de fevereiro de 2021.

_____

Município de Matupá

FERNANDO ZAFONATO

Contratante

MARIA JOSÉ DOS REIS NETO EPP

CNPJ sob o nº 10.226.940/0001-57

MARIA JOSÉ DOS REIS NETO

CPF nº 320.455.901-78

Contratada

PREFEITURA MUNICIPAL DE MIRASSOL D´OESTE

PREFEITURA DE MIRASSOL D'OESTE/MIRASSOL PREVI
EDITAL Nº 003/2021

EDITAL nº 003/2021

RELAÇÃO DE INSCRITOS PARA ELEIÇÃO DE REPRESENTANTES DOS SEGURADOS NO CONSELHO PREVIDENCIÁRIO DO REGIME PROPRIO DE PREVIDÊNCIA – MIRASSOL PREVI

A Comissão Eleitoral nomeada por meio da Portaria nº 003/2021, através da sua presidente informa a todos os servidores Públicos Municipais da Prefeitura, Câmara e SAEMI, os candidatos para a eleição que definirá os representantes dos segurados no Conselho Previdenciário do MIRASSOL PREVI.

1. Os inscritos para a eleição dos representantes dos segurados no Conselho Previdenciário do MIRASSOL PREVI foram (em ordem alfabética): a) Alenízio de Souza Gomes b) Ana Maria de Jesus Pires c) Fatima Borghi Martins d) Juvêncio Ribeiro Nunes Júnior e) Lázaro Lucas de Souza f) Regina Lopes Marques Tomicha g) Valmir Ribeiro da Silva 2. Conforme estabelecido no Edital de Abertura, a Eleição será realizada na Sede do Sindicato dos Servidores Públicos Municipais – SISPUMO no dia **03 de março de 2021 das 07:30 as 12 horas**. 3. A eleição será realizada através de Cédula contendo os nomes dos candidatos que deverá ser depositada em uma urna previamente lacrada. 4. A apuração dos votos será realizada no dia 03 de março de 2021 a partir das 12 horas na sede do Sindicato dos Servidores Públicos Municipais – SISPUMO. 5. A definição da posição dos membros representantes dos segurados será feita de forma decrescente, os 04 (quatro) mais votados ocuparão a posição de titulares e nesta sequência os 03 (três) suplentes. 6. Os casos omissos serão resolvidos pela Comissão.

Mirassol D'Oeste – MT, 23 de fevereiro de 2021.

Marli Andromede Ferreira

Presidente

COORDENADORIA ADMINISTRATIVA
DECRETO

DECRETO Nº 3.930 DE 23 DE FEVEREIRO DE 2021.

DISPÕE SOBRE A JUSTIFICATIVA E AUTORIZAÇÃO PARA REALIZAÇÃO DE PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO DE SELEÇÃO DE TÍTULOS, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

HÉCTOR ALVARES BEZERRA, Prefeito do município de Mirassol D' Oeste, Estado de Mato Grosso, **com fulcro no Artigo 152, Inciso VII da Lei Orgânica do Município; Art. 37 da Constituição Federal, Inciso IX; Lei nº 1.638/2020; Lei Complementar nº 087/2009 e,** em atendimento às exigências contidas no Manual de Remessa de Documentos ao Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso e ainda,

Considerando a suspensão do andamento do Concurso Público nº 001/2020;

Considerando que não há candidatos classificados no Processo Seletivo nº 001/2019 para convocação;

Considerando que no ano de 2020 foi constituída comissão para realização de processo seletivo, porém, o processo foi paralisado devido a Pandemia do COVID-19 e, portanto não houve a contratação de Professor de Matemática;

Considerando que permanece a situação de Pandemia em decorrência da Infecção Humana pelo novo coronavírus (COVID-19), devendo a Administração Municipal adotar providências no sentido de evitar aglomerações como forma de prevenção ao contágio;

Considerando o início do ano letivo previsto para Março/2021, e a autorização contida na Lei nº 1.638/2020 para a devida contratação;

R E S O L V E

Art. 1º - AUTORIZAR a abertura de Processo Seletivo Simplificado, composto de etapa única por meio da análise de títulos e demais disposições contidas em edital, para preenchimento de vaga e obtenção de cadastro de reserva, objetivando a admissão de pessoal de caráter temporário, autorizado pela Lei nº 1.638/2020, conforme cargo constante do quadro abaixo:

CARGO	QTDE	VENCIMENTO R$
Professor 30h (área de matemática)	01	3.414,87

Art. 2º - DELEGAR competência à Secretaria de Educação, Cultura, Esportes e Lazer, para organizar e realizar o processo seletivo, através da comissão nomeada pela Portaria nº 132, de 23 de fevereiro de 2021.

Art. 3º - Em atenção aos princípios da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência, todo PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO será planejado, organizado e realizado sob a responsabilidade da COMISSÃO TÉCNICA ORGANIZADORA, competindo-lhes a elaboração de editais com análise, seleção e classificação, com apresentação de resultados; responder a recursos se houver e, demais normas vigentes, obedecendo os ordenamentos legais.

Art. 4º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito, Paço Municipal "Miguel Botelho de Carvalho", em 23 de fevereiro de 2021.

HÉCTOR ALVARES BEZERRA

Prefeito

SAEMI - SERVIÇO AUTÔNOMO DE ÁGUA E ESGOTO
AVISO DE LICITAÇÃO

AVISO DE LICITAÇÃO

Edital de Pregão Eletrônico n° 003/2021 - SERVIÇO AUT. DE AGUA E ESGOTO DE MIRASSOL D OESTE – SAEMI. AVISO DE LICITAÇÃO – EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO **N°003/2021** "registro de preços" **Tipo de Licitação**: Menor Preço ITEM. MODALIDADE: "REGISTRO DE PREÇOS" **OBJETO**: **REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO DE LUBRIFICANTES PARA A FROTA DE VEÍCULOS.No dia 08/03/2021**

até as 09h00 HORAS (HORÁRIO DE BRASILIA). **LOCAL**: **www.licitanet.com.br**.**EDITAL DISPONIVEL**: **http://www.saemi.net.br/ www.licitanet.com.br. INFORMAÇÕES:** DEPART. ADM DO SAEMI, sito á Rua Ricardo Druzian Galo, n° 161, Bairro: Mirassol II, email: saemi_mirassol@hotmail.com. **OBSERVAÇÃO: AS PROPOSTAS DEVERÃO SER ENTREGUES COM OS ITENS EM ORDEM. PREGOEIRA**: **VANESSA GONÇALVES RIBEIRO**. Portaria 019/2021. **TULIO CEZAR GUIMARÃES– DIRETOR DO SAEMI – Mirassol D' Oeste - MT, 23 DE FEVEREIRO DE 2021.**

PREFEITURA DE MIRASSOL D'OESTE/RECURSOS HUMANOS
PORTARIA N. 131/2021

PORTARIA N. 131 23 DE FEVEREIRO DE 2021.

CONCEDE FÉRIAS PARA SERVIDOR QUE ESPECIFICA E DA OUTRAS PROVIDENCIAS.

O Secretário de Administração e Planejamento da Prefeitura Municipal de Mirassol D'Oeste, Estado de Mato Grosso, no uso e gozo de suas legais atribuições,

RESOLVE

Artigo 1º – Conceder **FÉRIAS** para a servidora **CELIA DO PRADO DE OLIVEIRA**, bem como a conversão de 1/3 em abono pecuniário, lotada na Secretaria de Educação, Esporte, Lazer e Cultura, no cargo de **AUXILIAR ADMINISTRATIVO,** referente ao período 23/09/2018 a 22/09/2019, conforme requerimento protocolado 721/2021, para gozo de 20 (vinte) dias a partir de 10/03/2021.

Artigo 2º –Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Artigo 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

Gabinete do Secretario de Administração Planejamento de Mirassol D'Oeste, Estado de Mato Grosso, "Paço Municipal Miguel Botelho de Carvalho" em 23 de fevereiro de 2021.

JEFFER KLEBER DE OLIVEIRA

Sec. Mun. de Adm. Planej.

JKO/vl

COORDENADORIA ADMINISTRATIVA
PORTARIA

PORTARIA Nº 132 DE 23 DE FEVEREIRO DE 2021.

NOMEIA COMISSÃO TÉCNICA ORGANIZADORA PARA REALIZAÇÃO DE PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO DE TÍTULOS, AUTORIZADO PELA LEI Nº 1.638/2020, PARA SUPRIR A DEMANDA DA SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, CULTURA ESPORTES E LAZER, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

HÉCTOR ALVARES BEZERRA, Prefeito do Município de Mirassol D´Oeste, Estado de Mato Grosso, usando das atribuições que lhes são conferidas pela Lei Complementar nº 087/2009, pela Lei Orgânica Municipal e, considerando os princípios da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência,

RESOLVE:

Artigo 1º - Nomear Comissão Técnica Organizadora para realização de PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO DE SELEÇÃO DE TITULOS para contratação de Professor 30h (área de matemática), devidamente autorizado na Lei nº 1638/2020, conforme constituição abaixo:

PRESIDENTE:

MASTERSON FELIPE DA SILVA - Matrícula/Registro nº 4763/0591

MEMBROS:

DORIVAL GOMES DA SILVA – Matrícula/Registro nº 1070/0048

JUDITH MIRIAN DE OLIVEIRA MARTINS - Matrícula/Registro nº 4632/1184

MARIFRANCIS GONSAGA SILVA - Matrícula/Registro nº 5345/1117

Artigo 2º - Em atenção aos princípios da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência, todo PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO será planejado, organizado e realizado sob a responsabilidade da COMISSÃO TÉCNICA ORGANIZADORA, competindo-lhes a elaboração de editais com análise, seleção e classificação, com apresentação de resultados; responder a recursos se houver e, demais normas vigentes para realização de PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO, obedecendo os ordenamentos legais e as exigências do Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso.

§ 1º - Caso seja necessário, a comissão poderá solicitar junto ao Executivo Municipal, recursos necessários para dar cobertura às despesas relativas ao processo, bem como, a assessoria de órgão especializado para o bom desempenho de suas atribuições.

§ 2º - A Comissão, para o desempenho de suas atribuições, poderá requisitar servidores, bem como fica autorizada a requerer das unidades e ou órgãos da administração municipal informações e/ou documentos que forem julgados necessários.

Artigo 3º - O Processo Seletivo reger-se á por disposições especificas do Edital, cabendo à Comissão decidir sobre os casos eventualmente omissos.

Artigo 4º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário, especial a Portaria nº 559/2020.

Gabinete do Prefeito do Município de Mirassol D´Oeste, Paço Municipal Miguel Botelho de Carvalho, em 23 de fevereiro de 2021.

HÉCTOR ALVARES BEZERRA

Prefeito

COORDENADORIA ADMINISTRATIVA
NOTIFICAÇÃO

Notificação extrajudicial

O MUNICIPIO DE MIRASSOL D'OESTE – MT, pessoa jurídica de direito publico, com sede a Rua Antonio Tavares, nº 3.310, Centro, nesta cidade e comarca de Mirassol d'Oeste, vem

Notificar

A empresa **D. LUIS BARRETO EIRELLI ME,** CNPJ nº 05.038.909/0001-52 localizada na Rua Bolívia, nº93-N, jardim são Paulo, fone 065 3332-1013/9998-8340 CEP 78.370-000 EM NOVA OLIMPIA – MT, representado neste ato pelo seu proprietário, Sr. Durval Luis Barreto, brasileiro, portador de cédula de identidade nº 901.782 SSP/AL e CPF Nº 677.033.724-04 residente na cidade da empresa.

A empresa supracitada participou da tomada de preço nº 1/2016 para execução de reforma interna do paço municipal, em conformidade com aas especificações e projetos anexos ao edital, sob a forma de empreitada global de acordo com os elementos discriminatórios na presente tomada de preço.

Conforme noticiado através de C.I 057/2021/engenharia/PMMO fica notificado à empresa em sanar as seguintes irregularidades:

Sanar as patologias de fissuras e trincas apresentadas em determinadas dependência do edifício.

Fica notificado para inicio do reparo 15(quinze) dias apos o recebimento desta notificação.

Não sendo acatadas as características corretas o município procedera de forma prevista no item 17.0 e seguintes do edital:

17.1. Quem não mantiver a proposta, falhar ou fraudar na execução do contrato (inadimplência total ou parcial das obrigações assumidas), comporta-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal, ficara suspenso de licitar e contratar como município de Mirassol d'Oeste – MT, pelo prazo de 2 (dois) anos, sem prejuízo da aplicação de multas, conforme abaixo, nesta hipótese poderá o município de Mirassol d'Oeste – MT rescindir unilateralmente o contrato.

17.2. Independentemente do disposto no item 17.1, acima poderá também o município de Mirassol d'Oeste – MT, pelo inadimplemento total ou parcial, por culpa do contratado, aplicar multa irredutível de 10% (dez por cento) acrescida de 1% (um por cento) de juros de mora ao mês, sobre o valor total do contrato. Caso esta multa, tenha que ser cobrada em juízo, ao montante se acrescera mais 20% (vinte por cento) a titulo de honorários advocatícios. Parágrafo único: esta multa será cobrada ao mês proporcional aos dias de atraso.

Para a aplicação das penalidades aqui previstas, a licitante será notificada para apresentação de defesa previa, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, contados da notificação.

Dessa forma, fica a empresa notificada a sanar as patologias de fissuras e trancas apresentadas em determinadas dependência do edifício sob pena de sofrer as sanções administrativas previstas no edital 01/2016 e penalidades previstas na lei nº 8.666/1993, sem prejuízo de interposição das medidas judiciais para ressarcimento de eventuais prejuízos e cobrança de multa contratual pelo seu descumprimento, no prazo Maximo de 5 (cinco) dias úteis, a contar do recebimento desta.

Mirassol d'Oeste – MT, 19 de janeiro de 2021

Iuri Seror Cuiabano

PGM – Procuradoria Geraldo Município

OAB-MT 10.838

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOBRES

LICITAÇÃO
RATIFICAÇÃO DE DISPENSA

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOBRES

RATIFICAÇÃO DA DISPENSA Nº 001/2021

Modalidade: DISPENSA nº 01/2021, **Interessada**: Prefeitura Municipal de Nobres – MT. **Objeto**: **PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE OPERAÇÃO E MANUTENÇÃO NO SISTEMA DE DISTRIBUIÇÃO DE AGUA NA VILA BOM JARDIM E DISTRITO DA COQUEIRAL, ZONA RURAL DO MUNICIPIO DE NOBRES/MT. Favorecido*:* ELENIL NOBRES DA SILVA 63124459172**, CNPJ n° 21.643.944/0001-57. **Valor Global**: 15.480,00 **(quinze mil quatrocentos e oitenta reais).Fundamento Legal:** Artigo 24, Inciso II da Lei 8666/93. Ratificamos a Dispensa de licitação nº 001/2021, em consonância com o parecer jurídico n° 006/2021.

Nobres, 23 de Fevereiro de 2021.

Micael Miqueias Calisto

Presidente da CPL

ADMINISTRAÇÃO
DECRETO N.º 018 /2021

"Dispõe sobre a PROGRESSÃO DE NÍVEL da servidora Pública Municipal efetiva, conforme dispõe a Lei 1.197/2011".

O Prefeito Municipal de Nobres, Estado de Mato Grosso, Sr. **LEOCIR HANEL**, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, e

Considerando o Art. 48. Da Lei Municipal n.º 1.197/2011, que revela que o profissional da Educação Básica terá direito a progressão funcional, de um nível para outro, desde que aprovado em processo contínuo específico de avaliação processual realizado, obrigatoriamente a cada cinco anos.

Considerando o inciso 3º, decorrido o prazo previsto no caput e não havendo processo de avaliação, a progressão funcional dar-se-á automaticamente:

Art. 1º Resolve conceder a progressão de nível conforme quadro abaixo.

SERVIDORA	NÍVEL ATUAL	PROGRESSÃO
EDILENE DA Silva Campos Rodrigues	C/2	C/3

ART. 2º Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a partir 01/02/2021, revogando-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Nobres/MT, em 12 de janeiro de 2021.

LEOCIR HANEL

Prefeito Municipal

ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº. 293/2021

Dispõe sobre a contratação de pessoal por tempo determinado para as unidades escolares da Rede do Municipal de Ensino de Nobres-MT para o ano letivo de 2021, e dá outras providências.

O Prefeito do Município de Nobres, Estado de Mato Grosso, Sr. **LEOCIR HANEL**, no uso das atribuições legais lhe conferida pela Lei Orgânica Municipal, e

Considerando a necessidade de garantir o cumprimento do disposto no Edital do Processo Seletivo Simplificado nº. 01/2020 e Lei Municipal nº. 1. 197/2011.

Art. 1º Ficam contratadas, de **02/02/2021 a 17/12/2021** as pessoas relacionadas nos anexos I, II e III desta Portaria, de acordo com os cargos e funções, para atender as necessidades da Secretaria Municipal de Educação.

Art. 2º A contratação temporária objeto desta Portaria visa preencher cargos vagos e aulas livres nas unidades escolares da Rede Municipal de Ensino para o ano letivo de 2021, de acordo com a estrita necessidade e o interesse público.

Art. 3º O processo de escolha das pessoas listadas nos anexos desta Portaria obedece a uma rigorosa classificação obtida pelos candidatos a contrato temporário disposta no Edital do Processo Seletivo Simplificado nº. 07/2020 da Secretaria Municipal de Educação e Desportos, que divulgou o resultado final do certame.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação, revogadas as disposições em contrário, em especial a Portaria nº. 046/2020.

Nobres/MT, em 22 de fevereiro de 2021.

Leocir Hanel

Prefeito Municipal

ANEXO I

Unidade de ensino: **Escola Municipal Dalci Cândida de Souza**

Cargo: **Professor 20h – Contrato Temporário**

Nome	CH	Remuneração	Período
Graziele Aparecida da Silva	20h	R$ 2.535,59	02/02/2021 a 17/12/2021

ANEXO II

Unidade de Ensino: **Creche Municipal Regina Joana Ecker**

Cargo: **Professor 20h – Contrato Temporário**

Nome	CH	Remuneração	Período
Aécio Leite de Paula	20h	R$ 2.535,59	02/02/2021 a 17/12/2021

ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº. 292/2021

*Dispõe sobre a concessão de Auxílio Doença à Sra. **Carmem Soares de Arruda Silva**, e dá outras providências.*

O Prefeito do Município de Nobres, Estado de Mato Grosso, Sr. **Leocir Hanel**, no uso das atribuições legais lhe conferida pela Lei,

Considerando a Emenda Constitucional 103/2019; Nota Técnica da Secretaria de Previdência SEI nº 12212/2019/ME.

RESOLVE:

Art. 1º. Conceder Auxílio Doença a servidora *Carmem Soares de Arruda Silva,* portadora do RG nº. 174354 SSP/MT, inscrita no CPF nº. 205. 366.231-04, pelo período de 30 (trinta) dias, a contar do dia 05/03/2021 a 03/04/2021.

Art. 2º Esta Portaria entrará em vigor na data da sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito, em Nobres/MT, 22 de fevereiro de 2021.

Leocir Hanel

Prefeito Municipal de Nobres

ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº. 216/2021

*Dispõe sobre a nomeação e concessão de FG da Sra. **Eliane Ferreira da Silva**, e dá outras providências.*

O Prefeito do Município de Nobres, Estado de Mato Grosso, Sr. **Leocir Hanel**, no uso das atribuições legais lhe conferida pela Lei Orgânica Municipal, e

Considerando a necessidade de garantir o cumprimento do disposto na Lei Municipal nº. 1.341/2014.

RESOLVE:

Art. 1º. Nomear a Srª Eliane Ferreira da Silva, portadora do RG nº. 924579 SSP/MT, e inscrita no CPF/MF sob nº. 615.541.111-53, para o cargo em comissão de Coordenadora Pedagógica do Centro de Educação Básica Municipal Maria Honorata de Campos e FG de 10%, a partir de 02/02/2021.

Art. 2º Esta Portaria entrará em vigor na data da sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito, em Nobres/MT, 04 de fevereiro de 2021.

Leocir Hanel

Prefeito Municipal de Nobres

ADMINISTRAÇÃO
LEI MUNICIPAL Nº. 1.604/2021

"Autoriza o poder executivo municipal a proceder a abertura de crédito adicional suplementar por SUPERAVIT financeiro de 2020 apurado em balanço patrimonial e dá outras providências. "

O **PREFEITO MUNICIPAL DE NOBRES/MT**, Sr. LEOCIR HANEL, no uso de suas atribuições legais, faz saber a todos os habitantes do Município, que a Câmara de Vereadores aprovou e ele sanciona, a seguinte Lei:

Art. 1º. Fica autorizado o Poder Executivo Municipal a proceder à abertura de Crédito Adicional Suplementar por superávit financeiro no valor de até R$ 11.276.327,13 (treze milhões, Duzentos e setenta e Seis, Trezentos e vinte e sete reais e treze centavos), nos termos do artigo 43, §1° inciso I e § 2º da Lei Federal 4.320/64, para reforço de dotações consignadas no orçamento vigente:

Art. 2º. Fica aberto crédito adicional suplementar até o valor de R$ 5. 172.589,58 (cinco milhões, cento e setenta e dois mil, quinhentos e oitenta e nove reais e cinquenta e oito centavos), para os seguintes órgãos de governo e nas modalidades:

GABINETE DO PREFEITO

Gabinete do Prefeito

Modalidade: 3.0.00.00.00

Modalidade: 4.0.00.00.00

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

Gabinete do Secretario

Modalidade: 3.0.00.00.00

Modalidade: 4.0.00.00.00

SECRETARIA DE FINANÇAS

Gabinete do Secretario

Modalidade: 3.0.00.00.00

Modalidade: 4.0.00.00.00

SECRETARIA DE INFRAETRUTURA

Gabinete do Secretario

Modalidade: 3.0.00.00.00

Modalidade: 4.0.00.00.00

SECRETARIA DE EDUCAÇÃO E ESPORTES

Modalidade: 3.0.00.00.00

Modalidade: 4.0.00.00.00

SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

Modalidade: 3.0.00.00.00

Modalidade: 4.0.00.00.00

SECRETARIA MUNICIPAL ASSISTENCIA SOCIAL

FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL

Modalidade: 3.0.00.00.00

Modalidade: 4.0.00.00.00

Parágrafo único. Os recursos orçamentários para fazer face ao presente crédito adicional suplementar correrão à conta do superávit financeiro do exercício de 2020, apurado conforme Balanço Patrimonial, nas seguintes fontes:

Fonte de recursos:

100000000 - Recursos Ordinários	R$ 4.598. 061,34
116000000 – CIDE	R$ 5.331,39
117000000 - COSIP	R$ 12.351,32
130000000 – Transferências de Recursos do FETHAB	R$ 252.751,31
137000000 – Transferências da União – Cessão Onerosa	R$ 4.941,98
193000000 – Rendimento de Aplicação	R$ 299.152,24

TOTAL:.....R$ 5. 172.589,58

Art. 3º. Fica aberto crédito adicional suplementar até o valor de R$ 2. 163.984,81 (dois milhões, cento e sessenta e três mil, novecentos e oitenta e quatro reais e oitenta e um centavos), nos seguintes órgãos de governo e nas modalidades:

SECRETARIA DE EDUCAÇÃO E ESPORTES

Modalidade: 3.0.00.00.00

Modalidade: 4.0.00.00.00

Parágrafo único. Os recursos orçamentários para fazer face ao presente crédito adicional suplementar correrão à conta do superávit financeiro do exercício de 2020 apurado conforme balanço, nas seguintes Fontes:

101000000 – Receita de Impostos e Transferências de Impostos	R$ 1.395. 921,46
115000000 - Transferência de Recursos Fundo Nac do Des da Educação - FNDE	R$ 421. 851,83
118000000 - Transferências do FUNDEB 60	R$ 11. 825,24
119000000 - Transferências do FUNDEB 40	R$ 117. 602,22
122000000 - Transferências de Convênios - Educação	R$ 12. 213,80
130000000 – Transferências de recursos do FETHAB - Educação	R$ 204. 570,26

TOTAL:..... R$ 2.163.984,81

Art. 4º. Fica aberto crédito adicional suplementar até o valor de R$ 3. 595.966,37 (três milhões, quinhentos e noventa e cinco mil, novecentos e sessenta e seis reais e trinta e sete centavos), nos seguintes órgãos de governo e nas modalidades:

SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

Modalidade: 3.0.00.00.00

Modalidade: 4.0.00.00.00

Parágrafo único. Os recursos orçamentários para fazer face ao presente crédito adicional suplementar correrão à conta do superávit financeiro do exercício de 2020, apurado conforme balanço, nas seguintes Fontes:

Fontes recursos:

102000000 - Receita de Impostos e Transferências de Impostos	R$ 609. 455,78
123000000 - Transferências de Convênios - Saúde	R$ 135. 662,65
126000000 – Demais Recursos Vinculados Destinados à Saúde	R$ 155. 186,36
142000000 - Transferência de Recursos Fundo Nac. de Saúde - SUS (União)	R$ 706. 486,51
146000000 – Transferência Fundo a Fundo Rec. SUS _ Bloco Custeio	R$ 1.742. 779,52
147000000 - Transferência Fundo a Fundo Rec. SUS _ Bloco Investimento	R$ 246. 395,55

TOTAL:.....R$ 3. 595.966,37

Art. 5º. Fica aberto crédito adicional suplementar até o valor de R$ 11. 801,59 (onze mil, oitocentos e um reais e cinquenta e nove centavos), FONTE DE RECURSOS 324, no seguinte órgão de governo e nas modalidades:

SECRETARIA MUNICIPAL INFRAESTRUTURA

Gabinete do Secretario

Modalidade: 4.0.00.00.00

Parágrafo único. Os recursos orçamentários para fazer face ao presente crédito adicional suplementar correrão à conta do superávit financeiro do exercício de 2020, apurado conforme balanço, nas seguintes Fontes:

124000000 - Transferências de Convênios – não relacionados a Saúde e Educação	R$ 11. 801,59

TOTAL:..... R$ 11.801,59

Art. 6º. Fica aberto crédito adicional suplementar até o valor de R$ 331.984,78 (trezentos e trinta e um mil, novecentos e oitenta e quatro reais e setenta e oito centavos), FONTE DE RECURSOS 329, no seguinte órgão de governo e nas modalidades:

SECRETARIA MUNICIPAL ASSISTENCIA SOCIAL

FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL

Modalidade: 3.0.00.00.00

Modalidade: 4.0.00.00.00

Parágrafo único. Os recursos orçamentários para fazer face ao presente crédito adicional suplementar correrão à conta do superávit financeiro do exercício de 2020, apurado conforme Balanço Patrimonial, nas seguintes Fontes:

127000000 – Demais Recursos Vinc. a Assistência Social	R$ 40. 153,11
129000000 - Transferência de Recursos Fundo Nac. de Assist. Social - SUAS (União)	R$ 291. 831,67

TOTAL:.....R$ 331.984,78

TOTAL:.....R$ 11.276.327,13

Art. 7º. Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 8º. Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Nobres/MT, 23 de fevereiro de 2021.

LEOCIR HANEL

Prefeito Municipal

ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº. 291/2021

*Dispõe sobre a concessão de Auxílio Doença à Sra**. Neuza Ribeiro de Souza**, e dá outras providências.*

O Prefeito do Município de Nobres, Estado de Mato Grosso, Sr. **Leocir Hanel**, no uso das atribuições legais lhe conferida pela Lei,

Considerando a Emenda Constitucional 103/2019; Nota Técnica da Secretaria de Previdência SEI nº 12212/2019/ME.

RESOLVE:

Art. 1º. Conceder Auxílio Doença a servidora *Neuza Ribeiro de Souza,* portadora do RG nº. 1575984-9 SSP/MT, inscrita no CPF nº. 006.102. 441-40, pelo período de 50 (cinquenta) dias, a contar do dia 10/02/2021 a 31/03/2021.

Art. 2º Esta Portaria entrará em vigor na data da sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito, em Nobres/MT, 22 de fevereiro de 2021.

Leocir Hanel

Prefeito Municipal de Nobres

ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº. 296/2021

*"Dispõe sobre a nomeação do Sr. **Robson Darcio Sousa,** e dá outras providências".*

O Prefeito Municipal de Nobres, Estado de Mato Grosso, Sr. **Leocir Hanel**, no uso das atribuições legais lhe conferida pela Lei, **RESOLVE:**

Art. 1º. Nomear o Sr. ***Robson Darcio Sousa,*** portador do RG nº. 957602 SSP/MT, devidamente cadastrado no CPF nº. 620.879.321-15, para exercer o cargo em Comissão de Gerente de Secretaria.

Art. 2º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, surtindo seus efeitos a partir do dia 01/02/2021, revogando as disposições contrárias.

Gabinete do Prefeito, em Nobres/MT, 23 de fevereiro de 2021.

Leocir Hanel

Prefeito Municipal, de Nobres

ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº. 297/2021

Dispõe sobre a contratação de pessoal por tempo determinado para as unidades escolares da Rede do Municipal de Ensino de Nobres-MT para o ano letivo de 2021, e dá outras providências.

O Prefeito do Município de Nobres, Estado de Mato Grosso, Sr. **LEOCIR HANEL**, no uso das atribuições legais lhe conferida pela Lei Orgânica Municipal, e

Considerando a necessidade de garantir o cumprimento do disposto no Edital do Processo Seletivo Simplificado nº. 01/2020 e Lei Municipal nº. 1. 197/2011.

Art. 1º Ficam contratadas, de **02/02/2021 a 17/12/2021** as pessoas relacionadas nos anexos I, II, III, IV, V, VI, VII desta Portaria, de acordo com os cargos e funções, para atender as necessidades da Secretaria Municipal de Educação.

Art. 2º A contratação temporária objeto desta Portaria visa preencher cargos vagos e aulas livres nas unidades escolares da Rede Municipal de Ensino para o ano letivo de 2021, de acordo com a estrita necessidade e o interesse público.

Art. 3º O processo de escolha das pessoas listadas nos anexos desta Portaria obedece a uma rigorosa classificação obtida pelos candidatos a contrato temporário disposta no Edital do Processo Seletivo Simplificado nº. 07/2020 da Secretaria Municipal de Educação e Desportos, que divulgou o resultado final do certame.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação, revogadas as disposições em contrário, em especial a Portaria nº. 220/2021.

Nobres/MT, em 23 de fevereiro de 2021.

Leocir Hanel

Prefeito Municipal

ANEXO I

Unidade de ensino: **Escola Municipal Marechal Cândido Rondon**

Cargo: **Professor 20h – Contrato Temporário**

Nome	CH	Remuneração	Período
Noemia Soares Moreira	20h	R$ 2.535,59	02/02/2021 a 17/12/2021
Carmem Marcielen Pereira	20h	R$ 2.535,59	02/02/2021 a 17/12/2021
Regiane Ferreira Coimbra	20h	R$ 2.535,59	02/02/2021 a 17/12/2021
Adriele de França Mioto	20h	R$ 2.535,59	02/02/2021 a 17/12/2021
Maria Cristina Garcia Coutinho	20h	R$ 2.535,59	02/02/2021 a 17/12/2021
Viviane Ciscon da Fonseca	20h	R$ 2.535,59	02/02/2021 a 17/12/2021
Geralda Fernandes da Silva Santana	20h	R$ 2.535,59	02/02/2021 a 17/12/2021
Neuza Coimbra Neves	20h	R$ 2.535,59	02/02/2021 a 17/12/2021
Lucineia de Almeida C.C. Fonseca	20h	R$ 2.535,59	02/02/2021 a 17/12/2021
Maria do Carmo Rodrigues da Silva	20h	R$ 2.535,59	02/02/2021 a 17/12/2021
Anair Maria da Silva Oliveira	20h	R$ 2.535,59	02/02/2021 a 17/12/2021
Eloir de Jesus Santos	20h	R$ 2.535,59	02/02/2021 a 17/12/2021
Rosana Francisca Souza	20h	R$ 2.535,59	02/02/2021 a 17/12/2021
Adelaine Ferreira de Souza	20h	R$ 2.535,59	02/02/2021 a 17/12/2021
Anaide Costa Pedroso	20h	R$ 2.535,59	02/02/2021 a 17/12/2021

Cargo: **Técnico Administrativo Educacional TAE – Contrato Temporário**

Nome	CH	Remuneração	Período
Taiza Joana de Santana dos Santos	30h	R$ 1.648,12	02/02/2021 a 17/12/2021

Cargo: **Vigia – Contrato Temporário**

Nome	CH	Remuneração	Período
Edivaldo Lima da Silva	40h	R$ 1.100,00	02/02/2021 a 17/12/2021

ANEXO II

Unidade de ensino: **Creche Municipal Regina Joana Ecker**

Cargo: **Professor 20h – Contrato Temporário**

Nome	CH	Remuneração	Período
Rosilene Gloria de Almeida e Silva	20h	R$ 2.535,59	02/02/2021 a 17/12/2021
Nilma Campos Lucas	20h	R$ 2.535,59	02/02/2021 a 17/12/2021
Amanda Borges Esteves	20h	R$ 2.535,59	02/02/2021 a 17/12/2021

ANEXO III

Unidade de ensino: **Creche Municipal Alda Pacheco Serra**

Cargo: **Professor 20h – Contrato Temporário**

Nome	CH	Remuneração	Período
Tereza Celestina Alves Barbosa	20h	R$ 2.535,59	02/02/2021 a 17/12/2021
Maria Joanet Albuquerque	20h	R$ 2.535,59	02/02/2021 a 17/12/2021
Maria Schneider	20h	R$ 2.535,59	02/02/2021 a 17/12/2021

ANEXO IV

Unidade de ensino: **Escola Municipal Dalci Cândida de Souza**

Cargo: **Professor 20h – Contrato Temporário**

Nome	CH	Remuneração	Período
Rosinete de Almeida	20h	R$ 2.535,59	02/02/2021 a 17/12/2021
Taniane Paulina Marques L. Felix	20h	R$ 2.535,59	02/02/2021 a 17/12/2021
Anail Lucia Cabral	20h	R$ 2.535,59	02/02/2021 a 17/12/2021
Benedita Lineide de Albuquerque	20h	R$ 2.535,59	02/02/2021 a 17/12/2021
Evanethe Pires da Silva	20h	R$ 2.535,59	02/02/2021 a 17/12/2021
Lurdes Maria Almeida	20h	R$ 2.535,59	02/02/2021 a 17/12/2021

Cargo: **Técnico Administrativo Educacional TAE 30h – Contrato Temporário**

Nome	CH	Remuneração	Período
Rafaela Ribeiro da Silva	30h	R$ 1.648,12	02/02/2021 a 17/12/2021

ANEXO V

Unidade de Ensino: **C.E.B.M. Maria Honorata de Campos**

Cargo: **Técnico Administrativo Educacional TAE 30h – Contrato Temporário**

Nome	CH	Remuneração	Período
Gabrielle Conceição de Lara	30h	R$ 1.648,12	02/02/2021 a 17/12/2021

Cargo: **Professor 20h e 14h – Contrato Temporário**

Nome	CH	Remuneração	Período
Tereza Dalla Vecchia	20h	R$ 2.535,59	02/02/2021 a 17/12/2021
Marluce Loureiro Possani	14h	R$ 1.774,89	02/02/2021 a 17/12/2021
Jucinete Emilia da Silva Brito	20h	R$ 2.535,59	02/02/2021 a 17/12/2021
Tania Aparecida Mendes Lima	20h	R$ 2.535,59	02/02/2021 a 17/12/2021
Valdenice dos Anjos	20h	R$ 2.535,59	02/02/2021 a 17/12/2021
Queite Laura Silva	20h	R$ 2.535,59	02/02/2021 a 17/12/2021

ANEXO VI

Unidade de Ensino: **Escola Municipal Zeferino Dorneles Costa**

Cargo: **Técnico Administrativo Educacional TAE 200h – Contrato Temporário**

Nome	CH	Remuneração	Período
Wilson José Antônio	20h	R$ 1.648,12	02/02/2021 a 17/12/2021

Cargo: **Professor 20h – Contrato Temporário**

Nome	CH	Remuneração	Período
Maria Aparecida de Campos Souza	20h	R$ 2.535,59	02/02/2021 a 17/12/2021
Sandra Aparecida Hugney N. Rondon	20h	R$ 2.535,59	02/02/2021 a 17/12/2021
Elenice Terezinha Bueno Bordignon	20h	R$ 2.535,59	02/02/2021 a 17/12/2021
Marcilene Aparecida da Fonseca	20h	R$ 2.535,59	02/02/2021 a 17/12/2021
Antônia Matos Alves de Souza	20h	R$ 2.535,59	02/02/2021 a 17/12/2021

ANEXO VII

Unidade de Ensino: **Escola Nova Vida - APAE**

Cargo: **Professor 20h – Contrato Temporário**

Nome	CH	Remuneração	Período
Ericka Duarte Araujo Ortega	20h	R$ 2.535,59	02/02/2021 a 17/12/2021
Marinalva Erculana da Silva	20h	R$ 2.535,59	02/02/2021 a 17/12/2021

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOSSA SENHORA DO LIVRAMENTO

DECRETO N. 020/2021

DECRETO N. 020/2021

“Cancela débitos tributários inscritos em dívida ativa já prescritos e dá outras providências.”

SILMAR DE SOUZA GONÇALVES, Prefeito Municipal de Nossa Senhora do Livramento, no uso de suas atribuições legais conferidas pela Lei Orgânica, com base no que dispõe o art. 250 do Código Tributário Municipal e:

Considerando que no parecer jurídico proferido no Processo Administrativo n. 01225/2020, foi reconhecida a prescrição dos débitos inscritos em dívida ativa.

Considerando que no referido parecer consta que nos termos do Art. 250 do Código Tributário Municipal os débitos prescritos devem ser cancelados por atos do Prefeito Municipal,

D E C R E T A

Art.1º. Atendendo ao disposto no Art. 250 do Código Tributário Municipal e no respectivo parecer, ficam cancelados os débitos inscritos em dívida conforme relacionado a seguir:

Nome do Contribuinte	N° do processo	N° do parecer
CLAUDIA CLARA DE CAMPOS	01255/2020	175/2020

Art. 2º. Este decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas disposições em contrário.

Nossa Senhora do Livramento, 22 de Fevereiro de 2021.

SILMAR DE SOUZA GONÇALVES

PREFEITO MUNICIPAL

ATA DE REGISTRO DE PREÇO 011 2021

ATA DE REGISTRO DE PREÇO 011 2021

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS PARA A FUTURA E EVENTUAL – AQUISIÇÃO DE MATERIAL PERMANENTE - MÓVEIS, ELETRODOMÉSTICOS, ELETROELETRÔNICOS E EQUIPAMENTOS HOSPITALARES, E MATERIAL DE CONSUMO – LENÇÓIS, FRONHAS, TOALHAS E TRAVESSEIROS PARA ATENDER AS NECESSIDADES DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE EM EQUIPAR AS UNIDADES DE SAÚDE E O HOSPITAL MUNICIPAL QUE ENTRE SI CELEBRAM A PREFEITURA MUNICIPAL DE NOSSA SENHORA DO LIVRAMENTO E A EMPRESA ERICA DE FATIMA GENTIL PREGÃO ELETRÔNICO Nº 11/2020 - PROCESSO ADMINISTRATIVO N.2270/2020, SRP 12 MESES AS CLAUSULAS A SEGUIR.

Pelo presente instrumento, o Município de Nossa Senhora do Livramento, inscrito no CNPJ/MF sob o nº 03.507.514/0001-26, com sede na Av. Coronel Botelho, 458– Centro, e denominado de CONTRATANTE, neste ato representada pelo seu Prefeito Municipal, Sr. Silmar de Souza Gonçalves, brasileiro, casado, empresário, portador do RG nº 279284 SSP/MT, e do CPF nº 167.522.791-87 residente e domiciliado na Estrada do Rio dos Peixes S/N Fazenda São Rafael – Zona Rural neste município em pleno exercício de seu mandato e funções, considerando o julgamento da licitação na modalidade de pregão, na forma Eletrônica, publicado sua homologação em 10 de fevereiro de 2021 • TCE/MT• ANO 10. Nº 2121 **PREGÃO ELETRÔNICO Nº 11/2020 - Processo Administrativo n.2270/2020,** registrar os preços da empresa indicada e qualificada nesta ATA, de acordo com a classificação por ela alcançada e na quantidade cotada, atendendo as condições previstas no edital, sujeitando-se as partes às normas constantes na Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993 e suas alterações, no Decreto n.º 7.892, de 23 de janeiro de 2013, e em conformidade com as disposições a seguir:

FORNECEDOR: Empresa Erica de Fatima Gentil pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o nº 36.656.877/0001-82, Insc. Estadual 13.808.314-2 com sede a Av. Mato Grosso, Bairro: Modulo 02, Município de Juina/MT CEP: 78320-000, neste ato representado pelo Senhor Erica de Fatima Gentil, portador da cédula de identidade 14107406, inscrito no CPF nº 009.876.531-05, empresário residente e domiciliado Av. do Mato Grosso, APTO.03, Bairro: Centro, Município Juina/MT CEP: 78320-000.

CLAUSULA PRIMEIRA DO OBJETO, ESPECIFICAÇÕES E QUANTITATIVOS

1.1 A presente Ata tem por objeto o registro de preços para a eventual aquisição de **aquisição de material permanente - móveis, eletrodomésticos, eletroeletrônicos e equipamentos hospitalares, e material de consumo – lençóis, fronhas, toalhas e travesseiros para atender as necessidades da Secretaria Municipal de Saúde em equipar as unidades de saúde e o Hospital Municipal** no **TERMO DE REFERÊNCIA N° 024/2020** ***PREGÃO ELETRÔNICO Nº 11/2020 - Processo Administrativo n.2270/2020*** que é parte integrante desta Ata, assim como a proposta vencedora, independentemente de transcrição.

CLAUSULA SEGUNDA DOS PREÇOS, ESPECIFICAÇÕES E QUANTITATIVOS

2.1 O preço registrado, as especificações do objeto, a quantidade, fornecedor e as demais condições ofertadas na proposta são as que seguem:

Razão Social:	**Empresa** Erica de Fatima Gentil pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o nº 36.656.877/0001-82, Insc. Estadual 13.808.314-2								
Endereço:	a Av. Mato Grosso, Bairro: Modulo 02, Município de Juina/MT CEP: 78320-000								
Contatos:	(66) 3566-1240								
Representante:	Erica de Fatima Gentil								
ERICA DE FATIMA GENTIL	36656877000182	4	BEBEDOURO ELÉTRICO INDUSTRIAL EM AÇO INOX INTERNAMENTE E EXTERNAMENTE, COM 04 (QUATRO) TORNEIRAS, COM CAPACIDADE PARA100 (CEM) LITROS DE ÁGUA GELADA, COM FILTRO INDUSTRIAL PF 200, MANUAIS TÉCNICO EM PORTUGUÊS, COM GARANTIA DE NO MINIMO 12 (DOZE) MESES, COM SELO DO INMETRO, INCLUINDO PEÇAS DE REPOSIÇÃO E MÃO DE OBRA, COM PRESTAÇÃO DE ASSISTÊNCIA TÉCNICA. UNIDADE. COM CERTIFICAÇÃO DO IMETRO.	UN	KARINA / K40	KARINA / K40	4	699,8000	R$ 2.799,20
ERICA DE FATIMA GENTIL	36656877000182	8	COLCHAO - PARA CAMA HOSPITALAR, EM ESPUMA, DENSIDADE 28 A 33, REVESTIDO EM CORVIN, NA COR AZUL, LACRADO, DIMENSOES: 1.88M X 0.88M X 10CM	UN	ORTOBOM / D-28 HOSPITALAR	ORTOBOM / D-28 HOSPITALAR	8	349,0000	R$ 2.792,00
ERICA DE FATIMA GENTIL	36656877000182	10	FOGAO - DOMESTICO, COM CORPO E MESA DE INOX, A GAS, COM 4 BOCAS, QUEIMADORES SIMPLES, COM ACENDIMENTO AUTOMATICO, FORNO AUTO-LIMPANTE, VIDRO DUPLO NA PORTA COM 01 GRADE INTERNA NO FORNO, PRATELEIRA FIXA, SEM TERMOSTATO, SEM GRILL, PROTECAO TERMICA TRASEIRA, CONTENTO 04 PES NIVELADORES E DESLIZANTES, ALTURA 852MM, LARGURA 510MM, COMPRIMENTO 573MM, O PRODUTO DEVERA ESTAR DE ACORDO COM AS NORMAS NBR DE SEGURANCA, GARANTIA DE 12 MESES.	UN	ATLAS / MONACO	ATLAS / MONACO	10	529,8000	R$ 5.298,00
ERICA DE FATIMA GENTIL	36656877000182	13	GELADEIRA DUPLEX (DUAS PORTAS) - MÍNIMO 400L - COM SISTEMA FROST FREE, COR BRANCA OU INOX, PRATELEIRAS DE VIDRO TEMPERADO TOTALMENTE REMOVÍVEIS, COMPARTIMENTO DE CONGELAMENTO RÁPIDO NO FREEZER, 110 V OU BIVOLTS, CLASSIFICAÇÃO DE CONSUMO DE ENERGIA: A, ILUMINAÇÃO INTERNA, COM PORTA OVOS, PORTA LATAS, CONTROLE DE TEMPERATURA EXTERNA, COM DISPLAY EXTERNO, FUNÇÃO GELO FÁCIL E FÔRMAS DE GELO, ALARME SONORO NA PORTA, COM AS SEGUINTE CAPACIDADE BRUTA MÍNIMA: 400 LITROS, CAPACIDADE MÍNIMA DO REFRIGERADOR: 300 LITROS, MÍNIMA DO FREEZER: 100 LITROS. SIMILAR AO MOD ELO DF51X DA ELECTROLUX. GARANTIA MÍNIMA 12 MESES.	UN	CONSUL / CRM45	CONSUL / CRM45	7	2685,0000	R$ 18.795,00
ERICA DE FATIMA GENTIL	36656877000182	17	MAQUINA DE LAVAR - COM GABINETE EM ACO GALVANIZADO NA COR BRANCA, CESTO EM POLIPROPILENO, COM PES NIVELADORES FRONTAIS,MODELO VERTICAL DOMESTICO PARA LAVAR ROUPAS,COM 04 CICLOS, LAVAGEM, MOLHO, ENXAGUE E CENTRIFUGACAO, COM NO MINIMO 04 NIVEIS DE AGUA,CAPACIDADE PARA 15 KG,CESTO EM POLIPROPILENO,CENTRIFUGAO MINIMA DE 750 RPM,NA VOLTAGEM 220V, 60HZ,NA COR BRANCA,NORMAS ABNT COM GARANTIA DE 01 ANO E MANUAL EM PORTUGUES	UN	COLORMAQ / LCA15	COLORMAQ / LCA15	2	1840,0000	R$ 3.680,00
ERICA DE FATIMA GENTIL	36656877000182	18	MAQUINA DE LAVAR - SEMI AUTOMATICA, MODELO TANQUINHO, CAPACIDADE 10 QUILOS, DISPENSER PARA SABAO E AMACIANTE, ACESSO AO CESTO PELA PARTE SUPERIOR, FILTRO PARA FIAPOS	UN	WANKE / BARBARA	WANKE / BARBARA	2	549,8000	R$ 1.099,60
ERICA DE FATIMA GENTIL	36656877000182	23	SMART TV LED 50?, ULTRA HD, 4K, 3 ENTRADAS HDMI, 2 ESTRADAS USB, ENTRADA DE COMPONENTE (Y,PB,PR), ENTRADA DE COMPOSTO (AV) (USO NORMAL POR COMPONENTE Y), ETHERNET (LAN) E CONEXÃO WI-FI, SAÍDA DE ÁUDIO DIGITAL (ÓPTICA), ENTRADA DE RF (TERRESTRE/ENTRADA DE CABO) 1 (USO NORMAL PARA O TERRESTRE). GARANTIA MÍNIMA 12 MESES.	UN	PHILCO / PTV50F60SN 4K	PHILCO / PTV50F60SN 4K	10	2459,3000	R$ 24.593,00
ERICA DE FATIMA GENTIL	36656877000182	27	VENTILADOR DE TETO COM 3 PÁS, COM (03) VELOCIDADES, NA VOLTAGEM 110 / 220	UN	VENTISOL / COMERCIAL TETO	VENTISOL / COMERCIAL TETO	30	139,0000	R$ 4.170,00
									R$ 63.226,80

2.3. Nos preços supracitados estão incluídas todas as despesas relativas ao objeto contratado (tributos, seguros, encargos sociais, etc.).

2.4 A listagem do cadastro de reserva referente ao presente registro de preços consta como anexo a esta Ata. (caso houver).

CLAUSULA TERCEIRA DA GERÊNCIA DA PRESENTE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS:

3.1 Nos termos do art. 67 Lei nº 8.666, de 1993, será designado representante para acompanhar e fiscalizar a entrega dos bens, anotando em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução e determinando o que for necessário à regularização de falhas ou defeitos observados. 3.2 O recebimento de material de valor superior a R$ 80.000,00 (oitenta mil reais) será confiado a uma comissão de, no mínimo, 3 (três) membros, designados pela autoridade competente. 3.3 A fiscalização de que trata este item não exclui nem reduz a responsabilidade da Contratada, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas ou vícios redibitórios, e, na ocorrência desta, não implica em corresponsabilidade da Administração ou de seus agentes e prepostos, de conformidade com o art. 70 da Lei nº 8.666, de 1993. 3.4 O representante da Administração anotará em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução do contrato, indicando dia, mês e ano, bem como o nome dos funcionários eventualmente envolvidos, determinando o que for necessário à regularização das falhas ou defeitos observados e encaminhando os apontamentos à autoridade competente para as providências cabíveis. 3.5 Será designado para fiscalizar e acompanhar o fornecimento, do objeto da

presente contratação, conforme a seguir: 3.6 A Secretaria Municipal de Saúde, designa o Servidor: **Edenilze Maciel,** que deverá atestar os documentos da despesa, quando comprovada a fiel e correta entrega para fins de pagamento.

CLAUSULA QUARTA DA ADESÃO À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

Não será admitida a adesão à ata de registro de preços decorrente desta licitação, conforme especificado no **TERMO DE REFERÊNCIA 024/2020** constante às fls. 01 a 40 **anexo ao *PREGÃO ELETRÔNICO Nº 11/2020 - Processo Administrativo n.2270/2020***.

,CLAUSULA QUINTA – VIGENCIA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO

5.2 A validade da Ata de Registro de Preços será de 12 (doze) meses a partir de sua assinatura não podendo ser prorrogada.

CLAUSULA SEXTA REVISÃO E CANCELAMENTO

6.1 A Administração realizará pesquisa de mercado periodicamente, em intervalos não superiores a 180 (cento e oitenta) dias, a fim de verificar a vantajosidade dos preços registrados nesta Ata. 6.2 Os preços registrados poderão ser revistos em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo do objeto registrado, cabendo à Administração promover as negociações junto ao fornecedor. 6.3 Quando o preço registrado tornar-se superior ao preço praticado no mercado por motivo superveniente, a Administração convocará o fornecedor para negociar a redução dos preços aos valores praticados pelo mercado.

6.4 O fornecedor que não aceitar reduzir seu preço ao valor praticado pelo mercado será liberado do compromisso assumido, sem aplicação de penalidade.

6.4.1 A ordem de classificação dos fornecedores que aceitarem reduzir seus preços aos valores de mercado observará a classificação original.

6.5 Quando o preço de mercado tornar-se superior aos preços registrados e o fornecedor não puder cumprir o compromisso, o órgão gerenciador poderá:

6.7 Liberar o fornecedor do compromisso assumido, caso a comunicação ocorra antes do pedido de fornecimento, e sem aplicação da penalidade se confirmada a veracidade dos motivos e comprovantes apresentados; e

6.8 Convocar os demais fornecedores para assegurar igual oportunidade de negociação.

6.9 Não havendo êxito nas negociações, o órgão gerenciador deverá proceder à revogação desta ata de registro de preços, adotando as medidas cabíveis para obtenção da contratação mais vantajosa.

6.10 O registro do fornecedor será cancelado quando:

6.10.1 Descumprir as condições da ata de registro de preços;

6.10.2 Não retirar a nota de empenho ou instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração, sem justificativa aceitável;

6.10.3 Não aceitar reduzir o seu preço registrado, na hipótese deste se tornar superior àqueles praticados no mercado; ou

6.10.4 Sofrer sanção administrativa cujo efeito torne-o proibido de celebrar contrato administrativo, alcançando o órgão gerenciador e órgão(s) participante(s).

6.10.5 O cancelamento de registros nas hipóteses previstas nos itens 6.6, 6.7, 6.7 será formalizado por despacho do órgão gerenciador, assegurado o contraditório e a ampla defesa.

6.10.6 O cancelamento do registro de preços poderá ocorrer por fato superveniente, decorrente de caso fortuito ou força maior, que prejudique o cumprimento da ata, devidamente comprovados e justificados:

6.10.7 Por razão de interesse público; ou

6.10.8 A pedido do fornecedor.

CLAUSULA SETIMA DOS PRAZOS DE RECEBIMENTO E DAS CONDIÇÕES DE ENTREGA

7.1 . Prazo para entrega do objeto: 15 (quinze) dias a contar da data da emissão da ordem de compra.

7.2. Prazo para recebimento provisório do objeto: 10 (dez) dias.

7.3. Prazo para recebimento definitivo do objeto: 5 (cinco) dias, contados do recebimento provisório.

7.4. Prazo para reparo, correção, reconstrução, remoção e/ou substituição do objeto, no todo ou em parte, entregue fora das especificações? **15 (quinze) dias.**

7.5. Do local de execução/entrega dos serviços/bens: Secretaria Municipal de Saúde, Av. Cel. Botelho s/n, Centro, Município de Nossa Senhora do Livramento.

7.6. Os **materiais/produtos e/ou serviços** serão recebidos provisoriamente no prazo de 10 (dez) dias, pelo(a) *responsável* pelo acompanhamento e fiscalização do contrato, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta.

7.8. Os **materiais/produtos e/ou serviços** poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, devendo ser substituídos no prazo de 15 (quinze) dias, a contar da notificação da contratada, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

7.9 Os **materiais/produtos e/ou serviços** serão recebidos definitivamente no prazo de 5 (cinco) dias, contados do recebimento provisório, após a verificação da qualidade e quantidade do material e consequente aceitação mediante termo circunstanciado.

7.10 Na hipótese de a verificação a que se refere o subitem anterior não ser procedida dentro do prazo fixado, reputar-se-á como realizada, consumando-se o recebimento definitivo no dia do esgotamento do prazo.

7.11 O recebimento provisório ou definitivo do objeto não exclui a responsabilidade da contratada pelos prejuízos resultantes da incorreta execução do contrato.

CLAUSULA OITAVA DOS PREÇOS

8.1 Os preços ofertados pela empresa signatárias da presente Ata de Registro de Preços são os constantes da planilha de preços anexa, obedecida a classificação no Pregão Eletrônico citado no preâmbulo desta, especificadas, detalhadamente, na ata de julgamento de preços, atualizado por Despacho homologatório pelo Ordenador de Despesa.

8.2 8.2 Em cada aquisição decorrente desta Ata, serão observadas, quanto ao preço, as cláusulas e condições constantes do Edital do Pregão Eletrônico n° 11/2020 citado no preâmbulo desta, que a precedeu, na íntegra, o presente instrumento de compromisso.

8.3 O preço unitário a ser pago será o constante da proposta apresentada no Pregão Eletrônico n° 011/2020 citado no preâmbulo desta, pela empresa constante da presente Ata de Registro de Preços e homologada através do despacho referido no item anterior.

CLAUSULA NONA DAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO E DAS DOTAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS:

A despesa decorrente das contratações oriundas da presente Ata, correrão à conta das seguintes dotações orçamentárias

Secretaria/Unidade	Recurso	Projeto Atividade	Ficha	Natureza de Despesa	Fonte
Sec. de Saúde	Próprio	02305	319	4.4.90.52	102
Sec. de Saúde	Próprio	02067	260	3.3.90.30	102
Sec. de Saúde	Próprio	02067	265	4.4.90.52	102

CLAUSULA DECIMA DAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO:

10.1 O pagamento será efetuado em até 10 (dez) dias após a entrega dos produtos, conforme Nota Fiscal, discriminada de acordo com a Ordem de Compra, e após atestado de recebimento definitivo dos produtos pelo fiscal do contrato indicado pela Prefeitura Municipal de Nossa Senhora do Livramento. A nota deverá ser emitida para cada secretaria de acordo com os quantitativos especificados na Ordem de Compra.

10.2 O pagamento será creditado em favor do fornecedor através de ordem bancária, contra qualquer banco indicado na proposta, devendo para isto, ficar explicitado o nome, número da agência e o número da conta corrente em que deverá ser efetivado o crédito.

10.3 Considera-se ocorrido o recebimento da nota fiscal ou fatura no momento em que o órgão contratante atestar a execução do objeto do contrato. 10.4 A Nota Fiscal ou Fatura deverá ser obrigatoriamente acompanhada da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta on-line ao SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 29 da Lei nº 8.666, de 1993. 10.5 Constatando-se, a situação de irregularidade do fornecedor contratado, deverão ser tomadas as providências previstas no do art. 31 da Instrução Normativa nº 3, de 26 de abril de 2018. 10.6 Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal ou dos documentos pertinentes à contratação, ou, ainda, circunstância que impeça a liquidação da despesa, como, por exemplo, obrigação financeira pendente, decorrente de penalidade imposta ou inadimplência, o pagamento ficará sobrestado até que a Contratada providencie as medidas saneadoras. Nesta hipótese, o prazo para pagamento iniciar-se-á após a comprovação da regularização da situação, não acarretando qualquer ônus para a Contratante. 10.7 Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento. 10.8 Antes de cada pagamento à contratada, será realizada consulta ao SICAF para verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas no edital. 10.9 Constatando-se, a situação de irregularidade da contratada, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério da contratante. 10.10 Previamente à emissão de nota de empenho e a cada pagamento, a Administração deverá realizar consulta ao SICAF para identificar possível suspensão temporária de participação em licitação, no âmbito do órgão ou entidade, proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas, observado o disposto no art. 29, da Instrução Normativa nº 3, de 26 de abril de 2018. 10.11 Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, a contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência da contratada, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos. 10.12 Persistindo a irregularidade, a contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada à contratada a ampla defesa. 10.13 Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso a contratada não regularize sua situação junto ao SICAF. 10.14 .Será rescindido o contrato em execução com a contratada inadimplente no SICAF, salvo por motivo de economicidade, segurança nacional ou outro de interesse público de alta relevância, devidamente justificado, em qualquer caso, pela máxima autoridade da contratante. 10.15 Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável. 10.16 A Contratada regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar. 10.17 Nos casos de eventuais atrasos de pagamento, desde que a Contratada não tenha concorrido, de alguma forma, para tanto, fica convencionado que a taxa de compensação financeira devida pela Contratante, entre a data do vencimento e o efetivo adimplemento da parcela, é calculada mediante a aplicação da seguinte fórmula:

EM = I x N x VP, sendo:

EM = Encargos moratórios;

N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento;

VP = Valor da parcela a ser paga.

I = Índice de compensação financeira = 0,00016438, assim apurado:

I = (TX)	I =	(6 / 100)	I = 0,00016438 TX = Percentual da taxa anual = 6%

365

10.18. A Prefeitura Municipal de Nossa Senhora do Livramento pagará à contratada, pelos materiais, os preços integrantes da proposta aprovada, ressalvada a ocorrência de imprevistos. Fica expressamente estabelecido que no preço global estão incluídos todos os custos diretos e indiretos para o fornecimento, de acordo com as condições previstas nas Especificações e nas Normas indicadas neste processo.

10.19. Não haverá, sob hipótese alguma, pagamento antecipado.

10.20. Não será efetuado o pagamento em nome de terceiros, ou em conta de Poupança, sendo que referido pagamento poderá ficar suspenso até que sejam devidamente cumpridas as exigências do Edital.

10.21. A critério da Administração poderão ser utilizados os pagamentos devidos para cobrir possíveis despesas com multas, indenizações a terceiros, ou outras de responsabilidade da Adjudicada.

10.22. Nenhum pagamento será efetuado ao fornecedor enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação. Esse fato não será gerador de direito a reajustamento de preços ou a atualização monetária.

10.23. A Contratante não efetuará pagamento de título descontado, ou por meio de cobrança em banco, bem como, os que forem negociados com terceiros por intermédio da operação de "factoring".

10.24. Os pagamentos serão efetuados pela tesouraria à vista de Nota Fiscal Eletrônica – NFe, apresentadas, que deverão ser enviadas para o serviço de email institucional Prefeitura a seguir: nfe@nossasenhoradolivramento.mt.gov.br, e a DANFE deverá ser emitida e acompanhar a mercadoria.

10.25. Havendo divergência ou erro na emissão da Nota Fiscal Eletrônica-NFe, modelo 55, será interrompida a contagem do prazo para fins de pagamento, sendo iniciada nova contagem somente após a regularização da referida Nota fiscal Eletrônica - NFe;

CLAUSULA DECIMA PRIMEIRA **DAS OBRIGAÇÕES DA DETENTORA DO REGISTRO:**

11.1A Contratada deve cumprir todas as obrigações constantes no Edital, seus anexos e sua proposta, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto e, ainda. 11.2 efetuar a entrega do objeto em perfeitas condições, conforme especificações, prazo e local constantes no Edital e seus anexos, acompanhado da respectiva nota fiscal, na qual constarão as indicações referentes a: *marca, fabricante, modelo, procedência e prazo de garantia* ***de no mínimo um ano*** 11.3 responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com os artigos 12, 13 e 17 a 27, do Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990); 11.4 substituir, reparar ou corrigir, às suas expensas, no prazo fixado nesta Ata de Registro de Preço, o objeto com avarias ou defeitos; 11.5 comunicar à Contratante, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas que antecede a data da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação; 11.6 manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação; 11.7 indicar preposto para representá-la durante a execução do contrato. 11.8 Assumir todos os encargos trabalhistas, previdenciários, securitários, fiscais, tributários e quaisquer outros resultantes da execução do Contrato, os quais já estão incluídos no custo total, ficando a Contratante isenta do pagamento de quaisquer obrigações decorrentes da execução do instrumento contratual. 11.9 Emitir a nota fiscal/fatura, obrigatoriamente em concordância com a nota de empenho, a fim de que não seja protelado o pagamento da despesa, sob pena de ser exigido da Contratada o refaturamento. 11.10 **O recebimento e o acompanhamento dos prazos para a entrega dos equipamentos serão feitos por prepostos especialmente designados para sua fiscalização.** 11.11 Arcar com todas as despesas, diretas ou indiretas, impostos, taxas, encargos, royalties, seguros, fretes – carrego e descarrego, decorrentes do fornecimento dos bens, sem qualquer ônus para a Prefeitura Municipal de Nossa Senhora do Livramento. 11.12 Responsabilizar-se pelos danos causados diretamente à Administração ou a terceiros, decorrente de sua culpa ou dolo até a entrega do produto, incluindo as entregas feitas por transportadoras. 11.13 Prestar todos os esclarecimentos que forem solicitados pela Administração, durante a execução desta aquisição. 11.14 Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, de acordo com os artigos 14 e 17 a 27, do Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990), ficando a Contratante autorizada a descontar da garantia, caso exigida no edital, ou dos pagamentos devidos à Contratada, o valor correspondente aos danos sofridos; 11.15 Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento ao objeto da licitação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados nos incisos do § 1º do art. 57 da Lei nº 8.666, de 1993.;

CLAUSULA DECIMA SEGUNDA DAS OBRIGAÇÕES DO ÓRGÃO REQUISITANTE:

12.1 **São obrigações da Contratante:**

12.1.1 receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Edital e seus anexos;

12.1.2 verificar minuciosamente, no prazo fixado, a conformidade dos bens recebidos provisoriamente com as especificações constantes do Edital e da proposta, para fins de aceitação e recebimento definitivo;

12.1.3 comunicar à Contratada, por escrito, sobre imperfeições, falhas ou irregularidades verificadas no objeto fornecido, para que seja substituído, reparado ou corrigido;

12.1.4 acompanhar e fiscalizar o cumprimento das obrigações da Contratada, através de comissão/servidor especialmente designado;

12.1.5 efetuar o pagamento à Contratada no valor correspondente ao fornecimento do objeto, no prazo e forma estabelecidos no Edital e seus anexos;

12.1.6 A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pela Contratada com terceiros, ainda que vinculados à execução do presente Termo de Contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato da Contratada, de seus empregados, prepostos ou subordinados. 12.1.7 A contratante deverá obrigatoriamente reter os valores relativos às contribuições previdenciárias, devendo constar estas informações no edital e contrato. 12.1.8 Notificar a contratada, fixando-lhe prazos para corrigir defeitos ou irregularidades encontradas na execução dos serviços; 12.1.9 Fornecer todas as informações necessárias para a execução dos serviços; 12.1.10 A contratante deverá fornecer ao emitir a ordem de fornecimento especificando o local, horário e data que será realizado o serviço pela empresa. 12.1.11 Notificar por escrito, a empresa contratada, de toda e qualquer irregularidade constatada durante o fornecimento; 12.1.12 Disponibilizar local para a entrega dos equipamentos 12.1.13 Nenhum pagamento será efetuado à empresa detentora do registro, enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação. Esse fato não será gerador de direito

a reajustamento de preços ou a atualização monetária. 12.1.14 A Prefeitura Municipal de Nossa Senhora do Livramento se reserva o direito de fiscalizar e pedir justificativas quanto à qualidade e demais condições do fornecimento, através de pessoas previamente designadas, que poderão rejeitar, no todo ou em parte, o(s) equipamento(s). 12.1.15 Designar servidor da Secretaria demandante, para proceder para recebimento dos bens; 12.1.16 Rejeitar os produtos que não atendam aos requisitos constantes das especificações constantes nesta Ata de Registro de preço;

CLAUSULA DECIMA TERCEIRA DAS PENALIDADES

13.1 O descumprimento da Ata de Registro de Preços ensejará aplicação das penalidades estabelecidas no Edital.

13.2 As sanções do item acima também se aplicam aos integrantes do cadastro de reserva, em pregão para registro de preços que, convocados, não honrarem o compromisso assumido injustificadamente, nos termos do art. 49, §1º do Decreto nº 10.024/19.

13.3 É da competência do órgão gerenciador a aplicação das penalidades decorrentes do descumprimento do pactuado nesta ata de registro de preço (art. 5º, inciso X, do Decreto nº 7.892/2013), exceto nas hipóteses em que o descumprimento disser respeito às contratações dos órgãos participantes, caso no qual caberá ao respectivo órgão participante a aplicação da penalidade (art. 6º, Parágrafo único, do Decreto nº 7.892/2013).

13.4 O órgão participante deverá comunicar ao órgão gerenciador qualquer das ocorrências previstas no art. 20 do Decreto nº 7.892/2013, dada a necessidade de instauração de procedimento para cancelamento do registro do fornecedor.

CLAUSULA DECIMA QUARTA CONDIÇÕES GERAIS

14.1 As condições gerais do fornecimento, tais como os prazos para entrega e recebimento do objeto, as obrigações da Administração e do fornecedor registrado, penalidades e demais condições do ajuste, encontram-se definidos no Termo de Referência, ANEXO AO EDITAL.

14.2 É vedado efetuar acréscimos nos quantitativos fixados nesta ata de registro de preços, inclusive o acréscimo de que trata o § 1º do art. 65 da Lei nº 8.666/93, nos termos do art. 12, §1º do Decreto nº 7892/13.

14.3 No caso de adjudicação por preço global de grupo de itens, só será admitida a contratação dos itens nas seguintes hipóteses.

14.3.1 Contratação da totalidade dos itens de grupo, respeitadas as proporções de quantitativos definidos no certame; ou

14.3.2 Contratação de item isolado para o qual o preço unitário adjudicado ao vencedor seja o menor preço válido ofertado para o mesmo item na fase de lances.

14.4 A ata de realização da sessão pública do pregão, contendo a relação dos licitantes que aceitarem cotar os bens ou serviços com preços iguais ao do licitante vencedor do certame, compõe anexo a esta Ata de Registro de Preços, nos termos do art. 11, §4º do Decreto n. 7.892, de 2014.

14.5 A existência de preços registrados não obriga a Administração a firmar as contratações de que deles poderão advir, facultada a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, sendo assegurada à Detentora do registro de preços a preferência em igualdade de condições.

14.6 A Contratada ficará obrigada a atender todos os pedidos efetuados durante a vigência desta Ata de Registro de Preços, ainda que a expiração do prazo de entrega previsto no cronograma ocorra após seu vencimento.

14.7 Manter, durante a duração da Ata de Registro de Preços, todas as condições de idoneidade exigidas nesta licitação; mais especificamente nas condições exigidas para os documentos de habilitação relativos à regularidade fiscal, de modo que as certidões devem estar válidas ou mesmo renovadas, durante o período de contratação.

CLAUSULA DECIMA QUINTA –ACÕES ADMINISTRATIVA 15.1 Comete infração administrativa nos termos da Lei nº 8.666, de 1993 e da Lei nº 10.520, de 2002, a Contratada que: 15.2 inexecutar total ou parcialmente qualquer das obrigações assumidas em decorrência da contratação; 15.3 Ensejar o retardamento da execução do objeto; 15.4 Fraudar na execução do contrato; 15.5 Comportar-se de modo inidôneo; 15.6 Cometer fraude fiscal; 15.7 Não mantiver a proposta. 15.8 A Contratada que cometer qualquer das infrações discriminadas no subitem acima ficará sujeita, sem prejuízo da responsabilidade civil e criminal, às seguintes sanções: 15.9 Advertência por faltas leves, assim entendidas aquelas que não acarretem prejuízos significativos para a Contratante; 15.10 Multa moratória de até 0,5% (zero virgula cinco por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor do contrato; 15.11 Em se tratando de inobservância do prazo fixado para apresentação da garantia (seja para reforço ou por ocasião de prorrogação), aplicar-se-á multa de 0,07% (sete centésimos por cento) do valor do contrato por dia de atraso, observado o máximo de 2% (dois por cento), de modo que o atraso superior a 25 (vinte e cinco) dias autorizará a Administração contratante a promover a rescisão do contrato; 15.12 As penalidades de multa decorrentes de fatos diversos serão consideradas independentes entre si; 15.13 Multa compensatória de até 5% (cinco por cento) sobre o valor total do contrato, no caso de inexecução total do objeto; 15.14 Em caso de inexecução parcial, a multa compensatória, no mesmo percentual do subitem acima, será aplicada de forma proporcional à obrigação inadimplida; 15.15 Suspensão de licitar e impedimento de contratar com o órgão, entidade ou unidade administrativa pela qual a Administração Pública opera e atua concretamente, pelo prazo de até dois anos; 15.16 Impedimento de licitar e contratar com a União com o conseqüente descredenciamento no SICAF pelo prazo de até cinco anos; 15.17 Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a Contratada ressarcir a Contratante pelos prejuízos causados; 15.18 Também fica sujeita às penalidades do art. 87, III e IV da Lei nº 8.666, de 1993, a Contratada que: 15.19 Tenha sofrido condenação definitiva por praticar, por meio dolosos, fraude fiscal no recolhimento de quaisquer tributos; 15.20 Tenha praticado atos ilícitos visando a frustrar os objetivos da licitação; 15.21 Demonstre não possuir idoneidade para contratar com a Administração em virtude de atos ilícitos praticados; 15.22 A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa à Contratada, observando-se o procedimento previsto na Lei nº 8.666, de 1993, e subsidiariamente a Lei nº 9.784, de 1999; 15.23 As multas devidas e/ou prejuízos causados à Contratante serão deduzidos dos valores a serem pagos, ou recolhidos em favor da União, ou deduzidos da garantia, ou ainda, quando for o caso, serão inscritos na Dívida Ativa da União e cobrados judicialmente; 15.24 Caso a Contratante determine, a multa deverá ser recolhida no prazo máximo de 5 (cinco) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente; 15.25 A autoridade competente, na aplicação das sanções, levará em consideração a gravidade da conduta do infrator, o caráter educativo da pena, bem como o dano causado à Administração, observado o princípio da proporcionalidade. 15.26 A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa à Contratada, observando-se o procedimento previsto na Lei nº 8.666, de 1993, e subsidiariamente a Lei nº 9.784, de 1999.

CLAUSULA DECIMA SEXTA DA PUBLICAÇÃO

17.1 O Contratante providenciará a publicação do presente Termo no Diário Oficial do município, nos termos do artigo 61, parágrafo único da Lei 8.666/93

CLAUSULA DECIMA SETIMA DOS ILÍCITOS PENAIS

17.1. As infrações penais tipificadas na Lei nº 8.666/93 serão objeto de processo judicial na forma legalmente prevista, sem prejuízo das demais cominações aplicáveis.

CLAUSULA DECIMA OITAVA DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

18. As partes ficam, ainda, adstritas às seguintes disposições:

I. Todas as alterações que se fizerem necessárias serão registradas por intermédio de lavratura de termo aditivo à presente ata de Registro de Preços.

II. Vinculam-se a esta Ata, para fins de análise técnica, jurídica e decisão superior o Edital de Pregão Eletrônico nº 0011/2020 e seus anexos e as propostas das classificadas.

CLAUSULA DECIMA NONA DO FORO

19.1 As partes contratantes elegem o foro de Várzea Grande-MT como competente para dirimir quaisquer questões oriundas do presente contrato, inclusive os casos omissos, que não puderem ser resolvidos pela via administrativa, renunciando a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

19.2. E por estarem de acordo, as partes firmam o presente contrato, em 02 (duas) vias de igual teor e forma para um só efeito legal, ficando uma via arquivada na sede da **CONTRATANTE**, na forma do art. 60 da Lei nº 8.666/93.

Nossa Senhora do Livramento – MT, 11 de Fevereiro de 2021.

CONTRATANTE:

SILMAR DE SOUZA GONÇALVES

Prefeito Municipal

FORNECEDOR:

Empresa Erica de Fatima Gentil

CNPJ sob o nº 36.656.877/0001-82, Insc. Estadual 13.808.314-2

Representado pelo Senhor Erica de Fatima Gentil,

RG:14107406, inscrito no CPF nº 009.876.531-05

ATA DE REGISTRO DE PREÇO 010 2021

ATA DE REGISTRO DE PREÇO 010 2021

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS PARA A FUTURA E EVENTUAL – AQUISIÇÃO DE MATERIAL PERMANENTE - MÓVEIS, ELETRODOMÉSTICOS, ELETROELETRÔNICOS E EQUIPAMENTOS HOSPITALARES, E MATERIAL DE CONSUMO – LENÇÓIS, FRONHAS, TOALHAS E TRAVESSEIROS PARA ATENDER AS NECESSIDADES DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE EM EQUIPAR AS UNIDADES DE SAÚDE E O HOSPITAL MUNICIPAL QUE ENTRE SI CELEBRAM A PREFEITURA MUNICIPAL DE NOSSA SENHORA DO LIVRAMENTO E A EMPRESA ADOVANDRO LUIZ FRAPORTI PREGÃO ELETRÔNICO Nº 11/2020 - PROCESSO ADMINISTRATIVO N.2270/2020, SRP 12 MESES AS CLAUSULAS A SEGUIR.

Pelo presente instrumento, o Município de Nossa Senhora do Livramento, inscrito no CNPJ/MF sob o nº 03.507.514/0001-26, com sede na Av. Coronel Botelho, 458– Centro, e denominado de CONTRATANTE, neste ato representada pelo seu Prefeito Municipal, Sr. Silmar de Souza Gonçalves, brasileiro, casado, empresário, portador do RG nº 279284 SSP/MT, e do CPF nº 167.522.791-87 residente e domiciliado na Estrada do Rio dos Peixes S/N Fazenda São Rafael – Zona Rural neste município em pleno exercício de seu mandato e funções, considerando o julgamento da licitação na modalidade de pregão, na forma Eletrônica, publicado sua homologação em 10 de fevereiro de 2021 • TCE/MT• ANO 10. Nº 2121 **PREGÃO ELETRÔNICO Nº 11/2020 - Processo Administrativo n.2270/2020,** registrar os preços da empresa indicada e qualificada nesta ATA, de acordo com a classificação por ela alcançada e na quantidade cotada, atendendo as condições previstas no edital, sujeitando-se as partes às normas constantes na Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993 e suas alterações, no Decreto n.º 7.892, de 23 de janeiro de 2013, e em conformidade com as disposições a seguir:

FORNECEDOR: Empresa ADOVANDRO LUIZ FRAPORTI pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o nº 07.554.943/0001-05, Insc. Estadual 037/0039874 com sede a Rua dos Imigrantes, Bairro: Lambari, Município de Encantado/RS CEP: 95960-000, neste ato representado pelo Senhor Adovandro Luiz Fraporti, portador da cédula de identidade 00288636812, inscrito no CPF nº 662.482.300-30, empresário residente e domiciliado R. Dos Imigrantes, N° 467, Bairro: Lambari, Município: Encantado/RS CEP: 95960-000.

CLAUSULA PRIMEIRA DO OBJETO, ESPECIFICAÇÕES E QUANTITATIVOS

1.1 A presente Ata tem por objeto o registro de preços para a eventual aquisição de **aquisição de material permanente - móveis, eletrodomésticos, eletroeletrônicos e equipamentos hospitalares, e material de consumo – lençóis, fronhas, toalhas e travesseiros para atender as necessidades da Secretaria Municipal de Saúde em equipar as unidades de saúde e o Hospital Municipal** no **TERMO DE REFERÊNCIA N° 024/2020** ***PREGÃO ELETRÔNICO Nº 11/2020 - Processo Administrativo n.2270/2020*** que é parte integrante desta Ata, assim como a proposta vencedora, independentemente de transcrição.

CLAUSULA SEGUNDA DOS PREÇOS, ESPECIFICAÇÕES E QUANTITATIVOS

2.1 O preço registrado, as especificações do objeto, a quantidade, fornecedor e as demais condições ofertadas na proposta são as que seguem:

Razão Social:	**Empresa ADOVANDRO LUIZ FRAPORTI** pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o nº 07.554.943/0001-05, Insc. Estadual 037/0039874
Endereço:	Rua dos Imigrantes, Bairro: Lambari, Município de Encantado/RS CEP: 95960-000
Contatos:	0145137511014
Representante:	Adovandro Luiz Fraporti

Razao Social	Lote	Descrição	Un	Marca	Modelo	Quantidade do Item	Valor do Item	Valor Total do Item
ADOVANDRO LUIZ FRAPORTI	22	POLTRONA HOSPITALAR - PARA TIPO RECLINÁVEL, ESTRUTURA EM TUBOS DE AÇO DE 1" DE DIÂMETRO COM ESPESSURA DE 1,2MM, COM TRATAMENTO ANTI-FERRUGINOSO E ACABAMENTO EM PINTURA EPOXI. SOLDA TIG OU SIMILAR, ASSENTO, ENCOSTO RECLINÁVEL E DESCANSA-PÉS EM ESPUMA DE POLIURETANO INJETADA, COM 10CM DE ESPESSURA, REVESTIMENTO REVESTIDO EM COURVIN, NA COR PRETA, COM BRAÇOS BRAÇOS E DESCANSA-PES INCORPORADOS A CADEIRA, COM ACIONAMENTO POR DISPOSITIVO LATERAL, DIMENSÕES: DIMENSÕES APROXIMADA: (70 X 90 X 90)CM (LARGURA, PROFUNDIDADE E ALTURA), INCLUI: PÉS COM PONTEIRAS DE BORRACHA ALTURA MÍNIMA DO ASSENTO: 45 CM.	UN	ALFRS	ALF PHDM	15	920,0000	13800,00000000

2.3. Nos preços supracitados estão incluídas todas as despesas relativas ao objeto contratado (tributos, seguros, encargos sociais, etc.).

2.4 A listagem do cadastro de reserva referente ao presente registro de preços consta como anexo a esta Ata. (caso houver).

CLAUSULA TERCEIRA DA GERÊNCIA DA PRESENTE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS:

3.1 Nos termos do art. 67 Lei nº 8.666, de 1993, será designado representante para acompanhar e fiscalizar a entrega dos bens, anotando em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução e determinando o que for necessário à regularização de falhas ou defeitos observados. 3.2 O recebimento de material de valor superior a R$ 80.000,00 (oitenta mil reais) será confiado a uma comissão de, no mínimo, 3 (três) membros, designados pela autoridade competente. 3.3 A fiscalização de que trata este item não exclui nem reduz a responsabilidade da Contratada, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas ou vícios redibitórios, e, na ocorrência desta, não implica em corresponsabilidade da Administração ou de seus agentes e prepostos, de conformidade com o art. 70 da Lei nº 8.666, de 1993. 3.4 O representante da Administração anotará em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução do contrato, indicando dia, mês e ano, bem como o nome dos funcionários eventualmente envolvidos, determinando o que for necessário à regularização das falhas ou defeitos observados e encaminhando os apontamentos à autoridade competente para as providências cabíveis. 3.5 Será designado para fiscalizar e acompanhar o fornecimento, do objeto da presente contratação, conforme a seguir: 3.6 A Secretaria Municipal de Saúde, designa o Servidor: **Edenilze Maciel,** que deverá atestar os documentos da despesa, quando comprovada a fiel e correta entrega para fins de pagamento.

CLAUSULA QUARTA DA ADESÃO À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

Não será admitida a adesão à ata de registro de preços decorrente desta licitação, conforme especificado no **TERMO DE REFERÊNCIA 024/2020** constante às fls. 01 a 40 **anexo ao *PREGÃO ELETRÔNICO Nº 11/2020 - Processo Administrativo n.2270/2020***.

,CLAUSULA QUINTA – VIGENCIA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO

5.2 A validade da Ata de Registro de Preços será de 12 (doze) meses a partir de sua assinatura não podendo ser prorrogada.

CLAUSULA SEXTA REVISÃO E CANCELAMENTO

6.1 A Administração realizará pesquisa de mercado periodicamente, em intervalos não superiores a 180 (cento e oitenta) dias, a fim de verificar a vantajosidade dos preços registrados nesta Ata. 6.2 Os preços registrados poderão ser revistos em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo do objeto registrado, cabendo à Administração promover as negociações junto ao fornecedor. 6.3 Quando o preço registrado tornar-se superior ao preço praticado no mercado por motivo superveniente, a Administração convocará o fornecedor para negociar a redução dos preços aos valores praticados pelo mercado.

6.4 O fornecedor que não aceitar reduzir seu preço ao valor praticado pelo mercado será liberado do compromisso assumido, sem aplicação de penalidade.

6.4.1 A ordem de classificação dos fornecedores que aceitarem reduzir seus preços aos valores de mercado observará a classificação original.

6.5 Quando o preço de mercado tornar-se superior aos preços registrados e o fornecedor não puder cumprir o compromisso, o órgão gerenciador poderá:

6.7 Liberar o fornecedor do compromisso assumido, caso a comunicação ocorra antes do pedido de fornecimento, e sem aplicação da penalidade se confirmada a veracidade dos motivos e comprovantes apresentados; e

6.8 Convocar os demais fornecedores para assegurar igual oportunidade de negociação.

6.9 Não havendo êxito nas negociações, o órgão gerenciador deverá proceder à revogação desta ata de registro de preços, adotando as medidas cabíveis para obtenção da contratação mais vantajosa.

6.10 O registro do fornecedor será cancelado quando:

6.10.1 Descumprir as condições da ata de registro de preços;

6.10.2 Não retirar a nota de empenho ou instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração, sem justificativa aceitável;

6.10.3 Não aceitar reduzir o seu preço registrado, na hipótese deste se tornar superior àqueles praticados no mercado; ou

6.10.4 Sofrer sanção administrativa cujo efeito torne-o proibido de celebrar contrato administrativo, alcançando o órgão gerenciador e órgão(s) participante(s).

6.10.5 O cancelamento de registros nas hipóteses previstas nos itens 6.6, 6.7, 6.7 será formalizado por despacho do órgão gerenciador, assegurado o contraditório e a ampla defesa.

6.10.6 O cancelamento do registro de preços poderá ocorrer por fato superveniente, decorrente de caso fortuito ou força maior, que prejudique o cumprimento da ata, devidamente comprovados e justificados:

6.10.7 Por razão de interesse público; ou

6.10.8 A pedido do fornecedor.

CLAUSULA SETIMA DOS PRAZOS DE RECEBIMENTO E DAS CONDIÇÕES DE ENTREGA

7.1 . Prazo para entrega do objeto: 15 (quinze) dias a contar da data da emissão da ordem de compra.

7.2. Prazo para recebimento provisório do objeto: 10 (dez) dias.

7.3. Prazo para recebimento definitivo do objeto: 5 (cinco) dias, contados do recebimento provisório.

7.4. Prazo para reparo, correção, reconstrução, remoção e/ou substituição do objeto, no todo ou em parte, entregue fora das especificações? **15 (quinze) dias.**

7.5. Do local de execução/entrega dos serviços/bens: Secretaria Municipal de Saúde, Av. Cel. Botelho s/n, Centro, Município de Nossa Senhora do Livramento.

7.6. Os **materiais/produtos e/ou serviços** serão recebidos provisoriamente no prazo de 10 (dez) dias, pelo(a) *responsável* pelo acompanhamento e fiscalização do contrato, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta.

7.8. Os **materiais/produtos e/ou serviços** poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, devendo ser substituídos no prazo de 15 (quinze) dias, a contar da notificação da contratada, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

7.9 Os **materiais/produtos e/ou serviços** serão recebidos definitivamente no prazo de 5 (cinco) dias, contados do recebimento provisório, após a verificação da qualidade e quantidade do material e consequente aceitação mediante termo circunstanciado.

7.10 Na hipótese de a verificação a que se refere o subitem anterior não ser procedida dentro do prazo fixado, reputar-se-á como realizada, consumando-se o recebimento definitivo no dia do esgotamento do prazo.

7.11 O recebimento provisório ou definitivo do objeto não exclui a responsabilidade da contratada pelos prejuízos resultantes da incorreta execução do contrato.

CLAUSULA OITAVA DOS PREÇOS

8.1 Os preços ofertados pela empresa signatárias da presente Ata de Registro de Preços são os constantes da planilha de preços anexa, obedecida a classificação no Pregão Eletrônico citado no preâmbulo desta, especificadas, detalhadamente, na ata de julgamento de preços, atualizado por Despacho homologatório pelo Ordenador de Despesa.

8.2 8.2 Em cada aquisição decorrente desta Ata, serão observadas, quanto ao preço, as cláusulas e condições constantes do Edital do Pregão Eletrônico n° 11/2020 citado no preâmbulo desta, que a precedeu, na íntegra, o presente instrumento de compromisso.

8.3 O preço unitário a ser pago será o constante da proposta apresentada no Pregão Eletrônico n° 011/2020 citado no preâmbulo desta, pela empresa constante da presente Ata de Registro de Preços e homologada através do despacho referido no item anterior.

CLAUSULA NONA DAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO E DAS DOTAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS:

A despesa decorrente das contratações oriundas da presente Ata, correrão à conta das seguintes dotações orçamentárias

Secretaria/Unidade	Recurso	Projeto Atividade	Ficha	Natureza de Despesa	Fonte
Sec. de Saúde	Próprio	02305	319	4.4.90.52	102
Sec. de Saúde	Próprio	02067	260	3.3.90.30	102
Sec. de Saúde	Próprio	02067	265	4.4.90.52	102

CLAUSULA DECIMA DAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO:

10.1 O pagamento será efetuado em até 10 (dez) dias após a entrega dos produtos, conforme Nota Fiscal, discriminada de acordo com a Ordem de Compra, e após atestado de recebimento definitivo dos produtos pelo fiscal do contrato indicado pela Prefeitura Municipal de Nossa Senhora do Livramento. A nota deverá ser emitida para cada secretaria de acordo com os quantitativos especificados na Ordem de Compra.

10.2 O pagamento será creditado em favor do fornecedor através de ordem bancária, contra qualquer banco indicado na proposta, devendo para isto, ficar explicitado o nome, número da agência e o número da conta corrente em que deverá ser efetivado o crédito.

10.3 Considera-se ocorrido o recebimento da nota fiscal ou fatura no momento em que o órgão contratante atestar a execução do objeto do contrato. 10.4 A Nota Fiscal ou Fatura deverá ser obrigatoriamente acompanhada da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta on-line ao SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 29 da Lei nº 8.666, de 1993. 10.5 Constatando-se, a situação de irregularidade do fornecedor contratado, deverão ser tomadas as providências previstas no do art. 31 da Instrução Normativa nº 3, de 26 de abril de 2018. 10.6 Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal ou dos documentos pertinentes à contratação, ou, ainda, circunstância que impeça a liquidação da despesa, como, por exemplo, obrigação financeira pendente, decorrente de penalidade imposta ou inadimplência, o pagamento ficará sobrestado até que a Contratada providencie as medidas saneadoras. Nesta hipótese, o prazo para pagamento iniciar-se-á após a comprovação da regularização da situação, não acarretando qualquer ônus para a Contratante. 10.7 Será

considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento. 10.8 Antes de cada pagamento à contratada, será realizada consulta ao SICAF para verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas no edital. 10.9 Constatando-se, a situação de irregularidade da contratada, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério da contratante. 10.10 Previamente à emissão de nota de empenho e a cada pagamento, a Administração deverá realizar consulta ao SICAF para identificar possível suspensão temporária de participação em licitação, no âmbito do órgão ou entidade, proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas, observado o disposto no art. 29, da Instrução Normativa nº 3, de 26 de abril de 2018. 10.11 Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, a contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência da contratada, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos. 10.12 Persistindo a irregularidade, a contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada à contratada a ampla defesa. 10.13 Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso a contratada não regularize sua situação junto ao SICAF. 10.14 .Será rescindido o contrato em execução com a contratada inadimplente no SICAF, salvo por motivo de economicidade, segurança nacional ou outro de interesse público de alta relevância, devidamente justificado, em qualquer caso, pela máxima autoridade da contratante. 10.15 Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável. 10.16 A Contratada regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar. 10.17 Nos casos de eventuais atrasos de pagamento, desde que a Contratada não tenha concorrido, de alguma forma, para tanto, fica convencionado que a taxa de compensação financeira devida pela Contratante, entre a data do vencimento e o efetivo adimplemento da parcela, é calculada mediante a aplicação da seguinte fórmula:

EM = I x N x VP, sendo:

EM = Encargos moratórios;

N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento;

VP = Valor da parcela a ser paga.

I = Índice de compensação financeira = 0,00016438, assim apurado:

I = (TX)	I =	(6 / 100)	I = 0,00016438 TX = Percentual da taxa anual = 6%

365

10.18. A Prefeitura Municipal de Nossa Senhora do Livramento pagará à contratada, pelos materiais, os preços integrantes da proposta aprovada, ressalvada a ocorrência de imprevistos. Fica expressamente estabelecido que no preço global estão incluídos todos os custos diretos e indiretos para o fornecimento, de acordo com as condições previstas nas Especificações e nas Normas indicadas neste processo.

10.19. Não haverá, sob hipótese alguma, pagamento antecipado.

10.20. Não será efetuado o pagamento em nome de terceiros, ou em conta de Poupança, sendo que referido pagamento poderá ficar suspenso até que sejam devidamente cumpridas as exigências do Edital.

10.21. A critério da Administração poderão ser utilizados os pagamentos devidos para cobrir possíveis despesas com multas, indenizações a terceiros, ou outras de responsabilidade da Adjudicada.

10.22. Nenhum pagamento será efetuado ao fornecedor enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação. Esse fato não será gerador de direito a reajustamento de preços ou a atualização monetária.

10.23. A Contratante não efetuará pagamento de título descontado, ou por meio de cobrança em banco, bem como, os que forem negociados com terceiros por intermédio da operação de “factoring”.

10.24. Os pagamentos serão efetuados pela tesouraria à vista de Nota Fiscal Eletrônica – NFe, apresentadas, que deverão ser enviadas para o serviço de email institucional Prefeitura a seguir: nfe@nossasenhoradolivramento.mt.gov.br, e a DANFE deverá ser emitida e acompanhar a mercadoria.

10.25. Havendo divergência ou erro na emissão da Nota Fiscal Eletrônica-NFe, modelo 55, será interrompida a contagem do prazo para fins de pagamento, sendo iniciada nova contagem somente após a regularização da referida Nota fiscal Eletrônica - NFe;

CLAUSULA DECIMA PRIMEIRA **DAS OBRIGAÇÕES DA DETENTORA DO REGISTRO:**

11.1A Contratada deve cumprir todas as obrigações constantes no Edital, seus anexos e sua proposta, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto e, ainda. 11.2 efetuar a entrega do objeto em perfeitas condições, conforme especificações, prazo e local constantes no Edital e seus anexos, acompanhado da respectiva nota fiscal, na qual constarão as indicações referentes a: *marca, fabricante, modelo, procedência e prazo de garantia* ***de no mínimo um ano*** 11.3 responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com os artigos 12, 13 e 17 a 27, do Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990); 11.4 substituir, reparar ou corrigir, às suas expensas, no prazo fixado nesta Ata de Registro de Preço, o objeto com avarias ou defeitos; 11.5 comunicar à Contratante, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas que antecede a data da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação; 11.6 manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação; 11.7 indicar preposto para representá-la durante a execução do contrato. 11.8 Assumir todos os encargos trabalhistas, previdenciários, securitários, fiscais, tributários e quaisquer outros resultantes da execução do Contrato, os quais já estão incluídos no custo total, ficando a Contratante isenta do pagamento de quaisquer obrigações decorrentes da execução do instrumento contratual. 11.9 Emitir a nota fiscal/fatura, obrigatoriamente em concordância com a nota de empenho, a fim de que não seja protelado o pagamento da despesa, sob pena de ser exigido da Contratada o refaturamento. 11.10 **O recebimento e o acompanhamento dos prazos para a entrega dos equipamentos serão feitos por prepostos especi-**

almente designados para sua fiscalização. 11.11 Arcar com todas as despesas, diretas ou indiretas, impostos, taxas, encargos, royalties, seguros, fretes – carrego e descarrego, decorrentes do fornecimento dos bens, sem qualquer ônus para a Prefeitura Municipal de Nossa Senhora do Livramento. 11.12 Responsabilizar-se pelos danos causados diretamente à Administração ou a terceiros, decorrente de sua culpa ou dolo até a entrega do produto, incluindo as entregas feitas por transportadoras. 11.13 Prestar todos os esclarecimentos que forem solicitados pela Administração, durante a execução desta aquisição. 11.14 Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, de acordo com os artigos 14 e 17 a 27, do Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990), ficando a Contratante autorizada a descontar da garantia, caso exigida no edital, ou dos pagamentos devidos à Contratada, o valor correspondente aos danos sofridos; 11.15 Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento ao objeto da licitação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados nos incisos do § 1º do art. 57 da Lei nº 8.666, de 1993.;

CLAUSULA DECIMA SEGUNDA DAS OBRIGAÇÕES DO ÓRGÃO REQUISITANTE:

12.1 **São obrigações da Contratante:**

12.1.1 receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Edital e seus anexos;

12.1.2 verificar minuciosamente, no prazo fixado, a conformidade dos bens recebidos provisoriamente com as especificações constantes do Edital e da proposta, para fins de aceitação e recebimento definitivo;

12.1.3 comunicar à Contratada, por escrito, sobre imperfeições, falhas ou irregularidades verificadas no objeto fornecido, para que seja substituído, reparado ou corrigido;

12.1.4 acompanhar e fiscalizar o cumprimento das obrigações da Contratada, através de comissão/servidor especialmente designado;

12.1.5 efetuar o pagamento à Contratada no valor correspondente ao fornecimento do objeto, no prazo e forma estabelecidos no Edital e seus anexos;

12.1.6 A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pela Contratada com terceiros, ainda que vinculados à execução do presente Termo de Contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato da Contratada, de seus empregados, prepostos ou subordinados. 12.1.7 A contratante deverá obrigatoriamente reter os valores relativos às contribuições previdenciárias, devendo constar estas informações no edital e contrato. 12.1.8 Notificar a contratada, fixando-lhe prazos para corrigir defeitos ou irregularidades encontradas na execução dos serviços; 12.1.9 Fornecer todas as informações necessárias para a execução dos serviços; 12.1.10 A contratante deverá fornecer ao emitir a ordem de fornecimento especificando o local, horário e data que será realizado o serviço pela empresa. 12.1.11 Notificar por escrito, a empresa contratada, de toda e qualquer irregularidade constatada durante o fornecimento; 12.1.12 Disponibilizar local para a entrega dos equipamentos 12.1.13 Nenhum pagamento será efetuado à empresa detentora do registro, enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação. Esse fato não será gerador de direito a reajustamento de preços ou a atualização monetária. 12.1.14 A Prefeitura Municipal de Nossa Senhora do Livramento se reserva o direito de fiscalizar e pedir justificativas quanto à qualidade e demais condições do fornecimento, através de pessoas previamente designadas, que poderão rejeitar, no todo ou em parte, o(s) equipamento(s). 12.1.15 Designar servidor da Secretaria demandante, para proceder para recebimento dos bens; 12.1.16 Rejeitar os produtos que não atendam aos requisitos constantes das especificações constantes nesta Ata de Registro de preço;

CLAUSULA DECIMA TERCEIRA DAS PENALIDADES

13.1 O descumprimento da Ata de Registro de Preços ensejará aplicação das penalidades estabelecidas no Edital.

13.2 As sanções do item acima também se aplicam aos integrantes do cadastro de reserva, em pregão para registro de preços que, convocados, não honrarem o compromisso assumido injustificadamente, nos termos do art. 49, §1º do Decreto nº 10.024/19.

13.3 É da competência do órgão gerenciador a aplicação das penalidades decorrentes do descumprimento do pactuado nesta ata de registro de preço (art. 5º, inciso X, do Decreto nº 7.892/2013), exceto nas hipóteses em que o descumprimento disser respeito às contratações dos órgãos participantes, caso no qual caberá ao respectivo órgão participante a aplicação da penalidade (art. 6º, Parágrafo único, do Decreto nº 7.892/2013).

13.4 O órgão participante deverá comunicar ao órgão gerenciador qualquer das ocorrências previstas no art. 20 do Decreto nº 7.892/2013, dada a necessidade de instauração de procedimento para cancelamento do registro do fornecedor.

CLAUSULA DECIMA QUARTA CONDIÇÕES GERAIS

14.1 As condições gerais do fornecimento, tais como os prazos para entrega e recebimento do objeto, as obrigações da Administração e do fornecedor registrado, penalidades e demais condições do ajuste, encontram-se definidos no Termo de Referência, ANEXO AO EDITAL.

14.2 É vedado efetuar acréscimos nos quantitativos fixados nesta ata de registro de preços, inclusive o acréscimo de que trata o § 1º do art. 65 da Lei nº 8.666/93, nos termos do art. 12, §1º do Decreto nº 7892/13.

14.3 No caso de adjudicação por preço global de grupo de itens, só será admitida a contratação dos itens nas seguintes hipóteses.

14.3.1 Contratação da totalidade dos itens de grupo, respeitadas as proporções de quantitativos definidos no certame; ou

14.3.2 Contratação de item isolado para o qual o preço unitário adjudicado ao vencedor seja o menor preço válido ofertado para o mesmo item na fase de lances.

14.4 A ata de realização da sessão pública do pregão, contendo a relação dos licitantes que aceitarem cotar os bens ou serviços com preços iguais ao do licitante vencedor do certame, compõe anexo a esta Ata de Registro de Preços, nos termos do art. 11, §4º do Decreto n. 7.892, de 2014.

14.5 A existência de preços registrados não obriga a Administração a firmar as contratações de que deles poderão advir, facultada a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, sendo assegurada à Detentora do registro de preços a preferência em igualdade de condições.

14.6 A Contratada ficará obrigada a atender todos os pedidos efetuados durante a vigência desta Ata de Registro de Preços, ainda que a expiração do prazo de entrega previsto no cronograma ocorra após seu vencimento.

14.7 Manter, durante a duração da Ata de Registro de Preços, todas as condições de idoneidade exigidas nesta licitação; mais especificamente nas condições exigidas para os documentos de habilitação relativos à regularidade fiscal, de modo que as certidões devem estar válidas ou mesmo renovadas, durante o período de contratação.

CLAUSULA DECIMA QUINTA –ACÕES ADMINISTRATIVA 15.1 Comete infração administrativa nos termos da Lei nº 8.666, de 1993 e da Lei nº 10.520, de 2002, a Contratada que: 15.2 inexecutar total ou parcialmente qualquer das obrigações assumidas em decorrência da contratação; 15.3 Ensejar o retardamento da execução do objeto; 15.4 Fraudar na execução do contrato; 15.5 Comportar-se de modo inidôneo; 15.6 Cometer fraude fiscal; 15.7 Não mantiver a proposta. 15.8 A Contratada que cometer qualquer das infrações discriminadas no subitem acima ficará sujeita, sem prejuízo da responsabilidade civil e criminal, às seguintes sanções: 15.9 Advertência por faltas leves, assim entendidas aquelas que não acarretem prejuízos significativos para a Contratante; 15.10 Multa moratória de até 0,5% (zero virgula cinco por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor do contrato; 15.11 Em se tratando de inobservância do prazo fixado para apresentação da garantia (seja para reforço ou por ocasião de prorrogação), aplicar-se-á multa de 0,07% (sete centésimos por cento) do valor do contrato por dia de atraso, observado o máximo de 2% (dois por cento), de modo que o atraso superior a 25 (vinte e cinco) dias autorizará a Administração contratante a promover a rescisão do contrato; 15.12 As penalidades de multa decorrentes de fatos diversos serão consideradas independentes entre si; 15.13 Multa compensatória de até 5% (cinco por cento) sobre o valor total do contrato, no caso de inexecução total do objeto; 15.14 Em caso de inexecução parcial, a multa compensatória, no mesmo percentual do subitem acima, será aplicada de forma proporcional à obrigação inadimplida; 15.15 Suspensão de licitar e impedimento de contratar com o órgão, entidade ou unidade administrativa pela qual a Administração Pública opera e atua concretamente, pelo prazo de até dois anos; 15.16 Impedimento de licitar e contratar com a União com o conseqüente descredenciamento no SICAF pelo prazo de até cinco anos; 15.17 Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a Contratada ressarcir a Contratante pelos prejuízos causados; 15.18 Também fica sujeita às penalidades do art. 87, III e IV da Lei nº 8.666, de 1993, a Contratada que: 15.19 Tenha sofrido condenação definitiva por praticar, por meio dolosos, fraude fiscal no recolhimento de quaisquer tributos; 15.20 Tenha praticado atos ilícitos visando a frustrar os objetivos da licitação; 15.21 Demonstre não possuir idoneidade para contratar com a Administração em virtude de atos ilícitos praticados; 15.22 A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa à Contratada, observando-se o procedimento previsto na Lei nº 8.666, de 1993, e subsidiariamente a Lei nº 9.784, de 1999; 15.23 As multas devidas e/ou prejuízos causados à Contratante serão deduzidos dos valores a serem pagos, ou recolhidos em favor da União, ou deduzidos da garantia, ou ainda, quando for o caso, serão inscritos na Dívida Ativa da União e cobrados judicialmente; 15.24 Caso a Contratante determine, a multa deverá ser recolhida no prazo máximo de 5 (cinco) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente; 15.25 A autoridade competente, na aplicação das sanções, levará em consideração a gravidade da conduta do infrator, o caráter educativo da pena, bem como o dano causado à Administração, observado o princípio da proporcionalidade. 15.26 A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa à Contratada, observando-se o procedimento previsto na Lei nº 8.666, de 1993, e subsidiariamente a Lei nº 9.784, de 1999.

CLAUSULA DECIMA SEXTA DA PUBLICAÇÃO

17.1 O Contratante providenciará a publicação do presente Termo no Diário Oficial do município, nos termos do artigo 61, parágrafo único da Lei 8.666/93

CLAUSULA DECIMA SETIMA DOS ILÍCITOS PENAIS

17.1. As infrações penais tipificadas na Lei nº 8.666/93 serão objeto de processo judicial na forma legalmente prevista, sem prejuízo das demais cominações aplicáveis.

CLAUSULA DECIMA OITAVA DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

18. As partes ficam, ainda, adstritas às seguintes disposições:

I. Todas as alterações que se fizerem necessárias serão registradas por intermédio de lavratura de termo aditivo à presente ata de Registro de Preços.

II. Vinculam-se a esta Ata, para fins de análise técnica, jurídica e decisão superior o Edital de Pregão Eletrônico nº 0011/2020 e seus anexos e as propostas das classificadas.

CLAUSULA DECIMA NONA DO FORO

19.1 As partes contratantes elegem o foro de Várzea Grande-MT como competente para dirimir quaisquer questões oriundas do presente contrato, inclusive os casos omissos, que não puderem ser resolvidos pela via administrativa, renunciando a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

19.2. E por estarem de acordo, as partes firmam o presente contrato, em 02 (duas) vias de igual teor e forma para um só efeito legal, ficando uma via arquivada na sede da **CONTRATANTE**, na forma do art. 60 da Lei nº 8.666/93.

Nossa Senhora do Livramento – MT, 11 de Fevereiro de 2021.

CONTRATANTE:

SILMAR DE SOUZA GONÇALVES

Prefeito Municipal

FORNECEDOR:

Empresa ADOVANDRO LUIZ FRAPORTI

CNPJ sob o nº 07.554.943/0001-05, Insc. Estadual 037/0039874

Representado pelo Senhor Adovandro Luiz Fraporti

RG 00288636812 e CPF nº 662.482.300-30

CONTRATO TEMPORARIO POR TEMPO DETERMINADO Nº 009 E 010/2021

CONTRATO TEMPORARIO POR TEMPO DETERMINADO Nº 010/2021

CONTRATANTE: Prefeitura Municipal de Nossa Senhora do Livramento - MT.

CONTRATADO: **PAULO LUCIANO DAS DORES CAMPOS**

OBJETO: Atividades inerentes a função de Apoio Municipal

Cargo: APOIO MUNICIPAL

VIGENCIA: 01/02/2021 à 31/12/2021

DOTAÇÃO: **08.001.04.122.2074.31.90.04-352**

Nossa Senhora do Livramento - MT, 23 de Fevereiro de 2021.

CONTRATO TEMPORARIO POR TEMPO DETERMINADO Nº 009/2021

CONTRATANTE: Prefeitura Municipal de Nossa Senhora do Livramento - MT.

CONTRATADO: **EZEQUIEL DIVINO DE MORAIS**

OBJETO: Atividades inerentes a função de Apoio Municipal

Cargo: APOIO MUNICIPAL

VIGENCIA: 01/02/2021 à 31/12/2021

DOTAÇÃO: **08.001.04.122.2074.31.90.04-352.**

Nossa Senhora do Livramento - MT, 23 de Fevereiro de 2021

PORTARIA Nº. 266/2021

PORTARIA Nº. 266/2021

Walquiria Conceição de Medeiros, Coordenadora de Recursos Humanosda Prefeitura Municipal de Nossa Senhora do Livramento - MT – usando de suas atribuições legais.

Resolve:

Art. 1º - Conceder 01 (um) período de licença prêmio conforme parecer jurídico ao servidor Municipal: **Amom Silva Souza,** matricula nº 6109 lotado na Secretaria Municipal de Saúde no cargo de Técnico de Enfermagem/ Assistente de Saúde, referente ao período aquisitivo de 2007/2012, conforme processo 70/2021, compreendido de **01/03/2021 a 29/05/2021**;

Nossa Senhora do Livramento - MT, 23 de Fevereiro de 2021.

Walquiria Conceição de Medeiros

Coordenadora de Recursos Humanos

ATA DE REGISTRO DE PREÇO 009 2021

ATA DE REGISTRO DE PREÇO 009 2021

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS PARA A FUTURA E EVENTUAL – AQUISIÇÃO DE MATERIAL PERMANENTE - MÓVEIS, ELETRODOMÉSTICOS, ELETROELETRÔNICOS E EQUIPAMENTOS HOSPITALARES, E MATERIAL DE CONSUMO – LENÇÓIS, FRONHAS, TOALHAS E TRAVESSEIROS PARA ATENDER AS NECESSIDADES DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE EM EQUIPAR AS UNIDADES DE SAÚDE E O HOSPITAL MUNICIPAL QUE ENTRE SI CELEBRAM A PREFEITURA MUNICIPAL DE NOSSA SENHORA DO LIVRAMENTO E A EMPRESA INDUSTRIA E COMERCIO COLCHOES ORTHOVIDA LTDA EPP PREGÃO ELETRÔNICO Nº 11/2020 - PROCESSO ADMINISTRATIVO N.2270/2020, SRP 12 MESES AS CLAUSULAS A SEGUIR.

Pelo presente instrumento, o Município de Nossa Senhora do Livramento, inscrito no CNPJ/MF sob o nº 03.507.514/0001-26, com sede na Av. Coronel Botelho, 458– Centro, e denominado de CONTRATANTE, neste ato representada pelo seu Prefeito Municipal, Sr. Silmar de Souza Gonçalves, brasileiro, casado, empresário, portador do RG nº 279284 SSP/MT, e do CPF nº 167.522.791-87 residente e domiciliado na Estrada do Rio dos Peixes S/N Fazenda São Rafael – Zona Rural neste município em pleno exercício de seu mandato e funções, considerando o julgamento da licitação na modalidade de pregão, na forma Eletrônica, publicado sua homologação em 10 de fevereiro de 2021 • TCE/MT• ANO 10. Nº 2121 **PREGÃO ELETRÔNICO Nº 11/2020 - Processo Administrativo n.2270/2020,** registrar os preços da empresa indicada e qualificada nesta ATA, de acordo com a classificação por ela alcançada e na quantidade cotada, atendendo as condições previstas no edital, sujeitando-se as partes às normas constantes na Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993 e suas alterações, no Decreto n.º 7.892, de 23 de janeiro de 2013, e em conformidade com as disposições a seguir:

FORNECEDOR: Empresa INDUSTRIA E COMERCIO COLCHOES ORTHOVIDA LTDA EPP pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o nº 07.628.070/0001-38, Insc. Estadual 2094201130023 com sede a Avenida Bias Fortes 405 Vila de Lourdes Curvelo/MG, CEP: 35790-000, neste ato representado pelo Senhor Anderson Carlos Diniz Silva, portador da cédula de identidade 14854629 SSP/MG, inscrito no CPF nº 083.721.346-00, empresário, residente e domiciliado a Rua Campos Eliesios 151 Bairro Jardim Paraiso Curvelo MG CEP: 35790-00.

CLAUSULA PRIMEIRA DO OBJETO, ESPECIFICAÇÕES E QUANTITATIVOS

1.1 A presente Ata tem por objeto o registro de preços para a eventual aquisição de **aquisição de material permanente - móveis, eletrodomésticos, eletroeletrônicos e equipamentos hospitalares, e material de consumo – lençóis, fronhas, toalhas e travesseiros para atender as necessidades da Secretaria Municipal de Saúde em equipar as unidades de saúde e o Hospital Municipal** no **TERMO DE REFERÊNCIA N° 024/2020** ***PREGÃO ELETRÔNICO Nº 11/2020 - Processo Administrativo n.2270/2020*** que é parte integrante desta Ata, assim como a proposta vencedora, independentemente de transcrição.

CLAUSULA SEGUNDA DOS PREÇOS, ESPECIFICAÇÕES E QUANTITATIVOS

2.1 O preço registrado, as especificações do objeto, a quantidade, fornecedor e as demais condições ofertadas na proposta são as que seguem:

Razão Social:	**Empresa INDUSTRIA E COMERCIO COLCHOES ORTHOVIDA LTDA EPP** pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o nº 07.628.070/0001-38, Insc. Estadual 2094201130023
Endereço:	Avenida Bias Fortes 405 Vila de Lourdes Curvelo/MG, CEP: 35790-000
Contatos:	38 9980897173 38 37216983 38 3721 9177 e mail orthovidacvo@gmail.com
Representante:	Anderson Carlos Diniz Silva

Razao Social	CNPJ	Lote	Descrição	Unidade	Marca	Modelo	Quantidade do Item	Valor do Item	Valor Total do Item

INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE COLCHÕES ORTHOVIDA LTDA	07628070000138	12	FRONHA - MEDINDO EM MÉDIA 70CM DE COMPRIMENTO E 80CM DE LARGURA, NA COR BRANCA,SERIGRAFADA,USO HOSPITALAR, 50% POLIESTER,50% ALGODAO.	UN	ORTHOVIDA	CONFORT	40	9,0000	360,00
INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE COLCHÕES ORTHOVIDA LTDA	07628070000138	15	LENÇOL HOSPITALAR - 100% ALGODÃO, TIPO PERCAL, SEM ELASTICO, RESISTENTE A MULTIPLAS LAVAGENS E AO CLORO, TEXTURA ENCORPADA, MEDINDO: 2,15M X 1,30M,	UN	ORTHOVIDA	CONFORT	100	31,8000	3.180,00

2.3. Nos preços supracitados estão incluídas todas as despesas relativas ao objeto contratado (tributos, seguros, encargos sociais, etc.).

2.4 A listagem do cadastro de reserva referente ao presente registro de preços consta como anexo a esta Ata. (caso houver).

CLAUSULA TERCEIRA DA GERÊNCIA DA PRESENTE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS:

3.1 Nos termos do art. 67 Lei nº 8.666, de 1993, será designado representante para acompanhar e fiscalizar a entrega dos bens, anotando em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução e determinando o que for necessário à regularização de falhas ou defeitos observados. 3.2 O recebimento de material de valor superior a R$ 80.000,00 (oitenta mil reais) será confiado a uma comissão de, no mínimo, 3 (três) membros, designados pela autoridade competente. 3.3 A fiscalização de que trata este item não exclui nem reduz a responsabilidade da Contratada, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas ou vícios redibitórios, e, na ocorrência desta, não implica em corresponsabilidade da Administração ou de seus agentes e prepostos, de conformidade com o art. 70 da Lei nº 8.666, de 1993. 3.4 O representante da Administração anotará em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução do contrato, indicando dia, mês e ano, bem como o nome dos funcionários eventualmente envolvidos, determinando o que for necessário à regularização das falhas ou defeitos observados e encaminhando os apontamentos à autoridade competente para as providências cabíveis. 3.5 Será designado para fiscalizar e acompanhar o fornecimento, do objeto da presente contratação, conforme a seguir: 3.6 A Secretaria Municipal de Saúde, designa o Servidor: **Edenilze Maciel,** que deverá atestar os documentos da despesa, quando comprovada a fiel e correta entrega para fins de pagamento.

CLAUSULA QUARTA DA ADESÃO À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

Não será admitida a adesão à ata de registro de preços decorrente desta licitação, conforme especificado no **TERMO DE REFERÊNCIA 024/2020** constante às fls. 01 a 40 **anexo ao *PREGÃO ELETRÔNICO Nº 11/2020 - Processo Administrativo n.2270/2020***.

,CLAUSULA QUINTA – VIGENCIA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO

5.2 A validade da Ata de Registro de Preços será de 12 (doze) meses a partir de sua assinatura não podendo ser prorrogada.

CLAUSULA SEXTA REVISÃO E CANCELAMENTO

6.1 A Administração realizará pesquisa de mercado periodicamente, em intervalos não superiores a 180 (cento e oitenta) dias, a fim de verificar a vantajosidade dos preços registrados nesta Ata. 6.2 Os preços registrados poderão ser revistos em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo do objeto registrado, cabendo à Administração promover as negociações junto ao fornecedor. 6.3 Quando o preço registrado tornar-se superior ao preço praticado no mercado por motivo superveniente, a Administração convocará o fornecedor para negociar a redução dos preços aos valores praticados pelo mercado.

6.4 O fornecedor que não aceitar reduzir seu preço ao valor praticado pelo mercado será liberado do compromisso assumido, sem aplicação de penalidade.

6.4.1 A ordem de classificação dos fornecedores que aceitarem reduzir seus preços aos valores de mercado observará a classificação original.

6.5 Quando o preço de mercado tornar-se superior aos preços registrados e o fornecedor não puder cumprir o compromisso, o órgão gerenciador poderá:

6.7 Liberar o fornecedor do compromisso assumido, caso a comunicação ocorra antes do pedido de fornecimento, e sem aplicação da penalidade se confirmada a veracidade dos motivos e comprovantes apresentados; e

6.8 Convocar os demais fornecedores para assegurar igual oportunidade de negociação.

6.9 Não havendo êxito nas negociações, o órgão gerenciador deverá proceder à revogação desta ata de registro de preços, adotando as medidas cabíveis para obtenção da contratação mais vantajosa.

6.10 O registro do fornecedor será cancelado quando:

6.10.1 Descumprir as condições da ata de registro de preços;

6.10.2 Não retirar a nota de empenho ou instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração, sem justificativa aceitável;

6.10.3 Não aceitar reduzir o seu preço registrado, na hipótese deste se tornar superior àqueles praticados no mercado; ou

6.10.4 Sofrer sanção administrativa cujo efeito torne-o proibido de celebrar contrato administrativo, alcançando o órgão gerenciador e órgão(s) participante(s).

6.10.5 O cancelamento de registros nas hipóteses previstas nos itens 6.6, 6.7, 6.7 será formalizado por despacho do órgão gerenciador, assegurado o contraditório e a ampla defesa.

6.10.6 O cancelamento do registro de preços poderá ocorrer por fato superveniente, decorrente de caso fortuito ou força maior, que prejudique o cumprimento da ata, devidamente comprovados e justificados:

6.10.7 Por razão de interesse público; ou

6.10.8 A pedido do fornecedor.

CLAUSULA SETIMA DOS PRAZOS DE RECEBIMENTO E DAS CONDIÇÕES DE ENTREGA

7.1 . Prazo para entrega do objeto: 15 (quinze) dias a contar da data da emissão da ordem de compra.

7.2. Prazo para recebimento provisório do objeto: 10 (dez) dias.

7.3. Prazo para recebimento definitivo do objeto: 5 (cinco) dias, contados do recebimento provisório.

7.4. Prazo para reparo, correção, reconstrução, remoção e/ou substituição do objeto, no todo ou em parte, entregue fora das especificações? **15 (quinze) dias.**

7.5. Do local de execução/entrega dos serviços/bens: Secretaria Municipal de Saúde, Av. Cel. Botelho s/n, Centro, Município de Nossa Senhora do Livramento.

7.6. Os **materiais/produtos e/ou serviços** serão recebidos provisoriamente no prazo de 10 (dez) dias, pelo(a) responsável pelo acompanhamento e fiscalização do contrato, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta.

7.8. Os **materiais/produtos e/ou serviços** poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, devendo ser substituídos no prazo de 15 (quinze) dias, a contar da notificação da contratada, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

7.9 Os **materiais/produtos e/ou serviços** serão recebidos definitivamente no prazo de 5 (cinco) dias, contados do recebimento provisório, após a verificação da qualidade e quantidade do material e consequente aceitação mediante termo circunstanciado.

7.10 Na hipótese de a verificação a que se refere o subitem anterior não ser procedida dentro do prazo fixado, reputar-se-á como realizada, consumando-se o recebimento definitivo no dia do esgotamento do prazo.

7.11 O recebimento provisório ou definitivo do objeto não exclui a responsabilidade da contratada pelos prejuízos resultantes da incorreta execução do contrato.

CLAUSULA OITAVA DOS PREÇOS

8.1 Os preços ofertados pela empresa signatárias da presente Ata de Registro de Preços são os constantes da planilha de preços anexa, obedecida a classificação no Pregão Eletrônico citado no preâmbulo desta, especificadas, detalhadamente, na ata de julgamento de preços, atualizado por Despacho homologatório pelo Ordenador de Despesa.

8.2 8.2 Em cada aquisição decorrente desta Ata, serão observadas, quanto ao preço, as cláusulas e condições constantes do Edital do Pregão Eletrônico n° 11/2020 citado no preâmbulo desta, que a precedeu, na íntegra, o presente instrumento de compromisso.

8.3 O preço unitário a ser pago será o constante da proposta apresentada no Pregão Eletrônico n° 011/2020 citado no preâmbulo desta, pela empresa constante da presente Ata de Registro de Preços e homologada através do despacho referido no item anterior.

CLAUSULA NONA DAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO E DAS DOTAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS:

A despesa decorrente das contratações oriundas da presente Ata, correrão à conta das seguintes dotações orçamentárias

Secretaria/Unidade	Recurso	Projeto Atividade	Ficha	Natureza de Despesa	Fonte
Sec. de Saúde	Próprio	02305	319	4.4.90.52	102
Sec. de Saúde	Próprio	02067	260	3.3.90.30	102
Sec. de Saúde	Próprio	02067	265	4.4.90.52	102

CLAUSULA DECIMA DAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO:

10.1 O pagamento será efetuado em até 10 (dez) dias após a entrega dos produtos, conforme Nota Fiscal, discriminada de acordo com a Ordem de Compra, e após atestado de recebimento definitivo dos produtos pelo fiscal do contrato indicado pela Prefeitura Municipal de Nossa Senhora do Livramento. A nota deverá ser emitida para cada secretaria de acordo com os quantitativos especificados na Ordem de Compra.

10.2 O pagamento será creditado em favor do fornecedor através de ordem bancária, contra qualquer banco indicado na proposta, devendo para isto, ficar explicitado o nome, número da agência e o número da conta corrente em que deverá ser efetivado o crédito.

10.3 Considera-se ocorrido o recebimento da nota fiscal ou fatura no momento em que o órgão contratante atestar a execução do objeto do contrato. 10.4 A Nota Fiscal ou Fatura deverá ser obrigatoriamente acompanhada da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta on-line ao SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 29 da Lei nº 8.666, de 1993. 10.5 Constatando-se, a situação de irregularidade do fornecedor contratado, deverão ser tomadas as providências previstas no do art. 31 da Instrução Normativa nº 3, de 26 de abril de 2018. 10.6 Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal ou dos documentos pertinentes à contratação, ou, ainda, circunstância que impeça a liquidação da despesa, como, por exemplo, obrigação financeira pendente, decorrente de penalidade imposta ou inadimplência, o pagamento ficará sobrestado até que a Contratada providencie as medidas saneadoras. Nesta hipótese, o prazo para pagamento iniciar-se-á após a comprovação da regularização da situação, não acarretando qualquer ônus para a Contratante. 10.7 Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento. 10.8 Antes de cada pagamento à contratada, será realizada consulta ao SICAF para verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas no edital. 10.9 Constatando-se, a situação de irregularidade da contratada, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério da contratante. 10.10 Previamente à emissão de nota de empenho e a cada pagamento, a Administração deverá realizar consulta ao SICAF para identificar possível suspensão temporária de participação em licitação, no âmbito do órgão ou entidade, proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas, observado o disposto no art. 29, da Instrução Normativa nº 3, de 26 de abril de 2018. 10.11 Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, a contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência da contratada,

bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos. 10.12 Persistindo a irregularidade, a contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada à contratada a ampla defesa. 10.13 Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso a contratada não regularize sua situação junto ao SICAF. 10.14 .Será rescindido o contrato em execução com a contratada inadimplente no SICAF, salvo por motivo de economicidade, segurança nacional ou outro de interesse público de alta relevância, devidamente justificado, em qualquer caso, pela máxima autoridade da contratante. 10.15 Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável. 10.16 A Contratada regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar. 10.17 Nos casos de eventuais atrasos de pagamento, desde que a Contratada não tenha concorrido, de alguma forma, para tanto, fica convencionado que a taxa de compensação financeira devida pela Contratante, entre a data do vencimento e o efetivo adimplemento da parcela, é calculada mediante a aplicação da seguinte fórmula:

EM = I x N x VP, sendo:

EM = Encargos moratórios;

N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento;

VP = Valor da parcela a ser paga.

I = Índice de compensação financeira = 0,00016438, assim apurado:

I = (TX)	I =	(6 / 100)	I = 0,00016438 TX = Percentual da taxa anual = 6%

365

10.18. A Prefeitura Municipal de Nossa Senhora do Livramento pagará à contratada, pelos materiais, os preços integrantes da proposta aprovada, ressalvada a ocorrência de imprevistos. Fica expressamente estabelecido que no preço global estão incluídos todos os custos diretos e indiretos para o fornecimento, de acordo com as condições previstas nas Especificações e nas Normas indicadas neste processo.

10.19. Não haverá, sob hipótese alguma, pagamento antecipado.

10.20. Não será efetuado o pagamento em nome de terceiros, ou em conta de Poupança, sendo que referido pagamento poderá ficar suspenso até que sejam devidamente cumpridas as exigências do Edital.

10.21. A critério da Administração poderão ser utilizados os pagamentos devidos para cobrir possíveis despesas com multas, indenizações a terceiros, ou outras de responsabilidade da Adjudicada.

10.22. Nenhum pagamento será efetuado ao fornecedor enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação. Esse fato não será gerador de direito a reajustamento de preços ou a atualização monetária.

10.23. A Contratante não efetuará pagamento de título descontado, ou por meio de cobrança em banco, bem como, os que forem negociados com terceiros por intermédio da operação de “factoring”.

10.24. Os pagamentos serão efetuados pela tesouraria à vista de Nota Fiscal Eletrônica – NFe, apresentadas, que deverão ser enviadas para o serviço de email institucional Prefeitura a seguir: nfe@nossasenhoradolivramento.mt.gov.br, e a DANFE deverá ser emitida e acompanhar a mercadoria.

10.25. Havendo divergência ou erro na emissão da Nota Fiscal Eletrônica-NFe, modelo 55, será interrompida a contagem do prazo para fins de pagamento, sendo iniciada nova contagem somente após a regularização da referida Nota fiscal Eletrônica - NFe;

CLAUSULA DECIMA PRIMEIRA **DAS OBRIGAÇÕES DA DETENTORA DO REGISTRO:**

11.1A Contratada deve cumprir todas as obrigações constantes no Edital, seus anexos e sua proposta, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto e, ainda. 11.2 efetuar a entrega do objeto em perfeitas condições, conforme especificações, prazo e local constantes no Edital e seus anexos, acompanhado da respectiva nota fiscal, na qual constarão as indicações referentes a: *marca, fabricante, modelo, procedência e prazo de garantia* ***de no mínimo um ano*** 11.3 responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com os artigos 12, 13 e 17 a 27, do Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990); 11.4 substituir, reparar ou corrigir, às suas expensas, no prazo fixado nesta Ata de Registro de Preço, o objeto com avarias ou defeitos; 11.5 comunicar à Contratante, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas que antecede a data da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação; 11.6 manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação; 11.7 indicar preposto para representá-la durante a execução do contrato. 11.8 Assumir todos os encargos trabalhistas, previdenciários, securitários, fiscais, tributários e quaisquer outros resultantes da execução do Contrato, os quais já estão incluídos no custo total, ficando a Contratante isenta do pagamento de quaisquer obrigações decorrentes da execução do instrumento contratual. 11.9 Emitir a nota fiscal/fatura, obrigatoriamente em concordância com a nota de empenho, a fim de que não seja protelado o pagamento da despesa, sob pena de ser exigido da Contratada o refaturamento. 11.10 **O recebimento e o acompanhamento dos prazos para a entrega dos equipamentos serão feitos por prepostos especialmente designados para sua fiscalização.** 11.11 Arcar com todas as despesas, diretas ou indiretas, impostos, taxas, encargos, royalties, seguros, fretes – carrego e descarrego, decorrentes do fornecimento dos bens, sem qualquer ônus para a Prefeitura Municipal de Nossa Senhora do Livramento. 11.12 Responsabilizar-se pelos danos causados diretamente à Administração ou a terceiros, decorrente de sua culpa ou dolo até a entrega do produto, incluindo as entregas feitas por transportadoras. 11.13 Prestar todos os esclarecimentos que forem solicitados pela Administração, durante a execução desta aquisição. 11.14 Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, de acordo com os artigos 14 e 17 a 27, do Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990), ficando a Contratante autorizada a descontar da garantia, caso exigida no edital, ou dos pagamentos devidos à Contratada, o valor correspondente aos danos sofridos; 11.15 Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos

quantitativos de sua proposta, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento ao objeto da licitação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados nos incisos do § 1º do art. 57 da Lei nº 8.666, de 1993.;

CLAUSULA DECIMA SEGUNDA DAS OBRIGAÇÕES DO ÓRGÃO REQUISITANTE:

12.1 **São obrigações da Contratante:**

12.1.1 receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Edital e seus anexos;

12.1.2 verificar minuciosamente, no prazo fixado, a conformidade dos bens recebidos provisoriamente com as especificações constantes do Edital e da proposta, para fins de aceitação e recebimento definitivo;

12.1.3 comunicar à Contratada, por escrito, sobre imperfeições, falhas ou irregularidades verificadas no objeto fornecido, para que seja substituído, reparado ou corrigido;

12.1.4 acompanhar e fiscalizar o cumprimento das obrigações da Contratada, através de comissão/servidor especialmente designado;

12.1.5 efetuar o pagamento à Contratada no valor correspondente ao fornecimento do objeto, no prazo e forma estabelecidos no Edital e seus anexos;

12.1.6 A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pela Contratada com terceiros, ainda que vinculados à execução do presente Termo de Contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato da Contratada, de seus empregados, prepostos ou subordinados. 12.1.7 A contratante deverá obrigatoriamente reter os valores relativos às contribuições previdenciárias, devendo constar estas informações no edital e contrato. 12.1.8 Notificar a contratada, fixando-lhe prazos para corrigir defeitos ou irregularidades encontradas na execução dos serviços; 12.1.9 Fornecer todas as informações necessárias para a execução dos serviços; 12.1.10 A contratante deverá fornecer ao emitir a ordem de fornecimento especificando o local, horário e data que será realizado o serviço pela empresa. 12.1.11 Notificar por escrito, a empresa contratada, de toda e qualquer irregularidade constatada durante o fornecimento; 12.1.12 Disponibilizar local para a entrega dos equipamentos 12.1.13 Nenhum pagamento será efetuado à empresa detentora do registro, enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação. Esse fato não será gerador de direito a reajustamento de preços ou a atualização monetária. 12.1.14 A Prefeitura Municipal de Nossa Senhora do Livramento se reserva o direito de fiscalizar e pedir justificativas quanto à qualidade e demais condições do fornecimento, através de pessoas previamente designadas, que poderão rejeitar, no todo ou em parte, o(s) equipamento(s). 12.1.15 Designar servidor da Secretaria demandante, para proceder para recebimento dos bens; 12.1.16 Rejeitar os produtos que não atendam aos requisitos constantes das especificações constantes nesta Ata de Registro de preço;

CLAUSULA DECIMA TERCEIRA DAS PENALIDADES

13.1 O descumprimento da Ata de Registro de Preços ensejará aplicação das penalidades estabelecidas no Edital.

13.2 As sanções do item acima também se aplicam aos integrantes do cadastro de reserva, em pregão para registro de preços que, convocados, não honrarem o compromisso assumido injustificadamente, nos termos do art. 49, §1º do Decreto nº 10.024/19.

13.3 É da competência do órgão gerenciador a aplicação das penalidades decorrentes do descumprimento do pactuado nesta ata de registro de preço (art. 5º, inciso X, do Decreto nº 7.892/2013), exceto nas hipóteses em que o descumprimento disser respeito às contratações dos órgãos participantes, caso no qual caberá ao respectivo órgão participante a aplicação da penalidade (art. 6º, Parágrafo único, do Decreto nº 7.892/2013).

13.4 O órgão participante deverá comunicar ao órgão gerenciador qualquer das ocorrências previstas no art. 20 do Decreto nº 7.892/2013, dada a necessidade de instauração de procedimento para cancelamento do registro do fornecedor.

CLAUSULA DECIMA QUARTA CONDIÇÕES GERAIS

14.1 As condições gerais do fornecimento, tais como os prazos para entrega e recebimento do objeto, as obrigações da Administração e do fornecedor registrado, penalidades e demais condições do ajuste, encontram-se definidos no Termo de Referência, ANEXO AO EDITAL.

14.2 É vedado efetuar acréscimos nos quantitativos fixados nesta ata de registro de preços, inclusive o acréscimo de que trata o § 1º do art. 65 da Lei nº 8.666/93, nos termos do art. 12, §1º do Decreto nº 7892/13.

14.3 No caso de adjudicação por preço global de grupo de itens, só será admitida a contratação dos itens nas seguintes hipóteses.

14.3.1 Contratação da totalidade dos itens de grupo, respeitadas as proporções de quantitativos definidos no certame; ou

14.3.2 Contratação de item isolado para o qual o preço unitário adjudicado ao vencedor seja o menor preço válido ofertado para o mesmo item na fase de lances.

14.4 A ata de realização da sessão pública do pregão, contendo a relação dos licitantes que aceitarem cotar os bens ou serviços com preços iguais ao do licitante vencedor do certame, compõe anexo a esta Ata de Registro de Preços, nos termos do art. 11, §4º do Decreto n. 7.892, de 2014.

14.5 A existência de preços registrados não obriga a Administração a firmar as contratações de que deles poderão advir, facultada a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, sendo assegurada à Detentora do registro de preços a preferência em igualdade de condições.

14.6 A Contratada ficará obrigada a atender todos os pedidos efetuados durante a vigência desta Ata de Registro de Preços, ainda que a expiração do prazo de entrega previsto no cronograma ocorra após seu vencimento.

14.7 Manter, durante a duração da Ata de Registro de Preços, todas as condições de idoneidade exigidas nesta licitação; mais especificamente nas condições exigidas para os documentos de habilitação relativos à regularidade fiscal, de modo que as certidões devem estar válidas ou mesmo renovadas, durante o período de contratação.

CLAUSULA DECIMA QUINTA –ACÕES ADMINISTRATIVA 15.1 Comete infração administrativa nos termos da Lei nº 8.666, de 1993 e da Lei nº 10.520, de 2002, a Contratada que: 15.2 inexecutar total ou parcialmente qualquer das obrigações assumidas em decorrência da contratação; 15.3 Ensejar o retardamento da execução do objeto; 15.4 Fraudar na execução do contrato; 15.5 Comportar-se de modo inidôneo; 15.6 Cometer fraude fiscal; 15.7 Não mantiver a proposta. 15.8 A Contratada que cometer qualquer das infrações discriminadas no subitem acima ficará sujeita, sem prejuízo da responsabilidade civil e criminal, às seguintes sanções: 15.9 Advertência por faltas leves, assim entendidas aquelas que não acarretem prejuízos significativos para a Contratante; 15.10 Multa moratória de até 0,5% (zero virgula cinco por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor do contrato;

15.11 Em se tratando de inobservância do prazo fixado para apresentação da garantia (seja para reforço ou por ocasião de prorrogação), aplicar-se-á multa de 0,07% (sete centésimos por cento) do valor do contrato por dia de atraso, observado o máximo de 2% (dois por cento), de modo que o atraso superior a 25 (vinte e cinco) dias autorizará a Administração contratante a promover a rescisão do contrato; 15.12 As penalidades de multa decorrentes de fatos diversos serão consideradas independentes entre si; 15.13 Multa compensatória de até 5% (cinco por cento) sobre o valor total do contrato, no caso de inexecução total do objeto; 15.14 Em caso de inexecução parcial, a multa compensatória, no mesmo percentual do subitem acima, será aplicada de forma proporcional à obrigação inadimplida; 15.15 Suspensão de licitar e impedimento de contratar com o órgão, entidade ou unidade administrativa pela qual a Administração Pública opera e atua concretamente, pelo prazo de até dois anos; 15.16 Impedimento de licitar e contratar com a União com o conseqüente descredenciamento no SICAF pelo prazo de até cinco anos; 15.17 Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a Contratada ressarcir a Contratante pelos prejuízos causados; 15.18 Também fica sujeita às penalidades do art. 87, III e IV da Lei nº 8.666, de 1993, a Contratada que: 15.19 Tenha sofrido condenação definitiva por praticar, por meio dolosos, fraude fiscal no recolhimento de quaisquer tributos; 15.20 Tenha praticado atos ilícitos visando a frustrar os objetivos da licitação; 15.21 Demonstre não possuir idoneidade para contratar com a Administração em virtude de atos ilícitos praticados; 15.22 A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa à Contratada, observando-se o procedimento previsto na Lei nº 8.666, de 1993, e subsidiariamente a Lei nº 9.784, de 1999; 15.23 As multas devidas e/ou prejuízos causados à Contratante serão deduzidos dos valores a serem pagos, ou recolhidos em favor da União, ou deduzidos da garantia, ou ainda, quando for o caso, serão inscritos na Dívida Ativa da União e cobrados judicialmente; 15.24 Caso a Contratante determine, a multa deverá ser recolhida no prazo máximo de 5 (cinco) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente; 15.25 A autoridade competente, na aplicação das sanções, levará em consideração a gravidade da conduta do infrator, o caráter educativo da pena, bem como o dano causado à Administração, observado o princípio da proporcionalidade. 15.26 A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa à Contratada, observando-se o procedimento previsto na Lei nº 8.666, de 1993, e subsidiariamente a Lei nº 9.784, de 1999.

CLAUSULA DECIMA SEXTA DA PUBLICAÇÃO

17.1 O Contratante providenciará a publicação do presente Termo no Diário Oficial do município, nos termos do artigo 61, parágrafo único da Lei 8.666/93

CLAUSULA DECIMA SETIMA DOS ILÍCITOS PENAIS

17.1. As infrações penais tipificadas na Lei nº 8.666/93 serão objeto de processo judicial na forma legalmente prevista, sem prejuízo das demais cominações aplicáveis.

CLAUSULA DECIMA OITAVA DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

18. As partes ficam, ainda, adstritas às seguintes disposições:

I. Todas as alterações que se fizerem necessárias serão registradas por intermédio de lavratura de termo aditivo à presente ata de Registro de Preços.

II. Vinculam-se a esta Ata, para fins de análise técnica, jurídica e decisão superior o Edital de Pregão Eletrônico nº 0011/2020 e seus anexos e as propostas das classificadas.

CLAUSULA DECIMA NONA DO FORO

19.1 As partes contratantes elegem o foro de Várzea Grande-MT como competente para dirimir quaisquer questões oriundas do presente contrato, inclusive os casos omissos, que não puderem ser resolvidos pela via administrativa, renunciando a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

19.2. E por estarem de acordo, as partes firmam o presente contrato, em 02 (duas) vias de igual teor e forma para um só efeito legal, ficando uma via arquivada na sede da **CONTRATANTE**, na forma do art. 60 da Lei nº 8.666/93.

Nossa Senhora do Livramento – MT, 11 de Fevereiro de 2021.

CONTRATANTE:

SILMAR DE SOUZA GONÇALVES

Prefeito Municipal

FORNECEDOR:

Empresa INDUSTRIA E COMERCIO COLCHOES ORTHOVIDA LTDA EPP

CNPJ sob o nº 07.628.070/0001-38, Insc. Estadual 2094201130023

Representado pelo Senhor Anderson Carlos Diniz Silva

RG 14854629 SSP/MG, inscrito no CPF nº 083.721.346-00

PORTARIA Nº. 275/2021

PORTARIA Nº. 275/2021

Walquiria Conceição de Medeiros, Coordenadora de Recursos Humanosda Prefeitura Municipal de Nossa Senhora do Livramento-MT – usando de suas atribuições legais.

Resolve:

Art. 1° - Conceder a partir do mês de Fevereiro de 2021 conforme parecer jurídico a Progressão de Classe aos servidores Municipais: **Amom Silva Souza**, matrícula nº **6109**, lotado na Secretaria Municipal de Saúde no cargo de Técnico de Enfermagem /Assistente de Saúde, da classe **B** para Classe **C**; **Cilas de Campos Curado**, matrícula nº **5641**, lotado na Secretaria Municipal de Educação no cargo de Serviços Gerais/Apoio Educacional, da Classe **A** para Classe **B**; **Claudete Neide Ferraz de Campos**, matrícula nº **5364,** lotada na Secretaria Municipal de Educação no cargo de Professora de Educação Infantil, da classe **B** para **C**; **Elizabeth Leite de Oliveira Teodoro**, matrícula nº **5978**, lotada na Secretaria de Assistência Social no cargo de Assistente Social/Profissional Nível Superior Municipal, da classe **B** para classe **C**; **Katia Jesuela de Oliveira,** matrícula nº **5855,**

lotada na Secretaria de Saúde no cargo de Recepcionista/Assistente de Saúde, da classe **B** para classe **C**; **Leidinho José de Barros,** matrícula nº **6068,** lotado na Secretaria de Obras no cargo de Serviços Gerais/ Apoio Municipal, da classe **B** para classe **C**; **Ludinete Martin de Assis**, matricula nº **6741,** lotada na Secretaria de Educação no cargo de Professora do Ensino Fundamental I a IV, da classe **B** para classe **C**; **Mauricio Mackswel da Silva,** matrícula nº **4026,** lotado na Secretaria de Finanças no cargo de Contador/Profissional Nível Superior, da classe **A** para classe **B; Maria Luzia dos Santos,** matricula nº **5498**, lotada na Secretaria Municipal de Educação no cargo de Professora de Educação Infantil, da classe **B** para classe **C; Paulo César Pedroso Assunção,** matricula nº **5487**, lotado na Secretaria Municipal de Obras no cargo de Operador de Maquinas Pesadas, da classe **B** para classe **C; Ricardo Corrêa Marques,** matricula nº **5391**, lotado na Procuradoria Municipal no cargo de Advogado/ Profissional de Nível Superior , da classe **A** para classe **B; Rosalina Maria Espirito Santo**, matricula nº **6119,** lotada na Secretaria Municipal de Assistência Social no cargo de Serviços Gerais/Apoio Municipal, da classe **B** para classe **C; Rosilene Auxiliadora da Silva Magalhães**, matricula nº **6243,** lotada na Secretaria Municipal de Administração e Planejamento no cargo de Agente Administrativo/Agente Municipal, da classe **B** para classe **C; Solange Rosa de Medeiros**, matricula nº **5773,** lotada na Secretaria Municipal de Saúde no cargo de Técnica de Enfermagem/Assistente de Saúde, da classe **B** para classe **C.**

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor a partir desta data.

Nossa Senhora do Livramento - MT, 22 de Fevereiro de 2021.

Walquiria Conceição de Medeiros

Coordenadora de Recursos Humanos

DECRETO Nº 021/2021

Gabinete do Prefeito

DECRETO Nº 021/2021

"Nomeia membros para compor o Conselho Municipal de Assistência Social, de conformidade com a Lei nº 624/2009".

SILMAR DE SOUZA GONÇALVES, PREFEITO MUNICIPAL DE NOSSA SENHORA DO LIVRAMENTO – MT, no uso de suas atribuições legais, e de acordo com a lei nº 624/2009.

Resolve:

Art. 1º - Ficam nomeados os membros do Conselho Municipal de Assistência Social, com mandato de 02(dois) anos, no período de 12/02/2021 a 12/02/2023 as seguintes pessoas:

I– Representantes Governamental:

a)Representantes da Secretaria Municipal de Assistência Social:

Titular: Rosenil Maria Guimarães

Suplente: Lincoln Cesar da Silva- **Nome Social** Lanny Silva

b)Representantes da Secretaria Municipal de Educação:

Titular: Antônio Carlos Maciel

Suplente: Kelly Aparecida Silva de Souza

c) Representantes da Secretaria Municipal de Saúde:

Titular: Alice Luiza Silva

Suplente: Elizabeth Reolon

d) Representantes da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Rural:

Titular: João Vinicius do Prado

Suplente: Guilherme Gomes da Silva

II– Representantes Não Governamental:

a)Representante de Usuários SUAS:

Titular: Anny Carolini Aparecida Alcântara

Suplente: Talia Cida da Silva

Titular: Dagmar Rodrigues Alcântara

Suplente: Ana Maria da Silva

b)Representantes dos Profissionais do SUAS:

Titular: Hellen Regina da Costa Amorim

Suplente: Patrícia Arruda Barros

c)Representantes da Associação da Comunidade Negra Rural Quilombo Ribeirão da Mutuca- ACORQUIRIM:

Titular: Laura Ferreirada Silva

Suplente: Maria Renata de Jesus

Art. 2° - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação revogando as disposições em contrário.

Nossa Senhora do Livramento-MT, 17 de Fevereiro de 2021.

SILMAR DE SOUZA GONÇALVES

PREFEITO MUNICIPAL

DECRETO N. 019/2021

DECRETO N. 019/2021

"Cancela débitos tributários inscritos em dívida ativa já prescritos e dá outras providências."

SILMAR DE SOUZA GONÇALVES, Prefeito Municipal de Nossa Senhora do Livramento, no uso de suas atribuições legais conferidas pela Lei Orgânica, com base no que dispõe o art. 250 do Código Tributário Municipal e:

Considerando que no parecer jurídico proferido no Processo Administrativo n. 01572/2020, foi reconhecida a prescrição dos débitos inscritos em dívida ativa.

Considerando que no referido parecer consta que nos termos do Art. 250 do Código Tributário Municipal os débitos prescritos devem ser cancelados por atos do Prefeito Municipal,

D E C R E T A

Art.1º. Atendendo ao disposto no Art. 250 do Código Tributário Municipal e no respectivo parecer, ficam cancelados os débitos inscritos em dívida conforme relacionado a seguir:

Nome do Contribuinte	N° do processo	N° do parecer
HONÓRIO LAUCIDIO GALVÃO	01572/2020	176/2020

Art. 2º. Este decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas disposições em contrário.

Nossa Senhora do Livramento, 22 de Fevereiro de 2021.

SILMAR DE SOUZA GONÇALVES

PREFEITO MUNICIPAL

DECRETO N. 018/2021

DECRETO N. 018/2021

"Cancela débitos tributários inscritos em dívida ativa já prescritos e dá outras providências."

SILMAR DE SOUZA GONÇALVES, Prefeito Municipal de Nossa Senhora do Livramento, no uso de suas atribuições legais conferidas pela Lei Orgânica, com base no que dispõe o art. 250 do Código Tributário Municipal e:

Considerando que no parecer jurídico proferido no Processo Administrativo n. 0508/2020, foi reconhecida a prescrição dos débitos inscritos em dívida ativa.

Considerando que no referido parecer consta que nos termos do Art. 250 do Código Tributário Municipal os débitos prescritos devem ser cancelados por atos do Prefeito Municipal,

D E C R E T A

Art.1º. Atendendo ao disposto no Art. 250 do Código Tributário Municipal e no respectivo parecer, ficam cancelados os débitos inscritos em dívida conforme relacionado a seguir:

Nome do Contribuinte	N° do processo	N° do parecer
NILTON CESAR ALVES DE OLIVEIRA	0508/2020	101/2020

Art. 2º. Este decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas disposições em contrário.

Nossa Senhora do Livramento, 22 de Fevereiro de 2021.

SILMAR DE SOUZA GONÇALVES

PREFEITO MUNICIPAL

DECRETO N. 017/2021

DECRETO N. 017/2021

"Cancela débitos tributários inscritos em dívida ativa já prescritos e dá outras providências."

SILMAR DE SOUZA GONÇALVES, Prefeito Municipal de Nossa Senhora do Livramento, no uso de suas atribuições legais conferidas pela Lei Orgânica, com base no que dispõe o art. 250 do Código Tributário Municipal e:

Considerando que no parecer jurídico proferido no Processo Administrativo n. 0493/2020, foi reconhecida a prescrição dos débitos inscritos em dívida ativa.

Considerando que no referido parecer consta que nos termos do Art. 250 do Código Tributário Municipal os débitos prescritos devem ser cancelados por atos do Prefeito Municipal,

D E C R E T A

Art.1º. Atendendo ao disposto no Art. 250 do Código Tributário Municipal e no respectivo parecer, ficam cancelados os débitos inscritos em dívida conforme relacionado a seguir:

Nome do Contribuinte	N° do processo	N° do parecer
JOIRCE ELENA MUNIZ MENDES	0493/2020	98/2020

Art. 2º. Este decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas disposições em contrário.

Nossa Senhora do Livramento, 22 de Fevereiro de 2021.

SILMAR DE SOUZA GONÇALVES

PREFEITO MUNICIPAL

ATA DE REGISTRO DE PREÇO 008 2021

ATA DE REGISTRO DE PREÇO 008 2021

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS PARA A FUTURA E EVENTUAL – AQUISIÇÃO DE MATERIAL PERMANENTE - MÓVEIS, ELETRODOMÉSTICOS, ELETROELETRÔNICOS E EQUIPAMENTOS HOSPITALARES, E MATERIAL DE CONSUMO – LENÇÓIS, FRONHAS, TOALHAS E TRAVESSEIROS PARA ATENDER AS NECESSIDADES DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE EM EQUIPAR AS UNIDADES DE SAÚDE E O HOSPITAL MUNICIPAL QUE ENTRE SI CELEBRAM A PREFEITURA MUNICIPAL DE NOSSA SENHORA DO LIVRAMENTO E A EMPRESA BAGATIOLI COMERCIO DE MOVEIS LTDA EPP *PREGÃO ELETRÔNICO Nº 11/2020 - PROCESSO ADMINISTRATIVO N.2270/2020, SRP 12 MESES AS CLAUSULAS A SEGUIR.*

Pelo presente instrumento, o Município de Nossa Senhora do Livramento, inscrito no CNPJ/MF sob o nº 03.507.514/0001-26, com sede na Av. Coronel Botelho, 458– Centro, e denominado de CONTRATANTE, neste ato representada pelo seu Prefeito Municipal, Sr. Silmar de Souza Gonçalves, brasileiro, casado, empresário, portador do RG nº 279284 SSP/MT, e do CPF nº 167.522.791-87 residente e domiciliado na Estrada do Rio dos Peixes S/N Fazenda São Rafael – Zona Rural neste município em pleno exercício de seu mandato e funções, considerando o julgamento da licitação na modalidade de pregão, na forma Eletrônica, publicado sua homologação em 10 de fevereiro de 2021 • TCE/MT• ANO 10. Nº 2121 **PREGÃO ELETRÔNICO Nº 11/2020 - Processo Administrativo n.2270/2020,** registrar os preços da empresa indicada e qualificada nesta ATA, de acordo com a classificação por ela alcançada e na quantidade cotada, atendendo as condições previstas no edital, sujeitando-se as partes às normas constantes na Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993 e suas alterações, no Decreto n.º 7.892, de 23 de janeiro de 2013, e em conformidade com as disposições a seguir:

FORNECEDOR: Empresa BAGATIOLI COMERCIO DE MOVEIS LTDA EPP pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o nº 090.537.48/0001-27, Insc. Estadual 25.546.411-8 com sede a Rua Marcos Hosang nº 18 Sala 01 Bairro Seminario TAIÓ/SC CEP: 89190-000, neste ato representado pelo Senhor Sergio Bagatoli, portador da cédula de identidade 2.122.174 SSP/SC, inscrito no CPF nº 474.018.009-00, empresário residente e domiciliado na Rua Marcos Hosang, nº 18 Apto 202 Seminario Taió/SC CEP: 89.190-000.

CLAUSULA PRIMEIRA DO OBJETO, ESPECIFICAÇÕES E QUANTITATIVOS

1.1 A presente Ata tem por objeto o registro de preços para a eventual aquisição de **aquisição de material permanente - móveis, eletrodomésticos, eletroeletrônicos e equipamentos hospitalares, e material de consumo – lençóis, fronhas, toalhas e travesseiros para atender as necessidades da Secretaria Municipal de Saúde em equipar as unidades de saúde e o Hospital Municipal** no **TERMO DE REFERÊNCIA N° 024/2020** ***PREGÃO ELETRÔNICO Nº 11/2020 - Processo Administrativo n.2270/2020*** que é parte integrante desta Ata, assim como a proposta vencedora, independentemente de transcrição.

CLAUSULA SEGUNDA DOS PREÇOS, ESPECIFICAÇÕES E QUANTITATIVOS

2.1 O preço registrado, as especificações do objeto, a quantidade, fornecedor e as demais condições ofertadas na proposta são as que seguem:

Razão Social:	**Empresa BAGATOLI COMERCIO DE MOVEIS LTDA EPP** pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o nº 090.537.48/0001-27, Insc. Estadual 25.546.411-8
Endereço:	Rua Marcos Hosang nº 18 Sala 01 Bairro Seminario TAIÓ/SC CEP: 89190-000
Contatos:	47 3562 1878 47 98406-7947 47 98406-8206 e mail bagotoli@ortlook.com comercial.bagatoli@yahoo.com.br liferline.comercailbg@gmail.com

Representante:	Sergio Bagatoli								
Razao Social	**CNPJ**	**Lote**	**Descrição**	**Unidade**	**Marca**	**Modelo**	**Quantidade do Item**	**Valor do Item**	**Valor Total do Item**
BAGATOLI COMERCIO DE MOVEIS LTDA ME	09053748000127	28	VENTILADOR DE PAREDE COM: 50 DIÂMETRO GRADE DE META HÉLICE: 3 PÁS; CORES: BRANCO, PRETO, PRATA OU CROMADO; CONTROLE DE VELOCIDADE ROTATIVO RPM:1.430;VAZÃO:230M³/MIN; CONSUMO: 0,20KWH LINHA GOLD 200W; LINHA PREMIUM-170W VOLTAGEM: BIVOLT. PESO BRUTO: 5,125KG.	UN	VENTISOL	50CM NEW	30	198,44	R$ 5. 953,20
VALOR 5.953,20 (Cinco Mil Novecentos e Cinquenta e Três Reais e Vinte Centavos)									

2.3. Nos preços supracitados estão incluídas todas as despesas relativas ao objeto contratado (tributos, seguros, encargos sociais, etc.).

2.4 A listagem do cadastro de reserva referente ao presente registro de preços consta como anexo a esta Ata. (caso houver).

CLAUSULA TERCEIRA DA GERÊNCIA DA PRESENTE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS:

3.1 Nos termos do art. 67 Lei nº 8.666, de 1993, será designado representante para acompanhar e fiscalizar a entrega dos bens, anotando em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução e determinando o que for necessário à regularização de falhas ou defeitos observados. 3.2 O recebimento de material de valor superior a R$ 80.000,00 (oitenta mil reais) será confiado a uma comissão de, no mínimo, 3 (três) membros, designados pela autoridade competente. 3.3 A fiscalização de que trata este item não exclui nem reduz a responsabilidade da Contratada, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas ou vícios redibitórios, e, na ocorrência desta, não implica em corresponsabilidade da Administração ou de seus agentes e prepostos, de conformidade com o art. 70 da Lei nº 8.666, de 1993. 3.4 O representante da Administração anotará em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução do contrato, indicando dia, mês e ano, bem como o nome dos funcionários eventualmente envolvidos, determinando o que for necessário à regularização das falhas ou defeitos observados e encaminhando os apontamentos à autoridade competente para as providências cabíveis. 3.5 Será designado para fiscalizar e acompanhar o fornecimento, do objeto da presente contratação, conforme a seguir: 3.6 A Secretaria Municipal de Saúde, designa o Servidor: **Edenilze Maciel,** que deverá atestar os documentos da despesa, quando comprovada a fiel e correta entrega para fins de pagamento.

CLAUSULA QUARTA DA ADESÃO À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

Não será admitida a adesão à ata de registro de preços decorrente desta licitação, conforme especificado no **TERMO DE REFERÊNCIA 024/2020** constante às fls. 01 a 40 **anexo ao *PREGÃO ELETRÔNICO Nº 11/2020 - Processo Administrativo n.2270/2020***.

,CLAUSULA QUINTA – VIGENCIA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO

5.2 A validade da Ata de Registro de Preços será de 12 (doze) meses a partir de sua assinatura não podendo ser prorrogada.

CLAUSULA SEXTA REVISÃO E CANCELAMENTO

6.1 A Administração realizará pesquisa de mercado periodicamente, em intervalos não superiores a 180 (cento e oitenta) dias, a fim de verificar a vantajosidade dos preços registrados nesta Ata. 6.2 Os preços registrados poderão ser revistos em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo do objeto registrado, cabendo à Administração promover as negociações junto ao fornecedor. 6.3 Quando o preço registrado tornar-se superior ao preço praticado no mercado por motivo superveniente, a Administração convocará o fornecedor para negociar a redução dos preços aos valores praticados pelo mercado.

6.4 O fornecedor que não aceitar reduzir seu preço ao valor praticado pelo mercado será liberado do compromisso assumido, sem aplicação de penalidade.

6.4.1 A ordem de classificação dos fornecedores que aceitarem reduzir seus preços aos valores de mercado observará a classificação original.

6.5 Quando o preço de mercado tornar-se superior aos preços registrados e o fornecedor não puder cumprir o compromisso, o órgão gerenciador poderá:

6.7 Liberar o fornecedor do compromisso assumido, caso a comunicação ocorra antes do pedido de fornecimento, e sem aplicação da penalidade se confirmada a veracidade dos motivos e comprovantes apresentados; e

6.8 Convocar os demais fornecedores para assegurar igual oportunidade de negociação.

6.9 Não havendo êxito nas negociações, o órgão gerenciador deverá proceder à revogação desta ata de registro de preços, adotando as medidas cabíveis para obtenção da contratação mais vantajosa.

6.10 O registro do fornecedor será cancelado quando:

6.10.1 Descumprir as condições da ata de registro de preços;

6.10.2 Não retirar a nota de empenho ou instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração, sem justificativa aceitável;

6.10.3 Não aceitar reduzir o seu preço registrado, na hipótese deste se tornar superior àqueles praticados no mercado; ou

6.10.4 Sofrer sanção administrativa cujo efeito torne-o proibido de celebrar contrato administrativo, alcançando o órgão gerenciador e órgão(s) participante(s).

6.10.5 O cancelamento de registros nas hipóteses previstas nos itens 6.6, 6.7, 6.7 será formalizado por despacho do órgão gerenciador, assegurado o contraditório e a ampla defesa.

6.10.6 O cancelamento do registro de preços poderá ocorrer por fato superveniente, decorrente de caso fortuito ou força maior, que prejudique o cumprimento da ata, devidamente comprovados e justificados:

6.10.7 Por razão de interesse público; ou

6.10.8 A pedido do fornecedor.

CLAUSULA SETIMA DOS PRAZOS DE RECEBIMENTO E DAS CONDIÇÕES DE ENTREGA

7.1 . Prazo para entrega do objeto: 15 (quinze) dias a contar da data da emissão da ordem de compra.

7.2. Prazo para recebimento provisório do objeto: 10 (dez) dias.

7.3. Prazo para recebimento definitivo do objeto: 5 (cinco) dias, contados do recebimento provisório.

7.4. Prazo para reparo, correção, reconstrução, remoção e/ou substituição do objeto, no todo ou em parte, entregue fora das especificações? **15 (quinze) dias.**

7.5. Do local de execução/entrega dos serviços/bens: Secretaria Municipal de Saúde, Av. Cel. Botelho s/n, Centro, Município de Nossa Senhora do Livramento.

7.6. Os **materiais/produtos e/ou serviços** serão recebidos provisoriamente no prazo de 10 (dez) dias, pelo(a) *responsável* pelo acompanhamento e fiscalização do contrato, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta.

7.8. Os **materiais/produtos e/ou serviços** poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, devendo ser substituídos no prazo de 15 (quinze) dias, a contar da notificação da contratada, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

7.9 Os **materiais/produtos e/ou serviços** serão recebidos definitivamente no prazo de 5 (cinco) dias, contados do recebimento provisório, após a verificação da qualidade e quantidade do material e consequente aceitação mediante termo circunstanciado.

7.10 Na hipótese de a verificação a que se refere o subitem anterior não ser procedida dentro do prazo fixado, reputar-se-á como realizada, consumando-se o recebimento definitivo no dia do esgotamento do prazo.

7.11 O recebimento provisório ou definitivo do objeto não exclui a responsabilidade da contratada pelos prejuízos resultantes da incorreta execução do contrato.

CLAUSULA OITAVA DOS PREÇOS

8.1 Os preços ofertados pela empresa signatárias da presente Ata de Registro de Preços são os constantes da planilha de preços anexa, obedecida a classificação no Pregão Eletrônico citado no preâmbulo desta, especificadas, detalhadamente, na ata de julgamento de preços, atualizado por Despacho homologatório pelo Ordenador de Despesa.

8.2 8.2 Em cada aquisição decorrente desta Ata, serão observadas, quanto ao preço, as cláusulas e condições constantes do Edital do Pregão Eletrônico n° 11/2020 citado no preâmbulo desta, que a precedeu, na íntegra, o presente instrumento de compromisso.

8.3 O preço unitário a ser pago será o constante da proposta apresentada no Pregão Eletrônico n° 011/2020 citado no preâmbulo desta, pela empresa constante da presente Ata de Registro de Preços e homologada através do despacho referido no item anterior.

CLAUSULA NONA DAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO E DAS DOTAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS:

A despesa decorrente das contratações oriundas da presente Ata, correrão à conta das seguintes dotações orçamentárias

Secretaria/Unidade	Recurso	Projeto Atividade	Ficha	Natureza de Despesa	Fonte
Sec. de Saúde	Próprio	02305	319	4.4.90.52	102
Sec. de Saúde	Próprio	02067	260	3.3.90.30	102
Sec. de Saúde	Próprio	02067	265	4.4.90.52	102

CLAUSULA DECIMA DAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO:

10.1 O pagamento será efetuado em até 10 (dez) dias após a entrega dos produtos, conforme Nota Fiscal, discriminada de acordo com a Ordem de Compra, e após atestado de recebimento definitivo dos produtos pelo fiscal do contrato indicado pela Prefeitura Municipal de Nossa Senhora do Livramento. A nota deverá ser emitida para cada secretaria de acordo com os quantitativos especificados na Ordem de Compra.

10.2 O pagamento será creditado em favor do fornecedor através de ordem bancária, contra qualquer banco indicado na proposta, devendo para isto, ficar explicitado o nome, número da agência e o número da conta corrente em que deverá ser efetivado o crédito.

10.3 Considera-se ocorrido o recebimento da nota fiscal ou fatura no momento em que o órgão contratante atestar a execução do objeto do contrato. 10.4 A Nota Fiscal ou Fatura deverá ser obrigatoriamente acompanhada da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta on-line ao SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 29 da Lei nº 8.666, de 1993. 10.5 Constatando-se, a situação de irregularidade do fornecedor contratado, deverão ser tomadas as providências previstas no do art. 31 da Instrução Normativa nº 3, de 26 de abril de 2018. 10.6 Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal ou dos documentos pertinentes à contratação, ou, ainda, circunstância que impeça a liquidação da despesa, como, por exemplo, obrigação financeira pendente, decorrente de penalidade imposta ou inadimplência, o pagamento ficará sobrestado até que a Contratada providencie as medidas saneadoras. Nesta hipótese, o prazo para pagamento iniciar-se-á após a comprovação da regularização da situação, não acarretando qualquer ônus para a Contratante. 10.7 Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento. 10.8 Antes de cada pagamento à contratada, será realizada consulta ao SICAF para verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas no edital. 10.9 Constatando-se, a situação de irregularidade da contratada, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério da contratante. 10.10 Previamente à emissão de nota de empenho e a cada pagamento, a Administração deverá realizar consulta ao SICAF para identificar possível suspensão temporária de

participação em licitação, no âmbito do órgão ou entidade, proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas, observado o disposto no art. 29, da Instrução Normativa nº 3, de 26 de abril de 2018. 10.11 Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, a contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência da contratada, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos. 10.12 Persistindo a irregularidade, a contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada à contratada a ampla defesa. 10.13 Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso a contratada não regularize sua situação junto ao SICAF. 10.14 .Será rescindido o contrato em execução com a contratada inadimplente no SICAF, salvo por motivo de economicidade, segurança nacional ou outro de interesse público de alta relevância, devidamente justificado, em qualquer caso, pela máxima autoridade da contratante. 10.15 Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável. 10.16 A Contratada regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar. 10.17 Nos casos de eventuais atrasos de pagamento, desde que a Contratada não tenha concorrido, de alguma forma, para tanto, fica convencionado que a taxa de compensação financeira devida pela Contratante, entre a data do vencimento e o efetivo adimplemento da parcela, é calculada mediante a aplicação da seguinte fórmula:

EM = I x N x VP, sendo:

EM = Encargos moratórios;

N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento;

VP = Valor da parcela a ser paga.

I = Índice de compensação financeira = 0,00016438, assim apurado:

I = (TX)	I =	(6 / 100)	I = 0,00016438 TX = Percentual da taxa anual = 6%

365

10.18. A Prefeitura Municipal de Nossa Senhora do Livramento pagará à contratada, pelos materiais, os preços integrantes da proposta aprovada, ressalvada a ocorrência de imprevistos. Fica expressamente estabelecido que no preço global estão incluídos todos os custos diretos e indiretos para o fornecimento, de acordo com as condições previstas nas Especificações e nas Normas indicadas neste processo.

10.19. Não haverá, sob hipótese alguma, pagamento antecipado.

10.20. Não será efetuado o pagamento em nome de terceiros, ou em conta de Poupança, sendo que referido pagamento poderá ficar suspenso até que sejam devidamente cumpridas as exigências do Edital.

10.21. A critério da Administração poderão ser utilizados os pagamentos devidos para cobrir possíveis despesas com multas, indenizações a terceiros, ou outras de responsabilidade da Adjudicada.

10.22. Nenhum pagamento será efetuado ao fornecedor enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação. Esse fato não será gerador de direito a reajustamento de preços ou a atualização monetária.

10.23. A Contratante não efetuará pagamento de título descontado, ou por meio de cobrança em banco, bem como, os que forem negociados com terceiros por intermédio da operação de “factoring”.

10.24. Os pagamentos serão efetuados pela tesouraria à vista de Nota Fiscal Eletrônica – NFe, apresentadas, que deverão ser enviadas para o serviço de email institucional Prefeitura a seguir: nfe@nossasenhoradolivramento.mt.gov.br, e a DANFE deverá ser emitida e acompanhar a mercadoria.

10.25. Havendo divergência ou erro na emissão da Nota Fiscal Eletrônica-NFe, modelo 55, será interrompida a contagem do prazo para fins de pagamento, sendo iniciada nova contagem somente após a regularização da referida Nota fiscal Eletrônica - NFe;

CLAUSULA DECIMA PRIMEIRA **DAS OBRIGAÇÕES DA DETENTORA DO REGISTRO:**

11.1A Contratada deve cumprir todas as obrigações constantes no Edital, seus anexos e sua proposta, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto e, ainda. 11.2 efetuar a entrega do objeto em perfeitas condições, conforme especificações, prazo e local constantes no Edital e seus anexos, acompanhado da respectiva nota fiscal, na qual constarão as indicações referentes a: *marca, fabricante, modelo, procedência e prazo de garantia* ***de no mínimo um ano*** 11.3 responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com os artigos 12, 13 e 17 a 27, do Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990); 11.4 substituir, reparar ou corrigir, às suas expensas, no prazo fixado nesta Ata de Registro de Preço, o objeto com avarias ou defeitos; 11.5 comunicar à Contratante, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas que antecede a data da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação; 11.6 manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação; 11.7 indicar preposto para representá-la durante a execução do contrato. 11.8 Assumir todos os encargos trabalhistas, previdenciários, securitários, fiscais, tributários e quaisquer outros resultantes da execução do Contrato, os quais já estão incluídos no custo total, ficando a Contratante isenta do pagamento de quaisquer obrigações decorrentes da execução do instrumento contratual. 11.9 Emitir a nota fiscal/fatura, obrigatoriamente em concordância com a nota de empenho, a fim de que não seja protelado o pagamento da despesa, sob pena de ser exigido da Contratada o refaturamento. 11.10 **O recebimento e o acompanhamento dos prazos para a entrega dos equipamentos serão feitos por prepostos especialmente designados para sua fiscalização.** 11.11 Arcar com todas as despesas, diretas ou indiretas, impostos, taxas, encargos, royalties, seguros, fretes – carrego e descarrego, decorrentes do fornecimento dos bens, sem qualquer ônus para a Prefeitura Municipal de Nossa Senhora do Livramento. 11.12 Responsabilizar-se pelos danos causados diretamente à Administração ou a terceiros, decorrente de sua culpa ou dolo até a entrega do produto, incluindo as entregas feitas por transportadoras. 11.13 Prestar todos os esclarecimentos que forem solicitados pela Administração, durante a execução desta aquisição. 11.14 Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, de acordo com os artigos 14 e 17 a 27, do Código

de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990), ficando a Contratante autorizada a descontar da garantia, caso exigida no edital, ou dos pagamentos devidos à Contratada, o valor correspondente aos danos sofridos; 11.15 Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento ao objeto da licitação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados nos incisos do § 1º do art. 57 da Lei nº 8.666, de 1993.;

CLAUSULA DECIMA SEGUNDA DAS OBRIGAÇÕES DO ÓRGÃO REQUISITANTE:

12.1 **São obrigações da Contratante:**

12.1.1 receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Edital e seus anexos;

12.1.2 verificar minuciosamente, no prazo fixado, a conformidade dos bens recebidos provisoriamente com as especificações constantes do Edital e da proposta, para fins de aceitação e recebimento definitivo;

12.1.3 comunicar à Contratada, por escrito, sobre imperfeições, falhas ou irregularidades verificadas no objeto fornecido, para que seja substituído, reparado ou corrigido;

12.1.4 acompanhar e fiscalizar o cumprimento das obrigações da Contratada, através de comissão/servidor especialmente designado;

12.1.5 efetuar o pagamento à Contratada no valor correspondente ao fornecimento do objeto, no prazo e forma estabelecidos no Edital e seus anexos;

12.1.6 A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pela Contratada com terceiros, ainda que vinculados à execução do presente Termo de Contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato da Contratada, de seus empregados, prepostos ou subordinados. 12.1.7 A contratante deverá obrigatoriamente reter os valores relativos às contribuições previdenciárias, devendo constar estas informações no edital e contrato. 12.1.8 Notificar a contratada, fixando-lhe prazos para corrigir defeitos ou irregularidades encontradas na execução dos serviços; 12.1.9 Fornecer todas as informações necessárias para a execução dos serviços; 12.1.10 A contratante deverá fornecer ao emitir a ordem de fornecimento especificando o local, horário e data que será realizado o serviço pela empresa. 12.1.11 Notificar por escrito, a empresa contratada, de toda e qualquer irregularidade constatada durante o fornecimento; 12.1.12 Disponibilizar local para a entrega dos equipamentos 12.1.13 Nenhum pagamento será efetuado à empresa detentora do registro, enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação. Esse fato não será gerador de direito a reajustamento de preços ou a atualização monetária. 12.1.14 A Prefeitura Municipal de Nossa Senhora do Livramento se reserva o direito de fiscalizar e pedir justificativas quanto à qualidade e demais condições do fornecimento, através de pessoas previamente designadas, que poderão rejeitar, no todo ou em parte, o(s) equipamento(s). 12.1.15 Designar servidor da Secretaria demandante, para proceder para recebimento dos bens; 12.1.16 Rejeitar os produtos que não atendam aos requisitos constantes das especificações constantes nesta Ata de Registro de preço;

CLAUSULA DECIMA TERCEIRA DAS PENALIDADES

13.1 O descumprimento da Ata de Registro de Preços ensejará aplicação das penalidades estabelecidas no Edital.

13.2 As sanções do item acima também se aplicam aos integrantes do cadastro de reserva, em pregão para registro de preços que, convocados, não honrarem o compromisso assumido injustificadamente, nos termos do art. 49, §1º do Decreto nº 10.024/19.

13.3 É da competência do órgão gerenciador a aplicação das penalidades decorrentes do descumprimento do pactuado nesta ata de registro de preço (art. 5º, inciso X, do Decreto nº 7.892/2013), exceto nas hipóteses em que o descumprimento disser respeito às contratações dos órgãos participantes, caso no qual caberá ao respectivo órgão participante a aplicação da penalidade (art. 6º, Parágrafo único, do Decreto nº 7.892/2013).

13.4 O órgão participante deverá comunicar ao órgão gerenciador qualquer das ocorrências previstas no art. 20 do Decreto nº 7.892/2013, dada a necessidade de instauração de procedimento para cancelamento do registro do fornecedor.

CLAUSULA DECIMA QUARTA CONDIÇÕES GERAIS

14.1 As condições gerais do fornecimento, tais como os prazos para entrega e recebimento do objeto, as obrigações da Administração e do fornecedor registrado, penalidades e demais condições do ajuste, encontram-se definidos no Termo de Referência, ANEXO AO EDITAL.

14.2 É vedado efetuar acréscimos nos quantitativos fixados nesta ata de registro de preços, inclusive o acréscimo de que trata o § 1º do art. 65 da Lei nº 8.666/93, nos termos do art. 12, §1º do Decreto nº 7892/13.

14.3 No caso de adjudicação por preço global de grupo de itens, só será admitida a contratação dos itens nas seguintes hipóteses.

14.3.1 Contratação da totalidade dos itens de grupo, respeitadas as proporções de quantitativos definidos no certame; ou

14.3.2 Contratação de item isolado para o qual o preço unitário adjudicado ao vencedor seja o menor preço válido ofertado para o mesmo item na fase de lances.

14.4 A ata de realização da sessão pública do pregão, contendo a relação dos licitantes que aceitarem cotar os bens ou serviços com preços iguais ao do licitante vencedor do certame, compõe anexo a esta Ata de Registro de Preços, nos termos do art. 11, §4º do Decreto n. 7.892, de 2014.

14.5 A existência de preços registrados não obriga a Administração a firmar as contratações de que deles poderão advir, facultada a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, sendo assegurada à Detentora do registro de preços a preferência em igualdade de condições.

14.6 A Contratada ficará obrigada a atender todos os pedidos efetuados durante a vigência desta Ata de Registro de Preços, ainda que a expiração do prazo de entrega previsto no cronograma ocorra após seu vencimento.

14.7 Manter, durante a duração da Ata de Registro de Preços, todas as condições de idoneidade exigidas nesta licitação; mais especificamente nas condições exigidas para os documentos de habilitação relativos à regularidade fiscal, de modo que as certidões devem estar válidas ou mesmo renovadas, durante o período de contratação.

CLAUSULA DECIMA QUINTA –ACÕES ADMINISTRATIVA 15.1 Comete infração administrativa nos termos da Lei nº 8.666, de 1993 e da Lei nº 10.520, de 2002, a Contratada que: 15.2 inexecutar total ou parcialmente qualquer das obrigações assumidas em decorrência da contratação; 15.3 Ensejar o retardamento da execução do objeto; 15.4 Fraudar na execução do contrato; 15.5 Comportar-se de modo inidôneo; 15.6 Cometer fraude fiscal; 15.7 Não mantiver a proposta. 15.8 A Contratada que cometer qualquer das infrações discriminadas no subitem acima ficará sujeita, sem prejuízo da

responsabilidade civil e criminal, às seguintes sanções: 15.9 Advertência por faltas leves, assim entendidas aquelas que não acarretem prejuízos significativos para a Contratante; 15.10 Multa moratória de até 0,5% (zero virgula cinco por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor do contrato; 15.11 Em se tratando de inobservância do prazo fixado para apresentação da garantia (seja para reforço ou por ocasião de prorrogação), aplicar-se-á multa de 0,07% (sete centésimos por cento) do valor do contrato por dia de atraso, observado o máximo de 2% (dois por cento), de modo que o atraso superior a 25 (vinte e cinco) dias autorizará a Administração contratante a promover a rescisão do contrato; 15.12 As penalidades de multa decorrentes de fatos diversos serão consideradas independentes entre si; 15.13 Multa compensatória de até 5% (cinco por cento) sobre o valor total do contrato, no caso de inexecução total do objeto; 15.14 Em caso de inexecução parcial, a multa compensatória, no mesmo percentual do subitem acima, será aplicada de forma proporcional à obrigação inadimplida; 15.15 Suspensão de licitar e impedimento de contratar com o órgão, entidade ou unidade administrativa pela qual a Administração Pública opera e atua concretamente, pelo prazo de até dois anos; 15.16 Impedimento de licitar e contratar com a União com o conseqüente descredenciamento no SICAF pelo prazo de até cinco anos; 15.17 Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a Contratada ressarcir a Contratante pelos prejuízos causados; 15.18 Também fica sujeita às penalidades do art. 87, III e IV da Lei nº 8.666, de 1993, a Contratada que: 15.19 Tenha sofrido condenação definitiva por praticar, por meio dolosos, fraude fiscal no recolhimento de quaisquer tributos; 15.20 Tenha praticado atos ilícitos visando a frustrar os objetivos da licitação; 15.21 Demonstre não possuir idoneidade para contratar com a Administração em virtude de atos ilícitos praticados; 15.22 A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa à Contratada, observando-se o procedimento previsto na Lei nº 8.666, de 1993, e subsidiariamente a Lei nº 9.784, de 1999; 15.23 As multas devidas e/ou prejuízos causados à Contratante serão deduzidos dos valores a serem pagos, ou recolhidos em favor da União, ou deduzidos da garantia, ou ainda, quando for o caso, serão inscritos na Dívida Ativa da União e cobrados judicialmente; 15.24 Caso a Contratante determine, a multa deverá ser recolhida no prazo máximo de 5 (cinco) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente; 15.25 A autoridade competente, na aplicação das sanções, levará em consideração a gravidade da conduta do infrator, o caráter educativo da pena, bem como o dano causado à Administração, observado o princípio da proporcionalidade. 15.26 A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa à Contratada, observando-se o procedimento previsto na Lei nº 8.666, de 1993, e subsidiariamente a Lei nº 9.784, de 1999.

CLAUSULA DECIMA SEXTA DA PUBLICAÇÃO

17.1 O Contratante providenciará a publicação do presente Termo no Diário Oficial do município, nos termos do artigo 61, parágrafo único da Lei 8.666/93

CLAUSULA DECIMA SETIMA DOS ILÍCITOS PENAIS

17.1. As infrações penais tipificadas na Lei nº 8.666/93 serão objeto de processo judicial na forma legalmente prevista, sem prejuízo das demais cominações aplicáveis.

CLAUSULA DECIMA OITAVA DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

18. As partes ficam, ainda, adstritas às seguintes disposições:

I. Todas as alterações que se fizerem necessárias serão registradas por intermédio de lavratura de termo aditivo à presente ata de Registro de Preços.

II. Vinculam-se a esta Ata, para fins de análise técnica, jurídica e decisão superior o Edital de Pregão Eletrônico nº 0011/2020 e seus anexos e as propostas das classificadas.

CLAUSULA DECIMA NONA DO FORO

19.1 As partes contratantes elegem o foro de Várzea Grande-MT como competente para dirimir quaisquer questões oriundas do presente contrato, inclusive os casos omissos, que não puderem ser resolvidos pela via administrativa, renunciando a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

19.2. E por estarem de acordo, as partes firmam o presente contrato, em 02 (duas) vias de igual teor e forma para um só efeito legal, ficando uma via arquivada na sede da **CONTRATANTE**, na forma do art. 60 da Lei nº 8.666/93.

Nossa Senhora do Livramento – MT, 11 de Fevereiro de 2021.

CONTRATANTE:

SILMAR DE SOUZA GONÇALVES

Prefeito Municipal

FORNECEDOR:

Empresa BAGATIOLI COMERCIO DE MOVEIS LTDA EPP

CNPJ sob o nº 090.537.48/0001-27**, Insc. Estadual 25.546.411-8**

Representado pelo Senhor Sergio Bagatoli

RG2.122.174 SSP/SC, inscrito no CPF nº 474.018.009-00

ATA DE REGISTRO DE PREÇO 007 2021

ATA DE REGISTRO DE PREÇO 007 2021

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS PARA A FUTURA E EVENTUAL – AQUISIÇÃO DE MATERIAL PERMANENTE - MÓVEIS, ELETRODOMÉSTICOS, ELETROELETRÔNICOS E EQUIPAMENTOS HOSPITALARES, E MATERIAL DE CONSUMO – LENÇÓIS, FRONHAS, TOALHAS E TRAVESSEIROS PARA ATENDER AS NECESSIDADES DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE EM EQUIPAR AS UNIDADES DE SAÚDE E O HOSPITAL MUNICIPAL QUE ENTRE SI CELEBRAM A PREFEITURA MUNICIPAL DE NOSSA SENHORA DO LIVRAMENTO E A EMPRESA RET FARMA DIS-

TRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS E PRODUTOS HOSPITALARES EIRELI PREGÃO ELETRÔNICO Nº 11/2020 - PROCESSO ADMINISTRATIVO N.2270/2020, SRP 12 MESES AS CLAUSULAS A SEGUIR.

Pelo presente instrumento, o Município de Nossa Senhora do Livramento, inscrito no CNPJ/MF sob o nº 03.507.514/0001-26, com sede na Av. Coronel Botelho, 458– Centro, e denominado de CONTRATANTE, neste ato representada pelo seu Prefeito Municipal, Sr. Silmar de Souza Gonçalves, brasileiro, casado, empresário, portador do RG nº 279284 SSP/MT, e do CPF nº 167.522.791-87 residente e domiciliado na Estrada do Rio dos Peixes S/N Fazenda São Rafael – Zona Rural neste município em pleno exercício de seu mandato e funções, considerando o julgamento da licitação na modalidade de pregão, na forma Eletrônica, publicado sua homologação em 10 de fevereiro de 2021 • TCE/MT• ANO 10. Nº 2121 **PREGÃO ELETRÔNICO Nº 11/2020 - Processo Administrativo n.2270/2020,** registrar os preços da empresa indicada e qualificada nesta ATA, de acordo com a classificação por ela alcançada e na quantidade cotada, atendendo as condições previstas no edital, sujeitando-se as partes às normas constantes na Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993 e suas alterações, no Decreto n.º 7.892, de 23 de janeiro de 2013, e em conformidade com as disposições a seguir:

FORNECEDOR: Empresa RET FARMA DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS E PRODUTOS HOSPITALARES EIRELI pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o nº 12.313.826/0001-90, Insc. Estadual 104785373 com sede a Avenida Antonio Fidelis, 1158, Quadra 156 Lote 08 Bairro: Parque Amazonia, Município de Goiania CEP: 74.840-000, neste ato representado pelo Senhor Thiago do Egito Araujo, portador da cédula de identidade 12494021999-8 AAP/MA inscrito no CPF nº 006.642.381-30, empresário Rua T, 36 Nº 1101, C, B1 3EB, Setor Bueno Goiania/GO CEP: 74. 223-005.

CLAUSULA PRIMEIRA DO OBJETO, ESPECIFICAÇÕES E QUANTITATIVOS

1.1 A presente Ata tem por objeto o registro de preços para a eventual aquisição de **aquisição de material permanente - móveis, eletrodomésticos, eletroeletrônicos e equipamentos hospitalares, e material de consumo – lençóis, fronhas, toalhas e travesseiros para atender as necessidades da Secretaria Municipal de Saúde em equipar as unidades de saúde e o Hospital Municipal** no **TERMO DE REFERÊNCIA N° 024/2020** ***PREGÃO ELETRÔNICO Nº 11/2020 - Processo Administrativo n.2270/2020*** que é parte integrante desta Ata, assim como a proposta vencedora, independentemente de transcrição.

CLAUSULA SEGUNDA DOS PREÇOS, ESPECIFICAÇÕES E QUANTITATIVOS

2.1 O preço registrado, as especificações do objeto, a quantidade, fornecedor e as demais condições ofertadas na proposta são as que seguem:

Razão Social:	**Empresa RET FARMA DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS E PRODUTOS HOSPITALARES EIRELI** pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o nº 12.313.826/0001-90, Insc. Estadual 104785373							
Endereço:	Avenida Antonio Fidelis, 1158, Quadra 156 Lote 08 Bairro: Parque Amazonia, Município de Goiania CEP: 74.840-000							
Contatos:	62 3295 8276 62 99346969 e mail thiago@retfarma.com							
Representante:	Thiago do Egito Araujo							
Razao Social	**Lote**	**Descrição**	**Unidade**	**Marca**	**Modelo**	**Quantidade do Item**	**Valor do Item**	**Valor Total do Item**
RET FARMA DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS E PRODUTOS HOSPITALARES LTDA	1	BALANCA ANTROPOMETRICA - BALANÇA ANTROPOMÉTRICA DIGITAL ADULTO, DE PELO MENOS 200 KG, BASE EM FERRO FUNDIDO PINTADO EM EPÓXI COM TRATAMENTO ANTICORROSIVO, PLATAFORMA EM CHAPA DE AÇO REFORÇADO COM TAPETE DE BORRACHA ANTIDERRAPANTE, COLUNA EM TUBO DE AÇO COM TRATAMENTO ANTICORROSIVO PINTADO EM EPÓXI, INDICADOR LUMINOSO PROPORCIONANDO BOA VISIBILIDADE DO PESO, ESPECIALMENTE EM AMBIENTES COM POUCA ILUMINAÇÃO RÉGUA ANTROPOMETRICA EM ALUMÍNIO ANOTIZADO EMBUTIDO NA COLUNA, DEVE POSSUIR ZERAGEM DE PESO AUTOMÁTICO, E TECLA TARA, DIVISÃO DE FRAÇÃO 100 GR. COM DISPLAY DE 06 DÍGITOS (PESO), COM ANTROPÔMETRO PARA MEDIR ALTURAS COM ESCALA DE NO MÍNIMO 1,90 M COM GRADUAÇÃO DE 0,5 CM EM 0,5 CM, 220 VOLTS - 60 HZ, MANUAL DE OPERAÇÃO E SERVIÇOS, TODOS OS DISPOSITIVOS NECESSÁRIOS AO COMPLETO FUNCIONAMENTO DO EQUIPAMENTO, GARANTIA MÍNIMA DE 01 ANO PARA PEÇAS E SERVIÇOS, ASSISTÊNCIA TÉCNICA AUTORIZADA PELO FABRICANTE NO ESTADO DE MATO GROSSO, CERTIFICADO DE CALIBRAÇÃO DO INMETRO.	UN	WELMY	WELMY	10	1102,50	R$ 11.025,00
VALOR TOTAL 11.025,00 (Onze Mil e Vinte Reais								

2.3. Nos preços supracitados estão incluídas todas as despesas relativas ao objeto contratado (tributos, seguros, encargos sociais, etc.).

2.4 A listagem do cadastro de reserva referente ao presente registro de preços consta como anexo a esta Ata. (caso houver).

CLAUSULA TERCEIRA DA GERÊNCIA DA PRESENTE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS:

3.1 Nos termos do art. 67 Lei nº 8.666, de 1993, será designado representante para acompanhar e fiscalizar a entrega dos bens, anotando em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução e determinando o que for necessário à regularização de falhas ou defeitos observados. 3.2 O recebimento de material de valor superior a R$ 80.000,00 (oitenta mil reais) será confiado a uma comissão de, no mínimo, 3 (três) membros, designados pela autoridade competente. 3.3 A fiscalização de que trata este item não exclui nem reduz a responsabilidade da Contratada, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas ou vícios redibitórios, e, na ocorrência desta, não implica em corresponsabilidade da Administração ou de seus agentes e prepostos, de conformidade com o art. 70 da Lei nº 8.666, de 1993. 3.4 O representante da Administração anotará em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução do contrato, indicando dia, mês e ano, bem como o nome dos funcionários eventualmente envolvidos, determinando o que for necessário à regularização das falhas ou defeitos observados e encaminhando os apontamentos à autoridade competente para as providências cabíveis. 3.5 Será designado para fiscalizar e acompanhar o fornecimento, do objeto da presente contratação, conforme a seguir: 3.6 A Secretaria Municipal de Saúde, designa o Servidor: **Edenilze Maciel,** que deverá atestar os documentos da despesa, quando comprovada a fiel e correta entrega para fins de pagamento.

CLAUSULA QUARTA DA ADESÃO À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

Não será admitida a adesão à ata de registro de preços decorrente desta licitação, conforme especificado no **TERMO DE REFERÊNCIA 024/2020** constante às fls. 01 a 40 **anexo ao *PREGÃO ELETRÔNICO Nº 11/2020 - Processo Administrativo n.2270/2020***.

,CLAUSULA QUINTA – VIGENCIA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO

5.2 A validade da Ata de Registro de Preços será de 12 (doze) meses a partir de sua assinatura não podendo ser prorrogada.

CLAUSULA SEXTA REVISÃO E CANCELAMENTO

6.1 A Administração realizará pesquisa de mercado periodicamente, em intervalos não superiores a 180 (cento e oitenta) dias, a fim de verificar a vantajosidade dos preços registrados nesta Ata. 6.2 Os preços registrados poderão ser revistos em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo do objeto registrado, cabendo à Administração promover as negociações junto ao fornecedor. 6.3 Quando o preço registrado tornar-se superior ao preço praticado no mercado por motivo superveniente, a Administração convocará o fornecedor para negociar a redução dos preços aos valores praticados pelo mercado.

6.4 O fornecedor que não aceitar reduzir seu preço ao valor praticado pelo mercado será liberado do compromisso assumido, sem aplicação de penalidade.

6.4.1 A ordem de classificação dos fornecedores que aceitarem reduzir seus preços aos valores de mercado observará a classificação original.

6.5 Quando o preço de mercado tornar-se superior aos preços registrados e o fornecedor não puder cumprir o compromisso, o órgão gerenciador poderá:

6.7 Liberar o fornecedor do compromisso assumido, caso a comunicação ocorra antes do pedido de fornecimento, e sem aplicação da penalidade se confirmada a veracidade dos motivos e comprovantes apresentados; e

6.8 Convocar os demais fornecedores para assegurar igual oportunidade de negociação.

6.9 Não havendo êxito nas negociações, o órgão gerenciador deverá proceder à revogação desta ata de registro de preços, adotando as medidas cabíveis para obtenção da contratação mais vantajosa.

6.10 O registro do fornecedor será cancelado quando:

6.10.1 Descumprir as condições da ata de registro de preços;

6.10.2 Não retirar a nota de empenho ou instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração, sem justificativa aceitável;

6.10.3 Não aceitar reduzir o seu preço registrado, na hipótese deste se tornar superior àqueles praticados no mercado; ou

6.10.4 Sofrer sanção administrativa cujo efeito torne-o proibido de celebrar contrato administrativo, alcançando o órgão gerenciador e órgão(s) participante(s).

6.10.5 O cancelamento de registros nas hipóteses previstas nos itens 6.6, 6.7, 6.7 será formalizado por despacho do órgão gerenciador, assegurado o contraditório e a ampla defesa.

6.10.6 O cancelamento do registro de preços poderá ocorrer por fato superveniente, decorrente de caso fortuito ou força maior, que prejudique o cumprimento da ata, devidamente comprovados e justificados:

6.10.7 Por razão de interesse público; ou

6.10.8 A pedido do fornecedor.

CLAUSULA SETIMA DOS PRAZOS DE RECEBIMENTO E DAS CONDIÇÕES DE ENTREGA

7.1 . Prazo para entrega do objeto: 15 (quinze) dias a contar da data da emissão da ordem de compra.

7.2. Prazo para recebimento provisório do objeto: 10 (dez) dias.

7.3. Prazo para recebimento definitivo do objeto: 5 (cinco) dias, contados do recebimento provisório.

7.4. Prazo para reparo, correção, reconstrução, remoção e/ou substituição do objeto, no todo ou em parte, entregue fora das especificações? **15 (quinze) dias.**

7.5. Do local de execução/entrega dos serviços/bens: Secretaria Municipal de Saúde, Av. Cel. Botelho s/n, Centro, Município de Nossa Senhora do Livramento.

7.6. Os **materiais/produtos e/ou serviços** serão recebidos provisoriamente no prazo de 10 (dez) dias, pelo(a) *responsável* pelo acompanhamento e fiscalização do contrato, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta.

7.8. Os **materiais/produtos e/ou serviços** poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, devendo ser substituídos no prazo de 15 (quinze) dias, a contar da notificação da contratada, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

7.9 Os **materiais/produtos e/ou serviços** serão recebidos definitivamente no prazo de 5 (cinco) dias, contados do recebimento provisório, após a verificação da qualidade e quantidade do material e consequente aceitação mediante termo circunstanciado.

7.10 Na hipótese de a verificação a que se refere o subitem anterior não ser procedida dentro do prazo fixado, reputar-se-á como realizada, consumando-se o recebimento definitivo no dia do esgotamento do prazo.

7.11 O recebimento provisório ou definitivo do objeto não exclui a responsabilidade da contratada pelos prejuízos resultantes da incorreta execução do contrato.

CLAUSULA OITAVA DOS PREÇOS

8.1 Os preços ofertados pela empresa signatárias da presente Ata de Registro de Preços são os constantes da planilha de preços anexa, obedecida a classificação no Pregão Eletrônico citado no preâmbulo desta, especificadas, detalhadamente, na ata de julgamento de preços, atualizado por Despacho homologatório pelo Ordenador de Despesa.

8.2 8.2 Em cada aquisição decorrente desta Ata, serão observadas, quanto ao preço, as cláusulas e condições constantes do Edital do Pregão Eletrônico n° 11/2020 citado no preâmbulo desta, que a precedeu, na íntegra, o presente instrumento de compromisso.

8.3 O preço unitário a ser pago será o constante da proposta apresentada no Pregão Eletrônico n° 011/2020 citado no preâmbulo desta, pela empresa constante da presente Ata de Registro de Preços e homologada através do despacho referido no item anterior.

CLAUSULA NONA DAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO E DAS DOTAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS:

A despesa decorrente das contratações oriundas da presente Ata, correrão à conta das seguintes dotações orçamentárias

Secretaria/Unidade	Recurso	Projeto Atividade	Ficha	Natureza de Despesa	Fonte
Sec. de Saúde	Próprio	02305	319	4.4.90.52	102
Sec. de Saúde	Próprio	02067	260	3.3.90.30	102
Sec. de Saúde	Próprio	02067	265	4.4.90.52	102

CLAUSULA DECIMA DAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO:

10.1 O pagamento será efetuado em até 10 (dez) dias após a entrega dos produtos, conforme Nota Fiscal, discriminada de acordo com a Ordem de Compra, e após atestado de recebimento definitivo dos produtos pelo fiscal do contrato indicado pela Prefeitura Municipal de Nossa Senhora do Livramento. A nota deverá ser emitida para cada secretaria de acordo com os quantitativos especificados na Ordem de Compra.

10.2 O pagamento será creditado em favor do fornecedor através de ordem bancária, contra qualquer banco indicado na proposta, devendo para isto, ficar explicitado o nome, número da agência e o número da conta corrente em que deverá ser efetivado o crédito.

10.3 Considera-se ocorrido o recebimento da nota fiscal ou fatura no momento em que o órgão contratante atestar a execução do objeto do contrato. 10.4 A Nota Fiscal ou Fatura deverá ser obrigatoriamente acompanhada da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta on-line ao SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 29 da Lei nº 8.666, de 1993. 10.5 Constatando-se, a situação de irregularidade do fornecedor contratado, deverão ser tomadas as providências previstas no do art. 31 da Instrução Normativa nº 3, de 26 de abril de 2018. 10.6 Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal ou dos documentos pertinentes à contratação, ou, ainda, circunstância que impeça a liquidação da despesa, como, por exemplo, obrigação financeira pendente, decorrente de penalidade imposta ou inadimplência, o pagamento ficará sobrestado até que a Contratada providencie as medidas saneadoras. Nesta hipótese, o prazo para pagamento iniciar-se-á após a comprovação da regularização da situação, não acarretando qualquer ônus para a Contratante. 10.7 Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento. 10.8 Antes de cada pagamento à contratada, será realizada consulta ao SICAF para verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas no edital. 10.9 Constatando-se, a situação de irregularidade da contratada, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério da contratante. 10.10 Previamente à emissão de nota de empenho e a cada pagamento, a Administração deverá realizar consulta ao SICAF para identificar possível suspensão temporária de participação em licitação, no âmbito do órgão ou entidade, proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas, observado o disposto no art. 29, da Instrução Normativa nº 3, de 26 de abril de 2018. 10.11 Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, a contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência da contratada, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos. 10.12 Persistindo a irregularidade, a contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada à contratada a ampla defesa. 10.13 Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso a contratada não regularize sua situação junto ao SICAF. 10.14 .Será rescindido o contrato em execução com a contratada inadimplente no SICAF, salvo por motivo de economicidade, segurança nacional ou outro de interesse público de alta relevância, devidamente justificado, em qualquer caso, pela máxima autoridade da contratante. 10.15 Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável. 10.16 A Contratada regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar. 10.17 Nos casos de eventuais atrasos de pagamento, desde que a Contratada não tenha concorrido, de alguma forma, para tanto, fica convencionado que a taxa de compensação financeira devida pela Contratante, entre a data do vencimento e o efetivo adimplemento da parcela, é calculada mediante a aplicação da seguinte fórmula:

EM = I x N x VP, sendo:

EM = Encargos moratórios;

N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento;

VP = Valor da parcela a ser paga.

I = Índice de compensação financeira = 0,00016438, assim apurado:

I = (TX)	I =	(6 / 100)	I = 0,00016438 TX = Percentual da taxa anual = 6%

365

10.18. A Prefeitura Municipal de Nossa Senhora do Livramento pagará à contratada, pelos materiais, os preços integrantes da proposta aprovada, ressalvada a ocorrência de imprevistos. Fica expressamente estabelecido que no preço global estão incluídos todos os custos diretos e indiretos para o fornecimento, de acordo com as condições previstas nas Especificações e nas Normas indicadas neste processo.

10.19. Não haverá, sob hipótese alguma, pagamento antecipado.

10.20. Não será efetuado o pagamento em nome de terceiros, ou em conta de Poupança, sendo que referido pagamento poderá ficar suspenso até que sejam devidamente cumpridas as exigências do Edital.

10.21. A critério da Administração poderão ser utilizados os pagamentos devidos para cobrir possíveis despesas com multas, indenizações a terceiros, ou outras de responsabilidade da Adjudicada.

10.22. Nenhum pagamento será efetuado ao fornecedor enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação. Esse fato não será gerador de direito a reajustamento de preços ou a atualização monetária.

10.23. A Contratante não efetuará pagamento de título descontado, ou por meio de cobrança em banco, bem como, os que forem negociados com terceiros por intermédio da operação de “factoring”.

10.24. Os pagamentos serão efetuados pela tesouraria à vista de Nota Fiscal Eletrônica – NFe, apresentadas, que deverão ser enviadas para o serviço de email institucional Prefeitura a seguir: nfe@nossasenhoradolivramento.mt.gov.br, e a DANFE deverá ser emitida e acompanhar a mercadoria.

10.25. Havendo divergência ou erro na emissão da Nota Fiscal Eletrônica-NFe, modelo 55, será interrompida a contagem do prazo para fins de pagamento, sendo iniciada nova contagem somente após a regularização da referida Nota fiscal Eletrônica - NFe;

CLAUSULA DECIMA PRIMEIRA **DAS OBRIGAÇÕES DA DETENTORA DO REGISTRO:**

11.1A Contratada deve cumprir todas as obrigações constantes no Edital, seus anexos e sua proposta, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto e, ainda. 11.2 efetuar a entrega do objeto em perfeitas condições, conforme especificações, prazo e local constantes no Edital e seus anexos, acompanhado da respectiva nota fiscal, na qual constarão as indicações referentes a: *marca, fabricante, modelo, procedência e prazo de garantia* ***de no mínimo um ano*** 11.3 responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com os artigos 12, 13 e 17 a 27, do Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990); 11.4 substituir, reparar ou corrigir, às suas expensas, no prazo fixado nesta Ata de Registro de Preço, o objeto com avarias ou defeitos; 11.5 comunicar à Contratante, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas que antecede a data da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação; 11.6 manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação; 11.7 indicar preposto para representá-la durante a execução do contrato. 11.8 Assumir todos os encargos trabalhistas, previdenciários, securitários, fiscais, tributários e quaisquer outros resultantes da execução do Contrato, os quais já estão incluídos no custo total, ficando a Contratante isenta do pagamento de quaisquer obrigações decorrentes da execução do instrumento contratual. 11.9 Emitir a nota fiscal/fatura, obrigatoriamente em concordância com a nota de empenho, a fim de que não seja protelado o pagamento da despesa, sob pena de ser exigido da Contratada o refaturamento. 11.10 **O recebimento e o acompanhamento dos prazos para a entrega dos equipamentos serão feitos por prepostos especialmente designados para sua fiscalização.** 11.11 Arcar com todas as despesas, diretas ou indiretas, impostos, taxas, encargos, royalties, seguros, fretes – carrego e descarrego, decorrentes do fornecimento dos bens, sem qualquer ônus para a Prefeitura Municipal de Nossa Senhora do Livramento. 11.12 Responsabilizar-se pelos danos causados diretamente à Administração ou a terceiros, decorrente de sua culpa ou dolo até a entrega do produto, incluindo as entregas feitas por transportadoras. 11.13 Prestar todos os esclarecimentos que forem solicitados pela Administração, durante a execução desta aquisição. 11.14 Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, de acordo com os artigos 14 e 17 a 27, do Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990), ficando a Contratante autorizada a descontar da garantia, caso exigida no edital, ou dos pagamentos devidos à Contratada, o valor correspondente aos danos sofridos; 11.15 Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento ao objeto da licitação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados nos incisos do § 1º do art. 57 da Lei nº 8.666, de 1993.;

CLAUSULA DECIMA SEGUNDA DAS OBRIGAÇÕES DO ÓRGÃO REQUISITANTE:

12.1 **São obrigações da Contratante:**

12.1.1 receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Edital e seus anexos;

12.1.2 verificar minuciosamente, no prazo fixado, a conformidade dos bens recebidos provisoriamente com as especificações constantes do Edital e da proposta, para fins de aceitação e recebimento definitivo;

12.1.3 comunicar à Contratada, por escrito, sobre imperfeições, falhas ou irregularidades verificadas no objeto fornecido, para que seja substituído, reparado ou corrigido;

12.1.4 acompanhar e fiscalizar o cumprimento das obrigações da Contratada, através de comissão/servidor especialmente designado;

12.1.5 efetuar o pagamento à Contratada no valor correspondente ao fornecimento do objeto, no prazo e forma estabelecidos no Edital e seus anexos;

12.1.6 A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pela Contratada com terceiros, ainda que vinculados à execução do presente Termo de Contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato da Contratada, de seus empregados, prepostos ou subordinados. 12.1.7 A contratante deverá obrigatoriamente reter os valores relativos às contribuições previdenciárias, devendo constar estas informações no edital e contrato. 12.1.8 Notificar a contratada, fixando-lhe prazos para corrigir defeitos ou irregularidades encontradas na execução dos serviços; 12.1.9 Fornecer todas as informações necessárias para a execução dos serviços; 12.1.10 A contratante deverá fornecer ao emitir a ordem de fornecimento especificando o local, horário e data que será realizado o serviço pela empresa. 12.1.11 Notificar por escrito, a empresa contratada, de toda e qualquer irregularidade constatada durante o fornecimento; 12.1.12 Disponibilizar local para a entrega dos equipamentos 12.1.13 Nenhum pagamento será efetuado à empresa detentora do registro, enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação. Esse fato não será gerador de direito a reajustamento de preços ou a atualização monetária. 12.1.14 A Prefeitura Municipal de Nossa Senhora do Livramento se reserva o direito de fiscalizar e pedir justificativas quanto à qualidade e demais condições do fornecimento, através de pessoas previamente designadas, que poderão rejeitar, no todo

ou em parte, o(s) equipamento(s). 12.1.15 Designar servidor da Secretaria demandante, para proceder para recebimento dos bens; 12.1.16 Rejeitar os produtos que não atendam aos requisitos constantes das especificações constantes nesta Ata de Registro de preço;

CLAUSULA DECIMA TERCEIRA DAS PENALIDADES

13.1 O descumprimento da Ata de Registro de Preços ensejará aplicação das penalidades estabelecidas no Edital.

13.2 As sanções do item acima também se aplicam aos integrantes do cadastro de reserva, em pregão para registro de preços que, convocados, não honrarem o compromisso assumido injustificadamente, nos termos do art. 49, §1º do Decreto nº 10.024/19.

13.3 É da competência do órgão gerenciador a aplicação das penalidades decorrentes do descumprimento do pactuado nesta ata de registro de preço (art. 5º, inciso X, do Decreto nº 7.892/2013), exceto nas hipóteses em que o descumprimento disser respeito às contratações dos órgãos participantes, caso no qual caberá ao respectivo órgão participante a aplicação da penalidade (art. 6º, Parágrafo único, do Decreto nº 7.892/2013).

13.4 O órgão participante deverá comunicar ao órgão gerenciador qualquer das ocorrências previstas no art. 20 do Decreto nº 7.892/2013, dada a necessidade de instauração de procedimento para cancelamento do registro do fornecedor.

CLAUSULA DECIMA QUARTA CONDIÇÕES GERAIS

14.1 As condições gerais do fornecimento, tais como os prazos para entrega e recebimento do objeto, as obrigações da Administração e do fornecedor registrado, penalidades e demais condições do ajuste, encontram-se definidos no Termo de Referência, ANEXO AO EDITAL.

14.2 É vedado efetuar acréscimos nos quantitativos fixados nesta ata de registro de preços, inclusive o acréscimo de que trata o § 1º do art. 65 da Lei nº 8.666/93, nos termos do art. 12, §1º do Decreto nº 7892/13.

14.3 No caso de adjudicação por preço global de grupo de itens, só será admitida a contratação dos itens nas seguintes hipóteses.

14.3.1 Contratação da totalidade dos itens de grupo, respeitadas as proporções de quantitativos definidos no certame; ou

14.3.2 Contratação de item isolado para o qual o preço unitário adjudicado ao vencedor seja o menor preço válido ofertado para o mesmo item na fase de lances.

14.4 A ata de realização da sessão pública do pregão, contendo a relação dos licitantes que aceitarem cotar os bens ou serviços com preços iguais ao do licitante vencedor do certame, compõe anexo a esta Ata de Registro de Preços, nos termos do art. 11, §4º do Decreto n. 7.892, de 2014.

14.5 A existência de preços registrados não obriga a Administração a firmar as contratações de que deles poderão advir, facultada a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, sendo assegurada à Detentora do registro de preços a preferência em igualdade de condições.

14.6 A Contratada ficará obrigada a atender todos os pedidos efetuados durante a vigência desta Ata de Registro de Preços, ainda que a expiração do prazo de entrega previsto no cronograma ocorra após seu vencimento.

14.7 Manter, durante a duração da Ata de Registro de Preços, todas as condições de idoneidade exigidas nesta licitação; mais especificamente nas condições exigidas para os documentos de habilitação relativos à regularidade fiscal, de modo que as certidões devem estar válidas ou mesmo renovadas, durante o período de contratação.

CLAUSULA DECIMA QUINTA –ACÕES ADMINISTRATIVA 15.1 Comete infração administrativa nos termos da Lei nº 8.666, de 1993 e da Lei nº 10.520, de 2002, a Contratada que: 15.2 inexecutar total ou parcialmente qualquer das obrigações assumidas em decorrência da contratação; 15.3 Ensejar o retardamento da execução do objeto; 15.4 Fraudar na execução do contrato; 15.5 Comportar-se de modo inidôneo; 15.6 Cometer fraude fiscal; 15.7 Não mantiver a proposta. 15.8 A Contratada que cometer qualquer das infrações discriminadas no subitem acima ficará sujeita, sem prejuízo da responsabilidade civil e criminal, às seguintes sanções: 15.9 Advertência por faltas leves, assim entendidas aquelas que não acarretem prejuízos significativos para a Contratante; 15.10 Multa moratória de até 0,5% (zero virgula cinco por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor do contrato; 15.11 Em se tratando de inobservância do prazo fixado para apresentação da garantia (seja para reforço ou por ocasião de prorrogação), aplicar-se-á multa de 0,07% (sete centésimos por cento) do valor do contrato por dia de atraso, observado o máximo de 2% (dois por cento), de modo que o atraso superior a 25 (vinte e cinco) dias autorizará a Administração contratante a promover a rescisão do contrato; 15.12 As penalidades de multa decorrentes de fatos diversos serão consideradas independentes entre si; 15.13 Multa compensatória de até 5% (cinco por cento) sobre o valor total do contrato, no caso de inexecução total do objeto; 15.14 Em caso de inexecução parcial, a multa compensatória, no mesmo percentual do subitem acima, será aplicada de forma proporcional à obrigação inadimplida; 15.15 Suspensão de licitar e impedimento de contratar com o órgão, entidade ou unidade administrativa pela qual a Administração Pública opera e atua concretamente, pelo prazo de até dois anos; 15.16 Impedimento de licitar e contratar com a União com o conseqüente descredenciamento no SICAF pelo prazo de até cinco anos; 15.17 Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a Contratada ressarcir a Contratante pelos prejuízos causados; 15.18 Também fica sujeita às penalidades do art. 87, III e IV da Lei nº 8.666, de 1993, a Contratada que: 15.19 Tenha sofrido condenação definitiva por praticar, por meio dolosos, fraude fiscal no recolhimento de quaisquer tributos; 15.20 Tenha praticado atos ilícitos visando a frustrar os objetivos da licitação; 15.21 Demonstre não possuir idoneidade para contratar com a Administração em virtude de atos ilícitos praticados; 15.22 A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa à Contratada, observando-se o procedimento previsto na Lei nº 8.666, de 1993, e subsidiariamente a Lei nº 9.784, de 1999; 15.23 As multas devidas e/ou prejuízos causados à Contratante serão deduzidos dos valores a serem pagos, ou recolhidos em favor da União, ou deduzidos da garantia, ou ainda, quando for o caso, serão inscritos na Dívida Ativa da União e cobrados judicialmente; 15.24 Caso a Contratante determine, a multa deverá ser recolhida no prazo máximo de 5 (cinco) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente; 15.25 A autoridade competente, na aplicação das sanções, levará em consideração a gravidade da conduta do infrator, o caráter educativo da pena, bem como o dano causado à Administração, observado o princípio da proporcionalidade. 15.26 A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa à Contratada, observando-se o procedimento previsto na Lei nº 8.666, de 1993, e subsidiariamente a Lei nº 9.784, de 1999.

CLAUSULA DECIMA SEXTA DA PUBLICAÇÃO

17.1 O Contratante providenciará a publicação do presente Termo no Diário Oficial do município, nos termos do artigo 61, parágrafo único da Lei 8.666/93

CLAUSULA DECIMA SETIMA DOS ILÍCITOS PENAIS

17.1. As infrações penais tipificadas na Lei nº 8.666/93 serão objeto de processo judicial na forma legalmente prevista, sem prejuízo das demais cominações aplicáveis.

CLAUSULA DECIMA OITAVA DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

18. As partes ficam, ainda, adstritas às seguintes disposições:

I. Todas as alterações que se fizerem necessárias serão registradas por intermédio de lavratura de termo aditivo à presente ata de Registro de Preços.

II. Vinculam-se a esta Ata, para fins de análise técnica, jurídica e decisão superior o Edital de Pregão Eletrônico nº 0011/2020 e seus anexos e as propostas das classificadas.

CLAUSULA DECIMA NONA DO FORO

19.1 As partes contratantes elegem o foro de Várzea Grande-MT como competente para dirimir quaisquer questões oriundas do presente contrato, inclusive os casos omissos, que não puderem ser resolvidos pela via administrativa, renunciando a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

19.2. E por estarem de acordo, as partes firmam o presente contrato, em 02 (duas) vias de igual teor e forma para um só efeito legal, ficando uma via arquivada na sede da **CONTRATANTE**, na forma do art. 60 da Lei nº 8.666/93.

Nossa Senhora do Livramento – MT, 11 de Fevereiro de 2021.

CONTRATANTE:

SILMAR DE SOUZA GONÇALVES

Prefeito Municipal

FORNECEDOR:

Empresa RET FARMA DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS E PRODUTOS HOSPITALARES EIRELI

CNPJ sob o nº 12.313.826/0001-90, Insc. Estadual 104785373

Representado pelo Senhor Thiago do Egito Araujo

RG 12494021999-8 AAP/MA inscrito no CPF nº 006.642.381-30

ATA DE REGISTRO DE PREÇO 006 2021

ATA DE REGISTRO DE PREÇO 006 2021

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS PARA A FUTURA E EVENTUAL – AQUISIÇÃO DE MATERIAL PERMANENTE - MÓVEIS, ELETRODOMÉSTICOS, ELETROELETRÔNICOS E EQUIPAMENTOS HOSPITALARES, E MATERIAL DE CONSUMO – LENÇÓIS, FRONHAS, TOALHAS E TRAVESSEIROS PARA ATENDER AS NECESSIDADES DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE EM EQUIPAR AS UNIDADES DE SAÚDE E O HOSPITAL MUNICIPAL QUE ENTRE SI CELEBRAM A PREFEITURA MUNICIPAL DE NOSSA SENHORA DO LIVRAMENTO E A EMPRESA DAMIÃO, LIZOTTI & CIA LTDA ME PREGÃO ELETRÔNICO Nº 11/2020 - PROCESSO ADMINISTRATIVO N.2270/2020, SRP 12 MESES AS CLAUSULAS A SEGUIR.

Pelo presente instrumento, o Município de Nossa Senhora do Livramento, inscrito no CNPJ/MF sob o nº 03.507.514/0001-26, com sede na Av. Coronel Botelho, 458– Centro, e denominado de CONTRATANTE, neste ato representada pelo seu Prefeito Municipal, Sr. Silmar de Souza Gonçalves, brasileiro, casado, empresário, portador do RG nº 279284 SSP/MT, e do CPF nº 167.522.791-87 residente e domiciliado na Estrada do Rio dos Peixes S/N Fazenda São Rafael – Zona Rural neste município em pleno exercício de seu mandato e funções, considerando o julgamento da licitação na modalidade de pregão, na forma Eletrônica, publicado sua homologação em 10 de fevereiro de 2021 • TCE/MT• ANO 10. Nº 2121 **PREGÃO ELETRÔNICO Nº 11/2020 - Processo Administrativo n.2270/2020,** registrar os preços da empresa indicada e qualificada nesta ATA, de acordo com a classificação por ela alcançada e na quantidade cotada, atendendo as condições previstas no edital, sujeitando-se as partes às normas constantes na Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993 e suas alterações, no Decreto n.º 7.892, de 23 de janeiro de 2013, e em conformidade com as disposições a seguir:

FORNECEDOR: EMPRESA DAMIÃO, LIZOTTI & CIA LTDA ME pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o nº 32.302.947/0001-43, Insc. Estadual 908002435-42 com sede a Rua Para, 433, Sala 07 Centro CEP: 86181-240, Município de Cambe/Paraná, neste ato representado pelo Senhor Daniel Augusto André Damiao, portador da cédula de identidade 8270.625-9 SESP/PR, inscrito no CPF nº 005.935.509-125, empresário, residente e domiciliado a Rua Governador Bento Munhoz da Rocha Neto 325, Apartamento 11 Bloco 7ª, Conjunto Castelo Branco município de Cambé/Paraná CEP: 86186-125 .

CLAUSULA PRIMEIRA DO OBJETO, ESPECIFICAÇÕES E QUANTITATIVOS

1.1 A presente Ata tem por objeto o registro de preços para a eventual aquisição de **aquisição de material permanente - móveis, eletrodomésticos, eletroeletrônicos e equipamentos hospitalares, e material de consumo – lençóis, fronhas, toalhas e travesseiros para atender as necessidades da Secretaria Municipal de Saúde em equipar as unidades de saúde e o Hospital Municipal** no **TERMO DE REFERÊNCIA N° 024/2020** ***PREGÃO ELETRÔNICO Nº 11/2020 - Processo Administrativo n.2270/2020*** que é parte integrante desta Ata, assim como a proposta vencedora, independentemente de transcrição.

CLAUSULA SEGUNDA DOS PREÇOS, ESPECIFICAÇÕES E QUANTITATIVOS

2.1 O preço registrado, as especificações do objeto, a quantidade, fornecedor e as demais condições ofertadas na proposta são as que seguem:

Razão Social:	**EMPRESA DAMIÃO, LIZOTTI & CIA LTDA ME** pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o nº 32.302.947/0001-43, Insc. Estadual 908002435-42
Endereço:	sede a Rua Para, 433, Sala 07 Centro CEP: 86181-240, Município de Cambe/Paraná,
Contatos:	43 3154 3009 e mail contato@damizotti.com.br
Representante:	Daniel Augusto André Damiao,

Razao Social	CNPJ	Lote	Descrição	Unidade	Marca	Modelo	Quantidade do Item	Valor do Item	Valor Total do Item
DAMIÃO, LIZOTTI 2 CIA LTDA	32302947000143	14	LAVADORA DE ALTA PRESSAO - PRESSAO DE TRABALHO 2500 LIBRAS,COM VAZAO DE 300 L/H, BIVOLT OU 127V, COM CABECOTE EM ALUMINO, COM MANGUEIRAS, ENGUICOS, CARRINHO DE LOCOMOCAO E DEMAIS ACESSORIOS NECESSARIOS PARA SEU COMPLETO FUNCIONAMENTO, GARANTIA MINIMA DE 01 ANO E ASSISTENCIA TECNICA NA REGIAO METROPOLITANA DE CUIABA/MT.	UN	LAVORWASH	FAST EXTRA 135	4	715,00	2.860,00
VALOR R$ 2.860,00 (Dois Oitocentos e Sessenta Reais									

2.3. Nos preços supracitados estão incluídas todas as despesas relativas ao objeto contratado (tributos, seguros, encargos sociais, etc.).

2.4 A listagem do cadastro de reserva referente ao presente registro de preços consta como anexo a esta Ata. (caso houver).

CLAUSULA TERCEIRA DA GERÊNCIA DA PRESENTE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS:

3.1 Nos termos do art. 67 Lei nº 8.666, de 1993, será designado representante para acompanhar e fiscalizar a entrega dos bens, anotando em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução e determinando o que for necessário à regularização de falhas ou defeitos observados. 3.2 O recebimento de material de valor superior a R$ 80.000,00 (oitenta mil reais) será confiado a uma comissão de, no mínimo, 3 (três) membros, designados pela autoridade competente. 3.3 A fiscalização de que trata este item não exclui nem reduz a responsabilidade da Contratada, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas ou vícios redibitórios, e, na ocorrência desta, não implica em corresponsabilidade da Administração ou de seus agentes e prepostos, de conformidade com o art. 70 da Lei nº 8.666, de 1993. 3.4 O representante da Administração anotará em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução do contrato, indicando dia, mês e ano, bem como o nome dos funcionários eventualmente envolvidos, determinando o que for necessário à regularização das falhas ou defeitos observados e encaminhando os apontamentos à autoridade competente para as providências cabíveis. 3.5 Será designado para fiscalizar e acompanhar o fornecimento, do objeto da presente contratação, conforme a seguir: 3.6 A Secretaria Municipal de Saúde, designa o Servidor: **Edenilze Maciel,** que deverá atestar os documentos da despesa, quando comprovada a fiel e correta entrega para fins de pagamento.

CLAUSULA QUARTA DA ADESÃO À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

Não será admitida a adesão à ata de registro de preços decorrente desta licitação, conforme especificado no **TERMO DE REFERÊNCIA 024/2020** constante às fls. 01 a 40 **anexo ao *PREGÃO ELETRÔNICO Nº 11/2020 - Processo Administrativo n.2270/2020***.

,CLAUSULA QUINTA – VIGENCIA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO

5.2 A validade da Ata de Registro de Preços será de 12 (doze) meses a partir de sua assinatura não podendo ser prorrogada.

CLAUSULA SEXTA REVISÃO E CANCELAMENTO

6.1 A Administração realizará pesquisa de mercado periodicamente, em intervalos não superiores a 180 (cento e oitenta) dias, a fim de verificar a vantajosidade dos preços registrados nesta Ata. 6.2 Os preços registrados poderão ser revistos em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo do objeto registrado, cabendo à Administração promover as negociações junto ao fornecedor. 6.3 Quando o preço registrado tornar-se superior ao preço praticado no mercado por motivo superveniente, a Administração convocará o fornecedor para negociar a redução dos preços aos valores praticados pelo mercado.

6.4 O fornecedor que não aceitar reduzir seu preço ao valor praticado pelo mercado será liberado do compromisso assumido, sem aplicação de penalidade.

6.4.1 A ordem de classificação dos fornecedores que aceitarem reduzir seus preços aos valores de mercado observará a classificação original.

6.5 Quando o preço de mercado tornar-se superior aos preços registrados e o fornecedor não puder cumprir o compromisso, o órgão gerenciador poderá:

6.7 Liberar o fornecedor do compromisso assumido, caso a comunicação ocorra antes do pedido de fornecimento, e sem aplicação da penalidade se confirmada a veracidade dos motivos e comprovantes apresentados; e

6.8 Convocar os demais fornecedores para assegurar igual oportunidade de negociação.

6.9 Não havendo êxito nas negociações, o órgão gerenciador deverá proceder à revogação desta ata de registro de preços, adotando as medidas cabíveis para obtenção da contratação mais vantajosa.

6.10 O registro do fornecedor será cancelado quando:

6.10.1 Descumprir as condições da ata de registro de preços;

6.10.2 Não retirar a nota de empenho ou instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração, sem justificativa aceitável;

6.10.3 Não aceitar reduzir o seu preço registrado, na hipótese deste se tornar superior àqueles praticados no mercado; ou

6.10.4 Sofrer sanção administrativa cujo efeito torne-o proibido de celebrar contrato administrativo, alcançando o órgão gerenciador e órgão(s) participante(s).

6.10.5 O cancelamento de registros nas hipóteses previstas nos itens 6.6, 6.7, 6.7 será formalizado por despacho do órgão gerenciador, assegurado o contraditório e a ampla defesa.

6.10.6 O cancelamento do registro de preços poderá ocorrer por fato superveniente, decorrente de caso fortuito ou força maior, que prejudique o cumprimento da ata, devidamente comprovados e justificados:

6.10.7 Por razão de interesse público; ou

6.10.8 A pedido do fornecedor.

CLAUSULA SETIMA DOS PRAZOS DE RECEBIMENTO E DAS CONDIÇÕES DE ENTREGA

7.1 . Prazo para entrega do objeto: 15 (quinze) dias a contar da data da emissão da ordem de compra.

7.2. Prazo para recebimento provisório do objeto: 10 (dez) dias.

7.3. Prazo para recebimento definitivo do objeto: 5 (cinco) dias, contados do recebimento provisório.

7.4. Prazo para reparo, correção, reconstrução, remoção e/ou substituição do objeto, no todo ou em parte, entregue fora das especificações? **15 (quinze) dias.**

7.5. Do local de execução/entrega dos serviços/bens: Secretaria Municipal de Saúde, Av. Cel. Botelho s/n, Centro, Município de Nossa Senhora do Livramento.

7.6. Os **materiais/produtos e/ou serviços** serão recebidos provisoriamente no prazo de 10 (dez) dias, pelo(a) *responsável* pelo acompanhamento e fiscalização do contrato, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta.

7.8. Os **materiais/produtos e/ou serviços** poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, devendo ser substituídos no prazo de 15 (quinze) dias, a contar da notificação da contratada, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

7.9 Os **materiais/produtos e/ou serviços** serão recebidos definitivamente no prazo de 5 (cinco) dias, contados do recebimento provisório, após a verificação da qualidade e quantidade do material e consequente aceitação mediante termo circunstanciado.

7.10 Na hipótese de a verificação a que se refere o subitem anterior não ser procedida dentro do prazo fixado, reputar-se-á como realizada, consumando-se o recebimento definitivo no dia do esgotamento do prazo.

7.11 O recebimento provisório ou definitivo do objeto não exclui a responsabilidade da contratada pelos prejuízos resultantes da incorreta execução do contrato.

CLAUSULA OITAVA DOS PREÇOS

8.1 Os preços ofertados pela empresa signatárias da presente Ata de Registro de Preços são os constantes da planilha de preços anexa, obedecida a classificação no Pregão Eletrônico citado no preâmbulo desta, especificadas, detalhadamente, na ata de julgamento de preços, atualizado por Despacho homologatório pelo Ordenador de Despesa.

8.2 8.2 Em cada aquisição decorrente desta Ata, serão observadas, quanto ao preço, as cláusulas e condições constantes do Edital do Pregão Eletrônico n° 11/2020 citado no preâmbulo desta, que a precedeu, na íntegra, o presente instrumento de compromisso.

8.3 O preço unitário a ser pago será o constante da proposta apresentada no Pregão Eletrônico n° 011/2020 citado no preâmbulo desta, pela empresa constante da presente Ata de Registro de Preços e homologada através do despacho referido no item anterior.

CLAUSULA NONA DAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO E DAS DOTAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS:

A despesa decorrente das contratações oriundas da presente Ata, correrão à conta das seguintes dotações orçamentárias

Secretaria/Unidade	Recurso	Projeto Atividade	Ficha	Natureza de Despesa	Fonte
Sec. de Saúde	Próprio	02305	319	4.4.90.52	102
Sec. de Saúde	Próprio	02067	260	3.3.90.30	102
Sec. de Saúde	Próprio	02067	265	4.4.90.52	102

CLAUSULA DECIMA DAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO:

10.1 O pagamento será efetuado em até 10 (dez) dias após a entrega dos produtos, conforme Nota Fiscal, discriminada de acordo com a Ordem de Compra, e após atestado de recebimento definitivo dos produtos pelo fiscal do contrato indicado pela Prefeitura Municipal de Nossa Senhora do Livramento. A nota deverá ser emitida para cada secretaria de acordo com os quantitativos especificados na Ordem de Compra.

10.2 O pagamento será creditado em favor do fornecedor através de ordem bancária, contra qualquer banco indicado na proposta, devendo para isto, ficar explicitado o nome, número da agência e o número da conta corrente em que deverá ser efetivado o crédito.

10.3 Considera-se ocorrido o recebimento da nota fiscal ou fatura no momento em que o órgão contratante atestar a execução do objeto do contrato. 10.4 A Nota Fiscal ou Fatura deverá ser obrigatoriamente acompanhada da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta on-line ao SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 29 da Lei nº 8.666, de 1993. 10.5 Constatando-se, a situação de irregularidade do fornecedor contratado, deverão ser tomadas as providências previstas no do art. 31 da Instrução Normativa nº 3, de 26 de abril de 2018. 10.6 Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal ou dos documentos pertinentes à contratação, ou, ainda, circunstância que impeça a liquidação da despesa, como, por exemplo, obrigação financeira pendente, decorrente de penalidade imposta ou inadimplência, o pagamento ficará sobrestado até que a Contratada providencie as medidas saneadoras. Nesta hipótese, o prazo para pagamento iniciar-se-á após a comprovação da regularização da situação, não acarretando qualquer ônus para a Contratante. 10.7 Será

considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento. 10.8 Antes de cada pagamento à contratada, será realizada consulta ao SICAF para verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas no edital. 10.9 Constatando-se, a situação de irregularidade da contratada, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério da contratante. 10.10 Previamente à emissão de nota de empenho e a cada pagamento, a Administração deverá realizar consulta ao SICAF para identificar possível suspensão temporária de participação em licitação, no âmbito do órgão ou entidade, proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas, observado o disposto no art. 29, da Instrução Normativa nº 3, de 26 de abril de 2018. 10.11 Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, a contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência da contratada, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos. 10.12 Persistindo a irregularidade, a contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada à contratada a ampla defesa. 10.13 Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso a contratada não regularize sua situação junto ao SICAF. 10.14 .Será rescindido o contrato em execução com a contratada inadimplente no SICAF, salvo por motivo de economicidade, segurança nacional ou outro de interesse público de alta relevância, devidamente justificado, em qualquer caso, pela máxima autoridade da contratante. 10.15 Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável. 10.16 A Contratada regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar. 10.17 Nos casos de eventuais atrasos de pagamento, desde que a Contratada não tenha concorrido, de alguma forma, para tanto, fica convencionado que a taxa de compensação financeira devida pela Contratante, entre a data do vencimento e o efetivo adimplemento da parcela, é calculada mediante a aplicação da seguinte fórmula:

EM = I x N x VP, sendo:

EM = Encargos moratórios;

N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento;

VP = Valor da parcela a ser paga.

I = Índice de compensação financeira = 0,00016438, assim apurado:

I = (TX)	I =	(6 / 100)	I = 0,00016438 TX = Percentual da taxa anual = 6%

365

10.18. A Prefeitura Municipal de Nossa Senhora do Livramento pagará à contratada, pelos materiais, os preços integrantes da proposta aprovada, ressalvada a ocorrência de imprevistos. Fica expressamente estabelecido que no preço global estão incluídos todos os custos diretos e indiretos para o fornecimento, de acordo com as condições previstas nas Especificações e nas Normas indicadas neste processo.

10.19. Não haverá, sob hipótese alguma, pagamento antecipado.

10.20. Não será efetuado o pagamento em nome de terceiros, ou em conta de Poupança, sendo que referido pagamento poderá ficar suspenso até que sejam devidamente cumpridas as exigências do Edital.

10.21. A critério da Administração poderão ser utilizados os pagamentos devidos para cobrir possíveis despesas com multas, indenizações a terceiros, ou outras de responsabilidade da Adjudicada.

10.22. Nenhum pagamento será efetuado ao fornecedor enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação. Esse fato não será gerador de direito a reajustamento de preços ou a atualização monetária.

10.23. A Contratante não efetuará pagamento de título descontado, ou por meio de cobrança em banco, bem como, os que forem negociados com terceiros por intermédio da operação de “factoring”.

10.24. Os pagamentos serão efetuados pela tesouraria à vista de Nota Fiscal Eletrônica – NFe, apresentadas, que deverão ser enviadas para o serviço de email institucional Prefeitura a seguir: nfe@nossasenhoradolivramento.mt.gov.br, e a DANFE deverá ser emitida e acompanhar a mercadoria.

10.25. Havendo divergência ou erro na emissão da Nota Fiscal Eletrônica-NFe, modelo 55, será interrompida a contagem do prazo para fins de pagamento, sendo iniciada nova contagem somente após a regularização da referida Nota fiscal Eletrônica - NFe;

CLAUSULA DECIMA PRIMEIRA **DAS OBRIGAÇÕES DA DETENTORA DO REGISTRO:**

11.1A Contratada deve cumprir todas as obrigações constantes no Edital, seus anexos e sua proposta, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto e, ainda. 11.2 efetuar a entrega do objeto em perfeitas condições, conforme especificações, prazo e local constantes no Edital e seus anexos, acompanhado da respectiva nota fiscal, na qual constarão as indicações referentes a: *marca, fabricante, modelo, procedência e prazo de garantia* ***de no mínimo um ano*** 11.3 responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com os artigos 12, 13 e 17 a 27, do Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990); 11.4 substituir, reparar ou corrigir, às suas expensas, no prazo fixado nesta Ata de Registro de Preço, o objeto com avarias ou defeitos; 11.5 comunicar à Contratante, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas que antecede a data da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação; 11.6 manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação; 11.7 indicar preposto para representá-la durante a execução do contrato. 11.8 Assumir todos os encargos trabalhistas, previdenciários, securitários, fiscais, tributários e quaisquer outros resultantes da execução do Contrato, os quais já estão incluídos no custo total, ficando a Contratante isenta do pagamento de quaisquer obrigações decorrentes da execução do instrumento contratual. 11.9 Emitir a nota fiscal/fatura, obrigatoriamente em concordância com a nota de empenho, a fim de que não seja protelado o pagamento da despesa, sob pena de ser exigido da Contratada o refaturamento. 11.10 **O recebimento e o acompanhamento dos prazos para a entrega dos equipamentos serão feitos por prepostos especi-**

almente designados para sua fiscalização. 11.11 Arcar com todas as despesas, diretas ou indiretas, impostos, taxas, encargos, royalties, seguros, fretes – carrego e descarrego, decorrentes do fornecimento dos bens, sem qualquer ônus para a Prefeitura Municipal de Nossa Senhora do Livramento. 11.12 Responsabilizar-se pelos danos causados diretamente à Administração ou a terceiros, decorrente de sua culpa ou dolo até a entrega do produto, incluindo as entregas feitas por transportadoras. 11.13 Prestar todos os esclarecimentos que forem solicitados pela Administração, durante a execução desta aquisição. 11.14 Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, de acordo com os artigos 14 e 17 a 27, do Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990), ficando a Contratante autorizada a descontar da garantia, caso exigida no edital, ou dos pagamentos devidos à Contratada, o valor correspondente aos danos sofridos; 11.15 Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento ao objeto da licitação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados nos incisos do § 1º do art. 57 da Lei nº 8.666, de 1993.;

CLAUSULA DECIMA SEGUNDA DAS OBRIGAÇÕES DO ÓRGÃO REQUISITANTE:

12.1 **São obrigações da Contratante:**

12.1.1 receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Edital e seus anexos;

12.1.2 verificar minuciosamente, no prazo fixado, a conformidade dos bens recebidos provisoriamente com as especificações constantes do Edital e da proposta, para fins de aceitação e recebimento definitivo;

12.1.3 comunicar à Contratada, por escrito, sobre imperfeições, falhas ou irregularidades verificadas no objeto fornecido, para que seja substituído, reparado ou corrigido;

12.1.4 acompanhar e fiscalizar o cumprimento das obrigações da Contratada, através de comissão/servidor especialmente designado;

12.1.5 efetuar o pagamento à Contratada no valor correspondente ao fornecimento do objeto, no prazo e forma estabelecidos no Edital e seus anexos;

12.1.6 A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pela Contratada com terceiros, ainda que vinculados à execução do presente Termo de Contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato da Contratada, de seus empregados, prepostos ou subordinados. 12.1.7 A contratante deverá obrigatoriamente reter os valores relativos às contribuições previdenciárias, devendo constar estas informações no edital e contrato. 12.1.8 Notificar a contratada, fixando-lhe prazos para corrigir defeitos ou irregularidades encontradas na execução dos serviços; 12.1.9 Fornecer todas as informações necessárias para a execução dos serviços; 12.1.10 A contratante deverá fornecer ao emitir a ordem de fornecimento especificando o local, horário e data que será realizado o serviço pela empresa. 12.1.11 Notificar por escrito, a empresa contratada, de toda e qualquer irregularidade constatada durante o fornecimento; 12.1.12 Disponibilizar local para a entrega dos equipamentos 12.1.13 Nenhum pagamento será efetuado à empresa detentora do registro, enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação. Esse fato não será gerador de direito a reajustamento de preços ou a atualização monetária. 12.1.14 A Prefeitura Municipal de Nossa Senhora do Livramento se reserva o direito de fiscalizar e pedir justificativas quanto à qualidade e demais condições do fornecimento, através de pessoas previamente designadas, que poderão rejeitar, no todo ou em parte, o(s) equipamento(s). 12.1.15 Designar servidor da Secretaria demandante, para proceder para recebimento dos bens; 12.1.16 Rejeitar os produtos que não atendam aos requisitos constantes das especificações constantes nesta Ata de Registro de preço;

CLAUSULA DECIMA TERCEIRA DAS PENALIDADES

13.1 O descumprimento da Ata de Registro de Preços ensejará aplicação das penalidades estabelecidas no Edital.

13.2 As sanções do item acima também se aplicam aos integrantes do cadastro de reserva, em pregão para registro de preços que, convocados, não honrarem o compromisso assumido injustificadamente, nos termos do art. 49, §1º do Decreto nº 10.024/19.

13.3 É da competência do órgão gerenciador a aplicação das penalidades decorrentes do descumprimento do pactuado nesta ata de registro de preço (art. 5º, inciso X, do Decreto nº 7.892/2013), exceto nas hipóteses em que o descumprimento disser respeito às contratações dos órgãos participantes, caso no qual caberá ao respectivo órgão participante a aplicação da penalidade (art. 6º, Parágrafo único, do Decreto nº 7.892/2013).

13.4 O órgão participante deverá comunicar ao órgão gerenciador qualquer das ocorrências previstas no art. 20 do Decreto nº 7.892/2013, dada a necessidade de instauração de procedimento para cancelamento do registro do fornecedor.

CLAUSULA DECIMA QUARTA CONDIÇÕES GERAIS

14.1 As condições gerais do fornecimento, tais como os prazos para entrega e recebimento do objeto, as obrigações da Administração e do fornecedor registrado, penalidades e demais condições do ajuste, encontram-se definidos no Termo de Referência, ANEXO AO EDITAL.

14.2 É vedado efetuar acréscimos nos quantitativos fixados nesta ata de registro de preços, inclusive o acréscimo de que trata o § 1º do art. 65 da Lei nº 8.666/93, nos termos do art. 12, §1º do Decreto nº 7892/13.

14.3 No caso de adjudicação por preço global de grupo de itens, só será admitida a contratação dos itens nas seguintes hipóteses.

14.3.1 Contratação da totalidade dos itens de grupo, respeitadas as proporções de quantitativos definidos no certame; ou

14.3.2 Contratação de item isolado para o qual o preço unitário adjudicado ao vencedor seja o menor preço válido ofertado para o mesmo item na fase de lances.

14.4 A ata de realização da sessão pública do pregão, contendo a relação dos licitantes que aceitarem cotar os bens ou serviços com preços iguais ao do licitante vencedor do certame, compõe anexo a esta Ata de Registro de Preços, nos termos do art. 11, §4º do Decreto n. 7.892, de 2014.

14.5 A existência de preços registrados não obriga a Administração a firmar as contratações de que deles poderão advir, facultada a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, sendo assegurada à Detentora do registro de preços a preferência em igualdade de condições.

14.6 A Contratada ficará obrigada a atender todos os pedidos efetuados durante a vigência desta Ata de Registro de Preços, ainda que a expiração do prazo de entrega previsto no cronograma ocorra após seu vencimento.

14.7 Manter, durante a duração da Ata de Registro de Preços, todas as condições de idoneidade exigidas nesta licitação; mais especificamente nas condições exigidas para os documentos de habilitação relativos à regularidade fiscal, de modo que as certidões devem estar válidas ou mesmo renovadas, durante o período de contratação.

CLAUSULA DECIMA QUINTA –ACÕES ADMINISTRATIVA 15.1 Comete infração administrativa nos termos da Lei nº 8.666, de 1993 e da Lei nº 10.520, de 2002, a Contratada que: 15.2 inexecutar total ou parcialmente qualquer das obrigações assumidas em decorrência da contratação; 15.3 Ensejar o retardamento da execução do objeto; 15.4 Fraudar na execução do contrato; 15.5 Comportar-se de modo inidôneo; 15.6 Cometer fraude fiscal; 15.7 Não mantiver a proposta. 15.8 A Contratada que cometer qualquer das infrações discriminadas no subitem acima ficará sujeita, sem prejuízo da responsabilidade civil e criminal, às seguintes sanções: 15.9 Advertência por faltas leves, assim entendidas aquelas que não acarretem prejuízos significativos para a Contratante; 15.10 Multa moratória de até 0,5% (zero virgula cinco por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor do contrato; 15.11 Em se tratando de inobservância do prazo fixado para apresentação da garantia (seja para reforço ou por ocasião de prorrogação), aplicar-se-á multa de 0,07% (sete centésimos por cento) do valor do contrato por dia de atraso, observado o máximo de 2% (dois por cento), de modo que o atraso superior a 25 (vinte e cinco) dias autorizará a Administração contratante a promover a rescisão do contrato; 15.12 As penalidades de multa decorrentes de fatos diversos serão consideradas independentes entre si; 15.13 Multa compensatória de até 5% (cinco por cento) sobre o valor total do contrato, no caso de inexecução total do objeto; 15.14 Em caso de inexecução parcial, a multa compensatória, no mesmo percentual do subitem acima, será aplicada de forma proporcional à obrigação inadimplida; 15.15 Suspensão de licitar e impedimento de contratar com o órgão, entidade ou unidade administrativa pela qual a Administração Pública opera e atua concretamente, pelo prazo de até dois anos; 15.16 Impedimento de licitar e contratar com a União com o conseqüente descredenciamento no SICAF pelo prazo de até cinco anos; 15.17 Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a Contratada ressarcir a Contratante pelos prejuízos causados; 15.18 Também fica sujeita às penalidades do art. 87, III e IV da Lei nº 8.666, de 1993, a Contratada que: 15.19 Tenha sofrido condenação definitiva por praticar, por meio dolosos, fraude fiscal no recolhimento de quaisquer tributos; 15.20 Tenha praticado atos ilícitos visando a frustrar os objetivos da licitação; 15.21 Demonstre não possuir idoneidade para contratar com a Administração em virtude de atos ilícitos praticados; 15.22 A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa à Contratada, observando-se o procedimento previsto na Lei nº 8.666, de 1993, e subsidiariamente a Lei nº 9.784, de 1999; 15.23 As multas devidas e/ou prejuízos causados à Contratante serão deduzidos dos valores a serem pagos, ou recolhidos em favor da União, ou deduzidos da garantia, ou ainda, quando for o caso, serão inscritos na Dívida Ativa da União e cobrados judicialmente; 15.24 Caso a Contratante determine, a multa deverá ser recolhida no prazo máximo de 5 (cinco) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente; 15.25 A autoridade competente, na aplicação das sanções, levará em consideração a gravidade da conduta do infrator, o caráter educativo da pena, bem como o dano causado à Administração, observado o princípio da proporcionalidade. 15.26 A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa à Contratada, observando-se o procedimento previsto na Lei nº 8.666, de 1993, e subsidiariamente a Lei nº 9.784, de 1999.

CLAUSULA DECIMA SEXTA DA PUBLICAÇÃO

17.1 O Contratante providenciará a publicação do presente Termo no Diário Oficial do município, nos termos do artigo 61, parágrafo único da Lei 8.666/93

CLAUSULA DECIMA SETIMA DOS ILÍCITOS PENAIS

17.1. As infrações penais tipificadas na Lei nº 8.666/93 serão objeto de processo judicial na forma legalmente prevista, sem prejuízo das demais cominações aplicáveis.

CLAUSULA DECIMA OITAVA DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

18. As partes ficam, ainda, adstritas às seguintes disposições:

I. Todas as alterações que se fizerem necessárias serão registradas por intermédio de lavratura de termo aditivo à presente ata de Registro de Preços.

II. Vinculam-se a esta Ata, para fins de análise técnica, jurídica e decisão superior o Edital de Pregão Eletrônico nº 0011/2020 e seus anexos e as propostas das classificadas.

CLAUSULA DECIMA NONA DO FORO

19.1 As partes contratantes elegem o foro de Várzea Grande-MT como competente para dirimir quaisquer questões oriundas do presente contrato, inclusive os casos omissos, que não puderem ser resolvidos pela via administrativa, renunciando a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

19.2. E por estarem de acordo, as partes firmam o presente contrato, em 02 (duas) vias de igual teor e forma para um só efeito legal, ficando uma via arquivada na sede da **CONTRATANTE**, na forma do art. 60 da Lei nº 8.666/93.

Nossa Senhora do Livramento – MT, 11 de Fevereiro de 2021.

CONTRATANTE:

SILMAR DE SOUZA GONÇALVES

Prefeito Municipal

FORNECEDOR

EMPRESA DAMIÃO, LIZOTTI & CIA LTDA ME

CNPJ sob o nº 32.302.947/0001-43, Insc. Estadual 908002435-42

Representado pelo Senhor Daniel Augusto André Damiao

RG 8270.625-9 e CPF nº 005.935.509-125

DESPACHO DE REVOGAÇÃO DE LICITAÇÃO REFERÊNCIA: PROCESSO Nº 1312/2019-1 – PREGÃO ELTRONICO N. 19.2019.

DESPACHO DE REVOGAÇÃO DE LICITAÇÃO

REFERÊNCIA: Processo nº 1312/2019-1 – PREGÃO ELTRONICO N. 19. 2019.

ASSUNTO: REGISTRO DE PREÇOS, para aquisição de materiais esportivos, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas no Edital e seus anexos.

REQUERENTE: Secretaria Municipal de Educação

O PREFEITO MUNICIPAL DA PREFEITURA DE NOSSA SENHORA DO LIVRAMENTO, no uso de suas atribuições legais, em conformidade com os enunciados das Súmulas nos 346 e 473 do STF.

RESOLVE:

REVOGAR em todos os seus termos, por interesse da administração, assim como recomendação da assessoria jurídica – Parecer n. 097/2021 – Processo n. 1312/2019-1, cujo objeto REGISTRO DE PREÇOS, para aquisição de materiais esportivos, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas no Edital e seus anexos, para fins de adequação do TR – Termo de Referencia/Edital para melhor atender o serviço público, promovendo novo levantamento de preços, se for do interesse da órgão, pedir novo certame para compra de material esportivo no afã de ser utilizado em um futuro breve e rápido.

Nossa Senhora do Livramento – MT., 19 de fevereiro de 2021.

Silmar de Souza Gonçalves

Prefeito Municipal

3º TERMO ADITIVO DE PRAZO E VALOR CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇO 054 2019

3º TERMO ADITIVO DE PRAZO E VALOR CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇO 054 2019 - CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZA EM PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE LOCAÇÃO DE 01 (UM) CAMINHÃO ¾ FURGÃO COM CAPACIDADE 4.000 KG, QUE SERÁ POR QUILOMETRO RODADO, COM MOTORISTA DEVIDAMENTE HABILITADO, PARA ATENDIMENTO DAS DEMANDAS OPERACIONAIS DA SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, PARA TRANSPORTE DA MERENDA ESCOLAR, TANTO NA ZONA URBANA QUANTO NA ZONA RURAL DO MUNICÍPIO, QUE ENTRE SI CELEBRAM A PREFEITURA MUNICIPAL DE NOSSA SENHORA DO LIVRAMENTO E A EMPRESA D.M SILVA – EPP PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 001972/2018 VALIDADEPREGÃO ELETRÔNICO Nº027/2018 SRP PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 001866/2019 PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 004147/2019

Pelo presente instrumento, o **Município de Nossa Senhora do Livramento,** inscrito no CNPJ/MF sob o nº 03.507.514/0001-26, com sede na Av. Coronel Botelho, 458– Centro, e denominado de CONTRATANTE, neste ato representada pelo seu Prefeito Municipal, Sr. Silmar de Souza Gonçalves, brasileiro, casado, empresário, portador do RG nº 279284 SSP/MT, e do CPF nº 167.522.791-87 residente e domiciliado na Estrada do Rio dos Peixes S/N Fazenda São Rafael – Zona Rural neste município em pleno exercício de seu mandato e, de outro lado, Empresa: **D.M SILVA – EPP**, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o nº 21.659.772/0001-00, com sede a Avenida Coronel Botelho Bairro Centro, Município de Nossa Senhora do Livramento CEP: 78170-000, neste ato representado pelo senhor Douglas Martins Silva, portador da cédula de identidade nº 21513708 SSP/MT, inscrito no CPF nº 038.776.641-30, residente e domiciliado na Avenida Coronel Botelho Bairro Centro, Município de Nossa Senhora do Livramento CEP: 78170-000, sujeitando-se as partes às normas constantes na Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993 e suas alterações, no Decreto n.º 7.892, de 23 de janeiro de 2013, e em conformidade com as disposições a seguir: firmam o terceiro termo aditivo de valor e prazo.

Considerando o interesse público na continuidade contratual nos moldes previamente definidos no **PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 001976/2018 VALIDADEPREGÃO ELETRÔNICO Nº026/2018 SRP PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 001866/2019**

Considerando que o referido contrato está fundamentada nos Art. 57, § II e 65, § I, da Lei 8.666/93, mediante termos aditivos e/ou havendo conveniência e interesse público;

Considerando o Processo Administrativo nº 071/2021 de aditivação de prazo e Valor ao contrato nº 054/2019 que autorizou termo aditivo de valor e prazo, pelas razões elencadas, verifica-se que estão atendidos aos princípios da legalidade e da economicidade, em razão dos quais se procede o presente Termo Aditivo, conforme segue:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO MOTIVO

O presente instrumento tem por objeto as motivações administrativas apresentada pela Secretaria Municipal de Educação constantes no Processo Administrativo n. 071/2021 de aditivação de prazo e valor ao contrato nº 054/2019 sendo objeto a Contratação de empresa especializa em prestação de serviços **de Locação de 01 (um) caminhão ¾ furgão com capacidade 4.000 kg, que será por quilometro rodado**, com motorista devidamente habilitado, para atendimento das demandas operacionais da Secretaria Municipal de Educação, para transporte da merenda escolar, tanto na zona urbana quanto na zona rural do município, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste instrumento, especificado Termo de Referência nº 075/2018 do edital de Pregão Eletrônico nº 027/2018, **PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 001972/2018 e PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 001866/2019** Empresa: **D.M SILVA – EPP**, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o nº 21.659.772/0001-00, com sede a Avenida Coronel Botelho Bairro Centro, Município de Nossa Senhora do Livramento CEP: 78170-000,

.

CLAUSULA SEGUNDA - DOS PREÇOS, ESPECIFICAÇÕES E QUANTITATIVOS

2.1 O preço registrado, as especificações do objeto, a quantidade, fornecedor e as demais condições ofertadas na proposta são as que seguem:

Razão Social:	Empresa: **D.M SILVA – EPP**, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o nº **21.659.772/0001-00**				
Endereço:	Avenida Coronel Botelho Bairro Centro, Município de Nossa Senhora do Livramento CEP: 78170-000				
Contatos:	(65) 3351 1012				
Representante:	Douglas Martins Silva				
Item	Especificação	Estimativa Mensal KM rodado	Estimativa Anual Km Rodado	*Marca* Valor Unit	Valor Total

01	Contratação de empresa especializa em prestação de serviços **de Locação de 01 (um) caminhão ¾ furgão com capacidade 4.000 kg, que será por quilometro rodado**, com motorista devidamente habilitado, para atendimento das demandas operacionais da Secretaria Municipal de Educação, para transporte da merenda escolar, tanto na zona urbana quanto na zona rural do município	2.500	30.000	2.233	66.990,00
VALOR TOTAL: R$ 66.990,00 (Sessenta e Seis Mil Novecentos e Noventa Reais)					

CLÁUSULA TERCEIRA– DA VIGENCIA

3.1 O presente termo aditivo terá sua vigência de 12 (doze) meses a contar a partir do termino da segundo termo aditivo 27/01/2021

CLÁUSULA QUARTA – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTARIA:

4.1 As despesas decorrentes dos serviços contratados com base no presente Termo Aditivo correrão a conta da seguinte Dotação Orçamentária 2020.

Secretaria/ Programa	Recurso	Projeto Atividade	Reduzido Dotação	Natureza de Despesa	Fonte	VALOR
05/2045	Próprio	2045 – Manutenção e Encargos da Educação	111	33.90.39.00	0100	R$ 66.990,00

CLÁUSULA QUINTA– DO FUNDAMENTO LEGAL:

5.1 Fundamenta-se o presente Termo Aditivo do Art. 57, § II e 65, § I, da Lei 8.666/93, com suas alterações e parecer jurídico nº 008/2021.

CLÁUSULA SEXTA – DAS RATIFICAÇÕES:

6.1 Ficam ratificadas todas as demais cláusulas e condições do Termo de Contrato original.

E por estarem assim justas e acertadas, as partes contratantes firmam o presente Termo Aditivo ao Contrato 054/2019 em 02 (duas) vias de igual teor e valor jurídico, para todos os efeitos legais.

Nossa Senhora do Livramento – MT,27 de Janeiro de 2021.

CONTRATANTE

_____

SILMAR DE SOUZA GONÇALVES

PREFEITO MUNICIPAL

CONTRATADO:

Empresa: **D.M SILVA – EPP**

CNPJ sob o nº **21.659.772/0001-00**

Representado pelo senhor Douglas Martins Silva,

RG nº 21513708 SSP/MT e CPF nº 038.776.641-30

ATA DE REGISTRO DE PREÇO 003 2021

ATA DE REGISTRO DE PREÇO 003 2021

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS PARA A FUTURA E EVENTUAL – AQUISIÇÃO DE MATERIAL PERMANENTE - MÓVEIS, ELETRODOMÉSTICOS, ELETROELETRÔNICOS E EQUIPAMENTOS HOSPITALARES, E MATERIAL DE CONSUMO – LENÇÓIS, FRONHAS, TOALHAS E TRAVESSEIROS PARA ATENDER AS NECESSIDADES DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE EM EQUIPAR AS UNIDADES DE SAÚDE E O HOSPITAL MUNICIPAL QUE ENTRE SI CELEBRAM A PREFEITURA MUNICIPAL DE NOSSA SENHORA DO LIVRAMENTO E A ANA MARIA PIRES BELEM ME PREGÃO ELETRÔNICO Nº 11/2020 - PROCESSO ADMINISTRATIVO N.2270/2020, SRP 12 MESES AS CLAUSULAS A SEGUIR.

Pelo presente instrumento, o Município de Nossa Senhora do Livramento, inscrito no CNPJ/MF sob o nº 03.507.514/0001-26, com sede na Av. Coronel Botelho, 458– Centro, e denominado de CONTRATANTE, neste ato representada pelo seu Prefeito Municipal, Sr. Silmar de Souza Gonçalves, brasileiro, casado, empresário, portador do RG nº 279284 SSP/MT, e do CPF nº 167.522.791-87 residente e domiciliado na Estrada do Rio dos Peixes S/N Fazenda São Rafael – Zona Rural neste município em pleno exercício de seu mandato e funções, considerando o julgamento da licitação na modalidade de pregão, na forma Eletrônica, publicado sua homologação em 10 de fevereiro de 2021 • TCE/MT• ANO 10. Nº 2121 **PREGÃO ELETRÔNICO Nº 11/2020 - Processo Administrativo n.2270/2020,** registrar os preços da empresa indicada e qualificada nesta ATA, de acordo com a classificação por ela alcançada e na quantidade cotada, atendendo as condições previstas no edital, sujeitando-se as partes às normas constantes na Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993 e suas alterações, no Decreto n.º 7.892, de 23 de janeiro de 2013, e em conformidade com as disposições a seguir:

FORNECEDOR: Empresa: **ANA MARIA PIRES BELEM ME**, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o nº 04.360.651/000-43, Inscrição Estadual 0962875460 com sede Avenida Padre Cacique, 40 Bairro Praia de Belas município Porto Alegre/RS CEP: 90810240 neste ato representado pela Sª **ANA MARIA PIRES BELEM**, portador da cédula de identidade nº 3006654564 SSP/RS, inscrito no CPF nº 675.140.730-00, residente e domiciliado Avenida Alegrete nº 325, Bairro Petropolis, município Porto Aelgre, CEP: 90460100.

CLAUSULA PRIMEIRA DO OBJETO, ESPECIFICAÇÕES E QUANTITATIVOS

1.1 A presente Ata tem por objeto o registro de preços para a eventual aquisição de **aquisição de material permanente - móveis, eletrodomésticos, eletroeletrônicos e equipamentos hospitalares, e material de consumo – lençóis, fronhas, toalhas e travesseiros para atender as necessidades da Secretaria Municipal de Saúde em equipar as unidades de saúde e o Hospital Municipal** no **TERMO DE REFERÊNCIA N° 024/2020** ***PREGÃO***

ELETRÔNICO Nº 11/2020 - Processo Administrativo n.2270/2020 que é parte integrante desta Ata, assim como a proposta vencedora, independentemente de transcrição.

CLAUSULA SEGUNDA DOS PREÇOS, ESPECIFICAÇÕES E QUANTITATIVOS

2.1 O preço registrado, as especificações do objeto, a quantidade, fornecedor e as demais condições ofertadas na proposta são as que seguem:

Razão Social:	Empresa: **ANA MARIA PIRES BELEM ME**, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o nº **04.360.651/000-43, Inscrição Estadual 0962875460**								
Endereço:	Avenida Padre Cacique, 40 Bairro Praia de Belas município Porto Alegre/RS CEP: 90810240								
Contatos:	vendas@anamed.com.br								
Representante:	**ANA MARIA PIRES BELEM**								
Razao Social	**CNPJ**	**Lote**	**Descrição**	**Unidade**	**Marca**	**Modelo**	**Quantidade do Item**	**Valor do Item**	**Valor Total do Item**
ANA MARIA PIRES BELEM - ME	04360651000143	7	CARRO DE CURATIVO - PROVIDO DE BALDE E BACIA, TAMPO E PRATELEIRA EM ACO INOX E GRADIL EM ACO CROMADO SEM ARESTAS,, ESTRUTURA EM EM TUBOS REDONDOS CROMADOS DE 1¨ DE DIAMETRO,, RODIZIOS DE APROXIMADAMENTE 3¨ DE DIAMETRO,, DIMENSOES: 0,45 X 0,75 X 0,85 METROS.	UN	Renascer	RN4005	6	498,00	2.988,000
VALOR TOTAL 2.988,00 (Dois Mil Oitocentos e Oitenta e Oito Reais)									

2.3. Nos preços supracitados estão incluídas todas as despesas relativas ao objeto contratado (tributos, seguros, encargos sociais, etc.).

2.4 A listagem do cadastro de reserva referente ao presente registro de preços consta como anexo a esta Ata. (caso houver).

CLAUSULA TERCEIRA DA GERÊNCIA DA PRESENTE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS:

3.1 Nos termos do art. 67 Lei nº 8.666, de 1993, será designado representante para acompanhar e fiscalizar a entrega dos bens, anotando em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução e determinando o que for necessário à regularização de falhas ou defeitos observados. 3.2 O recebimento de material de valor superior a R$ 80.000,00 (oitenta mil reais) será confiado a uma comissão de, no mínimo, 3 (três) membros, designados pela autoridade competente. 3.3 A fiscalização de que trata este item não exclui nem reduz a responsabilidade da Contratada, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas ou vícios redibitórios, e, na ocorrência desta, não implica em corresponsabilidade da Administração ou de seus agentes e prepostos, de conformidade com o art. 70 da Lei nº 8.666, de 1993. 3.4 O representante da Administração anotará em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução do contrato, indicando dia, mês e ano, bem como o nome dos funcionários eventualmente envolvidos, determinando o que for necessário à regularização das falhas ou defeitos observados e encaminhando os apontamentos à autoridade competente para as providências cabíveis. 3.5 Será designado para fiscalizar e acompanhar o fornecimento, do objeto da presente contratação, conforme a seguir: 3.6 A Secretaria Municipal de Saúde, designa o Servidor: **Edenilze Maciel,** que deverá atestar os documentos da despesa, quando comprovada a fiel e correta entrega para fins de pagamento.

CLAUSULA QUARTA DA ADESÃO À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

Não será admitida a adesão à ata de registro de preços decorrente desta licitação, conforme especificado no **TERMO DE REFERÊNCIA 024/2020** constante às fls. 01 a 40 **anexo ao *PREGÃO ELETRÔNICO Nº 11/2020 - Processo Administrativo n.2270/2020***.

,CLAUSULA QUINTA – VIGENCIA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO

5.2 A validade da Ata de Registro de Preços será de 12 (doze) meses a partir de sua assinatura não podendo ser prorrogada.

CLAUSULA SEXTA REVISÃO E CANCELAMENTO

6.1 A Administração realizará pesquisa de mercado periodicamente, em intervalos não superiores a 180 (cento e oitenta) dias, a fim de verificar a vantajosidade dos preços registrados nesta Ata. 6.2 Os preços registrados poderão ser revistos em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo do objeto registrado, cabendo à Administração promover as negociações junto ao fornecedor. 6.3 Quando o preço registrado tornar-se superior ao preço praticado no mercado por motivo superveniente, a Administração convocará o fornecedor para negociar a redução dos preços aos valores praticados pelo mercado.

6.4 O fornecedor que não aceitar reduzir seu preço ao valor praticado pelo mercado será liberado do compromisso assumido, sem aplicação de penalidade.

6.4.1 A ordem de classificação dos fornecedores que aceitarem reduzir seus preços aos valores de mercado observará a classificação original.

6.5 Quando o preço de mercado tornar-se superior aos preços registrados e o fornecedor não puder cumprir o compromisso, o órgão gerenciador poderá:

6.7 Liberar o fornecedor do compromisso assumido, caso a comunicação ocorra antes do pedido de fornecimento, e sem aplicação da penalidade se confirmada a veracidade dos motivos e comprovantes apresentados; e

6.8 Convocar os demais fornecedores para assegurar igual oportunidade de negociação.

6.9 Não havendo êxito nas negociações, o órgão gerenciador deverá proceder à revogação desta ata de registro de preços, adotando as medidas cabíveis para obtenção da contratação mais vantajosa.

6.10 O registro do fornecedor será cancelado quando:

6.10.1 Descumprir as condições da ata de registro de preços;

6.10.2 Não retirar a nota de empenho ou instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração, sem justificativa aceitável;

6.10.3 Não aceitar reduzir o seu preço registrado, na hipótese deste se tornar superior àqueles praticados no mercado; ou

6.10.4 Sofrer sanção administrativa cujo efeito torne-o proibido de celebrar contrato administrativo, alcançando o órgão gerenciador e órgão(s) participante(s).

6.10.5 O cancelamento de registros nas hipóteses previstas nos itens 6.6, 6.7, 6.7 será formalizado por despacho do órgão gerenciador, assegurado o contraditório e a ampla defesa.

6.10.6 O cancelamento do registro de preços poderá ocorrer por fato superveniente, decorrente de caso fortuito ou força maior, que prejudique o cumprimento da ata, devidamente comprovados e justificados:

6.10.7 Por razão de interesse público; ou

6.10.8 A pedido do fornecedor.

CLAUSULA SETIMA DOS PRAZOS DE RECEBIMENTO E DAS CONDIÇÕES DE ENTREGA

7.1 . Prazo para entrega do objeto: 15 (quinze) dias a contar da data da emissão da ordem de compra.

7.2. Prazo para recebimento provisório do objeto: 10 (dez) dias.

7.3. Prazo para recebimento definitivo do objeto: 5 (cinco) dias, contados do recebimento provisório.

7.4. Prazo para reparo, correção, reconstrução, remoção e/ou substituição do objeto, no todo ou em parte, entregue fora das especificações? **15 (quinze) dias.**

7.5. Do local de execução/entrega dos serviços/bens: Secretaria Municipal de Saúde, Av. Cel. Botelho s/n, Centro, Município de Nossa Senhora do Livramento.

7.6. Os **materiais/produtos e/ou serviços** serão recebidos provisoriamente no prazo de 10 (dez) dias, pelo(a) *responsável* pelo acompanhamento e fiscalização do contrato, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta.

7.8. Os **materiais/produtos e/ou serviços** poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, devendo ser substituídos no prazo de 15 (quinze) dias, a contar da notificação da contratada, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

7.9 Os **materiais/produtos e/ou serviços** serão recebidos definitivamente no prazo de 5 (cinco) dias, contados do recebimento provisório, após a verificação da qualidade e quantidade do material e consequente aceitação mediante termo circunstanciado.

7.10 Na hipótese de a verificação a que se refere o subitem anterior não ser procedida dentro do prazo fixado, reputar-se-á como realizada, consumando-se o recebimento definitivo no dia do esgotamento do prazo.

7.11 O recebimento provisório ou definitivo do objeto não exclui a responsabilidade da contratada pelos prejuízos resultantes da incorreta execução do contrato.

CLAUSULA OITAVA DOS PREÇOS

8.1 Os preços ofertados pela empresa signatárias da presente Ata de Registro de Preços são os constantes da planilha de preços anexa, obedecida a classificação no Pregão Eletrônico citado no preâmbulo desta, especificadas, detalhadamente, na ata de julgamento de preços, atualizado por Despacho homologatório pelo Ordenador de Despesa.

8.2 8.2 Em cada aquisição decorrente desta Ata, serão observadas, quanto ao preço, as cláusulas e condições constantes do Edital do Pregão Eletrônico n° 11/2020 citado no preâmbulo desta, que a precedeu, na íntegra, o presente instrumento de compromisso.

8.3 O preço unitário a ser pago será o constante da proposta apresentada no Pregão Eletrônico n° 011/2020 citado no preâmbulo desta, pela empresa constante da presente Ata de Registro de Preços e homologada através do despacho referido no item anterior.

CLAUSULA NONA DAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO E DAS DOTAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS:

A despesa decorrente das contratações oriundas da presente Ata, correrão à conta das seguintes dotações orçamentárias.

Secretaria/Unidade	Recurso	Projeto Atividade	Ficha	Natureza de Despesa	Fonte
Sec. de Saúde	Próprio	02305	319	4.4.90.52	102
Sec. de Saúde	Próprio	02067	260	3.3.90.30	102
Sec. de Saúde	Próprio	02067	265	4.4.90.52	102

CLAUSULA DECIMA DAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO:

10.1 O pagamento será efetuado em até 10 (dez) dias após a entrega dos produtos, conforme Nota Fiscal, discriminada de acordo com a Ordem de Compra, e após atestado de recebimento definitivo dos produtos pelo fiscal do contrato indicado pela Prefeitura Municipal de Nossa Senhora do Livramento. A nota deverá ser emitida para cada secretaria de acordo com os quantitativos especificados na Ordem de Compra.

10.2 O pagamento será creditado em favor do fornecedor através de ordem bancária, contra qualquer banco indicado na proposta, devendo para isto, ficar explicitado o nome, número da agência e o número da conta corrente em que deverá ser efetivado o crédito.

10.3 Considera-se ocorrido o recebimento da nota fiscal ou fatura no momento em que o órgão contratante atestar a execução do objeto do contrato. 10.4 A Nota Fiscal ou Fatura deverá ser obrigatoriamente acompanhada da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta on-line ao SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 29 da Lei nº 8.666, de 1993. 10.5 Constatando-se, a situação de irregularidade do fornecedor contratado, deverão ser tomadas as providências previstas no do art. 31 da Instrução Normativa nº 3, de 26 de abril de 2018. 10.6 Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal ou dos documentos pertinentes à contratação, ou, ainda, circunstância que impeça a liquidação da despesa, como, por exemplo, obrigação financeira pendente, decorrente

de penalidade imposta ou inadimplência, o pagamento ficará sobrestado até que a Contratada providencie as medidas saneadoras. Nesta hipótese, o prazo para pagamento iniciar-se-á após a comprovação da regularização da situação, não acarretando qualquer ônus para a Contratante. 10.7 Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento. 10.8 Antes de cada pagamento à contratada, será realizada consulta ao SICAF para verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas no edital. 10.9 Constatando-se, a situação de irregularidade da contratada, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério da contratante. 10.10 Previamente à emissão de nota de empenho e a cada pagamento, a Administração deverá realizar consulta ao SICAF para identificar possível suspensão temporária de participação em licitação, no âmbito do órgão ou entidade, proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas, observado o disposto no art. 29, da Instrução Normativa nº 3, de 26 de abril de 2018. 10.11 Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, a contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência da contratada, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos. 10.12 Persistindo a irregularidade, a contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada à contratada a ampla defesa. 10.13 Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso a contratada não regularize sua situação junto ao SICAF. 10.14 .Será rescindido o contrato em execução com a contratada inadimplente no SICAF, salvo por motivo de economicidade, segurança nacional ou outro de interesse público de alta relevância, devidamente justificado, em qualquer caso, pela máxima autoridade da contratante. 10.15 Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável. 10.16 A Contratada regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar. 10.17 Nos casos de eventuais atrasos de pagamento, desde que a Contratada não tenha concorrido, de alguma forma, para tanto, fica convencionado que a taxa de compensação financeira devida pela Contratante, entre a data do vencimento e o efetivo adimplemento da parcela, é calculada mediante a aplicação da seguinte fórmula:

EM = I x N x VP, sendo:

EM = Encargos moratórios;

N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento;

VP = Valor da parcela a ser paga.

I = Índice de compensação financeira = 0,00016438, assim apurado:

I = (TX)	I =	(6 / 100)	I = 0,00016438 TX = Percentual da taxa anual = 6%

365

10.18. A Prefeitura Municipal de Nossa Senhora do Livramento pagará à contratada, pelos materiais, os preços integrantes da proposta aprovada, ressalvada a ocorrência de imprevistos. Fica expressamente estabelecido que no preço global estão incluídos todos os custos diretos e indiretos para o fornecimento, de acordo com as condições previstas nas Especificações e nas Normas indicadas neste processo.

10.19. Não haverá, sob hipótese alguma, pagamento antecipado.

10.20. Não será efetuado o pagamento em nome de terceiros, ou em conta de Poupança, sendo que referido pagamento poderá ficar suspenso até que sejam devidamente cumpridas as exigências do Edital.

10.21. A critério da Administração poderão ser utilizados os pagamentos devidos para cobrir possíveis despesas com multas, indenizações a terceiros, ou outras de responsabilidade da Adjudicada.

10.22. Nenhum pagamento será efetuado ao fornecedor enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação. Esse fato não será gerador de direito a reajustamento de preços ou a atualização monetária.

10.23. A Contratante não efetuará pagamento de título descontado, ou por meio de cobrança em banco, bem como, os que forem negociados com terceiros por intermédio da operação de “factoring”.

10.24. Os pagamentos serão efetuados pela tesouraria à vista de Nota Fiscal Eletrônica – NFe, apresentadas, que deverão ser enviadas para o serviço de email institucional Prefeitura a seguir: nfe@nossasenhoradolivramento.mt.gov.br, e a DANFE deverá ser emitida e acompanhar a mercadoria.

10.25. Havendo divergência ou erro na emissão da Nota Fiscal Eletrônica-NFe, modelo 55, será interrompida a contagem do prazo para fins de pagamento, sendo iniciada nova contagem somente após a regularização da referida Nota fiscal Eletrônica - NFe;

CLAUSULA DECIMA PRIMEIRA **DAS OBRIGAÇÕES DA DETENTORA DO REGISTRO:**

11.1A Contratada deve cumprir todas as obrigações constantes no Edital, seus anexos e sua proposta, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto e, ainda. 11.2 efetuar a entrega do objeto em perfeitas condições, conforme especificações, prazo e local constantes no Edital e seus anexos, acompanhado da respectiva nota fiscal, na qual constarão as indicações referentes a: *marca, fabricante, modelo, procedência e prazo de garantia* ***de no mínimo um ano*** 11.3 responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com os artigos 12, 13 e 17 a 27, do Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990); 11.4 substituir, reparar ou corrigir, às suas expensas, no prazo fixado nesta Ata de Registro de Preço, o objeto com avarias ou defeitos; 11.5 comunicar à Contratante, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas que antecede a data da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação; 11.6 manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação; 11.7 indicar preposto para representá-la durante a execução do contrato. 11.8 Assumir todos os encargos trabalhistas, previdenciários, securitários, fiscais, tributários e quaisquer outros resultantes da execução do Contrato, os quais já estão incluídos no custo total, ficando a Contratante isenta do pagamento de quaisquer obrigações decorrentes da execução do instrumento contratual. 11.9 Emitir a nota fiscal/fatura, obrigato-

riamente em concordância com a nota de empenho, a fim de que não seja protelado o pagamento da despesa, sob pena de ser exigido da Contratada o refaturamento. 11.10 **O recebimento e o acompanhamento dos prazos para a entrega dos equipamentos serão feitos por prepostos especialmente designados para sua fiscalização.** 11.11 Arcar com todas as despesas, diretas ou indiretas, impostos, taxas, encargos, royalties, seguros, fretes – carrego e descarrego, decorrentes do fornecimento dos bens, sem qualquer ônus para a Prefeitura Municipal de Nossa Senhora do Livramento. 11.12 Responsabilizar-se pelos danos causados diretamente à Administração ou a terceiros, decorrente de sua culpa ou dolo até a entrega do produto, incluindo as entregas feitas por transportadoras. 11.13 Prestar todos os esclarecimentos que forem solicitados pela Administração, durante a execução desta aquisição. 11.14 Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, de acordo com os artigos 14 e 17 a 27, do Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990), ficando a Contratante autorizada a descontar da garantia, caso exigida no edital, ou dos pagamentos devidos à Contratada, o valor correspondente aos danos sofridos; 11.15 Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento ao objeto da licitação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados nos incisos do § 1º do art. 57 da Lei nº 8.666, de 1993.;

CLAUSULA DECIMA SEGUNDA DAS OBRIGAÇÕES DO ÓRGÃO REQUISITANTE:

12.1 **São obrigações da Contratante:**

12.1.1 receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Edital e seus anexos;

12.1.2 verificar minuciosamente, no prazo fixado, a conformidade dos bens recebidos provisoriamente com as especificações constantes do Edital e da proposta, para fins de aceitação e recebimento definitivo;

12.1.3 comunicar à Contratada, por escrito, sobre imperfeições, falhas ou irregularidades verificadas no objeto fornecido, para que seja substituído, reparado ou corrigido;

12.1.4 acompanhar e fiscalizar o cumprimento das obrigações da Contratada, através de comissão/servidor especialmente designado;

12.1.5 efetuar o pagamento à Contratada no valor correspondente ao fornecimento do objeto, no prazo e forma estabelecidos no Edital e seus anexos;

12.1.6 A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pela Contratada com terceiros, ainda que vinculados à execução do presente Termo de Contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato da Contratada, de seus empregados, prepostos ou subordinados. 12.1.7 A contratante deverá obrigatoriamente reter os valores relativos às contribuições previdenciárias, devendo constar estas informações no edital e contrato. 12.1.8 Notificar a contratada, fixando-lhe prazos para corrigir defeitos ou irregularidades encontradas na execução dos serviços; 12.1.9 Fornecer todas as informações necessárias para a execução dos serviços; 12.1.10 A contratante deverá fornecer ao emitir a ordem de fornecimento especificando o local, horário e data que será realizado o serviço pela empresa. 12.1.11 Notificar por escrito, a empresa contratada, de toda e qualquer irregularidade constatada durante o fornecimento; 12.1.12 Disponibilizar local para a entrega dos equipamentos 12.1.13 Nenhum pagamento será efetuado à empresa detentora do registro, enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação. Esse fato não será gerador de direito a reajustamento de preços ou a atualização monetária. 12.1.14 A Prefeitura Municipal de Nossa Senhora do Livramento se reserva o direito de fiscalizar e pedir justificativas quanto à qualidade e demais condições do fornecimento, através de pessoas previamente designadas, que poderão rejeitar, no todo ou em parte, o(s) equipamento(s). 12.1.15 Designar servidor da Secretaria demandante, para proceder para recebimento dos bens; 12.1.16 Rejeitar os produtos que não atendam aos requisitos constantes das especificações constantes nesta Ata de Registro de preço;

CLAUSULA DECIMA TERCEIRA DAS PENALIDADES

13.1 O descumprimento da Ata de Registro de Preços ensejará aplicação das penalidades estabelecidas no Edital.

13.2 As sanções do item acima também se aplicam aos integrantes do cadastro de reserva, em pregão para registro de preços que, convocados, não honrarem o compromisso assumido injustificadamente, nos termos do art. 49, §1º do Decreto nº 10.024/19.

13.3 É da competência do órgão gerenciador a aplicação das penalidades decorrentes do descumprimento do pactuado nesta ata de registro de preço (art. 5º, inciso X, do Decreto nº 7.892/2013), exceto nas hipóteses em que o descumprimento disser respeito às contratações dos órgãos participantes, caso no qual caberá ao respectivo órgão participante a aplicação da penalidade (art. 6º, Parágrafo único, do Decreto nº 7.892/2013).

13.4 O órgão participante deverá comunicar ao órgão gerenciador qualquer das ocorrências previstas no art. 20 do Decreto nº 7.892/2013, dada a necessidade de instauração de procedimento para cancelamento do registro do fornecedor.

CLAUSULA DECIMA QUARTA CONDIÇÕES GERAIS

14.1 As condições gerais do fornecimento, tais como os prazos para entrega e recebimento do objeto, as obrigações da Administração e do fornecedor registrado, penalidades e demais condições do ajuste, encontram-se definidos no Termo de Referência, ANEXO AO EDITAL.

14.2 É vedado efetuar acréscimos nos quantitativos fixados nesta ata de registro de preços, inclusive o acréscimo de que trata o § 1º do art. 65 da Lei nº 8.666/93, nos termos do art. 12, §1º do Decreto nº 7892/13.

14.3 No caso de adjudicação por preço global de grupo de itens, só será admitida a contratação dos itens nas seguintes hipóteses.

14.3.1 Contratação da totalidade dos itens de grupo, respeitadas as proporções de quantitativos definidos no certame; ou

14.3.2 Contratação de item isolado para o qual o preço unitário adjudicado ao vencedor seja o menor preço válido ofertado para o mesmo item na fase de lances.

14.4 A ata de realização da sessão pública do pregão, contendo a relação dos licitantes que aceitarem cotar os bens ou serviços com preços iguais ao do licitante vencedor do certame, compõe anexo a esta Ata de Registro de Preços, nos termos do art. 11, §4º do Decreto n. 7.892, de 2014.

14.5 A existência de preços registrados não obriga a Administração a firmar as contratações de que deles poderão advir, facultada a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, sendo assegurada à Detentora do registro de preços a preferência em igualdade de condições.

14.6 A Contratada ficará obrigada a atender todos os pedidos efetuados durante a vigência desta Ata de Registro de Preços, ainda que a expiração do prazo de entrega previsto no cronograma ocorra após seu vencimento.

14.7 Manter, durante a duração da Ata de Registro de Preços, todas as condições de idoneidade exigidas nesta licitação; mais especificamente nas condições exigidas para os documentos de habilitação relativos à regularidade fiscal, de modo que as certidões devem estar válidas ou mesmo renovadas, durante o período de contratação.

CLAUSULA DECIMA QUINTA –ACÕES ADMINISTRATIVA 15.1 Comete infração administrativa nos termos da Lei nº 8.666, de 1993 e da Lei nº 10.520, de 2002, a Contratada que: 15.2 inexecutar total ou parcialmente qualquer das obrigações assumidas em decorrência da contratação; 15.3 Ensejar o retardamento da execução do objeto; 15.4 Fraudar na execução do contrato; 15.5 Comportar-se de modo inidôneo; 15.6 Cometer fraude fiscal; 15.7 Não mantiver a proposta. 15.8 A Contratada que cometer qualquer das infrações discriminadas no subitem acima ficará sujeita, sem prejuízo da responsabilidade civil e criminal, às seguintes sanções: 15.9 Advertência por faltas leves, assim entendidas aquelas que não acarretem prejuízos significativos para a Contratante; 15.10 Multa moratória de até 0,5% (zero virgula cinco por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor do contrato; 15.11 Em se tratando de inobservância do prazo fixado para apresentação da garantia (seja para reforço ou por ocasião de prorrogação), aplicar-se-á multa de 0,07% (sete centésimos por cento) do valor do contrato por dia de atraso, observado o máximo de 2% (dois por cento), de modo que o atraso superior a 25 (vinte e cinco) dias autorizará a Administração contratante a promover a rescisão do contrato; 15.12 As penalidades de multa decorrentes de fatos diversos serão consideradas independentes entre si; 15.13 Multa compensatória de até 5% (cinco por cento) sobre o valor total do contrato, no caso de inexecução total do objeto; 15.14 Em caso de inexecução parcial, a multa compensatória, no mesmo percentual do subitem acima, será aplicada de forma proporcional à obrigação inadimplida; 15.15 Suspensão de licitar e impedimento de contratar com o órgão, entidade ou unidade administrativa pela qual a Administração Pública opera e atua concretamente, pelo prazo de até dois anos; 15.16 Impedimento de licitar e contratar com a União com o conseqüente descredenciamento no SICAF pelo prazo de até cinco anos; 15.17 Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a Contratada ressarcir a Contratante pelos prejuízos causados; 15.18 Também fica sujeita às penalidades do art. 87, III e IV da Lei nº 8.666, de 1993, a Contratada que: 15.19 Tenha sofrido condenação definitiva por praticar, por meio dolosos, fraude fiscal no recolhimento de quaisquer tributos; 15.20 Tenha praticado atos ilícitos visando a frustrar os objetivos da licitação; 15.21 Demonstre não possuir idoneidade para contratar com a Administração em virtude de atos ilícitos praticados; 15.22 A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa à Contratada, observando-se o procedimento previsto na Lei nº 8.666, de 1993, e subsidiariamente a Lei nº 9.784, de 1999; 15.23 As multas devidas e/ou prejuízos causados à Contratante serão deduzidos dos valores a serem pagos, ou recolhidos em favor da União, ou deduzidos da garantia, ou ainda, quando for o caso, serão inscritos na Dívida Ativa da União e cobrados judicialmente; 15.24 Caso a Contratante determine, a multa deverá ser recolhida no prazo máximo de 5 (cinco) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente; 15.25 A autoridade competente, na aplicação das sanções, levará em consideração a gravidade da conduta do infrator, o caráter educativo da pena, bem como o dano causado à Administração, observado o princípio da proporcionalidade. 15.26 A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa à Contratada, observando-se o procedimento previsto na Lei nº 8.666, de 1993, e subsidiariamente a Lei nº 9.784, de 1999.

CLAUSULA DECIMA SEXTA DA PUBLICAÇÃO

17.1 O Contratante providenciará a publicação do presente Termo no Diário Oficial do município, nos termos do artigo 61, parágrafo único da Lei 8.666/93

CLAUSULA DECIMA SETIMA DOS ILÍCITOS PENAIS

17.1. As infrações penais tipificadas na Lei nº 8.666/93 serão objeto de processo judicial na forma legalmente prevista, sem prejuízo das demais cominações aplicáveis.

CLAUSULA DECIMA OITAVA DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

18. As partes ficam, ainda, adstritas às seguintes disposições:

I. Todas as alterações que se fizerem necessárias serão registradas por intermédio de lavratura de termo aditivo à presente ata de Registro de Preços.

II. Vinculam-se a esta Ata, para fins de análise técnica, jurídica e decisão superior o Edital de Pregão Eletrônico nº 0011/2020 e seus anexos e as propostas das classificadas.

CLAUSULA DECIMA NONA DO FORO

19.1 As partes contratantes elegem o foro de Várzea Grande-MT como competente para dirimir quaisquer questões oriundas do presente contrato, inclusive os casos omissos, que não puderem ser resolvidos pela via administrativa, renunciando a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

19.2. E por estarem de acordo, as partes firmam o presente contrato, em 02 (duas) vias de igual teor e forma para um só efeito legal, ficando uma via arquivada na sede da **CONTRATANTE**, na forma do art. 60 da Lei nº 8.666/93.

Nossa Senhora do Livramento – MT, 11 de Fevereiro de 2021.

CONTRATANTE:

SILMAR DE SOUZA GONÇALVES

Prefeito Municipal

FORNECEDOR:

Empresa: **ANA MARIA PIRES BELEM ME**,

CNPJ sob o nº 04.360.651/000-43, Inscrição Estadual 0962875460

Representado pela Sª **ANA MARIA PIRES BELEM**,

RG: nº 3006654564 SSP/RS, inscrito no CPF nº 675.140.730-00

ATA DE REGISTRO DE PREÇO 005 2021

ATA DE REGISTRO DE PREÇO 005 2021

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS PARA A FUTURA E EVENTUAL – AQUISIÇÃO DE MATERIAL PERMANENTE - MÓVEIS, ELETRODOMÉSTICOS, ELETROELETRÔNICOS E EQUIPAMENTOS HOSPITALARES, E MATERIAL DE CONSUMO – LENÇÓIS, FRONHAS, TOALHAS E TRAVESSEIROS PARA ATENDER AS NECESSIDADES DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE EM EQUIPAR AS UNIDADES DE SAÚDE E O HOSPITAL MUNICIPAL QUE ENTRE SI CELEBRAM A PREFEITURA MUNICIPAL DE NOSSA SENHORA DO LIVRAMENTO E A EMPRESA STILUS MAQUINAS E EQUIPAMENTOS PARA ESCRITORIO LTDA EPP PREGÃO ELETRÔNICO Nº 11/2020 - PROCESSO ADMINISTRATIVO N.2270/2020, SRP 12 MESES AS CLAUSULAS A SEGUIR.

Pelo presente instrumento, o Município de Nossa Senhora do Livramento, inscrito no CNPJ/MF sob o nº 03.507.514/0001-26, com sede na Av. Coronel Botelho, 458– Centro, e denominado de CONTRATANTE, neste ato representada pelo seu Prefeito Municipal, Sr. Silmar de Souza Gonçalves, brasileiro, casado, empresário, portador do RG nº 279284 SSP/MT, e do CPF nº 167.522.791-87 residente e domiciliado na Estrada do Rio dos Peixes S/N Fazenda São Rafael – Zona Rural neste município em pleno exercício de seu mandato e funções, considerando o julgamento da licitação na modalidade de pregão, na forma Eletrônica, publicado sua homologação em 10 de fevereiro de 2021 • TCE/MT• ANO 10. Nº 2121 **PREGÃO ELETRÔNICO Nº 11/2020 - Processo Administrativo n.2270/2020,** registrar os preços da empresa indicada e qualificada nesta ATA, de acordo com a classificação por ela alcançada e na quantidade cotada, atendendo as condições previstas no edital, sujeitando-se as partes às normas constantes na Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993 e suas alterações, no Decreto n.º 7.892, de 23 de janeiro de 2013, e em conformidade com as disposições a seguir:

FORNECEDOR: Empresa STILUS MAQUINAS E EQUIPAMENTOS PARA ESCRITORIO LTDA EPP pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o nº 05.870.717/0001-08, Insc Estadual 13.241.88-6 com sede a Rua Joaquim Murtinho,1140, Bairro Centro Sul município de Cuiabá/MT CEP: 78.020-290, neste ato representado pelo Senhor Hitler Sanso Sobrinho, portador da cédula de identidade 2060435-1 SSP/MT, inscrito no CPF nº 029.309.581-73, empresário residente e domiciliado a Rua Antônio Jose da Silva 880-W, Jardim Acácia em Tangará da Serra MT CEP: 78.300-000.

CLAUSULA PRIMEIRA DO OBJETO, ESPECIFICAÇÕES E QUANTITATIVOS

1.1 A presente Ata tem por objeto o registro de preços para a eventual aquisição de **aquisição de material permanente - móveis, eletrodomésticos, eletroeletrônicos e equipamentos hospitalares, e material de consumo – lençóis, fronhas, toalhas e travesseiros para atender as necessidades da Secretaria Municipal de Saúde em equipar as unidades de saúde e o Hospital Municipal** no **TERMO DE REFERÊNCIA N° 024/2020** ***PREGÃO ELETRÔNICO Nº 11/2020 - Processo Administrativo n.2270/2020*** que é parte integrante desta Ata, assim como a proposta vencedora, independentemente de transcrição.

CLAUSULA SEGUNDA DOS PREÇOS, ESPECIFICAÇÕES E QUANTITATIVOS

2.1 O preço registrado, as especificações do objeto, a quantidade, fornecedor e as demais condições ofertadas na proposta são as que seguem:

Razão Social:	**Empresa STILUS MAQUINAS E EQUIPAMENTOS PARA ESCRITORIO LTDA EPP** pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o nº 05.870.717/0001-08								
Endereço:	Rua Joaquim Murtinho,1140, Bairro Centro Sul município de Cuiabá/MT CEP: 78.020-290								
Contatos:	65 3925 5300								
Representante:	Senhor Hitler Sanso Sobrinho								
Razao Social	**CNPJ**	**Lote**	**Descrição**	**Unidade**	**Marca**	**Modelo**	**Quantidade do Item**	**Valor do Item**	**Valor Total do Item**
STILUS MAQUINAS E EQUIPAMENTOS PARA ESCRITORIO LTDA - EPP	05870717000108	21	PALLET/ESTRADO DE POLIETILENO - PLASTICO RESISTENTE,DISTANCIADOR,PARA PORTA PALET, COMPRIMENTO 41 CM,LARGURA 82 CM,ALTURA 13CM,PARA GUARDAR MATERIAIS DIVERSOS	UN	LAR PLASTICOS	ESTRADO DE PLASTICO	80	89,00	R$ 7.120,00
VALOR R$ 7.120,00 (Sete Mil Cento e Vinte Reais)									

2.3. Nos preços supracitados estão incluídas todas as despesas relativas ao objeto contratado (tributos, seguros, encargos sociais, etc.).

2.4 A listagem do cadastro de reserva referente ao presente registro de preços consta como anexo a esta Ata. (caso houver).

CLAUSULA TERCEIRA DA GERÊNCIA DA PRESENTE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS:

3.1 Nos termos do art. 67 Lei nº 8.666, de 1993, será designado representante para acompanhar e fiscalizar a entrega dos bens, anotando em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução e determinando o que for necessário à regularização de falhas ou defeitos observados. 3.2 O recebimento de material de valor superior a R$ 80.000,00 (oitenta mil reais) será confiado a uma comissão de, no mínimo, 3 (três) membros, designados pela autoridade competente. 3.3 A fiscalização de que trata este item não exclui nem reduz a responsabilidade da Contratada, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas ou vícios redibitórios, e, na ocorrência desta, não implica em corresponsabilidade da Administração ou de seus agentes e prepostos, de conformidade com o art. 70 da Lei nº 8.666, de 1993. 3.4 O representante da Administração anotará em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução do contrato, indicando dia, mês e ano, bem como o nome dos funcionários eventualmente envolvidos, determinando o que for necessário à regularização das falhas ou defeitos observados e encaminhando os apontamentos à autoridade competente para as providências cabíveis. 3.5 Será designado para fiscalizar e acompanhar o fornecimento, do objeto da presente contratação, conforme a seguir: 3.6 A Secretaria Municipal de Saúde, designa o Servidor: **Edenilze Maciel,** que deverá atestar os documentos da despesa, quando comprovada a fiel e correta entrega para fins de pagamento.

CLAUSULA QUARTA DA ADESÃO À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

Não será admitida a adesão à ata de registro de preços decorrente desta licitação, conforme especificado no **TERMO DE REFERÊNCIA 024/2020** constante às fls. 01 a 40 **anexo ao *PREGÃO ELETRÔNICO Nº 11/2020 - Processo Administrativo n.2270/2020***.

,CLAUSULA QUINTA – VIGENCIA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO

5.2 A validade da Ata de Registro de Preços será de 12 (doze) meses a partir de sua assinatura não podendo ser prorrogada.

CLAUSULA SEXTA REVISÃO E CANCELAMENTO

6.1 A Administração realizará pesquisa de mercado periodicamente, em intervalos não superiores a 180 (cento e oitenta) dias, a fim de verificar a vantajosidade dos preços registrados nesta Ata. 6.2 Os preços registrados poderão ser revistos em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo do objeto registrado, cabendo à Administração promover as negociações junto ao fornecedor. 6.3 Quando o preço registrado tornar-se superior ao preço praticado no mercado por motivo superveniente, a Administração convocará o fornecedor para negociar a redução dos preços aos valores praticados pelo mercado.

6.4 O fornecedor que não aceitar reduzir seu preço ao valor praticado pelo mercado será liberado do compromisso assumido, sem aplicação de penalidade.

6.4.1 A ordem de classificação dos fornecedores que aceitarem reduzir seus preços aos valores de mercado observará a classificação original.

6.5 Quando o preço de mercado tornar-se superior aos preços registrados e o fornecedor não puder cumprir o compromisso, o órgão gerenciador poderá:

6.7 Liberar o fornecedor do compromisso assumido, caso a comunicação ocorra antes do pedido de fornecimento, e sem aplicação da penalidade se confirmada a veracidade dos motivos e comprovantes apresentados; e

6.8 Convocar os demais fornecedores para assegurar igual oportunidade de negociação.

6.9 Não havendo êxito nas negociações, o órgão gerenciador deverá proceder à revogação desta ata de registro de preços, adotando as medidas cabíveis para obtenção da contratação mais vantajosa.

6.10 O registro do fornecedor será cancelado quando:

6.10.1 Descumprir as condições da ata de registro de preços;

6.10.2 Não retirar a nota de empenho ou instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração, sem justificativa aceitável;

6.10.3 Não aceitar reduzir o seu preço registrado, na hipótese deste se tornar superior àqueles praticados no mercado; ou

6.10.4 Sofrer sanção administrativa cujo efeito torne-o proibido de celebrar contrato administrativo, alcançando o órgão gerenciador e órgão(s) participante(s).

6.10.5 O cancelamento de registros nas hipóteses previstas nos itens 6.6, 6.7, 6.7 será formalizado por despacho do órgão gerenciador, assegurado o contraditório e a ampla defesa.

6.10.6 O cancelamento do registro de preços poderá ocorrer por fato superveniente, decorrente de caso fortuito ou força maior, que prejudique o cumprimento da ata, devidamente comprovados e justificados:

6.10.7 Por razão de interesse público; ou

6.10.8 A pedido do fornecedor.

CLAUSULA SETIMA DOS PRAZOS DE RECEBIMENTO E DAS CONDIÇÕES DE ENTREGA

7.1 . Prazo para entrega do objeto: 15 (quinze) dias a contar da data da emissão da ordem de compra.

7.2. Prazo para recebimento provisório do objeto: 10 (dez) dias.

7.3. Prazo para recebimento definitivo do objeto: 5 (cinco) dias, contados do recebimento provisório.

7.4. Prazo para reparo, correção, reconstrução, remoção e/ou substituição do objeto, no todo ou em parte, entregue fora das especificações? **15 (quinze) dias.**

7.5. Do local de execução/entrega dos serviços/bens: Secretaria Municipal de Saúde, Av. Cel. Botelho s/n, Centro, Município de Nossa Senhora do Livramento.

7.6. Os **materiais/produtos e/ou serviços** serão recebidos provisoriamente no prazo de 10 (dez) dias, pelo(a) *responsável* pelo acompanhamento e fiscalização do contrato, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta.

7.8. Os **materiais/produtos e/ou serviços** poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, devendo ser substituídos no prazo de 15 (quinze) dias, a contar da notificação da contratada, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

7.9 Os **materiais/produtos e/ou serviços** serão recebidos definitivamente no prazo de 5 (cinco) dias, contados do recebimento provisório, após a verificação da qualidade e quantidade do material e consequente aceitação mediante termo circunstanciado.

7.10 Na hipótese de a verificação a que se refere o subitem anterior não ser procedida dentro do prazo fixado, reputar-se-á como realizada, consumando-se o recebimento definitivo no dia do esgotamento do prazo.

7.11 O recebimento provisório ou definitivo do objeto não exclui a responsabilidade da contratada pelos prejuízos resultantes da incorreta execução do contrato.

CLAUSULA OITAVA DOS PREÇOS

8.1 Os preços ofertados pela empresa signatárias da presente Ata de Registro de Preços são os constantes da planilha de preços anexa, obedecida a classificação no Pregão Eletrônico citado no preâmbulo desta, especificadas, detalhadamente, na ata de julgamento de preços, atualizado por Despacho homologatório pelo Ordenador de Despesa.

8.2 8.2 Em cada aquisição decorrente desta Ata, serão observadas, quanto ao preço, as cláusulas e condições constantes do Edital do Pregão Eletrônico n° 11/2020 citado no preâmbulo desta, que a precedeu, na íntegra, o presente instrumento de compromisso.

8.3 O preço unitário a ser pago será o constante da proposta apresentada no Pregão Eletrônico n° 011/2020 citado no preâmbulo desta, pela empresa constante da presente Ata de Registro de Preços e homologada através do despacho referido no item anterior.

CLAUSULA NONA DAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO E DAS DOTAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS:

A despesa decorrente das contratações oriundas da presente Ata, correrão à conta das seguintes dotações orçamentárias

Secretaria/Unidade	Recurso	Projeto Atividade	Ficha	Natureza de Despesa	Fonte
Sec. de Saúde	Próprio	02305	319	4.4.90.52	102
Sec. de Saúde	Próprio	02067	260	3.3.90.30	102
Sec. de Saúde	Próprio	02067	265	4.4.90.52	102

CLAUSULA DECIMA DAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO:

10.1 O pagamento será efetuado em até 10 (dez) dias após a entrega dos produtos, conforme Nota Fiscal, discriminada de acordo com a Ordem de Compra, e após atestado de recebimento definitivo dos produtos pelo fiscal do contrato indicado pela Prefeitura Municipal de Nossa Senhora do Livramento. A nota deverá ser emitida para cada secretaria de acordo com os quantitativos especificados na Ordem de Compra.

10.2 O pagamento será creditado em favor do fornecedor através de ordem bancária, contra qualquer banco indicado na proposta, devendo para isto, ficar explicitado o nome, número da agência e o número da conta corrente em que deverá ser efetivado o crédito.

10.3 Considera-se ocorrido o recebimento da nota fiscal ou fatura no momento em que o órgão contratante atestar a execução do objeto do contrato. 10.4 A Nota Fiscal ou Fatura deverá ser obrigatoriamente acompanhada da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta on-line ao SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 29 da Lei nº 8.666, de 1993. 10.5 Constatando-se, a situação de irregularidade do fornecedor contratado, deverão ser tomadas as providências previstas no do art. 31 da Instrução Normativa nº 3, de 26 de abril de 2018. 10.6 Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal ou dos documentos pertinentes à contratação, ou, ainda, circunstância que impeça a liquidação da despesa, como, por exemplo, obrigação financeira pendente, decorrente de penalidade imposta ou inadimplência, o pagamento ficará sobrestado até que a Contratada providencie as medidas saneadoras. Nesta hipótese, o prazo para pagamento iniciar-se-á após a comprovação da regularização da situação, não acarretando qualquer ônus para a Contratante. 10.7 Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento. 10.8 Antes de cada pagamento à contratada, será realizada consulta ao SICAF para verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas no edital. 10.9 Constatando-se, a situação de irregularidade da contratada, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério da contratante. 10.10 Previamente à emissão de nota de empenho e a cada pagamento, a Administração deverá realizar consulta ao SICAF para identificar possível suspensão temporária de participação em licitação, no âmbito do órgão ou entidade, proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas, observado o disposto no art. 29, da Instrução Normativa nº 3, de 26 de abril de 2018. 10.11 Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, a contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência da contratada, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos. 10.12 Persistindo a irregularidade, a contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada à contratada a ampla defesa. 10.13 Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso a contratada não regularize sua situação junto ao SICAF. 10.14 .Será rescindido o contrato em execução com a contratada inadimplente no SICAF, salvo por motivo de economicidade, segurança nacional ou outro de interesse público de alta relevância, devidamente justificado, em qualquer caso, pela máxima autoridade da contratante. 10.15 Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável. 10.16 A Contratada regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar. 10.17 Nos casos de eventuais atrasos de pagamento, desde que a Contratada não tenha concorrido, de alguma forma, para tanto, fica convencionado que a taxa de compensação financeira devida pela Contratante, entre a data do vencimento e o efetivo adimplemento da parcela, é calculada mediante a aplicação da seguinte fórmula:

EM = I x N x VP, sendo:

EM = Encargos moratórios;

N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento;

VP = Valor da parcela a ser paga.

I = Índice de compensação financeira = 0,00016438, assim apurado:

I = (TX)	I =	(6 / 100)	I = 0,00016438 TX = Percentual da taxa anual = 6%

365

10.18. A Prefeitura Municipal de Nossa Senhora do Livramento pagará à contratada, pelos materiais, os preços integrantes da proposta aprovada, ressalvada a ocorrência de imprevistos. Fica expressamente estabelecido que no preço global estão incluídos todos os custos diretos e indiretos para o fornecimento, de acordo com as condições previstas nas Especificações e nas Normas indicadas neste processo.

10.19. Não haverá, sob hipótese alguma, pagamento antecipado.

10.20. Não será efetuado o pagamento em nome de terceiros, ou em conta de Poupança, sendo que referido pagamento poderá ficar suspenso até que sejam devidamente cumpridas as exigências do Edital.

10.21. A critério da Administração poderão ser utilizados os pagamentos devidos para cobrir possíveis despesas com multas, indenizações a terceiros, ou outras de responsabilidade da Adjudicada.

10.22. Nenhum pagamento será efetuado ao fornecedor enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação. Esse fato não será gerador de direito a reajustamento de preços ou a atualização monetária.

10.23. A Contratante não efetuará pagamento de título descontado, ou por meio de cobrança em banco, bem como, os que forem negociados com terceiros por intermédio da operação de “factoring”.

10.24. Os pagamentos serão efetuados pela tesouraria à vista de Nota Fiscal Eletrônica – NFe, apresentadas, que deverão ser enviadas para o serviço de email institucional Prefeitura a seguir: nfe@nossasenhoradolivramento.mt.gov.br, e a DANFE deverá ser emitida e acompanhar a mercadoria.

10.25. Havendo divergência ou erro na emissão da Nota Fiscal Eletrônica-NFe, modelo 55, será interrompida a contagem do prazo para fins de pagamento, sendo iniciada nova contagem somente após a regularização da referida Nota fiscal Eletrônica - NFe;

CLAUSULA DECIMA PRIMEIRA **DAS OBRIGAÇÕES DA DETENTORA DO REGISTRO:**

11.1A Contratada deve cumprir todas as obrigações constantes no Edital, seus anexos e sua proposta, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto e, ainda. 11.2 efetuar a entrega do objeto em perfeitas condições, conforme especificações, prazo e local constantes no Edital e seus anexos, acompanhado da respectiva nota fiscal, na qual constarão as indicações referentes a: *marca, fabricante, modelo, procedência e prazo de garantia* ***de no mínimo um ano*** 11.3 responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com os artigos 12, 13 e 17 a 27, do Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990); 11.4 substituir, reparar ou corrigir, às suas expensas, no prazo fixado nesta Ata de Registro de Preço, o objeto com avarias ou defeitos; 11.5 comunicar à Contratante, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas que antecede a data da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação; 11.6 manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação; 11.7 indicar preposto para representá-la durante a execução do contrato. 11.8 Assumir todos os encargos trabalhistas, previdenciários, securitários, fiscais, tributários e quaisquer outros resultantes da execução do Contrato, os quais já estão incluídos no custo total, ficando a Contratante isenta do pagamento de quaisquer obrigações decorrentes da execução do instrumento contratual. 11.9 Emitir a nota fiscal/fatura, obrigatoriamente em concordância com a nota de empenho, a fim de que não seja protelado o pagamento da despesa, sob pena de ser exigido da Contratada o refaturamento. 11.10 **O recebimento e o acompanhamento dos prazos para a entrega dos equipamentos serão feitos por prepostos especialmente designados para sua fiscalização.** 11.11 Arcar com todas as despesas, diretas ou indiretas, impostos, taxas, encargos, royalties, seguros, fretes – carrego e descarrego, decorrentes do fornecimento dos bens, sem qualquer ônus para a Prefeitura Municipal de Nossa Senhora do Livramento. 11.12 Responsabilizar-se pelos danos causados diretamente à Administração ou a terceiros, decorrente de sua culpa ou dolo até a entrega do produto, incluindo as entregas feitas por transportadoras. 11.13 Prestar todos os esclarecimentos que forem solicitados pela Administração, durante a execução desta aquisição. 11.14 Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, de acordo com os artigos 14 e 17 a 27, do Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990), ficando a Contratante autorizada a descontar da garantia, caso exigida no edital, ou dos pagamentos devidos à Contratada, o valor correspondente aos danos sofridos; 11.15 Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento ao objeto da licitação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados nos incisos do § 1º do art. 57 da Lei nº 8.666, de 1993.;

CLAUSULA DECIMA SEGUNDA DAS OBRIGAÇÕES DO ÓRGÃO REQUISITANTE:

12.1 **São obrigações da Contratante:**

12.1.1 receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Edital e seus anexos;

12.1.2 verificar minuciosamente, no prazo fixado, a conformidade dos bens recebidos provisoriamente com as especificações constantes do Edital e da proposta, para fins de aceitação e recebimento definitivo;

12.1.3 comunicar à Contratada, por escrito, sobre imperfeições, falhas ou irregularidades verificadas no objeto fornecido, para que seja substituído, reparado ou corrigido;

12.1.4 acompanhar e fiscalizar o cumprimento das obrigações da Contratada, através de comissão/servidor especialmente designado;

12.1.5 efetuar o pagamento à Contratada no valor correspondente ao fornecimento do objeto, no prazo e forma estabelecidos no Edital e seus anexos;

12.1.6 A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pela Contratada com terceiros, ainda que vinculados à execução do presente Termo de Contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato da Contratada, de seus empregados, prepostos ou subordinados. 12.1.7 A contratante deverá obrigatoriamente reter os valores relativos às contribuições previdenciárias, devendo constar estas informações no edital e contrato. 12.1.8 Notificar a contratada, fixando-lhe prazos para corrigir defeitos ou irregularidades encontradas na execução dos serviços; 12.1.9 Fornecer todas as informações necessárias para a execução dos serviços; 12.1.10 A contratante deverá fornecer ao emitir a ordem de fornecimento especificando o local, horário e data que será realizado o serviço pela empresa. 12.1.11 Notificar por escrito, a empresa contratada, de toda e qualquer irregularidade constatada durante o fornecimento; 12.1.12 Disponibilizar local para a entrega dos equipamentos 12.1.13 Nenhum pagamento será efetuado à empresa detentora do registro, enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação. Esse fato não será gerador de direito a reajustamento de preços ou a atualização monetária. 12.1.14 A Prefeitura Municipal de Nossa Senhora do Livramento se reserva o direito de fiscalizar e pedir justificativas quanto à qualidade e demais condições do fornecimento, através de pessoas previamente designadas, que poderão rejeitar, no todo

ou em parte, o(s) equipamento(s). 12.1.15 Designar servidor da Secretaria demandante, para proceder para recebimento dos bens; 12.1.16 Rejeitar os produtos que não atendam aos requisitos constantes das especificações constantes nesta Ata de Registro de preço;

CLAUSULA DECIMA TERCEIRA DAS PENALIDADES

13.1 O descumprimento da Ata de Registro de Preços ensejará aplicação das penalidades estabelecidas no Edital.

13.2 As sanções do item acima também se aplicam aos integrantes do cadastro de reserva, em pregão para registro de preços que, convocados, não honrarem o compromisso assumido injustificadamente, nos termos do art. 49, §1º do Decreto nº 10.024/19.

13.3 É da competência do órgão gerenciador a aplicação das penalidades decorrentes do descumprimento do pactuado nesta ata de registro de preço (art. 5º, inciso X, do Decreto nº 7.892/2013), exceto nas hipóteses em que o descumprimento disser respeito às contratações dos órgãos participantes, caso no qual caberá ao respectivo órgão participante a aplicação da penalidade (art. 6º, Parágrafo único, do Decreto nº 7.892/2013).

13.4 O órgão participante deverá comunicar ao órgão gerenciador qualquer das ocorrências previstas no art. 20 do Decreto nº 7.892/2013, dada a necessidade de instauração de procedimento para cancelamento do registro do fornecedor.

CLAUSULA DECIMA QUARTA CONDIÇÕES GERAIS

14.1 As condições gerais do fornecimento, tais como os prazos para entrega e recebimento do objeto, as obrigações da Administração e do fornecedor registrado, penalidades e demais condições do ajuste, encontram-se definidos no Termo de Referência, ANEXO AO EDITAL.

14.2 É vedado efetuar acréscimos nos quantitativos fixados nesta ata de registro de preços, inclusive o acréscimo de que trata o § 1º do art. 65 da Lei nº 8.666/93, nos termos do art. 12, §1º do Decreto nº 7892/13.

14.3 No caso de adjudicação por preço global de grupo de itens, só será admitida a contratação dos itens nas seguintes hipóteses.

14.3.1 Contratação da totalidade dos itens de grupo, respeitadas as proporções de quantitativos definidos no certame; ou

14.3.2 Contratação de item isolado para o qual o preço unitário adjudicado ao vencedor seja o menor preço válido ofertado para o mesmo item na fase de lances.

14.4 A ata de realização da sessão pública do pregão, contendo a relação dos licitantes que aceitarem cotar os bens ou serviços com preços iguais ao do licitante vencedor do certame, compõe anexo a esta Ata de Registro de Preços, nos termos do art. 11, §4º do Decreto n. 7.892, de 2014.

14.5 A existência de preços registrados não obriga a Administração a firmar as contratações de que deles poderão advir, facultada a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, sendo assegurada à Detentora do registro de preços a preferência em igualdade de condições.

14.6 A Contratada ficará obrigada a atender todos os pedidos efetuados durante a vigência desta Ata de Registro de Preços, ainda que a expiração do prazo de entrega previsto no cronograma ocorra após seu vencimento.

14.7 Manter, durante a duração da Ata de Registro de Preços, todas as condições de idoneidade exigidas nesta licitação; mais especificamente nas condições exigidas para os documentos de habilitação relativos à regularidade fiscal, de modo que as certidões devem estar válidas ou mesmo renovadas, durante o período de contratação.

CLAUSULA DECIMA QUINTA –ACÕES ADMINISTRATIVA 15.1 Comete infração administrativa nos termos da Lei nº 8.666, de 1993 e da Lei nº 10.520, de 2002, a Contratada que: 15.2 inexecutar total ou parcialmente qualquer das obrigações assumidas em decorrência da contratação; 15.3 Ensejar o retardamento da execução do objeto; 15.4 Fraudar na execução do contrato; 15.5 Comportar-se de modo inidôneo; 15.6 Cometer fraude fiscal; 15.7 Não mantiver a proposta. 15.8 A Contratada que cometer qualquer das infrações discriminadas no subitem acima ficará sujeita, sem prejuízo da responsabilidade civil e criminal, às seguintes sanções: 15.9 Advertência por faltas leves, assim entendidas aquelas que não acarretem prejuízos significativos para a Contratante; 15.10 Multa moratória de até 0,5% (zero virgula cinco por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor do contrato; 15.11 Em se tratando de inobservância do prazo fixado para apresentação da garantia (seja para reforço ou por ocasião de prorrogação), aplicar-se-á multa de 0,07% (sete centésimos por cento) do valor do contrato por dia de atraso, observado o máximo de 2% (dois por cento), de modo que o atraso superior a 25 (vinte e cinco) dias autorizará a Administração contratante a promover a rescisão do contrato; 15.12 As penalidades de multa decorrentes de fatos diversos serão consideradas independentes entre si; 15.13 Multa compensatória de até 5% (cinco por cento) sobre o valor total do contrato, no caso de inexecução total do objeto; 15.14 Em caso de inexecução parcial, a multa compensatória, no mesmo percentual do subitem acima, será aplicada de forma proporcional à obrigação inadimplida; 15.15 Suspensão de licitar e impedimento de contratar com o órgão, entidade ou unidade administrativa pela qual a Administração Pública opera e atua concretamente, pelo prazo de até dois anos; 15.16 Impedimento de licitar e contratar com a União com o conseqüente descredenciamento no SICAF pelo prazo de até cinco anos; 15.17 Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a Contratada ressarcir a Contratante pelos prejuízos causados; 15.18 Também fica sujeita às penalidades do art. 87, III e IV da Lei nº 8.666, de 1993, a Contratada que: 15.19 Tenha sofrido condenação definitiva por praticar, por meio dolosos, fraude fiscal no recolhimento de quaisquer tributos; 15.20 Tenha praticado atos ilícitos visando a frustrar os objetivos da licitação; 15.21 Demonstre não possuir idoneidade para contratar com a Administração em virtude de atos ilícitos praticados; 15.22 A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa à Contratada, observando-se o procedimento previsto na Lei nº 8.666, de 1993, e subsidiariamente a Lei nº 9.784, de 1999; 15.23 As multas devidas e/ou prejuízos causados à Contratante serão deduzidos dos valores a serem pagos, ou recolhidos em favor da União, ou deduzidos da garantia, ou ainda, quando for o caso, serão inscritos na Dívida Ativa da União e cobrados judicialmente; 15.24 Caso a Contratante determine, a multa deverá ser recolhida no prazo máximo de 5 (cinco) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente; 15.25 A autoridade competente, na aplicação das sanções, levará em consideração a gravidade da conduta do infrator, o caráter educativo da pena, bem como o dano causado à Administração, observado o princípio da proporcionalidade. 15.26 A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa à Contratada, observando-se o procedimento previsto na Lei nº 8.666, de 1993, e subsidiariamente a Lei nº 9.784, de 1999.

CLAUSULA DECIMA SEXTA DA PUBLICAÇÃO

17.1 O Contratante providenciará a publicação do presente Termo no Diário Oficial do município, nos termos do artigo 61, parágrafo único da Lei 8.666/93

CLAUSULA DECIMA SETIMA DOS ILÍCITOS PENAIS

17.1. As infrações penais tipificadas na Lei nº 8.666/93 serão objeto de processo judicial na forma legalmente prevista, sem prejuízo das demais cominações aplicáveis.

CLAUSULA DECIMA OITAVA DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

18. As partes ficam, ainda, adstritas às seguintes disposições:

I. Todas as alterações que se fizerem necessárias serão registradas por intermédio de lavratura de termo aditivo à presente ata de Registro de Preços.

II. Vinculam-se a esta Ata, para fins de análise técnica, jurídica e decisão superior o Edital de Pregão Eletrônico nº 0011/2020 e seus anexos e as propostas das classificadas.

CLAUSULA DECIMA NONA DO FORO

19.1 As partes contratantes elegem o foro de Várzea Grande-MT como competente para dirimir quaisquer questões oriundas do presente contrato, inclusive os casos omissos, que não puderem ser resolvidos pela via administrativa, renunciando a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

19.2. E por estarem de acordo, as partes firmam o presente contrato, em 02 (duas) vias de igual teor e forma para um só efeito legal, ficando uma via arquivada na sede da **CONTRATANTE**, na forma do art. 60 da Lei nº 8.666/93.

Nossa Senhora do Livramento – MT, 11 de Fevereiro de 2021.

CONTRATANTE:

SILMAR DE SOUZA GONÇALVES

Prefeito Municipal

FORNECEDOR

Empresa STILUS MAQUINAS E EQUIPAMENTOS PARA ESCRITORIO LTDA EPP

CNPJ sob o nº 05.870.717/0001-08, Insc Estadual 13.241.88-6

Representado pelo Senhor Hitler Sanso Sobrinho,

RG 2060435-1 SSP/MT e CPF nº 029.309.581-73

ATA DE REGISTRO DE PREÇO 004 2021

ATA DE REGISTRO DE PREÇO 004 2021

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS PARA A FUTURA E EVENTUAL – AQUISIÇÃO DE MATERIAL PERMANENTE - MÓVEIS, ELETRODOMÉSTICOS, ELETROELETRÔNICOS E EQUIPAMENTOS HOSPITALARES, E MATERIAL DE CONSUMO – LENÇÓIS, FRONHAS, TOALHAS E TRAVESSEIROS PARA ATENDER AS NECESSIDADES DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE EM EQUIPAR AS UNIDADES DE SAÚDE E O HOSPITAL MUNICIPAL QUE ENTRE SI CELEBRAM A PREFEITURA MUNICIPAL DE NOSSA SENHORA DO LIVRAMENTO E A EMPRESA SALVI LOPES & CIA LTDA ME PREGÃO ELETRÔNICO Nº 11/2020 - PROCESSO ADMINISTRATIVO N.2270/2020, SRP 12 MESES AS CLAUSULAS A SEGUIR.

Pelo presente instrumento, o Município de Nossa Senhora do Livramento, inscrito no CNPJ/MF sob o nº 03.507.514/0001-26, com sede na Av. Coronel Botelho, 458– Centro, e denominado de CONTRATANTE, neste ato representada pelo seu Prefeito Municipal, Sr. Silmar de Souza Gonçalves, brasileiro, casado, empresário, portador do RG nº 279284 SSP/MT, e do CPF nº 167.522.791-87 residente e domiciliado na Estrada do Rio dos Peixes S/N Fazenda São Rafael – Zona Rural neste município em pleno exercício de seu mandato e funções, considerando o julgamento da licitação na modalidade de pregão, na forma Eletrônica, publicado sua homologação em 10 de fevereiro de 2021 • TCE/MT• ANO 10. Nº 2121 **PREGÃO ELETRÔNICO Nº 11/2020 - Processo Administrativo n.2270/2020,** registrar os preços da empresa indicada e qualificada nesta ATA, de acordo com a classificação por ela alcançada e na quantidade cotada, atendendo as condições previstas no edital, sujeitando-se as partes às normas constantes na Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993 e suas alterações, no Decreto n.º 7.892, de 23 de janeiro de 2013, e em conformidade com as disposições a seguir:

FORNECEDORA: EMPRESA SALVI LOPES & CIA LTDA ME, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ nº 82.478.140/0001/34**, Insc Estadual 601.231.29-87** com sede Rua Gaturamo,100, Bairro Jardim Primavera município de Arapongas/PR representado pelo Senhor Luiz Carlos Salvi, Portador da cédula de identidade nº 4.502.096-7 IIP/PR, inscrito no CPF nº 619.057.639-72 residente e domiciliado na Rua Saira Ouro, 201 Bairro Jardim Universidade município de Arapongas/PR CEP: 86.702-820.

CLAUSULA PRIMEIRA DO OBJETO, ESPECIFICAÇÕES E QUANTITATIVOS

1.1 A presente Ata tem por objeto o registro de preços para a eventual aquisição de **aquisição de material permanente - móveis, eletrodomésticos, eletroeletrônicos e equipamentos hospitalares, e material de consumo – lençóis, fronhas, toalhas e travesseiros para atender as necessidades da Secretaria Municipal de Saúde em equipar as unidades de saúde e o Hospital Municipal** no **TERMO DE REFERÊNCIA N° 024/2020** ***PREGÃO ELETRÔNICO Nº 11/2020 - Processo Administrativo n.2270/2020*** que é parte integrante desta Ata, assim como a proposta vencedora, independentemente de transcrição.

CLAUSULA SEGUNDA DOS PREÇOS, ESPECIFICAÇÕES E QUANTITATIVOS

2.1 O preço registrado, as especificações do objeto, a quantidade, fornecedor e as demais condições ofertadas na proposta são as que seguem:

Razão Social:	**EMPRESA** SALVI LOPES & CIA LTDA ME, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ nº 82.478.140/0001/34

Endereço:	Rua Gaturamo,100, Bairro Jardim Primavera município de Arapongas/PR						
Contatos:	43 30562332 e mail: salvielpes@gmail.com						
Representante:	Senhor Luiz Carlos Salvi						
Razao Social	**Lote**	**Descrição**	**Unidade**	**Marca Modelo**	**Quantidade do Item**	**Valor do Item**	**Valor Total do Item**
SALVI E LOPES E CIA LTDA.	19	MESA GINECOLOGICA CONFECCIONADA EM ACO CARBONO\, ESTOFADO COM NO MINIMO 5CM DE ESPESSURA\, DENSIDADE MINIMA D28 REVESTIDO EM COURVIN; LEITO DIVIDIDO EM 03 SECOES\, DORSO\, ASSENTO E PERNAS; AJUSTE DA ALTURA MANUAL; ACOMPANHA PERNEIRA OU PORTA CALCANHAR E SUPORTE PARA LENCOL; DIMENSOES APROXIMADAS DE 1\,85 (A) X 0\,55 M (L); ALTURA MINIMA 0\,50 M DE ELEVACAO; ALTURA MAXIMA 0\,85 M DE ELEVACAO; CAPACIDADE MINIMA DE 120 KG. GARANTIA MINIMA DE 01 ANO CONTRA DEFEITOS DE FABRICACAO	UN	ARTMED	6	1649,9900	R$ 9.899,94
VALOR R$ 9.899,94 (Nove Mil Oitocentos e Noventa e Nove Reais e Noventa e Nove Centavos							

2.3. Nos preços supracitados estão incluídas todas as despesas relativas ao objeto contratado (tributos, seguros, encargos sociais, etc.).

2.4 A listagem do cadastro de reserva referente ao presente registro de preços consta como anexo a esta Ata. (caso houver).

CLAUSULA TERCEIRA DA GERÊNCIA DA PRESENTE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS:

3.1 Nos termos do art. 67 Lei nº 8.666, de 1993, será designado representante para acompanhar e fiscalizar a entrega dos bens, anotando em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução e determinando o que for necessário à regularização de falhas ou defeitos observados. 3.2 O recebimento de material de valor superior a R$ 80.000,00 (oitenta mil reais) será confiado a uma comissão de, no mínimo, 3 (três) membros, designados pela autoridade competente. 3.3 A fiscalização de que trata este item não exclui nem reduz a responsabilidade da Contratada, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas ou vícios redibitórios, e, na ocorrência desta, não implica em corresponsabilidade da Administração ou de seus agentes e prepostos, de conformidade com o art. 70 da Lei nº 8.666, de 1993. 3.4 O representante da Administração anotará em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução do contrato, indicando dia, mês e ano, bem como o nome dos funcionários eventualmente envolvidos, determinando o que for necessário à regularização das falhas ou defeitos observados e encaminhando os apontamentos à autoridade competente para as providências cabíveis. 3.5 Será designado para fiscalizar e acompanhar o fornecimento, do objeto da presente contratação, conforme a seguir: 3.6 A Secretaria Municipal de Saúde, designa o Servidor: **Edenilze Maciel,** que deverá atestar os documentos da despesa, quando comprovada a fiel e correta entrega para fins de pagamento.

CLAUSULA QUARTA DA ADESÃO À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

Não será admitida a adesão à ata de registro de preços decorrente desta licitação, conforme especificado no **TERMO DE REFERÊNCIA 024/2020** constante às fls. 01 a 40 **anexo ao *PREGÃO ELETRÔNICO Nº 11/2020 - Processo Administrativo n.2270/2020***.

,CLAUSULA QUINTA – VIGENCIA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO

5.2 A validade da Ata de Registro de Preços será de 12 (doze) meses a partir de sua assinatura não podendo ser prorrogada.

CLAUSULA SEXTA REVISÃO E CANCELAMENTO

6.1 A Administração realizará pesquisa de mercado periodicamente, em intervalos não superiores a 180 (cento e oitenta) dias, a fim de verificar a vantajosidade dos preços registrados nesta Ata. 6.2 Os preços registrados poderão ser revistos em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo do objeto registrado, cabendo à Administração promover as negociações junto ao fornecedor. 6.3 Quando o preço registrado tornar-se superior ao preço praticado no mercado por motivo superveniente, a Administração convocará o fornecedor para negociar a redução dos preços aos valores praticados pelo mercado.

6.4 O fornecedor que não aceitar reduzir seu preço ao valor praticado pelo mercado será liberado do compromisso assumido, sem aplicação de penalidade.

6.4.1 A ordem de classificação dos fornecedores que aceitarem reduzir seus preços aos valores de mercado observará a classificação original.

6.5 Quando o preço de mercado tornar-se superior aos preços registrados e o fornecedor não puder cumprir o compromisso, o órgão gerenciador poderá:

6.7 Liberar o fornecedor do compromisso assumido, caso a comunicação ocorra antes do pedido de fornecimento, e sem aplicação da penalidade se confirmada a veracidade dos motivos e comprovantes apresentados; e

6.8 Convocar os demais fornecedores para assegurar igual oportunidade de negociação.

6.9 Não havendo êxito nas negociações, o órgão gerenciador deverá proceder à revogação desta ata de registro de preços, adotando as medidas cabíveis para obtenção da contratação mais vantajosa.

6.10 O registro do fornecedor será cancelado quando:

6.10.1 Descumprir as condições da ata de registro de preços;

6.10.2 Não retirar a nota de empenho ou instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração, sem justificativa aceitável;

6.10.3 Não aceitar reduzir o seu preço registrado, na hipótese deste se tornar superior àqueles praticados no mercado; ou

6.10.4 Sofrer sanção administrativa cujo efeito torne-o proibido de celebrar contrato administrativo, alcançando o órgão gerenciador e órgão(s) participante(s).

6.10.5 O cancelamento de registros nas hipóteses previstas nos itens 6.6, 6.7, 6.7 será formalizado por despacho do órgão gerenciador, assegurado o contraditório e a ampla defesa.

6.10.6 O cancelamento do registro de preços poderá ocorrer por fato superveniente, decorrente de caso fortuito ou força maior, que prejudique o cumprimento da ata, devidamente comprovados e justificados:

6.10.7 Por razão de interesse público; ou

6.10.8 A pedido do fornecedor.

CLAUSULA SETIMA DOS PRAZOS DE RECEBIMENTO E DAS CONDIÇÕES DE ENTREGA

7.1 . Prazo para entrega do objeto: 15 (quinze) dias a contar da data da emissão da ordem de compra.

7.2. Prazo para recebimento provisório do objeto: 10 (dez) dias.

7.3. Prazo para recebimento definitivo do objeto: 5 (cinco) dias, contados do recebimento provisório.

7.4. Prazo para reparo, correção, reconstrução, remoção e/ou substituição do objeto, no todo ou em parte, entregue fora das especificações? **15 (quinze) dias.**

7.5. Do local de execução/entrega dos serviços/bens: Secretaria Municipal de Saúde, Av. Cel. Botelho s/n, Centro, Município de Nossa Senhora do Livramento.

7.6. Os **materiais/produtos e/ou serviços** serão recebidos provisoriamente no prazo de 10 (dez) dias, pelo(a) *responsável* pelo acompanhamento e fiscalização do contrato, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta.

7.8. Os **materiais/produtos e/ou serviços** poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, devendo ser substituídos no prazo de 15 (quinze) dias, a contar da notificação da contratada, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

7.9 Os **materiais/produtos e/ou serviços** serão recebidos definitivamente no prazo de 5 (cinco) dias, contados do recebimento provisório, após a verificação da qualidade e quantidade do material e consequente aceitação mediante termo circunstanciado.

7.10 Na hipótese de a verificação a que se refere o subitem anterior não ser procedida dentro do prazo fixado, reputar-se-á como realizada, consumando-se o recebimento definitivo no dia do esgotamento do prazo.

7.11 O recebimento provisório ou definitivo do objeto não exclui a responsabilidade da contratada pelos prejuízos resultantes da incorreta execução do contrato.

CLAUSULA OITAVA DOS PREÇOS

8.1 Os preços ofertados pela empresa signatárias da presente Ata de Registro de Preços são os constantes da planilha de preços anexa, obedecida a classificação no Pregão Eletrônico citado no preâmbulo desta, especificadas, detalhadamente, na ata de julgamento de preços, atualizado por Despacho homologatório pelo Ordenador de Despesa.

8.2 8.2 Em cada aquisição decorrente desta Ata, serão observadas, quanto ao preço, as cláusulas e condições constantes do Edital do Pregão Eletrônico n° 11/2020 citado no preâmbulo desta, que a precedeu, na íntegra, o presente instrumento de compromisso.

8.3 O preço unitário a ser pago será o constante da proposta apresentada no Pregão Eletrônico n° 011/2020 citado no preâmbulo desta, pela empresa constante da presente Ata de Registro de Preços e homologada através do despacho referido no item anterior.

CLAUSULA NONA DAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO E DAS DOTAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS:

A despesa decorrente das contratações oriundas da presente Ata, correrão à conta das seguintes dotações orçamentárias

Secretaria/Unidade	Recurso	Projeto Atividade	Ficha	Natureza de Despesa	Fonte
Sec. de Saúde	Próprio	02305	319	4.4.90.52	102
Sec. de Saúde	Próprio	02067	260	3.3.90.30	102
Sec. de Saúde	Próprio	02067	265	4.4.90.52	102

CLAUSULA DECIMA DAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO:

10.1 O pagamento será efetuado em até 10 (dez) dias após a entrega dos produtos, conforme Nota Fiscal, discriminada de acordo com a Ordem de Compra, e após atestado de recebimento definitivo dos produtos pelo fiscal do contrato indicado pela Prefeitura Municipal de Nossa Senhora do Livramento. A nota deverá ser emitida para cada secretaria de acordo com os quantitativos especificados na Ordem de Compra.

10.2 O pagamento será creditado em favor do fornecedor através de ordem bancária, contra qualquer banco indicado na proposta, devendo para isto, ficar explicitado o nome, número da agência e o número da conta corrente em que deverá ser efetivado o crédito.

10.3 Considera-se ocorrido o recebimento da nota fiscal ou fatura no momento em que o órgão contratante atestar a execução do objeto do contrato. 10.4 A Nota Fiscal ou Fatura deverá ser obrigatoriamente acompanhada da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta on-line ao SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 29 da Lei nº 8.666, de 1993. 10.5 Constatando-se, a situação de irregularidade do fornecedor contratado, deverão ser tomadas as providências previstas no do art. 31 da Instrução Normativa nº 3, de 26 de abril de 2018. 10.6 Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal ou dos documentos pertinentes à contratação, ou, ainda, circunstância que impeça a liquidação da despesa, como, por exemplo, obrigação financeira pendente, decorrente de penalidade imposta ou inadimplência, o pagamento ficará sobrestado até que a Contratada providencie as medidas saneadoras. Nesta hipótese, o prazo para pagamento iniciar-se-á após a comprovação da regularização da situação, não acarretando qualquer ônus para a Contratante. 10.7 Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento. 10.8 Antes de cada pagamento à contratada, será realizada consulta ao SICAF para verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas no edital. 10.9 Constatando-se, a situação de irregularidade da contratada, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no

mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério da contratante. 10.10 Previamente à emissão de nota de empenho e a cada pagamento, a Administração deverá realizar consulta ao SICAF para identificar possível suspensão temporária de participação em licitação, no âmbito do órgão ou entidade, proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas, observado o disposto no art. 29, da Instrução Normativa nº 3, de 26 de abril de 2018. 10.11 Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, a contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência da contratada, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos. 10.12 Persistindo a irregularidade, a contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada à contratada a ampla defesa. 10.13 Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso a contratada não regularize sua situação junto ao SICAF. 10.14 .Será rescindido o contrato em execução com a contratada inadimplente no SICAF, salvo por motivo de economicidade, segurança nacional ou outro de interesse público de alta relevância, devidamente justificado, em qualquer caso, pela máxima autoridade da contratante. 10.15 Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável. 10.16 A Contratada regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar. 10.17 Nos casos de eventuais atrasos de pagamento, desde que a Contratada não tenha concorrido, de alguma forma, para tanto, fica convencionado que a taxa de compensação financeira devida pela Contratante, entre a data do vencimento e o efetivo adimplemento da parcela, é calculada mediante a aplicação da seguinte fórmula:

EM = I x N x VP, sendo:

EM = Encargos moratórios;

N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento;

VP = Valor da parcela a ser paga.

I = Índice de compensação financeira = 0,00016438, assim apurado:

I = (TX)	I =	(6 / 100)	I = 0,00016438 TX = Percentual da taxa anual = 6%

365

10.18. A Prefeitura Municipal de Nossa Senhora do Livramento pagará à contratada, pelos materiais, os preços integrantes da proposta aprovada, ressalvada a ocorrência de imprevistos. Fica expressamente estabelecido que no preço global estão incluídos todos os custos diretos e indiretos para o fornecimento, de acordo com as condições previstas nas Especificações e nas Normas indicadas neste processo.

10.19. Não haverá, sob hipótese alguma, pagamento antecipado.

10.20. Não será efetuado o pagamento em nome de terceiros, ou em conta de Poupança, sendo que referido pagamento poderá ficar suspenso até que sejam devidamente cumpridas as exigências do Edital.

10.21. A critério da Administração poderão ser utilizados os pagamentos devidos para cobrir possíveis despesas com multas, indenizações a terceiros, ou outras de responsabilidade da Adjudicada.

10.22. Nenhum pagamento será efetuado ao fornecedor enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação. Esse fato não será gerador de direito a reajustamento de preços ou a atualização monetária.

10.23. A Contratante não efetuará pagamento de título descontado, ou por meio de cobrança em banco, bem como, os que forem negociados com terceiros por intermédio da operação de “factoring”.

10.24. Os pagamentos serão efetuados pela tesouraria à vista de Nota Fiscal Eletrônica – NFe, apresentadas, que deverão ser enviadas para o serviço de email institucional Prefeitura a seguir: nfe@nossasenhoradolivramento.mt.gov.br, e a DANFE deverá ser emitida e acompanhar a mercadoria.

10.25. Havendo divergência ou erro na emissão da Nota Fiscal Eletrônica-NFe, modelo 55, será interrompida a contagem do prazo para fins de pagamento, sendo iniciada nova contagem somente após a regularização da referida Nota fiscal Eletrônica - NFe;

CLAUSULA DECIMA PRIMEIRA **DAS OBRIGAÇÕES DA DETENTORA DO REGISTRO:**

11.1A Contratada deve cumprir todas as obrigações constantes no Edital, seus anexos e sua proposta, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto e, ainda. 11.2 efetuar a entrega do objeto em perfeitas condições, conforme especificações, prazo e local constantes no Edital e seus anexos, acompanhado da respectiva nota fiscal, na qual constarão as indicações referentes a: *marca, fabricante, modelo, procedência e prazo de garantia* ***de no mínimo um ano*** 11.3 responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com os artigos 12, 13 e 17 a 27, do Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990); 11.4 substituir, reparar ou corrigir, às suas expensas, no prazo fixado nesta Ata de Registro de Preço, o objeto com avarias ou defeitos; 11.5 comunicar à Contratante, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas que antecede a data da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação; 11.6 manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação; 11.7 indicar preposto para representá-la durante a execução do contrato. 11.8 Assumir todos os encargos trabalhistas, previdenciários, securitários, fiscais, tributários e quaisquer outros resultantes da execução do Contrato, os quais já estão incluídos no custo total, ficando a Contratante isenta do pagamento de quaisquer obrigações decorrentes da execução do instrumento contratual. 11.9 Emitir a nota fiscal/fatura, obrigatoriamente em concordância com a nota de empenho, a fim de que não seja protelado o pagamento da despesa, sob pena de ser exigido da Contratada o refaturamento. 11.10 **O recebimento e o acompanhamento dos prazos para a entrega dos equipamentos serão feitos por prepostos especialmente designados para sua fiscalização.** 11.11 Arcar com todas as despesas, diretas ou indiretas, impostos, taxas, encargos, royalties, seguros, fretes – carrego e descarrego, decorrentes do fornecimento dos bens, sem qualquer ônus para a Prefeitura Municipal de Nossa Senhora do Livramento. 11.12 Responsabilizar-se pelos danos causados diretamente à Administração ou a terceiros, decorrente de sua culpa ou dolo até a entrega do produto,

incluindo as entregas feitas por transportadoras. 11.13 Prestar todos os esclarecimentos que forem solicitados pela Administração, durante a execução desta aquisição. 11.14 Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, de acordo com os artigos 14 e 17 a 27, do Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990), ficando a Contratante autorizada a descontar da garantia, caso exigida no edital, ou dos pagamentos devidos à Contratada, o valor correspondente aos danos sofridos; 11.15 Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento ao objeto da licitação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados nos incisos do § 1º do art. 57 da Lei nº 8.666, de 1993.;

CLAUSULA DECIMA SEGUNDA DAS OBRIGAÇÕES DO ÓRGÃO REQUISITANTE:

12.1 **São obrigações da Contratante:**

12.1.1 receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Edital e seus anexos;

12.1.2 verificar minuciosamente, no prazo fixado, a conformidade dos bens recebidos provisoriamente com as especificações constantes do Edital e da proposta, para fins de aceitação e recebimento definitivo;

12.1.3 comunicar à Contratada, por escrito, sobre imperfeições, falhas ou irregularidades verificadas no objeto fornecido, para que seja substituído, reparado ou corrigido;

12.1.4 acompanhar e fiscalizar o cumprimento das obrigações da Contratada, através de comissão/servidor especialmente designado;

12.1.5 efetuar o pagamento à Contratada no valor correspondente ao fornecimento do objeto, no prazo e forma estabelecidos no Edital e seus anexos;

12.1.6 A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pela Contratada com terceiros, ainda que vinculados à execução do presente Termo de Contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato da Contratada, de seus empregados, prepostos ou subordinados. 12.1.7 A contratante deverá obrigatoriamente reter os valores relativos às contribuições previdenciárias, devendo constar estas informações no edital e contrato. 12.1.8 Notificar a contratada, fixando-lhe prazos para corrigir defeitos ou irregularidades encontradas na execução dos serviços; 12.1.9 Fornecer todas as informações necessárias para a execução dos serviços; 12.1.10 A contratante deverá fornecer ao emitir a ordem de fornecimento especificando o local, horário e data que será realizado o serviço pela empresa. 12.1.11 Notificar por escrito, a empresa contratada, de toda e qualquer irregularidade constatada durante o fornecimento; 12.1.12 Disponibilizar local para a entrega dos equipamentos 12.1.13 Nenhum pagamento será efetuado à empresa detentora do registro, enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação. Esse fato não será gerador de direito a reajustamento de preços ou a atualização monetária. 12.1.14 A Prefeitura Municipal de Nossa Senhora do Livramento se reserva o direito de fiscalizar e pedir justificativas quanto à qualidade e demais condições do fornecimento, através de pessoas previamente designadas, que poderão rejeitar, no todo ou em parte, o(s) equipamento(s). 12.1.15 Designar servidor da Secretaria demandante, para proceder para recebimento dos bens; 12.1.16 Rejeitar os produtos que não atendam aos requisitos constantes das especificações constantes nesta Ata de Registro de preço;

CLAUSULA DECIMA TERCEIRA DAS PENALIDADES

13.1 O descumprimento da Ata de Registro de Preços ensejará aplicação das penalidades estabelecidas no Edital.

13.2 As sanções do item acima também se aplicam aos integrantes do cadastro de reserva, em pregão para registro de preços que, convocados, não honrarem o compromisso assumido injustificadamente, nos termos do art. 49, §1º do Decreto nº 10.024/19.

13.3 É da competência do órgão gerenciador a aplicação das penalidades decorrentes do descumprimento do pactuado nesta ata de registro de preço (art. 5º, inciso X, do Decreto nº 7.892/2013), exceto nas hipóteses em que o descumprimento disser respeito às contratações dos órgãos participantes, caso no qual caberá ao respectivo órgão participante a aplicação da penalidade (art. 6º, Parágrafo único, do Decreto nº 7.892/2013).

13.4 O órgão participante deverá comunicar ao órgão gerenciador qualquer das ocorrências previstas no art. 20 do Decreto nº 7.892/2013, dada a necessidade de instauração de procedimento para cancelamento do registro do fornecedor.

CLAUSULA DECIMA QUARTA CONDIÇÕES GERAIS

14.1 As condições gerais do fornecimento, tais como os prazos para entrega e recebimento do objeto, as obrigações da Administração e do fornecedor registrado, penalidades e demais condições do ajuste, encontram-se definidos no Termo de Referência, ANEXO AO EDITAL.

14.2 É vedado efetuar acréscimos nos quantitativos fixados nesta ata de registro de preços, inclusive o acréscimo de que trata o § 1º do art. 65 da Lei nº 8.666/93, nos termos do art. 12, §1º do Decreto nº 7892/13.

14.3 No caso de adjudicação por preço global de grupo de itens, só será admitida a contratação dos itens nas seguintes hipóteses.

14.3.1 Contratação da totalidade dos itens de grupo, respeitadas as proporções de quantitativos definidos no certame; ou

14.3.2 Contratação de item isolado para o qual o preço unitário adjudicado ao vencedor seja o menor preço válido ofertado para o mesmo item na fase de lances.

14.4 A ata de realização da sessão pública do pregão, contendo a relação dos licitantes que aceitarem cotar os bens ou serviços com preços iguais ao do licitante vencedor do certame, compõe anexo a esta Ata de Registro de Preços, nos termos do art. 11, §4º do Decreto n. 7.892, de 2014.

14.5 A existência de preços registrados não obriga a Administração a firmar as contratações de que deles poderão advir, facultada a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, sendo assegurada à Detentora do registro de preços a preferência em igualdade de condições.

14.6 A Contratada ficará obrigada a atender todos os pedidos efetuados durante a vigência desta Ata de Registro de Preços, ainda que a expiração do prazo de entrega previsto no cronograma ocorra após seu vencimento.

14.7 Manter, durante a duração da Ata de Registro de Preços, todas as condições de idoneidade exigidas nesta licitação; mais especificamente nas condições exigidas para os documentos de habilitação relativos à regularidade fiscal, de modo que as certidões devem estar válidas ou mesmo renovadas, durante o período de contratação.

CLAUSULA DECIMA QUINTA –ACÕES ADMINISTRATIVA 15.1 Comete infração administrativa nos termos da Lei nº 8.666, de 1993 e da Lei nº 10.520, de 2002, a Contratada que: 15.2 inexecutar total ou parcialmente qualquer das obrigações assumidas em decorrência da contratação; 15.3 En-

sejar o retardamento da execução do objeto; 15.4 Fraudar na execução do contrato; 15.5 Comportar-se de modo inidôneo; 15.6 Cometer fraude fiscal; 15.7 Não mantiver a proposta. 15.8 A Contratada que cometer qualquer das infrações discriminadas no subitem acima ficará sujeita, sem prejuízo da responsabilidade civil e criminal, às seguintes sanções: 15.9 Advertência por faltas leves, assim entendidas aquelas que não acarretem prejuízos significativos para a Contratante; 15.10 Multa moratória de até 0,5% (zero virgula cinco por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor do contrato; 15.11 Em se tratando de inobservância do prazo fixado para apresentação da garantia (seja para reforço ou por ocasião de prorrogação), aplicar-se-á multa de 0,07% (sete centésimos por cento) do valor do contrato por dia de atraso, observado o máximo de 2% (dois por cento), de modo que o atraso superior a 25 (vinte e cinco) dias autorizará a Administração contratante a promover a rescisão do contrato; 15.12 As penalidades de multa decorrentes de fatos diversos serão consideradas independentes entre si; 15.13 Multa compensatória de até 5% (cinco por cento) sobre o valor total do contrato, no caso de inexecução total do objeto; 15.14 Em caso de inexecução parcial, a multa compensatória, no mesmo percentual do subitem acima, será aplicada de forma proporcional à obrigação inadimplida; 15.15 Suspensão de licitar e impedimento de contratar com o órgão, entidade ou unidade administrativa pela qual a Administração Pública opera e atua concretamente, pelo prazo de até dois anos; 15.16 Impedimento de licitar e contratar com a União com o conseqüente descredenciamento no SICAF pelo prazo de até cinco anos; 15.17 Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a Contratada ressarcir a Contratante pelos prejuízos causados; 15.18 Também fica sujeita às penalidades do art. 87, III e IV da Lei nº 8.666, de 1993, a Contratada que: 15.19 Tenha sofrido condenação definitiva por praticar, por meio dolosos, fraude fiscal no recolhimento de quaisquer tributos; 15.20 Tenha praticado atos ilícitos visando a frustrar os objetivos da licitação; 15.21 Demonstre não possuir idoneidade para contratar com a Administração em virtude de atos ilícitos praticados; 15.22 A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa à Contratada, observando-se o procedimento previsto na Lei nº 8.666, de 1993, e subsidiariamente a Lei nº 9.784, de 1999; 15.23 As multas devidas e/ou prejuízos causados à Contratante serão deduzidos dos valores a serem pagos, ou recolhidos em favor da União, ou deduzidos da garantia, ou ainda, quando for o caso, serão inscritos na Dívida Ativa da União e cobrados judicialmente; 15.24 Caso a Contratante determine, a multa deverá ser recolhida no prazo máximo de 5 (cinco) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente; 15.25 A autoridade competente, na aplicação das sanções, levará em consideração a gravidade da conduta do infrator, o caráter educativo da pena, bem como o dano causado à Administração, observado o princípio da proporcionalidade. 15.26 A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa à Contratada, observando-se o procedimento previsto na Lei nº 8.666, de 1993, e subsidiariamente a Lei nº 9.784, de 1999.

CLAUSULA DECIMA SEXTA DA PUBLICAÇÃO

17.1 O Contratante providenciará a publicação do presente Termo no Diário Oficial do município, nos termos do artigo 61, parágrafo único da Lei 8.666/93

CLAUSULA DECIMA SETIMA DOS ILÍCITOS PENAIS

17.1. As infrações penais tipificadas na Lei nº 8.666/93 serão objeto de processo judicial na forma legalmente prevista, sem prejuízo das demais cominações aplicáveis.

CLAUSULA DECIMA OITAVA DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

18. As partes ficam, ainda, adstritas às seguintes disposições:

I. Todas as alterações que se fizerem necessárias serão registradas por intermédio de lavratura de termo aditivo à presente ata de Registro de Preços.

II. Vinculam-se a esta Ata, para fins de análise técnica, jurídica e decisão superior o Edital de Pregão Eletrônico nº 0011/2020 e seus anexos e as propostas das classificadas.

CLAUSULA DECIMA NONA DO FORO

19.1 As partes contratantes elegem o foro de Várzea Grande-MT como competente para dirimir quaisquer questões oriundas do presente contrato, inclusive os casos omissos, que não puderem ser resolvidos pela via administrativa, renunciando a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

19.2. E por estarem de acordo, as partes firmam o presente contrato, em 02 (duas) vias de igual teor e forma para um só efeito legal, ficando uma via arquivada na sede da **CONTRATANTE**, na forma do art. 60 da Lei nº 8.666/93.

Nossa Senhora do Livramento – MT, 11 de Fevereiro de 2021.

CONTRATANTE:

SILMAR DE SOUZA GONÇALVES

Prefeito Municipal

FORNECDEOR

EMPRESA SALVI LOPES & CIA LTDA ME,

CNPJ nº 82.478.140/0001/34

Representado pelo Senhor Luiz Carlos Salvi

RG: nº 4.502.096-7 IIP/PR e CPF nº 619.057.639-72

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA BANDEIRANTES

ADMINISTRAÇÃO/LICITAÇÃO
EXTRATO DO TERMO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº. 008/2021

DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº. 008/2021

PROCESSO LICITATÓRIO Nº. 024/2021

CONTRATANTE: Prefeitura Municipal de Nova Bandeirantes (MT)

OBJETO: AQUISIÇÃO DE MEDICAMENTOS DE DISTRIBUIÇÃO GRATUITA, MEDICAMENTOS HOSPITALARES E INSUMOS ODONTOLÓGICOS PARA ATENDER AS UNIDADES DE SAÚDES VINCULADAS Á SECRETARIA DE SAÚDE, conforme especificaçõesem anexo.

CONTRATADAS:

TOLESUL DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA

CNPJ Nº: 35.959.514/0001-53

VALOR TOTAL: R$ 21.927,00 (Vinte e um mil novecentos e vinte e sete reais).

ITEM	DESCRIÇÃO	MEDIDA	QUANT.	VALOR UNITÁRIO ORÇAMENTOS	VALOR TOTAL
	DISTRIBUIÇÃO GRATUITA				
1	ACIDO ACETILSALICILICO - CONCENTRACAO/DOSAGEM 100 MG,FORMA FARMACEUTICA COMPRIMIDO,VIA DE ADMINISTRACAO ORAL	UNIDADE	10.000	R$ 0,065	R$ 650,00
3	AMOXICILINA - CONCENTRACAO/DOSAGEM DE CONCENTRACAO/DOSAGEM 250 MG/5ML, FORMA FARMACEUTICA SUSPENSAO, FORMA DE APRESENTACAO EM FRASCO-, VIA ORAL	FRASCO 60 MILILITRO	50	R$ 3,20	R$ 160,00
5	ATENOLOL - CONCENTRACAO/DOSAGEM 50 MG,FORMA FARMACEUTICA COMPRIMIDO,VIA DE ADMINISTRACAO ORAL	UNIDADE	5.000	R$ 0,09	R$ 450,00
6	BROMOPRIDA - CONCENTRACAO/DOSAGEM 4 MG/ML,FORMA FARMACEUTICA SOLUCAO ORAL,FORMA DE APRESENTACAO FRASCO,VIA DE ADMINISTRACAO ORAL	UNIDADE	300	R$ 1,49	R$ 447,00
7	CAPTOPRIL - CONCENTRACAO/DOSAGEM 25 MG,FORMA FARMACEUTICA COMPRIMIDO,VIA DE ADMINISTRACAO ORAL	UNIDADE	5.000	R$ 0,06	R$ 300,00
8	CAPTOPRIL - CONCENTRACAO/DOSAGEM 50 MG,FORMA FARMACEUTICA COMPRIMIDO,VIA DE ADMINISTRACAO ORAL	UNIDADE	5.000	R$ 0,06	R$ 300,00
11	CIPROFLOXACINO - CONCENTRACAO/DOSAGEM 500 MG,FORMA FARMACEUTICA COMPRIMIDO REVESTIDO,VIA DE ADMINISTRACAO ORAL	UNIDADE	5.000	R$ 0,30	R$ 1.500,00
12	DICLOFENACO SODICO - CONCENTRACAO/DOSAGEM 50 MG,FORMA FARMACEUTICA COMPRIMIDO,VIA DE ADMINISTRACAO ORAL	UNIDADE	5.000	R$ 0,085	R$ 425,00
13	DIPIRONA SODICA - CONCENTRACAO/DOSAGEM 500 MG,FORMA FARMACEUTICA COMPRIMIDO,VIA DE ADMINISTRACAO ORAL	UNIDADE	20.000	R$ 0,17	R$ 3.400,00
14	ENALAPRIL - CONCENTRACAO/DOSAGEM 20 MG,FORMA FARMACEUTICA COMPRIMIDO,VIA DE ADMINISTRACAO ORAL	UNIDADE	20.000	R$ 0,07	R$ 1.400,00
16	FLUCONAZOL - CONCENTRACAO/DOSAGEM 150 MG,FORMA FARMACEUTICA CAPSULA,VIA DE ADMINISTRACAO ORAL	UNIDADE	1.000	R$ 0,50	R$ 500,00
17	FUROSEMIDA - CONCENTRACAO/DOSAGEM 40 MG,FORMA FARMACEUTICA COMPRIMIDO,FORMA DE APRESENTACAO COMPRIMIDO,VIA DE ADMINISTRACAO ORAL	UNIDADE	5.000	R$ 0,07	R$ 350,00
18	GLIBENCLAMIDA - CONCENTRACAO/DOSAGEM 5 MG,FORMA FARMACEUTICA COMPRIMIDO,VIA DE ADMINISTRACAO ORAL	UNIDADE	10.000	R$ 0,045	R$ 450,00
19	IBUPROFENO - CONCENTRACAO/DOSAGEM 50 MG/ML,FORMA FARMACEUTICA SOLUCAO ORAL (SEM CORANTE),FORMA DE APRESENTACAO FRASCO,VIA DE ADMINISTRACAO ORAL	UNIDADE	150	R$ 0,12	R$ 240,00
20	LOSARTANA, POTASSICA - CONCENTRACAO/DOSAGEM 50 MG,FORMA FARMACEUTICA COMPRIMIDO,VIA DE ADMNISTRACAO ORAL	UNIDADE	20.000	R$ 0,12	R$ 2400,00
21	METILDOPA - CONCENTRACAO/DOSAGEM 250 MG,FORMA FARMACEUTICA COMPRIMIDO,VIA DE ADMINISTRACAO ORAL	UNIDADE	1.000	R$ 0,50	R$ 500,00
22	METRONIDAZOL - CONCENTRACAO/DOSAGEM 100 MG,FORMA FARMACEUTICA CREME,FORMA DE APRESENTACAO BISNAGA,VIA DE ADMINISTRACAO VAGINAL	UNIDADE	200	R$ 5,75	R$ 1.150,00
23	METRONIDAZOL - CONCENTRACAO/DOSAGEM 250 MG,FORMA FARMACEUTICA COMPRIMIDO,VIA DE ADMINISTRACAO ORAL	UNIDADE	1.000	R$ 0,17	R$ 170,00
24	NIFEDIPINO - CONCENTRACAO/DOSAGEM 10 MG,FORMA FARMACEUTICA CAPSULA GELATINOSA,VIA DE ADMINISTRACAO ORAL	UNIDADE	20.000	R$ 0,19	R$ 3.800,00
26	PARACETAMOL - CONCENTRACAO/DOSAGEM 500 MG,FORMA FARMACEUTICA COMPRIMIDO,VIA DE ADMINISTRACAO ORAL	UNIDADE	5.000	R$ 0,12	R$ 600,00
27	PROPRANOLOL, CLORIDRATO - CONCENTRACAO/DOSAGEM 40 MG,FORMA FARMACEUTICA COMPRIMIDO,VIA DE ADMINISTRACAO ORAL	UNIDADE	5.000	R$ 0,048	R$ 240,00
28	SINVASTATINA - CONCENTRACAO/DOSAGEM 20 MG,FORMA FARMACEUTICA COMPRIMIDO,VIA DE ADMINISTRACAO ORAL	UNIDADE	5.000	R$ 0,10	R$ 500,00
29	SINVASTATINA - CONCENTRACAO/DOSAGEM 40 MG,FORMA FARMACEUTICA COMPRIMIDO,VIA DE ADMINISTRACAO ORAL	UNIDADE	5.000	R$ 0,168	R$ 800,00
30	SULFADIAZINA DE PRATA - SULFADIAZINA DE PRATA 01% CONCENTRACAO/DOSAGEM, FORMA FARMACEUTICA EM CREME, FORMA DE APRESENTACAO BISNAGA DE 400G, VIA TOPICA	UNIDADE	10	R$ 48,00	R$ 480,00
31	SULFATO FERROSO - CONCENTRACAO/DOSAGEM 40 MG,FORMA FARMACEUTICA COMPRIMIDO,VIA DE ADMINISTRACAO ORAL	UNIDADE	2.000	R$ 0,06	R$ 120,00
1	GENTAMICINA, SULFATO - CONCENTRACAO/DOSAGEM 40 MG/ML,FORMA FARMACEUTICA SOLUCAO INJETAVEL,FORMA DE APRESENTACAO AMPOLA,VIA DE ADMINISTRACAO PARENTERAL	UNIDADE	200	R$ 1,19	R$ 238,00
2	GENTAMICINA, SULFATO - CONCENTRACAO/DOSAGEM 80 MG/ML, FORMA FARMACEUTICA SOLUCAO INJETAVEL, FORMA DE APRESENTACAO AMPOLA, VIA DE ADMINISTRACAO INTRAVENOSA	UNIDADE	300	R$ 1,19	R$ 357,00

SAFRANED HOSPITALAR LTDA

CNPJ Nº: 36.629.597/0001-85.

VALOR TOTAL: R$ 6.362,00 (Seis mil trezentos e sessenta e dois reais).

ITEM	DESCRIÇÃO	MEDIDA	QUANT.	VALOR UNITÁRIO ORÇAMENTOS	VALOR TOTAL
	DISTRIBUIÇÃO GRATUITA				
2	ACIDO FOLICO - CONCENTRACAO/DOSAGEM 5 MG,FORMA FARMACEUTICA COMPRIMIDO,VIA DE ADMINISTRACAO ORAL	UNIDADE	2.000	R$ 0,10	R$ 200,00
4	ATENOLOL - CONCENTRACAO/DOSAGEM 25 MG,FORMA FARMACEUTICA COMPRIMIDO,VIA DE ADMINISTRACAO ORAL	UNIDADE	5.000	R$ 0,07	R$ 350,00
9	CARVEDILOL - CONCENTRACAO/DOSAGEM 12,5 MG,FORMA FARMACEUTICA COMPRIMIDO,VIA DE ADMINISTRACAO ORAL	UNIDADE	2.800	R$ 0,26	R$ 728,00
10	CEFALEXINA - CONCENTRACAO/DOSAGEM 500 MG,FORMA FARMACEUTICA CAPSULA OU COMPRIMIDO OU DRAGEA,VIA DE ADMINISTRACAO ORAL	UNIDADE	1.000	R$ 0,58	R$ 580,00
15	ESPIRONOLACTONA - CONCENTRACAO/DOSAGEM 25 MG,FORMA FARMACEUTICA COMPRIMIDO,VIA DE ADMINISTRACAO ORAL	UNIDADE	1.000	R$ 0,50	R$ 500,00
25	OMEPRAZOL - CONCENTRACAO/DOSAGEM 20 MG,FORMA FARMACEUTICA CAPSULA,VIA DE ADMINISTRACAO ORAL	UNIDADE	10.000	R$ 0,12	R$ 1200,00
3	SOLUCAO DE RINGER SIMPLES - CONCENTRACAO/DOSAGEM 500 ML, FORMA FARMACEUTICA SOLUCAO INJETAVEL	FRASCO	240	R$ 7,36	R$ 1. 766,40
4	SOLUCAO FISIOLOGICA - SORO RINGER LACTATO,SOLUCAO PARA INFUSAO INTRAVENOSA, COM 500 ML	FRASCO	48	R$ 6,20	R$ 297,60
5	TERBUTALINA, SULFATO - CONCENTRACAO/DOSAGEM 0,5 MG/ML,FORMA FARMACEUTICA SOLUCAO INJETAVEL,FORMA DE APRESENTACAO AMPOLA,VIA DE ADMINISTRACAO PARENTERAL	AMPOLA	100	R$ 7,40	R$ 740,00

HIPERDENTAL MATERIAL HOSPITALAR E ODONTOLOGICO

CNPJ Nº: 36.629.5970001-85.

VALOR TOTAL: R$ 1.615,20 (Hum mil seiscentos e quinze reais e vinte centavos)

ITEM	DESCRIÇÃO	MEDIDA	QUANT.	VALOR UNITÁRIO ORÇAMENTOS	VALOR TOTAL
1	ADESIVO DE FRASCO UNICO FOTOPOLIMERIZAVEL - SISTEMA ADESIVO DE FRASCO UNICO PRIME + ADESIVA EM UM UNICO FRASCO FOTOPOLIMERIZAVEL PARA ESMALTE E DENTINA SOLVENTE A BASE A ETANOL, CARGA DE NANOPARTICULAS DE SILICA, MONOMEROS METACRILICOS, FOTOINICIADORES, CO-INICIADORES, ESTABILIZANTE, EMBALAGEM EM FRASCO	UNIDADE	8	R$ 46,90	R$ 375,20
2	ANESTESICO LOCAL INJETAVEL - SOLUCAO A BASE DE CLORIDRATO DE MEPIVACAINA 2%, COM VASO CONSTRITOR, VALIDADE MINIMA DE 2 ANOS DA DATA DE ENTREGA	CAIXA 50 UNIDADE	8	R$ 155,00	R$ 1240,00
					R$ 1. 615,20

VALOR TOTAL R$ 29.904,20 (vinte e nove mil novecentos e quatro reais e vinte centavos).

FUNDAMENTAÇÃO: Art. 24, inciso II da Lei nº 8.666/93.

Nova Bandeirantes/MT, 23 de fevereiro de 2021.

_____

ANDRESSA CRISTINE FERREIRA MOREIRA

Presidente da CPL (Portaria n°. 04/2021).

ADMINISTRAÇÃO/LICITAÇÃO
ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº. 003/2021

Homologo a Presente inexigibilidade de Licitação nº. 003/2021, adjudicando a **CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS DE TELEFONIA, COM ACESSO CELULAR, PACOTE 20 LINHAS, COM LIGAÇÕES ILIMITADAS E COM FRANQUIA DE 6 GB CADA, LINK DEDICADO COM NO MÍNIMO 50 MBPS DE UPLOAD X 50MBIT/S DOWNLOAD, COM 8 ENDEREÇOS VALIDOS NA REDE MUNDIAL, COM ABORDAGEM VIA FIBRA ÓTICA (80% DE BANDA GARANTIDA), SERVIÇOS ANTI DDOS E ROTEADOR PPP FORNECIDO PELA OI, E PACOTE DIGITRONCO SERVIÇO DDR (E1), TELEFÔNICO DE 10 CANAIS, CHAMADAS FIXO E CELULAR ILIMITADAS PARA QUALQUER OPERADORA DO BRASIL, E PACOTE DE 7.000 MIL MINUTOS PARA INTERURBANO ISENTOS DE TAXA DE INSTALAÇÃO.**

ESPECIFICAÇÕES DOS ITENS E VALORES

ITEM	DESCRIÇÃO	QUANTIDADE ACESSOS	PERÍODO MESES	TOTAL MENSAL	TOTAL ANUAL
01	OI MAIS CELULAR ILIMITADO COM 06GB DE INTERNET (AQUISIÇÃO)	20	12	R$ 1.196,00	R$ 14.352,00

ITEM	PRODUTO	CANAIS	RAMAIS	VALOR MENSAL	VALOR ANUAL	VIGÊNCIA	PACOTE DE VOZ	
							FIXO-FIXO LOCAL E LDN	VCX (LIGAÇÕES PARA MÓVEL DE QUALQUER OPERADORA NO BRASIL.
1	DIGITRONCO	10	50	R$ 799	R$ 9.588,00	12 MESES	ILIMITADO	ILIMITADO

LINK DEDICADO (FIBRA)

ITEM	DESCRIÇÃO	VALOR TOTAL
1	SERVIÇO DE ACESSO À INTERNET POR LINK DEDICADO, COM NO MÍNIMO 50 MBPS DE DOWNLOAD E 50 MBPS DE UPLOAD, COM ABORDAGEM VIA fiBRA ÓPTICA C/ ANTI DDOS INCLUSO (SERVIÇO DE SEGURANÇA).	R$ 7. 184,00

Valor Mensal: R$ 9.179,00 (nove mil cento e setenta e nove reais), pelo período de 12 (doze) meses.

Contratado: **OI S/A**

CNPJ: **76.535.764/0001-43**

REGISTRA-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE

Nova Bandeirantes-MT, 22 de fevereiro de 2021.

_____

CÉSAR AUGUSTO PÉRIGO

Prefeito Municipal

ADMINISTRAÇÃO/LICITAÇÃO
TERMO DE HOMOLOGAÇÃO DE LICITAÇÃO PREGÃO PRESENCIAL N.º 004/2021

A PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA BANDEIRANTES – MT, através do Prefeito Municipal **Sr CESAR AUGUSTO PÉRIGO**, torna público para conhecimento dos interessados, que **HOMOLOGA** a Licitação resultante do procedimento licitatório na modalidade de Pregão Presencial n.º 004/2021, cujo objeto **REGISTRO DE PREÇO PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE PAPEL A4, PARA ATENDER AS NECESSIDADES DAS DIVERSAS SECRETARIAS MUNICIPAIS DA PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA BANDEIRANTES/MT,** conforme Anexo I – Especificações dos Itens.

CONTRATADA: M W MARCILIO

CNPJ: 05.930.171/0001-33

ITEM	QTD	DESCRIÇÃO	MARCA	VALOR UNIT.	VALOR TOTAL
1	162	PAPEL A-4 (210X297MM), COR BRANCA, ALCALINO, 75G/M2, ACONDIONADO EM CAIXA COM 10 RESMAS DE 500 FOLHAS CADA.	REPORT	R$ 164,99	R$ 26.728,38

Registra-se, Publique-se, Cumpra-se.

Nova Bandeirantes/MT, 23 de fevereiro de 2021.

_____

CESAR AUGUSTO PÉRIGO

PREFEITO MUNICIPAL

ADMINISTRAÇÃO/LICITAÇÃO
TERMO DE RATIFICAÇÃO INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº. 003/2021

Nos termos do Artigo 26 da Lei 8.666/93 e suas alterações posteriores, RATIFICA-SE a Inexigibilidade de Licitação nº. 003/2021 **CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS DE TELEFONIA, COM ACESSO CELULAR, PACOTE 20 LINHAS, COM LIGAÇÕES ILIMITADAS E COM FRANQUIA DE 6 GB CADA, LINK DEDICADO COM NO MÍNIMO 50 MBPS DE UPLOAD X 50MBIT/S DOWNLOAD, COM 8 ENDEREÇOS VALIDOS NA REDE MUNDIAL, COM ABORDAGEM VIA FIBRA ÓTICA (80% DE BANDA GARANTIDA), SERVIÇOS ANTI DDOS E ROTEADOR PPP FORNECIDO PELA OI, E PACOTE DIGITRONCO SERVIÇO DDR (E1), TELEFÔNICO DE 10 CANAIS, CHAMADAS FIXO E CELULAR ILIMITADAS PARA QUALQUER OPERADORA DO BRASIL, E PACOTE DE 7. 000 MIL MINUTOS PARA INTERURBANO ISENTOS DE TAXA DE INSTALAÇÃO,** pelo o período de 12 (doze) meses.

Contratado: **OI S/A**

CNPJ: **76.535.764/0001-43**

VALOR MENSAL R$ 9.179,00 (nove mil cento e setenta e nove reais).

Registra-se, Publique-se, Cumpra-se.

Nova Bandeirantes/MT, 22 de fevereiro de 2021.

_____

CÉSAR AUGUSTO PÉRIGO

Prefeito Municipal

ADMINISTRAÇÃO/LICITAÇÃO
TERMO DE HOMOLOGAÇÃO DE LICITAÇÃO PREGÃO PRESENCIAL N.º 006/2021

A PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA BANDEIRANTES – MT, através do Prefeito Municipal **Sr CESAR AUGUSTO PÉRIGO**, torna público para conhecimento dos interessados, que **HOMOLOGA** a Licitação resultante do procedimento licitatório na modalidade de Pregão Presencial n.º 006/2021, cujo objeto **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE ASSESSORIA PEDAGÓGICA, FORMAÇÃO CONTINUADA PARA PROFESSORES DA EDUCAÇÃO INFANTIL AO 9° ANO E IMPLANTAÇÃO DE INSTRUMENTAL DE PLANEJAMENTO PARA GESTORES E PROFESSORES, ACOMPANHAMENTO DOS PROFESSORES EM SALA DE AULA COM ALUNOS, IMPLANTAÇÃO DO SISTEMA MUNICIPAL DE AVALIAÇÃO ONLINE COM CORREÇÃO, ENTRE OUTROS SERVIÇOS PARA ATENDER A DEMANDA DA SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DO MUNICÍPIO DE NOVA BANDEIRANTES/MT,** conforme Termo de Referência - Anexo I.

CONTRATADA: WESGLY DE M SALES

CNPJ: 27.612.207/0001-73

Item	Descrição	Unid.	Quant.	Valor Unit. – Menor Valor	Valor Total
1	**CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE ASSESSORIA PEDAGÓGICA, FORMAÇÃO CONTINUADA PARA PROFESSORES DA EDUCAÇÃO INFANTIL AO 9° ANO E IMPLANTAÇÃO DE INSTRUMENTAL DE PLANEJAMENTO PARA GESTORES E PROFESSORES.**	Unid.	11 Meses	R$ 9.500,00	R$ 104.500,00
ATIVIDADES A SEREM DESENVOLVIDAS.					
1 Implantação do sistema de avaliação das disciplinas de Português e Matemática do 1º ao 9º ano de forma on-line com correção e resultado imediato; *2* Realizar a promoção da participação da família*;* *3 Organização do projeto Político Pedagógico;* *4 Atualização do Currículo com a BNCC;*					

Registra-se, Publique-se, Cumpra-se.

Nova Bandeirantes/MT, 23 de fevereiro de 2021.

_____

CESAR AUGUSTO PÉRIGO

PREFEITO MUNICIPAL

RECURSOS HUMANOS
EDITAL DE CONVOCAÇÃO Nº 006/2021

PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO Nº. 001/2021

O Prefeito Municipal de Nova Bandeirantes - MT, através do Sr. Prefeito Municipal César Augusto Périgo, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas, tendo em vista o**processo seletivo simplificado nº. 001/2021;** convoca os candidatos aprovado-classificados**,** para preenchimento de vaga existente.

Art. 1º. O candidato convocado por este Edital terá o **prazo máximo** de **05 (cinco) dias** para apresentar-se no Departamento de Recursos Humanos munido dos seguintes documentos;

Documentos pessoais (CPF, RG, e, Titulo de Eleitor); Foto (uma) 3x4 (recentes); Certidão de nascimento se não for casado; Certidão de casamento e RG e CPF do cônjuge; Certidão de nascimento do(s) filho(s) menor de 14 anos; CPF dos filhos Atestado de vacinação dos filhos; Carteira de trabalho, onde tem a foto e o verso; PIS ou PASEP se houver cadastro, Carteira de Habilitação/Profissional, exigida para o cargo; Certificado de Escolaridade, para cargos de nível fundamental e médio; Diploma e Histórico Escolar; Diploma de conclusão do curso relativo ao cargo concorrido, devidamente registrado na forma da lei, Atestado médico admissional, indicando se o (a) candidato (a) está **fisicamente** apto (a) para o exercício das atribuições do cargo. Atestado este que deverá ser fornecido por profissional habilitado pelo Conselho Regional de Medicina – CRM, e estar acompanhado dos exames clínicos e laboratoriais, os quais, correrão as expensas do candidato; Atestado médico admissional, indicando se o (a) candidato (a) está apto **mentalmente** para o exercício das atribuições do cargo, (exame de sanidade mental e psicotécnica). Comprovante de que está em dia com as obrigações eleitorais; Certificado militar;

Declaração de residência;

CONTA BANCO BRADESCO agencia local (01380);

Declaração com Número de telefone e Email / gmail

Art. 2º. Considera-se convocado pelo presente edital o candidato constante da lista objeto do **anexo I.** Anexo este que será parte integrante e indissociável deste Edital de Convocação;

Art. 3º. O Candidato que, no prazo legal, não atender o quanto estabelecido no artigo 1º. Será considerado eliminado do **processo seletivo simplificado nº 001/2021;**

Art. 4º. Este Edital entrará em vigor na data da sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

ANEXO I

CLASSIFICAÇÃO POR ORDEM DE APROVAÇÃO

	PROFESSORES PEDAGOGIA ZONA URBANA
9º	MARIA SALVADOR DOS SANTOS

Nova Bandeirantes MT, 23/02/2020

ADMINISTRAÇÃO/LICITAÇÃO
EXTRATO DO TERMO DE INEXIGIBILIDADE Nº. 003/2021

INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº. 003/2021

PROCESSO LICITATÓRIO Nº. 023/2021

CONTRATANTE: Prefeitura Municipal de Nova Bandeirantes (MT)

CONTRATADO: OI S.A

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS DE TELEFONIA, COM ACESSO CELULAR, PACOTE 20 LINHAS, COM LIGAÇÕES ILIMITADAS E COM FRANQUIA DE 6 GB CADA, LINK DEDICADO COM NO MÍNIMO 50 MBPS DE UPLOAD X 50MBIT/S DOWNLOAD, COM 8 ENDEREÇOS VALIDOS NA REDE MUNDIAL, COM ABORDAGEM VIA FIBRA ÓTICA (80% DE BANDA GARANTIDA), SERVIÇOS ANTI DDOS E ROTEADOR PPP FORNECIDO PELA OI, E PACOTE DIGITRONCO SERVIÇO DDR (E1), TELEFÔNICO DE 10 CANAIS, CHAMADAS FIXO E CELULAR ILIMITADAS PARA QUALQUER OPERADORA DO BRASIL, E PACOTE DE 7.000 MIL MINUTOS PARA INTERURBANO ISENTOS DE TAXA DE INSTALAÇÃO, pelo o período de 12 (doze) meses.

FUNDAMENTAÇÃO: Art. 25 I, da Lei nº 8.666/93.

VALOR MENSAL R$ 9.179,00 (nove mil cento e setenta e nove reais).

Nova Bandeirantes/MT, 22 de fevereiro de 2021.

_____

Andressa Cristine F. Moreira

Presidente CLP (Portaria nº 004/2021)

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA BRASILÂNDIA

COVID-19: EXTRATO DO CONTRATO N°026/2021.

EXTRATO DO CONTRATO N°026/2021.

CONTRATANTE: **Prefeitura Municipal de Nova Brasilândia – MT**

CONTRATADA:**GOLDENPLUS COMERCIO DE MEDICAMENTOS E PRODUTOS HOSPITALARES LTDA EPP**

CNPJ: 17.472.278/0001-64

OBJETO: AQUISIÇÃO DE EPIs, EQUIPAMENTOS DE PROTEÇÃO INDIVIDUAL, COM OBJETIVO DE MITIGAR AS CONSEQUENCIAS DA PANDEMIA PARA POPULAÇÃO MAIS VULNERÁVEL EM ATENDIMENTO A SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DO MUNICIPIO DE NOVA BRASILÂNDIA/MT.

VALOR **R$ 11.024,00 (onze mil vinte e quatro reais).**

ASSINATURA**: 22 de fevereiro de 2021.**

VIGENCIA:**22 de fevereiro de 2021 a 22 de agosto de 2021.**

FUNDAMENTO: **De acordo com a Lei nº 8.666/93**

Prefeita Municipal: **MAURIZA AUGUSTA DE OLIVEIRA**

AVISO DE LICITAÇÃO PREGÃO PRESENCIAL N°. 004/2021

AVISO DE LICITAÇÃO

PREGÃO PRESENCIAL N°. 004/2021

REGISTRO DE PREÇOS (SRP)

PROCESSO Nº. 019/2021

A Prefeitura Municipal de Nova Brasilândia – MT, torna – se público que realizará licitação na Modalidade Pregão Presencial **n°. 004/2021** do tipo **MENOR PREÇO POR ITEM,** de acordo com as leis 10.520/2002 e 8.666/1993 e as alterações posteriores, Lei Complementar Federal 123/2006 **alterada pela Lei 147, de 07/08/2014** edos Decretos Municipais nºs 024/2016 e 025/2016 de 06/05/2016. OBJETO**:** CONSTITUI OBJETO DA PRESENTE LICITAÇÃO O REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO PARCELADA DE COMBUSTÍVEL, TIPO ÓLEO DIESEL COMUM, GASOLINA COMUM, ETANOL COMUM E ÓLEO DIESEL S10, PARA ATENDER DIVERSAS SECRETARIAS DO MUNICÍPIO DE NOVA BRASILÂNDIA/MT, CONFORME AS ESPECIFICAÇÕES E QUANTIDADES CONTIDAS NO **ANEXO I** TERMO DE REFERÊNCIA DESTE EDITAL, **com abertura dia 08 de março de 2021 ás 08:00 (oito) horário do Estado de Mato Grosso** Local Sala de Licitação na sede da Prefeitura Municipal, situada a Avenida Vereador Genival Nunes de Araújo, 993, Centro, Nova Brasilândia – MT.

O Edital estará disponível para ser adquirido no Setor de Licitação na sede da Prefeitura Municipal de Nova Brasilândia/MT, e-mail: licitacaonovabrasilandia@outlook.com ou pelo Site da Prefeitura www.novabrasilandia.mt.gov.br**,** para informações através de fone/fax 014 (66) 3385-1277.

Nova Brasilândia – MT, 23 de fevereiro de 2021.

_____

Cíntia Karine Carvalho dos Santos Souza

Pregoeira

Portaria: Nº.056/2021

RETIFICAÇÃO EXTRATO SEGUNDO TERMO APOSTILAMENTO

RETIFICAÇÃO EXTRATO SEGUNDO TERMO APOSTILAMENTO

CONTRATO Nº 012/2021.

CONTRATANTE: **Prefeitura Municipal de Nova Brasilândia – MT**

CONTRATADA: **CLEMIDES SOARES DE SALES- EPP**

CNPJ:08.979.084/0001-69.

Retificamos o que segue: **onde leu-se:**Gasolina Comum**, leia - se**Óleo Diesel S -10.

ASSINATURA: 04 de fevereiro de 2021.

FUNDAMENTO: **De acordo com a Lei nº 8.666/93.**

Prefeita Municipal: **MAURIZA AUGUSTA DE OLIVEIRA**

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA GUARITA

SETOR DE CONVENIOS
TERMO DE RATIFICAÇÃO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO

Objeto	Prestação de Serviços Técnicos especializados de ensaio de solo, com o objetivo de subsidiar o Projeto de Engenharia para Pavimentação Asfáltica de 18,8 KM das Rodovias Estaduais MT-208 E MT-410, trechos definidos no município de Nova Guarita – MT.
Favorecido	N.M. FRANCO ENGENHARIA CNPJ: 27.402.093/0001-37
Prazo de execução	18 de fevereiro de 2021 à 18 de abril de 2021.
Valor global	R$ 32.040,00 (Trinta e Dois Mil e Quarenta Reais).
Fundamento Legal	Como bem determina o art. 55, XI da Lei Federal n.º. 8.666/93, este contrato tem como base a dispensa de licitação nos termos do art. 24, I da Lei Federal n.º 8.666/93, atualizado pelo Decreto Federal nº 9.412, de 18 de junho de 2018.
Justificativa	Anexa aos autos do processo.

Ratificamos a Dispensa de Licitação em consonância com a justificativa apresentada pela Comissão Permanente de Licitação e Parecer Jurídico.

Nova Guarita – MT, 18 de fevereiro de 2021.

SETOR DE CONVENIOS
TERMO DE RATIFICAÇÃO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO

Objeto	Prestação de Serviços Técnicos especializados para realização de Levantamento Topográfico, com o objetivo de subsidiar o Projeto de Engenharia para Pavimentação Asfáltica de 18,8 KM das Rodovias Estaduais MT-208 E MT-410, trechos definidos no município de Nova Guarita – MT.
Favorecido	UNITOP UNIVERSO DA TOPOGRAFIA E REGULARIZAÇÃO IMOBILIARIA EIRELI CNPJ: 32.534.744/0001-82
Prazo de execução	19 de fevereiro de 2021 à 19 de abril de 2021.
Valor global	R$ 24.440,00 (Vinte e Quatro Mil, Quatrocentos e Quarenta Reais).
Fundamento Legal	Como bem determina o art. 55, XI da Lei Federal n.º. 8.666/93, este contrato tem como base a dispensa de licitação nos termos do art. 24, I da Lei Federal n.º 8.666/93, atualizado pelo Decreto Federal nº 9.412, de 18 de junho de 2018.
Justificativa	Anexa aos autos do processo.

Ratificamos a Dispensa de Licitação em consonância com a justificativa apresentada pela Comissão Permanente de Licitação e Parecer Jurídico.

Nova Guarita – MT, 19 de fevereiro de 2021.

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA MARILÂNDIA

LICITAÇÃO E CONTRATOS
RESULTADO DE JULGAMENTO - DISPENSA 003/2021

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA A PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE HOSPEDAGEM EM CASA DE APOIO PARA ATENDER PACIENTES EM ATENDIMENTO NA CIDADE DE CUIABÁ – MT, DE ACORDO COM A NECESSIDADE DA SECRETARIA DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE NOVA MARILÂNDIA – MT

O **Município de Nova Marilandia – MT**, através do Prefeito Municipal, **Sr. Jefferson Nogueira Souto**, torna público que, em virtude de haver concordado com as justificativas apresentadas pela Secretaria Municipal de Infraestrutura, no processo de contratação da empresa **CASA DE OPOIO RECANTO FELIZ LTDA** inscrita no CNPJ: 29.896.223/0001-60, no valor total de **4.160,00 (quatro mil cento e sessenta reais)**, a serem pagos conforme o contrato, onde formulou-se expediente de inexigibilidade de licitação, fundada no Art. 24 inciso II da Lei nº 8.666/93 e na Lei Ordinária Municipal nº 567/2015, RATIFICA PROCESSO DE INEXIGIBILIDADE apresentada e autoriza a contratação, dando cumprimento ao que dispõe o artigo 26 do mesmo diploma legal.

Nova Marilândia – MT, 25 de fevereiro de 2021.

JEFFERSON NOGUEIRA SOUTO

PREFEITO MUNICIPAL

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
LEI MUNICIPAL N° 902/2021

EMENTA: ALTERA A LEI MUNICIPAL N.º 446/2007 DE 11 (ONZE) DE JUNHO DE 2007 (DOIS MIL E SETE) QUE CRIOU O PROGRAMA DE DESENVOLVIMENTO INTEGRAL DA COMUNIDADE E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS

JEFFERSON NOGUEIRA SOUTO Prefeito do Município de Nova Marilândia – MT, Estado de Mato Grosso, usando de suas atribuições legais, consoante às normas gerais de direito público, art. 37 inc. IX da Constituição Federal, a Lei Orgânica Municipal e a Lei Municipal 446/2007 faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte lei:

Art.1º - Altera a alínea c) do §1º do Art. 3º da Lei Municipal 446/2007 que passará a viger com a seguinte redação:

"Art. 3º(...)

§1º (...)

c) um representante da associação dos avicultores do Município de Nova Marilândia-MT;"

Art. 2º – Fica o Poder Executivo autorizado a tomar todas as demais providências administrativas e jurídicas para o fiel cumprimento da presente lei;

Art. 3º – Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário;

Paço Municipal de Nova Marilândia-MT, aos 23 (vinte e três) dias de fevereiro de 2021 (dois mil e vinte e um).

JEFFERSON NOGUEIRA SOUTO

PREFEITO DE NOVA MARILÂNDIA - MT

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
LEI MUNICIPAL COMPLEMENTAR Nº 901/2021

EMENTA: AUTORIZA A IMPLANTAÇÃO DO PISO SALARIAL DOS AGENTES COMUNITÁRIOS DE SAÚDE E AGENTES DE ENDEMIAS NO ÂMBITO DO MUNICÍPIO DE NOVA MARILÂNDIA/MT, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

JEFFERSON NOGUEIRA SOUTO Prefeito do Município de Nova Marilândia – MT, Estado de Mato Grosso, usando de suas atribuições legais, consoante às normas gerais de direito público, a Constituição Federal, Lei Federal n° 13.708/2018 de 14 de agosto de 2018 que alterou a Lei Federal n° 11.350/06, Lei Orgânica Municipal, Lei Complementar Municipal n.º 725/2016 de 14 de março de 2016, **Portaria GM/MS Nº 3.317, de 7 de dezembro de 2020 e portaria GM/MS nº 3.278, de 3 de dezembro de 2020** faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte lei:

Art. 1º. Fica autorizada a instituição do novo piso salarial dos Agentes Comunitários de Saúde e Agentes de Endemias no âmbito do Município de Nova Marilândia/MT, com o valor de R$ 1.550,00 (um mil quinhentos e cinquenta reais);

Parágrafo único: A implantação do piso salarial fica condicionada ao repasse do Ministério da Saúde;

Art. 2º. Fica autorizado a fazer as alterações necessárias na Lei Municipal n.º 726/2016 - Plano de Cargo e Carreira com relação à alteração do vencimento base do Agente Comunitário de Saúde e ao Agente de Endemias conforme disposições da presente Lei;

Art. 3° Fica autorizado ao Executivo, tomar todas as medidas orçamentárias e financeiras para o fiel cumprimento da presente Lei.

Art. 4º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação revogando as disposições em contrário retroagindo seus efeitos financeiros ao dia 01 (um) de janeiro de 2021 (dois mil e vinte e um);

Paço Municipal de Nova Marilândia–MT, aos 23 (vinte e três) dias de fevereiro de 2021 (dois mil e vinte e um).

JEFFERSON NOGUEIRA SOUTO

PREFEITO DO MUNICÍPIO DE NOVA MARILÂNDIA/MT

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
LEI COMPLEMENTAR MUNICIPAL Nº 900/2021

Data: 23 de Fevereiro 2021

EMENTA: ALTERA A CARGA HORÁRIA E O VENCIMENTO BASE DO CARGO DE NUTRICIONISTA DO PLANO DE CARGOS E CARREIRA - LEI MUNICIPAL N.º 725/2016 DE 14 DE MARÇO DE 2016 (DOIS MIL E DEZESSEIS) E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

JEFFERSON NOGUEIRA SOUTO, Prefeito do Município de Nova Marilândia – MT, Estado de Mato Grosso, usando de suas atribuições legais, consoante às normas gerais de direito público, a Constituição Federal, a Lei Orgânica Municipal, o Plano de Cargos e Carreira do Município Lei Complementar 725/2016 faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte lei;

Art. 1º – Fica alterado a carga horária e o vencimento base do cargo de NUTRICIONISTA integrante do **Grupo Ocupacional: NÍVEL SUPERIOR** da Lei Complementar Municipal n.º 725/2016 de 14 (quatorze) de março de 2016 (dois mil e dezesseis) que passará a viger com a seguinte redação;

Vencimento Base	Título do cargo	HS/SEM	N.º vagas
R$ 3.576,98	NUTRICIONISTA	40 HS	01

Art. 2º. Fica autorizado o poder executivo, a fazer as alterações da presente Lei aos servidores concursados já integrantes da administração pública;

Art. 3º. As alterações e as despesas decorrentes com a execução da presente Lei correrão por conta de verbas próprias consignadas no Orçamento Geral Anual do Poder Executivo, referente ao exercício financeiro de 2021 e subsequentes, suplementadas se necessário;

Parágrafo único – Fica autorizado ao Poder Executivo Municipal a fazer as alterações que se fizerem necessárias na Lei Municipal que trata do PPA/2021/2024 e as Leis Municipais que tratam, respectivamente, da LDO e LOA/2021;

Art. 4º – Fica o Poder Executivo autorizado a tomar todas as demais providências administrativas, jurídicas, orçamentárias, financeiras, contábeis e patrimoniais, para o fiel cumprimento da presente lei;

Art. 5º – Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário;

Nova Marilândia/MT, aos 23 (vinte e três) dias de fevereiro de 2021.

JEFFERSON NOGUEIRA SOUTO

PREFEITO DE NOVA MARILÂNDIA – MT

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA MUNICIPAL Nº 069/2021

Data: 23 de fevereiro de 2021

EMENTA:SUBSTITUI FISCAL DO **CONTRATO Nº 033/2020, REFERENTE A DISPENSA Nº 009/2020,** CUJO OBJETO É A CONTRATAÇÃO DO

SENAI – SERVIÇO NACIONAL DE APRENDIZAGEM INDUSTRIAL PARA MINISTRAR CURSOS PROFISSIONALIZANTES NO PROJETO DENOMINADO QUALIFICA NOVA MARILÂNDIA, EM ATENDIMENTO AS NECESSIDADES DA SECRETARIA MUNICIPAL DE TRABALHO, EMPREGO, CIDADANIA E ASSISTÊNCIA SOCIAL.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE NOVA MARILÂNDIA-MT, NO USO DAS ATRIBUIÇÕES QUE LHE CONFERE A LEI ORGÂNICA DO MUNICÍPIO;

RESOLVE:

Art. 1º - Nomear a Srª. **ROSANA ROSA BATISTA**, portador (a) da Carteira de Identidade sob o RG Nº 17521491 - SSP/MT, cadastrado no CPF de Nº 013.539.461-93, servidor (a) público (a) municipal ocupante de cargo Comissionado como Monitor de Programa, lotado na Secretaria Municipal de Trabalho, Emprego, Cidadania e Assistência Social, em substituição a Srª. **DANILAINY DE CASTRO GUERINO PIOVEZAN**, para fiscalizar o **CONTRATO Nº 033/2020, REFERENTE A DISPENSA Nº 009/2020,**CUJO OBJETO É A CONTRATAÇÃO DO SENAI – SERVIÇO NACIONAL DE APRENDIZAGEM INDUSTRIAL PARA MINISTRAR CURSOS PROFISSIONALIZANTES NO PROJETO DENOMINADO QUALIFICA NOVA MARILÂNDIA, EM ATENDIMENTO AS NECESSIDADES DA SECRETARIA MUNICIPAL DE TRABALHO, EMPREGO, CIDADANIA E ASSISTÊNCIA SOCIAL, tendo como credor a empresa **SENAI – SERVIÇO NACIONAL DE APRENDIZAGEM INDUSTRIAL – CNPJ Nº 03.819.150/0001-10.**

Art. 2º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogando as disposições em contrário.

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

Nova Marilândia - MT, aos 23 dias do mês de Fevereiro do ano de 2021.

JEFFERSON NOGUEIRA SOUTO

PREFEITO DE NOVA MARILÂNDIA-MT

Registrado e Publicado pela Secretaria Municipal de Administração, na data supra e na forma da lei

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA MUNICIPAL Nº 068/2021

PORTARIA MUNICIPAL Nº 068/2021

Data: 23 de fevereiro de 2021

EMENTA:SUBSTITUI FISCAL DO **CONTRATO Nº 029/2020 REFERENTE A ADESÃO Nº 002/2020** CUJO OBJETO É A AQUISIÇÃO DE 01(UM) ÔNIBUS ESCOLAR RURAL – ORE 2, CONFORME TERMO DE COMPROMISSO PAR 202001421-4 MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO/FNDE.

O PREFEITO DO MUNICIPIO DE NOVA MARILÂNDIA-MT, NO USO DAS ATRIBUIÇÕES QUE LHE CONFERE A LEI ORGÂNICA DO MUNICÍPIO;

RESOLVE:

Art. 1º - Nomear o Sr. **JEANDSON FAVALESSA DE OLIVEIRA**, portador (a) da Carteira de Identidade sob o RG Nº 12873985 - SSP/MT, cadastrado no CPF de Nº 972.662.211-53, servidor (a) público (a) municipal ocupante de cargo Comissionado como Chefe de Setor de Transporte e Manutenção, lotado na Secretaria Municipal de Infraestrutura, em substituição ao Sr. **ODAIR JOSÉ CORREIA**, para fiscalizar o **CONTRATO Nº 029/2020 REFERENTE A ADESÃO Nº 002/2020** CUJO OBJETO É A AQUISIÇÃO DE 01(UM) ÔNIBUS ESCOLAR RURAL – ORE 2, CONFORME TERMO DE COMPROMISSO PAR 202001421-4 MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO/FNDE, tendo como credor a empresa **CNH INDUSTRIAL DO BRASIL - LTDA – CNPJ Nº 01.884.555/0005-06.**

Art. 2º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogando as disposições em contrário.

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

Nova Marilândia - MT, aos 23 dias do mês de Fevereiro do ano de 2021.

JEFFERSON NOGUEIRA SOUTO

PREFEITO DE NOVA MARILÂNDIA-MT

Registrado e Publicado pela Secretaria Municipal de Administração, na data supra e na forma da lei

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA MARINGÁ

LEI Nº 1.067, DE 23 DE FEVEREIRO DE 2021.

Súmula: *"*Dispõe sobre a autorização para celebração de convênio com instituições financeiras com a finalidade de viabilizar empréstimos financeiros sob a consignação em folha de pagamento dos servidores e vereadores do Poder Legislativo Municipal de Nova Maringá/MT, conforme especifica, e dá outras providências".

A Sra. **ANA MARIA URQUIZA CASAGRAND**E, Prefeita Municipal de Nova Maringá-MT, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições que lhe confere o artigo 54, inciso IV, da Lei Orgânica Municipal, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono e promulgo a seguinte Lei:

Art. 1º O Poder Legislativo Municipal de Nova Maringá/MT, por intermédio de seu Presidente, fica autorizado a celebrar convênio com Instituições Bancárias ou de Cooperativas de Crédito, com autorização do Banco Central para funcionar, visando à concessão de empréstimos consignados aos servidores e vereadores da edilidade.

§ 1º Para os fins desta lei:

I – considera-se servidor toda pessoa física que mantém vínculo de trabalho com a Câmara Municipal, detentor de cargo efetivo ou em comissão;

II – considera-se vereador o agente político investido em seu cargo por meio de eleição.

§ 2º O empréstimo consignado não poderá exceder a 30% (trinta por cento) da remuneração ou provento do servidor ou vereador, respeitadas as previsões e determinações contidas na legislação federal, inclusive quanto a dedução das consignações obrigatórias para fins de fixação da margem consignável.

§ 3º Os valores que não puderem ser descontados deverão ser cobrados do servidor, ou vereador, diretamente pela instituição financeira, sendo vedada a possibilidade de acúmulo dos valores para descontos nos meses posteriores.

Art. 2º As condições do empréstimo, bem como os dispositivos legais aplicáveis são de responsabilidade da Instituição Bancária ou Cooperativa de Crédito, devendo ser aceitas expressamente pelo interessado, vedada a possibilidade de acúmulo dos valores para descontos nos meses posteriores.

Art. 3º É vedado ao Poder Legislativo atuar como avalista ou garantidor do pagamento de empréstimos em caso de inadimplemento do beneficiário.

Art. 4º A contratação de consignação processada em desacordo com o disposto nesta lei ou mediante fraude, simulação, dolo, conluio ou culpa, que caracterize a utilização ilegal da folha de pagamento dos servidores públicos ou vereadores, acarretará a suspensão da consignação e, se for o caso, procederá à desativação imediata, temporária ou definitiva, da rubrica destinada à Instituição Bancária ou Cooperativa de Crédito envolvida, bem como a rescisão imediata do convênio, sem prejuízo das demais penalidades cabíveis.

Art. 5º A Câmara Municipal de Nova Maringá/MT não terá qualquer responsabilidade solidária nos referidos empréstimos consignados.

Art. 6º Fica vedada a oneração de qualquer espécie da Câmara Municipal de Nova Maringá/MT nos convênios a que se faz referência nesta Lei.

Art. 7º As Instituições Bancárias ou Cooperativas de Crédito deverão celebrar convênio com a Câmara Municipal de Nova Maringá/MT antes de conceder qualquer empréstimo consignado aos servidores e vereadores.

Art. 8º O servidor ou vereador interessado em contratar empréstimo consignado deverá solicitar ao Departamento de Pessoal da Câmara Municipal a carta margem, da qual deverá constar as informações referentes a remuneração e subsídios, margem existente e margem comprometida se houver.

Art. 9º A Câmara Municipal providenciará mensalmente a retenção e o respectivo repasse do valor consignado após comunicação formal das Instituições Bancárias ou Cooperativas de Crédito da celebração do contrato de empréstimo consignado.

§ 1º O repasse será efetivado até o 5º (quinto) dia útil do mês subsequente ao da retenção;

§ 2º O repasse constante no caput deste artigo será realizado mediante transferência bancária na conta corrente de titularidade da Instituição Bancária ou Cooperativa de Crédito.

Art. 10 O Poder Legislativo fica isento de qualquer despesa com recursos públicos na execução desta lei.

Art. 11 Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, ao passo que os convênios firmados anteriormente devem ser adaptados a esta legislação.

Gabinete da Prefeita de Nova Maringá – MT, 23 de Fevereiro de 2021.

ANA MARIA URQUIZA CASAGRANDE

Prefeita Municipal

LEI Nº 1.064, 23 DE FEVEREIRO DE 2021.

Súmula: "*Dispõe sobre a autorização para o Poder Executivo Municipal instituir o Programa de Recuperação Fiscal – REFIS, no Município de Nova Maringá e dá outras providências".*

ANA MARIA URQUIZA CASAGRANDE, Prefeita Municipal de Nova Maringá, Estado do Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais, que lhe confere o artigo 54, IV da Lei Orgânica Municipal faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte Lei ordinária:

Art. 1º - Fica instituído o Programa de Recuperação Fiscal – REFIS, no município de Nova Maringá-MT, destinado a regularização de créditos tributários do Município, decorrentes de débitos de contribuintes (pessoas físicas ou jurídicas), relativos a tributos municipais, cujo fato gerador tenha ocorrido até 31 de dezembro de 2020, constituídos ou não, inscritos ou não em dívida ativa, ajuizados ou a ajuizar, com exigibilidade suspensa ou não, inclusive os decorrentes de falta de recolhimento do imposto declarado ou retido.

Art. 2º - A administração do REFIS será exercida pelo Secretário Municipal de Finanças, a quem compete implementar os procedimentos necessários à execução do programa, observado o disposto em Decreto regulamentar.

§ 1º - O ingresso no REFIS, implica na inclusão obrigatória da totalidade dos créditos vencidos até 31 de dezembro de 2020, em nome de pessoas físicas ou jurídica, inclusive os não constituídos, exceto aqueles demandados judicialmente e com exigibilidade suspensa e que, por opção do contribuinte ou responsável, venham a permanecer nessa situação.

§2º - Os débitos ainda não constituídos deverão ser confessados, de forma irretratável e irrevogável.

§3º - Excepcionalmente o contribuinte ou terceiro interessado, poderá requerer a inclusão no REFIS de apenas parte da dívida inscrita, relativas a imóveis ou lançamentos específicos, desde que justifique e comprove a real necessidade da medida.

§4º - Compete exclusivamente ao Secretário Municipal de Finanças deferir ou não a inclusão do contribuinte no REFIS na forma do disposto pelo parágrafo anterior.

Art. 3º - Na hipótese de crédito com exigibilidade suspensa por força de decisão judicial, a inclusão no REFIS dos respectivos débitos, fica condicionada ao encerramento do feito por desistência expressa e irrevogável da respectiva ação judicial, bem assim à renúncia do direito sobre os mesmos débitos, sobre o qual se funda a ação.

Parágrafo único - Requerida a desistência da ação judicial com renúncia ao direito sobre que se funda, os eventuais depósitos judiciais efetuados deverão ser convertidos em renda, permitida a inclusão no REFIS de eventual saldo devedor.

Art. 4º - O REFIS abrangerá todos os créditos tributários devidos ao município referente a impostos, taxas, contribuições e demais espécies tributárias, constituídos ou não, inscritos ou não em dívida ativa, inclusive os que estão em sede de cobrança judicial e os denunciados espontaneamente pelo devedor principal ou responsável legal, vencidos até 31 de dezembro de 2020.

Parágrafo único – Serão abrangidos ainda, os acréscimos legais relativos a taxas, multas e juros vigentes à época da ocorrência do fato gerador, além das obrigações assessórias.

Art. 5º - A opção pelo REFIS, poderá ser formalizada por escrito no período de 01 de março de 2021 à 03 de maio de 2021, podendo este prazo ser prorrogado por Decreto expedido pelo Chefe do Poder Executivo.

Art. 6º - O parcelamento não poderá ultrapassar 40 (quarenta) meses, observando os seguintes limites:

§1º - Em se tratando de débito de Pessoa Física e Microempreendedor Individual - MEI de valor igual ou inferior a R$ 50,00 (cinquenta reais), consolidados na forma desta Lei, será admitido o pagamento em parcela única com vencimento para até 30 (trinta) dias após a celebração do acordo.

§2º - Em se tratando de débito de Pessoa Física e Microempreendedor Individual - MEI, o valor igual ou superior a R$ 51,00 (cinquenta e um reais) e inferior a R$ 600,00 (seiscentos reais) consolidados na forma desta Lei, será admitido o pagamento à vista ou em até 06 (seis) parcelas iguais e sucessivas, respeitando-se sempre o valor mínimo de R$ 50,00 (cinquenta reais) por parcela.

§3º - Em se tratando de débito de pessoa jurídica de valor igual ou inferior a R$ 100,00 (cem reais), consolidados na forma desta Lei, será admitido o pagamento em parcela única com vencimento para até 30 (trinta) dias após a celebração do acordo.

§4º - Em se tratando de débito de pessoa jurídica, o valor igual ou superior a R$ 101,00 (cento e um reais) e inferior a R$ 600,00 (seiscentos reais) consolidados na forma desta Lei, será admitido o pagamento à vista ou em até 06 (seis) parcelas iguais e sucessivas, respeitando-se sempre o valor mínimo de R$ 100,00 (cem reais) na parcela.

§ 5º - Em se tratando de débito igual ou superior a R$ 601,00 (seiscentos e um reais) consolidados na forma desta Lei, o mesmo poderá ser parcelado em até 36 (Trinta e seis) vezes, respeitando-se sempre o valor mínimo de R$ 50,00 (cinquenta reais) na parcela para pessoa física e de R$ R$ 100,00 (cem reais) para pessoa jurídica.

§ 6º - O crédito fiscal objeto de parcelamento, depois de consolidado, sujeita-se a variação mensal do Índice Nacional de Preços ao Consumidor – INPC, vedado qualquer outro acréscimo, salvo nos casos de atraso no pagamento.

§ 7º - A falta de pagamento de qualquer parcela até a data do vencimento ensejará as penalidades previstas na Lei Complementar Municipal n.º 01/2013, Código Tributário Nacional e Leis avulsas sobre a matéria.

§ 8º - O parcelamento suspenderá as execuções fiscais ajuizadas nos termos do Art. 151, VI do Código Tributário Nacional, só extinguindo as exe-

cuções fiscais ajuizadas após a quitação total dos débitos tributários ajuizados.

§ 9º - Caso o optante do REFIS venha a se tornar inadimplente com mais de 03 (três) parcelas consecutivas ou não, o processo de execução prosseguirá com o restante do débito nos termos desta Lei.

Art. 7º - Será concedida remissão sobre os encargos incidentes nos tributos previstos no Art. 4º desta Lei, observadas as seguintes condições:

I – remissão de 100% (cem por cento) dos juros, multas e taxas de expediente, para o contribuinte ou responsável que aderir ao REFIS e optar pelo pagamento em parcela única;

II – remissão de 100% (cem por cento) dos juros, multas e taxas de expediente, para o contribuinte ou responsável que aderir ao REFIS e optar pela modalidade de dação em pagamento, aplicando-se em todos os casos, o previsto pela legislação municipal vigente;

III - remissão de 80% (oitenta por cento) dos juros, multas e taxas de expediente, para o contribuinte ou responsável que aderir ao REFIS e optar pelo pagamento em até 12 (doze) parcelas mensais e sucessivas;

IV - remissão de 60% (sessenta por cento) dos juros, multas e taxas de expediente, para o contribuinte ou responsável que aderir ao REFIS e optar pelo pagamento em até 18 (dezoito) parcelas mensais e sucessivas;

V - remissão de 40% (quarenta por cento) dos juros, multas e taxas de expediente, para o contribuinte ou responsável que aderir ao REFIS e optar pelo pagamento em até 24 (vinte e quatro) parcelas mensais e sucessivas;

VI - remissão de 20% (vinte por cento) dos juros, multas e taxas de expediente, para o contribuinte ou responsável que aderir ao REFIS e optar pelo pagamento em até 40 (quarenta) parcelas mensais e sucessivas;

Parágrafo Único – Os Imóveis cedidos como dação em pagamento, conforme descrito no inciso II, deverão ser avaliados pela Comissão de Avaliação de Imóveis do Município conforme portaria nº 067/2021, que expedirá um laudo de avaliação para fins de negociação;

Art. 8º - A opção pelo REFIS sujeitará o contribuinte ou responsável a:

I – aceitação plena irrevogável e irretratável de todas as condições estabelecidas nesta Lei e da dívida relativa aos débitos tributários nele incluídos;

II – pagamento regular do débito consolidado;

III – pagamento total das custas processuais a serem recolhidas no foro de São José do Rio Claro-MT, quando tratar-se de execuções fiscais ajuizadas, salvo quando concedida justiça gratuita.

Parágrafo único: A opção pelo REFIS, exclui qualquer outra forma de parcelamento de débitos relativos aos tributos referidos no Art. 1º desta Lei.

Art. 9º - São requisitos indispensáveis à formalização do pedido:

I – requerimento assinado pelo devedor ou seu representante legal, com poderes especiais nos termos da Lei, juntando-se o respectivo instrumento;

II – se for o caso, requerimento formulado por terceiro interessado, o qual deverá assinar termo de responsabilidade pelos atos que realizar e assumir responsabilidade solidária pelo crédito tributário;

III – documentos que permitam identificar os responsáveis pela representação da empresa nos casos de débitos relativos à pessoa jurídica;

IV – cópia do documento de identificação, nos casos de débitos relativos à pessoa física;

§1º - Para os fins desta Lei, consideram-se terceiros interessados aqueles que possuam, direta ou indiretamente, alguma espécie de relação com o crédito tributário ou com seu fato gerador.

§2º - Uma vez formalizado e deferido o pedido de inclusão no Programa de Recuperação Fiscal por terceiro interessado, fica o Município de Nova Maringá – MT, em caso de inadimplência do acordo firmado, autorizado a inserir o requerente no polo passivo da Ação de Execução Fiscal, acaso proposta.

Art. 10 - O contribuinte ou responsável optante pelo REFIS será dele excluído, mediante ato do Secretário de Finanças, diante da ocorrência de uma das seguintes hipóteses:

I – inobservância de qualquer das exigências estabelecidas nesta Lei;

II – decretação de falência ou extinção, pela liquidação da pessoa jurídica;

III – prática de qualquer procedimento tendente a subtrair receita da optante, mediante simulação de ato;

IV – negar cumprimento ao disposto pela legislação municipal, estadual ou federal;

V – Qualquer outro ato que vise prejudicar direitos, violar princípios e causar prejuízos a Fazenda Pública Municipal.

§ 1º - O contribuinte ou responsável deverá ser notificado da decisão que o excluiu do REFIS, o qual se dará da seguinte forma:

I – de regra, pessoalmente por servidor competente;

II – quando ignorado, incerto ou inacessível o lugar em que o contribuinte ou responsável se encontrar, por edital, afixado no quadro de avisos da Prefeitura Municipal;

§ 2º - A exclusão do contribuinte ou responsável do REFIS acarretará o restabelecimento das condições originais do crédito, com todos os encargos, ensejando ainda a inscrição do saldo remanescente em Dívida Ativa, se o crédito não estiver ali inscrito, a propositura da execução caso já esteja em Dívida Ativa e ou prosseguimento da execução, na hipótese de se encontrar ajuizada;

Art. 11 – Esta Lei poderá ser regulamentada por ato do Poder Executivo.

Art. 12 – Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Gabinete da Prefeita de Nova Maringá - MT em 23 de Fevereiro de 2021.

ANA MARIA URQUIZA CASAGRANDE

Prefeita Municipal

LEI N°. 1.065 DE 23 DE FEVEREIRO DE 2021.

Súmula: *"Autoriza o Poder Executivo para filiar o município Nova Maringá/MT à Associação Matogrossense dos Municípios -AMM e o Poder Legislativo do município de Nova Maringá/MT a filiar-se a à UCMMAT– União das Câmaras Municipais do Estado de Mato Grosso e dá outras providências". "*

A Sra. **ANA MARIA URQUIZA CASAGRAND**E, Prefeita Municipal de Nova Maringá-MT, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições que lhe confere o artigo 54, inciso IV, da Lei Orgânica Municipal, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono e promulgo a seguinte Lei:

Art.1°. *Fica o Poder Executivo Municipal, autorizado a filiar o Município de Nova Maringá/MT à Associação Mato-grossense dos Municípios -AMM, entidade de representação estadual dos Municípios de Mato Grosso bem como f*ica o Poder Legislativo Municipal autorizado a filiar-se a UCMMAT (União das Câmaras Municipais do Estado de Mato Grosso), pessoa jurídica de direito privado, na forma de Associação Civil, sem fins lucrativos, localizada na Capital do Estado de Mato Grosso, Cuiabá, e, repassar, mensalmente, recursos financeiros a título de contribuição associativa.

Parágrafo Único.A filiação se dará através da assinatura de Termo de Filiação e Cooperação Técnica devidamente formalizado, individualmente, com cada ente.

Art. 2º. Será efetuado um Termo de Filiação entre as partes interessadas, na forma e minuta apresentada pela AMM/MT e UCMMAT, onde constarão

o prazo de vigência do acordo, valores, modo de pagamento, obrigações das envolvidas, forma da prestação de contas, entre outras disposições.

Parágrafo único.Constará, também, a possibilidade de quaisquer das partes rescindir o ajuste, independentemente de justificativas, bastando que notifique a outra com 30 (trinta) dias de antecedência, não implicando ressarcimento ou indenização adicional a quem não lhe der causa.

Art. 3º *O* pagamento da contribuição será efetuado através de cobrança bancária ou ordem de pagamento, a ser realizado até o dia 30 do mês em curso.

Art. 4ºAs despesas decorrentes da presente Lei correrão por conta de dotações próprias do orçamento vigente em cada exercício.

Art. 5°. Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Gabinete da Prefeita de Nova Maringá – MT, 23 de Fevereiro de 2021.

ANA MARIA URQUIZA CASAGRANDE

Prefeita Municipal

LEI Nº 1.066, DE 23 DE FEVEREIRO DE 2021.

Súmula: *"Dispõe sobre a Revogação da Lei Municipal nº 885 de 25 de Outubro de 2016 e e dá outras providências"."*

A Sra. **ANA MARIA URQUIZA CASAGRAND**E, Prefeita Municipal de Nova Maringá-MT, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições que lhe confere o artigo 54, inciso IV, da Lei Orgânica Municipal, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono e promulgo a seguinte Lei:

Art.1°. Revoga-se integralmente a Lei Municipal nº *885 de 25 de Outubro de 2016;*

Art. 2º. Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Gabinete da Prefeita de Nova Maringá – MT, 23 de Fevereiro de 2021.

ANA MARIA URQUIZA CASAGRANDE

Prefeita Municipal

EDITAL DE AUDIÊNCIA PÚBLICA

EDITAL DE AUDIÊNCIA PÚBLICA

A PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA MARINGÁ – MT, através do sua prefeita municipal Sra. ANA MARIA URQUIZA CASAGRANDE, convoca toda a população deste município para participar da audiência pública referente a apresentação de demonstrativos do cumprimento das metas fiscais do 3º quadrimestre do exercício de 2020 e 6º bimestre do exercício de 2020 que ocorrerá no dia 26 de Fevereiro de 2021, às 19:00 horas, no Plenário da Câmara Municipal, sito à Av. Amos Bernardino Zanchet, atendendo ao que determina o Artigo 9º, § 4º e art. 48 da Lei Complementar nº 101/2000 – Lei de Responsabilidade Fiscal.

Nova Maringá, 22 de Fevereiro de 2021.

ANA MARIA URQUIZA CASAGRANDE

PREFEITA MUNICIPAL

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA MONTE VERDE

GABINETE DO PREFEITO
DECRETO Nº 059, DE 23 DE FEVEREIRO DE 2021

DECRETO Nº 059, DE 23 DE FEVEREIRO DE 2021

SÚMULA: "DISPÕE SOBRE AS MEDIDAS TEMPORÁRIAS DE PREVENÇÃO AO CONTÁGIO PELO COVID-19 (NOVO CORONAVIRUS) A SEREM ADOTADAS PELO PODER EXECUTIVO DO MUNICÍPIO DE NOVA MONTE VERDE, ESTADO DE MATO GROSSO, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS."

EDEMILSON MARINO DOS SANTOS, Prefeito do Município de Nova Monte Verde, Estado de Mato Grosso, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, e;

CONSIDERANDO a publicação do Decreto Estadual nº 522 de 12 de junho de 2020, Decreto Estadual nº 532, de 24 de junho de 2020, e do Decreto Estadual nº655, de 25 de setembro de 2020, todos expedidos pelo Governador do Estado de Mato Grosso, sobre Coronavírus;

CONSIDERANDO a necessidade de garantir segurança jurídica às atividades privadas essenciais à saúde, segurança e sobrevivência da população, da atividade econômica, sem prejuízo da manutenção das medidas sanitárias preventivas à disseminação do Novo Coronavírus (COVID-19);

CONSIDERANDO a Lei nº 13.979/2020, que "Dispõe sobre as medidas para enfrentamento da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do coronavírus responsável pelo surto de 2019."

CONSIDERANDO a situação local em relação a pandemia do Novo Coronavírus (COVID-19) e que através do Portal de Transparência do Governo do Estado sobre COVID-19, 07 de fevereiro de 2021, confeccionado pela Secretaria de Estado da Saúde do Governo do Estado de Mato Grosso em que classifica as cidades em risco baixo, médio e alto, bem como a tendência de aumento nos registros de casos de infecção pelo Novo Coronavírus (COVID-19), e conforme dados Ministério de Estado da Saúde, e da Secretaria de Saúde do Município;

CONSIDERANDO a competência dos Municípios prevista no art. 23, inciso I da Constituição Federal de 1988 e decisão do STF;

CONSIDERANDO a constante e necessária reavaliação do cenário da Pandemia no território do Município, que está em crescimento:

DECRETA:

Art. 1º. Este Decreto dispõe sobre medidas temporárias de prevenção e enfrentamento ao aumento da propagação do novo Coronavírus (COVID-19) e estabelece ações profiláticas no atendimento à população, ao comércio, prestadores de serviço de outras atividades, a partir de 24 fevereiro de 2021, no âmbito do município de Nova Monte Verde-MT, enquanto perdurar a pandemia, e dá outras providências.

Art. 2º. Para evitar a propagação do Coronavírus (COVID-19) no âmbito do município de Nova Monte Verde, por meio de seus órgãos e entidades, atuará de forma interligada com a população, desenvolvendo as atividades abaixo especificadas desde que obedecidas as seguintes condições:

I – as práticas de esportes coletivos de qualquer categoria (sem a presença de público), e festas de casamento e aniversários apenas com a presença de familiares, desde que obedecido o distanciamento de 1,5m (um metro e meio) no âmbito do Município;

II – bares, restaurantes, academias e, congêneres, respeitando o limite de público sentado, ou em pé de 50% (cinquenta por cento) da capacidade máxima do local, tendo como base o metro quadrado e o distanciamento de 1,5m (um metro e meio) entre as mesas e pessoas;

III - Nos demais locais, deverá ser respeitada a capacidade de até 70% (setenta por cento) do ambiente, tendo como base o metro quadrado e o espaçamento de 1,5m (um metro e meio) entre pessoas.

Art. 3º Os estabelecimentos mencionados no artigo anterior devem observar os protocolos de saúde e as normas sanitárias, tais como:

I – distanciamento mínimo necessário entre as pessoas;

II - utilização de máscaras;

III – proibição de utilização de brinquedos e de atividades coletivas, que não obedeçam às regras de higiene;

IV - assepsia dos utensílios e produtos ofertados no estabelecimento;

V – disponibilização de materiais de higienização (álcool na concentração de 70% e/ou água e sabão);

VI – limpeza e desinfecção do local antes e após a realização de cada evento/sessão.

Art. 4º Os mercados, supermercados, hipermercados, açougues, padarias, feiras, e, estabelecimentos congêneres permanecem autorizados a desenvolver suas atividades, devendo para tanto obedecer ao contido nesse decreto.

Art. 5º Para atender o disposto neste Decreto, no âmbito de suas atividades o Município passará a:

I – será liberado eventos estabelecidos no artigo 2º, desde que obedecido as normas desse decreto;

II – fica liberada as atividades realizadas nos Centros de Convivências dos Idosos, desde que obedecido o artigo 2º deste decreto;

III - as atividades previstas para serem realizadas pelo Poder Público Municipal, como cursos, reuniões, inaugurações, treinos esportivos, etc., promovidos por qualquer Secretaria do Município, devem obrigatoriamente obedecer a esse decreto;

IV - as visitas domiciliares e as atividades, coletivas ou individuais, realizadas no NASF, principalmente com idosos, bem como os grupos e campanhas desenvolvidos nas Unidades de Saúde da Família, podem ser realizadas desde obedecido a esse decreto;

V – fica liberado as visitas domiciliares das ACS para atualização de cadastro, entrega de medicamentos e tudo mais que se fazer necessário dentro das funções do PCCS, mantendo o distanciamento de 1,5m (um metro e meio).

VI - orientar a população para que promova agendamento para atendimento nas Unidades de Saúde da Família, por telefone, evitando assim, aglomeração de usuários do serviço;

VII – determinar a disponibilização de leitos exclusivos para os pacientes com suspeita de infecção pelo Novo Coronavírus (COVID-19), definida por profissional Médico (a) na Unidade Mista de Saúde “Ignácio Konopka”;

VIII – fica instituído no Município, toque de recolher das 00h até 05h, no perímetro urbano:

a) o disposto no inciso VII, não se aplica as Forças de Segurança, Profissionais de Saúde em Serviço, integrantes do Comitê de Enfrentamento ao Novo Coronavírus (COVID-19), a profissionais na realização de atendimento delivery, devendo estes estar portando documentos pessoais, e preferencialmente uniformizado e/ou com veículo identificado.

IX – as aulas presencias nas Escolas Municipais, para a sua liberação, fica sobre a autonomia da Secretaria de Educação, seguindo o entendimento do Governo do Estado, e as normas da vigilância de Saúde, para volta as aulas;

X – os velórios realizados no Município devem obrigatoriamente obedecer a esse decreto, sendo vedado contatos físicos, devendo ser obedecido o decreto e determinação da OMS, sendo Óbito por COVID-19, o enterro devera ser imediato e sem velório.

XI – os serviços funerais deverão seguir rigorosamente as recomendações e protocolos dos órgãos competentes, sob as penas de Lei.

XII – todos os estabelecimentos comercias no Município que não cumprirem as determinações deste Decreto, estão sujeitos às penalidades compulsórias, inclusive cassação do alvará, com o consequente fechamento e responsabilização do infrator por atentar contra a saúde pública.

Art. 6º. Fica instituído o Comitê de Enfretamento ao Novo Coronavírus, com a finalidade de coordenar as ações do Poder Público Municipal, visando o combate à disseminação do COVID-19 no Município de Nova Monte Verde.

Art. 7º. O Comitê de Enfretamento ao Novo Coronavírus é constituído pelos seguintes membros:

I – Prefeito.

II – Presidente da Câmara de Vereadores do Município.

III – Secretária da Assistência social

IV – Secretária de Saúde.

V – Secretária de Educação.

VI – Secretário de Finanças.

VII – 1 (um) Representante da Vigilância em Saúde, indicado pelo Secretário Municipal de Saúde.

VIII – 1 (um) representante da Polícia militar.

IX – 1 (um) Represente do Ministério Público Estadual.

X – 1 (um) representante do comércio do Município.

XI – 1 (um) representante do Policia Civil.

§1º O Comitê a que alude esse dispositivo será presidido pelo Prefeito, devendo ser substituído em suas ausências e impedimentos pela Secretária Municipal de Saúde.

§2º O Comitê se reunirá, de forma ordinária, semanalmente, para fins de deliberação e acompanhamento das ações e medidas aplicadas e extraordinariamente sempre que devidamente convocado pelo Prefeito.

Art. 8º. Compete ao Comitê de Enfrentamento ao Novo Coronavírus (COVID-19):

I – planejar, coordenar e controlar as medidas de prevenção e enfrentamento ao contágio do Novo Coronavírus (COVID-19) no Município;

II – realizar reuniões e explanações aos servidores públicos municipais cujas funções demandem atendimento ao público para o esclarecimento de ações e medidas de profilaxia a serem observadas, visando a evitar a proliferação do COVID-19;

III – acompanhar todas as medidas de prevenção e combate ao contágio do Novo Coronavírus (COVID-19) a serem adotadas pelos órgãos e entidades do Município;

IV – adotar todas as medidas necessárias com o fito de cumprir o disposto neste Decreto, podendo, inclusive, convocar servidores públicos municipais para o auxílio no que for necessário.

Art. 9. Fica determinada a obediência pelas Unidades de Saúde Pública do Município ao Fluxograma e Protocolo Oficial de Atendimento expedido pelo Governo do Estado de Mato Grosso – Centro de Operações de Emergências em Saúde Pública – COE COVID-19.

§ 1º. Fiscalizar os laboratórios públicos e privados, que confirmarem a doença COVID-19, para imediatamente informar as autoridades sanitárias do Município.

§ 2º. Fiscalizar o abuso do poder econômico a elevação arbitrária de preços, sem justa causa, dos insumos e serviços relacionados ao enfrentamento do COVID-19, sujeitando os infratores às penalidades previstas na legislação específica.

Art. 10. Os gestores dos contratos de prestação de serviço deverão notificar as empresas contratadas para que, sob pena de responsabilização contratual em caso de omissão que resulte em prejuízo à Administração Pública:

I – adotem todos os meios necessários para o cumprimento das determinações constante deste decreto; e;

II – conscientizem seus funcionários quanto aos riscos do Novo Coronavírus (COVID-19) e quanto a necessidade de reportarem a ocorrência de sintomas de febre ou sintomas respiratórios, de retorno de viagem ou que tenham contato ou convívio direto com casos confirmados.

Art. 11. Os processos administrativos, incluindo os de pagamento referentes aos assuntos relacionados ao enfrentamento do Novo Coronavírus (COVID-19) de que trata este Decreto tramitarão em regime de urgência e prioridade em todos os órgãos e entidades do Município.

Art. 12. Para a operacionalização da Lei Federal nº 13.979, de 6 de fevereiro de 2020, que estabelece as medidas para o enfrentamento da emergência de saúde pública decorrente do Novo Coronavírus (COVID-19), deverá ser observada a regulamentação do Ministério da Saúde, realizada por meio da Portaria nº 356, de 11 de março de 2020.

Parágrafo único. As exceções à operacionalização previstas na norma de que trata o caput deste artigo deverão ser avaliadas e autorizadas pelo Secretário Municipal de Saúde.

Art. 13. Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogando o decreto 025/2021 e as disposições em contrário.

Nova Monte Verde - MT, 23 de fevereiro de 2021.

EDEMILSON MARINO DOS SANTOS

Prefeito Municipal

LICITACAO
PORTARIA N.º 53/2021 NOMEIA FISCAL ADMINISTRATIVO PARA O CONTRATO Nº 04/2021 DEPTO/ADM/COMPRAS

PORTARIA N.º 53/2021

22 de fevereiro de 2021

SÚMULA: Nomeia Fiscal Administrativo para O Contrato nº 04/2021 DEPTO/ADM/COMPRAS.

EDEMILSON MARINO DOS SANTOS Prefeito Municipal em Exercício de Nova Monte Verde, Estado de Mato Grosso, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 90, inciso VIII da Lei Orgânica do Município, e

CONSIDERANDO que a Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, em seu art. 67, exige que a execução dos contratos seja acompanhada e fiscalizada por um representante da Administração Pública;

CONSIDERANDO que o Decreto nº 141, de 03 de novembro de 2011 definiu e regulamentou as atribuições do fiscal de contrato no âmbito da Administração Pública Municipal e deu outras providências;

RESOLVE:

Art. 1º - Nomear os servidores abaixo indicados para, em observância a legislação vigente, atuarem como fiscais administrativos do Contrato nº04/2021/DPTO/ADM/COMPRAS, referente a secretaria em que foi indicado, celebrado entre o **MUNICIPIO DE NOVA MONTE VERDE** e empresa **COPEMAQUINAS COMERCIO DE PEÇAS E REPRESENTAÇÕES LTDA**

CONTRATO Nº 04/2021/DPTO/ADM/COMPRAS

PROCESSO ADMINISTRATIVO: 775/2021

OBJETO: AQUISIÇÃO DE 01 (UMA) MOTONIVELADORA NOVA, COM PESO OPERACIONAL DE NO MÍNIMO 15.700 KG, COM MOTOR DIESEL DE NO MÍNIMO 151 HP, CABINE FECHADA COM AR CONDICIONADO, TRANSMISSÃO COM 6 MARCHAS A FRENTE E 3 A RÉ, AFIM DE ATENDER A SECRETARIA DE OBRAS, TRANSPORTES E SERVIÇOS URBANOS NA MANUTENÇÃO DAS ESTRADAS DO MUNICÍPIO DE NOVA MONTE VERDE – MT

VIGÊNCIA: 22 de fevereiro até 31 de dezembro de 2021.

VALOR: R$ 600.000,00 (seiscentos mil reais).

FISCAL TITULAR E SUPLENTE RESPONSÁVEL PELA SECRETARIA DE OBRAS, TRANSPORTE E SERVIÇOS URBANOS

FISCAL TITULAR: LIZANDRO LEHRBACH DLUGOKENSKI

RG Nº: 1889860-2 SSP/MT

CPF Nº: 023.128.491-86

CARGO: OPERADOR DE MOTONIVELADORA

LOTAÇÃO: SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS

MATRICULA: 3125

FISCAL: ABIMAEL RODRIGUES CANDIDO

RG Nº: 129322-9 SSP/MT

CPF Nº: 996.007.571-00

CARGO: MOTORISTA

LOTAÇÃO: SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS, TRANSPORTES E SERVIÇOS URBANOS

MATRICULA: 25

Art. 2º - A presente portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete Do Prefeito de Nova Monte Verde/MT, 22 de fevereiro de 2021.

EDEMILSON MARINO DOS SANTOS

PREFEITO

LICITACAO
TERCEIRO TERMO ADITIVO CONTRATO Nº. 25/2020/ DEPTO/ADM/ COMPRAS

TERCEIRO TERMO ADITIVO

CONTRATO Nº. 25/2020/ DEPTO/ADM/COMPRAS

O MUNICIPIO DE NOVA MONTE VERDE, ESTADO DE MATO GROSSO, pessoa jurídica de direito público interno, inscrita no CNPJ nº. 37.465.556/0001-63, neste ato representado pelo Prefeito Municipal Sr.**EDEMILSON MARINO DOS SANTOS**, brasileiro, casado, portador da C.I. RG nº 1467013-5 SESP/MT e CPF/MF nº 330.412.338-51, residente e domiciliado na Rua José Joaquim Vieira nº 101, centro, nesta cidade de Nova Monte Verde/MT, doravante denominado de **CONTRATANTE**, e a Empresa **ARP ENGENHARIA E CONSTRUÇÕES EIRELI,** inscrita no **CPNJ nº. 19.006.021/0001-42,** com sede na Rua Sabiá, nº. 14, Bairro União, na cidade de Apiacás, Estado de Mato Grosso, neste ato representada pelo Sr. Wellington Sant Anna Lopes, brasileiro, maior e capaz, administrador, portador do RG nº 1.188.375-8 SSP/MT e CPF nº 842.232.861-53, residente e domiciliado à Rua Sabiá, nº 14, na cidade de Apiacás/MT, doravante denominada de **CONTRATADA**, resolvem entre si efetuar o **TERCEIRO TERMO ADITIVO DO CONTRATO nº. 25/2020/DEPTO/ADM/COMPRAS** nos termos do art. 57 da Lei 8.666/93 no que segue:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

Objetiva o presente, Aditar o Contrato Administrativo firmado em 23 de Junho de 2020, cujo objeto trata da **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA CONSTRUÇÃO DE UMA ACADEMIA DE SAÚDE E INSTALAÇÃO DOS APARELHOS DE GINÁSTICA, JUNTO Á USF DOMINGOS GONÇALVES DE SOUZA, DO MUNICÍPIO DE NOVA MONTE VERDE/MT, CONFORME PROJETO EM ANEXO**, para fins de Prorrogação do **PRAZO DE EXECUÇÃO** da obraestabelecido na Cláusula Quarta.

CLÁUSULA SEGUNDA – DA PRORROGAÇÃO

O PRAZO DE EXECUÇÃO DESTE CONTRATO FICA PRORROGADO POR 180 (CENTO E OITENTA) DIAS CONFORME PLANILHA DE CRONOGAMA FISICO-FINANCEIRO EM ANEXO QUE FAZ PARTE DESSE 3º TERMO ADITIVO.

CLÁUSULA TERCEIRA - DA RATIFICAÇÃO

Permanecem inalteradas as demais Cláusulas do Contrato Principal naquilo que não contrarie o presente Termo Aditivo.

E por estarem justas e contratadas, as partes passam a assinar o presente instrumento por si e/ou seus sucessores, em 03 (três) vias de igual teor e

forma, rubricadas para todos os fins de direito na presença de 02 (duas) testemunhas.

Nova Monte Verde-MT, 23 de Fevereiro de 2021.

MUNICÍPIO DE NOVA MONTE VERDE **EDEMILSON MARINO DOS SANTOS** **PREFEITO**	**ARP ENGENHARIA E CONSTRUÇÕES EIRELI** **CPNJ: 19.006.021/0001-42** **CONTRATADA**

Testemunhas:

SILVANA LIMA DA SILVA RG: 1081197-4 SSP/*MT* CPF: 692.322.881-68	OSNI DOS SANTOS JUNIOR CPF 061.485.601-94 RG 25840479 SEJSP/MT

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA NAZARÉ

PREFEITURA MUNICIPAL
TERMO DE APOSTILA Nº 008 – 005/2021

REAJUSTE DE PREÇOS

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 016/2020

CONTRATO Nº 049/2020

PREGÃO PRESENCIAL nº 018/2020

PROCESSO Nº 053/2020

Através do presente termo de apostila para **reajuste** de preços, o **MUNICÍPIO DE NOVA NAZARÉ, ESTADO DE MATO GROSSO**, pessoa jurídica de direito público municipal, com sede administrativa à Avenida Jorge Amado nº 901, Centro, Nova Nazaré - MT, devidamente inscrita no C.N.P.J./MF, sob o nº. 04.202.280/0001-71, neste ato representado, na forma de sua Lei Orgânica, pela Prefeita Municipal a Sr. **JOÃO TEODORO FILHO**, brasileiro, casado, comerciante, residente e domiciliado à Rua Corival Faustino de Mello s/n, Nova Nazaré-MT, portador da Carteira de Identidade RG nº. 1605949-2 SSP/MT e inscrito no CPF sob nº 441.299.551-87 e a empresa **ILUISA S. G. A. BARBOSA - EPP**, devidamente inscrita no C.N.P.J./MF, sob o nº 04. 002.000/0001-81, estabelecida à Rua Principal, s/nº, Centro, Nova Nazaré – MT, representada neste ato por **ILUISA SALETE GIACOMINI ANTUNES BARBOSA**, Carteira de Identidade nº. 10534242-21 SSP/RS CPF nº 689.845.700-44, residente e domiciliado na cidade de Nova Nazaré, Estado de Mato Grosso, à Avenida Jorge Amado s/n, Setor Norte, resolvem firmar o presente termo de apostila nos termos abaixo descritos,

CLÁUSULA PRIMEIRA - Em virtude de aumentos autorizados pela PETROBRAS no período compreendido entre os dias 10/02/2021 à 19/02/2021, fica acrescido em **R$ 0,1854 por litro** para o fornecimento de **Gasolina Comum e Gasolina Aditivada, R$ 0,2908 por litro** para o fornecimento de **Diesel Comum e Diesel S-10 e R$ 0,0622** para o fornecimento de **Alcool.**

Parágrafo Único: Com o acréscimo acima mencionado, serão alterados os valores unitários de preços constantes do contrato acima referenciado, ficando os novos preços, que serão praticados a partir do dia 19 de fevereiro de 2021 e nos valores abaixo descritos:

Item	Unid.	Descrição	Marca	Valor Anterior (R$)	Valor Alterado (R$)	Valor Acrescido (R$)
01	Litro	Álcool etílico hidratado combustível	ZEMA	3,8692	**3,9314**	(+) 0,0622
02	Litro	Gasolina aditivada	ZEMA	5,4956	**5,681**	(+) 0,1854
03	Litro	Gasolina Comum	ZEMA	5,4356	**5,621**	(+) 0,1854
04	Litro	Óleo Diesel comum	ZEMA	4,6864	**4,9772**	(+) 0,2908
05	Litro	Óleo Diesel S-10	ZEMA	4,7153	**5,0061**	(+) 0,2908

CLÁUSULA SEGUNDA - As despesas com execução da presente Apostila de Reajuste de Preços correrá por conta da dotações orçamentárias para o exercício 2021 conforme contrato originario.

CLÁUSULA TERCEIRA - A presente Apostila de Reajuste de Preços ampara-se no § 8º, do Art. 65, da Lei 8.666/93.

CLÁUSULA QUARTA - DAS DISPOSIÇÕES FINAIS - As demais cláusulas e condições ajustadas no **contrato nº 16/2020 e seus respectivos termos de apostila**, desde que compatíveis, permanecem inalteradas, sendo ratificadas neste ato pelas partes contratantes.

Fica eleito o Foro da Comarca de Agua Boa – MT, para dirimir quaisquer dúvidas que por ventura surgirem em função da execução do presente termo o qual será assinado na presença de 02 testemunhas.

Nova Nazaré – MT, 19 de Fevereiro de 2021.

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA NAZARÉ-MT

JOÃO TEODORO FILHO

Prefeito Municipal

ILUISA S.G.A. BARBOSA – EPP

ILUISA SALETE S. G. ANTUNES BARBOSA

RG: 10534242-21 SSPRS

CPF: 689.845.700-44

EDER PEREIRA DA SILVA

FISCAL DO CONTRATO

JOBERTO ALVES DA CRUZ

FISCAL DO CONTRATO

LORENA C.ALEIXO DA SILVA

FISCAL DO CONTRATO

JULIANA FERREIRA DE RESENDE

FISCAL DO CONTRATO

DONIZETE ALVES DE OLIVEIRA

FISCAL DO CONTRATO

Testemunhas:

_____ _____

Nome: Nome:

CPF: CPF:

PREFEITURA
DECRETO Nº 3061 DE 23 DE FEVEREIRO DE 2021.

DECRETO Nº 3061 DE 23 DE FEVEREIRO DE 2021.

Dispõe sobre de Licença para tratar de assunto particular e dá outras providências.

O Sr. **João Teodoro Filho**, Prefeito Municipal de Nova Nazaré, Estado de Mato Grosso, no uso das atribuições legais que lhe confere a Lei Orgânica do Município e,

Considerando o Art. 98 da Lei Complementar nº. 023 de 23 de Agosto de 2007, parágrafo único,

DECRETA.

Art. 1º. - Fica concedido Licença Particular a servidora pública **Ludimilla Crispim de Sousa,** lotada na Secretaria de Ação Social, no cargo de **AGENTE COMUNITARIO SOCIAL**, , licença para tratar de assunto particular de até 02 (dois) anos sem subsidio, conforme citado no Artigo acima mencionado.

Art. 2°. – O período concedido terá inicio no dia 18 de janeiro de 2021 e término no dia 18 de janeiro de 2023, podendo retornar antes desse período por interesse de ambas as partes.

Art. 3º. - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas às disposições contrárias.

Gabinete do Prefeito de Nova Nazaré, Estado de Mato Grosso em 23 de fevereiro de 2.021.

JOÃO TEODORO FILHO

Prefeito Municipal

PREFEITURA
DECRETO Nº 3060 DE 23 DE FEVEREIRO DE 2.021.

DECRETO Nº 3060 DE 23 DE FEVEREIRO DE 2.021.

"Dispõe sobre a concessão de Licença Prêmio por Assiduidade".

O Srº. **JOÃO TEODORO FILHO**, Prefeito Municipal de Nova Nazaré, Estado de Mato Grosso, no uso das atribuições legais que lhe confere a Lei Orgânica do Município e,

Considerando o Art. 60 da Lei Complementar nº. 033 de 01 de Julho de 2010,

Considerando o Art. 95 da Lei Complementar nº. 023 de 23 de Agosto de 2007.

DECRETA

Art. 1º. - Fica concedido a servidora pública ***MARIA ISABEL TEIXEIRA DO SANTOS*****,** lotada na Prefeitura Municipal Nova Nazaré – Secretaria de Educação e Cultura, no Cargo de ***Apoio Educacional***, licença prêmio de 03 (três) meses por assiduidade com subsidio do cargo efetivo, conforme citado nos Artigos acima mencionado.

Art. 2°. – O período concedido terá inicio no dia 08 de Fevereiro de 2021 e término no dia 18 de Maio de 2021, após esse período a servidora citada no Art. 1°, deverá retornar a sua função na secretaria lotada.

Art. 3º. – Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogada as disposições em contrário, retroagindo seus efeitos em 08 de fevereiro de 2021.

Gabinete do Prefeito de Nova Nazaré, Estado de Mato Grosso aos vinte e três dias de Fevereiro de 2.021.

JOÃO TEODORO FILHO

Prefeito Municipal.

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA OLÍMPIA

LICITAÇÃO
EXTRATO DE CANCELAMENTO DO CONTRATO Nº 014/2021/PMNO

REF. CHAMADA PÚBLICA 002/2020/PMNO.

PROCESSO ADMINISTRATIVO: 027/2020/PMNO

CONTRATO 111/2020/PMNO

ORGÃO GERENCIADOR: O MUNICÍPIO DE NOVA OLÍMPIA- MT inscrita no CNPJ. Sob n. º 03.238.920/0001-30, com sede na Rua Wilson de Almeida, N. º 259-S Ouro Verde, nesta cidade, neste ato representado por seu Prefeito Municipal o Senhor **JOSÉ ELPÍDIO DE MORAES CAVALCANTE,** brasileiro, casado, portador do Documento de Identidade RG sob N. º 250859 SSP/AL e do CPF 099.414.364-87, residente e domiciliado a Rua Vinte e Oito, Nº 295, Bairro Jardim das Oliveiras, CEP: 78.370-000, na cidade de Nova Olímpia-MT.

CONTRATADO: **TELMA PEREIRA CELESTRINO** residente na Rua Orlando Catreva, Bairro Jardim Planalto, na cidade de Barra Do Bugres – MT, CEP: 78.390-000, portadora do RG: 0971976-8 e o CPF: 621.111.401-04 COREN/MT 001.119.791.

OBJETO: CONTRATAÇÕES DE PROFISSIONAIS DA ÁREA DA SAÚDE POR TEMPO DETERMINADO (TECNICA DE ENFERMAGEM) PARA ATENDIMENTO NA UNIDADE MISTA DE SAUDE NO MUNICÍPIO DE NOVA OLÍMPIA-MT.

MOTIVO: O cancelamento, a pedido da contratante conforme citado em pedido de desligamento**.**

FUNDAMENTO LEGAL: "ART.79". O CANCELAMENTO DE CONTRATO PODER SER:

"II- Amigável por acordo entre as partes reduza a termo no processo de licitação, desde que haja conveniência para administração".

Nova Olímpia - MT, 22 de janeiro de 2021.

JOSÉ ELPÍDIO DE MORAES CAVALCANTE

PREFEITO MUNICIPAL

LICITAÇÃO
EXTRATO DE CANCELAMENTO DO CONTRATO Nº 015/2021/PMNO

CONTRATO Nº 21/2020 E SEU RESPECTIVO ADITIVO DE PRAZO

REF. DISPENSA DE LICITAÇÃO 005/2020/PMNO.

PROCESSO ADMINISTRATIVO: 049/2020/PMNO

ORGÃO GERENCIADOR: O MUNICÍPIO DE NOVA OLÍMPIA- MT inscrita no CNPJ. Sob n. º 03.238.920/0001-30, com sede na Rua Wilson de Almeida, N. º 259-S Ouro Verde, nesta cidade, neste ato representado por seu Prefeito Municipal o Senhor **JOSÉ ELPÍDIO DE MORAES CAVALCANTE,** brasileiro, casado, portador do Documento de Identidade RG sob N. º 250859 SSP/AL e do CPF 099.414.364-87, residente e domiciliado a Rua Vinte e Oito, Nº 295, Bairro Jardim das Oliveiras, CEP: 78.370-000, na cidade de Nova Olímpia-MT.

CONTRATADO: **MICHELE PEREIRA DA SILVA BARBOSA,** brasileira, casada, enfermeira, Residente e Domiciliado na Rua Alagoas, Nº 326, Bairro: Centro, CEP: 78.370-000 na Cidade de Nova Olímpia-MT.

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE PROFISSIONAIS DA ÁREA DA SAÚDE POR TEMPO DETERMINADO PARA ATENDIMENTO NAS UNIDADES BÁSICAS E UNIDADE MISTA DE SAÚDE PARA O MUNICÍPIO DE NOVA OLÍMPIA/MT.

MOTIVO: O cancelamento, devido ao cargo comissionado de Coordenadora da Atenção Básica.

FUNDAMENTO LEGAL: "ART.79". O CANCELAMENTO DE CONTRATO PODER SER:

"II- Amigável por acordo entre as partes reduza a termo no processo de licitação, desde que haja conveniência para administração".

Nova Olímpia - MT, 12 de fevereiro de 2021.

JOSÉ ELPÍDIO DE MORAES CAVALCANTE

PREFEITO MUNICIPAL

LICITAÇÃO
AVISO DE LICITAÇÃO-SEGUNDA CHAMADA TOMADA DE PREÇOS PARA OBRAS E SERVIÇOS DE ENGENHARIA-Nº. 005/2021/PMNO

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº. 017/2020/PMNO

O município de Nova Olímpia - Mato Grosso,através da CPL devidamente instituída pela portaria 071/2020, torna público para conhecimento dos interessados, que fará realizar a Licitação na Modalidade **TOMADA DE PREÇOS - Nº. 005/2021/PMNO,** para seleção da melhor proposta pelo **MENOR PREÇO GLOBAL ,** tendo como objeto a CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA EXECUÇAO DE PAVIMENTAÇAO ASFALTICA NA RUA 05 DO BAIRRO JARDIM ITAMARATI NO PERÍMETRO URBANO DO MUNICIPIO DE NOVA OLIMPIA-MT (OBRA REMANESCENTE). A Abertura do certame está prevista para as **08h00min do dia 15 de março de 2021**.As especificações detalhadas encontram-se em anexo acompanhando o edital da licitação. O edital completo poderá ser obtido pelos interessados através do site **www.novaolimpia.mt.gov.br**. As duvidas sobre o certame será dirimidas no departamento de licitações de segunda a sexta-feira no prédio da prefeitura municipal de nova Olímpia localizado na Rua Wilson de Almeida 259 S- Jardim Ouro Verde, no horário de 07:00 às 13: horas, ou contatar pelo telefone (65) 3332-1130.

Nova Olímpia/MT,23 de fevereiro de 2021.

ERISON BARROS CAMPOS

Presidente Da CPL

Portaria 071/2020

LICITAÇÃO
EXTRATO DE RESULTADO DA TOMADA DE PREÇOS PARA OBRAS E SERVIÇOS DE ENGENHARIA-Nº. 005/2021/PMNO

ORGAO: MUNICIPIO DE NOVA OLIMPIA-MT, pessoa jurídica de direito público interno, inscrita no CNPJ Nº 03.238.920/0001-30.

DATA DO INICIO DA SESSAO: 19/02/2021 **DATA DO TERMINO DA SESSAO**: 19/02/2021

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA EXECUÇAO DE PAVIMENTAÇAO ASFALTICA NA RUA 05 DO BAIRRO JARDIM ITAMARATI NO PERÍMETRO URBANO DO MUNICIPIO DE NOVA OLIMPIA-MT (OBRA REMANESCENTE).

Não houve licitantes interessadas no certame portanto o certame em questão foi considerado **DESERTO.**

Nova Olímpia/MT, 19 de fevereiro de 2021.

ERISON BARROS CAMPOS

Presidente Da CPL

Portaria 071/2020

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA SANTA HELENA

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO
EXTRATO – 1º TERMO DE APOSTILAMENTO A ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N° 013/2020

Promitente Comprador: Prefeitura Municipal de Nova Santa Helena – MT

Promitente Fornecedor: LUVERMED DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA

Objeto: Registro de preços para futura AQUISIÇÃO DE MEDICAMENTOS DA FARMÁCIA BÁSICA, PARA ATENDIMENTO DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE NOVA SANTA HELENA-MT. REALINHAMENTO DE PREÇOS: Fica realinhado o preço do Item de nº 14 descritos na Cláusula Primeira da Ata de Registro de Preços nº 013/2020, em virtude do aumento dos preços praticados junto ao distribuidor/fabricante dos produtos, passando os novos preços a serem praticados os descritos a seguir: ITEM: 01 – NOVO VALOR UNITÁRIO: R$ 0,15. Data de Assinatura: 19/02/2021.

DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº 099/2021

EXMO. PREFEITO MUNICIPAL DE NOVA SANTA HELENA, ESTADO DE MATO GROSSO, PAULINHO BORTOLINI, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS,

Considerando o art. 28 da Lei 010/2001, "Artigo 28 – Aos funcionários ocupantes de Cargos de Provimento em Comissão será concedido adicional de até 100% (Cem por cento) calculados sobre os vencimentos básicos, a título de gratificação (FG), dentro do Grupo e do respectivo nível.".

RESOLVE

Art. 1º - Altera a Portaria 042/2021 que nomeia a Servidora **SIMONE CORDOVA,** portadora do RG nº 1.706.373-6 SSP/MT e CPF 019.425.051.24, do cargo de Ouvidora Municipal, a servidora passa a ter direito de percepção do adicional de Função Gratificada em seu vencimento efetivo no valor de 78% (setenta e oito por cento), com efeitos retroativos a 01/03/2021

Artigo 2º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Nova Santa Helena, Estado de Mato Grosso, 19 de fevereiro de 2021.

PAULINHO BORTOLINI

PREFEITO MUNICIPAL

REGISTRE-SE

PUBLIQUE-SE

CUMPRA-SE.

Publicado e afixado no mural desta Prefeitura Municipal no período de 19/02/2021 a 19/03/2021.

DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº 098/2021

EXCELENTÍSSIMO PREFEITO MUNICIPAL DE NOVA SANTA HELENA, ESTADO DE MATO GROSSO, Sr.° PAULINHO BORTOLINI, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS,

Considerando o art. 28 da Lei 010/2001, "Artigo 28 – Aos funcionários ocupantes de Cargos de Provimento em Comissão será concedido adicional de até 100% (Cem por cento) calculados sobre os vencimentos básicos, a título de gratificação (FG), dentro do Grupo e do respectivo nível.".

RESOLVE:

Artigo 1º - Nomeia o Servidor **JOHNNY LUIZ SUR**, portador da Cédula de Identidade RG nº 1.549.454-3 SSP/MT e do CPF nº 025.896.841.93, do cargo de Chefe Divisão de Transporte**,** com direito de percepção do adicional de Função Gratificada em seu vencimento efetivo no valor de 53% (cinquenta e três por cento) , a partir dessa data .

Artigo 2º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Nova Santa Helena, Estado de Mato Grosso, em 19 de fevereiro de 2021.

PAULINHO BORTOLINI

-Prefeito Municipal –

REGISTRE-SE

PUBLIQUE-SE

CUMPRA-SE.

Publicado e afixado no mural desta Prefeitura Municipal no período de 19/02/2021 à 19/03/2021.

DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS
PORTARIA N.º 101/2021

A EXMO. PREFEITO MUNICIPAL DE NOVA SANTA HELENA, ESTADO DE MATO GROSSO, Sr.° PAULINHO BORTOLINI, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS,

Considerando que Os contratos administrativos de que trata a Lei nº 8.666 de 21 de junho de 1993, suas alterações posteriores e demais dispositivos legais, serão acompanhados e fiscalizados por servidores previamente designados pela autoridade competente, na forma prevista no art. 67 da Lei nº 8.666/9;

Considerando que o fiscal é o representante da Administração Pública Municipal, responsável pelo acompanhamento e fiscalização dos contratos, de forma a garantir que seja cumprido o disposto nos respectivos instrumentos e atendidas as normas orçamentárias e financeiras da Administração Pública, devendo informar a Administração sobre vícios, irregularidades ou baixa qualidade dos serviços prestados e produtos entregues pela contratada, propondo soluções para regularização das faltas e defeitos observados e indicando a necessidade de sanções ao Prefeito Municipal.

Considerando que A portaria de nomeação do fiscal de contratos será editada pela Chefe do Poder Executivo, antes da celebração do contrato, no qual constará cláusula com o nome do fiscal e o número da referida Portaria.

RESOLVE:

Art. 1º Nomear como **Titular** a Servidora **JANAINA VIEIRA DOS SANTOS WALTHER**, portadora da Cedula de Identidade de nº **1.521.066-9 SSP/MT** e do CPF de nº **009.002.021.90,** e **Suplente** a Servidora **JULIANA DA CRUZ LORCA BARIQUELO**, portadora da Cedula de Identidade de nº **1.570.210-3 SSP/MT** e do CPF de nº **010.198.241.07**, para acompanhar e fiscalizar a execução das Atas, conforme abaixo relacionado:

ATA	**063/2020**
OBJETO:	REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE MATERIAL DE CONSUMO (TESTE RÁPIDO), A SER UTILIZADO NO ENFRENTAMENTO DA PANDEMIA COVID-19 NO MUNICÍPIO DE NOVA SANTA HELENA/MT.
EMPRESA:	NORTELAB COMERCIO ATACADISTA DE PRODUTOS LABORATORIASLTDA
CNPJ Nº:	28.729.142/0001-03

Artigo 2º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Nova Santa Helena, Estado de Mato Grosso, em 22 de fevereiro 2021.

PAULINHO BORTOLINI

PREFEITO MUNICIPAL

REGISTRE-SE

PUBLIQUE-SE

CUMPRA-SE.

Publicado e afixado no mural desta Prefeitura Municipal no período de 22/02/2021 a 22/03/2021.

DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS
CONVOCAÇÃO INDIVIDUAL PROCESSO SELETIVO MILENA BATISTA

Nova Santa Helena/MT. 22 de fevereiro de 2.021.

CONVOCAÇÃO

Prezada Senhora,

O Prefeito Municipal de Nova Santa Helena, Exmo. Senhor Paulinho Bortolini, no uso de suas atribuições legais e em cumprimento ao disposto no artigo 4º, parágrafos 1º e 2º da Lei Municipal n.º 010 de 17 de janeiro de 2. 001 e suas Leis posteriores, e, considerando o resultado final do **Processo Seletivo Simplificado 001/2021** de Provas e Provas e Títulos, para o provimento de cargos e cadastro reserva no quadro de Pessoal da Prefeitura Municipal de Nova Santa Helena, realizado em 31 de janeiro de 2.021, vem à presença de V. Senhor., nos termos da legislação em vigor, tendo em vista a sua aprovação para o Cargo de **FARMACEUTICA**, CONVOCÁ-LA a comparecer na sede da Prefeitura Municipal de Nova Santa Helena, Estado de Mato Grosso, sito na Praça João Alberto Zaneti s/n.º, para tomar posse ao cargo supra Processo Seletivo Simplificado 001/2021, munida dos seguintes documentos, **sob pena de ser considerada desistente**:

1. Documento de identidade - 1 (uma) cópia autenticada;

2. CPF - 1 (uma) cópia autenticada;

3. Título eleitoral 1 (uma) cópia autenticada;

4. Carteira de Trabalho e Previdência Social 1 (uma) cópia autenticada;

5. Certificado de reservista ou Certificado de Dispensa de Incorporação - 1 (uma) cópia autenticada (se candidato do sexo masculino);

6. Comprovação que está quite com as obrigações eleitorais.

7. PIS ou PASEP - 1 (uma) cópia, no caso de já ter sido empregado;

8. Comprovante de endereço;

9. Comprovação da Escolaridade e os respectivos registros nos órgãos fiscalizadores quando exigidos, 1 (uma) cópia autenticada;

10. Certidão de nascimento ou casamento - 1 (uma) cópia autenticada;

11. Certidão de nascimento dos filhos - 1 (uma) cópia autenticada;

12. CPF dos dependentes- 1 (uma) cópia autenticada;

13. Certidão negativa da justiça (civil e criminal) das cidades onde o(a) candidato(a) tenha residido nos últimos cinco anos;

14. Declaração que responde ou não a inquérito policial e a processo administrativo disciplinar;

15. Declaração de bens e valores que compõem seu patrimônio;

16. Declaração quanto ao exercício ou não de outro cargo, emprego ou função pública;

17. Declaração de que não foi exonerado com justa causa e a bem do serviço público, no período de 5 (cinco) anos, nas esferas federal, estadual e municipal.

18. Declaração de não acumulação ilegal de cargo e emprego público;

19. Certidão Negativa de Débito Fiscal junto ao Município;

20. (uma) foto 3x4 recente;

21. Atestado de Sanidade Física e Mental expedido por Órgão Oficial;

22. Comprovar a Qualificação Cadastral junto ao sistema e-social do Governo Federal.

23. Das declarações exigidas, modelos serão disponibilizados pelo Departamento de Recursos Humanos aos(as) candidatos(as) para a efetiva posse.

24. O(a) candidato(a) que não atender a convocação para apresentar a documentação citada no prazo estabelecido será considerado(a) eliminado(a) .

Após a posse, o(a) candidato(a) será lotado(a) na unidade da Estrutura Administrativa, desde que seja compatível com o cargo concorrido, observado o interesse da Administração e a legislação vigente, exceto aos cargos previamente definidos.

Atenciosamente,

PAULINHO BORTOLINI

Prefeito Municipal

Ilustríssima Senhora

MILENA BATISTA FOGACA SILVA RG Nº 2.681.081-6 SSP/MT

(66) 9.8447.3180. E-mail mylenaprince@hotmail.com

Nova Santa Helena – MT.

CIENTE: ..... EM_____/_____/_____

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO
EXTRATO – 2º TERMO DE APOSTILAMENTO A ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N° 020/2020

Promitente Comprador: Prefeitura Municipal de Nova Santa Helena – MT

Promitente Fornecedor: ROMA COMERCIO DE COMBUSTIVEL LTDA EPP

Objeto: Registro de preços para futura e eventual aquisição de combustíveis para manutenção da frota de veículos, máquinas e equipamentos de diversas secretarias municipais e gabinete da prefeita do município de Nova Santa Helena-MT. REALINHAMENTO DE PREÇOS: Ficam realinhados os preços dos Itens de nº 01, 02,03 e 04 descritos na Cláusula Primeira da Ata de Registro de Preços nº 020/2020, em virtude do aumento dos preços praticados junto ao distribuidor/fabricante dos produtos, passando os novos preços a serem praticados os descritos a seguir: ITEM: 01 – NOVO VALOR UNITÁRIO: R$ 3,759; ITEM: 02 - NOVO VALOR UNITÁRIO: R$ 5,299; ITEM: 03 – NOVO VALOR UNITÁRIO: 4,659; ITEM: 04 – NOVO VALOR UNITÁRIO: 4,759.Data de Assinatura: 23/02/2021.

DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº 093/2021

EXMO PREFEITO MUNICIPAL DE NOVA SANTA HELENA, ESTADO DE MATO GROSSO, PAULINHO BORTOLINI, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS,

RESOLVE

Art. 1º - Exonerar o Sr° **ANDRE FELIPE CARDOSO,** portador da Cédula de Identidade RG nº. 2.161.935-2 SSP/MT e do CPF nº. 047.727.531.17do cargo de **Chefe de Divisão de Expediente,** e **nomeá-lo** para exercer o cargo de Chefe de Departamento de Engenharia e Estudos e Projetos, com efeito retroativos 01/02/2021.

Artigo 2º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Nova Santa Helena, Estado de Mato Grosso, 12 de fevereiro de 2021.

PAULINHO BORTOLINI

PREFEITO MUNICIPAL

REGISTRE-SE

PUBLIQUE-SE

CUMPRA-SE.

Publicado e afixado no mural desta Prefeitura Municipal no período de 12/02/2021 a 12/03/2021.

DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS
LEI 973/2021

SÚMULA: "AUTORIZA O PODER EXECUTIVO MUNICIPAL FIRMAR CONVÊNIO COM O CONSELHO COMUNITÁRIO DE SEGURANÇA PÚBLICA – CONSEG DE ITAÚBA-MT E DÁ OUTRAS PRIORIDADES".

PAULINHO BORTOLINI, Prefeito do Município de Nova Santa Helena, Estado de Mato Grosso, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Fica autorizado o Poder Executivo Municipal á firmar convênio com o Conselho Comunitário de Segurança – CONSEG de Itaúba-MT, associação privada, sem fins lucrativos, devidamente inscrita no CNPJ/MF nº 15.319.963/0001-20, com sede na Av. Tancredo Neves, nº. 799 b, centro, Itaúba-MT, para fins de apoio e auxílio de suas atividades junto, às Policias Militar e Judiciária Civil, estabelecidas no Município de Itaúba-MT e de Nova Santa Helena-MT, nos termos do Artigo 49, XV, da Lei Orgânica Municipal.

Art. 2º O Poder Executivo prestará apoio financeiro junto ao CONSEG no repasse de recursos na ordem de R$ 12.122,00 (doze mil e cento e vinte e dois reais), os quais, serão repassados em 11 (onze) parcelas mensais e sucessivas, no valor de R$ 1.102,00 (um mil e cento e dois reais) cada, até o quinto dia útil do mês subsequente.

Art. 3º A prestação de contas da aplicação dos recursos financeiros deverá ocorrer no mês subsequente á colaboração do auxílio financeiro, junto a Administração Municipal.

§ 1º A prestação de contas citada no "caput", deverá ser composta pelos seguintes documentos:

I – ofício ao Prefeito Municipal encaminhando a inclusa prestação de contas;

II – cópia do plano de trabalho;

III – cópia do termo de convênio e suas alterações, se houverem;

IV – extrato da conta bancária, aberta exclusivamente para recebimento e movimentação dos recursos financeiros do referido convênio;

V – demonstrativos da aplicação dos recursos conveniados no mercado financeiro, observando os quesitos previstos no art. 116, §§ 4º, 5º e 6º da Lei Federal 8.666/93, se houver;

VI – cópia do processo licitatório e/ou dispensa de inexigibilidade de licitação, quando ocorrer;

VII – cópia dos orçamentos;

VIII – cópia dos documentos fiscais comprobatórios da despesa (notas fiscais ou recibos) contendo o número do convênio, atestado de que os serviços foram executados e que o material foi recebido pelo Órgão ou Entidade, devidamente assinado por seu representante legal;

IX – cópia dos cheques ou comprovantes de pagamentos equivalentes;

X – cópia autenticada do comprovante de recolhimento do saldo financeiro se houver;

XI – demonstrativo de execução da receita e despesa;

XII – relação de pagamentos;

XIII – relação de execução físico-financeiro;

XIV – conciliação bancária;

XV – relação de bens recebidos com recursos do convênio;

XVI – relatório de cumprimento de objeto;

XVII – declaração de cumprimento do objeto, somente para a prestação de contas final;

XVIII – declaração de guarda e conservação dos documentos contábeis, somente para a prestação de contas final.

§ 2º Na hipótese de não ser efetuada a prestação de contas, o caso será encaminhado ao órgão competente a fim de serem tomadas as medidas legais cabíveis.

§ 3º Na prestação de contas só serão admitidos comprovantes originais de despesas, emitidos apenas em nome do partícipe, em data igual ou posterior à data do empenho do Termo de Colaboração.

§ 4º Somente serão aceitos comprovantes de despesa emitidos com clareza e contendo quantidades e discriminação dos materiais e serviços, além da perfeita identificação do emitente e seu domicílio.

Art. 4º As despesas de que trata esta lei ocorrerão por conta da seguinte dotação orçamentária:

Órgão: 03 – Gabinete do Prefeito
Unidade: 001 – Gabinete do Prefeito
Função: 004 – Administração
Sub-Função: 122 – Administração Geral
Programa: 0008 – Políticas Públicas e Relações Institucionais
Projeto: 2.005 – Construções e Entidades, Associações Parceria
Natureza da Despesa: 337041000000
Código reduzido – 0041
TOTAL R$ 12.122,00

Art. 5º O Instrumento de Convênio autorizado por força desta lei terá vigência até 31 de dezembro de 2021, podendo ser prorrogado por iguais e ucessivos períodos, desde que seja subscrito anteriormente ao seu encerramento e publicado até o quinto dia útil do mês subsequente.

Parágrafo Único. As despesas decorrentes desta lei para os exercícios financeiros futuros serão consignadas nos respectivos orçamentos.

Art. 6º Caberá ao Poder Executivo, através do departamento competente, bem como, ao Controle Interno Municipal a responsabilidade de acompanhar e fiscalizar as prestações de contas mensais.

Art. 7º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação, ficando revogadas as demais disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito do Município de Nova Santa Helena, Estado de Mato Grosso 22 de fevereiro de 2021.

PAULINHO BORTOLINI

Prefeito Municipal

REGISTRE-SE

PUBLIQUE-SE

CUMPRA-SE

DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS
PORTARIA N.º 095/2021

A EXMO. PREFEITO MUNICIPAL DE NOVA SANTA HELENA, ESTADO DE MATO GROSSO, Sr. PAULINHO BORTOLINI, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS,

RESOLVE:

Artigo 1º - Transferir o servidor **ROGERIO PEREIRA DOS SANTOS,** portador da Cédula de Identidade RG nº. 1.359.455-9 SSP/MT e do CPF nº 962.977.781.91, da Secretaria Municipal de Transporte, Obras e Serviços Públicos para a Secretaria Municipal de Saúde e Saneamento, a partir desta data.

Artigo 2º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Nova Santa Helena, Estado de Mato Grosso, em 17 de fevereiro de 2021.

PAULINHO BORTOLINI

- Prefeita Municipal -

REGISTRE-SE

PUBLIQUE-SE

CUMPRA-SE.

Publicado e afixado no mural desta Prefeitura Municipal no período de 17/02/2021 a 17/03/2021.

DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº. 094/2021

Dispõe sobre a Concessão de Férias e Licença Prêmio por Assiduidade aos profissionais que menciona.

A Exmo. Prefeito Municipal de Nova Santa Helena, Estado de Mato Grosso, Sr PAULINHO BORTOLINI, no uso de suas atribuições legais, e considerando o que dispõe a seção IX, *da Lei 061 de 25 de fevereiro de 2.002.*

RESOLVE:

Artigo 1º - CONCEDER Férias ao Servidor abaixo mencionado, conforme períodos abaixo relacionados.

Servidor	**Matricula**	**Período Aquisitivo de Ferias**	**Período de gozo de Férias**	**Data de retorno**
Jose Bento Alves Fonseca	**1072**	**De: 20/05/2019 á 20/05/2020**	**De:01/03/2021 a 20/03/2021**	Dia:21/03/2021

Artigo 2º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Nova Santa Helena, Estado de Mato Grosso, em 17 de fevereiro 2021.

PAULINHO BORTOLINI

- Prefeito Municipal -

REGISTRE-SE

PUBLIQUE-SE

CUMPRA-SE.

Publicado e afixado no mural desta Prefeitura Municipal no período de 17/02/2021 a 17/03/2021.

DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS
PORTARIA N.º 096/2021

A EXMO. PREFEITO MUNICIPAL DE NOVA SANTA HELENA, ESTADO DE MATO GROSSO, Sr. PAULINHO BORTOLINI, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS,

RESOLVE:

Artigo 1º - Transferir a servidora **PATRICIA DA ROSA,** portador da Cédula de Identidade RG nº. 2.225.322-0 SSP/MT e do CPF nº 043.515.011. 11, da Secretaria Municipal de Administração para a Secretaria Municipal de Ação Social, a partir desta data.

Artigo 2º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Nova Santa Helena, Estado de Mato Grosso, em 17 de fevereiro de 2021.

PAULINHO BORTOLINI

- Prefeita Municipal -

REGISTRE-SE

PUBLIQUE-SE

CUMPRA-SE.

Publicado e afixado no mural desta Prefeitura Municipal no período de 17/02/2021 a 17/03/2021.

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA UBIRATÃ

DECRETO MUNICIPAL N. º 037/2021

DECRETO MUNICIPAL N. º 037/2021

DATA: 23 DE FEVEREIRO DE 2021

DISPÕE SOBRE A MOVIMENTAÇÃO FINANCEIRA DA PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA UBIRATÃ - FUNDO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE DE NOVA UBIRATA CNPJ nº 22. 480.342/0001-99 JUNTO AO BANCO DO BRASIL S/A E DA OUTRAS PROVIDENCIAS

O EXCELENTÍSSIMO SENHOR EDEGAR JOSÉ BERNARDI, PREFEITO MUNICIPAL DE NOVA UBIRATÃ, ESTADO DE MATO GROSSO, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS QUE LHE SÃO CONFERIDAS POR LEI,

CONSIDERANDO, a necessidade de Confecção de dossiê de Pessoa Jurídica e Atualização de Dados Cadastrais, junto a Instituição financeira Banco do Brasil S/A, Agencia 4112-2, do Município:

DECRETA:

Art. 1º - DECLARA: Que a Sra. ELIANI DE FREITAS ROMAN ROSS**,** Secretária Municipal De Assistência Social, nomeada através da Decreto 011/2021 de 04 de Janeiro de 2021, portadora da Cédula de Identidade RG: nº 1.366.924-9 SSP/MT**, inscrito no CPF/MF sob o nº** 001.364. 511-01, residente e domiciliado **Rua Santa Catarina, 1440, Centro, nesta Cidade de Nova Ubiratã/MT**, na cidade de Nova Ubiratã-MT. Responsável pela movimentação da Conta Corrente Nº 12671-\3 do Fundo Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, inscrito no CNPJ nº 22.480. 342-0001-99 mantida junto a Agencia nº 4112-2 em conjunto com o Sr. VAGNER MARTINS DOS REIS**, portador da Cédula de Identidade RG n°. 16072995 SSP/MT e CPF nº. 008.642.751-29, Secretário Municipal de Planejamento e Fazenda, nomeado através do Decreto nº 003/2021, de 01 de janeiro de 2021, residente e domiciliado na Rua Pernambuco, nº 1691 centro no Município de Nova Ubiratã-MT, com PODERES para:**

EMITIR CHEQUES, ABRIR COTAS DE DEPOSITO, FIRMAR COMPROMISSOS, REIVINDICAR DIREITOS, EFETUAR ACORDOS, PRATICAR DEMAIS ATOS, SOLICITAR SALDOS, EXTRATOS E COMPROVANTES, REQUISITAR TALONARIOS DE CHEQUES, EFETUAR TRANSFERENCIAS/PAGAMENTOS, POR QUALQUER, RETIRAR CHEQUES DEVOLVIDOS, ENDOSSAR CHEQUE, ASSINAR INSTRUMENTO DE CREDITO, ASSINAR INSTRUMENTO CREDITO C/AUTORIZACAO CONSELHO ADMIN/ASSEM GERAL, AMPLOS PODERES, CONSULTAR DEPOSITOS JUDICIAIS VIA INTERNET, ASSINAR PROPOSTA DE EMPRESTIMO/FINANCIAMENTO, ASSINAR ORÇAMENTO, ASSINAR ADITIVO DE QUALQUER ESPECIE, ASSINAR A APOLICE DE SEGURO, ENDOSSAR TITULOS DE CREDITO, TESTE, AUTORIZAR APLICACOES FINANCEIRAS, AUTORIZAR APLICACOES EM FUNDOS DE INVESTIMENTOS, AUTORIZAR RESGATE DE APLICACOES FINANCEIRAS, AUTORIZAR RESGATE DE APLICACOES EM FUNDOS DE INVESTIMENTOS, AUTORIZAR CANCELAMENTO DE AGENDAMENTO DE APLICACOES, AUTORIZAR CANCELAMENTO DE AGENDAMENTO DE RESGATE, EFETUAR TRANSFERENCIA/PAGAMENTO, EXCETO POR MEIO ELETRONICO, SUSTAR/CONTRA-ORDENAR CHEQUES, CANCELAR CHEQUES, BAIXAR CHEQUES, EFETUAR RESGATES/APLICACOES FINANCEIRAS, CADASTRAR , ALTERAR E DESBLOQUEAR SENHAS, EFETUAR SAQUES – CONTA CORRENTE, EFETUAR PAGAMENTOS POR MEIO ELETRONICO, EFETUAR TRANSFERENCIAS POR MEIO ELETRONICO, EFETUAR PAGAMENTOS, EXCETO POR MEIO ELETRONICO, EFETUAR TRANSFERECIAS, EXCETO POR MEIO ELETRONICO, RECEBER ORDENS DE PAGAMENTO, EFETUAR MOVIMENTAÇÃO FINANCEIRA NO RPG, CONSULTAR CONTAS/APLIC.PROGRAMAS REPASSE RECURSOS, LIBERAR ARQUIVOS DE PAGAMENTO NO GERNCIADOR FINANCEIRO, OUTORGAR/CANCELAR PODER PARA ASSINAR SIF/DIF, SOLICITAR SALDOS/EXTRATOS, EXCETO INVESTIMENTOS E APLICACOES, SOLICITAR SALDOS/EXTRATOS DE INVESTIMENTOS, SOLICITAR SALDOS/EXTRATOS DE OPERAÇÕES DE CREDITOS, EMITIR COMPROVANTES, EFETUAR TRANSFERENCIA P/ MESMA TITULARIDADE-MEIO ELETRONICO, EFETUAR TRANSF. ELETRONICA P/ALIVIO DE NUMERARIOS, ENCERRAR CONTAS DE DEPOSITO, CONSULTAR OBRIGAÇÕES DE DEBITO DIRETO AUTORIZADO, ASSINAR CERTIFICADOS DE ORIGEM E DOCUMENTOS COMP., SOLICITAR SALDOS/EXTRATOS DE CONTAS JUDICIAL UNIF, ASSINAR/AUTORIZAR CONTRATO DE CESSAO DE DIREITOS, ASSINAR INSTR. CONVENIOS E CONTRATO PREST. SERVIÇOS, SOLICITAR/BAIXAR RELATORIOS DEPOSITOS JUDICIAIS, ASSINAR MANDATO ELETRONICO DEPOSITO JUDICIAL, CONSULTAR SALDO/EXTRATO DE DEPOSITOS JUDICIAIS I, BLOQUEIO/DESBLOQUEIO DEPOSITO JUDICIAL. E DEMAIS ATOS INERENTE AO BOM ANDAMENTO DOS SERVIÇOS.

Art. 2º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE NOVA UBIRATÃ, ESTADO DE MATO GROSSO, EM 23 DE FEVEREIRO DE 2021.

EDEGAR JOSÉ BERNARDI Prefeito

Certifico que este Decreto foi registrado e publicado por afixação no mural da Prefeitura Municipal na data de 23/02/2021.
FRANCINE OLIVEIRA
Secretária Municipal de Administração
Decreto n° 001/2021

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E AFIXE-SE.

FRANCINE OLIVEIRA

Secretária Municipal de Administração

Decreto. Nº 001/2021

DECRETO MUNICIPAL 025/2021

ESTADO DE MATO GROSSO

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA UBIRATA

CNPJ: 01614521000100

Rua Para, 0001850 - Santa Helena

Telefone 06635791192

DECRETO SUPLEMENTAR Nº 00025/2021

SÚMULA: ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR NO VALOR QUE MENCIONA E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS:

O Poder Executivo Municipal de NOVA UBIRATA, no uso de suas atribuições legais, tendo em vista o contido da Lei Municipal **00929/2021** , e em consonância com a Lei Federal 4320/64

DECRETA

Art. 1º - Fica autorizado o Poder Executivo Municipal a proceder a abertura de Crédito Adicional Especial no valor de R$ 1.834.717,29 nos termos do Artigo 41, inciso II da Lei Federal 4.320/64, para Inclusão Fontes e Dotacoes não consignadas no Orcamento vigente.

02.001-GABINETE DO PREFEITO

Superávit Financeiro

02.001.04.122.0006.2002.3.1.9.0.11.00.00.00	VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	
0300000000-Recursos Ordinários		56.040,00
02.001.04.122.0006.2002.3.1.9.0.13.00.00.00	OBRIGACOES PATRONAIS	
0300000000-Recursos Ordinários		7.533,59
02.001.04.122.0006.2002.3.1.9.1.13.00.00.00	OBRIGACOES PATRONAIS - RPPS	
0300000000-Recursos Ordinários		2.093,46
	Sub-Total:	**65.667,05**

02.003-CONTROLADORIA INTERNA

02.003.04.125.0006.2057.3.1.9.0.11.00.00.00	VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	
0300000000-Recursos Ordinários		11.570,30
02.003.04.125.0006.2057.3.1.9.1.13.00.00.00	OBRIGACOES PATRONAIS - RPPS	
0300000000-Recursos Ordinários		2.045,26
	Sub-Total:	**13.615,56**

02.005-ASSESSORIA JURIDICA

02.005.04.122.0002.2003.3.1.9.0.11.00.00.00	VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	
0300000000-Recursos Ordinários		15.550,67
02.005.04.122.0002.2003.3.1.9.0.13.00.00.00	OBRIGACOES PATRONAIS	
0300000000-Recursos Ordinários		3.265,64
	Sub-Total:	**18.816,31**

03.001-GABINETE DO SECRETARIO

03.001.04.123.0006.2004.3.1.9.0.11.00.00.00	VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	
0300000000-Recursos Ordinários		67.923,06
03.001.04.123.0006.2004.3.1.9.1.13.00.00.00	OBRIGACOES PATRONAIS - RPPS	
0300000000-Recursos Ordinários		6.308,53
03.001.04.123.0006.2004.3.3.9.0.92.00.00.00	DESPESAS DE EXERCICIOS ANTERIORES	
0300000000-Recursos Ordinários		5.077,50
03.001.28.843.0004.2011.3.2.9.0.21.00.00.00	JUROS SOBRE A DIVIDA POR CONTRATO	
0300000000-Recursos Ordinários		13.807,85
	Sub-Total:	**93.116,94**

04.001-GABINETE DO SECRETARIO

04.001.08.244.0007.2010.3.1.9.0.04.00.00.00	CONTRATACAO POR TEMPO DETERMINADO	
0300000000-Recursos Ordinários		1.275,98
04.001.08.244.0007.2010.3.1.9.0.11.00.00.00	VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	
0300000000-Recursos Ordinários		55.027,06

ESTADO DE MATO GROSSO
PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA UBIRATA
CNPJ: 01614521000100
Rua Para, 0001850 - Santa Helena
Telefone 06635791192

DECRETO SUPLEMENTAR Nº 00025/2021

04.001.08.244.0007.2010.3.1.9.0.13.00.00.00	OBRIGACOES PATRONAIS	
0300000000-Recursos Ordinários		3.954,58
04.001.08.244.0007.2010.3.1.9.1.13.00.00.00	OBRIGACOES PATRONAIS - RPPS	
0300000000-Recursos Ordinários		5.179,20
04.001.08.244.0007.2010.3.3.9.0.93.00.00.00	INDENIZACOES E RESTITUICOES	
0300000000-Recursos Ordinários		651.900,00
	Sub-Total:	**717.336,82**

04.002-FUNDO MUN. DE ACAO PROM. SOCIAL TRAB. E CID

04.002.08.243.0010.2016.3.1.9.0.11.00.00.00	VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	
0300000000-Recursos Ordinários		8.800,00
04.002.08.243.0010.2016.3.1.9.0.13.00.00.00	OBRIGACOES PATRONAIS	
0300000000-Recursos Ordinários		1.760,00
04.002.08.244.0007.2015.3.1.9.0.11.00.00.00	VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	
0300000000-Recursos Ordinários		47.559,00
04.002.08.244.0007.2015.3.1.9.1.13.00.00.00	OBRIGACOES PATRONAIS - RPPS	
0300000000-Recursos Ordinários		10.147,53
04.002.08.244.0007.2081.3.3.9.0.30.00.00.00	MATERIAL DE CONSUMO	
0329000000-Transferência de Recursos do Fundo Nacional de Assistência Social - FNAS		3.477,08
04.002.08.244.0007.2081.3.3.9.0.39.00.00.00	OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSOA JURIDICA	
0329000000-Transferência de Recursos do Fundo Nacional de Assistência Social - FNAS		6.855,80
04.002.08.244.0007.2083.4.4.9.0.52.00.00.00	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	
0329000000-Transferência de Recursos do Fundo Nacional de Assistência Social - FNAS		2.499,00
04.002.08.244.0047.2103.3.3.9.0.30.00.00.00	MATERIAL DE CONSUMO	
0329074000-Acoes de saude para o enfrentamento do Coronavirus - COVID 19		1.118,00
04.002.08.244.0047.2103.3.3.9.0.36.00.00.00	OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSOA FISICA	
0329074000-Acoes de saude para o enfrentamento do Coronavirus - COVID 19		4.200,00
	Sub-Total:	**86.416,41**

05.001-GABINETE DO SECRETARIO

05.001.12.361.0015.2018.3.1.9.0.11.00.00.00	VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	
0301000000-Receitas de Impostos e de Transferência de Impostos - Educação		21.269,01
05.001.12.361.0015.2018.3.1.9.0.13.00.00.00	OBRIGACOES PATRONAIS	
0301000000-Receitas de Impostos e de Transferência de Impostos - Educação		2.166,03
05.001.12.361.0015.2018.3.1.9.1.13.00.00.00	OBRIGACOES PATRONAIS - RPPS	
0301000000-Receitas de Impostos e de Transferência de Impostos - Educação		4.200,76
05.001.12.361.0015.2018.3.3.9.0.30.00.00.00	MATERIAL DE CONSUMO	
0301000000-Receitas de Impostos e de Transferência de Impostos - Educação		112.020,84
	Sub-Total:	**139.656,64**

05.002-FUNDO MUNICIPAL DE EDUCACAO

05.002.12.361.0017.2020.3.3.9.0.39.00.00.00	OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSOA JURIDICA	
0322000000-Transferências de Convênios - Educação		775,00
	Sub-Total:	**775,00**

05.003-FUNDO MANUT. E DES. EDUC. BASICA E VAL FUN

05.003.12.361.0017.2027.3.1.9.0.04.00.00.00	CONTRATACAO POR TEMPO DETERMINADO	
0318000000-Transferências do FUNDEB - (aplicação na remuneração dos profissionais do Magis		5.175,60
	Sub-Total:	**5.175,60**

05.004-FUNDO MANUT. E DES. EDUC. BASICA E VAL FUN

ESTADO DE MATO GROSSO
PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA UBIRATA
CNPJ: 01614521000100
Rua Para, 0001850 - Santa Helena
Telefone 06635791192

DECRETO SUPLEMENTAR Nº 00025/2021

05.004.12.361.0017.2026.3.1.9.0.04.00.00.00 CONTRATACAO POR TEMPO DETERMINADO	
0318000000-Transferências do FUNDEB - (aplicação na remuneração dos profissionais do Magis	14.876,47
05.004.12.361.0017.2026.3.1.9.0.11.00.00.00 VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	
0318000000-Transferências do FUNDEB - (aplicação na remuneração dos profissionais do Magis	65.409,59
05.004.12.361.0017.2026.3.1.9.0.13.00.00.00 OBRIGACOES PATRONAIS	
0318000000-Transferências do FUNDEB - (aplicação na remuneração dos profissionais do Magis	23.742,41
05.004.12.361.0017.2026.3.1.9.1.13.00.00.00 OBRIGACOES PATRONAIS - RPPS	
0318000000-Transferências do FUNDEB - (aplicação na remuneração dos profissionais do Magis	79.069,68
05.004.12.365.0016.2029.3.1.9.0.04.00.00.00 CONTRATACAO POR TEMPO DETERMINADO	
0318000000-Transferências do FUNDEB - (aplicação na remuneração dos profissionais do Magis	5.175,60
05.004.12.365.0016.2029.3.1.9.0.11.00.00.00 VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	
0318000000-Transferências do FUNDEB - (aplicação na remuneração dos profissionais do Magis	33.665,61
05.004.12.365.0016.2029.3.1.9.0.13.00.00.00 OBRIGACOES PATRONAIS	
0318000000-Transferências do FUNDEB - (aplicação na remuneração dos profissionais do Magis	9.486,01
05.004.12.365.0016.2029.3.1.9.1.13.00.00.00 OBRIGACOES PATRONAIS - RPPS	
0318000000-Transferências do FUNDEB - (aplicação na remuneração dos profissionais do Magis	31.521,16
Sub-Total:	**262.946,53**

06.001-GABINETE DO SECRETARIO

06.001.15.451.0025.2035.3.1.9.0.04.00.00.00 CONTRATACAO POR TEMPO DETERMINADO	
0300000000-Recursos Ordinários	19.182,01
06.001.15.451.0025.2035.3.1.9.0.11.00.00.00 VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	
0300000000-Recursos Ordinários	150.000,00
06.001.15.451.0025.2035.3.1.9.0.13.00.00.00 OBRIGACOES PATRONAIS	
0300000000-Recursos Ordinários	14.931,96
06.001.15.451.0025.2035.3.1.9.1.13.00.00.00 OBRIGACOES PATRONAIS - RPPS	
0300000000-Recursos Ordinários	14.061,17
06.001.15.451.0025.2035.3.3.9.0.08.00.00.00 OUTROS BENEFICIOS ASSISTENCIAIS	
0300000000-Recursos Ordinários	5.471,81
06.001.15.451.0025.2035.3.3.9.0.30.00.00.00 MATERIAL DE CONSUMO	
0324000000-Transferências de Convênios - Outros (não relacionados à educação/saúde/assistê	37.620,00
06.001.15.451.0025.2035.4.4.9.0.52.00.00.00 EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	
0300000000-Recursos Ordinários	4.912,00
Sub-Total:	**246.178,95**

06.004-DEPARTAMENTO DE AGUA E ESGOTO - DAE

06.004.17.512.0036.2038.3.1.9.0.11.00.00.00 VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	
0300000000-Recursos Ordinários	5.821,17
06.004.17.512.0036.2038.3.1.9.0.13.00.00.00 OBRIGACOES PATRONAIS	
0300000000-Recursos Ordinários	878,09
06.004.17.512.0036.2038.3.1.9.1.13.00.00.00 OBRIGACOES PATRONAIS - RPPS	
0300000000-Recursos Ordinários	289,86
Sub-Total:	**6.989,12**

07.002-FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE

07.002.10.301.0028.2046.3.1.9.0.04.00.00.00 CONTRATACAO POR TEMPO DETERMINADO	
0346000000-Transferências Fundo a Fundo de Recursos do SUS provenientes do Governo Federal	12.872,00
07.002.10.301.0028.2046.3.1.9.0.11.00.00.00 VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	
0346000000-Transferências Fundo a Fundo de Recursos do SUS provenientes do Governo Federal	15.176,83
07.002.10.301.0028.2046.3.1.9.0.13.00.00.00 OBRIGACOES PATRONAIS	
0346000000-Transferências Fundo a Fundo de Recursos do SUS provenientes do Governo Federal	508,41

ESTADO DE MATO GROSSO

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA UBIRATA

CNPJ: 01614521000100

Rua Para, 0001850 - Santa Helena

Telefone 06635791192

DECRETO SUPLEMENTAR Nº 00025/2021

07.002.10.301.0028.2046.3.1.9.1.13.00.00.00	OBRIGACOES PATRONAIS - RPPS	
0346000000-Transferências Fundo a Fundo de Recursos do SUS provenientes do Governo Federal		3.441,26
07.002.10.304.0030.2048.3.1.9.0.04.00.00.00	CONTRATACAO POR TEMPO DETERMINADO	
0346000000-Transferências Fundo a Fundo de Recursos do SUS provenientes do Governo Federal		2.421,00
07.002.10.304.0030.2048.3.1.9.1.13.00.00.00	OBRIGACOES PATRONAIS - RPPS	
0346000000-Transferências Fundo a Fundo de Recursos do SUS provenientes do Governo Federal		1.106,69
07.002.10.305.0030.2098.3.1.9.0.11.00.00.00	VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	
0346000000-Transferências Fundo a Fundo de Recursos do SUS provenientes do Governo Federal		6.927,30
07.002.10.305.0030.2098.3.1.9.0.13.00.00.00	OBRIGACOES PATRONAIS	
0346000000-Transferências Fundo a Fundo de Recursos do SUS provenientes do Governo Federal		2.801,62
	Sub-Total:	**45.255,11**

08.002-DEPARTAMENTO DE AGRIC. E DESENV. RURAL

08.002.20.606.0006.2052.3.1.9.0.11.00.00.00	VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	
0300000000-Recursos Ordinários		19.108,96
08.002.20.606.0006.2052.3.1.9.0.13.00.00.00	OBRIGACOES PATRONAIS	
0300000000-Recursos Ordinários		1.466,64
08.002.20.606.0006.2052.3.1.9.1.13.00.00.00	OBRIGACOES PATRONAIS - RPPS	
0300000000-Recursos Ordinários		1.726,18
08.002.20.606.0006.2052.3.3.9.0.30.00.00.00	MATERIAL DE CONSUMO	
0300000000-Recursos Ordinários		1.094,97
	Sub-Total:	**23.396,75**

09.001-GABINETE DO SECRETARIO

09.001.04.122.0035.2055.3.1.9.0.11.00.00.00	VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	
0300000000-Recursos Ordinários		8.632,00
09.001.04.122.0035.2055.3.1.9.0.13.00.00.00	OBRIGACOES PATRONAIS	
0300000000-Recursos Ordinários		1.812,59
	Sub-Total:	**10.444,59**

10.001-GABINETEDO SECRETARIO

10.001.04.122.0006.2094.3.1.9.0.11.00.00.00	VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	
0300000000-Recursos Ordinários		1.175,53
10.001.04.122.0006.2094.3.1.9.0.13.00.00.00	OBRIGACOES PATRONAIS	
0300000000-Recursos Ordinários		312,69
10.001.04.122.0035.2056.3.1.9.0.04.00.00.00	CONTRATACAO POR TEMPO DETERMINADO	
0300000000-Recursos Ordinários		522,50
10.001.04.122.0035.2056.3.1.9.0.11.00.00.00	VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	
0300000000-Recursos Ordinários		43.290,00
10.001.04.122.0035.2056.3.1.9.0.13.00.00.00	OBRIGACOES PATRONAIS	
0300000000-Recursos Ordinários		399,98
10.001.04.122.0035.2056.3.1.9.1.13.00.00.00	OBRIGACOES PATRONAIS - RPPS	
0300000000-Recursos Ordinários		5.348,08
	Sub-Total:	**51.048,78**

11.001-GABINETE DO SECRETARIO

11.001.22.661.0034.2058.3.1.9.0.11.00.00.00	VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	
0300000000-Recursos Ordinários		11.615,59
11.001.22.661.0034.2058.3.1.9.0.13.00.00.00	OBRIGACOES PATRONAIS	
0300000000-Recursos Ordinários		1.466,64

ESTADO DE MATO GROSSO
PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA UBIRATA
CNPJ: 01614521000100
Rua Para, 0001850 - Santa Helena
Telefone 06635791192

DECRETO SUPLEMENTAR Nº 00025/2021

11.001.22.661.0034.2058.3.1.9.1.13.00.00.00	OBRIGACOES PATRONAIS - RPPS	
0300000000-Recursos Ordinários		646,26
	Sub-Total:	**13.728,49**
12.001-GABINETE DO SECRETARIO		
12.001.18.541.0032.2059.3.1.9.0.11.00.00.00	VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	
0300000000-Recursos Ordinários		14.303,16
12.001.18.541.0032.2059.3.1.9.0.13.00.00.00	OBRIGACOES PATRONAIS	
0300000000-Recursos Ordinários		2.581,51
12.001.18.541.0032.2059.3.1.9.1.13.00.00.00	OBRIGACOES PATRONAIS - RPPS	
0300000000-Recursos Ordinários		318,28
	Sub-Total:	**17.202,95**
14.001-GABINETE DO SECRETARIO		
14.001.27.812.0041.2069.3.1.9.0.11.00.00.00	VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	
0300000000-Recursos Ordinários		12.612,44
14.001.27.812.0041.2069.3.1.9.0.13.00.00.00	OBRIGACOES PATRONAIS	
0300000000-Recursos Ordinários		2.375,68
14.001.27.812.0041.2069.3.1.9.1.13.00.00.00	OBRIGACOES PATRONAIS - RPPS	
0300000000-Recursos Ordinários		609,39
14.001.27.812.0041.2069.3.3.9.0.08.00.00.00	OUTROS BENEFICIOS ASSISTENCIAIS	
0300000000-Recursos Ordinários		1.352,18
	Sub-Total:	**16.949,69**
	Total Parcial Suplementado:	**1.834.717,29**

Art. 2º - Os Recursos Orcamentários para fazer face ao presente Crédito Adicional Especial correrão por conta de Superávit Financeiro apurado em balanço do Exercício Anterior nos termos do artigo 43, § 1 inciso I da Lei Federal 4.320/64.

	Total Parcial Reduzido:

Art. 3º - Este decreto lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Poder Executivo Municipal. NOVA UBIRATA, 25, Janeiro de 2021

EDEGAR JOSE BERNARDI
Prefeito Municipal

DECRETO MUNICIPAL 014/2021

ESTADO DE MATO GROSSO

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA UBIRATA

CNPJ: 01614521000100

Rua Para, 0001850 - Santa Helena

Telefone 06635791192

DECRETO SUPLEMENTAR Nº 00014/2021

SÚMULA: ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR NO VALOR QUE MENCIONA E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS:

O Poder Executivo Municipal de NOVA UBIRATA, no uso de suas atribuições legais, tendo em vista o contido da Lei Municipal **00923/2020** , e em consonância com a Lei Federal 4320/64

DECRETA

Art. 1º - Fica autorizado o Poder Executivo Municipal a proceder a abertura de Crédito Adicional Suplementar no valor de R$ 313.706,28 nos termos do Artigo 41, inciso I da Lei Federal 4.320/64, para inclusao de fontes em dotacão autorizada no orçamento vigente.

03.001-GABINETE DO SECRETARIO

Anul. Total ou Parcial de Dotação

03.001.04.123.0006.2004.3.3.9.0.92.00.00.00 DESPESAS DE EXERCICIOS ANTERIORES
0100000000-Recursos Ordinários 6.000,00

Sub-Total: 6.000,00

04.001-GABINETE DO SECRETARIO

04.001.08.244.0007.2010.3.3.9.0.36.00.00.00 OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSOA FISICA
0100000000-Recursos Ordinários 24.250,00
04.001.08.244.0007.2010.4.4.9.0.52.00.00.00 EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE
0100000000-Recursos Ordinários 1.100,00

Sub-Total: 25.350,00

04.002-FUNDO MUN. DE ACAO PROM. SOCIAL TRAB. E CID

04.002.08.244.0045.2087.3.3.9.0.39.00.00.00 OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSOA JURIDICA
0100000000-Recursos Ordinários 1.000,00
04.002.08.244.0047.2103.3.3.9.0.36.00.00.00 OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSOA FISICA
0129074000-Acoes de saude para o enfrentamento do Coronavirus - COVID 19 3.200,00

Sub-Total: 4.200,00

05.001-GABINETE DO SECRETARIO

05.001.12.361.0015.2018.3.3.9.0.39.00.00.00 OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSOA JURIDICA
0115000000-Transferência de Recursos do Fundo Nacional do Desenvolvimento da Educação - FN 1.500,00

Sub-Total: 1.500,00

05.002-FUNDO MUNICIPAL DE EDUCACAO

05.002.12.361.0017.1010.4.4.9.0.51.00.00.00 OBRAS E INSTALACOES
0101000000-Receitas de Impostos e de Transferência de Impostos - Educação 192.086,28

Sub-Total: 192.086,28

05.003-FUNDO MANUT. E DES. EDUC. BASICA E VAL FUN

05.003.12.365.0019.2030.3.1.9.0.94.00.00.00 INDENIZACOES E RESTITUICOES TRABALHISTAS
0101000000-Receitas de Impostos e de Transferência de Impostos - Educação 5.000,00

Sub-Total: 5.000,00

06.001-GABINETE DO SECRETARIO

06.001.15.451.0025.2035.3.3.9.0.36.00.00.00 OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSOA FISICA
0100000000-Recursos Ordinários 1.000,00

Sub-Total: 1.000,00

06.004-DEPARTAMENTO DE AGUA E ESGOTO - DAE

ESTADO DE MATO GROSSO
PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA UBIRATA
CNPJ: 01614521000100
Rua Para, 0001850 - Santa Helena
Telefone 06635791192

DECRETO SUPLEMENTAR Nº 00014/2021

06.004.17.512.0036.2038.4.4.9.0.52.00.00.00	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	
0100000000-Recursos Ordinários		40.000,00
	Sub-Total:	**40.000,00**

07.001-GABINETE DO SECRETARIO

07.001.10.122.0027.2040.3.1.9.0.94.00.00.00	INDENIZACOES E RESTITUICOES TRABALHISTAS	
0102000000-Receitas de Impostos e de Transferência de Impostos - Saúde		10.000,00
07.001.10.122.0027.2040.3.3.9.0.36.00.00.00	OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSOA FISICA	
0102000000-Receitas de Impostos e de Transferência de Impostos - Saúde		600,00
	Sub-Total:	**10.600,00**

07.002-FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE

07.002.10.122.0047.2102.3.3.9.0.39.00.00.00	OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSOA JURIDICA	
0146074000-Acoes de saude para o enfrentamento do Coronavirus - COVID 19		12.000,00
07.002.10.301.0028.2046.3.1.9.0.94.00.00.00	INDENIZACOES E RESTITUICOES TRABALHISTAS	
0102000000-Receitas de Impostos e de Transferência de Impostos - Saúde		3.000,00
	Sub-Total:	**15.000,00**

10.001-GABINETEDO SECRETARIO

10.001.04.122.0035.2056.3.1.9.0.94.00.00.00	INDENIZACOES E RESTITUICOES TRABALHISTAS	
0100000000-Recursos Ordinários		10.000,00
	Sub-Total:	**10.000,00**

11.001-GABINETE DO SECRETARIO

11.001.22.661.0034.2058.3.3.9.0.36.00.00.00	OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSOA FISICA	
0100000000-Recursos Ordinários		2.970,00
	Sub-Total:	**2.970,00**
	Total Parcial Suplementado:	**313.706,28**

Art. 2º Os Recursos Orcamentários para fazer face ao presente Crédito Adicional Suplementar correrão por conta de Anulação Total ou Parcial de Dotações nos termos do artigo 43, § 1 inciso III da Lei Federal 4.320/64.

03.001-GABINETE DO SECRETARIO

Anul. Total ou Parcial de Dotação

03.001.04.123.0006.2004.3.1.9.0.11.00.00.00	VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	
0100000000-Recursos Ordinários		6.000,00
	Sub-Total:	**6.000,00**

04.002-FUNDO MUN. DE ACAO PROM. SOCIAL TRAB. E CID

04.002.08.244.0007.2081.3.3.9.0.30.00.00.00	MATERIAL DE CONSUMO	
0100000000-Recursos Ordinários		29.550,00
	Sub-Total:	**29.550,00**

05.001-GABINETE DO SECRETARIO

05.001.12.361.0015.2018.3.1.9.0.11.00.00.00	VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	
0101000000-Receitas de Impostos e de Transferência de Impostos - Educação		50.000,00
05.001.12.361.0015.2018.3.3.9.0.39.00.00.00	OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSOA JURIDICA	
0101000000-Receitas de Impostos e de Transferência de Impostos - Educação		30.000,00
05.001.12.361.0015.2095.3.3.9.0.30.00.00.00	MATERIAL DE CONSUMO	
0115000000-Transferência de Recursos do Fundo Nacional do Desenvolvimento da Educação - FN		50.000,00
	Sub-Total:	**130.000,00**

Homologado

ESTADO DE MATO GROSSO

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA UBIRATA

CNPJ: 01614521000100

Rua Para, 0001850 - Santa Helena

Telefone 06635791192

DECRETO SUPLEMENTAR Nº 00014/2021

05.002-FUNDO MUNICIPAL DE EDUCACAO

05.002.12.361.0017.2020.3.3.9.0.30.00.00.00 MATERIAL DE CONSUMO	
0101000000-Receitas de Impostos e de Transferência de Impostos - Educação	68.000,00
Sub-Total:	**68.000,00**

05.004-FUNDO MANUT. E DES. EDUC. BASICA E VAL FUN

05.004.12.361.0017.2026.3.1.9.1.13.00.00.00 OBRIGACOES PATRONAIS - RPPS	
0118000000-Transferências do FUNDEB - (aplicação na remuneração dos profissionais do Magis	586,28
Sub-Total:	**586,28**

06.002-DEPARTAMENTO DE OBRAS E SERVICOS URBANOS

06.002.15.452.0034.2036.3.3.9.0.39.00.00.00 OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSOA JURIDICA	
0100000000-Recursos Ordinários	41.000,00
Sub-Total:	**41.000,00**

07.001-GABINETE DO SECRETARIO

07.001.10.122.0027.2040.3.3.9.0.34.00.00.00 OUTRAS DESPESAS DECORRENTES DE CONTRATOS DE TERCEI	
0102000000-Receitas de Impostos e de Transferência de Impostos - Saúde	25.600,00
Sub-Total:	**25.600,00**

10.001-GABINETEDO SECRETARIO

10.001.04.122.0035.2056.3.1.9.1.13.00.00.00 OBRIGACOES PATRONAIS - RPPS	
0100000000-Recursos Ordinários	10.000,00
Sub-Total:	**10.000,00**

11.002-DEPTO MUN.IND. COM. E TURISMO

11.002.13.392.0021.2022.3.3.9.0.39.00.00.00 OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSOA JURIDICA	
0100000000-Recursos Ordinários	2.970,00
Sub-Total:	**2.970,00**
Total Parcial Reduzido:	**313.706,28**

Art. 3º - Este decreto lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Poder Executivo Municipal. NOVA UBIRATA, 04, Janeiro de 2021

EDEGAR JOSE BERNARDI
Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA XAVANTINA

LICITAÇÃO
HOMOLOGAÇÃO DE LICITAÇÃO PREGÃO PRESENCIAL Nº 002/2.021

A Prefeitura Municipal de Nova Xavantina – MT, através de sua Pregoeira, vem a público divulgar a HOMOLOGAÇÃO da licitação na modalidade Pregão Presencial nº 002/2.021, o qual teve por **Objeto o** REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE MATERIAIS ELÉTRICOS E OUTROS PARA MANUTENÇÃO DOS PRÉDIOS PÚBLICOS, PARA SUPRIR AS NECESSIDADES DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA MUNICIPAL DE NOVA XAVANTINA - MT. Empresas vencedoras do certame: 3M COMÉRCIO DE MATERIAIS ELÉTRICOS CONSTRUÇÃO E EQUIPAMENTOS LTDA-ME, inscrita no CNPJ nº 04.347.124/0001-07, com o valor global de R$ 129.829,50 (cento e vinte e nove mil, oitocentos e vinte e nove reais e cinquenta centavos); COTELETRICA MATERIAIS ELETRICOS LTDA (EPP), inscrita no CNPJ nº 07.237.858/0001-13, com o valor global de R$ 54.940,00 (cinquenta e quatro mil, novecentos e quarenta reais); ELETRICA LUZ COMERCIAL DE MATERIAIS ELETRICOS EIRELI, inscrita no CNPJ nº 00.226.324/0001-42, com o valor global de R$ 74.804,38 (setenta e quatro mil, oitocentos e quatro reais e trinta e oito centavos); GLOBAL LED COMERCIO E SERVIÇOS LTDA, inscrita no CNPJ nº 35.592.791/0001-70, com o valor global final de R$ 63.965,90 (sessenta e três mil, novecentos e sessenta e cinco reais e noventa centavos); GYN LED INDÚSTRIA E COMÉRCIO LTDA ME, inscrita no CNPJ nº 29.613.043/0001-24, com o valor global de R$ 167.095,70 (cento e sessenta e sete mil noventa e cinco reais e setenta centavos); I9 LED COMERCIO E SERVIÇOS LTDA, inscrita no CNPJ nº 39.744.996/0001-85, com o valor global de R$ 23.186,00 (vinte e três mil, cento e oitenta e seis reais); LOCATELLI MATERIAIS PARA CONSTRUÇÕES LTDA, inscrita no CNPJ nº 11.047.161/0001-57, com o valor global de R$ 60.488,20 (sessenta mil, quatrocentos e oitenta e oito reais e vinte centavos) e, LUZ & CIA EIRELI, inscrita no CNPJ nº 31.075.299/0001-77, com o valor global de R$ 29.981,89 (vinte e nove mil, novecentos e oitenta e um reais e oitenta e nove centavos).

Nova Xavantina – MT, 23 de fevereiro de 2.021.

Marina Angélica Marca

Pregoeira Oficial

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVO HORIZONTE DO NORTE

PREFEITURA/LICITACAO
AVISO DE RESULTADO DE LICITAÇÃO PREGÃO ELETRÔNICO - SRP 004/2021 PROCESSO LICITATÓRIO 007/2021

A **Prefeitura Municipal de Novo Horizonte do Norte – MT**, através do pregoeiro e equipe de apoio, torna público aos interessados a **Adjudicação** do processo licitatório Pregão Eletrônico 005/2021, cujo **objeto é o Registro de preços para futura e eventual aquisição de medicamentos para manutenção da Farmácia Básica, Hospital Municipal e Unidades Básicas de Saúde,** conforme especificações e condições do edital e seus anexos, em favor das empresas vencedoras do certame conforme segue:

3MED Distribuidora de Medicamentos Ltda. - ME, inscrita no **CNPJ: 29.043.834/0001-66,** com valortotal de **R$ 64.630,00 (sessenta e quatro mil, seiscentos e trinta reais)**, para os **itens 128, 183, 226** e **247;**

Armazém dos Medicamentos EIRELI - ME, inscrita no **CNPJ: 27.718.661/0001-03,** com valortotal de **R$ 273.330,60 (duzentos e setenta e três mil, trezentos e trinta reais e sessenta centavos)**, para os **itens 01, 08, 10, 11, 13, 15, 16, 20, 24, 31, 32, 34, 36, 39, 48, 53, 69, 70, 71, 80, 85, 93, 106, 110, 121, 125, 132, 133, 137, 138, 142, 143, 153, 160, 162, 163, 164, 173, 174, 175, 185, 188, 192, 197, 217, 227, 228, 228, 232, 233, 234, 237, 238, 239, 240, 241, 242, 243, 248** e **256**;

Distribuidora de Medicamentos Backes EIRELI - ME, inscrita no **CNPJ: 25.279.552/0001-01,** com valortotal de **R$ 21.005,50 (vinte e um mil, cinco reais e cinquenta centavos)**, para os **itens 06, 22, 27, 44, 67, 68** e **116**;

Fênix Comercio de Produtos Hospitalares Ltda., inscrita no **CNPJ: 33.398.831/0001-12,** com valortotal de **R$ 33.409,50 (trinta e três mil, quatrocentos e nove reais e cinquenta centavos)**, para os **itens 38, 55, 57, 108, 167, 168, 187** e **204**;

Flymed Comercio de Produtos Hospitalares Ltda. - ME, inscrita no **CNPJ: 25.034.906/0001-58,** com valortotal de **R$ 840,00 (oitocentos e quarenta reais)**, para o **item 158**;

Life Center Com. e Distribuidora de Medicamentos Ltda. - EPP, inscrita no **CNPJ: 21.227.039/0001-16,** com valortotal de **R$ 189.589,80 (cento e oitenta e nove mil, quinhentos e oitenta e nove reais e oitenta centavos)**, para os **itens 03, 12, 40, 41, 43, 50, 54, 61, 62, 65, 92, 124, 131, 147, 148, 198, 230, 255** e **258**;

Ligia Maria Carneiro - ME, inscrita no **CNPJ: 29.228.930/0001-89,** com valortotal de **R$ 130.228,00 (cento e trinta mil, duzentos e vinte e oito reais)**, para os **itens 02, 14, 21, 35, 47, 49, 52, 56, 66, 91, 98, 100, 101, 104, 107, 114, 151, 152, 166, 169, 171, 179, 182, 200, 201, 205, 208, 215, 218** e **249**;

Luvermed Distribuidora de Medicamentos Ltda. - ME, inscrita no **CNPJ: 19.391.064/0001-99,** com valortotal de **R$ 148.467,00 (cento e quarenta e oito mil, quatrocentos e sessenta e sete reais)**, para os **itens 09, 29, 30, 63, 64, 76, 81, 82, 117, 136, 150, 184, 196, 199, 202, 203, 209, 213, 235, 244, 253** e **260**;

Medicamentos de AZ EIRELI - ME, inscrita no **CNPJ: 09.676.256/0001-98,** com valortotal de **R$ 161.593,50 (cento e sessenta e um mil, quinhentos e noventa e três reais e cinquenta centavos)**, para os **itens 05, 19, 23, 33, 45, 58, 59, 60, 78, 79, 94, 95, 96, 97, 102, 109, 115, 118, 119, 123, 129, 130, 146, 155, 161, 165, 172, 176, 177, 180, 181, 189, 194, 195, 210, 211, 216, 219, 220, 222, 223, 224, 236, 246, 250, 257** e **259;**

R.F. Leite Distribuidora de Medicamentos e Produtos para Saúde - ME, inscrita no **CNPJ: 35.042.079/0001-06,** com valortotal de **R$ 7.188,00 (sete mil, cento e oitenta e oito reais)**, para os **itens 28, 46** e **51.**

Saframed Hospitalar Ltda., inscrita no **CNPJ: 36.629.597/0001-85,** com valortotal de **R$ 48.986,00 (quarenta e oito mil, novecentos e oitenta e seis reais)**, para os **itens 17, 42, 88, 90, 112, 157, 186, 214** e **221.**

Os **Itens 07, 18, 84, 86, 89, 103, 105, 113, 122, 126, 141, 144, 149, 159, 178, 190, 191, 212, 252, 254** e **261** foram declarados **desertos.**

Os **Itens 04, 25, 26, 37, 72, 73, 74, 75, 77, 83, 87, 99, 111, 120, 127, 134, 135, 139, 140, 145, 154, 156, 170, 193, 206, 207, 225, 231, 245** e **251** foram declarados **fracassados.**

Maiores informações nos endereços eletrônicos www.portaldecompraspublicas.com.br e portal da transparência http://www.novohorizontedonorte.mt.gov.br.

Novo Horizonte do Norte-MT, 23 de fevereiro de 2021.

JULIANO GAMBA

Pregoeiro Oficial

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO PORTARIA Nº 097/2021.

PORTARIA Nº 097/2021, 22 FEVERIRO DE 2021.

Dispõe sobre a nomeação de membros para compor o Conselho Municipal de Educação, e dá outras providências.

SILVANO PEREIRA NEVES, Prefeito Municipal de Novo Horizonte do Norte-MT, no uso de suas atribuições que Confere-lhe o Art. 45, Inciso IV, da Lei Orgânica do Município.

RESOLVE:

Artigo 1º - Nomear os membros relacionados para comporem o Conselho Municipal de Educação, com mandato de 03 (três) anos, com início em 01/02/2021 a 01/02/2023, responsáveis por deliberar, acompanhar o planejamento, execução e ações do Plano Municipal de Educação de Novo Horizonte do Norte - MT.

Representantes do Poder Executivo Municipal:

Titular: ALBERTO GORGES

Suplente: MELISSA RAIMUNDI RODRIGUES

Representantes dos Profissionais da Educação:

Titulares: KATIANE APARECIDA BUSACHERA

LETÍCIA JAMARIQUELI CASTILHO

LINDOMAR FERREIRA LOPES

Suplentes: ELÉSIO MARQUES DE BRITO FILHO

VALDIRENE APARECIDA CRIVILIN

VANDERLEIA DOS SANTOS

Representantes dos Estudantes:

Titulares: IURY FERNANDES ALVES

Suplentes: MARIA RAYANE FERREIRA BRISOLLA

Representantes dos Pais de Estudantes:

Titulares: ÉRIKA MAISA DA SILVA PADOVAN

GILVAN JOSÉ DA SILVA

MICHELLI BARBARA VIEIRA ZANOL

Suplentes: MARIA DOLORES MARINOTTI MOREIRA

AMANDA OLIVEIRA DOS SANTOS

TAINARA FRANCISCA DA SILVA SACCHI

Representantes dos Profissionais da Saúde:

Titulares: GENELICE EPITAFIO DA COSTA

MARIA ESPERIDIÃO DA SILVA

Suplentes: ADRIANO SIMÕES BRONNER

SANDRA ESPERIDIÃO

Representantes do Sindicato dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais:

Titulares: EDINA MELO

Suplentes: ELIVONE DA SILVA

Representantes da Associação Comercial:

Titulares: ROSANA PEDROSO FÁVARO

Suplentes: MARIA DE FÁTIMA RODRIGUES DE SOUZA

Artigo 2º - Esta Portaria entrará em vigor retroagindo seus efeitos a partir de 01 de fevereiro de 2021, revogando a portaria 058/2021 de 01 de fevereiro de 2021 e demais disposições contrárias.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-E E CUMPRA-SE.

Gabinete do Prefeito Municipal de Novo Horizonte do Norte-MT, 22 de fevereiro de 2021.

SILVANO PEREIRA NEVES

PREFEITO MUNICIPAL

ALBERTO GORGES

SECRETÁRIO MUN. DE ADM. E PLANEJAMENTO

PREFEITURA/LICITACAO
TERMO DE HOMOLOGAÇÃO PREGÃO PRESENCIAL 005/2021
PROCESSO LICITATÓRIO 008/2021

OBJETO: Contratação de empresa para acompanhamento, criação, edição e produção de conteúdos audiovisuais e divulgação em mídias sociais e site oficial do município de ações administrativas, esportivas, culturais e sociais do executivo municipal, conforme especificado no anexo I – Termo de referência do edital.

A **PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVO HORIZONTE DO NORTE – ESTADO DE MATO GROSSO,** neste ato representado pelo Prefeito Municipal, Sr. **Silvano Pereira Neves** no uso das atribuições que lhe são conferidas pela legislação em vigor, torna público à vista do resultado conclusivo emitido pelo pregoeiro que fez a adjudicação do processo como vencedora a empresa **Altair Barbosa da Silva - MEI,** inscritano **CNPJ: 25.367.900/0001-00,** comproposta no valor global de **R$ 30.000,00 (trinta mil reais)**, para o **Lote 01.** Diante do exposto, **RATIFICO** a adjudicação proferida pelo pregoeiro e **HOMOLOGO** a presente licitação, nos termos da licitante vencedora, que fica obrigada a prestar o serviço objeto licitado ao Município de Novo Horizonte do Norte – MT, conforme consta no edital e referido processo.

Novo Horizonte do Norte – MT, em 23 de fevereiro de 2021.

SILVANO PEREIRA NEVES

Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVO MUNDO

SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
RESOLUÇÃO Nº 001/2021/CMDPD

RESOLUÇÃO Nº 001/2021/CMDPD

DISPÕE SOBRE OS MEMBROS DO CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA - CMDPD, cumprindo o da Lei Nº 309/2010, de 10/06/2010, no uso de suas competências:

Art.1° De acordo com a reunião realizada no dia 23 do mês de fevereiro do ano de 2021, conforme registrado na Ata nº 001/2021, deliberou-se a eleição para os cargos de Presidente, Vice-Presidente e Secretário do Conselho Municipal dos Direitos da Pessoa com Deficiência.

Presidente: Elena de Oliveira Guimarães

Vice-Presidente: Sandra Regina Vomieiro

Secretária: Paula Hérica da Silva Costa

Art. 2º Esta Resolução passa a vigorar a partir de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Novo Mundo-MT, 23 de fevereiro de 2021.

_____

Elena de Oliveira Guimarães

Presidente CMDPD

LICITAÇÃO
RESULTADO DE LICITAÇÃO PROCESSO LICITATÓRIO Nº 001/2021
PREGÃO ELETRÔNICO PARA REGISTRO DE PREÇOS Nº 001/2021

A Prefeitura Municipal de Novo Mundo, Estado de Mato Grosso, através da Equipe Pregoeira Oficial, torna público que realizou Licitação na Modalidade **"Pregão Eletrônico"** nos termos da Lei 8.666/93 e Lei 10.520/02 e suas alterações, através do site: www.bll.org.br, às 10h00min do dia 02 de fevereiro de 2021, objetivando o **REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE MEDICAMENTOS, MATERIAL HOSPITALAR, INSUMOS E MATERIAL LABORATORIAL, PARA ATENDER AS DEMANDAS DAS UNIDADES BÁSICAS DE SAÚDE DO MUNICIPIO**

DE NOVO MUNDO MT, conforme discriminado no Edital, onde obteve o seguinte resultado:

Sagraram – se vencedoras do citado certame as seguintes licitantes: **DISMART DISTRIBUIDORA HOSPITALAR EIRELI** com o valor de **R$ 34.832,00** (trinta e quatro mil e oitocentos e trinta e dois), **M.M.H MED COMERCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES** com o valor de **R$ 203. 310,00** (duzentos e três mil e trezentos e dez reais), **NOVASUL COMERCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES** com o valor de **R$ 48.192,00** (quarenta e oito mil e cento e noventa e dois reais), **MEDICAMENTOS DE AZ EIRELI** com o valor de **R$ 48.584,00** (quarenta e oito mil e quinhentos e oitenta e quatro reais), **JETHAMED COMÉRCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES** com valor de **R$ 60.400,00** (sessenta mil e quatrocentos reais),**DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS BACKES EIRELI ME** com o valor de **R$ 56.886,00** (cinquenta e seis mil e oitocentos e oitenta e seis reais)**, LIFE CENTER COMÉRCIO E DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA ,** com o valor de **R$ 245.530,00** (duzentos e quarenta e cinco mil e quinhentos e trinta reais), **LUVERMED DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA,** com o valor de **R$ 130.245,46** (cento e trinta mil e duzentos e quarenta e cinco reais e quarenta e seis centavos), **A2 DISTRIBUIDORA BRASIL LTDA ,** com o valor de **R$ 12.800,00** (doze mil e oitocentos reais), **ARMAZÉM DOS MEDICAMENTOS EIRELI ME ,** com o valor de **R$ 62.590,00** (sessenta e dois mil e quinhentos e noventa reais),**L FERREIRA DA COSTA DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS** com o valor de **R$ 53.750,00(**cinquenta e três mil e setecentos e cinquenta reais) **LIGIA MARIA CARNEIRO** com o valor de **R$ 95.981,00 (**noventa e cinco mil e novecentos e oitenta e um reais), **FEMAP COMÉRCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES EIRELI** com o valor de **R$ 216.717,88 (**duzentos e dezesseis mil e setecentos e dezessete reais e oitocentos e oitenta e oito centavos), **SALVI E LOPES E CIA LTDA** com o valor de **R$ 6.273,20 (**seis mil e duzentos e setenta e três reais e vinte centavos), **JR LACERDA MATERIAL MEDICO HOSPITALAR EIRELI EPP** com o valor de **R$ 135. 090,40 (**cento e trinta e cinco mil e noventa reais e quarenta centavos), **SINOMEDICA COMÉRCIO PRODUTOS MEDICO HOSPITALARES LTDA** com o valor de **R$ 4.917,20 (**quatro mil e novecentos e dezessete reais e vinte centavos), **DIMALAB ELETRONICS DO BRASIL EIRELI** com o valor de **R$ 21.365,00** (vinte e um mil e trezentos e sessenta e cinco reais), **VALE DO TAPAJOS DISTRRIBUIDORA PRODUTOS HOSPITALARES LTDA EPP** com o valor de **R$ 64.182,00** (sessenta e quatro mil e cento e oitenta e dois reais), **T A INDSTRIA E FACÇÃO DE ARTIGOS PARA VESTUARIO LTDA** com o valor de **R$ 44.495,10** (quarenta e quatro mil e quatrocentos e noventa e cinco reais e dez centavos), **INGALAB EQUIPAMENTOS PARA LABORATÓRIOS LTDA** com o valor de **R$ 58.255,75 (**cinquenta e oito mil e duzentos e cinquenta e cinco mil e setenta e cinco centavos), **W.N DIAGNÓSTICA EIRELI EPP** com o valor de **R$ 2.606,00 (** dois mil e seiscentos e seis reais).Assim por terem apresentado propostas com preço compatíveis ao praticado no mercado e dentro das condições exigidas no Edital, foram declaradas vencedoras.

O Processo Administrativo referente à licitação acima, encontra-se a disposição dos interessados na sala de licitações da Prefeitura Municipal de Novo Mundo/MT, na Rua Nunes Freire, n° 12, Alto da Bela Vista, de segunda a sexta-feira no horário de atendimento ao público.

Novo Mundo MT, 23 de fevereiro de 2021.

Luciana Da Silva Betarelo

Pregoeira Oficial

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVO SANTO ANTÔNIO

TERMO DE RATIFICAÇÃO PROCESSO Nº: 09/2021 DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº: 06/2021

TERMO DE RATIFICAÇÃO

Processo nº: 09/2021

Dispensa de Licitação nº: 06/2021

Objeto: AQUISIÇÃO DE IMPRESSORAS MULTIFUCIONAIS PARA UINIDADE BASICA DE SAÚDE E SECRETARIA MUNICIPAL, PELO QUAL SERÁ UTILIZADO O RECURSO DA PORTARIA Nº 444/2019/GBSES A SER UTILIZADO NA ESTRUTURAÇÃO OU RESTRUTURAÇÃO DOS SERVIÇOS MUNICIPAIS DE VIGILANCIA SANITÁRIA COM O OBJETIVO DE FORTALECER O PROCESSO DE DESCENTRALIZAÇÃO DAS AÇÕES DE VIGILANCIA SANITÁRIA.

O Prefeito Municipal de Novo Santo Antônio estado de Mato Grosso o **SENHOR ADÃO SOARES NOGUEIRA**, no uso de suas atribuições legais, e de acordo com o que determina o Artigo 26 da Lei Federal n° 8.666/93, com suas alterações posteriores, considerando o que consta do presente Processo de Dispensa de Licitação **n° 06/2021**, **RATIFICA** a declaração de Dispensa de Licitação para a Contratação de empresa para AQUISIÇÃO DE IMPRESSORAS MULTIFUCIONAIS PARA UINIDADE BASICA DE SAÚDE E SECRETARIA MUNICIPAL, PELO QUAL SERÁ UTILIZADO O RECURSO DA PORTARIA Nº 444/2019/GBSES A SER UTILIZADO NA ESTRUTURAÇÃO OU RESTRUTURAÇÃO DOS SERVIÇOS MUNICIPAIS DE VIGILANCIA SANITÁRIA COM O OBJETIVO DE FORTALECER O PROCESSO DE DESCENTRALIZAÇÃO DAS AÇÕES DE VIGILANCIA SANITÁRIA.

Justificativa Anexa nos autos do processo de dispensa de licitação nº. 06/2021

FAVORECIDA: **ADRIELLE MOREIRA DE SOUSA 01625998112**

CNPJ: **20183066/0001-71**

VALOR TOTAL: ***R$: 5.978,00 (Cinco Mil Novecentos e Setenta e Oito Reais).***

FUNDAMENTO LEGAL: Artigo 24 Inciso II da Lei nº 8.666/93.

Determino, ainda, que seja dada a devida publicidade legal, em especial à prevista no caput do artigo 26 da Lei Federal nº 8.666/93, e que, após, seja o presente expediente devidamente autuado e arquivado.

Novo Santo Antônio-MT 24 de Fevereiro de 2.021.

_____

ADÃO SOARES NOGUEIRA

Prefeito Municipal

COVID-19: TERMO DE RATIFICAÇÃO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 05/2021

TERMO DE RATIFICAÇÃO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 05/2021

OBJETO: AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTO SENDO APARELHO IMUNOFLURESCENTE PARA DETECÇÃO ANTÍGENOS E ANTICORPOS PARA O COVID-19, E DE INSUMOS SENDO TESTE DO COVID-19 AG E IGG/IGM, PARA O ENFRENTAMENTO DA PANDEMIA DO CORONA VIRUS JUNTO AO MUNICIPIO DE NOVO SANTO ANTÔNIO- MT.

Nº DO PROCESSO:	**08/2021**
FAVORECIDO:	**DIHOL DISTRIBUIDORA LTDA**
CNPJ:	**26.792.580/0001-90**
VALOR TOTAL:	**R$ 26.025.00 (VINTE E SEIS MIL E VINTE E CINCO REAIS).**
FUNDAMENTO LEGAL:	**Artigo 24, Inciso IV da Lei nº 8.666/93. E ART. 4º DA Lei 13979/2020**
JUSTIFICATIVA:	**Anexa nos autos do processo.**

Ratifico a Dispensa de Licitação nº 05/2021 em consonância com a justificativa apresentada pela Comissão Permanente de Licitação e Parecer Jurídico, nos termos do artigo 26 da Lei nº 8.666/93 e suas atualizações.

As contratações ou aquisições realizadas com fulcro nesta lei serão imediatamente disponibilizadas em sítio oficial da prefeitura Municipal de Novo Santo Antônio-MT.

Novo Santo Antônio-MT, 24 de Fevereiro de 2021.

_____

ADÃO SOARES NOGUEIRA

Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVO SÃO JOAQUIM

LICITAÇÕES E CONTRATOS
AVISO DE LICITAÇÃO

PREGÃO PRESENCIAL Nº 03/2021

TIPO: MENOR PREÇO POR ITEM

LICITAÇÃO EXCLUSIVA ME/EPP COM TRATAMENTO DIFERENCIADO PARA EMPRESAS REGIONAIS CONFORME LEIS 147/14 – 123/06 E DECRETO MUNICIPAL 08/2018.

A PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVO SÃO JOAQUIM-MT, através do seu **PREGOEIRO,** torna público, para conhecimento d os interessados, quefará realizar licitação na modalidade **PREGÃO PRESENCIAL**, do tipo **MENOR PREÇO POR ITEM**, **às 08h00 horas (Brasília) do dia 08 de Março de 2021**, na sala de Licitações da Prefeitura Municipal de Novo São Joaquim, /MT, conforme descrito no edital, de conformidade com as Leis 10.520/2002, 8.666/93. O **credenciamento** será feito das **07h30 às 08h00**. Os envelopes de Proposta de Preços e Documentos de Habilitação deverão ser entregues ao Pregoeiro até às **08h00 horas (Brasília) do dia 08 de Março de 2021**. **OBJETO DA LICITAÇÃO: REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS E HIGIENE PESSOAL PARA CONFECÇÃO DE CESTAS BÁSICAS PARA ATENDER PROGRAMAS DA SECRETARIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL E TRABALHO DO MUNICÍPIO DE NOVO SÃO JOAQUIM, CONFORME ESPECIFICAÇÕES DO ANEXO I - TERMO DE REFERÊNCIA DO EDITAL:** sites: **www.novosaojoaquim.mt.gov.br** e Sala de Licitações da Prefeitura Municipal de Novo São Joaquim, das 08h00 às 17h00. **INFORMAÇÕES:** As empresas interessadas poderão solicitar informações junto a Comissão de Licitação, Pregoeiro e Equipe de Apoio pelo fone abaixo. **TELEFONE PARA CONTATO:** (0**66)3479-1158.

Novo São Joaquim - MT, 23 de março de 2021.

VALBER KENEDY BARBOZA SANDES - Pregoeiro Oficial

PREFEITURA MUNICIPAL DE PARANATINGA

LICITAÇÃO
DISPENSA DE LICITAÇÃO 12/2021.

Prefeitura Municipal de Paranatinga – MT.

Dispensa de Licitação 12/2021.

RATIFICAÇÃO:

Contratada: ANDERSON SHUENQUENER DE SOUZA - ME; CNPJ: 11.722.283/0001-00.

Objeto; Contratação de Empresa Especializada para **Aquisição de Materiais Permanentes (Computadores e Notebook)** para atender as necessidades das Secretarias de Administração, Finanças e Gabinete do Prefeito do município de Paranatinga/MT.

Fundamento Legal: Com fulcro no Artigo 24 Inciso II da Lei 8.666/93 alterada pelo DECRETO Nº 9.412/2018.

Valor da contratação: R$: 17.495,00 (dezessete mil e quatrocentos e noventa e cinco reais).

Data da contratação: 23/02/2021.

Dispensa de Licitação 12/2021.

O Prefeito Municipal de Paranatinga – MT, o Senhor **JOSIMAR MARQUES BARBOSA**, tendo concordado com os motivos e as motivações apresentados pela ilustre Secretária Municipal de Administração e Planejamento a Senhora **Fabiana Alves Martins Silva,** e Secretária Municipal de Finanças a Senhora **Debora Gomes Bezerra**, o Secretário Municipal Chefe de Gabinete o Senhor **Eli Gomes de oliveira** e que resultaram na contratação direta acima especificada, resolve **RATIFICAR** a justificativa para contratação direta em questão e determinar sua publicação aprazada na imprensa oficial em cumprimento ao que dispõe o art. 26 da lei 8.666/93.

Paranatinga – MT., 18 de fevereiro de 2021.

Josimar Marques Barbosa

Prefeito Municipal.

PREFEITURA MUNICIPAL DE PEDRA PRETA

PORTARIA Nº 156/2021 - EXONERAÇÃO WALTER BATISTA CAMILO

DE 23 DE FEVEREIRO DE 2021

Dispõe sobre EXONERAÇÃO a Pedido do Servidor Público Municipal e dá outras providências.

NELSON ANTONIO ORLATO, PREFEITO DO MUNICÍPIO DE PEDRA PRETA, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais.

CONSIDERANDO o requerimento do Servidor Walter Batista Camilo.

RESOLVE:

ART. 1º Exonerar a Pedido o Servidor WALTER BATISTA CAMILO, ocupante do cargo de concurso como Motorista, lotado na Secretaria de Educação do Município de Pedra Preta – MT.

ART.2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos à partir de 03/03/2021.

Publique-se. Registre-se. Cumpra-se.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE PEDRA PRETA – MATO GROSSO.

AOS VINTE E TRÊS DIAS DO MÊS DE FEVEREIRO DO ANO DE 2021.

NELSON ANTONIO ORLATO

Prefeito Municipal

Registrada nesta Secretaria e

Publicada no Diário Oficial Da AMM.

DECRETO Nº 025/2021 - PROGRESSÃO FUNCIONAL HORIZONTAL

23 DE FEVEREIRO DE 2021

Dispõe sobre concessão de Progressão Funcional Horizontal, conforme Lei Municipal nº 855/2015 de 09 de junho de 2015 e dá outras providências.

NELSON ANTONIO ORLATO, PREFEITO DO MUNICIPIO DE PEDRA PRETA-MT, no uso de suas atribuições legais;

CONSIDERANDO a Lei Municipal nº 855/2015: Seção I - Da Progressão Horizontal

Art. 32º A Progressão Horizontal dos Profissionais da Administração Municipal dar-se-á de uma classe para outra imediatamente superior à que o servidor ocupa, na mesma série de classes do cargo, mediante comprovação da habilitação educacional, observado o cumprimento do intervalo mínimo de

01 (ano) ano de uma Classe para outra, com exceção dos servidores públicos efetivos e estáveis que na data do enquadramento já integravam o quadro da administração.

DECRETA:

Art.1º Fica concedida Progressão Funcional Horizontal ao servidor:

Nº	Matricula	Nome	Admissão	Cargo	Classe nível atual	Classe nível a progredir
1	1562	Agnaldo José Soares	01/07/2002	Motorista	D/18	E/18

Art.2º O presente Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Publique-se. Registre-se. Cumpra-se.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE PEDRA PRETA – MT.

AOS VINTE E TRÊS DIAS DO MÊS DE FEVEREIRO DO ANO DE 2021.

NELSON ANTONIO ORLATO Prefeito Municipal

Registrada nesta Secretaria e

Publicada no Diário Oficial.

TERMO DE SUSPENSÃO DA ORDEM DE SERVIÇOS REFERENTE AO CONTRATO Nº 108/2020

TERMO DE SUSPENSÃO DA ORDEM DE SERVIÇOS REFERENTE AO CONTRATO Nº 108/2020, FIRMADO ENTRE O MUNICÍPIO DE PEDRA PRETA-MT E A EMPRESA BRAGA CONSTRUÇÕES E SERVIÇOS LTDA.

Pelo presente instrumento, de um lado o **MUNICÍPIO DE PEDRA PRETA -MT**, pessoa jurídica de direito público interno, com sede administrativa na Rua Fernando Correa da Costa, Nº 940, Centro, PEDRA PRETA - MT, inscrito no CNPJ 03.773.942/0001-09, neste ato representado pelo seu Prefeito Sr. NELSON ANTONIO ORLATO, brasileiro, casado, portador do RG sob nº 260.820 e inscrito no CPF/MF sob o nº 046.940.829-49, residente e domiciliado à *Rua José Simar de Carvalho, nº s/n, Bairro Chico Simão, cidade de Pedra Preta – MT*, doravante denominado simplesmente CONTRATANTE, e do outro lado, a empresa **BRAGA CONSTRUÇÕES E SERVIÇOS LTDA**, inscrita no CNPJ Nº 09.302.764/0001-06, pessoa jurídica de direito privado, com sede na Avenida General Mello, nº 1455, sala 111, bloco 02, conjunto General Center, bairro Campo Velho, no Município de Cuiabá – MT , neste ato representado pela Sra. GRAZIELA ELIAS PEREIRA BRAGA DA SILVA, portador do RG nº 1179903 -0 SJ/MT e CPF nº 969.559.881-15, doravante denominada simplesmente CONTRATADA.

Nesta data, entre as partes contratantes acima especificadas, ficou ajustado a suspensão da ordem de serviço do contrato nº 108/2020, firmado entre as partes acima qualificadas, mediante as seguintes cláusulas e condições:

CLÁUSULA PRIMEIRA - **DO OBJETO:** O presente termo tem por objeto a Paralização/Suspenção da Ordem de Serviços referente ao Contrato nº 108/2020, desde a data de 04 de janeiro de 2021, cujo objeto é a "Prestação de serviço de empresa especializada na execução de drenagem pluviais nas ruas 01 e 03 do bairro Jardim Mato Grosso do município de Pedra Preta –MT – plano de ação 0903-004489 – esfera federal – programa 0903 – ministério da economia".

CLÁUSULA SEGUNDA – **DO PRAZO:** O prazo de execução, bem como o prazo de vigência do contrato original fica suspenso por tempo indeterminado, enquanto aguarda nova ordem de serviços para a continuidade da obra.

Fica condicionada a apresentação de novo Cronograma Físico Financeiro para o reinicio da obra em comento.

CLÁUSULA TERCEIRA – **DO FUNDAMENTO LEGAL:** O presente aditivo encontra embasamento legal no art. 79, inciso II da Lei nº 8.666/93.

A Administração Municipal se viu obrigada a Paralisar/Suspender a Ordem de Serviços de execução da obra referente ao contrato nº 108/2020, por acordo com a CONTRATADA, devido ao fato de que a empresa aguarda a conclusão dos serviços de pavimentação asfáltica que estão sendo executadas nas ruas adjacentes as ruas objeto do IC em epigrafe, o que impossibilita a correta e perfeita execução dos serviços ora contratados.

CLÁUSULA QUARTA – **DAS DISPOSIÇÕES FINAIS**: As demais Cláusulas do Contrato original permanecem inalteradas.

E por estarem devidamente acordados, declaram as partes aceitar as disposições estabelecidas neste Instrumento, o qual deverá ser publicado no Diário Oficial do Município no prazo de 5 dias uteis da sua assinatura, sujeitando-se às normas contidas na Lei nº 8.666/93 e assinam o presente em 02 (duas) vias de igual valor e teor e para todos os efeitos legais, na presença de 3 (três) testemunhas idôneas e civilmente capazes.

Pedra Preta– MT, 17 de fevereiro de 2021.

NELSON ANTONIO ORLATO

PREFEITO MUNICIPAL

CONTRATANTE

BRAGA CONSTRUÇOES E SERVIÇOS LTDA

GRAZIELA ELIAS PEREIRA BRAGA DA SILVA

CONTRATADA

TESTEMUNHAS:

ÊNIO LUIZ POLGA

RG. Nº 486855 SSP MT

CPF Nº 304.029.211-00

VICTOR CESAR SILVA ITACARAMBI

RG. Nº 1869425-0 SESP MT

CPF Nº 037.113.991-00

EDUARDO RESENDE ORLATO PAES

RG. Nº 2213930-3 SSP MT

CPF Nº 059.064.111-51

PORTARIA Nº 157/2021 - NOMEAÇÃO AGNALDO JOSÉ SOARES

DE 23 DE FEVEREIRO DE 2021

Dispõe sobre NOMEAÇÃO de Servidor Público Municipal, e dá outras providências;

***NELSON ANTONIO ORLATO*,** PREFEITO DO MUNICÍPIO DE PEDRA PRETA, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais.

RESOLVE:

Art. 1º Nomeare Servidor Público Municipal o Senhor AGNALDO JOSÉ SOARES, para o cargo de Chefe de Departamento de Transporte para atuar na Secretaria de Educação do Município de Pedra Preta – MT.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 01/03/2021.

Publique-se. Registre-se. Cumpra-se.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE PEDRA PRETA – MATO GROSSO.

AOS VINTE E TRÊS DIAS DO MÊS DE FEVEREIRO DO ANO DE 2021.

NELSON ANTONIO ORLATO

Prefeito Municipal

Registrada nesta Secretaria e

Publicada no Diário Oficial Da AMM.

PREFEITURA MUNICIPAL DE PEIXOTO DE AZEVEDO

PORTARIA Nº 352, DE 23 DE FEVEREIRO DE 2021.

PORTARIA Nº 352, DE 23 DE FEVEREIRO DE 2021.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PEIXOTO DE AZEVEDO, ESTADO DE MATO GROSSO, SENHOR **MAURICIO FERREIRA DE SOUZA**, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS,

R E S O L V E

Art.1º- **Nomear**, o Senhor **PASCOALITO AIRES DE BRITO,** portador da Cédula de Identidade RG nº 985287 SSP/MT e do Cadastro de Pessoa Física CPF nº 868.852.571.87, para exercer o cargo em comissão de **Chefe do Departamento de Desenvolvimento Rural**, da Secretaria Municipal de Agricultura, Indústria e Comércio de Peixoto de Azevedo, Estado de Mato Grosso, nos termos do dispositivo no artigo 8º, VII, "b", da Lei Complementar nº 85, de 29 de dezembro de 2020, e dá outras providências.

Art.2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a partir de 09 de fevereiro de 2021.

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

Prefeitura Municipal de Peixoto de Azevedo, Estado de Mato Grosso, em 23 de Fevereiro de 2021.

Mauricio Ferreira de Souza

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 351, DE 23 DE FEVEREIRO DE 2021.

PORTARIA Nº 351, DE 23 DE FEVEREIRO DE 2021.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PEIXOTO DE AZEVEDO, ESTADO DE MATO GROSSO, SENHOR **MAURICIO FERREIRA DE SOUZA**, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS,

R E S O L V E

Art.1º- **Nomear**, a Senhora **NIUDETE ALVES FERREIRA QUEIROZ,** portadora da Cédula de Identidade RG nº 1010153-5 SSP/MT e do Cadastro de Pessoa Física CPF nº 021.256.671.77, para exercer o cargo em comissão de **Coordenadora do Setor de Assistência às Entidades Sociais**, do Departamento de Promoção Social, da Secretaria Municipal de Assistência Social, Trabalho e Cidadania de Peixoto de Azevedo, Estado de Mato Grosso, nos termos do dispositivo no artigo 8º, VIII, "b", "III", da Lei Complementar nº 85, de 29 de dezembro de 2020, e dá outras providências.

Art.2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a partir de 01 de fevereiro de 2021.

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

Prefeitura Municipal de Peixoto de Azevedo, Estado de Mato Grosso, em 23 de Fevereiro de 2021.

Mauricio Ferreira de Souza

Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE POCONÉ

SETOR DE LICITAÇÕES
DECISÃO IMPUGNAÇÃO TOMADA DE PREÇO 002/2021

Trata-se de impugnação do ato convocatório do certame licitatório denominado Tomada de Preço nº. 002/2021 da Prefeitura de Poconé/MT, apresentado pela Empresa Vivax Construtora LTDA, sob o argumento de que:

1 – Os subitens 6.5.4.3, alíneas 'a','a.1'e 'a.2' e 6.5.4.4, '1' e '2' encontram-se em desacordo com a norma.

Pois bem, o questionamento diz respeito as seguintes disposições:

"6.5.4.3 – Qualificação Técnico-operacional

a) Comprovação pela licitante de ter executado, a qualquer tempo, serviços compatíveis com o objeto desta licitação, através de certidão e/ou atestado, em nome da própria licitante, fornecido(s) por pessoa(s) jurídica(s) de direito público ou privado. Será permitida a apresentação de certidão(ões) e/ou atestado(s) proveniente(s) de contratos simultâneos ou não, para atendimento dos itens. Será admitida a apresentação de certidão e/ou atestado de no máximo de 03 (três) contratos simultâneos ou não para atendimento do solicitado.

a.1) Somente serão aceitos atestado(s) fornecido(s) por pessoas jurídicas de direito público ou privado.

a.2) Apresentar somente o(s) atestado(s) e/ou certidão(ões) necessário(s) e suficiente(s) para a comprovação do exigido, e indicar com marca texto os itens que comprovarão as exigências.

6.5.4.4 - Deverão ser observadas as seguintes condições na apresentação dos Atestados:

1 - A(s) certidão(ões) e/ou atestado(s) apresentado(s) deverá(ão) conter as seguintes informações básicas:

- Nome do contratado e do contratante;

- Identificação do objeto do contrato (tipo ou natureza do serviço);

- Localização do serviço (zona urbana/zona rural);

- Serviços executados (discriminação e quantidades).

Obs: Se o atestado for emitido por pessoa jurídica de direito privado, deverá constar o reconhecimento de firma passada em cartório do titular da empresa que firmou a declaração.

2 - O atestado ou certidão que não atender a todas as características citadas nas condições acima, não será considerado pela Comissão de Licitação".

Deste modo, a partir de simples leitura do exposto, se percebe que em nenhum momento solicitou-se que tais atestados estejam registrados junto ao CREA, sendo esta a única condicionante que colocaria em "xeque" a regularidade do Edital.

Senão veja-se o que entende o Tribunal de Contas de Mato Grosso a respeito do tema:

"Licitação. Obras de engenharia. Qualificação técnico-operacional. Atestados. Registro no CREA. A exigência de atestados para comprovação de capacidade técnico-operacional de empresa licitante só deve ocorrer quando tais documentos forem indispensáveis à garantia do cumprimento das obrigações contratuais, conforme dicção do inciso XXI, do art. 37, da CF/1988, sendo inexigível, na contratação de obras de engenharia, o registro desses documentos no CREA". (Representação de Natureza Externa. Relator: Conselheiro José Carlos Novelli. Acórdão nº 341/2016-TP.

Julgado em 21/06/2016. Publicado no DOC/TCE-MT em 01/07/2016. **Processo nº 25.726-5/2015**).

Ante ao exposto, conheço da impugnaçãodo ato convocatório apresentado pela Empresa Vivax Construtora LTDA e indefiro-a integralmente.

Registre-se.

Publique-se.

Cumpra-se.

Poconé/MT, 19 de fevereiro de 2021.

PRESIDENTE DA CPL

PROCURADORIA JURIDICA
EXTRATO DO CONTRATO Nº 008/2021

CONTRATO N.º 008/2021

Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE POCONÉ

Contratado: **ALEXANDRE JOSÉ DE SOUZA LOPES*, CNPJ 08.878.857/0001-10***

Objeto: Locação de software especializado em prestação de serviços de apoio à tomada de decisão em ambiente web, que possibilite em tempo real o controle e gerenciamento de informações fiscais, tributárias e contábeis, dos contribuintes inscritos no município, pela Secretaria de Estado de Fazenda de Mato Grosso, com a finalidade de acompanhar o cálculo dos índices de repasse do ICMS ao Município.

DOTAÇÃO:

SECRETARIA MUNICIPAL DE FINANÇAS

04.001.04.123.0004.2401.3.3.90.39.0.1.00.00000

Valor Global: **R$ 45.500,00 (quarenta e cinco mil e quinhentos reais)**

Período: 07 meses

Poconé, 11 de fevereiro de 2021.

ATAIL MARQUES DO AMARAL

Prefeito Municipal de Poconé

SETOR DE LICITAÇÕES
AVISO DE RETIFICAÇÃO DE EDITAL DE LICITAÇÃO PREGÃO 001/2021

O Município de Poconé, através do pregoeiro, nomeado pela portaria n° 071/2021 torna publico a retificação do edital de pregão 01/2021, que tem por objeto o ***REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA EVENTUAL CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA CONFECÇÃO DE PROTESES DENTÁRIAS PARA ATENDER AS NECESSIDADES DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE,*** para acrescentar as alínea C) e D) no item 9, 9.2, VI (qualificação técnica) do edital de pregão 01/2021, passando a vigorar com as seguintes alterações:

c) Comprovar vínculo do profissional com a empresa licitante, através do vínculo no quadro permanente de funcionários, ou também com base em contrato de prestação de serviços ou vínculo societário.

d) Comprovante de inscrição e regularidade do responsável técnico junto ao CRO.

Todas as demais clausulas e condições do edital permanecerão inalteradas, inclusive a data e hora da sessão pública de recebimento das propostas e documentação, tendo em vista que a presente retificação não interferirá na formulação das propostas.

Poconé-MT, 23 de Fevereiro de 2021.

ERASMO PAULO DE LIMA

Pregoeiro

SETOR DE LICITAÇÕES
DECISÃO IMPUGNAÇÃO TOMADA DE PREÇO 001/2021

Trata-se de impugnação do ato convocatório do certame licitatório denominado Tomada de Preço nº. 001/2021 da Prefeitura de Poconé/MT, apresentado pela Empresa Norte Star Construções LTDA, sob o argumento de que:

1 – Somente teve acesso as pastas com planilhas orçamentárias no dia 16/02/2021, portanto, com menos de 15 (quinze) dias para realização do certame, que se dará no dia 22/02/2021;

2 – O item 6.5.3, alínea "c.7" do Edital fere a lisura do certame, na medida em que permite o conhecimento dos prováveis concorrentes, propiciando conluio entre os participantes;

3 – A declaração contida no item 6.5.4.6 é gravosa para a Licitante.

Com relação a suposta necessidade de prorrogação da data, hora e local da abertura dos envelopes pelas razões expostas, importa ressaltar que em razão da parcial procedência da presente impugnação do ato convocatório, haverá naturalmente a republicação do Edital, tornando, pois, desnecessárias maiores digressões sobre o tema.

No que tange a exigência contida no item 6.5.3, alínea "c.7" do Edital, assiste razão a Impugnante.

Isso, porque, o Tribunal de Contas da União, ao tratar de caso análogo assim se posicionou:

"9.3.1. exigência de apresentação de garantia de proposta em data anterior a fixada como limite para a entrega da documentação de habilitação econômico-financeira, em desacordo com o disposto nos arts. 4º, 21, § 2º; 31, inciso III; 40, inciso VI, e 43, inciso I, todos da Lei 8.666/1993, conforme jurisprudência deste TCU, a exemplo do orientado nos Acórdãos 2993/2009 – Plenário, e, em especial, subitem 9.2 do Acórdão 557/2010 – Plenário;9.3.2. exigência da garantia nas modalidades previstas no parágrafo 1º do artigo 56 da Lei Federal nº 8.666/93, no valor de 1% (um por cento) do valor estimado da contratação das duas obras juntas (R$ 1.398.438,99), não indicando valor estimado para um lote, construção do Estádio Municipal, e para outro lote, calçamento do Bairro da Baixinha, restringindo dessa forma a participação de licitante em apenas uma das obras, dificultando/impedindo a participação de licitante que só pretendesse fazer a obra bem mais simples tecnicamente (calçamento de rua), inclusive a participação de pequenas empresas; (…) 9.4. dar ciência à Prefeitura Municipal (…) que, com vistas a ampliar a competitividade e possibilitar a economia de escala, com o melhor aproveitamento dos recursos disponíveis, a Lei 8.666/93 estabeleceu em seu artigo 23, § 1º, a obrigatoriedade da Administração Pública em promover o parcelamento do objeto, quando houver viabilidade técnica e econômica para tanto, de maneira que a Súmula 247/TCU, ao explicitar tal entendimento, esclareceu que as exigências de habilitação deverão adequar-se a essa divisibilidade". (TCU, Acórdão nº 804/2016 – Plenário) (gn)

Saliento, por consequência lógica, que no caso da alínea c.2 do item 6.5. 3 do Edital, a caução em dinheiro deverá ser feita no momento em que se iniciar a sessão de abertura e julgamento das propostas.

Por último, firmo o entendimento que a apresentação da declaração contida no item 6.5.4.6 é facultada a Licitante, que poderá, alternativamente, realizar a visita técnica e apresentar eventual inconsistência no certame, pelo que, não há falar-se em irregularidade.

Senão veja-se trecho extraído do Acordão n°906/2012 – Plenário, no qual o Tribunal expediu as seguintes determinações ao ente licitante:

"Abstenha-se de inserir em seus instrumentos convocatórios cláusulas impondo a obrigatoriedade de comparecimento ao local das obras quando, por sua limitação de tempo e em face da complexidade e extensão do objeto licitado, pouco acrescente acerca do conhecimento dos concorrentes sobre a obra/serviço, de maneira a preservar o que

preconiza o art. 3ª caput, e § 1º, inciso I, da Lei 8.666/93, sendo suficiente a declaração do licitante de que conhece as condições locais para a execução do objeto".

Ante ao exposto, conheço da impugnaçãodo ato convocatório apresentado pela Empresa Norte Star Construções LTDA e defiro parcialmente os seus termos para o fim de:

a) Retificar a exigência contida no item 6.5.3, alínea "c.7" do Edital, para que os documentos referentes à garantia sejam apresentados no envelope de habilitação, bem como o item "c.2" do mesmo item, para o fim de permitir que a "caução em dinheiro" seja feita no início da sessão de abertura e julgamento das propostas;

b) Retificar o item 6.5.4.2, alínea "a" do Edital, tão somente no sentido de permitir que a comprovação de vinculação do profissional com a licitante possa ser feita, não apenas pelo vínculo ao quadro permanente, mas também com base em contrato de prestação de serviços ou vínculo societário".

c) Determinar a republicação do certame, com a designação de nova data, hora e local da abertura dos envelopes.

Registre-se.

Publique-se.

Cumpra-se.

Poconé/MT, 19 de fevereiro de 2021.

PRESIDENTE DA CPL

SETOR DE LICITAÇÕES
DECISÃO - IMPUGNAÇÃO AO EDITAL DE PREGÃO 01/2021

Trata-se de impugnação do ato convocatório do certame denominado PREGÃO PRESENCIAL nº. 001/2021 da Prefeitura de Poconé/MT, apresentado pela Empresa Laboratório de Prótese Adelar LTDA - ME, sob o argumento de que na qualificação técnica, em sede de habilitação, não se exige nenhum documentação essencial, tal como:

Ficha cadastral nacional de estabelecimento de saúde (CNES), compatível com o tipo de objeto deste cadastramento; Registro e inscrição do laboratório no conselho regional de odontologia (CRO); Comprovante de vinculo empregatício entre o responsável técnico e a licitante; Comprovante de inscrição e regularidade do responsável técnico e a licitante; Comprovante de inscrição e regularidade do responsável técnico, junto ao conselho regional de odontologia.

Nesse sentido passo a análise:

1 - Com relação a possibilidade de se exigir cadastro das empresas no CNES, essa guarda relação com termos da Portaria nº. 2.022/2017 do Ministério da Saúde. http://bvsms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/gm/2017/p...

Porém, não trata-se de algo necessário atender, e sim uma faculdade.

2 – No que tange a possível exigência de inscrição do laboratório no CRO e comprovação da regularidade de sua inscrição junto a entidade, vejo que fere entendimento do TCE/MT, portanto ilegal, vejamos:

"Licitação. Habilitação. Capacidade técnico operacional. Registro em conselho profissional. É ilegal, para fins de comprovação de capacidade técnico operacional de licitantes, a exigência de registro de atestados em conselho profissional, sendo permitida tal condicionante somente para aferir a capacitação técnico profissional dos responsáveis técnicos pelo objeto licitado (art. 30, § 1º, I, da Lei nº 8.666/93)". (Auditoria de Conformidade. Relator: Conselheiro José Carlos Novelli. Acórdão n° 234/2017-TP. Julgado em 30/05/2017. Publicado no DOC/TCE-MT em 05/06/2017. Processo n° 16.320-1/2016) (gn)

3 – Pertinente a comprovação de vínculo empregatício entre a empresa licitante e o responsável técnico, saliento ser necessária, porém, deve ser feita a exigência nos seguintes termos:

"Licitação. Habilitação. Qualificação técnica. Exigência de comprovação de vínculo permanente do profissional técnico com o licitante. A exigência em edital de licitação para que empresas licitantes comprovem, como requisito de qualificação técnica, que possuem em seu quadro permanente de pessoal profissional graduado ou com especialização em área específica, representa cláusula excessiva, restringe o caráter competitivo do certame. A comprovação de vinculação do profissional com a licitante pode ser feita, não apenas pelo vínculo ao quadro permanente, mas também com base em contrato de prestação de serviços ou vínculo societário". (Representação de Natureza Externa. Relator: Conselheiro Substituto Luiz Carlos Pereira. Acórdão nº 21/2018-PC. Julgado em 27/03/2018. Publicado no DOC/TCE-MT em 12/04/2018. Processo nº 14.767-2/2016) (gn)

4 – No que tange ao comprovante de inscrição e regularidade do responsável técnico junto ao CRO, vejo que deve haver tal exigência, a teor do que leciona o TCE/MT:

"Licitação. Habilitação. Capacidade técnico operacional. Registro em conselho profissional. É ilegal, para fins de comprovação de capacidade técnico operacional de licitantes, a exigência de registro de atestados em conselho profissional, sendo permitida tal condicionante somente para aferir a capacitação técnico profissional dos responsáveis técnicos pelo objeto licitado (art. 30, § 1º, I, da Lei nº 8.666/93)". (Auditoria de Conformidade. Relator: Conselheiro José Carlos Novelli. Acórdão n° 234/2017-TP. Julgado em 30/05/2017. Publicado no DOC/TCE-MT em 05/06/2017. Processo n° 16.320-1/2016) (gn)

Ante ao exposto, conheço da impugnaçãodo ato convocatório apresentado pela Empresa Laboratório de Prótese Adelar LTDA - ME e defiro parcialmente os seus termos para o fim de:

a) acrescentar a alínea c) no item 9, 9.2, VI do edital para: "Exigir a comprovação de vínculo do profissional com a empresa licitante, através do vínculo no quadro permanente de funcionários, ou também com base em contrato de prestação de serviços ou vínculo societário"; b) acrescentar a alínea d) no item 9, 9.2, VI do edital para: exigir o comprovante de inscrição e regularidade do responsável técnico junto ao CRO. c) Determinar a retificação do edital, e providenciar sua publicação, com a permanência da data, hora e local da abertura dos envelopes.

Registre-se.

Publique-se.

Cumpra-se.

Poconé/MT, 23 de fevereiro de 2021.

Erasmo Paulo de Lima

PREGOEIRO

SETOR DE LICITAÇÕES
COVID-19: RATIFICAÇÃO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 03/2021

O Prefeito Municipal, Senhor Atail Marques do Amaral, tendo em vista as justificativas apresentadas pela Secretaria Municipal de Saúde, resolve ratificar a Dispensa de Licitação nº 03/2021, tudo em conformidade com os documentos que instruem o processo administrativo, aprovada pelo Parecer Jurídico n° 13/2021, onde fora declarada Dispensa de Licitação, fundamentada no inciso IV artigo 24 da Lei Federal 8.666/93 e Artigo 4º da Lei nº 13.979/2020, como medida fundamental e emergente para auxiliar no combate ao novo tipo do Corona vírus (2019-nCoV), para que seja declarada DISPENSA DE LICITAÇÃO em favor da empresa MONIZ FIGUEIRA & CIA LTDA(MATRIZ E FILIAIS, inscrita no CNPJ sob o nº 04.300.305/0001-70 para a AQUISIÇÃO DE MEDICAÇÃO MANIPULADA PARA USO EM PACIENTES CONFIRMADOS DA COVID-19, no valor total de R$ 15.000,00 (quinze mil reais) para atendimento da Secretaria Municipal de Saúde, contrato com prazo de vigência de 90 (noventa) dias, com en-

trega IMEDIATA, (ou conforme a necessidade), e prazo de garantia de 90 dias. Publique-se.

Poconé – MT, 23 de Fevereiro de 2021.

ATAIL MARQUES DO AMARAL Prefeito

PREFEITURA MUNICIPAL DE PONTAL DO ARAGUAIA

SEC. MUN. DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
PORTARIA Nº 072/GP/2021

PORTARIA Nº 072/GP/2021 Em 23 de Fevereiro de 2021.

"Dispõe sobre Homologação das Resolução COMAS-PA Nº 003/2021 e dá outras providências**".**

ADELCINO FRANCISCO LOPO,Prefeito Municipal de Pontal do Araguaia, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais, e

R E S O L V E:

Art. 1º - Homologar as Resoluções do Conselho Municipal de Assistência Social (COMAS) de Pontal do Araguaia, abaixo relacionada:

Resolução COMAS-PA Nº 003/2021, dispõe sobre a aprovação da Reprogramação dos recursos extraordinários de enfrentamento a Covid 19, Portarias 369/20 e 378/20 e dá outras providências.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Registre-se, publique-se e cumpra-se.

Gabinete do Prefeito Municipal.

Pontal do Araguaia, 23 de fevereiro de 2021.

ADELCINO FRANCISCO LOPO

Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE PONTE BRANCA

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES E CONTRATOS
RESULTADO DE JULGAMENTO TOMADA DE PREÇOS Nº 001/2021

Julgamento dos Envelopes nº 02 - "Proposta de Preço" - Processo nº 001/2021 - Obra Tomada de Preços nº 001/2021 - Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA A EXECUÇÃO DA OBRA DE ILUMINAÇÃO PÚBLICA EM VIA URBANA COM SUBSTITUIÇÃO DE LAMPADAS COMUM POR LED, BRAÇOS PARA LUMINARIA, CABOS DE COBRE FLEXIVEL, RELE FOTOELETRICO, BASE PARA RELE.

A Comissão Permanente de Licitação torna público que em sessão realizada no dia 19/02/2021 referente à Licitação descrita acima, após ter verificado o cumprimento de todas as exigências do edital, resolveu declarar como vencedora do certame a empresa: RENOVA ENGENHARIA E CONSULTORIA EIRELI-ME – CNPJ: 13.361.238/0001-94, única participante do certame, a qual apresentou proposta no valor global de R$ 356. 619,92 (Trezentos e Cinquenta e Seis Mil; Seiscentos e Dezenove Reais e Noventa e Dois Centavos).

Ponte Branca - MT, 22 de Fevereiro de 2021.

Glimara Nogueira Gonçalves

Presidente da Comissão de Licitação

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES E CONTRATOS
ERRATA DO TERMO DE RATIFICAÇÃO DE PROCESSO ADMINISTRATIVO DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 001/2021

ERRATA DO TERMO DE RATIFICAÇÃO DE PROCESSO ADMINISTRATIVO

DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 001/2021

ONDE SE LÊ:

TERMO RATIFICAÇÃO

Os membros da Comissão Permanente de Licitação da Prefeitura Municipal de Ponte Branca - MT, tendo em vista o Processo Licitatório de Dispensa de Licitação nº. 001/2021, autorizado pelo Sr. Prefeito Municipal de Ponte Branca e após análise objetiva da documentação da empresa **MARIELE ALINE ROA POLIDORO DA SILVA,** inscrita no CNPJ nº 25. 200.863/0001-33, no endereço Av. Tupi, 7165- Bairro São Cristóvão- Pato Branco-PR, pois, fora a única apresentou proposta com melhor e menor preço.

É nosso parecer, fundamentado nas normas da Lei nº 8.666/93 Art. 24, inciso II, e alterações posteriores, que colocamos à apreciação da Assessoria Jurídica da Prefeitura Municipal.

Ponte Branca-MT, 17 de Fevereiro de 2021.

Glimara Nogueira Gonçalves

Presidente da CPL

***Josefa Lliana Lima Dantas* Andrielli do Carmo Moreira**

Membro da CPL Membro da CPL

LÊIA-SE

TERMO DE RATIFICAÇÃO DE PROCESSO ADMINISTRATIVO

DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 001/2021

O Prefeito Municipal no uso de suas atribuições legais e estando de conformidade com a legislação pertinente, RATIFICO a presente Dispensa de Licitação nº 01/2021, a empresa vencedora " MARIELE ALINE ROA POLIDORO DA SILVA, inscrita no CNPJ nº 25.200.863/0001-33, objetivando AQUISIÇÃO DE UMA FORMA PARA FABRICAÇÃO DE MANILHAS DE CONCRETO, PARA SER UTILIZADAS NO MUNICÍPIO DE PONTE BRANCA. Essa ratificação se fundamenta no inciso II, do art. 24, da Lei Federal nº 8.666/1993. O valor global da contratação é de R$ 16.600,00 (dezesseis mil e seiscentos reais).

Ponte Branca, 17 de Fevereiro de 2021.

_____

Clenei Parreira da Silva

Prefeito Municipal

RECURSOS HUMANOS
PORTARIA DE NOMEAÇÃO COORDENADORA DE COMUNICAÇÃO E CULTURA

PORTARIA Nº 48/2021

EMENTA: *Nomeia COORDENADOR(A) DE COMUNICAÇÃO E CULTURA estabelecem outras providências.*

.

O Senhor **CLENEI PARREIRA DA SILVA**, Prefeito Municipal de Ponte Branca, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas por lei,

RESOLVE:

Art. 1° - Nomear o Srª **EMILIA RODRIGUES FREITAS**, inscrita no CPF nº 047.853.541-43, para exercer o cargo em comissão de COORDENADOR(A) DE COMUNICAÇÃO E CULTURA, do Município de Ponte Branca – MT

Art. 2° - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos à 08 de Fevereiro de 2021, revogadas as disposições em contrário.

Publique-se, registre – se, Cumpre-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Ponte Branca – MT, 23 de Fevereiro de 2021.

CLENEI PARREIRA DA SILVA

Prefeito Municipal

RECURSOS HUMANOS
EXTRATO CONTRATO MARIA ALMEIDA

EXTRATO DE CONTRATO Nº 011/2021

EXTRATO DE CONTRATO

ESPÉCIE: CONTRATO Nº 011/2021

FUNDAMENTO LEGAL: Lei nº. 687/2020 de 22 de Abril de 2020

CONTRATANTE: **Prefeitura Municipal de Ponte Branca MT**

CONTRATADO: **MARIA ALMEIDA DE ASSIS FILHO**

CARGO: AGENTE COMUNITARIO DE EDEMIAS - ACE

VALOR: R$ **4.650,00 (Quatro Mil e Seiscentos e Cinquenta Reais)**

DATA DA ASSINATURA: 02/02/2021

VIGENCIA:02/02/2021 à 30/04/2021

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES E CONTRATOS
PORTARIA Nº 31/2021

PORTARIA Nº 31/2021

"Instituí a Comissão de Inventario de bens Móveis e Imóveis.

O Prefeito Municipal do Município de Ponte Branca, Estado de Mato Grosso, Sr. **CLENEI PARREIRA DA SILVA**, no uso de suas atribuições:

RESOLVE:

Art. 1º Fica instituída a Comissão de Avaliação e Patrimônio para o exercício de 2021

Parágrafo Único - A Comissão de Avaliação Patrimônio Município de Ponte Branca - MT, será composta por 03 (três), membros, nomeados a seguir:

I – Glimara Nogueira Gonçalves – Presidente

II – Andrielli do Carmo Moreira – Secretaria

III – Terezinha de Jesus Nogueira - Membro

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Publique, Registre-se, Comunique-se e Cumpra-se.

Gabinete do Prefeito Municipal, em Ponte Branca/MT, 28 de Janeiro de 2020.

CLENEI PARREIRA DA SILVA

PREFEITO MUNICIPAL

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES E CONTRATOS
PORTARIA Nº 32/2021

PORTARIA Nº 32/2021

" Nomeia fiscais de Contratos e outras providencias da Prefeitura Municipal de Ponte Branca - MT."

O Prefeito Municipal do Município de Ponte Branca, Estado de Mato Grosso, Sr. **CLENEI PARREI DA SILVA**, no uso de suas atribuições:

RESOLVE:

Art. 1º Nomear servidores efetivos discriminados para atuarem como Fiscais de Contratos do Município de Ponte Branca – MT:

Secretaria Mun. de Administração e demais Secretárias – Marcia Monteiro da Silva

Fiscalização de Obras de Construção Civil – Thaynã Diniz Silva

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação, revogam-se as disposições em contrário.

Publique, Registre-se, Comunique-se e Cumpra-se.

Gabinete do Prefeito Municipal, em Ponte Branca/MT, 28 de Janeiro de 2020.

CLENEI PARREIRA DA SILVA

PREFEITO MUNICIPAL

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES E CONTRATOS
RESULTADO DE JULGAMENTO TOMADA DE PREÇOS Nº 002/2021

A COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO do Município de Ponte Branca-MT, designada pela Portaria n.º 24/2021, torna público, para conhecimento, que a licitação na modalidade Tomada de Preço nº. 002/2021 visando contratação de empresa especializada para CONSTRUÇÃO DE ACADEMIA DE SAÚDE-FUNDO A FUNDO (PORTARIA 4139/2018) Á SER CONSTRUÍDA NA RUA ALMIRANTE TAMANDARÉ EM UM TERRENO COM 601,05M² LOCALIZADO NO MUNICÍPIO DE PONTE BRANCA/MT, conforme especificações constantes no Projeto Básico, mediante modalidade Tomada de Preços, do tipo menor preço, realizada em 19 de Fevereiro de 2021, às 14h00min foi considerada DESERTA.

Ponte Branca - MT, 22 de Fevereiro de 2021.

Glimara Nogueira Gonçalves

Presidente da Comissão de Licitação

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES E CONTRATOS
EXTRATO DE CONTRATO Nº 004/2021

EXTRATO DE CONTRATO Nº 004/2021

EXTRATO DE CONTRATO

ESPÉCIE: Contrato nº 04/2021

FUNDAMENTO LEGAL: Lei nº. 8.666/93

CONTRATANTE: **Prefeitura Municipal de Ponte Branca MT**

CONTRATADO: **MARIELE ALINE ROA POLIDORO DA SILVA ME**

OBJETO:AQUISIÇÃO DE UMA FORMA PARA FABRICAÇÃO DE MANILHAS DE CONCRETO, PARA SER UTILIZADAS NO MUNICÍPIO DE PONTE BRANCA.

VALOR: R$ 16.600,00 (dezesseis mil e seiscentos reais)

DATA DA ASSINATURA: 18/02/2021

VIGENCIA:18/02/2021 à 18/04/2021

PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO ALEGRE DO NORTE

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO/DEPARTAMENTO DE CONTRATOS
RESULTADO DE LICITAÇÃO PREGÃO ELETRONICO Nº 04/2021-SRP.

O Município de Porto Alegre do Norte/MT, torna público para conhecimento dos interessados resultado do Pregão eletrónico nº04/2021 Objeto: REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE PEÇAS PARA MANUTENÇÃO DE AR CONDICIONADO/GELADEIRA/FREEZER E BEBEDOURO, Empresa Vencedora: ROBSON NOBRE DA SILVA inscrito no CNPJ: 15.336.953/001-30 Vencedor de todos itens ,totalizando montante **R$ 297.837,50 (duzentos e noventa e sete mil oitocentos e trinta e sete reais e cinqüenta centavos).** Visto que atendeu a todos os requisitos do edital supracitado.

Mônica Pereira da Silva

Pregoeiro (a)

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº 076/2021 LICENÇA PARA INTERESSE PARTICULAR

PORTARIA Nº 076/2021

10/02/2021

DANIEL ROSA DO LAGO, Prefeito Municipal de Porto Alegre do Norte, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições conferido pela Lei Orgânica do Município, consubstanciado no artigo 124 da Lei Municipal nº 148/1992,

R E S O L V E :

Art. 1º. – Conceder **LICENÇA PARA INTERESSE PARTICULAR** (Sem remuneração) à servidora efetiva Sra. **EVA TELES BARBOSA**, Técnica em Enfermagem, portadora da CIRG 369-319 SSP/MT, CPF 582.000.371-34, matrícula funcional nº 054, lotada na Secretaria Municipal de Saúde (Atenção Básica), **durante o período de 02 (dois) anos. Tendo inicio em: 15/02/2021 e, termino em 14/02/2023. Retornando às suas atividades normais dia 15//02/2023.**

Art. 2º. – Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação ou afixação, revogando as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal – Porto Alegre do Norte - MT, 10 de fevereiro de 2021.

P U B L I Q U E – S E

R E G I S T R E – S E

C U M P R A – S E.

DANIEL ROSA DO LAGO

PREFEITO MUNICIPAL

PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO ESPERIDIÃO

LICITAÇÃO
PUBLICAÇÃO DE ABERTURA PREGÃO 05/2021

PUBLICAÇÃO DE ABERTURA.

PREGÃO PRESENCIAL REGISTRO DE PREÇO 05/2021.

A prefeitura municipal de porto Esperidião-MT torna público a abertura do **Edital Pregão 05/2021**, DO OBJETO: **SERVIÇO DE MÃO DE OBRA ESPECIALIZADA EM DIVERSOS SERVIÇOS MUNICIPAIS.** No seguinte local data e horário: Local: sala de licitações-data: 05/03/2021- horário: 09:00 horas.

Porto Esperidião-MT, 23 de FEVEREIRO 2021-RONEY BATISTA CARDOSO-PREGOEIRO.

LICITAÇÃO
EXTRATO DE CONTRATO.

CONTRATO: 002/2021

CONTRATANTE: FUNDO MUNICIPAL DOS SERVIDORES PUBLICO DE PORTO ESPERIDIAO-MT PREVI PORTO.

CONTRATADO: I.F. ATUARIAL CONSULTORIA EIRELI

VALOR GLOBAL 15.483,60

VALOR MENSAL 1.290,30

VIGENCIA CONTRATO: 12 MESES 22/02/2021 A 22/02/2022

PORTO ESPERIDIAO 22 DE FEVEREIRO DE 2021

JOSE RENATO MARTINS

DIRETOR DO PREVI PORTO.

GABINETE
LEI N° 869/2021, DE 23 DE 23 DE FEVEREIRO DE 2021.

LEI N° 869/2021, DE 23 DE 23 DE FEVEREIRO DE 2021.

O Excelentíssimo Senhor **MARTINS DIAS DE OLIVEIRA,** Prefeito Municipal de Porto Esperidião / MT, no uso de suas atribuições legais, *FAZ SABER* que a Câmara de Vereadores **APROVOU** e ele **SANCIONA** a seguinte **LEI**:

Art. 1º Fica o poder executivo municipal autorizado a abrir créditos adicionais especiais à conta de superávit financeiro, através de Decreto, até o limite dos valores efetivamente apurados no balanço financeiro do exercício anterior, nos termos do Inciso I do § 1º e § 2º do Artigo 43 da Lei 4. 320/64, devendo ainda serem observadas as vinculações das fontes dos recursos financeiros superavitários disponíveis.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, sendo revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito, em 23 de fevereiro de 2021.

MARTINS DIAS DE OLIVEIRA

Prefeito Municipal

LICITAÇÃO
RETIFICAÇÃO DE HOMOLOGAÇÃO

DISPENSA 002/2021

PROCESSO ADMINISTRATIVO 002/2021

RETIFICAÇÃO DE HOMOLOGAÇÃO

ONDE SE LÊ: Em favor empresa Performance Assessoria publica.

leia se: Em favor empresa Atuarial Consultoria.

PORTO ESPERIDIAO 23/02/2021

MARTINS DIAS DE OLIVEIRA

PREFEITO MUNICIPAL

PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO ESTRELA

PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO ESTRELA/SAD
DECRETO MUNICIPAL Nº. 21/2021 - LUTO OFICIAL

DECLARA LUTO OFICIAL DE 03 (Tres) DIA, DEVIDO FALECIMENTO D SRº MARCOS DA SILVA LOPES MORADOR NATO DESTE MUNICIPIO DE PORTO ESTRELA.

Srº EUGENIO PELACHIM Prefeito Municipal de Porto Estrela, Estado de Mato Grosso, no uso das atribuições legais,

Considerando o falecimento do senhor **MARCOS DA SILVA LOPES,** morador de longa data este município de Porto Estrela/MT, ocorrido o óbito na data de 22 de fevereiro de 2021.

Considerando os inestimáveis trabalhos dedicados à comunidade Portoestrelense no decorrer de sua vida como cidadão e o alto grau de amizade que o homenageado constituiu em vida com as pessoas deste município;

D E C R E T A:

Art. 1º Fica decretado, com profundo pesar, **LUTO OFICIAL DE 03 (TRES) DIAS,** em virtude do falecimento do senhor **Marcos da Silva Lopes,** morador nato deste município de Porto Estrela/MT, ocorrido o óbito na data de 22 de fevereiro de 2021.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor nesta data, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Porto Estrela/MT, em 23 de fevereiro de 2021.

EUGENIO PELACHIM

PREFEITO MUNICIPAL

PREFEITURA MUNICIPAL DE POXORÉU

LICITAÇÃO
EXTRATO DO TERMO DE HOMOLOGAÇÃO - TOMADA DE PREÇO 001/2021

EXTRATO DO TERMO DE HOMOLOGAÇÃO

(Edital Tomada de Preço Nº 001/2021, de 02 de Fevereiro de 2021)

Homologo a licitação levada a efeito pela Comissão Permanente de Licitação, referente ao procedimento Licitatório do Tomada de Preço Nº 001/2021, de 02 de Fevereiro de 2021, com o resultado em favor da empresa: **1 – NAYARA SANTOS DE MORAES-ME** inscrita no CNPJ/MF sob o nº 24.205.991/0001-07, com valor Global de R$ 64.340,16 (sessenta e quatro mil, trezentos e quarenta reais e dezesseis centavos); e autorizando a Coordenadoria de Municipal de Compras a efetuar a aquisição nos termos da proposta vencedora.

POXOREU, 23 de Fevereiro de 2021.

NELSON ANTÔNIO PAIM

PREFEITO MUNICIPAL

LICITAÇÃO
AVISO DE LICITAÇÃO - PP 009/2021

AVISO DE LICITAÇÃO

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 014/2021

EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL N° 009/2021

REGISTRO DE PREÇOS Nº 009/2021

A Prefeitura de Poxoréu torna público para conhecimento dos interessados que nos termos da Lei Federal nº 10.520/2002 subsidiariamente pela Lei nº 8.666/93 e suas alterações posteriores, Lei Complementar 123/2006, Decreto Municipal nº 018/2018, de 25 de maio de 2018 e Decreto Municipal n° 008/2014 de 24/2/2014, estará realizando licitação na modalidade de Pregão Presencial no Regime de Registro de Preço que tem por objeto **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA O FORNECIMENTO DE SERVIÇOS/SOFTWARES CONSTANTES DO TERMO DE REFERÊNCIAS – ANEXO I, NA FORMA E CONDIÇÕES ESTABELECIDAS, E OS SERVIÇOS AGREGADOS AOS SISTEMAS/SOFTWARES.**

A ABERTURA DOS ENVELOPES SERÁ REALIZADA EM 23/03/2021, A PARTIR DAS 08:00 HS, NA SALA DE LICITAÇÃO DA PREFEITURA DE POXORÉU.

O edital completo deverá ser adquirido pelo site www.poxoreu.mt.gov.br, a licitante interessada deverá fazer **download** da ferramenta da PROPOSTA ELETRONICA para elaboração da proposta de preço **disponível no**mesmo site acima mencionado.

Poxoréu-MT, 23 de fevereiro de 2021.

Joelma Lourenço de Souza

PRESIDENTE DA CPL

LICITAÇÃO
AVISO DE LICITAÇÃO - PP 008/2021

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 013/2021

EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL N° 008/2021

REGISTRO DE PREÇOS Nº 008/2021

A Prefeitura de Poxoréu torna público para conhecimento dos interessados que nos termos da Lei Federal nº 10.520/2002 subsidiariamente pela Lei nº 8.666/93 e suas alterações posteriores, Lei Complementar 123/2006, Decreto Municipal nº 018/2018, de 25 de maio de 2018 e Decreto Municipal n° 008/2014 de 24/2/2014, estará realizando licitação na modalidade Pregão Presencial no Regime de Registro de Preço que tem por objeto **AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS DE PROTEÇÃO INDIVIDUAL, PARA ATENDER A SECRETARIA MUNICIPAL DE VIAÇÃO E OBRAS PÚBLICAS,** com exclusividade de itens para ME, EPP e MEI, conforme especificações e quantidades determinadas no Anexo I do Edital.

A ABERTURA DOS ENVELOPES SERÁ REALIZADA EM 17/03/2021, A ARTIR DAS 08h00min, NA SALA DE LICITAÇÃO DA PREFEITURA DE POXORÉU.

O edital completo deverá ser adquirido pelo site www.poxoreu.mt.gov.br, a licitante interessada deverá fazer **download** da ferramenta da PROPOSTA ELETRONICA para elaboração da proposta de preço **disponível no**mesmo site acima mencionado.

Poxoréu-MT, 23 de fevereiro de 2021.

Joelma Lourenço de Souza

PRESIDENTE DA CPL

PREFEITURA MUNICIPAL DE RESERVA DO CABAÇAL

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO
ERRATA DE PUBLICAÇÃO

A PREFEITURA MUNICIPAL DE RESERVA DO CABAÇAL-MT, COM SEDE NA AV: MATO GROSSO, 221, CENTRO, CEP 78265000, RESERVA DO CABAÇAL-MT, TORNA PUBLICO A ERRATA DE PUBLICAÇÃO DO EXTRATO DE CONTRATO Nº 11/2021, O QUAL FOI PUBLICADO NO DIA 22 DE FEVEREIRO DE 2021, NO JORNAL OFICIAL ELETRÔNICO DOS MUNICIPIOS DO ESTADO DE MATO GROSSO Nº 3.673, PAGINA 395.

ONDE SE LÊ	LÊ-SE
EXTRATO DE CONTRATO Nº 09/2021	EXTRATO DE CONTRATO Nº 11/2021

RECURSOS HUMANOS
COVID-19: DECRETO COMPLEMENTAR N.º 15 DE 23 DE FEVEREIRO DE 2021.

COVID-19: DECRETO COMPLEMENTAR N.º 15 DE 23 DE FEVEREIRO DE 2021.

ATUALIZA AS MEDIDAS RESTRITIVAS PARA ENFRENTAMENTO AO NOVO CORONAVÍRUS (COVID-19) NO MUNICIPIO DE RESERVA DO CABAÇAL /MT, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

JONAS CAMPOS VIEIRA, Prefeito Municipal de Reserva do Cabaçal, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais previstas na Lei Orgânica do Município;

CONSIDERANDO a Declaração de Emergência em Saúde Pública de Importância Internacional pela Organização Mundial de Saúde, em 30 de janeiro de 2020, bem como o Regulamento Sanitário Internacional, promulgado pelo Decreto Federal nº 10.212, de 30 de janeiro de 2020;

CONSIDERANDO o que dispõe os Decretos do Governo do Estado de Mato Grosso, especialmente o Decreto Estadual n° 522/2020 e seguintes que institui a classificação de risco e atualiza as diretrizes para adoção, pelos Municípios, de medidas restritivas para prevenir a disseminação da COVID-19 e dá outras providências;

CONSIDERANDO, também, o aumento da média móvel de casos confirmados de COVID-19, de hospitalizações e de óbitos no âmbito do Estado de Mato Grosso e, especialmente em Reserva do Cabaçal;

CONSIDERANDO que as ações a serem implementadas devem zelar pela preservação da dignidade das pessoas e dos direitos humanos, pelo respeito à intimidade e à vida privada e pela necessidade, adequação, razoabilidade e proporcionalidade de tais medidas imediatas visando a contenção da propagação do novo Coronavírus e objetivando a proteção da coletividade;

CONSIDERANDO a confirmação do aumento de casos de Coronavírus (COVID-19) no território do estado de Mato Grosso e no Município de Reserva do Cabaçal e a necessidade de atualização das medidas de enfrentamento à pandemia em curso;

CONSIDERANDO, por fim, as deliberações pelo Comitê de **Monitoramento do COVID19 de Reserva do Cabaçal;**

DECRETA:

DAS MEDIDAS RELACIONADAS À ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

ART.1º- Para atender a atual situação de emergência, no âmbito da Administração Pública, direta e indireta, serão adotadas as seguintes medidas:

I- Determinar ao Departamento de Fiscalização/tributos e da Vigilância em

Saúde do município a efetiva fiscalização do cumprimento deste Decreto e de normas expedidas;

II- Requisitar o apoio efetivo das forças policiais e da justiça deste município para as ações de fiscalização e repressão adotando todas as medidas preventivas e amplamente divulgadas no sentido de evitar aglomerações, contatos diretos e colaborar na manutenção do isolamento social de pessoas nesse período estabelecido.

III- Autorizar a requisição de bens e serviços de pessoas naturais e jurídicas, especialmente dos fornecedores da Administração Pública através de Contratos Administrativos ou Atas de Registro de Preços, hipótese e que será garantido o pagamento posterior de indenização justa;

IV- Determinar se necessário a realização de home Office para servidores e aos profissionais pertencentes ao Grupo de Risco, conforme definido pelo Ministério da Saúde, após avaliação médica desde que não haja prejuízos ás atividades desenvolvidas pela área, resguardando o quantitativo mínimo de servidores para garantir o funcionamento dos serviços considerados essenciais e prioritários, tudo em conformidade com Normativa Interna elaborada pelo órgão de Controle Interno;

V- Lotar em outra secretaria ou Departamento servidores que não se enquadrem no grupo de risco e que por ventura tenham suas atribuições afetadas pelas medidas temporárias e emergenciais de prevenção de contagio do Coronavirus;

VI- Suspender as atividades escolares presenciais na rede pública, em todas as etapas, no município de Reserva do Cabaçal/MT por tempo indeterminado, devendo retornar juntamente da Rede Estadual de ensino;

VII- Vetar os procedimentos tendentes a suspensão do abastecimento de água aqueles que se encontre com débitos junto ao município, pelo período de vigência deste decreto;

VIII- Fica autorizada a realização de despesas, inclusive com dispensa de licitação, para aquisição de bens/serviços/insumos de saúde, bem como a contratação de serviços de saúde, destinados ao enfrentamento emergência de saúde pública de que trata este Decreto, mediante prévia justificativa da área competente, com fundamento no artº 4º da Lei Federal nº 13979/2020

IX - Fica autorizada a adoção de todas as medidas administrativas necessárias para assegurar a imediata resposta por parte do Poder Púbico Municipal a situação ora vigente e assegurar o retorno à normalidade, tais como:

a) A alocação de recursos orçamentários para custeio das ações emergenciais;

b) A contratação emergencial de fornecimento de bens e de pessoal para prestação de serviços necessários ao restabelecimento da normalidade, adotando-se procedimentos compatíveis com a situação apresentada;

c) A solicitação de auxilio Federal e/ou Estadual para mitigação dos danos causados pela proliferação do Coronavirus, para o apoio e garantia da livre circulação dos meios de transporte necessário à distribuição de gêneros de primeira necessidade e para a prestação de serviços essenciais e destinados a prover o atendimento à população;

PARAGRAFO ÚNICO: Os serviços públicos essenciais, tais como tratamento e distribuição de água, coleta de lixo e resíduos sólidos, fiscalização de obras e posturas, serviços de obras e infraestruturas, não poderão ser interrompidos.

DAS MEDIDAS RELACIONADAS AOS ESTABELECIMENTOS COMERCIAIS

Art. 2º- Obedecida as disposições a seguir, os estabelecimentos comerciais essenciais ficam autorizados a funcionar de segunda-feira a sábado 7:00 às 12:00 horas e das 14:00 às 18:00 horas, e a não abertura aos domingos;

I- Para o atendimento da clientela, os supermercados, mercados, mercearias, padarias, açougues e congêneres deverão respeitar obrigatoriamente a seguinte restrição: entrada e permanência no recinto interno do número máximo de **03 (três**) pessoas para cada caixa existente no estabelecimento e em efetiva operação. Respeitando as medidas sanitárias e de assepsia determinada pelas entidades responsáveis, dentre elas a vigilância em saúde do município independentemente de constar nos Decretos Municipais e Estaduais, deverão ser seguidas pelos estabelecimentos comerciais e pelos munícipes, de modo que o descumprimento destas ensejarão a imediata aplicação das penalidades cabíveis.

II- Tais estabelecimentos deverão ainda:

a) zelar pela organização de filas, quando houver, mantendo uma distancia mínima entre os clientes de no mínimo 2,00 (dois metros), o que poderá ser feito por meio de marcações;

b) seguir rigorosamente as normas e determinações impostas de prevenção, combate e proliferação ao Novo Coronavírus;

c) adotar, se necessário, sistema de agendamento de atendimento ou distribuição de senhas.

III- Também deverá ser observado o rigoroso cumprimento das normas de segurança sanitária em relação aos funcionários, especialmente por meio da utilização de equipamentos de proteção individual (EPi's), bem como da limpeza e desinfecção constante do local.

IV- Funcionamento dos estabelecimentos não essenciais (bares, lanchonetes, restaurantes) deverá funcionar somente delivery neste **período 23/02/2021 a 09/03/2021** respeitando o horário das 21:00 hs para fechamento, inclusive aos sábados, domingos e feriados.

V- Bares e lanchonetes somente delivery, respeitando o horário de até as 21:00 horas para fechamento, sendo proibido o consumo no local. Em caso de descumprimento das medidas estabelecida no presente Decreto, os estabelecimentos comerciais e/ou pessoas físicas ou jurídicas serão assim penalizados:

a) Advertência na primeira infração;

b) Multa, correspondente a 03 (três) UPD's (Unidades Padrão Fiscais do Município), ou outro índice de correção que vier substitui-lo;

c) Em caso de reincidências com aplicação de multas, estas serão computadas em dobro e conjuntamente o estabelecimento será fechado pelo prazo de 15 (quinze dias)

VI - A reabertura do estabelecimento comercial ou de retomada das atividades serão automáticas, depois de transcorrido o prazo integral de interdição;

VII - A reabertura e/ou funcionamento do estabelecimento comercial ou atividades antes de cumprido o prazo de interdição temporária, acarretará na suspensão do Alvará Sanitário e de Funcionamento pelo prazo de 30 (trinta) dias, contabilizados a partir da data da

constatação do descumprimento, além da aplicação de multa conforme as UPD's por descumprimento.

VIII - Os estabelecimentos comerciais de produtos não elencados deverão funcionar de segunda-feira a sexta-feira respeitando os horários de 7:30 as 12:00 horas e das 14:00 as 18:00 horas e no sábado de 7:30 as 12:00 horas.

IX - O descumprimento das regras deste artigo ensejará aplicação de penalidades administrativas cabíveis, inclusive interdição compulsória, pelos Órgãos sanitários, de fiscalização e PROCON.

X - Os órgãos sanitários, de fiscalização e PROCON, poderão solicitar apoio das Policias Civil e Militar para o cumprimento do disposto neste artigo, podendo aplicar, diretamente as penalidades administrativas cabíveis.

XII - Para o sistema delivery, o ato de entrega deve ser precedido de todas as recomendações preconizadas pelos órgãos de saúde quanto à necessidade de higienização do produto.

XIII - O atendimento nos salões de beleza deverá ser de forma individual.

XIV- O atendimento nas academias deverá ser de no máximo 2 pessoas, seguindo as recomendações de higienização a cada troca de aparelho**.**

XV- Fica liberado às igrejas a programação respeitando todas as orientações estabelecidas no plano de ações de cada congregação, e respeitando o limite de 50% da capacidade do público

Parágrafo único: O descumprimento das orientações do plano de ações pode causar a suspensão da programação da devida congregação.

X- Fica permitida a comercialização de vendedores ambulantes desde que os mesmo não circulem pela cidade e possuam alvará sanitário.

DAS DETERMINAÇÕES GERAIS

Art. 3º. Conforme disposição do Decreto Estadual n° 522/2020 e posteriores alterações, considerando a classificação atual do Município como "risco moderado ", deverão ser adotadas as seguintes medidas não-farmacológicas, com o objetivo de impedir o crescimento da taxa de contaminação no território e reduzir o impacto no sistema de saúde:

a) Evitar circulação de pessoas pertencentes ao Grupo de Risco, conforme definição do Ministério da Saúde:

b) Isolamento: separação de pessoas e bens contaminados, transportes e bagagens no âmbito municipal, mercadorias e outros, com o objetivo de evitar a contaminação ou a propagação do Coronavírus;

c) Quarentena domiciliar de pacientes sintomáticos, suspeito ou confirmado de COVID-19, e de daqueles que com ele tiveram contato, em caráter obrigatório, por prescrição médica. Restrição de atividades ou separação de pessoas suspeitas de contaminação das pessoas que não estejam doentes, ou ainda bagagens, animais e meios de transporte, no âmbito de sua competência, com o objetivo de evitar a possível contaminação ou a propagação do novo Coronavírus;

d) Ampliar em estabelecimentos públicos e privados, a frequência diária de limpeza e desinfecção da locais frequentemente tomados, tais como pisos, corrimãos, maçanetas,

banheiros, interruptores, janelas, telefones, teclados de computador, controles remotos, máquinas acionadas por toque manual e outros;

e) Evitar a realização presencial de reuniões de trabalho e priorizar a realização de atividades de forma remota mediante o uso de ferramentas tecnológicas;

f) Controlar o acesso de pessoas em estabelecimentos públicos e privados de modo a garantir o distanciamento mínimo de 2,00 m entre as pessoas;

g) Manter os ambientes arejados por ventilação natural;

h) Vedar o acesso a estabelecimentos públicos e privados de funcionários, consumidores e usuários que não estejam utilizando máscara de proteção facial, ainda que artesanal;

i) Observar as determinações das autoridades sanitárias para a contenção de riscos, especialmente quando a atividades exigir atendimento presencial da população, com a orientação aos funcionários sobre o modo correto de relacionamento com o público no período de emergência em saúde pública;

j) Proibir qualquer forma de aglomeração de pessoas nos espaços e vias públicas (ruas, avenidas, praças, etc), nos espaços privados, inclusive em eventos, festas, reuniões em praças, ginásios esportivos, modalidades esportivas coletivas e outras atividades congêneres.

K) Fica proibido qualquer tipo de festas, comemorações, seja elas na zona urbana ou rural do município.

M) Fica proibido a circulação de transporte coletivos (ônibus de excursão, ônibus para compras, etc.) com mais de 5 pessoas.

Art. 4º Fica(m) suspenso (as):

I- Fica suspenso o velório e/ou sepultamento de corpos oriundos de outros municípios cujo óbito tenha tido como causa suspeita ou confirmada COVID-19. Óbitos por outras causas poderão ser velado somente por 4 (horas);

II- Os eventos e atividades esportivas (ginásios, quadra de areia), em locais públicos ou privados, no período de **23/02/2021 a 09/03/2021**

III- Pousadas ou hotéis deverão atender somente hospedagem.

VIII - A participação de Servidores públicos municipais em eventos intermunicipais, interestaduais, salvo com autorização expressa do Gabinete de Situação Municipal;

IX Atividades de lazer ou eventos que causam aglomeração, em locais públicos ou privados;

X - A concentração, aglomeração e a permanência de pessoas em espaços públicos e privados de uso coletivo, como os rios, cachoeiras, praças de caminhada, em todo o território do Município de Reserva do Cabaçal/MT;

§ 1º - A vedação contida no caput deste artigo se aplica também aos trabalhadores informais, tais como: ambulantes, quiosques, carrinhos de lanches, espetinhos e demais situações congêneres, sendo permitido que estes possam fazer atendimento em sistema delivery, desde que utilizem apenas endereços comerciais e ou residenciais.

§ 2º - O fechamento previsto no caput desde artigo não se aplica aos seguintes estabelecimentos:

I – Clinicas medicas e odontológica, estabelecimentos hospitalares e laboratórios;

II – Clinicas veterinária em regime de urgência;

III – supermercados e congêneres, tais como padarias, mercados, mercearias e açougues, vedado, em qualquer caso, o consumo dentro do estabelecimento e aglomeração de pessoas;

IV – Farmácias e drogarias;

V – Estabelecimentos bancários e lotérica;

VI – Distribuidores de água e gás;

VII – serviços de segurança privada;

VIII – postos de combustíveis;

IX – Lavanderias E serviços de higienização;

X – Serviços de telefonia e de internet.

Art. 5º- As agências bancarias e lotérica deverão: a) intensificar a limpeza em suas instalações e disponibilizar aos clientes álcool gel 70% INPM; b) permitir o acesso de no máximo 05 (cinco) pessoas para cada atendente existente e ou para cada caixa eletrônico existente no estabelecimento, devendo sempre ser observada a distância entre clientes de no mínimo 2,00 (dois metros), o que poderá ser feito por meio de marcações.

Paragrafo Único. As agências bancarias e lotérica poderão, caso queiram, de igual forma, realizar atendimentos via telefone, e-mail, WhatsApp

ou outro aplicativo congênere, e/ou por meio de agendamento, entre outras alternativas, com o fim especifico de evitar aglomeração de pessoas.

Art. 6º - No caso especifico de aumento injustificado de preços de produtos de combate ao COVID-19, será CASSADO, como medida cautelar prevista no paragrafo único do artigo 56 da Lei federal nº 8.078/1990, o Alvará de funcionamento de estabelecimentos que incorrerem em praticas abusivas ao direito do consumidor, previamente constado pela fiscalização do Procon e outro órgão de proteção aos direitos dos consumidores.

Art. 7º - A unidade de saúde publica e privada deverão iniciar a triagem rápida para reduzir o tempo de espera no atendimento e consequentemente a possibilidade de transmissão do Coronavirus (COVID-19) dentro das unidades de saúde.

Art. 8º - Enquanto vigente este Decreto, ficam fechados os parques públicos, áreas de lazer beira rio, bem como a utilização de academias ao ar livre e praias beira rio no território municipal.

Art. 9º- O Município de Reserva do Cabaçal – MT, expedirá constantemente, informes e recomendações gerais à população por meio de carros de som, mídias sociais, etc., visando dar publicidade ao presente decreto e também com o fim de evitar aglomerações de pessoas e orientar a população acerca dos cuidados a serem adotados para prevenção da doença, bem como dos procedimentos a serem observados nos casos de suspeita de contaminação.

Art. 10º - Para os casos de propagação de informações falsas, provocando tensão e apreensão aos cidadãos reservenses, o (a) infrator (a) estará sujeito ao Art. 138 do Código Penal Brasileiro – Decreto Lei 2.848/40.

Art. 11º - As medidas previstas neste Decreto poderão ser reavaliadas a qualquer momento, de acordo com a situação epidemiológica vivenciada pelo município.

Art. 12º- Em caso de descumprimento das medidas previstas neste Decreto, as autoridades competentes devem apurar as eventuais praticas de infrações administrativas previstas no

Artigo 10, inciso VII, da Lei Federal nº 6.437, de 20 de agosto de 1977, no Artigo 65 da Lei Estadual nº 7.110, de 10 de fevereiro de 1.999, ficando sujeitas ainda às penas por violação dos Art. 132, 268, e 330, todos estes do Código Penal Brasileiro.

Art. 13º - Este Decreto entrará em vigor a partir de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Reserva do Cabaçal – Estado de Mato Grosso, aos 23 dias do mês de fevereiro de 2021.

JONAS CAMPOS VIEIRA

PREFEITO MUNICIPAL

COVID-19: DECRETO COMPLEMENTAR N.º 15 DE 23 DE FEVEREIRO DE 2021.

ATUALIZA AS MEDIDAS RESTRITIVAS PARA ENFRENTAMENTO AO NOVO CORONAVÍRUS (COVID-19) NO MUNICIPIO DE RESERVA DO CABAÇAL /MT, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

JONAS CAMPOS VIEIRA, Prefeito Municipal de Reserva do Cabaçal, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais previstas na Lei Orgânica do Município;

CONSIDERANDO a Declaração de Emergência em Saúde Pública de Importância Internacional pela Organização Mundial de Saúde, em 30 de janeiro de 2020, bem como o Regulamento Sanitário Internacional, promulgado pelo Decreto Federal nº 10.212, de 30 de janeiro de 2020;

CONSIDERANDO o que dispõe os Decretos do Governo do Estado de Mato Grosso, especialmente o Decreto Estadual n° 522/2020 e seguintes que institui a classificação de risco e atualiza as diretrizes para adoção, pelos Municípios, de medidas restritivas para prevenir a disseminação da COVID-19 e dá outras providências;

CONSIDERANDO, também, o aumento da média móvel de casos confirmados de COVID-19, de hospitalizações e de óbitos no âmbito do Estado de Mato Grosso e, especialmente em Reserva do Cabaçal;

CONSIDERANDO que as ações a serem implementadas devem zelar pela preservação da dignidade das pessoas e dos direitos humanos, pelo respeito à intimidade e à vida privada e pela necessidade, adequação, razoabilidade e proporcionalidade de tais medidas imediatas visando a contenção da propagação do novo Coronavírus e objetivando a proteção da coletividade;

CONSIDERANDO a confirmação do aumento de casos de Coronavírus (COVID-19) no território do estado de Mato Grosso e no Município de Reserva do Cabaçal e a necessidade de atualização das medidas de enfrentamento à pandemia em curso;

CONSIDERANDO, por fim, as deliberações pelo Comitê de **Monitoramento do COVID19 de Reserva do Cabaçal;**

DECRETA:

DAS MEDIDAS RELACIONADAS À ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

ART.1º- Para atender a atual situação de emergência, no âmbito da Administração Pública, direta e indireta, serão adotadas as seguintes medidas:

I- Determinar ao Departamento de Fiscalização/tributos e da Vigilância em

Saúde do município a efetiva fiscalização do cumprimento deste Decreto e de normas expedidas;

II- Requisitar o apoio efetivo das forças policiais e da justiça deste município para as ações de fiscalização e repressão adotando todas as medidas preventivas e amplamente divulgadas no sentido de evitar aglomerações, contatos diretos e colaborar na manutenção do isolamento social de pessoas nesse período estabelecido.

III- Autorizar a requisição de bens e serviços de pessoas naturais e jurídicas, especialmente dos fornecedores da Administração Pública através de Contratos Administrativos ou Atas de Registro de Preços, hipótese e que será garantido o pagamento posterior de indenização justa;

IV- Determinar se necessário a realização de home Office para servidores e aos profissionais pertencentes ao Grupo de Risco, conforme definido pelo Ministério da Saúde, após avaliação médica desde que não haja prejuízos ás atividades desenvolvidas pela área, resguardando o quantitativo mínimo de servidores para garantir o funcionamento dos serviços considerados essenciais e prioritários, tudo em conformidade com Normativa Interna elaborada pelo órgão de Controle Interno;

V- Lotar em outra secretaria ou Departamento servidores que não se enquadrem no grupo de risco e que por ventura tenham suas atribuições afetadas pelas medidas temporárias e emergenciais de prevenção de contagio do Coronavirus;

VI- Suspender as atividades escolares presenciais na rede pública, em todas as etapas, no município de Reserva do Cabaçal/MT por tempo indeterminado, devendo retornar juntamente da Rede Estadual de ensino;

VII- Vetar os procedimentos tendentes a suspensão do abastecimento de água aqueles que se encontre com débitos junto ao município, pelo período de vigência deste decreto;

VIII- Fica autorizada a realização de despesas, inclusive com dispensa de licitação, para aquisição de bens/serviços/insumos de saúde, bem como a contratação de serviços de saúde, destinados ao enfrentamento emergência de saúde pública de que trata este Decreto, mediante prévia justificativa da área competente, com fundamento no artº 4º da Lei Federal nº 13979/2020

IX - Fica autorizada a adoção de todas as medidas administrativas necessárias para assegurar a imediata resposta por parte do Poder Púbico Municipal a situação ora vigente e assegurar o retorno à normalidade, tais como:

a) A alocação de recursos orçamentários para custeio das ações emergenciais;

b) A contratação emergencial de fornecimento de bens e de pessoal para prestação de serviços necessários ao restabelecimento da normalidade, adotando-se procedimentos compatíveis com a situação apresentada;

c) A solicitação de auxilio Federal e/ou Estadual para mitigação dos danos causados pela proliferação do Coronavirus, para o apoio e garantia da livre circulação dos meios de transporte necessário à distribuição de gêneros de primeira necessidade e para a prestação de serviços essenciais e destinados a prover o atendimento à população;

PARAGRAFO ÚNICO: Os serviços públicos essenciais, tais como tratamento e distribuição de água, coleta de lixo e resíduos sólidos, fiscalização de obras e posturas, serviços de obras e infraestruturas, não poderão ser interrompidos.

DAS MEDIDAS RELACIONADAS AOS ESTABELECIMENTOS COMERCIAIS

Art. 2º- Obedecida as disposições a seguir, os estabelecimentos comerciais essenciais ficam autorizados a funcionar de segunda-feira a sábado 7:00 às 12:00 horas e das 14:00 às 18:00 horas, e a não abertura aos domingos;

I- Para o atendimento da clientela, os supermercados, mercados, mercearias, padarias, açougues e congêneres deverão respeitar obrigatoriamente a seguinte restrição: entrada e permanência no recinto interno do número máximo de **03 (três**) pessoas para cada caixa existente no estabelecimento e em efetiva operação. Respeitando as medidas sanitárias e de assepsia determinada pelas entidades responsáveis, dentre elas a vigilância em saúde do município independentemente de constar nos Decretos Municipais e Estaduais, deverão ser seguidas pelos estabelecimentos comerciais e pelos munícipes, de modo que o descumprimento destas ensejarão a imediata aplicação das penalidades cabíveis.

II- Tais estabelecimentos deverão ainda:

a) zelar pela organização de filas, quando houver, mantendo uma distancia mínima entre os clientes de no mínimo 2,00 (dois metros), o que poderá ser feito por meio de marcações;

b) seguir rigorosamente as normas e determinações impostas de prevenção, combate e proliferação ao Novo Coronavírus;

c) adotar, se necessário, sistema de agendamento de atendimento ou distribuição de senhas.

III- Também deverá ser observado o rigoroso cumprimento das normas de segurança sanitária em relação aos funcionários, especialmente por meio da utilização de equipamentos de proteção individual (EPi's), bem como da limpeza e desinfecção constante do local.

IV- Funcionamento dos estabelecimentos não essenciais (bares, lanchonetes, restaurantes) deverá funcionar somente delivery neste **período 23/02/2021 a 09/03/2021** respeitando o horário das 21:00 hs para fechamento, inclusive aos sábados, domingos e feriados.

V- Bares e lanchonetes somente delivery, respeitando o horário de até as 21:00 horas para fechamento, sendo proibido o consumo no local. Em caso de descumprimento das medidas estabelecida no presente Decreto, os estabelecimentos comerciais e/ou pessoas físicas ou jurídicas serão assim penalizados:

a) Advertência na primeira infração;

b) Multa, correspondente a 03 (três) UPD's (Unidades Padrão Fiscais do Município), ou outro índice de correção que vier substitui-lo;

c) Em caso de reincidências com aplicação de multas, estas serão computadas em dobro e conjuntamente o estabelecimento será fechado pelo prazo de 15 (quinze dias)

VI - A reabertura do estabelecimento comercial ou de retomada das atividades serão automáticas, depois de transcorrido o prazo integral de interdição;

VII - A reabertura e/ou funcionamento do estabelecimento comercial ou atividades antes de cumprido o prazo de interdição temporária, acarretará na suspensão do Alvará Sanitário e de Funcionamento pelo prazo de 30 (trinta) dias, contabilizados a partir da data da

constatação do descumprimento, além da aplicação de multa conforme as UPD's por descumprimento.

VIII - Os estabelecimentos comerciais de produtos não elencados deverão funcionar de segunda-feira a sexta-feira respeitando os horários de 7:30 as 12:00 horas e das 14:00 as 18:00 horas e no sábado de 7:30 as 12:00 horas.

IX - O descumprimento das regras deste artigo ensejará aplicação de penalidades administrativas cabíveis, inclusive interdição compulsória, pelos Órgãos sanitários, de fiscalização e PROCON.

X - Os órgãos sanitários, de fiscalização e PROCON, poderão solicitar apoio das Policias Civil e Militar para o cumprimento do disposto neste artigo, podendo aplicar, diretamente as penalidades administrativas cabíveis.

XII - Para o sistema delivery, o ato de entrega deve ser precedido de todas as recomendações preconizadas pelos órgãos de saúde quanto à necessidade de higienização do produto.

XIII - O atendimento nos salões de beleza deverá ser de forma individual.

XIV- O atendimento nas academias deverá ser de no máximo 2 pessoas, seguindo as recomendações de higienização a cada troca de aparelho**.**

XV- Fica liberado às igrejas a programação respeitando todas as orientações estabelecidas no plano de ações de cada congregação, e respeitando o limite de 50% da capacidade do público

Parágrafo único: O descumprimento das orientações do plano de ações pode causar a suspensão da programação da devida congregação.

X- Fica permitida a comercialização de vendedores ambulantes desde que os mesmo não circulem pela cidade e possuam alvará sanitário.

DAS DETERMINAÇÕES GERAIS

Art. 3º. Conforme disposição do Decreto Estadual n° 522/2020 e posteriores alterações, considerando a classificação atual do Município como "risco moderado ", deverão ser adotadas as seguintes medidas nãofarmacológicas, com o objetivo de impedir o crescimento da taxa de contaminação no território e reduzir o impacto no sistema de saúde:

a) Evitar circulação de pessoas pertencentes ao Grupo de Risco, conforme definição do Ministério da Saúde:

b) Isolamento: separação de pessoas e bens contaminados, transportes e bagagens no âmbito municipal, mercadorias e outros, com o objetivo de evitar a contaminação ou a propagação do Coronavírus;

c) Quarentena domiciliar de pacientes sintomáticos, suspeito ou confirmado de COVID-19, e de daqueles que com ele tiveram contato, em caráter obrigatório, por prescrição médica. Restrição de atividades ou separação de pessoas suspeitas de contaminação das pessoas que não estejam doentes, ou ainda bagagens, animais e meios de transporte, no âmbito de sua competência, com o objetivo de evitar a possível contaminação ou a propagação do novo Coronavírus;

d) Ampliar em estabelecimentos públicos e privados, a frequência diária de limpeza e desinfecção da locais frequentemente tomados, tais como pisos, corrimãos, maçanetas,

banheiros, interruptores, janelas, telefones, teclados de computador, controles remotos, máquinas acionadas por toque manual e outros;

e) Evitar a realização presencial de reuniões de trabalho e priorizar a realização de atividades de forma remota mediante o uso de ferramentas tecnológicas;

f) Controlar o acesso de pessoas em estabelecimentos públicos e privados de modo a garantir o distanciamento mínimo de 2,00 m entre as pessoas;

g) Manter os ambientes arejados por ventilação natural;

h) Vedar o acesso a estabelecimentos públicos e privados de funcionários, consumidores e usuários que não estejam utilizando máscara de proteção facial, ainda que artesanal;

i) Observar as determinações das autoridades sanitárias para a contenção de riscos, especialmente quando a atividades exigir atendimento presencial da população, com a orientação aos funcionários sobre o modo correto de relacionamento com o público no período de emergência em saúde pública;

j) Proibir qualquer forma de aglomeração de pessoas nos espaços e vias públicas (ruas, avenidas, praças, etc), nos espaços privados, inclusive em eventos, festas, reuniões em praças, ginásios esportivos, modalidades esportivas coletivas e outras atividades congêneres.

K) Fica proibido qualquer tipo de festas, comemorações, seja elas na zona urbana ou rural do município.

M) Fica proibido a circulação de transporte coletivos (ônibus de excursão, ônibus para compras, etc.) com mais de 5 pessoas.

Art. 4º Fica(m) suspenso (as):

I- Fica suspenso o velório e/ou sepultamento de corpos oriundos de outros municípios cujo óbito tenha tido como causa suspeita ou confirmada COVID-19. Óbitos por outras causas poderão ser velado somente por 4 (horas);

II- Os eventos e atividades esportivas (ginásios, quadra de areia), em locais públicos ou privados, no período de **23/02/2021 a 09/03/2021**

III- Pousadas ou hotéis deverão atender somente hospedagem.

VIII - A participação de Servidores públicos municipais em eventos intermunicipais, interestaduais, salvo com autorização expressa do Gabinete de Situação Municipal;

IX Atividades de lazer ou eventos que causam aglomeração, em locais públicos ou privados;

X - A concentração, aglomeração e a permanência de pessoas em espaços públicos e privados de uso coletivo, como os rios, cachoeiras, praças de caminhada, em todo o território do Município de Reserva do Cabaçal/MT;

§ 1º - A vedação contida no caput deste artigo se aplica também aos trabalhadores informais, tais como: ambulantes, quiosques, carrinhos de lanches, espetinhos e demais situações congêneres, sendo permitido que estes possam fazer atendimento em sistema delivery, desde que utilizem apenas endereços comerciais e ou residenciais.

§ 2º - O fechamento previsto no caput desde artigo não se aplica aos seguintes estabelecimentos:

I – Clinicas medicas e odontológica, estabelecimentos hospitalares e laboratórios;

II – Clinicas veterinária em regime de urgência;

III – supermercados e congêneres, tais como padarias, mercados, mercearias e açougues, vedado, em qualquer caso, o consumo dentro do estabelecimento e aglomeração de pessoas;

IV – Farmácias e drogarias;

V – Estabelecimentos bancários e lotérica;

VI – Distribuidores de água e gás;

VII – serviços de segurança privada;

VIII – postos de combustíveis;

IX – Lavanderias E serviços de higienização;

X – Serviços de telefonia e de internet.

Art. 5º- As agências bancarias e lotérica deverão: a) intensificar a limpeza em suas instalações e disponibilizar aos clientes álcool gel 70% INPM; b) permitir o acesso de no máximo 05 (cinco) pessoas para cada atendente existente e ou para cada caixa eletrônico existente no estabelecimento, devendo sempre ser observada a distância entre clientes de no mínimo 2,00 (dois metros), o que poderá ser feito por meio de marcações.

Paragrafo Único. As agências bancarias e lotérica poderão, caso queiram, de igual forma, realizar atendimentos via telefone, e-mail, WhatsApp ou outro aplicativo congênere, e/ou por meio de agendamento, entre outras alternativas, com o fim especifico de evitar aglomeração de pessoas.

Art. 6º - No caso especifico de aumento injustificado de preços de produtos de combate ao COVID-19, será CASSADO, como medida cautelar prevista no paragrafo único do artigo 56 da Lei federal nº 8.078/1990, o Alvará de funcionamento de estabelecimentos que incorrerem em praticas abusivas ao direito do consumidor, previamente constado pela fiscalização do Procon e outro órgão de proteção aos direitos dos consumidores.

Art. 7º - A unidade de saúde publica e privada deverão iniciar a triagem rápida para reduzir o tempo de espera no atendimento e consequentemente a possibilidade de transmissão do Coronavirus (COVID-19) dentro das unidades de saúde.

Art. 8º - Enquanto vigente este Decreto, ficam fechados os parques públicos, áreas de lazer beira rio, bem como a utilização de academias ao ar livre e praias beira rio no território municipal.

Art. 9º- O Município de Reserva do Cabaçal – MT, expedirá constantemente, informes e recomendações gerais à população por meio de carros de som, mídias sociais, etc., visando dar publicidade ao presente decreto e também com o fim de evitar aglomerações de pessoas e orientar a população acerca dos cuidados a serem adotados para prevenção da doença, bem como dos procedimentos a serem observados nos casos de suspeita de contaminação.

Art. 10º - Para os casos de propagação de informações falsas, provocando tensão e apreensão aos cidadãos reservenses, o (a) infrator (a) estará sujeito ao Art. 138 do Código Penal Brasileiro – Decreto Lei 2.848/40.

Art. 11º - As medidas previstas neste Decreto poderão ser reavaliadas a qualquer momento, de acordo com a situação epidemiológica vivenciada pelo município.

Art. 12º- Em caso de descumprimento das medidas previstas neste Decreto, as autoridades competentes devem apurar as eventuais praticas de infrações administrativas previstas no

Artigo 10, inciso VII, da Lei Federal nº 6.437, de 20 de agosto de 1977, no Artigo 65 da Lei Estadual nº 7.110, de 10 de fevereiro de 1.999, ficando sujeitas ainda às penas por violação dos Art. 132, 268, e 330, todos estes do Código Penal Brasileiro.

Art. 13º - Este Decreto entrará em vigor a partir de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Reserva do Cabaçal – Estado de Mato Grosso, aos 23 dias do mês de fevereiro de 2021.

JONAS CAMPOS VIEIRA

PREFEITO MUNICIPAL

COVID-19: DECRETO COMPLEMENTAR N.º 15 DE 23 DE FEVEREIRO DE 2021.

ATUALIZA AS MEDIDAS RESTRITIVAS PARA ENFRENTAMENTO AO NOVO CORONAVÍRUS (COVID-19) NO MUNICIPIO DE RESERVA DO CABAÇAL /MT, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

JONAS CAMPOS VIEIRA, Prefeito Municipal de Reserva do Cabaçal, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais previstas na Lei Orgânica do Município;

CONSIDERANDO a Declaração de Emergência em Saúde Pública de Importância Internacional pela Organização Mundial de Saúde, em 30 de janeiro de 2020, bem como o Regulamento Sanitário Internacional, promulgado pelo Decreto Federal nº 10.212, de 30 de janeiro de 2020;

CONSIDERANDO o que dispõe os Decretos do Governo do Estado de Mato Grosso, especialmente o Decreto Estadual n° 522/2020 e seguintes que institui a classificação de risco e atualiza as diretrizes para adoção, pelos Municípios, de medidas restritivas para prevenir a disseminação da COVID-19 e dá outras providências;

CONSIDERANDO, também, o aumento da média móvel de casos confirmados de COVID-19, de hospitalizações e de óbitos no âmbito do Estado de Mato Grosso e, especialmente em Reserva do Cabaçal;

CONSIDERANDO que as ações a serem implementadas devem zelar pela preservação da dignidade das pessoas e dos direitos humanos, pelo respeito à intimidade e à vida privada e pela necessidade, adequação, razoabilidade e proporcionalidade de tais medidas imediatas visando a contenção da propagação do novo Coronavírus e objetivando a proteção da coletividade;

CONSIDERANDO a confirmação do aumento de casos de Coronavírus (COVID-19) no território do estado de Mato Grosso e no Município de Reserva do Cabaçal e a necessidade de atualização das medidas de enfrentamento à pandemia em curso;

CONSIDERANDO, por fim, as deliberações pelo Comitê de **Monitoramento do COVID19 de Reserva do Cabaçal;**

DECRETA:

DAS MEDIDAS RELACIONADAS À ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

ART.1º- Para atender a atual situação de emergência, no âmbito da Administração Pública, direta e indireta, serão adotadas as seguintes medidas:

I- Determinar ao Departamento de Fiscalização/tributos e da Vigilância em

Saúde do município a efetiva fiscalização do cumprimento deste Decreto e de normas expedidas;

II- Requisitar o apoio efetivo das forças policiais e da justiça deste município para as ações de fiscalização e repressão adotando todas as medidas preventivas e amplamente divulgadas no sentido de evitar aglomerações, contatos diretos e colaborar na manutenção do isolamento social de pessoas nesse período estabelecido.

III- Autorizar a requisição de bens e serviços de pessoas naturais e jurídicas, especialmente dos fornecedores da Administração Pública através de Contratos Administrativos ou Atas de Registro de Preços, hipótese e que será garantido o pagamento posterior de indenização justa;

IV- Determinar se necessário a realização de home Office para servidores e aos profissionais pertencentes ao Grupo de Risco, conforme definido pelo Ministério da Saúde, após avaliação médica desde que não haja prejuízos ás atividades desenvolvidas pela área, resguardando o quantitativo mínimo de servidores para garantir o funcionamento dos serviços considerados essenciais e prioritários, tudo em conformidade com Normativa Interna elaborada pelo órgão de Controle Interno;

V- Lotar em outra secretaria ou Departamento servidores que não se enquadrem no grupo de risco e que por ventura tenham suas atribuições afetadas pelas medidas temporárias e emergenciais de prevenção de contagio do Coronavirus;

VI- Suspender as atividades escolares presenciais na rede pública, em todas as etapas, no município de Reserva do Cabaçal/MT por tempo indeterminado, devendo retornar juntamente da Rede Estadual de ensino;

VII- Vetar os procedimentos tendentes a suspensão do abastecimento de água aqueles que se encontre com débitos junto ao município, pelo período de vigência deste decreto;

VIII- Fica autorizada a realização de despesas, inclusive com dispensa de licitação, para aquisição de bens/serviços/insumos de saúde, bem como a contratação de serviços de saúde, destinados ao enfrentamento emergência de saúde pública de que trata este Decreto, mediante prévia justificativa da área competente, com fundamento no artº 4º da Lei Federal nº 13979/2020

IX - Fica autorizada a adoção de todas as medidas administrativas necessárias para assegurar a imediata resposta por parte do Poder Púbico Municipal a situação ora vigente e assegurar o retorno à normalidade, tais como:

a) A alocação de recursos orçamentários para custeio das ações emergenciais;

b) A contratação emergencial de fornecimento de bens e de pessoal para prestação de serviços necessários ao restabelecimento da normalidade, adotando-se procedimentos compatíveis com a situação apresentada;

c) A solicitação de auxilio Federal e/ou Estadual para mitigação dos danos causados pela proliferação do Coronavirus, para o apoio e garantia da livre circulação dos meios de transporte necessário à distribuição de gêneros de primeira necessidade e para a prestação de serviços essenciais e destinados a prover o atendimento à população;

PARAGRAFO ÚNICO: Os serviços públicos essenciais, tais como tratamento e distribuição de água, coleta de lixo e resíduos sólidos, fiscalização de obras e posturas, serviços de obras e infraestruturas, não poderão ser interrompidos.

DAS MEDIDAS RELACIONADAS AOS ESTABELECIMENTOS COMERCIAIS

Art. 2º- Obedecida as disposições a seguir, os estabelecimentos comerciais essenciais ficam autorizados a funcionar de segunda-feira a sábado 7:00 às 12:00 horas e das 14:00 às 18:00 horas, e a não abertura aos domingos;

I- Para o atendimento da clientela, os supermercados, mercados, mercearias, padarias, açougues e congêneres deverão respeitar obrigatoriamente a seguinte restrição: entrada e permanência no recinto interno do número máximo de **03 (três**) pessoas para cada caixa existente no estabelecimento e em efetiva operação. Respeitando as medidas sanitárias e de assepsia determinada pelas entidades responsáveis, dentre elas a vigilância em saúde do município independentemente de constar nos Decretos Municipais e Estaduais, deverão ser seguidas pelos estabelecimentos comerciais e pelos munícipes, de modo que o descumprimento destas ensejarão a imediata aplicação das penalidades cabíveis.

II- Tais estabelecimentos deverão ainda:

a) zelar pela organização de filas, quando houver, mantendo uma distancia mínima entre os clientes de no mínimo 2,00 (dois metros), o que poderá ser feito por meio de marcações;

b) seguir rigorosamente as normas e determinações impostas de prevenção, combate e proliferação ao Novo Coronavírus;

c) adotar, se necessário, sistema de agendamento de atendimento ou distribuição de senhas.

III- Também deverá ser observado o rigoroso cumprimento das normas de segurança sanitária em relação aos funcionários, especialmente por meio da utilização de equipamentos de proteção individual (EPi's), bem como da limpeza e desinfecção constante do local.

IV- Funcionamento dos estabelecimentos não essenciais (bares, lanchonetes, restaurantes) deverá funcionar somente delivery neste **período 23/02/2021 a 09/03/2021** respeitando o horário das 21:00 hs para fechamento, inclusive aos sábados, domingos e feriados.

V- Bares e lanchonetes somente delivery, respeitando o horário de até as 21:00 horas para fechamento, sendo proibido o consumo no local. Em caso de descumprimento das medidas estabelecida no presente Decreto, os estabelecimentos comerciais e/ou pessoas físicas ou jurídicas serão assim penalizados:

a) Advertência na primeira infração;

b) Multa, correspondente a 03 (três) UPD's (Unidades Padrão Fiscais do Município), ou outro índice de correção que vier substitui-lo;

c) Em caso de reincidências com aplicação de multas, estas serão computadas em dobro e conjuntamente o estabelecimento será fechado pelo prazo de 15 (quinze dias)

VI - A reabertura do estabelecimento comercial ou de retomada das atividades serão automáticas, depois de transcorrido o prazo integral de interdição;

VII - A reabertura e/ou funcionamento do estabelecimento comercial ou atividades antes de cumprido o prazo de interdição temporária, acarretará na suspensão do Alvará Sanitário e de Funcionamento pelo prazo de 30 (trinta) dias, contabilizados a partir da data da

constatação do descumprimento, além da aplicação de multa conforme as UPD's por descumprimento.

VIII - Os estabelecimentos comerciais de produtos não elencados deverão funcionar de segunda-feira a sexta-feira respeitando os horários de 7:30 as 12:00 horas e das 14:00 as 18:00 horas e no sábado de 7:30 as 12:00 horas.

IX - O descumprimento das regras deste artigo ensejará aplicação de penalidades administrativas cabíveis, inclusive interdição compulsória, pelos Órgãos sanitários, de fiscalização e PROCON.

X - Os órgãos sanitários, de fiscalização e PROCON, poderão solicitar apoio das Policias Civil e Militar para o cumprimento do disposto neste artigo, podendo aplicar, diretamente as penalidades administrativas cabíveis.

XII - Para o sistema delivery, o ato de entrega deve ser precedido de todas as recomendações preconizadas pelos órgãos de saúde quanto à necessidade de higienização do produto.

XIII - O atendimento nos salões de beleza deverá ser de forma individual.

XIV- O atendimento nas academias deverá ser de no máximo 2 pessoas, seguindo as recomendações de higienização a cada troca de aparelho**.**

XV- Fica liberado às igrejas a programação respeitando todas as orientações estabelecidas no plano de ações de cada congregação, e respeitando o limite de 50% da capacidade do público

Parágrafo único: O descumprimento das orientações do plano de ações pode causar a suspensão da programação da devida congregação.

X- Fica permitida a comercialização de vendedores ambulantes desde que os mesmo não circulem pela cidade e possuam alvará sanitário.

DAS DETERMINAÇÕES GERAIS

Art. 3º. Conforme disposição do Decreto Estadual n° 522/2020 e posteriores alterações, considerando a classificação atual do Município como "risco moderado ", deverão ser adotadas as seguintes medidas não-farmacológicas, com o objetivo de impedir o crescimento da taxa de contaminação no território e reduzir o impacto no sistema de saúde:

a) Evitar circulação de pessoas pertencentes ao Grupo de Risco, conforme definição do Ministério da Saúde:

b) Isolamento: separação de pessoas e bens contaminados, transportes e bagagens no âmbito municipal, mercadorias e outros, com o objetivo de evitar a contaminação ou a propagação do Coronavírus;

c) Quarentena domiciliar de pacientes sintomáticos, suspeito ou confirmado de COVID-19, e de daqueles que com ele tiveram contato, em caráter obrigatório, por prescrição médica. Restrição de atividades ou separação de pessoas suspeitas de contaminação das pessoas que não estejam doentes, ou ainda bagagens, animais e meios de transporte, no âmbito de sua competência, com o objetivo de evitar a possível contaminação ou a propagação do novo Coronavírus;

d) Ampliar em estabelecimentos públicos e privados, a frequência diária de limpeza e desinfecção da locais frequentemente tomados, tais como pisos, corrimãos, maçanetas,

banheiros, interruptores, janelas, telefones, teclados de computador, controles remotos, máquinas acionadas por toque manual e outros;

e) Evitar a realização presencial de reuniões de trabalho e priorizar a realização de atividades de forma remota mediante o uso de ferramentas tecnológicas;

f) Controlar o acesso de pessoas em estabelecimentos públicos e privados de modo a garantir o distanciamento mínimo de 2,00 m entre as pessoas;

g) Manter os ambientes arejados por ventilação natural;

h) Vedar o acesso a estabelecimentos públicos e privados de funcionários, consumidores e usuários que não estejam utilizando máscara de proteção facial, ainda que artesanal;

i) Observar as determinações das autoridades sanitárias para a contenção de riscos, especialmente quando a atividades exigir atendimento presencial da população, com a orientação aos funcionários sobre o modo correto de relacionamento com o público no período de emergência em saúde pública;

j) Proibir qualquer forma de aglomeração de pessoas nos espaços e vias públicas (ruas, avenidas, praças, etc), nos espaços privados, inclusive em eventos, festas, reuniões em praças, ginásios esportivos, modalidades esportivas coletivas e outras atividades congêneres.

K) Fica proibido qualquer tipo de festas, comemorações, seja elas na zona urbana ou rural do município.

M) Fica proibido a circulação de transporte coletivos (ônibus de excursão, ônibus para compras, etc.) com mais de 5 pessoas.

Art. 4º Fica(m) suspenso (as):

I- Fica suspenso o velório e/ou sepultamento de corpos oriundos de outros municípios cujo óbito tenha tido como causa suspeita ou confirmada COVID-19. Óbitos por outras causas poderão ser velado somente por 4 (horas);

II- Os eventos e atividades esportivas (ginásios, quadra de areia), em locais públicos ou privados, no período de **23/02/2021 a 09/03/2021**

III- Pousadas ou hotéis deverão atender somente hospedagem.

VIII - A participação de Servidores públicos municipais em eventos intermunicipais, interestaduais, salvo com autorização expressa do Gabinete de Situação Municipal;

IX Atividades de lazer ou eventos que causam aglomeração, em locais públicos ou privados;

X - A concentração, aglomeração e a permanência de pessoas em espaços públicos e privados de uso coletivo, como os rios, cachoeiras, praças de caminhada, em todo o território do Município de Reserva do Cabaçal/MT;

§ 1º - A vedação contida no caput deste artigo se aplica também aos trabalhadores informais, tais como: ambulantes, quiosques, carrinhos de lanches, espetinhos e demais situações congêneres, sendo permitido que estes possam fazer atendimento em sistema delivery, desde que utilizem apenas endereços comerciais e ou residenciais.

§ 2º - O fechamento previsto no caput desde artigo não se aplica aos seguintes estabelecimentos:

I – Clinicas medicas e odontológica, estabelecimentos hospitalares e laboratórios;

II – Clinicas veterinária em regime de urgência;

III – supermercados e congêneres, tais como padarias, mercados, mercearias e açougues, vedado, em qualquer caso, o consumo dentro do estabelecimento e aglomeração de pessoas;

IV – Farmácias e drogarias;

V – Estabelecimentos bancários e lotérica;

VI – Distribuidores de água e gás;

VII – serviços de segurança privada;

VIII – postos de combustíveis;

IX – Lavanderias E serviços de higienização;

X – Serviços de telefonia e de internet.

Art. 5º- As agências bancarias e lotérica deverão: a) intensificar a limpeza em suas instalações e disponibilizar aos clientes álcool gel 70% INPM; b) permitir o acesso de no máximo 05 (cinco) pessoas para cada atendente existente e ou para cada caixa eletrônico existente no estabelecimento, devendo sempre ser observada a distância entre clientes de no mínimo 2,00 (dois metros), o que poderá ser feito por meio de marcações.

Paragrafo Único. As agências bancarias e lotérica poderão, caso queiram, de igual forma, realizar atendimentos via telefone, e-mail, WhatsApp ou outro aplicativo congênere, e/ou por meio de agendamento, entre outras alternativas, com o fim especifico de evitar aglomeração de pessoas.

Art. 6º - No caso especifico de aumento injustificado de preços de produtos de combate ao COVID-19, será CASSADO, como medida cautelar prevista no paragrafo único do artigo 56 da Lei federal nº 8.078/1990, o Alvará de funcionamento de estabelecimentos que incorrerem em praticas abusivas ao direito do consumidor, previamente constado pela fiscalização do Procon e outro órgão de proteção aos direitos dos consumidores.

Art. 7º - A unidade de saúde publica e privada deverão iniciar a triagem rápida para reduzir o tempo de espera no atendimento e consequentemente a possibilidade de transmissão do Coronavirus (COVID-19) dentro das unidades de saúde.

Art. 8º - Enquanto vigente este Decreto, ficam fechados os parques públicos, áreas de lazer beira rio, bem como a utilização de academias ao ar livre e praias beira rio no território municipal.

Art. 9º- O Município de Reserva do Cabaçal – MT, expedirá constantemente, informes e recomendações gerais à população por meio de carros de som, mídias sociais, etc., visando dar publicidade ao presente decreto e também com o fim de evitar aglomerações de pessoas e orientar a população acerca dos cuidados a serem adotados para prevenção da doença, bem como dos procedimentos a serem observados nos casos de suspeita de **contaminação**.

Art. 10º - Para os casos de propagação de informações falsas, provocando tensão e apreensão aos cidadãos reservenses, o (a) infrator (a) estará sujeito ao Art. 138 do Código Penal Brasileiro – Decreto Lei 2.848/40.

Art. 11º - As medidas previstas neste Decreto poderão ser reavaliadas a qualquer momento, de acordo com a situação epidemiológica vivenciada pelo município.

Art. 12º- Em caso de descumprimento das medidas previstas neste Decreto, as autoridades competentes devem apurar as eventuais praticas de infrações administrativas previstas no

Artigo 10, inciso VII, da Lei Federal nº 6.437, de 20 de agosto de 1977, no Artigo 65 da Lei Estadual nº 7.110, de 10 de fevereiro de 1.999, ficando sujeitas ainda às penas por violação dos Art. 132, 268, e 330, todos estes do Código Penal Brasileiro.

Art. 13º - Este Decreto entrará em vigor a partir de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Reserva do Cabaçal – Estado de Mato Grosso, aos 23 dias do mês de fevereiro de 2021.

JONAS CAMPOS VIEIRA

PREFEITO MUNICIPAL**COVID-19: DECRETO COMPLEMENTAR N.º 15 DE 23 DE FEVEREIRO DE 2021.**

ATUALIZA AS MEDIDAS RESTRITIVAS PARA ENFRENTAMENTO AO NOVO CORONAVÍRUS (COVID-19) NO MUNICIPIO DE RESERVA DO CABAÇAL /MT, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

JONAS CAMPOS VIEIRA, Prefeito Municipal de Reserva do Cabaçal, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais previstas na Lei Orgânica do Município;

CONSIDERANDO a Declaração de Emergência em Saúde Pública de Importância Internacional pela Organização Mundial de Saúde, em 30 de janeiro de 2020, bem como o Regulamento Sanitário Internacional, promulgado pelo Decreto Federal nº 10.212, de 30 de janeiro de 2020;

CONSIDERANDO o que dispõe os Decretos do Governo do Estado de Mato Grosso, especialmente o Decreto Estadual n° 522/2020 e seguintes que institui a classificação de risco e atualiza as diretrizes para adoção, pelos Municípios, de medidas restritivas para prevenir a disseminação da COVID-19 e dá outras providências;

CONSIDERANDO, também, o aumento da média móvel de casos confirmados de COVID-19, de hospitalizações e de óbitos no âmbito do Estado de Mato Grosso e, especialmente em Reserva do Cabaçal;

CONSIDERANDO que as ações a serem implementadas devem zelar pela preservação da dignidade das pessoas e dos direitos humanos, pelo respeito à intimidade e à vida privada e pela necessidade, adequação, razoabilidade e proporcionalidade de tais medidas imediatas visando a contenção da propagação do novo Coronavírus e objetivando a proteção da coletividade;

CONSIDERANDO a confirmação do aumento de casos de Coronavírus (COVID-19) no território do estado de Mato Grosso e no Município de Reserva do Cabaçal e a necessidade de atualização das medidas de enfrentamento à pandemia em curso;

CONSIDERANDO, por fim, as deliberações pelo Comitê de **Monitoramento do COVID19 de Reserva do Cabaçal;**

DECRETA:

DAS MEDIDAS RELACIONADAS À ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

ART.1º- Para atender a atual situação de emergência, no âmbito da Administração Pública, direta e indireta, serão adotadas as seguintes medidas:

I- Determinar ao Departamento de Fiscalização/tributos e da Vigilância em

Saúde do município a efetiva fiscalização do cumprimento deste Decreto e de normas expedidas;

II- Requisitar o apoio efetivo das forças policiais e da justiça deste município para as ações de fiscalização e repressão adotando todas as medidas preventivas e amplamente divulgadas no sentido de evitar aglomerações, contatos diretos e colaborar na manutenção do isolamento social de pessoas nesse período estabelecido.

III- Autorizar a requisição de bens e serviços de pessoas naturais e jurídicas, especialmente dos fornecedores da Administração Pública através de Contratos Administrativos ou Atas de Registro de Preços, hipótese e que será garantido o pagamento posterior de indenização justa;

IV- Determinar se necessário a realização de home Office para servidores e aos profissionais pertencentes ao Grupo de Risco, conforme definido pelo Ministério da Saúde, após avaliação médica desde que não haja prejuízos ás atividades desenvolvidas pela área, resguardando o quantitativo mínimo de servidores para garantir o funcionamento dos serviços considerados essenciais e prioritários, tudo em conformidade com Normativa Interna elaborada pelo órgão de Controle Interno;

V- Lotar em outra secretaria ou Departamento servidores que não se enquadrem no grupo de risco e que por ventura tenham suas atribuições afe-

tadas pelas medidas temporárias e emergenciais de prevenção de contagio do Coronavirus;

VI- Suspender as atividades escolares presenciais na rede pública, em todas as etapas, no município de Reserva do Cabaçal/MT por tempo indeterminado, devendo retornar juntamente da Rede Estadual de ensino;

VII- Vetar os procedimentos tendentes a suspensão do abastecimento de água aqueles que se encontre com débitos junto ao município, pelo período de vigência deste decreto;

VIII- Fica autorizada a realização de despesas, inclusive com dispensa de licitação, para aquisição de bens/serviços/insumos de saúde, bem como a contratação de serviços de saúde, destinados ao enfrentamento emergência de saúde pública de que trata este Decreto, mediante prévia justificativa da área competente, com fundamento no artº 4º da Lei Federal nº 13979/2020

IX - Fica autorizada a adoção de todas as medidas administrativas necessárias para assegurar a imediata resposta por parte do Poder Púbico Municipal a situação ora vigente e assegurar o retorno à normalidade, tais como:

a) A alocação de recursos orçamentários para custeio das ações emergenciais;

b) A contratação emergencial de fornecimento de bens e de pessoal para prestação de serviços necessários ao restabelecimento da normalidade, adotando-se procedimentos compatíveis com a situação apresentada;

c) A solicitação de auxilio Federal e/ou Estadual para mitigação dos danos causados pela proliferação do Coronavirus, para o apoio e garantia da livre circulação dos meios de transporte necessário à distribuição de gêneros de primeira necessidade e para a prestação de serviços essenciais e destinados a prover o atendimento à população;

PARAGRAFO ÚNICO: Os serviços públicos essenciais, tais como tratamento e distribuição de água, coleta de lixo e resíduos sólidos, fiscalização de obras e posturas, serviços de obras e infraestruturas, não poderão ser interrompidos.

DAS MEDIDAS RELACIONADAS AOS ESTABELECIMENTOS COMERCIAIS

Art. 2º- Obedecida as disposições a seguir, os estabelecimentos comerciais essenciais ficam autorizados a funcionar de segunda-feira a sábado 7:00 às 12:00 horas e das 14:00 às 18:00 horas, e a não abertura aos domingos;

I- Para o atendimento da clientela, os supermercados, mercados, mercearias, padarias, açougues e congêneres deverão respeitar obrigatoriamente a seguinte restrição: entrada e permanência no recinto interno do número máximo de **03 (três**) pessoas para cada caixa existente no estabelecimento e em efetiva operação. Respeitando as medidas sanitárias e de assepsia determinada pelas entidades responsáveis, dentre elas a vigilância em saúde do município independentemente de constar nos Decretos Municipais e Estaduais, deverão ser seguidas pelos estabelecimentos comerciais e pelos munícipes, de modo que o descumprimento destas ensejarão a imediata aplicação das penalidades cabíveis.

II- Tais estabelecimentos deverão ainda:

a) zelar pela organização de filas, quando houver, mantendo uma distancia mínima entre os clientes de no mínimo 2,00 (dois metros), o que poderá ser feito por meio de marcações;

b) seguir rigorosamente as normas e determinações impostas de prevenção, combate e proliferação ao Novo Coronavírus;

c) adotar, se necessário, sistema de agendamento de atendimento ou distribuição de senhas.

III- Também deverá ser observado o rigoroso cumprimento das normas de segurança sanitária em relação aos funcionários, especialmente por meio da utilização de equipamentos de proteção individual (EPi's), bem como da limpeza e desinfecção constante do local.

IV- Funcionamento dos estabelecimentos não essenciais (bares, lanchonetes, restaurantes) deverá funcionar somente delivery neste **período 23/02/2021 a 09/03/2021** respeitando o horário das 21:00 hs para fechamento, inclusive aos sábados, domingos e feriados.

V- Bares e lanchonetes somente delivery, respeitando o horário de até as 21:00 horas para fechamento, sendo proibido o consumo no local. Em caso de descumprimento das medidas estabelecida no presente Decreto, os estabelecimentos comerciais e/ou pessoas físicas ou jurídicas serão assim penalizados:

a) Advertência na primeira infração;

b) Multa, correspondente a 03 (três) UPD's (Unidades Padrão Fiscais do Município), ou outro índice de correção que vier substitui-lo;

c) Em caso de reincidências com aplicação de multas, estas serão computadas em dobro e conjuntamente o estabelecimento será fechado pelo prazo de 15 (quinze dias)

VI - A reabertura do estabelecimento comercial ou de retomada das atividades serão automáticas, depois de transcorrido o prazo integral de interdição;

VII - A reabertura e/ou funcionamento do estabelecimento comercial ou atividades antes de cumprido o prazo de interdição temporária, acarretará na suspensão do Alvará Sanitário e de Funcionamento pelo prazo de 30 (trinta) dias, contabilizados a partir da data da

constatação do descumprimento, além da aplicação de multa conforme as UPD's por descumprimento.

VIII - Os estabelecimentos comerciais de produtos não elencados deverão funcionar de segunda-feira a sexta-feira respeitando os horários de 7:30 as 12:00 horas e das 14:00 as 18:00 horas e no sábado de 7:30 as 12:00 horas.

IX - O descumprimento das regras deste artigo ensejará aplicação de penalidades administrativas cabíveis, inclusive interdição compulsória, pelos Órgãos sanitários, de fiscalização e PROCON.

X - Os órgãos sanitários, de fiscalização e PROCON, poderão solicitar apoio das Policias Civil e Militar para o cumprimento do disposto neste artigo, podendo aplicar, diretamente as penalidades administrativas cabíveis.

XII - Para o sistema delivery, o ato de entrega deve ser precedido de todas as recomendações preconizadas pelos órgãos de saúde quanto à necessidade de higienização do produto.

XIII - O atendimento nos salões de beleza deverá ser de forma individual.

XIV- O atendimento nas academias deverá ser de no máximo 2 pessoas, seguindo as recomendações de higienização a cada troca de aparelho**.**

XV- Fica liberado às igrejas a programação respeitando todas as orientações estabelecidas no plano de ações de cada congregação, e respeitando o limite de 50% da capacidade do público

Parágrafo único: O descumprimento das orientações do plano de ações pode causar a suspensão da programação da devida congregação.

X- Fica permitida a comercialização de vendedores ambulantes desde que os mesmo não circulem pela cidade e possuam alvará sanitário.

DAS DETERMINAÇÕES GERAIS

Art. 3º. Conforme disposição do Decreto Estadual n° 522/2020 e posteriores alterações, considerando a classificação atual do Município como "risco moderado ", deverão ser adotadas as seguintes medidas não-farmacológicas, com o objetivo de impedir o crescimento da taxa de contaminação no território e reduzir o impacto no sistema de saúde:

a) Evitar circulação de pessoas pertencentes ao Grupo de Risco, conforme definição do Ministério da Saúde:

b) Isolamento: separação de pessoas e bens contaminados, transportes e bagagens no âmbito municipal, mercadorias e outros, com o objetivo de evitar a contaminação ou a propagação do Coronavírus;

c) Quarentena domiciliar de pacientes sintomáticos, suspeito ou confirmado de COVID-19, e de daqueles que com ele tiveram contato, em caráter obrigatório, por prescrição médica. Restrição de atividades ou separação de pessoas suspeitas de contaminação das pessoas que não estejam doentes, ou ainda bagagens, animais e meios de transporte, no âmbito de sua competência, com o objetivo de evitar a possível contaminação ou a propagação do novo Coronavírus;

d) Ampliar em estabelecimentos públicos e privados, a frequência diária de limpeza e desinfecção da locais frequentemente tomados, tais como pisos, corrimãos, maçanetas,

banheiros, interruptores, janelas, telefones, teclados de computador, controles remotos, máquinas acionadas por toque manual e outros;

e) Evitar a realização presencial de reuniões de trabalho e priorizar a realização de atividades de forma remota mediante o uso de ferramentas tecnológicas;

f) Controlar o acesso de pessoas em estabelecimentos públicos e privados de modo a garantir o distanciamento mínimo de 2,00 m entre as pessoas;

g) Manter os ambientes arejados por ventilação natural;

h) Vedar o acesso a estabelecimentos públicos e privados de funcionários, consumidores e usuários que não estejam utilizando máscara de proteção facial, ainda que artesanal;

i) Observar as determinações das autoridades sanitárias para a contenção de riscos, especialmente quando a atividades exigir atendimento presencial da população, com a orientação aos funcionários sobre o modo correto de relacionamento com o público no período de emergência em saúde pública;

j) Proibir qualquer forma de aglomeração de pessoas nos espaços e vias públicas (ruas, avenidas, praças, etc), nos espaços privados, inclusive em eventos, festas, reuniões em praças, ginásios esportivos, modalidades esportivas coletivas e outras atividades congêneres.

K) Fica proibido qualquer tipo de festas, comemorações, seja elas na zona urbana ou rural do município.

M) Fica proibido a circulação de transporte coletivos (ônibus de excursão, ônibus para compras, etc.) com mais de 5 pessoas.

Art. 4º Fica(m) suspenso (as):

I- Fica suspenso o velório e/ou sepultamento de corpos oriundos de outros municípios cujo óbito tenha tido como causa suspeita ou confirmada COVID-19. Óbitos por outras causas poderão ser velado somente por 4 (horas);

II- Os eventos e atividades esportivas (ginásios, quadra de areia), em locais públicos ou privados, no período de **23/02/2021 a 09/03/2021**

III- Pousadas ou hotéis deverão atender somente hospedagem.

VIII - A participação de Servidores públicos municipais em eventos intermunicipais, interestaduais, salvo com autorização expressa do Gabinete de Situação Municipal;

IX Atividades de lazer ou eventos que causam aglomeração, em locais públicos ou privados;

X - A concentração, aglomeração e a permanência de pessoas em espaços públicos e privados de uso coletivo, como os rios, cachoeiras, praças de caminhada, em todo o território do Município de Reserva do Cabaçal/MT;

§ 1º - A vedação contida no caput deste artigo se aplica também aos trabalhadores informais, tais como: ambulantes, quiosques, carrinhos de lanches, espetinhos e demais situações congêneres, sendo permitido que estes possam fazer atendimento em sistema delivery, desde que utilizem apenas endereços comerciais e ou residenciais.

§ 2º - O fechamento previsto no caput desde artigo não se aplica aos seguintes estabelecimentos:

I – Clinicas medicas e odontológica, estabelecimentos hospitalares e laboratórios;

II – Clinicas veterinária em regime de urgência;

III – supermercados e congêneres, tais como padarias, mercados, mercearias e açougues, vedado, em qualquer caso, o consumo dentro do estabelecimento e aglomeração de pessoas;

IV – Farmácias e drogarias;

V – Estabelecimentos bancários e lotérica;

VI – Distribuidores de água e gás;

VII – serviços de segurança privada;

VIII – postos de combustíveis;

IX – Lavanderias E serviços de higienização;

X – Serviços de telefonia e de internet.

Art. 5º- As agências bancarias e lotérica deverão: a) intensificar a limpeza em suas instalações e disponibilizar aos clientes álcool gel 70% INPM; b) permitir o acesso de no máximo 05 (cinco) pessoas para cada atendente existente e ou para cada caixa eletrônico existente no estabelecimento, devendo sempre ser observada a distância entre clientes de no mínimo 2,00 (dois metros), o que poderá ser feito por meio de marcações.

Paragrafo Único. As agências bancarias e lotérica poderão, caso queiram, de igual forma, realizar atendimentos via telefone, e-mail, WhatsApp ou outro aplicativo congênere, e/ou por meio de agendamento, entre outras alternativas, com o fim especifico de evitar aglomeração de pessoas.

Art. 6º - No caso especifico de aumento injustificado de preços de produtos de combate ao COVID-19, será CASSADO, como medida cautelar prevista no paragrafo único do artigo 56 da Lei federal nº 8.078/1990, o Alvará de funcionamento de estabelecimentos que incorrerem em praticas abusivas ao direito do consumidor, previamente constado pela fiscalização do Procon e outro órgão de proteção aos direitos dos consumidores.

Art. 7º - A unidade de saúde publica e privada deverão iniciar a triagem rápida para reduzir o tempo de espera no atendimento e consequentemente a possibilidade de transmissão do Coronavirus (COVID-19) dentro das unidades de saúde.

Art. 8º - Enquanto vigente este Decreto, ficam fechados os parques públicos, áreas de lazer beira rio, bem como a utilização de academias ao ar livre e praias beira rio no território municipal.

Art. 9º- O Município de Reserva do Cabaçal – MT, expedirá constantemente, informes e recomendações gerais à população por meio de carros de som, mídias sociais, etc., visando dar publicidade ao presente decreto e também com o fim de evitar aglomerações de pessoas e orientar a população acerca dos cuidados a serem adotados para prevenção da doença, bem como dos procedimentos a serem observados nos casos de suspeita de **contaminação**.

Art. 10º - Para os casos de propagação de informações falsas, provocando tensão e apreensão aos cidadãos reservenses, o (a) infrator (a) estará sujeito ao Art. 138 do Código Penal Brasileiro – Decreto Lei 2.848/40.

Art. 11º - As medidas previstas neste Decreto poderão ser reavaliadas a qualquer momento, de acordo com a situação epidemiológica vivenciada pelo município.

Art. 12º- Em caso de descumprimento das medidas previstas neste Decreto, as autoridades competentes devem apurar as eventuais praticas de infrações administrativas previstas no

Artigo 10, inciso VII, da Lei Federal nº 6.437, de 20 de agosto de 1977, no Artigo 65 da Lei Estadual nº 7.110, de 10 de fevereiro de 1.999, ficando sujeitas ainda às penas por violação dos Art. 132, 268, e 330, todos estes do Código Penal Brasileiro.

Art. 13º - Este Decreto entrará em vigor a partir de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Reserva do Cabaçal – Estado de Mato Grosso, aos 23 dias do mês de fevereiro de 2021.

JONAS CAMPOS VIEIRA

PREFEITO MUNICIPAL

RECURSOS HUMANOS
LEI Nº 701 DE 23 DE FEVEREIRO DE 2021

LEI Nº 701 DE 23 DE FEVEREIRO DE 2021. DISPÕE SOBRE A REVOGAÇÃO DO ARTIGO 1º A AO ARTIGO 5º DA LEI AUTORIZATIVA DE CONTRATAÇÕES TEMPORÁRIA, LEI Nº. 691 DE 12 DE MARÇO DE 2020, E DÁ OUTRAS PROVIDENCIAS" O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE RESERVA DO CABAÇAL, ESTADO DE MATO GROSSO. Faço saber que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono e promulgo a seguinte lei: Art. 1º Fica revogada parte da Lei nº 691 de 12 de Março de 2020, que impacta do artigo 1º A ao artigo 5º da referida Lei. Art. 2º A presente Lei entrará em vigor na data de sua publicação com revogação de todos e quaisquer dispositivos em contrário. Reserva do Cabaçal – MT, 23 de Fevereiro de 2021. _____ JONAS CAMPOS VIEIRA Prefeito Municipal

RECURSOS HUMANOS
LEI Nº 702 DE 23 DE FEVEREIRO DE 2021.

LEI Nº 702 DE 23 DE FEVEREIRO DE 2021.

"Dispõe sobre o parcelamento e pagamento dos débitos da Prefeitura Municipal de Reserva do Cabaçal/MT, referentes às contribuições previdenciárias devidas ao RESER - PREVI – Fundo Municipal de Previdência Social dos Servidores Municipais de Reserva do Cabaçal/MT, e dá outras providências."

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE RESERVA DO CABAÇAL, ESTADO DE MATO GROSSO.

Faço saber que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono e promulgo a seguinte lei:

Art. 1º Fica o Poder Executivo Municipal autorizado por esta lei, a realizar termo de parcelamento e/ou reparcelamento dos débitos referentes às contribuições previdenciárias devidas pelo Município de Reserva do Cabaçal/MT ao RESER - PREVI – Fundo Municipal de Previdência Social dos Servidores Municipais de Reserva do Cabaçal, relativas às competências citadas abaixo, observado o disposto no art. 5º e 5º-A da Portaria MPS nº. 402/2008, com as devidas atualizações:

I - os débitos oriundos de contribuições previdenciárias devidas e não repassadas pelo Município da parte patronal, relativas ao período de janeiro/2020 a dezembro/2020 em até 60 (sessenta) parcelas mensais e consecutivas.

II - os débitos residuais dos Termos de Parcelamento e Confissão de Dívida n.º 00362/2020 homologado pela Lei Municipal n.º 693 de 09 de junho de 2020, em até 60 (sessenta) prestações mensais, iguais e consecutivas.

Art. 2º Fica o *RESER - PREVI – Fundo Municipal de Previdência Social dos Servidores Municipais de Reserva do Cabaçal*/MT autorizado a receber este parcelamento nos termos aqui dispostos.

Art. 3º O débito originário ora confessado, em obediência ao princípio financeiro e atuarial deverá ser corrigido pelo Índice IPCA mais juros legais à razão de 6% (seis por cento) ao ano acumulados desde a data de vencimento do débito até a data da assinatura do termo de acordo de parcelamento e deverá ser pago em parcelas, vincendas todo dia 30 de cada mês, mediante débito automático na conta do Fundo de Participação dos Municípios – FPM.

Art. 4º. O débito ora confessado, consolidado em reais será pago de acordo com o art. 1º, em parcelas mensais e sucessivas, no valor mínimo apurado pelo Demonstrativo Consolidado de Parcelamento – DCP definido pelo Ministério da Previdência Social através do CADPREV, acrescidas dos juros estabelecidos no parágrafo primeiro.

§ 1º As parcelas vincendas determinadas no caput deste artigo, em obediência ao princípio do equilíbrio financeiro e atuarial, serão corrigidas pelo Índice IPCA (Índice Preço ao Consumidor Amplo) mais juros à razão de 6% (seis por cento) ao ano, acumulados desde a data da consolidação dos débitos até o mês do vencimento da respectiva parcela.

§ 2º As parcelas vencidas serão atualizadas mensalmente pelo IPCA (Índice Preço ao Consumidor Amplo), mais juros à razão de 6% (seis por cento) ao ano e multa de 1% (um por cento), acumulados desde a data de vencimento da prestação até o mês do efetivo pagamento.

Art. 5º A primeira parcela será paga em 30/03/2021, e as demais parcelas na mesma data dos meses subseqüentes, sendo certo, que após a referida data o valor estará sujeito a multa de 1% (um por cento).

Art. 6º Quaisquer outras operações ou negociações referentes a estes débitos fora dos termos definidos nesta lei serão considerados nulos de pleno direito.

Art. 7º O pagamento a que se refere esta lei independe do pagamento da contribuição previdenciária mensal devida pelo Município ao RESER - PREVI.

Art. 8º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal, em Reserva do Cabaçal/MT, 23 de fevereiro de 2021.

JONAS CAMPOS VIEIRA

PREFEITO MUNICIPAL

RECURSOS HUMANOS
LEI Nº 700 DE 23 DE FEVEREIRO DE 2021.

LEI Nº 700 DE 23 DE FEVEREIRO DE 2021.

"DISPÕE SOBRE A CONTRATAÇÃO TEMPORÁRIA DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO DE 05 (CINCO) MONITORES DE PROGRAMAS SOCIAIS, 01 (UM) ASSISTENTE SOCIAL, 01 (UM) PSICÓLOGO, 08 (OITO) MONITOR DE CRECHE, 08 (OITO) PROFESSORES GRADUADO EM PEDAGOGIA, 03 (TRES) MERENDEIRA, 01 (UM) NUTRICIONISTA, 02 (DOIS) AGENTE SERVIÇOS GERAIS FEMININO, 03 (TRES) AGENTE DE SERVIÇOS GERAIS MASCULINO, 04 (QUATRO) TÉCNICO EM ENFERMAGEM, 02 (DOIS) ENFERMEIRO, 01 (UM) MÉDICO PLANTONISTA, 05 (CINCO) AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE, 01 (UM) FISCAL DE VIGILÂNCIA SANITÁRIA, 01 (UM) ODONTÓLOGO, 01 (UM) FONOAUDIÓLOGO, 04 (QUATRO) ASSISTENTE ADMINISTRATIVO, 08 (OITO) MOTORISTA CATEGORIA D/E, PARA ATUAREM EM SUAS RESPECTIVAS FUNÇÕES JUNTO ÀS SECRETARIAS MUNICIPAIS DE ASSISTÊNCIA SOCIAL, EDUCAÇÃO, SAÚDE, OBRAS E ADMINISTRAÇÃO, E DÁ OUTRAS PROVIDENCIAS"

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE RESERVA DO CABAÇAL, ESTADO DE MATO GROSSO.

Faço saber que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono e promulgo a seguinte lei:

Art. 1º Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a contratar, para atender necessidades temporárias de excepcional interesse público, para o

exercício administrativo do ano 2021, nos termos do Artigo 149, inciso VIII da Lei Orgânica do Município, os servidores conforme quadro abaixo:

Cargo	Vagas	Órgão	Remuneração	Carga Horária Semanal
Monitor de Programas Sociais	05	Secretaria Municipal de Assistência Social	R$ 1.100,00	40 Horas
Monitor de Creche	08	Secretaria Municipal de Educação	R$ 1.100,00	40 Horas
Agente de Serviços Gerais Feminino	02	Secretaria Municipal de Educação, Saúde e Assistência Social	R$ 1.100,00	40 Horas
Agente de Serviços Gerais Masculino	03	Secretaria Municipal de Educação, Saúde e Assistência Social	R$ 1.100,00	40 Horas
Assistente Administrativo	04	Secretaria Municipal de Administração, Obras e Saúde	R$ 1.177,22	40 Horas
Professor Graduado em Pedagogia	08	Secretaria Municipal de Educação	R$ 2.164,46	30 Horas
Motorista categoria D/E	08	Secretaria Municipal de Educação, Saúde e Obras e Serviços Públicos	R$ 1.200,00	40 Horas
Merendeira	03	Secretaria Municipal de Educação e Assistência Social	R$ 1.100,00	40 Horas
Fiscal de Vigilância Sanitária	01	Secretaria Municipal de Saúde	R$ 1.530,00	40 Horas
Agente Comunitário de Saúde	05	Secretaria Municipal de Saúde	R$ 1.250,00	40 Horas
Técnico de enfermagem	04	Secretaria Municipal de Saúde	Salário R$ 1.235,43 Insalubridade R$ 247,08 Adic. Noturno R$ 247,08 Total Proventos R$ 1.729,59	40 Horas
Enfermeiro	02	Secretaria Municipal de Saúde	Salário R$ 3.738,16 Insalubridade R$ 747,63 Adic. Noturno R$ 747,63 Total Proventos R$ 5.233,42	40 Horas
Psicólogo	01	Secretaria Municipal de Promoção Social	R$ 3.036,24	30 Horas
Assistente Social	01	Secretaria Municipal de Promoção Social	R$ 3.968,96	40 Horas
Nutricionista	01	Secretaria Municipal de Educação, Assistência Social e Saúde	R$ 3.036,24	30 Horas
Médico Plantonista	01	Secretaria Municipal de Saúde	R$ 15.950,00	Plantões Médicos hospitalares para plantões presenciais com no mínimo 06 (seis) plantões mensais de 12 (doze) horas cada, para atender a demanda conforme escala elaborada pela Secretaria Municipal de saúde
Fonoaudiólogo	01	Secretaria Municipal de Saúde	R$ 1.800,00	20 horas
Odontólogo	01	Secretaria Municipal de Saúde	R$ 3.796,38	40 horas

Parágrafo único. A necessidade temporária justifica-se pela inexistência de Processo Seletivo válido para o preenchimento de vagas e necessidade premente de disponibilidade de profissional, atuando nesta área deficitária das Secretarias Municipais de Assistência Social, Saúde Educação, Obras e Serviços Públicos e Administração.

Art. 2º As contratações temporárias de que trata a presente Lei serão de natureza administrativa, os profissionais a serem contratados para atuar nas funções de nível superior deverão apresentar seus diplomas com os devidos registros reconhecido pelo MEC e suas Carteiras Profissionais com os devidos registros nos órgãos de sua respectiva função, sendo as demais respectivas funções deverão possuir formação Nível Médio reconhecido pelo MEC – Ministério da Educação.

§ 1º Todas as contratações constantes desta Lei serão efetuadas pelo Poder Executivo por prazo determinado em contrato, mediante necessidade e oportunidade da administração, todavia podendo ser exonerados todos os contratados temporariamente, mediante os mesmos termos de necessidade e oportunidade da administração.

§ 2º Tais contratações serão regidas no que couber pela Lei Complementar de n. 60 de 26 de outubro de 2010, que dispõe sobre o Regime Jurídico dos Servidores Municipais.

Art. 3º Ficam assegurados aos servidores contratados temporariamente os direitos previstos, relativas aos demais servidores de mesmo nível, atuantes das respectivas Secretarias.

Art. 4º As despesas decorrentes da presente Lei correrão à conta de dotações orçamentárias próprias específicas de cada Secretaria.

Art. 5º A presente Lei entrará em vigor na data de sua publicação com revogação de todos e quaisquer dispositivos em contrário.

Reserva do Cabaçal – MT, 23 de Fevereiro de 2021.

_____

JONAS CAMPOS VIEIRA

Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE RIBEIRÃO CASCALHEIRA

SETOR DE LICITAÇÃO
TERMO DE RATIFICAÇÃO DISPENSA DE LICITAÇÃO 011 2021

TERMO DE RATIFICAÇÃO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 011/2021

DISPENSA DE LICITAÇÃO

Objetos:	***CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE FORNECIMENTO DE LINK INTERNET FIBRA ÓPTICA COM GARANTIA DE 100 MB E 50 MB PARA ATEDER TODAS AS SECRETARIAS***
Favorecido:	***ALDIR BISSOLOTTI EIRELI, CNPJ nº 06.956.740/0002-63, Valor global do Contrato:*** *R$ 45.263,20 (quarenta e cinco mil duzentos e sessenta e três reais e vinte centavos);*
Fundamento Legal	Artigo 24, inciso IV e Art. 26 parágrafo único da Lei nº 8.666/93
Justificativa	Anexa aos autos do processo de Dispensa nº 011/2021.

Ratifico a Dispensa de Licitação em consonância com a justificativa apresentada pela responsável pelos processos de licitação e de acordo com o Parecer Jurídico constantes do Processo de Dispensa n.º 011/2021, nos termos do artigo 26 da Lei nº 8.666/93 e suas atualizações.

Ribeirão Cascalheira-MT, 23 de Fevereiro de 2020.

_____

Luzia Nunes Brandão

Prefeita Municipal

PORTARIA Nº 89/2021 DATA: 09 DE FEVEREIRO DE 2021 "NOMEIA DIRETORA DO CENTRO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO INFANTIL OSVALDO VICENTE DE ALMEIDA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

PORTARIA Nº 89/2021

DATA: 09 DE FEVEREIRO DE 2021

"NOMEIA DIRETORA DO CENTRO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO INFANTIL OSVALDO VICENTE DE ALMEIDA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

LUZIA NUNES BRANDÃO, Prefeita Municipal de Ribeirão Cascalheira – Esta de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais, que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal.

R E S O L V E:

Art. 1º - Nomeia a Senhora **ROSELINA VIEIRA DA CUNHA**, portadora do RG nº 1255764-1 SSP/MT e sob CPF nº 000.910.341-40, residente e domiciliada neste município de Ribeirão Cascalheira/MT, para o cargo de **DIRETORA DO CENTRO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO INFANTIL OSVALDO VICENTE DE ALMEIDA, deste município**.

Art. 2° - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando as demais disposições em contrario.

REGISTRE-SE

PUBLIQUE-SE

E CUMPRA-SE

GABINETE DA PREFEITA MUNICIPAL

EM, 09 DE FEVEREIRO DE 2021.

LUZIA NUNES BRANDÃO

Prefeita Municipal

PORTARIA Nº 92/2021 DATA: 11 DE FEVEREIRO DE 2021 "NOMEIA COORDENADORA PEDAGÓGICA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

PORTARIA Nº 92/2021

DATA: 11 DE FEVEREIRO DE 2021

"NOMEIA COORDENADORA PEDAGÓGICA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

LUZIA NUNES BRANDÃO, Prefeita Municipal de Ribeirão Cascalheira – Esta de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais, que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal.

R E S O L V E:

Art. 1º - Nomeia a Senhora **NAUVA AGUIAR DA SILVA SANTOS**, brasileira, portadora do RG nº 1059581-3 SSP/MT, e inscrita no CPF nº 807. 574.301-63, residente e domiciliada neste município de Ribeirão Cascalheira/MT, para o cargo de **COORDENADORA PEDAGÓGICA DA SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DO ENSINO FUNDAMENTAL SÉRIES INICIAIS DE TODAS AS ESCOLAS MUNICIPAIS,** deste município.

Art. 2° - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando as demais disposições em contrario.

REGISTRE-SE

PUBLIQUE-SE

E CUMPRA-SE

GABINETE DA PREFEITA MUNICIPAL

EM, 11 DE FEVEREIRO DE 2021.

LUZIA NUNES BRANDÃO

Prefeita Municipal

PORTARIA N° 96/2021 DATA: 18 DE FEVEREIRO DE 2021 "CREDENCIA SERVIDOR PÚBLICO NA FUNÇÃO DE FISCAL SANITÁRIO E DÁ OUTRAS PROVIDENCIAS".

PORTARIA N° 96/2021

DATA: 18 DE FEVEREIRO DE 2021

"CREDENCIA SERVIDOR PÚBLICO NA FUNÇÃO DE FISCAL SANITÁRIO E DÁ

OUTRAS PROVIDENCIAS".

LUZIA NUNES BRANDÃO, Prefeita Municipal de Ribeirão Cascalheira – Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais, que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal.

Considerando, o dispositivo na Lei Municipal n. 076/1991, a qual instituiu o Código de Posturas, estabelecendo no Art. 1º que o referido código contém as medidas de Polícia Administrativa a cargo do município em matéria de higiene, segurança, ordem pública, bem estar público, localização e funcionamento dos estabelecimentos comerciais, industriais e prestadores de serviços, estatuindo as necessárias relações entre Poder Público local e munícipes;

Considerando, que o Art. 2º estabelece que a Prefeita e, em geral aos servidores municipais, incumbe cumprir e velar pela observância dos preceitos do Código de Posturas;

Considerando, a Lei n. 371/2003, que dispõe sobre o Código Sanitário do Município de Ribeirão Cascalheira.

R E S O L V E:

Art. 1º - Credencia o Servidor Público para exercer, subsidiariamente, a função de Fiscal Sanitário: *Sem remuneração*.

LUCAS DOS SANTOS,brasileiro, inscrito no CPF sob o nº 062.155. 621-14, residente neste municipio de Ribeirão Cascalheira-MT.

Art. 2° - O Servidor credenciado é investido do Poder de Polícia, podendo para tanto, notificar, autuar e praticar todos os demais atos administrativos previstos em Lei, em desfavor dos infratores.

Art. 3° - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogando as demais disposições em contrário.

REGISTRE-SE

PUBLIQUE-SE

E CUMPRA-SE

GABINETE DA PREFEITA MUNICIPAL

EM, 18 DE FEVEREIRO DE 2021.

LUZIA NUNES BRANDÃO

Prefeita Municipal

PORTARIA Nº 93/2021 DATA: 11 DE FEVEREIRO DE 2021 "ALTERA PORTARIA N 72/2021 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

PORTARIA Nº 93/2021

DATA: 11 DE FEVEREIRO DE 2021

"ALTERA PORTARIA N 72/2021 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

LUZIA NUNES BRANDÃO, Prefeita Municipal de Ribeirão Cascalheira – Esta de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais, que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal.

R E S O L V E:

Art. 1º - Altera a portaria n°72/2021 e nomeia a Senhora **DUCIMAR VIEIRA BARROS**, portadora do RG nº 1076446-1 SJ/MT e sob CPF nº 692. 864.421-49, residente e domiciliada na Avenida Mutirão, nº 89, Setor Alvora, neste município de Ribeirão Cascalheira – MT, para o cargo de **COORDENADORA PEDAGÓGICA DA SECRETARIA MUNICIPAL DE EDU-**

CAÇÃO DO ENSINO FUNDAMENTAL SÉRIES FINAIS DE TODAS AS ESCOLAS MUNICIPAIS, deste município.

Art. 2° - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando a portaria n°72/2021 e as demais disposições em contrario.

REGISTRE-SE

PUBLIQUE-SE

E CUMPRA-SE

GABINETE DA PREFEITA MUNICIPAL

EM, 11 DE FEVEREIRO DE 2021.

LUZIA NUNES BRANDÃO

Prefeita Municipal

PORTARIA N° 98/2021 DATA: 18 DE FEVEREIRO DE 2021 "CREDENCIA SERVIDORA PÚBLICA NA FUNÇÃO DE FISCAL SANITÁRIO E DÁ OUTRAS PROVIDENCIAS".

PORTARIA N° 98/2021

DATA: 18 DE FEVEREIRO DE 2021

"CREDENCIA SERVIDORA PÚBLICA NA FUNÇÃO DE FISCAL SANITÁRIO E DÁ

OUTRAS PROVIDENCIAS".

LUZIA NUNES BRANDÃO, Prefeita Municipal de Ribeirão Cascalheira – Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais, que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal.

Considerando, o dispositivo na Lei Municipal n. 076/1991, a qual instituiu o Código de Posturas, estabelecendo no Art. 1º que o referido código contém as medidas de Polícia Administrativa a cargo do município em matéria de higiene, segurança, ordem pública, bem estar público, localização e funcionamento dos estabelecimentos comerciais, industriais e prestadores de serviços, estatuindo as necessárias relações entre Poder Público local e munícipes;

Considerando, que o Art. 2º estabelece que a Prefeita e, em geral aos servidores municipais, incumbe cumprir e velar pela observância dos preceitos do Código de Posturas;

Considerando, a Lei n. 371/2003, que dispõe sobre o Código Sanitário do Município de Ribeirão Cascalheira.

R E S O L V E:

Art. 1º - Credencia a Servidora Pública para exercer, subsidiariamente, a função de Fiscal Sanitário: *Sem remuneração*.

ROSENIRA RIBEIRO BATISTA,brasileira, inscrita no CPF sob o nº 004. 003.691-09, residente neste municipio de Ribeirão Cascalheira-MT.

Art. 2° - A Servidora credenciada é investido(a) do Poder de Polícia, podendo para tanto, notificar, autuar e praticar todos os demais atos administrativos previstos em Lei, em desfavor dos infratores.

Art. 3° - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogando as demais disposições em contrário.

REGISTRE-SE

PUBLIQUE-SE

E CUMPRA-SE

GABINETE DA PREFEITA MUNICIPAL

EM, 18 DE FEVEREIRO DE 2021.

LUZIA NUNES BRANDÃO

Prefeita Municipal

PORTARIA N° 95/2021 DATA: 18 DE FEVEREIRO DE 2021 "EXONERA VISTORIADOR DO DETRAN E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

PORTARIA N° 95/2021

DATA: 18 DE FEVEREIRO DE 2021

"EXONERA VISTORIADOR DO DETRAN E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

LUZIA NUNES BRANDÃO, Prefeita Municipal de Ribeirão Cascalheira – Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais, que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal.

R E S O L V E:

Art. Exonera o Senhor **ANTÔNIO ALVES DE JESUS**, brasileiro, portador do RG nº 1638790-2 SSP/MT, e inscrito no CPF nº 015.819.241-94, residente e domiciliado neste município de Ribeirão Cascalheira/MT, do cargo de **RESPONSÁVEL COMO VISTORIADOR DO DETRAN,** desta prefeitura.

Art. 2° - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando a portaria n.75/2020 as demais disposições em contrário.

REGISTRE-SE

PUBLIQUE-SE

E CUMPRA-SE

GABINETE DA PREFEITA MUNICIPAL

EM, 18 DE FEVEREIRO DE 2021.

LUZIA NUNES BRANDÃO

Prefeita Municipal

PORTARIA N° 97/2021 DATA: 18 DE FEVEREIRO DE 2021 "CREDENCIA SERVIDOR PÚBLICO NA FUNÇÃO DE FISCAL SANITÁRIO E DÁ OUTRAS PROVIDENCIAS".

PORTARIA N° 97/2021

DATA: 18 DE FEVEREIRO DE 2021

"CREDENCIA SERVIDOR PÚBLICO NA FUNÇÃO DE FISCAL SANITÁRIO E DÁ

OUTRAS PROVIDENCIAS".

LUZIA NUNES BRANDÃO, Prefeita Municipal de Ribeirão Cascalheira – Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais, que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal.

Considerando, o dispositivo na Lei Municipal n. 076/1991, a qual instituiu o Código de Posturas, estabelecendo no Art. 1º que o referido código contém as medidas de Polícia Administrativa a cargo do município em matéria de higiene, segurança, ordem pública, bem estar público, localização e funcionamento dos estabelecimentos comerciais, industriais e prestadores de serviços, estatuindo as necessárias relações entre Poder Público local e munícipes;

Considerando, que o Art. 2º estabelece que a Prefeita e, em geral aos servidores municipais, incumbe cumprir e velar pela observância dos preceitos do Código de Posturas;

Considerando, a Lei n. 371/2003, que dispõe sobre o Código Sanitário do Município de Ribeirão Cascalheira.

R E S O L V E:

Art. 1º - Credencia o Servidor Público para exercer, subsidiariamente, a função de Fiscal Sanitário: *Sem remuneração*.

BRENO MARQUES SOUZA BERALDO,brasileiro, inscrito no CPF sob o nº 704.516.581-16, residente neste municipio de Ribeirão Cascalheira-MT.

Art. 2° - O Servidor credenciado é investido do Poder de Polícia, podendo para tanto, notificar, autuar e praticar todos os demais atos administrativos previstos em Lei, em desfavor dos infratores.

Art. 3° - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogando as demais disposições em contrário.

REGISTRE-SE

PUBLIQUE-SE

E CUMPRA-SE

GABINETE DA PREFEITA MUNICIPAL

EM, 18 DE FEVEREIRO DE 2021.

LUZIA NUNES BRANDÃO

Prefeita Municipal

PORTARIA N°.94/2021 DATA: 12 DE FEVEREIRO DE 2021 "EXONERA AUXILIAR TÉCNICO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

PORTARIA N°.94/2021

DATA: 12 DE FEVEREIRO DE 2021

"EXONERA AUXILIAR TÉCNICO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

LUZIA NUNES BRANDÃO, Prefeita Municipal de Ribeirão Cascalheira – Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais, que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal.

CONSIDERANDO o pedido de exoneração datado em 10 de fevereiro de 2021;

R E S O L V E:

Art. 1º - Exonera a Senhora **ROSANA JOSÉ LEMES,** brasileira, portadora do RG nº 3440910-6 e inscrita no CPF nº 000.427.471-71, residente e domiciliada Rua São Francisco de Assis n. 301, Jardim Alvorada neste município de Ribeirão Cascalheira-MT, do cargo de **AUXILIAR TÉCNICO,** Secretaria Municipal de Assistencia Social- Divisão de Assistência Social.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando a Portaria n.76/2021 e as demais disposições em contrario.

REGISTRE-SE

PUBLIQUE-SE

E CUMPRA-SE

GABINETE DA PREFEITA MUNICIPAL

EM, 12 DE FEVEREIRO DE 2021.

LUZIA NUNES BRANDÃO

Prefeita Municipal

SETOR DE LICITAÇÃO
AVISO REVOGAÇÃO DE LICITAÇÃO PREGÃO PRESENCIAL 015 2021

AVISO DE REVOGAÇÃO DO PROCESSO LICITATÓRIO 015/2021, PREGÃO PRESENCIAL Nº 005/2021, SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS

O Munícipio de Ribeirão Cascalheira, Estado de Mato Grosso, vem a público divulgar a revogação do Processo Licitatório 015/2021, Pregão Presencial nº 05/2021, **Registro de Preço para futura e eventual contratação de empresa especializada para prestação de serviços junto ao Estado de Mato Grosso com protocolos, coleta e envio de encomendas junto aos órgãos estaduais e federais e empresas que prestam serviços ao munícipio de Ribeirão Cascalheira-MT, e prestação de serviços com assessoria e protocolo de documentos juntos aos órgãos federais com escritório em Cuiabá-MT, para encaminhamento para Brasília-DF, atendendo todas as secretarias desse munícipio**, por razões de interesse da administração pública, qual seja a administração deverá esclarecer de forma mais ampla, quais serviços serão prestados e terá de corrigir o edital, para posteriormente realizar um novo processo licitatório. Sob esta evidência a licitação não atingirá a finalidade de assegurar a maior vantajosidade para administração pública, não dando concreção ao príncipio da eficiência, entende-se cabível a revogação do procedimento, permitida pelo art. 49 da Lei nº 8666/93.

Diante do exposto, com fulcro nos fundamentos de fato e de direito já expostos, o pregoeiro REVOGA O PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº 15/2021, PREGÃO PRESENCIAL Nº 005/2021 nos termos do art. 49 da Lei nº 8666/93.

Ribeirão Cascalheira/MT, 23 de Janeiro de 2021

PREGOEIRO

GUSTAVO TIAGO QUEIROZ DA MAIA SANTOS

SETOR DE LICITAÇÃO
AVISO DE LICITAÇÃO PREGÃO PRESENCIAL 06 2021

PREFEITURA MUNICIPAL DE RIBEIRÃO CASCALHEIRA

ESTADO DE MATO GROSSO

AVISO DE LICITAÇÃO - PREGÃO PRESENCIAL Nº 06/2021

A Prefeitura Municipal de Ribeirão Cascalheira/MT torna público que às 08:00 horas do dia 09 de Março de 2021, estará abrindo o pregão presencial, cujo objeto é o REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÕES PARCELADAS DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS (CARNES) PARA MERENDA ESCOLAR A FIM DE ATENDER AS UNIDADES ESCOLARES CENTRALIZADAS, ASSIM COMO APAE, DESSE MUNÍCIPIO. O Edital e seus respectivos anexos poderão ser obtidos no site http://www.ribeiraocascalheira.mt.gov.br/, no e-mail setordelicitacoesrc@gmail.com ou com a Comissão Permanente de Licitação do Poder Executivo de Ribeirão Cascalheira, durante o horário de expediente das 07h:00 às 13h:00 de segunda a sexta-feira. Maiores informações poderão ser solicitadas em horário de expediente através do e-mail acima citado.

Ribeirão Cascalheira-MT, 23 de Fevereiro de 2.021.

GUSTAVO TIAGO QUEIROZ DA MAIA SANTOS

Pregoeiro

PREFEITURA MUNICIPAL DE RONDONÓPOLIS

AVISO DE LICITAÇÃO – TOMADA DE PREÇO Nº 08/2021

TIPO DESTA LICITAÇÃO: "MENOR PREÇO".

A PREFEITURA MUNICIPAL DE RONDONÓPOLIS, Estado de Mato Grosso, localizada à Avenida Duque de Caxias, nº 1.000, Bairro Vila Aurora, torna público e oficial para conhecimento dos interessados que por ordem do Exmo. Sr. Prefeito Municipal de Rondonópolis-MT, que através de sua Comissão Permanente de Licitação, realizará a tomada de preço em epígrafe às **09:00 horas** do dia **15 (quinze) de março de 2021**, na sala de licitações da Secretaria Municipal de Administração, a abertura dos envelopes n.º 01 e 02, contendo os **DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO e PROPOSTA COMERCIAL**, respectivamente, para aquisição do seguinte objeto:**"CONSTRUÇÃO DE CRECHE TIPO 02 PADRÃO FNDE, LOCALIZADO NA RUA BAHIA, ÁREA 13, JARDIM ITAUPÃ, NESTE MUNICÍPIO, CONFORME PROJETO BÁSICO E JUSTIFICATIVA DE QUALIFICAÇÃO TÉCNICA ENVIADO PELA SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, ANEXO AO EDITAL".**

Os interessados poderão retirar a pasta contendo o edital completo, na sede da Prefeitura Municipal, no endereço acima citado, mediante apresentação de CD-ROM ou PEN-DRIVE, no horário das ***13:00 às 17:00 horas*** em dias úteis, ou solicitar através do licitacaorondonopolis@hotmail.com, ou retirar no site www.rondonopolis.mt.gov.br.

Rondonópolis-MT, 23 de Fevereiro de 2021.

Paula Cristiane Moraes Pereira

Presidente da Comissão de Licitação

PREFEITURA MUNICIPAL DE ROSÁRIO OESTE

PROCURADORIA MUNICIPAL
PORTARIA 033 - 2021

PORTARIA Nº 033/2021

de 23 de Fevereiro de 2.021

"Dispõe sobre lotação de servidor(es) da Prefeitura Municipal de Rosário Oeste, e dá outras providencias".

O Excelentíssimo Prefeito Municipal de Rosário Oeste – MT, **ALEX STEVES BERTO,** no uso de suas atribuições legais;

Considerando o encaminhamento da Secretaria Municipal de Governo apontando necessidade de designação de pessoa para desempenho de suas funções de acordo com qualificação técnica junto a Secretaria Municipal de Agricultura e Meio Ambiente;

Considerando a necessidade de elaboração de laudos técnicos e pareceres para Secretaria Municipal de Agricultura e Meio Ambiente;

RESOLVE:

Artigo 1º - Fica determinado a lotação da servidora integrantes do quadro efetivo da Prefeitura de Rosário Oeste - MT, da forma que abaixo segue:

Nome	Lotação
CINTIA MARA FÉLIX PINTO	Secretaria Municipal de Agricultura e Meio Ambiente

Artigo 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação/afixação, revogando-se disposições em contrario.

Gabinete do Prefeito, em Rosário Oeste – MT, 23 de Fevereiro de 2021.

ALEX STEVES BERTO

Prefeito Municipal

PROCURADORIA MUNICIPAL
DECRETO 010 - 2021

DECRETO Nº 010/2021

De 22 de Fevereiro de 2021

Requisita bens e serviços e intervém na Associação Municipal de Proteção e Assistência de Rosário Oeste – MT (Hospital Amparo) com vistas à preservação da manutenção da assistência médico hospitalar no município, nomeia interventor e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE ROSARIO OESTE – MATO GROSSO, ALEX STEVES BERTO, no uso das atribuições legais conferidas pela Lei Orgânica Municipal,

CONSIDERANDO as razões motivadoras do presente ato administrativo, a seguir alinhadas:

I - Que nos termos dos arts. 196 e 197 da Constituição da República, a saúde é direito de todos e dever do Estado, sendo de relevância pública as ações e serviços de saúde, ainda que prestados pela iniciativa privada, que a faz em caráter complementar;

II - *"que o direito à saúde rege-se pelos princípios da universalidade e da igualdade de acesso às ações e serviços que a promovem, protegem e recuperam*";

III – "que as ações e serviços de saúde são de relevância pública, por isto ficam inteiramente sujeitos à regulamentação, fiscalização e controle do Poder Público, nos termos da lei, a quem cabe executá-los diretamente ou por terceiros, pessoas físicas ou jurídicas de direito privado";

IV – "que, se a Constituição atribui ao Poder Público o controle das ações e serviços de saúde, significa que sobre tais ações e serviços tem ele integral poder de dominação, no sentido de controle total das ações da saúde pública";

V – que é dever do Município preservar os direitos inalienáveis à saúde e a vida, e os interesses supremos da população à garantia e preservação desses direitos, nos termos da Constituição Federal;

VI – que, segundo a doutrina do direito público e constitucional, "qualquer iniciativa que contrarie esse direito inalienável à saúde e à vida, há de ser repelida veementemente";

VII – que as ações e serviços públicos de saúde integram uma rede regionalizada e hierarquizada e constituem um sistema único financiado nos termos do art. 195 da Constituição da República, com recursos do orçamento da seguridade social, da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, além de outras fontes, (CF, art. 198, § 1º);

VIII - que as ações e serviços públicos de saúde e os serviços privados contratados ou conveniados que integram o Sistema Único de Saúde – SUS, são desenvolvidos de acordo com as diretrizes previstas no art. 198 da Constituição Federal, regulados pela Lei Ordinária Federal nº 8.080/90 (Lei Orgânica da Saúde – LOS);

IX – que o art. 9º da Lei Orgânica da Saúde, além de estabelecer que a direção do sistema único de saúde é única, por força do art. 198, I, da CF, e atribui ao município, juntamente com o Estado e a União, os cuidados necessários com a saúde pública;

X – a responsabilidade do Município frente à descentralização instituída pelo Sistema Único de Saúde - SUS para o atendimento médico-hospitalar da população;

XI - que ao Município compete a organização, direção e gestão das ações e serviços de saúde executados pelo SUS em seu âmbito territorial e à direção municipal compete controlar e fiscalizar os procedimentos dos serviços públicos e privados de saúde;

XII – que o Decreto 20 de 05 de maio de 2.020, publicado no diário oficial dos municípios (diário oficial local) institui estado de CALAMIDADE no âmbito do município de Rosário Oeste – MT por conta do estágio avançado da pandemia d COVID 19 em seu território, e ainda, prevê em seu artigo 2ª, inciso I a possibilidade de requisição de "bens e serviços particulares";

XIII - que, nos termos da Lei n.º 8.080, de 19 de setembro de 1990, os Municípios exercerão em seu âmbito administrativo a definição das instâncias e mecanismos de controle, avaliação e de fiscalização das ações e serviços de saúde e divulgação do nível de saúde da população e das condições ambientais, e:

"Art. 2º - A saúde é um direito fundamental do ser humano, devendo o Estado prover as condições indispensáveis ao seu pleno exercício.

§ 1º - O dever do Estado de garantir a saúde consiste na reformulação e execução de políticas econômicas e sociais que visem à redução de riscos de doenças e de outros agravos no estabelecimento de condições que assegurem acesso universal e igualitário às ações e aos serviços para a sua promoção, proteção e recuperação".

"Art. 15 - A União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios exercerão, em seu âmbito administrativo, as seguintes atribuições:

(...)

XI - elaboração de normas para regular as atividades de serviços privados de saúde, tendo em vista a sua relevância pública;

(...)

XIII - para atendimento de necessidades coletivas, urgentes e transitórias, decorrentes de situações de perigo iminente, de calamidade pública ou de irrupção de epidemias, a *autoridade competente da esfera administrativa correspondente poderá requisitar bens e serviços,*

tanto de pessoas naturais como de jurídicas, sendo lhes assegurada justa indenização" (grifo nosso)

XIV – considerando que a Associação Municipal de Proteção e Assistência de Rosário Oeste – AMPARO é a mantenedora do único estabelecimento que garante assistência hospitalar no Município pelo SUS, mediante contratualização com as esferas de Governo;

XV – considerando que a Associação Municipal de Proteção e Assistência de Rosário Oeste – AMPARO é uma entidade sem fins lucrativos criada com único intuito de servir a população com serviços de saúde, o que continuará garantido com a presente requisição administrativa;

XVI – considerando que todo o patrimônio da Associação Municipal de Proteção e Assistência de Rosário Oeste – AMPARO foi adquirido pelos seus sócios fundadores e através se deu através de doações de cidadãos Rosarienses e Poder Publico não podendo figurar como patrimônio privado em detrimento a sua função social que é a de prestar saúde a população;

XVII – considerando a ausência de possibilidade de retomada do convenio existente entre a Associação Municipal de Proteção e Assistência de Rosário Oeste – AMPARO com o Município de Rosário Oeste e com outros órgãos da Federação, que já se encontra suspenso por 02 (dois) anos, por conta de impossibilidades legais constatadas em face da ausência de certidões de regularidade fiscal e trabalhistas da entidade resultantes do caos administrativo e financeiro instaurado na entidade;

XVIII – considerando a ausência de plano de retomada de suas atividades ou recuperação apresentado pela Diretoria da Associação Municipal de Proteção e Assistência de Rosário Oeste – AMPARO nos últimos 02 (dois) anos que possa vir a possibilitar a retomada do convenio anteriormente existente entre a instituição e Poderes Públicos;

XIX – considerando apontamentos realizados pela Secretaria Municipal de Saúde, Conselho Municipal de Saúde e profissionais da área de saúde lotados na instituição, arquivados na Prefeitura Municipal, que relatam dentre outros problemas, a ausência de prestação de contas de recursos recebidos pela entidade e sua administradora do COVID ainda no ano de 2020, inúmeras irregularidades fiscais e trabalhistas detectadas nos últimos 24 meses de gestão da administradora da entidade, que além de incidir em responsabilização de seus agentes causadores (Diretoria da Associação Municipal de Proteção e Assistência de Rosário Oeste – AMPARO e do Complexo Assistencial Educacional Espírita Maria de Nazaré Obras Sociais), podem condicionar o poder publico na condição de responsável subsidiário, e por ultimo a precariedade do atendimento prestado a população por falta de equipamentos de segurança e insumos médicos/hospitalares que comprometem a segurança dos profissionais de saúde e usuários do sistema único de saúde (SUS);

XX – considerando a ausência de planejamento da atual Diretoria da Associação Municipal de Proteção e Assistência de Rosário Oeste – AMPARO e de sua administradora traz como necessário uma intervenção administrativa para que as diretrizes e estratégias da entidade hospitalar possam aumentar suas receitas, diminuir suas despesas e custos ou adotar os dois procedimentos de forma simultânea;

XXI – considerando as inúmeras tentativas de acordo entre as partes interessadas com intervenção do Ministério Publico Estadual e Câmara Municipal local sempre infrutíferas.

XXII – considerando que a falta de repasses financeiros a instituição pode acarretar a suspensão dos valorosos atendimentos existentes no local;

XXIII – a necessidade de promover um debate visando à reforma do Estatuto da instituição, a fim de atender às exigências legais vigentes, alicerçados na lei civil e em diretrizes democráticas, de transparência de suas atividades e de fortalecimento de seus Conselhos e Diretoria constituídos, bem como renovando formas de participação comunitária;

XXIV – a necessidade de harmonizar as relações entre a Direção Associação Municipal de Proteção e Assistência de Rosário Oeste – AMPARO com seus funcionários, corpo clínico, população e o Poder Público;

XXV - que a atual conjuntura impõe ao governo municipal a adoção de medidas urgentes e especiais;

XXVI - que o instituto de direito público da Requisição-Intervenção é o meio adequado para que o Poder Executivo Municipal intervenha nas situações de perigo iminentes e efetivas que comprometam a promoção, a proteção e a recuperação da saúde pública, neste caso, para garantir a manutenção do adequado funcionamento das instalações da Associação Municipal de Proteção e Assistência de Rosário Oeste – AMPARO;

XXVII – considerando que através do oficio 08/2021 a própria Diretoria da Associação Municipal de Proteção e Assistência de Rosário Oeste – AMPARO, ofertou como proposta de aquisição do prédio para fins de municipalização de seu atendimento, o valor de R$ 2.361,325,40 (dois milhões, trezentos e sessenta e um mil, trezentos e vinte e cinco reais e quarenta centavos), apresentando na oportunidade débitos na mesma proporção constituídos durante a vigência de convênio que existia entre o Município de Rosário Oeste e o Complexo Assistencial Educacional Espírita Maria de Nazaré Obras Sociais, sendo necessário ressaltar que as despesas apresentadas por força do oficio acima citado são redundantes e ilegítimas, vez que o Poder Publico Municipal fez repasses comprovados de recursos públicos no montante de aproximadamente de 2.500.000,00 (dois milhões e quinhentos reais) apenas no ano de 2020, com intuito de financiar estas despesas no mesmo período, o que compromete toda a prestação de contas apresentada pela entidade, que portando deverá ser alvo de auditoria especializada;

XXVIII – considerando que os fatos até então relatados e os documentos remetidos a Prefeitura Municipal pela Diretoria da Associação Municipal de Proteção e Assistência de Rosário Oeste – AMPARO, da Secretaria de Saúde, do Conselho Municipal de Saúde e dos profissionais lotados na instituição, constituem-se numa prova material de que a direção da instituição age de forma negligente e ignora que as falhas persistentes e corriqueiras no atendimento à população não se restringe apenas à remuneração de médicos, como demonstrado na motivação constante neste decreto, mas perpassa pela complexa atividade de garantir atendimento de saúde pública de forma condizente com os princípios da dignidade da pessoa humana;

XXIX - Considerando a obrigatoriedade dos Gestores Públicos zelarem pela predominância dos princípios constitucionais da legalidade, impessoalidade, publicidade e sobretudo da moralidade e eficiência, eficácia e efetividade, além da necessidade de zelar pela escorreita aplicação dos recursos públicos;

XXX - que a Constituição Federal adotou como um dos fundamentos da República a dignidade da pessoa e que, aplicado às ações e aos serviços de saúde, o conceito implica o poder de controle pela sociedade e pelo Estado, visando zelar pela sua efetiva prestação e por sua qualidade,

DECRETA:

Art. 1º – Fica determinado através do presente decreto a requisição dos bens e serviços, com intervenção do Poder Executivo na unidade hospitalar denominada HOSPITAL AMPARO de propriedade da Associação Municipal de Proteção e Assistência de Rosário Oeste – AMPARO, entidade sem fins lucrativos, filantrópica, e de utilidade pública, inscrita sob o CNPJ de n° 03.857.372/001-27, com endereço à Rua Marechal Deodoro, n° 925, Centro, Rosário Oeste – MT.

Parágrafo único. A Requisição-Intervenção vigorará pelo prazo de 12 (doze) meses, contados da publicação do presente decreto, podendo ser prorrogada por igual período, devidamente motivada.

Art. 2º - As causas determinantes da intervenção, que isoladamente ou em conjunto implicam iminente risco quanto à regularidade da gestão empre-

endida pela ASSOCIAÇÃO MUNICIPAL DE PROTEÇÃO E ASSISTÊNCIA DE ROSÁRIO OESTE são as constantes deste decreto.

Art. 3º - A Requisição-Intervenção terá como metas principais:

I - mudança do perfil assistencial médico-hospitalar a fim de garantir ao cidadão acesso ao atendimento de saúde e garantir, entre outros direitos, a humanização dos serviços, a gratuidade e universalidade do atendimento, princípios esses norteadores do SUS;

II – retorno da realização de partos normais, cesarianas e outras cirurgias eletivas consideradas de baixa complexidade na unidade;

III - a elaboração e apresentação de um diagnóstico da situação operacional, financeira-econômica e gestão da entidade;

IV - a regularização dos serviços, especialmente os de atendimentos de urgência, emergência e de plantões de 24 (vinte e quatro) horas; e

V - para a elaboração de um novo estatuto e reflexos no Regimento Interno.

Art. 4º Para o desempenho das atribuições decorrentes da presente Requisição-Intervenção será indicado interventor, devendo ser pessoa legalmente constituída pelo Prefeito Municipal com conhecimento técnico na área através de Portaria Municipal, o qual terá poderes para instituir Comissão de Intervenção.

§1º Para o desempenho de suas atribuições, o Interventor e a Comissão Interventora poderão utilizar quaisquer bens da ASSOCIAÇÃO MUNICIPAL DE PROTEÇÃO E ASSISTÊNCIA DE ROSÁRIO OESTE, bem como toda a estrutura física do hospital.

§ 2º Os trabalhos da Comissão Interventora serão registrados em atas.

Art. 5º - Periodicamente, a Comissão Interventora apresentará relatório ao Ministério Público, ao Secretário Municipal de Saúde, ao Conselho Municipal de Saúde e à Câmara Municipal, relativo às suas atividades, bem como da situação apurada na instituição.

Art. 6º - Para o desempenho de suas atribuições, a Comissão Interventora poderá praticar todo e quaisquer atos inerentes à presente Requisição-Intervenção, entre os quais:

I - requisitar serviços e servidores de repartições públicas municipais e solicitá-los a repartições de outras esferas de governo, indispensáveis ao cumprimento de suas atribuições;

II - gerir os recursos destinados à ASSOCIAÇÃO MUNICIPAL DE PROTEÇÃO E ASSISTÊNCIA DE ROSÁRIO OESTE, podendo, para isso, movimentar contas bancárias e, se necessário, abrir novas contas;

III - movimentar, admitir e demitir empregados, bem como gerenciar toda administração pessoal necessária ao bom andamento dos serviços do hospital, além de rescindir contratos;

IV - providenciar inventário dos bens e equipamentos, além de medidas de ordem técnica, administrativa, jurídica e financeira necessárias ao restabelecimento do pleno e adequado funcionamento da entidade, se necessário for, inclusive mediante a instauração de auditorias específicas;

§ 1º Além das prerrogativas previstas no presente decreto, o Interventor deterá todas as atribuições de direção da instituição, nos termos estatutários e\ou regimentais.

§ 2º Para validação dos atos supra-aduzidos, o Interventor deverá ter seus atos aprovados pelos demais integrantes da Comissão.

Art. 7º - O Secretário Municipal de Saúde do Município de Rosário Oeste - MT poderá baixar as instruções complementares à execução deste Decreto, ficando desde já autorizado a apresentar projetos e solicitar apoio financeiro ao Estado e à União.

Art. 8º - Fica o Interventor autorizado a contratar consultoria especializada em gestão de sistemas de saúde e hospitais para implantação de um novo modelo de gestão.

Art. 9º - Competirá à Comissão Interventora, em momento oportuno, decidir sobre a rescisão de contratos e convênios firmados com a ASSOCIAÇÃO MUNICIPAL DE PROTEÇÃO E ASSISTÊNCIA DE ROSÁRIO OESTE.

Art. 10º – Para fins de remuneração do Interventor devidamente nomeado, deverá ser utilizado como parâmetro os valores pagos pela Prefeitura de Rosário Oeste ao cargo de Assessor de Gestão Estratégica da Secretaria Municipal de Saúde - DAS 03.

Parágrafo único. A remuneração será paga com recursos do Município, repassados à ASSOCIAÇÃO MUNICIPAL DE PROTEÇÃO E ASSISTÊNCIA DE ROSÁRIO OESTE mediante autorização legislativa e convênio específico.

Art. 11º - Em decorrência do presente Decreto, ficam todos os integrantes da atual Diretoria da ASSOCIAÇÃO MUNICIPAL DE PROTEÇÃO E ASSISTÊNCIA DE ROSÁRIO OESTE afastados das atividades de direção da instituição bem como qualquer outro profissional empresa ou entidade administradora que tenha sido designada pela associação para esse fim.

Art. 12º - A presente Requisição-Intervenção não transfere ao Município responsabilidades trabalhistas, previdenciárias ou outras advindas de vínculos empregatícios em vigor ou outros que poderão advir durante a Requisição-Intervenção.

Art. 13º - Durante a vigência da Requisição-Intervenção não será realizada nova eleição para a ASSOCIAÇÃO MUNICIPAL DE PROTEÇÃO E ASSISTÊNCIA DE ROSÁRIO OESTE.

Art. 14º – Em razão do disposto no art. 11, no momento da intervenção, poderão os servidores municipais requisitar apoio da Polícia Militar, da Guarda Municipal, bem como providenciar a troca das chaves das salas administrativas, bem como impedir o acesso dos integrantes da atual diretoria as dependências ASSOCIAÇÃO MUNICIPAL DE PROTEÇÃO E ASSISTÊNCIA DE ROSÁRIO OESTE.

Art. 15º - Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura.

Gabinete do Prefeito de Rosário Oeste – MT, em 22 de Fevereiro de 2. 021.

ALEX STEVES BERTO

Prefeito Municipal

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES
AVISO DE RESULTADO DA CARTA CONVITE Nº 01/2021

O Município de Rosário Oeste – MT, torna público aos interessados que na licitação modalidade Carta Convite n°01/2021, por menor preço no item, cujo objeto: **Contratação de pessoa jurídica habilitada para prestação serviços de advocacia e consultoria jurídica destinada ao atendimento das demandas de serviços no âmbito administrativo e judicial, na defesa dos interesses do contratante, relacionados com as prestações de contas de convênios pretéritos, firmados com a União e o Estado, em face das pendências junto aos diversos órgãos da União, do Estado, TCE e as ações judiciais relacionadas as contas dos convênios pendentes com potencial risco de prejuízos ao Município**. , cuja abertura de Documentos de Habilitação e Proposta de Preço se deu às 08:30 horas do dia 23/02/2021. Após julgamento sagrou-se vencedora a seguinte empresa:

01 – VASCONCELOS DE MORAES ADVOGADOS ASSOCIADOS, inscrita no **CNPJ N. 21.944.357/0001-06**, representada neste ato pelo seu sócio o Sr. **EDMILSON VASCONCELOS DE MOARES**, portador do CPF n. 690.343.541-72.

Rosário Oeste 23 de fevereiro de 2021.

FAGNER CAMARGO SAMPAIO

Presidente da CPL

PROCURADORIA MUNICIPAL
PORTARIA 025 - 2021

PORTARIA N.º 025/2021

de 22 de Fevereiro 2021

"Dispõe sobre a concessão do benefício de AUXÍLIO-DOENÇA ao(a) servidor(a) Sr(a). DALMINA MOSER DOS SANTOS.

O PREFEITO MUNICIPAL DE ROSÁRIO OESTE – MATO GROSSO, ALEX STEVES BERTO, na condição de gestor do **ROSÁRIO-PREVI - FUNDO MUNICIPAL DE PREVIDÊNCIA SOCIAL**, no uso de suas atribuições legais e nos termos do Art. 14 da Lei Municipal nº. 975/2004, que rege a previdência municipal;

Resolve:

Art. 1º. Conceder o benefício de AUXILIO DOENÇA, ao (a) servidor (a) Sr (a). **DALMINA MOSER DOS SANTOS**, ocupante do cargo de professor(a), lotado na Secretaria Municipal de Educação da Prefeitura Municipal de ROSÁRIO OESTE- MT, devidamente matriculado (a) sob o nº. 663, com vencimentos integrais, a partir de **08.02.2021** e término em **08.07.2021**.

Art. 2º. Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário com efeitos administrativos e financeiros retroativos à **08.02.2021**.

Registre-se, publique-se, cumpre-se.

Gabinete do Prefeito, em Rosário Oeste - MT, 22 de Fevereiro de 2.021.

ALEX STEVES BERTO

Prefeito Municipal

PROCURADORIA MUNICIPAL
PORTARIA 026 - 2021

PORTARIA N.º 026/2021

de 22 de Fevereiro 2021

"Dispõe sobre a concessão do benefício de AUXÍLIO-DOENÇA ao(a) servidor(a) Sr(a). NILCEIA GONLÇALVES NUNES.

O PREFEITO MUNICIPAL DE ROSÁRIO OESTE – MATO GROSSO, ALEX STEVES BERTO, na condição de gestor do **ROSÁRIO-PREVI - FUNDO MUNICIPAL DE PREVIDÊNCIA SOCIAL**, no uso de suas atribuições legais e nos termos do Art. 14 da Lei Municipal nº. 975/2004, que rege a previdência municipal;

Resolve:

Art. 1º. Conceder o benefício de AUXILIO DOENÇA, ao (a) servidor (a) Sr (a). **NILCEIA GONÇALVES NUNES**, ocupante do cargo de técnico(a) de Apoio Administrativo Educacional, lotado na Secretaria Municipal de Educação da Prefeitura Municipal de ROSÁRIO OESTE- MT, devidamente matriculado (a) sob o nº. 1505, com vencimentos integrais, a partir de **14.12.2020** e término em **14.06.2021**.

Art. 2º. Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário com efeitos administrativos e financeiros retroativos à **01.01.2021**.

Registre-se, publique-se, cumpre-se.

Gabinete do Prefeito, em Rosário Oeste - MT, 22 de Fevereiro de 2.021.

ALEX STEVES BERTO

Prefeito Municipal

PROCURADORIA MUNICIPAL
PORTARIA 027 - 2021

PORTARIA N.º 027/2021

de 22 de Fevereiro 2021

"Dispõe sobre a concessão do benefício de AUXÍLIO-DOENÇA ao(a) servidor(a) Sr(a). PLINIO DE MORAES.

O PREFEITO MUNICIPAL DE ROSÁRIO OESTE – MATO GROSSO, ALEX STEVES BERTO, na condição de gestor do **ROSÁRIO-PREVI - FUNDO MUNICIPAL DE PREVIDÊNCIA SOCIAL**, no uso de suas atribuições legais e nos termos do Art. 14 da Lei Municipal nº. 975/2004, que rege a previdência municipal;

Resolve:

Art. 1º. Conceder o benefício de AUXILIO DOENÇA, ao (a) servidor (a) Sr (a). **PLINIO DE MORAES**, ocupante do cargo de Professor (a), lotado na Secretaria Municipal de Educação da Prefeitura Municipal de ROSÁRIO OESTE- MT, devidamente matriculado (a) sob o nº. 30427, com vencimentos integrais, a partir de **10.02.2021** e término em **10.05.2021**.

Art. 2º. Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário com efeitos administrativos e financeiros retroativos à **10.02.2021**.

Registre-se, publique-se, cumpre-se.

Gabinete do Prefeito, em Rosário Oeste - MT, 22 de Fevereiro de 2.021.

ALEX STEVES BERTO

Prefeito Municipal

PROCURADORIA MUNICIPAL
PORTARIA 028 - 2021

PORTARIA N.º 028/2021

de 22 de Fevereiro 2021

"Dispõe sobre a concessão do benefício de AUXÍLIO-DOENÇA ao(a) servidor(a) Sr(a). RITA DIVINA DE OLIVEIRA SILVA.

O PREFEITO MUNICIPAL DE ROSÁRIO OESTE – MATO GROSSO, ALEX STEVES BERTO, na condição de gestor do **ROSÁRIO-PREVI - FUNDO MUNICIPAL DE PREVIDÊNCIA SOCIAL**, no uso de suas atribuições legais e nos termos do Art. 14 da Lei Municipal nº. 975/2004, que rege a previdência municipal;

Resolve:

Art. 1º. Conceder o benefício de AUXILIO DOENÇA, ao (a) servidor (a) Sr (a). **RITA DIVINA DE OLIVEIRA**, ocupante do cargo de Auxiliar de Serviços Gerais (a), lotado na Secretaria Municipal de Educação da Prefeitura Municipal de ROSÁRIO OESTE- MT, devidamente matriculado (a) sob o nº. 30280, com vencimentos integrais, a partir de **21.12.2020** e término em **21.06.2021**.

Art. 2º. Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário com efeitos administrativos e financeiros retroativos à **01.01.2021**.

Registre-se, publique-se, cumpre-se.

Gabinete do Prefeito, em Rosário Oeste - MT, 22 de Fevereiro de 2.021.

ALEX STEVES BERTO

Prefeito Municipal

PROCURADORIA MUNICIPAL
PORTARIA 029 - 2021

PORTARIA N.º 029/2021

de 23 de Fevereiro 2021

"Dispõe sobre a concessão do benefício de AUXÍLIO-DOENÇA ao(a) servidor(a) Sr(a). ZILDA DOS SANTOS PEREIRA.

O PREFEITO MUNICIPAL DE ROSÁRIO OESTE – MATO GROSSO, ALEX STEVES BERTO, na condição de gestor do **ROSÁRIO-PREVI - FUNDO MUNICIPAL DE PREVIDÊNCIA SOCIAL**, no uso de suas atribuições legais e nos termos do Art. 14 da Lei Municipal nº. 975/2004, que rege a previdência municipal;

Resolve:

Art. 1º. Conceder o benefício de AUXILIO DOENÇA, ao (a) servidor (a) Sr (a). **ZILDA DOS SANTOS PEREIRA**, ocupante do cargo de professor(a), lotado na Secretaria Municipal de Educação da Prefeitura Municipal de ROSÁRIO OESTE- MT, devidamente matriculado (a) sob o nº. 1469, com vencimentos integrais, a partir de **30.11.2020** e término em **30.05.2021**.

Art. 2º. Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário com efeitos administrativos e financeiros retroativos à **01.01.2021**.

Registre-se, publique-se, cumpre-se.

Gabinete do Prefeito, em Rosário Oeste - MT, 23 de Fevereiro de 2.021.

ALEX STEVES BERTO

Prefeito Municipal

PROCURADORIA MUNICIPAL
PORTARIA 030 - 2021

PORTARIA N.º 030/2021

de 23 de Fevereiro 2021

"Dispõe sobre a concessão do benefício de LICENÇA POR MOTIVO DE DOENÇA EM PESSOA DA FAMÍLIA, nos termos do artigo 114 e seguintes da Lei Municipal 1.234/2011, ao(a) servidor(a) Sr(a). CELINA VILELA DE FIGUEIREDO.

O PREFEITO MUNICIPAL DE ROSÁRIO OESTE – MATO GROSSO, ALEX STEVES BERTO, no uso de suas atribuições legais;

Resolve:

Art. 1º. Conceder o benefício de LICENÇA POR MOTIVO DE DOENÇA EM PESSOA DA FAMÍLIA, nos termos do artigo 114 e seguintes da Lei Municipal 1.234/2011, ao (a) servidor (a) Sr (a). **CELINA VILELA DE FIGUEIREDO**, ocupante do cargo de Técnico de Apoio Administrativo (a), lotado na Secretaria Municipal de Educação da Prefeitura Municipal de ROSÁRIO OESTE- MT, devidamente matriculado (a) sob o nº. 30232, com vencimentos integrais, a partir de **04.02.2021** e término em **20.03.2021**.

Art. 2º. Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário com efeitos administrativos e financeiros retroativos à **04.02.2021**.

Registre-se, publique-se, cumpre-se.

Gabinete do Prefeito, em Rosário Oeste - MT, 23 de Fevereiro de 2.021.

ALEX STEVES BERTO

Prefeito Municipal

PROCURADORIA MUNICIPAL
PORTARIA 031 - 2021

PORTARIA N.º 031/2021

de 23 de Fevereiro 2021

"Dispõe sobre a concessão do benefício de LICENÇA POR MOTIVO DE DOENÇA EM PESSOA DA FAMÍLIA, nos termos do artigo 114 e seguintes da Lei Municipal 1.234/2011, ao(a) servidor(a) Sr(a). VADERLENE PEREIRA DOS SANTOS.

O PREFEITO MUNICIPAL DE ROSÁRIO OESTE – MATO GROSSO, ALEX STEVES BERTO, no uso de suas atribuições legais;

Resolve:

Art. 1º. Conceder o benefício de LICENÇA POR MOTIVO DE DOENÇA EM PESSOA DA FAMÍLIA, nos termos do artigo 114 e seguintes da Lei Municipal 1.234/2011, ao (a) servidor (a) Sr (a). **VANDERLENE PEREIRA DOS SANTOS**, ocupante do cargo de Apoio Administrativo (a), lotado na Secretaria Municipal de Educação da Prefeitura Municipal de ROSÁRIO OESTE- MT, devidamente matriculado (a) sob o nº. 31494, com vencimentos integrais, a partir de **08.01.2021** e término em **08.07.2021**.

Art. 2º. Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário com efeitos administrativos e financeiros retroativos à **08.01.2021**.

Registre-se, publique-se, cumpre-se.

Gabinete do Prefeito, em Rosário Oeste - MT, 23 de Fevereiro de 2.021.

ALEX STEVES BERTO

Prefeito Municipal

PROCURADORIA MUNICIPAL
PORTARIA 032 - 2021

PORTARIA N.º 032/2021

de 23 de Fevereiro 2021

"Dispõe sobre a concessão do benefício de LICENÇA POR MOTIVO DE DOENÇA EM PESSOA DA FAMÍLIA, nos termos do artigo 114 e seguintes da Lei Municipal 1.234/2011, ao(a) servidor(a) Sr(a). LUCILENE FERREIRA DE ARAUJO.

O PREFEITO MUNICIPAL DE ROSÁRIO OESTE – MATO GROSSO, ALEX STEVES BERTO, no uso de suas atribuições legais;

Resolve:

Art. 1º. Conceder o benefício de LICENÇA POR MOTIVO DE DOENÇA EM PESSOA DA FAMÍLIA, nos termos do artigo 114 e seguintes da Lei Municipal 1.234/2011, ao (a) servidor (a) Sr (a). **LUCILENE FERREIRA DE ARAUJO**, ocupante do cargo de Professor (a), lotado na Secretaria Municipal de Educação da Prefeitura Municipal de ROSÁRIO OESTE- MT, devidamente matriculado (a) sob o nº. 1641, com vencimentos integrais, a partir de **01.02.2021** e término em **01.04.2021**.

Art. 2º. Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário com efeitos administrativos e financeiros retroativos à **01.02.2021**.

Registre-se, publique-se, cumpre-se.

Gabinete do Prefeito, em Rosário Oeste - MT, 23 de Fevereiro de 2.021.

ALEX STEVES BERTO

Prefeito Municipal

PROCURADORIA MUNICIPAL
PORTARIA 034 - 2021

PORTARIA Nº 034/2021

de 23 de Fevereiro de 2021

"Dispõe sobre nomeação de Diretor(a) das Unidades Escolares Municipais para o período letivo do ano de 2021, e dá outras providencias".

O EXCELENTÍSSIMO PREFEITO MUNICIPAL DE ROSÁRIO OESTE – MT, ALEX STEVES BERTO, no uso de suas atribuições legais;

Considerando disposições legais contidas no artigo 30, § 1º da Lei Municipal 1.243/2011;

RESOLVE:

Artigo 1º - Ficam nomeados para a função de Diretor(a) das Unidades Escolares Municipais para o período letivo do ano de 2021, as seguintes pessoas:

NOME	UNIDADE ESCOLAR
JOB DIAS FERREIRA	ESCOLA MUNICIPAL DO PINDAIVAL

Artigo 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação/afixação revogando-se as disposições em contrario.

Gabinete do Prefeito, em Rosário Oeste – MT, 23 de Fevereiro de 2021.

ALEX STEVES BERTO

Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE SALTO DO CÉU

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO
EXTRATO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO N.º 011/2021

a) Procedimento: Dispensa de Licitação; **b) Objeto:** "Aquisição de 1.200 (um mil e duzentas) latas de refrigerantes de 269 ml", em atendimento à Secretaria Municipal de Assistência Social, do Município de Salto do Céu/MT; **c) Fundamento Legal:** art. 24, inciso II, da Lei Federal nº 8.666/1993; **d) Processo Administrativo** nº 026/2021; **e) Elemento Orçamentário:** 05.002.2030.33.90.30.382; **f) Valor Global: R$ 3.180,00 (três mil e cento e oitenta reais)**; **g) Contratada: O. L. DA SILVA 0 CNPJ: 35.669.740/0001-08**; **h) Autorização:** 12/02/2021, por MAUTO TEIXEIRA ESPÍNDOLA; **i) Ratificação:** 22/02/2021, por MAUTO TEIXEIRA ESPÍNDOLA.

LETÍCYA QUERB NERY DE ALMEIDA

Presidente da Comissão Permanente de Licitação

RECURSOS HUMANOS
PORTARIA N.º 104/2021 DE 22 DE FEVEREIRO DE 2021.

PORTARIA N.º 104/2021 DE 22 DE FEVEREIRO DE 2021.

CONCEDE FÉRIAS REGULAMENTARES AOS SERVIDORES QUE MENCIONA, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SALTO DO CÉU, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais, exaradas no art. 49 inciso IV, da Lei Orgânica do Município.

CONSIDERANDO: a conclusão dos respectivos períodos aquisitivos e os requerimentos dos servidores abaixo relacionados.

CONSIDERANDO: que houve erro material na redação do art. 1º da Portaria nº100 de 18 de Fevereiro de 2021.

RESOLVE:

Art. 1º. O artigo 1º da Portaria nº 100, de 18 de fevereiro de 2021, passa a vigorar com a seguinte alteração: "Art. 1º - Conceder férias regulamentares aos servidores municipais abaixo relacionados, com o respectivo período aquisitivo, bem como o período de gozo de férias especificado:

Nome do Servidor(a)	Período aquisitivo	Período de gozo de férias
Fernando Sanches Pinheiro	2020/2021	04/02/2021 a 05/03/2021
Palmaliana M. Da Costa Oliveira	2019/2020	01/02/2021 a 02/03/2021
Ludyana Silva Fontes	2020/2021	01/02/2021 a 02/03/2021
José Garcia De Lima	2017/2018	01/02/2021 a 02/03/2021
Igor Cristian Adriano Salgueiro	2020/2021	18/02/2021 a 19/03/2021
Sebastião Euzébio de Santana	2019/2020	01/02/2021 a 02/03/2021
Luiz Da Silva Almeida	2020/2021	01/02/2021 a 02/03/2021
Ana Maria De Sousa	2020/2021	01/02/2021 a 02/03/2021
Vanderlei Correia De Jesus	2019/2020	01/02/2021 a 02/03/2021

".

Art. 2º - Caberá aos órgãos e unidades competentes do Poder Executivo proceder às anotações/registros pertinentes e, as providências na substituição dos Servidores acima citados, se forem imprescindíveis e inadiáveis bem como efetuar o pagamento devido, na forma da Legislação que disciplina a matéria em vigor, observando o disposto no art. 83 da Lei Municipal n.º 069, de 28 de maio de 1993, como seus parágrafos no que couber.

Art. 3º - As despesas decorrentes da execução desta Portaria correrão à conta das respectivas dotações orçamentárias no corrente exercício, suplementadas, se necessário, na forma da Legislação específica que rege a matéria em vigor.

Art. 4º - Está portaria entrará em vigor na data de sua Publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito, Edifício Sede do Poder Executivo, em Salto do Céu - MT, 22 de Fevereiro de 2021.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

MAUTO TEIXEIRA ESPÍNDOLA

PREFEITO

RECURSOS HUMANOS
PORTARIA N.º 106/2021 DE 22 DE FEVEREIRO DE 2021

PORTARIA N.º 106/2021 DE 22 DE FEVEREIRO DE 2021

CONCEDE LICENÇA PRÊMIO POR ASSIDUIDADE AO SERVIDOR QUE MENCIONA E, DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SALTO DO CÉU, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais, exaradas no art. 49, inciso IV, da Lei Orgânica do Município, e Art.95, § 4º da Lei 069/93 Estatuto dos Servidores públicos Municipais.

CONSIDERANDO o vencimento do período aquisitivo 2007/2012. RESOLVE:

Art. 1º - Conceder Licença Prêmio por Assiduidade ao servidor: **LILIANE GOULART DE LIMA ,** Cargo: Auxiliar de Serviços Gerais, Órgão Unidade: Sec. Municipal de Saúde, período de inicio do gozo: **09/02/2021 a 09/05/2021**.

Art. 2º - Caberá aos órgãos e unidades competentes do Poder Executivo proceder às anotações/registros pertinentes e, as providências na substituição do Servidor acima citado, se for imprescindível e inadiável bem como efetuar o pagamento devido, na forma da Legislação que disciplina a matéria em vigor, observando o disposto no art. 83 da Lei Municipal n.º 069, de 28 de maio de 1993, como seus parágrafos no que couber.

Art. 3º - As despesas decorrentes da execução desta Portaria correrão à conta das respectivas dotações orçamentárias no corrente exercício, suplementadas, se necessário, na forma da Legislação específica que rege a matéria em vigor.

Art. 4º - Está portaria entrará em vigor na data de sua Publicação, revogadas as disposições em contrário, retroagindo seus feitos a partir 09 de Fevereiro de 2021.

Gabinete do Prefeito, Edifício Sede do Poder Executivo, em Salto do Céu - MT, 22 Fevereiro de 2021.

REGISTRE – SE, PUBLIQUE – SE E CUMPRA – SE.

MAUTO TEIXEIRA ESPÍNDOLA

PREFEITO

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO
EXTRATO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO N.º 009/2021

a) Procedimento: Dispensa de Licitação; **b) Objeto:** *"Aquisição de 01 (uma) mesa, tipo pé gaveteiro; 01 (um) armário tipo credenza; 01 (um) arquivo tipo ofício; 01 (um) armário tipo nicho alto; 01 (uma) cadeira tipo presidente blume giratória; 02 (duas) cadeiras tipo plaxmetal fixa; e 01 (um) computador all in one positivo",* em atendimento ao Gabinete do Prefeito, do Município de Salto do Céu/MT; **c) Fundamento Legal:** art. 24, inciso II, da Lei Federal nº 8.666/1993; **d) Processo Administrativo** nº 024/2021; **e) Elemento Orçamentário:** 03.003.2008.44.90.52.61; **f) Valor Global:** R$ 15.970,00 (quinze mil e novecentos e setenta reais); **g) Contratada: ATI COMÉRCIO DE MÓVEIS E INFORMÁTICA LTDA – CNPJ: 12.544. 341/0001-07**; **h) Autorização:** 12/02/2021, por MAUTO TEIXEIRA ESPÍNDOLA; **i) Ratificação:** 22/02/2021, por MAUTO TEIXEIRA ESPÍNDOLA.

LETÍCYA QUERB NERY DE ALMEIDA

Presidente da Comissão Permanente de Licitação

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO
EXTRATO DE CONTRATO

CONTRATO 011/2021

OBJETO: Constitui objeto do presente Contrato de Rateio a delegação do Município de **SALTO DO CÉU-MT**, para implementação da Política Nacional de Resíduos Sólidos (Lei Federal 12.305/2010), para instrumentalizar nas seguintes condições: I - Estruturar a operação do Aterro Sanitário Consorciado, instalado no Município de Mirassol D'Oeste-MT, recebendo os resíduos sólidos domiciliares classe II para disposição final ambientalmente adequada conforme metodologias de engenharia sanitária previstas no projeto aprovado pelo Órgão Estadual de Meio Ambiente, em observância às normas ambientais e ao Plano Regional de Gerenciamento Integrado de Resíduos Sólidos – PRGIRS do Consórcio; II - Orientar o Planejamento Estratégico das Atividades e da Fiscalização sobre a Política Nacional de Resíduos Sólidos nos entes Consorciados; III – Apoiar e orientar os entes consorciados na instrumentalização, implantação e operacionalização da Coleta Seletiva nos entes consorciados, como dispõe o artigo 3º, Inciso 5º da Lei Federal 12.305/2010; IV – Orientar os entes consorciados no processo de fechamento e remediação dos lixões; V – Realizar o transporte dos resíduos do Município até o aterro sanitário em Mirassol D'Oeste.

CONTRATADA: CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO, SOCIAL, AMBIENTAL E TURÍSTICO DO COMPLEXO NASCENTES DO PANTANAL CNPJ: 08.979.143/0001-07.

PERÍODO: 01/02/2021 à 31/12/2022

VALOR: R$ 81.240,17(oitenta e um mil e duzentos e quarenta reais e dezessete centavos).

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO
EXTRATO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO N.º 010/2021

a) Procedimento: Dispensa de Licitação; **b) Objeto: "*Contratação de Empresa Especializada para Fornecimento de Refeições do Tipo "Marmitex" tamanho grande", em atendimento à Secretaria Municipal de Obras, por um período de 12 (doze) meses***; **c) Fundamento Legal:** art. 24, inciso II, da Lei Federal nº 8.666/1993; **d) Processo Administrativo** nº 025/2021; **e) Elemento Orçamentário:** 07.002.2054.33.90.39. 610; **f) Valor Global: R$ 12.000,00** (doze mil reais); **g) Contratada: NEUZA MARIA FIALHO – CNPJ: 28.124.219/0001-11**; **h) Autorização:** 12/ 02/2021, por MAUTO TEIXEIRA ESPÍNDOLA; **i) Ratificação:** 22/02/2021, por MAUTO TEIXEIRA ESPÍNDOLA.

LETÍCYA QUERB NERY DE ALMEIDA

Presidente da Comissão Permanente de Licitação

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO
EXTRATO DE CONTRATO

CONTRATO 014/2021

OBJETO: Seleção de Melhor Proposta Objetivando a contratação de Empresa Especializada, para a prestação de serviços, SENDO: Prestação de serviços na **ELABORAÇÃO DO TERMO DE REFERÊNCIA PROCEDIMENTO DE MANIFESTAÇÃO DE INTERESSE – PMI –** para futura **CONCESSÃO** dos serviços de abastecimento de **ÁGUA E ESGOTO SANITÁRIO** da cidade de Salto do Céu-MT;Prestação de serviços na **ELABORAÇÃO DE ESTUDOS TÉCNICOS TARIFÁRIO DO SISTEMA DE ABASTECIMENTO DE ÀGUA** da cidade de Salto do Céu-MT.

CONTRATADA: RAFAELLE C. DA S. CERQUEIRA CNPJ: 29.533.589/ 0001-75.

PERÍODO: 01/02/2021 à 01/02/2022

VALOR: R$ 83.000,00 (oitenta e três mil reais).

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO
EXTRATO DE CONTRATO

CONTRATO 005/2021

OBJETO: O presente instrumento tem por objeto o rateio dos custos com a manutenção das atividades do Consórcio Intermunicipal de Saúde do Oeste de Mato Grosso e o cumprimento dos objetivos fixados no Protocolo de Intenções e no Estatuto Social do CISOMT, em cumprimento às exigências da Lei Federal n. 11.107/05, e seu Decreto Regulamentador nº 6.017/ 2007.

CONTRATADO: CONSORCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE O OESTE DE MATO GROSSO CNPJ: 01.870.663/0001-20

PERÍODO: 08/01/2021 à 31/12/2021

VALOR: R$: 118.110,00 (cento e dezoito mil, e cento e dez reais).

RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº 0102/2021 DE 22 DE FEVEREIRO DE 2021.

PORTARIA Nº 0102/2021 DE 22 DE FEVEREIRO DE 2021.

Designar servidor para acompanhamento e fiscalização de Contratos da Prefeitura Municipal de Salto do Céu - MT e dá Outras Providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SALTO DO CÉU, Estado de Mato Grosso, SR.º MAUTO TEIXEIRA ESPÍNDOLA , no uso de suas atribuições legais.

RESOLVE:

Art. 1º - Designar o Servidor **DEIVES OLIVEIRA DA SILVA. Matricula 9613**; para responder pela gestão, acompanhamento e fiscalização dos Contratos realizados com o Município de Salto do Céu – MT, no âmbito do Gabinete do Prefeito.

Art. 2º - As atribuições da Fiscal acima mencionada compete:

a) Ler atentamente o termo de contrato e anotar em registro próprio todas as ocorrências relacionadas à sua execução (art. 67, § 1º);

b) verificar a necessidade ou não de requisitar apoio especializado de terceiros para assisti-lo e subsidiá-lo com informações técnicas (art. 67, caput);

c) esclarecer dúvidas do preposto/ representante da Contratada que estiverem à sua alçada, encaminhando às áreas competentes os problemas que surgirem quando lhe faltar competência;

d) verificar a execução do contrato, proceder à sua medição e formalizar seu atesto na nota fiscal;

e) solucionar problemas que afetem a relação contratual, como chuvas, greves, fim de prazo contratual, entre outros;

f) notificar por escrito à contratada, caso a execução esteja em desconformidade com o contrato;

g) rejeitar bens e serviços que estejam em desacordo com o Contrato, inclusive o prazo previsto contratualmente.

Vale ressaltar que caso o fiscal seja omisso, ele estará cometendo uma infração disciplinar.

Art. 3º - Demais atribuições e funções serão apresentadas através de normativas instituídas pelo Controle Interno do Município de Salto do Céu – MT.

Art. 4º - Esta portaria entrará em vigor nesta data, retroagindo seus efeitos a partir de 10 de fevereiro de 2021.

Art. 5º - Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Salto do Céu, Estado de Mato Grosso, 22 de Fevereiro de 2021.

MAUTO TEIXEIRA ESPÍNDOLA

Prefeito

RECURSOS HUMANOS
PORTARIA N.º 105/2021 DE 22 DE FEVEREIRO DE 2021

PORTARIA N.º 105/2021 DE 22 DE FEVEREIRO DE 2021

CONCEDE LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE AO SERVIDOR QUE MENCIONA E, DÁ PROVIDÊNCIAS.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SALTO DO CÉU, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais, exaradas no art. 49, inciso IV, da Lei Orgânica do Município, e Art.190, inciso I, letra F da Lei 069/93 Estatuto dos Servidores públicos Municipais.

CONSIDERANDO: A comunicação interna nº20/2021.

RESOLVE:

Art. 1º - Conceder Licença para Tratamento de Saúde a Sr.ª **Aureni Margarida da Silva,** Cargo: MONITORA INFANTIL, Órgão Unidade: Na Secretaria Municipal de Educação, cult. Desporto e lazer, conforme Atestado Médico datado em 21 de Janeiro de 2021.

Art. 2º - Caberá aos órgãos e unidades competentes do Poder Executivo proceder às anotações/registros pertinentes e, as providências na substituição da Servidora acima citada, se for imprescindível e inadiável bem como efetuar o pagamento devido, na forma da Legislação que disciplina a matéria em vigor.

Art. 3º - As despesas decorrentes da execução desta Portaria correrão à conta das respectivas dotações orçamentárias no corrente exercício, suplementadas, se necessário, na forma da Legislação específica que rege a matéria em vigor.

Art. 4º - Está portaria entrará em vigor na data de sua Publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito, Edifício Sede do Poder Executivo, em Salto do Céu - MT, 22 de Fevereiro de 2021.

REGISTRE – SE, PUBLIQUE – SE E CUMPRA – SE.

MAUTO TEIXEIRA ESPÍNDOLA

PREFEITO

RECURSOS HUMANOS
PORTARIA N.º 0103/2021 DE 22 DE FEVEREIRO DE 2021

PORTARIA N.º 0103/2021 DE 22 DE FEVEREIRO DE 2021

Designar servidor para acompanhamento e fiscalização de Contratos da Prefeitura Municipal de Salto do Céu - MT e dá Outras Providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SALTO DO CÉU, Estado de Mato Grosso, Sr. MAUTO TEIXEIRA ESPÍNDOLA, no uso de suas atribuições legais.

RESOLVE:

Art. 1º - Designar o Servidor VALDEIR FRANCISCO DOS SANTOS – Matricula 10226; para responder pela gestão, acompanhamento e fiscalização de Contrato e ARP referente às peças, pneus e serviços da Frota Oficial do Município de Salto do Céu – MT.

Art. 2º - Das atribuições ao Fiscal acima mencionado, a ele compete:

a) Ler atentamente o termo de contrato e anotar em registro próprio todas as ocorrências relacionadas à sua execução (art. 67, § 1º);

b) verificar a necessidade ou não de requisitar apoio especializado de terceiros para assisti-lo e subsidiá-lo com informações técnicas (art. 67, caput);

c) esclarecer dúvidas do preposto/ representante da Contratada que estiverem à sua alçada, encaminhando às áreas competentes os problemas que surgirem quando lhe faltar competência;

d) verificar a execução do contrato, proceder à sua medição e formalizar seu atesto na nota fiscal;

e) solucionar problemas que afetem a relação contratual, como chuvas, greves, fim de prazo contratual, entre outros;

f) notificar por escrito à contratada, caso a execução esteja em desconformidade com o contrato;

g) rejeitar bens e serviços que estejam em desacordo com o Contrato, inclusive o prazo previsto contratualmente.

Vale ressaltar que caso o fiscal seja omisso, ele estará cometendo uma infração disciplinar.

Art. 3º - Demais atribuições e funções serão apresentadas através de normativas instituídas pelo Controle Interno do Município de Salto do Céu – MT.

Art. 4º - Esta portaria entrará em vigor nesta data. Retroagindo seus efeitos a partir de 10 de fevereiro de 2021.

Art. 5º - Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Salto do Céu, Estado de Mato Grosso, 22 de Fevereiro de 2021.

MAUTO TEIXEIRA ESPÍNDOLA

Prefeito

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO
AVISO DE LICITAÇÃO

AVISO DE LICITAÇÃO

MODALIDADE: PREGÃO PRESENCIAL Nº 010/2021

TIPO: MENOR PREÇO

CRITÉRIO DE JULGAMENTO: MENOR PREÇO POR ITEM

OBJETO: Seleção de MELHOR PROPOSTA, objetivando o **REGISTRO DE PREÇOS**, para contratação de Empresa Especializada para **PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS EM GERENCIAMENTO ELETRÔNICO DE DOCUMENTOS – GED,** em atendimento a Secretaria Municipal de Administração e Planejamento; **do tipoMENOR PREÇO/ITEM,** conforme discriminado no Termo de Referência **ANEXO I,** deste Edital por um período de 12 meses.

O MUNICÍPIO DE SALTO DO CÉU-MT, através de sua Comissão Permanente de Licitação, torna público a todos os interessados que realizará às **14h00min, do dia 09/03/2021**. **LICITAÇÃO NA MODALIDADE PREGÃO PRESENCIAL**, regida pela Lei 8.666/93, para Contratação do objeto supracitado.

Outras informações e edital completo poderão ser retiradas na sala de licitação da Prefeitura, com a Comissão Permanente de Licitação.

Fone: (65) 3233-1211/1200 (dias úteis, das 07:00 às 11horas e das 13:00 as 16:00hs). Email: licitacao2saltodoceu@gmail.com.

Salto do Céu - MT, 23 de Fevereiro de 2021.

MARIA INÊS PEREIRA DA SILVA

- Pregoeira -

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO
EXTRATO DE CONTRATO

CONTRATO 012/2021

OBJETO: Constitui objeto do presente Contrato de Rateio a delegação do Município de **SALTO DO CÉU-MT**, para implementação da Política Nacional de Resíduos Sólidos (Lei Federal 12.305/2010), para instrumentalizar nas seguintes condições: I – Estruturar a operação do Aterro Sanitário Consorciado, instalado no Município de Mirassol D'Oeste-MT, recebendo os resíduos sólidos domiciliares classe II para disposição final ambientalmente adequada conforme metodologias de engenharia sanitária previstas no projeto aprovado pelo Órgão Estadual de Meio Ambiente, em observância às normas ambientais e ao Plano Regional de Gerenciamento Integrado de Resíduos Sólidos – PRGIRS do Consórcio; II – Orientar o Planejamento Estratégico das Atividades e da Fiscalização sobre a Política Nacional de Resíduos Sólidos nos entes Consorciados; III – Apoiar e orientar os entes consorciados na instrumentalização, implantação e operacionalização da Coleta Seletiva nos entes consorciados, como dispõe o artigo 3º, Inciso 5º da Lei Federal 12.305/2010; IV – Orientar os entes consorciados no processo de fechamento e remediação dos lixões; V – Realizar o transporte dos resíduos do Município até o aterro sanitário em Mirassol D'Oeste; VI – Realizar coleta, transporte e tratamento dos Resíduos de Serviços de Saúde- RSS, especificamente pertencentes ao **Grupo A** (com exceção do sub-grupo A5) e **Grupo E** segundo a RDC ANVISA Nº 306/04 e Resolução CONAMA nº 358/05.

CONTRATADO: CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO, SOCIAL, AMBIENTAL E TURÍSTICO DO COMPLEXO NASCENTES DO PANTANAL CNPJ: 08.979.143/0001-07.

PERÍODO: 01/02/2021 à 31/12/2021

VALOR: R$: 5.520,00 (cinco mil e quinhentos e vinte reais).

JURÍDICO
EDITAL Nº 12/2021 - DIVULGAÇÃO DE NOTAS DA PROVA DE TÍTULOS – CANDIDATOS CLASSIFICADOS

De ordem do Sr. Mauto Teixeira Espíndola, Prefeito de Salto do Céu, Estado de Mato Grosso, através da Comissão de Teste Seletivo Simplificado, designada pela Portaria GP nº 54/2020 de 27 de Fevereiro de 2020, no uso de suas atribuições legais, visando atender os princípios da publicidade, da legalidade e da impessoalidade.

RESOLVE :

I - Divulgar o Resultado Preliminar das Provas de Títulos;

II – O candidato em discordância com o resultado preliminar poderá apresentar recurso até o dia 24.02.2021;

Gabinete do Prefeito Municipal, Salto do Céu - MT, 23 de fevereiro de 2021.

Mauto Teixeira Espíndola

- Prefeito -

CARGO : PROFESSOR DE LETRAS

NOME COMPLETO	NOTA PROVA	NOTA TÍTULOS	TOTAL	CLASSIF.
Rozana Alves da Silva	66,0	5,0	71,0	1º
Nivea Rodrigues Franco	64,0	5,0	69,0	2º
Eva Vieira Ferreira	60,0	-0-	60,0	3º
Geraldo Pereira de Santana	54,0	5,0	59,0	4º

CARGO : PROFESSOR DE MATEMÁTICA

NOME COMPLETO	NOTA PROVA	NOTA TÍTULOS	TOTAL	CLASSIF.
Silvana de Magalhães Souza	62,0	3,0	65,0	1º
Maysa Ketlhy dos Santos Salmeron	26,0	-0-	26,0	DESCLASIF.

CARGO : PROFESSOR DE ED. FÍSICA

NOME COMPLETO	NOTA PROVA	NOTA TÍTULOS	TOTAL	CLASSIF.
Cleverson Eduardo Viana da Silva	66,0	5,0	71,0	1º
Adriel Henrique Silva de Oliveira	58,0	0,50	58,50	2º

CARGO : PROFESSOR DE GEOGRAFIA

NOME COMPLETO	NOTA PROVA	NOTA TÍTULOS	TOTAL	CLASSIF.
Dayane Silva Teixeira	72,0	3,0	75,0	1º
Géssica de Jesus Oliveira Silva	68,0	-0-	68,0	2º

CARGO : PROFESSOR DE PEDAGOGIA

NOME COMPLETO	NOTA PROVA	NOTA TÍTULOS	TOTAL	CLASSIF.
Juliana Aparecida Batista Soares	96,0	5,0	101	1º
Socraty de Campos Dalbem	94,0	4,0	98,0	2º
Rosineia Vieira Souza Cores	94,0	3,0	97,0	3º
Vanuzia Paula Viana da Silva	90,0	5,0	95,0	4º
Jeovania Oliveira Cores Santana	90,0	5,0	95,0	5º
Creone Antonio da Silva	90,0	4,0	94,0	6º
Lauriane de Oliveira Moura da Silva	90,0	3,0	93,0	7º
Luciana Cordeiro de Sobral	86,0	5,0	91,0	8º
Queila Francelina Puger	86,0	2,0	88,0	9º
Sônia Ferreira Martins	84,0	2,0	86,0	10º
Rosilei Cristina da Silva Ferrari	76,0	1,0	77,0	11º
Ana Maria Ferreira De Souza	68,0	5,0	73,0	12º
Juídes Ferreira Rodrigues	68,0	5,0	73,0	13º
Patricia Rodrigues Silva	64,0	3,0	67,0	14º
Sonia Maria de Oliveira Souza lima	60,0	1,0	61,0	15º
Ana Paula de Oliveira Costa	58,0	1,0	59,0	16º
Simone Agostinho de Oliveira Goulart	50,0	1,0	51,0	17º
Irani Mendes de Jesus	48,0	-0-	48,0	DESCLASSIF.

PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA RITA DO TRIVELATO

COMPRAS E LICITAÇÃO
AVISO DE RESULTADO PREGÃO PRESENCIAL Nº 005/2021

AVISO DE RESULTADO

PREGÃO PRESENCIAL Nº 005/2021

OBJETO: **REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE VEICULO NOVO, ZERO KM, TIPO CAMINHONETE, OBJETIVANDO ATENDER AS NECESSIDADES DA SECRETARIA DE EDUCAÇÃO E DO GABINETE DO PREFEITO DE SANTA RITA DO TRIVELATO-MT, CONFORME CONDIÇÕES E ESPECIFICAÇÕES CONTIDAS NO TERMO DE REFERÊNCIA EM ANEXO.**

Comunicamos que conforme Edital publicado em meios eletrônicos, referente ao Pregão Presencial nº 005/2021, tipo menor preço por item, cuja abertura se deu em 23/02/2021, sagrou-se vencedor a empresa **TATIANA CAPITANIO VEICULOS PITTA VEICULOS, inscrita no CNPJ nº. 09.103.941/0001-25**, conforme segue abaixo:

7141	09.103.941/0001-25			TATIANA CAPITANIO - VEICULOS			
Itens							
Código	**Descrição**	**Marca**	**Und.**	**Quant.**	**Valor Unitário**	**Valor Total**	
236313	CAMINHONETE CABINE DUPLA - PARA TRANSPORTE DE PESSOAS, MOTOR MINIMO DE 2.8, PTENCIA MINIMA DE 170 CV, COMBUSTIVEL DIESEL, TRANSMISSAO AUTOMATICA (MINIMA DE 6 MARCHAS) AIR BAG DUPLO, CAPACIDADE PARA 5 PESSOAS, COR BRANCA, FREIOS ABS, DIRECAO	CLEVROLETE S10 CD DEISEL	UN	02	207.000,00	414.000,00	
				Total Fornecedor:		**414.000,00**	

Publique-se e afixe-se.

Santa Rita do Trivelato – MT, 23 de fevereiro de 2021.

Dieniffer Moura da Silva

Pregoeira Oficial

Prefeitura Municipal de Santa Rita do Trivelato - MT

COMPRAS E LICITAÇÃO
AVISO DE RESULTADO PREGÃO PRESENCIAL Nº 002/2021

AVISO DE RESULTADO

PREGÃO PRESENCIAL Nº 002/2021

OBJETO: **REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE CAMINHÃO TANQUE PARA FAZER ASPERSÃO DE ÁGUA EM RUAS, ESTRADAS NÃO PAVIMENTADAS, LIMPEZA E DESOBSTRUÇÃO DA ESTAÇÃO DE TRATAMENTO DE ESGOTO SANITARIO DO MUNICÍPIO DE SANTA RITA DO TRIVELATO.**

Comunicamos que conforme Edital publicado em meios eletrônicos, referente ao Pregão Presencial nº 002/2021, tipo menor preço por item, cuja abertura se deu em 12/02/2021, sagrou-se vencedor a empresa **V.E MAUSOLF TRANSPORTES ME**, devidamente cadastrada no **CNPJ Nº 10881.165/0001-73**, conforme segue abaixo:

ITEM	COD TCE	DESCRIÇÃO DO PRODUTO	UNID	QNT	MÉDIA	TOTAL
1	00033721	**CAMINHÃO TRUCK DE NO MINIMO 180 CV, COM TANQUE COM CAPACIDADE DE 15 MIL DE ÁGUA**	Meses	12	R$ 12.500,00	R$ 150.000,00
2	215022-0	**CAMINHÃO CARRETA DE NO MINIMO 350 CV, COM TANQUE DE CAPACIDADE PARA 30 MIL LITROS DE ÁGUA**	Meses	12	R$ 15.950,00	R$ 191.400,00

Publique-se e afixe-se.

Santa Rita do Trivelato – MT, 03 de fevereiro de 2021.

Dieniffer Moura da Silva

Pregoeira Oficial

Prefeitura Municipal de Santa Rita do Trivelato - MT

DEPARTAMENTO DE TI
EDITAL Nº 001/2021 CHAMADA PÚBLICA

CHAMADA PÚBLICA

EDITAL Nº 001/2021

PROCESSO SELETIVO PARA CONTRATAÇÃO POR TEMPO DETERMINADO PARA ATENDER ÀS NECESSIDADES TEMPORÁRIAS DA SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO E CULTURA.

EDITAL DE CONVOCAÇÃO DE PROCESSO SELETIVO DE CONTRATAÇÃO POR TEMPO DETERMINADO – CHAMADA PÚBLICA, PARA PREENCHIMENTO DA VAGA DE PROFESSOR DE MUSICA/FANFARRA, PROFESSOR LICENCIATURA PLENA EM HISTORIA E PROFESSOR LICENCIATURA PLENA EM INFORMÁTICA OU SUPERIOR EM INFORMÁTICA.

A **PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA RITA DO TRIVELATO – MT**, pessoa jurídica de direito público interno, inscrita no CNPJ/MF nº 04.205.596/0001-17, com sede na Avenida Flávio Luiz, nº 2.201, Centro, Santa Rita do Trivelato – MT, CEP: 78453-000, em obediência aos Princípios Constitucionais da Impessoalidade, Publicidade e Eficiência Administrativa, torna público o presente Edital de Chamada Pública, com finalidade de credenciamento e de contratação por prazo determinado de professor (es) que irão atuar no Ano Letivo de 2021, no(s) cargo(s) descrito(s) na tabela a seguir:

1. DOS CARGOS E DAS VAGAS

1.1. QUADRO DE CARGOS, VAGAS CARGA HORÁRIA SEMANAL, HABILITAÇÃO MÍNIMA E SALÁRIO:

CARGO	VAGAS	JORNADA SEMANAL	HABILITAÇÃO MÍNIMA EXIGIDA	SALÁRIO R$

PROFESSOR DE MUSICA/ FANFARRA	1	30 horas	LICENCIATURA OU BACHAREL EM MUSICA OU NA FALTA DO PROFISSIONAL HABILITADO ADMITE-SE CANDIDATO COM CURSOS PROFISSIONALIZANTES NA ÁREA	3.142,08
PROFESSOR LICENCIATURA PLENA EM HISTÓRIA	1	30 horas	SUPERIOR COM REGISTRO NO RESPECTIVO ÓRGÃO DE CLASSE	3.142,08
PROFESSOR LICENCIATURA PLENA EM INFORMÁTICA OU SUPERIOR EM INFORMÁTICA.	1	30 horas	SUPERIOR COM REGISTRO NO RESPECTIVO ÓRGÃO DE CLASSE	3.142,08

2. JUSTIFICATIVA PARA CONTRATAÇÃO DOS PROFISSIONAIS MENCIONADOS NESTE EDITAL:

2.1. O presente processo seletivo por chamada pública tem justificativa na ausência de candidatos inscritos/classificados no processo seletivo simplificado nº 02/2020 para os cargos acima relacionado e pela necessidade emergencial de contratações por tempo determinado para atender à necessidade temporária de excepcional interesse público, especialmente em razão do início do ano letivo na Escola Municipal Três de Novembro, no Município de Santa Rita do Trivelato - MT.

2.2 O processo seletivo por chamada pública tem amparo legal no § 1º do art 3º da Lei Municipal nº 178/2005, de 19 de janeiro de 2005.

3. DO CONTRATO E DO PRAZO DA CONTRATAÇÃO

3.1. A contratação dos candidatos selecionados, nos termos desta chamada pública, será por tempo determinado para atender a necessidade temporária de excepcional interesse público, com vigência até 31 de dezembro de 2021.

3.2. Os contratados serão avaliados e poderão ser desligados, a qualquer tempo, mediante interesse da administração ou a pedido.

4. DATA E HORÁRIO DA CHAMADA PÚBLICA

4.1. O candidato deverá apresentar o Formulário de Inscrição, devidamente preenchido e assinado, e instruído com os documentos descritos no item 4.2. deste edital, no dia 01/03/2021, no horário das 08h às 11h e das 13h as 16h, na Recepção da Prefeitura Municipal de Santa Rita do Trivelato, sito na Avenida Flávio Luiz, nº 2.201, Centro, Santa Rita do Trivelato – MT.

4.2. Para evitar aglomeração as inscrições devem ser agendadas através dos telefones (65) 3529-6161 ou (65) 3529-6150.

4.3. Os candidatos deverão dirigir-se ao local indicado no item 4.1. deste Edital munidos de cópia dos seguintes documentos (cópias e originais)

a) Formulário de inscrição;

b) documentos pessoais (Cédula de Identidade, comprovante de endereço e comprovante de inscrição de CPF);

c) comprovação de habilitação para o cargo/vaga que pretende se candidatar;

d) certificados e/ou documentos comprobatórios da formação acadêmica/ titulação, dos cursos de formação e da experiência profissional, declarados no Formulário de Inscrição.

5. PROCEDIMENTOS DE SELEÇÃO DOS CANDIDATOS

5.1. Para inscrição, o Candidato obrigatoriamente deverá preencher os seguintes requisitos:

a) Ser brasileiro ou naturalizado;

b) Ter 18 anos de idade no ato da contratação;

c) Encontrar-se em pleno gozo de seus direitos civis e políticos;

d) Diploma ou certificado de conclusão de curso.

5.2. A divulgação do inscritos ocorrerá no dia 02/03/2021, o processo seletivo será realizado em ETAPA ÚNICA no dia – por meio de análise curricular e documental para contagem de pontos, de caráter eliminatório e classificatório, pelos seguintes critérios:

Formação Acadêmica/Titulação:	**Valor Atribuído**
Quesito I. Pós Graduação Stricto Sensu Doutorado em Educação ou na própria área de conhecimento da licenciatura plena ou em área de conhecimento correlata/afim ao desempenho das atribuições inerentes ao cargo/função;	25
Quesito II. Pós Graduação Stricto Sensu Mestrado em Educação ou na própria área de conhecimento da licenciatura plena ou em área de conhecimento correlata/afim ao desempenho das atribuições inerentes ao cargo função.	20
Quesito III. Pós Graduação Lato Sensu Especialização em Educação ou na própria área de conhecimento da licenciatura plena ou em área de conhecimento correlata/ afim ao desempenho das atribuições inerentes ao cargo/ função.	15
Curso de Formação/Certificação:	
Quesito IV. Curso de Formação Continuada na área de Educação com carga horária igual ou superior a 180 horas concluído.	5
Quesito V – Curso de Formação Continuada inerente ao cargo/função ofertado na chamada pública (carga horária mínima de 4 horas).	1
Experiência Profissional:	
Quesito VI. Experiência Profissional na área cargo/função descrito na chamada pública.	4 pontos a cada ano de comprovada experiência profissional.
Quesito VII. Experiência profissional em educação infantil	2 pontos a cada ano de comprovada experiência profissional.

5.3. Serão computados os pontos por meio da análise dos documentos apresentados pelo candidato no momento da inscrição.

5.4. Em caso de empate entre os candidatos inscritos, será selecionado aquele de maior idade.

5.5. O resultado da chamada pública será divulgado no dia 04/03/2021.

5.6. Os candidatos que eventualmente se sentirem prejudicados poderão interpor recurso direcionado ao Presidente da Comissão, no prazo de 01 (um) dia após divulgação do resultado.

5.7. A homologação da chamada pública será publicada no dia 08 de Março de 2021.

Santa Rita do Trivelato – MT, 23 de Fevereiro de 2021.

EGON HOEPERES

Prefeito Municipal

CAMILA TAQUES FERREIRA

Presidente da Comissão de Organização e

Avaliação para Realizar a Chamada Pública

ANEXO I – FICHA DE INSCRIÇÃO

FICHA DE INSCRIÇÃO **CHAMADA PUBLICA Nº 001/2020**
Cargo Pretendido:_____
DADOS PESSOAIS
Nome:_____ Escolaridade_____ End.:_____Nº_____Bairro:_____ Complemento:_____Cidade:_____ Telefone:_____Celular:( )_____ E-mail_____ Nome do Pai:_____Mãe:_____ D. Nasc.___/___/_____Est.Civil:_____Profissão:_____ RG Nº_____CPF Nº_____
CÓPIA DOCUMENTOS PESSOAIS
( ) CPF; ( ) RG; ( ) Certidão de nascimento ou casamento; ( ) Documento militar (sexo masculino); ( ) Formação Acadêmica/Titulação; ( ) Curso de Formação/Certificação;

( ) Experiência Profissional;

Santa Rita do Trivelato/MT, _____ de Março de 2021.

_____

Assinatura

RECURSOS HUMANOS
PORTARIA N° 0135/2021

DE 23 DE FEVEREIRO DE 2021.

DISPÕE SOBRE A EXONERAÇÃO (A PEDIDO) DO SERVIDOR BRENO RAMALHO LEMES DO CARGO EFETIVO DE AGENTE ADMINISTRATIVO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Santa Rita do Trivelato, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais;

R E S O L V E:

Art. 1º. Exonerar (a pedido) o Senhor **BRENO RAMALHO LEMES**, portador do RG nº 35344263-0 SSP/SP e inscrito no CPF/MF sob o nº 303.036.598.07, do cargo efetivo de **AGENTE ADMINISTRATIVO.**

Art. 2º. A presente portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º. Revogam-se as demais disposições em contrário.

PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA RITA DO TRIVELATO, 23 DE FEVEREIRO DE 2021.

EGON HOEPERS

PREFEITO MUNICIPAL

Registre-se, Publique-se.

COMPRAS E LICITAÇÃO
AVISO DE RESULTADO PREGÃO PRESENCIAL Nº 011/2021

AVISO DE RESULTADO

PREGÃO PRESENCIAL Nº 011/2021

OBJETO: **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS TÉCNICOS NA APURAÇÃO DO ÍNDICE DE PARTICIPAÇÃO DOS MUNICÍPIOS – IPM, COM DISPONILIZAÇÃO DE SOFTWARE PARA CRUZAMENTO DE INFORMAÇÕES E NOTIFICAÇÃO, ALEM DE ASSESSORIA E CONSULTORIA NA ÁREA DO IMPOSTO RURAL - ITR CUMPRINDO OS TERMOS DO CONVENIO PARA ATENDER A NECESSIDADE DA SECRETARIA MUNICIPAL DE FINANÇAS DE SANTA RITA DO TRIVELATO – MT**

Comunicamos que conforme Edital publicado em meios eletrônicos, referente ao Pregão Presencial nº 011/2021, tipo menor preço global, cuja abertura se deu em 23/02/2021, sagrou-se vencedor a empresa **EXATUS CONTABILIDADE – ME, CNPJ: 08.133.584/0001-85**, sagrando vencedora no valor de R$ 60.000,00 (sessenta mil reais)

Publique-se e afixe-se.

Santa Rita do Trivelato – MT, 23 de fevereiro de 2021.

DIENIFFER MOURA DA SILVA

Pregoeira Oficial

Prefeitura Municipal de Santa Rita do Trivelato - MT

PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA TEREZINHA

PREFEITURA / RECURSOS HUMANOS
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

PORTARIA Nº 038/2021– ADM

DE 03 DE FEVEREIRO DE 2.021

CONCEDE FÉRIAS A SERVIDOR EFETIVO

JOÃO LOPES DE OLIVEIRA**,** Secretário Municipal de Administração do município de Santa Terezinha, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições conferidas por Lei;

Considerando o disposto no Artigo 123 da Lei Organiza Municipal;

Considerando o disposto no Artigo 124 da Lei Municipal 093/90 e;

Considerando o disposto na Lei Municipal 522/2010;

R E S O L V E:

Artigo 1º - Conceder 30 (trinta) dias de Licença Prêmio, a contar de 03/02/2021, ao senhor **JACKSON LUCENA BONILHA**, matricula 594, Cargo de Agente Administrativo, lotado na Secretaria Municipal de Administração.

Artigo 2º - A Licença de que trata o artigo 1º é referente ao quinquênio 2010/2015.

.

Artigo 3º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Registre-se.

Publique-se.

Cumpra-se.

Santa Terezinha – MT, 03 de fevereiro de 2.021.

JOÃO LOPES DE OLIVEIRA

Secretário Municipal de Administração

Portaria nº 003/2021

Matricula nº 15.257

PORTARIA Nº 039/2021– ADM

DE 03 DE FEVEREIRO DE 2.021

CONCEDE FÉRIAS A SERVIDOR EFETIVO

JOÃO LOPES DE OLIVEIRA**,** Secretário Municipal de Administração do município de Santa Terezinha, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições conferidas por Lei;

Considerando o disposto o artigo 128 da Lei 093/90

R E S O L V E:

Artigo 1º - Conceder 30 (trinta) dias de férias, a contar de 01/02/2021, ao senhor **ARISTIDES PEREIRA DA SILVA**, matricula 188, Cargo de Vigia, lotado na Secretaria Municipal de Ação Social e Cidadania.

Artigo 2º - As férias de que trata o artigo anterior são referentes ao período aquisitivo 2014/2015.

.

Artigo 3º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Registre-se.

Publique-se.

Cumpra-se.

Santa Terezinha – MT, 03 de fevereiro de 2.021.

JOÃO LOPES DE OLIVEIRA

Secretário Municipal de Administração

Portaria nº 003/2021

Matricula nº 15.257

PORTARIA Nº 041/2021– ADM

DE 03 DE FEVEREIRO DE 2.021

CONCEDE FÉRIAS A SERVIDOR EFETIVO

JOÃO LOPES DE OLIVEIRA**,** Secretário Municipal de Administração do município de Santa Terezinha, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições conferidas por Lei;

Considerando o disposto o artigo 128 da Lei 093/90

R E S O L V E:

Artigo 1º - Conceder 30 (trinta) dias de férias, a contar de 01/02/2021, a senhora **FABIANA COSTA DA SILVA**, matricula 15.217, cargo de Vigia, lotada na Secretaria Municipal de Saúde e Saneamento.

Artigo 2º - As férias de que trata o artigo anterior são referentes ao período aquisitivo 2017/2018.

.

Artigo 3º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Registre-se.

Publique-se.

Cumpra-se.

Santa Terezinha – MT, 03 de fevereiro de 2.021.

JOÃO LOPES DE OLIVEIRA

Secretário Municipal de Administração

Portaria nº 003/2021

Matricula nº 15.257

PORTARIA Nº 042/2021– ADM

DE 03 DE FEVEREIRO DE 2.021

CONCEDE FÉRIAS A SERVIDOR EFETIVO

JOÃO LOPES DE OLIVEIRA**,** Secretário Municipal de Administração do município de Santa Terezinha, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições conferidas por Lei;

Considerando o disposto o artigo 128 da Lei 093/90

R E S O L V E:

Artigo 1º - Conceder 30 (trinta) dias de férias, a contar de 10/02/2021, a senhora **LUANA NERYS DE SOUSA**, matricula 15.224, cargo de Enfermeira, lotada na Secretaria Municipal de Saúde e Saneamento.

Artigo 2º - As férias de que trata o artigo anterior são referentes ao período aquisitivo 2018/2019.

.

Artigo 3º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Registre-se.

Publique-se.

Cumpra-se.

Santa Terezinha – MT, 03 de fevereiro de 2.021.

JOÃO LOPES DE OLIVEIRA

Secretário Municipal de Administração

Portaria nº 003/2021

Matricula nº 15.257

PORTARIA Nº 045/2021– ADM

DE 23 DE FEVEREIRO DE 2.021

CONCEDE FÉRIAS A SERVIDOR EFETIVO

JOÃO LOPES DE OLIVEIRA**,** Secretário Municipal de Administração do município de Santa Terezinha, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições conferidas por Lei;

Considerando o disposto o artigo 128 da Lei 093/90

R E S O L V E:

Artigo 1º - Conceder 30 (trinta) dias de férias, a contar de 01/03/2021, ao senhor **MANOEL PAIXAO VIEIRA DOS SANTOS**, matricula 638, cargo de Vigia, lotado na Secretaria Municipal de Saúde e Saneamento.

Artigo 2º - As férias de que trata o artigo anterior são referentes ao período aquisitivo 2017/2018.

.

Artigo 3º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Registre-se.

Publique-se.

Cumpra-se.

Santa Terezinha – MT, 23 de fevereiro de 2.021.

JOÃO LOPES DE OLIVEIRA

Secretário Municipal de Administração

Portaria nº 003/2021

Matricula nº 15.257

PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTO AFONSO

ADMINISTRAÇÃO
BALANÇO PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTO AFONSO-EXERCICIO 2020

ESTADO DE MATO GROSSO - MUNICÍPIO DE SANTO AFONSO
PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTO AFONSO
Demonstrativo Contábil da lei nº 4.320, de 17 de março de 1964 - (Modelo NBCASP - IPC 06)

BALANÇO FINANCEIRO
Dezembro/2020

Exercício: 2020

INGRESSOS

	Nota	Exercício Atual	Exercício Anterior
Receita Orçamentária (I)		**20.253.783,26**	**17.794.930,52**
Ordinária		**9.683.317,84**	**7.490.188,54**
Vinculada		**10.570.465,42**	**10.304.741,98**
Recursos Vinculados à Educação		4.500.888,41	4.532.618,95
Recursos Vinculados à Saúde		4.043.132,64	3.122.712,30
Recursos Vinculados à Previdência Social - RPPS		0,00	0,00
Recursos Vinculados à Previdência Social - RGPS		0,00	0,00
Recursos Vinculados à Assistência Social		293.427,24	263.110,10
Outras Destinações de Recursos		1.733.017,13	2.386.300,63
Transferências Financeiras Recebidas (II)		**69.122,10**	**0,00**
Transferências Recebidas para Execução Orçamentária		69.122,10	0,00
Transferências Recebidas Independentes de Execução Orçamentária		0,00	0,00
Transferências Recebidas para Aportes de recursos para o RPPS		0,00	0,00
Transferências Recebidas para Aportes de recursos para o RGPS		0,00	0,00
Recebimentos Extraorçamentários (III)		**2.076.875,95**	**2.865.724,32**
Inscrição de Restos a Pagar Não Processados		0,00	116.320,02
Inscrição de Restos a Pagar Processados		0,00	977.832,37
Depósitos Restituiveis e Valores Vinculados		2.010.418,18	1.748.143,56
Outros Recebimentos Extraorçamentários		66.457,77	23.428,37
Saldo do Exercício Anterior (IV)		**1.063.250,73**	**1.061.762,00**
Caixa e Equivalentes de Caixa		1.063.250,73	1.061.762,00
Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados		0,00	0,00
TOTAL (V) = (I + II + III + IV)		**23.463.032,04**	**21.722.416,84**

Emissão 19/02/2021 14:03:21 Página 1

Homologado

ESTADO DE MATO GROSSO - MUNICÍPIO DE SANTO AFONSO
PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTO AFONSO
Demonstrativo Contábil da lei nº 4.320, de 17 de março de 1964 - (Modelo NBCASP - IPC 06)

BALANÇO FINANCEIRO

Dezembro/2020

Exercício: 2020

DISPÊNDIOS

	Nota	Exercício Atual	Exercício Anterior
Despesa Orçamentária (VI)		**19.357.884,89**	**18.074.610,70**
Ordinária		**8.395.546,67**	**7.298.681,02**
Vinculada		**10.962.338,22**	**10.775.929,68**
Recursos Destinados à Educação		4.156.547,50	4.384.125,71
Recursos Destinados à Saúde		5.144.387,23	4.295.997,61
Recursos Destinados à Previdência Social - RPPS		0,00	0,00
Recursos Destinados à Previdência Social - RGPS		0,00	0,00
Recursos Destinados à Assistência Social		309.288,71	178.638,08
Outras Destinações de Recursos		1.352.114,78	1.917.168,28
Transferências Financeiras Concedidas (VII)		**964.000,00**	**847.235,55**
Transferências Concedidas para Execução Orçamentária		964.000,00	847.235,55
Transferências Concedidas Independentes de Execução Orçamentária		0,00	0,00
Transferências Concedidas para Aportes de recursos para o RPPS		0,00	0,00
Transferências Concedidas para Aportes de recursos para o RGPS		0,00	0,00
Pagamentos Extraorçamentários (VIII)		**3.101.556,48**	**1.737.319,86**
Pagamentos de Restos a Pagar Não Processados		81.405,43	4.458,96
Pagamentos de Restos a Pagar Processados		834.211,60	142.699,46
Depósitos Restituiveis e Valores Vinculados		2.137.742,88	1.566.733,07
Outros Pagamentos Extraorçamentários		48.196,57	23.428,37
Saldo para o Exercício Seguinte (IX)		**712.798,48**	**1.063.250,73**
Caixa e Equivalentes de Caixa		712.798,48	1.063.250,73
Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados		0,00	0,00
TOTAL (X) = (VI + VII + VIII + IX)		**24.136.239,85**	**21.722.416,84**

*Nota Explicativa:

Emissão 19/02/2021 14:03:21

Homologado

ESTADO DE MATO GROSSO - MUNICÍPIO DE SANTO AFONSO
PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTO AFONSO
Demonstrativo Contábil da lei nº 4.320, de 17 de março de 1964 - (Modelo NBCASP - IPC 06)

BALANÇO FINANCEIRO

Dezembro/2020

Exercício: 2020

ESPECIFICAÇÃO	Exercício Atual			Exercício Anterior		
	Receita Orçamentária (a)	Dedução da Receita Orçamentária (b)	Saldo (c) = (a - b)	Receita Orçamentária (d)	Dedução da Receita Orçamentária (e)	Saldo (f) = (d - e)
Ordinária	**9.692.280,79**	**8.962,95**	**9.683.317,84**	**7.495.165,60**	**4.977,06**	**7.490.188,54**
Vinculada	**13.058.427,50**	**2.487.962,08**	**10.570.465,42**	**12.657.939,16**	**2.353.197,18**	**10.304.741,98**
Recursos Vinculados à Educação	6.986.779,32	2.485.890,91	4.500.888,41	6.884.587,70	2.351.968,75	4.532.618,95
Recursos Vinculados à Saúde	4.045.203,81	2.071,17	4.043.132,64	3.123.940,73	1.228,43	3.122.712,30
Recursos Vinculados à Previdência Social - RPPS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Recursos Vinculados à Previdência Social - RGPS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Recursos Vinculados à Assistência Social	293.427,24	0,00	293.427,24	263.110,10	0,00	263.110,10
Outras Destinações de Recursos	1.733.017,13	0,00	1.733.017,13	2.386.300,63	0,00	2.386.300,63
TOTAL	**22.750.708,29**	**2.496.925,03**	**20.253.783,26**	**20.153.104,76**	**2.358.174,24**	**17.794.930,52**

Emissão 19/02/2021 14:03:21

Homologado

ESTADO DE MATO GROSSO - MUNICÍPIO DE SANTO AFONSO

PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTO AFONSO

Demonstrativo Contábil da Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964 - IPC 07

BALANÇO ORÇAMENTÁRIO

Dezembro/2020 Exercício: 2020

RECEITAS ORÇAMENTÁRIAS	Previsão Inicial (a)	Previsão Atualizada (b)	Receitas Realizadas (c)	Saldo (d) = (c - b)
Receitas Correntes (I)	**15.432.493,09**	**17.045.434,39**	**19.795.601,10**	**2.750.166,71**
Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria	1.028.800,00	1.223.919,43	1.660.871,36	436.951,93
Receita de Contribuições	23.929,94	23.929,94	202.024,65	178.094,71
Receita Patrimonial	53.300,00	53.300,00	3.421,14	-49.878,86
Receita Agropecuária				
Receita Industrial				
Receita de Serviços	82.293,00	82.293,00	41.160,80	-41.132,20
Transferências Correntes	14.223.070,15	15.640.892,02	17.887.888,49	2.246.996,47
Outras Receitas Correntes	21.100,00	21.100,00	234,66	-20.865,34
Receitas de Capital (II)	**1.022.599,91**	**1.599.639,50**	**458.182,16**	**-1.141.457,34**
Operações de Crédito				
Alienação de Bens	10.000,00	10.000,00	107.530,00	97.530,00
Amortização de Empréstimos				
Transferências de Capital	1.012.599,91	1.589.639,50	350.652,16	-1.238.987,34
Outras Receitas de Capital				
SUBTOTAL DAS RECEITAS (III) = (I + II)	**16.455.093,00**	**18.645.073,89**	**20.253.783,26**	**1.608.709,37**
Operações de Crédito/Refinanciamento (IV)				
Operações de Crédito Internas				
Mobiliária				
Contratual				
Operações de Crédito Externas				
Mobiliária				
Contratual				
SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO (V) = (III + IV)	**16.455.093,00**	**18.645.073,89**	**20.253.783,26**	**1.608.709,37**

Emissão: 19/02/2021 14:07:17 Página 1

Homologado

ESTADO DE MATO GROSSO - MUNICÍPIO DE SANTO AFONSO
PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTO AFONSO
Demonstrativo Contábil da Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964 - IPC 07
BALANÇO ORÇAMENTÁRIO
Dezembro/2020 Exercício: 2020

RECEITAS ORÇAMENTÁRIAS	Previsão Inicial (a)	Previsão Atualizada (b)	Receitas Realizadas (c)	Saldo (d) = (c - b)
Déficit (VI)				
TOTAL (VII) = (V + VI)	**16.455.093,00**	**18.645.073,89**	**20.253.783,26**	**1.608.709,37**
Saldos de Exercícios Anteriores			**682.000,00**	
Recursos Arrecadados em Exercício Anteriores				
Superávit Financeiro			682.000,00	
Reabertura de Créditos Adicionais				

DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS	Dotação Inicial (e)	Dotação Atualizada (f)	Despesas Empenhadas (g)	Despesas Liquidadas (h)	Despesas Pagas (i)	Saldo da Dotação (j) = (f - g)
Despesas Correntes (VIII)	**13.942.038,80**	**19.342.074,78**	**18.171.159,66**	**18.149.960,80**	**17.497.951,85**	**1.170.915,12**
Pessoal e Encargos Sociais	8.814.619,18	11.085.654,55	10.539.480,34	10.539.480,34	10.082.084,47	546.174,21
Juros e Encargos da Dívida	2.000,00	2.000,00				2.000,00
Outras Despesas Correntes	5.125.419,62	8.254.420,23	7.631.679,32	7.610.480,46	7.415.867,38	622.740,91
Despesas de Capital (IX)	**1.496.292,20**	**1.360.002,63**	**1.186.725,23**	**1.186.725,23**	**1.186.725,23**	**173.277,40**
Investimentos	1.340.292,20	1.254.002,63	1.124.180,61	1.124.180,61	1.124.180,61	129.822,02
Inversões Financeiras	10.000,00					
Amortização da Dívida	146.000,00	106.000,00	62.544,62	62.544,62	62.544,62	43.455,38
Reserva de Contingência (X)	**115.762,00**					
SUBTOTAL DAS DESPESAS (XI) = (VIII + IX + X)	**15.554.093,00**	**20.702.077,41**	**19.357.884,89**	**19.336.686,03**	**18.684.677,08**	**1.344.192,52**

Emissão: 19/02/2021 14:07:17 Página 2
Homologado

ESTADO DE MATO GROSSO - MUNICÍPIO DE SANTO AFONSO
PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTO AFONSO
Demonstrativo Contábil da Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964 - IPC 07
BALANÇO ORÇAMENTÁRIO
Dezembro/2020 Exercício: 2020

DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS	Dotação Inicial (e)	Dotação Atualizada (f)	Despesas Empenhadas (g)	Despesas Liquidadas (h)	Despesas Pagas (i)	Saldo da Dotação (j) = (f - g)
Amortização da Dívida/Refinanciamento (XII)						
Amortização da Dívida Interna						
Dívida Mobiliária						
Outras Dívidas						
Amortização da Dívida Externa						
Dívida Mobiliária						
Outras Dívidas						
SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO (XII) = (XI + XII)	**15.554.093,00**	**20.702.077,41**	**19.357.884,89**	**19.336.686,03**	**18.684.677,08**	**1.344.192,52**
Superávit (XIII)			895.898,37			
TOTAL (XIV) = (XII + XIII)	**15.554.093,00**	**20.702.077,41**	**20.253.783,26**	**19.336.686,03**	**18.684.677,08**	**1.344.192,52**
Reserva do RPPS						

Emissão: 19/02/2021 14:07:17 Página 3
Homologado

ESTADO DE MATO GROSSO - MUNICÍPIO DE SANTO AFONSO
PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTO AFONSO
Demonstrativo Contábil da Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964 - IPC 07
BALANÇO ORÇAMENTÁRIO
Dezembro/2020 Exercício: 2020

EXECUÇÃO DE RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS

	Inscritos					
	Em Exercícios Anteriores	Em 31 de Dezembro do Exercício Anterior	Liquidados	Pagos	Cancelados	Saldo a Pagar
	(a)	(b)	(c)	(d)	(e)	(f) = (a + b - d - e)
Despesas Correntes		**116.320,02**	**81.405,43**	**81.078,43**	**39,20**	**35.202,39**
Pessoal e Encargos Sociais						
Juros e Encargos da Dívida						
Outras Despesas Correntes		116.320,02	81.405,43	81.078,43	39,20	35.202,39
Despesas de Capital						
Investimentos						
Inversões Financeiras						
Amortização da Dívida						
TOTAL		**116.320,02**	**81.405,43**	**81.078,43**	**39,20**	**35.202,39**

Emissão: 19/02/2021 14:07:17 Página 4
Homologado

ESTADO DE MATO GROSSO - MUNICÍPIO DE SANTO AFONSO
PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTO AFONSO
Demonstrativo Contábil da Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964 - IPC 07
BALANÇO ORÇAMENTÁRIO
Dezembro/2020 Exercício: 2020

EXECUÇÃO DE RESTOS A PAGAR PROCESSADOS

	Inscritos				
	Em Exercícios Anteriores	Em 31 de Dezembro do Exercício Anterior	Pagos	Cancelados	Saldo a Pagar
	(a)	(b)	(c)	(d)	(e) = (a + b - c - d)
Despesas Correntes	**17.763,23**	**964.332,37**	**819.391,60**	**134.640,57**	**28.063,43**
Pessoal e Encargos Sociais	145,79	761.773,09	622.923,28	129.447,08	9.548,52
Juros e Encargos da Dívida					
Outras Despesas Correntes	17.617,44	202.559,28	196.468,32	5.193,49	18.514,91
Despesas de Capital	**17.196,49**	**13.500,00**	**13.500,00**		**17.196,49**
Investimentos	17.196,49	13.500,00	13.500,00		17.196,49
Inversões Financeiras					
Amortização da Dívida					
TOTAL	**34.959,72**	**977.832,37**	**832.891,60**	**134.640,57**	**45.259,92**

ESTADO DE MATO GROSSO - MUNICÍPIO DE SANTO AFONSO

PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTO AFONSO

Demonstrativo Contábil da lei nº 4.320, de 17 de Março de 1968 - (Modelo NBCASP - IPC 04)

BALANÇO PATRIMONIAL

Dezembro/2020

Data de Emissão: 19/2/2021

Exercício: 2020

ATIVO	Nota	Exercício Atual	Exercício Anterior
Ativo Circulante			
Caixa e Equivalentes de Caixa		712.798,48	1.063.250,73
Créditos a Curto Prazo		257.929,77	148.744,68
Investimentos e Aplicações Temporárias a Curto Prazo			
Estoques			
Ativo Não Circulante Mantido para Venda			
VPD Pagas Antecipadamente			
Total do Ativo Circulante		970.728,25	1.211.995,41
Ativo Não Circulante			
Realizável a Longo Prazo		222.840,46	235.593,22
Créditos a Longo Prazo		222.840,46	235.593,22
Investimentos Temporários a Longo Prazo			
Estoques			
VPD Pagas Antecipadamente			
Investimentos			
Imobilizado		11.192.355,66	10.068.175,05
Intangível			
Diferido			
Total do Ativo Não Circulante		11.415.196,12	10.303.768,27
TOTAL DO ATIVO		12.385.924,37	11.515.763,68
PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO			
Passivo Circulante			
Obrigações Trabalhistas, Previdenciárias e Assistenciais a Pagar a Curto Prazo		466.944,39	761.918,88
Empréstimos e Financiamentos a Curto Prazo			
Fornecedores e Contas a Pagar a Curto Prazo		199.241,18	244.449,45
Obrigações Fiscais a Curto Prazo		20.127,66	
Obrigações de Repartições a Outros Entes			
Provisões a Curto Prazo			
Demais Obrigações a Curto Prazo		126.251,29	246.081,63
Total do Passivo Circulante		812.564,52	1.252.449,96
Passivo Não Circulante			
Obrigações Trabalhistas, Previdenciárias e Assistenciais a Pagar a Longo Prazo			44.528,79
Empréstimos e Financiamentos a Longo Prazo			
Fornecedores e Contas a Pagar a Longo Prazo			
Obrigações Fiscais a Longo Prazo			
Provisões a Longo Prazo			
Demais Obrigações a Longo Prazo			
Resultado Diferido			
Total do Passivo Não Circulante			44.528,79
Patrimônio Líquido			

Emissão: 19/02/2021 14:09:06

Página 1

Homologado

ESTADO DE MATO GROSSO - MUNICÍPIO DE SANTO AFONSO

PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTO AFONSO

Demonstrativo Contábil da lei nº 4.320, de 17 de Março de 1968 - (Modelo NBCASP - IPC 04)

BALANÇO PATRIMONIAL

Dezembro/2020

Data de Emissão: 19/2/2021

Patrimônio Social e Capital Social		
Adiantamento Para Futuro Aumento de Capital		
Reservas de Capital		
Ajustes de Avaliação Patrimonial		
Reservas de Lucros		
Demais Reservas		
Resultados Acumulados	11.573.359,85	10.218.784,93
(-) Ações / Cotas em Tesouraria		
Total do Patrimônio Líquido	11.573.359,85	10.218.784,93
TOTAL DO PASSIVO E DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO	12.385.924,37	11.515.763,68

Emissão: 19/02/2021 14:09:06

Página 2

Homologado

ESTADO DE MATO GROSSO - MUNICÍPIO DE SANTO AFONSO

PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTO AFONSO

Demonstrativo Contábil da lei nº 4.320, de 17 de Março de 1968 - (Modelo NBCASP - IPC 04)

BALANÇO PATRIMONIAL

Dezembro/2020

Data de Emissão: 19/2/2021

QUADRO DOS ATIVOS E PASSIVOS FINANCEIROS E PERMANENTES - LEI Nº 4.320/64

Exercício: 2020

	Nota	Exercício Atual	Exercício Anterior
ATIVO (I)			
Ativo Financeiro		713.020,45	1.063.472,70
Ativo Permanente		11.672.903,92	10.452.290,98
Total do Ativo		12.385.924,37	11.515.763,68
PASSIVO (II)			
Passivo Financeiro		864.356,29	1.368.769,98
Passivo Permanente		4.282,48	44.528,79
Total do Passivo		868.638,77	1.413.298,77
Saldo Patrimonial (I - II)		11.517.285,60	10.102.464,91

QUADRO DAS CONTAS DE COMPENSAÇÃO - LEI Nº 4.320/64

Exercício: 2020

	Nota	Exercício Atual	Exercício Anterior
ATOS POTENCIAIS ATIVOS			
Garantia e Contra garantias recebidas			
Direitos Conveniados e outros instrumentos congêneres			
Direitos Contratuais			
Outros atos potenciais ativos			
Total dos Atos Potenciais Ativos			
ATOS POTENCIAIS PASSIVOS			
Garantia e Contra garantias concedidas			
Obrigações conveniadas e outros instrumentos congêneres			
Obrigações Contratuais		113.300,83	1.225.245,98
Outros atos potenciais passivos		2.019.257,00	2.019.257,00
Total dos Atos Potenciais Passivos		2.132.557,83	3.244.502,98

ESTADO DE MATO GROSSO - MUNICÍPIO DE SANTO AFONSO

PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTO AFONSO

Demonstrativo Contábil da lei nº 4.320, de 17 de Março de 1968 - (Modelo NBCASP - IPC 04)

BALANÇO PATRIMONIAL

Dezembro/2020

Data de Emissão: 19/2/2021

QUADRO DO SUPERÁVIT/DÉFICIT FINANCEIRO

Exercício: 2020

		Nota	Exercício Atual	Exercício Anterior
FONTES DE RECURSOS				
00	Recursos Ordinários		-304.458,29	-419.297,99
01	Receitas de Impostos e de Transferência de Impostos - Educação		-141.379,01	-167.544,07
02	Receitas de Impostos e de Transferência de Impostos - Saúde		-310.824,11	-250.834,03
14	Transferencia de Recursos do Sistema Unico de Saude - SUS - Uniao			-7.680,66
15	Transferência de Recursos do Fundo Nacional do Desenvolvimento da Educação - FNDE		73.350,78	27.816,14
16	Contribuição de Intervenção do Domínio Econômico - CIDE		0,58	8,53
17	Contribuição para o Custeio dos Serviços de Iluminação Pública - COSIP		-9.956,82	
18	Transferências do FUNDEB 60%		-13.679,13	-92.061,70
22	Transferências de Convênios - Educação		102.491,41	135.426,06
23	Transferências de Convênios - Saúde		2.283,72	6,05
24	Transferências de Convênios - Outros (não relacionados à educação/saúde/assistência social)		42.821,61	28.651,83
29	Transferência de Recursos do Fundo Nacional de Assistência Social - FNAS		62.373,33	145.754,03
30	Recursos do Fundo de Transporte e Habitação - FETHAB		66.506,63	61.467,51
37	Transferência da União referente à Cessão Onerosa - Pré-Sal - Lei n. 13.885/2019		7,52	132.607,68
42	Transferência de Recursos do Sistema Único de Saúde - SUS - Estado		68.488,55	148.090,66
43	Transferência de Recursos do Estado para ações de Assistência Social		3.795,20	1.853,17
46	Transferências Fundo a Fundo de Recursos do SUS provenientes do Governo Federal - Bloco de Custeio d		3.958,75	-99.859,50
47	Transferências Fundo a Fundo de Recursos do SUS provenientes do Governo Federal - Bloco de Investime		95.318,84	50.219,01
92	Alienação de Bens		107.564,60	
Total das Fontes de Recursos			-151.335,84	-305.377,28

*Nota Explicativa:

ESTADO DE MATO GROSSO - MUNICÍPIO DE SANTO AFONSO

PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTO AFONSO

Demonstrativo Contábil da lei nº 4.320, de 17 de Março de 1968 - (Modelo NBCASP - IPC 04)

BALANÇO PATRIMONIAL

Dezembro/2020

Data de Emissão: 19/2/2021

Exercício: 2020

ATIVO	Nota	Exercício Atual	Exercício Anterior
Ativo Circulante			
Caixa e Equivalentes de Caixa		712.798,48	1.063.250,73
Créditos a Curto Prazo		257.929,77	148.744,68
Investimentos e Aplicações Temporárias a Curto Prazo			
Estoques			
Ativo Não Circulante Mantido para Venda			
VPD Pagas Antecipadamente			
Total do Ativo Circulante		970.728,25	1.211.995,41
Ativo Não Circulante			
Realizável a Longo Prazo		222.840,46	235.593,22
Créditos a Longo Prazo		222.840,46	235.593,22
Investimentos Temporários a Longo Prazo			
Estoques			
VPD Pagas Antecipadamente			
Investimentos			
Imobilizado		11.192.355,66	10.068.175,05
Intangível			
Diferido			
Total do Ativo Não Circulante		11.415.196,12	10.303.768,27
TOTAL DO ATIVO		12.385.924,37	11.515.763,68
PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO			
Passivo Circulante			
Obrigações Trabalhistas, Previdenciárias e Assistenciais a Pagar a Curto Prazo		466.944,39	761.918,88
Empréstimos e Financiamentos a Curto Prazo			
Fornecedores e Contas a Pagar a Curto Prazo		199.241,18	244.449,45
Obrigações Fiscais a Curto Prazo		20.127,66	
Obrigações de Repartições a Outros Entes			
Provisões a Curto Prazo			
Demais Obrigações a Curto Prazo		126.251,29	246.081,63
Total do Passivo Circulante		812.564,52	1.252.449,96
Passivo Não Circulante			
Obrigações Trabalhistas, Previdenciárias e Assistenciais a Pagar a Longo Prazo			44.528,79
Empréstimos e Financiamentos a Longo Prazo			
Fornecedores e Contas a Pagar a Longo Prazo			
Obrigações Fiscais a Longo Prazo			
Provisões a Longo Prazo			
Demais Obrigações a Longo Prazo			
Resultado Diferido			
Total do Passivo Não Circulante			44.528,79
Patrimônio Líquido			

Emissão: 19/02/2021 14:09:06

Página 1

Homologado

ESTADO DE MATO GROSSO - MUNICÍPIO DE SANTO AFONSO

PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTO AFONSO

Demonstrativo Contábil da lei nº 4.320, de 17 de Março de 1968 - (Modelo NBCASP - IPC 04)

BALANÇO PATRIMONIAL

Dezembro/2020

Data de Emissão: 19/2/2021

Patrimônio Social e Capital Social		
Adiantamento Para Futuro Aumento de Capital		
Reservas de Capital		
Ajustes de Avaliação Patrimonial		
Reservas de Lucros		
Demais Reservas		
Resultados Acumulados	11.573.359,85	10.218.784,93
(-) Ações / Cotas em Tesouraria		
Total do Patrimônio Líquido	11.573.359,85	10.218.784,93
TOTAL DO PASSIVO E DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO	12.385.924,37	11.515.763,68

Emissão: 19/02/2021 14:09:06

Página 2

Homologado

ESTADO DE MATO GROSSO - MUNICÍPIO DE SANTO AFONSO

PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTO AFONSO

Demonstrativo Contábil da lei nº 4.320, de 17 de Março de 1968 - (Modelo NBCASP - IPC 04)

BALANÇO PATRIMONIAL

Dezembro/2020

Data de Emissão: 19/2/2021

QUADRO DOS ATIVOS E PASSIVOS FINANCEIROS E PERMANENTES - LEI Nº 4.320/64

Exercício: 2020

	Nota	Exercício Atual	Exercício Anterior
ATIVO (I)			
Ativo Financeiro		713.020,45	1.063.472,70
Ativo Permanente		11.672.903,92	10.452.290,98
Total do Ativo		12.385.924,37	11.515.763,68
PASSIVO (II)			
Passivo Financeiro		864.356,29	1.368.769,98
Passivo Permanente		4.282,48	44.528,79
Total do Passivo		868.638,77	1.413.298,77
Saldo Patrimonial (I - II)		11.517.285,60	10.102.464,91

QUADRO DAS CONTAS DE COMPENSAÇÃO - LEI Nº 4.320/64

Exercício: 2020

	Nota	Exercício Atual	Exercício Anterior
ATOS POTENCIAIS ATIVOS			
Garantia e Contra garantias recebidas			
Direitos Conveniados e outros instrumentos congêneres			
Direitos Contratuais			
Outros atos potenciais ativos			
Total dos Atos Potenciais Ativos			
ATOS POTENCIAIS PASSIVOS			
Garantia e Contra garantias concedidas			
Obrigações conveniadas e outros instrumentos congêneres			
Obrigações Contratuais		113.300,83	1.225.245,98
Outros atos potenciais passivos		2.019.257,00	2.019.257,00
Total dos Atos Potenciais Passivos		2.132.557,83	3.244.502,98

ESTADO DE MATO GROSSO - MUNICÍPIO DE SANTO AFONSO

PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTO AFONSO

Demonstrativo Contábil da lei nº 4.320, de 17 de Março de 1968 - (Modelo NBCASP - IPC 04)

BALANÇO PATRIMONIAL

Dezembro/2020

Data de Emissão: 19/2/2021

QUADRO DO SUPERÁVIT/DÉFICIT FINANCEIRO

Exercício: 2020

		Nota	Exercício Atual	Exercício Anterior
FONTES DE RECURSOS				
00	Recursos Ordinários		-304.458,29	-419.297,99
01	Receitas de Impostos e de Transferência de Impostos - Educação		-141.379,01	-167.544,07
02	Receitas de Impostos e de Transferência de Impostos - Saúde		-310.824,11	-250.834,03
14	Transferencia de Recursos do Sistema Unico de Saude - SUS - Uniao			-7.680,66
15	Transferência de Recursos do Fundo Nacional do Desenvolvimento da Educação - FNDE		73.350,78	27.816,14
16	Contribuição de Intervenção do Domínio Econômico - CIDE		0,58	8,53
17	Contribuição para o Custeio dos Serviços de Iluminação Pública - COSIP		-9.956,82	
18	Transferências do FUNDEB 60%		-13.679,13	-92.061,70
22	Transferências de Convênios - Educação		102.491,41	135.426,06
23	Transferências de Convênios - Saúde		2.283,72	6,05
24	Transferências de Convênios - Outros (não relacionados à educação/saúde/assistência social)		42.821,61	28.651,83
29	Transferência de Recursos do Fundo Nacional de Assistência Social - FNAS		62.373,33	145.754,03
30	Recursos do Fundo de Transporte e Habitação - FETHAB		66.506,63	61.467,51
37	Transferência da União referente à Cessão Onerosa - Pré-Sal - Lei n. 13.885/2019		7,52	132.607,68
42	Transferência de Recursos do Sistema Único de Saúde - SUS - Estado		68.488,55	148.090,66
43	Transferência de Recursos do Estado para ações de Assistência Social		3.795,20	1.853,17
46	Transferências Fundo a Fundo de Recursos do SUS provenientes do Governo Federal - Bloco de Custeio d		3.958,75	-99.859,50
47	Transferências Fundo a Fundo de Recursos do SUS provenientes do Governo Federal - Bloco de Investime		95.318,84	50.219,01
92	Alienação de Bens		107.564,60	
Total das Fontes de Recursos			-151.335,84	-305.377,28

*Nota Explicativa:

JOABE ALMEIDA DOS SANTOS:56793014153 Assinado de forma digital por JOABE ALMEIDA DOS SANTOS:56793014153 Dados: 2021.02.19 14:29:59 -03'00'

ROBSON CRUZ DE OLIVEIRA:00725777117 Assinado de forma digital por ROBSON CRUZ DE OLIVEIRA:00725777117 Dados: 2021.02.19 14:30:22 -03'00'

ESTADO DE MATO GROSSO - MUNICÍPIO DE SANTO AFONSO

PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTO AFONSO

Demonstrativo Contábil da lei nº 4.320, de 17 de março de 1964

DEMONSTRAÇÃO DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS

Dezembro/2020

Modelo Sintético

Exercício: 2020

QUADRO - VARIAÇÕES PATRIMONIAIS QUANTITATIVAS

	Nota	Exercício Atual	Exercício Anterior
VARIAÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS			
Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria	I	2.933.022,91	1.884.991,23
Contribuições	II	202.024,65	198.201,47
Exploração e Venda de Bens, Serviços e Direitos	III	0,00	0,00
Variações Patrimoniais Aumentativas Financeiras	IV	68.404,60	21.887,81
Transferências e Delegações Recebidas	V	20.285.083,62	18.481.107,11
Valorização e Ganhos com Ativos e Desincorporação de Passivos	VI	301.218,75	15.715,87
Outras Variações Patrimoniais Aumentativas	VII	0,00	693.692,93
Total das Variações Patrimoniais Aumentativas (I)		23.789.754,53	21.295.596,42
VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS			
Pessoal e Encargos	VIII	9.788.125,02	9.426.340,46
Benefícios Previdenciários e Assistenciais	IX	1.194.251,82	961.679,64
Uso de Bens, Serviços e Consumo de Capital Fixo	X	6.869.978,91	6.050.861,54
Variações Patrimoniais Diminutivas Financeiras	XI	56.929,53	105.336,58
Transferências e Delegações Concedidas	XII	3.446.438,40	3.197.156,52
Desvalorização e Perda de Ativos e Incorporação de Passivos	XIII	694.289,69	474.112,83
Tributárias	XIV	249.119,26	107.902,91
Custo de Mercadorias e Produtos Vendidos e Serviços Prestados	XV	0,00	0,00
Outras Variações Patrimoniais Diminutivas	XVI	96.274,72	55.329,05
Total das Variações Patrimoniais Diminutivas (II)		22.395.407,35	20.378.719,53
RESULTADO PATRIMONIAL DO PERÍODO (I - II)		1.394.347,18	916.876,89

QUADROS ANEXOS

Anexo I - Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria

	Nota	Exercício Atual	Exercício Anterior
VARIAÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS			
Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria			
Impostos		2.861.467,98	1.784.333,79
Taxas		71.554,93	100.657,44
Contribuições de Melhoria		0,00	0,00
		2.933.022,91	1.884.991,23

Anexo II - Contribuições

	Nota	Exercício Atual	Exercício Anterior
VARIAÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS			
Contribuições			
Contribuições Sociais		0,00	0,00
Contribuições de Intervenção no Domínio Econômico		0,00	0,00
Contribuição de Iluminação Pública		202.024,65	198.201,47
Contribuições de Interesse das Categorias Profissionais		0,00	0,00
		202.024,65	198.201,47

Emissão: 19/02/2021 14:10:44 Página 1

Homologado

ESTADO DE MATO GROSSO - MUNICÍPIO DE SANTO AFONSO

PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTO AFONSO

Demonstrativo Contábil da lei nº 4.320, de 17 de março de 1964

DEMONSTRAÇÃO DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS

Dezembro/2020

Modelo Sintético

Exercício: 2020

Anexo III - Exploração e Vendas de Bens, Serviços e Direitos

	Nota	Exercício Atual	Exercício Anterior
VARIAÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS			
Exploração e Vendas de Bens, Serviços e Direitos			
Venda de Mercadorias		0,00	0,00
Venda de Produtos		0,00	0,00
Exploração de Bens, Direitos e Prestação de Serviços		0,00	0,00
		0,00	0,00

Anexo IV - Variações Patrimoniais Aumentativas Financeiras

	Nota	Exercício Atual	Exercício Anterior
VARIAÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS			
Variações Patrimoniais Aumentativas Financeiras			
Juros e Encargos de Empréstimos e Financiamentos Concedidos		0,00	0,00
Juros e Encargos de Mora		64.983,46	7.614,87
Variações Monetárias e Cambiais		0,00	0,00
Descontos Financeiros Obtidos		0,00	0,00
Remuneração de Depósitos Bancários e Aplicações Financeiras		3.421,14	14.272,94
Outras Variações Patrimoniais Aumentativas - Financeiras		0,00	0,00
		68.404,60	21.887,81

Anexo V - Transferências e Delegações Recebidas

	Nota	Exercício Atual	Exercício Anterior
VARIAÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS			
Transferências e Delegações Recebidas			
Transferências Intra Governamentais		69.122,10	0,00
Transferências Inter Governamentais		20.215.726,86	17.140.131,44
Transferências das Instituições Privadas		0,00	0,00
Transferências das Instituições Multigovernamentais		0,00	1.340.712,69
Transferências de Consórcios Públicos		0,00	0,00
Transferências do Exterior		0,00	0,00
Execução Orçamentária Delegada de Entes		234,66	262,98
Transferências de Pessoas Físicas		0,00	0,00
Outras Transferências e Delegações Recebidas		0,00	0,00
		20.285.083,62	18.481.107,11

Anexo VI - Valorização e Ganhos com Ativos e Desincorporação de Passivos

	Nota	Exercício Atual	Exercício Anterior
VARIAÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS			
Valorização e Ganhos com Ativos e Desincorporação de Passivos			
Reavaliação de Ativos		0,00	0,00
Ganhos com Alienação		107.530,00	0,00
Ganhos com Incorporação de Ativos		0,00	0,00
Desincorporação de Passivos		193.688,75	15.715,87

ESTADO DE MATO GROSSO - MUNICÍPIO DE SANTO AFONSO

PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTO AFONSO

Demonstrativo Contábil da lei nº 4.320, de 17 de março de 1964

DEMONSTRAÇÃO DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS

Dezembro/2020

Modelo Sintético

		Exercício: 2020
Reversão de Redução ao Valor Recuperável	0,00	0,00
	301.218,75	15.715,87

Anexo VII - Outras Variações Patrimoniais Aumentativas

	Nota	Exercício Atual	Exercício Anterior
VARIAÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS			
Outras Variações Patrimoniais Aumentativas			
VPA a Classificar		0,00	0,00
Resultado Positivo de Participações		0,00	0,00
Reversão de Provisões e Ajustes de Perdas		0,00	671.448,84
Diversas Variações Patrimoniais Aumentativas		0,00	22.244,09
		0,00	693.692,93

Anexo VIII - Pessoal e Encargos

	Nota	Exercício Atual	Exercício Anterior
VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS			
Pessoal e Encargos			
Remuneração a Pessoal		9.788.125,02	8.911.581,47
Encargos Patronais		0,00	514.758,99
Benefícios a Pessoal		0,00	0,00
Outras Variações Patrimoniais Diminutivas - Pessoal e Encargos		0,00	0,00
		9.788.125,02	9.426.340,46

Anexo IX - Benefícios Previdenciários e Assistenciais

	Nota	Exercício Atual	Exercício Anterior
VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS			
Benefícios Previdenciários e Assistenciais			
Aposentadorias e Reformas		0,00	0,00
Pensões		0,00	0,00
Benefícios de Prestação Continuada		0,00	0,00
Benefícios Eventuais		0,00	0,00
Políticas Públicas de Transferência de Renda		0,00	0,00
Outros Benefícios Previdenciários e Assistenciais		1.194.251,82	961.679,64
		1.194.251,82	961.679,64

Anexo X - Uso de Bens, Serviços e Consumo de Capital Fixo

	Exercício Atual	Exercício Anterior
VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS		
Uso de Bens, Serviços e Consumo de Capital Fixo		
Uso de Material de Consumo	2.938.970,82	2.701.058,37
Serviços	3.931.008,09	3.349.803,17
Depreciação, Amortização e Exaustão	0,00	0,00
	6.869.978,91	6.050.861,54

ESTADO DE MATO GROSSO - MUNICÍPIO DE SANTO AFONSO

PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTO AFONSO

Demonstrativo Contábil da lei nº 4.320, de 17 de março de 1964

DEMONSTRAÇÃO DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS

Dezembro/2020

Modelo Sintético

Exercício: 2020

Anexo XI - Variações Patrimoniais Diminutivas Financeiras

	Nota	Exercício Atual	Exercício Anterior
VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS			
Variações Patrimoniais Diminutivas Financeiras			
Juros e Encargos de Empréstimos e Financiamentos Obtidos		0,00	0,00
Juros e Encargos de Mora		50.315,53	102.921,58
Variações Monetárias e Cambiais		5.964,00	2.415,00
Descontos Financeiros Concedidos		650,00	0,00
Outras Variações Patrimoniais Diminutivas - Financeiras		0,00	0,00
		56.929,53	105.336,58

Anexo XII - Transferências e Delegações Concedidas

	Nota	Exercício Atual	Exercício Anterior
VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS			
Transferências e Delegações Concedidas			
Transferências Intra Governamentais		964.000,00	847.235,55
Transferências Inter Governamentais		2.482.438,40	2.349.920,97
Transferências a Instituições Privadas		0,00	0,00
Transferências a Instituições Multigovernamentais		0,00	0,00
Transferências a Consórcios Públicos		0,00	0,00
Transferências ao Exterior		0,00	0,00
Execução Orçamentária Delegada a Entes		0,00	0,00
Outras Transferências e Delegações Concedidas		0,00	0,00
		3.446.438,40	3.197.156,52

Anexo XIII - Desvalorização e Perda de Ativos e Incorporação de Passivos

	Nota	Exercício Atual	Exercício Anterior
VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS			
Desvalorização e Perda de Ativos e Incorporação de Passivos			
Redução a Valor Recuperável e Ajuste para Perdas		681.391,84	469.429,21
Perdas com Alienação		0,00	0,00
Perdas Involutárias		0,00	0,00
Incorporação de Passivos		0,00	0,00
Desincorporação de Ativos		12.897,85	4.683,62
		694.289,69	474.112,83

Anexo XIV - Tributárias

	Nota	Exercício Atual	Exercício Anterior
VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS			
Tributárias			
Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria		0,00	0,00
Contribuições		249.119,26	107.902,91
		249.119,26	107.902,91

ESTADO DE MATO GROSSO - MUNICÍPIO DE SANTO AFONSO

PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTO AFONSO

Demonstrativo Contábil da lei nº 4.320, de 17 de março de 1964

DEMONSTRAÇÃO DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS

Dezembro/2020

Modelo Sintético

Exercício: 2020

Anexo XV - Custo de Mercadorias e Produtos Vendidos e Serviços Prestados

	Nota	Exercício Atual	Exercício Anterior
VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS			
Custo de Mercadorias e Produtos Vendidos e Serviços Prestados			
Custo de Mercadorias Vendidas		0,00	0,00
Custo de Produtos Vendidos		0,00	0,00
Custo de Serviços Prestados		0,00	0,00
		0,00	0,00

Anexo XVI - Outras Variações Patrimoniais Diminutivas

	Nota	Exercício Atual	Exercício Anterior
VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS			
Outras Variações Patrimoniais Diminutivas			
Premiações		0,00	0,00
Resultado Negativo de Participações		55.487,74	39.613,18
Incentivos		0,00	0,00
Subvenções Econômicas		0,00	0,00
Participações e Contribuições		0,00	0,00
Constituição de Provisões		0,00	0,00
Diversas Variações Patrimoniais Diminutivas		40.786,98	15.715,87
		96.274,72	55.329,05

Emissão: 19/02/2021 14:10:44 Página 5

Homologado

AVISO DE LICITAÇÃO NA MODALIDADE PREGÃO PRESENCIAL N.º 004/2021 COM REGISTRO DE PREÇO

AVISO DE LICITAÇÃO NA MODALIDADE PREGÃO PRESENCIAL N.º 004/2021 COM REGISTRO DE PREÇO

LICITAÇÃO EXCLUSIVA PARA PARTICIPAÇÃO DE MICROEMPRESAS E EMPRESAS DE PEQUENO PORTE CONFORME DISPOSTO NO ARTIGO 48, INC. I, DA LEI COMPLEMENTAR 147/2014.

O Município de Santo Afonso, Estado de Mato Grosso,neste ato representado por sua PREGOEIRA Oficial, torna público aos interessados, que irá realizar procedimento licitatório na modalidade **PREGÃO PRESENCIAL COM REGISTRO DE PREÇO**, **TIPO MENOR PREÇO POR ITEM**, de conformidade com a Lei Federal nº 10.520/2002, bem como subsidiariamente as normas constantes da Lei Federal 8.666/93, e suas modificações, no **DIA 05 DE MARÇO DE 2021, ÀS 09h00m (horário local)**, na Prefeitura Municipal de Santo Afonso/MT localizado à Rua Pedro Álvares Cabral, 155- Centro- Santo Afonso – MT, com a finalidade de receber os envelopes contendo proposta de preço e documentos de habilitação pertinentes à **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NA CONFECÇÃO DE MATERIAIS DE GRÁFICA PARA ATENDER AS NECESSIDADES DAS SECRETARIAS DO MUNICÍPIO DE SANTO AFONSO-MT.** Poderão participar deste procedimento licitatório as empresas cujo ramo de atividade esteja em consonância com o objeto e demais clausulas desta licitação. Os interessados poderão retirar o edital completo no endereço acima citado em dias úteis, das 07h às 11h00minh e das 13h00 as 17h00minh. (horário local), ou pelo site do município, www.santoafonso.mt.gov.br.

Santo Afonso – MT, em 23 de Fevereiro de 2021

Luis Fernando Ferreira Falcão - Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTO ANTÔNIO DE LEVERGER

EXTRATO DO SEGUNDO TERMO ADITIVO DO CONTRATO Nº 045/2020

PROCESSO ADMINISTRATIVO 041/2020TOMADA DE PREÇONº 002/2020A PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTO ANTONIO DE LEVERGER, POR MEIO DA PREFEITAMUNICIPAL SENHORAFRANCIELI MAGALHÃES DE ARRUDA, TORNA-SE PÚBLICO O SEGUNDO TERMO ADITIVO DO CONTRATO N° 045/2020 PARA O SEGUINTE OBJETO:A PRORROGAÇÃO DA VIGÊNCIA DO CONTRATO FIRMADO ENTRE AS PARTES,POR MAIS 60(SESSENTA) DIAS, CONFORME O ART. 65, 57 DA LEI 8.666/93.CONTRATANTE:PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTO ANTONIO DE LEVERGER-MT.CONTRATADA:VISION CONSTRUTORA E PRESTADORA DE SERVIÇOS -ME, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o Nº 37.247.571/0001-35.DATA DE ASSINATURA:23/02/2021.DATA DE VIGÊNCIA:60(sessenta)dias. Santo Antônio de Leverger–MT,23de Fevereiro de 2021.Francieli Magalhães de Arruda Prefeita Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTO ANTÔNIO DO LESTE

PREFEITURA/RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº. 176 /2021

PORTARIA Nº. 176 /2021

DE: 23 DE FEVEREIRO DE 2021.

ESTABELECE O HORÁRIO DA JORNADA DE TRABALHO DA SERVIDORA ROGIANE PEREIRA DE OLIVEIRA LIMA, E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

CONSIDERANDO A NECESSIDADE DA RETOMADA DAS ATIVIDADES DOS PROJETOS DO SERVIÇO DE CONVIVÊNCIA E FORTALECIMENTO DE VÍNCULOS

JOSE ARIMATEIA VIEIRA ALVES, Prefeito Municipal de Santo Antônio do Leste, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais.

RESOLVE;

Art. 1º - Fica estabelecido a jornada de trabalho da servidora Rogiane Pereira de Oliveira Lima, a ser realizado no seguinte horário: 08:00 as 14:00 horas.

Artigo 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Artigo 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

REGISTRA-SE

PUBLICA-SE

CUMPRA-SE.

GABINETE DO PREFEITO

EM: 23 DE FEVEREIRO DE 2021.

JOSE ARIMATEIA VIEIRA ALVES

PREFEITO MUNICIPAL

Registrada na secretaria de Administração e Planejamento e Publicada por afixação em local de costume, conforme na legislação em vigor.

PREFEITURA/RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº. 177/2021

DE: 23 DE FEVEREIRO DE 2021.

ALTERA A PORTARIA Nº. 423/2020 QUE NOMEIA ORDENADOR DE DESPESA DO FUNDO MUNICIPAL DOS DIREITOS DO IDOSO - FMDI, PARA A GESTÃO 2020/2022, E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

JOSE ARIMATEIA VIEIRA ALVES, Prefeito Municipal de Santo Antônio do Leste, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais.

RESOLVE;

Art. 1º - Alterar o Art. 1º da Portaria nº 423/2020, passando a constar a seguinte redação:

"Artigo 1º - NOMEIA como Ordenadora de Despesa do Fundo Municipal do Idoso a Sra. Rosani Menegassi Alves:, conforme a Lei nº 057/2002"

Artigo 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Artigo 3º - Revogam – se as disposições em contrário.

REGISTRA-SE

PUBLICA-SE

CUMPRA-SE.

GABINETE DO PREFEITO

EM: 23 DE FEVEREIRO DE 2021.

JOSE ARIMATEIA VIEIRA ALVES

PREFEITO MUNICIPAL

Registrada na secretaria de Administração e Planejamento e Publicada por afixação em local de costume, conforme na legislação em vigor.

LICITAÇÃO
PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO TERMO DE CONTRATO Nº. 053/2020

Pelo presente instrumento aditivo contratual regido pela Lei Federal nº. 8.666 de 21 de Junho de 1.993, e a Medida Provisória nº. 434 de 27 de Fevereiro de 1.994 resolvem entre si, na melhor forma de direito, como partes:

CONTRATANTE: Município de Santo Antônio do Leste-MT, inscrito no CNPJ sob o n.º 04.217.362/0001-90, com sede na Rua A, nº 367, Bairro Jardim Santa Inês, situado na cidade de Santo Antônio do Leste-MT, neste ato representado por seu Prefeito o Sr. José Arimateia Vieira Alves brasileiro casado portador do RG,nº 14428342-SSP/MT e inscrito no CPF nº 867.715.741-72 residente e domiciliado na rua Salgado Filho nº 137 , centro na cidade de Santo Antônio do Leste-MT.

CONTRATADA: A S CONSTRUTORA LTDA, inscrito no CNPJ sob o n.º 22.618.893/0001-76, com sede na Rua Manoel Pereira Brito, s/nº, quadra 37, lote 12, Setor Cristino Cortes, situado na cidade de Barra do Garças, neste ato representado por seu sócio proprietário o Sr. Aloisio Alves de Souza, brasileiro, portador da CNH n.º 00275726726 – DETRAN/MT e do CPF n.º 284.2241.071-87, denominada simplesmente CONTRATADA.

Resolvem celebrar o presente Termo Aditivo ao Contrato nº 053/2020 de sujeitando-se às normas internas da Contratante, naquilo que couber independente de transição, mediante as cláusula e condições a seguir estabelecidas:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

Constitui objeto do presente Termo Aditivo a suplementação de serviços a serem trabalhadas do Contrato original de nº 053/2020, à CLÁUSULA QUINTA ante aos motivos de força maior, alheio à vontade das partes, conforme segue:

CLÁUSULA SEGUNDA – DO PRAZO

Fica acrescentado à CLÁUSULA QUINTA – Do prazo – **fica prorrogado o prazo do contrato por 90(noventa)dias com término em 09 de maio de 2021.**

CLÁUSULA TERCEIRA - JUSTIFICATIVA E FUNDAMENTO LEGAL

A necessidade de implementação deste Termo Aditivo ao Contrato original, justifica-se pela necessidade da continuidade dos serviços constantes no objeto e decorre de autorização do Exmo. Sr. Prefeito Municipal. Este aditivo encontra amparo legal no artigo 57, II da Lei 8.666, de 21 de Novembro de 1.993.

CLÁUSULA QUARTA - DA VIGÊNCIA

O presente Termo Aditivo entrará em vigor na data de sua assinatura, vigendo concomitantemente ao Contrato originário.

E, por assim estarem justos e contratados CONTRATANTE E CONTRATADA, mutuamente assinam o presente Termo Aditivo, por si e seus sucessores, em 02 (duas) vias de igual forma e teor, rubricados para todos os fins de direito.

Santo Antônio do Leste - MT, 08 de fevereiro de 2021.

PELA CONTRATANTE:

JOSÉ ARIMATEIA VIEIRA ALVES

PREFEITO MUNICIPAL

PELO CONTRATADO:

A S CONSTRUTORA LTDA

CNPJ: 22.618.893/0001-76

LICITAÇÃO
ATA DE JULGAMENTO - PREGAO PRESENCIAL 001/2021

ATA DE JULGAMENTO

MODALIDADE: PREGÃO PRESENCIAL N° 001/2021.

Às 08:00 horas do dia 22 de fevereiro de 2021, estiveram reunidos na Escola Municipal Domingos Azzolini, localizada na rua Domingos Azzolini, nº 703, Centro de Santo Antônio do Leste – MT, o Pregoeiro Oficial e sua Equipe de Apoio respectivamente, Sr. Eriks Matos da Silva - Pregoeiro, Ita Roberta Soares, Weverton Ancelmo Pereira de Sousa, nomeados pela Portaria n° 117/2021, de 14 de janeiro de 2021, para apreciarem e julgarem a proposta de preço e os documentos de habilitação apresentados para a licitação na modalidade de Pregão Presencial n° 001/2021, em decorrência do Objeto: **futura e eventual aquisição de Hipoclorito de Sódio 12% para uso da Coordenadoria de Água e Esgoto, vinculado a Secretária Municipal de Viação, Obras e Serviços Públicos. Se fez presente 01 (uma) empresa**:

Empresa: INDUSTRIA QUIMICA CMT LTDA, CNPJ: 10.717.170/0001-45, representada neste ato pelo seu procurador o Sr. Paulo Roberto Anderson, portador da Cédula de Identidade RG nº. 11102259 SSP/MT e CPF: 100.543.208-28.

Iniciou-se a sessão, em seguida foi credenciada a empresa a qual apresentou todos os documentos exigidos para o seu devido credenciamento. O Pregoeiro Oficial e sua Equipe recebeu o envelope de Proposta de Preços e Documentos de Habilitação e verificou-se que os mesmos estavam devidamente lacrados, sendo que foram posteriormente rubricados. Seguindo então para a abertura da Proposta de Preços. Após a abertura dos envelopes de proposta foram lançadas no sistema, e em seguida houve a negociação de preços com a empresa, ficando da seguinte forma o resultado:

INDUSTRIA QUIMICA CMT LTDA, CNPJ: 10.717.170/0001-45, com o valor total de **R$ 11.750,00** (onze mil, setecentos e cinquenta reais).

ITEM	PRODUTO	DESRIÇÃO PRODUTO	UNID	QTD	V. UNITARIO R$	V.TOTAL R$
01	Hipoclorito de Sódio 12%	Hipoclorito de sódio líquido, fórmula química NaClO, comumente conhecido como água sanitária, apresentando coloração amarelo claro, densidade (20° C) igual a 1,20 g/cm³, peso molecular 74,45 g/mol, grau de pureza 12,0%, faixa de dosagem de 12,0, ponto de ebulição 110,0°C, solúvel em água, odor característico e semelhante ao da água sanitária com uma intensidade maior, forma límpido e Ph em solução de 5% em peso a 25°C igual a 11,0. Envasado em galões de capacidade de 65 kg, em material resistente a impactos externos, perfurações e derramamento do produto.	KG	2500 kG	R$ 4,70	R$ 11.750,00

Posteriormente passou-se para a fase de abertura dos documentos de habilitação, no qual o Pregoeiro Oficial e sua equipe de apoio analisando os documentos de habilitação constatou-se que a empresa acima apresentou todos os documentos exigidos no edital, ficando, portanto, habilitada.

Na sequência o Pregoeiro perguntou ao representante da empresa se tinha interesse em interpor recurso e o mesmo disse que não iria interpor o recurso.

Nada mais havendo a tratar, o Pregoeiro declarou encerrado os trabalhos e agradeceu a presença de todos, lavrando a presente ata, imprimindo-as em vias de igual teor e forma, para que fosse assinada e posteriormente adjudicada e encaminhada à autoridade competente para a sua devida apreciação.

ERIKS MATOS DA SILVA

Pregoeiro Oficial

ITA ROBERTA SOARES

Equipe de Apoio

WEVERTON ANCELMO P. DE SOUSA

Equipe de Apoio

INDUSTRIA QUIMICA CMT LTDA

CNPJ: 10.717.170/0001-45

LICITAÇÃO
ATA DE JULGAMENTO - PREGAO PRESENCIAL 002/2021

ATA DE JULGAMENTO

MODALIDADE: PREGÃO PRESENCIAL N° 002/2021.

Às 08:00 horas do dia 23 de fevereiro de 2021, estiveram reunidos na Escola Municipal Domingos Azzolini, localizada na rua Domingos Azzolini, nº 703, Centro de Santo Antônio do Leste – MT, o Pregoeiro Oficial e sua Equipe de Apoio respectivamente, Sr. Eriks Matos da Silva - Pregoeiro, Weverton Ancelmo Pereira de Sousa, nomeados pela Portaria n° 117/2021, de 14 de janeiro de 2021, para apreciarem e julgarem a proposta de preço e os documentos de habilitação apresentados para a licitação na modalidade de Pregão Presencial n° 001/2021, em decorrência do Objeto: **futura e eventual aquisição de refeições do tipo "Self Service" e ou "Marmitex", visando atender, as necessidades das secretarias, que compõem a prefeitura de Santo Antônio do Leste.** Se fez presente 02 (duas) empresas:

Empresa: THAYS GONÇALVES DE ALMEIDA-MEI, CNPJ: 38.136/801/0001-51, representada neste ato pela sua proprietária a Sra. Thays Gonçalves de Almeida, portadora da Cédula de Identidade RG nº. 2667903-5 SSP/MT e CPF: 047.018.261-03.

Empresa: LARALINE PEREIRA DE SOUZA-ME, CNPJ: 34.275.646/0001-01, representada neste ato pelo seu procurador o Sr. Bruno Alves de Araújo, portador da Cédula de Identidade RG nº. 1518530-3 SSP/MT e CPF: 020.579.841-17.

Iniciou-se a sessão, em seguida foi credenciada as empresas a qual apresentaram todos os documentos exigidos para o seu devido credenciamento. O Pregoeiro Oficial e sua Equipe recebeu os envelopes de Proposta de Preços e Documentos de Habilitação e verificou-se que os mesmos estavam devidamente lacrados, sendo que foram posteriormente rubricados. Seguindo então para a abertura da Proposta de Preços. Após a abertura dos envelopes de proposta foram lançadas no sistema, e em seguida houve a negociação de preços com as empresas, ficando da seguinte forma o resultado:

LARALINE PEREIRA DE SOUZA-ME, CNPJ: 34.275.646/0001-01, com o valor total de **R$ 211.490,00** (duzentos e onze mil, quatrocentos e noventa reais).

LOTE 1

COD. TCE	DESCRIÇÃO DO PRODUTO	QUANTIDADE	V.UNITARIO	V.TOTAL
00055064	REFEIÇÃO MARMITEX	9100	R$ 17,60	R$ 160.160,00
412658-0	SUCO INDUSTRIALIZADO COM SABORES VARIADOS 300ML (SUGESTÃO DE MARCA – REFRESKANT OU TANG)	9100	R$ 3,30	R$ 30.030,00

LOTE 2

COD. TCE	DESCRIÇÃO DO PRODUTO	QUANTIDADE	V.UNITARIO	V.TOTAL
00013060	REFEIÇAO SEL SERVICE	1000	R$ 18,00	R$ 18.000,00
412658-0	SUCO INDUSTRIALIZADO COM SABORES VARIADOS 300ML (SUGESTÃO DE MARCA – REFRESKANT OU TANG)	1000	R$ 3,30	R$ 3.300,00

THAYS GONÇALVES DE ALMEIDA-MEI, CNPJ: 38.136/801/0001-51, com o valor total de **R$ 200.200,00** (duzentos mil e duzentos reais). A empresa cotou somente o lote 01.

LOTE 1

COD. TCE	DESCRIÇÃO DO PRODUTO	QUANTIDADE	V.UNITARIO	V.TOTAL
00055064	REFEIÇÃO MARMITEX	9100	R$ 18,00	R$ 163.800,00
412658-0	SUCO INDUSTRIALIZADO COM SABORES VARIADOS 300ML (SUGESTÃO DE MARCA – REFRESKANT OU TANG)	9100	R$ 4,00	R$ 36.400,00

Posteriormente passou-se para a fase de abertura dos documentos de habilitação, no qual o Pregoeiro Oficial e sua equipe de apoio analisando os documentos de habilitação da empresa **LARALINE PEREIRA DE SOUZA-ME, CNPJ: 34.275.646/0001-01,** constatou-se que a empresa acima não apresentou a certidão negativa estadual, atestado de capacidade técnica, balanço patrimonial e cartão cnpj, ficando, portanto, inabilitada.

Em seguida passou-se para análise dos documentos de habilitação da empresa classificada provisoriamente em segundo lugar **THAYS GONÇALVES DE ALMEIDA-MEI, CNPJ: 38.136/801/0001-51,** o qual foi verificado pelo pregoeiro e equipe de apoio que apresentou todos os documentos exigidos na licitação, ficando portando habilitada.

Posteriormente o pregoeiro tentou efetuar a negociação do lote com a empresa **THAYS GONÇALVES DE ALMEIDA-MEI,** sendo que apresentou proposta de preço acima do estimado em edital e a mesma disse que não conseguiria baixar o preço, nem mesmo igualando ao preço estimado do edital. **Diante do exposto o pregoeiro declara a licitação como fracassada.**

Na sequência o Pregoeiro perguntou aos representantes das empresas se tinham interesse em interpor recurso e o mesmo disse que não iria interpor o recurso.

Nada mais havendo a tratar, o Pregoeiro declarou encerrado os trabalhos e agradeceu a presença de todos, lavrando a presente ata, imprimindo-as em vias de igual teor e forma, para que fosse assinada e posteriormente adjudicada e encaminhada à autoridade competente para a sua devida apreciação.

ERIKS MATOS DA SILVA

Pregoeiro Oficial

WEVERTON ANCELMO P. DE SOUSA

Equipe de Apoio

THAYS GONÇALVES DE ALMEIDA-MEI

CNPJ: 38.136/801/0001-51

LARALINE PEREIRA DE SOUZA-ME

CNPJ: 34.275.646/0001-01

PREFEITURA/RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº. 178/2021.

DE: 23 DE FEVEREIRO DE 2021.

JOSÉ ARIMATEIA VIEIRA ALVES,Prefeito Municipal em Exercício de Santo Antonio do Leste, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais.

RESOLVE;

Art. 1º - Designa os seguintes representantes como responsáveis pela movimentação financeira das conta**s** correntes (Anexo)vinculada ao CNPJ nº 39.691.481/0001-64do Fundo Municipal do Idoso de Santo Antonio do Leste,relacionadas no parágrafo primeiro deste artigo.

Rosani Menegassi Alves, Secretário de Assistência e Ação Social, Brasileira, casada, servidor público, portador do RG nº 11302780 SSP/MT, inscrito no CPF/MF 824.182.171-91, residente na Rua Salgado Filho, nº 137, Centro, Santo Antônio do Leste.

Guelly Urzeda de Mello Rezende, Auditor Público Interino, Brasileira, casada, servidor público, portador do RG nº 1352559-0 SJS/MT, inscrito no CPF913.431.191-20, residente na Rua São Paulo, s/n, Bairro Jardim Bem Viver, Santo Antônio do Leste, MT

Parágrafo Único - As contas bancária serão movimentada em conjunto pelos responsáveis acima descritos, devendo conter assinaturas de RosaniMenegassi Alves e GuellyUrzeda de Mello Rezende, podendo movimentá-las, inclusive por meio do gerenciador financeiro, requererem, retirarem, emitirem, assinareme endossarem cheques, extratos bancários e comprovantes de pagamentos, efetuarem transferências bancárias e pagamento via oficio, cadastrarem e alterarem senhas.

Art. 2º - Determinar a Secretaria Municipal de Administração e Planejamento que tome as providências necessárias para a execução desta portaria.

Artigo 3º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Artigo 4º - Revogam – se as disposições em contrário.

REGISTRA-SE

PUBLICA-SE

CUMPRA-SE.

GABINETE DO PREFEITO

EM:23 DE FEVEREIRO DE 2021.

JOSÉ ARIMATEIA VIEIRA ALVES

PREFEITO MUNICIPAL

Registrada na secretaria de Administração e Planejamento e Publicada por afixação em local de costume, conforme na legislação em vigor.

CONTAS

10.693-3	Fundo Municipal do I de S.A.L.

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO FÉLIX DO ARAGUAIA

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO FÉLIX DO ARAGUAIA - UNIDADE DE CONTROLE INTERNO - MARCELINO DE FÁVERI PORTARIA Nº 237/2021, DE 15/02/2021 - NOMEAÇÃO DE VALMIRA MENDES RODRIGUES

PORTARIA Nº 237, DE 15 DE FEVEREIRO DE 2021

Dispõe sobre a nomeação da Senhora VALMIRA MENDES RODRIGUES, no Cargo em Comissão de CHEFE DE DIVISÃO DE OBRAS PÚBLICAS.

A Prefeita Municipal de São Félix do Araguaia, Estado de Mato Grosso, no uso das atribuições que lhe confere a Lei Orgânica Municipal.

RESOLVE:

Art. 1º Nomear a Senhora VALMIRA MENDES RODRIGUES, Brasileira, Casada, Vendedora, portadora da Cédula de Identidade RG nº 4.421.149 - SSP-GO - 2ª Via emitida em 25/04/2013, e inscrita no CPF nº 007.360. 331-73, no Cargo em Comissão de CHEFE DE DIVISÃO DE OBRAS PÚBLICAS.

Parágrafo único. A nomeada fica obrigada ao cumprimento das determinações dispostas na Lei Orgânica Municipal, na Lei Complementar Municipal nº 114, de 22 de abril de 2019, e demais legislação aplicável.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se,

Publique-se e

Cumpra-se.

JANAILZA TAVEIRA LEITE

PREFEITA MUNICIPAL

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO FÉLIX DO ARAGUAIA - UNIDADE DE CONTROLE INTERNO - MARCELINO DE FÁVERI CONTRATO - EXTRATO - CONTRATAÇÃO PARA ATENDER NECESSIDADE TEMPORÁRIA E DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO

==========

A PUBLICAÇÃO ABAIXO TORNA SEM EFEITO A PUBLICAÇÃO HAVIDA NESTE DIÁRIO OFICIAL, NA EDIÇÃO Nº 3.663 DE 08/02/2021, ANO XVI, PÁGINA 657

HAVIA CONSTADO A FUNÇÃO DE AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE (ACS), QUANDO O CORRETO É AGENTE DE COMBATE ÀS ENDEMIAS (ACE)

==========

EXTRATO DE CONTRATO TEMPORÁRIO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS Nº 003/2021, PARA ATENDER NECESSIDADE TEMPORÁRIA E DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO FÉLIX DO ARAGUAIA - JANAILZA TAVEIRA LEITE, Prefeita Municipal

CONTRATADO: LINDOMAR TAVARES DE CARVALHO, Brasileiro, Convivente, Ajudante de Pedreiro, residente e domiciliado na Estrata Geral, s/nº - Proximo ao Bar das Morenas (Iraque) - CEP 78.670-000 - Parque Amazonas, em São Félix do Araguaia (MT), com CPF nº 822.901.301-25 e Identidade nº 1.161.838-8 - SJ-MT, inscrito no PIS/PASEP sob nº 1.260. 769.040-6, nascido no dia 30/01/1978

CONTRATO TEMPORÁRIO Nº 003/2021

DATA DE EMISSÃO DO CONTRATO: 19 de janeiro de 2021

VIGÊNCIA: De 19/01/2021 a 19/04/2021

PRAZO DE VIGÊNCIA: 3 meses

CARGA HORÁRIA: 40 (quarenta) horas semanais

REMUNERAÇÃO MENSAL: R$ 1.422,39 (mil quatrocentos e vinte e dois reais e trinta e nove centavos)

FUNÇÃO: AGENTE DE COMBATE ÀS ENDEMIAS (ACE), em CARÁTER TEMPORÁRIO.

LOTAÇÃO: SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE- Vigilância Ambiental

==========

A PUBLICAÇÃO ACIMA TORNA SEM EFEITO A PUBLICAÇÃO HAVIDA NESTE DIÁRIO OFICIAL, NA EDIÇÃO Nº 3.663 DE 08/02/2021, ANO XVI, PÁGINA 657

HAVIA CONSTADO A FUNÇÃO DE AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE (ACS), QUANDO O CORRETO É AGENTE DE COMBATE ÀS ENDEMIAS (ACE)

==========

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO FÉLIX DO ARAGUAIA - LICITAÇÃO - THAYANE RAMOS BOTELHO PORTARIA N. º 243, 22 DE JANEIRO DE 2021

PORTARIA N. º 243, 22 DE JANEIRO DE 2021

Dispõe sobre a nomeação da Fiscal de Contrato Responsável pela contratação de empresa para aquisição de urnas funerárias para atender as famílias de baixa renda do Município de São Félix do Araguaia – MT.

A PREFEITA MUNICIPAL DE SÃO FÉLIX DO ARAGUAIA, **ESTADO DE MATO GROSSO**, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal e, em consonância com o Artigo 67 da Lei Federal n° 8.666, de 21 de junho de 1993, resolve:

Art. 1° Nomear a Servidora Pública da Prefeitura de São Félix do Araguaia – MT, Sra. MARIA MARTA DA SILVA MILHOMEM, CPF: 705.383.011-04 contrato/matrícula: 676-1 para exercer a função de Fiscal do Contrato n. º 05/2021, Pregão Presencial n. º 05/2021, prazo de vigência: 19/02/2021 a 19/02/2022 sendo a contratada: Empresa REGINALDO R. DA SILVA pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o nº 07.986.329/0001-12.

Paragrafo único. O Contrato tem como objetivo a contratação de empresa para futura e eventual aquisição de urnas funerárias tipo popular e serviços de preparação de corpo e translado, com vistas a atender famílias de baixa renda do Município de São Félix do Araguaia – MT.

Art. 2º Fica determinado ao fiscal aqui designado que acompanhe a execução das atas de registro de preços ou de eventuais contratos, tomando as seguintes providências:

I - ler atentamente o edital, as atas e eventuais contratos, assim como os anexos, principalmente quanto: a) à especificação do objeto; e b) ao cronograma e prazo de prestação dos serviços. **II -** acompanhar a execução dos serviços, tendo como base os direcionamentos registrados nas atas de registro de preços ou eventuais contratos, exercendo rigoroso controle sobre o cronograma de execução dos serviços; **III -** receber a fatura de cobrança, conferindo se: a) as condições de pagamento foram obedecidas; b) o valor cobrado corresponde exatamente àquilo que foi prestado; c) a nota fiscal está dentro do prazo de validade e se está corretamente preenchida; d) a nota fiscal está acompanhada das guias de quitação do FGTS e INSS sobre a mão de obra empregada, se for o caso; e e) os tributos sobre serviços prestados por pessoas físicas, como INSS, ISSQN e IRPF foram devidamente calculados e as guias de retenção estão anexas à nota fiscal. **IV -** atestar o fornecimento efetivamente realizado, buscando auxílio caso haja dúvidas na atestação; **V -** encaminhar a nota fiscal para pagamento; **VI -** acompanhar se o pagamento ocorreu da forma prevista, considerando: a) contribuição patronal ao INSS, bem como se houve encaminhamento para elaboração da GEFIP/INSS; b) a retenção e recolhimento do IRPF e ISSQN ao tesouro municipal; e c) o crédito do valor líquido para o favorecido. **VII -** informar o descumprimento de cláusulas contratuais, mormente quanto ao prazo, com o fim de aplicação das sanções cabíveis; **VIII -** manter contato regular com o preposto/representante das contratadas, com vistas a permitir o fiel cumprimento das atas de registro de preços ou de eventuais contratos; **IX -** emitir relatórios parciais a cada dois meses ou em prazo menor, caso haja fatos que justifiquem um novo relatório; **X -** emitir relatório final, ao final da vigência das atas de registro de preços ou de eventuais contratos extraídos das mesmas; **XI -** submeter os relatórios à sua chefia imediata, para que tome conhecimento, com aposição de visto; **XII -** enviar duas cópias dos relatórios parciais e final, sendo: a) Uma cópia para o Departamento de Licitação e Contratos; e b) Uma cópia para o Setor do APLIC. **XIII -** encaminhar ao Departamento de Licitação e Contratos toda documentação adicional relativa à fiscalização e ao acompanhamento da execução das atas ou de eventuais contratos.

Art. 3º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

JANAILZA TAVEIRA LEITE

Prefeita

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO FÉLIX DO ARAGUAIA - LICITAÇÃO - THAYANE RAMOS BOTELHO
PORTARIA N. º 242, 22 DE JANEIRO DE 2021

PORTARIA N. º 242, 22 DE JANEIRO DE 2021

Dispõe sobre a nomeação dos Fiscais de Contratos Responsáveis pela contratação de empresas com o objetivo de adquirir toner compatível, cartucho de tinta, cilindro compatível e papel sulfite A-4 para todos os Departamentos e Secretarias da Prefeitura Municipal de São Félix do Araguaia – MT.

A PREFEITA MUNICIPAL DE SÃO FÉLIX DO ARAGUAIA, **ESTADO DE MATO GROSSO**, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal e, em consonância com o Artigo 67 da Lei Federal n° 8.666, de 21 de junho de 1993, resolve:

Art. 1° Nomear os servidores públicos da Prefeitura de São Félix do Araguaia – MT, Sra. IVALDERINA BARBOSA DA SILVA, CPF: 705.383.011-04 contrato/matrícula: 676-1, e o Sr. NAOMÃ SILVA CARMO COSTA, CPF: 042.895.141-46, matrícula/contrato: 4553-1, para exercerem a função de Fiscal dos Contratos n.º 03 e 04 de 2021, sendo as contratadas: MARCOS S BIUDES - EIRELI CNPJ Nº 08.257.279/0001-03 e MARIA ALICE DA SILVA EIRELI-ME CNPJ Nº 14.284.593/0001-70.

Paragrafo único. O Contrato tem como objetivo adquirir toner compatível, cartucho de tinta, cilindro compatível e papel sulfite A-4 para todos os departamentos e secretarias da Prefeitura Municipal de São Félix do Araguaia – MT.

Art. 2º Fica determinado ao fiscal aqui designado que acompanhe a execução das atas de registro de preços ou de eventuais contratos, tomando as seguintes providências:

I - ler atentamente o edital, as atas e eventuais contratos, assim como os anexos, principalmente quanto: a) à especificação do objeto; e b) ao cronograma e prazo de prestação dos serviços. **II -** acompanhar a execução dos serviços, tendo como base os direcionamentos registrados nas atas de registro de preços ou eventuais contratos, exercendo rigoroso controle sobre o cronograma de execução dos serviços; **III -** receber a fatura de cobrança, conferindo se: a) as condições de pagamento foram obedecidas; b) o valor cobrado corresponde exatamente àquilo que foi prestado; c) a nota fiscal está dentro do prazo de validade e se está corretamente preenchida; d) a nota fiscal está acompanhada das guias de quitação do FGTS e INSS sobre a mão de obra empregada, se for o caso; e e) os tributos sobre serviços prestados por pessoas físicas, como INSS, ISSQN e IRPF foram devidamente calculados e as guias de retenção estão anexas à nota fiscal. **IV -** atestar o fornecimento efetivamente realizado, buscando auxílio caso haja dúvidas na atestação; **V -** encaminhar a nota fiscal para pagamento; **VI -** acompanhar se o pagamento ocorreu da forma prevista, considerando: a) contribuição patronal ao INSS, bem como se houve encaminhamento para elaboração da GEFIP/INSS; b) a retenção e recolhimento do IRPF e ISSQN ao tesouro municipal; e c) o crédito do valor líquido para o favorecido. **VII -** informar o descumprimento de cláusulas contratuais, mormente quanto ao prazo, com o fim de aplicação das sanções cabíveis; **VIII -** manter contato regular com o preposto/representante das contratadas, com vistas a permitir o fiel cumprimento das atas de registro de preços ou de eventuais contratos; **IX -** emitir relatórios parciais a cada dois meses ou em prazo menor, caso haja fatos que justifiquem um novo relatório; **X -** emitir relatório final, ao final da vigência das atas de registro de preços ou de eventuais contratos extraídos das mesmas; **XI -** submeter os relatórios à sua chefia imediata, para que tome conhecimento, com aposição de visto; **XII -** enviar duas cópias dos relatórios parciais e final, sendo: a) Uma cópia para o Departamento de Licitação e Contratos; e b) Uma cópia para o Setor do APLIC. **XIII -** encaminhar ao Departamento de Licitação e Contratos toda documentação adicional relativa à fiscalização e ao acompanhamento da execução das atas ou de eventuais contratos.

Art. 3º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

JANAILZA TAVEIRA LEITE

Prefeita

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DO RIO CLARO

SECRETARIA MUNICIPAL DE FINANÇAS
ATA DE AUDIÊNCIA PÚBLICA SOBRE O CUMPRIMENTO DAS METAS FISCAIS DO 3º QUADRIMESTRE DE 2020

Aos dezoito dias do mês de fevereiro de dois mil e vinte um, ás nove horas, na Câmara Municipal de São José do Rio Claro, sito a Avenida Mato Grosso, 38, Centro, Estado de Mato Grosso, conforme publicado nos murais do Paço e Câmara Municipal, site da Prefeitura Municipal e Diário Oficial dos Municípios – AMM e atendendo solicitação do Chefe do Poder Executivo, inicia a audiência pública para apresentação dos demonstrativos fiscais referente ao terceiro quadrimestre do exercício de 2020, sendo transmitida ao vivo pelo endereço eletrônico http://www.facebook.com/prefeituradesjrc/ em virtude do corona vírus. O Prefeito Municipal, Levi Ribeiro, faz abertura da Audiência Pública agradecendo a todos que virtualmente assistem ao endereço eletrônico publicado para a apresentação, que atendendo ao princípio da continuidade deu-se por aberta a referida Prestação de Contas. O assessor Marcos Antonio Maia deu início a audiência explicando sobre a necessidade de evitar aglomerações de pessoas, uma vez que o mundo passa por uma situação de calamidade em virtude da Covid19, deu andamento na apresentação da prestação de contas falando da importância da audiência que tem como principal objetivo a transparência das contas públicas, para que a sociedade se conscientize a respeito da Gestão Municipal através da aplicação de seus índices constitucionais, respaldada em sua base legal trazida pela Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF). Diante das explicações legais adentrou na finalidade detalhando os conceitos dos tipos de receita pública, que é todo e qualquer recolhimento feito aos cofres públicos, efetuados através de numerários ou outros bens representativos de valores incorporado ao Patrimônio do Município. As Receitas Consolidadas do Município foram estimadas (previstas) no total de R$ 67.133.370,00 e executada em R$76.897.376,20 sendo assim distribuídas: Receitas Correntes teve estimativa de R$ 57.984.899,71 e foi arrecadada R$ 69.806.980,94, até o terceiro quadrimestre, atingindo um percentual de 120,39% do previsto. As Receitas de Capital foram estimadas (previstas) em R$ 5.231.270,29 e arrecadou-se R$ 3.234.271,62, o que equivale a 61,83% do previsto para o exercício financeiro corrente e, Receitas Correntes Intraorçamentárias que de R$3.917.200,00 arrecadou-se R$3.856.123,64, alcançando 98,44% do valor previsto, perfazendo um total geral de 114,54% entre receita executada para receita prevista. Deu ênfase nas receitas por Entidade sendo, Prefeitura Municipal e Previdência dos Servidores Públicos de São José do Rio Claro explicando cada uma das contas e seus detalhamentos e a sua importância na arrecadação municipal. O Município atingiu a Meta de Receita Primária estimada na Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) em 119,76% oriunda de R$60.351.370,00 para R$72.279.207,42. Em seguida, explanou sobre as despesas públicas consolidadas, que conceitua-se pelos conjunto de dispêndios realizados pelo ente público para o funcionamento e manutenção dos serviços públicos prestados à sociedade e fixado na Lei Orçamentária Anual (LOA), no valor de, R$ 67.133.370,00, sendo atualizado em R$ 76.898.884,90 e executado em R$66.741.311,07 sendo equivalente a 86,79% de realização no exercício financeiro. Comentou ainda da necessidade do equilíbrio entre as receitas arrecadadas e as despesas realizadas. Demonstrou de forma explicativa as despesas por entidade, unidade orçamentária e classificação por elemento de despesa separadas em custeio e investimento, explicando cada uma, para melhor entendimento. Apresentando o resultado primário, o Município apresentou um Superávit de R$9.394.019,99, uma vez que teve uma receita primária superior a despesa. O Município não possui dívida pública, logo não apresenta meta de Resultado nominal para cumprir. Explanou os gastos com Manutenção e desenvolvimento do ensino e Serviços públicos de saúde, onde os índices foram de 25,07% e de 25,71%, respectivamente. A aplicação nos gastos com pessoal atingiu 44,40% da Receita Corrente Líquida em conformidade com o declarado no Relatório de Gestão Fiscal (RGF) e a aplicação com recurso do FUNDEB atingiu o percentual de 79,21%, dos respectivos recursos arrecadados até o terceiro quadrimestre. Em tempo, explicou sobre a dificuldade de aplicação dos 25% na Educação do Ensino Básico por motivo das aulas presenciais serem substituídas por aulas on line e apostiladas. Passou o endereço eletrônico do Município onde ficará à disposição de toda comunidade o material explanado na referida Audiência pública referente a prestação de contas do terceiro quadrimestre do exercício de 2020, nada mais a apresentar agradeceu as autoridades e deu por encerrada a apresentação e não havendo mais nada a relatar, eu Regiane da Silva Santos secretariei a presente Ata na qual assina.

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DO RIO CLARO
PORTARIA Nº 063/2021

DISPÕE SOBRE NOMEAÇÃO DO FISCAL DE ACOMPANHAMENTO E EXECUÇÃO DO CONTRATO Nº 005/2021.

LEVI RIBEIRO, Prefeito Municipal de São José do Rio Claro, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

Art. 1º - Nomear os Servidores VANDERLEI LUIZ GOMIDES e FRANCISCO CARLOS AYELLO, como Fiscal e Suplente, respectivamente, para o exercício de acompanhamento e fiscalização da execução do **Contrato nº 005/2021**, celebrado em 1º/2/2021 com a Empresa **SAGA PANTANAL COMÉRCIO DE VEÍCULOS LTDA**, que tem como objeto a CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS E AQUISIÇÃO DE PEÇAS PARA MANUTENÇÃO PREVENTIVAS DO VEÍCULO RENAULT – MODELO MASTER FURGÃO – PLACA: QCJ-7452.

Art. 2° - Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal,

São José do Rio Claro-MT, 10 de fevereiro de 2021.

LEVI RIBEIRO

Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DO RIO CLARO
PORTARIA Nº 064/2021

DISPÕE SOBRE NOMEAÇÃO DO FISCAL DE ACOMPANHAMENTO E EXECUÇÃO DO CONTRATO Nº 006/2021.

LEVI RIBEIRO, Prefeito Municipal de São José do Rio Claro, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

Art. 1º - Nomear os Servidores ALBERTO CARDOSO DE CASTRO e LUCIANA CRISTINA TENFEN, como Fiscal e Suplente, respectivamente, para o exercício de acompanhamento e fiscalização da execução do **Contrato nº 006/2021**, celebrado em 1º/2/2021 com a Empresa **CIRÚRGICA GONÇALVES LTDA - EPP**, que tem como objeto a CONTRATAÇÃO PARA AQUISIÇÃO DE MÁSCARAS N95.

Art. 2° - Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação, revogadas as disposições em contrário, em especial a Portaria nº 061/2021.

Gabinete do Prefeito Municipal,

São José do Rio Claro-MT, 11 de fevereiro de 2021.

LEVI RIBEIRO

Prefeito Municipal

DEPARATAMENTO DE LICITAÇÃO
ADESÃO Nº 003/2021

EXTRATO DE ADESÃO Nº 003/2021

O Município de São José do Rio Claro – MT, através da Comissão Permanente de Licitação, torna público, para quem possa interessar que aderiu a Ata de Registro de Preços 012/2020, referente ao Pregão Eletrônico nº 006/2020, realizado pela SAAE – Lucas do Rio Verde - MT, para **AQUISIÇÃO DE MASSA ASFÁLTICA DO TIPO CBUQ (CONCRETO BETUMINOSO USINADO À QUENTE) EMBALADO EM SACOS DE 25 KG, PARA REPOSIÇÃO DE ASFALTO PARA O MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ DO RIO CLARO - MT**, valor do contrato de R$ 19.200,00 (Dezenove mil e duzentos reais). No julgamento do certame supracitado resultou vencedora a empresa: VOLTASA ENGENHARIA LTDA, CNPJ: 24.149.586/0001-19. São José do Rio Claro – MT, 23 de fevereiro de 2021. Levi Ribeiro. Prefeito Municipal.

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DO XINGU

ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº 020/2021

PORTARIA Nº 020/2021

DE 19 DE FEVEREIRO DE 2021.

DISPÕE SOBRE DESIGNAÇÃO DE SERVIDORES PARA ATUAREM COMO FISCAIS DE CONTRATOS DA PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DO XINGU-MT.

PREFEITA MUNICIPAL de São José do Xingu - MT, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 71, incisos I ao XXVIII, da Lei Orgânica do Município, e de acordo com o disposto no Art. 67 da Lei Federal n. 8.666/93.

R E S O L V E:

Art. 1º - DESIGNAR, como representante da Administração Pública Municipal, para exercer a função de fiscal do contrato correspondente aos processos licitatórios vigentes, observando para tanto o edital de licitação, seus anexos e seu respectivo contrato, como segue:

§1º Designa servidores público municipais qualificados, Sr. **Tiago da Silva Lima** -Titular **como** FISCAL DO SEGUINTE CONTRATO nº 003/2021 e **Ludmila Alves Lopes** Titular Fiscal do Contrato nº 004/2021

§2º Os servidores designados ficam responsáveis pela fiscalização dos contratos respectivo a vossa secretaria, departamento e/ou unidade gestora.

NUMERO DO CONTRATO	***OBJETO***
CONTRATO 003/2021	*O Presente contrato visa a futura e eventual contratação de empresa para prestação de serviço Médicos Clinico Geral, para atender a Secretaria de Saúde, conforme especificações no termo de referência.*
NUMERO DO CONTRATO	***OBJETO***
CONTRATO 004/2021	Constitui o objeto da presente licitação o registro de preços, visando futuras e eventuais aquisições de combustíveis, e seus derivados para os veículos de propriedade do município, de acordo com as necessidades da prefeitura municipal de são José do Xingu - MT, a serem fornecidas em atendimento à solicitação das secretarias, de acordo com as especificações contidas no Anexo I – Termo de Referência;

§3º Como substitutos dos representantes acima, designa-se a Sra. Rosicleia da Silva Cruz, para o Contrato nº 003/2021 e Jeferson André dos Santos Santana, Contrato nº 004/2021, que deverão atuarem nas ocasiões de afastamentos por licenças e férias ou outros correlatos.

Art. 2º - Cabe ao fiscal do contrato: ‘’

I. Responsabilizar-se pela supervisão do contrato, administrando-o de conformidade com as disposições contratuais e editalícias;

II. Certificar a execução dos serviços;

III. Pronunciar-se por escrito sobre a prorrogação do contrato, antes da extinção deste, em tempo hábil para, se for o caso, ser promovida a abertura de nova licitação, dispensa ou inexigibilidade;

IV. Adotar toda e qualquer providência necessária à perfeita execução do contrato, podendo valer-se dos demais órgãos da Prefeitura Municipal de São José do Xingu-MT;

V. Notificar por escrito a CONTRATADA, quando a mesma deixar de cumprir qualquer cláusula contratual e encaminhar cópia da referida notificação à

Secretaria Municipal de Administração;

VI. Anotar em registro próprio todas as ocorrências relacionadas a execução dos serviços.

Art. 3º - As decisões e providências que ultrapassem a competência do representante da Administração Pública, designado acima, deverão ser solicitadas em tempo hábil para a adoção das medidas convenientes.

Art. 4º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 5º - Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito

Em, 19 de fevereiro de 2021.

Sandro José Luz Costa

Prefeito Municipal

Registre-se, Publique-se Cumpra-se.

ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº 019/2021

PORTARIA Nº 019/2021 DE 18 DE FEVEREIRO DE 2021.

DISPÕE SOBRE RETORNO DE LICENÇA SAUDE.

O Prefeito Municipal de São José do Xingu, Estado de Mato Grosso, Sr. Sandro José Luz Costa no uso de suas atribuições legais em conformidade com a Legislação em vigor, baixa a seguinte PORTARIA:

Art. 1° - Retorna da Licença Saúde a Servidora FABIANA ALVES DA CONCEIÇÃO ocupante do cargo de Auxiliar de Serviços Gerais, lotada na Secretaria Municipal de Infraestrutura/Obras, neste município de São José do Xingu – MT, conforme laudo médico com pedido de readaptação, a partir de 18 de fevereiro de 2021.

Art. 2° - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito

Em, 18 de fevereiro de 2021.

Sandro José Luz Costa

Prefeito Municipal

Registre-se, Publique-se Cumpra-se

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DOS QUATRO MARCOS

DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº 090 DE 22 DE FEVEREIRO DE 2021

DISPÕE SOBRE CONCESSÃO DE FÉRIAS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS:

JAMIS SILVA BOLANDIN, Prefeito de São José dos Quatro Marcos, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas no INCISO II no artigo 73 da LEI ORGÂNICA DO MUNICÍPIO;

RESOLVE:

Artigo 1º - CONCEDER férias a servidora MICHELE PRADO BRAGA, no período de 22/02/2021 a 23/03/2021, referente ao período aquisitivo 2017/2018.

Artigo 2º - Esta PORTARIA entrará em vigor na data de sua publicação, revogando as disposições em contrário.

REGISTRADA	PUBLICADA	CUMPRA-SE

PREFEITURA DE SÃO JOSÉ DOS QUATRO MARCOS

AOS 22 DE FEVEREIRO DE 2021

JAMIS SILVA BOLANDIN

Prefeito Municipal

PUBLICADA POR AFIXAÇÃO NO LOCAL DE COSTUME

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO PEDRO DA CIPA

CONTABILIDADE
EDITAL DE CONVOCAÇÃO DE AUDIÊNCIA PÚBLICA Nº 001/2021 - RGF 3º QUAD 2020

EDITAL DE CONVOCAÇÃO DE AUDIÊNCIA PUBLICA

nº 001/2021

O Prefeito Municipal de São Pedro da Cipa, Estado de Mato grosso, atendendo o disposto na Constituição Federal, no art. 9º, §4 da Lei Complementar nº 101/2000, torna público que fará realizar, na data, horário e local abaixo especificado AUDIÊNCIAPÚBLICA, com o objetivo de ***DEMONSTRAR E AVALIAR O CUMPRIMENTO DAS METAS FISCAIS DO 3º QUADRIMESTRE DO EXERCÍCIO DE 2020***, para o processo de tomada de decisões no âmbito do Poder Executivo Municipal, bem como proporcionar aos cidadãos a oportunidade de encaminhar sugestões e opiniões sobre o tema.

PROCEDIMENTOS APLICÁVEIS À AUDIÊNCIA PÚBLICA 001/2021

Objetivo: **Apresentar e avaliar o cumprimento das metas fiscais do 3º quadrimestre de 2020.**

Local: Câmara de Vereadores**;**

1) Data: 26/02/2021

2) Horas: 16:00

3) Normas:

a) Será obrigatório o uso de máscara protetora e distanciamento mínimo de 1,5m por pessoa;

b) Os participantes deverão higienizar suas mãos com álcool antes de adentrar no plenário;

c) Será apresentado pelo Setor de Contabilidade e Planejamento;

d) As solicitações de esclarecimentos sobre a matéria, formulada previamente, serão elucidadas em bloco por área (saúde, educação, infraestrutura, gestão social, desenvolvimento econômico, administração e finanças), durante a Audiência Pública. As solicitações de esclarecimentos, formuladas durante a Audiência, serão esclarecidas após as manifestações verbais também em bloco por área, conforme programação abaixo.

4) AGENDA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA

HORARIO	PROGRAMAÇÃO
16 horas	Abertura
16:15 as 17:00	Apresentação das metas fiscais
17:00 às 17:30	Pronunciamento dos presentes
18:00 horas	Encerramento

São Pedro da Cipa, 22 de fevereiro de 2021.

EDUARDO JOSÉ DA SILVA ABREU

Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE SERRA NOVA DOURADA

AVISO DE ADESÃO A ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 020/2020

A prefeitura Municipal de Serra Nova Dourada-MT, Declara que aderiu a **Ata de Registro de Preços nº 020/2020** decorrente do **Pregão Presencial nº 022/2020**, realizado pela **Prefeitura Municipal Nova Nazaré - MT, que tem por objeto ADESÃO A ATA DE REGISTRO DE PREÇOS REFERENTE AO PREGÃO PRESENCIAL Nº 022/2020, DA PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA NAZARE-MT** que tem por objeto a **AQUISIÇÃO DE MATERIAIS DE CONSUMO (MEDICAMENTOS E INSUMOS) PARA ATENDER OS BENEFICIÁRIOS DO SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE, EM CUMPRIMENTO À CONSTITUIÇÃO FEDERAL DE 05/10/1988 E LEI Nº 8.080/1990 DO MUNICIPIO DE SERRA NOVA DOURADA - MT**,conforme especificações do termo de referência – anexo I do edital, cuja detentoras das ATAS são as empresas:

A empresa INOVAÇÕES COMÉRCIO DE MEDICAMENTOS E PRODUTOS PARA SAÚDE LTDA

CNPJ: 32.138.304/0001-06

CIDADE: Assis Chateaubriand – PR

END: nà Rua General Osorio n° 150, centro

CEP: 85.935-000

Srº. Emerson Amâncio de Melo,

portador do CPF n° 869.947.279-04

Representante Legal.

A empresa FAMA DISTRIBUIDORA HOSPITALAR EIRELI

CNPJ nº 03.250.803/0001-92

CIDADE: Cuiaba – MT

END: Rua Profº Joao Felix, n° 635 – Sala 92 – Lixeira, Centro

CEP: 85.935-000

Srº. Gean Carlo de Moura Santana

portador do CPF nº 002.426.811-90

Representante Legal.

VALOR DE REFERENCIA TOTAL DA ADESAO: R$ **764.415,92** (setecentos e sessenta e quatro mil, quatrocentos e quinze reais e noventa e dois centavos). que serão pagos conforme a aquisição.

Serra Nova Dourada – MT, 23 de fevereiro de 2021.

Pregoeira

EXTRATO DO SEGUNDO TERMO ADITIVO AO CONTRATO N.º 004/2019.

PROCESSO Nº 006/2018.

PREGÃO PRESENCIAL N.º 006/2018

CONTRATO Nº 004/2019

OBJETO DO CONTRATO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NA PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE LOCAÇÃO DE VEÍCULOS COM MOTORISTA PARA USO NO TRANSPORTE ESCOLAR MUNICIPAL, A FIM DE ATENDER AS NECESSIDADES DA SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, CULTURA, ESPORTE E LAZER DO MUNICÍPIO DE SERRA NOVA DOURADA - MT, CONFORME DESCRITO NO ANEXO I – TERMO DE REFERÊNCIA DESTE EDITAL.

OBJETO DO TERMO ADITIVO: PRORROGAÇÃO DA VIGÊNCIA DO CONTRATO N.º 004/2019, PELO PERIODO DE 12 (DOZE) MESES.

FAVORECIDO: E.T. DEOLIVEIRA TRANSPORTE ME.

CNPJ: 29.245.991/0001-54.

PRAZO DE VIGÊNCIA DO 2º TERMO ADITIVO: DO DIA 15/03/2021 A 14/03/2022;

DATA DE ASSINATURA: 23/02/2021

VALOR GLOBAL: NÃO HÁ ALTERAÇÃO NO VALOR DO CONTRATO.

FUNDAMENTO LEGAL: Artigo 57, inciso II, da Lei nº 8.666/93.

Serra Nova Dourada - MT, em 23 DE FEVEREIRO DE 2021.

PREFEITURA MUNICIPAL DE SERRA NOVA DOURADA - MT

PREFEITURA MUNICIPAL DE TABAPORÃ

PORTARIA Nº. 112/2021

O Prefeito Municipal de Tabaporã, Estado de Mato Grosso, Exmo Sr. SIRINEU MOLETA, usando de suas atribuições que lhe são conferidas por Lei,

RESOLVE:

Artigo 1º. – **REENQUADRAR NA CLASSE D – Nível 13**, por erro na progressão horizontal realizada anteriormente, o Senhor **JOSE RICARDO RODRIGUES,** servidor efetivo, com matrícula no RH nº. 1036, no cargo de **Agente de Saúde I – Agente de Combate a Endemias,** lotado **na Secretaria Municipal de** Saúde desta Prefeitura.

Artigo 2º. – Em razão do reenquadramento, a remuneração mensal da servidora supracitada passará a ser de R$: 2.555,51 (Dois Mil, Quinhentos e Cinquenta e Cinco Reais, Cinquenta e Um Centavos).

Artigo 3º. – Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando as disposições em contrário.

Publique-se;

Registre-se;

Cumpra-se.

Gabinete do Prefeito de Tabaporã - MT, em 22 de Fevereiro de 2021.

SIRINEU MOLETA

PREFEITO MUNICIPAL

PORTARIA Nº. 125/2021

O Prefeito Municipal de Tabaporã, Estado de Mato Grosso, Exmo Sr. SIRINEU MOLETA, usando de suas atribuições que lhe são conferidas por Lei,

RESOLVE:

Artigo 1º. – CONCEDER *"FÉRIAS", de 30 (Trinta) dias, iniciando-se em 03/03/*2021, com término em 01/04/2021*, *referente ao período aquisitivo de 15/10/2018 à 14/10/2019, a* senhora ***RANIELE EUGENIA CLAUDINO RODRIGUES*,** servidora efetiva, com matricula no RH nº. 1836, admitida em 15/10/2018, no cargo de **Técnica da Saúde I – Técnica em Enfermagem**, **lotada na Secretaria Municipal de Saúde desta Prefeitura**, de acordo com a Lei Municipal nº. 218/1999, Art. 87, e ainda, com a Constituição Federal.

Artigo 2º. - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando as disposições em contrário.

Registre-se;

Publique-se;

Cumpra-se.

Gabinete do Prefeito de Tabaporã MT, em 24 de Fevereiro de 2021.

SIRINEU MOLETA

PREFEITO MUNICIPAL

CONTABILIDADE
ATA DA AUDIENCIA PUBLICA - 3º QUADRIMESTRE DE 2020

Aos 22 (vinte e dois dias) do mês de fevereiro de 2021, às 15:00 horas, realizou-se nas dependências da Prefeitura Municipal de Tabaporã, situada na Av. Comendador José Pedro Dias, 979 N - Bairro Centro, Tabaporã – MT, a 3ª Audiência Pública de Demonstração e Avaliação do Cumprimento das Metas Fiscais referente ao 3º (Terceiro) Quadrimestre do Exercício Financeiro de 2020, em cumprimento as exigências da Lei de Responsabilidade Fiscal, via Live com transmissão ao vivo na página da Prefeitura Municipal de Tabaporã – MT, Prefe Tabaporã. A abertura se deu pelo Senhor Valcinei Aparecido Silva, Assessor de Comunicação desta Prefeitura Municipal, que agradeceu a todos os internautas que estão assistindo a Live. Disse ainda, em caso de questionamento, utilizar o ***Chat*** da página do ***Facebook*** para enviar suas perguntas que serão respondidas. O Senhor Valcinei Aparecido Silva passa a palavra para a Senhora Alessandra Ferreira da Silva, Contadora desta Prefeitura, que fez a apresentação inicial citando o artigo 9° da Lei Complementar 101. Ressaltou ainda sobre a Lei de Responsabilidade Fiscal (LC 001/2000), como sendo um instrumento legal para apresentar à população em geral os dados que trazem o cumprimento das metas fiscais. Deu prosseguimento à apresentação através de Slides, que vai anexo a esta ata. A apresentação iniciou às 15:00 hrs (quinze horas). Em seguida, passou a apresentar os dados relativos a execução orçamentária, tendo como objetivo a analise das receitas e despesas do Quadrimestre. Para apresentação dos dados foram montados gráficos e planilhas para detalhar melhor a compreensão por todo cidadão que participou desta audiência, demonstrando o comparativo da receita estimada com a receita arrecadada, ou seja, receita real, com os valores referentes do quadrimestre, compreendendo 01/09/2020 a 31/12/2020. Explicou também a composição das receitas, classificando–as em Tributarias, Contribuição, Patrimonial, de Capital, de Transferência do Estado e da União e outras Receitas Correntes. Foi enfatizado que os resultados atingidos evidenciam que a avaliação foi bastante positiva em um cenário incerto que ora país vive. Apesar do exercício de 2020 ter sido um ano atípico, a situação pode ser considerada regular. O desempenho da maioria das receitas não foram afetados pelos reflexos da Covid-19, a queda na arrecadação do FPM foi compensada com o Apoio Financeiro MP 938 e LC 173/2020. O superávit orçamentário foi de R$ 2.851.049,00, para a prefeitura e de R$ 2.246.369,00 para o Fundo de previdência. O Superávit Primário Consolidado de R$ 5.975.702,00 sendo da Previporã apenas R$ 43.377,00. Até 31/12/2020 ocorreu a utilização do superávit Financeiro do ano de 2019 no valor de R$ 4.443.555,00. Apesar do déficit primário apurado pelo Governo Federal, Tabaporã Cresceu. Sendo assim, até o momento as finanças do Município de Tabaporã/MT, encontram-se em equilíbrio, conforme demonstrado. Portanto, tendo garantido o equilíbrio fiscal, foi assegurada a realização dos serviços públicos de atendimento à população. Abriu-se em seguida a oportunidade para os internautas formularem os questionamentos, sanar duvidas ou ainda exponham suas opiniões acerca dos assuntos ora tratados. Como não houve questionamentos a Sr(a). Alessandra Ferreira Da Silva declarou encerrada a presente Audiência Pública do Terceiro Quadrimestre de 2020. Nada mais havendo a tratar, eu Valdecir Chessa, _____ lavrei a presente ata a convite, assinando juntamente com os demais presentes.

Sirineu Moleta

Prefeito Municipal Gestão 2021/2024

PORTARIA Nº. 126/2021

O Prefeito Municipal de Tabaporã, Estado de Mato Grosso, Exmo Sr. SIRINEU MOLETA, usando de suas atribuições que lhe são conferidas por Lei,

RESOLVE:

Artigo 1º. – CONCEDER "*FÉRIAS", de 30 (Trinta) dias, iniciando-se em 02/03/2021*, com término em 31/03/2021, *referente ao período aquisitivo de 19/04/2019 à 18/04/2020,* ao senhor ***JOSE RAMOS DOS REIS*,** servidor efetivo, com matricula no RH nº. 50, no cargo de **Agente da Administração Pública – Operador de Motoniveladora**, lotado na Secretaria Municipal de Obras e Serviços Urbanos desta Prefeitura, de acordo com a Lei Municipal nº 218/1999, Art. 87, e ainda, com a Constituição Federal.

Artigo 2º. - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Registre-se;

Publique-se;

Cumpra-se.

Gabinete do Prefeito de Tabaporã - MT, em 24 de Fevereiro de 2021.

SIRINEU MOLETA

PREFEITO MUNICIPAL

PREFEITURA MUNICIPAL DE TANGARÁ DA SERRA

SERRAPREV
PORTARIA N.º 010/2021

O Prefeito do Município de Tangará da Serra/MT, no uso de suas atribuições legais e;

CONSIDERANDO o disposto no § 8º do art. 23 da Emenda Constitucional nº 103/2019, e os pressupostos contidos no artigo 40, § 7º, inciso I, da Constituição Federal, com redação dada pela Emenda Constitucional n.º 41/2003, c/c art. 33, inciso I, artigo 7º, inciso I, art. 35, inciso I, art. 37, § 1º, inciso V, alínea "c", item "6" da Lei Complementar n.º 153 de 14 de abril de 2011, que dispõe sobre a previdência social dos servidores públicos do Município de Tangará da Serra/MT;

RESOLVE:

Art. 1º. Conceder o benefício de **PENSÃO POR MORTE**, em decorrência do falecimento do Sr. **Sebastião Roque Mega Filho**, brasileiro, portador do RG n.979887 SSP/PR e inscrito no CPF. Sob n.º 208.135.979-00, servidor aposentado por incapacidade permanente para o trabalho, no cargo de Motorista - Fundamental, Nível "II", Classe "A", em favor da **Sra. Nadir Souza Mega,** cônjugedo *de "cujus"*, portadora do RG nº 3137330-5 SESP/MT e inscrita no CPF nº. 884.421.441-53, o equivalente a 100% (cem por cento) da cota, conforme processo administrativo do **SERRAPREV, n.º 2021.07.0003P**, a partir de **08/01//2021**, data do óbito, até posterior deliberação.

Art. 2º. Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, **retroagindo os seus efeitos legais a partir de 08 de janeiro de 2021**, revogadas as disposições em contrário.

Publique-se. Registre-se. Cumpra-se.

Tangará da Serra - MT, 05 de fevereiro de 2021.

VANDER ALBERTO MASSON

Prefeito Municipal

LAURA PEREIRA

Diretora Executiva do SERRAPREV

SERRAPREV
PORTARIA Nº 01/2021

O Prefeito do Município de Tangará da Serra/MT, no uso de suas atribuições legais e;

CONSIDERANDO o disposto no § 8º do art. 23 da Emenda Constitucional nº 103/2019, e considerando o preenchimento dos pressupostos contidos no artigo 40, § 7º, inciso II, da Constituição Federal, com redação dada pela Emenda Constitucional n.º 41/2003, c/c art. 33, inciso II, artigo 7º inciso I, art. 35, inciso I, da Lei Complementar n.º 153 de 14 de abril de 2011, que dispõe sobre a previdência social dos servidores públicos do Município de Tangará da Serra/MT;

RESOLVE:

Art. 1º. Conceder o benefício de **PENSÃO POR MORTE**, em decorrência do falecimento do Sr. **Edson Vicente da Costa**, brasileiro, portador da cédula de identidade RG n.º 35348728-4 SSP/SP, inscrito no CPF sob o n.º 349.105.731-00, servidor efetivo no cargo de Agente Administrativo I, Classe "F10", Nível "V", com carga horária de 40 horas semanais, devidamente matriculado sob nº. 000633, lotado no Gabinete do Prefeito do Município de Tangará da Serra/MT, no percentual de 50% (cinquenta por cento) em favor da filha menor **Mariana Marx Dias da Costa,** portadora do CPF sob n. 033.849.151-19, nascida em 15/11/2006, representada legalmente por sua genitora **Sra. Andreia Dias dos Santos**, portadora do RG nº. 1753981-1 SSP/MT e CPF sob. Nº. 016.149.791-89, e 50% (cinquenta por cento) para a esposa **Sra. Carla Fernanda Toloi Ferreira da Costa**, portadora do RG n. 0896136-0 SJ/MT e CPF sob n. 810.904.981-87, conforme processo administrativo do SERRAPREV, n.º 2020.07.00135P, até posterior deliberação.

Art. 2º. Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, **retroagindo os seus efeitos legais a partir da data do falecimento, 06/11/2020**, revogadas as disposições em contrário.

Publique-se. Registre-se. Cumpra-se.

Tangará da Serra - MT, 05 de janeiro de 2021.

VANDER ALBERTO MASSON

Prefeito Municipal

LAURA PEREIRA

Diretora Executiva do SERRAPREV

SECRETARIA MUNICIPAL DE MEIO AMBIENTE
EDITAL DE DEFERIMENTO DA LICENÇA AMBIENTAL

A Secretaria Municipal de Meio Ambiente da Prefeitura Municipal de Tangará da Serra, em consonância com o artigo 103 da Lei Orgânica do Município de Tangará da Serra/MT, torna públicas as seguintes licenças ambientais emitidas:

Processo	N.º da Licença	Nome/Razão Social	Atividade Licenciada
25587/2020	LO n.º 001/SEMMEA/2021	LA GANDRIA INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE PRODUTOS ALIMENTICIOS LTDA	PREPARAÇÃO DE ESPECIARIAS, MOLHOS, TEMPEROS E CONDIMENTOS
35224/2020	LO n.º 002/SEMMEA/2021	MARCOS AURÉLIO ESQUINELATO 56832222149	LAVAGEM DE VEÍCULOS
28814/2020	LO nº 003/SEMMEA/2021	RADAR MIX – INDUSTRIA DR RAÇÃO ANIMAL LTDA	FABRICAÇÃO DE RAÇÕES BALANCEADAS PARA ANIMAIS (SOMENTE MISTURA)
32750/2020	LO n.º 004/SEMMEA/2021	JOSÉ DE PAULA	CRIAÇÃO DE FRANGOS PARA CORTE (REGIME DE CONFINAMENTO)
1239/2021	LOP nº 001/SEMMEA/2021	MUNICÍPIO DE TANGARÁ DA SERRA – MT	JAZIDA DE EMPRÉSTIMO PARA OBRAS PÚBLICAS
26327/2018	LO n.º 005/SEMMEA/2021	P. W. V. BOAS DE ABREU EIRELI	MANUTENÇÃO E REPARAÇÃO DE VEÍCULOS AUTOMOTORES
16448/2020	LO n.º 006/SEMMEA/2021	MAX MILTON GRENZEL	CRIAÇÃO DE FRANGOS PARA CORTE (REGIME DE CONFINAMENTO)

Tangará da Serra – MT, 23 de fevereiro de 2021.

Magno César Ferreira

Secretário Municipal de Meio Ambiente

DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS
EDITAL COMPLEMENTAR 004/2021 PROCESSO SELETIVO CONSELHO TUTELAR 01/2019

EDITAL COMPLEMENTAR Nº. 004/2021, REFERENTE AO EDITAL DE ABERTURA DO PROCESSO DE ESCOLHA UNIFICADA PARA CONSELHEIROS TUTELARES DO MUNICÍPIO DE TANGARÁ DA SERRA/MT N.º 01/2019.

O Município de Tangará da Serra/MT, através do Prefeito Municipal, **Vander Alberto Masson,** no uso de suas atribuições legais, **TORNA PÚBLICO o presente Edital para convocar o candidato aprovado e diplomado conforme** Edital Complementar nº. 014/2019, publicado em 04/11/2019, ano XIV Ed. 3.349, referente ao Processo de Escolha nº. 001/2019 dos membros do Conselho Tutelar para a **Gestão 2020/2023.**

Para que compareça no Departamento de Pessoal da Secretaria Municipal de Administração, 1º Piso do Paço Administrativo, situada a Avenida Brasil nº 2350-E no bairro Jardim Europa em Tangará da Serra-MT, conforme abaixo relacionado.

CONSIDERANDO oMemorando da Secretaria Municipal de Assistência Social nº 134/SEMAS/ADM/2021, protocolado sob o nº 4084/2021, que solicita a convocação de suplente de conselheiro tutelar para suprir período de férias de outros conselheiros tutelares.

RESOLVE:

Convocar o novo membro eleito que irá compor o Conselho Tutelar para a Gestão 2020/2023, conforme Resultado Final do Pleito Eleitoral e Diplomação em 05/11/2019:

CLASSIFICAÇÃO TITULARES	NOME DO (A) CANDIDATO (A)	TOTAL DE VOTOS
10	RAFAELA CARLOS ROZA	66

2. Para entrega de documento nos dias: 24/02/2021 e 25/02/2021 das 08:00 às 11h00 e 13h00 às 16h00 horas.

2.1 Os documentos abaixo relacionados deverão ser entregues na Secretaria Municipal de Administração no Departamento de Pessoal situada à Avenida Brasil nº 2350-E no bairro Jardim Europa em Tangará da Serra-MT, nos dias relacionados no Item 2 para entrega de documentos, munidos com ORIGINAIS E CÓPIAS dos documentos abaixo relacionados:

2.2 No ato da contratação o candidato deverá comparecer pessoalmente ou por terceiro mediante apresentação de procuração original com firma reconhecida em cartório;

a) Comprovante de escolaridade, ENSINO SUPERIOR COMPLETO: Diploma ou atestado de conclusão com comprovação da colação de grau, expedido em papel timbrado, com carimbo e assinatura do responsável legal da instituição;

b) Atestado Pré-admissional (APTIDÃO FÍSICA, MENTAL E PSICOLÓGICA). Agendado e Feito após a entrega dos documentos aqui mesmo na Prefeitura Municipal de Tangara da Serra – MT.

c) Cédula de Identidade (RG) e Cadastro de Pessoa Física (CPF);

d) Título de Eleitor e Certidão de Quitação Eleitoral;

e) Certidão de Reservista (quando do sexo masculino);

f) Certidão de Casamento ou Nascimento (conforme o caso);

g) Carteira Nacional de Habilitação – CNH;

h) Cópia da Carteira de trabalho na página da foto e verso e Extrato do PIS/PASEP ou cópia do cartão cidadão (emitido pelo Ministério do Trabalho);

i) Comprovante de residência;

j) Certidão de nascimento de filhos menores de 21 anos (se dependente);

k) Atestado de Vacinação do Candidato e dos filhos menores de 05 anos;

l) Frequência escolar dos filhos menores de 14 anos (se for o caso);

m) CPF dos filhos;

n) CPF do pai, mãe e cônjuge do candidato;

o) Certidão Negativa fornecida pelo Cartório Distribuidor da Comarca de Tangará da Serra-MT, relativo à existência ou inexistência de ações cíveis e criminais de 1º e 2º graus (com trânsito em julgado);

p) Certidão fornecida pela Prefeitura Municipal de Tangará da Serra, relativo à existência ou inexistência de débitos Municipais (Setor de Tributação ou através do site www.tangaradaserra.mt.gov.br);

q) Declarações: de não acúmulo de cargo público, de bens, de parentesco e de ficha limpa, conforme modelo disponibilizado pelo site www.tangaradaserra.mt.gov.br;

r) Declaração de Imposto de Renda Detalhada (Exercício 2020/Ano - Calendário 2019 ou mais recente);

s) Declaração emitida pela UPSPA – Unidade Permanente de Sindicância e Processo Administrativo Disciplinar, que não sofreu sanções disciplinares nos últimos 05 (cinco) anos, mediante processo administrativo devidamente instaurado, caso o mesmo já tenha servido ao Executivo Municipal em alguma função;

t) Cópia do cartão Banco Bradesco ou cópia de documento que especifique número da conta naquela Instituição Financeira;

u) Cartão SUS;

v) Cartão Vacina;

x) Foto 3x4;

z) Certificado de Diplomação de Conselheiro Tutelar Gestão 2020/2023.

Art. 3. O prazo de apresentação segue o art. 02 deste edital, findo o qual será providenciada a convocação imediata do aprovado subsequente, obedecida a ordem de classificação. Será considerado como desistente, o candidato que não se apresentar no prazo referido deste edital.

Art. 4. Será desclassificado o candidato que:

a) – não comparecer na data estipulada;

b) – não apresentar a documentação exigida no art. 2. do presente Edital;

c) – for declarado inapto para exercer o cargo a que foi classificado, mediante atestado médico.

Art. 5. Registre-se, publique-se e cumpra-se.

Tangará da Serra – MT, 23 de fevereiro de 2021.

Vander Alberto Masson

Prefeito Municipal

Ana Lucia Adorno de Sousa

Secretária Municipal de Assistência Social

Arielzo da Guia e Cruz

Secretário Municipal de Administração

SAMAE
AVISO DE ABERTURA - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 004/2021/SAMAE

O **SAMAE – Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto de Tangará da Serra - Mato Grosso,** através do Setor de Licitações, torna público para conhecimento dos interessados, que fará realizar Licitação na Modalidade **PREGÃO ELETRÔNICO Nº. 004/2021/SAMAE,** para seleção da melhor proposta pelo **MENOR PREÇO POR LOTE ,** tendo como objeto a **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM CONFECÇÃO DE TUBULAÇÕES E CONEXÕES PARA CONFIGURAÇÃO DE BARE-**

LETE E PARA INSTALAÇÃO DAS BOMBAS ELEVATÓRIAS DE ESGOTO NAS ESTAÇÕES DO JARDIM DO SUL E JARDIM BARCELONA DO SAMAE, TANGARÁ DA SERRA/MT. A abertura do certame está prevista para as **09h00min do dia 09 de Março de 2021 (Horário de Brasília)**.O horário de funcionamento do SAMAE de Tangará da Serra/MT**,** na Avenida Brasil, nº 2350-N, Paço Municipal - Anexo, Jardim Europa é de segunda a sexta-feira, exceto feriados, das 08h00m às 14h00m (horário de Brasília). O Edital completo poderá ser retirado no site: www.samaetga.com.br/publicacoes. Fone para contato: (65) 3311–6504 / 3311-6517.

Tangará da Serra/MT, 23 de Fevereiro de 2021.

EDINÉIA G. DE SOUZA VIEIRA

Setor de Licitação - SAMAE

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO
AVISO DE ABERTURA-PREGÃO ELETRÔNICO N° 08/2021

AVISO DE ABERTURA-PREGÃO ELETRÔNICO N° 08/2021-TIPO MENOR PREÇO POR ITEM. Objeto: **REGISTRO DE PREÇOS, para futura e eventual, AQUISIÇÃO DE NOBREAK DE 10 KVA PARA ATENDER NECESSIDADES DA SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO**,conforme especificações contidas no Termo de Referência e demais exigências estabelecidas no Edital e seus anexos. **Realização: 08 de Março de 2021 às 09h00 horário de Brasília**. Fundamento legal: Lei nº 8. 666/93, Lei nº 10.520/2002, Lei Complementar n° 123/2006, Decreto nº 3.555/2000, Decreto Federal nº 10.024/2019, Decreto Federal nº 7.892/ 2013 e Decreto Municipal nº 355/2019. Endereço Eletrônico: www.comprasnet.gov.br. Observação: O Edital e seus anexos estará disponível para acesso dos interessados a partir do dia **24 de Fevereiro de 2021,** no link http://www.tangaradaserra.mt.gov/licitacao/ e na plataforma www.comprasnet.gov.br. Demais informações, poderão ser obtidas através do telefone 65-3311-4800, 65-3311-4809.Tangará da Serra-MT, 23 de Fevereiro de 2021. Janine Cristina Gruber Nogueira – Chefe do Departamento de Licitações e Contratos – Portaria nº 045/2021.

PREFEITURA MUNICIPAL DE TERRA NOVA DO NORTE

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
EDITAL DE PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO Nº 001/2021 – A

Art. 1º - O Prefeito Municipal de Terra Nova do Norte- MT, no uso de suas atribuições legais **DIVULGA** o resultado da análise do pedido de isenção da taxa de inscrição, referente ao Processo Seletivo Simplificado aberto através do Edital Nº 001/2021, conforme segue:

INSCRIÇÃO	CARGO	NOME	DOCUMENTO	RESULTADO
484638	PROFESSOR - ÁREA LINGUAGEM	TANIA MARIA DA SILVA	16358708	DEFERIDO

REGISTRE-SE. PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

Terra Nova do Norte – MT, 22 de fevereiro de 2021.

Ricardo Martins dos Santos

Presidente da Comissão

CONTRATOS
PUBLICAÇÃO CHAMADA PUBLICA Nº 001/2021

AVISO DE LICITAÇÃO PREGÃO PRESENCIAL Nº 014/2021

CHAMADA PÚBLICA Nº 001/2021

O PREGOEIRO DA PREFEITURA MUNICIPAL DE TERRA NOVA DO NORTE-MT NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS, TORNA PÚBLICO QUE FARÁ REALIZAR A LICITAÇÃO A SEGUIR CARACTERIZADA:

PROCESSO: 019/2021

MODALIDADE: PREGÃO PRESENCIAL

OBJETO: CHAMADA PÚBLICA PARA AQUISIÇÃO DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS DA AGRICULTURA FAMILIAR**,** PRODUZIDOS POR FORNECEDORES INDIVIDUAIS, GRUPOS INFORMAIS DE AGRICULTORES FAMILIARES E GRUPOS FORMAIS, CONFORME ESPECIFICAÇÕES CONSTANTES NO TERMO DE REFERÊNCIA (ANEXO I), VISANDO ATENDER AO PROGRAMA DE ALIMENTAÇÃO ESCOLAR - PNAE DE TERRA NOVA DO NORTE E DEMAIS SECRETARIAS DO MUNICÍPIO.

TIPO: MENOR PREÇO POR ITEM

DATA: 08/03/2021

HORÁRIO: 08h00min

O PROCEDIMENTO LICITATÓRIO OBEDECERÁ AO DISPOSTO NA LEI FEDERAL Nº 8.666/1993 E SUAS ALTERAÇÕES POSTERIORES. O EDITAL COMPLETO ESTARÁ DISPONÍVEL NO SITE WWW.TERRANOVADONORTE.MT.GOV.BR **E TAMBÉM NO HORÁRIO DE EXPEDIENTE, NA PREFEITURA MUNICIPAL DE TERRA NOVA DO NORTE - MT / DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES, SITO AVENIDA CLOVES FELÍCIO VETORATTO, 101, CENTRO, TERRA NOVA DO NORTE - MT**, NO HORÁRIO DE EXPEDIENTE (7h00min ÀS 11h00min e das 13h00min às 17h00min). MAIORES INFORMAÇÕES PODERÃO SER OBTIDAS PELOS TELEFONES 66.3534.2503.

TERRA NOVA DO NORTE - MT, 23 DE FEVEREIRO DE 2021.

Edivaldo Moreira da Silva

Pregoeiro

PREFEITURA MUNICIPAL DE TORIXORÉU

PORTARIAS MUNICIPAIS.

PORTARIA N.º 71/2021 TORIXORÉU – MT, 23 DE FEVEREIRO DE 2021

"Nomeia membros da Comissão Especial de PATRIMÔNIO sob responsabilidade da administração Pública Municipal, para fins de REAVALIAÇÃO E DEPRECIAÇÃO DE BENS MÓVEIS e IMÓVEIS".

O EXCELENTÍSSIMO SENHOR THIAGO TIMO OLIVEIRA, PREFEITO DO MUNICÍPIO DE TORIXORÉU-MT, no uso de suas atribuições que lhe confere o artigo 96 e alínea "c" inciso II do artigo 120, ambos da Lei Orgânica Municipal, no uso de suas atribuições legais, conforme disposto na constituição federal e na Lei Orgânica Municipal, baixa a seguinte **PORTARIA:**

Art. 1º - Nomear os membros da Comissão Especial de Patrimônio sob responsabilidade da administração Pública Municipal, para fins **DE REAVALIAÇÃO E DEPRECIAÇÃO DE BENS MÓVEIS e IMÓVEIS.**

Membros:

1. **PABLINI FIGUEIREDO DE SOUSA**

2. **LUZIA BENTO CARNEIRO**

3. **KAYLLA HORRANA SILVA DE SOUSA**

Art. 2º - Compete à Comissão Especial de Patrimônio **DE REAVALIAÇÃO E DEPRECIAÇÃO DE BENS MÓVEIS e IMÓVEIS** adquiridos pela Administração Pública, avaliar bens móveis e imóveis do município e emitir relatórios que se fizerem necessários.

Art. 3º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial dos Municípios de Mato Grosso, revogando todos as disposições em contrário.

Registre, publique e cumpra-se.

Gabinete do Prefeito do Município de Torixoréu – MT, 23 de Fevereiro de 2021.

THIAGO TIMO OLIVEIRA

PREFEITO MUNICIPAL

PORTARIA N.º 72/2021 TORIXORÉU – MT, 23 DE FEVEREIRO DE 2021

"Nomeia membros da Comissão Especial de PATRIMÔNIO sob responsabilidade da administração Pública Municipal, para fins de BAIXAS DE BENS PATRIMONIAIS".

O EXCELENTÍSSIMO SENHOR THIAGO TIMO OLIVEIRA, PREFEITO DO MUNICÍPIO DE TORIXORÉU-MT, no uso de suas atribuições que lhe confere o artigo 96 e alínea "c" inciso II do artigo 120, ambos da Lei Orgânica Municipal, no uso de suas atribuições legais, conforme disposto na constituição federal e na Lei Orgânica Municipal, baixa a seguinte **PORTARIA:**

Art. 1º - Nomear os membros da Comissão Especial de Patrimônio sob responsabilidade da administração Pública Municipal, para fins **BAIXAS DE BENS PATRIMONIAIS.**

MEMBROS:

1. ***PABLINI FIGUEIREDO DE SOUSA***

2. ***LUZIA BENTO CARNEIRO***

3. ***KAYLLA HORRANA SILVA DE SOUSA***

Art. 2º - Compete à Comissão Especial de Patrimônio, recepcionar as baixas dos bens móveis adquiridos pela Administração Pública, avaliar bens móveis e imóveis do município e emitir relatórios que se fizerem necessários.

Art. 3º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial dos Municípios de Mato Grosso, revogando todos as disposições em contrário.

Registre, publique e cumpra-se.

Gabinete do Prefeito do Município de Torixoréu – MT, 23 de Fevereiro de 2021.

THIAGO TIMO OLIVEIRA

PREFEITO MUNICIPAL

PORTARIA Nº 73/2021

"Dispõe sobre exoneração por motivo de falecimento e dá outras providências"

THIAGO TIMO OLIVEIRA, Prefeito Interino Municipal de Torixoréu-MT, usando de suas atribuições legais e de acordo com a Lei.

RESOLVE:

Art.1º - Exonerar por motivo de **FALECIMENTO** o servidor Sr. **ARISTON JOSE SOARES,** docargo de **MOTORISTA EFETIVO** da **SECRETARIA DE VIAÇÃO E OBRAS E SERVIÇO PÚBLICO.**

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se todas as disposições em contrário.

Registre-se,

Publique-se,

Cumpra-se.

Gabinete do Prefeito, aos 23 de Fevereiro de 2021.

THIAGO TIMO OLIVEIRA

Prefeito Interino Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE UNIÃO DO SUL

EXTRATO DE CONTRATO

Espécie: Contrato de Aquisição de Materiais Permanentes.

Nº do Contrato: 015/2021.

Vínculo Legal: Lei Federal nº 8.666, de 21/06/93 e alterações posteriores.

Contratante: MUNICÍPIO DE UNIÃO DO SUL - CNPJ nº 01.614.538/0001-59.

Contratada: ANTONIA DE PAULA BONFIM.

CNPJ: 32.154.542/0001-05.

Objeto: Aquisição por parte do CONTRATANTE e o fornecimento por parte da CONTRATADA, de Materiais Permanentes (Notebook, Tablet e HD Externo), para atender as necessidades das Secretarias Municipais de Assistência Social, Saúde, Educação e Cultura, Administração e Gabinete do Prefeito, de conformidade com a descrição e quantitativos detalhados na Cláusula Primeira deste Contrato.

Valor total: R$ 87.350,00 (oitenta e sete mil e trezentos e cinquenta reais).

Cód. Dotação Orçamentária/Fonte:

(22) – 03.001.04.122.0001.1002.4490.52.00.00.00 – Equipamento e Material Permanente.

Valor: R$ 5.623,00 (cinco mil, seiscentos e vinte e três reais).

(66) 05.001.12.122.0007.1024.449052000000 - Equipamento e Material Permanente.

Valor: R$ 24.920,00 (vinte e quatro mil, novecentos e vinte reais).

(98) 05.001.12.365.0005.1017.449052000000 - Equipamento e Material Permanente.

Valor: R$ 5.268,00 (cinco mil, duzentos e sessenta e oito reais).

(83) 05.001.12.361.0006.1022.449052000000 - Equipamento e Material Permanente.

Valor: R$ 5.268,00 (cinco mil duzentos e sessenta e oito reais)

(250) 06.002.10.305.0026.1105.449052000000 - Equipamento e Material Permanente.

Valor: R$ 3.598,50 (três mil, quinhentos e noventa e oito reais e cinquenta centavos).

(191) 06.002.10.301.0010.1035.449052000000 – Equipamento e Material Permanente.

Valor: R$ 27.933,50 (vinte e sete mil, novecentos e trinta e três reais e cinquenta centavos).

(292) 07.002.08.122.0017.1057.449052000000 - Equipamento e Material Permanente.

Valor: R$ 9.826,00 (nove mil, oitocentos e vinte e seis reais).

(420) 12.001.04.122.0025.1103.449052000000 - Equipamento e Material Permanente.

Valor: R$ 4.913,00 (quatro mil, novecentos e treze reais).

Vigência do Contrato: 180 (cento e oitenta) dias, contados da data de sua assinatura.

Data de assinatura: 23/02/2021.

Signatários:

CLAUDIOMIRO J. DE QUEIROZ

Prefeito de União do Sul

ANTONIA DE PAULA BONFIM

Pela Contratada.

EDITAL DE CONVOCAÇÃO Nº 02/2021

Dispõe sobre convocação de candidatos aprovados e classificados no Processo Seletivo Simplificado nº 01/2020 da Prefeitura Municipal de União do Sul – MT.

O Prefeito Municipal de União do Sul, Estado de Mato Grosso, Sr. CLAUDIOMIRO JACINTO DE QUEIROZ; tendo em vista o Processo Seletivo

Simplificado Nº 01/2020, realizado em 28 de janeiro de 2021 e homologado em 16 de fevereiro de 2021;

Considerando o disposto no Edital do Processo Seletivo Simplificado nº 01/2020;

1. Pelo presente Edital, ficam CONVOCADOS os candidatos aprovados e classificados, para preenchimento de vagas existentes no momento para contratação temporária, conforme descrição abaixo:

CARGO: MOTORISTA – Quadro Geral.

NOME	Nº INSCRIÇÃO	CLASSIFICAÇÃO
JOELSON GOMES DE OLIVEIRA	94	1º Aprovado
FRANCISCO MARCELO DE LIMA	39	1º Classificado

CARGO: ZELADORA – Quadro Geral.

NOME	Nº INSCRIÇÃO	CLASSIFICAÇÃO
RAQUEL SESÁRIO DE OLIVEIRA	15	1ª Aprovada

CARGO: OFICIAL DE MANUTENÇÃO – Quadro Geral.

NOME	Nº INSCRIÇÃO	CLASSIFICAÇÃO
EDIVALDO SIDNEI MIRANDA	129	1º Aprovado
CLAUDIANO VENÂNCIO DE SOUZA	20	2º Aprovado
RUAN PETHRUS FIRINO FALCÃO	31	3º Aprovado
IGOR AFONSO DA SILVA COSTA	88	4º Aprovado
PATRÍCIA PEREIRA GONSALVES	117	5ª Aprovada
CLÁUDIO PEREIRA	57	6º Aprovado

CARGO: ENFERMEIRO – Secretaria de Saúde.

NOME	Nº INSCRIÇÃO	CLASSIFICAÇÃO
CINTHIA THAYNARA MAMORÉ DE ARRUDA	14	1ª Aprovada

2. Os candidatos convocados por este Edital terão prazo de **05 (cinco) dias úteis**, a contar da data de afixação/divulgação deste Edital, para serem contratados e assumirem os respectivos cargos.

3. Os candidatos deverão apresentar-se no Departamento de Recursos Humanos da Prefeitura Municipal de União do Sul, dentro do prazo estipulado, munidos dos seguintes documentos:

FOTOCÓPIAS:

3.1 Carteira de Identidade (RG);

3.2 Cadastro de Pessoa física - CPF;

3.3 Título de Eleitor e certidão de quitação eleitoral;

3.4 Carteira de Trabalho (CTPS);

3.5 Comprovante de Escolaridade, conforme exigência do cargo;

3.6 Carteira Nacional de Habilitação - CNH (para os cargos que a exijam);

3.7 Comprovante de residência;

3.8 Certidão de Casamento (se houver);

3.9 Certidão de Nascimentos dos filhos (se houver);

3.10 CPF dos filhos;

3.11 Registro junto ao Conselho respectivo (para os cargos de profissão regulamentada).

3.12 Conta bancária;

3.13 Qualificação Cadastral (correta) emitida no endereço:

http://portal.esocial.gov.br/institucional/consult...

ORIGINAL:

3.14 - Declaração de não acúmulo de cargo, emprego ou função pública, assinado pelo contratado;

4. Somente será aceito protocolo de documento exigido neste edital, se o protocolo for expedido antes do término do prazo da presente convocação.

UNIÃO DO SUL – MT, 23 de fevereiro de 2021.

CLAUDIOMIRO J. DE QUEIROZ Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE VÁRZEA GRANDE

PORTARIA Nº 11/SMDS/2021

Dispõe sobre a designação de servidor para acompanhar e fiscalizar a execução do objeto do CONTRATO nº156/2020 decorrente da Ata de Registro de Preços nº 93/2020, vinculado ao procedimento licitatório da modalidade Pregão Eletrônico nº 01/2020,firmado pelo Município de Várzea Grande.

ALESSANDRO FERREIRA DA SILVA, Secretário (a) Municipal de Defesa Social, no uso de suas atribuições legais, e considerando o disposto no art. 67 da Lei nº 8.666/1993, e a Orientação Técnica nº 35/CGM/2015 expedida pela Controladoria Geral do Município.

RESOLVE:

1º. Nomeio Fiscala Senhora**METUZALA DA COSTA MEIRA**, brasileira, servidora pública, portadora da Cédula de Identidade RG nº **17281776 SSP/MT** e inscrito no CPF nº **012.875.851-16**, Matrícula nº **143358**, e como Suplente de Fiscal doContrato o Senhor **LOURINEY DOS SANTOS SILVA,** brasileiro, servidor público - Guarda Municipal, portador da Cédula de Identidade RG nº **770703 SSP/MT**e inscrito no CPF nº **544.513.961.-15, matricula nº 28164,** para acompanhar a execução do objeto do Contrato nº 011/2019, firmado com a empresa **STELMAT TELEINFORMÁTICA LTDA,**que tem por objeto a contratação de empresa de telecomunicações para a prestação de serviços de comunicação de dados privativo, exclusivo e com segurança no Município de Várzea Grande, incluindo instalação, configuração, manutenção e serviços técnicos de suporte, conforme especificações técnicas constantes neste Termo de Referência e as demais condições do Edital e seus anexos, para atender as Secretarias de Administração, Assistência Social, Saúde, Educação e a Secretaria Municipal de Defesa Social da Prefeitura Municipal de Várzea Grande, nos termos do art. 67 da Lei nº 8.666/1993.

2º. Caberá ao Fiscal do Contrato, ora designado, o acompanhamento, fiscalização e avaliação da execução do referido contrato, competindo-lhe:

I – ZELAR pelo fiel cumprimento do contrato, anotando em registro próprio todas as ocorrências a sua execução, determinando o que for necessário à regularização das falhas ou dos defeitos observados, e, submeter, aos seus superiores, em tempo hábil, as decisões e providências que ultrapassarem a sua competência, nos termos da lei;

II – AVALIAR, continuamente, a qualidade dos serviços prestados pela contratada, em periodicidade adequada ao objeto do contrato, e durante o seu período de vigência, propondo a autoridade superior, a aplicação das penalidades legalmente estabelecidas.

III – ATESTAR, formalmente, as notas fiscais, antes do encaminhamento ao financeiro para pagamento, devendo realizar o acompanhamento e conferência dos serviços prestados para comprovar a qualidade/quantidade e exigir a garantia do serviço durante toda a contratação;

IV – OBSERVAR se a fatura apresentada pela contratada refere-se ao serviço e todas as despesas foram efetivamente prestadas no período, e havendo dúvida, determinar sua correção, bem como recorrer ao auxílio para efetuar corretamente a conferência do atesto fiscal;

V – SOLUCIONAR problemas que afetem a relação contratual, propondo a Secretaria Gestora do Contrato, a prorrogação de sua vigência quando necessário;

VI – ELABORAR, relatório de fiscalização, referente a cada período de execução das atividades constantes na nota fiscal dos serviços prestados, devendo fazer juntada ao processo de pagamento, antes do encaminhamento ao financeiro;

VII – ADOTAR outras medidas legalmente previstas para o integral acompanhamento e fiscalização da execução do objeto contratado.

Art. 3º. O servidor ora designado declara ter pleno conhecimento do objeto contratado pelo Município de Várzea Grande.

Art. 4º. Dê ciência formal ao servidor designado.

Art. 5º. Esta portaria entra em vigorna data de sua publicação, com efeitos retroativos a data de assinatura do presente Contrato.

Sede da SMDS, Várzea Grande – MT, 23 de fevereiro de 2021.

PORTARIA Nº10/SMDS/2021

Dispõe sobre a designação de servidor para acompanhar e fiscalizar a execução do objeto do CONTRATO nº011/2019 decorrente da Ata de Registro de Preços nº 73/2018, vinculado ao procedimento licitatório da modalidade Pregão Eletrônico nº 20/2018,firmado pelo Município de Várzea Grande.

ALESSANDRO FERREIRA DA SILVA, Secretário (a) Municipal de Defesa Social, no uso de suas atribuições legais, e considerando o disposto no art. 67 da Lei nº 8.666/1993, e a Orientação Técnica nº 35/CGM/2015 expedida pela Controladoria Geral do Município.

RESOLVE:

1º. Nomeio Fiscala Senhora**CRISTIANE LIMA PRADO**, brasileira, servidora pública - Guarda Municipal, portador da Cédula de Identidade RG nº **1356023-9 SSP/MT** e inscrito no CPF nº **918.082.431-53**, Matrícula nº **9316**, e como Suplente de Fiscal doContrato o Senhor **ANDERSON MANOEL DA CRUZ REIS,** brasileiro, servidor público - Guarda Municipal, portador da Cédula de Identidade RG nº **12391727 SSP/MT**e inscrito no CPF nº **949.947.031-49, matricula nº 100421,** para acompanhar a execução do objeto do Contrato nº 011/2019, firmado com a empresa **PONTES COMÉRCIO E PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS LTDA,**que tem por objeto contratação de pessoa jurídica capacitada para prestação de serviço de locação de veículos tipo, Caminhões, Maquinários, Micro-ônibus e Van Teto Alto para atender as necessidades Prefeitura Municipal de Várzea Grande-MT, nos termos do art. 67 da Lei nº 8.666/1993.

2º. Caberá ao Fiscal do Contrato, ora designado, o acompanhamento, fiscalização e avaliação da execução do referido contrato, competindo-lhe:

I – ZELAR pelo fiel cumprimento do contrato, anotando em registro próprio todas as ocorrências a sua execução, determinando o que for necessário à regularização das falhas ou dos defeitos observados, e, submeter, aos seus superiores, em tempo hábil, as decisões e providências que ultrapassarem a sua competência, nos termos da lei;

II – AVALIAR, continuamente, a qualidade dos serviços prestados pela contratada, em periodicidade adequada ao objeto do contrato, e durante o seu período de vigência, propondo a autoridade superior, a aplicação das penalidades legalmente estabelecidas.

III – ATESTAR, formalmente, as notas fiscais, antes do encaminhamento ao financeiro para pagamento, devendo realizar o acompanhamento e conferência dos serviços prestados para comprovar a qualidade/quantidade e exigir a garantia do serviço durante toda a contratação;

IV – OBSERVAR se a fatura apresentada pela contratada refere-se ao serviço e todas as despesas foram efetivamente prestadas no período, e havendo dúvida, determinar sua correção, bem como recorrer ao auxílio para efetuar corretamente a conferência do atesto fiscal;

V – SOLUCIONAR problemas que afetem a relação contratual, propondo a Secretaria Gestora do Contrato, a prorrogação de sua vigência quando necessário;

VI – ELABORAR, relatório de fiscalização, referente a cada período de execução das atividades constantes na nota fiscal dos serviços prestados, devendo fazer juntada ao processo de pagamento, antes do encaminhamento ao financeiro;

VII – ADOTAR outras medidas legalmente previstas para o integral acompanhamento e fiscalização da execução do objeto contratado.

Art. 3º. O servidor ora designado declara ter pleno conhecimento do objeto contratado pelo Município de Várzea Grande.

Art. 4º. Dê ciência formal ao servidor designado.

Art. 5º. Esta portaria entra em vigorna data de sua publicação, com efeitos retroativos a data de assinatura do presente Contrato.

Sede da SMDS, Várzea Grande – MT, 23 de fevereiro de 2021.

ALESSANDRO FERREIRA DA SILVA

Secretário Municipal de Defesa Social

PORTARIA Nº 239/2021

O Superintendente de Gestão de pessoas da Secretaria Municipal de Administração, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas pelo Art. 1° da Portaria Interna n° 388/2020 de 08 de abril 2020 e tendo em vista o que consta do Processo nº 707696/2021.

RESOLVE:

Retificar a Portaria n°. 238/2021, que reconheceu em favor da servidora **MARIZE MARQUES DE BARROS,** Matrícula 34.644, exercendo o cargo de Professora, lotada na Secretaria Municipal de Educação, Cultura, Esporte e Lazer, **somente em relação ao nome da servidora:**

Onde se lê: Reconhecer em favor da servidora, **MARIZE MARQUES DE BARROS.**

LEIA-SE: MARIZETE MARQUES DE BARROS.

Paço Municipal “Couto Magalhães”, Praça dos Três Poderes, em Várzea Grande-MT, 23 de fevereiro de 2021.

Marcos Rodrigues da Silva

Superintendente de Gestão de Pessoas/SAD

PORTARIA Nº 231/CPSPAD/SAD/2021

O Secretário Municipal de Administração, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Complementar nº. 1.164/91 e Decreto nº 032/2010;

RESOLVE:

Art. 1º - Prorrogar por mais 60 (sessenta) dias, o prazo para conclusão dos trabalhos da Comissão de Sindicância e Processos Administrativos Disciplinares, designada pela Portaria nº 878/2020, de 25 de setembro de 2020, da Secretária Municipal de Administração, publicada no Jornal Oficial dos Municípios em 30 de setembro de 2020, pag. 775, objeto do Processo Administrativo Disciplinar nº. 045/2019.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se, publique-se, cumpra-se.

Várzea Grande, 22 de fevereiro de 2021.

Anderson Rodrigo do Nascimento Silva

Secretário Municipal de Administração

PORTARIA GAB/SMS/VG Nº 18, DE 19 DE FEVEREIRODE 2.021.

Designa em função de confiança com atribuições de Gerente de Vigilância Epidemiológica da Secretaria Municipal de Saúde de Várzea Grande e dá outras providências.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE SAÚDE VÁRZEA GRANDE, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela legislação e, em especial, o artigo 79, inciso I, da lei Orgânica do Município e, considerando o disposto no Artigo 34, inciso V da CF/88 que trata quanto à designação para as funções de confiança.

RESOLVE:

Art. 1º - Designar em função de confiança com atribuições de Gerente de Vigilância Epidemiológica da Secretaria Municipal de Saúde de Várzea Grande, a servidora Alessandra Carreira Rodrigues Gajardoni, matrícula n° 130034, a partir de 17 de fevereiro de 2.021.

Art. 2º - As atribuições do Gerente são:

I – Planejar e coordenar ações que proporcionem o conhecimento e a detecção de mudanças nos fatores determinantes e condicionantes da saúde individual e coletiva, com a finalidade de recomendar e adotar as medidas de prevenção e controle de doenças transmissíveis e não-transmissiveis, e agravos a saúde dos munícipes de Várzea Grande e a Rede de Frio Municipal;

II – Gerenciar os processos de trabalho desenvolvidos pelo setor da Vigilância Epidemiológica Municipal, sendo contidos nele os setores: Núcleo de Epidemiologia Hospitalar do Hospital e Pronto Socorro Municipal de Várzea Grande e a Rede de Frio Municipal;

III – Autenticar a 2ª via de acordo com o original dos documentos Declaração de Óbito e Declaração de Nascido Vivo preenchidas em estabelecimentos de saúde de Várzea Grande.

Art. 3° - Esta portaria entra em vigor a partir de 17 de fevereiro de 2.021.

Várzea Grande, 19 de fevereiro de 2.021.

Gonçalo Aparecido de Barros

Secretário de Saúde SMS/VG

ATO Nº. 250/2021

KALIL SARAT BARACAT DE ARRUDA, Prefeito Municipal de Várzea Grande, Estado de Mato Grosso, no uso das atribuições legais e na conformidade com as disposições do artigo 69, inciso VI, da Lei Orgânica Municipal;

R E S O L V E:

TORNAR SEM EFEITO o Ato nº 241/2021 que nomeou Mara Rubia de Almeida, no cargo em Comissão de Assessor de Imprensa – DNS 7, na Secretaria Municipal de Comunicação Social, com efeito, a partir de 22 de fevereiro de 2021.

Registre-se, publique-se, cumpra-se.

Paço Municipal “Couto Magalhães”, Praça dos Três Poderes, em Várzea Grande, 23 de Fevereiro de 2021.

Kalil Sarat Baracat de Arruda

Prefeito Municipal

PORTARIA GAB/SMS/VG Nº 17, DE 09 DE FEVEREIRO DE 2.021.

Designa servidor para exercer a função de Fiscal do Primeiro Termo Aditivo ao Contrato nº 179/2019 e da outras providências.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE SAÚDE DE VÁRZEA GRANDE, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela legislação, em especial, o artigo 79, inciso I, da Lei Orgânica do Município;

RESOLVE:

Art. 1º - Designar o servidor Sr. **LUIZ MARCOS GUIMARAES PATINI**, brasileiro, gestor público, Portador da Cédula de Identidade RG nº 2322451-7 SSP/MT, inscrito no CPF nº 054.360.461.69, Matricula nº141865, em substituição ao servidor o Sr. **JADERSON DIEGO FIGUEIREDO**, brasileiro, engenheiro civil, portador da Cédula de Identidade 1776382-7SSP/MT, inscrito no CPF sob nº 021.982.971-32, matricula 111026, para acompanhar e fiscalizar a execução do objeto do Primeiro Termo Aditivo ao Contrato N° 179/2019, firmado com a Empresa **PANTANAL MÓVEIS INDUSTRIA E COMÉRCIO LTDA**, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob nº 25.306.981/0001, cujo objeto Contratação de Empresa capacitada para prestação de serviços de confecção, montagem e instalação de móveis planejados confeccionados em MDF a serem montados e instalados nas dependências da nova unidade de pronto atendimento 24h – UPA Cristo Rei, 07 (sete) novas unidades Básicas de Saúde tipo I, II e III e do Centro de Especialidades em Saúde, a partir de 04/01/2021.

Art. 2º - Caberá ao fiscal do Contrato, ora designada, o acompanhamento, fiscalização e avaliação da execução do referido contrato, competindo-lhe:

I – Zelar pelo fiel cumprimento do contrato, anotando em registro próprio todas as ocorrências a sua execução, determinando o que for necessário à regularização das falhas ou dos defeitos observados, e, submeter, aos seus superiores, em tempo hábil, as decisões e providências que ultrapassarem a sua competência, nos termos da lei.

II – Avaliar, continuamente, a qualidade dos serviços prestados pela contratada, em periodicidade adequada ao objeto do contrato, e durante o seu período de vigência, propondo a autoridade superior, a aplicação das penalidades legalmente estabelecidas.

III – Atestar, formalmente, as notas fiscais, antes do encaminhamento ao financeiro para pagamento, devendo realizar o acompanhamento e conferência dos serviços prestados para comprovar a qualidade/quantidade e exigir a garantia do serviço durante toda a contratação.

IV – Observar se a fatura apresentada pela contratada refere-se ao serviçoe todas as despesas foram efetivamente prestadas no período, e havendo dúvida, determinar sua correção, bem como recorrer ao auxílio para efetuar corretamente a conferência do atesto fiscal;

V – Solucionar problemas que afetem a relação contratual, propondo a Secretaria Gestora do Contrato, a prorrogação de sua vigência quando necessário.

VI – Elaborar, relatório de fiscalização, referente a cada período de execução das atividades constantes na nota fiscal dos serviços prestados, devendo fazer juntada ao processo de pagamento, antes do encaminhamento ao financeiro.

VII – Adotar outras medidas legalmente previstas para o integral acompanhamento e fiscalização da execução do objeto contratado.

Art. 3º - O servidor ora designado declara ter pleno conhecimento do objeto contratado pelo Município de Várzea Grande, conforme declaração de fiscal devidamente assinada.

Art. 4º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos na data da assinatura do Contrato.

Várzea Grande, 09 de fevereiro de 2021.

Gonçalo Aparecido de Barros

Secretário de Saúde SMS/VG

PORTARIA GAB/SMS/VG Nº16, DE 10 DE FEVEREIRO DE 2.021.

Designa servidor para exercer a função de Fiscal do Contrato nº 304/2020 e da outras providências.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE SAÚDE DE VÁRZEA GRANDE, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela legislação, em especial, o artigo 79, inciso I, da Lei Orgânica do Município;

RESOLVE:

Art. 1º - Designar o servidor Sr. **JODSON JUNIOR DE OLIVEIRA**, brasileiro, gestor público, Portador da Cédula de Identidade RG nº 1178461-0 SSP/MT, inscrito no CPF nº 97057690100, Matricula nº132899, em substituição a servidora Sra. **PAMELA DE OLIVEIRA SOUZA**, brasileira,agente de saúde municipal, portador da Cédula de Identidade 26123720SSP/MT, inscrito no CPF sob nº 009.855.591-01, matricula 132829, para acompa-

nhar e fiscalizar a execução do objeto do Contrato nº 304/2020, firmado com a Empresa **AHGORA SISTEMAS S/A**, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob nº 08.202.415/0001-50, cujo objeto Contratação de Empresa para locação de solução para a Gestão do Ponto Eletrônico instalação, implantação, parametrização, manutenção, suporte técnico, conforme condições e quantidades estabelecidas no edital para atender a Secretaria de Saúde, a partir de 04/01/2021.

Art. 2º - Caberá ao fiscal do Contrato, ora designada, o acompanhamento, fiscalização e avaliação da execução do referido contrato, competindo-lhe:

I – Zelar pelo fiel cumprimento do contrato, anotando em registro próprio todas as ocorrências a sua execução, determinando o que for necessário à regularização das falhas ou dos defeitos observados, e, submeter, aos seus superiores, em tempo hábil, as decisões e providências que ultrapassarem a sua competência, nos termos da lei.

II – Avaliar, continuamente, a qualidade dos serviços prestados pela contratada, em periodicidade adequada ao objeto do contrato, e durante o seu período de vigência, propondo a autoridade superior, a aplicação das penalidades legalmente estabelecidas.

III – Atestar, formalmente, as notas fiscais, antes do encaminhamento ao financeiro para pagamento, devendo realizar o acompanhamento e conferência dos serviços prestados para comprovar a qualidade/quantidade e exigir a garantia do serviço durante toda a contratação.

IV – Observar se a fatura apresentada pela contratada refere-se ao serviçoe todas as despesas foram efetivamente prestadas no período, e havendo dúvida, determinar sua correção, bem como recorrer ao auxílio para efetuar corretamente a conferência do atesto fiscal;

V – Solucionar problemas que afetem a relação contratual, propondo a Secretaria Gestora do Contrato, a prorrogação de sua vigência quando necessário.

VI – Elaborar, relatório de fiscalização, referente a cada período de execução das atividades constantes na nota fiscal dos serviços prestados, devendo fazer juntada ao processo de pagamento, antes do encaminhamento ao financeiro.

VII – Adotar outras medidas legalmente previstas para o integral acompanhamento e fiscalização da execução do objeto contratado.

Art. 3º - O servidor ora designado declara ter pleno conhecimento do objeto contratado pelo Município de Várzea Grande, conforme declaração de fiscal devidamente assinada.

Art. 4º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos na data da assinatura do Contrato.

Várzea Grande, 10 de fevereiro de 2021.

Gonçalo Aparecido de Barros

Secretário de Saúde SMS/VG

PORTARIA GAB/SMS/VG Nº 07, DE 05 DE FEVEREIRO DE 2.021.

Designa servidor para exercer a função de Fiscal ao Contrato nº 132/2017 e da outras providências.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE SAÚDE DE VÁRZEA GRANDE, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela legislação, em especial, o artigo 79, inciso I, da Lei Orgânica do Município;

RESOLVE:

Art. 1º - Designar o servidor **LUIZ MARCOS GUIMARÃES PATINI**, brasileiro, Gestor Público, Portador da Cédula de Identidade RG nº 2322451-7 SSP/MT, inscrito no CPF nº 054.360.461-69, Matricula nº 141865, em substituição ao servidor ANDRÉ LUIZ PEREIRA BARROS, brasileiro, Coordenador de Projetos, portador da Cédula de Identidade RG nº 1269185-27 SSP/MT, inscrito no CPF sob nº 941.745.471-49 como **FISCAL DE CONTRATO** para acompanhar e fiscalizar a execução do objeto do Contrato nº 132/2017 firmado com a Empresa **A & I ADMINISTRAÇÃO E PARTICIPAÇÃO LTDA**, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob nº 09.145.594/0001-01, cujo objeto Locação de um imóvel urbano comercial, destinado único e exclusivamente para alojar a Sede da Secretaria Municipal de Saúde, Sede da Secretaria Municipal de Meio Ambiente e Desenvolvimento Rural Sustentável e a Sede da Secretaria Municipal de Defesa Social do Município de Várzea Grande/MT, a partir de 04/01/2021.

Art. 2º - Caberá ao fiscal do Contrato, ora designado, o acompanhamento, fiscalização e avaliação da execução do referido contrato, competindo-lhe:

I – Zelar pelo fiel cumprimento do contrato, anotando em registro próprio todas as ocorrências a sua execução, determinando o que for necessário à regularização das falhas ou dos defeitos observados, e, submeter, aos seus superiores, em tempo hábil, as decisões e providências que ultrapassarem a sua competência, nos termos da lei.

II – Avaliar, continuamente, a qualidade dos serviços prestados pela contratada, em periodicidade adequada ao objeto do contrato, e durante o seu período de vigência, propondo a autoridade superior, a aplicação das penalidades legalmente estabelecidas.

III – Atestar, formalmente, as notas fiscais, antes do encaminhamento ao financeiro para pagamento, devendo realizar o acompanhamento e conferência dos serviços prestados para comprovar a qualidade/quantidade e exigir a garantia do serviço durante toda a contratação.

IV – Observar se a fatura apresentada pela contratada refere-se ao serviçoe todas as despesas foram efetivamente prestadas no período, e havendo dúvida, determinar sua correção, bem como recorrer ao auxílio para efetuar corretamente a conferência do atesto fiscal;

V – Solucionar problemas que afetem a relação contratual, propondo a Secretaria Gestora do Contrato, a prorrogação de sua vigência quando necessário.

VI – Elaborar, relatório de fiscalização, referente a cada período de execução das atividades constantes na nota fiscal dos serviços prestados, devendo fazer juntada ao processo de pagamento, antes do encaminhamento ao financeiro.

VII – Adotar outras medidas legalmente previstas para o integral acompanhamento e fiscalização da execução do objeto contratado.

Art. 3º - O servidor ora designado declara ter pleno conhecimento do objeto contratado pelo Município de Várzea Grande, conforme declaração de fiscal devidamente assinada.

Art. 4º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos na data da assinatura do Contrato.

Várzea Grande, 05 de fevereiro de 2021.

Gonçalo Aparecido de Barros

Secretário de Saúde SMS/VG

RESOLUÇÃO/CMASVG/Nº 011/2021

Dispõe sobre a Solicitação de Autorização para celebração do termo de Colaboração com a Associação Madre Tereza de Calcutá por 10 meses de 2021, (março a dezembro)

O Conselho Municipal da Assistência Social- CMAS-VG, no uso de suas atribuições que lhe confere a Lei Complementar Municipal 3.762/2012, que dispõe sobre a Política Municipal de Assistência Social, e o Decreto de nº 40 de 10 de julho de 2015, que dispõe sobre a aprovação do Regimento Interno do CMAS-VG, em sua 4ª Plenária Extraordinária, realizada no dia 22 de fevereiro de 2021, tendo em vista o ofício nº 206/2021 - CAF/ SMAS/VG que dispõe sobre a Solicitação de autorização do Termo de Colabo-

ração com a Associação Madre Tereza de Calcutá para execução indireta do SCFV.

CONSIDERANDO a Resolução do CNAS nº 145/2004 que aprova a Política Nacional de Assistência Social – PNAS, que institui o Sistema Único de Assistência Social – SUAS, processo de reestruturação orgânica da política pública de assistência social, ao enfrentamento das grandes e crescentes demandas sociais;

CONSIDERANDO a Resolução CNAS nº 109/2009, que aprova a Tipificação Nacional dos Serviços Socioassistenciais;

CONSIDERANDO a Lei nº 12.435/2011 que altera a Lei nº 8.742/1993 – Lei Orgânica da Assistência Social – LOAS, que dispõe sobre a organização da Política de Assistência Social;

CONSIDERANDO a Resolução 14 de 15 de maio de 2014 do Conselho Nacional de Assistência Social que define os parâmetros nacionais para a inscrição das entidades e organizações de assistência social, bem como dos serviços, programas, projetos e benefícios socioassistenciais nos Conselhos de Assistência Social dos Municípios;

RESOLVE:

Art. 1º - Conforme solicitação da Associação Madre Tereza de Calcutá, o Pleno Aprova a celebração do Termo de Colaboração para a execução do Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos pelo período de 10 meses (março a dezembro de 2021) para o atendimento de 200 (duzentas) crianças e adolescentes, com parcelas mensais de 10.000,00 (dez mil reais) cujo valor global será de R$ 100.000,00 (cem mil reais).

Art. 2º - Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Registrada Publicada

Cumpra-se

Várzea Grande-MT, 22/ de fevereiro de 2021.

Presidente do CMAS-VG

Maria Domingas da Silva Assunção.

ATO Nº 248/2021

KALIL SARAT BARACAT DE ARRUDA, Prefeito Municipal de Várzea Grande, Estado de Mato Grosso, no uso das atribuições legais e na conformidade com as disposições do artigo 69, inciso VI, da Lei Orgânica Municipal;

R E S O L V E:

EXONERAR a pedido Victor Vinicius Ferreira Nazario, do cargo de Secretário Escolar – DNS 8, da Secretaria Municipal de Educação, Cultura, Esporte e Lazer, com efeito, a partir de 17 de fevereiro de 2021.

.

Registra-se, publica-se, cumpra-se.

Paço Municipal “Couto Magalhães”, Praça dos Três Poderes, em Várzea Grande, 18 de fevereiro de 2021.

Kalil Sarat Baracat de Arruda

Prefeito Municipal

ATO Nº 247/2021

KALIL SARAT BARACAT DE ARRUDA, Prefeito Municipal de Várzea Grande, Estado de Mato Grosso, no uso das atribuições legais e na conformidade com as disposições do artigo 69, inciso VI, da Lei Orgânica Municipal;

R E S O L V E:

EXONERAR a pedido Zélia Prudêncio Silva, do cargo de Secretário Escolar – DNS 8, da Secretaria Municipal de Educação, Cultura, Esporte e Lazer, com efeito, a partir de 01 de fevereiro de 2021.

.

Registra-se, publica-se, cumpra-se.

Paço Municipal “Couto Magalhães”, Praça dos Três Poderes, em Várzea Grande, 18 de fevereiro de 2021.

Kalil Sarat Baracat de Arruda

Prefeito Municipal

RESOLUÇÃO/CMASVG/Nº 012/2021

Dispõe sobre a Solicitação de Autorização para celebração do termo de Colaboração com a Associação Caminhando para mais um sonho por 10 meses de 2021, (março a dezembro)

O Conselho Municipal da Assistência Social- CMAS-VG, no uso de suas atribuições que lhe confere a Lei Complementar Municipal 3.762/2012, que dispõe sobre a Política Municipal de Assistência Social, e o Decreto de nº 40 de 10 de julho de 2015, que dispõe sobre a aprovação do Regimento Interno do CMAS-VG, em sua 4ª Plenária Ordinária, realizada no dia 22 de fevereiro de 2021, tendo em vista o ofício nº 207/2021 - CAF/ SMAS/VG que dispõe sobre a Solicitação de autorização do Termo de Colaboração com a Associação Caminhando para mais um sonho para execução indireta do SCFV.

CONSIDERANDO a Resolução do CNAS nº 145/2004 que aprova a Política Nacional de Assistência Social – PNAS, que institui o Sistema Único de Assistência Social – SUAS, processo de reestruturação orgânica da política pública de assistência social, ao enfrentamento das grandes e crescentes demandas sociais;

CONSIDERANDO a Resolução CNAS nº 109/2009, que aprova a Tipificação Nacional dos Serviços Socioassistenciais;

CONSIDERANDO a Lei nº 12.435/2011 que altera a Lei nº 8.742/1993 – Lei Orgânica da Assistência Social – LOAS, que dispõe sobre a organização da Política de Assistência Social;

CONSIDERANDO a Resolução 14 de 15 de maio de 2014 do Conselho Nacional de Assistência Social que define os parâmetros nacionais para a inscrição das entidades e organizações de assistência social, bem como dos serviços, programas, projetos e benefícios socioassistenciais nos Conselhos de Assistência Social dos Municípios;

RESOLVE:

Art. 1º - Conforme solicitação da Associação Caminhando Para Mais Um Sonho, o Pleno Aprova a celebração do Termo de Colaboração para a execução do Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos pelo período de 10 meses (março a dezembro de 2021) para o atendimento de 200 (duzentas) crianças e adolescentes, com parcelas mensais de 10. 000,00 (dez mil reais) cujo valor global será de R$ 100.000,00 (cem mil reais).

Art. 2º - Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Registrada Publicada

Cumpra-se

Várzea Grande-MT, 22/ de fevereiro de 2021.

Presidente do CMAS-VG

Maria Domingas da Silva Assunção.

TERMO DE DESEMBARGO

Várzea Grande, 23 de fevereiro de 2021.

TERMO DE DESEMBARGO

A SECRETARIA MUNICIPAL DE MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO RURAL SUSTENTÁVEL DO MUNICÍPIO DE VÁRZEA GRANDE, neste ato representada pelo Excelentíssimo Senhor Secretário**,** torna público a **SUSPENSÃO DO EMBARGO,** registrado no Auto de Embargo nº 001444, por "ofensa ao disposto no art. 66, do Decreto Federal nº 6. 514/2.008".

Esta suspensão se dá pelo reconhecimento de que a atividade exercida pelo embargado não necessita de licença ambiental, conforme Relatório de Vistoria nº 274/SEMMADRS/CGMA/2021 e Ofício nº. 4240/SEMMADRS/CGMA/2021, de 18 de fevereiro de 2021 da Coordenação de Meio Ambiente da SEMMADRS.

Dê-se ciência ao empreendedor,

Cumpra-se.

CELIO DOS SANTOS

SECRETARIO MUNICIPAL DE MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO RURAL SUSTENTÁVEL – SEMMADRS

JEAN LUCAS TEIXEIRA DE CARVALHO

ASSESSOR JURÍDICO – SEMMADRS

TERMO DE RATIFICAÇÃO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 001/ 2021/DAE-VG

Considerando estarem presentes todos os pressupostos autorizativos da legislação que regula a matéria, **RATIFICO**, nos termos do **Parecer nº 044/2021/JUR/DAE-VG** e **AUTORIZO A CONTRATAÇÃO POR DISPENSA DE LICITACAO EM CARATER EMERGENCIAL** DA EMPRESA **IMBIL INDÚSTRIA E MANUTENÇÃO DE BOMBAS ITA LTDA**, inscrita no **CNPJ Nº 51.482.776/0001-26,** contratação de empresa especializada para fornecimento e instalação de conjunto moto bomba vertical centrífuga, com haste de 13 metros, acoplada com motor de 700 cv, para captação de água bruta, para atender a demanda do Departamento de Água e Esgoto do município de Várzea Grande – MT.

Essa Ratificação se fundamenta no art. 24, inciso IV ambos da Lei Federal nº 8.666/93 e suas alterações posteriores, juntamente com demais Legislação pertinente.

Valor total da Dispensa R$ 705.505,00 (setecentos e cinco mil, quinhentos e cinco reais), que será pago com a seguinte Dotação Orçamentária: 18. 01.17.512.0040.2301.44.90.52.00.00.00.00.01.0000

E, para a eficácia dos atos, DETERMINO que a presente ratificação e autorização seja publicada, conforme prevê o art. 26 Lei nº 8.666/93.

Várzea Grande, 19 de fevereiro de 2021.

CARLOS ALBERTO SIMÕES DE ARRUDA

DIRETOR PRESIDENTE DO DAE/VG

DAE/VG
PORTARIA Nº 078/2021

Carlos Alberto Simões de Arruda – Diretor Presidente do Departamento de Água e Esgoto de Várzea Grande/DAE-VG, no uso das atribuições que lhe são conferidas por meio da Lei n. 1.733/97, alterada pela Lei n. 1.866/ 98, e

Considerando os termos do artigo 67 da Lei n. 8.666/93, que dispõe sobre o acompanhamento dos contratos firmados com a Administração Pública por servidor especialmente designado;

Considerando os termos do Acórdão n. 731/2012 – TP do Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso, publicado no Diário Oficial do Estado de Mato Grosso em 05 de dezembro de 2012.

Considerando o término dos contratos de trabalho temporário de alguns servidores, fiscais de contrato.

RESOLVE:

Art. 1°. Designar os servidores abaixo relacionados para exercerem a função de fiscal do seguinte contrato:

CONTRATO Nº 003/2021 – IMBIL INDÚSTRIA E MANUTENÇÃO DE BOMBAS ITA LTDA

CNPJ: 514.827.761/0001-26

DISPENSA DE LICITAÇÃO 001/2021– EMERGENCIAL

PROCESSO ADM. 009/2021.

Objeto: Contratação de empresa para fornecimento e instalação de conjunto moto bomba vertical centrifuga, com haste de 13 metros, acoplada com motor de 700 cv, para captação de água bruta, para atender a demanda do Departamento de Água e Esgoto do Município de Várzea Grande – MT.

Fiscal: Eder Damasceno Gomes

RG N.º 447119 SSP/MT CPF N.º 924.110.451-15

END.º: Rua Goiás Quadra 24 n.º 18 Bairro: Jardim Paula II

Cidade: Várzea Grande/MT

Matricula N.º 2.345

Suplente de Fiscal: Paulo Henricky Mariano

RG N.º 201430647 SEJUD/MT CPF N.º 029.442.111-45

END.º: Rua Trinta e oito Casa: 3 Bairro: Jardim Ouro Verde

Cidade: Várzea Grande / MT

Matricula N.º 689

Art. 2°. A fiscalização da correta execução do objeto e das clausulas presente no contrato extingue-se com o término da vigência do mesmo.

Art. 3°. Essa Portaria entra em vigor na data da sua assinatura, revogando-se as disposições anteriores.

Publique-se. Registre-se. Cumpra-se.

Várzea Grande/MT, 23 de Fevereiro de 2021.

CARLOS ALBERTO SIMÕES DE ARRUDA DIRETOR PRESIDENTE DAE/VG

DAE/VG
PORTARIA Nº 079/2021

Carlos Alberto Simões de Arruda – Diretor Presidente do Departamento de Água e Esgoto de Várzea Grande/DAE-VG, no uso das atribuições que lhe são conferidas por meio da Lei n. 1.733/97, alterada pela Lei n. 1.866/ 98, e

Considerando os termos do artigo 67 da Lei n. 8.666/93, que dispõe sobre o acompanhamento dos contratos firmados com a Administração Pública por servidor especialmente designado;

Considerando os termos do Acórdão n. 731/2012 – TP do Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso, publicado no Diário Oficial do Estado de Mato Grosso em 05 de dezembro de 2012.

Considerando o término dos contratos de trabalho temporário de alguns servidores, fiscais de contrato.

RESOLVE:

Art. 1°. Designar os servidores abaixo relacionados para exercerem a função de fiscal do seguinte contrato:

CONTRATO Nº 002/2021 – POSTO LEBLON

MODALIDADE: Adesão/Corona a ATA DE REGISTRO DE PREÇOS nº. 107/2021 da Prefeitura Municipal de Várzea Grande/MT – e Pregão Eletrônico nº 019/2020 Da Prefeitura Municipal de Várzea Grande/MT.

Objeto: Contratação de empresa especializada no fornecimento de Óleo Diesel Comum, de forma fracionada, por meio de cartão magnético ou micro processados, através de sua rede de postos credenciados, com implantação e operação de sistema integrado de gestão de consumo de combustíveis, sem taxa de administração, visando atender as necessidades do Departamento de Água e Esgoto de Várzea Grande/MT.

Fiscal: Alan Antoniolli

RG N.º 9058303646 SSP/MT CPF N.º 940.838.780-53

END.º: Av. Principal n.º 01 Bairro: Cristo Rei

Cidade: Várzea Grande/MT

Matricula N.º 2.339

Suplente de Fiscal: Alexssandro Pereira do Nascimento

RG N.º 17329396 SSP/MT CPF N.º 024.399.421-46

End. Rua Francisco M de Jesus n.º 03 Bairro: Cohab São Gonçalo

Cidade: Várzea Grande/MT

Matricula N.º 2.212

Art. 2°. A fiscalização da correta execução do objeto e das clausulas presente no contrato extingue-se com o término da vigência do mesmo.

Art. 3°. Essa Portaria entra em vigor na data da sua assinatura, revogando-se as disposições anteriores.

Publique-se. Registre-se. Cumpra-se.

Várzea Grande/MT, 23 de Fevereiro de 2021.

CARLOS ALBERTO SIMÕES DE ARRUDA DIRETOR PRESIDENTE DAE/VG

DEPARTAMENTO DE ÁGUA E ESGOTO
ATO DE INTEGRAÇÃO

ATO DE INTEGRAÇÃO N°001/2021

Carlos Alberto Simões de Arruda – Diretor Presidente do Departamento de Água e Esgoto de Várzea Grande/DAE-VG, no uso das atribuições que lhe são conferidas por meio da Lei 1.733/1.998, e alterada pela Lei n°1. 866/1.998, resolve **REINTEGRAR** a Sr.ª **LEYVA TAINA MIZAEL DE SOUZA**, retroativo a partir de 04 de Janeiro de 2021, de acordo com o Parecer Jurídico nº020/2021/JUR/DAE/VG, garantido pela Constituição Federal que prevê "Proteção do estado de gravidez enquanto garantia social, reconhecido por esta Autarquia".

Publique-se. Registre-se. Cumpra-se**.**

Várzea Grande/MT, 23 de Fevereiro de 2021.

CARLOS ALBERTO SIMÕES DE ARRUDA

Diretor Presidente DAE/VG

DEPARTAMENTO DE ÁGUA E ESGOTO
ATO DE NOMEAÇÃO

ATO DE NOMEAÇÃO N°002/2021

CARLOS ALBERTO SIMÕES DE ARRUDA – Diretor Presidente do Departamento de Água e Esgoto de Várzea Grande/DAE-VG, no uso das atribuições que lhe são conferidas por meio da Lei 1.733/1.998, e alterada pela Lei n°1.866/1.998.

RESOLVE:

Art.1° fica nomeado o Senhor **JOÃO MARCOS QUERUBIN DE PAULA**, para exercer o cargo de Agente de saneamento/Operador de Estação de Tratamento de Água/Esgoto.

Art. 2° este Ato entrará em vigor a partir da data de sua publicação.

Publique-se. Registre-se. Cumpra-se.

Várzea Grande/MT, 23 de Fevereiro de 2021.

CARLOS ALBERTO SIMÕES DE ARRUDA

Diretor Presidente DAE/VG

PORTARIA Nº 08/SMDS/2021

Dispõe sobre a designação de servidor substituto para acompanhar e fiscalizar a execução do objeto doContrato nº103/2017 decorrente do Pregão Presencial nº 03/2017,firmado pelo Município de Várzea Grande.

ALESSANDRO FERREIRA DA SILVA, Secretário (a) Municipal de Defesa Social, no uso de suas atribuições legais, e considerando o disposto no art. 67 da Lei nº 8.666/1993, e a Orientação Técnica nº 35/CGM/2015 expedida pela Controladoria Geral do Município.

RESOLVE:

1º. Nomeio Fiscalo Senhor **Alexander Gouveia Ortiz,**brasileiro, servidor público - Guarda Municipal, portador da Cédula de Identidade RG nº 900. 632 SSP-MSe inscrito no CPF nº809.424.901-34, Matrícula nº1856, e como Suplente de Fiscal de Contrato o servidor **Osly Justiniano Pedraça**, brasileiro, servidor público - Guarda Municipal, portador da Cédula de Identidade RG nº 818091 SSP-MTe inscrito no CPF nº545.358.591-91, Matrícula nº37983**,** para acompanhar e a execução do objeto doContrato nº 105/2017, firmado com a empresa **UNIDAS VEICULOS ESPECIAIS S. A**, cujo objeto é contratação de pessoa jurídica para prestação de serviço de locação de veículos automotores, sem motorista, equipados com sistemas específico de monitoramento de veículos em tempo real, seguro do veículo e manutenção preventiva e corretiva, em atendimento a Prefeitura Municipal de Várzea Grande, nos termos do art. 67 da Lei nº 8.666/1993.

2º. Caberá ao Fiscal do Contrato, ora designado, o acompanhamento, fiscalização e avaliação da execução do referido contrato, competindo-lhe:

I – ZELAR pelo fiel cumprimento do contrato, anotando em registro próprio todas as ocorrências a sua execução, determinando o que for necessário à regularização das falhas ou dos defeitos observados, e, submeter, aos seus superiores, em tempo hábil, as decisões e providências que ultrapassarem a sua competência, nos termos da lei;

II – AVALIAR, continuamente, a qualidade dos serviços prestados pela contratada, em periodicidade adequada ao objeto do contrato, e durante o seu período de vigência, propondo a autoridade superior, a aplicação das penalidades legalmente estabelecidas.

III – ATESTAR, formalmente, as notas fiscais, antes do encaminhamento ao financeiro para pagamento, devendo realizar o acompanhamento e conferência dos serviços prestados para comprovar a qualidade/quantidade e exigir a garantia do serviço durante toda a contratação;

IV – OBSERVAR se a fatura apresentada pela contratada refere-se ao serviço e todas as despesas foram efetivamente prestadas no período, e havendo dúvida, determinar sua correção, bem como recorrer ao auxílio para efetuar corretamente a conferência do atesto fiscal;

V – SOLUCIONAR problemas que afetem a relação contratual, propondo a Secretaria Gestora do Contrato, a prorrogação de sua vigência quando necessário;

VI – ELABORAR, relatório de fiscalização, referente a cada período de execução das atividades constantes na nota fiscal dos serviços prestados, devendo fazer juntada ao processo de pagamento, antes do encaminhamento ao financeiro;

VII – ADOTAR outras medidas legalmente previstas para o integral acompanhamento e fiscalização da execução do objeto contratado.

Art. 3º. O servidor ora designado declara ter pleno conhecimento do objeto contratado pelo Município de Várzea Grande.

Art. 4º. Dê ciência formal ao servidor designado.

Art. 5º. Esta portaria entra em vigorna data de sua publicação, com efeitos retroativos a data de assinatura do presente Contrato.

Sede da SMDS, Várzea Grande – MT, 12 de fevereiro de 2021.

ALESSANDRO FERREIRA DA SILVA

Secretário Municipal de Defesa Social

DEPARTAMENTO DE ÁGUA E ESGOTO
ATO DE NOMEAÇÃO

ATO DE NOMEAÇÃO N°001/2021

CARLOS ALBERTO SIMÕES DE ARRUDA – Diretor Presidente do Departamento de Água e Esgoto de Várzea Grande/DAE-VG, no uso das atribuições que lhe são conferidas por meio da Lei 1.733/1.998, e alterada pela Lei n°1.866/1.998.

RESOLVE:

Art.1° fica nomeado o Senhor **RAPHAEL FORTES**, para exercer o cargo de Auxiliar de saneamento/Manutenção de Rede de Água/Esgoto.

Art. 2° este Ato entrará em vigor a partir da data de sua publicação.

Publique-se. Registre-se. Cumpra-se.

Várzea Grande/MT, 23 de Fevereiro de 2021.

CARLOS ALBERTO SIMÕES DE ARRUDA

Diretor Presidente DAE/VG

PORTARIA Nº 09/SMDS/2021

Dispõe sobre a designação de servidor substituto para acompanhar e fiscalizar a execução do objeto daATA nº174/2020 decorrente do Pregão Presencial nº 10/2020,firmado pelo Município de Várzea Grande.

ALESSANDRO FERREIRA DA SILVA, Secretário (a) Municipal de Defesa Social, no uso de suas atribuições legais, e considerando o disposto no art. 67 da Lei nº 8.666/1993, e a Orientação Técnica nº 35/CGM/2015 expedida pela Controladoria Geral do Município.

RESOLVE:

1º. Nomeio Fiscalo Senhor **Osly Justiniano Pedraça**, brasileiro, servidor público - Guarda Municipal, portador da Cédula de Identidade RG nº 818091 SSP-MT e inscrito no CPF nº 545.358.591-91, Matrícula nº 37983, e como Suplente de Fiscal da ATA o**Alexander Gouveia Ortiz,** brasileiro, servidor público - Guarda Municipal, portador da Cédula de Identidade RG nº 900.632 SSP-MS e inscrito no CPF nº 809.424.901-34, Matrícula nº 1856**,** para acompanhar a execução do objeto daATA nº 174/2020, firmado com a empresa **PIRES DE MIRANDA E CIA LTDA,** que tem por objeto Registro de Preço para eventual contratação de empresa especializada no serviço de fornecimento de refeições preparadas, de qualidade, contemplando as três refeições diárias, sendo elas desjejum, almoço e jantar, para os servidores da Prefeitura Municipal de Várzea Grande-MT, nos termos do art. 67 da Lei nº 8.666/1993.

2º. Caberá ao Fiscal do Contrato, ora designado, o acompanhamento, fiscalização e avaliação da execução do referido contrato, competindo-lhe:

I – ZELAR pelo fiel cumprimento do contrato, anotando em registro próprio todas as ocorrências a sua execução, determinando o que for necessário à regularização das falhas ou dos defeitos observados, e, submeter, aos seus superiores, em tempo hábil, as decisões e providências que ultrapassarem a sua competência, nos termos da lei;

II – AVALIAR, continuamente, a qualidade dos serviços prestados pela contratada, em periodicidade adequada ao objeto do contrato, e durante o seu período de vigência, propondo a autoridade superior, a aplicação das penalidades legalmente estabelecidas.

III – ATESTAR, formalmente, as notas fiscais, antes do encaminhamento ao financeiro para pagamento, devendo realizar o acompanhamento e conferência dos serviços prestados para comprovar a qualidade/quantidade e exigir a garantia do serviço durante toda a contratação;

IV – OBSERVAR se a fatura apresentada pela contratada refere-se ao serviço e todas as despesas foram efetivamente prestadas no período, e havendo dúvida, determinar sua correção, bem como recorrer ao auxílio para efetuar corretamente a conferência do atesto fiscal;

V – SOLUCIONAR problemas que afetem a relação contratual, propondo a Secretaria Gestora do Contrato, a prorrogação de sua vigência quando necessário;

VI – ELABORAR, relatório de fiscalização, referente a cada período de execução das atividades constantes na nota fiscal dos serviços prestados, devendo fazer juntada ao processo de pagamento, antes do encaminhamento ao financeiro;

VII – ADOTAR outras medidas legalmente previstas para o integral acompanhamento e fiscalização da execução do objeto contratado.

Art. 3º. O servidor ora designado declara ter pleno conhecimento do objeto contratado pelo Município de Várzea Grande.

Art. 4º. Dê ciência formal ao servidor designado.

Art. 5º. Esta portaria entra em vigorna data de sua publicação, com efeitos retroativos a data de assinatura do presente Contrato.

Sede da SMDS, Várzea Grande – MT, 12 de fevereiro de 2021.

ALESSANDRO FERREIRA DA SILVA

Secretário Municipal de Defesa Social

PORTARIA Nº 230/CPSPAD/SAD/2021

O Secretário Municipal de Administração, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Complementar nº. 1.164/91 e Decreto nº 032/2010;

RESOLVE:

Art. 1º - Prorrogar por mais 60 (sessenta) dias, o prazo para conclusão dos trabalhos da Comissão de Sindicância e Processos Administrativos Disciplinares, designada pela Portaria nº 878/2020, de 25 de setembro de 2020, da Secretária Municipal de Administração, publicada no Jornal Oficial dos Municípios em 30 de setembro de 2020, pag. 775, objeto do Processo Administrativo Disciplinar nº. 009/2019.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se, publique-se, cumpra-se.

Várzea Grande, 22 de fevereiro de 2021.

Anderson Rodrigo do Nascimento Silva

Secretário Municipal de Administração

EXTRATO CONTRATO N. 018/2021

PARTES INTERESSADAS: O MUNICÍPIO DE VÁRZEA GRANDE, ESTADO DE MATO GROSSO, por intermédio da PREFEITURA MUNICIPAL, pessoa jurídica de direito público interno, inscrita no CNPJ n. 03.507.548/0001-10, e de outro lado, a Empresa FRIOLAR COMÉRCIO E SERVIÇOS DE ELETRÔNICOS LTDA, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ n. 36.850.598/0001-55. FUNDAMENTAÇÃO LEGAL: Este Instrumento Contratual se encontra vinculado vinculados ao Edital e anexos do Processo Licitatório do tipo Pregão Eletrônico n. 45/2020, bem como na proposta da contratada, na Ata de Registro de Preços n. 241/2020 da Se-

cretaria de Administração, bem como nos demais documentos acostados ao Processo Gespro n. 712671/2021. OBJETO: O objeto deste contrato é a contratação de pessoa jurídica capacitada para o fornecimento de eletrodomésticos e eletro portáteis para atender as necessidades da Prefeitura Municipal de Várzea Grande/MT. VALOR GLOBAL Este instrumento tem o valor global estimado de R$ 450,00 (Quatrocentos e cinquenta reais). UO: SEC. DE DEFESA SOCIAL FONTE: 0100. VIGÊNCIA: O presente contrato terá validade por 12 (doze) meses, contados a partir da data de sua assinatura, prazo que a contratada deverá entregar os objetos de acordo com a necessidade da Secretaria, sendo vedada sua prorrogação. FISCALIZAÇÃO: A fiscalização do Contrato ficará a cargo da Secretaria Municipal de Defesa Social, que designa neste ato, na função de titular, o servidor Louriney dos Santos Silva, inscrito no CPF n. 544.513.961-15; e na função de suplente, a servidora Metuzala da Costa Meira, inscrita no CPF n. 012.875.851-16.

DATA DE ASSINATURA: 23.02.2021.

ALESSANDRO FERREIRA DA SILVA

Secretaria Municipal de Defesa Social

Contratante

FRIOLAR COMÉRCIO E SERVIÇOS DE ELETRÔNICOS LTDA

Contratada

PREFEITURA MUNICIPAL DE VILA BELA DA SANTÍSSIMA TRINDADE

PORTARIA N. 164, DE 23 DE FEVEREIRO DE 2021.

"***DISPÕE SOBRE A CONVOCAÇÃO/NOMEAÇÃO DE CANDIDATOS APROVADOS NO CONCURSO PUBLICO N. 001/2018 DA PREFEITURA MUNICIPAL DE VILA BELA DA SS. TRINDADE - MT.***

JACOB ANDRÉ BRINGSKEN, prefeito municipal de Vila Bela da Santíssima Trindade,Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais, em especial as consignadas no artigo 64, Inciso VI, da Lei Orgânica do Município e considerando o interesse público e a necessidade da Administração.

CONSIDERANDO a homologação do resultado final do Concurso Público em 21 de novembro de 2018, publicado Diário Oficial Eletrônico dos municípios do Estado de Mato Grosso, *Diário Oficial Eletrônico do Tribunal de Contas de Mato Grosso* do dia 22 de novembro de 2018 e mural público do Edifício-Sede desta Prefeitura Municipal na mesma data;

CONSIDERANDO a disposição do art. 37, inciso II, da Constituição Federal de 1.988;

CONSIDERANDO ainda o disposto no "Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Vila Bela da Santíssima Trindade" (Lei 424/1992), em especial o art. 16, que regulamenta a posse e exercício no cargo público;

RESOLVE:

Art. 1°. Convocar os candidatos aos cargos elencados no Anexo I desta Portaria, obedecido à ordem de classificação, a comparecerem no Setor de Recursos Humanos no Edifício Sede da Prefeitura Municipal de Vila Bela da Ss. Trindade/MT, localizada na Rua Dr. Mario Correa, n. 205, Centro, no período das **07h30m às 12h30m**, no prazo máximo de **30 (trinta)** dias a partir da data da publicação desta Portaria, para apresentarem os documentos exigidos, e posteriormente serem empossados no cargo público.

Art. 2º. Para tomar posse, o candidato deverá apresentar documentação no original ou fotocópia autenticada, que comprove:

I. Cédula de Identidade;

II. Ser brasileiro ou estrangeiro nos termos da Lei (art. 12 e 37, I da CF/88)

III. Certidão de Casamento ou Nascimento;

IV. Certidão de Nascimento dos filhos menores de 14 anos (se for o caso);

V. Carteira de Vacinação dos filhos menores de 05 anos (se for o caso);

VI. Cartão de Identificação do Contribuinte (CPF);

VII. Cartão do PIS/PASEP;

VIII. Certidão de Quitação Eleitoral e serviço militar;

IX. Título de Eleitor;

X. Certidão Negativa fornecida pelo Cartório Distribuidor da Comarca do domicílio do candidato, demonstrando que o mesmo não possua condenação criminal com trânsito em julgado, ou condenação cível, com trânsito em julgado, que lhe exclua os direitos de assumir cargo público de qualquer natureza;

XI. Atestado Médico Admissional expedido de acordo com as exigências da Administração Municipal, por médico especializado em Medicina do Trabalho;

XII. 01 (uma) foto 3x4, colorida;

XIII. Ter registro no conselho da respectiva categoria, quando se tratar de profissão regulamentada, incluindo-se comprovante de quitação de anuidade.

XIV. No caso de candidatos aos cargos de Motorista de Veículos Leves, Motorista de Veículos Pesados, Operador de Máquinas Tipo Patrol e Operador de Máquinas Tipo Escavadeira Hidráulica, deverá ser apresentada cópia autenticada da Carteira Nacional de Habilitação de acordo com a previsão do Edital;

XV. Comprovante de Escolaridade;

XVI. Declaração contendo endereço residencial, endereço eletrônico (e-mail), número de telefone e dados de conta bancária, estes para fins de percebimento da remuneração;

XVII. Declaração negativa de acumulo de cargo público;

XVIII. Declaração de bens e valores.

Parágrafo único. É a partir do exercício que o servidor fará jus à percepção da remuneração pelo desempenho das atribuições do cargo.

Art. 3º. A nomeação é realizada exclusivamente no Regime Estatutário, e **a** jornada de trabalho é aquela definida no Edital do Concurso.

Art. 4º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE VILA BELA DA SANTÍSSIMA TRINDADE, ESTADO DE MATO GROSSO, AOS VINTE E TRÊS DIAS do mês de FEVEREIRO DO ANO de dois mil E VINTE E UM.

JACOB ANDRÉ BRINGSKEN

PREFEITO

ANEXO I

PORTARIA N. 163/2021

MÉDICO CLÍNICO GERAL

INSCRIÇÃO	NOME	DATA DE NASCIMENTO	L. P.	C. G.	INF.	C.E.	NOTA PROVA OBJETIVA	NOTA PROVA DE TÍTULOS	NOTA FINAL	RESULTADO
324568	TASSYO GUILHERME DE OLIVEIRA COSTA	05/07/1989	6,0	9,0	8,0	36,0	59,0		59,0	10

Vila Bela da Ss. Trindade - MT, em 23 de fevereiro de 2021.

JACOB ANDRÉ BRINGSKEN

PREFEITO

AVISO DO PREGÃO N. 011/2021 PMVB

SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS

PREGÃO N. 011/2021 Regido pela Lei Federal n. 10.520/2002, Decreto Estadual n. 7.217/2006, Decreto Municipal n. 033/2013 e, subsidiariamente, pela Lei 8.666/1993.

OBJETO: **REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE MATERIAIS E INSUMOS PARA MANUTENÇÃO DAS OFICINAS DE ARTESANATO DA SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL E TRABALHO, CONFORME ESPECIFICAÇÕES E QUANTIDADES DISCRIMINADAS NO ANEXO I DO EDITAL** .

CREDENCIAMENTO: 08h do dia 08/03/2021.

INICIO DA SESSÃO: 08h do dia 08/03/2021.

Aquisição do Edital no site: http://www.vilabeladasantissimatrindade.mt.gov.br/...

Solicitar pelo: Fone/fax: (65) 3259-1313 , (65) 3259-1132 ou pelo- e-mail: licitacoes@vilabeladasantissimatrindade.mt.gov.br

Local: Prefeitura Municipal de Vila Bela da Santíssima Trindade – Situada à Av. Dr. Mário Correia, Nº 452, Centro, CEP. 78.245-000. PREGOEIRO: ALESSANDRO SANTANA DE SOUZA.

EDITAL DE AUDIÊNCIA PÚBLICA RREO E RGF – 3º QUADRIMESTRE/2020

JACOB ANDRÉ BRINGSKEN, Prefeito de Vila Bela da SS. Trindade, no uso de suas atribuições legais, convida os munícipes a participarem da Audiência Pública para apresentação dos Relatórios de Avaliação dos Resultados e Metas do 3º Quadrimestre/2020 do Relatório Resumido da Execução Orçamentária – RREO e Relatório de Gestão Fiscal - RGF, do Município de Vila Bela da SS. Trindade, conforme determina a LC nº 101/00 (LRF), e diante da pandemia causada pelo COVID-19, evitando a aglomeração de pessoas, a apresentação dos relatórios e avaliação dos resultados e metas estão disponíveis em vídeo publicado no site oficial do município www.vilabeladasantissimatrindade.mt.gov.br, ficando disponível para participação popular no período de 27/02/2021 a 08/03/2021, onde os cidadãos poderão enviar questionamentos através da OUVIDORIA ONLINE, no site oficial do Poder Executivo no link:https://www.vilabeladasantissimatrindade.mt.gov.br...

Vila Bela da SS. Trindade-MT, 23 de fevereiro de 2021.

JACOB ANDRÉ BRINGSKEN

Prefeito Municipal.

DECRETO Nº 022/2021.

"Dispõe sobre a aplicação de medidas não farmacológicas excepcionais, de caráter temporário, restritivas à circulação e às atividades públicas e privadas, para a prevenção dos riscos de contágio do Coronavírus (COVID-19), no âmbito do Município de Vila Bela SS. Trindade/MT, e dá outras providências."

JACOB ANDRÉ BRINGSKEN, Prefeito do Município de Vila Bela SS. Trindade, Estado de Mato Grosso, no uso das atribuições que lhe são conferidas por lei; e,

CONSIDERANDO que na ADI nº 1007811-16.2020.8.11.0000, manejada pelo Ministério Público do Estado de Mato Grosso, que assegurou autonomia das administrações estaduais, distrital e municipais, no exercício de suas atribuições, e no âmbito de seus territórios, na forma do art. 24, §1º concomitante ao art. 30, inciso I da Constituição Federal;

CONSIDERANDO a necessidade de manter o plano de ações de prevenção à pandemia de COVID-19 no âmbito do Município Vila Bela SS. Trindade/MT;

CONSIDERANDO Orientação Técnica nº 04/2020, elaborada no âmbito do Grupo de Trabalho Covid-19, instituído pela Portaria 046/2020, em que o TCE/MT emite sugestões de como proceder em relação às audiências públicas obrigatórias, referente a avaliação dos resultados e cumprimento das metas do 3° quadrimestre de 2020 (LRF), devido à quarentena e isolamento social, determinados em decorrência da pandemia do Covid-19;

CONSIDERANDO que é primordial a Administração Pública garantir a participação popular no processo de avaliação dos resultados e cumprimento das metas do 3° quadrimestre de 2020 (LRF), independente da forma adotada, posto a observação da legislação vigente;

DECRETA: Art.1º -Fica definido o site da Prefeitura Municipal de Vila Bela SS. Trindade, no endereço eletrônico https://www.vilabeladasantissimatrindade.mt.gov.br, como plataforma ofi-

cial de ampla divulgação das informações e participação popular mediante envio de sugestões e esclarecimento de dúvidas,através da ouvidoria municipal, referentes a avaliação dos resultados e cumprimento das metas do 3° quadrimestre de 2020 (LRF). **§ 1º -** O período designado para envio de mensagens com sugestões ou dúvidas serão entre os dias 27 de fevereiro de 2021 até 08 de março 2021. **§ 2º -** Na plataforma informada será disponibilizadovídeo com apresentação dos anexos e da avaliação. **§ 3º -** Ficará à disposição do cidadão interessado em participar, com envio de sugestões ou questionamentos, quanto aos anexos apresentados em vídeo, o link da OUVIDORIA ONLINE**https://www.vilabeladasantissimatrindade.mt.gov.br...**.

Art. 2º – Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, e revoga as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito de Vila Bela SS. Trindade/MT, em 23 de fevereiro de 2021.

Jacob André Bringsken

Prefeito Municipal

EDITAL DE CREDENCIAMENTO N. 001/2021

CHAMAMENTO PÚBLICO PARA CREDENCIAMENTO DE SERVIÇOS DE PERÍCIAS MÉDICAS N. 001/2021

A PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE VILA BELA DA SANTÍSSIMA TRINDADE - MT, pessoa jurídica de direito público, inscrita no CNPJ sob N. 03.214.160/0001-21 por meio da Comissão Permanente de Licitação, designada pela **Portaria n. 083, de 14 de janeiro de 2021**, situada na Rua Dr. Mario Correa, n. 452 - Centro, no uso de suas atribuições legais torna público para conhecimento dos interessados que está procedendo ao **CHAMAMENTO PÚBLICO** e apresentação de documentos no dia **11 de março de 2021, às 09:00**, na sala de licitação para fins de **CREDENCIAMENTO DE CLÍNICAS (PESSOA JURÍDICA) PARA A PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS NA ÁREA DE PERÍCIA MÉDICA, PARECERES ESPECIALIZADOS NAS ÁREAS DE CLINICA, PSIQUIATRIA, CIRURGIA E ORTOPEDIA, CONFORME LEGISLAÇÃO VIGENTE, INCLUINDO LAUDOS DE READAPTAÇÃO E DE DESVIO DE FUNÇÃO TRABALHISTA.**

Data: 23 de fevereiro de 2021.

AURÉLIO DOS SANTOS NAKASHIMA - PRESIDENTE C.P.L.

DECRETO Nº 021/2021

"DISPÕE SOBRE DISSÍDIO COLETIVO (REPOSIÇÃO SALARIAL) DOS SERVIDORES PÚBLICOS MUNICIPAL DE VILA BELA DA SANTÍSSIMA TRINDADE/MT E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS."

JACOB ANDRÉ BRINGSKEN, Prefeito Municipal de Vila Bela da Santíssima Trindade, Estado do Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais, que lhe confere a Lei Orgânica do Município;

CONSIDERANDO o disposto no art. 29, §1º da lei 1.473/2020 (LDO), que aduz sobre as diretrizes orçamentarias para o exercício de 2021.

D E C R E T A:

Art. 1º - *Fica concedido nos termos do Art. 29, § 1º, da Lei* **1.473/2020** *reposição salarial com percentual de* ***5,45 %*** (cinco, quarenta e cinco por cento) referente ao INPC acumulado no período de 01/2020 a 12/2020.

§ 1º – O Dissídio Coletivo (reposição salarial) atinge os servidores efetivos ativos, inativos e pensionistas pertencentes ao Executivo Municipal.

§ 2º - A reposição salarial alcançará os servidores comissionados, em contratos temporários, secretários, prefeito e vice-prefeito.

§ 3º - *A reposição salarial será concedida a partir do mês de fevereiro de 2021.*

Art. 2º - Fica autorizado o Setor de Pessoal a execução das devidas providências para cumprimento do disposto nos artigos anteriores.

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação revogando-se as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO DE VILA BELA DA SANTÍSSIMA TRINDADE - MT, AOS VINTE E TRÊS DIAS DO MÊS DE FEVEREIRO DO ANO DE DOIS MIL E VINTE E UM.

JACOB ANDRÉ BRINGSKEN

Prefeito Municipal

IMPREV
BALANÇO FINANCEIRO

MATO GROSSO
INSTITUTO MUNICIPAL DE PREVIDENCIA DE VILA RICA
BALANÇO FINANCEIRO - Anexo 13
Administração Indireta - INSTITUTO MUNICIPAL DE PREVIDENCIA DE VILA RICA

EXERCÍCIO:2020
PERÍODO (MÊS): Janeiro Á Dezembro
DATA DE EMISSÃO:23/02/2021
PAGINA:1

INGRESSOS		DISPÊNDIOS	
ESPECIFICAÇÃO	**Exercício Atual**	**ESPECIFICAÇÃO**	**Exercício Atual**
Receita Orçamentária (I)	**10.407.263,01**	**Despesas Orçamentária (VII)**	**5.194.811,62**
Ordinária	10.407.263,01	Ordinária	5.194.811,62
Vinculada	0,00	**Transferências Financeiras Concedidas (VIII)**	**0,00**
Transferências Financeiras Recebidas (II)	**0,00**	TRANSFERÊNCIAS FINANCEIRAS CONCEDIDAS	0,00
TRANSFERÊNCIAS FINANCEIRAS RECEBIDAS	0,00	**Interferências Financeiras Concedidas (IX)**	**2.020.376,76**
Recebimentos Extraorçamentários (IV)	**932.253,99**	PERDAS COM ALIENAÇÃO DE INVESTIMENTOS DO RPPS DE LONGO P	2.020.376,76
Inscrição de Restos a Pagar Não Processados	108.794,92	**Pagamentos Extraorçamentários (X)**	**870.099,79**
Inscrição de Restos a Pagar Processados	3.614,75	RP NAO PROCESSADOS PAGOS	53.824,88
DEMAIS OBRIGAÇÕES A CURTO PRAZO	819.844,32	RP PROCESSADOS PAGOS	5.991,18
Saldo do Exercício Anterior (V)	**34.637.113,45**	DEMAIS OBRIGAÇÕES A CURTO PRAZO	810.283,73
APLICAÇÕES FINANCEIRAS	34.368.748,75	**Saldo para o Exercício Seguinte (XI)**	**37.891.342,28**
BANCO C/ MOVIMENTO	100.707,76	APLICAÇÕES FINANCEIRAS	37.320.674,87
POUPANÇA	167.656,94	BANCO C/ MOVIMENTO	391.779,77
		POUPANÇA	178.887,64
TOTAL (VI) = (I+II+III+IV+V)	45.976.630,45	**TOTAL (XII) = (VII+VIII+IX+X+XI)**	45.976.630,45

VILA RICA, 23/02/2021

EURICO DA CUNHA BARBOSA
DIRETOR EXECUTIVO

LEIDI APARECIDA MINELI
CONTADORA CRC-MT-015487/O-3

IMPREV
ANEXO II (LRF. ART.52, INCISO II)

Município de VILA RICA - MT
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO DAS DESPESAS POR FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A DEZEMBRO 2020/BIMESTRE NOVEMBRO - DEZEMBRO
Entidade: INSTITUTO MUNICIPAL DE PREVIDENCIA DE VILA RICA

RREO – Anexo 2 (LRF, Art. 52, inciso II, alínea "c") R$ 1,00

FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (a)	DESPESAS EMPENHADAS			SALDO (c) = (a-b)	DESPESAS LIQUIDADAS			SALDO (e) = (a-d)	INSCRITOS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (f)
			No Bimestre	Até o Bimestre (b)	% (b/Total b)		No Bimestre	Até o Bimestre (d)	% (d/Total d)		
DESPESAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I)	7.460.000,00	7.445.000,00	1.181.695,98	5.184.097,26	99,79	2.260.902,74	1.212.192,39	5.075.302,34	99,79	2.369.697,66	108.794,92
Previdência Social	4.210.000,00	6.375.000,00	1.181.695,98	5.184.097,26	99,79	1.190.902,74	1.212.192,39	5.075.302,34	99,79	1.299.697,66	108.794,92
Administração Geral	137.000,00	137.000,00	-3.659,76	62.340,24	1,20	74.659,76	7.448,91	46.566,54	0,92	90.433,46	15.773,70
Previdência do Regime Estatutário	3.615.000,00	5.830.000,00	1.185.355,74	5.108.555,07	98,34	721.444,93	1.204.743,48	5.015.533,85	98,61	814.466,15	93.021,22
Proteção e Benefícios ao Trabalhador	458.000,00	408.000,00	0,00	13.201,95	0,25	394.798,05	0,00	13.201,95	0,26	394.798,05	0,00
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	3.250.000,00	1.070.000,00	0,00	0,00	0,00	1.070.000,00	0,00	0,00	0,00	1.070.000,00	0,00
DESPESAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (II)	0,00	15.000,00	1.396,26	10.714,36	0,21	4.285,64	1.396,26	10.714,36	0,21	4.285,64	0,00
Previdência Social	0,00	15.000,00	1.396,26	10.714,36	0,21	4.285,64	1.396,26	10.714,36	0,21	4.285,64	0,00
Previdência do Regime Estatutário	0,00	15.000,00	1.396,26	10.714,36	0,21	4.285,64	1.396,26	10.714,36	0,21	4.285,64	0,00
TOTAL (III) = (I + II)	7.460.000,00	7.460.000,00	1.183.092,24	5.194.811,62	100,00	2.265.188,38	1.213.588,65	5.086.016,70	100,00	2.373.983,30	108.794,92

FONTE:

1 Representa uma dotação global sem destinação específica a determinado órgão, unidade orçamentária, programa ou categoria econômica, cujos recursos serão utilizados para abertura de créditos adicionais, não sendo portanto uma função. É apresentada neste demonstrativo por constar no orçamento.

IMPREV
ANEXO III (LRF. ART.53, INCISO I)

Município de VILA RICA - MT
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DA RECEITA CORRENTE LÍQUIDA
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO/2020 A DEZEMBRO/2020
Entidade: INSTITUTO MUNICIFAL DE PREVIDENCIA DE VILA RICA

RREO – ANEXO 3 (LRF, Art. 53, inciso I) — R$ 1,00

ESPECIFICAÇÃO	EVOLUÇÃO DA RECEITA REALIZADA NOS ÚLTIMOS 12 MESES													PREVISÃO ATUALIZADA 2020
	Jan/2020	Fev/2020	Mar/2020	Abr/2020	Mai/2020	Jun/2020	Jul/2020	Ago/2020	Set/2020	Out/2020	Nov/2020	Dez/2020	TOTAL (ÚLT. 12 MES.)	
RECEITAS CORRENTES (I)	**304.622,41**	**321.555,26**	**207.423,90**	**508.683,74**	**521.049,60**	**580.108,20**	**1.095.570,01**	**193.729,84**	**179.021,43**	**214.711,77**	**530.178,55**	**1.577.369,81**	**6.234.024,52**	**5.060.000,00**
Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
I.P.T.U.	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
I.R.R.F	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
I.S.S.	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
I.T.B.I.	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Contribuições	148.516,40	171.967,54	172.499,39	173.137,65	171.361,23	173.929,28	166.276,97	175.654,01	171.228,30	170.986,40	176.051,29	431.500,08	2.303.108,54	2.015.000,00
Receita Patrimonial	156.106,01	149.587,72	34.924,51	335.546,09	349.688,37	406.178,92	858.086,64	18.075,83	7.793,13	43.725,37	354.127,26	1.114.693,73	3.828.533,58	2.950.000,00
Outras Receitas Patrimoniais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Rendimentos de Aplicação Financeira	156.106,01	149.587,72	34.924,51	335.546,09	349.688,37	406.178,92	858.086,64	18.075,83	7.793,13	43.725,37	354.127,26	1.114.693,73	3.828.533,58	2.950.000,00
Receita Agropecuária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Receita Industrial	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Receita de Serviços	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Cota-Parte do F.P.M.	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Cota-Parte do I.C.M.S.	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Cota-Parte do I.P.V.A.	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Cota-Parte do ITR.	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Transferências Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências da LC 61/1989	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências da LC 87/1996	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências do FUNDEB	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	71.206,40	0,00	0,00	0,00	0,00	31.176,00	102.382,40	95.000,00
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA (III) = (I – II)	**304.622,41**	**321.555,26**	**207.423,90**	**508.683,74**	**521.049,60**	**580.108,20**	**1.095.570,01**	**193.729,84**	**179.021,43**	**214.711,77**	**530.178,55**	**1.577.369,81**	**6.234.024,52**	**5.060.000,00**
(-) Transferências obrigatórias da União relativas às emendas individuais (art. 166-A, § 1º, da CF) (IV):	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA AJUSTADA PARA CÁLCULO DOS LIMITES DE ENDIVIDAMENTO (V) = (III - IV):	**304.622,41**	**321.555,26**	**207.423,90**	**508.683,74**	**521.049,60**	**580.108,20**	**1.095.570,01**	**193.729,84**	**179.021,43**	**214.711,77**	**530.178,55**	**1.577.369,81**	**6.234.024,52**	**5.060.000,00**
(-) Transferências obrigatórias da União relativas às emendas de bancada (art. 166, § 16, da CF) (VI):	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA AJUSTADA PARA CÁLCULO DOS LIMITES DA DESPESA COM PESSOAL (VII) = (V - VI):	**304.622,41**	**321.555,26**	**207.423,90**	**508.683,74**	**521.049,60**	**580.108,20**	**1.095.570,01**	**193.729,84**	**179.021,43**	**214.711,77**	**530.178,55**	**1.577.369,81**	**6.234.024,52**	**5.060.000,00**

FONTE:

Município de VILA RICA - MT

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES

ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

JANEIRO A DEZEMBRO 2020/BIMESTRE NOVEMBRO - DEZEMBRO

Consolidação Administração Indireta

RREO - Anexo 4 (LRF, Art. 53, inciso II) — R$ 1,00

PLANO PREVIDENCIÁRIO

RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS	
			Até o Bimestre/2020	Até o Bimestre/2019
RECEITAS CORRENTES (I)	2.950.000,00	2.950.000,00	3.849.646,10	5.043.213,59
Receita de Contribuições dos Segurados	0,00	0,00	0,00	5.158,38
Civil	0,00	0,00	0,00	5.158,38
Ativo	0,00	0,00	0,00	0,00
Inativo	0,00	0,00	0,00	5.158,38
Pensionista	0,00	0,00	0,00	0,00
Militar	0,00	0,00	0,00	0,00
Ativo	0,00	0,00	0,00	0,00
Inativo	0,00	0,00	0,00	0,00
Pensionista	0,00	0,00	0,00	0,00
Receita de Contribuições Patronais	0,00	0,00	0,00	908.118,54
Civil	0,00	0,00	0,00	908.118,54
Ativo	0,00	0,00	0,00	908.118,54
Inativo	0,00	0,00	0,00	0,00
Pensionista	0,00	0,00	0,00	0,00
Militar	0,00	0,00	0,00	0,00
Ativo	0,00	0,00	0,00	0,00
Inativo	0,00	0,00	0,00	0,00
Pensionista	0,00	0,00	0,00	0,00
Receita Patrimonial	2.950.000,00	2.950.000,00	3.828.533,58	4.129.936,67
Receitas Imobiliárias	0,00	0,00	0,00	0,00
Receitas de Valores Mobiliários	2.950.000,00	2.950.000,00	3.828.533,58	4.129.936,67
Outras Receitas Patrimoniais	0,00	0,00	0,00	0,00
Receita de Serviços	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas Correntes	0,00	0,00	21.112,52	0,00
Compensação Previdenciária do RGPS para o RPPS	0,00	0,00	0,00	0,00
Aportes Periódicos para Amortização de Déficit Atuarial do RPPS (II)	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Receitas Correntes	0,00	0,00	21.112,52	0,00
RECEITAS DE CAPITAL (III)	0,00	0,00	0,00	0,00
Alienação de Bens, Direitos e Ativos	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização de Empréstimos	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS RPPS - (IV) = (I + III - II)	**2.950.000,00**	**2.950.000,00**	**3.849.646,10**	**5.043.213,59**

Continua 1/3

Município de VILA RICA - MT

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES

ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

JANEIRO A DEZEMBRO 2020/BIMESTRE NOVEMBRO - DEZEMBRO

Consolidação Administração Indireta

DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS		INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS	
			Até o Bimestre/2020	Até o Bimestre/2019	Até o Bimestre/2020	Até o Bimestre/2019	Em 2020	Em 2019
Benefícios - Civil	0,00	0,00	0,00	1.025.278,52	0,00	1.025.278,52	0,00	0,00
Aposentadorias	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Pensões	0,00	0,00	0,00	433.021,51	0,00	433.021,51	0,00	0,00
Outros Benefícios Previdenciários	0,00	0,00	0,00	592.257,01	0,00	592.257,01	0,00	0,00
Benefícios - Militar	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Reformas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Pensões	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros Benefícios Previdenciários	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Despesas Previdenciárias	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Compensação Previdenciária do RPPS para o RGPS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Despesas Previdenciárias	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS (VII) = (V + VI)	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**1.025.278,52**	**0,00**	**1.025.278,52**	**0,00**	**0,00**
RESULTADO PREVIDENCIÁRIO (VI) = (IV - V)²	**2.950.000,00**	**2.950.000,00**	**3.849.646,10**	**4.017.935,07**	**3.849.646,10**	**4.017.935,07**	**0,00**	**0,00**

RECURSOS RPPS ARRECADADOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES	PREVISÃO ORÇAMENTÁRIA
Valor	0,00

RESERVA ORÇAMENTÁRIA DO RPPS	PREVISÃO ORÇAMENTÁRIA
Valor	0,00

APORTES DE RECURSOS PARA O PLANO PREVIDENCIÁRIO DO RPPS	APORTES REALIZADOS
Outros Aportes para o RPPS	0,00
Plano de Amortização - Contribuição Patronal Suplementar	0,00
Plano de Amortização - Aporte Periódico de Valores Predefinidos	0,00
Recursos para Cobertura de Déficit Financeiro	0,00

BENS E DIREITOS DO RPPS	PERÍODO DE REFERÊNCIA	
	2020	2019
Caixa e equivalentes de caixa	37.499.562,51	0,00
Investimentos e Aplicações	0,00	34.536.405,69
Outros Bens e Direitos	0,00	0,00

Continua 2/3

Cc

Município de VILA RICA - MT

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES

ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

JANEIRO A DEZEMBRO 2020/BIMESTRE NOVEMBRO - DEZEMBRO

Consolidação Administração Indireta

RECEITAS DA ADMINISTRAÇÃO - RPPS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS	
			Até o Bimestre/2020	Até o Bimestre/2019
RECEITAS CORRENTES	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS RECEITAS DA ADMINISTRAÇÃO RPPS - (XII)	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**

DESPESAS DA ADMINISTRAÇÃO - RPPS	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS		INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS	
			Até o Bimestre/2020	Até o Bimestre/2019	Até o Bimestre/2020	Até o Bimestre/2019	Em 2020	Em 2019
DESPESAS CORRENTES (XIII)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESAS DE CAPITAL (XIV)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS DESPESAS DA ADMINISTRAÇÃO RPPS (XV) = (XIII + XIV)	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**
RESULTADO DA ADMINISTRAÇÃO RPPS (XVI) = (XII - XV)	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**-**	**-**

FONTE:

IMPREV
ANEXO IX (LRF. ART.53, INCISO I)

Município de VILA RICA - MT

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO E DESPESAS DE CAPITAL

ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

JANEIRO A DEZEMBRO 2020/BIMESTRE NOVEMBRO - DEZEMBRO

Entidade: INSTITUTO MUNICIFAL DE PREVIDENCIA DE VILA RICA

RREO - ANEXO 9 (LRF, art.53, § 1º, inciso I) R$ 1,00

RECEITAS	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS (b)	SALDO NÃO REALIZADO (c) = (a - b)
RECEITAS DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO[1] (I)	**0,00**	**0,00**	**0,00**

DESPESAS	DOTAÇÃO ATUALIZADA (d)	DESPESAS EMPENHADAS (e)	SALDO NÃO EXECUTADO (f)=(d-e)
DESPESAS DE CAPITAL	20.000,00	5.563,00	14.437,00
__ Investimentos	0,00	0,00	0,00
__ Inversões Financeiras	20.000,00	5.563,00	14.437,00
__ Amortização de Dívida	0,00	0,00	0,00
(-) Incentivos Fiscais a Contribuintes por Instituições Financeiras	0,00	0,00	0,00
(-) Incentivos Fiscais a Contribuintes	0,00	0,00	0,00
DESPESA DE CAPITAL LÍQUIDA (II):	**20.000,00**	**5.563,00**	**14.437,00**
RESULTADO PARA APURAÇÃO DA REGRA DE OURO (III) = (II - I)	**20.000,00**	**5.563,00**	**14.437,00**

FONTE:

Notas:

[1] Operações de Crédito descritas na CF, art. 167, inciso III.

[2] Durante o exercício, somente as despesas liquidadas são consideradas executadas. No encerramento do exercício, as despesas não liquidadas inscritas em restos a pagar não processados são também consideradas executadas.

Dessa forma, para maior transparência, as despesas executadas estão segregadas em:

- a) Despesas liquidadas, consideradas aquelas em que houve a entrega do material ou serviço, os termos do art. 63 da Lei 4.320/64;
- b) Despesas empenhadas, mas não liquidadas, inscritas em Restos a Pagar não processados, consideradas liquidadas no encerramento do exercício, por força do art.35, inciso II da Lei 4.320/64.

Município de VILA RICA - MT
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DOS RESULTADOS PRIMÁRIO E NOMINAL
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A DEZEMBRO 2020/BIMESTRE NOVEMBRO - DEZEMBRO

RREO - ANEXO 6 (LRF, art 53, inciso III) R$ 1,00

ACIMA DA LINHA		
RECEITAS PRIMÁRIAS	PREVISÃO ATUALIZADA	Até o Bimestre/2020
		RECEITAS REALIZADAS(a)
RECEITAS CORRENTES (I)	5.060.000,00	6.234.024,52
Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria	0,00	0,00
I.P.T.U.	0,00	0,00
I.S.S.	0,00	0,00
I.T.B.I.	0,00	0,00
I.R.R.F.	0,00	0,00
Outros Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria	0,00	0,00
Contribuições	2.015.000,00	2.303.108,54
Receita Patrimonial	2.950.000,00	3.828.533,58
Aplicações Financeiras(II)	2.950.000,00	3.828.533,58
Outras Receitas Patrimoniais	0,00	0,00
Transferências Correntes	0,00	0,00
Cota-Parte do FPM	0,00	0,00
Cota-Parte do ICMS	0,00	0,00
Cota-Parte do IPVA	0,00	0,00
Cota-Parte do ITR	0,00	0,00
Transferências da LC 87/1996	0,00	0,00
Transferências da LC 61/1989	0,00	0,00
Transferências do FUNDEB	0,00	0,00
Outras Transferências Correntes	0,00	0,00
Demais Receitas Correntes	95.000,00	102.382,40
Outras Receitas Financeiras (III)	0,00	0,00
Receitas Correntes Restantes	95.000,00	102.382,40
RECEITAS PRIMÁRIAS CORRENTES (IV) = (I-II-III)	2.110.000,00	2.405.490,94
RECEITAS DE CAPITAL (V)	0,00	0,00
Operação de Crédito(VI)	0,00	0,00
Amortização de Empréstimos (VII)	0,00	0,00
Alienação de Bens	0,00	0,00
Receitas de Alienação de Investimentos Temporários (VIII)	0,00	0,00
Receitas de Alienação de Investimentos Permanentes (IX)	0,00	0,00
Outras Alienações de Bens	0,00	0,00
Transferências de Capital	0,00	0,00

Continua 1/4

Município de VILA RICA - MT

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

DEMONSTRATIVO DOS RESULTADOS PRIMÁRIO E NOMINAL

ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

JANEIRO A DEZEMBRO 2020/BIMESTRE NOVEMBRO - DEZEMBRO

Continuação 2/4

ACIMA DA LINHA		
RECEITAS PRIMÁRIAS	PREVISÃO ATUALIZADA	Até o Bimestre/2020
		RECEITAS REALIZADAS(a)
Convênios	0,00	0,00
Outras Transferências de Capital	0,00	0,00
Outras Receitas de Capital	0,00	0,00
Outras Receitas de Capital Não Primárias (X)	0,00	0,00
Outras Receitas de Capital Primárias	0,00	0,00
RECEITAS PRIMÁRIAS DE CAPITAL (XI) = (V - VI - VII - VIII - IX - X)	0,00	0,00
RECEITA PRIMÁRIA TOTAL (XII) = (IV + XI)	**2.110.000,00**	**2.405.490,94**

DESPESAS PRIMÁRIAS	DOTAÇÃO ATUALIZADA	Até o Bimestre/2020					
		DESPESAS EMPENHADAS	DESPESAS LIQUIDADAS	DESPESAS PAGAS (a)	RESTOS A PAGAR PROCESSADOS PAGOS (b)	RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS	
						LIQUIDADOS	PAGOS (c)
DESPESAS CORRENTES (XIII)	6.355.000,00	5.178.534,26	5.069.739,34	5.066.124,59	5.991,18	53.824,88	53.824,88
Pessoal e Encargos Sociais	5.778.000,00	4.913.175,64	4.913.175,64	4.911.934,88	0,00	0,00	0,00
Juros e Encargos da Dívida (XIV)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Despesas Correntes	577.000,00	265.358,62	156.563,70	154.189,71	5.991,18	53.824,88	53.824,88
Transferências Constitucionais e Legais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Despesas Correntes	577.000,00	265.358,62	156.563,70	154.189,71	5.991,18	53.824,88	53.824,88
DESPESAS PRIMÁRIAS CORRENTES (XV) = (XIII - XIV)	6.355.000,00	5.178.534,26	5.069.739,34	5.066.124,59	5.991,18	53.824,88	53.824,88
DESPESAS DE CAPITAL (XVI)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Investimentos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Inversões Financeiras	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Concessão de Empréstimos e Financiamentos (XVII)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Aquisição de Título de Capital já Integralizado (XVIII)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Aquisição de Título de Crédito (XIX)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Inversões Financeiras	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida (XX)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESAS PRIMÁRIAS DE CAPITAL (XXI) = (XVI - XVII - XVIII - XIX - XX)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESAS PRIMÁRIAS DE CAPITAL (XXI) = (XVI - XVII - XVIII - XIX - XX)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RESERVA DE CONTINGÊNCIA (XXII)	1.070.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

Continua 2/4

Assinado Digitalmente

Município de VILA RICA - MT

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

DEMONSTRATIVO DOS RESULTADOS PRIMÁRIO E NOMINAL

ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

JANEIRO A DEZEMBRO 2020/BIMESTRE NOVEMBRO - DEZEMBRO

Continuação 3/4

DESPESAS PRIMÁRIAS	DOTAÇÃO ATUALIZADA	Até o Bimestre/2020					
		DESPESAS EMPENHADAS	DESPESAS LIQUIDADAS	DESPESAS PAGAS (a)	RESTOS A PAGAR PROCESSADOS PAGOS (b)	RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS	
						LIQUIDADOS	PAGOS (c)
DESPESA PRIMÁRIA TOTAL (XXIII) = (XV + XXI + XXII)	**7.425.000,00**	**5.178.534,26**	**5.069.739,34**	**5.066.124,59**	**5.991,18**	**53.824,88**	**53.824,88**

RESULTADO PRIMÁRIO - Acima da Linha (XXIV) = [XIIIa - (XXIIIa +XXIIIb + XXIIIc)]	**-2.720.449,71**

META FISCAL PARA O RESULTADO PRIMÁRIO	**VALOR CORRENTE**
Meta fixada no Anexo de Metas Fiscais da LDO para o exercício de referência	0,00

JUROS NOMINAIS	Até o Bimestre/2020
	VALOR INCORRIDO
Juros, Encargos e Variações Monetárias Ativos (XXV)	3.828.533,58
Juros, Encargos e Variações Monetárias Passivos (XXVI)	0,00
RESULTADO NOMINAL - Acima da Linha (XXVII) = XXIV + (XXV - XXVI)	**1.108.083,87**

META FISCAL PARA O RESULTADO NOMINAL	**VALOR CORRENTE**
Meta fixada no Anexo de Metas Fiscais da LDO para o exercício de referência	0,00

ABAIXO DA LINHA		
CÁLCULO DO RESULTADO NOMINAL	SALDO	
	Em 31 Dez 2019(a)	Até o Bimestre/2020(b)
DÍVIDA CONSOLIDADA (XXVIII)	0,00	0,00
DEDUÇÕES (XXIX)	0,00	0,00
Disponibilidade de Caixa	0,00	0,00
Disponibilidade de Caixa Bruta	0,00	0,00
(-) Restos a Pagar Processados (XXX)	0,00	0,00
Demais Haveres Financeiros	0,00	0,00
DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA (XXXI) = (XXVIII - XXIX)	0,00	0,00
RESULTADO NOMINAL - Abaixo da Linha (XXXII) = (XXXIa - XXXIb)	**0,00**	

Continua 3/4

Município de VILA RICA - MT
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DOS RESULTADOS PRIMÁRIO E NOMINAL
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A DEZEMBRO 2020/BIMESTRE NOVEMBRO - DEZEMBRO

Continuação 4/4

AJUSTE METODOLÓGICO	Até o Bimestre/2020
VARIAÇÃO SALDO RPP = (XXXIII) = (XXXa - XXXb)	0,00
RECEITA DE ALIENAÇÃO DE INVESTIMENTOS PERMANENTES (IX)	0,00
PASSIVOS RECONHECIDOS NA DC (XXXIV)	0,00
VARIAÇÃO CAMBIAL (XXXV)	0,00
PAGAMENTO DE PRECATÓRIOS INTEGRANTES DA DC (XXXVI)	0,00
AJUSTES RELATIVOS AO RPPS (XXXVII)	0,00
OUTROS AJUSTES (XXXVIII)	0,00
RESULTADO NOMINAL AJUSTADO - Abaixo da Linha (XXXIX) = (XXXII - XXXIII - IX + XXXIV + XXXV - XXXVI + XXXVII + XXXVIII)	**0,00**

RESULTADO PRIMÁRIO - Abaixo da Linha (XL) = XXXIX - (XXV - XXVI)	**-3.828.533,58**

INFORMAÇÕES ADICIONAIS	PREVISÃO ORÇAMENTÁRIA
SALDO DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	0,00
Recursos Arrecadados em Exercícios Anteriores - RPPS	0,00
Superávit Financeiro Utilizado para Abertura e Reabertura de Créditos Adicionais	0,00
RESERVA ORÇAMENTÁRIA DO RPPS	0,00

IMPREV
ANEXO VII (LRF. ART.53, INCISO V)

Município de VILA RICA - MT
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DOS RESTOS A PAGAR POR PODER E ÓRGÃO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A DEZEMBRO 2020/BIMESTRE NOVEMBRO - DEZEMBRO
Entidade: INSTITUTO MUNICIPAL DE PREVIDENCIA DE VILA RICA

RREO - Anexo 7 (LRF, art. 53, inciso V) — R$ 1,00

PODER/ÓRGÃO	RESTOS A PAGAR PROCESSADOS						RP NÃO PROCESSADOS					
	Inscritos		Pagos (c)	Cancelados (d)	Saldo e = (a+b) - (c+d)		Inscritos		Liquidados (n)	Pagos (i)	Cancelados (j)	Saldo k = (f+g) - (i+j)	Saldo Total L=(e+k)
	Em Exercícios Anteriores (a)	Em 31 de Dezembro de 2019 (b)					Em Exercícios Anteriores (f)	Em 31 de Dezembro de 2019 (g)					
RESTOS A PAGAR (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIOS) (I)	-	5.991,18	5.991,18	-	-		-	53.824,88	53.824,88	53.824,88	-	-	-
EXECUTIVO	0,00	5.991,18	5.991,18	0,00	0,00		0,00	53.824,88	53.824,88	53.824,88	0,00	0,00	0,00
INSTITUTO MUNICIPAL DE PREVIDENCIA DE VILA R	0,00	5.991,18	5.991,18	0,00	0,00		0,00	53.824,88	53.824,88	53.824,88	0,00	0,00	0,00
INSTITUTO MUNICIPAL DE PREVIDÊNCIA SOCIAL-I	0,00	5.991,18	5.991,18	0,00	0,00		0,00	53.824,88	53.824,88	53.824,88	0,00	0,00	0,00
RESTOS A PAGAR (INTRA-ORÇAMENTÁRIOS) (II)	-	-	-	-	-		-	-	-	-	-	-	-
	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL (III) = (I + II):	**0,00**	**5.991,18**	**5.991,18**	**0,00**	**0,00**		**0,00**	**53.824,88**	**53.824,88**	**53.824,88**	**0,00**	**0,00**	**0,00**

FONTE:

PORTARIA Nº 082/2021

12 DE FEVEREIRO DE 2021.

ABMAEL BORGES DA SILVEIRA, Prefeito Municipal de Vila Rica, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais.

RESOLVE:

Art. 1º Designar o servidor**, Antônio Pinto Correia**, Matrícula 3334 portador do RG: 9344832 SSP/GO, CPF: 269.782.611-49, lotado na **Secretaria Municipal de Viação e Obras Públicas** para atuar como fiscal do contrato administrativo nº 012/2021, celebrado pelo Município de Vila Rica-MT, com a atribuição de acompanhar e fiscalizar a correta exação do objeto aos termos contratuais realizados para Aquisição de grama esmeralda e sementes de grama batatais a serem plantadas no aterro da estação de tratamento de esgoto.

Art. 2º- Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

C U M P R A – S E

Gabinete do Prefeito Municipal.

ABMAEL BORGES DA SILVEIRA

Prefeito Municipal

PREFEITURA/LICITAÇÃO
AVISO PP Nº 001/2021

AVISO DE PREGÃO PRESENCIAL

PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº 025/2021

PREGÃO PRESENCIAL Nº 001/2021

A Pregoeira Oficial, Srª Cristina Magalhães Castro designada pela Portaria nº. 012/2015 comunica aos interessados que será aberta licitação na modalidade de Pregão Presencial, que será regida pela Lei 10.520/2002, pelos Decretos nº 3.784/2001, 5.450/2005 e 5.504/2005, Decretos Municipais nº 048/2006 e 049/2006; com aplicação subsidiária da Lei nº. 8.666/93, suas alterações e demais disposições aplicáveis.

OBJETO: Registro de Preço para futura e eventual prestação de serviços de coleta e análises de exames laboratoriais, destinados aos atendimentos dos usuários da Saúde Municipalizada.

REALIZAÇÃO: 10/03/2021 as 07h:30min Horário de Brasília.

ABERTURA DOS ENVELOPES: 07h30min, no Setor de Licitações e Contratos, localizado na Av. Brasil, nº 2000, Bairro Bela Vista, palácio Araguaia. O Edital encontra se disponível no site do Município www.vilarica.mt.gov. br. e pode ser solicitado no e-mail: licitavilaricamt@yahoo.com.br.

Vila Rica / MT, 23 de Fevereiro de 2021.

CRISTINA MAGALHÃES CASTRO

Pregoeira Oficial

Portaria nº 012/2015

PREFEITURA/LICITAÇÃO
AVISO DE REABERTURA DE LICITAÇÃO

PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº 017/2021

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 006/2021

Nº DE LICITAÇÃO NO BB: 855686

A Pregoeira Oficial, Srª Cristina Magalhães Castro designada pela Portaria nº. 012/2015 torna público que o certame acima identificado, que estava **SUSPENSO**, será reaberto.

OBJETO: Registro de Preço para futura e eventual contratação de empresa para prestação de serviços em sistema administrativo de autogestão integrada das frotas, visando atender as necessidades das Secretarias de Administração, Finanças, Educação, Saúde, Viação e Obras Públicas, Agricultura, Assistência Social e Cultura, Desporto e Lazer.

REALIZAÇÃO: 09/03/2021

REABERTURA DA DISPUTA DE PREÇO: 14h30min, horário de Brasília

O Edital contendo as instruções estará à disposição dos interessados no aplicativo denominado “Licitações-e”, desenvolvido pelo Banco do Brasil S/A, constante da página eletrônica do Banco do Brasil, diretamente no site www.licitacoes-e.com.br e no site do Município www.vilarica.mt.gov. br.

Vila Rica / MT, 23 de fevereiro de 2021.

CRISTINA MAGALHÃES CASTRO

Pregoeira Oficial

Portaria nº 012/2015

PORTARIA Nº 083/2021

17 DE FEVEREIRO DE 2021.

ABMAEL BORGES SILVEIRA, Prefeito Municipal de Vila Rica, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais.

RESOLVE:

Art. 1º Designar a servidora **FERNANDA RICHARD DA SILVA,** portadora do CI/RG sob o n.º 324393337 SSP/SP e do CPF sob o 297.610.468-93, para atuar como fiscal do contrato nº 013/2021, celebrado pelo Município de Vila Rica - com a atribuição de acompanhar e fiscalizar a correta execução do objeto dos termos contratuais realizados para aquisição de 01 (um) aparelho desfibrilador para atender o pronto atendimento, hospital e Síndrome gripal.

Art. 2º. Essa portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se e publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal.

ABMAEL BORGES DA SILVEIRA

Prefeito Municipal

PREFEITURA/LICITAÇÃO
EXTRATO DO CONTRATO Nº 014/2021 P

EXTRATO DO CONTRATO Nº 014/2021 PROCESSO LICITATÓRIO Nº 023/2021 DISPENSA Nº 009/2021

DO OBJETO: Aquisição de 01 (um) outdoor com suporte, medindo 3,0 x 9,00 totalizando 27m² de área e revestido inteiramente com tinta zarcão do tipo esmalte na cor azul

DO VALOR E PAGAMENTO: O valor total da contratação do presente Instrumento de Contrato é de R$ 15.000,00 (Quinze mil reais) que será pago em uma única parcela após entrega e atesto da nota fiscal.

DATA: Vila Rica/MT, 22 de Fevereiro de 2021.

ASSINANTES:

ABMAEL BORGES DA SILVEIRA – PREFEITURA MUNICIPAL DE VILA RICA – CONTRATANTE

J. PRESSI EIRELLI INSCRITO NO CNPJ 16.501.192/0001-50

Município de VILA RICA - MT

INSTITUTO MUNICIPAL DE PREVIDENCIA DE VILA RICA

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

BALANÇO ORÇAMENTÁRIO

ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

JANEIRO A DEZEMBRO 2020/BIMESTRE NOVEMBRO - DEZEMBRO

RREO - ANEXO 1 (LRF, Art. 52, inciso I, alíneas "a" e "b" do inciso II e § 1º) R$ 1,00

RECEITAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS				SALDO A REALIZAR (a - c)
			No Bimestre (b)	% (b/a)	Até o Bimestre (c)	% (c/a)	
RECEITAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I)	**5.060.000,00**	**5.060.000,00**	**2.107.548,36**	**41,65**	**6.234.024,52**	**123,20**	**-1.174.024,52**
RECEITAS CORRENTES	**5.060.000,00**	**5.060.000,00**	**2.107.548,36**	**41,65**	**6.234.024,52**	**123,20**	**-1.174.024,52**
CONTRIBUIÇÕES	2.015.000,00	2.015.000,00	607.551,37	30,15	2.303.108,54	114,30	-288.108,54
CONTRIBUIÇÕES SOCIAIS	2.015.000,00	2.015.000,00	607.551,37	30,15	2.303.108,54	114,30	-288.108,54
RECEITA PATRIMONIAL	2.950.000,00	2.950.000,00	1.468.820,99	49,79	3.828.533,58	129,78	-878.533,58
VALORES MOBILIÁRIOS	2.950.000,00	2.950.000,00	1.468.820,99	49,79	3.828.533,58	129,78	-878.533,58
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	95.000,00	95.000,00	31.176,00	32,82	102.382,40	107,77	-7.382,40
INDENIZAÇÕES, RESTITUIÇÕES E RESSARCIMENTOS	85.000,00	85.000,00	0,00	0,00	71.206,40	83,77	13.793,60
DEMAIS RECEITAS CORRENTES	10.000,00	10.000,00	31.176,00	311,76	31.176,00	311,76	-21.176,00
RECEITAS DE CAPITAL	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**
RECEITAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (II)	**2.400.000,00**	**2.400.000,00**	**821.801,36**	**34,24**	**4.173.238,49**	**173,88**	**-1.773.238,49**
SUBTOTAL DAS RECEITAS (III) = (I + II)	**7.460.000,00**	**7.460.000,00**	**2.929.349,72**	**39,27**	**10.407.263,01**	**139,51**	**-2.947.263,01**
OPERAÇÕES DE CRÉDITO - REFINANCIAMENTO (IV)	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**
Operações de Crédito - Mercado Interno	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Contratual	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Operações de Crédito - Mercado Externo	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Contratual	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS RECEITAS (V) = (III + IV)	**7.460.000,00**	**7.460.000,00**	**2.929.349,72**	**39,27**	**10.407.263,01**	**139,51**	**-2.947.263,01**
DÉFICIT (VI)	—	—	—	—	—	—	—
TOTAL COM DÉFICIT (VII) = (V + VI)	7.460.000,00	7.460.000,00	2.929.349,72	39,27	10.407.263,01	139,51	-2.947.263,01
SALDO DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	0,00	0,00	—	—	0,00	—	—
Recursos Arrecadados em Exercícios Anteriores - RPPS	0,00	0,00	—	—	—	—	—
Superávit Financeiro Utilizado para Créditos Adicionais	—	0,00	—	—	0,00	—	—

DESPESAS	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS		SALDO	DESPESAS LIQUIDADAS		SALDO	DESPESAS PAGAS ATÉ O BIMESTRE	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS[2]
			No Bimestre	Até o Bimestre		No Bimestre	Até o Bimestre			
	(d)	(e)		(f)	(g) = (e-f)		(h)	(i) = (e-h)	(j)	(k)
DESPESAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (VIII)	**7.460.000,00**	**7.445.000,00**	**1.181.695,98**	**5.184.097,26**	**2.260.902,74**	**1.212.192,39**	**5.075.302,34**	**2.369.697,66**	**5.071.687,59**	**108.794,92**
DESPESAS CORRENTES	**4.190.000,00**	**6.355.000,00**	**1.181.530,98**	**5.178.534,26**	**1.176.465,74**	**1.212.027,39**	**5.069.739,34**	**1.285.260,66**	**5.066.124,59**	**108.794,92**

Continua 1/3

Município de VILA RICA - MT

Continuação 2/3

INSTITUTO MUNICIPAL DE PREVIDENCIA DE VILA RICA
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

BALANÇO ORÇAMENTÁRIO

ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

JANEIRO A DEZEMBRO 2020/BIMESTRE NOVEMBRO - DEZEMBRO

DESPESAS	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS		SALDO	DESPESAS LIQUIDADAS		SALDO	DESPESAS PAGAS ATÉ O BIMESTRE	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS[2]
			No Bimestre	Até o Bimestre		No Bimestre	Até o Bimestre			
	(d)	(e)		(f)	(g) = (e-f)		(h)	(i) = (e-h)	(j)	(k)
DESPESAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (VIII)	**7.460.000,00**	**7.445.000,00**	**1.181.695,98**	**5.184.097,26**	**2.260.902,74**	**1.212.192,39**	**5.075.302,34**	**2.369.697,66**	**5.071.687,59**	**108.794,92**
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	3.778.000,00	5.778.000,00	1.184.219,01	4.913.175,64	864.824,36	1.185.150,82	4.913.175,64	864.824,36	4.911.934,88	0,00
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	412.000,00	577.000,00	-2.688,03	265.358,62	311.641,38	26.876,57	156.563,70	420.436,30	154.189,71	108.794,92
DESPESAS DE CAPITAL	**20.000,00**	**20.000,00**	**165,00**	**5.563,00**	**14.437,00**	**165,00**	**5.563,00**	**14.437,00**	**5.563,00**	**0,00**
INVERSOES FINANCEIRAS	20.000,00	20.000,00	165,00	5.563,00	14.437,00	165,00	5.563,00	14.437,00	5.563,00	0,00
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	**3.250.000,00**	**1.070.000,00**	**0,00**	**0,00**	**1.070.000,00**	**0,00**	**0,00**	**1.070.000,00**	**0,00**	**0,00**
RESERVA DE CONTINGENCIA	3.250.000,00	1.070.000,00	0,00	0,00	1.070.000,00	0,00	0,00	1.070.000,00	0,00	0,00
DESPESAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (IX)	**0,00**	**15.000,00**	**1.396,26**	**10.714,36**	**4.285,64**	**1.396,26**	**10.714,36**	**4.285,64**	**10.714,36**	**0,00**
SUBTOTAL DAS DESPESAS (X) = (VIII + IX)	**7.460.000,00**	**7.460.000,00**	**1.183.092,24**	**5.194.811,62**	**2.265.188,38**	**1.213.588,65**	**5.086.016,70**	**2.373.983,30**	**5.082.401,95**	**108.794,92**
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA-REFINANCIAMENTO (XI)	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**
Amortização da Dívida Interna	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Dívida Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Divida Contratual	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida Externa	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Dívida Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Divida Contratual	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS DESPESAS (XII) = (X + XI)	**7.460.000,00**	**7.460.000,00**	**1.183.092,24**	**5.194.811,62**	**2.265.188,38**	**1.213.588,65**	**5.086.016,70**	**2.373.983,30**	**5.082.401,95**	**108.794,92**
SUPERÁVIT (XIII)	—	—	—	5.212.451,39	—	—	5.321.246,31	—	5.324.861,06	—
TOTAL COM SUPERÁVIT (XIV) = (XII + XIII)	7.460.000,00	7.460.000,00	1.183.092,24	10.407.263,01	—	1.213.588,65	10.407.263,01	—	10.407.263,01	108.794,92
RESERVA DO RPPS	0,00	0,00	—	—	0,00	—	—	0,00	—	—

RECEITAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS)	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS				SALDO (a - c)
			No Bimestre (b)	% (b/a)	Até o Bimestre (c)	% (c/a)	
RECEITAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (II)	**2.400.000,00**	**2.400.000,00**	**821.801,36**	**34,24**	**4.173.238,49**	**173,88**	**-1.773.238,49**
RECEITAS CORRENTES INTRA-ORÇAMENTÁRIAS	**2.400.000,00**	**2.400.000,00**	**821.801,36**	**34,24**	**4.173.238,49**	**173,88**	**-1.773.238,49**
RECEITA DE CONTRIBUIÇÕES	2.400.000,00	2.400.000,00	821.801,36	34,24	4.173.238,49	173,88	-1.773.238,49
Contribuições Sociais	2.400.000,00	2.400.000,00	821.801,36	34,24	4.173.238,49	173,88	-1.773.238,49

Continua 2/3

Assinado Digitalmente

Município de VILA RICA - MT
INSTITUTO MUNICIPAL DE PREVIDENCIA DE VILA RICA
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
BALANÇO ORÇAMENTÁRIO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A DEZEMBRO 2020/BIMESTRE NOVEMBRO - DEZEMBRO

Continuação 3/3

DESPESAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS)	DOTAÇÃO INICIAL (d)	DOTAÇÃO ATUALIZADA (e)	DESPESAS EMPENHADAS		SALDO (g) = (e-f)	DESPESAS LIQUIDADAS		SALDO (i) = (e-h)	DESPESAS PAGAS ATÉ O BIMESTRE (j)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS[3] (k)
			No Bimestre	Até o Bimestre (f)		No Bimestre	Até o Bimestre (h)			
DESPESAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (IX)	**0,00**	**15.000,00**	**1.396,26**	**10.714,36**	**4.285,64**	**1.396,26**	**10.714,36**	**4.285,64**	**10.714,36**	**0,00**
DESPESAS CORRENTES	0,00	15.000,00	1.396,26	10.714,36	4.285,64	1.396,26	10.714,36	4.285,64	10.714,36	0,00
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	0,00	15.000,00	1.396,26	10.714,36	4.285,64	1.396,26	10.714,36	4.285,64	10.714,36	0,00
DESPESAS DE CAPITAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

FONTE:
Nota: O Superávit proveniente do Regime Próprio de Previdência Social - RPPS foi de R$ 5.216.951,67

PORTARIA Nº 077/2021

DE 08 DE FEVREIRO DE 2021.

ABMAEL BORGES DA SILVEIRA, Prefeito Municipal de Vila Rica, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

Art. 1º Designar os seguintes servidores abaixo relacionados, lotados na **Secretaria Municipal de Saúde**, para atuar como responsáveis por ates-

tar as notas fiscais de compras de bens e serviços, em conformidade com Lei nº 8.666/93, art. 73, inciso II;

SERVIDOR	ATESTO DE NOTAS DE
LEANDRO ANTUNES MENDES, matrícula nº 2379.	Supermercado Material de expediente Material de Permanente Licitado Laboratório Odontologia Medicamentos
JOÃO ORALDO MENDES, matrícula nº 4121.	Combustível Material de Construção Materiais Elétricos Peças e Serviços Serviços Terceirizados
EDELCIO JUNKER MOREIRA, matrícula nº 2301.	Informática/Sistema,
FERNANDA RICHARD DA SILVA, matrícula nº 967.	IPGP Compras Diretas Empresa Médica Passagens Serviços Funerários Manutenção de Equipamentos Hospitalares Oxigênio Refeições Manutenção de ar Condicionado
JUCELIA ANA CASAGRANDE, matrícula nº 704.	Casa de apoio COVID

Art. 2º. Essa portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se e publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal.

ABMAEL BORGES DA SILVEIRA

Prefeito Municipal

IMPREV
BALANÇO ORÇAMENTÁRIO

MATO GROSSO
INSTITUTO MUNICIPAL DE PREVIDENCIA DE VILA RICA
Anexo 12 - Balanço Orçamentário
Administração Indireta - INSTITUTO MUNICIPAL DE PREVIDENCIA DE VILA RICA

Betha Sistemas
Exercício de 2020
Período: Janeiro à Dezembro

RECEITAS ORÇAMENTÁRIAS	PREVISÃO INICIAL (a)	PREVISÃO ATUALIZADA (b)	RECEITAS REALIZADAS (c)	SALDO d = (c-b)
RECEITAS CORRENTES (I)	7.460.000,00	7.460.000,00	10.407.263,01	2.947.263,01
_ Contribuições	2.015.000,00	2.015.000,00	2.303.108,54	288.108,54
___ Contribuições Sociais	2.015.000,00	2.015.000,00	2.303.108,54	288.108,54
_ Receita Patrimonial	2.950.000,00	2.950.000,00	3.828.533,58	878.533,58
___ Valores Mobiliários	2.950.000,00	2.950.000,00	3.828.533,58	878.533,58
_ Outras Receitas Correntes	95.000,00	95.000,00	102.382,40	7.382,40
___ Indenizações, Restituições e Ressarcimentos	85.000,00	85.000,00	71.206,40	-13.793,60
___ Demais Receitas Correntes	10.000,00	10.000,00	31.176,00	21.176,00
_ Contribuições	2.400.000,00	2.400.000,00	4.173.238,49	1.773.238,49
___ Contribuições Sociais	2.400.000,00	2.400.000,00	4.173.238,49	1.773.238,49
SUBTOTAL DAS RECEITAS (III) = (I + II)	7.460.000,00	7.460.000,00	10.407.263,01	2.947.263,01
Refinanciamento (IV)	0,00	0,00	0,00	0,00
Operações de Crédito Internas	0,00	0,00	0,00	0,00
_ Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00
_ Contratual	0,00	0,00	0,00	0,00
Operações de Crédito Externas	0,00	0,00	0,00	0,00
_ Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00
_ Contratual	0,00	0,00	0,00	0,00
SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO (V) = (III + IV)	7.460.000,00	7.460.000,00	10.407.263,01	2.947.263,01
Déficit (VI)	-	-	-	-
TOTAL (VII) = (V + VI)	7.460.000,00	7.460.000,00	10.407.263,01	2.947.263,01
SALDOS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	-	0,00	0,00	-
Recursos Arrecadados em Exercícios Anteriores	-	-	0,00	-
Superávit Financeiro	-	0,00	0,00	-
Reabertura de Créditos Adicionais	-	0,00	0,00	-

DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS	DOTAÇÃO INICIAL (e)	DOTAÇÃO ATUALIZADA (f)	DESPESAS EMPENHADAS (g)	DESPESAS LIQUIDADAS (h)	DESPESAS PAGAS (i)	SALDO DA DOTAÇÃO (j) = (f-g)
DESPESAS CORRENTES (VIII)	4.190.000,00	6.370.000,00	5.189.248,62	5.080.453,70	5.076.838,95	1.180.751,38
_ PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	3.778.000,00	5.793.000,00	4.923.890,00	4.923.890,00	4.922.649,24	869.110,00
_ OUTRAS DESPESAS CORRENTES	412.000,00	577.000,00	265.358,62	156.563,70	154.189,71	311.641,38
DESPESAS DE CAPITAL (IX)	20.000,00	20.000,00	5.563,00	5.563,00	5.563,00	14.437,00
_ INVERSOES FINANCEIRAS	20.000,00	20.000,00	5.563,00	5.563,00	5.563,00	14.437,00
Reserva de Contingência (X)	3.250.000,00	1.070.000,00	0,00	0,00	0,00	1.070.000,00
SUBTOTAL DAS DESPESAS (XI) = (VII + IX + X)	7.460.000,00	7.460.000,00	5.194.811,62	5.086.016,70	5.082.401,95	2.265.188,38
Amortização da Dívida / Refinanciamento (XII)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
_ Amortização da Dívida Interna	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
___ Dívida Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
___ Outras Dívidas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
_ Amortização da Dívida Externa	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
___ Dívida Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

MATO GROSSO
INSTITUTO MUNICIPAL DE PREVIDENCIA DE VILA RICA
Anexo 12 - Balanço Orçamentário
Administração Indireta - INSTITUTO MUNICIPAL DE PREVIDENCIA DE VILA RICA

Betha Sistemas
Exercício de 2020
Período: Janeiro à Dezembro
Página: 2/2

Amortização da Dívida / Refinanciamento (XII)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
___ Outras Dívidas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO (XIII)= (XI+ XII)	7.460.000,00	7.460.000,00	5.194.811,62	5.086.016,70	5.082.401,95	2.265.188,38
Superávit (XIV)	_____ -_____	_____ -_____	5.212.451,39	-	-	-5.212.451,39
TOTAL (XV) = (XIII + XIV)	7.460.000,00	7.460.000,00	10.407.263,01	5.086.016,70	5.082.401,95	-2.947.263,01
Reserva do RPPS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

ANEXO 1 - DEMONSTRATIVO DE EXECUÇÃO DOS RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS:

RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS	INSCRITOS		LIQUIDADOS	PAGOS	CANCELADOS	SALDO
	EM EXERCÍCIOS ANTERIORES (a)	EM 31 DE DEZEMBRO DO EXERCÍCIO ANTERIOR (b)	(c)	(d)	(e)	(f) = (a+b-d-e)
DESPESAS CORRENTES	0,00	53.824,88	53.824,88	53.824,88	0,00	0,00
_ PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
_ JUROS E ENCARGOS DA DIVIDA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
_ OUTRAS DESPESAS CORRENTES	0,00	53.824,88	53.824,88	53.824,88	0,00	0,00
DESPESAS DE CAPITAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
_ INVESTIMENTOS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
_ INVERSOES FINANCEIRAS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
_ AMORTIZACAO DE DIVIDA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL	0,00	53.824,88	53.824,88	53.824,88	0,00	0,00

ANEXO 2 - DEMONSTRATIVO DE EXECUÇÃO DOS RESTOS A PAGAR PROCESSADOS E NÃO PROCESSADOS LIQUIDADOS:

RESTOS A PAGAR PROCESSADOS E NÃO PROCESSADOS LIQUIDADOS	INSCRITOS		PAGOS	CANCELADOS	SALDO
	EM EXERCÍCIOS ANTERIORES (a)	EM 31 DE DEZEMBRO DO EXERCÍCIO ANTERIOR (b)	(c)	(d)	(e) = (a+b-c-d)
DESPESAS CORRENTES	0,00	5.991,18	5.991,18	0,00	0,00
_ PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
_ JUROS E ENCARGOS DA DIVIDA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
_ OUTRAS DESPESAS CORRENTES	0,00	5.991,18	5.991,18	0,00	0,00
DESPESAS DE CAPITAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
_ INVESTIMENTOS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
_ INVERSOES FINANCEIRAS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
_ AMORTIZACAO DE DIVIDA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL	0,00	5.991,18	5.991,18	0,00	0,00

VILA RICA,_ 23/02/2021

EURICO DA CUNHA BARBOSA
DIRETOR EXECUTIVO

LEIDI APARECIDA MINELI
CONTADORA CRC-MT-015487/O-3

UNIÃO DOS DIRIGENTES MUNICIPAIS DE EDUCAÇÃO DE MATO GROSSO - UNDIME

CONVOCAÇÃO

CONVOCAÇÃO

A Diretoria Executiva da União dos Dirigentes Municipais de Educação de Mato Grosso – UNDIME/MT, por intermédio de seu Presidente Eduardo Ferreira da Silva, no uso de suas atribuições, CONVOCA conforme estabelecido nos artigos 18 a 22 do Estatuto e nos artigos 4º e 5º do Regimento Interno da Entidade, os Membros Efetivos para o 15º Fórum Estadual Ordinário, a se realizar de modo híbrido, ou seja, presencial apenas para os membros efetivos e de modo virtual, para os membros natos e as equipes técnicas dos 141 municípios do estado de Mato Grosso. O 15º Fórum

acontecerá nos dias 30/03/2021 das 9h às 17h e 31/03/2021 das 8h às 13h, em Cuiabá com a seguinte pauta:

I) Palestras

II) Tomar ciência do balanço de gestão da diretoria executiva relativa ao biênio 2019/2021, o qual inclui a prestação de contas e acompanhado de parecer emitido pelo conselho fiscal;

III) Eleição e Posse do novo Quadro Administrativo: Diretoria Executiva; Conselho Fiscal; Representantes para o Conselho Estadual de Representantes da Undime/MT sendo 3 titulares e 3 suplentes; Representantes de Delegados (as), sendo 5 titulares e suplentes, todos para o biênio 2021/2023;

IV) Apreciação e deliberação quanto ao Plano de Trabalho para o biênio de 2021/2023;

V) Assuntos de interesse geral.

Nos termos do artigo 6º, inciso II e artigo 12º do Estatuto Social considera-se Membro Efetivo, para fins de participar, votar e ser votado, aquele cujo município tenha se associado e quitado a contribuição associativa junto à Undime/MT.

LOCAL DO EVENTO: Hotel Fazenda Mato Grosso, situado na Rua Antônio Dorileo, N.1100, Telefone: 65 3315-1200, Coxipó, Cuiabá/MT.

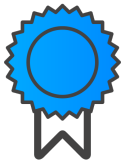
Cuiabá/MT 24 de fevereiro de 2021.

Eduardo Ferreira da Silva

DME de Canarana/MT

Presidente da UNDIME/ MT

Esse documento foi assinado por

	**Signatário**	CN=ASSOCIACAO MATOGROSSENSE DOS MUNICIPIOS:00234260000121, OU=Certificado PJ A1, OU=AC SOLUTI Multipla, OU=AC SOLUTI, OU=Autoridade Certificadora Raiz Brasileira v2, O=ICP-Brasil, C=BR
	Data/Hora	Tue Feb 23 23:31:40 UTC 2021
	Emissor do Certificado	CN=AC SOLUTI Multipla, OU=AC SOLUTI, OU=Autoridade Certificadora Raiz Brasileira v2, O=ICP-Brasil, C=BR
	Número Serial.	1170115676103352402
	Método	urn:adobe.com:Adobe.PPKLite:adbe.pkcs7.sha1 (Adobe Signature)